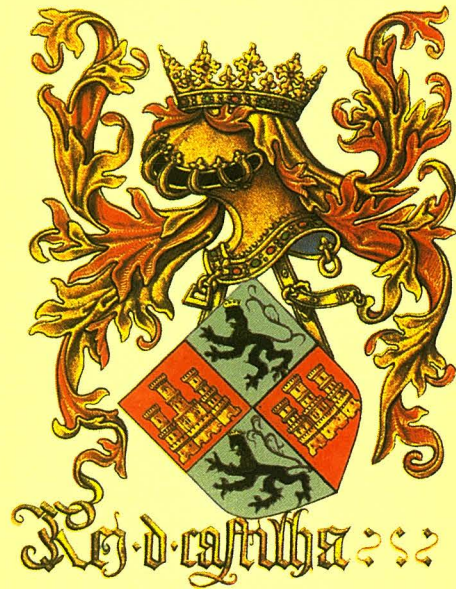


OS REINOS IBÉRICOS NA IDADE MÉDIA



COORDENAÇÃO

LUÍS ADÃO DA FONSECA

LUÍS CARLOS AMARAL

MARIA FERNANDA FERREIRA SANTOS



Os Reinos Ibéricos na Idade Média

**Livro de Homenagem ao Professor Doutor
Humberto Carlos Baquero Moreno**

Os Reinos Ibéricos na Idade Média

Livro de Homenagem ao Professor Doutor
Humberto Carlos Baquero Moreno

Coordenação de

Luís Adão da Fonseca
Luís Carlos Amaral
Maria Fernanda Ferreira Santos

Vol. III



FICHA TÉCNICA

Obra publicada ao abrigo do Protocolo de Colaboração entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Livraria Civilização

Copyright © 2003 Livraria Civilização Editora

Todos os direitos reservados
1.ª edição / Setembro 2003

Fotocomposição e paginação electrónica,
impressão e acabamentos efectuados na
Companhia Editora do Minho, S. A. – Barcelos,
para Livraria Civilização Editora no mês de Maio de 2003

Depósito Legal n.º 196233/03

ISBN da colecção: 972-26-2060-6
ISBN do Vol. III: 972-26-2136-X

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO EDITORA
R. Alberto Aires de Gouveia, 27
4050-023 Porto



Ilustração da Capa: conjunto de escudos de armas do Livro do Armeiro-Mor
(séc. XVI), IAN/TT, Lisboa

Tendo em conta a grande diversidade de normas de citação bibliográfica utilizadas pelos autores nacionais e estrangeiros, e apesar dos esforços do grupo de coordenação no sentido de promover a uniformização das mesmas, foi decidido respeitar-se integralmente as opções tomadas pelos autores.
Os coordenadores aproveitam, também, para agradecer toda a generosa colaboração dada pelas Dras. Maria Idalina Azeredo Rodrigues e Maria Ondina do Carmo, funcionárias do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na preparação do presente Livro de Homenagem.

Achegas para o Estudo das Aposentadorias na Vila de Santarém e das suas Formas de Financiamento, nos finais do século XV

Maria da Luz de Oliveira Barbosa Ferreira de Barros

Na linha de investigação que temos vindo a seguir, nestes últimos anos, a qual foi iniciada por sugestão do Sr. Professor Doutor Humberto Baquero Moreno, não podíamos, neste momento tão importante, abordar outro tema que não estivesse de alguma forma relacionado com o *direito de Aposentadoria* no Portugal Medieval¹. Foi sobre a problemática da aposentadoria, abordada no contexto sócio-económico da época, que apresentamos a nossa dissertação de Mestrado², sob a orientação desse grande mestre, e é por isso que, ainda hoje, continuamos a trabalhar sobre esta mesma temática.

Em Portugal, o direito de Aposentadoria remonta aos princípios do século XII, aparecendo relacionado com o movimento das tropas, com a expansão das ordens religiosas, o direito de padroado³, tendo-se desenvolvido posteriormente, acompanhando o crescimento das trocas comerciais, e a necessidade dos homens se deslocarem para longe da sua habitação, e ainda com a itinerância régia. Mas é, sobretudo, desde que os monarcas empreendem uma política de concessão de privilégios, na tentativa de agradecer e retribuir a alguns grupos sociais os muitos serviços que lhes foram prestados, que a questão das aposentadorias nos aparece referida com mais frequência.

Sendo reclamado pelos fidalgos e poderosos, e fortemente contestado pelos restantes grupos da sociedade, nomeadamente os mais desfavorecidos, o *direito de Aposentadoria*⁴ passou a ser um problema apresentado obrigatoriamente junto dos monarcas, com o propósito de estes solucionarem as questões resultantes do exercício desse direito. Com efeito, cada grupo social pretendia ver as suas reivindicações satisfeitas e os seus problemas resolvidos, embora estando em campos opostos. Os monarcas ao longo dos séculos foram respondendo sobre a questão da hospedagem de acordo com as suas conveniências e com a política que queriam impor. Por isso, se nuns reinados os fidalgos e poderosos viram as suas reclamações satisfeitas, e os mais desfavorecidos foram prejudicados e alvo de abusos de poder, noutros reinados

¹ Neste momento não podemos deixar de expressar a nossa sincera gratidão ao Sr. Professor Doutor Humberto Baquero Moreno pelo apoio que sempre nos prestou e nos continua a demonstrar, incentivando-nos a continuar a nossa investigação.

² Maria da Luz Ferreira de Barros, *As Aposentadorias no Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira Interior (Séculos XIV-XV)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, policopiado, 1995.

³ Sobre esta questão, entre outras obras, veja-se Luís Carlos Amaral, *São Salvador de Grijó na segunda metade do sec. XIV. Estudo de gestão agrária*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994; José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família Nobre-séculos XI a XIV)*. Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 1995.

⁴ Acerca deste direito consulte-se Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Dirigida por Torquato Sousa Soares, vol. V, Lisboa, Sá da Costa Editora, [1945], pp. 206-223; Maria da Luz Ferreira de Barros, *As Aposentadorias no Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira Interior...*; Humberto Baquero Moreno, "Marginalidade e Direito de Aposentadoria no Portugal Medieval (1331-1481)", *Actas do II Encontro Luso-Brasileiro – Pobreza, Marginalidade, Marginação Social*, Revista Ciências Históricas da Universidade Portuguesa – Infante D. Henrique, vol. XI, Porto, 1996, pp. 9-21; Paulo Drummond Braga, "O Regimento Excepcional da Aposentadoria da Vila de Setúbal de 1471", *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. XL, Guimarães, 1989, pp. 129-137.

aqueles tiveram grandes dificuldades em obter satisfação, como aconteceu, por exemplo, no reinado de D. João II, que levou a cabo uma política centralizadora⁵.

As aposentadorias eram um direito que os monarcas e suas comitivas, os fidalgos e poderosos, bem como alguns funcionários régios tinham de exigir hospedagem, aquando da sua estada ou passagem pelas diversas localidades do País. Constituíam, ao mesmo tempo, um dever e um oneroso encargo para os grupos menos favorecidos, na medida em que estes eram obrigados a dar pousada àqueles que a ela tinham direito. Para as populações dar pousada significava fornecer gratuitamente alojamento, camas, roupas de cama e, em alguns casos, alfaias de casa. Mas o problema era bem mais grave. As aposentadorias não só eram reclamadas por quem de direito, como também por aqueles que a isso não tinham qualquer direito. E eram ainda normalmente exigidas por muito mais tempo do que aquele que estava estipulado pelas determinações e ordenações régias.

Ligados ao *direito de Aposentadoria* surgiram enormes prejuízos, devido ao consumo dos alimentos necessários às famílias, à tomada de pastos, ao desgaste de roupas, à ocupação indevida de casas de habitação. Efectivamente, nem todos os poderosos gozavam desse privilégio, mas exigiam que lhes fosse dada hospedagem quando se instalavam *nos lugares do reino*. Muitas vezes, os que deveriam pagá-la, recusavam-se. Ou então, quando pagavam, faziam-no de forma arbitrária e injusta, porque na maioria das vezes não pagavam o seu justo valor. E os abusos eram frequentes, disso nos dão conta as queixas feitas em cortes e fora delas. De facto, se tivermos em consideração a informação vertida nos capítulos de cortes, deparamos com um rol interminável de queixas, apresentadas pelos procuradores concelhios aos monarcas, descrevendo os mais variados agravos, sempre originados por acções dos poderosos, provocando dessa forma um clima de hostilidades que levava muitas vezes à violência.

Em consequência destas situações, tanto os concelhos como os seus habitantes reclamavam dos abusos de que eram vítimas, dizendo não poderem suportar todos os encargos derivados do direito de Aposentadoria. Por isso, desde muito cedo que os municípios não hesitaram em pedir ao rei que terminasse com as aposentadorias gratuitas. Como exemplo disso, temos os capítulos apresentados nas cortes de Coimbra de 1394⁶, onde era pedido que os fidalgos e poderosos não fossem autorizados a exigirem aposentadorias gratuitas⁷. Esta situação verificou-se em quase todas as reuniões de cortes e em quase todos os reinados. Ou seja, ao longo dos séculos, os monarcas depararam-se com a apresentação constante de protestos, e procuraram controlar e contornar os problemas, mas estes nunca chegaram a ser resolvidos.

Contudo, em 1439, nas cortes realizadas em Lisboa, aquando da proclamação do Infante D. Pedro como Regente do reino, a questão da aposentadoria conheceu propostas e soluções que pareciam ser definitivas para o seu controlo. Efectivamente, tanto o poder central como o poder local estavam de acordo quanto à necessidade de se adoptarem medidas para que as populações deixassem de ser tão martirizadas pelo direito de Pousada. Ao pedido feito pelos procuradores da cidade de Lisboa para que as aposentadorias gratuitas fossem abolidas, incluindo as suas⁸,

⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, “D. João II”, *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, pp. 387-391.

⁶ Por lapso Manuela Mendonça refere no seu artigo “Os Mesteres e os oficiais da aposentadoria na vila de Santarém no sec. XV”, In *IACOBVS- Revista de Estudos Jacobeos y Medievales*, 9-10, Sahagún (León), 2000, p. 260, as cortes de 1394 como sendo realizadas em Viseu. Para o efeito consulte-se Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. II, Porto, I.N.I.C./ C.H.U.P, 1990, p.248.

⁷ Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas...*, vol. II, p.248.

⁸ I.A.N./T.T., *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 20, fls. 85-88. I.A.N./T.T., *Estremadura*, liv. 10, fls. 86V-87V. Publicado no *Jornal O Instituto*, vol. XIII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866, pp. 20-23. Veja-se também Maria Teresa Campos Rodrigues, “Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV”. Sep. da *Revista Municipal*, Lisboa, 1968, pp.119-138

comprometendo-se a fazer estalagens suficientes⁹ para aqueles que procuravam alojamento, o Infante D. Pedro responde afirmativamente. Claro que acabar com o direito de aposentadoria era impossível, na medida em que para além de retirar privilégios há muito reconhecidos, iria aumentar as despesas da coroa e, por tudo isso, esta determinação do Infante não passou da teoria. Apesar do pedido feito, os representantes concelhios também tinham consciência que o seu requerimento era irrealizável mas, desta forma, tentavam conseguir que as aposentadorias fossem financiadas e organizadas de forma a não sobrecarregar tanto aqueles que não podiam fugir a este encargo. Na verdade, em diversas localidades do País, nomeadamente aquelas que mais vezes recebiam os monarcas e respectivas comitivas – Santarém, Lisboa, Évora – foram obtidas determinações pelas quais não era permitido exigir hospedagem gratuita, bem como estipulados os respectivos pagamentos e as fontes de financiamento.

Assim, na tentativa de diminuir o peso dos encargos advindos do *direito de Aposentadoria*, que eram suportados principalmente pelas populações, como já atrás referimos, o poder central, conjuntamente com o poder local, nomeadamente com a Casa da Aposentadoria, procurou encontrar fontes de receita para financiamento daqueles encargos. De facto, os monarcas começaram a financiar a sua estadia, a da sua comitiva, e a de alguns dos seus funcionários, entregando para o efeito o valor de rendas e sisas, e permitindo o lançamento de impostos, mais conhecidos por “emposições”, prescindindo de alguns direitos reais para financiamento das aposentadorias.

Como é sabido, a vila de Santarém foi um dos lugares que mais vezes recebeu os monarcas e as suas comitivas ao longo dos tempos¹⁰, não sendo por isso de estranhar que aí houvesse necessidade de organizar e financiar os prejuízos causados pelas aposentadorias exigidas. Por outro lado, como não havia forma de as populações poderem fugir a esse encargo, e como não possuíam suporte financeiro para o sustentar, pediram aos monarcas que encontrassem medidas para as atenuar.

Efectivamente, para além das contribuições régias e dos impostos lançados sobre as populações, havia a obrigação de algumas pessoas contribuírem com camas e roupas de cama, havendo contratos estabelecidos para o efeito. Através destes, eram obrigadas a terem um número determinado de camas¹¹, que lhes eram pagas mediante um preço previamente estabelecido, evitando assim fazer hospedagem nas casas privadas, e obrigar os seus donos a determinados fornecimentos. Ao mesmo tempo, pretendia-se com isto não obrigar os privilegiados a cederem as suas casas para a aposentadoria, nem a dar roupas de cama, na medida em que, na falta das mesmas, as isenções que tinham não produziam qualquer efeito.

Assim, em meados de 1462 D. Afonso V fez doação da renda dos vinhos da vila de Santarém, “*tiramdo quatro pretos de cada buum allmude que antiguamente se recadava pera os rex*”¹², para pagamento das despesas da aposentadoria na dita vila, bem como autoriza o lançamento de algumas “*emposições novas*”¹³, mas com a condição de a bem regerem e governarem e “*em tall maneira que nos sejamos servido e os de nossa corte apousemtados o tempo que em a dicta villa estorvermos*”¹⁴. No caso de estas determinações não serem cumpridas, esses direitos ficavam sem efeito, e o rei mandava que “*tornarsse a poussar com os moradores da dicta villa e termo como se ora faz*”¹⁵.

⁹ Cfr. Iria Gonçalves, “Privilégios de Estalajadeiros Portugueses (séculos XIV e XV)”, *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 143-155.

¹⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *Santarém na História de Portugal*, Santarém, 1950, p. 16.

¹¹ Cf. Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, pp. 232-236.

¹² I.A.N./T.T., *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 1, fls. 35-35V.

¹³ Idem, *Ibidem*, fls. 35-35V.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, fls. 35-35V.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, fls. 35-35V.

No final do mesmo ano, e numa carta que faz parte de um conjunto de cartas que constitui o Regimento da Aposentadoria da vila de Santarém¹⁶, há referência à cedência da sisa dos vinhos, do monopólio da venda do sal e de imposições sobre bens alimentares e gados, para suprimento das despesas da aposentadoria da dita vila. Esta atitude resulta quase como uma obrigação para o monarca, depois de D. Afonso V ter determinado a isenção definitiva do direito de Aposentadoria na referida vila e seus termos¹⁷.

No reinado seguinte, as questões acerca das aposentadorias, bem como as preocupações quanto ao seu financiamento, continuaram a ser uma realidade. Disto nos dá conta um documento do tempo de D. João II, uma carta de quitação feita a João Gonçalves, sapateiro, tesoureiro que fora da aposentadoria da vila de Santarém, das verbas relativas aos anos de 1487 e 1488, período durante o qual recebeu as rendas de vários lugares e de vários rendeiros¹⁸, como podemos verificar no quadro que de seguida apresentamos:

Receitas dos anos de 1437 – 1488

NOME	PROF. / FUNÇÃO	PROVENIÊNCIA	VALOR
João Dias e Canfalho	Rendeiros	Imposição do sal	80.000 reais
Afonso Vasques ¹⁹		Dívida	353 reais
Mulher e herdeiros de Gonçalo Eanes	Albardeiro	Dívida	2.762 reais ²⁰
Nafa	Rendeiro	Vinhos, carnes, pescados e alcaidaria de Romeira, Vale de Figueira e Barrocas	11.000 reais
Mousem Gota		Sisa dos vinhos, carnes e pescados de Azinhaga	13.000 reais
Pêro Vasques	Tecelão	Imposição dos vinhos, carnes e pescados de Montargil	2.200 reais
Sallamam Carpalho		Imposição dos vinhos, carnes e pescados de Santa Maria das Virtudes	13.026 reais
Tristão Dias		Sisa dos vinhos e imposição das carnes e pescados de Almeirim, Charneca e Campo de Além Rio	9.000 reais
Samuel Carpalho		Renda dos vinhos, da sisa e imposição da vila de Santarém	291.000 reais
João de Évora	Cordoeiro	Sisa dos vinhos, com sua imposição, e das carnes e pescados da Golegã	12.000 reais

¹⁶ I.A.N./T.T., Leitura Nova, *Estremadura*, liv. 2, fls. 256V-270. O Regimento da Aposentadoria da vila de Santarém foi recentemente publicado por Manuel Mendonça no artigo “Os Mesteres e os oficiais da aposentadoria na vila de Santarém no sec. XV”..., pp. 257-307, mas a partir do documento que se encontra na *Chancelaria D. Manuel*, liv. 29, fls. 32-38.

¹⁷ I.A.N./T.T., *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 1, fls. 35-35V.

¹⁸ I.A.N./T.T., Leitura Nova, *Estremadura*, liv. 3, fls. 224-225.

¹⁹ Foi tesoureiro da aposentadoria da vila de Santarém no ano de 1485.

²⁰ Os herdeiros de Gonçalo Eanes pagaram esta dívida que havia ficado “por despender dos cem mill reais que recebo da cidade de Lixboa”. I.A.N./T.T., Leitura Nova, *Estremadura*, liv. 3, fls. 224-225.

Samuel Vasques (?)		Sisa dos vinhos, carnes e pescados da alcaidaria da Arrifana, Termega e Rio Maior	10.000 reais
Isabel Gonçalves		Imposição da carne e pescado do Corpo de Vila	70.000 reais
Vasco Lourenço		Imposição e sisa das carnes, pescados e vinhos de Das-dos-Vaqueiros e Casével	9.000 reais
Medina (judeu)		Alcaidaria de Pedro Filho	8.000 reais
Gonçalo Rodrigues		Dos Ramos de Valada, Pontével, Cartaxo e Venda das Virtudes	45.000 reais
João Lopes	Escrivão ²¹ da aposentadoria	Dos malefícios feitos nas casas da aposentadoria	570 reais
João André	Escrivão da câmara régia	Dinheiros que vieram da cidade de Lisboa ²²	200.000 reais
João Gonçalves	Tesoureiro da aposentadoria	Dívida ²³	28.298 reais
Samuel Carpalho	Rendeiro	Imposição da renda dos vinhos	241.000 reais
Nuno Pacheco	Rendeiro	Renda do porto de Muge	26.000 reais
Afonso Ferreira	Rendeiro	Renda de Montargil	3.000 reais
Vasco do Vale		Renda de Arrifana, Almoester e Mega	7.000 reais
Bernardim de Almeida	Rendeiro	Renda da Azinhaga	18.000 reais
Diogo Tavares		Renda do Cartaxo	15.000 reais
André Gonçalves		Renda de Pontével e Virtudes	10.000 reais
Medina (judeu)	Rendeiro	Renda de Rio Maior e Pêro Filho	15.000 reais
Zarim (judeu)		Renda das Virtudes	15.000 reais
Motall e Nafu		Renda de Almeirim e Campo	13.000 reais
Samuel Carpalho		Renda do pescado de Corpo da Vila	60.000 reais
Mousem Gota		Renda da Golegã e Vaqueiros	24.000 reais
Çallamym		Renda de Romeira e Vale de Figueira	13.000 reais
Rui Fernandes		Renda de Salvaterra	3.200 reais
Jorge Machado		Renda de Aljubarrota	3.000 reais

²¹ Era “*escripvam das malfeitorias e dos danificamentos que se fizeram nas casas da dicta apousemtadoria*”. I.A.N./T.T., Leitura Nova, *Estremadura*, liv. 3, fl. 224.

²² D. João II mandou que o seu escrivão levasse da cidade de Lisboa dinheiros “*pera se despenderem em nosso apousemtamento na dicta villa de Samtarem*”. I.A.N./T.T., Leitura Nova, *Estremadura*, liv. 3, fl. 224V.

²³ Esta dívida era do ano de 1487.

Álvaro Unhão(?)		Évora, Turquel e Maiorga	6.000 reais
Diogo Álvares	Sapateiro	Imposição da vila de Tomar	22.000 reais
João Gonçalves ²⁴		Imposição do sal	111.000 reais

A apresentação deste quadro com a sistematização da informação contida no relatório tem como objectivo dar a conhecer a tipologia do financiamento das aposentadorias, no caso particular da vila de Santarém, como exemplo do que se passava noutras localidades, nomeadamente Lisboa e Évora, que eram os lugares mais visitados pelos monarcas, e também chamar a atenção para a raridade do mesmo. Isto porque, num universo de mais ou menos seiscentos documentos por nós compulsados, até ao momento, foi o único que encontrámos. Acresce ainda que os dados em apreciação, não só confirmam o que fora estipulado no Regimento da Aposentadoria atribuído à vila de Santarém, como também nos podem demonstrar a política de um controlo mais apertado sobre as contas, levada a cabo por D. João II. Aliás, e embora não tenhamos encontrado até este momento dados muito conclusivos, julgamos poder afirmar que, durante o reinado deste monarca, a questão das aposentadorias foi mais bem controlada, uma vez que os fidalgos e poderosos quase sempre viram os seus protestos não serem atendidos e os seus pedidos serem negados.

Para além das receitas referidas naquele quadro, e ainda no ano de 1488, a Casa da Aposentadoria recebeu 2.360 reais provenientes do aluguer de certas casas que pertenciam à referida Aposentadoria. Recebeu ainda 44.404 reais que provinham do rendimento das penalidades que determinadas pessoas tinham que pagar, porque *“foram condenadas em triplo das peitas que levavam aa comuna dos judeus”*²⁵. Também os rendimentos das custas dos oficiais de Tomar renderam 175 reais e reverteram para as despesas da aposentadoria.

Podemos ainda verificar pelo referido relatório, apresentado no ano de 1489 e referente aos anos de 1487 e 1488, analisando a proveniência dos rendimentos para as aposentadorias, que estes, no ano de 1487, são constituídos, na sua maioria, por sisas e imposições, enquanto que, no ano de 1488, são, maioritariamente, resultantes do pagamento de rendas.

Quanto às receitas declaradas nos anos de 1487 e 1488, podemos afirmar que foram despendidas, totalmente, na liquidação das despesas da hospedagem feita na vila de Santarém. O dinheiro recebido foi para pagamento de serventias de casas, camas e roupas de cama, bem como das estrebarias, entre outras coisas que estavam sob a responsabilidade da Casa da Aposentadoria²⁶.

Apesar de os monarcas, ao longo dos tempos, terem concedido alguns direitos reais que possuíam nas diversas localidades do País para subsidiar as despesas advindas das aposentadorias, certamente não cobriram os prejuízos causados às populações pela imensidão de pessoas que usufruíam desse privilégio. Efectivamente, os documentos dão-nos conta, pelas queixas apresentadas aos monarcas, que as receitas eram quase sempre insuficientes para cobrir os gastos, na medida em que não eram somente os privilegiados que exigiam pousada, mas também outras pessoas que, aproveitando-se da existência desse direito, obrigavam as populações a concederem-lhes as mesmas regalias. Por outro lado, a maioria dos fidalgos e poderosos preferiam instalar-se nas casas particulares do que nas estalagens, onde tinham que pagar, provocando o aumento dos gastos da hospedagem²⁷ e dos abusos de poder.

²⁴ Morador em Évora.

²⁵ I.A.N./T.T., Leitura Nova, *Estremadura*, liv. 3, fl. 224V.

²⁶ O documento refere que Pero do Rego, João Mendes, Nuno Fernandes e João Vasques de Freitas eram oficiais da Aposentadoria da vila de Santarém, e Mem Cerveira era seu contador

²⁷ Sobre esta questão veja-se Iria Gonçalves, “Os Gastos de Hospedagem”, *As Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1987, pp.113-114.

Mas as queixas não ficavam por aqui. Apesar da existência de um regimento onde estavam estabelecidos os preços a pagar por cada cama, e estes dependiam da condição social do hóspede, na verdade os responsáveis pelo seu pagamento não cumpriam com essa obrigação. Efectivamente, no ano de 1468, os oficiais da aposentadoria da vila de Santarém fizeram saber que a maioria dos moradores da dita vila se queixavam da falta de pagamento das casas e camas que haviam despendido para a hospedagem. Diziam ainda que esta situação se verificava não por falta de dinheiro, porque os rendimentos eram suficientes para suportar as despesas, mas pelo desaparecimento do mesmo²⁸.

Mas, fossem quais fossem as formas de financiamento das aposentadorias, as populações não deixaram de sofrer vexames, abusos e grandes prejuízos, não só porque as receitas eram quase sempre insuficientes, mas também porque os danos morais eram muitos. Aliás eram estes que as pessoas mais temiam. Podemos afirmar que as populações não se recusavam a contribuir para o encargo da aposentadoria, independentemente da etnia a que pertenciam, mas simplesmente pediam que a sua contribuição fosse feita de forma monetária ou através da entrega de alfaias de casa, nomeadamente roupas de cama, para assim poderem impedir a invasão das suas casas e guardarem a honra das suas famílias, principalmente a das suas mulheres.

Na realidade, a sociedade medieval impunha às mulheres modelos ideais e regras de comportamento que podiam ser postas em causa pela obrigação de darem hospedagem. A permanência de homens estranhos nas suas casas poderia dar azo a que certos abusos pudessem acontecer. E, para além disso, poderiam surgir boatos que, quer fossem verdadeiros ou falsos, manchariam a imagem da mulher e, conseqüentemente, a da sua família. Por isso, são imensas as queixas que surgem, dando-nos conta destas situações. Os procuradores da vila de Santarém acusam os aposentadores de *"Ihes lançarem em saas casas ospedes os quaaes per muitas vezes se acerta as deshonrrarem"*²⁹.

Por tudo o que acabamos de dizer, podemos concluir que as aposentadorias foram um problema constante da sociedade escalabitana. Apesar de se terem encontrado algumas formas de contornar os diversos custos, nomeadamente, os custos financeiros, não foi possível terminar com os danos morais, nem tão pouco com a falta de segurança que, certamente, faziam parte do quotidiano das suas populações, mais concretamente daquelas que não eram isentas do direito de Aposentadoria.

²⁸ I.A.N./T.T., *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 28, fl. 84.

²⁹ I.A.N./T.T., *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 15, fls. 58V-59.

Algumas considerações sobre conflitos e práticas de cidadania, em Silves Medieval *

Maria de Fátima Botão

A comunidade de Silves, na Idade Média, legou-nos um espólio de inquietações e modelos de resposta a conflitos, conflitos emergentes das relações entre a vizinhança e entre os poderes que a estruturavam. Não, por certo, questões que possamos evocar e analisar, em profundidade, num breve texto. Todavia, uma reflexão, mesmo que truncada, em consciência, sempre é preferível, a desbaratar temas, com potencialidades tão interessantes do ponto de vista histórico, pedagógico e cívico¹. O Passado é um inquestionável motor de compromissos entre o indivíduo, os outros e o espaço que partilham. É ele que delata as inquietações e os padrões de intervenção social, testemunhos de uma lenta e árdua construção comum. É nele que se desenterram identidades e contrastes. É com ele que se descobrem paridades e diferenças entre valores e padrões mentais, que o tempo distanciou. Reorganizemos, então, esse Passado, em conformidade com as questões que o Presente nos coloca² de modo que os conflitos, as inquietações, os padrões de intervenção procurados para lhes dar solução, por parte da comunidade que aqui exerceu a sua cidadania, na Idade Média, não sequeiem na memória do tempo e não cheguem a nós desprovidos de significado. O seu testemunho permanece, aqui e ali, não só em manuscritos que libertam, de uma forma directa, múltiplas questões levadas ao rei pela população de Silves, para que este as advogasse e ajudasse a resolver mas, mesmo em mais discretos indicadores, numa documentação mais passiva... até num arruamento esconso, num recanto da alcáçova do castelo, num ou noutro aspecto da paisagem.

Se, para trás, terão ficado situações que não conseguiremos nunca reconstituir, lamentos e alegrias que continuaremos para sempre a ignorar, silêncios e sons, imagens e aromas, que apenas podemos tentar recriar no nosso imaginário, uma análise atenta dos legados que sobrevieram ao tempo, a progressiva familiarização com os mesmos e o que sabemos acerca das características essenciais da natureza humana acabam por aproximar-nos dessa realidade distante, de Silves, em plena Idade Média; então, a pouco e pouco, vão-se definindo representações das estruturas que procuramos e até o som, do bater ritmado de mesteirais, oriundo da rua da Sapataria Velha, ou do estaleiro, junto ao Arade, se faz ouvir... Até o fumejar dos fornos³,

* O texto resultou de uma comunicação apresentada nas V Jornadas de Silves, a 30 de Outubro de 1999, onde me foi dada a honra de poder partilhar com o Sr. Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno algumas questões que vinculam necessariamente a História local e regional à Pedagogia, a História à sua Didáctica.

¹ Todos nós crescemos e consolidamos a nossa consciência cívica através do que nos é dado a conhecer e de experiências ou vivências realizadas no meio que nos pertence por nascimento ou adopção. Como cidadãos, julgo indispensável que desenvolvamos as nossas aprendizagens acerca das razões, das angústias e dos conflitos, dos mecanismos de acção, das memórias e dos legados do nosso Passado, para agirmos e intervirmos de um modo construtivo no Presente. Como historiadores e sobretudo como pedagogos ou educadores temos o dever de ajudar a construir uma sociedade futura consciente, participativa e responsável, estruturada em práticas de cidadania activa.

² Como diz um historiador da actualidade, "reorganizar o passado segundo as necessidades do presente é um processo normal, talvez mesmo uma regra do devir histórico: desmantelam-se estruturas antigas para utilizar de novo os seus elementos em função de novos esquemas (...).", Francisco J. Hernández, "A Catedral, instrumento de assimilação", in *Toledo, séculos XII-XIII – Muçulmanos, Cristãos e Judeus: o Saber e a Tolerância*, obra dirigida por Louis Cardaillac, Lisboa, Terramar, 1996, p.70.

³ Ver Maria de Fátima Botão, *Silves, Capital de Um Reino Medieval* (edição reeditada), Loulé, Câmara Municipal de Silves, 1998, pp. 64 e 65.

onde se confeccionavam as refeições de uma boa parte da vizinhança se fazem avistar, na parte oeste da cidade, chegando até nós o cheiro da lenha queimada e do pão e outros mantimentos⁴ e as discussões entre alguns vizinhos e os judeus que, no século XIII, os exploravam por causa do preço por estes praticado⁵.

Tudo tem tendência a converter-se em imagens virtualmente completas e dinâmicas, onde o trabalho, o lazer ou a família, a dor e a alegria se unem por nós implacavelmente indissolúveis. O regresso, da sua faina, ao entardecer, de um ou dois pescadores ou dos lavradores e criadores, que se acolhem aos fortes braços amuralhados da *almedina*, fazem pensar no cansaço de uma vida dura, na ansiedade por um regresso a casa, na alegria de pernoitar com os seus, na apreensão face às consequências de uma eventual ausência a que serão forçados, para prestação de serviços⁶, nomeadamente em África⁷; o receio de um eventual confronto com um ou outro oficial mais corrupto, que os poderia incomodar com encargos imprevistos⁸, a preocupação de verem circunscrever-se, cada vez mais, os espaços destinados ao desenvolvimento das suas actividades⁹, são sentimentos que a documentação deixa bem evidentes.

Aos homens que carregavam o esparto do rossio comunitário do concelho era indissociável a inquietação de não o conseguirem vir a trocar pelo trigo, farinha, cevada e centeio que os castelhanos aqui prometeram trazer¹⁰; aos que regressavam com algumas (e cada vez menos) perdizes, para comercializar, ou para compensar uma nutrição pouco abastada, juntava-se a insegurança e a ameaça de o não poderem mais fazer; na sua origem estariam motivações étnicas e religiosas, já que uma boa parte destes homens eram mouros forros? Ou simplesmente uma progressiva expansão de coutos senhoriais, que subtraía, cada vez mais, à restante comunidade, espaços de exploração¹¹?

Atrás da rotina de um quotidiano, cuja aparente tranquilidade nos detém e seduz, de paz e de silêncios, onde se descobrem solidariedades¹², por vezes, invejáveis, estava uma imensa vulnerabilidade a problemas e ameaças, que só práticas de organização comunitária e hábitos de intervenção social e cívica conseguiam apaziguar. A orgânica municipal era o suporte dessas práticas, apesar das vicissitudes registadas na característica das gentes que passaram pelo poder local¹³.

A cidade de Silves é, assim, o nosso exemplo mais próximo, e bem significativo, de quão necessária é a organização institucional, política e defensiva, jurídica, económica e social de uma colectividade concelhia, fundada numa determinada consciência colectiva¹⁴, para pôr em

⁴ *Ibidem*.

⁵ 1276, Lisboa, 14 de Fevereiro: ANTT, *Cortes*, Suplemento, Maço 4, pergaminho 3. Documento publicado por Alberto Iria, Alberto Iria in *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do Século XIV (Subsídios Para a Sua História)*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1982, p. 91.

⁶ Maria de Fátima Botão, *obra citada*, p.73.

⁷ *Ibidem*, p. 66.

⁸ *Ibidem*, pp.73 e 74.

⁹ *Ibidem*, pp. 69-70 e 72.

¹⁰ *Ibidem*, pp. 66 e 67.

¹¹ *Ibidem*, p. 72.

¹² Apesar de todo o anacronismo da palavra, damo-nos conta que o *conceito de solidariedade* subjaz ao comportamento do silvense, na Idade Média, se o entendermos como sentimento de responsabilidade recíproca numa comunidade e de participação numa estrutura interdependente. Em conformidade com José Pedro Machado, “Solidário” tem origem no Francês do século XIX. Vide *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Volume V, 4ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

¹³ A vocação da orgânica municipal assenta na garantia de assegurar à comunidade a defesa dos seus interesses jurídicos e administrativos, a preservação da propriedade colectiva, num espaço onde “a imunidade da pessoa, a inviolabilidade do domicílio e a protecção da propriedade privada, são regras comuns”: Humberto Baquero Moreno, “O Municipalismo em Portugal”, in *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI – Estudos de História*, 1ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 1986, pp. 10-14.

¹⁴ Ver A. H. de Oliveira Marques, “Portugal, das Invasões Germânicas à Reconquista”, *Nova História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Coordenação de A. H. de Oliveira Marques, Volume II, 1ª edição,

funcionamento mecanismos de solidariedade entre todos os seus vizinhos e contribuir para a resolução dos respectivos conflitos. Só assim se sobrevivia numa época de espaços e de sociedades em reconstrução, que lutava contra sérias adversidades e sobre a qual se alicerçou uma boa parte do que herdámos.

Carregando consigo toda a riqueza que resultou do convívio entre várias etnias, culturas e religiões, como por muitos outros lugares do mundo de então, a sociedade, profícua em inquietações, revelava alguma fragilidade ante problemas que minavam, aqui e ali, almas destroçadas, quantas vezes pela guerra, pela fome, por um ano de seca ou por um Inverno excessivamente rigoroso; almas que viviam intensamente as consequências de construções precárias¹⁵ (tantas vezes sacudidas por abalos sísmicos e derruídas por intempéries), almas que, em todos os momentos da sua existência, receavam a mais exígua manifestação de bubões inguinais ou axilares, em si próprios, num familiar, num ou noutro vizinho, pois bem conheciam o que isso pronunciava; almas necessariamente ansiosas perante a arbitrariedade dos que executavam o poder e que impunham, tantas vezes, tributações e serviços insustentáveis. O rei estava longe e nem sempre a eficácia da autoridade e das decisões políticas das estruturas de poder locais conseguiram atenuar os conflitos individuais e colectivos da comunidade¹⁶. Talvez um entardecer reparador após uma boa colheita – que a generosidade da natureza e os dons de Deus asseguravam –, a ausência de quaisquer vestígios de pirataria na costa, a possibilidade de comprar ou vender, na próxima feira, um ou outro animal ou produto garantissem alguma tranquilidade e fossem condições suficientes para que alguns se considerassem felizes.

Como faz parte da natureza humana procurar o apaziguamento das inquietações e problemas através não só da intervenção no meio (natural e humano), mas também através do lazer, da contemplação, da festa, chegam-nos alguns testemunhos dessas oportunidades de evasão... Por vezes, proporcionavam-se momentos de alguma animação; as procissões mandadas realizar, em meados do século XV, pelo bispo D. Álvaro, em homenagem aos Cristãos que andavam em guerra contra os Turcos¹⁷, trazendo peregrinos de todo o Portugal, as esporádicas visitas do soberano, com a sua corte (como as de 3 e 4 de Abril de 1282¹⁸, de 31 de Dezembro de 1316¹⁹, de 2 e 6 de Abril de 1359²⁰ ou 6 de Julho de 1459²¹), o regresso dos que haviam partido para África com o rei²² agitavam e animavam, por certo, a cidade. Todavia, quão distantes estamos de toda a movimentação social, comercial e das distrações que a população de Lisboa podia desfrutar, na época²³. Em Silves contrapunha-se, mais frequentemente, uma sucessão

Editorial Presença, Lisboa, 1993, p.289 e J. Mattoso, “Da comunidade primitiva ao município. O exemplo de Alfaiates”, in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.

¹⁵ Ver, a título de exemplo, Manuel Sílvio Conde, “Sobre a Casa Urbana do Centro e Sul de Portugal, nos Fins da Idade Média”, separata de *Arqueologia Medieval*, nº 5, 1997, p. 254.

¹⁶ Sobre o assunto ver Humberto Baquero Moreno, “Abusos e violências no Reino do Algarve”, in *Actas Das I Jornadas de história medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1987, pp. 17- 53.

¹⁷ 1457, Coimbra, 9 de Março: ANTT, *Stª Cruz*, Pasta 5, Armário 3, nº 2, maço 1.

¹⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, livro 1, fl. 44vº.

¹⁹ ANTT, *Leitura Nova, Direitos Reais*, livro 2, fl. 162 e vº.

²⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Pedro*, fl. 36vº. Documento publicado: Ver *Chancelaria de D. Pedro I* (ed. preparada por A.H. de Oliveira Marques), Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, I.N.I.C., 1990.

²¹ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 145.

²² A cidade manifestava uma forte exposição aos contactos com gente de variada origem sendo local de passagem obrigatória entre o norte de África e Portugal; sofria com isso as naturais consequências de imporem aos seus habitantes o dever de dar pousada a estranhos, apesar das várias orientações do rei para que todo o transeunte, em tais condições, fosse pernoitar na estalagem.

²³ Ver, a este respeito, Iria Gonçalves, “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, in *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996, pp. 11-60; *idem*, “Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares”, *obra citada*, pp. 97-116; *idem*, “Despesas da Câmara Municipal de Loulé em meados do século XV”, *obra citada*, pp. 191-209.

monótona de dias, sem poucos mais eventos especiais que aqueles que já referi. Quão mais distantes estamos, ainda, do borbulhar de gente que hoje se movimenta, diariamente, para os respectivos locais de trabalho, com a ansiedade de quem não vai conseguir chegar a horas, por causa do trânsito, ou porque não vai obter um estacionamento para o seu veículo; que se atropela para cumprir alguns percursos turísticos, para uma entrada na *Fábrica do Inglês* ou uma visita ao castelo; quão distantes de gente que se obriga a uma rápida ida à praia, conhecendo de antemão os riscos dos radicais livres e o desgaste psíquico, devido aos bloqueios do tráfego e consequentes conflagrações com outros automobilistas; quão distantes de gente atormentada porque precisa de comprar ou trocar de automóvel, de dinheiro e de tempo para viajar, para navegar na Internet, para visitar um novo centro comercial, de gente que precisa de garantir estabilidade na reforma, de libertar adrenalina agredindo um adversário, no fim de um jogo de futebol, de um comício político...

Pergunto-me, assim, que peso ou que sentido terão tido, em Silves, na Idade Média, conceitos como “paz interior”, “alegria”, “festa”, “problema”, “conflito”, “necessidade”, palavras tão vulgarmente utilizadas, por nós, hoje? As alterações foram profundas, difíceis mesmo de imaginar. Sabemos que os comportamentos interpessoais e os sentimentos subjacentes decorrem da especificidade das circunstâncias, necessariamente diferentes, como acabamos de ver.

Em Silves, na Idade Média, também se convivia, também se trabalhava, também se procurava o descanso, também se discutiam problemas colectivos e formas de intervenção. Apenas tudo se estruturou em parâmetros diferentes, quer em relação a outras cidades do reino, quer em relação à mesma cidade, decorridas umas centenas de anos... os conceitos de ociosidade e de trabalho, de alegria e de dor assentavam em realidades necessariamente diferentes e assumiam proporções de intensa vulnerabilidade às condições humanas e naturais, hoje inimagináveis...

A terra condicionava, na Idade Média, de um modo muito intenso, vivências e sentimentos, o poder e a marginalidade. Em torno dela, de um modo directo ou indirecto, despontavam os conflitos, porque possui-la não significava somente sobreviver, mas também adquirir condições para o exercício da autoridade. É por isso que uma grande parte dos conflitos irrompiam de disputas pela sua posse e direito de exploração. Dela decorriam, ainda, problemas ligados à tributação, a privilégios, etc.

Os testemunhos documentais são manifestações muito evidentes das principais inquietações que agitavam a colectividade, entre os séculos XIII e XV, da origem de muitas das questões que daí emergiam, e do modo como a vizinhança e a organização concelhia se moviam para as resolver. A presença da população da cidade nas vereações era manifesta. Apesar de não terem chegado até nós quaisquer actas das mesmas²⁴, as estruturas humanas do concelho dão sinais de bastante vivacidade no que respeita à respectiva intervenção nas decisões políticas, identificando e denunciando os problemas, manifestando um envolvimento muito consciente na resolução dos seus assuntos e uma articulação muito pragmática com as estruturas centrais de poder: reclamava-se protecção para alguns grupos sociais, como lavradores, criadores e pescadores; discutia-se o abandono a que eram votadas muitas terras, lamentava-se o enfraquecimento cadente e cada vez mais notório da cidade, identificavam-se circunstâncias que afectavam profundamente a sua população, denunciavam-se imperdoáveis irregularidades na administração do funcionalismo central e mesmo local, contestavam-se deveres que transgrediam o direito consuetudinário, reclamava-se a manutenção dos usos e costumes, dos privilégios

²⁴ Contrariamente ao que acontece para Loulé, cidade que dispõe de excelente documentação deste género para a Idade Média. Ver Humberto Baquero Moreno (preparação da ed. e prefácio), Luis Miguel Duarte e João Alberto Machado (leitura paleográfica, transc. e índices), *Actas das Vereações de Loulé*, Vol. I, Porto, 1984 e Luís Miguel Duarte (introd. e leitura paleográfica), João Alberto Machado e Maria Cristina Cunha (leitura paleog. de), “Actas das Vereações de Loulé, Séculos XIV-XV”, Sep.³ da Revista *al’-ulyã*, nº7, Loulé, Arquivo Histórico Municipal, 1999.

e das benesses atribuídas pelos reis do reino de Portugal²⁵, etc., etc. Apesar de muitas destas questões serem partilhadas por muitos outros municípios portugueses, de então, subjaziam motivações circunstanciais específicas de homens e de mulheres, expostos a conjunturas singulares e marcados por condicionalismos estruturais peculiares, como as características do seu próprio espaço e da sua própria História.

Apesar das mutações observadas na organização e na gestão do município²⁶, bem como nos grupos sociais aí representados²⁷, ao longo dos séculos XIII, XIV e XV, as questões fundamentais de toda a vizinhança continuavam, sempre, a ser ponderadas pelas autoridades concelhias que, parece-me ser um facto, nunca deixavam de regular o exercício das suas funções pelo benefício colectivo. Mesmo quando era já um cavaleiro da Casa Real a representar, em 1482, o concelho em cortes, João do Rego, os problemas dos vizinhos e os interesses da cidade de Silves mantiveram-se na ordem dos trabalhos, conseguindo ser a expressão do que eram as suas inquietações e conflitos²⁸, durante décadas, sempre evocados e reclamados pelos homens-bons do concelho, que o precederam, nas funções de procurador. De um modo sucinto, podemos afirmar que os assuntos que ele levou a apreciação das cortes e ao rei foram os mesmos que, ao longo de séculos vão ocorrendo, quer no seio da própria vizinhança, quer entre o concelho e representantes e oficiais do poder, quer entre o concelho e os outros termos²⁹, com os quais definiu os seus limites e aos quais disputou o uso e a exploração de águas e pastos (basta lembrar o seu protesto contra a alienação que o rei fez de Lagoa ou Estombar³⁰, subtraindo a Silves um

²⁵ Ver o que a este respeito escrevi in *Particularismos do Regime Senhorial no Algarve Medieval – Para uma Abordagem da História Local*, APH, Coleção Estudos/Reflexões 3, 1ª edição, Março, 1999 e *Silves, Capital de Um Reino Medieval*, obra citada.

²⁶ Apesar de, com o tempo, a governação do município tender a concentrar-se nos habitantes do núcleo urbano e lentamente num número mais restrito de pessoas: Humberto Baquero Moreno, *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI – Estudos de História ...*, p.12.

²⁷ Num dia de Natal de 1399, a propósito de mais um protesto contra a ordenação dos pelouros encontramos o alcaide ao lado dos vereadores, procuradores e homens-bons do concelho a reivindicar a eleição de escrivães pelo concelho para registo das receitas dos procuradores, as vereações e as posturas e ordenações concelhias (1486, Sintra, 1 de Janeiro (confirmação de carta de 1399, Santarém, 25 de Dezembro): ANTT, Leitura Nova, *Guadiana*, livro 2, fls. 278v^o-279 e *ibidem*, livro 6, fls. 165 e v^o. Em 1436 a eleição dos juizes que no que o corregedor do Algarve Gonçalo Pires se começou a substituir ao concelho dá origem a nova polémica; se alguém ousa protestar o corregedor degreda-o para Ceuta; também os corregedores interferem na própria eleição dos procuradores a enviar às cortes (1436, Estremoz, 18 de Abril :ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 217v^o-218).

²⁸ Este procurador, como outros anteriormente já o haviam feito, lembra ao rei os homens que ali prestam serviço ao reino, como lavradores e criadores, simultaneamente recursos humanos substanciais nas praças de África e denuncia a pronunciada deserção dos moradores para outros reinos e os motivos pelos quais o fazem. Protesta contra a cada vez maior alienação de propriedade vizinha que, de utilização comunitária, passa para as mãos de agraciados pelo rei; retoma a questão das consequências do número cada vez maior de senhorios e de gente isenta da tributação e dos serviços comunitários, que recaem sobre um número cada vez mais restrito de indivíduos. Neste caso, o procurador protesta contra as aposentadorias dos corregedores e respectivos oficiais à custa das rendas do concelho pois, à excepção de Tavira, os outros lugares são senhorios, recaindo o encargo sobre aqueles que o não são. João do Rego levanta ainda uma série de outras questões para além destas já conhecidas e denuncia irregularidades na posse de imobiliário, por parte da Igreja, e o modo como esta “por ser possante de dinheiro” destituiu do património rústico a população foreira; denuncia ainda a forma como a mesma dizima lavradores e criadores; discute a necessidade de uma alfândega na cidade e o prejuízo causado por aquela que existe em Vila Nova de Portimão, cuja importância e volume das mercadorias descarregadas reverte em favor de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, senhor daquela vila; protesta contra o couto de homiziados feito também em Vila Nova de Portimão, a pedido do sobredito, covil de malfeitores de cuja vizinhança Silves dispensa (ANTT, *Chancelaria de D. João II*, livro 8, fl. 180).

²⁹ Aliás, a instituição pré-concelhia terá começado exactamente com estas preocupações. “Apesar da ambiguidade do termo, é inegável que, em muitos casos, o *concilium* correspondia à comunidade local que organizava a sua vida económica e que defendia os seus interesses face a outras comunidades vizinhas”: “Portugal, das Invasões Germânicas à Reconquista”, obra citada, p.289.

³⁰ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, livro 8, fl. 180.

espaço importante para a criação de gado do concelho³¹). As duas grandes questões em torno das quais se revesavam as relações entre todos prenderam-se sempre ao direito de propriedade e/ou sua exploração, ao exercício do poder e ao fisco. A terra era poder para muitos e fonte incontornável de recursos e de sustento para todos. Não se compadecia com ausências prolongadas, quer por causa da guerra, quer por causa de serviços a que os seus lavradores estavam sujeitos. Ela era disputada entre cristãos e mouros, entre a vizinhança e senhorios nobres e eclesiásticos³². Acusavam-se os responsáveis pelo seu abandono e reivindicava-se, para quem a queria e podia aproveitar, pecúlios cada vez mais alienados do património régio com os quais o rei cada vez mais agraciava cavaleiros seus. Com a terra doava-lhes poderes e subtraía à comunidade concelhia recursos colectivos de aproveitamento económico importantes, como alguns baldios e ferragiais³³; os protestos aumentavam quando, em alturas de manifesta crise, que assolava a cidade, alguns se demitiam dos deveres de cidadania e não colaboravam, como os poucos que por ali havia e que não haviam debandado ou ido para Ceuta prestar serviço militar, na manutenção e construção de infra-estruturas urbanas a cargo do concelho³⁴. Eram frequentes os protestos de lavradores e criadores sobre as serventias a que eram sujeitos ou sobre a prestação de serviço em África³⁵, quando a míngua de pão era tanta³⁶ e tão necessários eram os seus braços na terra³⁷; a questão reacendia-se frequentemente; mais valia tentar trabalho num qualquer senhorio³⁸, pois muitos havia que acolhidos em senhorios nobres³⁹ ou da cleresia⁴⁰ tinham privilégios que os impediam de ser requisitados, quer para serviços do concelho, quer para se ausentarem do local onde tinham a família⁴¹. Os encargos e os deveres do cidadão, como o serviço militar, o de aposentadoria, o pagamento da deslocação de procuradores a cortes, o acompanhamento de prisioneiros, o transporte de dinheiro, a reparação e construção de infra-estruturas urbanas, entre outros, pesavam sobretudo porque eram suportados por um cada vez menor número de gente⁴², numa terra cada vez mais despovoada e débil.

Os mouros não constituíam um grupo marginal sobre o qual recaíam, de forma exclusiva, as obrigações de cidadania referidas, como poderíamos deduzir se ouvíssemos os seus

³¹ Terras cuja ascendência poderemos associar às “Musaraka” árabes, sobre as quais os cidadãos, sem apropriação, tinham o direito de utilização (pastagem e forragem dos habitantes de uma localidade vizinha). Ver, por exemplo, Vicent Lagardère, *Campagnes et paysans d’Al-Andalus, VIIIe-XVe s.*, Editions Maisonneuve et Larose, *Collection Islam-Occident-IX*, Paris, 1993, p. 114.

³² Ver sobre o assunto Humberto Baquero Moreno, “Les révolutions portugaises de la fin du Moyen Age”, in *Actes du Colloque Histoire du Portugal, Histoire Européenne* (Paris, 22-23 mai 1986), Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1987, pp.37- 42.

³³ ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, livro 5, fl. 283vº.

³⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 5vº. Documento transcrito e publicado em *Silves, Capital de um Reino Medieval*, obra citada, pp. 129-131.

³⁵ 1457: ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, livro 3, fl. 110vº.

³⁶ *Ibidem* e 1482: ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, livro 2, fls. 28vº-31vº.

³⁷ 1372 (incentivo aos lavradores e criadores para morarem dentro da cerca) : ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro1, fl. 117vº.

³⁸ 1482: ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, livro 2, fls. 28vº-31vº.

³⁹ 1383: ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fls. 46vº e 47 (carta régia agraciando Gil Eanes, vassalo real, corregedor da corte, para que os lavradores das herdades que ele tem no termo de Silves, Lagos, Faro, Beja e Estremoz, caseiros e aqueles que tem em seus moinhos não paguem fintas nem talhas aos concelhos).

⁴⁰ 1430 e 1486: ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, livro 2, fl. 135vº; 1401: ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 20vº (carta régia dirigida aos juizes de Loulé, agraciando D. Martinho, bispo de Silves, para que o azenheiro dos seus engenhos de Alte esteja isento de serviço militar e de pagamento de peitas, fintas, talhas e empréstimos lançados pelo concelho, de ser tutor).

⁴¹ Até para serem requisitados cidadãos como homens do alcaide e besteiros acontecia que uma grande parte da população estava isenta porque estava “acostada a grandes fidalgos e cavaleiros”, recaindo sempre sobre os mesmos essas serventias. 1459, Lisboa, 26 de Junho (ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, livro 3, fl. 81vº-85).

⁴² ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 5vº.

lamentos junto do rei; os cristãos não tinham menos obrigações e daí que, cada vez, se registassem menos homens na terra, quer mouros, quer cristãos, os primeiros em debandada para Além, os segundos para Castela⁴³ e Ilha da Madeira⁴⁴.

Contendas sustentadas em motivações religiosas ou étnicas não se mostram claras, entre a vizinhança; quando a população cristã acusou os seguidores de Alá de votarem ao abandono as terras de Loubite e as reclamou para si, sabemos que, efectivamente, aqueles as não aproveitavam, quer por serem requisitados para acompanharem presos, assegurarem o transporte de dinheiro e muitos outros serviços⁴⁵, já aqui referidos, quer porque emigravam, cada vez em maior número, para terras de África. Alguns oficiais do concelho excediam-se frequentemente na tributação sobre o peixe, que os seguidores de Maomé traziam para a cidade, situação que reforçaria os motivos de deserção destes. Todavia, não eram só mouros os pescadores⁴⁶ importunados com alegadas irregularidades fiscais. Também os pescadores cristãos se queixavam dessa mesma circunstância que os penalizava, a ponto de poucos serem aqueles que, em pleno século XV, já utilizavam os seus barcos, canas ou redes para trazerem algum pescado a Silves.

A convivência entre a vizinhança de ambas as convicções religiosas manifestava-se, de um modo geral, aparentemente regular, desde que ninguém se imiscuisse das suas tarefas de colaboração na estrutura comunitária: efectuavam, entre si, transacções, emprazavam imóveis e exploravam algumas azenhas e moinhos, escambavam imobiliário, participavam na tributação, colaboravam nos mecanismos de sustentação económica da comunidade. Rixas pontuais e circunscritas aconteciam, entre cristãos e alguns judeus: prendiam-se ao modo como estes últimos (a quem o rei confiou, de um modo geral, a exploração de alguns dos seus instrumentos de produção) se excediam na exploração dos moinhos e dos fornos do rei (como já atrás referi) e na tributação cobrada aos demais vizinhos⁴⁷. Quando os homens do alcaide acusaram, em 1459, os judeus de se passearem pelas ruas e praças da cidade, sem possuírem nos seus trajes as marcas obrigatórias⁴⁸, e os representantes da comuna asseguravam ao rei que tal, se acontecia, era absolutamente ocasional e desprovido da intenção de esconderem as suas convicções⁴⁹, a situação parece revelar mais orientações de conjuntura gerais, parece-me, do que um conflito específico entre filhos de Israel e cristãos.

Entre o bispo e o cabido da Sé e os vizinhos do concelho, entre estes e a pequena nobreza local, também se manifestaram situações de conflagração a propósito, sobretudo e precisamente, de direitos e deveres de cidadania (para os quais, quer a nobreza, quer a Igreja se consideraram dispensadas) e também por causa dos interesses da vizinhança, perante a propriedade, cada vez mais subtraída à utilização comum.

Roubos e homicídios deixaram muito poucos vestígios... Algumas notícias de furtos de ouro, prata e dinheiro, como aquele cujo autor foi um escudeiro do Infante D. Henrique e que, apesar de punido com a prisão e reintegrado na sociedade, como alcaide pequeno de Silves, torna

⁴³ Em 1557 haviam debandado mais de cem para Castela: ANTT, *Leitura Nova*, *Guadiana*, livro 3, fl. 110v^o.

⁴⁴ 1459: ANTT, *Ibidem*, fl. 82.

⁴⁵ 1383, Lisboa, 27 de Junho (ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fls. 87v^o- 88v^o).

⁴⁶ ANTT, *Cortes*, Suplemento, Maço 4, pergaminho nº 20; ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 75; ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 5v^o.

⁴⁷ Ver nota 5.

⁴⁸ “O Concílio de Latrão (1215) deliberou que os Hebreus usassem traje que os distinguisse dos Cristãos. A medida, porventura promulgada por D. Afonso III, não se executou e nem D. Dinis fez caso dela. Parece que foi D. Afonso IV quem a fez cumprir. Tinham de usar um sinal amarelo no chapéu e de cortar os cabelos à tesoura – acabavam as cadelhas. Surgiam, assim, entre nós os judeus de sinal, publicamente expostos a escárnio e zombaria. Com D. Pedro são compelidos a trazer uma estrela de pano no peito e D. João I ordena que seja vermelha e de seis pontas. A disposição não foi, no entanto, regularmente respeitada”: Manuel Viegas Guerreiro, “Judeus”, in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. III, Livraria Figueirinhas, Porto, 1984, p. 414.

⁴⁹ 1459, Évora, 9 de Março (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 72).

a ver-se envolvido em situações duvidosas ligadas a fuga de prisioneiros, homicídios, furtos e associações criminosas com judeus⁵⁰. Evitar tudo o que possa ameaçar a tranquilidade dos cidadãos mostra-se uma preocupação bem patente, aquando da instituição de um espaço destinado a gente criminosa nas proximidades, o couto dos homiziados de Vila Nova de Portimão⁵¹.

É ao nível do funcionalismo régio (e mesmo concelhio) que se evidenciam com maior veemência os conflitos em Silves: almotaçês, meirinhos, corregedores, oficiais da justiça, como os escrivães dos órfãos ou do pelouro⁵² são nomes muito comuns, responsáveis pelas queixas apresentadas (ouvidas da boca dos procuradores às cortes).

Em suma, a usurpação do poder, por parte dos oficiais régios e por parte das próprias autoridades concelhias, com a imposição de uma fiscalidade cada vez mais difícil de cumprir, o alargamento das prerrogativas concedidas pelo rei sobre a propriedade a alguns homens da sua confiança e a progressiva ingerência da administração central nos assuntos do concelho são situações de conflito latente, que podemos identificar como reais ameaças à estabilidade social, económica e demográfica de Silves.

Em alguns ajuntamentos de vereação, os homens do concelho aí representados não se conformam com a presença de indivíduos ligados à administração central, como o fronteiro, o contador, almoxarifes, provedores, alcaides-mores ou outros oficiais que “volta e meia” se introduzem nas sessões⁵³. É uma questão recorrente e conhecida por uma boa parte dos concelhos do reino do Algarve e de Portugal; também o crescendo de prerrogativas e de bens entregues a uma cada vez mais consolidada nobreza local⁵⁴ agravavam e ameaçavam os interesses da colectividade⁵⁵.

Entre a autoridade secular e a Igreja, os conflitos também se acendiam pontualmente, às vezes, por motivos surpreendentes e curiosos: perante situações, por exemplo, de bigamia praticada entre a vizinhança, o concelho reclamou para si o direito de punir aqueles que, em seu entender, o que mereciam, em tais circunstâncias, era a pena de morte. Os clérigos sobrepu-nham-se, nestes casos, com inépcia, à autoridade secular, consentindo e não punindo tais comportamentos⁵⁶.

Quão distantes nos encontramos daqueles que por aqui passaram há seiscentos, setecentos ou oitocentos anos atrás, dos motivos das suas aflições, da sua dor ou rejubilo, do próprio espaço que defenderam e construíram, dos poderes organizadores. Uma coisa nos une: a condição humana, que a todos impele para uma reacção imediata ao sofrimento e a um combate por melhores dias.

⁵⁰ 1471, Lisboa, 16 de Dezembro (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 22, fl. 130v^o).

⁵¹ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, livro 8, fl. 180.

⁵² Em 1486 o concelho reclama a concessão dada em 1399 por D. João I, para nomear escrivão do pelouro: ANTT, Leitura Nova, *Guadiana*, livro 2, fls. 278v^o-279v^o e *ibidem*, livro 6, fl. 165 e v^o.

⁵³ ANTT, Leitura Nova, *Guadiana*, livro 3, fls. 105 e v^o.

⁵⁴ Ver Humberto Baquero Moreno, “A Nobreza do Algarve nos Fins da Idade Média”, *Actas das III Jornadas da História do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Faro, 1989, p. 144: após um período em que a nobreza algarvia acusava o “isolamento a que a região era votada, onde só muito raramente os monarcas apareciam” vinha assim a registar-se, de um modo muito lento, uma certa afirmação da mesma, “o que sobretudo se explica em função da sua intervenção nas campanhas do Norte de África e na colonização da Madeira, que lhe conferem prestígio e um certo peso real”.

Ver a este respeito, também, “A Conquista de Faro, o Reavivar de uma Questão”, de Henrique David e José Augusto P. de Sotto Mayor Pizarro, *Actas das III Jornadas da História do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Faro, 1989, pp.119-134 e ainda João Silva de Sousa, “A Propriedade e o Pessoal do Infante D. Henrique no Algarve”, *ibidem*, pp. 179 – 197.

⁵⁵ As mutações que se começam a registar nos séculos XIV e XV a nível do aumento da ingerência e dos abusos da cavalaria-vilã em relação à administração dos concelhos e a consequente intervenção do rei são largamente conhecidas.

⁵⁶ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, livro 8, fl. 180.

Imágenes matrimoniales en las obras juanmanuelinas

María del Carmen García Herrero *

En la versión juanmanuelina del cuento de “La lechera”, Don Juan Manuel nos presenta a una mujer más bien pobre, Doña Truana, que se dirige al mercado portando una olla de miel sobre su cabeza. La mujer camina y sueña, fantasea sobre un futuro dichoso y una cadena de riquezas que se inicia en ese mismo momento: con lo obtenido por la venta de la miel, adquirirá huevos, de los huevos vendrán gallinas, de las gallinas, ovejas, y en la imparable sucesión de ganancias todo proseguirá adelante hasta convertir a doña Truana en la más rica de las vecinas.

El punto culminante del funcionamiento imaginativo de doña Truana se alcanza en una imagen vinculada a los matrimonios de sus descendientes: “Et con aquella riqueza que ella cuidava que avía, asmó cómmo casaría sus fijos et sus hijas et cómmo yría aguardada por la calle con yernos et con nueras et cómmo dizían por ella cómmo fuera de buenaventura en llegar a tan grant riqueza, seyendo tan pobre commo solía ser”¹.

Yernos y nueras honrados escoltan en su sueño a doña Truana que rica, bienaventurada y viéndose con su misión cumplida y bien cumplida, da en reír con tanto placer que acaba tirando la olla de miel que porta en su cabeza, quebrándose al mismo tiempo el recipiente y la fantasía de futuro.

Me parece muy significativo que doña Truana, en su ensoñación, coloque su máxima gloria en los buenos matrimonios de sus hijos e hijas, plasmación fehaciente del ascenso social de la familia, y posiblemente la aspiración más granada para una mujer fantasiosa, pero buena y consciente de su deber. Tal vez doña Truana fuera viuda, tal vez no. Su marido no aparece en el corto relato, pero cabe señalar que aunque en la legislación bajomedieval tanto civil como eclesiástica, el matrimonio de los herederos y herederas y la elección de cónyuge suelen recaer en el terreno de responsabilidad de los varones, en la práctica es moneda corriente que las madres, tácita o explícitamente, intervengan y medien en estos asuntos². En este sentido, en *La Celestina*, el comportamiento de Alisa resulta modélico, pues tras recordar a Pleberio que dar marido a la hija es asunto del padre y cuestión ajena a las mujeres, acto seguido interviene activamente en los preparativos para casar a Melibea³.

Dentro de la obra juanmanuelina no faltan ejemplos sólidos e interesantes de mujeres que terciaban en cuestiones matrimoniales. Uno de los más bellos se encuentra en la *Crónica abreviada* y relata la actuación llevada a cabo en esta materia por doña Leonor de Plantagenet, reina de Castilla entre 1170 y 1214, que aparece descrita como muy santa, muy apuesta y muy amada por los de la tierra⁴. Doña Leonor es mujer influyente⁵ a la que su marido, Alfonso VIII, ama, escucha y reconoce autoridad:

* Universidad de Zaragoza – España.

¹ DON JUAN MANUEL, *El conde Lucanor*, edición de Guillermo Serés, estudio preliminar de Germán Orduna, Barcelona, Crítica, 1994, pp. 43-44. (A partir de ahora, *Lucanor*)

² Vid. Cap. VII y Cap. VIII de M. C. GARCÍA HERERO, *Las mujeres en Zaragoza en el siglo XV*, Zaragoza, Ayuntamiento, 1990, 2 vols., vol. 1, pp. 151-244.

³ Fernando de ROJAS (y “Antiguo Autor”), *La Celestina. Tragicomedia de Calisto y Melibea*, edición de F.J. Lobera y G. Serés, P. Díaz-Más, C. Mota, I. Ruiz Arzálluz y F. Rico, Barcelona, Crítica, 2000, pp. 293 y ss.

⁴ DON JUAN MANUEL, *Crónica abreviada en Obras Completas*, edición de J. M. Blecua, Madrid, Gredos, 1983, 2 vols., vol. 1, pp. 505-815, p. 786. (A partir de ahora, *Crónica*). Otro ejemplo interesante en *Crónica*, p. 725.

⁵ Tiene influencia la persona capaz de cubrir suficientemente las necesidades -legítimas y en vacío- y sostener las aspiraciones. Vid. VVAA, *La persona y su crecimiento*, Madrid, Personalidad y Relaciones Humanas, 1997, pp. 230 y ss.

“Fablaron los altos omnes de la tierra con donna Leonor, muger del rey don Alfonso de Castilla, e mostrandol quantos dannos e quantos males vinie[n] al regno de Castilla de la guerra del rey de Leon e, ssi podiese ser, que era bien de aver pazes con el rey de Leon, e para esto que casasen con el a la ynfanta donna Beringuella. E la reyna, veyendo que era bien, fablo con el rey don Alfonso e fezieron lo ansi; e vinieronse los reyes en vno e posieron sus pazes. E caso don Alfonso de Leon con donna Beringuella, fija del rey don Alfonso de Castilla”. (*Crónica*, 788-789).

Para doña Berenguela el rey de Portugal era un candidato matrimonial idóneo. En el caso de doña Truana la nueva riqueza, nacida de una olla de miel, permitiría a sus descendientes ascender en la escala social, y es que el matrimonio en la obra de don Juan, en principio, es un asunto que debe ventilarse entre iguales. La expectativa de paridad entre los cónyuges aparece en diversos pasajes⁶, pero, quizás en ninguno se plasme con tanta gracia e ingenio como en el supuesto diálogo que mantienen las cornejas del ejemplo XXI de *El conde Lucanor*. Allí el filósofo sabio alecciona a su discípulo, el joven rey rebelde, mediante un truco consistente en hacerle creer que traduce lo que las aves discuten a propósito del matrimonio entre sus hijos que han acordado hace ya cierto tiempo. La idea de que el casamiento adecuado debe realizarse entre pares impregna el fragmento:

“Et él díxol que aquellas dos cornejas avían puesto de casar el fijo de la una con la fija de la otra, et que aquella corneja que començara a fablar primero que dezía a la otra que pues tanto avía que era puesto aquel casamiento, que era bien que los casassen. Et la otra corneja díxol que verdat era que fuera puesto, mas que agora ella era más rica que la otra, que, loado a Dios, después que este rey regnara, que eran yermas todas las aldeas de aquel valle, et que fallava ella en las casas yermas muchas culuebras et lagartos et sapos et otras tales cosas que se crían en los lugares yermos, porque avían muy mejor de comer que solía, et por ende que non era estonce el casamiento equal. Et cuando la otra corneja esto oyó, començó a reír et respondiól que dizía poco seso si por esta razón quería alongar el casamiento, que, sólo que Dios diesse vida a este rey, que muy ayña sería ella más rica que ella, ca muy ayña sería yermo aquel valle otro do ella morava, en que avía diez tantas aldeas que en el suyo, et que por esto non avía por qué alongar el casamiento. Et por esto otorgaron amas las cornejas de ayuntar luego el casamiento”. (*Lucanor*, 88).

La corneja que se ha enriquecido quiere revisar – acaso anular – el acuerdo de matrimonio apalabrado tiempo atrás, pues ahora su situación ha cambiado y “non era estonce el casamiento equal”. Aunque excede el marco de este trabajo, quizás sea buen momento para traer a colación la propia biografía de don Juan Manuel, pues la ruptura del plan de matrimonio entre su hija Constanza y Alfonso XI marcó buena parte de su vida personal y política⁷.

Si repasamos la *Crónica abreviada*, encontraremos al Cid retando a los infantes de Carrión, sus yernos, por haber abandonado a sus hijas, después de haberlas maltratado y herido; ahora bien, los infantes no sólo no acudieron al desafío del suegro, sino que justificaron su

⁶ *Crónica*, p. 779.

⁷ Para toda esta cuestión sigue resultando de enorme utilidad la obra de A. GIMÉNEZ SOLER, *Don Juan Manuel. Biografía y estudio crítico*, Zaragoza, Academia Española, 1932. Vid. M. J. LACARRA y F. GÓMEZ REDONDO, “Bibliografía sobre don Juan Manuel”, *Cuadernos bibliográficos*, nº 3, de *Boletín bibliográfico de la AHLM*, año 1991, pp. 179-212. Así mismo los trabajos más recientes sobre el autor pueden consultarse en la red a partir de las direcciones que facilita F. GÓMEZ REDONDO, *Historia de la prosa medieval castellana. I. La creación del discurso prosístico: el entramado cortesano*, Madrid, Cátedra, 1998, pp. 1.206-1.207.

postura “diciendo que las dexaran por que non eran sus eguales de linage”⁸. La indignidad de los infantes se subraya mediante los nuevos casamientos de las hijas del Cid, enlaces ventajosos con primogénitos reales rematados con las alegrías de las nuevas bodas⁹.

La *Crónica* expone como al Cid, ya de entrada, no le había gustado el primer matrimonio de sus hijas con los de Carrión, punto que retomaremos más adelante, pero “al rey progol mucho, ca tenie que era comunal este casamiento para amas las partes”¹⁰. De manera que Rodrigo Díaz de Vivar tuvo que aceptarlo y “ovo lo a fazer pues al rey le plazie”¹¹.

En el *Libro enfenido*, don Juan Manuel explicaba a su hijo, y con él a sus lectores y lectoras, que una de las maneras del amor era el amor deudor, “quando vn omne a reçebido algun bien de otro, commo criança o casamiento o heredamiento [...] Este es tenuto de amar aquella persona por aquel debdo”¹².

Tanto la formación o crianza, como la herencia y el matrimonio son vías de ascenso social y, por tanto, justo resulta que cada cual ame con gratitud a quien se las proporcione¹³. Si bien es cierto que el matrimonio entre iguales es un horizonte habitual, también lo es la aspiración a medrar mediante casamiento, que no sólo resulta legítima a los ojos del autor, sino deseable. Así, en el *Libro de los Estados*, al descifrar la consideración que le merecen los ricos hombres y los infanzones, don Juan Manuel evidencia la licitud de que unos y otros busquen la mejora familiar mediante las alianzas matrimoniales pertinentes:

“Et estos ricos omnes no son todos de una guisa, nin son eguales en linage nin en onra nin en poder, ca algunos dellos ay que son de muy grant sangre et vienen del linage de los reys, et otros, que commo quier que non son del linage de los reys, que casan los fijos et las fijas con los fijos et con las fijas de los reys”¹⁴.

Por su parte, la elite de los infanzones puede aspirar a emparentar con el escalón superior de la nobleza de los ricos hombres:

“Et los que son de l[os] dichos infanzones derechamente son de solares çiertos, et éstos casan sus fijas con algunos de aquellos ricos omnes que desuso vos dixi. Et commo quier que los infanzones son de solares çiertos, para que sean levadas adelante las sus onras, o mengüe mucho dello, ayuda o enpesçe mucho segund fazen sus faziendas et sus casamientos et sus obras”. (*Estados*, 269).

Una clave, tal vez la de mayor importancia, del avance social a través del casamiento radica en la virtud individual. Dicho de otro modo, don Juan Manuel se deja seducir por los varones que ascienden mediante matrimonios ventajosos a los que llegan o en los que se consolidan por méritos propios. Los ejemplos que aduce no suelen ser frutos originales de su creatividad, pero él los adapta a su tiempo y espacio contextualizándolos de modo que puedan ser

⁸ *Crónica*, p. 771.

⁹ *Crónica*, pp. 771-772.

¹⁰ *Crónica*, p. 767.

¹¹ *Crónica*, p. 768.

¹² DON JUAN MANUEL, *Libro enfenido*, en *Obras Completas*, edición de J. M. Blecua, Madrid, Gredos, 1982, vol. 1, p. 184. (A partir de ahora, *Enfenido*)

¹³ Ni que decir tiene el vínculo amoroso y agradecido que contrae quien recibe más de un bien de su benefactor, caso de don Alfonso, criado por don Melendo González y su mujer doña Mayor, que se ocuparon de su minoría y luego le dieron en matrimonio a su hija doña Elvira, quien, a su vez, hacía así matrimonio ventajoso. *Crónica*, pp. 734-735.

¹⁴ DON JUAN MANUEL, *El Libro de los Estados*, edición de I. R. Macpherson y R. B. Tate, Madrid, Castalia, 1991, p. 267. (A partir de ahora, *Estados*).

admitidos, reconocidos y asimilados por sus coetáneos. Aparece así también en el terreno matrimonial la idea de la prueba, un principio querido por el autor, que gusta reflejar en su obra cómo Dios tantea a los mortales y cómo los dotados de sabiduría ponen a prueba a sus amigos, a su familia, a sus consejeros, a sus aliados, es decir, a los que tienen por suyos. La superación de la prueba es un logro que confiere dignidad y acarrea el merecimiento indubitable de lo obtenido.

En los orígenes de España, Laboria, una muchacha hermosísima y sabia, hija de Espan, solicita a su padre que ponga a prueba a quienes deseen contraer matrimonio con ella, desafío del que sale triunfador Pirus, después esposo feliz de Laboria y sucesor de su suegro¹⁵. También con coraje e ingenio triunfa el mancebo protagonista del Ejemplo XXXV de *El conde Lucanor*. Este cuentecillo, uno de los más conocidos de la colección, tiene probablemente origen persa, y plasma el motivo tradicional que también aparece en *La fierecilla domada*. Aquí y ahora nos interesa el inicio, cuando el conde expone a Patronio las expectativas y miedos de un muchacho al que y ha formado:

“Patronio, un mío criado me dixo quel traían casamiento con una muger muy rica et aun, que es más onrada que él, et que es el casamiento muy bueno para él, sinon por un embargo que y ha” (*Lucanor*, 147).

Sí, evidentemente alguna pega tiene que tener la novia cuando siendo muy rica, más honrada que su pretendiente y un estupendo partido se le encuentran “peros”. De sobra es conocido que el problema radica en el pésimo carácter de la muchacha, lo que permite enlazar con el cuento tradicional en el que un mancebo excelente contrae matrimonio con una doncella, hija única de un hombre rico y muy honrado, a la que nadie quiere por mujer dada su violencia, pésima educación y comportamiento insufrible. Pero el muchacho ejemplar vence en la primera noche y somete, es decir “doma”, a su mujer desde el principio, otro tema grato a don Juan Manuel¹⁶, demostrando que es digno de su ascenso social.

El mancebo moro del ejemplo XXXV es un *hombre*. Posiblemente la cualidad que el Cid, con su sagacidad, intuyó que faltaba a los de Carrión y por lo que se le antojaban poco deseables como yernos. Un hombre también, el *hombre* por antonomasia, es el casado del ejemplo XXV.

Cuando el conde de Provenza requiere el consejo de Saladino, tenido por sabio, para discernir a cuál de los pretendientes debe entregar a su hija, Saladino responde:

“Yo non conosco todos estos que demandan vuestra fija qué linage o qué poder han o cuáles son en los sus cuerpos o cuánta vecindat han conbusco o qué mejoría han los unos de los otros, et por ende, que non vos puedo en esto aconsejar ciertamente; mas el mío consejo es este: que casesdes vuestra fija con omne” (*Lucanor*, 104).

Debido al alejamiento involuntario de sus tierras, el conde de Provenza envía instrucciones a su mujer¹⁷, la condesa, y a sus parientes para que busquen el marido idóneo sin dejar que prevalezcan criterios como la riqueza o el poder de los candidatos y que le escriban describiéndoles moral y físicamente. “Et la condessa et los parientes del conde se marabillaron desto mucho” (*Lucanor*, 104). Pese a lo contrario a la costumbre que parecía el comportamiento paterno, los suyos hicieron lo demandado y finalmente el conde escogió a un joven que no tenía gran poder, pero “que era el mejor omne et el más conplido et más sin ninguna tacha de que él nunca oyera hablar” (*Lucanor*, 105).

¹⁵ *Crónica*, p. 582.

¹⁶ *Lucanor*, 147-152.

¹⁷ De nuevo don Juan Manuel nos remite a la realidad que suele ir más allá de la ley, puesto que el conde, antes que a sus parientes, se dirige a su mujer, la condesa, para que intervenga en la elección del novio de la hija de ambos.

Dada la desigualdad social entre los contrayentes, el hijo del hidalgo cree que se están burlando de él cuando le comunican – maravillados, por supuesto – que el conde le ha elegido para marido de su hija. Sin embargo la opción ha sido la correcta, aspecto del que no cabe ninguna duda cuando en la noche de bodas y sin consumir el matrimonio, el joven opta por cumplir su deber de hombre antes de entregarse a los deleites carnales y tomar posesión de una esposa y de una dignidad de las que aún no se ha hecho merecedor a sus propios ojos. El intercambio sexual se aplaza durante mucho tiempo, quizás años, hasta que el joven demuestra con creces su hombría, su virtud, dejando patente ante todos la calidad de su entendimiento, su capacidad de esfuerzo, tanto para iniciar como para culminar las empresas, y su lealtad a quienes le eligieron. El *hombre* supera la prueba.

Terminado el cuento, Patronio concluye: “Consejalde que la principal cosa que cate en el casamiento que sea aquel con quien la oviere de casar buen omne en sí, ca si esto non fuere, por onra nin por riqueza nin por fidalguía que aya, nunca puede ser bien casada” (*Lucanor*, 109).

Un tema recurrente en la obra juanmanuelina es el de los problemas que acarrea la relación entre hombre y mujer en el marco del matrimonio. Al autor parece asombrarle lo difícil que resulta a sus coetáneos comportarse adecuadamente con sus mujeres, cuando, en teoría y para él el asunto es claro – simétricamente asimétrico – desde el principio de los tiempos, es decir, desde la formación de Eva: “Et otrosí, quiso que fuese fecha de una costilla del omne, por razón que la muger es una partida del omne, pero non es tan conplida commo [él]. Porque da a entender que, pues non es tan conplida commo él, que siempre el omne debe aver señoría et mejoría de la muger, et así, todo esto fue fecho con razón” (*Estados*, 302).

Sin embargo, muchos hombres tienden a olvidar lo que deben hacer y se comportan inadecuadamente con sus mujeres:

“Los mas de los omnes yerran en la manera que deuen traer con sus mugeres; ca vnos fazen tanto lo que ellas quieren, que les es muy dannoso para las faziendas et para los cuerpos et para las famas; et muchos fazen tan poco por ellas, et avn les [dan] tantos enojos, que les es muy dannoso para las almas, et avn para los cuerpos et para las faziendas et para las famas. Et muchos cayen en estos yerros por que dizen que sus mugeres son tan buenas et aman tanto a sus maridos, que por fuerça an ellos a fazer lo que ellas quieren. Et otros dizen que sus mugeres son tan fuertes et tan brauas et tan porfiosas, que por fuerça an a pasar et fazer lo que ellas quieren, por non aver mala vida con ellas”. (*Enfenido*, 165)

El autor remite a su heredero, y con él a su público, a lo que ya ha escrito a propósito de este asunto en el *Libro de los Estados* al referirse al trato que el emperador debe procurar a su mujer e hijos. Dos pensamientos juanmanuelinos se reiteran en sus obras: que el hombre debe hacer entender a su mujer desde el primer día que él es el señor y debe ser tratado como tal¹⁸, y, por otra parte, que el hombre cabal sabe amar a su mujer razonablemente, o lo que es lo mismo, que nunca olvidará o desatenderá su deber por estar con ella¹⁹.

¹⁸ *Lucanor*, p. 127.

¹⁹ “Ca si el omne, por aver grand amor a su muger, quiere estar con ella tanto por que dexa de yr a los lugares o a los fechos en que puede fazer su pro et su onra, faze muy grand yerro; nin si por le fazer plazer nin conplir su talante dexa nada de lo que pertenesce a su estado nin a su onra faze muy desaguisado”. *Lucanor*, 126.

Y al varón, salvo que su cordura, ingenio y recto talante estén tan fuera de dudas como en el caso del mancebo moro del ejemplo XXXV – lo que no es habitual –, mejor le resultará evitar a las mujeres violentas y complicadas: “Más valdría seer omne soltero que casar con mujer porfiosa”²⁰. Sí, realmente este tipo de mujeres bravas, fuertes y enrevesadas, parecen ser las más rechazadas por don Juan Manuel. El prototipo de la “porfiosa” es la mujer del emperador don Fadrique que, por su cabezonería y mala intención, acaba muerta en su afán por contradecir al marido²¹.

Dentro del mismo cuentecillo, el nº XXVII de *El conde Lucanor*, en el que aparece la fiera esposa de don Fadrique, se encuentra también el ideal femenino de don Juan Manuel, encarnado en doña Vascuñana. A los ojos del autor, ella es un auténtico dechado de virtudes, la perfecta casada.

Doña Vascuñana es inteligente, hábil conversadora y con extraordinaria aptitud dialéctica, capaz de argumentar y convencer, creativa y adaptable, mujer de buen criterio, y todo su saber y su saber-hacer están puestos al servicio del marido al que venera. Su mayor gloria es la honra y el bien de su esposo al que siempre da la razón, no por agradarle o manipularle, sino por verdadero convencimiento de que su amado no yerra. ¿Cómo desconfiar de una mujer así? ¿Cómo no concederle poder en todos los asuntos?²². ¿Cómo no sentirse tan dichoso como Alvar Fáñez?

“Et bien vos digo verdat: que del día que comigo casó, que nunca un día le vi fazer nin dezir cosa en que yo pudiesse entender que quería nin tomava plazer si non en aquello que yo quis, nin le vi tomar enojo de ninguna cosa que yo fisesse. Et sienpre tiene verdaderamente en su talante que cualquier cosa que yo faga, que aquello es lo mejor. Et de lo que ella ha de fazer de suyo, o le yo acomiendo que faga, sábelo muy bien fazer, et sienpre lo faze guardando toda vía mi onra et mi pro et queriendo que entiendan las gentes que yo só el señor, et que la mi voluntad et la mi onra se cunpla en todo. Et non quiere para sí otra pro nin otra fama de todo el fecho sinon que sepan que es mi pro et tome yo plazer en ello. Et tengo que si un moro de allende el mar esto fiziesse, quel devía yo mucho amar et presciar yo et fazer yo mucho por el su consejo. Et demás, seyendo casado con ella, et seyendo ella tal et de tal linaje, de que me tengo por muy bien casado”²³.

Como debió ser común entre las personas cultas e informadas de la época, don Juan Manuel diferenció los distintos actos que podían acompañar al casamiento siendo constitutivos o no de matrimonio. En diversos fragmentos de su obra podemos leer acerca de las alegrías de las bodas, uno de los momentos clave de fiesta y regocijo²⁴, que, sin embargo, pese a ser deseable y conceder solemnidad, no era imprescindible para realizar legítimo matrimonio. Es en el *Libro del cauallero et del escudero* en donde el noble explica detalladamente este punto: “En el casamiento, que es vno de los sacramentos, a mester que sea y omne que quiere casar et la muger que ha de casar con el et las palabras del otorgamiento et del reçibimiento que a.de fazer el vno al otro. Et estas son las cosas que fazen al casamiento; ca todas las otras que se fazen son bendiciones et aposturas et complimientos”²⁵.

Finalmente y para concluir esta aportación, quiero señalar que una de las imágenes más vívidas y hermosas respecto al matrimonio que nos lega don Juan Manuel se inserta en ese

²⁰ *Lucanor*, 231 [14].

²¹ *Lucanor*, Exemplo XXVII^o, pp. 115 y ss.

²² *Lucanor*, p. 122.

²³ *Lucanor*, p. 125.

²⁴ *Estados*, p. 149; *Crónica*, p. 730, 768, 772.

²⁵ DON JUAN MANUEL, *Libro del cauallero et del escudero* en *Obras Completas*, edición de J. M. Blecua, Madrid, Gredos, 1981, vol. I, p. 45.

compendio de anécdotas familiares – reales, ficticias o de ambas categorías – que es el *Libro de las Armas*, y se relaciona directamente con lo dicho a propósito de los actos constitutivos de legítimo matrimonio:

“Otro si el rey don Jaymes fue a çercar a Murçia; et andando en estas cosas, fue mio padre casar con la infanta donna Constança a Calataud. Et yo dezir a Martin Martines de Faças, que alcançe yo muy biejo, que fuera montero de mio padre, que el dia que casaron en Calataud, el, bien con otros çient monteros de mio padre, estudiera en deredor de la elesia con sus venablos, en quanto dixieron la missa, reçelando que vernia alguno de parte don Anrique [a] dezir commo la infanta et don Anrique eran desposados en vno. Et yo dezir a otros que quando don Anrique se biera con el rey de Aragon en Maluenda, que por aventura oviera entre don Anrique et la infanta encubierta mente plabras de casamiento, ca sin dubda ellos se amauan mucho el vno al otro. Et avn me dixeron que yendo la ynfanta de vn lugar al otro, que fue el infante don Anrique, desconoçido, cabo ella en el lugar del omne que la leuaua las salidas; et asi fue fablando con ella bien tres leguas. Onde paresçe que razon avia de sospechar que pudiera aver entre ellos algunas palabras de casamiento. Et deque la dicha infanta fue casada, et don Anrique fuera del regno, finco ya el rey don Alfonso sin reçelo del”²⁶.

²⁶ DON JUAN MANUEL, *Libro de las armas en Obras Completas*, edición de J. M. Blecua, Madrid, Gredos, 1981, vol. I, p. 131.

Los orígenes del señorío de Santo Tomé (Jaén) en la Baja Edad Media

María del Mar García Guzmán *

Las campañas militares de Fernando III en el Alto Guadalquivir y las emprendidas por el arzobispo de Toledo don Rodrigo Jiménez de Rada, permitieron la formación de un extenso señorío en la frontera con el Reino de Granada, conocido como Adelantamiento de Cazorla, del que fueron sus titulares los arzobispos de Toledo.

En los primeros momentos, el territorio se organiza en base a un concejo principal, el de Quesada¹, del que dependen otros de menor importancia como el de Cazorla; no obstante, hay que destacar que en la documentación de estos años se recogen numerosos núcleos de población que posteriormente desaparecen como tales, al reorganizarse el espacio en torno a las villas fortificadas y al perderse algunos enclaves muy avanzados en territorio nazarí².

Hacia mediados del siglo XIII, el señorío contaba con tres villas: Iznatoraf³, Quesada y Cazorla. Esta última, desde 1256, tenía delimitado su alfoz, en el que se encontraban las aldeas de Nubla, La Iruela y Alcoray⁴. A partir de esa fecha se fue potenciando esta villa, debido a sus mejores condiciones defensivas con respecto a Quesada. Así, en 1268, se le incorporaron dos nuevas aldeas Burunchel y El Retamal, pero el arzobispo don Sancho de Aragón hizo constar en el privilegio de concesión que era preciso su repoblación⁵. A través del documento de confirmación de 1309, podemos conocer como se inició la colonización de El Retamal, que era « casería del arzobispo de Toledo e que el arçobispo don Sancho de Aragón, nuestro anteçesor, que lo partio a escuderos e a otros omes, sus vasallos e sus criados...»⁶. Este proceso de repoblación, que tiene su punto de partida en el repartimiento de una heredad, perteneciente a la mesa arzobispal, denominada casería o cortijo, fue utilizado con frecuencia en el Adelantamiento de Cazorla, siendo el origen de lugares como Santo Tomé o Villamontiel, entre otros.

* Universidad de Cádiz.

¹ El 20 de enero de 1231, Fernando III donaba a don Rodrigo Jiménez de Rada las villas de Quesada y Toya. En otro documento del arzobispo de Toledo, fechado el 14 de diciembre de 1245, se recogen los lugares que dependían de Quesada, siendo los siguientes: Toya, Aosín, Cazorla, La Iruela y Nubla. J. de M. CARRIAZO Y ARROQUÍA: *Colección Diplomática de Quesada*, Jaén, 1975, 1-2 y 10.

² El 20 de abril de 1245, Fernando III donó a don Rodrigo Jiménez de Rada Baza y sus términos, aun en poder musulmán. J. A. GARCÍA LUJÁN: *Privilegios Reales de la Catedral de Toledo (1086-1462)*, Toledo, 1982, 161-167. El prelado toledano llevó a cabo en esos años la conquista de algunos lugares situados en la cabecera del Guadiana Menor, vía de comunicación del Alto Guadalquivir y la comarca de Baza. Así, en diciembre de 1245, Gil de Rada recibía ciertas rentas por la tenencia de los castillos de Cuenca, Chiellas, Torres de Alicún, Cebas, Cuevas de Almizdrán y Cuéllar. J. de M. CARRIAZO Y ARROQUÍA: *Colección...*, 11. Al consolidarse el reino nazarí se abandonó el proyecto de la conquista de Baza y los prelados toledanos perdieron el control de estos lugares.

³ Ante la imposibilidad de conquistar Baza, Fernando III donó, 22 de abril de 1252, al infante don Sancho, arzobispo de Toledo, la villa de Iznatoraf que pasó a formar parte del señorío jiennense de los prelados toledanos. J. de M. CARRIAZO Y ARROQUÍA: *Colección...*, 15-18.

⁴ La delimitación del término de Cazorla se recoge en un privilegio otorgado por el infante don Sancho de Castilla, arzobispo de Toledo, a la villa de Cazorla el 23 de noviembre de 1256. M^a M. GARCÍA GUZMÁN: *Colección Diplomática del Adelantamiento de Cazorla (1231-1495)*, Cádiz, 1991, 7-8.

⁵ *Ibidem*, 11-12.

⁶ Don Gonzalo Díaz Palomeque, arzobispo de Toledo, confirmó los heredamientos en El Retamal, el 21 de septiembre de 1309. *Ibidem*, 15-16.

Estas iniciativas colonizadoras de los arzobispos de Toledo fueron frecuentes en los últimos años del siglo XIII y a lo largo de la centuria siguiente, aunque no siempre llegaron a consolidarse. Además, estos años coinciden con una intensa actividad militar en la frontera, cuyo hecho más significativo fue, con relación al señorío, la pérdida y posterior recuperación de Quesada⁷. En este contexto surge el lugar de Santo Tomé.

Desde la conquista del territorio hasta la finalización de la Guerra de Granada, el señorío se configuró como un territorio de frontera, de ahí que una de las tareas primordiales de sus señores fuese asegurar su defensa. Esta función era desempeñada por los adelantados, designados por los preladados. A comienzos del siglo XIV, la sede de Toledo estaba ocupada por Gonzalo Díaz Palomeque, quien encomendó el gobierno del señorío jiennense a su hermano Pedro Díaz de Toledo.

Las noticias sobre Pedro Díaz de Toledo son numerosas en las obras de autores del siglo XVI y XVII como Gonzalo Argote de Molina⁸, Pedro Salazar de Mendoza⁹ o Bartolomé Ximénez Patón¹⁰, entre otros. En líneas generales, todos coinciden en que el hermano del arzobispo de Toledo tuvo un papel destacado en la lucha contra el Islam, resaltando su intervención en la recuperación de la villa de Quesada¹¹; razón por la cual cambió su apellido Toledo por Quesada. En el señorío jiennense construyó una torre que llamó de Santo Tomé, en conmemoración de unas de sus victorias frente a los granadinos.

Entre los documentos que G. Argote de Molina inserta en su obra, tiene especial interés un privilegio, otorgado por don Gonzalo Díaz Palomeque a Pedro Díaz de Toledo, fechado el 13 de agosto de 1310 (era de 1348); en él, el arzobispo reconoce que su hermano construyó «... una torre muy buena y un cortijo a vuestra costa y en **nuestra heredad** en un lugar, al qual vos posistes nombre Sancto Thomé, que es en termino de Caçorla en lugar muy peligroso en tiempo de la guerra...., pedistes nos por merced, que vos diesemos licencia, que ficiessedes en aquel lugar una iglesia que oviessse nombre Sancto Thome, porque tal dia fueron los moros vencidos

⁷ Desde 1295 hasta 1310 la situación de la villa es incierta, pasando de poder cristiano al musulmán en diferentes ocasiones. La minoría de Fernando IV fue aprovechada por Muhammad II de Granada para recuperar algunas plazas en la frontera jiennense, como es el caso de Quesada, 1295, volviendo a dominio castellano en 1310, como consecuencia de las treguas pactadas por el monarca nazarí, Nasr, y Fernando IV, en las que se estipulaba la devolución de los lugares conquistados por Muhammad II. M. A. LADERO QUESADA: *Granada. Historia de un país islámico (1231-1571)*, Madrid, 1989, 143-147. Pero tanto J. de M. CARRIAZO y ARROQUIA: *Colección Diplomática...*, LXIX, como J. F. RIVERA RECIO: *El Adelantamiento de Cazorla. Historia General*, Toledo, 27, apuntan la posibilidad de que la villa fuese recuperada por los castellanos, para perderse de nuevo en los últimos años del siglo XIII o primeros del siguiente, perteneciendo al Reino de Granada hasta 1310.

⁸ G. ARGOTE DE MOLINA: *Nobleza de Andalucía*, Ed. Riquelme y Vargas, Jaén, 1991, 358.

⁹ P. SALAZAR DE MENDOZA: *Origen de las dignidades seculares de Castilla y León*, estudio preliminar de E. Soria Mesa, Granada, 1998, 159, se refiere a Pedro Díaz Carrillo, hermano del arzobispo don Gonzalo Díaz Palomeque, como el primer adelantado de Cazorla. En cambio en la documentación medieval, este oficial señorial aparece años más tarde, durante el pontificado de don Juan, infante de Aragón, siendo Sancho Rodríguez de Funes, «adelantado de la tierra que el arzobispo de Toledo a en la frontera», oficio que seguiría desempeñando en el pontificado de don Jimeno de Luna. M^a M. GARCÍA GUZMÁN: *Colección Diplomática del Adelantamiento de Cazorla (1231-1495)*, 21 y 22.

¹⁰ B. XIMÉNEZ PATÓN: *Historia de la antigua y continuada nobleza de la ciudad de Jaén*, edición Riquelme y Vargas, Jaén, 1983, 171v.

¹¹ El manuscrito de la Real Academia de la Historia, colección Salazar y Castro, ms. 9/201, fols. 181-192, *Ascendencia de los señores de la casa de Garciez, desde Pedro Diaz de Toledo, primero señor de Garciez y Santo Thome que fue hermano de don Gonzalo Palomeque, arzobispo de Toledo*, aporta numerosas noticias sobre la actuación de Pedro Díaz de Toledo en el señorío de Cazorla; entre ellas, la posible pérdida y recuperación de la villa de Quesada, «... sucedio que por aver hecho ausencia del dicho Adelantamiento, que los moros / de Guadix dieron sobre Quesada que era del dicho Adelantamiento y la ganaron por faltar el valor de Pedro Diaz, sobre que le imputaron traición y para satisfaccion pidió lisenia a el rey don Fernando referido, para restaurar a su costa, la qual le concedio el rey y dio seis meses de termino y en 15 dias, abriendose valido de sus jentes y deudos y amigos de Baeça, Xaen y Ubeda, la recupero para gloria de su lealtad..., por cuya caussa tomaron nuevo apellido de Quesada...», fols. 184r-184v.

en aquel lugar... E otrosi que vos otorgasemos que fuessedes patron de la dicha iglesia vos e los que vernan de vos, pues vos poblastes el dicho lugar en **nuestra heredad**, e ficistes la iglesia a vuestra costa e a vuestra mission. E nos con consentimiento de Alonso Fernandez, dean del cabildo de nuestra Iglesia de Toledo, damos e concedemos que fagades en el dicho lugar de Sancto Thome una iglesia ... e que ayays el derecho del patronazgo vos e los que vernan de vos por linea derecha, e hereden el dicho lugar de Sancto Thome...»¹². El documento prosigue con los derechos y obligaciones que corresponden a Pero Díaz de Quesada y a sus sucesores como patronos de la iglesia de Santo Tomé, destacando el derecho de presentación del clérigo ante el arzobispo de Toledo o ante el arcipreste de Quesada y la percepción de los dos tercios de los diezmos del lugar. Pero se impone la obligación a Pedro Díaz de Quesada y a sus descendientes, «... que fagades guerra y paz a nos e a nuestros sucesores de la dicha torre, de que paguedes cada año a nos e los nuestros sucesores por nombre de cathredatico media dobla dentro el dia de Sancto Thome...»¹³.

En la Real Academia de la Historia¹⁴ se encuentra una copia de este documento, inserto en una confirmación de don Pedro González de Mendoza, 16 de febrero de 1484, que a su vez recoge la de don Alfonso Carrillo, 7 de agosto de 1449. Este documento, en líneas generales, presenta una gran semejanza con el recogido por G. Argote de Molina, pero con algunas diferencias muy significativas, sobre todo, si tenemos en cuenta que los descendientes de Pedro Díaz de Quesada tuvieron serias dificultades para hacer valer sus derechos sobre la heredad de Santo Tomé.

Según el documento de la Real Academia, el arzobispo de Toledo reconoce que «... Pedro Diaz, nuestro hermano, hicistes a servicio de Dios e de la Yglesia de Toledo, una torre mui buena i un cortijo a vuestra costa i en **vuestra heredad**, un lugar al qual vos posistes por nonbre Santo Tome en termino de Cazorla... Pedistes por merced que en el tal lugar fuese de tornar iglesia de Santo Tome por ser el dia en que los moros fueron vencidos i el patronazgo della para vos y vuestros sucesores, pues vos poblastes el lugar e ficistes la capilla a vuestra costa. Y nos con consentimiento de Alfonso Fernandez, dean, y del cabildo de nuestra iglesia de Toledo (dimos) la dicha licencia y que presentedes al clerigo y el diezmo del dicho lugar se parta, la una parte que aya el clerigo y las dos partes vos y los vuestros sucesores. I que pagueis en feudo cada año media dobla de oro...»¹⁵.

En esta carta de donación, Pedro Díaz era el propietario de la heredad, donde levantó la torre y después la iglesia, concediéndole su hermano el patronato de la misma. La cláusula de la media dobla en concepto de feudo, indica el reconocimiento del vasallaje por los Díaz de Quesada a los arzobispos de Toledo por el lugar de Santo Tomé. Mientras que en el documento recogido por Argote de Molina, la media dobla está ligada al derecho de patronato¹⁶.

¹² G. ARGOTE DE MOLINA: *Nobleza...*, 368-370.

¹³ *Ibidem*, 370.

¹⁴ Real Academia de la Historia, Colección Salazar y Castro, ms. 9/1087, fol. 164r.-164v.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Independientemente de las dos versiones del documento de 1310, durante la Baja Edad Media la obligación por parte del adelantado de entregar ciertas cantidades de dinero a los arzobispos de Toledo era inusual, solamente, antes de tomar posesión del Adelantamiento, era preceptivo que el nuevo adelantado prestase pleito homenaje al prelado. No ocurre así en el siglo XVI, esta cláusula monetaria aparece en los nombramientos de don Alonso de Acedo y Zúñiga, conde de Monterrey, y en el de don Diego de los Cobos, hijo del secretario Francisco de los Cobos. Este último sería adelantado perpetuo de Cazorla, ligándose el oficio a «sus descendientes y sucesores, assi varones como hembras que sucedieren en el mayorazgo de la casa del dicho don Francisco de los Cobos...», obligándose los adelantados de Cazorla a pagar a los arzobispos de Toledo 300 ducados anuales «en feudo y reconocimiento perpetuo...», como señores del Adelantamiento. J. F. RIVERA RECIO: *El Adelantamiento de Cazorla...*, 102-104. Mientras que el tributo de catedrático fue un impuesto muy extendido durante la Plena y Baja Edad Media, pagado con carácter anual y obligatorio por los clérigos de una diócesis a su obispo, en reconocimiento del señorío del prelado sobre ellos. J. DÍAZ IBÁÑEZ: *La organización institucional de la Iglesia en la Edad Media*, Madrid, 1998,72.

Curiosamente, de este importante documento que suponía, además del derecho de patronato y la percepción de un porcentaje del diezmo¹⁷, la práctica constitución de un señorío dentro del Adelantamiento, no se conserva ningún traslado, ni copia en la catedral de Toledo.

Por otro lado, hay que tener presente que entre las competencias de los adelantados de Cazorla se encontraba el gobierno y administración del señorío, de manera que las tareas de repoblación de algunos lugares estarían dirigidas por estos oficiales señoriales. Otro hecho a tener en cuenta es que los adelantados, como retribución de su oficio, percibían determinadas rentas y tributos, pagadas por la población del señorío, más las rentas derivadas de la explotación de propiedades rústicas, pertenecientes a la mesa arzobispal pero asignadas al oficio de adelantado¹⁸. Por tanto, la actuación de Pedro Díaz de Quesada en relación con la repoblación de Santo Tomé está dentro de la línea seguida por otros adelantados; pero es excepcional que el arzobispo de Toledo le concediese tan amplias prerrogativas sobre ese lugar, incluida la titularidad de la heredad de Santo Tomé y el patronato de su iglesia.

Diversas noticias permiten conocer como surgió Santo Tomé, siguiendo un proceso semejante al de otros pequeños núcleos de población del Reino de Jaén¹⁹, cuyo origen fue una torre, destinada a ofrecer refugio a labradores y a pastores frente a los ataques musulmanes y al mismo tiempo cumplía la función de almacén de cosechas y de aperos agrícolas²⁰. En el ámbito del Adelantamiento tenemos algunos ejemplos como la ermita y torre de San Bartolomé²¹, la torre de Toya, de Peal de Becerro, de Pelos²² o la propia torre de Santo Tomé. En este último caso, su ubicación en una zona relativamente llana²³, hacía necesario contar con un sistema

¹⁷ El canon 22, del II Concilio de Lyon, 1274, establecía que para obtener el derecho de patronato era necesario contar con el consentimiento episcopal más recabar el del cabildo catedralicio y contar con una licencia especial de la Santa Sede. J. SUBERBIOLA: *Real Patronato de Granada. El arzobispo Talavera, la Iglesia y el Estado Moderno (1486-1516). Estudio y documentos*, Granada, 1985, 22. Para el caso de Santo Tomé desconocemos si se cumplieron todos los requisitos canónicos. En cuanto al derecho a percibir parte de los diezmos fue un privilegio inusual, si tenemos en cuenta que este impuesto correspondía exclusivamente a la Iglesia, aunque hubo algunas concesiones pontificias. Así, en 1219, la Santa Sede permitió al arzobispo de Toledo destinar un porcentaje de los diezmos para la lucha contra el Islam. Años más tarde, 1247, Fernando III obtenía las llamadas Tercias Reales, cuyo destino sería igualmente la guerra contra los musulmanes. M. TERUEL GREGORIO DE TEJADA: *Vocabulario básico de Historia de la Iglesia*, Barcelona, 1993, 141. En el caso de Pedro Díaz de Quesada, según el documento de Argote de Molina, el porcentaje del diezmo se emplearía en el mantenimiento de la fortaleza de Santo Tomé.

¹⁸ Sobre los bienes, rentas y derechos percibidos por los adelantados de Cazorla, M^a M. GARCÍA GUZMÁN: *El Adelantamiento de Cazorla en la Baja Edad Media. Un señorío eclesiástico en la frontera castellana*, Cádiz, 1985, 161-164, y «La hacienda del adelantado de Cazorla don García de Villarroel», en *Anuario del Adelantamiento de Cazorla* (Jaén), 29 (1987), 81-89.

¹⁹ En el siglo XIV, tuvo lugar un vigoroso proceso repoblador en la Andalucía cristiana, para el Reino de Sevilla véase, M. GONZÁLEZ JIMÉNEZ: *La repoblación de la zona de Sevilla durante el siglo XIV. Estudio y documentación*, Sevilla, 1975.

²⁰ T. QUESADA QUESADA: *El paisaje rural de la Campiña de Jaén en la Baja Edad Media, según el Libro de las dehesas*, Jaén, 1994, 42-43.

²¹ El 6 de octubre de 1395, el arzobispo don Pedro Tenorio otorgó al concejo de Cazorla la administración de los bienes de la ermita de San Bartolomé «questa çerca de la dicha villa de Caçorla, ... para que de las dichas rentas podiesedes reparar una torre questa en la dicha hermita, que dezides que se quiera caer e en tiempo de guerra de christianos y moros se acogian y salvavan en ella muchos christianos...». M^a. M. GARCÍA GUZMÁN: *Colección Diplomática...*, 74-75.

²² En el testamento de don Pedro Tenorio se hace referencia a que Toya, Pelos y Peal de Becerro se habían des poblado y que sus torres estaban derruidas, proyectando el arzobispo de Toledo su reconstrucción y repoblación. E. NARBONA: *Historia de don Pedro Tenorio, arzobispo de Toledo*, impresso en Toledo por Juan Ruyz de Pereda, año de MDCXXIII, fol. 135r.

²³ Santo Tomé se encuentra en pequeña loma, formada en la confluencia de los ríos Vega o Cazorla y Guadalquivir, limita al N. con términos de Villacarrillo y Úbeda, al S. con Cazorla, al E. con La Iruela y al O. con Úbeda y Cazorla. P. MADOZ: *Diccionario geográfico, estadístico e histórico de España y sus posesiones de Ultramar*, Madrid, 1849, XIII, 841.

defensivo que permitiera la explotación de las tierras de labor y fomentara el asentamiento de una población más o menos estable. Estas premisas estarían presentes en la actuación de Pedro Díaz de Quesada y su culminación sería la autorización por parte del arzobispo de Toledo para la erección de una iglesia, cuyo patronato se ligaba a los Díaz de Quesada. Todo ello parece apuntar a los intentos de segregación de Santo Tomé del Adelantamiento.

Otro factor a tener en cuenta es que en estas fechas, finales del siglo XIII o principios del XIV, Pedro Díaz de Quesada consolida su presencia en el Reino de Jaén, teniendo, posiblemente, como punto de partida el señorío de Cazorla. El gobierno del territorio unido a una importante actividad militar favorecería su entronque con la nobleza jiennense y al mismo tiempo establecía las bases patrimoniales de su linaje.

Pedro Díaz de Quesada²⁴ contrajo un segundo matrimonio con Teresa Rodríguez de Biedma, hija de Rodrigo Yñiguez de Biedma²⁵, fue alcaide de los castillos de Bélmez y Bejjar, situados en el alfoz la ciudad de Baeza, y obtuvo el señorío de Garcéz²⁶. Sus sucesores mantuvieron su vinculación con Baeza, de cuyo cabildo fueron miembros, y participaron de lleno en la vida política de la ciudad²⁷.

Según G. Argote de Molina²⁸, Día Sánchez de Quesada, hijo y sucesor de Pedro Díaz de Quesada, tenía la plena titularidad sobre Garcéz, Santo Tomé, Villarreal, Mengíbar y Villamontiel. En esta relación de bienes encontramos dos lugares pertenecientes al señorío de los arzobispos de Toledo, Santo Tomé y Villamontiel, ambos pertenecientes al alfoz de Cazorla.

La documentación que se conserva en la Catedral de Toledo difiere sustancialmente de las noticias aportadas por Argote de Molina:

En 1331, Alfonso XI donó Quesada y su término a la ciudad de Úbeda, siendo esta donación el origen de un largo pleito entre los arzobispos de Toledo y el concejo de Úbeda. Los prelados toledanos argumentaban que no todos los lugares que habían pertenecido a Quesada pasaron a dominio musulmán; de manera que mientras la villa estuvo incorporada al Reino de Granada, los señores del Adelantamiento llevaron a cabo una reorganización del territorio, incorporando al término de Cazorla, lugares que en su día pertenecieron a Quesada. Así, su posesión ininterrumpida desde la formación del señorío, fue la base de la demanda presentada por los arzobispos de Toledo. Tras diversas vicisitudes²⁹, no siempre favorable a los intereses de la Iglesia de Toledo, el Tribunal Real dictó en 1384 una nueva sentencia, en la que se fijaban los términos de la villa de Cazorla, «... aldeas e torres que son en el termino de la villa

²⁴ Sobre este linaje del Reino de Jaén, véase T. QUESADA QUESADA: *La Serranía de Mágina en la Baja Edad Media. Una tierra fronteriza con el Reino Nazarí de Granada*, Granada, 1989, 112-115 y 156-162.

²⁵ Pero Díaz de Quesada contrajo un primer matrimonio con Toda Pérez de Roldán. Su segunda esposa, Teresa Rodríguez de Biedma, era hija de Rodrigo Yñiguez de Biedma. G. ARGOTE: *Nobleza...*, 360. Rodrigo Yñiguez de Biedma fue alcaide de Jaén y en 1311 de Quesada. C. QUINTANILLA RASO: «Aportación al estudio de la nobleza en la Edad Media: La Casa señorial de Benavides» en *Historia, Instituciones y Documentos* (Sevilla), I (1974), 174.

²⁶ Como indica T. QUESADA QUESADA: *La Serranía...*, 114-115, la titularidad del señorío de Garcéz presentaría algún problema, porque al tomar posesión del señorío, en 1315, tuvo que hacer pleito homenaje reconociendo el señorío sobre la mitad del castillo de Garcéz a Juan Ponce. Su hijo y sucesor Día Sánchez de Quesada consiguió la plena titularidad de Garcéz, además de otros lugares como Mengíbar e Ibros.

²⁷ Según F. de TORRES: *Historia de Baeza*, (1677), estudio y edición de J. Rodríguez Molina, Jaén, 196, Pedro Díaz de Quesada fue alcalde de Baeza en 1304. Como la mayoría de los linajes nobles de la ciudad, los Díaz de Quesada tenían, desde 1412, la capilla de San Pedro Mártir de la Catedral de Baeza como lugar de enterramiento. M. de XIMENA JURADO: *Catalogo de los Obispos de las Iglesias Catedrales de Jaén y Anales eclesiásticos de este Obispado*, (1654), estudio preliminar e índices J. Rodríguez Molina y M^a J. Osorio Pérez, Granada, 1991, 384.

²⁸ G. ARGOTE DE MOLINA: *Nobleza...*, 466. El 8 de diciembre de 1354, los hijos de Fernando Díaz, nietos de Pedro Díaz de Toledo, renuncian en favor de su tío Día Sánchez de Quesada, primogénito de Pedro Díaz de Quesada, a sus derechos sobre Garcéz, Villarreal, Santo Tomé, Mengíbar y Villamontiel.

²⁹ La evolución del proceso iniciado en 1332 puede verse en M^a. M. GARCÍA GUZMÁN: «Úbeda y Cazorla en la Baja Edad Media: Enfrentamientos por el control del espacio en el Alto Guadalquivir», en *Estudios sobre Patrimonio, Cultura y Ciencia Medievales* (Cádiz), I (1999), 78-83.

de Caçorla, conviene a saber Burunchel, e Alcorabe, Vilchite, Legar, Çebas, e Toya, Pelos, e Peal de Vezerro, e Dos Hermanas, e Myela e Sancto Tome...»³⁰ y, por tanto, su pertenencia al señorío del arzobispo de Toledo don Pedro Tenorio.

En ningún momento la sentencia hace referencia a que la torre y heredad de Santo Tomé perteneciese a los Díaz de Quesada, aunque esta familia trató de hacer valer sus derechos sobre el lugar. En este sentido es muy significativa una carta del arzobispo don Pedro Tenorio, fechada el 6 de octubre de 1395, dirigida al concejo de Cazorla, en la que hace mención a «... en como tenedes y preso al alcayde que se llama de Sancto Tome por Pedro Diaz de Quesada...» y ordena que «... nos enbiedes bien preso e bien recaudado al dicho alcayde, onde quyer que nos seamos, ca pues el se a opuesto en quanto a podido, usurpandonos nuestra tierra e su juridiçion, razon sera que el lo bien sienta e aya por ello penitencia...». Por otro lado, las palabras de don Pedro Tenorio no dejan la menor duda sobre la titularidad de Santo Tomé, «... E otrosy vos mandamos que sy nunca usastes reziamente de la nuestra juridiçion en el dicho lugar de Sancto Tome, que agora lo usedes syn temor ny reçelo alguno de Pedro Diaz, nyn de otra persona del mundo, y non dexedes menoscabar nuestra juridiçion, synon a vosotros nos tornaremos por ello. Ca en caso que alguna cosa aconteçiese y esta nuestro adelantado que porna en ello cobro, ca para eso lo posimos por nuestro adelantado e asi ge lo mandamos a el que haga e cunpla...»³¹.

Desconocemos que ocurrió entre 1310, fecha del documento de Gonzalo Díaz Palomeque en favor de su hermano Pedro Díaz de Quesada, y 1395, pero lo que sí es evidente que don Pedro Tenorio no reconoció a Pedro Díaz de Quesada, nieto de su homónimo, ningún derecho que pudiera significar la jurisdicción sobre Santo Tomé. Sin embargo, se deduce de la documentación de finales del siglo XIV que las iniciativas repobladoras habían prosperado y Santo Tomé era un pequeño núcleo de población que contaba con una iglesia, perteneciente al arciprestazgo de Cazorla³².

Llama la atención que de existir el privilegio de 1310, otorgado por el arzobispo y ratificado por el deán y cabildo de la Iglesia de Toledo, no fuese utilizado por los descendientes de Pedro Díaz de Quesada para hacer valer sus derechos. Por otra parte, los términos utilizados por don Pedro Tenorio, uno de los mejores juristas de su época, expresan con claridad su postura, una actuación contundente contra todos aquellos que fueran en contra de los bienes y jurisdicción de la Iglesia de Toledo. Desde el pontificado de don Pedro Tenorio hasta el de don Alfonso Carrillo, Santo Tomé es una pequeña aldea, del término de Cazorla, donde se celebraban las reuniones de los oficiales concejiles del Adelantamiento, como consta en numerosas referencias documentales:

En 1427, los oficiales de los concejos se reunieron en tres ocasiones para tratar diversos asuntos relacionados con la frontera, reparto de ganado y entrada de almogávares³³. Al año siguiente, el 28 de abril, doña Mencía Carrillo, esposa del adelantado, junto con representantes de los concejos del Adelantamiento, «... reunidos en la iglesia de Santo Tome, termino e juridiçion de la villa de Caçorla...»³⁴, establece el derecho de represalia. El 31 de marzo de 1446, se reúnen,

³⁰ Juan I, comunicaba, el 24 de diciembre de 1384, al concejo de Úbeda la sentencia del pleito. Documento publicado por J. de M. CARRIAZO: *Colección...*, 57-66.

³¹ M^a. M. GARCÍA GUZMÁN: *Colección Diplomática...*, 75.

³² El 4 de junio de 1386, don Pedro Tenorio comunicaba al concejo y vecinos de Úbeda que serian excomulgados por apropiarse de bienes de la Iglesia de Toledo. La carta se leería públicamente «... en Caçorla, en Heznatoraf y en la yglesia e logar de Sancto Tome...». *Ibidem*, 44-46. El Adelantamiento de Cazorla estaba dividido en dos arciprestazgos el de Iznatoraf, perteneciente a la diócesis de Jaén y el de Cazorla, dependiente de Toledo.

³³ Los gastos ocasionados por la asistencia de los oficiales de Cazorla se recogen en un cuaderno de cuentas del mayordomo del concejo Hernán López Merino, abarcando desde San Miguel de 1427 a la misma fecha del año siguiente. Este cuadernillo es muy significativo, pues el único que se conserva del siglo XV. M^a. M. GARCÍA GUZMÁN: «Un cuadernillo de cuentas del concejo de Cazorla», en *Anales de la Universidad de Cádiz (Cádiz)*, II (1985), 159-174.

³⁴ C. SAEZ RIVERA: «El derecho de represalia en el Adelantamiento de Cazorla», en *Estudios sobre Málaga y el Reino de Granada en el V Centenario de la Conquista*, Málaga, 1987, 160-162.

una vez más, «... en Santo Tome, aldea de la villa de Caçorla...»³⁵, los oficiales de los concejos para leer una carta de Juan II, en la que se apercibe a los grandes y a los concejos de Baeza, Úbeda y Córdoba que durante la sede vacante de la Iglesia de Toledo, las villas y fortalezas del Adelantamiento de Cazorla se encuentran bajo el amparo regio.

La carta del rey es consecuencia de una entrada del corregidor de Jaén, Úbeda y Baeza, don Fernando de Acuña, acompañado por los oficiales ubetenses Diego Salido, regidor, y Diego de la Cueva, alcalde, «... pusieron en obra, con mucha gente armada, de tomar los castillos de Peal de Beçerro, e la torre de Toya e la torre de Santo Tome que son de la dicha mesa arzobispal, e desque no los pudieron tomar, porque se les defendieron...»³⁶. Este hecho pone de manifiesto la conflictividad existente en esta época en el Alto Guadalquivir, reflejo de la tensión política que se vive en los territorios de la Corona de Castilla y del creciente poder de los partidarios del príncipe don Enrique en el Reino de Jaén, circunstancias que coinciden con la sede vacante del arzobispado de Toledo, tras el fallecimiento de don Gutierre Álvarez de Toledo a principios de 1446.

En agosto de 1446³⁷, comenzaba el pontificado de don Alfonso Carrillo, cuya activa participación en la vida política castellana tuvo su reflejo en el señorío jiennense. Desde su llegada a la sede toledana hasta 1448 mantuvo como adelantado de Cazorla a Pedro Carrillo de Toledo³⁸, aunque el oficio fue desempeñado, al menos durante algún tiempo, por su padre Fernán Álvarez de Toledo, conde de Alba³⁹. La prisión del conde de Alba, tras el golpe de Záfraga, 11 de mayo 1448, dio lugar a la destitución de Pedro Carrillo de Toledo y al nombramiento, 26 de mayo, de Pedro de Acuña, hermano del arzobispo de Toledo, como nuevo adelantado.

Estos hechos provocaron serios disturbios en el Adelantamiento, según se recoge un privilegio de Juan II, 28 de junio de 1449, en el que se concedía a los vecinos de las villas y lugares del señorío de Cazorla la exención de pedidos y monedas durante diez años, «... por los daños e captivaciones e robos que en ellos avian fecho los moros, enemigos de nuestra santa fe catolica. E otrosy como el dicho Alfonso de Herrera que por el dicho don Pedro Carrillo tenia el dicho Adelantamiento se avia allado en el en mi deserviçio, especialmente en la fortaleza de la dicha villa de Caçorla..., e metio e cogio mucha gente en el dicho castillo, ansi de cavallo como de pie, e les hizo guerra cruel e muchos males e daños e robos e fuerças a los vezinos e moradores de la villa de Caçorla e mato mucho homes e les derribo e quemo mas de trezientas e ochenta casa...»⁴⁰. En el documento de la Real Academia se recoge la demanda presentada por Pedro Díaz de Quesada ante don Alfonso Carrillo, arzobispo de Toledo, por la heredad de Santo Tomé: «... de çien años a esta parte ... sienpre diz que poseieron e tuvieron por suia como suia propia una heredad que se llama Santo Tomé, que es en el dicho nuestro Adelantamiento de Caçorla, con su castillo i casa fuerte i con todos los diezmos i terrazgos i rodas, rentas a la dicha

³⁵ La carta del rey está otorgada en Avila el 20 de marzo de 1446 y su lectura pública tuvo lugar el 31 de ese mes. M^a. M. GARCÍA GUZMÁN: *Colección Diplomática...*, 246-249.

³⁶ *Ibidem*, 245.

³⁷ J. F. RIVERA RECIO: *los arzobispos de Toledo en la Baja Edad Media*, Toledo, 1969, 169.

³⁸ Fernán Álvarez de Toledo, primer conde de Alba, casó con doña Mencía Carrillo de Toledo, hija de Pedro Carrillo de Toledo. R.A.H., Colección Salazar y Castro, ms. D-37, fols.94v.-95r. Un hijo de este matrimonio Pedro Carrillo de Toledo fue nombrado adelantado de Cazorla.

³⁹ El 12 de septiembre de 1443, Juan II concedía a las villas del Adelantamiento la exención de pedidos y monedas durante cuatro años. Este privilegio se concedía a instancia del conde de Alba y como recompensa a los servicios prestados por las tropas del señorío. En el mismo documento el rey explica el motivo del interés de Fernán Álvarez de Toledo por los vasallos jiennenses, «... cuya administracion e tenençia e governaçion don Gutierre, arzobispo de Toledo, primado de las Españas, ... diz que agora quiere e entiende encomendar e dar a don Pedro, hijo del dicho conde don Hernan Alvarez de Toledo, su sobrino...». M^a. M. GARCÍA GUZMÁN: *Colección Diplomática...*, 230-232.

⁴⁰ *Ibidem*, 272.

heredad pertenecientes, lo qual todo diz que poseieron e tovieron paçificamente i quietamente, sin contradición alguna de los arçobispos de Toledo y adelantados del dicho Adelantamiento...Diz que que puede aver fasta siete años, poco mas o menos que Pedro Carrillo de Toledo, adelantado que fue en el dicho Adelantamiento, con el poderio i señorío que a la sazón disponia en el dicho Adelantamiento...diz que despojo i desapodero al dicho Día Sanchez, su padre, de la posesion i tenencia de la dicha heredad de Santo Tome i del derecho de llevar los diezmos i rentas, como sus antecesores...»⁴¹. En un primer momento, tal como consta en el documento, el arzobispo de Toledo delegó el asunto en el adelantado Pedro de Acuña. Pero al presentar Pedro Díaz de Quesada, ante el Consejo arzobispal, el privilegio de don Gonzalo Díaz Palomeque, don Alfonso Carrillo optó, 7 de agosto de 1449, por reconocerle su derecho sobre Santo Tomé.

Al año siguiente, el 16 de agosto⁴², el arzobispo ordenaba al concejo de la villa de Cazorla que junto con Pedro Díaz de Quesada amojonasen la heredad de Santo Tomé.

Independientemente, de los derechos de los Díaz de Quesada sobre Santo Tomé con base a la repentina aparición del privilegio de don Gonzalo Díaz Palomeque, su reconocimiento por parte del arzobispo de Toledo podría estar relacionado con los intereses de don Alfonso Carrillo, quien utilizó bienes pertenecientes a la mesa arzobispal para consolidar alianzas⁴³.

En 1484⁴⁴, don Pedro González de Mendoza, arzobispo de Toledo, confirmó a Día Sánchez de Quesada, primogénito de Pedro Díaz de Quesada, sus derechos sobre Santo Tomé.

Desconocemos si Día Sánchez de Quesada llevó las dos terceras partes de los diezmos de Santo Tomé y si pudo ejercer el derecho de presentación o si pagó a los arzobispos de Toledo la media dobla de oro, correspondientes a los derechos y obligaciones recogidas en el privilegio de 1310.

Pero en el siglo XVI, los concejos de Cazorla y La Iruela junto con los adelantados de Cazorla don Alonso de Acevedo y Zúñiga, conde de Monterrey, y don Francisco de los Cobos, comendador mayor de León, pleitearon con los Díaz de Quesada por el lugar de Santo Tomé. El proceso fue pasando por diversas instancias, primero el tribunal arzobispal y luego el real, hasta su sentencia definitiva en grado de revista, pronunciada por el presidente y oidores de la Real Chancillería de Granada, el 4 de octubre de 1539, cuya carta ejecutoria, está otorgada en Granada, el 22 de marzo de 1540⁴⁵.

Este importante documento permite reconstruir no solo el proceso, sino también la conflictiva titularidad de Santo Tomé:

Llama la atención, las frecuentes referencias a la presentación de traslados de documentos antiguos, hechos sin ajustarse a los requisitos legales; incluso en una de las alegaciones de don Francisco de los Cobos se trata de la existencia de las dos versiones del privilegio de don Gonzalo Díaz Palomeque, que podrían ser las que conocemos en la actualidad, la recogida por Argote de Molina y la que se conserva en la Real Academia de la Historia. Pero, independientemente, de las posibles alteraciones de las pruebas documentales, la sentencia definitiva en grado de revista pronunciada en 1539, se menciona un amojonamiento de la heredad de Santo Tome, realizado en torno al 1391 aunque según consta por las alegaciones de los vecinos de

⁴¹ Real Academia de la Historia, Colección Salazar y Castro, ms. 9/1087, fols. 164r.- 164v.

⁴² M. M. GARCÍA GUZMÁN: *Colección diplomática...*, 280-281.

⁴³ Es caso de Puente del Arzobispo, perteneciente a la mesa arzobispal de Toledo, entregada al conde de Alba. D. ENRÍQUEZ DEL CASTILLO: *Crónica del rey Enrique el Cuarto de ese nombre*, ed. C. Rosell, *Crónicas de los Reyes de Castilla*, III, 166. O de los donadíos del Retamal y las Iglesias en el Adelantamiento, concedidos al alcaide de Cazorla Manuel Porcel. M. M. GARCÍA GUZMÁN: *Colección Diplomática...*, 298-299. Según el ms. 9/201 de la Colección Salazar y Castro, fol188v. El primogénito de Pedro Díaz de Quesada, Día Sánchez de Quesada contrajo matrimonio con Leonor de Acuña, descendiente de don Pedro de Acuña, conde de Buendía, y hermano de don Alfonso Carrillo.

⁴⁴ Real Academia de la Historia, Colección Salazar y Castro, ms. 9/1087, fols. 164r.-164v.

⁴⁵ Archivo Catedral de Toledo, Obra y Fábrica, ms. 915, fols. 170r.-194r.

Cazorla y La Iruela no se aportaron pruebas documentales. A lo largo del siglo XV, los Díaz de Quesada percibieron el terrazgo de las tierras de labor y el medio diezmo como patronos de la iglesia, pero no hay referencias al ejercicio de facultades jurisdiccionales. Tras los acuerdos con don Alfonso Carrillo y don Pedro González de Mendoza, Pedro Díaz de Quesada y su sucesor Dña Sánchez de Quesada no encontraron impedimentos por parte de los titulares de la sede toledana en cuanto a la titularidad del lugar de Santo Tomé, de ahí que trataran de aumentar sus competencias y, sobre todo, ampliar su superficie, entrando en conflicto con vecinos de Cazorla y La Iruela, propietarios de tierras cercanas a la heredad.

La sentencia de 1539, anula el amojonamiento hecho por el licenciado Sotomayor, tras una primera sentencia pronunciada en Granada en 1532, que incluyó en el término de Santo Tomé, el cortijo y casas de Villamontiel, perteneciente a la mesa arzobispal, y las propiedades de numerosos vecinos de Cazorla y La Iruela, más algunos montes y baldíos pertenecientes a los términos comunes de Cazorla-La Iruela. Y fija las nuevas mojoneras. Además, establece que las dehesas de la heredad de Santo Tomé serían utilizadas por el ganado de labor de los labradores de Santo Tomé y los de los vecinos de Cazorla y La Iruela, cuyas propiedades distasen media legua de Santo Tomé, cuya torre quedó como punto de referencia. Tras esta sentencia y el nuevo amojonamiento de los términos finaliza una primera fase de la formación del señorío de Santo Tomé⁴⁶.

⁴⁶ El 6 de julio de 1626, Fernando de Quesada y Hurtado de Mendoza recibía de Felipe IV el título de conde de Garcéz y vizconde de Santo Tomé. J. VALVERDE FRAIKIN: *Títulos nobiliarios andaluces. Genealogía y toponimia*, Granada, 1991, 240-241 y 477-478.

La figura del maestro en la Edad Media

María Desamparados Martínez San Pedro *

Dice José Luis Aranguren que *“el verdadero maestro no es el que se limita a transmitir una enseñanza, sino el que, a través de ella, imparte una forma de vida”*. Ignoro si esta filosofía impregnaba el pensamiento de los “maestros” medievales pero lo que sí es cierto es que ya en la Alta Edad Media algunos tratadistas como podría ser San Isidoro de Sevilla, desde su concepción pedagógica, insistía en la importancia de la educación por el ejemplo.

Los niveles de enseñanza

A lo largo de la Edad Media se van perfilando dos niveles en el proceso de educación: lo que se podría considerar enseñanza elemental, centrada en la educación de los niños y jóvenes, a cargo de personas maduras y de probada virtud, y la enseñanza superior, a la que correspondían los estudios del Trivium y Quadrivium, de un carácter completamente eclesiástico, tanto por la condición de los maestros, que eran clérigos, como por los alumnos, que eran aspirantes a la vida monástica o clerical. Las escuelas catedralicias tendrán como base los estudios del Trivium y Quadrivium para culminar en el estudio de la Teología y su finalidad principal será la de formar a los aspirantes al sacerdocio.

Las universidades surgen en los inicios del siglo XIII, como un tercer nivel, de las más famosas escuelas catedralicias. Esta nueva institución docente supondrá la organización definitiva de la enseñanza superior, diferenciada en cuatro facultades: Teología, Derecho, Medicina y Artes liberales (el Trivium y Quadrivium). La facultad de Artes transmitía cierta educación no profesional y servía de pórtico a las otras tres, de marcado carácter profesional.

San Isidoro, en los comienzos del siglo VII y desde su fina sensibilidad pedagógica, aludía ya a los diversos grados en la enseñanza, refiriéndose a la enseñanza liberal: *“primero, en cuanto empieza a despertarse el conocimiento en el niño, debe consagrarse al estudio de las letras, hasta llegar a conocer el acento de las sílabas y a distinguir el valor de las palabras y brillar en las disciplinas liberales y honestas. Al mismo tiempo acostumbrándose a modular la voz, cantando, no melodías eróticas, sino las antífonas de la Iglesia, si se trata de un clérigo, y si de un laico los cantares de gesta, las hazañas de los mayores, a fin de que se despierte en el auditorio el deseo de la gloria”*¹

Lo que podría considerarse como la enseñanza elemental a mediados del siglo XIII lo recoge Manuel Riu de la obra de Felipe Novara *“Las cuatro edades del hombre”*, de una forma muy ilustrativa:

- 1. Educación de los niños:** lo primero que debe enseñarse al niño cuando empieza a crecer y comprender, es la fe en Dios: el Credo in Deum, el Pater Noster y el Ave María. Su padre y su madre y los demás parientes son quienes deben enseñárselos. Luego, cuando se haya desarrollado más, se le enseñarán por lo menos los dos mandamientos de la Ley que son esenciales y de los que deriva, si se consideran bien, casi

* Universidad de Almería.

¹ Galino, A. *Textos pedagógicos hispanoamericanos*. Madrid. Narcea Ediciones. 1982, p. 80.

toda la doctrina cristiana. Ambos se reducen a pocas palabras, y esto ayuda a retenerlos. A continuación se debe enseñar a cada niño un oficio apropiado para él, empezando lo antes posible... Y de todos los oficios de los que conviene acelerar el estudio, dos hay que son los más elevados y los más honorables ante Dios y ante el mundo, a saber: el de clérigo y el de caballero; pues no se sabría ser buen clérigo más que preparándose para ello desde la infancia, y nadie montaría bien a caballo, si no aprendió en su juventud.

2. **Los preceptores:** los de los niños de los ricos les deben enseñar la cortesía y el lenguaje hermoso, para honrar y recibir cortésmente a las personas. Deben enseñarles historia y los libros de autores en que se hallan bellos pensamientos y buenos consejos, llenos de sabiduría, que les serán de gran utilidad si los retienen en su memoria. Los padres de los niños –si éstos los tienen todavía– o, a falta de ellos, sus parientes o los mejores de sus hombres, deben preocuparse de los niños y de sus maestros, y reglamentar su trato mutuo que debe hallarse exento de toda indulgencia y de toda familiaridad. Conviene dejar jugar a los niños, puesto que esto es de ley de la naturaleza; pero sin abusar del juego, pues todo exceso es perjudicial. Y quien les instruye puede hacerles un doble servicio si interrumpe su juego, puesto que puede inclinarles a estar quietos y enseñarles su profesión.
3. **Educación de las niñas:** Los o las que las instruyen, les deben enseñar ante todo la obediencia y sumisión, e inducirles a no ser atrevidas ni descuidadas en sus palabras o en sus acciones; a no ser curiosas, ni codiciosas, ni pedigüeñas, ni pordioseras. Y he aquí porque Nuestro Señor ha ordenado que la mujer estuviese siempre bajo mando y sujeción. Debe de obedecer durante su infancia a quienes la educan y, ya casada, debe completa sumisión a su marido, como señor suyo; y si entra en religión, debe plena obediencia a la superiora, de acuerdo con la Regla. La mujer no debe ser descuidada ni atrevida en malas palabras y acciones villanas, puesto que si habla groseramente, se le contestará en igual tono, con razón o sin ella, en perjuicio de su reputación. Quien dice palabras hermosas, las escucha también, reza el proverbio; y si ella corriera el riesgo de pasar por grosera, le sería bastante molesto².

La enseñanza superior o segundo nivel lo constituían los saberes de los últimos años de la cultura latina y de la época neocristiana. A las prácticas de lectura, escritura y rudimentos de cálculo, que era propio del primer nivel de enseñanza en las escuelas, seguían las llamadas siete Artes liberarles; tres filológicas o formales: Gramática, Retórica y Dialéctica (Trivium) y cuatro matemáticas o reales: Aritmética, Geometría, Astronomía y Música (Quadrivium).

Los diversos intentos por elaborar un plan de estudios monásticos, y que después constituirían los programas de las escuelas catedralicias, darán lugar a la formación de dos bloques de saberes, muy bien definidos, el Trivium y el Quadrivium, que serán la enseñanza superior o segundo nivel hasta el nacimiento de las universidades.

La más importante de las Artes liberales fue la Gramática por estar directamente relacionada con la lectura e interpretación de los autores clásicos y de los Santos Padres. La finalidad principal de su enseñanza era la capacitación para la correcta expresión oral y escrita de la lengua latina. De las otras dos, al principio se concedió gran valor a la Retórica, por gozar de gran estima en la antigüedad clásica. Sin embargo, la Dialéctica pasó a ocupar un lugar privilegiado en la época del esplendor de la escolástica, dominando sobre las restantes disciplinas del Trivium y del Quadrivium.

En cuanto a las Artes del Quadrivium, el conocimiento de los principios fundamentales de la Aritmética y de la Astronomía era necesario para el cómputo de las festividades religiosas, considerado como algo imprescindible en la formación de los clérigos, quienes también

² Riu, M. *La vida, las costumbres y el amor en la Edad Media*. Barcelona. Gassó Hnos. Editores. 1959. pp. 183-184.

debían poseer la teoría de la Música, sobre todo, de la litúrgica. Por último, la enseñanza de la Geometría se limitaba a ciertas nociones de aplicación geográfica, lo que originaba la fusión de estas dos ciencias.

En los primeros siglos de la Edad Media se designaba con el nombre de *scholasticus* al que enseñaba el Trivium y el Quadrivium, al maestro de las Artes liberales, para diferenciarlo claramente de los maestros del primer nivel o enseñanza de la lectura, escritura y cálculo elemental.

Estos dos niveles no se impartían a todos por igual. La enseñanza no estaba democratizada y se estructura según el estamento social al que se destina. Por esto, las escuelas se dividen en dos vertientes claramente diferenciadas; las escuelas internas, destinadas a la educación de los monjes y clérigos, que comprenden dos niveles: en el primero se imparte una instrucción instrumental (lectura, escritura y cálculo) y en el segundo nivel se trabaja sobre las Artes liberales, patrimonio y herencia de la cultura clásica, para culminar en la Teología. Y la escuela monacal exterior, destinada a la formación de los seglares, que solo cuenta con el primer nivel y su enseñanza se reduce a lo más elemental (primeras letras y cálculo).

Posteriormente, las escuelas catedralicias, en las que surgirán los grandes maestros de la Edad Media, heredarán la tradición de las escuelas monacales internas, mientras que las escuelas parroquiales dedicarán sus esfuerzos a la formación religiosa de los niños con aspectos rudimentarios de las materias instrumentales.

La figura del maestro

En el decreto 11 del Concilio IV de Letrán se alude a la falta de cultura de muchos clérigos como consecuencia de su pobreza y se vuelve a insistir en lo decretado en el año 1178, en el canon 18 del III Concilio Lateranense sobre la obligación de que en cada iglesia catedral se destinaran las rentas de un beneficio para mantener un maestro que enseñara gratuitamente a los clérigos de la catedral y a otros escolares pobres: *“La Iglesia de Dios, como madre piadosa, está obligada a cuidar del bienestar tanto del cuerpo como del alma. Por tanto, a fin de que los pobres cuyos padres no pueden contribuir a su sostén no carezcan de oportunidad de estudiar y mejorarse, cada iglesia catedral ha de suministrar un beneficio suficiente para cubrir los requerimientos de un maestro que enseñe al clero de la respectiva iglesia y, sin pago alguno, también a los escolares pobres... Nadie ha de percibir dinero por la atribución de una ‘licentia docendi’, ni exigir nada de los maestros, ni tampoco deberá negarse a un aspirante cualificado la licencia para enseñar”*³

A partir del siglo XI se crean los cabildos y sociedades de canónigos, formadas por un clero especial dentro de las catedrales para ocuparse de las funciones culturales y administrativas, cada vez más complejas y numerosas. Estrechamente relacionado con la normativa de los concilios Lateranenses aparece en los cabildos catedralicios la dignidad de *maestrescuela* o *magister schola*.

Alfonso X el Sabio, en la Partida Primera, explica que *“Maestrescuela tanto quiere decir como maestro et proveedor de las escuelas; et pertenece a su oficio de dar maestros en la iglesia que muestren a los mozos leer y cantar, et él debe emendar los libros en leyeren en la iglesia, et otrosí al que leyeren en el coro quando errare; et otrosí a su oficio pertenece de estar delante quando probaren los escolares en las cibdades do son los estudios, si son letrados et merecan ser otorgados maestros de gramática o de lógica o de alguno de los otros saberes; et a los que entendieren que lo merecen puédeles otorgar que lean así como maestros. Et a esta mesma dignidad llaman en algunos lugares chancellor, et dícenle así porque de su oficio es facer las cartas que pertenecen al cabildo en aquellas iglesias o es así llamado”*⁴

³ Foreville, R. *Histoire des conciles oecumeniques*. VI. París. 1965. pp. 352-353.

⁴ Alfonso X el Sabio. *Las Partidas*. I, Tit. VI, 1.7.

Como vemos, su función consiste en buscar maestros para las escuelas catedralicias que enseñen a los niños y jóvenes a “*leer et cantar*” Además de corregir los libros de lectura de la iglesia y corregir al que lee en el coro, debe estar presente en las pruebas que se hacen a los escolares para ver “*si son tan letrados que merezcan ser otorgados por maestros de gramática, ó de lógica ó de alguno de los otros saberes*”, concediéndoles así la categoría de maestros para que puedan enseñar en otros lugares ⁵. En los Estatutos de la catedral de Jaén de 1368 se establece como una de las funciones del maestrescuela el deber de buscar un maestro idóneo y suficiente, que tuviese escuela de Gramática en la ciudad de Jaén, para que los clérigos de la catedral y del obispado aprendan latín. La forma de retribución al maestro, su obligación de explicar la gramática, así como los alumnos que asistían a la escuela queda recogido con todo detalle y precisión en dichos Estatutos ⁶.

Al igual que en las escuelas catedralicias, también se fueron dotando económicamente el resto de las escuelas parroquiales, de forma que pudiera haber un maestro en la mayor parte de ellas. Así, el obispo de Sigüenza escribe en 1269 a todos los clérigos del arzobispado de Atienza, tanto de la villa como de las aldeas: “... *por que muchos por pobreza non pueden studiar ny aprender stablecido es en el derecho de la sancta egleſia que en los logares que lo podieren sofrir ayan maestro en gramatica que aya salario ques pueda mantener et los escolares que ayan carrera de doctrina et de sapiencia et por esto nos con algunos clerigos de los cabildos de la villa et de las aldeyas de Atiença toviemos por bien et estableçiemos que óvbieſe maestro en Atiença de gramatica et que aya salario de la parte que lieve la egleſia de la terçia segund que lo ovieron los otros maestros en Atiença en esta manera*” ⁷

A continuación se especifica los maravedis que deben aportar cada una de las villas del arzobispado y la obligación de los clérigos de pagar dichas cantidades al maestro bajo pena de ser suspendidos de sus beneficios.

Prueba de que el dotar económicamente con un beneficio el puesto de maestro en cada iglesia se había generalizado en el siglo XIII se deduce de la prohibición que se hace en la Partida Primera: “*Quando algúnt maestro recibiese beneficio de alguna egleſia por que toviere escuela, non debe después demandar ninguna cosa á los clérigos de aquella egleſia nin á los otros escolares pobres; ca si lo demandase et lo tomase farie como simonia*” ⁸ En cambio, los maestros que no recibieran beneficios de las iglesias, podían tomar “*soldada*” de los escolares a los que enseñaban, si las rentas que tenían los propios maestros, por otros conceptos, no eran suficientes para “*vevir honestamente*”; pero si las rentas eran suficientes, no debe pedir nada y han de enseñar “*de buena voluntad*”

Todo esto indica que durante la Edad Media la Iglesia aceptó plenamente la responsabilidad educativa de todas las clases sociales. Junto a las iglesias de las pequeñas villas y junto a las grandes catedrales se creaban escuelas y se paga a sus maestros con los bienes de estas iglesias, para que la pobreza de muchos escolares no fuera un obstáculo a sus deseos de estudiar.

Poco o nada sabemos de los maestros de gramática de las escuelas parroquiales. Por algunos testimonios de la Baja Edad Media, como el Sínodo de Jaén de 1492, hay constancia de que para el oficio de sacristán era preferido el clérigo al laico casado. Su cometido consistía fundamentalmente en abrir y cerrar la iglesia a horas determinadas, mantenerla limpia y honestamente, servir en el rezo del oficio divino y tocar las campanas a las horas convenidas. Otra tarea propia del sacristán era la de enseñar a los niños de la parroquia enviados por sus padres con

⁵ Galino, A. *Textos pedagógicos hispanoamericanos*. Madrid. Narcea Ediciones. 1982. pp. 121-122.

⁶ Rodríguez Molina, J. *Estatutos de la catedral de Jaén de 1368*. Jaén. Instituto de Estudios Giennenses. 1976. pp. 99-100.

⁷ Minguella y Arnedo, T. “Historia de la diócesis de Sigüenza y de sus obispos” *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. Madrid. 1910-1913. p. 604.

⁸ Galino, A. *Textos pedagógicos hispanoamericanos*. Madrid. Narcea Ediciones. 1982. p. 122.

esa finalidad. Las materias esenciales de su enseñanza las constituían los artículos de la fe, los mandamientos, los sacramentos, los mandamientos de la Santa Iglesia y las virtudes contrarias a los pecados mortales. Debían cuidar también de que las personas seglares que ponían escuela para la enseñanza de los niños las abrieran cerca de la iglesia, de manera que los pequeños la pudieran frecuentar diariamente, al menos *“al tiempo que se alza e se adora el Corpus Christi”*, y de que dichos maestros enseñasen a los niños la cartilla donde se contenían los mandamientos, los artículos de la fe y otras enseñanzas santas y buenas ⁹.

Parece que en la Baja Edad Media las escuelas parroquiales habían perdido ya el carácter de escuela elemental; enseñaban, casi con exclusividad, el catecismo cristiano y la enseñanza elemental correspondía a las escuelas municipales, que experimentaron un fuerte resurgimiento a partir del siglo XII, o a otras escuelas abiertas por particulares, que habían obtenido en las universidades el título de bachiller o licenciado.

Conocemos mucho mejor a los maestros de las escuelas catedralicias. Algunas de ellas se hicieron famosas rápidamente por su ciencia, alcanzando su mayor esplendor en el siglo XII las escuelas de Chartres, París, Reims, Lieja y Orleáns. Por el mismo tiempo, brillaban en la Península las escuelas de las catedrales de Compostela, Lisboa, Oviedo, Seo de Urgel, San Félix de Gerona y Barcelona. Otras escuelas catedralicias, como la de Palma de Mallorca, Tortosa y Valencia se fundaron o adquirieron su mayor esplendor en el siglo XIV.

A pesar de su importancia, carecían todas ellas de una base institucional sólida que diera uniformidad y estabilidad a sus métodos. Los estudios mínimos no estaban organizados en un sistema coherente y la calidad y contenido de la enseñanza dependía, casi exclusivamente, de cada maestro en particular.

La fama de las escuelas catedralicias estaba vinculada, en todos los casos, a la personalidad y prestigio académico de su *magister scholarum*, que era el que, por sí mismo, atraía a los alumnos. A través de los escritos de los más aventajados conocemos la categoría científica y la forma de enseñar de los maestros de las escuelas más famosas, así como la tendencia a estudiar en cada una de ellas la materia en la que mejor preparado estaba el maestro.

Bernardo de Chartres, uno de los mayores eruditos del siglo XII, ocupó el cargo de maestro de esa escuela (1114-1130), y a través de uno de sus discípulos, Juan de Salisbury, conocemos su forma de trabajar con los alumnos. Bowen recoge en su *Historia de la Educación Occidental* algunas de las apreciaciones más interesantes de Juan de Salisbury sobre su maestro: *“Bernardo se guiaba por la necesidad de mantener un equilibrio entre la capacidad del estudiante y la diligencia del maestro. Así, espoleaba a unos con amonestaciones, a otros con azotes y castigos. Los estudios se centraban en la gramática y la lectura de autores clásicos: figuras gramaticales, matices retóricos y sutilezas sofisticadas, y a cada estudiante se le exigía al día siguiente que disertara sobre algo de la materia oída el día anterior”* Hay todo un pasaje sobre el interés que Bernardo ponía en que cada uno de sus alumnos aprendiera a escribir y a dominar la gramática con todas sus reglas formales. Los más adelantados – nos dice – llegaban a realizar ejercicios de *imitatio*, escribiendo en el estilo de autores clásicos seleccionados. Junto con esto, había otras muchas prácticas, y *“los muchachos componían diariamente ejercicios escritos en prosa y poesía, y se inspeccionaban los trabajos mutuamente comparándolos unos con otros”* ¹⁰

Se podrían aportar muchos otros testimonios, como éste, en los que aparece la dureza de la disciplina de los maestros, pues hablan de azotes y castigos físicos, junto con su preocupación por atender cariñosamente a los alumnos. San Anselmo escribía a los maestros: *“Si tenéis empeño en lograr la formación intelectual y moral de los niños que os han sido encomendados, habéis de hacer como los artifices, que no labran solamente a martillo la lámina de oro con que hacen una imagen, sino también la doblagan con suavidad y la pulen y perfeccionan aún más suavemente”*

⁹ Rodríguez Molina, J. *Estatutos de la catedral de Jaén de 1368*. Jaén. Instituto de Estudios Giennenses. 1976. p. 107.

¹⁰ Bowen, J. *Historia de la educación occidental*. II. Barcelona. Editorial Herder. 1979. p. 94.

Los tratadistas sobre temas relacionados con la educación, que no faltaron durante la Edad Media, son otro medio muy valioso para conocer la figura del maestro y su actividad docente en esta época.

San Isidoro de Sevilla, en su empresa por encauzar los nuevos pueblos por medio de la educación, fundó escuelas en las iglesias más importantes, pero, sobre todo, fue el autor de una serie de obras en las que diseñó la concepción pedagógica de mayor influencia en la Alta Edad Media. Uno de los temas que trató con especial interés y amplitud es el del maestro, al que se dirige en tono coloquial para señalar los rasgos esenciales de su forma de ser: *“Aprende lo que desconoces, no vengas a ser inútil doctor; sé primero alumno, después doctor; consigue el nombre de maestro cultivando las disciplinas; el bien que oyeres, apréndelo; el bien que aprendieres, enséñalo; no abandones el esfuerzo de aprender y de enseñar. La ciencia que por el oído percibes derrámala por la boca. Agrandas en ti aún más la sabiduría compartiéndola con otros; sea tanto más abundante la doctrina, cuanto más participada. La sabiduría se engrandece esparciéndola, disminuye reservándose; la ciencia se hace más patente al darse y cuanto más se extiende más abunda. Cuando enseñes no emplees palabras oscuras, enseña de modo que te entiendan, sin causar en tus discursos fastidio a los sencillos, ni ofender a los más cultos”*¹¹

Entre las intuiciones de la pedagogía isidoriana hay que destacar su insistencia en la importancia de la educación por el ejemplo. No hay que olvidar que el rasgo dominante en la educación medieval es la concepción de la vida como imitación de Cristo, ideal de la perfección cristiana, lo que llevará a que se valore al maestro en toda la larga tradición pedagógica de la Edad Media más desde su conducta que desde su ciencia. Para San Isidoro la misión del maestro consiste en dar a los niños la instrucción en las letras juntamente con la enseñanza de las virtudes, no tanto por su palabra cuanto por sus obras: *“Precedan, no obstante, las obras a la palabra; lo que de palabra propugnes, cúmplo con tus obras; lo que enseñes verbalmente, manifiéstalo con tu ejemplo; se, no sólo maestro, sino imitador de la virtud. Si enseñas y haces, serás tenido por glorioso. No basta que alaben lo que dices, si no unes a los dichos los hechos”*¹²

Entre los tratadistas de la pedagogía de la Baja Edad Media sobresale Vicente de Beauvais, dominico francés y escritor didáctico de la primera mitad del siglo XIII. Los rasgos que según Vicente de Beauvais configuran a un maestro ejemplar son: *“verdad en las palabras, justicia en los juicios, prudencia en los consejos, confianza en la acción, determinación en la expresión, excelencia en la virtud, bondad digna de alabanza. Todos los que se dedican al estudio trabajarán para alcanzar la docilidad, pues es requisito indispensable para quien se entrega al comercio de las letras, tanto para enseñarlas como para aprenderlas”*

Es interesante su concepción de la disciplina escolar, en lo que supone de intento por humanizarla frente a los rigores propios de aquella época; defiende su necesidad en las tareas educativas y alude a la dureza de la misma e incluso a los castigos físicos, como algo normal, pero pone claramente de relieve que la disciplina debe fundarse en el amor y en la comprensión, en el respeto a la personalidad y dignidad del educando: *“en el mantenimiento de la disciplina, precisa el maestro conducirse con austeridad, amabilidad y discreción, teniendo en cuenta que la disciplina ha de presidir, desde el principio, la obra de la educación. El ser celoso de su dignidad es para él un requisito indispensable. Por eso, ha de ser amable y recto al mismo tiempo. Nada es menos aconsejable que un régimen indiscriminado que somete a todos los alumnos al mismo trato. Conociendo bien a ciertos muchachos, se observa pronto que por su buen natural son fácilmente conducidos. Toda violencia usada con ellos sería un error imperdonable. Otros, sin embargo, discolis, también por naturaleza, necesitan para enderezarse de una acción coactiva. Pero aún con éstos, a todo castigo le precederá el oportuno aviso”*¹³

¹¹ Galino, A. *Textos pedagógicos hispanoamericanos*. Madrid. Narcea Ediciones. 1982. p. 79.

¹² Ibidem, p. 81.

¹³ Galino, A. *Historia de la educación*. Madrid. Editorial Gredos. 1982. p. 550.

En la misma línea de Vicente de Beauvais se sitúa la concepción que del maestro tiene Raimundo Lulio. En sus escritos pedagógicos exalta con mucha frecuencia la labor del maestro. Deberá éste dominar completamente la materia que enseña; le es muy útil la imaginación para poder acomodarse a la mentalidad de los alumnos; también deberá poseer penetración psicológica suficiente. No debe faltarle ninguna de estas tres cualidades morales: espiritualidad, imparcialidad y entusiasmo en su labor.

Entre los méritos pedagógicos de Raimundo Lulio está el haber escrito la *Doctrina pueril*, primer libro didáctico para niños en lengua romance y primera enciclopedia escolar de la que se tiene noticia”¹⁴.

Juan Ainaud describe con sencillez y sobriedad una escuela famosa de mediados del siglo XV, la escuela Luliana de Barcelona, tal como era en 1444: “... una casa de dos plantas, de aspecto exterior poco notable. La fachada blanqueada tiene una puerta sencilla; desde el umbral puede verse una espaciosa estancia. Sus muros están revestidos de estera; el mobiliario es reducido; a un lado, un banco donde se sientan los niños que reciben enseñanza elemental; en el extremo opuesto, una mesa y otros cuatro bancos para los estudiantes más adelantados; su profesor dispone de una especie de púlpito, desde el cual lee y comenta los libros de texto. Al fondo se abre una puerta rematada por las imágenes de la Virgen y de Jesús crucificado. Un pasillo con bancos a los lados, al que dan la cocina y otras dependencias, conduce hasta el huerto detrás de la casa, con un pozo y cuidados banales. Una escalera de madera sube al piso alto, cuya habitación principal es una sala que hace las veces de comedor y lugar de estudio. Una mesa, algunos bancos, un armario, estanterías a lo largo de los muros, constituyen su mobiliario. Contigua está la habitación llamada del maestro, con estantes repletos de libros, crucifijo en el muro, varios cofres, la cama y un banco”¹⁵

Este texto, recogido por Riu en su obra *La vida, las costumbres y el amor en la Edad Media*, es de gran interés por cuanto nos da una idea bastante completa de las escuelas medievales y hasta de la vivienda de los maestros.

Alfonso X el Sabio, autor de la primera legislación en materia de enseñanza, sistematiza la realidad universitaria de mediados del siglo XIII, describiendo la organización general de los estudios en la Universidad de Salamanca.

La importancia que Alfonso X atribuye a los maestros se pone claramente de manifiesto cuando se refiere a su función docente y a las atribuciones que les concede. Al hablar de los salarios de los maestros manda que éstos deben ser establecidos por el Rey, de acuerdo con la ciencia que cada uno manifieste y su preparación para enseñar. El salario establecido para cada uno de ellos se deberá pagar en tres veces: “La primera parte le deben dar luego que comenzare el estudio, et la segunda por la pascua de Resurrección, et la tercera por la fiesta de San Ioan Bautista”¹⁶

En la legislación se prevé la enfermedad e, incluso, la muerte del maestro. En ambos casos se deberá continuar pagándole su salario. “Et si por ventura alguno de los maestros enfermase despues que hobiese comenzado el estudio de manera que la enfermedad fuese tan grande o tan luenga que non pudiese leer en ninguna manera, mandamos quel den el salario tambien como si leyese todo el año: et si acaeciese que muriese de enfermedad, sus herederos deben haber su salario tambien como si hobiese leído todo el año”¹⁷

Los maestros han de enseñar a los alumnos leyéndoles los libros y procurando que los entiendan lo mejor posible. Es tan importante la influencia directa del maestro sobre sus alumnos que manda que “... desde que comenzaren a leer deben continuar el estudio todavía fasta que

¹⁴ Tusquets, J. *Raimundo Lulio. Diccionario de la Pedagogía*. Madrid. Editorial Labor. P. 56.

¹⁵ Riu, M. *La vida, las costumbres y el amor en la Edad Media*. Barcelona. Gassó Hnos. Editores. 1959. p. 190.

¹⁶ Solalinde, A. G. *Antología de Alfonso X el Sabio*. Madrid. Colección Austral. Espasa Calpe. 1966. p. 160.

¹⁷ *Ibidem.*, p. 161.

bayan acabados los libros que comenzaron”, y, a no ser por enfermedad, no deben pedir a otros que les sustituyan en su tarea de enseñar¹⁸.

La relación del maestro con sus alumnos no se limita exclusivamente a la enseñanza sino que abarca otros aspectos importantes de su vida, de forma que el maestro es el orientador y el juez de la conducta de sus alumnos. *“Los maestros que muestran las ciencias en los estudios pueden juzgar sus escolares en los pleitos et en las demandas que hobieren unos contra otros, et en las otras que algunos homes les faciesen que non fuesen sobre pleitos de sangre; et non les deben demandar nin traer a juicio ante otro alcalle sin su placer dellos”*¹⁹ Hasta tal punto es importante este aspecto que los alumnos tienen el privilegio de poder elegir entre su maestro, el obispo o el juez para responder a cualquier demanda.

Alfonso X valora tanto al maestro que le concede una serie de títulos y privilegios en atención a la grandeza de su actividad. A los maestros de Leyes con antigüedad en la enseñanza se les daba un título de nobleza: *“... Los maestros de Leyes que son sotiles et entendudos, et que saben mostrar este saber, et son bien razonados et de buenas maneras, et que han veinte años tenido escuelas de leyes, deben haber honra de condes”*²⁰

Ciertamente se refiere a los maestros de las universidades y a ellos hay que atribuirles todo lo que se dice en la Partida Segunda. Sin embargo, hay que tener en cuenta la generalización que allí mismo se hace de muchos de estos privilegios al resto de los maestros, cualquiera que sea el lugar del reino o el tipo de escuelas en la que enseñen. *“Otrosi decimos que los maestros sobredichos et los otros que muestran sus saberes en los estudios o en la tierra do moran de nuestro señorío, que deben seer quitos de pecho, et non son tenudos de ir en bueste nin en cabalgada, nin de tomar otro oficio sin placer”*²¹

Quizás sea esta concesión de privilegios, que hizo Alfonso X el Sabio a todos los que *“muestran sus saberes en las escuelas o estudios”*, uno de los mejores homenajes de la Edad Media a los maestros que, perdidos en el anonimato de los campos o de las ciudades al servicio de las iglesias o de los municipios, contribuyeron eficazmente a que la sociedad occidental, después de los siglos de invasiones bárbaras, consiguiera paulatinamente a lo largo de la Edad Media ofrecer un aspecto cada vez más nuevo, madurando lentamente los gérmenes de una reorganización más civil y de una cultura más compleja y moderna. El gran impulso educativo de los maestros de la Edad Media fue, entre otros, uno de los principales factores en la formación de Europa. Muchas escuelas catedrales y universidades deben su fama al prestigio de sus maestros. Estos son los que hoy conocemos y recordamos como artífices de la cultura medieval. Pero su obra fue posible gracias a la labor callada y oculta de muchos otros maestros; los que, según el decir de Alfonso X, andaban por cualquier lugar en busca del *“ayuntamiento de maestros et de escolares con voluntad et con entendimiento de aprender saberes”*²²

¹⁸ Ibidem, pp. 160-161.

¹⁹ Ibidem, p. 162.

²⁰ Ibidem, p. 163.

²¹ Ibidem, p. 163.

²² Alfonso X el Sabio. *Las Partidas*. II, Tit. XXXI, 1.

Ecoss do passado: marcas da oralidade em documentos medievais portugueses

Maria do Rosário Barbosa Morujão *

A vontade de escrever um artigo sobre as marcas que raros documentos medievais conservam da oralidade coeva aflorou-me ao espírito há já alguns anos, motivada por uma pesquisa no Arquivo da Universidade de Coimbra, que me colocou perante um curiosíssimo pergaminho de Trezentos escrito essencialmente no discurso directo¹. Tal vontade foi-se renovando a cada vez que descobria actos escritos que, como aquele, conservam o eco de diálogos medievais, e toma agora corpo, aproveitando o ensejo de colaborar nesta merecida homenagem ao Sr. Professor Doutor Humberto Baquero Moreno, de quem me sinto discípula – no sentido restrito do termo, por ter sido sua aluna do curso de Mestrado em História Medieval na Faculdade de Letras do Porto, mas mais ainda no lato significado da palavra, pelos inúmeros ensinamentos que sempre recebi da sua vasta obra.

As páginas que se seguem são apenas observações preliminares a um tema ao qual, até hoje, não foi dada atenção e que necessitará da colaboração interdisciplinar de historiadores e linguistas para, um dia, ser devidamente estudado. Mas os trabalhos pioneiros nunca foram temidos pelo Sr. Professor Baquero Moreno, que a muitos se abalançou, abrindo novas sendas no estudo da medievalidade portuguesa. Mais uma razão, pois, para me atrever a apresentar, em sua homenagem, esta introdução a uma nova temática.

Procurei elementos da oralidade medieval nos fundos arquivísticos que melhor conheço², assim como nas colecções documentais dadas a público nas dissertações de Mestrado em História da Idade Média realizadas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Sr.^a Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho³. Em mais de dois milhares de documentos, encontrei dezasseis que contêm marcas do discurso oral, reproduzindo *ipsis verbis* as palavras proferidas, ou passando para discurso indirecto o que foi dito. A estes textos me limito, consciente embora de que muitos mais poderia descobrir se ampliasse o âmbito

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹ Esse documento foi publicado na íntegra no meu trabalho “Geraldo Peres, cónego da Sé de Coimbra no século XIV”, *Revista Portuguesa de História*, t. 31, vol. 1, Coimbra, 1996, p. 393-430, nas p. 419-420. É o exemplo nº 16 do presente estudo.

² Ou seja, aqueles que já pesquisei para trabalhos vários e os que de momento investigo, preparando o meu doutoramento. São, essencialmente, fundos eclesiásticos referentes à diocese de Coimbra, e sobremaneira o *corpus* utilizado na elaboração da minha dissertação de mestrado, intitulada *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*, apresentada no Porto em 1991 e de momento em vias de publicação, em conjunto com a respectiva colecção documental.

³ Esta Professora tem seguido o louvável plano de fazer incluir obrigatoriamente no corpo das dissertações que orienta a apresentação dos documentos utilizados na sua elaboração, ajudando assim a colmatar a gravíssima lacuna que Portugal conhece no tocante à publicação das fontes da nossa História. Graças a esta iniciativa, foi-me possível compulsar as colecções publicadas por Maria Cristina Gonçalves Guardado, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (Das origens ao início do séc. XV)*, Coimbra, 2000; Luís Miguel Malva de Jesus Rêpas, *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Coimbra, 2000; Ana Paula Prata Figueira Santos, *A fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra (Da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, Coimbra, 2000; Anísio Miguel de Sousa BemHaja Saraiva, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Coimbra, 2000.

da pesquisa⁴. Mas tal fica para o trabalho de maior fôlego que esta temática, sem dúvida, um dia merecerá.

Vejamos, por ordem cronológica, os documentos em causa.

1) A 7 de Setembro de 1286, no parlatório do mosteiro de Santa Cruz, um emissário de D. Mor Dias, fundadora de Santa Clara de Coimbra, pretende apresentar ao prior crúzio uma carta régia respeitante à contenda que opunha esta senhora aos agostinhos. Não consegue, porém, fazê-lo, comunicando-lhe o porteiro do cenóbio que “o dicto [prior] veera o dia sobredicto ao dicto monsteyro e que era doente e que tanto que se podesse levantar que verria pera seu cabidoo e que veeria a carta del Rey com seu cabidoo e poyz que lhi daria ende o recado dela”⁵.

2) A 1 de Julho de 1291⁶, em S. Romão, perto de Seia, Martim Domingues, cónego da Sé de Coimbra, desloca-se com o tabelião local a casa de Teresa Peres. Diz o cónego: “Boa dona, Gonçallo Soarez voso marido que foy fez em sa vida donaçom a See de Coymbra de todos os seus bees que avyha moves e nom moves (...). E ora per razom⁷ duu strumento que foy feyto antre vos e o dyto Gomçallo Soarez devedes a usar dos bees que seus forom em⁸ vosa vyda plaz ao cabiiduu que usedes delles em tal maneyra que a sustança dos bees que forom de Gonçallo Soarez asy moves come nom moves nom des per esta.” E continua: “Boa dona, emtre-gade me das chaaves e dos bees que forom de vosso marydo Gomçallo Soarez ca eu q[ui]ero receber pera o cabiiduu de suso dyto”. Teresa Peres abre as portas das casas e entrega-lhe as chaves, perguntando então o cónego: “Boa dona, queredes receber de ma m[ã]o em nome do cabiido de Coymbra os bees que forom de Gomçallo Soarez que usedes de illes⁹ em vosa vyda asy come de suso dyto e a vosa morte fique lyvre ou¹⁰ cabiido de Coymbra?” Ela responde: “Quero”. Procede-se então ao ritual da tomada de posse, através do simbólico fechar das portas da casa e da entrega das chaves. No final, o cónego questiona de novo: “Boa dona, plaz vos de tragerdes estes erdamentos em vossa vyda de mao do cabiidoo? Se nom dar los ey [a] outren que responda de illes ao cabiidoo”. Ela afirma “que ly plazia”, e o tabelião, pouco habituado talvez a dar testemunho deste tipo de actos, regista na sua incorrecta ortografia o diálogo travado.

3) A 15 de Agosto de 1292¹¹, uma multidão assiste ao sermão da festa de Santa Maria no adro da Sé de Coimbra, quando o crúzio mestre João anuncia publicamente a excomunhão lançada sobre D. Mor Dias, no contexto da já referida contenda em torno da fundação do mosteiro de Santa Clara. Anunciada a pena, logo se travam de razões o cónego que a proclamara e Martim Domingues, homem de D. Mor. O tabelião reproduz as palavras trocadas no discurso indirecto: “Entom Martim Dominguis homem da dicta dona Moor Diaz fez pergunta a esse maestre Johanne por essa dona Moor Diaz que lhy dissesse escumungava per razom do moesteyro de Sancta Clara se per razom de sa pessoa. E esse maestre Johanne disse que per razom dela que dezia que era professa do dicto moesteyro de Sancta Cruz. E Martim Dominguis disse

⁴ Alguns estudos referem documentos onde, por certo, se encontrariam vestígios de oralidade e que valeria a pena investigar. É o caso, entre outros, da contenda mantida entre o arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira e D. Afonso IV, registada num documento no qual, no dizer de Maria Helena da Cruz Coelho, *O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir, sep. IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, Braga, 1990, p. 389-462, na p. 397, “ouvem-se, quase nitidamente, as vozes dos dois senhores”.

⁵ Ana Paula F. Santos, *ob. cit.*, vol. 2, doc. 14.

⁶ TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M, 77, nº 3222.

⁷ Nesta palavra escreveram-se dois o, o primeiro dos quais foi subpontado.

⁸ Segue-se *sau* subpontado.

⁹ *Sic*, por *elles*, tal como mais à frente no texto.

¹⁰ *Sic*, por *ao*.

¹¹ Ana Paula F. Santos, *ob. cit.*, vol. 2, doc. 17.

que ela nom era escumungada nen a podia escumungar ca andava en seu feyto e avia juyzes antre eles que dezia que eles gaanharom”.

4) Situemo-nos agora na Aldeia Galega da Merceana (fr., c. Alenquer), em Setembro de 1295¹². Dois homens, fiadores da terça do mordomado, pedem autorização para vender certos bens de modo que essa terça seja paga. Perguntam por isso a Domingas Gil: “Domingas Gil, outogades vos assi como vosso marido Joam Delgado outorgou que nos que somos fiadores da terça do moordomado que vendessemos tantos dos vossos bees movyl e rayz per que a terça do moordomado fosse pagado e depouys que o movil nom avondasse que fazia da rayz movil?”. Ela responde: “Outorgo assi como outorgou o dicto meu marido”.

5) Em Maio de 1296¹³, um litígio pela posse de determinadas propriedades opunha os mosteiros de Arouca e de Paço de Sousa. Procede-se então a uma inquirição junto dos moradores de Lourosa de Campos (fr. Burgo, c. Arouca), a quem é ordenado que cheguem a um acordo sobre os bens pertencentes a cada instituição. Martim Figueiredo é o porta-voz dos homens-bons; chegando junto dos árbitros, diz: “Juyzes, ouvide o acordo que avemos”. Perguntam-lhe eles: “Porque o dizedes vos soo?” O homem responde: “Digo-o por mim e por eles e se eu errar corregam-me eles”, descrevendo em seguida os limites das propriedades de ambos os cenóbios.

6) Na igreja de S. Pedro das Alhadas (fr., c. Figueira da Foz), está presente, em Janeiro de 1298¹⁴, D. *Eimar*, raçoeiro de Santiago de Coimbra, na qualidade de procurador do cabido da catedral. Faz ler por Pascoal Mendes, tabelião de Montemor-o-Velho, uma sentença relativa à disputa entre a Sé e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra quanto ao direito de padroado da igreja onde se encontravam. O tabelião escreve em português, copiando porém em latim os documentos apresentados e produzidos originalmente nessa língua, a mesma que escolhe para reproduzir as palavras que o prior de S. Miguel de Montemor de seguida proferiu: “Ego Dominicus Petri rector ecclesie Sancti Michaelis Montis Majoris Veteris Colimbriensis diocesis, auctoritate predictorum judicum et ejus literarum, duco et pono vos Aldemarium procuratorem dicti capituli nomine ipsius capituli in possessionem (...) juris patronatus ecclesie Sancti Petri de Aliata (...)”. A resposta do procurador capitular está também expressa no discurso directo e em latim: “Et ego predictus procurator dicti capituli nomine ipsius capituli predictam possessionem et missionem accepto et recipio pro eodem et peto a vobis Pascasio Menendi tabellione predicto quod predictas literas in publicam formam reddigas et de omnibus et singulis supradictis conficiatis publicum instrumentum”.

7) Eram contestados, a 20 de Outubro de 1298¹⁵, os direitos do bispo de Coimbra sobre certas propriedades no termo de Belmonte, o que levou o alcaide da vila, procurador do prelado, a deslocar-se ao local para ver o que se passava. Encontrou um homem a vindimar uma das vinhas em causa, e perguntou: “Quem sodes vos que vendimhades esta vinha?” Responde o homem: “Eu soom Pero Eanes homem de Viçente Periz Boleyro da Guarda e colho este vio por seu ca o tem arendado”.

8) Ainda nesse mesmo ano de 1298, a 4 de Novembro¹⁶, trava-se em Coimbra um interessante diálogo entre dois primos em litígio. Em causa estava a choruda herança do cavaleiro

¹² Luís Miguel Rêpas, *ob. cit.*, vol. 2, doc. 154a.

¹³ Idem, *ibidem*, vol. 2, doc. 148.

¹⁴ TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 66, nº 2428 (em pública-forma de 1303 Fevereiro, 11).

¹⁵ TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 20, nº 871.

¹⁶ Arquivo Distrital de Viseu, Pergaminhos, M. 25, nº 80.

Martim Eanes de Formoselha, que seu irmão Lourenço Eanes reclamava para si, mas pertencia ao sobrinho, o arçediago de Viseu Lourenço Esteves de Formoselha¹⁷. Pretendia o filho daquele, João Lourenço, que o primo esperasse o resultado da apelação interposta por seu pai para tomar posse da herança em causa; achava Lourenço Esteves que não havia razão para tal. “E o dicto Joham Lourenço disse ao dicto arçediagoo que poys os ele queria filhar e nom fazer rogo de sseu padre dezia que o dicto Lourenço Eanes sseu padre o mandava desfiar per el. E esse arçediagoo disse ao dicto Joham Lourenço: «E sse os nom filhar desfiar me des». Entom esse Joham Lourenço disse a esse arçediagoo: «Nom sey eu de o filhar nem de o deleyxar mays desfio vos eu polo dicto meu padre». E esse d'avandicto arçediagoo disse que (...) Joham Lourenço o desfiava polo dicto sseu padre e que fazia mal”.

9) A 14 de Julho de 1300¹⁸, nos arredores de Alenquer, um representante do mosteiro de Celas de Coimbra mostra ao tabelião da vila o estado em que uma propriedade dessa instituição se encontrava: “Tabelliom, vedes o que ffezerom aqui aas donas e[m] este seu herdamento”. O tabelião olha e descreve os estragos que observa na herdade, cuja vala fora derrubada e pelo meio da qual passavam agora carros de bois.

10) A 9 de Janeiro de 1303¹⁹, Afonso Martins Patameira lê, perante os alvazis do concelho de Alenquer, uma sentença de D. Dinis relativa a uma questão entre o referido mosteiro de Celas e um casal proprietário de moinhos, cujos açude e valas prejudicavam o bom funcionamento de engenhos de moagem das freiras. Lida a carta régia, conclui o emissário: “Alvaziis, el rey manda a vos en esta carta que vos he os alvaziis que dante vos fforom que vaades veer aqueles muynhos que Domingos de Gaya ffez he o açude e que filhasedes as medidas dele tanbem do ancho come d'alto e que ffezessedes comprir e aguardar as dictas sentenças. E eu asi vos digo que vaades la veer e que ffaçades comprir e aguardar o que el rey manda en esta sa carta e aquelas cousas que achardes que som compridas sejam compridas e as que nom som compridas ffazedes comprir asi como vos el rey manda. E se la ffordes acharedes que nom som compridas e que abadesa e o convento reçebe muy grande perda e muy grande dano (...)”. Os alvazis respondem “que queriam comprir a dicta carta del rey e que queriam la ir”.

11) Também se refere ao represamento de águas que prejudicavam moinhos e azenhas do mosteiro de Celas um outro caso ocorrido em Alenquer, a 18 de Fevereiro de 1305²⁰. Fr. Martinho, procurador das freiras, vai com o tabelião e homens-bons de Alenquer ao lugar de Santa Catarina, onde vivia o escanção régio Lourenço Martins, e, à porta da igreja local, declara: “Tabelliom, omeens boonss, eu venho aqui a este logar demandar Lourenço Martiiz e nom no acho assi como veedes mays como quer que o eu aqui nom ache eu polo moesteyro das Çellas qujo procurador ssoom quero fazer hũa protestaçom. Verdade he que Lourenço Martiiz en esta ribeyra a par deste sseu logo manda ffazer asenha ou moinhos e pello asude delles bem creio que o dicto moesteyro rreçebera grande perda (...) e por esta perda (...) dygo que Lourenço Martiiz ffaça proveyto no sseu sse quizer en tal guisa que nom ffaça perda ao dicto moesteyro e sse lhe ffezer protesto eu pollo dicto moesteyro o sseu deryto qua sse nom aqui

¹⁷ A complicada questão que esta herança suscitou é explorada no trabalho que elaborei em conjunto com Anísio Miguel de Sousa Saraiva, “O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-†1318): uma abordagem prosopográfica”, *Lusitania Sacra* (no prelo).

¹⁸ Maria do Rosário Morujão, *ob. cit.*, doc. n.º 153.

¹⁹ *Idem*, *ibidem*, doc. n.º 155.

²⁰ *Idem*, *ibidem*, doc. n.º 157.

Lourenço Martiiz achara per duas vezes que eu ca viim com este taballiom esta mesma protestaçom que ora ffiz ffezera perant'el se o aqui achara mhas porque s'el daqui ffoy (...) protesto como quer que o aqui nom ache a nom minguar ao moesteyro o sseu dereyto”.

12) Do dia 4 de Novembro de 1305²¹ data um dos mais interessantes exemplos que encontrámos. Estava-se, então, em plena fase de desordem no mosteiro de Santa Clara, após a morte de D. Mor Dias. No referido cenóbio, uma carta régia é lida às freiras, e duas delas, Maria Eanes e Constança Martins, “disserom que nom dariam por lo bispo de Lixbõa tanto come por hũa palha ca nom avia com elas que veer en nenhũa cousa”; as outras clarissas secundam os seus propósitos, “braadando”. Perante nova carta, desta feita do bispo de Lisboa, que tutelava a instituição, “as dictas Maria Eanes e Costança Martinz e as outras que y stavam disserom que nunca lhi obedeceriam per nenhũa maneira. E que tanto dariam por lo bispo de Lixbõa come por hũa palha ca nom aviam com elas que veer ca aviam seu mayor”. Entrando no mosteiro Domingas Peres, a vigária que D. Mor deixara à frente do cenóbio e desejava que fosse eleita abadessa, “as davanditas Costança Martinz e Maria Eanes e as outras que y stavam começaram de dizer: «Mal sejades veuda, Domingas Perez, mal sejades veuda», per muytas vezes e que nunca faria y bõa vida com elas nem nunca lhi obedeceriam. E começaram-se todas a<s> donas de se ir pera dentro e dizeendo aa dicta Domingas Perez que elas tirariam os ferros a algũas que os teiiam e que lhos meteriam e que a fariam y jazer e que en ara maa viia ao dicto monsteiro”.

Após diversas peripécias, tentou-se que um ferreiro colocasse fechaduras nas portas do convento; mas foi impedido de o fazer pelas freiras, que o “enpuxarom”, dizendo ele: “Leyxade-me e dade mi mhas fechaduras ca o demo me adusse aca”. E as clarissas continuavam “en braados grandes e dizendo muytos deostos a Domingas Perez chamando-a moogueyra e outras maas paravoas”. Chegaram então dois franciscanos, os quais, após mais alguns incidentes, acabaram por se ir embora, deixando um conselho às monjas: “Metede-vos en vosso moesteyro e colhede-vos e leyxade-vos sarrar e entroncar e fazer quanto quiserem ca per al a de passar”.

13) De Penela, a 4 de Abril de 1311, chega-nos mais uma voz no discurso directo²². João Martins de Vouzela, dessa vila, fora designado pelo rei para, juntamente com três outros homens, proceder a uma inquirição sobre uma contenda que opunha o cabido da Sé ao concelho de Coimbra. Tendo tomado conhecimento dessa missão através de um clérigo da canónica que lhe levou a ordem régia, declara João Martins: “Eu ssoo doente asi como vos veedes que me non ergo nen posso cavalgar mays tanto que me poder erger que possa cavalgar ffarey mandado de meu senhor el rey”.

14) A 8 de Março de 1316²³, o clérigo Lourenço Martins, procurador do bispo de Lamego, tenta entrar na quinta de Repolos (fr. Almacave, c. Lamego), que o cavaleiro Fernão Fernandes trazia emprazada do prelado lamecense. Não só é impedido de o fazer, como se vê confrontado com ameaças de morte por parte da clientela do referido cavaleiro. Lourenço Martins diz então ao tabelião que o acompanhava: “Taballiom, vaamo-nos daqui pera a vila ca eu nom me posso matar com nenguum e dar-me-des huum stromento desto que veedes”.

15) Uma inquirição efectuada em 1319 deixou-nos um exemplo mais de discurso directo²⁴. Procura-se saber se uma certa D. Maria devia ser sepultada em Santa Clara de Coimbra (mosteiro que afirmava tê-la tido como professora) ou em S. Francisco de Guimarães. O custódio de Coimbra, Fr. Tomás, é interrogado e declara ter assistido à profissão como clarissa de D. Maria,

²¹ Ana Paula F. Santos, *ob. cit.*, vol. 2, doc. 34.

²² TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 88, nº 4148.

²³ Anísio M. S. Saraiva, *ob. cit.*, vol. 2, doc. 53.

²⁴ Ana Paula F. Santos, *ob. cit.*, vol. 2, doc. 98.

que na cerimónia terá dito à abadessa: “Ego domna Maria transacto anno et die quo ordinem Sancte Clare intravi facio professionem per hunc modum: voveo et promitto Deo et Beate Virgini Marie et Beato Francisco et Beate Clare servare regulam Sancte Clare confirmatam per papam Urbanum vivendum in obediencia et in castitate et paupertate toto tempore vite mee”. Ao que a prelada respondera: “Et tu si hoc servaverit promitto tibi vitam eternam”.

16) Para concluir, recordemos o documento que motivou o meu interesse pelas marcas de oralidade patentes nos actos notariais²⁵. No dia 21 de Maio de 1379, o tabelião da Lousã Geraldo Eanes caminhava pelo caminho coimbrão quando encontrou Geraldo Peres, cônego e vigário da diocese de Coimbra, a trabalhar numa herdade. Desse encontro resultou este instrumento público diferente do habitual, conservando apenas dos modelos acostumados os protocolos inicial e final. Do primeiro mantém a notificação e a indicação da data; do último, apresenta a lista de testemunhas e a subscrição. O texto, componente nuclear do documento, não só descreve aquilo que o tabelião viu (dois homens lavrando a herdade com duas jugadas de bois, outros cavando, o vigário a lançar o milho na terra arada), mas reproduz as palavras que ele e Geraldo Peres trocaram. “Deus hos ssalve todos”, saúda o tabelião. “He ssejades vos vindo”, respondem o vigário e os homens que com ele estavam. Pergunta o tabelião: “Que vos trouxe ora a esta terra? Gram tempo ha que vos aqui nom vim”. Responde Geraldo Peres: “Trouxe me esto que vos veedes e mingua de sservidores que nom posso aver por meus dinheiros bem louvado a Deus e a nos outros”. E a conversa continua, ora em discurso directo, ora transpondo para o indirecto o que cada um dizia, como sucede em “respondo eu dicto tabeliom e dixi que verdade era”. Este é o mais extraordinário documento de todos os apresentados, totalmente invulgar pela riqueza e extensão das expressões de oralidade presentes num texto de cariz administrativo-validatório, desprovido de características literárias ou cronísticas.

Que conclusões podemos extrair deste conjunto de documentos?

Uma primeira desde logo se impõe: a oralidade irrompe predominantemente em torno de contendas e em momentos de especial tensão. Para mostrar estragos provocados em terras, reivindicar direitos, demonstrar más vontades, assumir compromissos, fixam-se no pergaminho as frases pronunciadas. No calor das discussões, pronunciam-se insultos, desafiam-se as partes, defrontam-se os opositores. E a pena dos tabeliães conservou a memória das palavras trocadas, que podia ser importante para, mais tarde, avaliar correctamente o que cada um dissera.

Outro contexto comum a vários dos exemplos apresentados é o económico: a tomada de posse do usufruto de propriedades, a necessidade de alienar bens para pagar impostos, a vontade de comprovar o efectivo cultivo das terras nos duros tempos da Lei das Sesmarias foram ocasião para reproduzir, por escrito, frases proferidas.

Momentos de especial importância, como a profissão religiosa de uma clarissa ou a passagem para novas mãos do padroado de uma igreja, ficaram fielmente registados em fórmulas latinas, únicos exemplos encontrados de oralidade nessa língua erudita que, por si só, conferia solemnidade aos actos praticados. Em todos os outros casos, o vernáculo foi a língua utilizada, em português se reproduzindo expressões do quotidiano, desafios ou insultos, declarações de teor variado.

A fiel descrição do sucedido foi, quase sempre, pedida pelos intervenientes aos tabeliães que a tudo assistiam. Estes agentes da escrita, através do discurso directo ou da sua transposição para o indirecto, numa linguagem mais ou menos correcta consoante o grau dos conhecimentos possuídos, lograram ultrapassar a rigidez formal característica dos públicos instrumentos que em geral produziam. E, dessa forma, fizeram chegar aos nossos dias os ecos de palavras e conversas medievais, que dão mais cor e vida ao que sabemos sobre esses tempos passados e permitem, com maior fidelidade, resgatá-los do esquecimento.

²⁵ Referido na nota 1.

Il monastero di S. Isabella del Portogallo in Sassari. Origini e fondazione*

Maria Eugenia Cadeddu

Massimo Pitti

La città

Sul finire del XVI secolo, lo storico sassarese Giovanni Francesco Fara definiva la sua città d'origine "*urbs omnium maxima (...) et praeclarissima*" in Sardegna, situata "*in loco amoenissimo et totius insulae saluberrimo*", caratterizzata al suo interno da strade ampie e numerosi cortili e piazze, con gran varietà di giardini, orti e frutteti nei suoi dintorni più prossimi. Le quattrocento sorgenti di acqua dolce sparse nelle campagne circostanti favorivano la coltivazione di ortaggi e agrumi, in un territorio di per sé fertilissimo che produceva in abbondanza vino, olio, frumento e lino, adatto anche all'allevamento, alla caccia e alla pesca¹.

Qualche decennio prima, un'analoga immagine del capoluogo sassarese, seppure in termini più concisi, era stata fornita anche dal cagliaritano Sigismondo Arquer, il quale in un'opera dedicata alla Sardegna e stampata a Basilea nel 1550, nella *Cosmographia universalis* del Münster, ricordava della città il suolo "*amoenum et pulcherrimis irriguum fontibus, abundans multis et bonis frugibus*"².

Sassari effettivamente, al di là delle preziosità letterarie, era sorta in posizione di poco elevata al centro di un vasto pianoro, fertile e naturalmente irriguo, a ridosso del golfo dell'Asinara, che anche per la facilità delle comunicazioni sin dall'antichità aveva costituito un'area di densa frequentazione insediativa.

In principio *curtis* di modeste dimensioni, dovette il suo sviluppo e la sua espansione principalmente allo sfruttamento delle risorse agricole, incrementato dopo il Mille dall'opera dei monaci benedettini, e al conseguente interesse commerciale per la zona dimostrato dai mercanti continentali, in special modo pisani e genovesi. La sua affermazione come realtà urbana è generalmente collocata dagli storici agli inizi del XIII secolo³, quando divenne più consistente il processo di trasferimento *in loco* degli abitanti delle campagne e dei mercanti di origine peninsulare maggiormente coinvolti nei traffici della regione.

A partire da questo periodo, il consolidarsi della componente "borghese" all'interno del suo ceto dirigente⁴ fece sì che la città si distinguesse negli anni a venire per una spiccata vocazione all'indipendenza, sia nei confronti dei re di Torres sia del potere ecclesiastico, e che la via dell'accordo politico ed economico con le repubbliche di Pisa e Genova fosse ritenuta la

* Il presente articolo è stato elaborato in collaborazione dai due autori, tuttavia la prima parte è stata redatta da Maria Eugenia Cadeddu, la seconda da Massimo Pitti.

¹ I.F. Fara, *In Sardiniae chorographiam libri duo*, ed. E. Cadoni, Sassari, Gallizzi, 1992, I, pp. 164-168.

² S. Arquer, *Sardiniae brevis historia et descriptio*, ed. C. Thermes, Cagliari, Trois, 1987, p. 28.

³ Si veda in particolare M. Tangheroni, "Nascita ed affermazione di una città: Sassari dal XII al XIV secolo", in *Gli Statuti sassaresi. Economia, società, istituzioni a Sassari nel Medioevo e nell'Età Moderna*, Convegno di studi (Sassari, 1983), a cura di A. Mattone - M. Tangheroni, Cagliari, EDES, 1986, p. 46. Sulle origini e lo sviluppo di Sassari in epoca medioevale si rimanda da ultimo alle opere di A. Castellaccio, *Sassari medioevale*, Sassari, Delfino, 1996; M. Porcu Gaias, *Sassari. Storia architettonica e urbanistica dalle origini al '600*, Nuoro, Ilisso, 1996.

⁴ Un ceto dirigente composito per provenienza oltre che per tipologia di attività, visto che l'elemento locale si affiancava con vivace intraprendenza ai forestieri stabilitisi in città (M. Tangheroni, "Nascita ed affermazione di una città" cit., pp. 50-53).

migliore per la salvaguardia degli interessi locali⁵. Nella seconda metà del XIII secolo, Sassari appare già organizzata secondo le forme del comune podestarile e pazonato, il quale, sebbene subordinato all'egemonia di Pisa o Genova, aveva comunque garantiti dalla città alleata una certa autonomia di governo e privilegi commerciali in Sardegna e nella penisola.

I tumultuosi avvenimenti succedutisi in Sardegna a quell'epoca, legati all'intromissione sempre più invasiva di Pisani e Genovesi nella politica dei regni sardi, non ostacolarono la crescita demografica e lo sviluppo socio-economico della città, che anzi seppe destreggiarsi con senso pratico nelle relazioni con i due comuni italiani e "conservare una sua identità ed una sua autonoma capacità di iniziativa"⁶. E così alle soglie del XIV secolo, quando si prospettò con qualche evidenza l'instaurazione da parte catalano-aragonese del regno di Sardegna e Corsica, infeudato nel 1297 da Bonifacio VIII a Giacomo II d'Aragona⁷, l'oligarchia sassarese avviò subito trattative con quest'ultimo, al fine di mantenere, se non di aumentare, le proprie prerogative ed i propri domini territoriali anche sotto un'eventuale bandiera iberica.

Ottenute da Giacomo II le dovute assicurazioni in materia, nel corso delle operazioni militari condotte dalle truppe iberiche in Sardegna per realizzare il suddetto regno (1323-26)⁸, i Sassaresi si rivelarono però alleati instabili e temibili, poco propensi a ridimensionare i termini della loro autonomia per una quieta sottomissione alla Corona d'Aragona. E non trovando su tale questione una duratura intesa con i conquistatori, di cui pure avevano favorito la venuta, si ribellarono più volte al loro dominio, subendo saccheggi, espulsioni e confische, fino a quando, negli anni 1330-33 e poi nel 1355, la città venne in parte evacuata e ripopolata da sudditi iberici della monarchia.

Il lungo e devastante conflitto che oppose l'Aragona al regno d'Arborea nella seconda metà del XIV secolo non apportò miglioramenti alla situazione di Sassari, che in quel periodo oltre a patire le conseguenze della guerra, dovette affrontare carestie ed epidemie di peste, con evidenti ripercussioni sul popolamento e sull'economia. Soltanto nel corso del secolo seguente, dopo la stipula dell'accordo di pace, nel 1420, fra Alfonso V d'Aragona e l'ultimo discendente dei re arborensi, il visconte Guglielmo di Narbona, la città poté recuperare una funzione produttiva e commerciale di rilievo, grazie ai numerosi privilegi concessi dal monarca aragonese, ma grazie anche al vastissimo territorio di sua pertinenza e alla "doppia vocazione mercantile ed agricola della sua economia"⁹. Tali circostanze infatti, come ha ben esemplificato Francesco Manconi, rendevano Sassari in parte immune dagli effetti negativi prodotti dai cambi

⁵ Agli inizi del XIII secolo, la Sardegna risultava divisa in quattro regni o giudicati (Cagliari, Arborea, Torres e Gallura), formati nel corso dell'alto medioevo e governati da differenti dinastie, le quali, pur unite da antichi legami di parentela costantemente rinnovati, erano spesso in conflitto fra loro. In tutti e quattro gli stati approdarono dopo il Mille mercanti pisani e genovesi, a cui fecero seguito esponenti della nobiltà ligure e toscana e successivamente rappresentanti comunali di Pisa e Genova, con obiettivi e programmi che andavano ben oltre gli interessi commerciali dei loro concittadini precedentemente giunti in Sardegna. Inserirsi con abilità nel quadro politico-diplomatico sardo, sia gli aristocratici sia i suddetti comuni seppero conquistare terre e potere a discapito delle antiche dinastie giudicali, tanto che agli inizi del XIV secolo dei quattro regni citati sopravviveva soltanto l'Arborea, mentre il territorio di Torres era suddiviso fra i Doria, i Malaspina ed il comune di Sassari, e le vaste regioni corrispondenti ai regni di Cagliari e Gallura erano controllate nella quasi totalità dal comune di Pisa.

⁶ M. Tangheroni, "Nascita ed affermazione di una città" cit., p. 54.

⁷ La creazione e conseguente infeudazione del regno di Sardegna e Corsica a Giacomo II avrebbe dovuto contribuire a risolvere, nei piani di Bonifacio VIII, la guerra del Vespro e porre fine alla contesa fra gli Angioini ed i re d'Aragona in merito all'eredità Hohenstaufen nel sud Italia; in cambio di tale concessione Giacomo rinunciava infatti ai suoi diritti sulla Sicilia. È evidente però che la concreta attuazione del dominio catalano-aragonese sulle due isole, tramite negoziati o conflitti, doveva tener conto delle entità statuali in esse presenti.

⁸ Sullo svolgimento di questa prima fase della conquista, volta principalmente all'occupazione dei possedimenti pisani nell'isola, e sul ruolo tenuto da Sassari si veda da ultimo M.E. Cadeddu, "Giacomo II d'Aragona e la conquista del regno di Sardegna e Corsica", *Medioevo. Saggi e Rassegne*, 20, Cagliari, 1995, pp. 251-316.

⁹ F. Manconi, "Mercanti, contadini e artigiani nella Sassari medievale e moderna", in *Gli Statuti sassaresi* cit., p. 386.

strutturali della conquista catalano-aragonese, *in primis* dalla dicotomia di tipo economico fra città e campagne generata dall'introduzione del feudalesimo in Sardegna, favorendo anzi gli scambi nella regione e al di fuori dall'isola¹⁰.

Nel censimento del 1485, a riprova di questa fase di prosperità, Sassari risultò la città con la popolazione più numerosa della Sardegna. Il suo ceto dirigente, formato da feudatari che non disdegnavano la mercatura e da mercanti interessati alle terre ed ai titoli nobiliari, dal punto di vista etnico era composto sia da casati di origine catalano-aragonese sia da famiglie sassaresi e continentali¹¹, ciò che contribuiva in altro modo alla peculiarità della sua situazione. I lignaggi locali, sopravvissuti ai cambi del ripopolamento dell'età precedente, non mancarono di inserirsi nel nuovo assetto politico e istituzionale del regno sardo, così come quelli di provenienza iberica seppero far propria la tradizione autonoma della città.

I primi decenni del XVI secolo non segnarono invece per il capoluogo sassarese un'epoca di altrettanta floridezza. Alla diminuzione delle attività mercantili nella regione, dovuta ai frequenti attacchi barbareschi al porto di Torres e al competitivo ruolo guadagnato nel frattempo dallo scalo di Alghero, si aggiunsero l'invasione da parte delle truppe francesi nel 1527 ed una disastrosa pestilenza l'anno successivo, che provocò migliaia di vittime¹². Sul versante sociale, inserito anche il regno sardo fra i più vasti domini della Corona di Spagna, proseguì in questo secolo il processo d'integrazione di Sassari nell'area ideologica e culturale iberica, come testimoniano anche le carriere seguite da alcuni fra i suoi più illustri cittadini. È il caso, per esempio, del giurista Alessio Fontana, che prima di essere nominato maestro razionale del regno di Sardegna (1556), per quasi trent'anni servì fedelmente come funzionario la corte imperiale di Carlo V e Filippo II, spostandosi così di frequente in Spagna, Italia, Germania e Fiandre¹³; o altrimenti di Francesco de Vico, anch'egli giurista, laureatosi probabilmente a Salamanca, che divenne nel 1627 reggente nel Supremo Consiglio d'Aragona ed esercitò vari incarichi presso la corte di Madrid¹⁴.

La dipendenza delle congregazioni religiose, di antico o più recente insediamento, dalla provincia spagnola avrebbe ulteriormente facilitato tale processo, rendendolo evidente anche sul piano urbanistico. La diffusione infatti di tali congregazioni nel territorio e la fondazione di loro collegi e monasteri avrebbero portato Sassari ad assumere sempre più "la fisionomia tutta spagnola di città-convento"¹⁵.

Il monastero

In una delle zone più antiche di Sassari, un tempo denominata *Lu Bagnu*, fra le attuali via Isabelline, via S. Elisabetta e corso Vico, venne costruito, nell'ultimo decennio del XV secolo¹⁶, un monastero intitolato a S. Elisabetta di Ungheria¹⁷. Dipendente dalla parrocchia di S. Apollinare,

¹⁰ F. Manconi, "Mercanti, contadini" cit., pp. 386-387.

¹¹ F. Manconi, "Mercanti, contadini" cit., pp. 387-389. Sull'oligarchia sassarese si veda anche A. Mattone, "Gli Statuti sassaresi nel periodo aragonese e spagnolo", in *Gli Statuti sassaresi* cit., pp. 431-439.

¹² Nei censimenti del 1603 e del 1626-27 Sassari risultò ancora la città più popolata del regno sardo.

¹³ Nei suoi ripetuti soggiorni in questi paesi il Fontana ebbe modo di conoscere diversi componenti della Compagnia di Gesù e di apprezzare lo spirito della congregazione, tanto da adoperarsi in vario modo per far sì che anche a Sassari venisse fondato un collegio gesuitico. Per ulteriori particolari sulla vita del Fontana si rimanda a R. Turtas, "Alessio Fontana. Note biografiche", in E. Cadoni – R. Turtas, *Umanisti sassaresi del '500. Le "biblioteche" di Giovanni Francesco Fara e di Alessio Fontana*, Sassari, Gallizzi, 1988, pp. 159-171.

¹⁴ Sul Vico, autore fra l'altro di opere storiche e giuridiche, si veda P. Tola, *Dizionario biografico degli uomini illustri di Sardegna*, Torino, Chirio e Mina, 1838, III, pp. 291-301.

¹⁵ M. Porcu Gaias, *Sassari* cit., p. 219.

¹⁶ F. de Vico, *Historia general de la isla y reino de Sardeña*, Barcelona, Déu, 1639, II, VI, cap. XXX.

¹⁷ Elisabetta de Andechs-Meran, nata a Presburgo nel 1207, dopo la morte del marito Ludovico IV di Turingia, si dedicò alla vita ascetica e alle opere di carità, vestendo l'abito di terziaria francescana nel 1228; morì nel 1231 e fu canonizzata quattro anni dopo da Gregorio IX. Patrona del terz'ordine francescano, è festeggiata in Sardegna il 17 novembre, ad Olbia (G. Piras, *I santi venerati in Sardegna nella storia e nella leggenda*, Cagliari, Scuola

ospitava monache appartenenti al terz'ordine francescano della Penitenza e fu il primo convento femminile edificato in città.

Nel corso del secolo successivo, per motivi non altrimenti noti, le condizioni economiche dell'istituto divennero particolarmente precarie, a tal punto che gli stamenti del parlamento convocato a Cagliari dal viceré Fernández de Heredia (1553-54), nel memoriale presentato per il donativo, fra le somme destinate ad ospedali, opere pie e monasteri prevedero lo stanziamento di 300 soldi e 50 denari in suo soccorso¹⁸.

Fu così che la nobildonna Margherita Tavera¹⁹, dopo la morte del marito Gavino Marongiu Gambella²⁰, avvenuta nel 1610, espresse all'arcivescovo di Sassari Manca de Cedrelles l'intenzione di ristrutturare ed ampliare a proprie spese il suddetto monastero e di dedicarsi lei stessa alla vita claustrale, sempre nel novero delle terziarie francescane. Il prelado accolse con parere positivo l'iniziativa, disponendo l'allontanamento delle poche religiose che ancora risiedevano nell'edificio, tuttavia la ferma opposizione di costoro alla sua decisione fece sì che i propositi della Tavera non sortissero effetto immediato. La controversia con le monache di S. Elisabetta si protrasse negli anni e fu risolta soltanto nel 1623, quando un successore del Manca de Cedrelles, l'arcivescovo Passamar, emise una conclusiva sentenza a favore della nobildonna sassarese²¹. Le religiose dovettero così abbandonare i locali disputati per consentire l'avvio dei lavori edilizi e l'insediamento della futura comunità di terziarie.

Il monastero e la chiesa annessa costruiti per volontà della Tavera furono dedicati al culto di una pronipote della citata santa Elisabetta, Isabella del Portogallo, la *Rainha Santa* di epoca medioevale, figlia di Pietro III d'Aragona e moglie di Dinis del Portogallo, divenuta terziaria francescana dopo la morte del marito. Dichiarata beata da Leone X nel 1516, la regina di origine aragonese venne canonizzata da Urbano VIII nel 1625, due anni prima che lo stesso pontefice autorizzasse la fondazione del convento sassarese.

Nell'attualità poche vestigia restano della chiesa a lei dedicata, demolita insieme al monastero nel 1904, tuttavia dalle testimonianze documentarie ed iconografiche a noi pervenute si sa che era in stile gotico-lombardo, con cappelle laterali e altari lignei, contraddistinta da notevoli dorature "in oro zecchino"²², e che un imponente retablo, disposto al di sopra dell'altare maggiore, raffigurava Isabella del Portogallo tra san Francesco d'Assisi e santa Chiara²³.

Tipografica Francescana, 1958, pp. 235-236; A.F. Spada, *Storia della Sardegna cristiana e dei suoi santi dall'XI al XVII secolo*, Oristano, S'Alvure, 1988, p. 297; *Dizionario dei santi venerati in Sardegna*, a cura di A. Vargiu, Cagliari, Edizioni Sardegna da scoprire, 1993, p. 71).

¹⁸ G. Sorgia, *Il Parlamento del viceré Fernández de Heredia (1553-1554)*, Milano, Giuffrè, 1963, p. 213. Anche il Fara, nella sua descrizione di Sassari già citata, definì il monastero "desertum" (I.F. Fara, *In Sardiniae chorographiam* cit., I, p. 166).

¹⁹ Margherita Tavera nacque a Sassari nel 1573. Rimasta vedova in giovane età, sposò in seconde nozze il nobile Gavino Marongiu Gambella, che morì nel 1610 senza lasciare eredi (P. Tola, *Dizionario biografico* cit., III, pp. 248-249, voce "Tavera Margherita").

²⁰ Il Marongiu Gambella, in linea con la religiosità dell'epoca, come pure la moglie Margherita, non avendo discendenti diretti volle destinare il suo ricco patrimonio alla fondazione di tre conventi, per i Mercedari, i Carmelitani ed i Trinitari (P. Tola, *Dizionario biografico* cit., II, pp. 235-236, voce "Marongio Angelo").

²¹ Le notizie riguardanti le due distinte fondazioni del monastero, oltre che nell'opera del Vico, sono presenti in una cronaca seicentesca, redatta in spagnolo da una religiosa dello stesso convento, di cui è rimasta soltanto una traduzione in lingua italiana del XIX secolo. Questa è stata recentemente edita nel volume *Il Liber Professionum delle Isabelline di Sassari. Il manoscritto II, 2g1*, a cura di G. Zichi, Sassari, Gallizzi, 1992, pp. 70-73.

²² E. Costa, *Sassari*, Sassari, Gallizzi, 1967, 2ª ed., II, II, p. 336.

²³ Nello stesso comparivano anche i ritratti di Filippo IV di Spagna e di sua moglie Isabella di Borbone (E. Costa, *Sassari* cit., II, II, p. 336; Id., *Archivio pittorico della città di Sassari diplomatico, araldico, epigrafico, monumentale, artistico, storico*, a cura di E. Espa, Sassari, Chiarella, 1976, p. 196). Per altri dettagli sull'architettura del monastero e della chiesa si rimanda a M. Porcu Gaias, *Sassari* cit., sch. 78, pp. 271-272.

Per quanto riguarda il monastero, disponeva di un dormitorio e di un refettorio atti ad ospitare in principio circa trenta religiose, e inoltre di un ampio giardino, confinante con le mura cittadine, completo di strutture per la raccolta dell'acqua e delle provviste.

Terminati i lavori di ristrutturazione dell'edificio, il 4 luglio 1628, giorno della festa liturgica di santa Isabella²⁴, l'arcivescovo Passamar procedette alla chiusura della porta d'accesso del monastero, nel corso di una solenne cerimonia a cui parteciparono tutti i parroci della città, i rappresentanti degli ordini religiosi, i consiglieri municipali ed il delegato apostolico Antonio Nusco²⁵. Le prime monache che vi si stabilirono furono la fondatrice, divenuta ormai suor Isabella Margherita²⁶, e quattro novizie, insieme a tre converse e due educande²⁷.

Soprattutto negli anni successivi, numerose giovani appartenenti a famiglie nobili e benestanti della città furono accolte nel monastero per ricevere un'educazione adeguata al loro rango sociale, circostanza questa che giovò alle finanze ed al prestigio dell'istituto, rendendolo nel XVIII secolo, a parere dello storico Damiano Filia, "il più aristocratico di Sassari"²⁸.

Cionostante, la politica di razionalizzazione degli istituti ecclesiastici inaugurata dal governo sabaudo per contrastare l'eccessivo numero di religiosi negli stati sardi²⁹, afferenti soprattutto al clero regolare, non risparmiò nemmeno il convento delle Isabelline sassaresi. Le disposizioni di Carlo Emanuele III del 1766, volte a limitare il numero delle monache a seconda delle possibilità economiche di ciascun istituto religioso, e successivamente la legge Rattazzi sulla soppressione dei monasteri, approvata nel 1855, che proibiva le professioni religiose e l'accettazione delle novizie, decretarono anche per il convento di S. Isabella un sicuro declino. A nulla valsero gli sforzi e le speranze dell'arcivescovo Marongiu Del Rio, che negli ultimi decenni dell'Ottocento raccomandava alle monache di perseverare nell'osservanza della loro disciplina religiosa per garantire in tutti i modi la sopravvivenza dell'istituto. Nel 1874 questo ospitava 25 religiose, divenute 6 nel 1885 e quindi 4 nel 1897, ragione per cui l'edificio venne consegnato dopo pochi anni al comune di Sassari ed infine demolito nel 1904³⁰. Nella medesima area venne costruita una strada che conduceva a corso Vico.

²⁴ In tale giorno è tuttora celebrata in Sardegna, a Seneghe (*Dizionario dei santi* cit., p. 70).

²⁵ Nominato vescovo di Alghero nel 1639, il Nusco inaugurò in questa stessa città, nel 1641, un monastero intitolato a S. Isabella del Portogallo, fondato dal canonico Dionigi Soredas qualche anno prima (*Il Liber Professionum* cit., p. 21, nota 14).

²⁶ Dopo aver terminato il periodo di noviziato, la Tavera professò i voti solenni di obbedienza, povertà, castità e perpetua clausura il 4 luglio 1629, venendo eletta, probabilmente nello stesso anno, badessa del monastero; morì il 14 settembre 1638.

²⁷ Il breve pontificio di fondazione contemplava infatti la possibilità di accogliere nel monastero educande e *convitoras*. Sul ceto sociale di costoro e delle Isabelline si vedano i dati presentati da Giancarlo Zichi in *Il Liber Professionum* cit., pp. 31-61.

²⁸ D. Filia, *La Sardegna cristiana (dal 1720 alla Pace del Laterano)*, Sassari, Stamperia della Libreria Italiana e Straniera, 1929, p. 150, nota 1. Il monastero amministrava un consistente patrimonio fondiario e immobiliare che si estendeva anche al di fuori della città di Sassari.

²⁹ Durante la guerra di successione spagnola che agli inizi del XVIII secolo oppose Filippo d'Angiò a Carlo d'Asburgo, la Sardegna fu occupata dall'esercito austriaco e agli Asburgo rimase con i trattati di Utrecht e di Rastadt (1713-14). Successivamente però, a seguito dei movimentati strascichi del conflitto, il regno sardo fu ceduto dall'Austria ai duchi di Savoia in cambio della Sicilia (1718-20).

³⁰ *Il Liber Professionum* cit., pp. 14-21.

Les actes judiciaires de Pierre Ier du Portugal (1357 – 1366)*

Maria Helena da Cruz Coelho **

Armando Luís de Carvalho Homem ***

1. Selon les canonistes du Moyen Âge le premier but de la royauté était d'assurer la justice: *iudex id est rex*¹. La fonction primordiale du pouvoir politique était donc la justice, et par la justice on obtiendrait la paix. Un roi qui ne fût pas capable de maintenir la justice et l'ordre – c'est-à-dire, la hiérarchie sociale établie – devrait être remplacé. Ce fut le cas de Sanche II, déposé par le Pape (1245) et remplacé par son frère Alphonse, comte de Boulogne, future Alphonse III; cette déposition a été faite sous l'allégation d'inexistence de roi au Portugal, parce qu'il ne faisait pas de justice².

Donc au début du royaume la souveraineté s'identifiait avec la justice. Mais sa *praxis* était atomisée, conséquence du grand nombre de *cellules* qui possédaient des pouvoirs de juridiction. C'était un temps de reconquête et peuplement du royaume (XIIe-XIIIe siècles); les rois n'ont pas atteint la pleine souveraineté; mais ils ont obtenu le soutien de *adjutores*, pour garantir l'ordre et la paix. C'était le cas des *tenentes* dans des circonscriptions administratives qui avaient le nom de *terrae* ou de *territoria*, aussi bien que des *judices* des *julgados*; mais dans ces cas il s'agissait d'extensions locales du pouvoir judiciaire du roi. La justice était aussi pratiquée par les nobles et les ecclésiastiques dans leurs seigneuries (*honras* et *coutos*, respectivement): ils accaparaient un droit public ou ils le recevaient par la grâce du roi. La justice était enfin pratiquée dans les municipalités par leur *concilium* et par leurs juges (très souvent élus).

Théoriquement le roi était toujours la source du droit (*fons iuris*) et aussi de sa pratique par l'exercice du pouvoir judiciaire; il était le juge suprême (*rex siue iudex*): Alphonse II (1211-1223) l'affirme dans la curie de Coïmbre (1211). La curie comptait avec la présence des officiers, des nobles de cour et des conseillers du roi; elle était un tribunal, pareil aux assemblées judiciaires locales³.

Bien que la justice ait été des premiers services individualisés au sein du gouvernement royal, on ne connaît des officiers strictement judiciaires que dans la première moitié du XIIIe siècle⁴: le novateur a été Alphonse II, fondateur d'un rudimentaire tribunal de la cour, protagonisé par le *sobrejuiz* («surjuge»), qu'on connaît depuis 1222⁵; ce premier service de justice

* Communication présentée au X Congresso Internazionale de la Commission Internationale de Diplomatie: *La Diplomatica dei documenti giudiziari (dai placiti agli acta – secc. XII-XV)* [Bologne, le 13 septembre 2001]; *Actes* sous presse, Giovanna NICOLAJ éd.

** Université de Coïmbre.

*** Université de Porto; professeur visitant à l' Université *Autónoma* de Lisbonne.

¹ Ruy de ALBUQUERQUE et Martim de ALBUQUERQUE, *História do Direito Português*, I. 1140-1415, 10.e éd., Lisbonne, Pedro Ferreira-Artes Gráficas, 1999, p. 517.

² «Nom aviam rey porque ell nom fazia justiça» (*Portugaliae Monumenta Historica... – Scriptores*, Lisbonne, Academia Real das Ciências, 1856, p. 256).

³ R. ALBUQUERQUE et M. ALBUQUERQUE, *o.c.*, p. 567.

⁴ Marcello CAETANO, *História do Direito Português (sécs. XII-XVI)*, 4.e éd., Nuno Espinosa Gomes da SILVA éd., Lisbonne/São Paulo, Verbo, 2000, p. 309.

⁵ Armando Luís de Carvalho HOMEM, «A corte e o governo central», in *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, Maria Helena da Cruz COELHO et [...] coord. (= *Nova História de Portugal*, Joel SERRÃO et A. H. de Oliveira MARQUES dir., III), Lisbonne, Presença, 1996, p. 536. Exposant les attributions et les officiers du tribunal du roi, José Mattoso avait déjà proposé l'année 1229 pour la parution du *sobrejuiz* (voir. J. MATTOSO, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*, II. *Composição*, Lisbonne, Estampa, 1985, p. 109-112).

jugeait surtout des questions concernant des nobles, des ecclésiastiques et des officiers royaux ; il était aussi un tribunal d'appel des sentences des juges locaux.

Cette compétence de la *curie* en tant que cour d'appel on peut même la constater dans quelques actes de fondation de municipalités (chartes de *foral*), tel celui de Idanha (1229)⁶. Les temps antérieurs ne nous ont presque pas laissé d'actes royaux de caractère judiciaire, excepté quelques exemplaires du temps de Sanche Ier. Pourtant, il s'agit d'actes insérés dans des registres ultérieurs (d'Alphonse III et d'Alphonse IV), comme de quelques originaux concernant le monastère de Alcobaça; ces actes ne présentent pas d'eschatocole, ce qui nous interdit la connaissance des dates et des rédacteurs. Cependant, ils ne nous laissent pas tout à fait sans renseignements: ils contiennent des doléances présentées au roi par des ecclésiastiques (l'évêque de Porto et les abbés de Alcobaça et de Bouro); autrement dit, ce sont les *privilegiés*, connaisseurs des mécanismes de la curie, qui présentent des appels auprès du souverain. On constate aussi que ces clercs accusent fondamentalement les municipalités (dans quatre cas sur six)⁷, c'est-à-dire l'institution locale la plus efficace envers le pouvoir seigneurial; pourtant nous avons aussi des procès contre les officiers du roi⁸ et contre un particulier (probablement un noble)⁹.

Au temps d'Alphonse III (1245-1279) et de Denis (1279-1325) la bureaucratie judiciaire devient plus lourde: les *sobrejuízes* seront trois¹⁰ au troisième quart du siècle et quatre dans les années 80. Ces officiers avaient encore des compétences très larges et hétérogènes: instruction de procès, sentences, préparation de sentences pour la cour, etc. Quelques *sobrejuízes* ont été des clercs, les légistes par excellence dans les premiers temps de la monarchie portugaise; mais ils ont été surtout des chevaliers. Sporadiquement ils ont eu des auxiliaires (*tenente locum*)¹¹. A côté de ces officiers permanents on commence à en recruter quelques autres avec des compétences plus spécifiques. Depuis le temps d'Alphonse III quelques officiers avaient la fonction d'«entendre les parties», de savoir la vérité, enfin d'instruire le procès; c'est l'origine des *ouvidores* («auditeurs»), dont l'institutionnalisation s'accomplira au temps de Denis. Les *ouvidores* étaient plusieurs, bien que la distinction des compétences ne soit pas facile entre les *ouvidores* des procès du roi, les *ouvidores* de la cour et les *ouvidores* de l'appel¹². Pourtant nous savons que ces derniers étaient l'instance suprême.

Alphonse III avait nommé aussi des inspecteurs de la justice locale, les *meirinhos-mores*¹³; c'est l'origine des *correctores* (*corregedores*), nom consacré définitivement au temps d'Alphonse IV (années 30 du XIVe siècle).

Cependant, précisons un peu plus les pratiques judiciaires de la cour d'Alphonse III;

⁶ *Portugaliae Monumenta Historica... – Leges et Consuetudines*, I-II, Lisbonne, Academia Real das Ciências, 1856-1868, p. 615. On y peut lire: «Et si ille qui de me terram tenuerit uoluerit aliquid demandare ad concilium uel ad hominem de Egitaniam et demandatus uoluerit se alcare ad meam curiam alcet...».

⁷ *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, I, Rui de AZEVEDO, Avelino de Jesus da COSTA et Marcelino Rodrigues PEREIRA éd., Coïmbre, Centro de História da Universidade de Coïmbre, 1979, doc. 207, p. 314-315 (l'évêque Martinho se plaint des citoyens de Porto); doc. 213, p. 319 (l'abbé de Alcobaça est en litige avec la municipalité de Óbidos); doc. 214, p. 320 (le même abbé accuse la municipalité de Pederneira); et doc. 215, p. 320-321 (encore l'abbé de Alcobaça en litige avec le *pretor* et les *alvazis* de Lisbonne).

⁸ *Documentos de D. Sancho I*, cit., doc. 209, p. 316 (l'évêque de Porto se plaint de ceux qui perçoivent les *décimas* du roi).

⁹ *Documentos de D. Sancho I*, cit., doc. 216, p. 321 (l'abbé de Bouro accuse quelqu'un de violences sur les terres du monastère).

¹⁰ Pour tout le règne d'Alphonse III, Leontina VENTURA présente un total de 19 noms de *sobrejuízes* (*A nobreza de Corte de Afonso III*, t. II, thèse de doctorat/U. Coïmbre, 1992, p. 1039).

¹¹ C'était le cas, en 1267, de «Martinum Petri clericum tenente locum superjudicis» (Lisbonne – Archives Nationales/Torre do Tombo [dorénavant TT] – Sé de Coïmbra, DR, m. 2, n. 63).

¹² R. ALBUQUERQUE et M. ALBUQUERQUE, *o.c.*, p. 571.

¹³ Pour tout ce règne L. VENTURA présente un total de 8 *meirinhos* (*o.c.*, II, p. 1041).

les sources sont quelques actes de la cathédrale de Coïmbre¹⁴. Cet aperçu nous permet de constater une certaine flexibilité bureaucratique, apparemment sans normes strictes, malgré la spécificité des officiers de justice.

Voyons ainsi le cas de quelques *doléances* du chapitre de la cathédrale de Coïmbre; selon le texte des actes royaux, les capitulaires utilisent des expressions telles que «mandavit mihi dicer» ou «mandavit se mihi queyxare», en dénonçant des municipalités, des officiers royaux ou particuliers (surtout des officiers des nobles); la réponse du roi peut être souscrite par des officiers ou des services divers. Nous pouvons dire d'ores et déjà que dans un ensemble de 13 *doléances* le roi décide toujours dans un sens favorable à la cathédrale; nous pouvons constater plusieurs protagonistes de la décision, mais cela ne semble avoir rien à voir avec les matières ou les accusés: en effet, nous pouvons nous rendre compte de souscripteurs différents dans des situations similaires.

Faisons remarquer qu'on peut encore s'apercevoir du poids de la curie et des gens du conseil en tant qu'instance judiciaire, ce qui arrive dans six situations, bien qu'avec des nuances:

- Dans un cas les souscripteurs sont le *maiordomus*, le chancelier, deux nobles (identifiés) et «aliis de consilio domini regis»¹⁵;
- dans un autre cas la souscription est à charge d'un *sobrejuiz* et de deux *maîtres* (l'un desquels trésorier de Braga, l'autre médecin)¹⁶;
- dans deux cas la sentence est de la responsabilité des *ricos-homens* et d'autre gens du conseil, chargés de la *correctio* («rege mandante per suos riquos homines et per alios de suo consilio quibus commisit fectum correptionis»)¹⁷;
- enfin, dans deux autres situations les *correcteurs* sont spécifiés par l'eschatocole de la sentence: ils sont 4, l'un desquels ecclésiastique (frère Geraldo Domingues, dominicain), et un des autres laïc et *pretor* à Santarém; le dernier est un *sobrejuiz*¹⁸.

D'ailleurs, deux autres actes sont souscrits par des officiers de la cour : dans un cas par le *maiordomus*, dans l'autre par le *maiordomus* et le chancelier¹⁹.

Enfin, les réponses royales à 5 *doléances* sont de la responsabilité du *sobrejuiz* ou de son lieutenant²⁰.

Ce rapide aperçu de treize actes de la cathédrale de Coïmbre au temps d'Alphonse III nous permet de constater le maintien de l'importance de la curie et des conseillers du roi en tant que service de justice. Net est aussi le poids des décisions collectives de la curie, bien que quelques conseillers soient déjà consacrés à la *correctio*: l'exercice d'offices de justice ou le *munus* de confesseurs les avait devenus de bons auditeurs de coupables potentiels et déterminateurs de châtiments. Donc, face à un total de 9 *doléances*, traitées collectivement par des *correctores*

¹⁴ Nous remercions vivement Mme Maria do Rosário Morujão – qui prépare une thèse de doctorat sur la chancellerie de la cathédrale de Coïmbre, sous la direction de M.^a Helena C. Coelho – pour la communication amicale des résultats de ses dépouillements de sources.

¹⁵ TT – Sé de Coimbra, 2^a incorp., DR, m. 2, n.º 62 (Lisbonne, 1266/05/14).

¹⁶ TT – Sé de Coimbra, 2^a incorp., DR, m. 2, n.º 70 (Lisbonne, 1271/03/11).

¹⁷ TT – Sé de Coimbra, 2^a incorp., DR, m.2, n.º 71 et n.º 72 (Santarém, 1274/01/17).

¹⁸ Il s'agit de Afonso Farinha, Martinho Dade (*pretor* à Santarém), Pedro Casével (*sobrejuiz*, 1261-1264) et fr. Geraldo Domingues (TT – Sé de Coimbra, 2^a incorp., DR, m. 2, n.º 74 [Lisbonne, 1277/04/16] et n.º 75 [Lisbonne, 1277/04/18]).

¹⁹ TT – Sé de Coimbra, 2^a incorp., DR, m. 2, n.º 67 (Lisbonne, 1269/07/21) et n.º 5 (Lisbonne, 1255/05/04).

²⁰ TT – Sé de Coimbra, 2^a incorp., m. 16, n.º 7266 (1257/04/22); DR, m. 2, n.º 58 (Lisbonne, 1261/07/14); DR, m. 2, n.º 65 (Coïmbre, 1258/03/04); DR, m. 2, n.º 61 (Coïmbre, 1265/10/03); et DR, m. 2, n.º 63 (Lisbonne, 1267/09/26).

ou individuellement par des sobrejuízes, nous pouvons conclure qu'il y avait une nette spécificité de l'aire judiciaire dans la cour d'Alphonse III²¹.

Il y a cependant un autre aspect de la justice royale. Dans une approche des temps d'Alphonse III et de Denis, José Mattoso présente un cas d'appel à la cour qui permet facilement de constater la complexité bureaucratique du fonctionnement des organes de la justice supérieure²². Le juge de la municipalité de Feira citait le monastère de Pedroso devant la cour; dans un délai de 27 jours, le monastère devrait répondre dans une enquête sur des biens fonciers. Le procureur du monastère a voyagé jusqu'à Coïmbre, où séjournait le *sobrejuiz* du roi; il y dû attendre 15 jours; vainement – pas de sentence: il fallait voir le registre des *reguengos* à Feira. La question a alors souffert un délai de 9 jours; mais après une nouvelle période de 15 jours il n'y avait pas encore de décision. Puis le procureur a voyagé jusqu'à Gaia: la cour y devait passer; et il a attendu plus 15 jours... On l'a convoqué de nouveau à Coïmbre: et voilà une nouvelle période de deux semaines sans résultats. Ce procureur a encore voyagé entre Soure, Pombal et Leiria... Enfin on ne sait pas le moment et le lieu de la sentence: le document est incomplet. Mais l'épisode nous permet de comprendre la quasi inexistence de sentences de recours de la curie aux temps de nos premiers rois; les plaideurs étaient forcément des gens fortunés...

L'action des rois après 1250 doit donc être envisagée comme visant à donner plus d'efficacité au tribunal de la cour.

2. Alphonse III, Denis et Alphonse IV (1325-1357) ont été des producteurs de législation abondante.

Alphonse III, dans un *corpus* de 233 lois, ne va pas sans envisager la justice et les procès, en ce qui concerne les avocats et les procureurs, le recours et les témoignages; ces aspects ne manquent pas de répétitions aux temps de ses successeurs.

Denis et Alphonse IV ont produit, à eux deux, à peu près le même nombre de lois qu'Alphonse III: 249 (= 129 + 120)²³. 53% de ces lois concernent les procès, et le panorama est commun aux deux souverains. On constate la répétition des soucis autour des avocats, souvent accusés de prolonger excessivement les procès; on légifère sur leurs salaires, on essaie d'interdire l'office aux clercs et on va même dans le sens d'en permettre l'exercice à des individus sans habilitations spécifiques.

Mais dans ce texte nous voulons mettre l'accent sur les lois de Denis prévoyant des formulaires spécifiques pour les différents types de sentences, surtout dans les procès de recours présentés à la Cour. Dans le *Livro das Leis e Posturas* («Livre des lois et des établissements») ²⁴, recueil de législation élaboré à la fin du XIVe siècle, on peut trouver un bon nombre d'actes législatifs de Denis concernant cette matière. Ils ne sont pas datés, mais il n'est pas interdit d'en faire l'attribution aux premières années du XIVe siècle (1301-1305), moment où le roi a fait une véritable «réforme processuelle»²⁵.

Qu'est-ce que nous avons donc sur ces formulaires de lettres de sentence?

²¹ Disons encore que, face à une *doléance* d'une soeur de l'évêque de Viseu contre les autorités de Coïmbre (qui lui interdisaient la prise de possession de quelques terres, selon le testament de son frère), la sentence, favorable, a été souscrite par les sobrejuízes Vicente Dias et Rui Peres (TT – Sé de Coimbra, 2^a incorp., DR, m. 2, n.º 77 (date incomplète, règne d'Alphonse III).

²² J. MATTOSO, *Identificação de um País*, cit., II, p. 111. Le document cité a été publié par João Pedro RIBEIRO, *Dissertações Chronologicas e Criticas*, tt. I-IV, Lisbonne, Academia Real das Ciências, 1810-1836 (2.e éd.: 1857-1867).

²³ Armando Luís de Carvalho HOMEM, «Dionisius et Alphonsus, Dei gratia reges et communis utilitatis gratia legiferi», *Revista da Faculdade de Letras* [Université de Porto]. *História*, II sér., XI (1994), p. 11-110.

²⁴ Archives Nationales/Lisbonne (Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, dorénavant TT) – *Livro das Leis e Posturas*; publ.: *Livro das Leis e Posturas* (dorénavant LLP), Nuno Espinosa Gomes da SILVA et Maria Teresa Campos RODRIGUES éd., Lisbonne, Faculdade de Direito, 1971.

²⁵ Á. L. de Carvalho HOMEM, «Dionisius et Alphonsus», cit., p. 23 et 47-53 («Corpus», n.º 24/48).

On aurait au départ la distinction entre les sentences *interlocutoires* et les sentences *définitives*. On distinguerait également d'autres circonstances: présence des parties ou de leurs procureurs, présence d'une partie et absence de l'autre, situations où l'auteur du recours est l'auteur ou l'objet du procès, etc. On aurait donc 10 types de lettres de sentence:

- I. Sentences interlocutoires²⁶;
- II. Lettres *de razões e do juízo* («raisons et jugement»): sentences définitives²⁷; dans ces deux cas le procès se poursuit dans le tribunal de la cour; si le recours est présenté par l'auteur du procès et le *sobrejuiz* reconnaît ses raisons, il y aura une seule lettre de sentence – c'est le formulaire qui fait suite:
- III. Lettres *do agravo e do juízo* («recours et jugement»)²⁸: on exige que les deux parties soient présentes dans la cour jusqu'à 9 jours après la publication de la lettre; mais il y a alors un autre cadre: absence de l'auteur du recours, présence de l'autre partie – si cette dernière est arrivée dans le délai prévu et attend 3 jours, on verra si la partie présente est l'auteur ou l'objet du procès et si la sentence est interlocutoire ou définitive; si la partie absente est l'auteur et la sentence interlocutoire, le *sobrejuiz* jugera «rebelle» (*revel*) l'auteur du recours et donnera à la partie présente dans la cour une:
- IV. Lettre *de agravo*²⁹: selon le formulaire, le procès se poursuit devant les juges locaux, et l'absent dans III. payera les dépenses (*custas*) du procès; mais il y a un autre formulaire si la sentence est définitive:
- V. Lettre *de agravo*³⁰: on détermine le maintien de la sentence; l'absent dans III. payera les dépenses; mais si l'absent est l'objet du procès et la sentence interlocutoire, le *sobrejuiz* le jugera *revel*, et donnera à celui qui est venu dans la cour une lettre, selon le formulaire:
- VI. Lettre *de agravo*³¹: on spécifie que la question aura sa suite dans les tribunaux locaux; celui qui a présenté un recours et a été absent payera les dépenses; si la sentence est définitive, il y aura un autre formulaire:
- VII. Lettre *de agravo*³²: la sentence se maintient; encore celui qui a présenté un recours et n'a pas été présent payera les dépenses; mais on prévoit encore une autre situation: celle de celui qui va à la cour dans le délai de 30 jours mais ne donne pas connaissance au juge et du recours et du jour de sa présence; dans ce cas, s'il est l'auteur du recours et si la sentence est interlocutoire, le *sobrejuiz* fera écrire une lettre avec un autre formulaire, dont le titre est:
- VIII. *Stabeleçimento do que vay aa corte e nom fez o sobrejuiz certo* («Établissement sur celui qui va à la cour et ne notifie pas le *sobrejuiz*»)³³: l'auteur du recours a été présent à la cour, mais on constate l'absence de l'autre partie; le procès continuera localement et l'absent devra indemniser l'autre partie; on ajoute que si la sentence est définitive le formulaire est le même (on ne spécifie pas, sauf ce qui concerne la réitération de la sentence); si l'absent est l'objet du recours et la sentence est interlocutoire, nous avons encore un autre formulaire:

²⁶ LLP, p. 39.

²⁷ LLP, p. 40.

²⁸ LLP, p. 40.

²⁹ LLP, p. 41-42.

³⁰ LLP, p. 42.

³¹ LLP, p. 42.

³² LLP, p. 43-44.

³³ LLP, p. 44.

- IX. Lettre de sentence interlocutoire³⁴: si l'absent est l'auteur, on maintient la sentence, avec les nécessaires indemnités; dans l'hypothèse inverse, on aura une autre lettre:
- X. *Outra carta idem*³⁵: le formulaire est le même que IX.

Après ces formulaires les textes législatifs nous parlent des circonstances de la présence des deux parties à la cour. Il ne s'agit plus de formulaire d'acte royal, mais de plusieurs situations qui pourront se présenter et conditionner la suite du jugement dans les instances locales ou sa décision à la cour, surtout lorsqu'on allègue que quelques preuves n'ont pas été présentées, situation qui exigera de nouvelles enquêtes³⁶.

3. Denis et Alphonse IV ont été aussi des rois enquêteurs. Leur temps est donc de réformes judiciaires, surtout dans le cas d'Alphonse en ce qui concerne non seulement les procès mais également les services et les officiers de la justice; ce qui n'est pas sans conséquences sur la typologie des actes judiciaires.

Au début des années 30 Alphonse fait publier le «Règlement des audiences» (*Regimento das audiências*)³⁷. Cette loi prévoit des magistrats divers pour les procès civils (les 4 *sobrejuízes*), les procès criminels (les 4 «auditeurs du crime»), les procès concernant les droits et le patrimoine du roi, de même que les juifs (les 3 «auditeurs des faits du roi») et les procès concernant les territoires où le roi séjournait (les 2 «auditeurs»); le texte établit ces offices et nomme les 13 officiers (4 clercs et 9 laïcs) tout de suite. Le service judiciaire de la cour est donc essentiellement un tribunal de recours; dans le cas des *sobrejuízes* on établit pour la première fois deux territoires pour des officiers divers; c'est donc la protohistoire des six *comarcas*³⁸. Bien entendu, des procès divers et des magistrats divers présument des lettres de sentence diverses: dans la conjoncture des «confirmations générales» (années 30/40) on peut trouver déjà des sentences sur juridictions, sur des matières fiscales, sur des bails et d'autres moins individualisées. Au total, les actes de justice représentent 22% des actes de chancellerie dans les années 30 et 28% dans les années 40³⁹.

Ce qui vient d'être écrit figure la première moitié du XIVe siècle comme un moment décisif pour la construction des institutions de la fin du Moyen Âge portugais; et Alphonse IV s'avère un des grands réformateurs et par la voie de la législation et de la pratique du gouvernement⁴⁰.

³⁴ LLP, p. 45.

³⁵ LLP, p. 45-46.

³⁶ LLP, p. 46-50: «Quando ambas as partes ueem per sy como deuem e a bua delas diz que lhi mjnquam Razões ou diz que nom ham por que conboçer do agrauo».

³⁷ «Como el Rej partio suas audiançias E sobrejuizes E ouuidores de sua casa E de as Corte E procuradores e estpriuaees»: Bibliothèque Nationale/Lisbonne (BNL) – Ordenações del-Rei Dom Duarte, fls. 343-344v; publ.: *Ordenações del-Rei Dom Duarte*, Martim de ALBUQUERQUE et Eduardo Borges NUNES éd., Lisbonne, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 538-540.

³⁸ Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Odiana et Algarve. Les limites seraient ceux de la géographie physique, notamment les fleuves. Voir A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV* (= *Nova História de Portugal*, Joel SERRÃO et [...] dir., IV), Lisbonne, Presença, 1987, p. 295-305; voir encore les sources éditées par Marcello CAETANO, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1179-1383)*, 2.e éd., Lisbonne, Academia Portuguesa da História, 1981, p. 151-157 et 158-174.

³⁹ Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC/CHUP, 1990, p. 87-90, 119-133, 138-148, 163-171, 539 et *passim*.

⁴⁰ Isaías da Rosa PEREIRA, Maria Helena da Cruz COELHO, José MARQUES et Armando Luís de Carvalho HOMEM, «Diplomatique royale portugaise: Alphonse IV (1325-1357)», in *Diplomatique Royale du Moyen Âge, XIIIe-XIVe siècles. Actes du Colloque* [Commission Internationale de Diplomatique], José MARQUES éd., Porto, Faculdade de Letras, 1996, p. 133-163.

Quelle sera la suite au tournant des années 50 aux 60?

4. Pierre Ier (1357-1367) est normalement dit «le Justicier». Dans cet essai nous n'aborderons pas la construction historiographique de cette image, notamment en ce qui concerne les récits du chroniqueur Fernão Lopes (XVe siècle), lesquels nous rendent compte de quelques épisodes d'une justice rapide et parfois sanglante.

Nous nous bornerons à faire remarquer que Pierre a légiféré lui-même, avec une relative régularité, bien que nombre d'actes aient été promulgués pendant l'année 1361. Cette législation n'est pas excessivement originale dans le domaine strict de la justice: en se souciant de l'honnêteté des officiers royaux et des avocats, le roi répète souvent des mesures de ses prédécesseurs, bien qu'avec un certain degré de radicalisation en ce qui concerne la punition⁴¹.

Le gouvernement de Pierre nous rend compte d'un monarque qui a été très souvent en litige avec des monastères (v.g Alcobaca, Arouca, Paderne), à cause de droits et de patrimoines. Mais les pièces de ces procès, on les trouve dans les fonds monastiques aux Archives Nationales/Torre do Tombo (Lisbonne).

Le seul registre de la chancellerie de Pierre – un registre *mis au net* au XVe siècle, dans le cadre de la *réforme Zurara*⁴² – ne contient pas un grand nombre d'actes judiciaires. Il s'agit d'un volume de 130 *folios*, accrus de 6 *folios* primitifs (où on peut constater quelques répétitions d'actes). Total des actes enregistrés: 1.214⁴³.

Qu'est-ce que ce registre nous dit en matière de justice?

Les lettres de sentence sont seulement 8; mais, en complément, le roi fait la révocation de 7 sentences de ses aïeux, notamment Alphonse IV, et il le fait dans le cadre de la grâce royale (*graça e merce*); en rigueur ces actes sont de véritables *dons*. Donc, un total de 15 actes judiciaires et *contra*-judiciaires.

Que peut-on dire de plus?

Les sentences sont normalement souscrites par des *auditeurs* du roi; seulement dans un cas la souscription est de la responsabilité de deux officiers avec cette mission spécifique. Dans 5 cas les questions ont été portées devant les auditeurs par le procureur royal lui-même: il y avait des intérêts de la couronne en litige⁴⁴; dans un autre cas c'étaient les juges d'une municipalité (Gaia) qui voulaient la révocation des privilèges d'un monastère (Grijó) en matière de juridictions⁴⁵. Il y a aussi deux recours:

- a) Un officier royal aux compétences financières, l'*almoxarife* de Beja faisait appel d'une sentence d'un *corregedor* de Odiana⁴⁶;
- b) un autre officier royal présentait recours d'une sentence d'un juge local (*julgado* de Figueiredo) dans un procès sur la juridiction d'un monastère (Vila Cova)⁴⁷.

⁴¹ Armando Luís de Carvalho HOMEM, «Subsídios para o estudo da administração central no reinado de D. Pedro I», in ID., *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisbonne, Horizonte, 1990, p. 63-107; ID., *O Desembargo Régio (1320-1433)*, cit., p. 225-227.

⁴² Gomes Eanes de Zurara a été chroniqueur royal et garde des archives de la fin des années 1440 au début des années 1470. Sur sa réforme des registres de la chancellerie voir Maria Helena da Cruz COELHO et Armando Luís de Carvalho HOMEM, «Origines et évolution du registre de la chancellerie royale portugaise (XIIIe-XVe siècles)», *Revista da Faculdade de Letras* [Université de Porto]. *História*, II sér., XII (1996), pp. 47-74, *maxime* 52.

⁴³ TT – Chancelaria de D. Pedro I, liv. I; publ.: *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)* (dorénavant CDP), A. H. de Oliveira MARQUES *et al.* éd., Lisbonne, INIC, 1984.

⁴⁴ CDP, docs. 177 (p. 67-69), 308 (p. 110-112), 315 (p. 117-119), 482 (p. 190-191), 1143 (p. 542-543) et 1214 (p. 592-594).

⁴⁵ CDP, doc. 62 (p. 25-28).

⁴⁶ CDP, doc. 302 (p. 106-107).

⁴⁷ CDP, doc. 283 (p. 95-97).

Il nous semble que ces sentences ont respecté les formalités processuelles exigées par les lois. Les deux parties ont pu présenter leurs contestations et faire réponse; dans quatre cas les auditeurs ont entamé des enquêtes⁴⁸. Il est aussi arrivé (5 cas) que quand les auditeurs ont convoqué les parties pour leur faire savoir les sentences définitives, une des parties a été absente⁴⁹. L'absent est normalement l'objet de la demande; l'abbesse et le monastère de Vila Cova ont été l'exception: demandeurs et auteurs de l'appel, ils n'ont pas été présents dans la cour. Dans ces cas on a attendu celui que manquait pendant trois jours; à la fin de ce délai il a été considéré «rebelle» (*revel*) et la sentence a été favorable au demandeur; celui-ci était dans quatre cas le procureur du roi. Dans le cas de l'absence de l'abbesse de Vila Cova les auditeurs ont réitéré la sentence du juge local.

En ce qui touche les matières, cinq sentences ont délibéré sur des juridictions, deux sur des droix royaux et une sur des fermes de la couronne (*reguengos*).

Du point de vue de la Diplomatie ces actes sont très simples.

Dans le protocole initial nous trouvons toujours la titulature (le roi) et le destinataire; en ce qui concerne ce dernier, il peut s'agir d'une autorité (v.g. le *corregedor* de Odiana, le juge du territoire [*terra*] de Figueiredo) ou d'un ensemble d'autorités (v.g. les juges de Gaia, les justices du royaume); dans tous ces cas un salut s'ensuit. Mais parfois le destinataire est ouvert à «tous ceux qui verront cette lettre» (*a quantos esta carta virem*); pas de salut dans ces cas.

Le texte présente le procès et les parties, puis, dans quelques cas, la contestation, la présentation de preuves, la réalisation d'une enquête et enfin le verdict.

La totalité de ces voies légales a eu lieu seulement dans quatre litiges de juridiction⁵⁰. D'ailleurs dans un procès des juges de Gaia contre le monastère de Grijó, celui-ci a contesté, en présentant une lettre d'Alphonse IV qui prouvait ses raisons; et la sentence les a acceptées⁵¹. Mais la même chose n'est pas arrivée dans un procès de l'*almoxarife* de Beja contre la municipalité de Serpa: les actes royaux présentés par les procureurs de Serpa ont soutenu leur raisons auprès le *corregedor*; dans la cour, après l'appel de l'*almoxarife*, la municipalité a perdu le procès⁵².

L'eschatocole est toujours pareil. Il ouvre avec une part de la date – lieu, jour et mois – et continue avec l'identification des souscripteurs et du scribe; à la fin ce qui manquait de la date, c'est-à-dire l'ère. Dans six cas les souscripteurs ont été des auditeurs du roi⁵³; dans un autre cas les souscripteurs ont été deux officiers bureaucrates sans compétence strictement judiciaire⁵⁴; enfin, un des actes enregistrés ne présente pas d'eschatocole.

En passant, il ne nous reste qu'une référence très brève aux 7 actes de révocation de sentences⁵⁵. Il s'agit d'actes de grâce, rédigés par des officiers sans compétences ordinaires dans le domaine judiciaire⁵⁶, accrus d'un seul acte souscrit par le roi lui-même. Les problèmes posés par ces actes *contra*-judiciaires (si nous pouvons dire) sont normalement dans le domaine des juridictions, et les protagonistes sont les évêques de Lamego⁵⁷ et de Coimbre⁵⁸, les monastères

⁴⁸ CDP, docs. 177 (p. 67-69), 283 (p. 95-97), 308 (p. 110-112) et 315 (p. 117-119).

⁴⁹ CDP, docs. référés n. antérieure, accrus du doc. 482 (p. 190-191).

⁵⁰ Voir n. 48.

⁵¹ CDP, doc. 62 (p. 25-28).

⁵² CDP, doc. 302 (p. 106-107).

⁵³ Lourenço Gonçalves et Afonso Anes de Alenquer (4 lettres), Afonso Anes de Alenquer et Gonçalo Anes de Beja (1 lettre) et Fernão Martins (1 lettre).

⁵⁴ Maître Vasco das Leis et João Esteves.

⁵⁵ CDP, docs. 112 (p. 50), 324 (p. 124-127), 408 (p. 162-163), 439 (p. 175), 487 (p. 194-196), 964 (p. 448-449) et 1209 (p. 589-590).

⁵⁶ Maître Gonçalo das Decretais, Lourenço Esteves et Pero Afonso.

⁵⁷ CDP, docs. 112 et 964 (voir n. 55).

⁵⁸ CDP, doc. 1209 (voir n. 55).

de Alcobaça⁵⁹ et de Refóios de Basto⁶⁰ et l'hôpital et la chapelle de la reine-mère, Béatrix (à Viana do Castelo)⁶¹; dans un de ces cas seulement nous trouvons aussi une municipalité: il s'agit de Santa Comba Dão (*comarca* de Beira) et le problème concernait l'obligation de posséder cheval et armes pour le service royal par les plus favorisés des membres de la communauté⁶².

5. Une démarche comme celle que nous sommes en train de définir était chronologiquement la dernière chance. Après des registres de chancellerie où les sentences ne manquaient pas⁶³, la deuxième moitié du XIVe siècle inaugure un temps où les actes judiciaires disparaissent presque des registres – le cas de Pierre Ier en est un premier indice. Mutation de conjoncture mais aussi évolution de l'enregistrement à la chancellerie royale, sur la voie de l'*appauvrissement typologique* caractéristique des registres de notre XVe siècle⁶⁴.

Une approche plus profonde des actes judiciaires des XIVe et XVe siècles utilisera comme source surtout des fonds d'archives des monastères et sera donc un travail d'une bien plus longue haleine. Mais le jour viendra, nous en sommes sûrs.

⁵⁹ CDP, docs. 408 et 439 (voir n. 55).

⁶⁰ CDP, doc. 487 (voir n. 55).

⁶¹ CDP, doc. 439 (voir n. 55).

⁶² Voir n. 55.

⁶³ C'est le cas de la chancellerie de Denis et surtout de celle d'Alphonse IV.

⁶⁴ Voir le travail cit. n. 42, p. 55-56.

¿Por qué estudiar hoy el problema del agua en la Edad Media?

María Isabel del Val Valdivieso *

*En ella brotaron los océanos, los ríos y
Las aguas, la comida y las cosechas.
(.....)
Era ella, al principio, una ola más en el océano.
(.....)
De día y de noche, sin descanso, fluyen
Sobre ella las mismas aguas viajeras.
(.....)
Puedan las aguas puras fluir sobre nuestro cuerpo.
(.....)
Alabada sea la Tierra, crecida de la lluvia,
esposa de Parjanya*

*PRTHIVISUKTA (Himno a la Tierra)
Atbarvaveda, 12.1*

En la literatura védica, la creación de la Tierra se produce a partir de las aguas primordiales, por eso la tierra era, antes de serlo, *una ola más en el océano*. La metáfora pone de manifiesto la importancia que se da al agua en la antigua cultura de la India. Pero no es la única en hacerlo. Los pueblos semitas otorgan también un papel primordial a ese elemento. Los versículos iniciales del Génesis la presentan como la primera materialidad existente sobre la que se cierne Dios:

Al principio creó Dios los cielos y la tierra. La tierra estaba confusa y vacía y las tinieblas cubrían la faz del abismo, pero el espíritu de Dios se cernía sobre la superficie de las aguas. Dijo luego Dios: "Haya firmamento en medio de las aguas, que separe unas de otras"; y así fue. E hizo Dios el firmamento separando aguas de aguas, las que estaban debajo del firmamento de las que estaban sobre el firmamento. Dijo luego "Júntense en un lugar las aguas de debajo de los cielos, y aparezca lo seco". Así se hizo; y se juntaron las aguas de debajo de los cielos en sus lugares y apareció lo seco; y a lo seco Dios llamó tierra, y a la reunión de las aguas mares

Esta herencia cultural es recogida por las dos grandes religiones monoteístas del medioevo. En el Nuevo Testamento, el agua se presenta como dadora de vida y purificadora; todo lo referente al Bautista y al propio bautismo de Jesús así lo afirma, pero también hay referencias explícitas, como la respuesta de Cristo a Nicodemo: *"En verdad en verdad te digo que quien no naciere del agua y el espíritu no puede entrar en el reino de los cielos"* (Juan, 3,5). El agua es un símbolo de fecundidad y de salvación, de la gracia que satisface y conduce a la vida eterna,

* Universidad de Valladolid.

por eso, en el encuentro con la samaritana el Mesías afirma “*el que beba el agua que yo le diere no tendrá jamás sed, que el agua que yo le de se hará en él una fuente que salte hasta la vida eterna*” (Juan 4,14); en otra ocasión el mismo evangelista Juan le hace decir “*si alguno cree en mi venga a mi y beba. El que cree en mi, según dice la escritura, ríos de agua viva correrán de su seno*” (7,38).

Elemento purificador y vivificador, aparece también siglos después en la revelación recibida por Mahoma. En este contexto, enlazando con la antigua tradición, se la considera el principal medio de purificación, de manera que su uso se hace preciso cuando el fiel ha de dirigirse a Alá¹; Mahoma la presenta explícitamente como un don divino: *(Alá) hizo descender sobre vosotros agua para purificaros y para apartar de vosotros las impurezas de Satán ...* (VIII,11).

No es extraño, por tanto, que el agua contenga un fuerte valor simbólico, pero que a la vez se trata de algo altamente valorado en si mismo, en cuanto imprescindible para la vida, tanto de forma directa (para el propio consumo humano) como indirecta (sin agua no hay vida animal ni vegetal, y por tanto no le es posible al hombre subsistir).

Esas aguas que fueron separadas por Yaveh para que emergiera lo que él mismo llamó tierra, ocupan la mayor parte de nuestro planeta, y su volumen es calculado por encima de los 1.383 trillones de litros. Pero en torno al 97% es salada, mientras que el 95% del tres por ciento restante se encuentra en estado sólido. De lo que resta, se calcula que las aguas subterráneas representan 8'4 trillones de litros, mientras que las superficiales de ríos y lagos contienen aproximadamente 200.000 billones de litros de agua dulce.

Expresadas de esta forma, las cifras engañan. Porque, aunque la cantidad parece elevada, en realidad no lo es; y el asunto es aún más inquietante si se piensa en su desigual reparto. En nuestros días existe una elevada preocupación al respecto, y se buscan vías de solución a su escasez (sea ésta absoluta o relativa). En España, se suceden las campañas de concienciación sobre la necesidad de poner los medios necesarios para evitar su despilfarro doméstico, e incluso agrícola; en este último ámbito, a lo largo del año 2001, se repartió a los agricultores de la provincia de Valladolid una guía² con ese fin, cuya primera afirmación es que “*No hay vida sin agua. El agua es un bien precioso indispensable para todas las actividades humanas*”. En esa misma línea se busca sensibilizar a la población frente a los problemas ligados a este producto, lo que se plasma en diversas actuaciones sociopolíticas y culturales, entre las que se puede citar el proyecto de organizar el Museo de la Ciencia, que se está construyendo en Valladolid, en torno a una exposición sobre el ciclo del agua.

Todo lo referente a su disponibilidad en cantidad suficiente afecta a lo político, como ha podido constatarse recientemente con motivo de la discusión en 2001 del nuevo Plan Hidrológico Nacional de España, en el que se han puesto de manifiesto los intereses políticos y regionales encontrados, pero también se ha expresado con claridad, que a la vez que un recurso básico para facilitar los cultivos intensivos y el desarrollo turístico de algunas áreas, el agua es necesaria para mantener a la población rural y evitar su éxodo forzado a las grandes ciudades, por lo tanto para conservar las raíces culturales, al tiempo que los ecosistemas. De esta forma la discusión del mencionado Plan ha venido a afirmar que el agua es un recurso económico estratégico, y escaso en grandes áreas.

En efecto, se trata de un recurso estratégico escaso, y por ello altamente valorado, hasta

¹ Esta necesidad de purificación del creyente mediante el agua lustral para dirigirse a Alá, hace a las poblaciones islámicas muy sensibles respecto a la necesidad de contar con recursos hídricos suficientes y no contaminados, lo que a su vez explica que las ciudades musulmanas se ocupen con intensidad de garantizar su abastecimiento. Sobre este último aspecto puede consultarse el artículo de M. de Epalza, “Note sur l'eau dans les recherches sur l'urbanisme musulman en Espagne”, publicado en la obra colectiva dirigida por J. L. Miège y Ch. Villain-Gandossi, *L'eau et la culture populaire en Méditerranée*, Aix en Povençe, 1989.

² Ignacio Gómez Rodríguez, *El riego*, Valladolid, Diputación provincial e INEA, 2001.

el punto de ser denominado en algunos ambientes internacionales “oro azul”. La situación actual al respecto es preocupante, ya que en los últimos años la disponibilidad de agua dulce per capita en el mundo ha disminuido en un 40%. A esto hay que sumar que unos pocos países se reparten al año el 60% del agua dulce disponible. Problemas, pues, de disponibilidad y distribución, que unidos a la contaminación explican que cada cuatro segundos muera una persona por falta de agua o por su consumo insalubre, ya que una cuarta parte del mundo carece de agua limpia. Seguramente por ello se ha afirmado en alguna ocasión que el agua es la mejor medicina.

Pero aún hay más, según el World Watch Institute, en el año 2020 la demanda anual de las ciudades y la industria habrá aumentado en un volumen equivalente a siete veces el del Nilo. La gravedad del asunto se hace patente si se piensa que esa cantidad deberá ser desviada de la agricultura, lo que según los expertos puede suponer una pérdida de la sexta parte de las cosechas anuales. Ante esta realidad son necesarias medidas correctoras que garanticen la disponibilidad necesaria a toda la población mundial, quizá por esto, en el año 2000, el Secretario General de la ONU, Kofi Annan, dijo que la presente centuria será “el siglo de la revolución azul”, mientras en otros medios se habla al respecto de “el recurso del siglo XXI”.

En la actualidad los problemas del agua se ven interferidos, y agrandados, por la situación económico-política existente, ya que, de alguna manera, se han globalizado, influidos por las relaciones de dominio y explotación imperantes. Buen ejemplo de ello es el reciente, y muy discutido, Plan Hidrológico Nacional de España citado más arriba, que incluye el impulso de actividades de I+D en el campo de los recursos hídricos; este Plan ha dado lugar a fuertes enfrentamientos interregionales, así como a discusiones políticas, a algunas actitudes de fuerza y a cierta rebeldía, ya que, inevitablemente, las aspiraciones y necesidades de unas zonas interfieren con las expectativas y disponibilidades de otras.

También en el seno de la Unión Europea se deja sentir en la actualidad el problema del agua, como se refleja en la Directiva 2000/60/CE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 23 de octubre de 2000, que establece un marco comunitario de actuación en el ámbito de la política de aguas; este proyecto venía gestándose desde que en 1988 se celebrara en Francfort el seminario ministerial sobre la política de aguas de la Comunidad en el que se puso de manifiesto la necesidad de una legislación comunitaria que abordara la calidad ecológica; a partir de ese momento, una serie de reuniones en años sucesivos hicieron avanzar el proyecto que culmina en 2000³. Por otra parte, desde 1997 y con el horizonte de su entrada en vigor en el año 2002, está en marcha una iniciativa semejante, propuesta por los ministros de Medio Ambiente de la UE, referida al agua destinada al consumo humano, con el objetivo de preservar su calidad en cuanto a salubridad y limpieza, lo que pretende implicar, entre otras cosas, el reemplazo de las cañerías de plomo de la red de distribución⁴.

Pero esta preocupación no es reciente, el agua ha sido siempre un motivo de intranquilidad para la humanidad, todas las sociedades del pasado se han estructurado en torno a ella, y eso explica su función simbólica, a la que me refería al principio, así como la sensibilidad que respecto a la misma ha existido en todas las épocas y lugares. En nuestro ámbito cultural, un caso expresivo es el de Roma, que fue capaz de afrontar costosas obras hidráulicas, de construir grandes y eficaces acueductos, para asegurar la disponibilidad de agua en cantidad y con la calidad suficiente para garantizar las necesidades de los habitantes de sus ciudades⁵.

³ Diario Oficial, nº L 327, de 22 de diciembre de 2000.

⁴ Aunque eran preferidos y más abundantes los de cerámica, en la Edad Media se empleaban también caños de plomo.

⁵ Un caso patente al respecto es el de la ciudad de *Lugdunum* (Lyon), en las proximidades de la confluencia del Ródano y el Saona, que fue dotada de acueductos para satisfacer la demanda de consumo humano, mientras que el agua de los ríos se empleaba para actividades económicas.

Si focalizamos la atención sobre el período medieval, parece evidente que el agua sigue siendo un fuerte condicionante del habitat, hasta el punto de haberse afirmado que es uno de los protagonistas, aunque en la sombra, de la historia de esos siglos; en efecto, durante ese tiempo, como en otras épocas, está íntimamente ligada al desarrollo de la sociedad, que depende de ella para subsistir, que cuenta con un imaginario colectivo en el que ese elemento ocupa un destacado lugar, y que necesita controlarla para crecer y organizarse⁶. Desde luego, la sociedad medieval era muy sensible al respecto, procurando en todo momento garantizarse la disponibilidad de tan preciado producto, pero también utilizándola de todas las formas posibles. El agua es un arma en caso de guerra, con cuya privación se puede hacer sucumbir al enemigo; los cursos fluviales constituyen una defensa, a la vez que una vía de comunicación, de manera que el acentuar una u otra faceta determinará las características del núcleo de población constituido en sus orillas; la industria, la agricultura y la ganadería comparten su uso no sin disputas; y el mar proporciona alimentos y abre el espacio conocido. Pero el agua es también motivo de reflexión, en cuanto que integrante imprescindible del constructo cultural; así Santo Tomás se ocupa de ella, como uno de los cuatro elementos esenciales, ubicándola según su concepción en una posición inferior al aire y al fuego, ya que es simple a la vez que ambivalente, puesto que es viva-fluyente así como muerta-estancada⁷.

El agua es fuente de vida y proporciona riqueza, a la vez que puede causar la muerte y la ruina⁸. Es bifronte como Jano (inventor de las naves y defensor del Capitolio frente a los sabinos, utilizando contra ellos una fuente de agua hirviente), y como él guarda las puertas, en este caso las de la vida y la muerte, ya que mata y vivifica, aunque también produciendo la muerte de la semilla hace fructificar la cosecha. Precisamente por estas potencialidades puede convertirse en un instrumento de poder; poderoso es el dios de la lluvia, pero también quien mediante su arte sabe orientar el curso de las aguas hacia la tierra o el ingenio molinar, el que desde su posición sociopolítica puede tomar decisiones sobre su aprovechamiento, o aquel que por su ubicación social es capaz de conseguir su uso preferente. En este sentido, la figura de Moisés, separando las aguas del Mar Rojo para permitir el paso del pueblo judío, es un símbolo inequívoco del poder que el agua y su control proporcionan.

En el ámbito del medievalismo⁹, uno de los aspectos más estudiados hasta el momento es el referente al abastecimiento para consumo humano¹⁰, especialmente cuando se trata del contexto urbano¹¹. Junto a ello, destacan también las cuestiones relacionadas con el regadío¹²,

⁶ Ch. Villain-Gandossi, "Typologie et symbolisme des eaux nourricières au Moyen Âge", en S. Cavaciocchi (Ed.), *Alimentazione e nutrizione, secoli XIII-XVIII*, Prato, 1997, pp.753-758.

⁷ M. M. Dufeil, "Simple note sur l'eau chez Saint Thomas", *L'eau au Moyen Âge*, Marseille, Université de Provence, 1985, pp. 149-151.

⁸ A título de ejemplo puede citarse el artículo de L. Moulinier y O. Redon, "L'inondation de 1333 à Florence. Recits et hypothèses de Giovanni Villani", *Mediévales*, 36 (Le fleuve), 1999, pp. 91-104.

⁹ Una aproximación a su conocimiento es la ofrecida en la obra colectiva titulada "L'eau dans la société médiévale: fonctions, enjeux, images", que, fruto de un congreso, dio lugar a un número de la publicación *Melanges de l'école française de Rome. Moyen Age*, T. 104, 2, 1992, Roma 1993.

¹⁰ Es frecuente que los conventos urbanos cuenten con sistemas propios que garanticen su abastecimiento, un ejemplo de ello es el trabajo del profesor H. Baquero Moreno, "O fornecimento do água ao convento de S. Domingos do Porto nos séculos XIV e XV", *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, Vol. II, 1985, pp. 3-16.

¹¹ Una panorámica general puede encontrarse en el libro dirigido por C. Lelong y J. C. Deutsch, *L'eau dans la ville. Bilan général d'un programme de recherche experimentation, 1983-1994*, Presses de l'Ecole Nationale des Ponts et Chaussées, París, 1995.

¹² Aunque se trata de un campo todavía relativamente poco tratado, hay diversos trabajos sobre el regadío en la Edad Media, como ejemplo puede citarse el de I. Benito Luna y M^a J. Monter Domec ("Las sentencias sobre pleitos de aguas: una fuente para el estudio del regadío medieval", *Metodología de la investigación científica sobre fuentes aragonesas*, II, ICE, Universidad de Zaragoza 1987, pp. 265-270), que apunta a las fuentes disponibles a la vez que hace algunas referencias metodológicas para su tratamiento.

aunque este tema ha sido bastante más atendido en el ámbito islámico¹³ que en el mundo cristiano¹⁴. Los temas relativos a la higiene y la salubridad, sobre todo en lo tocante a la evacuación de las aguas sucias, han atraído la atención de los investigadores, aunque en menor medida¹⁵. Por el contrario, ese aspecto del agua que la convierte en fuerza motriz ha ejercido un gran atractivo, sin duda debido al desarrollo de la investigación sobre los molinos¹⁶; así se ha centrado la atención sobre el empleo de la energía hidráulica en el medievo, principalmente en torno al tema molinar¹⁷, pero también a la industria ferrona¹⁸.

Otras cuestiones como la pesca¹⁹ y su función en las comunicaciones²⁰, ocupan un lugar secundario, lo mismo que su papel ha pasado casi siempre bastante desapercibido, salvo en los dos casos mencionados, cuando se han estudiado aquellas actividades artesanales que para su desarrollo precisan del agua²¹. Y desde luego poco se ha atendido a su relación con el poder y la jerarquía social, aspecto que debería ser estudiado, por cuanto es susceptible de poner de manifiesto nuevos datos que vendrían a complementar nuestro conocimiento del pasado medieval.

En este sentido, y como perspectiva de futuro, creo que sería necesario estudiar algunos nuevos aspectos del rol del agua en el mundo medieval. Sobre todo esa faceta que en la Edad Media hace de ella un elemento que puede ser aprovechado por los poderosos en beneficio de su propio poder y de su posición; pero también aquella que la convierte en indicativo de la diferenciación social en función del grado de disponibilidad de la misma, y del peso socioeconómico de quien tiene acceso a ella en situación de privilegio con respecto a los demás; igualmente parece conveniente abordar el uso para la práctica de diversas actividades económicas, expresando la intervención al respecto de quien ostenta el poder y los que aspiran al mismo, así como su valor de indicador del rango de sus titulares; y dadas las tensiones, y en ocasiones conflictos que todo ello produce, prestar atención a la conflictividad social derivada de la interacción de esos dos factores, agua y poder, en la Edad Media.

En relación con ello deberían ser atendidos igualmente otros aspectos, entre los que, a mi juicio, sobresalen tres. Por una parte su contribución a la renta feudal y su potencial fiscal;

¹³ Entre otras obras puede mencionarse la de M. Barceló, H. Kirchner, C. Navarro, *El agua que no duerme. Fundamentos de la arqueología hidráulica andalusí*, Granada, El legado andalusí - Ed. Sierra Nevada 95, 1996; y también el artículo de A. Malpica Cuello, "El agua en Al-Andalus. Un debate historiográfico y una propuesta de análisis", *Semana de estudios medievales*, Nájera, nº 5, 1995, pp. 65-87.

¹⁴ Así puede constatarse, por ejemplo, en el libro de A. Lanconelli y Rita Luisa de Palma, *Terra, acque e lavoro nella Viterbo medievale*, Roma, Istituto storico italiano per il medioevo, 1992.

¹⁵ J. Teyssot, *Riom. Capitale et Bonne ville d'Auvergne. 1212-1557*, Nonette, 1999 (véase a este respecto el capítulo XV, en el que se estudia el impresionante sistema de "alcantarillado" de Riom, y se alude a la existencia de una red similar en Clermont Ferrand). Sobre el sistema de evacuación de aguas residuales de Toledo puede consultarse el libro de Ricardo Izquierdo Benito, *Un espacio desordenado: Toledo a fines de la Edad Media*, Toledo 1996, p. 245.

¹⁶ Algunos de ellos centrados en los aspectos económicos, como el libro de Michele Zacchigna, *Sistemi d'acqua e mulini in Friuli fra i secoli XIV e XV: Contributo alla storia dell'economia friulana nel bassomedioevo*, Venecia, Istituto Veneto di Science, Lettere ed Arti, 1996.

¹⁷ A este respecto destacan los trabajos de M^a F. Represa Fernández, entre ellos se puede citar "Las aceñas del Duero y del Pisuerga: orígenes y evolución tipológica", *IV congreso de arqueología medieval española. Sociedades en Transición*, T. III, 1993.

¹⁸ La obra de L. M. Díez de Salazar Fernández ha sido puesta a disposición de los investigadores en una edición preparada por M^a R. Ayerbe Iribar (*Ferrerías guipuzcoanas. Aspectos socioeconómicos, laborales y fiscales (siglos XIV y XV)*, San Sebastián 1997).

¹⁹ Algunos aspectos de este asunto han sido abordados por M. Venditelli, "Diritti ed impianti di pesca degli enti ecclesiastici romani tra X e XIII secolo", *Melanges de l'Ecole française de Rome. Moyen Âge*, 104, 2, 1992, pp. 387-430.

²⁰ El tema ha sido tratado por M. Suttor, "Sources et methodes pour l'histoire de la navigation fluvial. L'exemple de la Meuse", *Le Moyen Age*, 1, 1990, pp.5-25.

²¹ Así puede observarse en la reciente monografía editada por J. Blair y N. Ramsay (*English Medieval Industries. Craftsmen, Techniques, Products*, Londres, 2001), en la que las menciones al agua aparecen exclusivamente en relación con el transporte, los molinos y la industria ferrona.

el uso del agua está muy frecuentemente gravada por una tributación de carácter concejil y/o señorial, que convierte a este elemento en un factor de exacción de renta, y una fuente de recursos para los poderosos, lo que puede venir a reforzar su carácter de instrumento para el afianzamiento del poder de quienes se encuentran al frente de la sociedad medieval: de una parte la nobleza señorial y de otra los concejos y las oligarquías urbanas. En segundo lugar su valor delimitador y definidor de términos, espacios y dominios, lo que, entre otros aspectos, conduce a temas tales como el de la frontera, o el de la localización en el espacio. Y por fin, el propio uso del agua, y la relación que con la misma tiene establecida la sociedad medieval, cuyo conocimiento puede venir también a alumbrar un espacio todavía no bien conocido de esa etapa de nuestro pasado, a la vez que contribuir a comprender los distintos roles sociales que varones y mujeres tuvieron por aquel entonces.

Por lo que se refiere al último aspecto mencionado, y especialmente a la relación que con el agua tienen varones y mujeres, habría que plantearse diversos escenarios. El ámbito laboral sería uno de ellos, y en el mismo, a primera vista, llama la atención que cuando se trata de la práctica de oficios “artesanales”, si son actividades en las que el agua interviene de forma directa, nos encontramos con que vienen desempeñadas fundamentalmente por varones, sin embargo en el mundo de las tareas del hogar serán siempre mujeres las protagonistas; dos ejemplos pueden ilustrarlo: las fuentes hablan de curtidores o de ferrones (en masculino) y de lavanderas (en femenino). El doméstico sería el otro, y aquí hay que resaltar que, cuando el abastecimiento ha de hacerse a costa del agua proveniente de fuera del domicilio (de la fuente o del río), cuando descansa sobre la fuerza de trabajo doméstica, el acarreo corre a cargo de las mujeres de la casa, mientras que si lo realizan personas ajenas al núcleo familiar, aparecen siempre los aguadores (en masculino), que cobran por su trabajo en función de la cantidad de agua aportada²².

Para avanzar en estas direcciones, pueden servir de ayuda algunos breves trabajos ya realizados, en los que se refleja la riqueza de información que tales temas pueden proporcionar para profundizar en el conocimiento de la sociedad medieval. Y también hay fuentes suficientes para abordar nuevos estudios²³. Es cierto que en ocasiones no es fácil encontrar la documentación precisa; tratándose de fuentes escritas, muy frecuentemente se trata de documentos indirectos, o de fuentes narrativas que aluden al asunto de forma complementaria o marginal, no obstante, como sucede en muchos otros casos, la pericia y buena profesionalidad de los investigadores puede sacar a la luz abundantes noticias que nos acerquen a esa realidad; los restos arqueológicos parecen ser más expresivos en algunos casos, sobre todo en los relativos a regadíos, conducciones y técnicas hidráulicas; y no hay que olvidar las fuentes iconográficas, que proporcionan también una rica información. Todo esto, convenientemente tratado y elaborado por quien se interese por estos temas, puede convertirse en un instrumento más de conocimiento de nuestro pasado medieval, de la sociedad de aquellos tiempos, de su estructura y organización, y también de su forma de relacionarse con la naturaleza, y de su intento de apropiarse del agua sometiéndola a su control.

Ya en este punto es quizá el momento de volver sobre la pregunta que planteaba al principio ¿por qué estudiar hoy el problema del agua en la Edad Media? Con lo indicado hasta aquí se puede dar respuesta al interrogante. Qué duda cabe que cada generación reescribe la historia desde el propio presente; los nuevos enfoques metodológicos, las teorías dominantes, y los

²² Brevemente se refieren a este oficio algunos trabajos, entre ellos el artículo de J. P. Molenat, “L'eau de la ville. Notes sur l'alimentation de Tolède en eau jusqu'à la fin du XVème siècle”, *Qurtuba. Estudios andalusíes*, 4, 1999, pp. 117-131.

²³ Sobre el particular véase el libro coordinado por M^a I. del Val Valdívieso, *El agua en las ciudades castellanas durante la Edad Media. Fuentes para su estudio*, Universidad de Valladolid, 1998 (recoge trabajos sobre fuentes escritas, arqueológicas e iconográficas, realizados por M. Santo Tomás, J. A. Bonachía, B. Arízaga, M^a I. del Val, O. Villanueva, J. Ara, M^a F. Represa, E. Olmos, M^a L. Bueno, y J. Peribáñez e I. Abad).

problemas de la actualidad influyen en esa relectura del pasado, y contribuyen a enriquecer nuestro conocimiento y nuestra comprensión de las sociedades que nos han precedido.

En los últimos tiempos la historia social se ha venido enriqueciendo con las aportaciones de nuevas formas de concebir la interacción de las personas, de las clases sociales, y de la sociedad con su contexto. Han surgido así nuevas aproximaciones más psicologistas, a la vez que han cobrado forma nuevos intereses de clase, y ha salido a la luz la importancia que para toda sociedad tiene su relación con la naturaleza. Por otra parte se ha ido normalizando la utilización de fuentes literarias, así como de las no escritas, las arqueológicas y artísticas. A ello hay que sumar las nuevas preocupaciones de nuestros días, así como la fuerza que han ido adquiriendo en lo político los grupos denominados "Verdes", y los movimientos ecologistas en lo social.

La conjunción de todos esos factores invita a abordar los viejos problemas desde nuevos ángulos de observación, con distintos enfoques. Es así como cobra interés para la sociedad, y para quienes investigan en el campo de la historia (medieval en nuestro caso), el estudio de otros objetos de investigación, cuyo análisis puede conducirnos a comprender mejor la organización social de la época medieval. De entre esos objetos destaca, a mi entender, el agua, motivo de atención y preocupación en la actualidad, y también en otras épocas.

Abordar la investigación de la relación que la sociedad del medievo mantuvo con este elemento puede servir para que lleguemos a un más profundo grado de comprensión de su naturaleza, en lo referente a su estructuración, a la forma de relacionarse con el medio natural, y a los instrumentos que utilizaron los distintos sectores integrantes de la misma para reforzar su posición y defender sus intereses; y también para alcanzar una visión más global de los mecanismos de dominación de clase y de ejercicio del poder. El ser un elemento de necesidad vital, y a la vez algo "controlable" desde el punto de vista socio-económico, hace del dominio del agua un objeto de deseo ineludible para los poderosos, un motivo de disputa para quienes tienen aspiraciones encontradas sobre su utilización, y un potencial instrumento de dominación para quienes pueden organizar su aprovechamiento. De esta forma, llegar a entender el papel que el agua jugó en la sociedad medieval, hará avanzar nuestro conocimiento y grado de comprensión de la misma.

Bolseiros e bolsas de estudo no tempo de D. Afonso V

Maria João Oliveira e Silva *

O presente artigo resultou de um trabalho sobre a Universidade portuguesa no período medieval, realizado ao longo do ano lectivo de 2000-2001 por um grupo de alunos (Diana Cunha, Maria João Oliveira e Silva, Ricardo Brochado e Teresa Silveira) da disciplina de História Medieval de Portugal, do segundo ano da licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Na sequência das primeiras pesquisas documentais no *Chartularium Universitatis Portugalsensis*, logo a Maria João sugeriu que fosse consagrado um capítulo especial aos bolseiros e às bolsas de estudo. Com o desenvolvimento da investigação este capítulo foi assumindo um lugar cada vez mais destacado, acabando por se transformar num apêndice inteiramente autónomo do restante trabalho.

Concluído o estudo tudo parecia ter terminado, e mais um trabalho escolar de inegável mérito acabaria por ser irremediavelmente *arquivado*. Aconteceu, porém, que o Professor Humberto Baquero Moreno se aposentou entretanto e, por coincidência, o último curso em que leccionou na Faculdade de Letras foi precisamente o da Maria João. Neste contexto, logo nos surgiu a ideia de incluímos no presente Livro de Homenagem, e depois de submetido a uma indispensável revisão, o texto sobre bolseiros e bolsas de estudo. Para esta decisão convergiram três razões principais: a qualidade do trabalho, a circunstância de ter retomado e ampliado uma das primeiras investigações desenvolvidas pelo homenageado, na altura (1970) Assistente da então Universidade de Lourenço Marques, e, por último, mas não menos significativo, o facto já aludido de a Maria João integrar a derradeira licenciatura que beneficiou da docência do Professor Baquero Moreno na Faculdade de Letras.

Constitua, pois, o estudo que se segue, a justíssima homenagem de um Aluno ao seu Professor.

Luís Carlos Amaral

(Departamento de História da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Introdução

A concessão de subsídios com o objectivo primordial de financiar estudos tem, em Portugal, uma longa história. Já em 14 de Setembro de 1192 encontramos D. Sancho I a doar a Santa Cruz de Coimbra 400 morabitinos anuais para sustentar os religiosos do mosteiro que

* Aluna do Curso de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Gostaríamos de manifestar o nosso agradecimento à Dra. Maria Helena Osswald e ao Doutor Luís Miguel Duarte pela generosa leitura que fizeram do presente texto, bem como pelas preciosas sugestões que nos deram para poder melhorá-lo.

se deslocavam a França para estudos. Em 1380, por exemplo, D. Fernando, querendo auxiliar o franciscano Fr. Rodrigo de Sintra a prosseguir os estudos fora do reino, ordenou à Câmara de Lisboa que o subsidiasse¹. Por detrás destas iniciativas podemos adivinhar, num primeiro momento, a vontade régia de minorar as despesas inerentes à manutenção de alguns estudantes. Mas não só. Com efeito, os casos referidos revelam, também, a intenção de beneficiar determinadas pessoas a pretexto da formação académica. Assim sendo, a *novidade* não reside tanto no benefício em si, próprio de uma sociedade de privilégios como é a da Idade Média Tardia, mas no facto de esses benefícios terem como justificação o desenvolvimento ou manutenção de estudos. Seja como for, a verdade é que a concessão daquilo que modernamente designamos por bolsas de estudo teve um carácter verdadeiramente esporádico até ao reinado de D. Afonso V.

Por esta altura, já a organização política, judicial, económica, etc. se encontrava estabilizada, tendo este facto repercussões directas na política do monarca. Apesar de se continuar a querer prover o reino de funcionários bem preparados, a concessão de bolsas de estudo terá servido, segundo cremos, sobretudo como um instrumento mais de que se serviu D. Afonso V para privilegiar determinados grupos da sociedade portuguesa Quatrocentista. Esta leitura ressalta já de forma clara do trabalho que, há mais de três décadas, Humberto Baquero Moreno, dedicou a esta questão².

Com efeito, num universo de 57 bolseiros estudados, este historiador concluiu, através da identificação dos seus progenitores, que 30, ou seja, 53%, pertencem ao grupo dos *Fidalgos e Cavaleiros* e apenas 16 (28%) são assimiláveis ao *funcionalismo*³.

Ora, o nosso objectivo com o presente estudo é, precisamente, o de ampliar algumas das linhas antes desenvolvidas por Baquero Moreno. Como o próprio autor afirma, o seu trabalho não pretendeu ser exaustivo, mas apenas constituir uma amostragem significativa da política cultural do rei Africano, traduzida numa alargada concessão de bolsas de estudo, sem precedentes na História portuguesa.

A par dos elementos recolhidos por Baquero Moreno recorreremos também às informações contidas na colectânea documental, *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*⁴, e no livro, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481*, de Jorge Faro⁵.

Convirá lembrar, por último, que para o período em estudo faltam os volumes da Chancelaria régia referentes aos anos de 1447, 1448, 1449, 1457, 1458, 1460, 1461, 1465, 1470, 1474, 1477, 1478 e 1479, o que, como salienta Moreira de Sá, representa uma perda “particularmente sensível para uma apreciação exacta da política de concessão de bolsas de D. Afonso V”⁶.

¹ BRANDÃO, D. de Pinho, “Teologia, Filosofia e Direito na Diocese do Porto nos séculos XIV e XV. Alguns subsídios para o seu estudo”, em, *Studium Generale. Boletim do Centro de Estudos Humanísticos*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, vol. VII (número especial dedicado ao Infante D. Henrique), 1960, p.253-254.

² MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo*, separata da, *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, vol. III, série A, 1970.

³ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.27.

⁴ *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. V, (1446-1455), vol. VI, (1456-1470), e vol. VII, (1471-1481), 1972, 1974 e 1978.

⁵ FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios Documentais)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965. Do documento intitulado, “Despesas que El Rey fez desde a tomada de Seita para cá, que são sincoenta e oito annos”, editado nesta obra (p.55-117), utilizámos apenas a parte respeitante ao, “Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo” (p.93-96), que se encontra igualmente publicada no, *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VII, 2532, p.192-193.

⁶ *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. V, p.VII.

Bolseiros e bolsas de estudo

Cronologicamente estamos enquadrados no reinado de D. Afonso V, desde a regência do Infante D. Pedro até ao início da governação de D. João II (1438-1481). No entanto, verificar-se-á que as bolsas régias foram atribuídas na sua totalidade entre 1450, isto é, coincidindo com a maturidade do rei Africano, e 1475. De facto, o reinado de D. Afonso V teve nos vários aspectos económicos, sociais e políticos contornos acidentados, mas do ponto de vista cultural “encontramo-nos na presença de determinados sintomas que pré-anunciam o trânsito duma mentalidade medieval para uma mentalidade moderna”⁷. Para isto contribuiu, certamente, a própria formação do monarca, sobre a qual escreveu já Sousa Viterbo⁸, e também a sua personalidade e sensibilidade face às manifestações culturais, que, segundo se pensa, influenciaram directamente a organização da primeira biblioteca no Paço⁹.

No quadro que se publica em anexo (Quadro 3) apresentamos o conjunto de bolseiros contemplados por D. Afonso V, o valor das respectivas bolsas e, sempre que possível, a categoria social dos pais e as profissões por eles exercidas, ou seja, o conjunto de dados sobre os quais elaborámos o nosso estudo. Para este quadro, especificamente no que concerne à caracterização dos progenitores, e para além dos elementos referidos, acrescentámos outros retirados da obra de Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*¹⁰, e do, *Livro de Linhagens do séc. XVI*¹¹.

Será de salientar que a primeira referência a bolsas de estudo, contida no volume V do *Chartularium*, reporta-se a 8 de Setembro de 1446, e teve como destinatários os irmãos Antão Pires e Cristóvão. Não se enquadram estas na nossa análise porque foram apenas quitadas pelo monarca a pedido do almoxarifado da Guarda, que as provia no valor de 4 800 reais, desde 1437¹².

No conjunto o número de escolares apurados é de 86 e o total das quantias atribuídas, de acordo com os valores da primeira concessão documentada de cada beneficiado, é de 432 960 reais. O quadro seguinte baseia-se apenas em dados datados e procura estabelecer a relação entre o número de bolseiros e as quantias a eles concedidas, divididos por sete períodos de quatro anos cada, seguindo o critério de Baquero Moreno¹³.

⁷ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.7.

⁸ VITERBO, Francisco M. de Sousa, “A cultura intelectual de D. Afonso V”, em, *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, vol. II, Edição de Anselmo de Braamcamp Freire, 1904, p.254-268.

⁹ VITERBO, Francisco M. de Sousa, *A Livraria Real especialmente no reinado de D. Manuel. Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*, separata de, *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1901, tomo IX, parte I, p.4.

¹⁰ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, Lourenço Marques, Edição do Autor, 1973.

¹¹ *Livro de Linhagens do Século XVI*, introdução de António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956.

¹² *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. V, 1388, p.18. Veja-se, sobre este assunto, MARQUES, José, “Os Corpos Académicos e os Servidores”, em, *História da Universidade em Portugal*, Coimbra/Lisboa, Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, vol. I, tomo I, (1290-1536), p.95.

¹³ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.26.

Quadro 1

Períodos	N.º de Bolseiros	%	Quantias (reais)	%
1450-1453	33	48,5	168 678	49,5
1454-1457	3	4,4	12 600	3,7
1458-1461	2	2,9	9 800	2,9
1462-1465	8	11,8	39 426	11,6
1466-1469	8	11,8	38 486	11,3
1470-1473	13	19,1	67 490	19,8
1474-1477	1	1,5	4 000	1,2
Totais	68	100	340 480	100

Os elementos que através da nossa investigação vieram ampliar os valores deste quadro, concorreram para acentuar, ainda mais, as tendências anteriormente detectadas. Assim, constatamos uma maior densidade de bolseiros no primeiro período (48,5%), verificando-se uma queda repentina no segundo e terceiro quadriênios, para logo de seguida aumentar consideravelmente mantendo uma certa regularidade até ao sexto período, decaindo novamente no último quadriênio. Ao nível das quantias dispensadas bastará referir que acompanham de perto a densidade de bolseiros na sua distribuição periódica. Fica pelo menos esclarecida uma das nossas questões: reduziria o monarca o número dos seus bolseiros para lhes poder aumentar as bolsas? A resposta aparente é não.

Para que mais certeza se obtivesse seria interessante conseguir datar todos os bolseiros referidos no “Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo”, respeitante a 1473¹⁴. Deste, temos por certo, que no dito ano, 41 moços receberam um total de 184 070 reais¹⁵, uma quantia avultada que sabemos ter sido gasta só no ano de 1473, valor bastante superior ao apresentado no quadro. Desses 41 moços apenas conseguimos datar 23, distribuindo-os pelos diferentes períodos de análise¹⁶; com os restantes 18 gastou o erário régio 92 480 reais. Não podemos precisar se estes últimos já vinham sendo contemplados ou se todos eles o foram apenas nesse ano. Tudo leva a crer, no seguimento das informações recolhidas para os outros 23 dados, que a primeira preposição seja a verdadeira: pelo menos uma parte destes escolares já deveriam ser bolseiros antes de 1473.

Este complemento de informação parece-nos precioso porque nos debatemos sempre com a falta dos livros de Chancelaria de D. Afonso V (particularmente crítica para a análise do terceiro quadriênio em que apenas resta o livro correspondente ao ano de 1459), e, conseqüentemente,

¹⁴ FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.93-96.

¹⁵ Apesar de na contabilização do autor do documento serem 44 moços e uma despesa que ascende a 275 080 reais. Este último valor está certamente relacionado com a diferença do número de beneficiados (Idem, *Ibidem*, p.96).

¹⁶ Respectivamente: três no período de 1450-1453, um no de 1454-1457, nenhum no de 1458-1461, dois no de 1462-1465, seis no de 1466-1469, dez no de 1470-1473 e um no de 1474-1477. Refira-se que apesar do rol dos bolseiros respeitar a 1473, um dos moços registados, Afonso de Moraes, só aparece referido no *Chartularium* como bolseiro, em carta datada de 19 de Março de 1475 (vol. VII, 2600, p.275). Este facto pode explicar-se muito simplesmente pelo desaparecimento de uma primeira carta de concessão de 1473, ou anterior.

com as lacunas que esse facto acarreta. Conseguir datar os ditos 18 bolseiros (num total de 86) poder-se-á revelar fundamental para o estudo da política de concessão de bolsas no reinado de D. Afonso V.

Impõe-se agora a seguinte questão: porque terá o rei deixado de dar, ao longo dos anos, uma fatia dos seus rendimentos semelhante à dos primeiros tempos? As dificuldades económicas lideram com certeza a lista das razões a apontar, estas “foram assediando o reinado de D. Afonso V, à medida que os anos iam avançando, sobretudo devido à política financeira do rei, cuja extrema liberalidade lançou o país numa situação aflitiva”¹⁷. De facto, não deixa de ser sintomático que a última bolsa tenha sido concedida a 19 de Março de 1475¹⁸, quando o governo do monarca se prolongou ainda por mais seis anos. Relacionamos este facto com os sucessivos empréstimos e subsídios requeridos pelo monarca ao reino, derivados das avultadas despesas resultantes dos conflitos com Castela¹⁹. Os pedidos e empréstimos referidos foram sendo suportados pela nação, apesar de por vezes se terem ouvido vozes de discórdia. Assim se justifica que nas Cortes de Évora de 1473, os representantes do povo, discordando da tão elevada importância atribuída em bolsas aos escolares, em especial aqueles que estudavam no estrangeiro, tenham solicitado ao rei que não mais as concedesse e que revogasse inclusivamente as já atribuídas. O rei aceita esta petição não sem antes salvaguardar uma cláusula: poderia ele dar uma tença se achasse que os moços as mereciam por eles próprios ou tendo em conta o “respeito” pelos serviços de seus pais: “E quamto as que tem postas ha por bem não emnouar coussa alguua saluo nas daqueles que se não dam nem comtinoam o estudo”²⁰. Isto é, não suspenderia as bolsas já atribuídas a não ser as daqueles que cessassem os estudos. Cumpriu o rei a sua vontade: no “Plano de Orçamento para 1478” estabeleceu que “cem mil reis dos ii centos e ii mil b centos r [202.540] reis que am os moços fidalgos no Estudo, de que alguus a que se non deve tirar e ha muitos a que se deve tirar por non serem fidalgos e por outros respeitos, e nunca se deve passar a dita copia dos cem mil reis”²¹. Conseguimos assim afirmar, com segurança, que mesmo não tendo encontrado vestígios de novas ou renovadas cartas de concessão de bolsas, D. Afonso V não deixou de atender aos seus moços e continuou, mesmo de forma mais reduzida, a apoiá-los nos estudos.

O quadro atrás apresentado permite-nos perceber que existem diferentes densidades na distribuição das bolsas e nos quantitativos dispendidos nos diversos períodos. Não revela, no entanto, que os valores individualmente concedidos são díspares: na realidade, variam entre 14 400 e 1 800 reais²², sendo a média de 5 050, e recebendo um grande número de bolseiros, 22 dos 86 (25,6%), a quantia de 4 800 reais. Estes dados legitimam a afirmação “de que no século XV não havia a ideia de as bolsas deverem ser quantitativamente iguais”²³.

Todo este conjunto de números ganharia outra lógica se comparado com outros gastos e despesas do erário régio. O objectivo seria alcançar uma noção mais exacta do peso que a cultura e a educação dos súbditos tinha nas preocupações governativas de D. Afonso V²⁴.

¹⁷ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.26.

¹⁸ *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VII, 2600, p.275.

¹⁹ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.26. Veja-se, também, MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p.305-312.

²⁰ *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VII, p. IX-X, 2494, p.154.

²¹ FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.225-229. A citação que aqui fazemos encontra-se igualmente reproduzida no *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VII, 2768, p.451.

²² Respectivamente: bolsas concedidas a Diogo da Cunha, em 13 de Junho de 1453, e a Martim Gomes, em 18 de Abril do mesmo ano (*Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. V, 1708, p.349-350, 1703, p.344).

²³ *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. V, p.IX.

²⁴ Veja-se, a título de exemplo, os valores indicados no “Sumario das rendas do Rey do anno de 1473”, que contempla proventos das mais diversas origens (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.82-85).

Falou-se atrás dos empréstimos que o monarca pedia frequentemente à nação para fazer face às guerras com Castela, e que esta seria uma razão para o decréscimo dos valores das bolsas. Podemos acrescentar três outros argumentos que estão interligados, e que mais directa ou indirectamente podem justificar o depauperamento do povo e, conseqüentemente, das finanças régias. São eles: crises cerealíferas, fome e peste. De facto, ao longo do reinado de D. Afonso V muitos foram os anos de crise na produção de cereais e de consequentes fomes: 1452/55, 1459/61, 1467/68, 1472/73 e 1475/78; assim como os de peste: 1448/52, 1456/58, 1464, 1472, 1477/81²⁵. Estes acontecimentos retraíram seguramente o crescimento económico e demográfico. A última vez que de forma clara se fez referência à crise demográfica foi nas Cortes de Lisboa de 1455; a partir daí multiplicaram-se os testemunhos da retoma populacional, como se pode verificar pelos capítulos das Cortes de Lisboa de 1459, e das de Montemor-o-Novo, de 1477²⁶.

Se considerarmos, como tudo leva a crer, que D. Afonso V utilizava a concessão de bolsas de estudo como um instrumento político para agraciar os seus vassallos, compreenderemos melhor a atribuição de uma bolsa a um judeu. De facto, o rei tinha muitos vassallos judeus, entre os quais uma “minoría de poderosos mercadores de grosso trato e banqueiros usufruía de uma preponderância que os levava à corte e os transformava em judeus cortesãos, financeiros dos soberanos e rendeiros das rendas reais”²⁷. Como refere Maria José Pimenta Ferro Tavares, o “judeu, servidor de um soberano, é sempre um homem da sua confiança (...). São eles que detêm um comportamento e uma apresentação social que os coloca acima dos outros judeus e até dos cristãos”²⁸. Assim se entende que, desejando o monarca agraciar Mestre Guedelha²⁹, seu físico, tenha concedido ao filho deste, Abraão, uma base de sustento para os seus estudos³⁰.

Neste contexto de favorecimento de homens da sua confiança e seus servidores, compreendem-se muito bem as reacções de D. Afonso V a certas petições apresentadas nas Cortes de Évora de 1473: concordou o rei com a proposta de recusar novas tenças, mas reservou-se o direito de renovar aquelas que achasse convenientes³¹. Esta salvaguarda era fundamental para sustentar a sua estratégia política, pois, sob a alçada do Estudo Geral encontravam-se moços, filhos de pessoas responsáveis por altas funções nos serviços centrais do reino, ligados ao serviço da Corte, e a instituições judiciais e administrativas do poder central ou ainda à gestão da expansão ultramarina. Assim se justifica, também, a nossa preocupação em tentar apresentar os dados relativos ao parentesco dos bolseiros régios, o que nem sempre foi possível.

Vejamos, seguidamente, o quadro que expõe a divisão dos bolseiros por categorias sociais e/ou profissões exercidas pelos seus progenitores.

²⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p.21 e 30.

²⁶ *História de Portugal em Datas*, coord. de António Simões Rodrigues, Lisboa, Temas e Debates, 2000 (3ª edição), p.70, 71 e 74.

²⁷ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “Os judeus em Portugal”, em, *História de Portugal*, dir. de José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, vol. 4, p.265.

²⁸ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982, vol. I, p.221.

²⁹ Mestre Guedelha Negro foi físico, astrólogo e rabi-mor de D. Duarte e de D. Afonso V, e seu filho, Mestre Abraão, falecido na conquista de Arzila, foi igualmente físico e rabi-mor de D. Afonso V (TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “Os judeus em Portugal”, p.262).

³⁰ Carta de 6 de Outubro de 1450 (*Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. V, 1560, p.201).

³¹ Ver nota 20.

Quadro 2

Categoria Social / Profissional dos Progenitores	N.º de Indivíduos	%
Fidalgos e Cavaleiros	39	54,1
Legistas	8	11,1
Funcionários do reino	10	13,8
Físicos	5	6,9
Diversos	2	2,7
Indeterminada	8	11,1
Totais	72	100

Fica clara a supremacia da categoria dos *Fidalgos e Cavaleiros* (54,1%), a maioria dos quais detinha responsabilidades governativas e administrativas, seguindo-se aqueles que exerciam funções na administração do reino (13,8%) e os *Legistas* (11,1%) e *Físicos* (6,9%), alguns dos quais eventualmente também *Fidalgos* e/ou *Cavaleiros*.

Ao estatuto de fidalguia está geralmente associado o dever de participar com o monarca nas campanhas militares. D. Afonso V impôs-se como rei precisamente numa batalha, a de Alfarrobeira (20 de Maio de 1449), tendo a seu lado muitos nobres fidalgos do reino. A estes terá, com certeza, tentado agraciar de várias formas. A concessão de bolsas de estudo foi seguramente uma delas. Através dos dados recolhidos por Baquero Moreno, podemos apurar que do total de 72 pais de bolseiros identificados, membros ou não da aristocracia, 27 (37,5%) estiveram ao lado de D. Afonso V. Foram eles: Dr. Pero Lobato, João Vasques, Amadis Vasques de Sampaio, D. Duarte de Meneses, Lopo Afonso, D. Álvaro de Castro, Martim Afonso de Miranda, Dr. Rui Fernandes, Rui Galvão, Diogo Gonçalves Lobo, D. Fernando de Meneses, Dr. Pero Esteves, Fernão de Sá, Fernão Gonçalves de Miranda, Dr. Rui Gomes de Alvarenga, D. Leonel de Lima, D. Lopo de Almada, Rui Figueira, D. Fernando Coutinho, Gomes Martins de Lemos, Gonçalo de Albuquerque, Diogo Fogaça, D. Gonçalo Vaz Coutinho, João Rodrigues Ribeiro, Álvaro de Castro, João Rodrigues Pereira e Dr. Lopo Gonçalves ³².

A par da categoria social e profissional dos progenitores, alguns dos bolseiros beneficiavam já de um certo estatuto no interior da sociedade e sabemos, inclusivamente, que dois deles participaram na batalha de Alfarrobeira ³³, embora a sua esmagadora maioria estivesse, no momento da concessão das bolsas, ainda sob a “tutela estatucional” dos pais. No *Chartularium* encontramos referências a cinco *Moços de Câmara*, outros tantos *Moços Fidalgos*, três *Fidalgos*, dois *Criados*, um *Moço Escolar* e um *Escudeiro*.

Na sua maioria estes bolseiros não eram primogénitos e, desta forma, “impedidos de herdar os morgados e as terras da coroa que os progenitores possuíam, mais uma razão porque deviam estar preparados para o desempenho dos cargos públicos”. A constante mudança nas estruturas económico-sociais dava origem “à necessidade imperiosa de criar novos quadros de tipo técnico, que pudessem subsistir perante a transformação da vida social, altamente perturbada com a conseqüente desvalorização dos bens fundiários” ³⁴. A necessidade de prover os

³² MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira...*, p. 673-994.

³³ Foram eles: Diogo da Cunha e Diogo da Silva (MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira...*, p.796-797 e 949-951).

³⁴ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.12, 13.

bolseiros de formação idêntica à dos seus pais, levou mesmo a que D. Afonso V beneficiasse vários filhos de um mesmo súbdito. O caso da prole do Dr. Rui Gomes de Alvarenga é exemplar a este propósito: os seus filhos Fernão de Melo ³⁵, Afonso Rodrigues de Melo ³⁶ e Lopo Soares de Melo ³⁷ foram agraciados com bolsas. Contudo, na maioria destes casos são apenas dois os irmãos favorecidos pelo rei ³⁸.

Ao longo do seu estudo, Baquero Moreno, traçou resumidas biografias pré e pós-universitárias de 25 bolseiros do rei Africano, tidos como mais destacados ³⁹. Através dessa apresentação ficamos a conhecer, *grosso modo*, as suas *saídas profissionais*, ou seja, as possíveis funções para as quais a Universidade portuguesa dava preparação. No entanto, devemos-nos questionar se haveria, efectivamente, formação académica específica para determinadas carreiras. A imagem que prevalece é a de que não existe, na maioria dos casos, uma relação linear entre o percurso académico e a ocupação *profissional* futura. Seja como for, o conjunto de bolseiros estudados fez sobressair três grandes rumos: carreira militar, magistratura e administração da Corte e vida eclesiástica. Alguns alunos, no entanto, tendo iniciado a carreira com um destino preciso, acabaram, mercê de vicissitudes diversas, por mudar. Os casos mais frequentes foram os daqueles que se prepararam para exercer funções administrativas mas que, pelos seus feitos militares (especialmente nas guerras no Norte de África e em Castela ⁴⁰) acabaram por seguir a carreira das armas. No entanto, estes destinos tiveram por detrás determinadas opções, como universidades e cursos mais adequados a frequentar. Sabemos que alguns moços que começaram os seus estudos no reino, viajaram mais tarde para universidades estrangeiras, como, por exemplo, Bolonha, Siena e Pisa, no intuito de completar as suas formações.

Resta dizer, por último, que D. Afonso V se serviu de outros expedientes para sustentar a sua política de concessão de bolsas de estudo: “Com efeito, muitas questões levadas à presença do Rei eram resolvidas mediante o pagamento de certas quantias destinadas a estudantes” ⁴¹. Foi o caso de Fr. Pedro, a quem D. Afonso V mandou pagar 800 reais, a 28 de Dezembro de 1463, a fim de poder ir estudar para Inglaterra ⁴², e o de Fr. Afonso Machado, que recebeu 400 reais a 29 de Setembro de 1464, quando estudava no Estudo Geral de Coimbra ⁴³.

³⁵ *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VI, 2017, p.249-250.

³⁶ *Idem*, vol. VI, 2018, p.250.

³⁷ *Idem*, vol. VI, 2200, p.430.

³⁸ Pero e Diogo da Silva, filhos de João Gomes da Silva (*Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. V, 1513, p.153), e Luís e Afonso de Albuquerque, filhos de Gonçalo de Albuquerque (*Idem*, vol. VII, 2430, p.95-96, 2471, p.132), entre outros exemplos.

³⁹ São eles: António do Sem, Diogo da Silva, João Pestana, Álvaro Teixeira, João Teixeira, Rodrigo Pais, Pero Pais, João Rodrigues Pais, Rui de Castro, Rui Lopes Coutinho, Rui Vaz Pereira, Luís de Pedrosa, Pero de Refoios, Afonso de Albuquerque, Fernão de Melo, Afonso Rodrigues de Melo, Lopo Soares de Melo, João Rodrigues, Martim Gomes, Pedro Faleiro, Rui Boto, Gonçalo Mendes, Vasco de Miranda, Fernão Gonçalves de Miranda e Jorge de Almeida (MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.13-25).

⁴⁰ É o caso, por exemplo, de António do Sem, de Álvaro Teixeira, de Rui Vaz Pereira, de Rodrigo e de Pero Pais, de Rui de Castro, de Luís de Pedrosa e de Pero de Refoios (MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.13-20).

⁴¹ *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VI, p.IX.

⁴² *Idem*, vol. VI, 2067, p.303-304.

⁴³ *Idem*, vol. VI, 2080, p.315-316.

Conclusão

Os dados apresentados neste trabalho abrem várias possibilidades de investigação e análise. Tentámos, através desta breve abordagem, alargar a base documental que sustenta as hipóteses interpretativas desenvolvidas em função das muitas questões levantadas. Uma circunstância deverá ser sempre sublinhada: a falta de vários livros da Chancelaria de D. Afonso V, que, como se compreende, constituem uma fonte maior para o estudo do tema, será sempre um obstáculo difícil de ultrapassar, mesmo tendo em conta a existência de outros acervos documentais com dados significativos.

A diminuição do número de bolseiros a partir de 1474 e das quantias distribuídas deve relacionar-se com a debilidade financeira resultante das guerras com Castela, dos anos de crise cerealífera, de fome e de peste. Mas, apesar de todas as dificuldades, o monarca nunca deixou, por completo, de conceder bolsas, devido não só à vontade de agraciar os seus mais respeitados súbditos, mas também pela consciência da necessidade de criar quadros técnicos preparados para a transformação social que despontava. Neste sentido, as bolsas de estudo assumem a sua particular faceta de *benefícios* que, integrados no vasto leque de privilégios concedidos pela coroa, permitiam ao rei assegurar-se da lealdade e dos serviços dos seus vassalos.

Porém, as bolsas “pera o Estudo” concedidas por D. Afonso V constituem, também, uma benesse que está na raiz do que ainda hoje é um auxílio precioso para muitos estudantes. O seu estudo evolutivo contribuirá, seguramente, para a caracterização do modelo educativo ao longo da história da Universidade em Portugal e permitirá estabelecer a sua ligação, mais ou menos estreita, ao poder central.

Anexo
Quadro 3 *

Data	Nome do bolsheiro	Nome do pai do bolsheiro, categoria social e profissão	Valor da bolsa	Fonte
1450-Abril-1	António do Sem	Dr. João do Sem, chanceler-mor dos reis D. Duarte e D. Afonso V e membro do conselho do rei	6 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1508,p.148; Moreno,1970, p.30
1450-Abril-1	Álvaro Sapata	Martim Sapata, tesoureiro-mor de D. Afonso V	4 500 reais	C.U.P.,vol.V, 1509,p.149; Moreno,1970, p.30
1450-Abril-1	João Lobato	Dr. Pedro Lobato	4 500 reais	C.U.P.,vol.V, 1510,p.150
1450-Abril-1	João Vaz Pessanha	João Vasques, cavaleiro e secretário de D. Afonso V	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1511, p.150-151;Moreno, 1970,p.30
1450-Abril-16	Pero da Silva	João Gomes da Silva, senhor das terras de Vagos e de Unhão e alferes-mor de D. João I	6 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1513,p.153; Moreno,1970, p.30
1450-Abril-16	Diogo da Silva	João Gomes da Silva, senhor das terras de Vagos e de Unhão e alferes-mor de D. João I	6 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1513,p.153; Moreno,1970, p.30
1450-Junho-8	Álvaro Teixeira	João Teixeira, cavaleiro da casa do rei e almoxarife da portagem de Lisboa	4 500 reais	C.U.P.,vol.V, 1523,p.164; Moreno,1970, p.30
1450-Junho-12	Rui Vaz Pereira	Rui Vasques Pereira, cavaleiro da casa do rei	9 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1530,p.171; Moreno,1970, p.30
1450-Junh-12	Nuno Martins ¹	Mestre Manuel Martinho, fisico	2 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1535,p.175
1450-Julho-1	Afonso Pires	Pedro Afonso, escrivão da fazenda do rei	2 400 reais	C.U.P.,vol.V, 1537,p.177; Moreno,1970, p.31
1450-Julho-10	Rui de Sampaio	Amadis Vasques de Sampaio, juiz da alfândega de Lisboa e cavaleiro da casa do rei	5 143 reais	C.U.P.,vol.V, 1541,p.180; Moreno,1970, p.31
1450-Julho-11	Afonso	Gabriel Gonçalves, almoxarife do Porto	3 685 reais	C.U.P.,vol.V, 1542,p.181; Moreno,1970, p.31
1450-Julho-25	Nuno Gonçalves	João Gonçalves, tesoureiro-mor de D. Duarte	2 880 reais	C.U.P.,vol.V, 1544,p.183
1450-Agosto-7	Pedro Meneses	D. Duarte de Meneses	8 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1545,p.184
1450-Setembro-5	Rodrigo Pais	Paio Rodrigues, cavaleiro da casa do rei e contador-mor dos contos de Lisboa	5 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1553,p.194; Moreno,1970, p.31
1450-Setembro-5	Pero Pais	Paio Rodrigues, cavaleiro da casa do rei e contador-mor dos contos de Lisboa	4 500 reais	C.U.P.,vol.V, 1553,p.194; Moreno,1970, p.31
1450-Outubro-6	Abraão	Mestre Guedelha, fisico do rei	3 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1560,p.201; Moreno,1970, p.31
1450-Novembro-12	Rui Lopes Coutinho	Lopo Afonso, secretário e escrivão da puridade durante a regência do Infante D. Pedro e membro do conselho de D. Afonso V (Filipa Coutinho, mãe)	5 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1564,p.204; Moreno,1970, p.31
1451-Março-22	Rui de Castro	D. Álvaro de Castro, fidalgo da casa do rei, seu camareiro-mor e conde de Monsanto	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1584,p.221; Moreno,1970, p.31
1451-Março-28	Vasco de Miranda	Martim Afonso de Miranda, rico-homem, do conselho do rei e senhor de Patameira	7 200 reais	C.U.P.,vol.V, 1586,p.222; Moreno,1970, p.31
1451-Abril-8	João Rodrigues	Dr. Rui Fernandes, jurista, do conselho do rei	5 140 reais	C.U.P.,vol.V, 1588, p.223-224;Moreno, 1970,p.32

* Na coluna **Fonte** foram utilizadas as seguintes siglas e abreviatura:

C.U.P. = *Chartularium Universitatis Portugalensis...*

Moreno, 1970 = MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*

R.D. = FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*

¹ Este bolsheiro aparece igualmente registado no “Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo”, de 1473, com uma bolsa de 4 000 reais (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.95).

1451-Abril-10	Álvaro Fernandes	Dr. Rui Fernandes, jurista, do conselho do rei	5 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1589,p.224
1451-Abril-20	Arpim Borges	-----	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1590,p.225; Moreno,1970, p.32
1451-Maio-31	João Rodrigues da Costa	Rui Galvão, secretário e cavaleiro da casa do rei	5 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1598,p.232; Moreno,1970, p.32
1451-Julho-29	João	Dr. Luís Martins, jurista, do desembargo do rei	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1606,p.239; Moreno,1970, p.32
1452-Abril-4	Duarte	Luís Afonso, amo do Infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V e seu colaço	3 530 reais	C.U.P.,vol.V, 1634,p.264-265; Moreno, 1970,p.32
1452-Abril-12	João Rodrigues Pais	Paio Rodrigues, cavaleiro da casa do rei e contador-mor dos contos de Lisboa	4 500 reais	C.U.P.,vol.V, 1635,p.265; Moreno,1970, p.32
1452-Abril-13	Gonçalo Dias Lobo	Diogo Gonçalves Lobo, corregedor de Lisboa	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1636,p.266
1452-Abril-14	Gonçalo de Gois ²	(Diogo Gois, irmão)	6 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1638,p.269
1452-Abril-24	Fernando	Mestre Martinho Vilarinho, físico do Infante D. Pedro e da rainha D ^a . Isabel	4 000 reais	Moreno,1970, p.32
1452-Setembro-15	João de Meneses	D. Fernando de Meneses, conselheiro do rei e cavaleiro-fidalgo	6 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1684,p.326; Moreno,1970, p.32
1453-Abril-18	Martim Gomes ³	Dr. Pero Esteves, jurista, criado do duque de Bragança	1 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1703,p.344; Moreno,1970, p.33
1453-Junho-13	Diogo da Cunha	Fernão de Sá, cavaleiro-fidalgo, alcaide do Porto	14 400 reais	C.U.P.,vol.V, 1708, p.349-350; Moreno, 1970,p.33
1454-Março-22	João Teixeira Correão ⁴	Gonçalo Teixeira, cavaleiro da casa do rei e almoxarife da portagem de Lisboa	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1727,p.373; Moreno,1970, p.33
1455-Maio-23	João Garcia	-----	3 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1759, p.403-404; Moreno, 1970,p.33
1455-Julho-21	João Pacheco	Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1770,p.413
1458-Dezembro-4	Luís de Pedrosa	Diogo Pedrosa, cavaleiro da casa do rei	4 800 reais	C.U.P.,vol.VI, 1868,p.97; Moreno, 1970, p.33
1459-Março-14	Fernão Gonçalves de Miranda	Fernão Gonçalves de Miranda, do conselho do rei, rico-homem	5 000 reais	C.U.P.,vol.VI, 1883, p.108; Moreno,1970, p.33
1462-Março-10	Pero de Refoios	-----	3 000 reais	C.U.P.,vol.VI, 1990,p.226; Moreno,1970, p.33
1463-Janeiro-24	Fernão de Melo	Dr. Rui Gomes de Alvarenga, conde palatino, do conselho do rei, presidente da Casa da Suplicação	5 400 reais	C.U.P.,vol.VI, 2017, p.249-250; Moreno, 1970,p.33
1463-Janeiro-25	Afonso Rodrigues de Melo ⁵	Dr. Rui Gomes de Alvarenga, conde palatino, do conselho do rei, presidente da Casa da Suplicação	5 400 reais	C.U.P.,vol.VI, 2018,p.250; Moreno,1970, p.33
1463-Março-24	Pedro Álvares de Lima de Souto Maior	D. Leonel de Lima, do conselho do rei, fidalgo, visconde de Vila Nova de Cerveira	7 200 reais	C.U.P.,vol.VI, 2028,p.261; Moreno,1970, p.33
1463-Abril-30	Pero Soares Faleiro ⁶	Dr. Pedro Faleiro, do desembargo do rei, jurista, chanceler da Casa do Cível de Lisboa	4 800 reais	C.U.P.,vol.VI, 2033,p.266; Moreno,1970, p.34

² Este bolseiro aparece igualmente registado no “Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo”, de 1473, com uma bolsa do mesmo valor (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.95).

³ Este bolseiro recebeu uma nova bolsa no valor de 6 000 reais, em 13 de Fevereiro de 1466 (*Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VI, 2134, p.368-369). Aparece igualmente registado no “Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo”, de 1473, com uma bolsa do mesmo valor (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.93).

⁴ Este bolseiro aparece igualmente registado no “Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo”, de 1473, com uma bolsa de 6 000 reais (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.94).

⁵ Este bolseiro recebeu uma nova bolsa no valor de 7 000 reais, em 18 de Janeiro de 1469 (*Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VI, 2247, p.474). Aparece igualmente registado no “Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo”, de 1473, com uma bolsa do mesmo valor (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.95).

⁶ Ver nota 2.

1464-Junho-8	Pero Vaz	Gonçalo Vaz Pinto, cavaleiro	4 826 reais	C.U.P.,vol.VI, 2072,p.307
1464-Julho-24	Henrique de Macedo	Diogo Gonçalves de Macedo, cavaleiro-fidalgo	4 800 reais	C.U.P.,vol.VI, 2076,p.311; Moreno,1970, p.34
1465-Maio-28	Rui Boto ⁷	Martim Esteves	4 000 reais	C.U.P.,vol.VI, 2101,p.333; Moreno,1970, p.34
1466-Janeiro-20	Jorge de Almada (Almeida) ⁸	D. Lopo de Almada, do conselho do rei, vedor da fazenda, fidalgo, conde de Abrantes	7 200 reais	C.U.P.,vol.VI, 2131,p.363; Moreno,1970, p.34
1466-Março-20	Gonçalo Figueira ⁹	Rui Figueira, cavaleiro e alcaide de Lisboa	4 800 reais	C.U.P.,vol.VI, 2140,p.372; Moreno,1970, p.34
1467-Outubro-3	Filipe ¹⁰	João de Lisboa, escrivão da alfândega da Câmara de Lisboa	3 530 reais	C.U.P.,vol.VI, 2191, p.422-423;Moreno, 1970, p.34
1468-Janeiro-22	Lopo Soares de Melo ¹¹	Dr. Rui Gomes de Alvarenga, conde palatino, do conselho do rei, presidente da Casa da Suplicação	5 400 reais	C.U.P.,vol.VI, 2200,p.430; Moreno,1970, p.34
1468-Novembro-30	João de Lucena	Dr. Mestre Rodrigo de Lucena, fisico-mor de D. João II	4 800 reais	C.U.P.,vol.VI, 2240,p.469; Moreno,1970, p.34
1469-Março-8	Gonçalo Mendes	Pero Coimbra, sobrejuiz na Casa do Cível de Lisboa	4 356 reais	C.U.P.,vol.VI, 2254,p.479; Moreno,1970, p.35
1469-Março-8	Gil Anes ¹²	Pedro Anes, boticário	3 600 reais	C.U.P.,vol.VI, 2255,p.480
1469-Março-16	João de Bairos ¹³	Diogo de Bairos, cavaleiro da casa do rei	4 800 reais	C.U.P.,vol.VI, 2257,p.481-482;Moreno, 1970,p.35
1470-Março-17	Rui Nogueira ¹⁴	Afonso Nogueira, fidalgo da casa do rei	5 000 reais	C.U.P.,vol.VI, 2307,p.535; Moreno,1970, p.35
1471-Março-20	D. Henrique Coutinho	D. Fernando Coutinho, marechal	7 300 reais	C.U.P.,vol.VII, 2340,p.12
1471-Março-20	Aires Gomes ¹⁵	Gomes Martins de Lemos, cavaleiro-fidalgo da casa do rei	7 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2341,p.13; Moreno,1970, p.35
1471-Março-20	Francisco de Azevedo ¹⁶	Gonçalo Gomes de Azevedo, fidalgo da casa do rei e membro do seu conselho	6 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2342,p.13-14; Moreno,1970, p.35
1471-Março-21	João ¹⁷	Dr. Álvaro (Diogo) Pires, corregedor na corte	5 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2344,p.15
1472-Abril-29	João Pestana ¹⁸	Duarte Pestana, fidalgo da casa do rei	4 800 reais	C.U.P.,vol.VII, 2428,p.94; Moreno,1970, p.35
1472-Maio-2	Luís de Albuquerque	Gonçalo de Albuquerque, membro do conselho do rei, fidalgo, senhor de Vila-verde de Francos	6 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2430,p.95-96; Moreno,1970, p.35
1472-Maio-13	Tristão Fogaça ¹⁹	Diogo Fogaça, fidalgo da casa do rei, almoxarife da alfândega de Lisboa e senhor de Aveiras de Fundo	5 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2432,p.97; Moreno,1970, p.35
1472-Maio-18	Álvaro de Freitas	João de Freitas, cavaleiro morador em Coimbra	3 530 reais	C.U.P.,vol.VII, 2433,p.98

⁷ Ver nota 2.

⁸ Este bolseiro aparece igualmente registado no “Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo”, de 1473, com uma bolsa de 7300 reais (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.94).

⁹ Este bolseiro aparece igualmente registado no “Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo”, de 1473, com uma bolsa do mesmo valor (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.94).

¹⁰ Ver nota anterior.

¹¹ Este bolseiro recebeu uma nova bolsa no valor de 7 000 reais, em 18 de Janeiro de 1469 (*Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VI, 2246, p.473).

¹² Ver nota 2.

¹³ Este bolseiro aparece igualmente registado no “Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo”, de 1473, com uma bolsa do mesmo valor (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.96).

¹⁴ Ver nota 9.

¹⁵ Ver nota 9.

¹⁶ Ver nota 9.

¹⁷ Ver nota 13.

¹⁸ Ver nota 2.

¹⁹ Ver nota 9.

1472-Maio-18	Álvaro do Quintal ²⁰	Luís Eanes, deão da capela do rei	3 530 reais	C.U.P.,vol.VII, 2434,p.98-99; Moreno,1970, p.35
1472-Maio-19	Garcia Rodrigues ²¹	Colaço de D ^a . Isabel, duquesa de Guimarães, sobrinha do rei	3 530 reais	C.U.P.,vol.VII, 2435,p.99
1472-Dezembro-29	Duarte ²²	Gil Eanes, cavaleiro da casa do rei	4 800 reais	C.U.P.,vol.VII, 2470,p.131; Moreno,1970, p.35
1472-Dezembro-29	Afonso de Albuquerque ²³	Gonçalo de Albuquerque, membro do conselho do rei, fidalgo, senhor de Vila-verde de Francos	6 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2471,p.132; Moreno,1970, p.35
1473	Afonso	Gomes Anes Quaresma	4 000 reais	R.D., p.94
1473	Aires Botelho	Afonso Botelho	7 500 reais	R.D., p.93
1473	D. Diogo Coutinho	Conde de Marialva ²⁴	8 000 reais	R.D.,p.94
1473	Diogo de Évora	Gabriel de Évora	4 800 reais	R.D., p.95
1473	Diogo de Sousa	João Rodrigues Ribeiro ²⁵	7 000 reais	R.D., p.94
1473	Diogo Sodré	João Sodré, almoxarife do armazém de Lisboa	4 800 reais	R.D., p.94
1473	Estêvão de Castro	Álvaro de Castro	5 000 reais	R.D., p.95
1473	Francisco de Pedrosa	Diogo de Pedrosa ²⁶	4 800 reais	R.D., p.95
1473	Gonçalo Pereira	João Rodrigues Pereira ²⁷	4 500 reais	R.D., p.94
1473	Jerónimo João Lopes	Dr. Lopo Gonçalves, doutor em leis, jurista e juiz dos feitos	4 800 reais	R.D., p.94
1473	João	Dr. Manuel Rodrigo	4 800 reais	R.D.,p.95
1473	João Correia	Francisco Paio	4 800 reais	R.D.,p.96
1473	João da Silveira	Barão (D. João da Silveira) ²⁸	7 000 reais	R.D.,p.96
1473	Lopo Darca	Dr. Gonçalo Garcia	4 800 reais	R.D.,p.95
1473	Luís Teixeira	(Dr. João Teixeira, irmão)	5 000 reais	R.D.,p.95
1473	Mem Rodrigues	Manuel Rodrigo Rodrigues	4 580 reais	R.D.,p.94
1473	Rui de Aldanha	Vicente Martins	4 300 reais	R.D.,p.95
1473	Tomás	Mestre Manuel Martinho, físico	2 000 reais	R.D.,p.95
1475-Março-19	Afonso de Morais ²⁹	Dr. Mestre Nicolau Estêvão, físico do rei	4 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2600,p.275; Moreno,1970, p.35

²⁰ Este bolseiro aparece igualmente registado no “Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo”, de 1473, com uma bolsa de 4 053 reais (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.94).

²¹ Este bolseiro aparece igualmente registado no “Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo”, de 1473, com uma bolsa de 4 500 reais (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.96).

²² Ver nota 2.

²³ Ver nota 9.

²⁴ Trata-se de D. Gonçalo Vaz Coutinho, 2º. conde de Marialva, que faleceu em 1464 (MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira...*, p.784-788).

²⁵ Trata-se de João Rodrigues de Vasconcelos e Ribeiro, fidalgo da casa real (Idem, *Ibidem*, p.933-935).

²⁶ Muito provavelmente trata-se de um cavaleiro da casa real e vedor da casa da Infanta D^a. Leonor, irmã de D. Afonso V (Idem, *Ibidem*, p.136-137, nota 109).

²⁷ Trata-se de um fidalgo da casa e do conselho de D. Afonso V (Idem, *Ibidem*, p.925-927).

²⁸ Trata-se do 1º. barão do Alvitto.

²⁹ Ver nota 2.

As chancelarias das rainhas de Portugal na Idade Média (Breves notas de investigação) *

Maria José Azevedo Santos **

Convidada, amavelmente, a colaborar nesta Colectânea de estudos dedicada ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno, decidi contribuir com um trabalho, o último que elaborei no ano de 2001, que teve a honra de ser generosamente escutado e apreciado pelo Ilustre Mestre a quem, desta forma, modesta mas sentida, tributo a minha mais elevada consideração e respeito intelectual e académico.

O mote que me foi proposto para este Encontro – As chancelarias das rainhas de Portugal na Idade Média – deverá remeter, sobretudo, para uma abordagem de natureza diplomático-paleográfica envolvendo todo um conjunto de aspectos sociais, políticos e até culturais que, necessariamente, andam associados àquelas duas ciências historiográficas.

Antes de tudo, será bom dizer que se trata de um tema pleno de interesse mas que, por infelicidade, não é sequer uma questão em aberto, é uma questão praticamente por abrir à investigação e à reflexão dos medievalistas. É certo, todavia, de que dispomos já de algumas informações, mas todas elas, muito dispersas e antigas. Na verdade, há notícias, para algumas rainhas, de chanceleres, escrivães e notários, bem como de selos, sinais rodados e assinaturas que aquelas senhoras usaram na validação dos seus documentos.

Deste modo, forçoso é citar um conjunto de autores em cujas obras, já clássicas, é possível encontrar referências úteis para o assunto em epígrafe. Primeiramente, aluda-se à obra *Memórias das Rainhas de Portugal*, do Visconde de Figanière, editada em 1859. De D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, a D. Isabel de Aragão, o Autor, com recurso frequente às fontes, impressas ou manuscritas, refere muitos oficiais que prestaram serviço em chancelarias de soberanas do Reino de Portugal.

Na mesma linha, mas prolongando o estudo no tempo, está Francisco da Fonseca Benevides que, no seu livro *Rainhas de Portugal*, de 1878, agora com reimpressão de 2000, reúne dados muito interessantes que vão, igualmente, de D. Teresa até D. Maria de Castela, 2ª mulher de D. Manuel I. De salientar, aqui, a novidade das muitas reproduções de sinais, selos e assinaturas autógrafas das nossas rainhas medievais.

Paralelamente, o investigador não deverá desprezar os sábios elementos coligidos por João Pedro Ribeiro, na sua célebre obra *Dissertações Chronológicas e Críticas* (1810-1836); António Caetano de Sousa, na sua monumental edição *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*; Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, em muitas entradas do seu *Elucidário*, e outros.

Mas, apesar de tudo isto, só em meados do século XX (1958-1962) surgirá o primeiro, e até hoje único, estudo sobre uma chancelaria régia feminina. Refiro-me à chancelaria da rainha D. Teresa, casada com o Conde D. Henrique, criteriosamente analisada pelo insigne Prof. Rui de Azevedo na sua magistral publicação *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios*.

E depois de D. Teresa?

* Este texto foi apresentado no 1º Encontro Luso-Espanhol sobre Rainhas de Portugal organizado pelo Gabinete de História Medieval da Faculdade de Letras do Porto entre os dias 22 e 24 de Novembro de 2001.

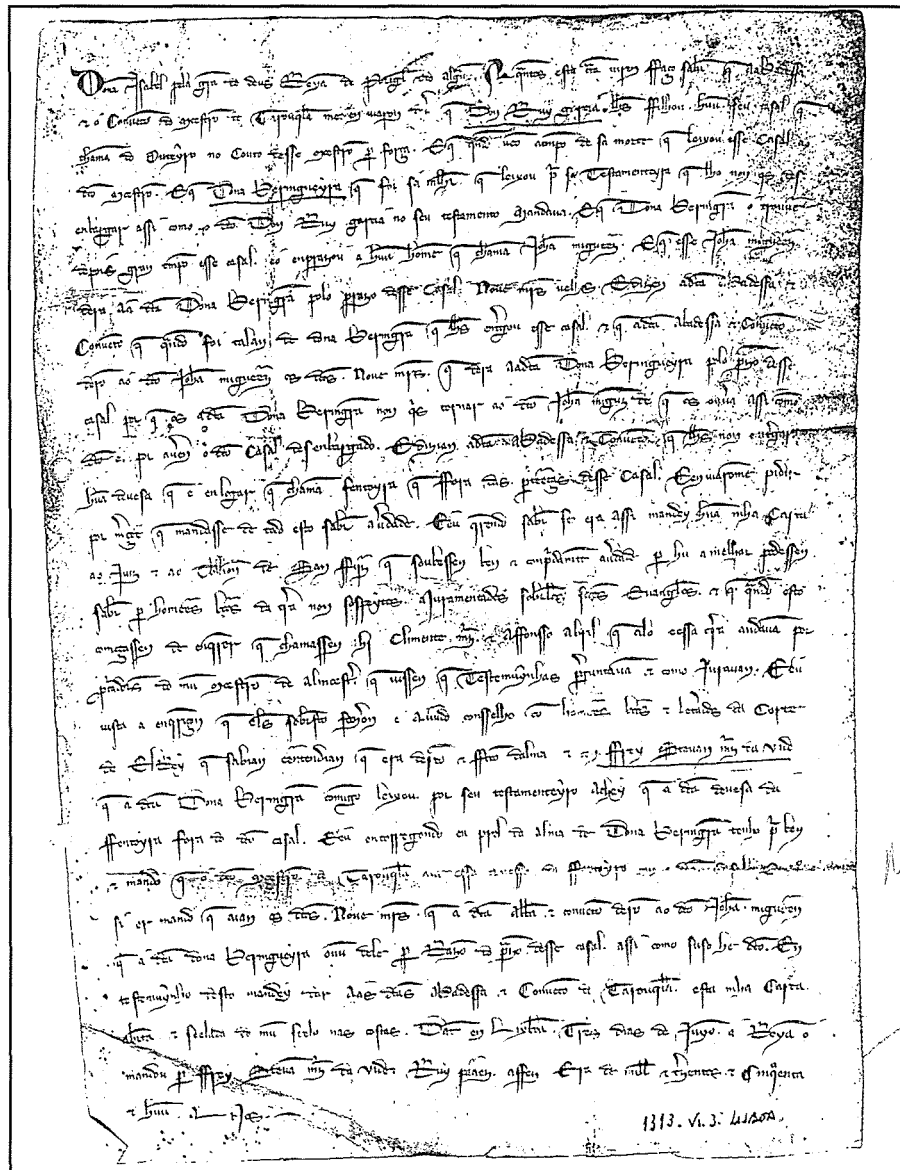
** Professora da Faculdade de Letras de Coimbra e Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

De D. Mafalda de Sabóia, mulher de D. Afonso Henriques, até D. Leonor de Lencastre, casada com D. João II, o Reino de Portugal conheceu 16 soberanas.

Cabe, então, perguntar: que conhecimento temos das chancelarias dessas senhoras? Os autores antigos, como atrás deixei escrito, deram-nos conta tão só daqueles elementos que mais chamavam a sua atenção: as marcas de validação pessoais – sinais rodados e selos – e aquelas que para além de pessoais são personalizadas – as assinaturas autógrafas.

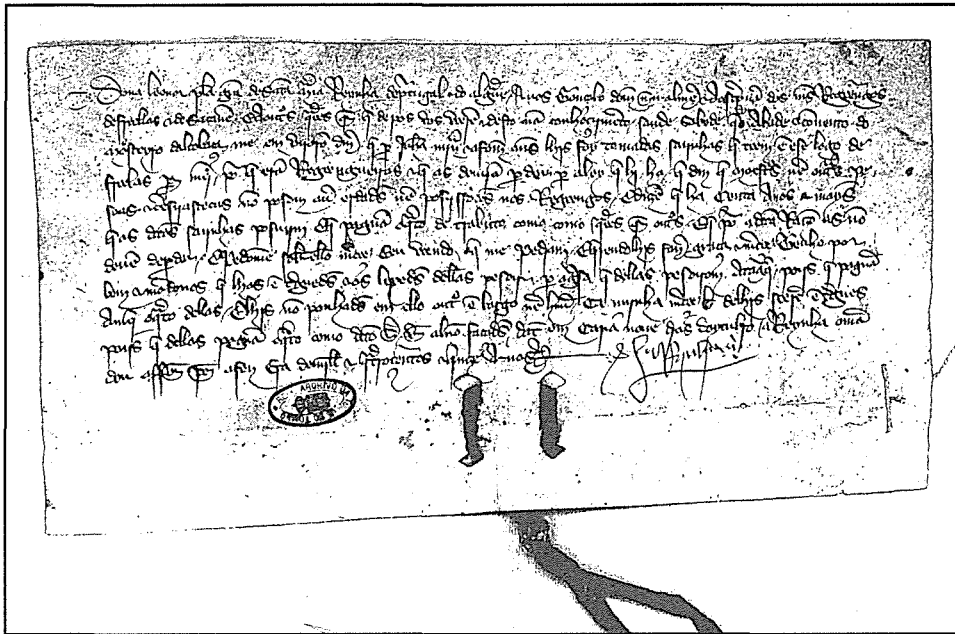
Por isso, conhecem-se, hoje, directa ou indirectamente, os sinais rodados de D. Mafalda de Sabóia, de D. Dulce de Aragão e de D. Urraca de Castela.

Sobre sigilografia, ainda que saibamos que D. Teresa e D. Sancha, irmãs de D. Afonso II, possuíram selo, o mais antigo testemunho esfragístico (1246) de uma rainha, casada com monarca português, pertence a D. Mecia Lopes de Haro, mulher de D. Sancho II. Muitas das rainhas que lhe sucederam possuíram, também, os seus selos, de cera ou de chumbo, pendentes ou de chapa. Estão neste caso D. Beatriz de Gusmão, a Rainha Santa Isabel, D. Leonor Teles e D. Leonor de Aragão.

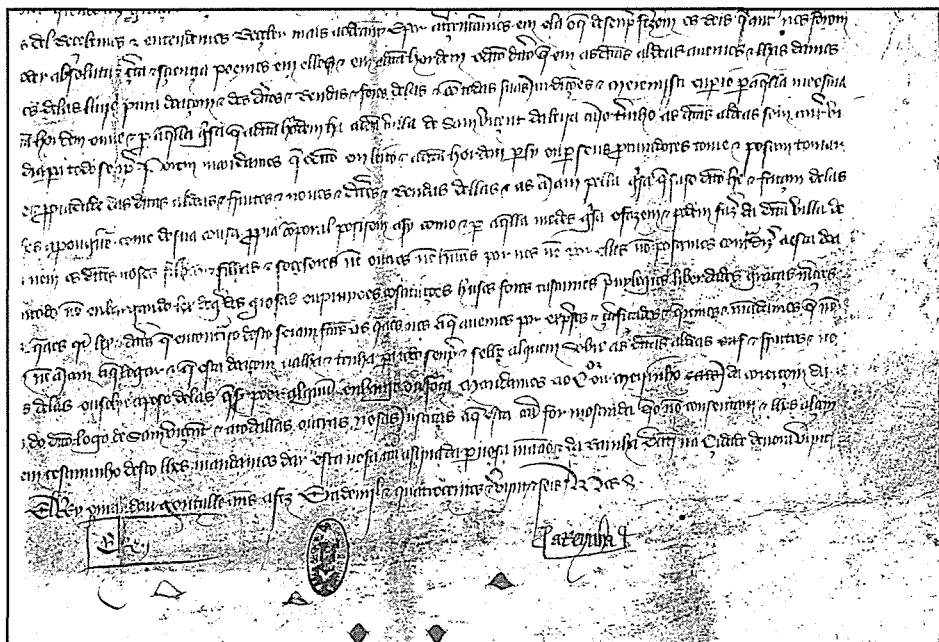


1313, Junho, 3, Lisboa – Carta da Rainha Santa Isabel validada com “meu seelo nas costas” de que já só resta a marca no pergaminho (T.T. – Tarouquela, c. 25, caixa 2, m. 13, s/n.). Ao Doutor José Augusto Pizarro agradeço esta indicação.

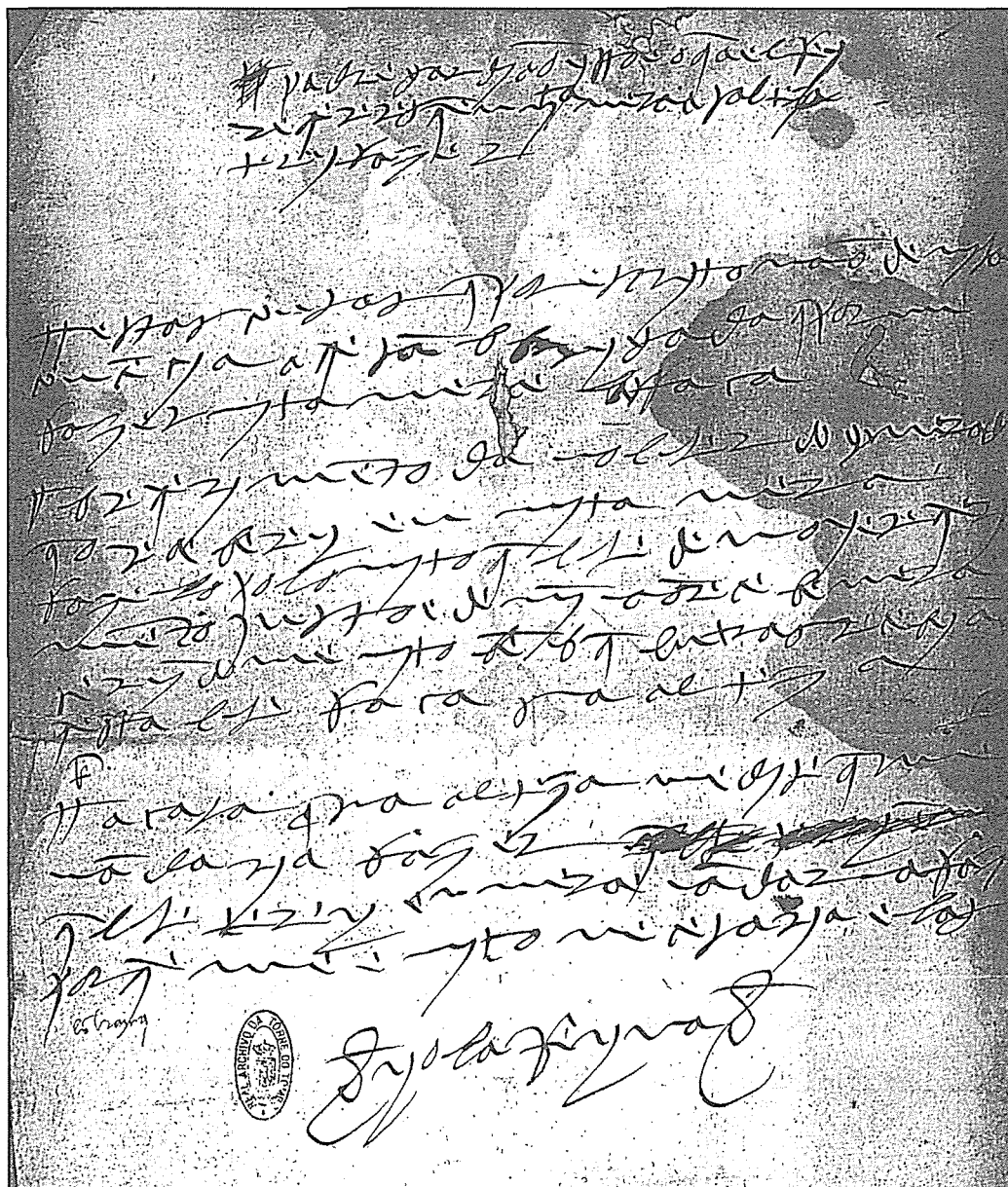
Por sua vez, ainda de D. Leonor Teles (1371-1386), chegou-nos o mais antigo testemunho conhecido de assinatura autógrafa. Posteriormente, outras se lhe juntaram numa extraordinária prova da difusão social activa da escrita, entre mulheres nobres, na Idade Média. Com efeito, Francisco Benevides publica, em reprodução, as assinaturas de D. Filipa de Lencastre, D. Leonor de Aragão, D. Joana de Castela (2ª mulher de D. Afonso V e que assina em castelhano) e de D. Leonor de Lencastre.



1377, Outubro, 9, Caria – Carta de privilégio da Rainha D. Leonor Teles, com assinatura autógrafa e liames do selo pendente que já não existe (T.T. – Colecção Especial, cx. 72, m. 19, 4.º 1).



1388, Dezembro, 20, Évora – Pormenor de uma carta de D. João I com as assinaturas do Rei e de sua esposa, D. Filipa de Lencastre (T.T. – Gav. 4.ª, m. 2, 4.º 7).



S. D. [século XVI] – Testamento de D. Joana de Castela, 2.^a mulher de D. Afonso V.
 Documento em papel escrito pela rainha, em português, e assinado em castelhano. Refira-se o esmero de execução da escrita, bem cursivo, próprio de quem manejava com destreza a pena (T.T. – Gav. 16, m. 1, 4.º 2).

Eis um balanço, resumido, do que se conhece.
 Creia-se, pois, que há muito para fazer.

Primeiramente, partir-se-á da noção de chancelaria. Porém, este vocábulo é usado em duas acepções principais: 1. “Órgão do governo de um estado encarregado da redacção, passagem a escrito e validação dos actos que lhe eram solicitados pela autoridade de que dependia”; 2. “serviço de uma pessoa moral”. Neste caso, o pessoal de uma chancelaria, que nos habituámos a considerar relativamente complexo e numeroso, pode reduzir-se, apenas, a um notário.

Posto isto, tentar-se-á reunir todas as cartas emitidas por rainhas o que, desde logo, não é tarefa fácil. Depois, estabeleceremos a tradição dos documentos o que, sobretudo para as chancelarias mais antigas, exigirá a maior atenção dada a escassez de originais e, paralelamente, a existência de muitas cópias e até de falsos.

De seguida, e não existindo dúvidas entre os originais, indispensáveis ao estudo dos caracteres externos, e as cópias, inúteis para este estudo mas próprias para a análise intrínseca dos documentos, será, talvez, altura de interrogar os pergaminhos e os papéis.

Na verdade, uma chancelaria régia feminina falará da mulher da qual depende através daquilo que ela assumiu em cada documento concreto, ainda que, às vezes, de forma heterógrafa e distante.

Deste modo, será fundamental fazer um levantamento pormenorizado do pergaminho ou papel utilizados, dos formatos e das dimensões respectivas, da distribuição do texto, e da forma mecânica usada. Deverá merecer toda a atenção, igualmente, a tipologia, a categoria, a função e o esmero de execução da escrita praticada com vista ao estudo semiótico do documento.

É preciso, de seguida, ler, ler o texto, registar a língua e o estilo. Acompanhar, em pormenor, todas as cláusulas, essenciais e secundárias, da invocação à data, da subscrição e fórmula de devoção, às testemunhas e confirmantes, da arenga ao notário. Classificar os documentos quanto à natureza diplomática e quanto à natureza jurídica.

Será, tenho a certeza, um trabalho demorado, exigente, interdisciplinar, mas só assim poderemos atingir o estudo individual ou colectivo das chancelarias das rainhas de Portugal, na Idade Média.

Com um trabalho, de base, consistente, será possível começar a dar resposta a perguntas tão elementares como estas:

Qual o pessoal que trabalhava na chancelaria A ou B? Que laços estabeleceria com a autoridade de quem dependia?

Quais os documentos, indiscutivelmente, produto da chancelaria em análise? Haveria *regulae cancellariae*? Onde podemos detectá-las?

Quais os sinais de solenidade dos documentos? E os de cultura literária, religiosa ou laica?

Que analogias estabelecer entre as chancelarias de rainhas e de reis, ou até de rainhas entre si, em Portugal ou noutros reinos da Europa?

E que não se despreze um só aspecto das fórmulas de validação: as subscrições, as assinaturas, os sinais e os selos.

Que esperar de todo este trabalho?

1. A edição dos núcleos documentais das nossas rainhas.
2. A constituição de um *corpus* sigilográfico¹.
3. O estudo paleográfico, diplomático e cultural de toda a documentação, em particular das assinaturas autógrafas que são, para além de sinais de identidade e de identificação, os verdadeiros auto-retratos das nossas mulheres rainhas.
4. A caracterização geral das chancelarias régias femininas.

E termino com a certeza, porém, de que estamos no princípio, mas eu diria num princípio auspicioso, do estudo das chancelarias das rainhas de Portugal, na Idade Média.

Estudar este tema, será, indiscutivelmente, contribuir para um melhor conhecimento do uso da escrita como instrumento importantíssimo do poder real.

Estudar este tema, será, também, concorrer para se avaliar melhor o papel das mulheres rainhas no exercício do poder régio e na difusão social activa e passiva da escrita nas cúrias medievais.

Estudar este tema, será, ainda, ocasião para podermos reforçar a convicção de que as chancelarias, incluindo as das rainhas, eram um indispensável centro de governação do Reino e importante agente da sua diplomacia.

¹ O Marquês de Abrantes, por exemplo, arrola apenas cinco selos régios femininos: de D. Teresa, rainha de Castela; de D. Beatriz e de D. Leonor de Aragão, casada com D. Pedro IV, um de cada uma; da rainha Santa Isabel notícia dois exemplares sigilográficos (*O estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1983).

El arcedianato de Celanova a fines del siglo XV

María Luz Ríos Rodríguez *

En la primera mitad del siglo XII se lleva a cabo la organización de la iglesia-catedral de San Martiño de Ourense, estableciéndose las dignidades catedralicias y asignándoseles un territorio administrativo. Esta primera organización, sufrirá modificaciones posteriores como sucedió por ejemplo con la creación del arcedianato de Celanova en el s. XIII y la abadía de la Trinidad en el s. XIV, que son equiparadas a dignidades catedralicias. Según señala Duro Peña, el arcedianato de Celanova fue constituido en 1221, si bien con bastante anterioridad a esta fecha venía ejerciendo el abad atribuciones de arcedianato y proponía el nombramiento de arciprestes para las iglesias de su coto. En el acuerdo de 1221 se estipulan determinadas condiciones, entre las que destaca la de que quedase a salvo todo el derecho de la iglesia auriense y que dicha potestad pudiese ser revocada si el abad o monasterio no permanecieran en la debida devoción y sujeción a la iglesia auriense¹. De este modo se integraba como dignidad catedralicia y con un territorio administrativo correspondiente al clero secular, uno de los más importantes monasterios regulares de la diócesis.

Desde este momento el arcedianato era “anexo” al monasterio de Celanova, como insistentemente se encarga de recordar el memorial-tumbo de 1489 que es la fuente utilizada para la elaboración de este trabajo². Así pues y salvo raras excepciones, los abades del monasterio de Celanova como tales arcedianos, son los encargados de efectuar la presentación del clérigo y otorgar los correspondientes títulos de los beneficios parroquiales a través de una fórmula que el memorial reitera cada vez en cada parroquia; y del mismo modo reciben los pagos establecidos por los derechos de procuración, patronato y otras rentas más en algunos casos³.

* Universidad de Santiago de Compostela.

¹ Duro Peña, E. “Las antiguas dignidades de la catedral de Orense”, *Anuario de Estudios Medievales*, 1 (1964), pp. 289-332. La constitución realizada el 15 de mayo de 1221 tiene lugar entre el obispo don Lorenzo con el cabildo y el abad don Pedro de Celanova, estando presente el arzobispo de Braga don Esteban.

² Tal fuente se halla en el Archivo de la Catedral de Ourense. Sección C. Nº 30 y a partir de ahora todas sus referencias, se citarán tan sólo por su número de folio. E. Duro Peña realizó la transcripción íntegra de esta fuente, titulándola “Tumbo de Beneficios del Obispado de Orense”. Por desgracia este trabajo permanece todavía inédito, por lo que tengo que agradecer al actual archivero de la Catedral M. A. González García, que me permitiese utilizar este material mientras se espera su publicación. Una síntesis del memorial había sido publicada por C. Cid, “Una visita pastoral de la diócesis auriense en 1487”, *Boletín de la Comisión de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, V (1913-1918) y VI (1918-1922). En otros trabajos anteriores he tratado las razones que explican la elaboración de ese memorial-tumbo. Vid. Ríos Rodríguez, María Luz “La preparación de la reforma en Galicia. Alonso Carrillo de Albornoz y la diócesis auriense en 1489”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie III, Hª Medieval, t. 13 (2000) pp. 325-339.

³ Los abades don Juan, don Alvaro de Oca y don Lopo de Ribadal son los que aparecen mencionados en el memorial, en función de la permanencia de los distintos clérigos al frente de sus parroquias. El más antiguo de los títulos, es el otorgado por don Juan [en 1438] al clérigo Rodrigo de Arnedo para la parroquia de Sta Cristina de Freixo; no es de extrañar que por su avanzada edad no acuda personalmente a la ciudad auriense para prestar declaración jurada sobre su parroquia. En cada declaración y en el momento de presentar cada clérigo el título de su parroquia se recoge que fue: “... feito por don X abad del monesterio de Celanova como arcedianato del arcedianato de Celanova anexo ao dito monesterio, a presentación do dito arcedianato por razón da súa dignidad archidiaconal, firmado de seu nome e selado con seu selo signado de X notario, feito eno monesterio de Celanova a X día X mes X annos. ...”

Según lo establecido en el acuerdo de 1221, la debida sujeción a la iglesia auriense podía hacerse notar por ejemplo a través de la obligada asistencia del abad a los sínodos diocesanos y así lo hace don Lopo de Ribadal, cuya presencia está atestiguada – junto con otros abades como los de S. Esteban de Ribas de Sil, S. Clodio do Ribeiro, S. Pedro de Rocas... – en el sínodo convocado por el provisor y arcediano de Bubal don Juan de Deza, en marzo de 1491. Sin duda la presencia de todos ellos estaba sobradamente justificada por sus derechos de patronato sobre diversas iglesias parroquiales⁴. También se debió hacer notar en casos más conflictivos, como debió sin duda suceder con motivo de la colación del clérigo de Sta M^a de Podentes, ya que en el memorial-tumbo se expresa que el provisor Juan de Deza tenía “poder bastante de proveer e colar, por quanto por esta vez el arcediano de Celanova foy suspenso de la colación por quanto en grado de apelación se proveyo do dito beneficio...” (Fol. 230 v.)

En el memorial-tumbo de 1489, el arcedianato de Celanova engloba un total de treinta y dos iglesias parroquiales, si bien cuatro de ellas son anexas. Este número nos permite calificar como pequeña esta circunscripción eclesiástica, especialmente si se compara con otras más amplias de la diócesis, como lo eran por ejemplo la Tierra del Cabildo o Vicariato que contaba con un total de sesenta y siete iglesias parroquiales y con otras diecinueve más anexas a ésta o el arcedianato de Limia, con sesenta iglesias parroquiales.

Estas iglesias parroquiales aparecen definidas en los siglos medievales por la existencia de tres elementos: la iglesia con su pila bautismal, la presencia del cura de ánimas o la existencia de un beneficio curero y los feligreses⁵. De esos tres elementos y en cada una de estas iglesias parroquiales del arcedianato de Celanova, el memorial nos proporciona una información diversa y desigual, atendiendo al prioritario objetivo de obtener una averiguación lo más completa posible sobre la situación de la diócesis en aquellos asuntos que se consideraban centrales para llevar adelante el proyecto reformador. Podemos agrupar esos asuntos en cinco bloques: 1) personas eclesiásticas 2) iglesias parroquiales 3) tributos y cargos a que están obligados los presbíteros y con qué razones 4) renta anual que percibe cada rector en su parroquia y 5) los feligreses, de los que interesa su número y poco más. Dada la imposibilidad de ocuparnos pormenorizadamente de todos estos aspectos en estas pocas páginas, me limitaré a destacar algunos puntos concordantes y también algunas singularidades que pueden establecerse desde la comparación con otras de las circunscripciones eclesiásticas también recogidas en el memorial-tumbo. Puede avanzarse que a pequeña escala, el arcedianato de Celanova ofrece una muestra significativa de las “virtudes y vicios” que afectan al clero de la diócesis auriense en el intento de reforma del clero secular, dirigido en estos momentos por los Reyes Católicos y el pontífice Inocencio VIII.

1. Personas eclesiásticas.

En primer lugar es necesario destacar la mayoritaria presencia de clérigos seculares al frente de esas parroquias y de los que cabe suponer su ordenación presbiterial dado que tienen a su cargo la cura de ánimas. Aún siendo el arcedianato anexo al monasterio de Celanova, la presencia de monjes regulares al frente de esas parroquias parece excepcional y tan sólo debe deducirse su existencia en aquéllas iglesias que el monasterio consiguió anexionar a través de las correspondientes Bulas de Unión Apostólicas: Sta Olaia de Berredo, S. Salvador de Eiras y S. Pedro de Bande. De hecho en el memorial no se citan sus rectores y la declaración del estado de la iglesia es realizada por el propio abad de Celanova⁶.

⁴ Synodicon Hispanum I . Galicia. Dir. García y García, A. B.A.C. Madrid, 1981, p. 135 y ss.

⁵ Vid. Sánchez Herrero, J. Los sínodos de la diócesis de León en los siglos XIII a XV, en León y su historia. León, 1975, p. 200.

⁶ S. Salvador de Eiras, por Inocencio IV en “Lugdunensys”; Sta Olaia de Berredo por Benedicto XIII en Aviñón; S. Pedro de Bande, por Calixto III en Roma (Fols 229r/v, 230r.). En los casos de Eiras y Bande, tales uniones conllevan

Algunos de estos clérigos son bastardos y presentan la correspondiente legitimación y dispensación apostólica⁷. Era un hecho relativamente habitual en todo el occidente europeo y en este sentido el arcedianato de Celanova concuerda con otros espacios, lo que no impide reseñar que afectaba al nivel moral del clero y que por tanto entraba dentro de los objetivos de la reforma. Sin embargo otro de los graves problemas que afectaban al clero y a su iglesia parroquial, el de la no residencia en su beneficio, no parece que afectase demasiado a estos presbíteros del arcedianato de Celanova⁸. Al menos aquí son excepcionales las dispensas para disfrutar de dos beneficios curados y gozar de las correspondientes anexiones de dos o más iglesias parroquiales, por mucho que se realizaran con carácter vitalicio. En este caso es normal que se aprecie un profundo contraste con lo que sucede en las iglesias de la Tierra del Cabildo ya que además de sus presbíteros, las dignidades, canónigos, racioneros, capellanes, etc. de la catedral tienen a su cargo muchas de ellas, por lo que la no residencia y la falta de atención sobre sus feligreses tenía que ser notable.

Más grave todavía que la no residencia es el caso de los clérigos “corozos” o mejor dicho, es sentido como más grave por las autoridades eclesiásticas que practicaban sin reparo esa no residencia acumulando todos los beneficios posibles dado que estaban llamados a más elevadas misiones⁹. El problema de los clérigos corozos era de tal envergadura en Galicia que la Santa Sede había tomado cartas en el asunto, aunque infructuosamente¹⁰. Se conocen como clérigos corozos los que ostentando legítimamente los títulos de sus beneficios parroquiales, ceden a otros –sobre todo laicos, pero también eclesiásticos– el disfrute de sus rentas, actuando como sus encubridores. En el arcedianato de Celanova hallamos dos ejemplos al frente de las iglesias de Sta María de Entrimo y de S. Xurxo de Azevedo y que en ambos casos tienen el mismo beneficiario: Gonzalo Rodríguez de Araujo¹¹. Los laicos aquí actuaban de una manera mucho más taimada que cuando practicaban sin reparo violencias o “imposiciones” algunas de ellas sin justificación alguna y otras, bajo la justificación de patronato. Naturalmente la presencia de estos clérigos corozos es bastante limitada en todas las circunscripciones de la diócesis auriense, pero no porque su presencia real fuera tan escasa; lo singular es que estos pocos se reconozcan

el pago de un yantar al obispo auriense de 256 maravedís vellos en cada una, como sucede en la mayoría de las parroquias de la diócesis auriense cuyos patronos son miembros del clero regular.

⁷ Concretamente los clérigos de S. Mamede de Sarga, Sta Locadía de Soutomel, Sta María de Entrimo, S. Xés de Lobeira (Fols. 217 v, 218 r, 226 r/v, 231 r/v).

⁸ Bula de dispensación – de Sixto IV-para disfrutar de dos parroquiales iglesias en Sta María de Freás (Fol. 219 v) y Bula de anexión vitalicia – también de Sixto IV – de Sta María de Cejo con Santiago de Requias, sita en el arcedianato de Limia (Fol. 224 v./225 r.. Sería bastante difícil que el clérigo pudiese ejercer la cura de ánimas en ambas parroquias por lo que en el mejor de los casos habría que suponer la existencia de un capellán que lo sustituyese en esta labor, cuando no la desatención total a estos feligreses.

⁹ Un buen ejemplo lo constituye el obispo auriense de este momento, Antonioto Palavicino Gentile que era datario de la Curia papal, cardenal de Sta Anastasia ...y obispo de Ourense desde 1486, una diócesis en la que nunca puso los pies, aunque disfrutó de ella hasta su muerte acaecida en 1507. Por cierto que el hecho de no ser “natural” del reino, motivó un desacuerdo y un posterior arreglo entre los Reyes Católicos y el pontífice. Vid. a este respecto Suárez Fernández, L. Política internacional de Isabel la Católica. Valladolid, 1996.

¹⁰ Fernández Alonso, J. “Los beneficios encorozados de Galicia en el s. XV. La legación de Fernando Basanta, nuncio de Pio II (1464)”. *Antológica Anua* 28-29 (1981-1982) pp. 553-579.

¹¹ Sta María de Entrimo resulta ser casualmente, la parroquia de mayor valor del arcedianato, con 15.000 pares de blancas y 60 feligreses.: “... Gonçalo Rodríguez clérigo... diso que el fasta aquí tyna arrendados los frutos de su beneficio a seu yrmaao Gonçalo Rodríguez dAraujo por certa contía de maravedís de que el era contento, e que agora collía e recabdaba o dito seu beneficio el como clerigo que hera del...” (Fol. 226 r/v). La relación familiar no existe en S. Xurxo de Azevedo: “... diso o dito Rodrigo Alvarez clerigo, que fasta aquí tovera arrendados los frutos e rentas do dito seu beneficio a Gonçalo Rodríguez dAraujo por certo preçio e contia de maravedís do qual preçio el diso que fora e era pago e satisfeito e que daqui endeante quería estar e regyr e gobernar o dito seu beneficio e administrarlo dos devinos officios...” (Fol. 228v.). La formulación es del mismo estilo en todo el memorial, tan sólo que aquí no se introduce la expresión “a modo de coroa” como sucede en otras ocasiones.

como tales corozos y aleguen que a partir de este momento serán ellos los verdaderos disfrutadores de sus beneficios. Es la punta del iceberg ya que naturalmente no se registra ningún caso en todo el memorial de clérigos que se declaren corozos y que digan que piensan seguir ejerciendo como tales en el futuro.

Todos los eclesiásticos deben acudir personalmente con sus títulos ante el provisor Juan de Deza a la ciudad de Ourense, salvo razón de fuerza mayor, en cuyo caso pueden enviar otro clérigo en su nombre – “que jurou en anima de ...” dice el memorial – que declare por ellos el estado de su iglesia. Es el caso de aquellos clérigos que por su ancianidad no pueden hacerlo, pero también hay otras razones, como la del clérigo de Sta María de Ansemil que está ausente en la guerra de Granada “a serbir al Rey e Reyna nuestros señores” (Fol. 225 r.) y naturalmente algunos casos en los que no se da razón del porqué de esa inasistencia¹².

2. Iglesias parroquiales.

La proliferación de parroquias nacidas al calor de la expansión de la plena Edad Media ha tenido que ser reajustada y modificada a raíz de la crisis bajomedieval. El memorial recoge un buen número de anexionen perpetuas de unas parroquias a otras que así parecen indicarlo y que se continúan todavía realizando en la segunda mitad del s. XV. Las razones de tales anexionen estarían tanto en la falta de feligreses o de medios económicos para sustentación del rector de la parroquia – lo que es casi equivalente – como en el juego de poder y fortalecimiento de algunas de estas instituciones eclesiásticas que consiguen arrancar de los pontífices o de las autoridades eclesiásticas locales, estas anexionen perpetuas. El monasterio de Celanova constituye un buen ejemplo al respecto: tres iglesias parroquiales de su arcedianato son incorporadas perpetuamente al monasterio, pero también otras iglesias y monasterios sitos en otras circunscripciones eclesiásticas¹³.

Las parroquias encuadradas en el arcedianato de Celanova ofrecen una imagen semejante en todo al resto de las de la diócesis por lo que respecta a la escasez de sus bienes inmuebles; salvo raras excepciones, la composición de sus “dextros” parece muy limitada y más escasas todavía son las “mandas” de los feligreses que han recibido estas parroquias. Los dextros pueden ser trabajados directamente por el clérigo o a través de un caseiro; en otros casos, dextros y mandas pueden estar aforados o incluso abandonados. Las rentas establecidas en esos contratos forales son muy bajas, generalmente al cuarto y quinto, cuando lo habitual en los siglos centrales de la Edad Media era fijarlos a la mitad (en el vino) y al tercio (en el cereal)¹⁴. Algunos de estos presbíteros señalan sin tapujos que algunos de estos foros son “enganosos” para la iglesia, aunque naturalmente todavía es peor cuando estos foristas se niegan a pagar

¹² Se declaran vellos e impotentes los clérigos Juan de Montes – que disfruta de S. Paio de Veiga y el préstamo sin cura de S. Andrés de Gontán – y Rodrigo de Arnedo, con la parroquial de Sta Cristina de Freixo.. No explican su ausencia los clérigos de S. Pedro de Mourillos y S. Breixome de Celanova.

¹³ Se trata de las parroquias de Sta Olaia de Berredo, S. Salvador de Eiras y S. Pedro de Celanova. Fuera de su arcedianato, por ejemplo el monasterio de S. Salvador de Arnoia, encuadrado en la Tierra del Cabildo.

¹⁴ “...diso que a dita iglesia tyna de destros çertas leyras de herdades e cortinas e arvores que el mesmo clerigo manda labrar de sua casa” (Sta María de Freás, Fol. 219 v.); “...que ten a dita iglesia de destro tres cortinas de herdades que labran Fernand Moleiro e Martín Moleiro e pagan delas a quinta parte do pan aa dita iglesia” (Sta Olaia de Portela, Fol. 219 r.); “... diso que tina sete cabaduras de vina posta e sete por poer que son dos destros.... e diso que estaban tres fanegas de sementadura de destros que jazen de monte...” (Santiago de Morteira, Fol. 222 r.); “...diso que non tyna ningun lugar de destro que estobese labrado salvo que agora novamente se começava de reparar...” (San Salvador de Sangunedo, Fol. 228 r.); “...diso que tyna certas leyras de heredad de mandas... que lle soyan de pagar a quinta parte do que rendían, e agora non lle pagan nada, ellas teen labradores ocupadas por força...” (Santiago de Vereia, Fol. 220 r.).

renta alguna considerando como patrimoniales esos bienes aforados de la iglesia. Resulta excepcional que entre las rentas estipuladas como pago por estos bienes aforados, se registre el pago de servicios en trabajo, como sucede en la parroquia de Sta Locaia de Soutomel¹⁵, así como también es singular que en la descripción de esos dextros se aluda a la casa con sus edificaciones anejas o que entre los bienes de estas iglesias figuren algunos medios técnicos como son los molinos¹⁶.

Un aspecto más positivo ofrecen los “ornamentos” de estas iglesias, entendiendo este concepto del modo amplio que lo hace el memorial, ya que incluye también como tales las vestiduras, los libros e incluso el propio edificio de la iglesia. Aquí el contraste resulta bastante acusado con la situación de muchas parroquias encuadradas en la Tierra del Cabildo en donde era manifiesta la precariedad y el descuido en que se hallaban los ornamentos de muchas de ellas. También es verdad que al ser mayor en número se manifiesta en mayor medida esa escasez, pero sin duda este hecho puede ponerse en relación también con la residencia o no residencia de los clérigos en sus beneficios así como con un mayor control y preocupación por parte del arcediano de Celanova. La excepcionalísima situación de la iglesia de S. Xoán de Veiga que “estava destroyda de todo punto e que el señor abad de Celanova vysytara o anno pasado e que mandara correjer e reparar de paredes e tella e portas e de un altar” (Fol. 225 v.) nos muestra ese celo por parte del arcediano, aunque tal vez la visita no fuera rutinaria dado el lamentable estado de la iglesia. Además por regla general – aunque siempre con alguna excepción- los altares tienen imágenes y crucifijos, están “guarnidos con suas sabaas”, los libros son más abundantes y están mejor conservados cuando no nuevos¹⁷, tan sólo hay una pila de bautizar “quebrada” y otra “vella”...en fin que en este aspecto, las iglesias del arcedianato de Celanova no parecen las más abandonadas de la diócesis. Por eso tal vez resulta más llamativo que a veces falten ornamentos más elementales, como en S. Mamede de Sorga, que “non ten ampollas para olio e crisma, nin canetas” (Fol. 217 v.) para el agua y el vino.

De todos modos la mayoría de estos ornamentos recaían también sobre los feligreses como expresa bien a los claras el clérigo de la destruída iglesia S. Xoán de Veiga: “e que estava dando tempo aos parrochianos en que cumpran e supran os outros ornamentos que faltan” (Fol. 225 v.). Tan sólo el clérigo Juan de Montes que junto con la parroquial de S. Paio de Veiga, disfruta del préstamo sin cura de S. Andrés de Gontán, señala que en esta última iglesia que carece de casi todo, puso allí un ara que “... aly posera polo amor de Deus que dantes que a el ouvera que a non tyna...” (Fol. 227 r/v). Es en este capítulo donde se puede oír en mayor medida la voz de los rectores de las parroquias, a través de sus apreciaciones sobre la calidad de esos ornamentos – buenos o malos, viejos o nuevos- los materiales empleados – cálices de chumbo o de plata – los tipos de libros -libros “de péndola” o “formados”, libros griegos, góticos, enteros o partidos, completos o rasgados – ...en fin toda una casuística que sólo sale a relucir en menor medida con las heredades y rentas y también con los feligreses, calificados de “boos o maos”, sin que se expresa si tal calificación deriva del buen o mal cumplimiento de sus deberes religiosos o del buen o mal pago de las rentas correspondientes a la iglesia, sin duda porque eran la misma cosa; de hecho el pago de los diezmos es continuamente aludido como una más de las obligaciones religiosas de los parroquianos.

¹⁵ “..dyso que tyna en sua freguesya outras heredades que foran mandadas aa dita iglesia...de que lle pagan a quinta e a quarta de todo o pan que Deus en elas der e mais doze mrs. vellos de dereitura cada anno e dous jornales para servíçio del clerigo da iglesia” (Sta Locaia de Soutomel, Fol. 218 r).

¹⁶ “...Que tiina de destros quatro ou çinco fanegas de semente e una casa de morada e una adega e corte e çinco ou seis cabaduras de vina...” (Sta Cristina de Freixo, Fol. 223 r); “...que ten un casal de destro... e un moyno do que lle pagan um cabrito e un açumbre de vino cada anno” (Sta María de Entrimo, Fol. 226 v.).

¹⁷ Entre los más completos está por ejemplo la parroquia de Santiago de Morteira.: “... diso que tyna libros de rezar complidos de todo ho anno dominical e santal, e un salterio e dous manuaas, e un sacramental e un misal complido de todo ho anno dominical e santal, e un pistoleiro, e reponseyro complido de todo ho anno...” (Fol. 222 r.).

3. Tributos y cargos de las iglesias parroquiales.

Nos encontramos aquí con uno de las preocupaciones centrales de eclesiásticos y laicos, punto crucial en el proyecto reformador de monarquía y pontificado, asunto vital para la subsistencia de clérigos e iglesias parroquiales. Las constantes quejas de muchos eclesiásticos y muchos de los males que afectaban al clero, se fundamentaban en la persistencia de patronatos laicos y de los derechos de presentación de clérigos y de percepción de rentas que por esta razón se alegaban y que en no pocos casos generaban una buena dosis de violencia. Es cierto que era un asunto lo suficientemente grave y enormemente dificultoso pues cada una de las partes podía alegar sus distintas razones o derechos en el conflicto¹⁸. De hecho en este memorial-tumbo son muchos los grandes nobles, escuderos, señores, donas, etc. que ejercen sus derechos de patronato o que de forma injusta y arbitraria consiguen detraer rentas de estas iglesias parroquiales. Pero dicho esto, es necesario establecer algunas matizaciones.

La primera es que en este arcedianato de Celanova los derechos de patronato residen en la mayor parte de los casos en el propio monasterio – debido tal vez a que se realizó una labor de captación de esos derechos – y que por tanto los patronos laicos son una excepción. Sólo se registra tal hecho en dos iglesias parroquiales, siendo ejercido además por las mismas personas – los escuderos Feijoo – y en una tercera parroquia – Sta María de Pitelos – en que lo son los propios feligreses. En razón de este patronato o simplemente “por força e contra justicia” se demandan unas rentas que en algunos caso los clérigos se niegan a pagar, o al menos eso declaran en el memorial¹⁹.

La segunda es que esas violencias no son sólo ejercidas por los laicos sino también por los eclesiásticos, incluso por nuestro propio arcediano y abad de Celanova sobre sus propios rectores parroquiales. A veces se encuentra un pretexto más o menos justificado, como en Santiago de Freás, pero en otras casos se trata de una pura imposición²⁰.

Y la tercera es que si establecemos una comparación con lo que sucede en las iglesias pertenecientes a la Tierra del Cabildo, resulta que también son mayoría las parroquias que tienen patronos eclesiásticos que laicos y muy especialmente los benedictinos de Celanova, Ribas de Sil y Rocas²¹. No se puede menospreciar por tanto esa fuerte presencia del clero regular como patrono de muchas de estas iglesias seculares y que tal hecho crease conflictos entre

¹⁸ Vid. el planteamiento del problema en García Oro, J. Cisneros y la reforma del clero español en tiempo de los Reyes Católicos, Madrid, 1971 y del mismo autor, Galicia en los siglos XIV y XV, 2. T. A Coruña, 1987.

¹⁹ En Sta María de Podentes exigen estos hermanos Feijoo, “ quatro fanegas de pan e de ynposiçyon un porco cebado e un carnero do caseyro da dita iglesia” (Fol. 230 v/ 231 r). En S. Mamede de Sorga, “ quatro fanegas de pan e un touçiño y le demanda mais un carneiro que non quere pagar...” (Fol. 217 v.). Sin justificación alguna de patronato en Santiago de Vereas: “... diso que Diego Feijoo escudeiro en seu tempo e despois fasta oje seu fillo Pedro Feijoo lle lebaron e leban de imposiçyon por força e contra justicia de cada un anno un porco cebado e un carneiro e quatro fanegas de pan “ (Fol. 220 r.). Y en S. Miguel de Berredo aparece la figura de otro escudeiro, Rodrigo de Puga que también por la fuerza y sin razón alguna le lleva un tocino (Fol. 226). Naturalmente en Sta María de Pitelos, al ser los propios feligreses los patronos de la iglesia no existe ningún pago (Fol. 218 v.).

²⁰ “... que paga de procuración e patronato oitenta e oito mrs. vellos e que agora o dito abad dizendo que achou un tunbo vello lle leva noventa e dous mrs. vellos e mais quatro fanegas de pan e os dezemos dos destros da dita iglesia (Fol. 219 v.). En sus declaraciones los clérigos diferencian bien el pago justificado o el realizado a la fuerza, aludiendo siempre a “que paga” o a “que lle leba”(así en Sta María de Fechas -Fol. 220 v-, S. Pedro de Ourille -Fol 223 v- y S. Mamede de Albos- Fol. 232 r. -): “... que pagaba... e que leba o abade de Celanova un touçiño do caseyro da dita iglesia por imposición...”; “... que ten outras çertas heredades e mandas e que llas toma o abad de Celanova e non lle paga dellas nada...”.

²¹ Concretamente Celanova lo hace sobre seis de estas iglesias del Vicariato, Ribas de Sil sobre nueve, Rocas sobre seis. A estos monasterios hay que añadir otros patronos eclesiásticos que van desde la colegiata de Xunqueira de Ambía, hasta el arzobispo de Santiago, el monasterio cisterciense de Oseira, el femenino de S. Andrés de Orrea, o el comendador de Quiroga y Osoño. En conjunto son veintinueve los patronatos eclesiásticos frente a veintitrés laicos.

ambos sectores del clero. En muchos casos su condición privilegiada los eximía del control del ordinario y por eso el obispo auriense se aseguró al menos la percepción de alguna renta ejercida sobre todo a través del pago del yantar.

Por último y dada la imposibilidad de entrar en el análisis detallado de estos tributos, debe señalarse que los derechos de presentación y patronato aparecen confundidos en la mayoría de las ocasiones cuando recaen en la misma persona y por tanto también los pagos por derechos de procuración y patronato. En principio los pagos por procuraciones se efectúan al que tiene a su cargo la obligación de visitar las iglesias – lo haga o no – y que otorga el título del beneficio correspondiente que, en este caso recaen en el abad y arcediano de Celanova. A este respecto resulta excepcional que en Sta María de Pitelos se efectúe el pago de una procuración sólo en especie, cuando lo habitual es realizarlo en moneda; del mismo modo tampoco resulta habitual que se exija el pago del diezmo de los dextros como hace el arcediano de Celanova en muchas de estas iglesias²².

4. Feligreses y renta anual de las iglesias.

Respecto a los otros dos grandes temas por desarrollar, la renta anual de cada parroquia y los feligreses, debe subrayarse en primer lugar la relación existente entre esa renta o valor de cada parroquia y el número de sus feligreses, como expresa claramente el abad de Celanova en su declaración sobre la iglesia anexa de S. Pedro de Bande²³.

Los rectores de cada parroquia declaran el número de feligreses con que cuenta cada parroquia para abonar los correspondientes diezmos y otras rentas eclesiásticas como primicias, ofrendas, etc. . Estos diezmos constituían la base fundamental de cada beneficio parroquial pues como hemos visto, los bienes pertenecientes a la iglesia – dextros y mandas – así como las rentas percibidas por los aforamientos parecen bastante escasos. Las preocupaciones constantes por parte de las autoridades eclesiásticas porque se cumpla fielmente el pago de los diezmos reales y personales se pone de manifiesto en los sínodos de la diócesis, así como en los continuos conflictos entre los presbíteros de las parroquias o entre los presbíteros y otros eclesiásticos²⁴. Por su parte los feligreses contribuían a esa situación conflictiva, no sólo porque intentarían librarse o defraudar a su rector en el pago de sus diezmos, sino también porque al tener bienes o incluso viviendas en distintas parroquias, se introducía una casuística que complicaba y dificultaba la percepción de esos diezmos²⁵. Desde este punto de vista el número de feligreses de cada parroquia, resultaba fundamental para conocer y valorar la renta anual de cada beneficio parroquial.

En segundo lugar deben destacarse también las amplias variaciones del número de feligreses y por tanto, de las rentas de cada iglesia que van desde los cinco de S. Lourenzo de Cañón, hasta los sesenta de Sta María de Entrimo. Esta última parroquia sobrepasa extraordinariamente el número de feligreses de la mayoría de estas iglesias que cuentan de ocho a veinte feligreses. Presentan también gran número de feligreses, las de S. Xés de Lobeira (treinta y siete) y S. Mamede de Grou y S. Pedro de Bande (con treinta cada una de ellas). En este

²² “... que pagava cada hun anno de procuración ao dito abad como arcediano... hun carneiro e veynte obos e seys paas çenteos...” (Sta María de Pitelos, Fol. 218 v.)

²³ “...que ten a dita iglesia trinta freygueses pouco mays ou menos, e a renda deles se converte e con os dezemos do dito benefício todo en propios da mesa conventual dos monjes...” (Fol. 230 r.) Vid. apéndice con la relación de iglesias, feligreses y renta.

²⁴ Las constituciones sinodales del anterior obispo de la diócesis D. Diego de Fonseca (1470-1486) son las más explícitas al respecto. Vid. García y García. Op. cit. p. 134.

²⁵ Así se explica que se aluda por ejemplo a ocho feligreses y medio (en Sta María de Podentes, Fol. 230 v./ 231r.) o incluso a cuartos de feligrés, en otras circunscripciones de la diócesis.

arcedianato de Celanova tan sólo no se declara el número de feligreses en las parroquias de S. Paio de Veiga y Sta Olaia de Berredo y como es habitual en todo el memorial, esos números son muchas veces aproximados ²⁶.

La renta anual de cada parroquia se mueve entre los mil doscientas de Sta María de Cejo y los quince mil pares de blancas de Sta María de Entrimo. En medio queda un abanico de valores que mayoritariamente son de mil quinientos, dos mil y tres mil pares de blancas. Naturalmente las parroquias arriba aludidas por su mayor número de feligreses – S. Xés de Lobeira y S. Mamede de Grou – declaran rentas de diez mil y siete mil pares de blancas. Como puede apreciarse existen grandes variaciones en el número de feligreses y en la renta de cada parroquia, como sucede en el resto de la diócesis. Dada la imposibilidad de proceder a un análisis más detallado en estas páginas nos remitimos a otro de nuestros trabajos en donde se presta atención a estos dos aspectos²⁷.

En conclusión podemos resaltar que las parroquias del arcedianato de Celanova, dado tal vez su pequeño número, presentan menos “vicios” que las de otras circunscripciones de la diócesis auriense: menos bulas de dispensación de bastardías, menos bulas de anexión vitalicias, de clérigos corozos, etc; incluso como veíamos en la declaración de los ornamentos de estas iglesias y aún cuando se registra alguna excepción notable, ofrecen en general un panorama bastante aceptable. Por otra parte y como sucede en el resto de la diócesis, se reflejan también las violencias de eclesiásticos y laicos contra estos rectores y lo que a nuestros ojos todavía parece peor, el tremendo desinterés por las cuestiones pastorales y demás asuntos relacionados con los feligreses. Podría aducirse que el foco de atención del memorial-tumbo está puesto en otros aspectos y que no se interesa por recoger todo lo relacionado con las obligaciones de ese clero para con sus feligreses. Pero entonces sorprende, y resulta todavía más excepcional, que tan sólo un único clérigo – el de S. Mamede de Grou- diga de su iglesia “que se cleriga cada semana tres misas e mais las festas” (Fol. 217 r.). Las sorpresas de este tipo que nos depara el memorial son mucho más escasas de lo que cabría esperar, pero tal vez no deberían tomarse sólo como un reflejo de la preocupación pastoral de los rectores de estas parroquias. En todo caso habría que culpar más a las propias autoridades eclesiásticas – concretamente en Galicia, a Alonso Carrillo de Albornoz – por no haber incluido sistemáticamente en las averiguaciones del memorial-tumbo cuáles eran las obligaciones religiosas de estos clérigos para con sus feligreses.

²⁶ Quince o dieciséis (Sta Cristina de Freixo); Ocho o nueve (S. Adrián de Cexo); Hasta diez (Sta María de Bobadela); Hasta veinte (Sta María de Freás); Trece más o menos (S. Salvador de Sanguñedo).

²⁷ Ríos Rodríguez, María Luz. Las iglesias de la Tierra del Cabildo de la diócesis auriense a fines del siglo XV, en *Universitas. Homenaje a Antonio Eiras Roel*, Univ. de Santiago de Compostela, 2002; T.I, pp. 111-131.

APÉNDICE. IGLESIAS DEL ARCEDIANATO DE CELANOVA.

IGLESIAS	ADVOCACIÓN	FELIGRESES	RENTA ANUAL
1. ALBOS	S. MAMEDE	12	1500
2. ACEVEDO	S. XURXO	20	4500
3. AMOROCE	SANTIAGO	7	1500
4. ANSEMIL	STA. MARÍA	12	2500
5. BANDE	S. PEDRO	30	—
6. BERREDO	S. MIGUEL	8	2000
7. BERREDO	STA. OLAIA	—	—
8. BOBADELA	STA. MARÍA	10	1500
9. CAÑÓN	S. LOURENZO	5	1500
10. CELANOVA	S. BREIXO	20	3000
11. CEXO	S. ADRIÁN	8/9	3000
12. CEXO	STA. MARÍA	6	1200
13. DOMES	S. MARTIÑO	11	2000
14. EIRAS	S. SALVADOR	20	—
15. ENTRIMO	STA. MARÍA	60	15000
16. FECHAS	STA. MARÍA	8	1500
17. FREÁS	STA. MARÍA	20	3500
18. FREIXO	STA. CRISTINA	15/16	3000
19. GROU	S. MAMEDE	30	10000
20. LOBEIRA	S. XÉS	37	7000
21. MORTEIRA (CASARDEITA)	SANTIAGO	14	3000
22. MOURILLÓNS	S. PEDRO	10	3000
23. OURILLE	S. PEDRO	16/17	5000
24. PITELOS	STA. MARÍA	10	2000/2500
25. PODENTES	STA. MARÍA	8 1/2	3200
26. PORTELA	STA. OLAIA	9	2500
27. SANGUÑEDO	S. SALVADOR	13	3500
28. SORGA	S. MAMEDE	12	3000
29. SOUTOMEL	STA. LOCADIA	12	4000
30. VERA	SANTIAGO	16/17	3500
31. VEIGA	S. XOAN	11	1500
33. VEIGA GONTÁN	S. PAIO S. ANDRÉS	— —	— —

El comercio de importación portugués en Valencia, 1487-1488

María Rosa Muñoz Pomer *
Germán Navarro Espinach **
David Igual Luis ***

En la producción historiográfica de Humberto Baquero Moreno, y aunque sin constituir el eje principal de sus trabajos, no han faltado las reflexiones sobre la actividad comercial desarrollada en Portugal durante la Baja Edad Media y, también, sobre los grupos mercantiles que la protagonizaban. Unos grupos integrados dentro de las oligarquías urbanas portuguesas, y entre quienes cabía distinguir jerárquicamente aquellos sectores más poderosos de hombres de negocios locales dedicados al comercio exterior, de los conglomerados más modestos de pequeños mercaderes también locales limitados al horizonte del comercio interior. Sin embargo, y en cualquier circunstancia, el propio Baquero apreciaba dentro del conjunto de la burguesía mercantil lusa de los siglos XIV-XV síntomas de fragilidad, evidenciados en la incapacidad que dicha burguesía mostró continuamente a la hora de competir con compañías o grupos profesionales extranjeros más organizados y fuertes, sobre todo de origen italiano. En consecuencia, las fricciones entre los mercaderes portugueses y los foráneos fueron constantes en el país atlántico, como también fue reiterada la adopción allí de medidas políticas proteccionistas que, por un lado, pretendían reservar a los autóctonos una parte sustancial del mercado, pero que, por el otro, surgían a veces en respuesta a medidas similares promulgadas contra los comerciantes y marinos portugueses en aquellos países externos donde éstos estaban instalados¹.

Al respecto, la reciente publicación de una miscelánea de estudios consagrada al examen de la presencia portuguesa en el Mediterráneo en el tránsito de la Edad Media a la Moderna ha significado la oportunidad, para los firmantes de este artículo, no sólo de profundizar en la caracterización de esos sectores mercantiles portugueses que estamos comentando, sino también de resaltar su asentamiento en una de las ciudades donde la citada presencia adquirió más relieve: Valencia². Aquí, las décadas 1360-1380 marcan el momento de inicio tanto de las relaciones comerciales estables con Portugal como de la penetración de gentes del Atlántico, cuyas labores se centraban en el abastecimiento de pescado y cueros traídos por la ruta marítima y en el empleo subsidiario de sus embarcaciones con fines transportistas por el Mediterráneo

* Universidad de Valencia.

** Universidad de Zaragoza.

*** Universidad de Castilla-La Mancha.

¹ Véanse recogidas las reflexiones que mencionamos en el texto, por ejemplo, en H. Baquero Moreno, "A navegação e a actividade mercantil no Entre-Douro-e-Minho", *Revista da Faculdade de Letras da Porto*, II série, vol. IX, Oporto, 1992, pp. 9-24; y en *idem*, "As oligarquias urbanas e as primeiras burguesias em Portugal", en *El Tratado de Tordesillas y su época*. *Congreso Internacional de Historia*, vol. I, Madrid, 1995, pp. 325-343.

² La miscelánea que mencionamos es *Portogallo mediterraneo*, a cura di L. Adão da Fonseca e M.E. Cadeddu, Cagliari, Istituto sui rapporti italo-iberici, 2001. Los autores de este trabajo hemos participado en ella, junto a P. Iradiel, con dos artículos: "I mercanti e la fiscalità: il *dret dels portuguesos* a Valenza (1464-1512)" y "Del Mediterráneo al Atlántico. Mercaderes, productos y empresas italianas entre Valencia y Portugal (1450-1520)".

o hacia el mismo Atlántico. Desde estos primeros tiempos de conexión, las flotas lusas procedentes de Lisboa, Lagos, Oporto, Setúbal o Viana solían avistar el puerto valenciano alrededor del mes de diciembre y, tras haber distribuido en él sus cargamentos, regresaban a su litoral de origen entre febrero y marzo, a veces en abril. Pero ese regreso no lo hacían de vacío, porque el capital resultante de las ventas de las importaciones permitía a los portugueses comprar en Valencia numerosas mercancías, entre las que destacaban los productos textiles de media y baja calidad. Así, con un esquema de intercambio de cueros y pescado por paños, el tráfico entre las costas portuguesas y valencianas asumió altos grados de organización, de regularidad y, también, de continuidad, puesto que tal estructura de comercio se mantuvo asimismo sin grandes problemas tras pasar el umbral de 1450. Sólo el despeque desde entonces del mundo atlántico situado entre el Algarve, la Baja Andalucía, las islas de Madeira y Canarias y el Occidente africano obligó a reajustar un tanto el eje Valencia-Portugal, adaptándolo a los nuevos productos que surgían de allí (esclavos, azúcar, especias) y al mayor volumen de negocios que podían ejecutarse.

En esta evolución, un momento de particular interés se produjo en 1464, con la serie de sucesos que condujeron a instaurar a partir de ese año en Valencia una tasa fiscal denominada *dret portugués*³. Ésta gravaba los tratos llevados a cabo en la ciudad por agentes lusos, y su vigencia se mantuvo, aunque con interrupciones, por lo menos hasta los primeros decenios del siglo XVI. Su implantación debió perturbar inicialmente la disposición de los vínculos mercantiles. Pero, desde el punto de vista exclusivo de la investigación contemporánea, la creación del impuesto conlleva indudables ventajas, puesto que la abundante documentación generada por el mismo permite analizar hoy con mayor seguridad algunas de las características que definieron al comercio portugués en el Mediterráneo ibérico en las cercanías del 1500.

En tal sentido, el Archivo del Reino de Valencia conserva varios libros de la administración del citado arancel entre 1464-1512, repartidos en signaturas diferentes⁴. La mayoría se corresponde con la forma típica de los llamados *Llibres de jornades*. En ellos, y bajo un criterio cronológico y nominal, los recaudadores del impuesto registraban diariamente los individuos que contribuían, las mercancías que mostraban y la clase y la cuantía de lo que debían pagar, incluyendo en las anotaciones tanto importaciones como exportaciones por vía terrestre o marítima. Sin embargo, al lado de estas fuentes, existen asimismo unos pocos fragmentos de *Llibres de manifest de mar*, que recogen sólo el tráfico marítimo de importación. En este caso, los escribanos del fisco reproducían también día a día las matrículas de carga de las embarcaciones que llegaban al puerto valenciano, haciendo constar el tipo de nave y su fecha de atraque, su patrón o capitán, el lugar de origen, y los lotes de mercancías que dicha nave transportaba, distribuidos con arreglo a los propietarios que las enviaban y, en su caso, a los consignatarios que las recibían en Valencia y a los fiadores que garantizaban aquí el abono de lo debido.

Semejante duplicidad de registros indica, en realidad, un doble sistema de inspección contable, el cual queda corroborado en paralelo, más genéricamente, por el hecho que, en los mismos balances de gestión del impuesto portugués, sus administradores tuvieron necesidad de inscribir los gastos que suponía el mantenimiento material de los dos tipos de libros⁵. Sea como

³ Sobre esos sucesos, y aparte de los artículos mencionados en la nota anterior, véase J. Hinojosa Montalvo, "Intercambios comerciales entre Portugal y Valencia a fines del siglo XV: el 'dret portugués'", en *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. II, Oporto, 1987, pp. 759-779; y A. Díaz Borrás – J. Trenchs Odena, "El fracaso de la expansión portuguesa en el Mediterráneo a través de la documentación valenciana (1450-1500)", *Estudis Castellonencs*, 4, Castellón, 1987-1988, pp. 375-440.

⁴ Archivo del Reino de Valencia (en adelante, A.R.V.), Maestre Racional, nº 12124 (libros de 1464-1465, 1465-1466, 1466-1467, 1468-1469, 1470 y 1470-1471), 12125 (libros de 1485, 1486-1487, 1487-1488, 1488-1489, 1489-1490, 1490-1493, 1494-1496, 1497, 1498-1499 y 1500), 12127 (ingresos y gastos de los años 1485-1499), 12128 (libro de 1511), 12129 (libro de 1512) y 12283 (fragmento de un libro de 1465).

⁵ Así figura, por ejemplo, en los balances de los años 1465 (se pagaron 10 sueldos valencianos por, entre otros conceptos, "hun libre de jornades e dos per a manifests"); 1485 (4 sueldos por un libro de *jornades* y otro de *manifests*);

fuere, dicho doble sistema no era ninguna excepción dentro de los mecanismos de control de la fiscalidad bajomedieval valenciana, donde, además, y para el apartado de las importaciones, la redacción del *manifest* solía preceder a la de las *jornades*, comenzando la primera nada más entraban las naves en el grao y volcándose después sus datos en el segundo volumen, con la fecha en que los objetos traídos hallaban comprador y pagaban la tasa adecuada⁶.

Aunque toda la documentación que venimos reseñando está siendo transcrita y estudiada detalladamente por nosotros con vistas a su edición íntegra, en estos momentos deseamos tan sólo ofrecer un avance preliminar y específico de la misma que muestre qué información es posible extraer de ella, pero que también sirva para plantear algunos problemas e hipótesis en relación con las actividades valencianas de los portugueses. En concreto, el ejemplo que presentamos aquí es el del libro de *manifest de mar* más completo de los que se conservan bajo el epígrafe archivístico del *dret portugués*: el correspondiente al período 1487-1488 y que registró hasta 14 llegadas al puerto de Valencia de embarcaciones procedentes de Portugal, entre el 29 de octubre del primer año y el 20 de febrero del segundo, tal y como se aprecia en el *Apêndice I* de este trabajo⁷. Evidentemente, ni esta cronología en el arribo de las naves, ni la propia tipología de las mismas (todas carabelas, excepto dos *balaners*), ni sus orígenes declarados (Setúbal, Lisboa, Viana o, genéricamente, Portugal), aportan grandes contenidos a lo que es el diseño global ya conocido de las relaciones económicas Valencia-Portugal. Por el contrario, mayor interés adquiere el análisis de otras dos variables que también se incluyen en los cuadros del citado apêndice: por un lado, las mercancías que dichas embarcaciones trasladaron como importaciones a Valencia, y, por el otro, los operadores afectados por su transporte.

Con respecto a la primera variable, y a pesar del desigual reparto de partidas en cada nave, una simple ojeada a los datos tabulados demostrará el neto predominio del tráfico de pescado, con tres especies: la sardina, que suma en las 14 llegadas 2.079 *milers*, 4.888 *cofins*, 361 *banasts*, 4 *fusts* y una cantidad indefinida de *pipes*; la merluza, concentrada casi al completo en el *balaner* número 13, con 2.465 docenas y 13 costales; y el congrio, también agrupado en la nave 13, con más de 108 costales. Junto a estos lotes principales, sólo los cueros que figuran en las naves 11 y 13 reúnen aportes significativos, con un total de 431 unidades. Aparte, 9 sacas de lana, 21 sacos y 106 costales de castaña y unas pocas piezas de telas y paños contribuyen a diversificar mínimamente – en las naves 2, 10, 13 y 14 – las entradas mercantiles. Sin embargo, esta diversificación aumentó por la introducción en los acarreos de la mitad de las embarcaciones anotadas de algunos de los productos que marcaban a finales del siglo XV el triunfo presente y, sobre todo, futuro del mundo atlántico: los esclavos (con 8 importados en conjunto), el azúcar (con 21 cajas y 3 costales totales), las especias (con una única partida indeterminada de malagueta), y alguna que otra mercancía exótica (como el papagayo de la nave 3).

Más complejo es el comentario con respecto a la segunda variable que señalábamos, la de los operadores mencionados en el *manifest*. En principio, el hecho que la inmensa mayoría de lotes inscritos no recayera sobre consignatarios preestablecidos en Valencia, sino sobre propietarios que los asumían en nombre propio y que estaban facultados para venderlos en los

1488 (6 sueldos y 6 dineros por unas *jornades*, un *manifest* y “una mà de paper per als albarans e sumes”); 1490, 1491 y 1492 (cada año, 3 sueldos y 6 dineros por unas *jornades* y 2 sueldos por un *manifest*); 1493-1494 y 1495-1496 (cada período, 4 sueldos y 6 dineros por unas *jornades* y un *manifest*); y 1499 (6 sueldos por unas *jornades*, un *manifest* y “una mà de paper per a fer pòlices e albarans”). Véase A.R.V., Maestre Racional, nº 12124, 1464-1465 (f. 17v); 12125, 1485 (f. 11r), 1489-1490 (f. 10v), 1490-1493 (f. 9v) y 1494-1496 (f. 10v); y 12127, 1485 (f. 4v), 1488 (f. 2r), 1490 (f. 2r), 1491 (f. 3r), 1493-1494 (f. 2r), 1495-1496 (s.f.) y 1499 (f. 2r).

⁶ Una explicación global del funcionamiento de la fiscalidad valenciana de los siglos XIV-XV que afectaba al mundo del comercio consta en D. Igual Luis, *Valencia e Italia en el siglo XV. Rutas, mercados y hombres de negocios en el espacio económico del Mediterráneo occidental*, Castellón, 1998, pp. 121-150.

⁷ A.R.V., Maestre Racional, nº 12125, 1487-1488, 15 ff. El libro posee originalmente el siguiente título: “Dret portugués. Libre de manifest de mar de l’any 1487 comensat, e fenex en l’any 1488”.

puertos de parada de las flotas, indica – como es habitual en estos casos – que dichos lotes no tenían asegurada su distribución y que debían circular por el mercado en busca de comprador. Pero, más allá de esta caracterización, es difícil ofrecer más precisiones ante la descontextualización con que este tipo de fuentes designa a los personajes nominados, sobre los que no suele apuntarse ni su nacionalidad ni su profesión. El conocimiento que poseemos de otros volúmenes del *manifest de mar* conservados para la Valencia posterior a 1450⁸, así como la visión global de los mismos documentos del *dret portugués*, nos permiten afirmar que los propietarios que constan en el apéndice serían normalmente o mercaderes portugueses que remitían sus partidas de mercancías desde Portugal por medio de factores propios o a través de los tripulantes de los barcos, o comerciantes y marineros también lusos que viajaban en las naves como titulares de partidas y que, durante los días en que éstas anclaban en el puerto valenciano, acudían a la lonja de la ciudad para cerrar las correspondientes ventas. Sólo las notas marginales que, en ocasiones excepcionales, incluye el propio *manifest*⁹ consienten descubrir entre el cúmulo de nombres, especialmente en la función de consignatarios, a agentes valencianos (el *ferrer* Joan Valentí en la nave 1, Miquel Pura en la 9, Jaume Dixet en la 13, y Miquel Valls y Antoni Brocart en la 14), italianos (Giuliano Jormundi, Francesco Corbinelli y Giovanni di Pazzi en la nave 10) y, sobre todo, castellanos. Entre éstos últimos sobresalen Miguel Díez y el llamado “bachiller” en la nave 5; el judío Josef en la 6; Gozalbo López en la 8; Pedro de Carmona en la 14; y, particularmente, un Andrés Ortiz presente en las listas de muchas de las embarcaciones transcritas, que vivía en Valencia y poseía aquí mujer, y que tenía un corresponsal en Portugal (Diego Dies) que le mandaba cargamentos con cierta asiduidad. Sin duda, este vínculo Ortiz-Dies, por lo que implicaba de relación asociativa más o menos estable, supone uno de los datos trascendentes a tener en cuenta dentro de las importaciones de los años 1487-1488.

Si, a estas dos variables, unimos las ideas similares que emergen de otros fragmentos de *manifests de mar* incluidos también en la documentación valenciana del *dret portugués*, y que se refieren a tres carabelas más llegadas a Valencia en ¿1467?, 1511 y 1512 (véanse los *Apéndices II, III y IV* de este trabajo)¹⁰, se compone un cuadro global bastante uniforme en sus argumentos. Un cuadro evidentemente de carácter hipotético, ante la relativa escasez y dispersión de las fuentes que lo basan, y que sigue corroborando – como ya ha quedado dicho más arriba – una funcionalidad del comercio importador portugués en el Mediterráneo ibérico del XV centrada en el suministro urbano de pescado y cueros, dentro de un contexto de reducida concreción empresarial de sus protagonistas humanos. Pero un cuadro que, a pesar de todo, no deja de plantear al menos dos problemas interpretativos de importancia.

En principio, ¿denotan estas conclusiones que la trilogía de productos atlánticos que hemos citado algunas veces hasta aquí (esclavos, azúcar, especias) no se insertó con éxito en los vínculos entre Valencia y Portugal de las décadas de transición entre los siglos XV-XVI, cuando

⁸ Véase, de nuevo, D. Igual Luis, *Valencia e Italia ...*, cit., sobre todo en las pp. 337-354 y 369-418.

⁹ Esas notas aparecen para indicar los casos de aquellas partidas transportadas por las naves en las “que no y a part nengun portogés”, por cuanto pertenecen a mercaderes castellanos, valencianos o de otras nacionalidades. Por tanto, dichas partidas eran francas de tener que abonar precisamente el *dret portugués*.

¹⁰ A.R.V., Maestre Racional, nº 12124, 1466-1467; 12128, 1511; y 12129, 1512. Pese a la diversa agrupación en estas tres fuentes de los datos incluidos con respecto al *manifest* de 1487-1488 (por ejemplo, no aportando el nombre de los fiadores de las partidas y considerando, en las naves de 1511 y 1512, que los propietarios y los consignatarios son siempre los mismos), las noticias sobre mercancías insisten en la imagen ya conocida: predominio del pescado, con la sardina (642 *cofins* en la carabela de ¿1467?), la merluza (848 docenas en la nave de 1511 y 1.351 en la de 1512, acompañadas de cantidades menores de diversos recipientes y embalajes) y el congrio (unos 70 *fardells* y otra veintena de costales en las carabelas de 1511 y 1512), y aportaciones más reducidas de cueros y pieles (más de 300 unidades en la nave de 1511), telas y paños, azúcar, esclavos y otros productos. El primero de los tres barcos que comentamos aquí, el definido entre interrogantes como de 1467, se halla al final del libro del *dret portugués* correspondiente al período 1466-1467, pero no incluye ninguna fecha específica.

es bien sabido que muchas de esas mercancías se exportaban entonces desde posesiones o colonias portuguesas? Obviamente, las menciones que los *manifests* del *dret portugués* hacen a este tipo de partidas son demasiado escasas como para resultar significativas. Sin embargo, de nuevo la comparación de las informaciones que ofrecemos en este artículo con otros *manifests de mar* valencianos desde 1450 y, también, con otras fuentes notariales locales¹¹ parece abonar la posibilidad de que, en último extremo, las relaciones Valencia-Portugal de este período se escindieran en un doble circuito de comercio para las importaciones: uno, tradicional, controlado por los propios portugueses en torno a los pescados y al cuero; y otro, más novedoso, alrededor de los esclavos y el azúcar y en el que, aunque los portugueses participaron más de lo que señalan las noticias dadas aquí, sus verdaderos dominadores eran las compañías mercantiles italianas y, en menor medida, valencianas. De ser cierta esta hipótesis, lo que estarían retratando las fuentes del *dret portugués* sería el mercado más tradicional, cuyas características se arrastraban – como sabemos – desde finales del siglo XIV. Y ello, aun sin olvidar los niveles de contrabando, fraude y ocultamiento de datos que poseen todos los registros fiscales como el que hemos analizado, y que pueden alterar un tanto la imagen final resultante de los mismos.

Pero, además, ¿cómo es posible concordar las instantáneas que venimos reflejando en el trabajo, y que hablan de una cierta fluidez en los contactos entre los dos extremos de la Península Ibérica, con las posiciones de aquellos autores que han postulado un “ocaso” o “fracaso” de la expansión portuguesa en Valencia durante la segunda mitad del Cuatrocientos¹²? Es innegable que la creación del impuesto portugués en la ciudad desde 1464, unida a determinados conflictos bélicos desencadenados después en el ámbito peninsular hasta prácticamente 1480, pudo ralentizar el normal desarrollo del comercio bilateral luso-valenciano. Así lo reconocían en 1484 las propias autoridades valencianas, cuando aseguraban que entre 1472-1479 no se había producido ningún ingreso fiscal procedente de portugueses, “car [...] los dits portuguessos no són venguts [a València], donant-hi causa, segons se diu, la guerra que fonch entre lo dit il·lustríssim Rey de Portugal e la magestat del dit Senyor Rey [d’Aragó]. E encara, perquè los portuguessos no volien venir pretenents aquells que indebitament pagaven lo dit dret [portugués]”. Pero, en esa misma declaración, se afirmaba un poco más adelante que ya “en l’any mil quatrecents huytanta los dits portuguessos vingueren”¹³. De hecho, y en febrero de ese año 1480, hasta una decena de mercaderes y patrones de carabelas portuguesas comparecieron ante el notario local Joan del Mas para establecer con Pere Barceló, mercader valenciano, una especie de acuerdo de colaboración cuyo objetivo era presionar a la monarquía aragonesa con el fin de que el cobro del *dret portugués* fuera revocado. Y ello se hacía “com de present sien arribades a la plàgia de la present ciutat [de València] moltes fustes, robes e mercaderies [de portugueses], sots confiança que lo dit dret no.s podia sostenir ni devia ésser pagat”¹⁴.

Con independencia de los efectos que todas estas circunstancias tuvieran sobre la recaudación del impuesto, las mismas parecen apuntar la conclusión de que el supuesto “ocaso” o “fracaso” de la actividad valenciana de los portugueses, de existir, estaría limitado cronológicamente, y ya desde los inicios de la década de 1480 sería posible asistir a una recuperación de esa actividad. Recuperación que marcaría el contexto del *manifest* de 1487-1488 que hemos presentado aquí y que se aceleraría en años siguientes, según vienen a confirmar – otra vez – varias

¹¹ Consúltense esos otros *manifests* y los datos de las fuentes notariales en el artículo “Del Mediterráneo al Atlántico ...” que citamos en la nota 2. Cuando hablamos aquí, como también hemos hecho antes, de otros *manifests de mar* valencianos posteriores a 1450, nos referimos – claro está – a otros *manifests* no incluidos en la documentación del *dret portugués*. De hecho, en el mismo A.R.V. se conservan libros de los años 1451, 1459, 1488, 1491 y 1494.

¹² A. Díaz Borrás – J. Trenchs Odena, “El fracaso de la expansión portuguesa ...”, cit.; *idem – idem*, “Piratería y *dret portugués*: el ocaso lusitano en Valencia durante la transición del Mediterráneo al Atlántico”, en *Congreso Internacional ‘Bartolomeu Dias e a sua época’*. Actas, vol. III, Oporto, 1989, pp. 405-425.

¹³ A.R.V., Maestre Racional, nº 12126, f. 19r.

¹⁴ Archivo de Protocolos del Patriarca de Valencia, nº 27373 (1480-II-29).

fuentes fiscales y notariales valencianas¹⁵. Esperemos que la continuación de las investigaciones por nuestra parte ratifique o desmienta todas las hipótesis que hemos ido desgranando.

Apéndice I: Embarcaciones procedentes de Portugal llegadas al puerto de Valencia, según el *manifest de mar* de 1487-1488 (A.R.V., Maestre Racional, nº 12125, 1487-1488).

1. 1487-X-29: Carabela de Diego Gomes, de Setúbal (f. 1r).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
El patrón	El patrón	359 <i>milers</i> de sardina	
El patrón	Joan Valentí, <i>ferrer</i>	1 esclava	

2. 1487-XI-2: Carabela de Juan del Castillo, de Setúbal (f. 1v).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
Diego Dies	Andrés Ortiz	116 <i>milers</i> y 237 <i>cofins</i> de sardina, 1 saca de lana	
El patrón y los marineros		81 <i>cofins</i> de sardina	Andrés Ortiz
Gonsalvo Vas		107 <i>milers</i> y 215 <i>cofins</i> de sardina	Jaime de Calatayud

3. 1487-XI-3: Carabela de Juan Rodrigues, de Setúbal (ff. 2r-v).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
Juan Alfonso		7 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Pedro Alfonso		200 <i>milers</i> y 573 <i>cofins</i> de sardina	Pere Garcia
Pedro Alfonso		9 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Juan de Alvelo		4 esclavos, 1 papagayo	Pere Garcia
Diego Dies	Andrés Ortiz	10 <i>milers</i> de sardina	
El patrón		8 <i>cofins</i> de sardina	Pere Garcia y a quienes él hará fiadores
Pedro Ferrandis		9 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Pedro Ferrandis		16 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Juan Gomes		8 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Esteve Moreno		8 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Vasco (<i>sic</i>)		8 <i>cofins</i> de sardina	El patrón

4. 1487-XI-4: Carabela de Juan Gomes, de Setúbal (f. 3r).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
El patrón		350 <i>milers</i> de sardina	Juan de Logroño, en el grao

¹⁵ Al respecto, véase de nuevo el artículo “Del Mediterráneo al Atlántico ...”, cit.

5. 1487-XI-12: Carabela de Juan de Flota, de Setúbal (ff. 4v-5r).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
Diego Dies	Andrés Ortiz	175 <i>milers</i> y 356 <i>banasts</i> de sardina	
Miguel Díez		12 <i>milers</i> y 40 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
El bachiller		13 <i>milers</i> de sardina	Andrés Ortiz
El patrón		25 <i>cofins</i> de sardina, 1 caja de azúcar	Andrés Ortiz y a quienes él hará fiadores
¿El <i>quexa</i> ?	Joan Abelló	21 <i>milers</i> de sardina	
Diego Ferrandis		10 <i>milers</i> de sardina	El patrón
Juan Gomes		6 <i>milers</i> y 154 <i>cofins</i> de sardina, 1 caja de azúcar	El patrón
Muño Gonsalves		7 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Juan de Loguo		7 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Juan Lopes		8 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Juan Moso		7 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Álvaro Vas		7 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Gomes Yañes		8 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Gonsalvo Yañes		7 <i>cofins</i> de sardina	El patrón

6. 1487-XI-15: Carabela de Antonio Dies, de Setúbal (f. 5v).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
Ser Josef, judío, y los marineros		809 <i>cofins</i> de sardina	El patrón y, por él, Juan de Logroño

7. 1487-XI-16: Carabela de Vicente Yañes, de Setúbal (f. 6r).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
El patrón y los marineros		373 <i>cofins</i> de sardina, 9 docenas de merluza	Sancho de Torsios

8. 1487-XI-20: Carabela de Fernando Alfonso, de Lisboa (f. 6v).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
Los marineros		107 <i>cofins</i> y ? <i>pipas</i> de sardina	El patrón
Pedro Vello, Gozalbo López y Juan Álvares		796 <i>cofins</i> de sardina, 3 cajas de azúcar	Gaspar Valentí

9. 1487-XII-25: Carabela de Bartolomé García, de Setúbal (f. 7r).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
Miquel Pura	Miquel Pura	206 <i>cofins</i> de sardina	

10. 1488-I-21: Carabela de Lope de Dios, de Portugal (ff. 7v-8r).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
Francesco Corbinelli	Giuliano Jormundi, en casa de Tommaso del Bene	1 <i>fangot</i> de <i>bervies</i>	
Diego Dies	Andrés Ortiz	15 <i>milers</i> de sardina	
El patrón		7 <i>cofins</i> de sardina, 1 caja de azúcar, ? de malagueta	Giovanni di Pazzi y a quienes él hará fiadores
Alfonso Martines		5 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Alfonso Mendes		7 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Sidi ¿Ojoi?		7 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Juan de ¿Pauls?		5 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Giovanni di Pazzi	Giovanni di Pazzi	350 <i>milers</i> y 500 <i>cofins</i> de sardina	
Ferrer Perera		2 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Pedro Vas		7 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Juan Yañes		7 <i>cofins</i> de sardina	El patrón

11. 1488-I-22: Carabela de Gabriel Alfonso, de Lisboa (f. 8v).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
Pedro Ferrandis		56 <i>milers</i> y 277 <i>cofins</i> de sardina	Pere Garcia y a quienes él hará fiadores
Juan de Olivero		8 <i>cofins</i> de sardina, 4 <i>cueros de bou</i>	Pedro Ferrandis

12. 1488-I-22: *Balaner* de Pedro Alfonso, de Setúbal (f. 9r).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
Diego Dies	Andrés Ortiz	80 <i>milers</i> y 5 <i>banasts</i> de sardina	
Luis Gonsalves		93 <i>milers</i> de sardina	Joan Abelló

13. 1488-II-20: *Balaner* de Andrés Pas, de Viana (ff. 9v-13v).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
Abel (<i>sic</i>)		1 costal de congrio, 1 costal de merluza	El patrón
Alfonso, grumete		1 costal de congrio	El patrón
Gonsalvo Alfonso		9 costales de congrio, 69 docenas de merluza	El patrón
Gonsalvo Alfonso, piloto		7 costales de congrio, 180 docenas de merluza, 3 cajas de azúcar, 3 <i>cueros de bou</i>	El patrón
Juan Alfonso, contraestre		12 <i>cueros de bou</i> , 35 docenas de merluza, 2 costales de congrio	El patrón
Pedro Alfonso		5 costales de congrio, 11 docenas de merluza	El patrón
Rodrigo Álvares		16 docenas de merluza, 236 <i>cueros de bou</i>	El patrón
Álvaro, grumete		16 sacos de castaña	El patrón
Alfonso Andrés		16 docenas de merluza	El patrón
Juan Antón		9 <i>cueros de bou</i>	El patrón
Juan Aparicio		22 docenas de merluza, 1 costal de congrio	El patrón
Juan Blana		30 docenas de merluza, 5 costales de congrio	El patrón

Lorenzo Brotón		5 costales de congrio, 2 cajas de azúcar, 62 docenas de merluza, 1 <i>escaig</i> de tela	El patrón
Pedro Brotón		2 costales de congrio, 12 docenas de merluza	El patrón
Gonsalvo de Ceuta		4 costales de congrio, 28 docenas de merluza, 4 <i>cueros de bou</i>	El patrón
Pedro Dies		340 docenas de merluza, 1 esclavo	El patrón
El patrón	El patrón	5 sacos de castaña, 3 cajas de azúcar	
Álvaro Esteve		45 docenas de merluza, 4 costales de congrio, 24 costales de castaña	El patrón
Vicente Esteve		2 costales de congrio, 24 docenas de merluza	El patrón
Álvaro Fariya		4 docenas de merluza, 1 <i>cuero de bou</i>	El patrón
Pedro Gil		132 docenas de merluza, 7 costales de castaña	El patrón
Álvaro Gonsalves		1 costal de congrio, 20 docenas de merluza	El patrón
Sebastián Gonsalves		3 costales de congrio, 27 docenas de merluza	El patrón
Álvaro ¿Govelas?		4 costales de congrio, 53 docenas de merluza	El patrón
La abadesa de ¿Narbano?	Jaume Dixer (excepto el cuero)	1 esclavo, 8 <i>milers</i> de sardina, 8 docenas de merluza, 1 <i>cuero de bou</i>	
Alfonso Lopes		3 costales de congrio, 87 docenas de merluza, 2 piezas de tela	El patrón
Alfonso Lorenzo		23 docenas de merluza, 1 costal de congrio	El patrón
Esteve Lorenzo		1 costal de congrio, 41 docenas de merluza	El patrón
Juan Lorenzo		4 costales de congrio, 2 cajas de azúcar	El patrón
Andrés Luis		100 docenas de merluza, 14 <i>cueros de bou</i>	El patrón
Andrés Luis		10 docenas de merluza	El patrón
Álvaro Martines		5 costales de congrio, 54 docenas de merluza	El patrón
Diego Martines		6 costales de congrio, 75 docenas de merluza, 5 cajas de azúcar	El patrón
Gonsalvo Martines		22 costales de castaña	Joan Sart
Juan Martines		6 costales de congrio, 125 <i>cueros de bou</i> , 43 docenas de merluza	El patrón
Juan Martines, ¿perayre?		4 costales de merluza, 1 costal de congrio	
Alfonso Peres		170 docenas de merluza	El patrón
Gonsalvo Peres		? costales de congrio, 18 docenas de merluza	El patrón
Gonsalvo Peres del Porto		40 costales de castaña, 300 docenas de merluza	El patrón
Juan de Porto		5 costales de congrio, 73 docenas de merluza, 13 costales de castaña	El patrón
Juan Preto		50 docenas de merluza, 3 costales de congrio	
Pedro ¿Punxe?		1 costal de congrio, 18 docenas de merluza	El patrón
Gonsalvo Ribera		5 costales de congrio, 70 docenas de merluza, 1 pieza y 1 <i>escaig</i> de tela, 2 <i>cueros de bou</i>	El patrón
Gonsalvo Rodrigues		20 <i>cueros de bou</i>	El patrón
Vicente, grumete		1 costal de congrio	El patrón
Juan Alfonso Vicente		4 costales de congrio, 8 costales de merluza	El patrón
Antonio Yañes		57 docenas de merluza	El patrón
Antonio Yañes ¿ de Besa/Sesa?		93 docenas de merluza	El patrón
Juan Yañes		1 costal ¿caloses e de lata?	El patrón
Rodrigo Yañes		6 costales de congrio, 40 docenas de merluza	El patrón

14. 1488-II-20: Carabela de Juan del Castillo, de Setúbal (ff. 14r-v).

Propietarios	Consignatarios	Mercancías	Fiadores
Pedro de Carmona		74 <i>milers</i> y 163 <i>cofins</i> de sardina	Andrés Ortiz
Vicente Cavero	Antoni Brocart	1 esclava	
Alfonso Dies		10 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Diego Dies		4 <i>fusts</i> y 33 <i>cofins</i> de sardina	Andrés Ortiz
Diego Dies	Andrés Ortiz	16 <i>milers</i> y 83 <i>cofins</i> de sardina, 3 costales de azúcar	
El patrón	El patrón	6 <i>cofins</i> de sardina	
<i>Johannes (sic)</i>		6 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Pedro Lorenzo		8 <i>milers</i> de sardina	El patrón
Esteve Morvós		6 <i>cofins</i> de sardina	El patrón
Miquel Valls		8 sacas de lana, 5 <i>cofins</i> de sardina	Antoni Brocart
Alfonso Yañes		4 <i>cofins</i> de sardina	El patrón

**Apéndice II: Manifest de mar de la carabela de Diego Mendo,
de Setúbal, llegada a Valencia el 12 de diciembre de ¿1467?
(A.R.V., Maestre Racional, nº 12124, 1466-1467)**

Propietarios	Consignatarios	Mercancías
Pedro Carixo	Lluís Roís, de Játiva	50 <i>cofins</i> de sardina
El patrón y los marineros	El patrón y los marineros	88 <i>cofins</i> de sardina
Musies Fasán	Musies Fasán	50 <i>cofins</i> de sardina
Lope González y Juan de Sevilla	Gozalbo y Pedro García	225 <i>cofins</i> de sardina
Juan Mellos y Lluís Roís		225 <i>cofins</i> de sardina
Joan Roig, <i>lo morellà</i>	Joan Roig, <i>lo morellà</i>	4 <i>cofins</i> de sardina

**Apéndice III: Manifest de mar de la carabela de Pedro del Campo, de Viana,
llegada a Valencia el 7 de marzo de 1511 (A.R.V., Maestre Racional, nº 12128)**

Propietarios / Consignatarios	Mercancías
Álvaro Alfonso	2 <i>fardells</i> de congrio; 1 bota, 1 caja y 50 docenas de merluza; 8 <i>cuiros de bou</i> ; 4 piezas pequeñas de tela
Bartolomé Alfonso	1 costal de congrio, 1 bota y 31 docenas de merluza, 6 <i>cuiros de bou</i>
Juan Alfonso	22 docenas de merluza, 1 <i>cuíro de bou</i>
Tomás Alfonso	3 <i>fardells</i> y 2 costales de congrio, 2 botas y 50 docenas de merluza, 20 <i>cuiros de bou</i> , 30 sacos y 1 caja de castaña, 5 piezas pequeñas de tela
Fernando Barbosa	3 botas, 1 <i>quarterol</i> y 100 docenas de merluza; 2 costales de congrio
Juan Blanco	2 botas y 52 docenas de merluza, 3 <i>fardells</i> de congrio, 1 <i>cuíro de bou</i>
Alfonso de Deus	3 <i>fardells</i> de congrio, 52 docenas de merluza, 14 <i>cuiros de bou</i> , 3 piezas de tela
Diego, grumete	1 bota y 25 docenas de merluza
El patrón	1 costal de congrio, 3 costales y 49 docenas de merluza, 22 <i>cuiros de bou</i> , 4 piezas de lienzo
El piloto	4 costales de congrio, 8 docenas de merluza, 1 barril de azúcar, 30 <i>cuiros de bou</i> , 2 piezas de lienzo
Vicente Esteve	1 <i>pell de cabrit</i> , 1 docena de merluza, 5 <i>fardells?</i> de congrio, 1 <i>escaig</i> de lienzo
Juan de Fan	2 <i>fardells</i> de congrio, 14 docenas de merluza
Fernando, grumete	10 docenas de merluza
Ruy Ferrandis	2 <i>fardells</i> de congrio, 1 barril y 25 docenas de merluza, 1 pieza de tela

Martín Gonsalves	1 <i>fardell</i> de congrio, 2 <i>cueros de bou</i> , 3 piezas de tela
Gonsalvo de la Guarda	1 <i>fardell</i> de congrio, 13 docenas de merluza, 1 pieza de tela
Alfonso Lexado	2 <i>fardells</i> de congrio, 10 docenas de merluza
Martín, grumete	1 costal de congrio, 7 docenas de merluza
¿Pedro ...?	2 <i>fardells</i> de congrio, 7 docenas de merluza, 4 <i>garbes de cèrcols</i>
Álvaro Rodrigues	50 <i>cueros de bou</i> , 5 costales y 5 cajas de castaña, 12 <i>pells de cabrit</i>
Álvaro Rodrigues	4 <i>fardells</i> de congrio; 2 costales, 2 botas y 50 docenas de merluza; 5 <i>cueros de bou</i> ; 1 costal de castaña <i>amb crosta</i>
Francisco Rodrigues	154 <i>cueros de bou</i> , 1 costal y 2 <i>fardells</i> de congrio, 1 pieza de tela, 1 esclavo negro cristiano
Gonsalvo Vasques	1 costal de congrio, 18 docenas de merluza
Martín Vasques	105 docenas de merluza, 1 <i>fardell</i> de congrio, 2 <i>cueros de bou</i>
Alfonso Yañes	2 <i>fardells</i> de congrio, 25 docenas de merluza, 2 <i>cueros de bou</i>
Gonsalvo Yañes	1 <i>fardell</i> de congrio, 1 bota y 30 docenas de merluza
Alfonso Yañes de ¿Caminya?	80 docenas de merluza
Alfonso Yañes Mateo	1 <i>fardell</i> de congrio, 14 docenas de merluza, 3 piezas de tela

Apéndice IV: Manifest de mar de la carabela de Martín Yañes, de Viana, llegada a Valencia el 10 de febrero de 1512 (A.R.V., Maestre Racional, nº 12129)

Propietarios / Consignatarios	Mercancías
Álvaro Alfonso	2 botas y 47 docenas de merluza, 1 <i>fardell</i> de congrio, 3 piezas de tela, 5 libras de hilo, 1 esclavo negro
Bartolomé Alfonso	? costales de congrio; ? costales, ? cajas y 50 docenas de merluza; 1 pieza de tela
Fernando Alfonso	1 <i>pipa</i> y 12 docenas de merluza
Juan Alfonso, mozo	2 <i>fardells</i> de congrio, 2 <i>fardells</i> y 20 docenas de merluza, 2 piezas de tela
Tomás Alfonso	1 bota y 33 docenas de merluza, 1 pieza de tela, 2 costales de congrio
Alfonso Álvares	1 bota, 2 barriles, 1 caja y 108 docenas de merluza; 2 costales de congrio; 3 piezas de tela; 1 saco de castaña
Fernando Álvares	20 docenas de merluza
Martín Álvares	23 docenas de merluza, 1 costal de congrio
Juan As	8 docenas de merluza
Fernando Barbosa	3 botas y 79 docenas de merluza, 1 costal de congrio
Gonsalvo Bo	2 botas y 55 docenas de merluza, 4 <i>fardells</i> de congrio, 2 piezas de tela
Juan Camina	2 botas y 101 docenas de merluza, 1 <i>fardell</i> de congrio, 1 pieza de tela, 6 libras de hilo
Pedro de ¿Cencho?	45 docenas de merluza, 1 esclavo negro, 1 pieza de tela
Alfonso de Deus	82 docenas de merluza, ¿1? costal de congrio, ¿2? piezas de tela
Álvaro Dies	91 docenas de merluza
El patrón	1 esclava negra; 1 esclavo negro; 2 piezas de tela; ¿1? bota, ¿2? <i>fardells</i> y 50 docenas de merluza; 2 <i>fardells</i> de congrio
Juan Ferrandis	138 docenas de merluza
Ruy Ferrandis	2 <i>fardellets</i> de congrio; 2 botas, 1 barril pequeño y 64 docenas de merluza; 2 piezas de tela
Mateo Gonsalves	2 costales de congrio, 2 botas y 46 docenas de merluza
Gonsalvo de la Guarda	? botas y 21 docenas de merluza, 2 <i>fardells</i> de congrio, 2 piezas de tela
Gonsalvo Luis	2 botas y 36 docenas de merluza, 1 <i>fardell</i> de congrio
Fernando Peres	1 bota y 17 docenas de merluza, 1 <i>fardellet</i> de congrio
Juan Peres	¿2? <i>fardells</i> de congrio, 8 docenas de merluza, ¿1? pieza de tela
Álvaro Rodrigues	4 costales de congrio, 3 botas y 50 docenas de merluza, 4 piezas de tela
Gonsalvo Vasques	117 docenas de merluza, 2 <i>fardells</i> de congrio, 6 <i>cueros de bou</i>
Gonsalvo Yañes	1 costal de congrio, 30 docenas de merluza, 2 <i>cueros de bou</i>

A Pintura Mural no Tema da “Anunciação”

Maria Teresa Cabrita *

Introdução

No panorama artístico – narrativo, a pintura mural foi das técnicas decorativas que melhor se ajustou ao significado religioso e didáctico nos espaços eclesíasticos durante toda a Idade Média, fazendo plena simbiose de entendimento com a Arquitectura.

Em largas representações figurativas ou em pequenas áreas de construções simples, a pintura “humaniza” a pedra da sua nativa dureza. Assim, através da mão do artista descreveu histórias, representou situações, transmitiu e sensibilizou populações no cumprimento do tema sagrado, estimulando a cultura de fé.

Nos inícios do século XX, historiadores como José de Figueiredo¹ e Vergílio Correia procediam em aprofundadas pesquisas sobre alguns exemplos de frescos e pintores, recolhendo referências ou divulgando pistas contidas nas visitas².

Outros importantes contributos foram os trabalhos publicados, pela Direcção Geral dos Monumentos Nacionais com os Boletins sobre «Frescos»³.

A pintura mural teve vida atribulada pelos seus fortes condicionalismos de vivência com a arquitectura – reparações de paredes, cobertura de cal, colocação de altares; foram movimentos com muita acção em Portugal, quer por razões eclesíasticas, oscilação de gosto ou até soluções estéticas. Provas evidentes são as normas para a realização de pinturas e rectificações descritas nas constituições “Synodales”⁴.

Muitas pinturas foram afectadas e outras desapareceram pela necessidade de alterações arquitectónicas ou modernização de espaços.

A passagem do tempo e as diferentes condições a que estiveram submetidas, causaram desgaste e afectaram a sua estrutura como aos pigmentos nela aplicados.

Nas duas últimas décadas, várias pinturas murais foram reveladas⁵, umas tapadas por cal, outras escondidas por altares barrocos ou tapadas por retábulos.

Há que referir, no entanto, que os recentes achados foram possíveis pelo relevo e sensibilização atribuído a este tipo de arte, que se entendia demasiado fragilizada no seu suporte, pouco poderosa e fisicamente desinteressante.

Importa considerar, na medida do possível, que um fragmento⁶ corresponde a um verdadeiro documento físico que pesou no passado e que deve ser analisado, estudado e classificado.

* Mestra em História da Arte.

¹ José de Figueiredo, *Algumas palavras sobre a Evolução da Arte em Portugal*. Lisboa, Editora Livraria Ferreira, 1908, p. 20.

² Vergílio Correia, *A pintura a fresco em Portugal, nos Séculos XV e XVI*. Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1921, pp. 24 a 30.

³ D.G.E.M.N., 1937, *Frescos*. Boletim Nº10. D.G.E.M.N. *Conservação de Frescos*. 1961, Boletim Nº106.

⁴ D. Miguel de Portugal – D. Fr. Luís da Silva, *Constituições Synodales do Bispado de Lamego*. Lisboa, 1683, Capitulo II.

⁵ M. Teresa Cabrita Fernandes – *A Pintura Mural em Portugal nos Finais da Idade Média e princípios do Renascimento*. Lisboa, Tese Mestrado em História da Arte apresentada á F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 2 Vols., Policopiados, 1984.

⁶ Vítor Serrão – *A Cripto – História de Arte, Análise de obras de Arte inexistentes*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001. pp. 12-13.

Estas descobertas irão convergir no seu conjunto para uma estreita relação com a pintura de cavalete, ampliando o estudo de pintura antiga em Portugal.

Novos testemunhos têm vindo a descoberto e, com efeito, toma-se consciência da importância que a pintura mural teve entre nós, nos seus mais diversos cambiantes estéticos, influências e estilos consoante as épocas.

Notícias recentes, realizadas por Saúl Gomes numa rigorosa investigação, revelam interessantes documentos⁷ sobre a presença de frescos já no século XIII.

A partir de meados da década de oitenta do século XX o aparecimento de frescos ou vestígios tem sido uma constante sempre que se movimentava um altar ou retábulo para restauro.

Interessados nesta matéria, outros historiadores⁸ abraçaram com entusiasmo este infundável campo de dados, contribuindo todo o trabalho recorrente para um conhecimento e enriquecimento patrimonial.

Os dois exemplos temáticos que se apresentam da “Anunciação” da Igreja de Santa Maria Maior de Valhelhas e da Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Meijinhos, apesar das diferenças estéticas e plásticas significativas, unem-se iconograficamente pelas forças das afinidades espirituais onde sempre houve um sentido religioso, bíblico e litúrgico na orientação e concepção da obra de arte.

1 – IGREJA DE SANTA MARIA MAIOR DE VALHELHAS, concelho da Guarda, distrito da Guarda.

Igreja de uma só nave com um interessante altar Barroco assente sobre a parede fundeira da capela-mor. A monografia da vila evidencia a sua antiguidade: “É um templo regular muito antigo, com altar-mor e dois laterais, em graciosa talha dourada, estilo do Século XVI. No retábulo do altar-mor, estão as armas dos Castros, de seis arruelas e o mesmo brasão está no ângulo do poente do campanário, o que prova que a estes fidalgos pertenceu o senhorio de Valhelhas e a alcaidaria do seu castelo. Tem, do lado sul, uma ampla sacristia que comunica com o adro.”⁹

Também Pinho Leal, descreve: “... Na rectaguarda da capella-môr, se ergue um antiquíssimo campanário, para o qual se sóbe, pelo lado do rio, por toscos degraus de pedra: tudo esburacado, em ruínas, e coberto de musgo. As pedras oscilam, quando dobram os sinos, mas são tão grossas, e bem travadas, que ainda não caíram. Tem dous sinos, um com a data de 1778 – outro com a de 1797 – um relógio – e na verga da pequena casa onde está a fábrica d’elle, a data de 1789...”¹⁰ Toda a investigação realizada não foi satisfatoriamente concludente pela inexistência de suportes documentais trabalhados até ao momento.

⁷ Saúl A. Gomes – *Vésperas Batalhinas, (Estudos de História e Arte)*. Leiria, 1997, p. 113.

⁸ Catarina Valença Gonçalves – *A Pintura Mural em Portugal: Os Casos da Igreja de S. Tiago de Belmonte e da Capela do Espírito Santo de Maçainhas*. Tese de Mestrado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. I Volume, pp. 80 e 81.

A Pintura Mural no Concelho de Alvito – Séculos XVI a XVIII. Beja, Câmara Municipal de Alvito, 1999, p. 50.

⁹ Alípio da Rocha – *Monografia de Valhelhas*. Coimbra, Edição do Autor, 1962, pp. 171 – 172.

¹⁰ Pinho Leal – *Portugal Antigo e Moderno*. Volume XII, Lisboa, Edições Cota D’armas (fac-símile da edição de livreria Editora de Mattos Sequeira, 1873-1890), p.158.

ANUNCIAÇÃO – Valhelhas (Fig. 1 a Fig. 5)

cm. 220 Alt X 160cm

A pintura situa-se na parede fundeira do lado esquerdo da capela-mor, tapada por altar de talha dourada.



1 – Painel “Anunciação” Igreja Santa Maria Maior – Valhelhas



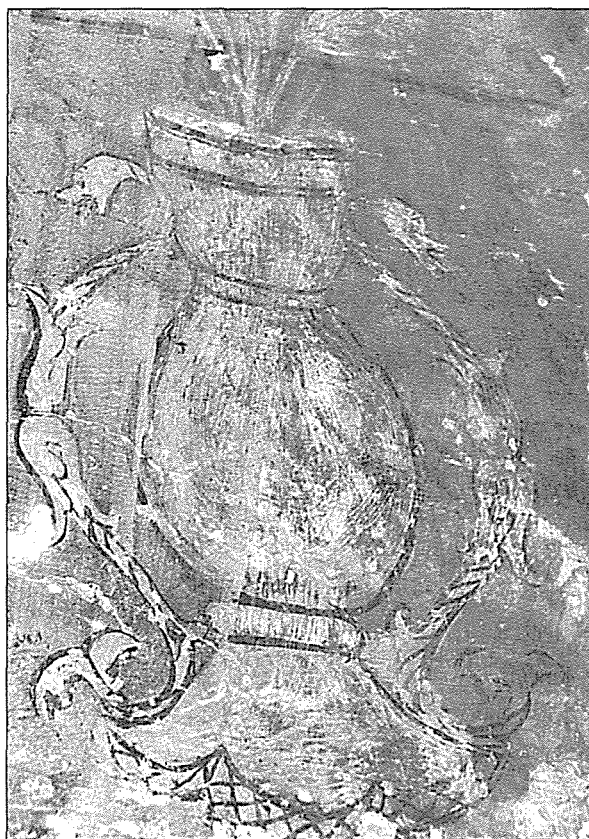
2 – Pormenor da Virgem – Valhelhas



3 – Anjo (Anunciação) – Valhelhas



4 – Pormenor do anjo – Valhelhas



5 – Pormenor da Jarra – Valhelhas

As figuras do Anjo São Gabriel e da Virgem estão envolvidas por um fundo de estrutura arquitectónica de cor clara, com marcação geométrica de pequenos rectângulos e colunas, adivinhando um tema de ligação com o exterior. Devido ao seu estado de conservação a leitura da obra tem de ser realizada analiticamente, motivada pela redução da mancha cromática. Na zona superior observa-se a representação de um pano vermelho (cortinado) transmitindo intimidade e simbologia. Destaca-se a delicadeza dos gestos em ambas as figuras, nomeadamente a intensidade psicológica reflectida pela ligeira rotação da figura da virgem. São evidentes alguns pormenores de acentuada monumentalidade, uma figura doce atenta aos efeitos do acontecimento. O tratamento estético de alguns elementos como o colar colocado no pescoço da virgem, a pomba na zona superior da cena, uma luz ténue vinda do exterior, fazem parte de uma narrativa de sensibilidade do pintor e conhecimento técnico para a sua representação. O Anjo São Gabriel apresenta-se ligeiramente flectido saudando a Virgem. As composições das duas figuras aparecem ao mesmo nível, com as mãos desenhadas numa firmeza linear sem hesitações. A capa do Anjo desenvolve um movimento harmonioso com o manto da Virgem expressando dinâmico voo de roupagens. Merece especial atenção o modelo da manga do Anjo sugerindo aproximações ao Anjo do Sardoal (Igreja) ou o gosto por modelos italianos, sendo no entanto hipóteses de aproximações estilísticas¹¹ – na mão direita segura o ceptro, na outra simula o gesto em atributo¹².

¹¹ Luís Urbano Afonso- *As Pinturas Murais da Igreja do Convento de São Francisco de Leiria*. Tese Mestrado em História da Arte Medieval F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa. Volume I, 1999, p. 85.

¹² Louis Réau – *Iconographie de L'Art Chrétien*. Presses Universitaires de France, II Nouveau Testament, 1957, pp. 182-183.

Junto à Virgem uma jarra de modelo simétrico com açucenas revela deficiências de perspectiva lembrando, na resolução decorativa da base da jarra, influências inspiradas nos tecidos ou iluminuras. Toda a estrutura compositiva aponta para o domínio da linha, como perfeito recurso expressivo muito próximo do Gótico Internacional.

Possivelmente a sobreposição de matérias fragilizou o cromatismo das figuras desagregando pigmentos, sendo revelador a ausência dos modelados denunciado pela riqueza do desenho construtivo.

Na mesma zona parietal inferior à cena da Anunciação temos mais dois temas relacionados com o nascimento de Cristo¹³.

2 – IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE MEIJINHOS, concelho de Lamego, distrito de Viseu.

Templo de planta simples de uma só nave bastante alongada, com a capela-mor da sua primitiva construção. São visíveis as alterações arquitectónicas realizadas através dos tempos.

Nas paredes fundeira e laterais da capela-mor, escondidas pelo altar Barroco (talha policromada) estavam as pinturas.

Na parede lateral esquerda “Anunciação” cm. 200 Alt X ? (Fig. 6 a Fig. 8).



6 – Anunciação – Meijinhos

¹³ Nascimento? de São João Baptista, (Zacarias com Veste Sacerdotal) e o tema da Visitação / Encontro

As pinturas fazem parte integrante do espaço de arrumos onde estas convivem com peças e estandartes processionais interferindo obrigatoriamente na textura e conservação da referida pintura.



7 – Pormenor da Virgem – Meijinhos



8 – Pormenor Central – Meijinhos

De todo o conjunto pictural, a cena da Anunciação, apesar de cortada pelo encaixe do altar, documenta bem a qualidade estética do programa iconográfico.

Composição equilibrada evidenciando conhecimentos de perspectiva e proporcionalidade na convergência de semelhanças nórdicas do renascimento, a pintura é subdividida verticalmente pela ordenação de elementos com domínio à arquitectura revelando uma linguagem matérica de pedra em pinceladas lineares. As figuras da Virgem e Anjo são determinantes para a acentuação do tema, tendo um fundo arquitectónico de colunas e fresta ao estilo românico a fim de criar profundidade e jogo na passagem para o interior marcado pela presença da pomba.

Na zona superior direita temos um dossel onde se pode encontrar relações afins com a pintura de Gaspar Vaz¹⁴, ou de escolas artísticas comuns. Marca uma narrativa/simbólica sugerindo a ideia de espaço e recolhimento. A banquetta (de estilo) onde a Virgem pousa a mão esquerda sobre o livro, denuncia semelhanças com pinturas Flamengas¹⁵. A mão direita pousa sobre o peito em completa aceitação.

Apresenta uma Virgem em posicionamento calmo, numa situação frontal no genuflexório. Lamentavelmente, o rosto da referida figura apresenta uma larga lacuna, sendo visível seus cabelos louros compridos e ondulados caindo sobre as costas. Fragmentado, o Anjo São Gabriel dá-nos o modelado da perna e o pé nu. Sugestiva a sucessão de cadência no percurso direccional da Filatéria, subindo em espiral pelo ceptro onde o anjo apresenta à Virgem a mensagem inscrita: “*Ave Gracia Plena Dominus ...*”.

Todo o ambiente é dominado por tons ocres, sépias e suaves azuis, singular linguagem técnica na minúcia de pormenores do meio envolvente – possivelmente, Pintor especializado na Pintura de Cavalete e de Fresco¹⁶.

Um elemento simbólico significativo separa as duas figuras – um vaso com três ramos de açucenas acentua Maria na sua pureza¹⁷.

Completa a Pintura uma barra ornamental vegetalista na correspondência com as outras pinturas existentes¹⁸.

Constata-se que muitas pinturas foram inspiradas em composições e estilos através de gravuras de origem italo-flamenga¹⁹ de forte divulgação durante o século XV.

Estes dois significativos testemunhos pictóricos são uma prova evidente da elevada qualidade técnica, imaginativa e estilística da pintura mural em Portugal durante os sécs. XV/XVI.

¹⁴ Reynaldo dos Santos. *Os Primitivos Portugueses*. Lisboa, 1940, Est. XCIV.

¹⁵ Fernando António Baptista Pereira. *A Arte Flamenga. Museu de Arte Sacra do Funchal*. Lisboa, Edicarte, 1997, p. 71.

¹⁶ Vitor Serrão – *André de Padilha e a Pintura Quincentista entre o Minho e a Galiza*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.113.

¹⁷ Carlos Alberto Ferreira de Almeida- *A Anunciação na Arte Medieval em Portugal*. Porto, Estudo Iconográfico, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras, 1983, p. 18.

¹⁸ Teresa Cabrita – “As Pinturas Murais de Meijinhos”. In *Oceanos*, Nº 18- Junho 1994, pp. 121-124.

¹⁹ Vítor Serrão – *O Renascimento e o Maneirismo. História da Arte em Portugal (1500-1620)*, ed. Presença. Lisboa. 2002, p. 87.

Rodrigo Díez, caballero y corsario. Capturas en los mares portugueses (1395 – 1396)

María Teresa Ferrer Mallol *

La segunda mitad del siglo XIV había sido prodiga en conflictos en el Mediterráneo¹. La guerra entre la Corona catalano-aragonesa y Génova, iniciada en 1351, no concluyó oficialmente hasta 1362, momento en que fue publicada la sentencia arbitral del marqués de Monferrato entre ambos contendientes, pero como ni los unos ni los otros no habían resultado vencidos ni había quedado resuelta la pugna por el predominio en el Mediterráneo occidental y por la posesión de las islas de Cerdeña y de Sicilia, la hostilidad continuó manifestándose a través de los incidentes de corso². Por otra parte, la rebelión de los Arborea y de los Doria contra el dominio catalán en Cerdeña, apoyados por Génova, había dejado la presencia catalana en dicha isla reducida a unas pocas plazas³; la ruina financiera de la monarquía catalano-aragonesa, provocada por la guerra con Génova y la revuelta de Cerdeña y, sobre todo, por la larga guerra con Castilla, llamada de los dos Pedros, impedía afrontar operaciones de envergadura para dominar la isla; en realidad, ni siquiera se contaba con los recursos necesarios para mantener las plazas catalanas. Esa situación convirtió a los corsarios en un elemento imprescindible para la defensa y aprovisionamiento de dichas plazas. Los corsarios colaboraban en su defensa y contribuían a mantenerlas abastecidas desviando a la fuerza hacia esos puertos a las naves que encontraban por los mares cercanos; el cargamento que llevaban se confiscaba por necesidad de guerra y se remitía a los perjudicados a la Corona para que les indemnizara. Los corsarios gozaban así de puertos amigos, donde podían abastecerse y vender sus presas⁴.

* Institución Milá y Fontanals. CSIC.

¹ Este artículo que dedico al Prof. Humberto Baquero Moreno, forma parte del proyecto de investigación *La Corona de Aragón, potencia mediterránea. Expansión territorial y económica en la Baja Edad Media*, aprobado y financiado por la Dirección General de Investigación del Ministerio de Ciencia y Tecnología (BHA2001-0192).

² Cf. consideraciones generales sobre las relaciones entre catalanes y genoveses en : G. PISTARINO, "Génova e Barcellona: incontro e scontro di due civiltà", en *Atti del Congresso Storico Liguria-Catalogna (1969)*, Bordighera, 1974, pp. 81-122. Cf. sobre esas relaciones, por orden cronológico, M.T. FERRER I MALLOL, "Catalans i genovesos durant el segle XIII: el declivi d'una amistat", *Anuario de Estudios Medievales*, 26/2 (1996), pp. 783-823. J. MUTGÉ VIVES, "El Consell de Barcelona en la guerra catalano-genovesa durante el reinado de Alfonso el Benigno", *Anuario de Estudios Medievales*, 2 (1965), pp. 229-256. G. MELONI, *Genova e Aragona all'epoca di Pietro il Cerimonioso*, 3 vol., Padova, 1971-1982. M.T. FERRER I MALLOL, "La pace del 1390 tra la Corona d'Aragona e la Repubblica di Genova", en *Miscellanea di Storia Ligure in memoria di Giorgio Falco*, Génova, 1966, pp. 157-197, IDEM, "Antecedenti e trattative per la pace del 1402 fra la Corona catalano-aragonesa e Genova: un tentativo per porre fine alla guerra di corsa", *Archivio Storico Sardo*, XXXIX (1998). *Studi Storici in memoria di Giancarlo Sorgia*, pp. 99-138.

³ M.T. FERRER I MALLOL, "La guerra d'Arborea alla fine del XIV secolo", en *Giudicato d'Arborea e Marchesato d'Oristano: proiezioni mediterranee e aspetti di storia locale. Atti del 1º Convegno Internazionale di Studi (Oristano, 1997)*, a cura di Giampaolo MELE, Oristano, ISTAR, 2000, pp. 535-620.

⁴ M.T. FERRER I MALLOL, "La conquista della Sardegna e la guerra di corsa nel Mediterraneo", en *I Catalani in Sardegna*, Milán 1984, pp. 35-40 (también existe una versión catalana publicada el mismo año en Barcelona con el título "Els catalans a Sardenya", donde puede encontrarse la bibliografía anterior. IDEM, "El cors català contra Gènova, segons una reclamació de 1370", en *Sardegna, Mediterraneo e Atlantico tra Medioevo ed Età Moderna. Studi Storici in memoria di Alberto Boscolo*, Roma, 1993, II, pp. 270-290. IDEM, "Barcelona i la política mediterrània catalana: el Parlament de 1400-1401", en *La Corona d'Aragona in Italia (secc. XIII-XVIII)*. XIV Congresso di Storia della Corona d'Aragona (Sassari-Alghero, 1990), vol. II, t. I, Sassari, Carlo Delfino ed., 1995, pp. 427-443. P.F. SIMBULA, *Corsari e pirati nei mari della Sardegna*, Cagliari, CNR. Istituto sui Rapporti italo-iberici, 1994. M.T. FERRER I MALLOL, *Corsarios castellanos y vascos en el Mediterráneo medieval*, Barcelona, Institución Milá y Fontanals. CSIC, 2000.

Las plazas catalanas en Cerdeña se convirtieron, pues, en puerto franco para los corsarios por esa situación bélica pero también por la insularidad, que solía implicar problemas de abastecimiento, y la lejanía del núcleo central del poder. Aunque Mallorca no se encontraba en guerra, reunía también esas últimas condiciones, por lo que frecuentemente fue también refugio de corsarios, como veremos más adelante.

La actividad de los corsarios estaba regulada; había que solicitar una autorización, que en la Corona catalano-aragonesa era otorgada por los *batlles* generales o los procuradores de los estados marítimos o por el mismo soberano; en esas autorizaciones, denominadas más tarde patentes de corso, se indicaban cuáles eran los enemigos a los que se podía atacar; para impedir extralimitaciones, el responsable del armamento debía depositar una fianza cuantiosa, debía presentar fiadores y había de jurar no atacar a gente de países que se encontrasen en paz con la Corona catalano-aragonesa; también se establecía si el corsario había de entregar el quinto de las presas al rey o bien era liberado de esa obligación, en consideración a los cuantiosos gastos del armamento; una vez formalizados todos estos requisitos, el corsario podía lanzarse a la búsqueda de enemigos y de botín⁵.

Ahora la guerra marítima, ampliando la tradicional dedicación al corso contra los musulmanes, reservaba un papel muy importante a la iniciativa privada y a hombres que reuniesen el capital necesario para hacerse con un barco y para armarlo con una tripulación, provisiones y armas con los que poder atacar al enemigo. La gente de mar y algunos mercaderes ejercitaron esa actividad porque su actividad profesional les proporcionaba los medios pero también participaron en ella diversos caballeros y algunos nobles. Era una actividad que se avenía con su preparación militar y con sus posibilidades financieras, al menos con su crédito. Hay que tener en cuenta, efectivamente, que el corso de altura necesitaba capitales fuertes para los barcos, naves o galeras, tanto en propiedad como en alquiler, y especialmente para las tripulaciones, que habían de ser muy numerosas, así como para las armas, para las provisiones etc. Entre estos profesionales del corso, unos eran más cercanos al perfil del pirata, es decir, del bandido del mar, que roba a amigos y enemigos sin distinción, y otros al del corsario, que roba, o más bien captura, siguiendo unas ciertas reglas de guerra y que disfruta de la protección real; de todos modos, nunca se puede establecer una diferenciación total entre piratas y corsarios ya que una misma persona, según las circunstancias políticas generales y la necesidad que el rey pudiese tener de ella, podía ser un pirata perseguido o un corsario respetado. Uno de esos hombres ambiguos fue Rodrigo Díez.

Rodrigo Díez era un noble valenciano de origen aragonés, hijo de otro Rodrigo Díez, doctor en leyes y señor de Artana, un consejero muy adicto al rey Pedro el Ceremonioso, de quien fue canciller mientras era infante y todavía en los primeros meses después de ceñir la corona; fue luego vicecanciller entre 1336 y 1339, aunque posteriormente continuó ostentando el título con carácter honorario; este primer Rodrigo Díez ocupó, además, el cargo de gobernador del reino de Valencia entre 1344 y 1347 y fue *batlle* general de dicho reino desde 1348⁶; se destacó durante la guerra contra Castilla recuperando Alicante de manos de los castellanos en 1364⁷.

⁵ Sobre las competencias del *batlle* y de los almirantes en los armamentos en corso cf. M. T. FERRER I MALLOL, "Jurisdicció i control de la navegació a la ribera i mar de Barcelona", *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, 12 (1999), pp. 118 y 121.

⁶ J. TRENCHS-A. M. ARAGÓ, "Cancillerías de la Corona de Aragón y Mallorca desde Jaime I a la muerte de Juan II", *Folia Parisiensia*, 1, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1983, p. 55.

⁷ Cf. una biografía de este noble en José Vicente CABEZUELO PLIEGO, *Poder público y administración territorial en el reino de Valencia 1239-1348. El oficio de la procuración*, Valencia, 1998, p. 258-265. Cf también noticias y documentos que hacen referencia a él en M.T. FERRER I MALLOL, *La frontera amb l'Islam en el segle XIV. Cristians i sarraïns al País Valencià*, Barcelona, CSIC. Institució Milà i Fontanals, 1988, docs. 76 y 104. M.T. FERRER I MALLOL, *Organització i defensa d'un territori fronterer. La Governació d'Oriola en el segle XIV*, Barcelona, CSIC. Institució Milà i Fontanals, 1990, pp. 120,121, 209, 233, 273, 295 y doc. 140.

Se había casado al menos dos veces, la segunda vez con Beatriu d'Abella, en 1369; tuvo diversos hijos, Joan, Rodrigo, que pensamos que es nuestro hombre y otro que murió de la peste en 1348. El padre había fallecido en 1386⁸. Pensamos que nuestro corsario es ascendiente de otro Rodrigo Díez o Dieç, poeta, aunque no de los grandes, que vivió en el siglo XV y fue contemporáneo de Ausiàs March⁹.

Rodrigo Díez había iniciado ya sus aventuras marineras en 1381. En este año, el rey Pedro el Ceremonioso le autorizó a armar una galera para pasar al servicio del rey de Granada. La posibilidad de poder requerir, en caso necesario, los servicios de una galera armada, disponible de inmediato, sirvió para justificar la decisión real, bastante extraña en un momento en que las relaciones con Granada no atravesaban un buen momento¹⁰. Se habían producido alarmas en la frontera terrestre de Orihuela a causa de concentraciones de tropas en la frontera granadina y no fue hasta fines del año que se iniciaron negociaciones diplomáticas con la corte nazarí a fin de firmar un nuevo tratado de paz, objetivo que se logró el 29 de julio de 1382¹¹. Sabemos que la ciudad de Barcelona se opuso al armamento de Rodrigo Díez¹², pero ignoramos como terminó ese servicio en Granada, aunque en 1386 el rey ordenó hacer una ejecución de bienes contra nuestro corsario¹³ y mandó que fuesen castigadas las personas que le habían ayudado puesto que había servido a los enemigos del rey¹⁴.

Hacia 1394¹⁵ había armado una nave en Valencia para salir en corso. Los jurados de la ciudad intentaron impedirlo o al menos se esforzaron en conseguir que diera las fianzas acostumbradas. El *batlle* general, advirtiendo la resistencia del noble a prestar las fianzas y para salvar su responsabilidad mandó quitar las velas de la nave y las hizo guardar en la casa de su lugarteniente en el *grau* o puerto de Valencia. Pero Rodrigo Díez consiguió un mandato real, que fue ejecutado por dos porteros reales, sin que ni los *jurats* ni el *batlle* fueran advertidos de ello, que rompieron la puerta de la casa donde estaban guardadas las velas, las entregaron al corsario y este inmediatamente se hizo a la mar. Según las noticias que los *jurats* tenían a fines de 1395 y comienzos del 1396, Rodrigo Díez había estado practicando el corso en los mares de Sevilla, atacando a castellanos y a otras personas de naciones amigas. Los mercaderes catalanes, valencianos o mallorquines estaban sufriendo las represalias y prendas que esas acciones habían desencadenado y algunos volvían, abandonando sus negocios, puesto que esa situación les arruinaba¹⁶.

Sin embargo, esa actividad había tenido sus altibajos, puesto que en 1395, aunque ignoramos cuándo, cómo y por qué motivo había llegado allí, Rodrigo Díez se encontraba en Portugal, concretamente en Lisboa, en situación apurada, sin nave, sin dinero y sin provisiones. Compadecido de él, el factor de los mercaderes barceloneses Guillem y Nicolau Pujades, llamado Bernat de Jonquera, le acogió en la nave que conducía. No parece que la nave fuese propia, pues el documento dice que "manava una nau", por lo que creemos que se trataría de un flete de todo el buque, que otorgaba al mercader fletador el poder de decisión sobre rutas, escalas etc. La nave era, en realidad, castellana y su patrón era Sancho Gómez de San Sebastián,

⁸ Archivo de la Corona de Aragón (de ahora en adelante ACA), C, reg.852, f. 20 r.-v.

⁹ Sobre el poeta cf. A. FERRANDO, "Llengua i literatura", en *Història del País Valencià*. II. *De la conquesta a la federació hispànica*, Barcelona, Edicions 62, 1989, p. 388 y 415.

¹⁰ ACA, C, reg. 1405, ff. 51 v.-52 r. (1381, julio, 16).

¹¹ M.T. FERRER, *La frontera amb l'Islam*, p. 164-165.

¹² Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona, Lletres Closes, I, ff. 42 v.-43 r.

¹³ ACA, C, reg. 1008, f. 194 r.

¹⁴ J.V. CABEZUELO, *Poder público y administración territorial*, p. 258-265.

¹⁵ Supongo que era ese año porque era la última vez que Juan I había estado en Mallorca. El documento que refiere este armamento dice que se hizo mientras el rey estuvo "derrera ment en València". Cf. su última estancia en Valencia en D. GIRONA LLAGOSTERA, "Itinerari del rei en Joan I (1394-1396)", *Estudis Universitaris Catalans*, XV (1930) pp. 41-49.

¹⁶ J.M. ROCA, "Memorial de greuges que'ls missatgers de la Ciutat de Valencia presentaren al Rey Johan I d'Aragó", *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, XI (1924), p. 70-79 y concretamente pp. 73-74.

mientras que Bernat Llongueres vajaba en la nave como “guardián”, en representación de los Pujades. En Harfleur, otro factor de los Pujades, llamado Joan Garo, se había ocupado de cargarla de trigo, destinado a Mallorca; el grano había sido asegurado con una ayuda de 8 dineros por cuartera por las autoridades mallorquinas, puesto que había de garantizar el aprovisionamiento de la isla. Cuando la nave se encontró cerca de Lisboa, en un lugar que uno de nuestros documentos denomina “Rastell” – que quizá habría que identificar con Cascais o Estoril-Rodrigo Díez solicitó subir a bordo para ir hacia Mallorca, sin duda presentado por el factor de los Pujades en Lisboa. Fueron acogidos a bordo también sus secuaces, gente que por su número y su preparación consiguieron, al poco, apoderarse de la nave, en octubre de 1395. Pero, ¿cómo podían imaginarse los factores de los Pujades que el hijo de un consejero real, vicescanciller y gobernador, al que acogían en un momento de necesidad, iba a caer tan bajo?

Dueño ya de la nave, Rodrigo Díez se dirigió a Galicia, donde vendió el trigo y compró otra nave; armó ambas naves y se dedicó al corso, seguramente por la costa portuguesa. En julio de 1396, capitaneaba una flota de cuatro naves, de manera que su actividad había resultado muy provechosa; sabemos que una de las naves tomadas, la “San Cristóbal” pertenecía al rey de Portugal; Rodrigo Díez se había apoderado de ella cerca de Lisboa, cuando se dirigía a Flandes; esa captura comportó problemas para Rodrigo Díez, porque el rey de Portugal hizo llegar repetidamente sus reclamaciones a la corte catalana¹⁷. Más adelante se hace referencia a una reclamación de ese mismo monarca por el robo de una nave cargada de aceite y otras mercancías, sobre el que ya la reina María de Luna había expedido algunos mandatos¹⁸. Suponemos que es la misma nave cuya propiedad se atribuye al rey de Portugal en otros documentos, aunque lo cierto es que ignoramos, por el momento, quien era el propietario de la cuarta nave, seguramente capturada, que Rodrigo Díez trajo al Mediterráneo en 1396.

Rodrigo Díez volvió, efectivamente, al Mediterráneo en la primavera de 1396. Cuando la ciudad de Valencia tuvo conocimiento de su llegada, se preparó para expulsarlo de los mares vecinos, recordando que había armado en corso sin prestar las seguridades debidas y que practicaba la piratería, pues atacaba a todo el mundo, amigos y enemigos¹⁹.

En el Mediterráneo, Rodrigo Díez procuró adaptarse a las circunstancias y dio a entender que iría en corso contra genoveses, que no eran enemigos oficiales, pero lo eran en la realidad, de manera que había bastante comprensión para quien les atacase²⁰. Pronto, sin embargo, su situación empezó a hacerse difícil cuando comenzaron a llegar las reclamaciones de los damnificados; primero fue la reclamación de Guillem y Nicolau Pujades; a ojos de la reina lugar-teniente María de Luna, que gobernó la confederación catalano-aragonesa a la muerte de Juan I hasta la vuelta de Sicilia de su marido Martín I el Humano, el robo de Rodrigo Díez a dichos mercaderes era despreciable por haberse hecho a quienes le habían ayudado en un momento de dificultad; desde el punto de vista legal era un claro caso de piratería y de robo de nave por parte de pasajeros. La reina reconvino, pues, al mismo Rodrigo Díez por esa fechoría, que maculaba su fama, y le instó a devolver a los mercaderes los bienes tomados o su valor; la reina deseaba evitar el escándalo, puesto que se trataba de un miembro de una familia notable, pero los perjudicados eran fieles servidores de su marido y no podía permitir que resultaran perjudicados; por ello, ordenó al gobernador de Valencia, Ramon Boil, que procediera contra Rodrigo Díez si no indemnizaba a los damnificados y al lugarteniente de gobernador en

¹⁷ ACA, C, reg. 2327, f. 53 r. (1396, junio, 27), f. 71 r.-v. (1396, julio, 24), 87 r.-88 v. y 105 v.-106 r. (1396, agosto, 8), reg. 2229, f. 10 r. (1397, julio, 18).

¹⁸ ACA, C, reg. 2231, f. 123 v. (1401, febrero, 21).

¹⁹ S. CARRERES ZACARÉS, *Libre de memòries de diversos sucesos e fets memorables e de coses senyalades de la ciutat e regne de València (1308-1644)*, Valencia, 1930, I, p. 235.

²⁰ ACA, C, reg. 2327, f. 71 r.-v. (1396, julio, 24); *Cronicon Mayoricense. Noticias y relaciones históricas de Mallorca desde 1229 a 1806*, por A. CAMPANER Y FUERTES, Palma de Mallorca, 1881, p. 82.

Mallorca, Berenguer de Montagut, que le obligara a prestar fianza para asegurar la indemnización y que le castigara²¹.

Ante la situación que se estaba creando, Rodrigo Díez se dio cuenta de que necesitaba algún camino de escapada y solicitó un aseguramiento o *guiatge* con la promesa de acudir con sus naves y gentes a Sicilia para ponerse al servicio del rey Martín el Humano, servicio que hubiera paralizado cualquier acción de justicia contra él. Además, solicitó autorización para poder subastar en Mallorca algunos bienes que había llevado al reino. Parece que en la corte se aceptó esa solución y que se contaba con su ayuda para Sicilia puesto que el corsario castellano Diego de Barrasa, que también quería ir a dicha isla, iba a embarcarse con Rodrigo Díez, según la carta enviada por la reina a Rodrigo Díez el 28 de julio²². Se redactó, pues, un documento por el cual la soberana concedía el *guiatge* con la condición de que Rodrigo Díez indemnizara a los reclamantes que fueran connacionales y de naciones con quien se estuviera en paz, de otro modo el *guiatge* quedaría invalidado. Ese documento, redactado en los términos que acabo de comentar, no fue finalmente expedido, aunque no hay duda de que se había acordado con el culpable. Algún oficial debió advertir que no se podía dar carta blanca a un pirata para vender su presa cuando, por otra parte, se estaban dictando disposiciones contra él; la misma reina aseguró al lugarteniente de gobernador en Mallorca que no valía porque ella no había prometido nada, el documento se había quedado en Barcelona y los mercaderes barceloneses le habían dicho que en esas circunstancias no tenía validez. Sin duda, Rodrigo Díez había utilizado el pretexto del *guiatge* que iba a llegar para lograr que el lugarteniente de gobernador en Mallorca le permitiera vender su presa; la reina reconvino al oficial por haberlo permitido y le ordenó que se incautara de las naves y de las mercancías que el corsario había llevado a la isla y que se asegurara de las personas del mismo Rodrigo Díez y de su gente, aunque seguramente sólo con fianzas y fiadores²³. Parece que la orden de encarcelarlo no se dio hasta el mes de octubre del mismo año; estuvo ciertamente unos meses en prisión, pero en abril de 1397, consiguió, fugarse con engaños²⁴.

Mientras tanto, la nave del rey de Portugal había sido vendida en Mallorca, así como muchas mercancías. Por orden de la reina, el gobernador de Mallorca consiguió recuperar 2.534 sueldos y 8 dineros barceloneses que llegaron a manos de un administrador del rey, quien en 1397 había de pagar a un procurador del rey portugués, Martín García, doctor en decretos, la cantidad de 110 florines²⁵. Pero esa era, evidentemente, sólo una parte de la indemnización debida y la reclamación del rey de Portugal continuó pendiente durante algunos años.

No tardó en llegar otra reclamación. En data que desconocemos Rodrigo Díez había robado también a genoveses que hicieron llegar su reclamación a través del también genovés David Lercaro, que ocupaba el cargo de maestro portulano de Sicilia; en consecuencia, el 25 de julio de 1397 el rey ordenó a su lugarteniente en Mallorca, Hug d'Anglesola, que devolviese a los mercaderes genoveses los bienes robados por Rodrigo Díez o bien su valor, ya que habían sido vendidos en Mallorca²⁶.

Sabemos que en 1401 el rey de Portugal mandó de nuevo un mensajero, Pedro López de Lisboa, para reclamar la indemnización por el robo de una nave cargada de aceite y otras mercancías hecho por Rodrigo Díez, que parece referirse a los hechos de 1395-1396²⁷.

²¹ ACA, C, reg. 2327, ff. 53 r. y v. (1396, junio, 27), 71 r.-v. (1396, julio, 24), 87 r.-88 v. y 105 v.-106 r. (1396, agosto, 8 y 21), reg. 2328, f. 34 v. (1396, julio, 23).

²² M.T. FERRER I MALLOL, *Corsarios castellanos y vascos en el Mediterráneo medieval*, pp. 109 y 152.

²³ ACA, C, reg. 2337, f. 74 r.-v. (1396, julio, 24) y reg. 2328, f. 66 r.-v. (1396, agosto, 17).

²⁴ M. SALZET, *Crònica*, en J. VILLANUEVA, *Viage literario a las iglesias de España*, Madrid, 1851, XXI, p. 230. *Cronicon Majoricense*, p. 82.

²⁵ ACA, C, reg. 2229, f. 10 r. (1397, julio, 18).

²⁶ ACA, C, reg. 2166, f. 45 r. (1397, julio, 25).

²⁷ ACA, C, reg. 2231, f. 123 v. (1401, febrero, 21).

Carecemos después de noticias hasta 1404, en que parece que, cansado ya de esperar la indemnización que no acababa de llegar, el rey de Portugal amenazó seriamente con la concesión de represalias contra los catalanes.

Se mobilizó entonces la cancillería y, en un mismo día, el diez de enero, el rey citó a Berenguer de Montagut y a Joan de Montbui, que habían sido sucesivamente lugartenientes de gobernador de Mallorca, para que se presentaran en la curia en el plazo de diez días a fin de responder a las acusaciones de injusticia y negligencia en la resolución de las reclamaciones presentadas contra Rodrigo Díez, amenazando con ejecución de bienes en caso de contumacia²⁸. Pocos días después, el rey Martín el Humano exponía al rey portugués su indignación por la actitud negligente de sus oficiales, que no habían ejecutado las órdenes recibidas, y su voluntad de solucionar el incidente²⁹.

El mismo diez de enero de 1404, recibieron también carta de citación los mercaderes mallorquines Guillem Torelló (Torayó en el documento) y Guillem Ferrer, que habían comprado a Rodrigo Díez mercancías de las que transportaba la nave del rey de Portugal; les fue señalado un plazo de quince días para presentarse en la corte, a partir del recibo de la carta, naturalmente, pero antes habían de depositar en poder de los jurados de la ciudad de Mallorca las mercancías compradas al pirata, bajo pena de 2.000 florines de oro en caso de incumplimiento de las órdenes. El rey les acusaba de haber obstaculizado la devolución y, por tanto, de haber puesto a sus súbditos en peligro de sufrir las represalias que el rey de Portugal iba a decretar³⁰. Por otra carta real del primero de mayo, dirigida a Guillem Pujades, que era uno de los mercaderes perjudicados por Rodrigo Díez en 1395, nos enteramos de que Guillem Torelló era su factor en Mallorca y que este factor había obtenido 884 libras mallorquinas de la venta de las mercancías compradas al corsario, que habían pertenecido previamente al rey de Portugal³¹. Esa falta de solidaridad entre los afectados por las capturas de un mismo pirata no debe sorprendernos demasiado. En el mundo de los negocios marítimos estaba claro que la justicia era muy poco operativa en el castigo de corsarios y piratas; era poco probable que los damnificados consiguieran recuperar sus bienes o su valor por tanto, si se presentaba la ocasión de comprar a precio bajo mercancías robadas a otro, no debía parecer inmoral aprovechar la ocasión; también alguien, en otro lugar, había comprado a bajo precio las propias. Los límites entre lo lícito y lo ilícito eran muy tenues cuando se trataba de la propia supervivencia económica.

Esta vez, sin embargo, el rey mostró empeño en satisfacer al rey de Portugal, para evitar la concesión de una marca o represalia contra sus súbditos; los derechos de reintegro de los Pujades quedaron en segundo término ante la necesidad de satisfacer a un rey. Así pues, el primero de mayo de 1404, Guillem Pujades fue citado para presentarse en la corte, que se encontraba entonces en Valencia, en el plazo de quince días, a fin de demostrar que esa cantidad de 884 libras no había de ser entregada al procurador del rey de Portugal. Como parece que Guillem Pujades no se presentó en la corte, el 7 de junio el rey ordenó al gobernador de Valencia que confiscara las rentas que Guillem Pujades recibía en la villa de Alcoi, en el mismo reino de Valencia³².

Finalmente, pues, los Pujades resultaron doblemente perjudicados por las piraterías de Rodrigo Díez que, de momento no pudo ser castigado.

²⁸ ACA, C, reg. 2139, f. 82 v. y reg. 2287, f. 148 r. (1404, enero, 10).

²⁹ ACA, C, reg. 2247, ff. 39 v.-40 r. (1404, enero, 13).

³⁰ ACA, C, reg. 2287, f. 147 v. (1404, enero, 10).

³¹ ACA, C, reg. 2140, f. 150 r.-v. (1404, mayo, 1).

³² ACA, C, reg. 2140, ff. 150 r.-v. (1404, mayo 1 y junio, 7).

Los portugueses en el poblamiento inicial de Málaga (1487 – 1497)

María Teresa López Beltrán
Raúl González Arévalo

El estudio que aquí presentamos se inscribe en otro más amplio de próxima publicación, donde damos cuenta del papel desempeñado por los portugueses no sólo en el poblamiento inicial de Málaga, sino también en el comercio marítimo que se desarrolla en nuestra ciudad durante la época de los Reyes Católicos¹. Aquí, por razones de espacio, nos centraremos en los pobladores portugueses que inicialmente se fueron insertando en la sociedad urbana malagueña durante el período comprendido entre el 29 de agosto de 1487 – fecha en que se inicia la relación nominal de las personas inscritas como vecinos en el Repartimiento de Málaga – y el 12 de septiembre de 1497, fecha establecida por la Corona para la conclusión de todos los Repartimientos en el reino de Granada.

El grueso de nuestra información procede de los libros del Repartimiento de Málaga, que contienen el vecindamiento, los repartos de tierras a los pobladores y las mercedes otorgadas por los Reyes Católicos en Málaga², documentación que nos ha permitido elaborar la relación de portugueses que ofrecemos en el Apéndice³. Además, la reformación del Repartimiento que a instancias de la Corona fue iniciada por el bachiller Juan Alonso Serrano en el otoño de 1491 proporciona noticias sobre la diversa suerte que corrieron muchos de aquellos colonos que se habían establecido en Málaga desde los inicios de la repoblación, lo que nos ha permitido hacer un seguimiento, si bien es cierto que no en todos los casos, de los vecinos oriundos del reino de Portugal y de su desigual arraigo en la ciudad, ya fuese por el efecto desintegrador de la mortalidad, ya por otras circunstancias.

Con todas las cautelas que debemos tener en cuenta cuando se recurre a la estadística, para el período comprendido entre los años 1487 y 1497 hemos contabilizado un total de 58 familias oriundas de Portugal⁴ (en torno a los 232 habitantes), en su gran mayoría colonizadores, a quienes se les repartieron casas, solares y tierras a medida que se iban asentando y registrando por vecinos en la ciudad, cifra en modo alguno llamativa, puesto que tan sólo representa el

¹ El estudio en cuestión, titulado “Los portugueses en el reino de Granada en época de los Reyes Católicos (Málaga, 1487-1518)”, saldrá publicado en la revista *Baetica*, 24, Univ. de Málaga, 2002.

² F. BEJARANO ROBLES, *Los Repartimientos de Málaga*, vols. I, II, III y V, Málaga, 1985, 1990, 1998 y 2000 respectivamente. Así mismo, hemos consultado el registro de mercedes reales publicado por M.A. LADERO QUESADA, “Mercedes reales en Granada anteriores a 1500”, *Hispania*, 112, Madrid, 1969, 355-424.

³ En la relación hemos incluido a los beneficiarios de mercedes, se establecieron o no en la ciudad, exceptuando a D. Álvaro de Portugal. Asimismo, hemos incluido a pobladores cuyo antropónimo puede indicar su procedencia portuguesa, si bien es cierto que constituyen una minoría. Una nómina de repobladores portugueses en Málaga, aunque incompleta porque tan sólo se han aprovechado los datos contenidos en el primer volumen de los libros del Repartimiento, puede consultarse en J.E. LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, “Portugal y Granada: presencia lusitana en la conquista y repoblación del reino granadino (siglos XV-XVI)”, *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de Historia Medieval*, Porto, 1987, 22-23.

⁴ En lo que concierne a la procedencia geográfica, hemos de señalar que para la mitad de los pobladores contabilizados sólo conocemos el gentilicio *português*, en cuanto a la otra mitad, procedían de Lisboa (6), Oporto (3), Tavira (3), Setúbal (2), Freixo de Espada-à-Cinta (2), Santarem (1), Madeira (1), Allandra (1), Olivenza (1), además de tres pobladores procedentes de las *fronteiras* (Tánger, Arzila y Alcázarseguer) y otros seis portugueses procedentes de localidades hispanas (Ampurias, Ayamonte, Bailén, Córdoba, Gibraltar, Puerto de Santa María).

2'06% del total de la población de Málaga, calculada por Rafael Peinado para esa misma década en 2.500 familias (unos 10.000 habitantes)⁵.

Como se puede observar en el cuadro que sigue, el ritmo de llegada de los pobladores portugueses fue bastante desigual en el transcurso del período que estudiamos, siendo 1487 y 1488 los años que registran la cifra más alta, coincidiendo con el masivo avecindamiento de pobladores de Málaga⁶. El volumen de llegada de pobladores portugueses se mantiene prácticamente en 1489, pero decrece de manera llamativa a partir del año 1490:

1487	1488	1489	1490	1491	1492	1493	1494	1495	1496	1497
15	15	13	6	2	2	3	-	2	-	-

Desconocemos las razones de tal decrecimiento, pero es muy probable que los brotes de peste que afectaban a diversas zonas de la Península Ibérica en los años noventa, entre ellas el reino de Portugal, incidieran negativamente en la movilidad de la población. Nos consta, por ejemplo, que en 1492 el reino de Galicia sufría la peste porque en julio de ese año habían llegado al puerto de Málaga

“ciertos navios de pescado e sardina a esta çibdad de gallegos e non les consintiô la çibdad que descargasen para vender porque era fama çierta que morian en Galizia de pestilençia”⁷.

Igualmente sabemos de la peste que afectó a Portugal en 1493 porque en junio de ese año se prohibió el desembarco por el puerto de Málaga de un cargamento de esclavos negros, con toda probabilidad procedentes de Guinea, porque en la ciudad había corrido la noticia de que “al tocar antes en Portugal y Lisboa morían quienes los traían”, desviándose la carga hacia el puerto de Vélez-Málaga⁸.

Hay que tener en cuenta, por otra parte, que pese a las medidas preventivas que se imponían la ciudad de Málaga no se libró de los azotes de la peste, soportando varios brotes de tifus tras su incorporación a Castilla⁹. El primer brote, al que se refiere la documentación como “*la primera peste*”, se desarrolló en el transcurso del año 1489 y sus efectos demográficos debieron de ser considerables. Sirva como ejemplo el caso del portugués Martín Yáñez –que figura también en la documentación como Martín Anes– casado con Catalina Díaz, cuya hacienda fue mejorada porque habían permanecido en la ciudad durante la *primera peste*, en el transcurso de la cual perdieron cinco hijos¹⁰. Durante aquella epidemia, además, fue loable el comportamiento de maestre Pedro, cirujano portugués oriundo de Arzila y que residía en la ciudad desde el inicio del avecindamiento, el cual “*después de residir en la ciudad durante la peste curando a los enfermos sin dineros*”, se había marchado a Bretaña, donde fallecería, sin llegar a cumplir

⁵ Cf. R.G. PEINADO SANTAELLA, “El reino de Granada después de la conquista: la sociedad repobladora según los ‘libros de repartimiento’”, *La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos (1391-1492)*. III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval, Sevilla, 1997, II, 1579, cuadro 2. Asimismo, J. M^a RUIZ POVEDANO, *Málaga, de musulmana a cristiana*, Málaga, 2000, 178.

⁶ En los últimos cuatro meses de 1487 quedó asentado casi tres cuartas partes del vecindario, lo que supuso un total de 1.395 vecinos. Cf. J.M^a RUIZ POVEDANO, *Málaga...*, 178-179, cuadro 8.

⁷ Cf. M^a T. LÓPEZ BELTRÁN, “La pesquería en el reino de Granada en época de los Reyes Católicos (Contribución a su estudio)”, *Baetica*, 23, 2001, 53.

⁸ A(rchivo) M(unicipal) M(álaga), L(ibro) A(ctas) C(apitulares), I, fol. 223. Una vez transcurridos cuarenta días, la ciudad acordó en el cabildo celebrado el 31 de julio que se desplazara a Vélez-Málaga el regidor Álvaro de la Serna al objeto de informarse si había muerto alguno de los esclavos.

⁹ Cf. B.VINCENT, “Les pestes dans le royaume de Grenade aux XVI et XVII siècles”, *Annales E.S.C.*, 6 (1969), 1511-1513; y, especialmente, J.E. LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, *La tierra de Málaga a fines del siglo XV*, Granada, 1977, 108-109.

¹⁰ Cf. F. BEJARANO ROBLES, *Los Repartimientos...*, V, 134-135, docs. 500 y 501. En adelante citaremos *Rep.*

los cinco años de vecindad exigidos en principio a todo repoblador casado que aspirase a la plena propiedad de la hacienda recibida, dejando en Málaga a su mujer y a los cinco hijos menores¹¹.

La *reformación* del Repartimiento también ofrece testimonios sobre otros pobladores portugueses que acrecentaron la hacienda recibida por no haberse ausentado de la ciudad durante los períodos de peste, aunque sin indicarse si las mejorías fueron consecuencia de su permanencia en la ciudad durante la primera peste, durante la segunda epidemia que había afectado a Málaga tras finalizar la guerra de Granada, o ya se refieren al tercer brote de tifus que se produjo en 1495¹². Así, por ejemplo, al borceguinero y zapatero portugués Alonso Fernández, natural de Freixo de Espada-à-Cinta y casado con Beatriz Pérez, que llevaba avecindado en Málaga desde primero de septiembre de 1487, se le dio en septiembre de 1493 una suerte de tierra de riego por haber permanecido en la ciudad durante la pestilencia¹³. Distinto fue el caso del adalid Pedro de Baena o Vaena, portugués oriundo de Tánger que se había asentado por vecino en octubre de 1489 con caballo, armas y una hacienda de 30.000 maravedíes; en Málaga, sin embargo, no prosperaría, pues su ausencia de la ciudad por haber caído cautivo no sólo le empobreció sino que, además, le hizo perder la casa que había recibido como colono, por lo que hubo de recurrir a la Corona en 1497 para que como vecino que era de Málaga se le restituyera su derecho a vivienda y heredades, petición que encontró respuesta favorable de la Corona, a pesar de que no se había casado,

*“porque mostro aver estado en Malaga en el tiempo de la pestilencia e aver seydo cabtivo; e por ser pobre, como cualquier que nunca truxo muger a la çibdad”*¹⁴.

En otras ocasiones el colono portugués se beneficiaba de una hacienda mejorada tras contraer matrimonio con una vecina viuda. Así ocurrió, por ejemplo, al portugués Alonso Gómez, casado con Inés Gutiérrez, viuda de Alonso Fernández, que en agosto de 1492 recibieron de mejoría tanto él como ella (por su primer marido) tierras de riego por haber permanecido en la ciudad durante la *pestilencia*; así mismo, Elvira García, casada en segundas nupcias con el portugués Juan de Viseo¹⁵, recibía en agosto de 1497 por su primer marido, el difunto escudero Pedro Ruiz de Córdoba, una suerte de media aranzada de tierra de sembradura por residir en tiempos de la *pestilencia*¹⁶.

Cabe añadir, por otra parte, que para aquellos años en los que se alternaban las epidemias, disponemos de información sobre fallecimientos habidos en el seno de familias portuguesas, pero sin denotarse las causas de la muerte del cabeza del grupo conyugal. En efecto, el escudero portugués Francisco Fernández, que se había avecindado en Málaga en julio de 1488 procedente de Bailén con una hacienda de 70.000 maravedíes, ya había fallecido a principios de diciembre de 1492 dejando menores en la ciudad, de cuyos bienes se encargaría un tutor ya que la madre se había marchado a Almuñécar¹⁷; también fallecería sin acabar de cumplir su

¹¹ En efecto, el 26 de febrero de 1493 perdía la casa que tenía en la calle Parra, que se adjudicó a otro vecino “*porque el dicho maestre se fue y no residio*”. Para esa fecha su mujer ya había fallecido y los herederos, “*çinco entre hermanos y hermanas*”, que habían recibido otra casa por la media vecindad de la madre, recurrieron a la Corona para que, teniendo en cuenta los servicios prestados por el padre a la ciudad durante la peste, no les desposeyera de las casas, huerta, alcaicería y otras heredades que el dicho su padre había recibido por vecindad porque “*quedarán pobres*”, petición que fue bien acogida por los monarcas, *Rep.*, I, 118 y 434; II, 29 y 95; V, 156, doc. 591.

¹² Cf. J.E. LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, *La tierra...*, 109, nota 115.

¹³ *Rep.*, I, 198-199 y 430; III, 418.

¹⁴ *Rep.*, I, 136 y 403; II, 92; III, 433-434. Cabe añadir que también hubo otros pobladores portugueses que también sufrieron cautiverio, como fue el caso del calafate Agustín del Puerto en 1493 o el del marinero Pedro Navarro, marido de la portuguesa Guiomar Fernández, que fue desterrada de la ciudad por vivir amancebada. *Ibidem*, II, 28, 63, 224.

¹⁵ En el *Repartimiento* de Bezmiliana figurará como vecino del lugar. Cf. J.E. LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, *La tierra...*, 477.

¹⁶ *Rep.*, III, 412.

¹⁷ *Rep.*, I, 407; V, 248, doc. 773

vecindad el mercader lisboeta Juan Martínez, asentado en Málaga desde principios de agosto de 1488¹⁸. Asimismo, el labrador portugués Juan Rodríguez de Freixo ya figuraba como difunto en marzo de 1493¹⁹; lo mismo cabe decir de la viuda portuguesa Catalina Pérez, mesonera que había llegado a principios de septiembre de 1487 procedente de Ampurias, la cual debió morir en los primeros meses de 1493 sin dejar herederos²⁰; o de Juan Portugués, marinero oriundo de Gibraltar que se había establecido en Málaga en enero de 1492 donde casaría con Juana de Heredia “*la valenciana*”, fallecido en el verano de 1496²¹. La lista se completa con el fallecimiento del exsecretario del duque de Braganza y canónigo de la catedral de Málaga Martín Gil²². Tan sólo se denota en la documentación la causa de la muerte del patrón y piloto de navío Alvar Pérez, vecino de Oporto, que se asentó en agosto de 1488 con una hacienda de 200.000 maravedíes, muriendo a manos de la justicia en abril de 1494 por un delito que había cometido²³.

El efecto desintegrador de la mortalidad supuso modificaciones en la cifra teórica inicial de los pobladores portugueses, del mismo modo que en la composición de las familias por el fallecimiento de uno o de ambos cónyuges, si bien es cierto que si en unos casos el grupo conyugal dejaba de existir en el vecindario, en otros las segundas y terceras nupcias evitaban el desarraigo del colono y garantizaban en la medida de lo posible la estabilidad del proceso repoblador a través de las sucesivas generaciones.

En otros ejemplos el desarraigo se justifica porque el poblador abandonaba la ciudad antes de cumplirse el tiempo exigido²⁴, o bien porque había perdido los derechos inherentes a la vecindad por no residir casado²⁵. Distinto fue lo ocurrido con Juan Méndez, al que se le quitó la casa que inicialmente había recibido porque su mujer lo había abandonado, si bien unos meses después, en enero de 1491, se le daba otra, pero en esta ocasión “*una casilla pequeña*”²⁶. El barbero portugués Luis Fernández, por el contrario, que vivía casado en la ciudad desde finales de 1491, hubo de renunciar en 1497 a la vecindad de Málaga por otra que disfrutaba en la villa de Cártama, desde, al menos, diciembre de 1493...²⁷ Añadamos, para finalizar, que los portugueses que se beneficiaron de mercedes no precisaban ser vecinos para acceder a la propiedad²⁸.

¹⁸ No dejó herederos y su viuda casó “*con otro al que le habian dado casa*”. *Rep.*, I, 153, 391.

¹⁹ La casa quedó para los hijos y la viuda, que casó con Alonso de Valderrama. *Rep.*, I, 165; II, 134.

²⁰ *Rep.*, I, 442-443; II, 11, 65.

²¹ No tuvieron hijos y su viuda se fue casada con otro a Gibraltar. Juan Portugués figura en la relación como criado de Garcí Fernández Manrique, lo que justifica que se le conociera también como “*el de la Alcaçaba*”, si bien en 1493 ya figurará como mesonero. *Rep.*, II, 79, 247, 301, 304, 316; III, 116; V, 225, doc. 772.

²² Desconocemos la fecha de su defunción, que se produjo en fecha posterior a enero de 1491, porque la noticia de su fallecimiento se recoge en un mandamiento de los reyes para que se diera tanto a él como al tesorero de la catedral 30 aranzadas de monte a cada uno en Churriana. El documento no tiene fecha y al margen figura “*son fallecidos y no cumplieron la condición. Quedó realengo*”, *Rep.*, V, 304, doc. 489.

²³ *Rep.*, I, 478; II, 18, 64, 172, 323; III, 244, 433; V, 274, doc. 790.

²⁴ Tal fue el caso de Juan Díaz, patrón de una carabela, que se avecindó en enero de 1489, pero en marzo de 1493 ya se había marchado de Málaga. *Rep.*, I, 134; II, 66.

²⁵ Así ocurrió a Gonzalo Portugués, vecino desde finales de agosto de 1489 y que en diciembre de 1491 había comenzado a edificar la portada nueva de la casa y corrales derribados que recibió en calle Ramos, todo lo cual perdió y se dio a otro vecino “*porque no ha residido con mujer*”. *Rep.*, I, 98, 130, 296, 451; II, 36. Conviene señalar que hubo excepciones sobre el particular. Ya vimos el caso del adalid Pedro de Baena y, asimismo, los reyes hicieron una excepción con Diego Gil y Fernand Gil, hermanos del canónigo Martín Gil, a quienes se les prorrogó en más de una ocasión el plazo para casarse, y de manera especial con Diego Gil, al que en 1497 y por mandato de la Corona se le respetó la vecindad pese a no haberse casado. *Rep.*, docs. 203, 204, 305, 790.

²⁶ *Rep.*, I, 231, 241.

²⁷ *Rep.*, II, 144, 227; III, 434; V, docs. 772, 773, 790. Asimismo, F. BEJARANO PÉREZ, *Repartimientos de Álora y Cártama*, Málaga, 1971, 145, 159.

²⁸ El acceso a la propiedad, así como la estructura socioprofesional, se han analizado en nuestro estudio citado en nota 1.

Los portugueses en el poblamiento inicial de Málaga (1487-1497)

NOMBRE	FECHA	PROCEDENCIA	STATUS SOCIOPROFESIONAL	HACIENDA
ACOSTA, Fernando de	¿1487?	Portugués	Clérigo	
ACOSTA, Elvira de	30-VIII-1488	Portuguesa	Viuda de Esteban de Herrera, escudero portugués	
ALONSO, Fernand	25-VIII-1488	Oporto	Tratante o bizcochero	40.000 mrs
ALONSO, Fernand	7-IX-1489	Setúbal	Tratante o bizcochero	15.000 mrs
ALMADANA, Álvaro de	4-XII-1490	Portugués		
APONTE, Payo de	1-VI-1492	Portugués	Escudero, marinero	Un navío
BAENA, Pedro de	10-IX-1489	Tánger	Escudero, adalid	Armas, un caballo y 30.000 mrs
DÍAZ, Juan	10-I-1489	Portugués	Marinero, patrón de una carabela	
FERNADEZ, Alonso	1-IX-1487	Freixo de Espada-à-Cinta	Zapatero, borceguinero	10.000 mrs
FERNANDEZ, Álvaro	22-XI-1495	Portugués	Tonelero	
FERNANDEZ, Francisco	17-VII-1488	Bailen	Escudero, trabajador	70.000 mrs
FERNANDEZ, Guiomar	¿1488?	Portuguesa	Esposa de Pedro Navarro, marinero cautivo; amancebada con el boticario valenciano Esteban Bonora	
FERNÁNDEZ, Juan	30-VIII-1487	Tavira	Marinero, pescador	
FERNÁNDEZ, Luis	1-VI-1491	Portugués	Barbero	
FERNÁNDEZ, Pedro	1-X-1491	Portugués	Peón trabajador	
GAGO, Álvaro	1489	Portugués	Criado de D. Álvaro de Portugal	
GIL, Diego	¿1488?	Portugués	Hermano de Martín Gil, canónigo de la catedral	
GIL, Fernand	¿1488?	Portugués	Hermano de Martín Gil, canónigo de la catedral	
GIL, Martín	¿1487?	Portugués	Exsecretario del duque de Braganza, capellán real y canónigo de la catedral	
GIL, Violante	¿1487?	Portuguesa	Confitera y conservera	
GOMEZ, Alonso	4-XII-1488	Portugués		
GONZALEZ, Alonso	¿1493?	Portugués		
GONZALEZ, Alvar	17-VII-1488	Setúbal	Escudero	60.000 mrs
GONZALEZ, Fernand	¿1493?	Portugués	Labrador	
GONZALEZ, Juan	3-IX-1489	Portugués	Criado de Fernando de Silveira	Un caballo, su atavío y 30.000 mrs
GONZALEZ, Pedro	1-X-1490	Portugués	Hombre de la mar	
GONZALEZ, Pedro	31-VIII-1487	Allandra (Portugal)	Marinero	Dos barcos y 25.000 mrs
GONZALEZ, Ruy	17-VII-1489	Tavira	Hombre de la mar, pescador marinero,	20.000 mrs
GONZALEZ DE VALDIVIESO, Garci	17-IX-1490	Lisboa	Carretero de la artillería	20.000 mrs
HERRERA, Pedro de	12-IX-1489	Santarem	Mercader	50.000 mrs
LAGURA, Bartolán de	30-VIII-1489	Portugués	Hombre de pro	
LAMEGO, Juan de	1-X-1490	Portugués	Albañil	
MARTINEZ, Juan	2-VIII-1488	Lisboa	Mercader	120.000 mrs
MENDEZ, Juan	1490	Portugués	Tratante, trabajador	
MUJANES, Álvaro de	¿1495?	Portugués	Canónigo de la catedral	
OSORIO, Juan	3-IX-1487	Olivenza	Labrador	80.000 mrs
PEDRO, maestre	29-VIII-1487	Arzila	Físico y cirujano	
PEREZ, Alvar	15-VIII-1488	Oporto	Marinero, piloto, patrón de navío	200.000 mrs
PEREZ, Catalina	3-IX-1487	Ampurias	Viuda portuguesa, mesonera	
PINTO, Arias	1488	Portugués	Ayo de D. Jaime y D. Dionis, hijos del duque de Braganza	
PORTUGUÉS, Gonzalo	31-VIII-1489	Córdoba	Tratant	40.000 mrs
PORTUGUÉS, Juan	1-I-1492	Gibraltar	Hombre de la mar, marinero. Fue criado de Garci Fernández Manrique y ahora es mesonero.	
PORTUGUÉS, Lorenzo	30-VIII-1487	Puerto de Santa María	Labrador, trabajador	
PUERTO, Agustín del	1490	Oporto	Calafate	
PUERTO, Juan del	1-IX-1487	Ayamonte	Carpintero de navíos	40.000 mrs
QUIROS, Juan de	23-X-1487	Lisboa	Barbero	50.000 mrs
REBOLLO, Domingo	1488	Portugués		
RODRIGUEZ, Cristóbal	25-IX-1487	Madeira	Barbero	40.000 mrs
RODRÍGUEZ, Juan	22-IX-1488	Lisboa	Mercader	100.000 mrs
RODRÍGUEZ, Juan	1489	Freixo de Espada	Labrador	
RODRIGUEZ, Lope	20-IX-1487	Lisboa	Tratante	30.000 mrs
TABLADO, Mendo	17-VII-1487	Lisboa	Escudero	150.000 mrs
TABORA, Juan de	3-III-1489	Portugués	Escudero, criado de D. Gascón.	Un caballo, armas, atavío y 40.000 mrs
VAEZ, Fernand	1493	Portugués	Criado de D. Álvaro de Portugal	
VAZQUEZ, Esteban	30-VIII-1488	Tavira	Escudero	
VISEO, Juan de	1489	Portugués		
YÁNEZ, Gonzalo	4-IX-1488	Alcazarseguer	Escudero, labrador	6.000 mrs
YÁNEZ, Martín	1489	Portugués		

D. Afonso III e a propriedade do Montádigo

Mário Alberto Nunes Costa *

1. O Montádigo e os seus proprietários

Entre os muitos tributos que durante a Idade Média e aquém deste período se exigiram em Portugal, como noutros países, a homens livres de baixa condição social situou-se, para os que se dedicavam a pastorear gado, o montado ou montádigo.

As receitas cobradas com a aplicação das taxas do montádigo deviam pertencer, por princípio, ao senhor da terra. Logo ao rei, quando cobradas em alfoz municipal.

Foi, no entanto, frequente os primeiros reis portugueses disporem do montádigo, total ou parcialmente, a favor de outrém.

Em forais aparentados com o foral de Ávila, como foram os de Évora (1166), Abrantes (1169), Coruche (1182), Palmela (1185) Covilhã (1186), S. Vicente da Beira (1195), Sesimbra (1201), Montemor-o-Novo (1203), Penamacor (1209) e outros, o montádigo foi dado pelos monarcas aos concelhos respectivos.

Nos forais segundo o modelo do de Salamanca, como os de Mós (1162), Trancoso (1169), Gouveia (1186), Folgosinho (1187), Valhelhas (1188), Penedono (1195), Casteição (1196), Guarda (1199), Marialva (1217) e outros, uma terça parte foi atribuída aos cavaleiros-vilãos do município, aos quais competia, sob chefia do “senior” local, a cobrança deste imposto. Os restantes dois terços eram receita do rei.

Quanto aos forais concedidos seguindo as disposições do de Santarém (1179), como os de Almada (1190), Leiria (1195), Alenquer (1212), Torres Vedras (1250), Beja (1254), Estremoz (1258), Silves (1266), Vila Viçosa (1270), Évora Monte (1271), Castro Marim (1277) e semelhantes, muitos deles omissos acerca do montádigo, é consensual a interpretação de que, salvo expressa declaração em contrário, tal imposto era cobrado nos respectivos municípios e pertencia ao rei, por direito consuetudinário.

Pode dizer-se que, globalmente, as receitas do montádigo cobradas nos municípios portugueses eram, nos séculos XII e XIII, arrecadadas segundo uma destas três soluções típicas. De facto, as provindas de termos extensos e desenvolvidos; tendencialmente, as cobradas nos restantes termos.

2. Transferências de propriedade

Quando inicialmente estabelecida pelo rei a favor de um município, a propriedade do montádigo nem sempre, como é sabido, assim foi mantida. Recordemos alguns exemplos, relacionados designadamente com Évora, Montemor-o-Novo e Elvas.

O foral dado por D. Afonso Henriques a Évora, em 1166, estabeleceu as taxas a cobrar no termo, de acordo com o tipo de gado, e concedeu o respectivo montádigo ao concelho. D. Afonso II confirmou este foral em 1218¹. Décadas após, o Concelho de Évora terá doado

* Academia Portuguesa da História.

¹ Foral de Évora de 28 de abril de 1166, in carta de sua confirmação por D. Afonso II de Janeiro de 1218: “...Et omnes qui quesierint pousar cum suo ganado in terminos de Elbora prestant de illis montadigo de grege das

ou concedido esse montádigo ao rei D. Afonso III. É este monarca que refere, em carta patente de 31 de Janeiro de 1261, dirigida aos juizes e ao Concelho desta localidade, que tal imposto já lhe fora restituído, a seu rogo. Na carta, reconhece que o Concelho eborense, por força desse acto, estava agora muito agravado. Perante tal situação, considerando o estabelecido no foral e o muito que o Concelho poderia fazer se dispusesse dos rendimentos do montádigo, o rei doa-lhes este imposto e dá ao Concelho a respectiva quitação, ao mesmo tempo que mantém as suas taxas iniciais. Afirma ainda neste documento que, se algumas cartas acerca do montádigo lhe tinham dado os de Évora, quer e manda que no futuro não valham ².

Passados pouco mais de seis anos, em 1267, os juizes de Évora João Pires e Mendo Estevens e o respectivo Concelho, dizendo-se não coagidos, agindo antes de livre e espontânea vontade, doaram o montádigo do termo ao mesmo rei, para ele e seus sucessores ³.

Por foral de 1203, o montádigo de Montemor-o-Novo foi dado ao respectivo Concelho por D. Sancho I. D. Afonso II confirmou-lho em 1218 ⁴. Segundo uma breve nota constante de livro de registos da Chancelaria Regia de D. Afonso III, acrescentada ao texto da carta deste rei enviada a Évora em 31 de Janeiro de 1261, uma carta semelhante a esta terá sido remetida ao Concelho de Montemor-o-Novo, o que faz supor e logo admitir que também este Concelho teria dado já ao rei, em data que desconhecemos, o montádigo que detinha por força do foral. O monarca estaria agora a devolver-lho ⁵. Logo no dia seguinte, 1 de Fevereiro de 1261, D. Afonso III escreveu ao Concelho de Beja uma carta em que mandou cobrar o montádigo do termo, que diz ser ali seu, de acordo com as taxas e foro de Évora ⁶. Uma nota acrescentada ao registo da carta para Beja, diz, na mesma página, que cartas idênticas foram enviadas a, entre outros concelhos alentejanos, o de Montemor-o-Novo ⁷.

Seis anos passados, a 18 de Fevereiro de 1267, o Concelho de Montemor-o-Novo, tal como iria proceder o de Évora decorridas mais duas semanas e pouco, doou ao rei, ao que parece pela segunda vez, o montádigo que lhe fora concedido pelo foral de 1203 ⁸.

O caso de Elvas é de contornos mais simples. Elvas recebeu foral, do tipo de Ávila, dado por D. Sancho II, em 1229 ⁹. Em fins de 1258, o seu Concelho doou o montádigo do termo a D. Afonso III ¹⁰. Passados poucos anos, o rei doou o montádigo do termo de Elvas ao Concelho

oues III. Or carneiros. Et de busto de uacas I uaca. Isto montadigo est de concilio...". Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa (Adiante referenciado pela sigla AN/TT) – *Forais Antigos*, maço 12, n.º 3: "Livro de Registo da Chancelaria de D. Afonso II", fl. 12. Publicado por Alexandre Herculano in *Portugalice Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, vol. 1, Lisboa: Academia das Sciencias, 1856, p. 392-393; também, por Rui de Azevedo, in *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*, vol. 1 Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958, p. 371-373.

² Carta de 31 de Janeiro de 1261. AN/TT – *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 49, col. a).

³ Carta de 6 Março de 1267. AN/TT – *Gaveta XI*, maço 7, doc. 22. Registada in AN/TT – *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 3, fl. 20; e *Chancelarias Régias, "Leitura Nova"*, Reis, Livro 2, f. 34 v.º. Publicada por António Gomes Ramalho in *Legislação Agrícola ou Collecção de Leis, Decretos, Cartas e outros Documentos Officiaes de Interesse Agrícola...*, vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional, 1905, p. 97-98; e in *História Florestal, Aquícola e Cinegética: Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo...*, dirigida por Carlos Manuel Baeta Neves, com a colaboração de Maria Teresa Acabado, Maria Luiza Esteves e Alice Estorninho, vol. 1, Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980, p.28.

⁴ Foral de Março de 1203. AN/TT – *Forais Antigos*, maço 12, n.º 3, fl. 29 v.º. Publicado in *Portugalice Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, vol. 1, 1856, p. 525-527; também in *Documentos de D. Sancho I*, por Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, vol. 1, Coimbra: Universidade, 1979, p. 231-234. Confirmação por D. Afonso II em Janeiro de 1218. AN/TT – *Forais Antigos*, maço 11, n.º 16.

⁵ AN/TT – *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 49, col. a).

⁶ AN/TT – *Gaveta III*, maço 1, doc. 3. Registo in *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 49.

⁷ AN/TT – *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 49, col. b).

⁸ Carta de doação de 18 de Fevereiro de 1267. AN/TT – *Gaveta XIV*, maço 4, doc. 8. Registos in AN/TT – *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 3, fl. 19; e *Chancelarias Régias, "Leitura Nova"*, Reis, Livro 2, fl. 32 v.º.

⁹ Foral de Maio de 1229. Publicado in *Portugalice Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, vol. 1, 1856, p. 619-620.

¹⁰ Carta de doação de 15 de Novembro de 1258. AN/TT – *Gaveta XIV*, maço 1, doc. 16.

elvenses, muito provavelmente em 31 de Janeiro de 1261, segundo a nota, acima referida, acrescentada à carta para Évora desta data ¹¹. Relativas a Elvas, não nos consta que se tenham realizado novas transferências durante este reinado.

No caso de Elvas não se verifica nenhuma lacuna na sucessão de transferências documentadas de propriedade das receitas do tributo. Mas nos casos de Évora e Montemor-o-Novo já assim não sucede. Não conhecemos as cartas de doação a D. Afonso III dos respectivos montadigos antes de 1261, nem, pelo menos, as datas em que se realizaram tais actos.

3. Montadigo, administração pública e política nacional

A causa ou as causas que provocaram as sucessivas cedências entre as partes citadas é assunto sobre o qual os historiadores nem sempre se têm mostrado de acordo.

No ano de 1258, em que Elvas entregou a propriedade do montadigo do seu termo a D. Afonso III, as alçadas que procuraram conhecer a legalidade dos direitos invocados para a posse de bens imóveis e de privilégios de vária ordem, por vezes com elevado prejuízo do erário e fugas artificiosas à cobrança dos impostos pertencentes à Coroa, essas alçadas percorreram o Norte de Portugal e a Beira Alta ¹².

O quadro social resultante da correcção dos desvios detectados por esta via apresentou-se, então e nos anos seguintes, perturbado por aqueles aos quais menos agradaria o fortalecimento do poder real e a perda concomitante de privilégios pessoais. Simultaneamente, a administração do País mostrou-se carecida de mais recursos financeiros para ocorrer às múltiplas exigências de um estado que tinha como objectivos imediatos a defesa, o povoamento e a estruturação do território nacional ¹³.

O quarto de século final do reinado de D. Afonso III, apesar de vivido em circunstâncias sociais e políticas por vezes muito difíceis de ultrapassar, foi caracterizado pelo esforço organizador deste rei aplicado à administração pública, pela preocupação em obter maior justiça social e por uma acção de política interna e também externa que exigiam esse aumento de recursos financeiros ¹⁴.

Não surpreende, pois, que Elvas tenha cedido ao monarca, logo em 1258, o montadigo do seu termo, por certo em benefício das receitas ao tempo previsíveis do erário régio.

As cedências por parte de Évora e Montemor-o-Novo, antes de 1261, terão tido o mesmo objectivo. É de admitir, inclusive, terem sido feitas, igualmente, no final de 1258.

Três anos depois, em 1261, ocorrem as doações régias de montadigo aos concelhos de Évora, Montemor-o-Novo e Elvas. O desenvolvimento local, a sustentar com o auxílio das receitas do montadigo, é agora reconhecido pelo monarca como mais importante do que a reserva dessas receitas pela Coroa.

Este imposto ocupa, então, um lugar de destaque entre as preocupações governativas do rei, como temos de concluir, face a outras decisões suas que vão reflectir-se numa área mais alargada da região alentejana. De facto, D. Afonso III escreve em 1 de Fevereiro de 1261 à Ordem do Templo e, cerca desta data, a outras ordens militares, Hospital, Calatrava e Sant'Iago, procurando a regularização do processo de cobrança do montadigo nas terras que senhoreiam

¹¹ AN/TT – *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 49, col. a).

¹² Alexandre Herculano – *Historia de Portugal desde o começo da monarchia até o fim do reinado de D. Afonso III*, 8 ed., Paris/Lisboa: Aillaud & Bertrand, vol. 5, p. 154-160; Marcelo Caetano – *História do Direito Português*, vol. 1: 1140-1495, Lisboa: Ed. Verbo, 1981, p. 325; Joaquim Veríssimo Serrão – *História de Portugal*, vol. 1, 3. ed., Lisboa: Ed. Verbo, 1979, p. 140-141.

¹³ Alexandre Herculano – *Historia de Portugal...*, 8. ed., vol. 5, p. 125.

¹⁴ Idem – *Ibidem*, idem, vol. 5, p. 186-220.

e o nivelamento das taxas respectivas de acordo com as praticadas em localidades suas situadas a Sul do rio Tejo ¹⁵. É também de 1 de Fevereiro desse ano, como acima dissemos, a carta que dirige ao Concelho de Beja para que filhe o montádigo seu, de acordo com o foro de Évora, mas não o terrádigo, este porventura de escasso rendimento ¹⁶. Na mesma data, com alta probabilidade, ou em data próxima, faz idênticos pedidos aos concelhos de Montemor-o-Novo, como vimos, Estremoz, Monforte, Portalegre, Marvão e Odemira, a todos recomendando a aplicação das taxas praticadas em Évora ¹⁷.

Em 9 de Outubro desse ano, nasce D. Dinis, o futuro rei. O evento iria facilitar, menos de sete anos depois, a posse pelos portugueses, com pleno domínio, do Algarve e de praças a Leste do rio Guadiana, por força do tratado de Chaves de 1253, com que se ajustara o casamento de D. Afonso III com D.^a Beatriz, e graças a embevecimento do avô materno do jovem príncipe, o rei de Castela Afonso X, o Sábio ¹⁸. Aproximavam-se, assim, dias de novas exigências ao erário. Por isso, D. Afonso III, na busca de haveres e de poder, faz leis que atingem fortemente a economia do clero regular e secular e procuram evitar que doação, venda ou deixa testamentária acarrete para a Coroa perda de foros ou direitos ¹⁹.

No ano seguinte, sentindo-se Castela ameaçada por muçulmanos e tendo pedido socorro a Portugal, os recursos financeiros do Estado português para tal empresa são considerados escassos ²⁰. D. Afonso III, depois de ver recebido com reservas um pedido feito aos concelhos de um subsídio extraordinário, em nome do infante D. Dinis, para os respectivos aprestos, proíbe a sua concretização, mas aceita, directamente, como empréstimo, as somas que os concelhos queiram facultar a seu filho, obrigando-se o monarca a pagá-las fielmente ou, em caso de impossibilidade sua, os seus sucessores ²¹.

Vários concelhos lhe entregam, então, avultadas quantias ²², o que permite o auxílio a Castela, logo agradecido a 16 de Fevereiro de 1267, por Afonso X, seu sogro.

As cartas de Montemor-o-Novo e de Évora a doarem ao rei, também em 1267, o seu montádigo, ajudaram, muito provavelmente, a colmatar um esvaziamento, ao tempo, do erário régio, reflexo, pelo menos em parte, do desgaste com o socorro a Castela. E terão contribuído, outrossim, para acorrer a novas e acrescidas despesas, como seriam as relacionadas com a administração e o desenvolvimento do Algarve.

Tais doações foram consideradas por Alexandre Herculano como produto de pressões régias, “concessões que a simples razão indica não terem sido voluntárias”. Para este historiador, “com o tempo o fisco assimilou... [o montádigo] aos outros impostos, revocando esse direito á coroa por apparentes concessões dos gremios” ²³.

Esta suspeita pode, realmente, surgir. Do que não há dúvida é que estamos perante decisões muito ponderadas pelos concelhos cedentes.

É sabido que o alcaide, os juízes e o Concelho de Montemor-o-Novo, convocados especialmente para este propósito e reunidos na igreja de Santa Maria da praça, só depois de discutido atentamente o negócio, por ser matéria de interesse comum, recolhidas as opiniões,

¹⁵ Veja a nota n.º 6, acima.

¹⁶ AN/TT – *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 49, col. b).

¹⁷ Idem – *Ibidem*, id., id., e 49 v.º.

¹⁸ Alexandre Herculano – *Historia de Portugal...*, 8. ed., vol. 5, p. 111-116, 166-167, 176-177 e 181-182. Pedro Soares Martinez – *História Diplomática de Portugal*, Lisboa: Ed. Verbo, 1986, p. 40.

¹⁹ Alexandre Herculano – *Historia de Portugal...*, 8. ed., vol. 5, p. 192 e seguintes.

²⁰ Carta de D. Afonso III ao Concelho de Coimbra, de 1 de Maio de 1266, a aceitar o empréstimo de 4000 libras para apoio a D. Dinis no auxílio a Castela, in *Portugalice Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, vol. 1, 1856, p. 217-218. Veja, também, Alexandre Herculano – *Historia de Portugal...*, 8. ed., vol. 5, p. 179.

²¹ Veja a nota anterior.

²² Alexandre Herculano – *Historia de Portugal...*, 8. ed., vol. 5, p. 180.

²³ Idem – *Ibidem*, 8. ed., vol. 8, p. 209-210.

tomados os votos de todos e de cada um, primeira, segunda e terceira vez, decidiram nesse ano a concessão a D. Afonso III do montádigo do seu alfoz ²⁴. Montemor-o-Novo fê-lo a 18 de Fevereiro, portanto dois dias depois de o rei de Castela escrever ao rei de Portugal a quitar-lhe para sempre todos os pleitos, posturas e homenagens feitos entre eles a respeito do Algarve e a exprimir-lhe o seu agradecimento “por le ayuda que nos fiziestes en nuestra guerra por mar e por tierra” ²⁵.

Évora concedeu o seu montádigo em 6 de Março do mesmo ano. A carta eborense não relata semelhantes pormenores no processo de decisão. Mas esta foi, em nosso parecer, também muito prudente. Nem sequer deixou de incluir a condição que permitiria ao senhor de Portel e àqueles que em seu termo vivessem, bem como aos habitantes de Évora, que os gados usufruíssem pastos em qualquer dos termos, sem pagamento de montádigo ou outro foro. Declaradamente livres, os eborenses viram no seu gesto um serviço a prestar ao País e na sua doação do montádigo uma concessão feita pelo muito património e mercê que o rei lhes fizera e pelo que esperavam este lhe viesse a fazer durante o resto do seu reinado ²⁶.

O juízo formulado por Alexandre Herculano segundo o qual esta concessão terá sido fruto de uma elevada apetência do rei, parece-nos demasiado severo. D. Afonso III reuniu, como outros monarcas, um vasto património pessoal. Mas, como rei, deixou na História uma imagem de organizador sagaz e administrador determinado, ao serviço do País. O pedido de empréstimo feito pouco antes destas duas cartas de doação a favor da Coroa, por provir deste rei e estar justificado pelas circunstâncias acima expostas, levaria, sem dúvida, à sua satisfação, quando e quanto possível. Não consideramos, sequer, que, por exemplo, a condição imposta por Évora seja a projecção de uma pressão directa do rei ou até indirecta, como poderia ser, se nascida no senhor de Portel, D. João Peres de Aboim. Afigura-se-nos que essa cláusula, ainda que possa ter satisfeito a reconhecida ambição do mordomo-mor do rei ²⁷, é, antes, uma busca de garantia de um “statu quo” que administrativa e politicamente convinha a Évora não cessasse.

Nega, igualmente, uma apetência indesculpável do monarca o facto de D. Afonso III, ao saber, na mesma altura, que os concelhos de Sintra, Ourém e Montemor-o-Velho se sentiam agravados com o pagamento da renda anual que de cada um ele recebia, lhes ter feito mercê dessa renda, dando logo quitação dela e de sua fiança ²⁸.

Supor em D. Afonso III, seguindo uma interpretação diferente, o desejo de “obter certos montados do Alentejo, cujo rendimento lhe daria o domínio agrícola da região” ²⁹ é, em nossa opinião, esquecer, por momentos, o conceito fiscal de montado ou montádigo no País durante a Idade Média e, na sequência desse desvio para um conceito económico-agrícola moderno, atribuir a este rei português um projecto cujo objectivo não se conciliaria com a sua lúcida estratégia social e económica, nem com a complexa política global que pôs em prática ³⁰.

As cartas por força das quais a propriedade do montádigo de várias terras portuguesas, entre as quais as de Évora, Montemor-o-Novo e Elvas, foi concedida e sucessivamente transferida, num movimento de vaivém, até 1267, encerram, em nosso parecer, outra lição. Por elas

²⁴ Veja a nota n.º 8, acima.

²⁵ Carta de Afonso X de Castela a D. Afonso III de Portugal. AN/TT – *Gaveta XIV*, maço 1, doc. 8. Publicada in *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol. 3, 1963, p. 578-579.

²⁶ Veja a nota n.º 3, acima.

²⁷ Alexandre Herculano – *Historia de Portugal...*, 8. ed., vol. 5, p. 220-229. Pedro de Azevedo e Anselmo Braamcamp Freire – *Livro dos Bens de D. João de Portel: Cartulário do Século XIII*. Sep. *Arquivo Historico Portuguez*, Lisboa, vol. 4-7, 1906-1910.

²⁸ AN/TT – *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 49, col. b), e 49 v.º.

²⁹ Joaquim Veríssimo Serrão – *História de Portugal*, vol. 1, 3. ed., p.142.

³⁰ José Matoso – *Portugal Medieval: Novas interpretações*, 2. ed., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992, p.71, 72, 74, 75, 163-164, 283 e 296-297.

podemos antever o volume relativo do tributo, o seu peso económico, ainda que eventual. Por elas se reconhece, também, e se confirma que a posse do montadigo pelo mais alto magistrado da Nação teve uma influência clara, benéfica e sensível na administração central do País e que, quando essa posse coube a administrações concelhias, foi, como então concluiu D. Afonso III, um factor de desenvolvimento financeiramente sustentável nos respectivos alfozes.

A Peste Negra na Epigrafia Medieval Portuguesa

Mário Jorge Barroca *

Há quarenta anos, nas Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval, era editado um estudo pioneiro sobre a Peste Negra em Portugal, orientado pela Professora Virginia Rau, da autoria de quatro historiadores – A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Luís A. de Oliveira Ramos e Humberto Baquero Moreno – que marcaram de forma indelével a historiografia portuguesa nas décadas seguintes¹. Este estudo, que continua a ser citado por todos quantos pretendem abordar a Peste Negra que assolou a Europa e Portugal em 1348-49, serve de mote a esta pequena nótula que pretende chamar a atenção dos historiadores para essa *outra* fonte documental que é a Epigrafia Medieval onde, como seria de esperar, a crise da Peste Negra também se encontra reflectida. Ao longo da sua carreira o Professor Doutor Humberto Baquero Moreno regressou por diversas vezes ao tema da Peste Negra², não esquecendo também outras epidemias pestíferas que assolaram o reino nos Sécs. XV e XVI³. Esta circunstância justifica que, na hora de prestarmos esta singela homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno, a nossa escolha tenha recaído sobre este tema que lhe é tão caro.

A história da Peste Negra em Portugal tem vindo a ser escrita aos poucos, graças aos contributos de diversos autores⁴. No entanto, e apesar do valor e do interesse desses contributos, atrevemo-nos a afirmar que Portugal continua a aguardar a monografia que o tema impõe. Como se sabe, são conhecidas diversas referências documentais à Peste Negra em Portugal, quase todas elas espelhando a situação dramática que se viveu no reino a partir do Verão de 1348. Uma das passagens mais celebrizadas é, sem dúvida, aquela que se encontra exarada no *Livro das Eras* de St^a. Cruz de Coimbra, onde um monge registou que na “*Era de mil e trezentos*

* Do Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/nº, 4150-564 Porto.

¹ A. H. de Oliveira Marques, Iria Vicente Gonçalves, Luís António de Oliveira Ramos e Humberto Baquero Moreno, “Para o estudo da Peste Negra em Portugal”, *Bracara Augusta*, vol. XIV-XV, Braga, 1963, pp. 210-239.

² Cf. “Um Testamento concebido durante a Peste Negra”, *Bracara Augusta*, vol. XXXII, nº. 73-74, Braga, 1978, pp. 125-141; “Reflexos da Peste Negra na Crise de 1383-85”, *Bracara Augusta*, vol. XXXVII, nº 83-84, Braga, 1983, pp. 373-386; “A Peste Negra e os Legados à Igreja”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. VI, Porto, 1991, pp. 133-144.

³ Vd., por exemplo, “A Epidemia de 1453-54”, *Revista de Ciências do Homem*, vol. 1, nº 1, Lourenço Marques, 1968, pp. 1-23; “Um documento sobre a Peste de 1453-1454”, *Tellus*, nº 10-11, Vila Real, 1983, pp. 15-20; “Documentos inéditos para o estudo da «Peste Pequena» de 1599”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. I, Porto, 1986, pp. 227-238.

⁴ Sobre a Peste Negra em Portugal, para além da bibliografia citada nas notas precedentes e sem a preocupação de sermos exaustivos, veja-se ainda António Baião, “As Freiras de Lorvão e a Peste de 1348”, *O Instituto*, vol. 100, Coimbra, 1942, pp. 734-737; Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, vol. V, Lisboa, 1945, pp. 166-170; António Jorge da Costa Tunhas, *A Peste Negra. Notas para uma interpretação Psico-Social*, Diss. de Licenciatura, Porto, Faculdade de Medicina, 1965; Virgínia Rau, “Un document portugais sur la Peste Noire de 1348”, *Annales du Midi*, «Hommage a Yves Renouard», vol. 78, 1966, pp. 331-334 (trad. portuguesa: “Um documento português sobre a Peste Negra de 1348”, in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, 1986, pp. 128-131); Mário da Costa Roque, *As Pestes Medievais Europeias e o «Regimento proveytoso contra a Pestenença»*, Lisboa, Valentim Fernandes, [1495-1496]. *Tentativa de Interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*, Lisboa-Paris, FCG, 1979; Maria Helena da Cruz Coelho, “Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra”, *Revista Portuguesa de História*, vol. XVIII, Coimbra, 1980, pp. 312-331 (reed. in *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XIV). I. Notas do Viver Social*, Lisboa, 1990, pp. 60-72).

e oytenta e seys anos foy grande mortaydade polo mundo assy que yualmente morrerom as duas partes das gentes. Esta mortaydade durava na terra por spaço de tres meses. E as maysores das doencas eram de levacoens que tijnham nas verilhas e so os bracos. E as de maysores das gentes também as que morrerom como as que ficaram todos ouverom estas doores.”⁵. Em nota à margem deste registo alguém esclareceu: “Por sam Miguel de Setembro se começou esta Pestilência”. Com base nesta anotação, a maior parte dos autores tem defendido que a crise pestífera começou a sentir-se em Portugal a partir de finais do mês de Setembro de 1348, embora nos pareça provável que possa ter começado a assolar o reino um pouco antes, já em Julho ou Agosto⁶. No *Livro das Lembranças* do Mosteiro de St^a. Cruz encontramos outro registo de teor sensivelmente idêntico⁷. O cômputo de dois terços de mortes em consequência da Peste Negra – um dos mais insistentemente referidos pela documentação da época – foi igualmente registado no *Chronicon Alcobacense*: “Era M^a. CCC^a. LXXX^a. V^a. Fuit generalis pestilencia per toto mundo in qua mortui sunt dues partes hominum.”⁸. No entanto, não foi o único número apontado pelas fontes da época. Fr. Joaquim de St^a. Rosa Viterbo registou, no seu *Elucidário*, uma passagem de um célebre documento da Colegiada de S. Pedro de Almedina, onde se referia um índice de mortalidade bem diferente, pretendendo-se que nove em cada dez pessoas haviam falecido com a Peste Negra⁹. Este documento, que depois de Viterbo o ter referido andou perdido durante muito tempo, foi adquirido e publicado na íntegra por Virginia Rau. Nele se regista que “... en o ano da Era de mil e trezentos e oytenta e sex anos veo a pestilência e a morteadade de door de levadigas per todo o mundo tam grande, que nom ficou hi viva a dizima dos homees e molheres que entom hi avia. E en o dicto ano morrerom o priol e o chantre e todos os Raçoeyros da Eigreja de sam Pedro da Almidinha de Coimbra huums depos outros todos en huu mes”¹⁰. Certamente que nenhum destes cômputos oferece grandes garantias de ser fidedigno, mas ambos revelam o terrível impacto que a epidemia teve e a forma como ele foi sentido na época. O suficiente para que, um século mais tarde, D. Duarte ainda a registasse nos seus apontamentos particulares. Com efeito, nas “*Memorias de algumas cousas que acontecerão em diversos tempos*”, juntamente com mais uma dezena de eventos, o monarca anotou: “Era de mil iij^o lxxx bj. foy a pestelença grande em que foy morta muyta gente.”¹¹.

Dispersas pela mais variada documentação deparamos com referências à enorme epidemia de 1348-49, particularmente gravosa nos meios monásticos e nos espaços urbanos, onde o

⁵ Cf. António Cruz, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, pp. 80-81.

⁶ Mário da Costa Roque sugere mesmo que a epidemia possa ter entrado em Portugal em Março ou Abril (cf. Mário da Costa Roque, *As Pestes Medievais Europeias e o «Regimento proveytoso contra a Pestenença»*, Lisboa, Valentim Fernandes, [1495-1496]. *Tentativa de Interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*, Lisboa-Paris, FCG, 1979, pp. 123-136, sobretudo pp. 135-136). Identica posição seria defendida por Humberto Baquero Moreno, “Reflexos da Peste Negra na Crise de 1383-85”, *Bracara Augusta*, vol. XXXVII, nº 83-84, Braga, 1983, pp. 377-381.

⁷ Cf. António Cruz, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, p. 95.

⁸ *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, p. 22.

⁹ Cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário de Palavras, Termos e Frases ...*, vol. II, Porto, 1966, p. 362 (s.v. “Levadigas”).

¹⁰ Cf. Virginia Rau, “Um documento português sobre a Peste Negra de 1348”, *Estudos de História Medieval*, Lisboa, 1986, p. 130. A situação foi de tal maneira dramática que foram empossados novos titulares dos cargos de prior, chantre e raçoeyros, os quais confessavam que não sabiam “o custome da dicta Eigreja, nem commo sse soyam de partir os beens e fructos e dereitos dela antre os Raçoeyros que hi foram ante nos”.

¹¹ Cf. *Livro dos Conselhos de ElRei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. de João José Alves Dias, Lisboa, 1982, p. 202. D. Duarte foi um monarca particularmente atento ao flagelo da Peste. No *Livro dos Conselhos* encontramos uma *Recepta contra a Peste* (op. cit., p. 278), e no *Leal Conselheiro*, o monarca consagrou o capítulo 54 às “*Razões por que me parece bem fugir aa pestellença*” (cf. *Leal Conselheiro*, ed. de João Morais Barbosa, Lisboa, 1983, pp. 270-276). O monarca não tinha, de resto, motivos para menos já que sua mãe, a Rainha D. Filipa de Lencastre, falecera nas vésperas da partida da armada para Ceuta, vitimada pela Peste em 1415. Sobre a Epidemia de 1414-16 veja-se o relato de Gomes Eanes de Zurara (*Crónica da Tomada de Ceuta por elRei D. João I*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, 1915, Cap. 35, p. 136, e Cap. 38, p. 147).

contacto humano facilitava o contágio. A 4 de Novembro de 1349 a Abadessa do Mosteiro de Lorvão queixava-se que “... *en esta pestilença se morrerom a maior parte das donas que avia no dito mosteiro* ...”¹². Em 1348 o Mosteiro de Seiça afirmava que perdera, em dois meses, 150 pessoas, entre clérigos e caseiros¹³. Fr. António Brandão, baseando-se em “*livro autêntico*”, registava que o Mosteiro de Alcobaça vira morrer 150 monges com a Peste Negra. O Mosteiro de S. Torcato, junto a Guimarães, viu-se reduzido a apenas quatro monges nos meados do Séc. XIV¹⁴. O Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, foi igualmente duramente afectado pela epidemia, tendo falecido o próprio Abade, como se revela numa carta que D. Afonso IV enviou ao Papa Clemente VI pedindo que confirmasse D. Gonçalo Garcia, cónego do mosteiro, como novo Abade: “... *quod anno pestilentie, vacante monasterio sancti vicentii extra muros Ulixboñ, ordinis sancti Augustini* ...”¹⁵. Pela mesma ocasião o monarca escreveu ao Papa pedindo que confirmasse novos prelados para as igrejas de St^a. Maria de Arruda, S. Cucufate de Cuba e outros templos que não discrimina, que tinham ficado vacantes com a Peste¹⁶. De resto, apesar de muitas vezes não se referir explicitamente a Peste Negra, o elevado número de pedidos de confirmação de clérigos para lugares vagos, que se detecta a partir de finais de 1348, não pode deixar de ser relacionado com a epidemia. A Peste Negra não efectou apenas comunidades monásticas, fazendo-se sentir igualmente nas Sés. É sobejamente conhecido o caso de D. Gonçalo Pereira que, em fins de 1348 escrevia ao Papa Clemente VI dando conta da terrível epidemia que grassava entre o Cabido da Sé de Braga e comunicando-lhe a nomeação de vários nobres para ocuparem os cargos entretanto que estavam vagos: “... *quod propter mortalitatem inmensam et orribilem que in illis partibus duravit, sicut durat, vestra Bracharensis ecclesia est ministrorum solatio destituta in tantum quod vix divinum officium per residentes potest expleri. (...) providit de subsequenter dignitatibus et beneficiis vacantibus personis nobilis benemeritis potentibus et multum necessariis sibi et dicte ecclesie* ...”¹⁷. D. Gonçalo Pereira refere explicitamente a morte do Deão D. Martim Zote, do Chantre D. Martim Esteves e do Cónego D. João Martins. A carta de D. Gonçalo Pereira, que deve ter sido enviada em inícios de Dezembro de 1348, obteve resposta do Papa Clemente VI logo em 7 de Janeiro de 1349, mas quando esta chegou a Braga já o próprio Arcebispo tinha sido vitimado pela epidemia, tendo falecido a 20 de Dezembro de 1348 (como sugeriu Maria Helena da Cruz Coelho)¹⁸ ou a 18 de Dezembro de 1348 (como se regista no Obituário da Sé do Porto)¹⁹. Nos meios urbanos, as referências são igualmente abundantes. Viterbo registou, no *Elucidário*, um diploma que D. Afonso IV enviou para Moncorvo em 1350 onde se alude “... *como per rrazom da Pestelença, que se seguio, muitos morrerão* ...”²⁰. Um documento relativo a Santar, datado de 1358, referia que durante “... *a Pestelença morreram muytos homes antigos que a verdade sabem e ora som maais de achar homes antigos que se acordem do tempo delrey dom donjys e delrey dom afomso seu padre*”²¹.

¹² Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, “Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra”, *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XIV). I. Notas do Viver Social*, Lisboa, 1990, p. 60.

¹³ Idem, ibidem, p. 60.

¹⁴ José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, INCM, 1988, p. 734.

¹⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, doc. 365, de 20 de Abril de 1350.

¹⁶ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, doc. 366.

¹⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, doc. 288.

¹⁸ Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, “O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”, *Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, Braga, 1990, p. 416.

¹⁹ No Obituário da Sé do Porto encontramos, no registo relativo ao dia 18 de Dezembro, a seguinte notícia: “*Era de . M. CCC LXXXVJ . Morreo dom Gonçalo Pereyra arcebispo de Braga que leyxou ao Cabidoo dous casaes em Novelas emprazados por XVIIJ mrs.*” (ADP, *Obituário da Sé do Porto*, Ms. 1574, fl. 89v^a).

²⁰ Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário de Palavras, Termos e Frases ...*, vol. II, Porto, 1966, p. 477 (s.v. “Pestelença”).

²¹ Iria Gonçalves, “Consequências demográficas da peste Negra”, in A. H. de Oliveira Marques, Iria Vicente Gonçalves, Luís António de Oliveira Ramos e Humberto Baquero Moreno, “Para o estudo da Peste Negra em Portugal”, *Bracara Augusta*, vol. XIV-XV, Braga, 1963, p. 216.

Um documento de Coimbra, datado de 28 de Janeiro de 1350, registava “*como a terra era minguada das compainas pola Pestelença que Deus deu*” e “*como as herdades e poseções rendiam muijto menos que ante rendjam per razom da dicta Pestelença*”²². E ao longo da segunda metade do Séc. XIV sucedem-se as queixas apresentadas pelas cidades e vilas junto dos monarcas, lamentando-se da escassez de população. Castelo Rodrigo queixou-se em 1350, Marvão em 1351, Santarém em 1358 e em 1364, o Porto em 1361, Torres Novas em 1364, Bragança em 1364 e 1377, Ponte de Lima, Castro Marim e Silves em 1372, Coimbra em 1373, Évora em 1376, etc. No *Obituário da Sé do Porto* regista-se, a dado passo, que estavam vagas “... *buas casas iunto com a morada onde mora Affonso Martynz deam do Porto. E por q no anno da primeyra pestilença atee agora nõ foy achado herdeyro dellas as emprazou ao dito deam por X.III rs e ordenarom II annyverssayros pollas almas de cujas foram ...*”²³. Esta referência – uma das primeiras que conhecemos para a Peste Negra na cidade do Porto - reflecte indirectamente a violência da epidemia: não só os moradores da casa tinham falecido como, durante muitos anos, nenhum herdeiro aparecera a reclamá-la, certamente porque também tinham perecido na epidemia. De resto, na Chancelaria de D. Pedro encontramos uma petição que os moradores do Porto tinham enviado ao monarca que espelha as duras consequências da Peste no povoamento da zona. Queixava-se a cidade do Porto que “... *soya a seer ante da pestilencia que avja hi multidõe de pescado tanto que avondava a terra e levavam del pera fora ... e que ora mudou se assy per mjngo de pescadores ...*”²⁴. Sublinhemos, por outro lado, o facto do *Obituário* esclarecer que se tratava da “*primeyra pestilença*”, sintoma de que quem exarou a nota tinha consciência de que outras epidemias tinham entretanto ocorrido. Na realidade, o *Obituário* foi redigido algures entre 1447 e 1468, numa altura em que o reino já tinha sido atingido por, pelo menos, mais dezasseis epidemias²⁵.

Quando procedemos ao levantamento e estudo da Epigrafia Medieval Portuguesa²⁶ tivemos oportunidade de identificar pelo menos cinco inscrições que se relacionam com a Epidemia de 1348-49: dois epitáfios que referem explicitamente mortes ocorridas em consequência da Peste Negra, e mais três que, como veremos, oferecem motivos suficientes para suspeitarmos que podem estar associados a essa trágica epidemia.

O primeiro caso – de todos o mais notável – é o epitáfio de D. Lourenço Anes, “homem do Deão” e sobrinho do Bispo D. Miguel Vivas, que foi gravado ao longo do lateral do seu sarcófago, em três campos separados por dois braços, e na secção da sua tampa. O monumento, que jazia enterrado no subsolo da Capela de S. Lourenço, no Claustro da Sé de Lisboa, foi descoberto em Janeiro de 1985, quando se procedia ao restauro do seu pavimento. A Capela de S. Lourenço, que se ergue na Ala Norte do Claustro da Sé de Lisboa, foi instituída pelo próprio Lourenço Anes em honra do santo seu homónimo²⁷. A extensa inscrição, rica em pormenores

²² Hermínia Vasconcelos Vilar, *A vivência da morte na estremadura portuguesa (1300-1350)*, Diss. de Mestrado, Ed. Policopiada, Lisboa, 1990, Doc. 2, p. 355-356.

²³ ADP, *Obituário da Sé do Porto*, Ms. 1574, fl. 21 vº.

²⁴ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, ed. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1984, doc. 559, p. 243.

²⁵ Em 1356, 1361-63, 1374-75, 1383-85, 1389, 1400, 1408, 1414-16, 1423, 1427, 1429, 1432, 1437-39, 1448-52, 1456-58 e 1464-69 - cf. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, 1986, p. 21. À lista fornecida por A. H. de Oliveira Marques acrescentamos, apenas, as referências à Epidemia de 1395 (cf. Ana Maria Rodrigues, “Uma peste em Torres Vedras em 1395”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais*, nº 7, Porto, 1988, pp. 3-5), à Epidemia de 1408 (cf. Saül A. Gomes, “Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra. I. Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, *Estudos Medievais*, vol. 9, Porto, 1988, doc. 79, de 24 de Abril de 1408) e à Epidemia de 1427 (cf. *Monumenta Henricina*, vol. III, doc. 83, de 3 de Outubro de 1427).

²⁶ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Diss. de Doutoramento, 4 vols., Lisboa, FCG-FCT, 2000 (1ª ed., policopiada, Porto, 1995).

²⁷ A actual Capela de S. Lourenço resulta de reforma filipina concluída em 1631, altura em que se deve ter procedido ao ocultamento do arcaz.

no que concerne às disposições testamentárias, consagra o direito de um elemento de sua linhagem estar ligado à Capela de S. Lourenço (mesmo que fosse pobre) e institui a comemoração de doze missas de aniversário, uma por cada mês, tal como ficava igualmente exarado no *Livro da Preciosa*. O texto revela, pela sequência dos diversos campos epigrafados, o ritmo de abertura da inscrição. Com efeito, o sarcófago de D. Lourenço Anes apresenta, ao longo do seu lateral, dois brasões que dividem a sua superfície em três zonas: uma central, mais ampla, e duas laterais, mais estreitas. Os dois escudos repetem as mesmas armas, apresentando o campo carregado com uma banda enxaquetada de cinco ordens, sendo a do meio lisa. Ostentam sistema de suspensão (em cima) e espigão ou ponteira (em baixo)²⁸. A inscrição começou a ser gravada no campo central (A), o mais extenso. Esgotado este, o lapicida passou para o campo lateral direito (B). Como este não foi suficiente para se gravar todo o texto, optou de seguida pela secção da tampa (C). E, finalmente, esgotada esta superfície, utilizou o campo lateral esquerdo para concluir a inscrição (D). Desta forma, ficamos a saber que o epitáfio de Lourenço Anes foi gravado directamente na pedra, sem recurso a uma *ordinatio*, uma vez que se o lapicida a tivesse realizado teria rapidamente verificado a necessidade de utilizar todo o espaço do arcaz, optando por uma sequência natural dos campos epigráficos, alinhando-os da esquerda para a direita. O texto do epitáfio diz:

(A)

+ AQ(u)I : IAZ : LO(u)RENDO : EANES : HOME(m) : DO M DA / AO : CIDADAAO
 : DE M LIXBOA : E : SOBRINHO : DO : EM / : LEITO : DOm : MIG(u)EEL : VIVAS
 : Q(ue) : MA(n)DOU : FAZER : ESTA : / PELO : SEU : (h)AVER : PERA SI : E :
 PERA : OS : DE : SEU : LI / NHAGEm : E MA(n)DOU : Que : (h)AIA : DE :
 (ha)VEER : SEmPRE : HUUm : HOME(m) / : MAIS : CHEGADO : DO SEU : LIGNA-
 GE(m) : E : AINDA : Que : SELA / : POBRE : Que : LHA : NOm : TOLHAm : E
 O CABIDOO : DE : LIXBOA / LHE : HA : DE : FAZER : Em : CADA : HUUm :
 ANO : PERA : TODO : / SEmPRE : XII : ANIVERSARIOS : COmVEm : A SABER :
 CADA / : MES : HUUM : ASI : COMO : HE : ESCRITO : NO : LIVRO : DA / :
 PRECIOSA : E : (h)Am : LHE : DE : FAZER : HUA : FEESTA : DE : VI / : CAPAS
 : E : COm : OR[a]COOS : E : COm : TODO O : AL M SEGUndo : CU / STUME :
 DA : [...] EGREIA : DE : LIXBOA : AA : HOnRA : + /

(B)

DE : SA(o) : L(ourenço)O / E : SA OYT / AVA : E : P / ELAS [Sic] : ANI / VERSARIOS
 / E : FESTAS / HA : DAVE(r) / PELLOs : B / EEnS : DO : DiCTo / L(ouren)CO : ANES
 : L / : E : VI : LIVRAS / E(m) : CADA M HUUm : ANO

(C)

: SE : FAZEREM : OS : ANIVERSARIOS : CO(m) : FESTA : COMO : DITO : IE :
 SE : NO [nom] (h)AIAM : NADA : E (h)A SE : DE : MAnTEER : HUUm : CAPE-
 LA(o) : EN : CADA : / HUUM : ANO : NA M DITA : CAPELA : CANTE : POLO :
 DITO : L(ouren)CO [Anes] CADA : DIA : MIS(s)A : DE : REQ(u)IEM : E : O : CAPE-
 LA(o) : QUE : CA(n)TAR : EN :

²⁸ O túmulo de D. Lourenço Anes é o primeiro exemplo que conhecemos, em Portugal, da utilização de um escudo com ponteira ou espigão, uma moda que tanto sucesso haveria de alcançar entre a heráldica portuguesa da segunda metade da centúria de Trezentos.

(D)

ESTA : CAPELA : / SELA : REZIDENTE : AS : (h)O / RAS : Em : O CORO : E : O
 : / QUAL : L(ouren)CO : ANES : / PAS(s)OU : NA : PESTE / LENÇA : DA : ERA :
 DE / MIL : E : TREZENTOS : / : OYTEENTA : SEIS : / ANNOS : DE SAA : AL / MA
 : DEUS : PERDOE / AMEN : 29

A figura de Lourenço Anes é relativamente obscura. Pelo texto da epígrafe ficamos a saber que era sobrinho de D. Miguel Vivas³⁰ e que era “homem do Deão”. Pelo facto de ter encomendado a construção da Capela de S. Lourenço podemos deduzir que seria pessoa de algumas posses. A ornamentação do seu moimento – com uma espada e uma lança gravadas na tampa e representações heráldicas no sarcófago – parece indicar que se tratava de pessoa nobilitada. De resto, como já tivemos oportunidade de salientar em 1995, as suas armas apresentam uma organização semelhante ao brasão da família Nogueira, linhagem com a qual, no entanto, não conseguimos ligar D. Lourenço Anes³¹. No entanto, uma das referências documentais conhecidas para Lourenço Anes encontra-se exarada no testamento de Bartolomeu Joanes, revelando que foi um dos *companhons* deste abastado comerciante de grosso trato e que foi um dos seis testamenteiros nomeados por ele. O testamento de Bartolomeu Joanes revela-nos, ainda, que Lourenço Anes era “*público tabelião de Lisboa*”³², circunstância que parece contradizer um eventual estatuto nobilitado. É, portanto, provável que Lourenço Anes fosse um plebeu dotado de bens de fortuna que, procurando prestígio e ascensão social, se apropriou da linguagem simbólica típica da nossa Nobreza, incluindo-a no seu moimento³³. Se assim fosse, estaríamos perante um processo muito similar ao que ocorreu com o próprio Bartolomeu Joanes que, apesar de aparentemente nunca ter sido nobilitado, encomendou um sarcófago carregado com toda a linguagem simbólica da Nobreza – um túmulo com os laterais ornamentados com brasões, encerrado por uma tampa ostentando inscrição na secção lateral³⁴ e ornamentada com a sua estátua jacente, onde Bartolomeu Joanes figura trajando vestuário de corte, com espada e esporas, tudo colocado na Capela de S. Bartolomeu, fundada pelo próprio para sua capela funerária e dedicada ao santo seu homónimo³⁵. Há, como se pode verificar, muitos pontos de contacto entre os casos de Bartolomeu Joanes e Lourenço Anes.

²⁹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 613, pp. 1677-1682. Vd. também Justino Mendes de Almeida, “Uma inscrição inédita da Sé de Lisboa”, *Anais (da A.P.H.)*, IIª Série, vol. 33, Lisboa, 1993, pp. 511-517.

³⁰ D. Miguel Vivas foi Clérigo de D. Afonso IV, Vedor da Chancelaria e Chanceler do mesmo monarca, Cónego de Braga e de Lisboa e Bispo eleito de Viseu (onde sucedeu a D. Gonçalo, falecido em 1328). Encontra-se documentado entre 1325 e 1338. Sobre D. Miguel Vivas veja-se Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, 1990, pp. 369-370, e Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, pp. 1681-1682.

³¹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, p. 1681.

³² O extenso testamento de Bartolomeu Joanes foi publicado por D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora in “A Heráldica medieval da Sé de Lisboa”, sep. do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, IIIª Série, nº 88, Lisboa, 1982, pp. 40-56. Lourenço Anes é referido como testamenteiro na p. 50 e como público tabelião de Lisboa na p. 54.

³³ Como já tivemos oportunidade de defender, julgamos que o túmulo, com os motivos ornamentais, deve ser resultado de uma encomenda realizada pelo próprio Lourenço Anes, embora a inscrição tenha sido gravada já depois do óbito.

³⁴ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 559, pp. 1493-1498, de 30 de Novembro de 1324.

³⁵ A instituição da Capela de S. Bartolomeu encontra-se documentada na mais extensa inscrição medieval portuguesa de que temos conhecimento, datável de [1324] – cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 560, pp. 1498-1505. Sobre o túmulo de Bartolomeu Joanes veja-se, entre outros, Carla Varela Fernandes, *Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*, Lisboa, IPPAR, 2002, pp. 102-110; Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Ed. Presença, 2002, p. 224.

A segunda inscrição que se relaciona directamente com a Peste Negra é o epitáfio de D. João Martins, Abade de Alcobaça. Tal como aconteceu com a quase totalidade das inscrições funerárias dos Abades de Alcobaça, o original deste letreiro desapareceu mas conhecemos o seu conteúdo através de uma leitura de Fr. Fortunato de S. Boaventura. O seu testemunho, apesar de encerrar um pequeno lapso na data, reveste-se de grande importância. Segundo este autor, a inscrição diria:

“Era MCCCCLXXXI [Sic] XX ... Domnus Joannes Martini XII Abbas Alcobaciae Qui XVI Annis Et Mensibus III ... Anno Quo Dira Pestis Devastavit Humanum Genus In Toto Orbe”³⁶.

D. João Martins falecera, portanto, em plena Peste Negra pelo que a data do seu óbito devia ser a Era de MCCCCLXXXVI. Como já referimos, Fr. António Brandão apontava a morte de 150 monges alcobacenses vitimados pela Peste Negra. Apesar do exagero deste número parece certo que o mosteiro cisterciense foi duramente afectado pela epidemia pestífera, nela tendo perecido D. João Martins, que desempenhou as funções de Abade durante 16 anos e 4 meses. Infelizmente a sua tampa epigrafada, que se encontrava na Sala do Capítulo (o local canonicamente recomendado para a sepultura dos Abades que faleciam no exercício do seu cargo), desapareceu com a remodelação do pavimento deste compartimento³⁷. Anotemos que logo em Fevereiro de 1349 o Mosteiro elegeu o seu sucessor, Fr. Vicente Geraldês ³⁸.

A terceira inscrição que pode ser relacionada com a Peste Negra é o epitáfio de Vicente Martins Curvo, falecido a 18 de Agosto de 1348, que se conserva na Igreja paroquial de S. Vicente de Veiros (Estremoz). O seu texto diz:

AQ(u)I : IAZ : VICENTE : MARTII(n)Z / CURVO : HOMEN : BOON : e R / ICO :
NO SEU : TENPO : O Q(u)aL : / MOR(r)EO : DEZ : VIII : DIAS : DA / GOSTO :
E(ra) : M : CCC : LXXX : / e VI : ANOS : CUIus : ANIMA : RE / Q(u)iESCAT IN
PACE : AMEN / < L >³⁹

Como se pode verificar, o epitáfio não encerra qualquer referência directa à Peste Negra. De resto, se aceitássemos a data mais usualmente referida pelos investigadores para a entrada da epidemia no reino – o S. Miguel de Setembro –, o óbito até teria ocorrido antes. No entanto, como referimos, há motivos suficientes para se suspeitar que a Peste penetrou em Portugal alguns meses antes de Setembro. A associação da morte de Vicente Martins Curvo à Peste sai reforçada se atendermos a que em Veiros, uma pequena povoação alentejana ainda hoje com reduzidos efectivos demográficos, havia uma outra inscrição funerária do mesmo ano de 1348. Com efeito, o Pe. Henrique da Silva Louro registou um outro epitáfio que diria:

³⁶ Fr. Fortunato de S. Boaventura, *História Chronológica e Crítica da Real Abbadia de Alcobaça, da Congregação Cisterciense de Portugal, para servir de continuação à Alcobaça Illustrada*, Lisboa, 1827, p. 178. Sobre este epitáfio vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 614, pp. 1682-1683.

³⁷ Os Abades que faleciam no exercício do cargo eram enterrados na Sala do Capítulo, privilégio que era vedado a outros monges, incluindo aqueles que tinham sido abades mas tinham abdicado em vida. A reforma do pavimento da Sala do Capítulo do Mosteiro de Alcobaça implicou a destruição irremediável de todas as tampas epigrafadas dos Abades. Apenas sobraram as epígrafes funerárias de D. Estêvão Martins (falecido a 17 de Setembro de 1285) e de D. Domingos Martins (falecido a 22 de Janeiro de 1302), precisamente porque tinham abdicado do cargo e falecido na simples condição de monges, tendo sido por isso enterrados na Ala Leste do Claustro do Silêncio (cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 408; vol. 2, tomo 2, Insc. nº 498).

³⁸ Cf. *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. I, p. 99.

³⁹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 616, pp. 1690-1692. Vd. também Henrique da Silva Louro, “Inscrições Lapidarias de Veiros”, *Alto Alentejo*, nº 4, Évora, 1959, p. 18, e Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VIII, *Distrito de Évora - Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Lisboa, 1975, p. 254.

“[...] / e Dona [...] Vaz ? sua mulher que faleceram aos 13 dias de Dezembro de 1386”⁴⁰.

Trata-se, portanto, de um epitáfio duplo que ficou a assinalar a morte de marido e mulher ocorrida a 13 de Dezembro de 1348. Infelizmente, este segundo epitáfio da Igreja de Veiros deve ter ficado encoberto pelo estrado de madeira do novo altar-mor do templo, não sendo hoje visível. O facto de os óbitos terem ocorrido no ano de 1348 e no mesmo dia parece assegurar que estamos perante mais um testemunho da Peste Negra. E a conjugação destes dados com o epitáfio de Vicente Martins Curvo parece revelar que a pequena vila de Veiros foi, também ela, duramente afectada pela epidemia.

O quinto testemunho epigráfico que pode ser associado à Peste Negra é o epitáfio de D. Nicolau Martins, Prior de Vila Boa do Bispo, que faleceu a 25 de Novembro de 1348, tendo sido mais tarde trasladado para o cenotáfio dotado de estátua jacente, fruto da encomenda de seu irmão, o qual se conserva hoje embutido num arcosólio na Igreja paroquial de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses). Tal como os exemplos de Veiros, o epitáfio de D. Nicolau Martins não regista qualquer referência à Peste Negra, dizendo apenas:

+ AQUI : IAS : DON : NICOLAO MARTI(n)S : PRIOR : QUE : FOY : DE : VILA :
BOA : DO BISPO : E : PAS(s)OU : [a XXV] / DIAS : DE : NOVENBRO : ERA : D(e)
: M : CCC : LXXXVI : ANOS : ⁴¹

D. Nicolau Martins ocupou o cargo de Prior do Mosteiro de Vila Boa do Bispo, documentando-se à frente dos destinos desta casa monástica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho entre 1316 e 1348⁴². Era irmão de D. Afonso Martins, Abade do Mosteiro de Pendorada, e de Júrio Geraldês, Vassalo de D. Fernando e Corregedor da Comarca de Entre-Douro-e-Mínho (a quem se deve a encomenda do sarcófago de D. Nicolau Martins, ornamentado com estátua jacente). A data da morte de D. Nicolau Martins tem suscitado alguns equívocos. D. Rodrigo da Cunha, Fr. Nicolau de Santa Maria e António Carvalho da Costa leram sempre a Era de «MCCCLXXXVI» (A.D. 1348)⁴³. Armando de Mattos leu a Era de «MCCCLXXXIII» (A.D. 1345)⁴⁴ e, desde então, todos seguiram esta leitura. No entanto, é seguro que se trata da Era de 1386 (A.D. 1348), o que sugere que o Prior pode ter falecido com a Peste. Esta hipótese sai reforçada se atendermos ao facto de D. Nicolau Martins ter sido enterrado em sepultura singela, o que motivou a encomenda do cenotáfio, criado cerca de 1362, por encomenda de seu irmão.

São estes os cinco epitáfios que, em Portugal, se podem relacionar com a Peste Negra – os dois primeiros reportando-se explicitamente à epidemia, os restantes três apresentando um elevado grau de probabilidade de corresponderem a óbitos também ocorridos em consequência do terrível flagelo. Apesar de não encerrarem grandes novidades, são mais alguns testemunhos a ter em conta no momento em que se redigir uma monografia exaustiva sobre a Peste Negra em Portugal. Os contributos da Epigrafia para esta temática não se encerram, no entanto, com a grande epidemia de 1348, havendo outras inscrições que relacionadas com os vários surtos pestíferos que afectaram o reino nos finais da Idade Média e nos alvares da Época Moderna.

⁴⁰ Cf. Henrique da Silva Louro, “Inscrições Lapidares de Veiros”, *Alto Alentejo*, nº 4, Évora, 1959, p. 16, e Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 618, pp. 1697-1698.

⁴¹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 617, pp. 1692-1697 (onde se indica outra bibliografia que, dada a sua extensão, nos dispensamos de aqui citar).

⁴² Cf. Fr. Nicolau de St^a. Maria, *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, vol. I, Lisboa, 1668, p. 289.

⁴³ Cf. D. Rodrigo da Cunha, *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, Porto, 1623, p. 432; Fr. Nicolau de St^a. Maria, *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, Parte 1^a, Livro VI, Lisboa, 1668, p. 289; António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, vol. I, Braga, 1868, p. 352 (1^a ed., 1706).

⁴⁴ Armando de Mattos, *Dois Estudos – Manis Palla e Giral Cabrom*, Porto, 1943, p. 37-38.

Notícia de um Português em terras catalãs no início do século XV

Marisa Costa

No contexto de um projecto de investigação dedicado à presença de Portugueses na Catalunha, com particular incidência na cidade de Lleida, durante a convencionada Baixa Idade Média¹, recolhi alguma documentação que, pelas suas características, se revelou impraticável de analisar exaustivamente e agrupar os inerentes resultados numa mesma publicação. Uma das causas de tal impraticabilidade radica na diversidade de elementos fornecidos pelas fontes compulsadas. A outra prende-se com a disparidade de informação facultada por esses mesmos elementos. Qualquer delas obriga a um tratamento limitado, propiciando apenas a elaboração de pequenos trabalhos como este, necessariamente complementares.

Assim sendo, dos muitos processos de crimes consultados no Arquivo Municipal de Lleida, o único reportando-se ao meu objecto de estudo que se apresentava concluído consiste numa sentença camarária punindo um Português que fora acusado de blasfémia enquanto exercia uma actividade ilícita naquela cidade. Só por esse facto, o documento mereceria, desde o primeiro momento, uma especial atenção. Mas o seu teor possibilita também algumas reflexões a vários níveis. Poder-se-á pensar, porém, que as ilações decorrentes se integram somente no âmbito da história daquela cidade catalã. Afinal, o processo pouco nos informa sobre a identidade do protagonista e nada nos conta acerca da sua ocupação e/ou presença em terras tão distantes do reino de origem.

No entanto, seja isoladamente, seja no conjunto, inevitável embora complicado, da documentação por mim encontrada, a sua pertinência para a historiografia medieval nacional patenteia, de facto, alguma utilidade. Por um lado, porque a escassez de elementos para uma história da emigração portuguesa não nos autoriza a insensatez de minimizar qualquer tipo de referências documentais. Por outro lado, porque se sabe muito pouco sobre as efectivas relações entre Portugal e a Catalunha durante o período medieval. Em comunicação apresentada no XVII Congresso de História da Coroa de Aragão, ocorrido há pouco mais de um ano, tive oportunidade de me pronunciar sobre esse assunto, bem como de divulgar os primeiros resultados da minha pesquisa². Na intervenção incluí, naturalmente, um resumo do aludido processo.

O convite de participação na homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno, por iniciativa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pareceu-me então uma óptima ocasião para desenvolver a notícia do misterioso Português que, pela negativa, acabaria por deixar registo da sua passagem por terras catalãs e, até, da sua própria existência. Vislumbrava-se, mesmo, um bom tema a tratar, porquanto, com o meu modesto contributo, conciliaria duas vertentes das diversificadas áreas de investigação do medievalista homenageado.

¹ O projecto, a decorrer com uma irregularidade indesejada, teve como ponto de partida a realização de uma dissertação de Mestrado em História Medieval, intitulada «*Portugueses em Lleida. Portugal e a Coroa de Aragão nos finais da Idade Média*» e entretanto inviabilizada.

² Remeto os interessados para Marisa Costa, “O elemento estrangeiro em cidades catalãs. Portugueses em Lleida nos finais da Idade Média”, *El món urbà a la Corona d’Aragó, del 1137 als Decrets de Nova Planta. XVII Congrès d’Història de la Corona d’Aragó [Barcelona-Lleida, Setembre 2000]*, Barcelona, Universitat de Barcelona, 2002 (no prelo). Veja-se, ainda, Idem, “Para a história da emigração no reinado de D. Manuel I: Portugueses na Catalunha e em Maiorca”, *D. Manuel I e a sua época. III Congresso Histórico de Guimarães [Novembro 2001]*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães (em preparação).

A saber, as relações de Portugal com a Catalunha, cujos trabalhos abriram caminho a alguns historiadores, e os fenómenos marginais da sociedade medieva nacional, em cujos estudos foi um pioneiro no nosso país.

Rodrigo Vasques, “*del Regne de Portugal*”

Conforme mencionei, de entre as diversas referências a Portugueses nos «Livros de Crimes» que o Arquivo Municipal de Lleida conserva³, este processo, agora transcrito⁴ e publicado na íntegra pela primeira vez, em apêndice documental, foi o único que encontrei completo, isto é, com um inquérito contendo o depoimento de quatro dos vários indivíduos que presenciaram a ocorrência, o interrogatório ao réu, a publicação desses cinco registos e a leitura da sentença. Na verdade, são raras as demandas respeitantes a estrangeiros a terem sido concluídas.

No princípio do mês de Agosto de 1407, um certo “*Rodrigo Vasqueç*” (designado no título do processo por “*Ruy*”), proveniente de Santarém, do reino de Portugal, tinha estado a jogar à popular “*grabescha*” (um antigo jogo de dados) para os lados do *Cappont*, ou seja, para lá da ponte que atravessava o rio Segre, fora já do perímetro muralhado⁵. Certamente irritado por estar a perder dinheiro, praguejara e difamara o nome de Deus e da Virgem Maria. Um dos homens que assistiu à cena tê-lo-á denunciado e, com isso, a *Paeria*, ou seja, o governo municipal, acabaria por prendê-lo. Embora tivesse participado numa actividade proibida fora da área urbana legalmente estabelecida⁶ e, por conseguinte, passível de castigo pecuniário⁷, o objectivo das autoridades consistia em averiguar se o acusado tinha, realmente, blasfemado⁸.

³ A generalidade dos vinte e oito volumes consultados, abrangendo uma cronologia de 1399/1400 a 1515, mas com grandes e graves lacunas temporais, é de grande formato, com suporte em papel e encadernação em pergamino. A título informativo, os pleitos arrolados são de natureza bastante variada, desde agressões e simples delitos até violações e homicídios.

⁴ Gostaria de agradecer publicamente, e uma vez mais, quer à Prof.^a Doutora M.^a Josefa Sanz Fuentes (Universidade de Oviedo), pela inestimável ajuda traduzida na revisão da transcrição, quer ao Prof. Doutor Joan J. Busqueta Riu (Universidade de Lleida), pelo apoio ao nível da língua e da historiografia catalãs.

⁵ Veja-se, entre outros estudos do mesmo autor, Jordi Bolòs, “Urbanisme i organització del treball a Lleida a la baixa edat mitjana”, *Lleida: la ciutat baix medieval (segles XIV-XV). Coneixes la teva ciutat...?*, coord. Joan J. Busqueta Riu, Lleida, Pagès Editors, 1998, pp. 11-55.

⁶ Maria Pau Gómez (“La ciutat de Lleida contra blasfems, heretges i bruixes (s. XV)”, *Miscel.lània. Homenatge a Josep Lladonosa*, Lleida, Institut d’Estudis Ilerdencs, 1992, pp. 375-376) informa-nos que, segundo o «Livro dos Conselhos» da edilidade, em 1416 era permitido jogar na área da ponte principal (*pont major*), embora fosse clara a proibição de tal actividade nas praças e ruas públicas da cidade. Desse modo, a zona do “*cap del pont*” estaria igualmente interdita, apesar de se tratar, então, de um dos lugares mais importantes e conhecidos para o jogo. Não são poucos os relatos processuais referindo a ligação do local à actividade e descrevendo ambientes conflituosos de brigas e insultos. Como exemplos, vejam-se os processos datados de 20 de Novembro de 1399 (*Llibre de Crims*, Reg. 799 (1399-1400), fls. 89r.-91r.), 28 de Maio de 1403 (*Llibre de Crims*, Reg. 800 (1402-1403), fls. 96v.-97r.), 10 de Maio de 1412 (*Llibre de Crims*, Reg. 804 (1411-1412), fls. 106r.-108v.), 14 de Julho de 1412 (*Llibre de Crims*, Reg. 805 (1412-1413), fls. 48r.-55v.), 16 de Fevereiro de 1421 (*Llibre de Crims*, Reg. 807 (1420-1421), fls. LXXIIr.-94bisv.) e 12 de Junho de 1428 (*Llibre de Crims*, Reg. 809 (1428-1429), fls. XXIr.-XXIIr.).

⁷ Desde princípios do século XIII que assim tinha sido determinado, conforme se depreende da leitura do mais antigo código de carácter municipal da Catalunha – as *Consuetudines Ilerdenses* –, na sua edição mais recente, a saber, *Els Costums de Lleida*, rev. paleográfica e trad. Joan J. Busqueta Riu, Lleida, Ajuntament de Lleida, [1997], p. 137.

⁸ Apesar das constantes disposições régias e municipais contra a prática do jogo, revelavam-se mais preocupantes os seus efeitos, porquanto o delito da blasfémia era entendido como um atentado à honra de Deus e da Virgem Maria. Veja-se, a esse propósito, Maria Pau Gómez, *Ob. cit.*, pp. 374-375, e Jacqueline Hoareau-Dodinau, “Le blasphème au Moyen Age, une approche juridique”, *Atalaya. Revue française d’études médiévales hispaniques*, N.º 5, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, Outono-Inverno 1994, pp. 193-195.

Assim sendo, ao fim da tarde do dia 9 daquele mês, os honrados *lloctinent*, em representação do *cort e veguer*, e *paers* ilerdenses⁹ reuniram-se para proceder ao inquérito. A primeira testemunha terá sido o presumível delator, já que chegara a ameaçar o Português em palavras, facto confirmado em outras duas deposições. Ramon Dez Prats começou por contar que o arguido estava a jogar e perdia dois *diners*, tendo metido uma das moedas na boca e proferido, então, a blasfémia¹⁰. De um modo geral, as quatro testemunhas, de entre os vários presentes enumerados nos depoimentos, coincidiriam na citação das palavras injuriosas pronunciadas¹¹ pelo jogador estrangeiro, bem como no contexto em que o incidente se verificou, isto é, durante a partida de dados que lhe estava a fazer perder dinheiro.

Sobre a identidade do personagem, é curioso observar que, se três dos indivíduos declararam um mesmo nome, já para a sua proveniência um apontou origem castelhana e outro oscilou entre Portugal e Castela. É o depoimento do próprio réu que, felizmente, permite desfazer as dúvidas, assinalando-se logo no início ser de Santarém, do reino de Portugal¹². Depois de ter afirmado desconhecer o motivo pelo qual fora detido, o Escalabitano não hesitou em dizer que sim, que tinha estado a jogar havia poucos dias no “*cap del pont*”. Negou, contudo, que perdia ou ganhava ao jogo, que tinha partido uma moeda com os dentes. Na sequência, naturalmente disse não ter proferido o infamante palavreado de que era incriminado¹³.

Se porventura o Português estivesse a ser convincente nas suas declarações, de imediato anularia qualquer condescendência por parte do tribunal, pois cometeria o erro crasso de asseverar ser tonsurado. Com efeito, respondendo afirmativamente à questão de ter *corona*, foi-lhe logo observada a cabeça e constatado que nem sinal dela possuía. Triste, pois, a sua tentativa de se eximir por meio do benefício de uma das imunidades previstas pela protectora justiça eclesiástica. Atitude que, sabemos bem, estava longe de lhe ser exclusiva, nem sequer comum apenas entre aqueles que, como ele, eram forasteiros em Lleida¹⁴. Durante muito tempo, fazer-se passar por religioso funcionou mesmo como um disfarce, um subterfúgio¹⁵.

⁹ Sobre estes e outros termos catalães, é de consulta esclarecedora para qualquer investigador pouco familiarizado com o idioma a obra de Jordi Bolòs, *Diccionari de la Catalunya medieval* (ss. VI-XV), Barcelona, Edicions 62, 2000.

¹⁰ A grande maioria dos processos de acusação de blasfémia que podemos encontrar nos «Livros de Crimes» reporta-se a um contexto intimamente ligado ao jogo, já que a excitação da partida ocasionava amiúde actos e palavras impensadas por parte do jogador, sobretudo daquele que perdia (aferição partilhada por Maria Pau Gómez, *Ob. cit.*, pp. 374-375). Como exemplos, aponto os processos datados de 4 de Junho de 1406 (*Llibre de Crims*, Reg. 802 (1406-1407), fls. 2r.-3v.), 11 de Julho de 1420 (*Llibre de Crims*, Reg. 807 (1420-1421), fls. XXr.-XXIr.) e 16 de Abril de 1428 (*Llibre de Crims*, Reg. 808 (1427-1428), fls. LXXXVIIIr.-XCI[bis]v.).

¹¹ Detectada várias vezes nos processos constantes dos «Livros de Crimes», essa situação não parece ser muito comum na documentação, pois raramente eram citadas as palavras e/ou expressões exactas do blasfemo, por se considerarem indizíveis, conforme exemplificou Jacqueline Hoareau-Dodinau (*Ob. cit.*, pp. 200-201). O mesmo considerou Luís Miguel Duarte (*Justiça e criminalidade no Portugal mediêvo (1459-1481)*, Lisboa, FCG/FCT, [1999], pp. 362-365), que apurou a existência de uma fórmula estereotipada, bastante corrente em textos normativos religiosos e laicos.

¹² Não deixando, porém, de ter ocorrido um equívoco que logo seria sanado, já que podemos ler a palavra «Castella» riscada, antes de «Portugal». Veja-se o Apêndice Documental, nota 46.

¹³ Como acontece em quase todos os processos referentes a malfetorias semelhantes, os acusados negam ter afirmado qualquer palavra injuriosa, por vezes acrescentando não se recordarem de tal coisa ou, a terem afirmado, estarem alterados e não terem tido intenção de blasfemar, recorrendo a circunstâncias atenuantes (observação igualmente registada por Maria Pau Gómez, *Ob. cit.*, p. 378). A própria legislação punitiva tinha em consideração uma definição de pendor canónico, classificando a blasfémia em directa (o pecado do coração), a mais grave, e indirecta (o pecado da boca), a menos grave, aquela proferida inopinadamente. Veja-se Jacqueline Hoareau-Dodinau, *Ob. cit.*, pp. 194-196, 201 (que apresenta exemplos análogos, pp. 205-206) e os itens introdutórios do artigo de Luís Miguel Duarte, “«A boca do Diabo». A blasfémia e o direito penal português da Baixa Idade Média”, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, Tomo IV, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1992, pp. 61-66.

¹⁴ Como exemplo de recurso, por parte de habitantes locais, a prerrogativas do estatuto de clérigo para ilibação de acusações, refiro dois processos datados de 1420, um de 18 de Janeiro (*Llibre de Crims*, Reg. 806 (1419-1420), fls. LXXXv.-146v.) e outro de 4 de Setembro (*Llibre de Crims*, Reg. 807 (1420-1421), fl. LII). Sobre o assunto, veja-se Josep Lladonosa Pujol, *Història de Lleida*, Vol. I, Tàrraga, F. Camps Calmet Editor, 1972, p. 676.

¹⁵ Expressões recolhidas no artigo, antigo mas ainda actual, de Humberto Baquero Moreno, “A vagabundagem

A sentença

Rodrigo Vasques não se livrou de um correctivo. A 13 do mesmo mês de Agosto, um sábado, os representantes do poder civil compareceram na *Paeria*, desta feita juntando-se a um grupo de onze *proboms*. Com base no seu conselho e no dos vereadores, constituindo assim o tribunal, e com base nos depoimentos das testemunhas e na defesa do acusado, deliberara-se a sentença segundo o “*ordonament del senyor Rey*”, que obrigava o réu a correr pela cidade com os verdugos a açoitá-lo, após o que deveria permanecer atado no pelourinho e exposto à vergonha pública durante um dia.

Segundo as *Consuetudines Ilerdenses*, quem jurasse por Deus e Santa Maria durante o jogo era obrigado a pagar uma quantia em dinheiro ou ficava sujeito a receber cinco açoites na Praça¹⁶. Idêntica pena corporal seria sentenciada num processo datado de 9 de Junho de 1402, dirigido a “*I hom apellat Domingo Ferrandiç*”, da cidade de Saragoça, que “*havie dit mal dela Verge preciosa madona santa Maria*”, em protesto por a mulher da estalagem onde pernoitara não lhe querer dar a lança que ele tinha lá deixado e desaparecera. No interrogatório, o “*aventurer*” aragonês assumiu desde logo a culpa, não se recordando, porém, das palavras exactas e alegando em sua defesa “*ço que debie o dix ab ira*”. O castigo votado pelos delegados do braço secular, em conformidade com a gravidade do delito e “*segons lo ordonament del senyor Rey*”, resumiu-se a uma punição de “*tres acots en la plaça dela Paeria*”¹⁷.

Em princípio, as sentenças eram pronunciadas de acordo com o tipo de crime. Ao longo de todo o século XV, uma das grandes preocupações das autoridades catalãs, tanto régias como municipais, passou pela tentativa de erradicar as causas primeiras das muitas actividades ilícitas exercidas em cidades como Lleida. Nesse sentido, algumas das disposições proibitivas procuravam combater o jogo ilegal e, assim, reduzir as probabilidades de incorrer na afronta da blasfémia, pois era por de mais sabida a ligação entre ambos¹⁸. Mas o vício persistia e nem as ameaças de inflicção de penas severas pareciam dissuadir os potenciais infractores¹⁹. Havia que mostrar a seriedade das intenções da Justiça, cuja execução em Lleida ficaria patente num processo datado de 9 de Janeiro de 1420, cerca de uma década depois do caso de Rodrigo Vasques.

O delinquente era “*un jove appellat Pere Franch, nadiu de Valladolid, del Regne de Castella*”, que “*havie dites paraules molt oribles de Deus e de la Sua beneita mare*” enquanto jogava e perdia meio florim. Considerado culpado, a 27 desse mês promulgou-se um castigo particularmente duro, que consistia em açoitá-lo publicamente, sem morrer, e em espetar-lhe um farpão na língua, após o que seria banido da cidade²⁰. Ocasão para uma aplicação efectiva da

nos fins da Idade Média portuguesa”, *Anais*, II Série, Vol. 24, T. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, pp. 229-257. Para Jean-Claude Schmitt (“A história dos marginais”, *A Nova História*, Coimbra, Almedina, [1990], p. 415), a tonsura dos falsos clérigos chegou a constituir um sinal próprio de uma verdadeira cultura marginal que haveria de florescer essencialmente em meios urbanos.

¹⁶ *Els Costums de Lleida*, p. 136.

¹⁷ *Llibre de Crims*, Reg. 800 (1402-1403), fl. 2r.-3v.

¹⁸ Por exemplo, em 1434, o Conselho Geral de Lleida proibiu o jogo em lugares como a praça da *Paeria* e nas lojas da *Carrera Mitjana*, pois muitos dos jogadores blasfemavam em nome de Deus e de Sua mãe durante as partidas. Referido por Maria Pau Gómez (*Ob. cit.*, pp. 374-375), que mencionou ainda outras disposições da mesma centúria, com especial incidência no reinado de Afonso V. A esse propósito, veja-se também Josep Lladonosa Pujol, *Ob. cit.*, Vol. I, 1972, pp. 677-678 e Vol. II, 1974, pp. 80-83; Idem, *Lérida medieval*, T. II, Lleida, Dilagro Ediciones, 1975, p. 126.

¹⁹ Na década de 80 de Quatrocentos, a *Paeria* e o *Consell General* da cidade decidiram “*per quant lo joch és causa de tots mals, que la tafureria e joch fos del tot prohibida e prohibit e vedat en manera que no s’hi gose jugar ni publicament ni amagada, sots les penes que imposades hi són ab rigorosa execució*” (citado por Idem, *Història de Lleida*, Vol. II, 1974, pp. 80-81).

²⁰ *Llibre de Crims*, Reg. 806 (1419-1420), fls. 143r.-145v. Também segundo o “*ordonament del senyor Rey*”, as autoridades locais determinaram que “*lo dit Pere Franch sie açotat publicament per la ciutat en guisa que non muyre, e li sie mes un grafi en la lengua e sie axi mateix exilat dela ciutat a tots temps*” (fl. 145v.).

Lei ou uma simples tentativa de intimidar os jogadores²¹, o tribunal considerara que “*semblantes coses e paraules sien de molt mal eximpli e no deguen passar sens castich e correcio*”.

Mediante o azar do Valisoletano, a sentença do Português não se revelara uma pena grave. Fôra alvo de uma repreensão que poderia ter servido igualmente de exemplo, é certo, tendo em conta a sua carga vexatória, mas estava em concordância com as prescrições legais. Com efeito, seja no caso de Rodrigo Vasques ou qualquer dos apontados, seja nos outros casos constantes dos «Livros de Crimes» consultados, as punições cominadas eram previstas pela Lei, quer em Lleida quer em muitas outras cidades dos diferentes reinos ocidentais durante a Idade Média²². No que toca ao burgo catalão, se, como vimos, as penas corporais, traduzidas na flagelação, e/ou pecuniárias, sob a forma de multa, tinham sido decretadas já no século XIII, também a perfuração da língua constava nas ordenações mais antigas. O acto de “foradar la llengua del blasfem amb un fus” alicerçava-se num castigo utilizado pelos tribunais inquisitoriais locais²³.

Por conseguinte, à semelhança da generalidade dos acusados de blasfemar tidos como culpados pela edilidade ilerdense, também o Escalabitano não escapou a uma reprimenda corporal, que era essencialmente limitada aos açoites, embora podendo variar o número mínimo e máximo estabelecido. A sentença do Saragoçano revela-se um exemplo disso. Por outro lado, obrigar o réu a correr pela cidade enquanto era açoitado também não constituía novidade, porquanto correspondia a uma pena igualmente utilizada pela Inquisição na centúria de Duzentos quando a blasfémia era considerada grave, tendo sido aplicada pelo poder civil sobretudo a partir de meados do século XV²⁴. Quanto à decisão de prender o Português no pelourinho, onde deveria ficar um dia inteiro, não foram encontrados casos idênticos nos processos analisados²⁵, embora não suscite grande admiração por se tratar de um castigo frequente, por exemplo, em território francês e português²⁶.

Estas questões (entre outras) relacionadas com a prática da Justiça, a tipologia dos delitos e das sentenças, o perfil dos incriminados e condenados, estão intimamente ligadas ao peso real do factor social que o estrangeiro representou, bem como o papel que desempenhou, em Lleida. Afinal, uma cidade situada numa encruzilhada, desde sempre fundamental, da Coroa de Aragão²⁷

²¹ Segundo Claude Gauvard (“Justice et paix”, *Dictionnaire raisonné de l'Occident médiéval*, dir. Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, s.l., Fayard, 1999, p. 592), “le criminel est avant tout puni parce qu'il a commis un crime, plus que pour réprimer le crime ou pour le prévenir. Néanmoins, la justice s'exerce encore largement pour l'exemple et c'est par le biais d'une terreur coercitive que le pouvoir justicier prétend s'imposer”.

²² Para o território francês, por exemplo, Jacqueline Hoareau-Dodinau (*Ob. cit.*, pp. 198-200) escreveu que, desde meados do século XIII, se verificaram medidas régias muito severas contra os blasfemos, em que as punições corporais podiam chegar ao ponto de queimar o nariz e os lábios com um ferro em brasa. De um modo geral, eram aplicados três tipos de pena, em função da gravidade da blasfémia, a saber, a multa, o pelourinho e a prisão. Para esses e outros tipos, como o exílio e, até, a morte, a mesma historiadora apresentou bastantes exemplos extensivos ao século XVI (pp. 207-209). Para a realidade portuguesa, veja-se Luís Miguel Duarte, *Justiça e criminalidade no Portugal medieval (1459-1481)*, pp. 360-362, que apresentou também alguns exemplos.

²³ Maria Pau Gómez, *Ob. cit.*, p. 381.

²⁴ Segundo Idem, *Ibidem*, pp. 380-381. Talvez valha a pena chamar a atenção para o facto de a Inquisição ter sido estabelecida na Catalunha durante o século XIII.

²⁵ Maria Pau Gómez não se manifestou sobre este tipo de castigo, apesar de ter comentado que, muitas vezes, o poder secular alterava as penas ditadas nas ordenações (*Ibidem*, p. 380).

²⁶ Para França, veja-se Jacqueline Hoareau-Dodinau, *Ob. cit.*, conforme indicação na nota 22 deste trabalho. Para Portugal, e a título de exemplo, a ele se referiu A. H. de Oliveira Marques (*A sociedade medieval portuguesa*, 5ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987, p. 172) na legislação do século XV, a par de açoites e perfuração da língua. Sobre esse mesmo *corpus* legislativo se pronunciou Luís Miguel Duarte (*Justiça e criminalidade no Portugal medieval (1459-1481)*, pp. 361-362), com exemplos de castigos no pelourinho e associados a açoites.

²⁷ Conforme sublinhou Josep Lladonosa Pujol (*Lérida medieval*, Vol. II, 1975, p. 124) a esse propósito, “la presencia de una continua inmigración de gente venida de distintos ámbitos, en una ciudad situada en un territorio crucial, como pasadizo de culturas opuestas, y centro de comunicaciones entre dos reinos”. Sugere-se a leitura do artigo de Jordi Bolòs e Víctor Hurtado, “La xarxa viària catalana a l'Alta Edat Mitjana. Una aproximació des de la cartografia”, *Anuario de Estudios Medievales*, Vol. 23, Barcelona, IMF/CSIC, 1993, pp. 3-26.

e que, a partir de finais do século XIII, possuiria o primeiro Estudo Geral de toda a Catalunha²⁸. Lamentavelmente, a relevância desse vector, bastante marcante, da história local, sobretudo no período medieval, está desproporcionada da sua historiografia, visto o aspecto dos forasteiros ter sido pouco desenvolvido, quer ao nível do impacto colectivo no tecido urbano e enquanto influência do mundo exterior²⁹, quer somente como elemento integrante de fenómenos minoritários, de marginalidade³⁰ ou não. Uma realidade por investigar, em que a presença de Rodrigo Vasques deverá, necessariamente, ser enquadrada³¹.

Um Português como tantos outros da sua época

O crime de arrenegar Deus, a Virgem e os santos, “o «parente» afastado das manifestações heterodoxas”³² seria corrente e quotidiano no Portugal de Quatrocentos³³. Tal como ocorria nos vários reinos da Cristandade medieval, facto que levaria R. Muchembled a caracterizar o período em apreço como uma verdadeira «civilização da blasfémia»³⁴. Apesar disso, ou talvez por isso, as autoridades não se cansavam de punir ou tentar punir, de modo a mitigar o delito, todos aqueles que o cometiam. Para tanto, determinavam leis e estabeleciam normas em que se contemplavam castigos de diversa espécie. E, em certos casos, eram mesmo aplicados. As suas vítimas bem sentiriam na pele a dureza de tais penas, como aconteceu ao Castelhana que sofreu uma perfuração na língua.

Embora seja difícil detectar casos análogos documentados em Portugal³⁵, uma ordenação

²⁸ A primeira publicação exclusivamente dedicada à actualmente designada Universidade de Lleida intitula-se *Miscelania de trabajos sobre el Estudio General de Lérida*, 2 vols., Lleida, Instituto de Estudios Ilerdenses/CSIC, 1949-1950. Dignas de registo são, ainda, a obra de Josep Lladonosa Pujol, *L'Estudi General de Lleida del 1430 al 1524*, Barcelona, Institut d'Etudis Catalans, 1970, e a colectânea *700 Aniversari*, coord. Joan J. Busqueta Riu, Lleida, Universitat de Lleida, 1996. De destacar também o trabalho de Roser Gort Riera, “Universitat i societat urbana: l'Estudi General de Lleida al s. XIV”, *El món urbà a la Corona d'Aragó, del 1137 als Decrets de Nova Planta. XVII Congrés d'Història de la Corona d'Aragó [Barcelona-Lleida, Setembre 2000]*, (no prelo).

²⁹ Existem apenas visões de conjunto, mas fornecendo pistas de investigação. O seu autor é um só e estão distribuídas pelas suas obras: Josep Lladonosa Pujol, *Història de Lleida*, Vol. I, pp. 671-678, 742-749 e Vol. II, pp. 76-83; *Lleida medieval*, T. II, pp. 103-128; e *Història de la ciutat de Lleida*, Barcelona, Curial, 1980, pp. 147-158, 221-224.

³⁰ São escassos exemplos de estudos específicos nessa área, e para além de Maria Pau Gómez, *Ob. cit.*, pp. 373-394, os dois artigos de Dolors Visa i Oró, “La societat lleidatana i la delinqüència a finals del segle XIV”, *Ilerda-Humanitats*, N.º XLVIII, Lleida, Institut d'Estudis Ilerdencs, 1990, pp. 175-181, e “Les dones i el món de la prostitució a finals del s. XIV”, *Miscel.lània. Homenatge a Josep Lladonosa*, pp. 315-321. Ainda de referir, embora eu não tenha consultado, o trabalho que terá sido o ponto de partida dos citados, consistindo na memória de licenciatura de Idem, *La societat lleidatana a finals del s. XIV: conflictivitat social, delinqüència i penalització (1381-1383)*, Lleida, 1986 (texto mecanografado) (cito tal como vi mencionado, desconhecendo os elementos em falta).

³¹ Nesse sentido, poderá revelar-se de grande utilidade a comunicação de Yolanda Enjuanes Alzuria, “Aproximació a l'estudi dels forasters a la Lleida de la primera meitat del segle XV”, *El món urbà a la Corona d'Aragó, del 1137 als Decrets de Nova Planta. XVII Congrés d'Història de la Corona d'Aragó [Barcelona-Lleida, Setembre 2000]*, (no prelo).

³² Maria José Ferro Tavares, “Heterodoxia”, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, Vol. II, dir. Carlos Moreira Azevedo, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2000, p. 363.

³³ Partilhando da ideia de Luís Miguel Duarte, “«A boca do diabo». A blasfémia e o direito penal português da Baixa Idade Média”, pp. 64-65, 69. Embora sem apresentar qualquer exemplo, A. H. de Oliveira Marques (*Portugal na Crise dos séculos XIV e XV. Nova História de Portugal*, Vol. IV, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 396) afirmou terem sido muitos os casos de blasfémia entre nós, repetindo aliás uma apreciação anterior, em que tinha recuado ao século XII (Idem, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 171).

³⁴ Citado por Luís Miguel Duarte, *Justiça e criminalidade no Portugal medieval (1459-1481)*, p. 367.

³⁵ Maria José Ferro Tavares (*Ob. cit.*, p. 363) asseverou não ser fácil falar de questões como o delito de blasfémia no Portugal do Antigo Regime, em virtude da escassez de fontes. À parte da documentação relativa à Inquisição, fenómeno essencialmente quinhentista, todo o período se encontra “numa penumbra confrangedora”, porquanto o

datada do reinado de D. Dinis mandava mutilar a língua e queimar o corpo do blasfemo³⁶, pressupondo como causa da sua decretação a necessidade de uma eventual execução. E, à semelhança do que se verificava numa cidade como Lleida, o «pecado da língua» também estava associado à prática do jogo, esse eficaz fermento do oitavo pecado³⁷, frequentemente refreado pela legislação régia. Nesse sentido, a primeira lei repressiva que se conhece proibia, em pleno século XIV, a existência de «tavolagens» públicas ou particulares e do jogo de dados, “*porque muitos homens nom esgardando o de Deus nem o gardamento da terra donde som dizendo muytas e maas palavras em doestando Deus e a Sua madre e os santos*”. O monarca estatuiu coimas severas, pois considerava que “*deste pecado e dos outros muytos som os homens emduzidos pello jogo dos dados e assinadamente ussam as tavolajeas nas praças*”³⁸.

Por outro lado, e como acontecia em qualquer burgo medieval, a actividade do jogo também se relacionava com o viajante em busca de trabalho ou apenas de passagem, mesmo que em contexto laboral. Rodrigo Vasques, com a sua presença em Lleida, bem poderia constituir um exemplo dessa vivência social. Como acontecia em qualquer burgo medieval, a actividade do jogo relacionava-se ainda com o forasteiro sem ocupação, diríamos hoje sem profissão, vivendo dos expedientes. Rodrigo Vasques, em Lleida, bem poderia constituir um exemplo desses fenómenos marginais. Poderia ter sido um delinquente, um vagabundo. Mas o acto de jogar e praguejar não impedia, por si só, o facto de poder ter sido um simples comerciante, mercador, homem de negócios. Na «civilização da blasfémia» até o monarca proferia palavras injuriosas³⁹.

Fosse como fosse, Rodrigo Vasques era um Português que, à semelhança de tantos outros anónimos, na sua grande maioria desconhecidos da História, emigrara temporária ou permanentemente. Numa época em que, um pouco por toda a Europa, as condições de vida não ofereciam grandes expectativas, sobretudo para os menos abastados, obrigando a partir em busca de outras alternativas. Numa época em que também Portugal se encontrava em recuperação dos efeitos das crises que, ciclicamente, tinham pautado a segunda metade de Trezentos. O ano de 1407 não estava, pois, muito afastado desse clima de instabilidade que há muito se tinha instalado, consequência de sucessivas guerras, a que “acresciam a peste, a fome, as turbulências dos senhores e a agitação dos populares”⁴⁰. Por conseguinte, do que se conhece actualmente sobre a conjuntura histórica das últimas décadas do século XIV e do princípio da centúria seguinte em Portugal, é permissível afirmar, sem incorrer no perigo da extrapolação, que Rodrigo Vasques foi um homem como tantos outros da sua época.

grande fundo documental limita-se à chancelaria régia, nomeadamente as cartas de perdão (objecto dos estudos de Luís Miguel Duarte, aqui considerados e onde o autor apresentou alguns casos de penas com perfuração na língua durante o reinado de D. Afonso V).

³⁶ “*Ley contra aquellos que renegam de Deus e de sancta Maria, que pena merecem: (...) elRey Dom Denis com conselho de ssa corte mandou e pos por ley pera todo senpre que daqui en deante quem quer que descreer de Deus e de sancta Maria sa madre e os doestar que lbi tirem a lingua pelo pescoço e o queymem*” (*Livro das Leis e Posturas*, transc. paleográfica Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Faculdade de Direito de Lisboa, 1971, p. 82).

³⁷ Utilizando as expressões de Luís Miguel Duarte, “A boca do diabo». A blasfémia e o direito penal português da Baixa Idade Média”, p. 62, 69.

³⁸ *Ordenações del-Rei Dom Duarte*, ed. Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, FCG, 1988, pp. 466-467. Citado por vários autores, como A. H. de Oliveira Marques (*Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, p. 482) e Luís Miguel Duarte (*Justiça e criminalidade no Portugal medieval (1459-1481)*, pp. 358-361). Este último, na esteira de Humberto Baquero Moreno (“Injúrias e blasfémias proferidas pelo homem medieval português na sua vida de relação social”, *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*, Porto, Livraria Athena Editora, [1975], pp. 81-112), elaborou uma sinopse da legislação régia e das determinações doutrinárias de produção nacional.

³⁹ Com exemplos apresentados por Jacqueline Hoareau-Dodinau (*Ob. cit.*, p. 203, nota 56), que considerou: “le blasphème n’est pas au Moyen Age le propre d’une catégorie sociale particulière. Les clercs blasphèment comme les gens de guerre, les nobles comme les manants” (pp. 203-204).

⁴⁰ A. H. de Oliveira Marques, “O Tempo das Crises”, *Memória de Portugal. O milénio português*, coord. científica Artur Teodoro de Matos, [Lisboa], Círculo de Leitores, [2001], p. 212.

Apêndice documental⁴¹

1407, Agosto, 9, Lleida – *As autoridades municipais de Lleida acusam Rodrigo Vasques de ter blasfemado, procedendo a um interrogatório a algumas das testemunhas da ocorrência e ao próprio acusado, que se encontrava detido, e chegando a deliberar uma sentença.*

Arquivo Municipal de Lleida, *Llibre de Crims*, Reg. 803 (1407), fls. 93r.-94v.

Ref.: Maria Pau Gómez, “La ciutat de Lleida contra blasfems, heretges i bruixes (s. XV)”, *Miscel.lània. Homenatge a Josep Lladonosa*, Lleida, Institut d’Estudis Ilerdencs, 1992, pp. 373-394.

(Fl. 93r.)

Ruy Vasqueç

Dimarts, a IX de agost, pervent a audiència dels honrats en Pere de Olzinelles, Regent lo l’offici de loctinent per lo honrat en Francesch de Montboy, cort e veguer de Leyda, d’en Nadal Botella, d’en Nicolau l’ Agullo, <pahers>, que hun hom havia dit mal de nostro senyor Deus e de la Verge Maria, per que los dits cort l’ e pahers feeren lur enquesta en la manera següent.

Ramon Dez Prats testis qui jura dir veritat. Interrogat sobre la dita pervencio, respos l’ e dix que hun hom al qual dien Rodrigo – jugave e perdie dos diners l’ e lo dit hom prengue un diner e mes los en la bocha, <e hoi al testis> que dix aytals paraules l’ o semblantes <lo dit hom>: “malgrado ne haia Dios qui es lo maior sancto que es en paradiso l’ e la puta de sancta Maria alevosa”. E el testis dix-li que mal ho dehie e que si saig l’ hi havie que el lo farie metre en tal poder <que.l ne castigarien>, e aço li dix dues vegades l’ e en aço el dix ho a Pedro Rodea que.l ne fes anar.

Interrogat qui hi havie que.u hois, respos e dix que lo fil d’en Berenguer Thomas, l’ lo d’en Guixos e d’altres.

Interrogat de Instrukcione etcetera, dix que no.

Fuit sibi Injunctum etcetera.

Pere Thomas, fil d’en Berenguer Thomas, testis qui jura dir veritat. Interrogat sobre l’ la dita pervencio a el testis lesta, respos e dix que el testis mirave a huns qui l’ jugaven dela lo pont e havie y hun hom castella qui jugave e havie l’ perdut dos diners, e pres ne hu qui li-n havie remas e⁴² mete.l-se entre l’ les dents e trenchatot, e quant ho hac fet dix lo dit hom: “o malgrado l’ ne haia Dios qui es el maior sancto qui es en⁴³ paradiso e la puta de l’ sancta Maria alevosa”. E en Ramon Dez Prats, qui hi ere, dix que si el li l’ hoie dir altra vegada que el li farie fer mala obra; e lo dit hom l’ dix-li que non hagues grat e que que.l ne prehave el al dit Ramon. Interrogat qui hi havie, dix que Ramon Dez Prats, lo fil d’en Guixos, el testis e l’ en Ramon de la Porta e hun Navarro.

Interrogat de Instrukcione etcetera, dix que no.

Fuit sibi Injunctum.

⁴¹ Para a transcrição paleográfica, segui a generalidade das indicações de Avelino de Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3ª ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993. Mas, como se trata de uma língua estrangeira, optei por alterar a pontuação original (de resto, insuficiente) segundo o sistema moderno, de modo a tornar o texto mais inteligível.

⁴² Segue-se «dix» riscado.

⁴³ Segue-se «sancta» riscado.

(Fl. 93v.)

Pere Mir, del loch de Palau de Riudevits, testis qui jura dir veritat. | Interrogat sobre la dita pervencio, respos e dix que el testis sehie al cap de la tau- | -la hon jugaven e non hoi be ço que lo dit Rodrigo dix de Deu, mas | hoi que dix: “e la puta bagasa alevosa de sancta Maria”; e el gira la | cara que non volie hoir e anasen. Interrogat qui hi havie, dix que en Ramon Dez Prats, lo fil d'en Guixos | e d'altres. Interrogat de Instrukcione etcetera, dix que no.

Fuit sibi Injunctum.

Ramon de la Porta, misatge de la Paheria, testis qui jura dir veritat. | Interrogat sobre la dita pervencio a el testis lesta, respos e dix que hoy el testis ara | daquests dies que ere al cap del pont, que hun hom al qual dien Rodrigo, | e a son veiares es de Portugal o de Castella, qui jugave a la gra- | -hescha <que dix>: “o malgrado ne haia Dios e la puta alevosa de sancta Maria”. | E dix-li Ramon Dez Prats: “o bacalar traydor a que has dit tant gran | malvestat”. E dix el al dit en Ramon Dez Prats que⁴⁴ volie dir alevosa, | e lo dit Ramon li dix que fembra qui fahie cornut son marit; e als | noy sab.

Interrogat per <qui> dix les dites paraules, respos e dix que per ço com havie perdut | dos diners e ab les dents esmenuan hun diner.

Interrogat qui hi havie⁴⁵, dix que Ramon Dez Prats, lo fil d'en Berenguer Thomas | e d'altres.

Interrogat de Instrukcione etcetera, dix que no.

Fuit sibi Injunctum etcetera.

(Fl. 94r.)

Rodrigo <Vasqueç> de Santaren, del Regne de⁴⁶ Portugal, demanat en confesio | ens sagrament en quant tocha fet d'altri, testis qui jura dir veritat. Interrogat | sobre la dita pervencio a el testis lesta. Interrogat per que es pres, respos e dix que nos | sab.

Interrogat si el testis ha jugat pochs dies ha pasats al cap del pont, respos | e dix que hoc.

Interrogat si perdie o guanyave, respos e dix que no perdie ni guanyave.

Interrogat si ell confesant parti hun diner ab les dents, que tenie en la ma, res- | -pos e dix que no.

Interrogat si el confesant dix, partint lo diner o quant lo hac partit lo diner, | “malgrado ne haia Dios e la puta⁴⁷ bagasa alevosa de sancta Maria”, | respos e dix que no.

Interrogat si ha corona, respos e dix que hoc; e com li fos guardat lo cap, fou | ist a vull que no portave ni tenie corona ni senyal de aquella.

Interrogat de Instrukcione etcetera, dix que no.

Fuit sibi Injunctum etcetera.

Fuit publicata huius inquisicio per dictum dominum locumtenentem Curie, asisten-
tibus | honorabilis Natale Boteylla et Nicholao Aguylo, paciariis, ibidem assistenti-
bus, | die martis nona augusti anno a Nativitate Domini M^o CCCC^o septimo, hora |
quasi solle occassus. Qui delatus petere copiam, et, convessa copia, | fuit assigna-
tum ad contradicendum dictis testibus ad diem sabbatum | proximum. Et assignarunt

⁴⁴ Repete «que».

⁴⁵ Segue-se <sobre> esborratado.

⁴⁶ Segue-se «Castella» riscado.

⁴⁷ Segue-se «basa» riscado.

y del culto al pasado que Castilla, no cabe duda de que ruina y olvido no habrían ocurrido o se hubieran evitado hace tiempo.

A la hora de emprender una edición crítica de la *Coronica* de Arredondo, habría que hacer un minucioso estudio de sus fuentes y modelos, porque no parece original en muchas de sus partes. Pero lo que más importa de ella es su contenido fabuloso, los poemas que incluye –obra del abad– y los dibujos que intercala. Su autor la concibió, a mi entender, como una magna *crónica caballeresca* y, a la vez, como obra de exaltación religiosa y de la patria castellana. En el primer aspecto, el mejor punto de referencia que podemos tomar para entenderla es, tal vez, la *Crónica Sarracina* del vallisoletano Pedro del Corral, escrita unos decenios antes, aunque la temática de ambos libros sea distinta y, en cierto modo, complementaria: en un caso se trata la historia de la *pérdida de España*, en el otro la de uno de los héroes que contribuyeron más a su *recuperación*, por las propias hazañas y por haber sido causa de que Castilla llegara a convertirse, con el paso del tiempo *en muy excelente reygno, caveça y prymano de las Españas*. Éste es el aspecto de exaltación patria a que antes me refería, que permite incluir la obra de Arredondo en la corriente goticista y en la “interpretación culminativa o apocalíptica de la historiografía castellana” del siglo XV, que veía a sus reyes como protagonistas de una tarea de restauración y unión de alcance pan-hispánico³.

Pero el motivo de estas páginas es muy distinto porque tienen por objeto presentar el texto de los diez primeros capítulos de la *Coronica*, en los que Arredondo hace una descripción del marco cósmico y geo-histórico donde el conde vive y desarrolla su acción, que así queda vinculada a las grandes líneas universales del ser humano y al espacio español concebido como conjunto y sede de una *nación*.

Nada extraño, por lo tanto, que comience con un relato *de la creación de todas las cosas que Dios crió*, en verso e ilustrado con un dibujo de los diez cielos, los cuatro elementos y el mundo, que el autor glosa convenientemente, indicando la ubicación de Dios, la Virgen y los ángeles más allá del décimo cielo, los polos fijos de éste, la correspondencia simbólica de los planetas con los colores, los signos del zodiaco, la distribución de tierras y mares, etc

Los capítulos segundo y tercero, que no transcribo en esta ocasión, se dedican a la Historia veterotestamentaria, que por su carácter sagrado debía preceder a cualquier otra, aunque no se estableciera una correlación entre ellas. Incluye el capítulo tercero las líneas genealógicas de Jesucristo, de los levitas y pontífices, de los jueces y de los reyes de Israel, así como dibujos de los escudos de armas de las doce tribus, rodeando al arca de la alianza.

El capítulo cuarto contiene la historia de la primera población de Europa por Jafet, hijo de Noé, y sus descendientes, durante 72 generaciones a partir del Diluvio y de la ruina de la torre de Babel, y las partes y pueblos que surgieron como consecuencia para dar lugar a los *rreynos y provincias* que Europa contiene, a cuya enumeración se destina el capítulo quinto.

Del Cosmos y de Europa se pasa, en orden lógico de aproximación, a España, objeto del capítulo sexto: sus primeros y sucesivos habitantes y los pueblos a que dieron lugar; las dos partes de España, a Poniente y Levante; su condición peninsular; y sus muchos bienes, tanto naturales como morales, descritos a modo de *laudes Hispaniae*.

El capítulo octavo – por séptimo – insiste sobre la condición peninsular de España, añade las *provincias* y reinos que *so la nación de España se cuentan*: Castilla, León, Aragón, Navarra, Granada, Portugal, y hace una enumeración de las ciudades, comenzando por Burgos, primera y principal, a la que el burgalés Arredondo dedica una alabanza especial. Este capítulo, algo desordenado, parece un índice o comienzo mal dispuesto de lo que se desarrolla en el siguiente.

³ Cita de B.R. Tate, que ha estudiado bien esta tendencia en diversas obras, entre ellas sus *Ensayos sobre historiografía peninsular del siglo XV*, Madrid, 1973.

El capítulo noveno es mucho más extenso. En él se enumeran 33 ciudades cuya descripción sigue, de forma abreviada y deformada, a la *Crónica del moro Rasis*. Se añade un capítulo nueve bis – *De cómo algunas ciudades mudaron los nombres que avían de primero* –, y un décimo que trata de la división eclesiástica: la sede primada de Toledo, los arzobispados cabeza de provincia eclesiástica – salvo Santiago – los obispados y sus traslados de uno a otro lugar, y los monasterios del obispado de Burgos.

Concluye el capítulo décimo con una información etimológica sobre el porqué del nombre de España, añade una breve descripción de las partes contenidas en cada una de las *provincias* clásicas, e insiste sobre la condición principal del reino de Castilla, tanto por población como por extensión, a cuyo efecto se incluye un somero cálculo de distancias en *dietas* o jornadas, tomando como punto de partida localidades del S., lo que es significativo sobre el origen andalusí de las fuentes empleadas: de Lorca a Finisterre, 30 jornadas, de Tarifa a Fuenterrabía, 25; si estimamos jornadas de ocho leguas – unos 44 km. –, el cálculo es casi exacto.

La lectura de estos primeros capítulos de la *coronica* permite, al menos, dos comentarios elementales. El primero se refiere a su falta de originalidad y el segundo a la insensibilidad intelectual del autor ante la geografía que realmente le rodeaba y se conocía en su tiempo.

La falta de originalidad se descubre fácilmente: las fuentes de Arredondo son la *Grande e General Estoria* y la *Estoria de Espanna* alfonsíes para los primeros capítulos, Orosio en la descripción de Europa, según declara, la llamada *Crónica del moro Rasis*, a través de la “Crónica General de España de 1344”, para lo referente a las ciudades, y la *División de Wamba* para las sedes episcopales, lo que explica la somera alusión a Santiago como sede arzobispal y metropolitana a consecuencia del traslado de la de Mérida, o el que el autor declare que tal era la situación en época *del señorío de los godos*, aunque introduce algunas novedades posteriores aquel tiempo.

Puede hacerse un análisis mucho más fino sobre la procedencia de los datos que maneja Arredondo pero no es nuestra intención actual⁴. Pero, ¿por qué actuaba así un eclesiástico del último tercio del siglo XV dotado de cierta cultura intelectual?. Que su visión del cosmos permaneciera anclada en concepciones con siglos de existencia es más comprensible, y también lo es que compartiera las ideas comunes sobre el pasado hispánico y los reinos y provincias componentes de la *nación* española, pero nuestro autor tenía que conocer necesariamente, aunque sólo fuese por su cercanía a Burgos, algo sobre los nuevos modos de representar el espacio geográfico peninsular y europeo, y, desde luego, cuáles eran las principales ciudades españolas en su tiempo y cuál la geografía eclesiástica; no podía ignorar que algunas de las ciudades descritas por él ya no existían, o que sus circunstancias habían cambiado mucho y, sin embargo, se limita a copiar, a veces con faltas y deformaciones considerables. Incluso es tradicional en la presentación de mapas y planos en el interior de un círculo pese a que aquí no juega la función de orbe que se le atribuye en los

⁴ La *Primera Crónica General*, del rey Alfonso el Sabio (ed. Madrid, Gredos, 1977) inspira a Arredondo en su capítulo 3 (*De cuemo fue Europa poblada de los fijos de Jafet*) y en el 558 (*Del loor de Espanna como es conplida de todos bienes*), y la *General Estoria* alfonsí (ed. Madrid, 1930), en su Libro Tercero, cap. I a III (sobre las *pueblas* de Jafet y Túbal), pero el abad no copia literalmente sino que mantiene su propia redacción. Mucho más literal, aunque también resumiendo y con continuos errores de grafía, es el seguimiento que hace del historiador andalusí Ahmad ben Muhammad ben Musa al-Razí (885-955) en su descripción de ciudades, a través de la versión de la *Crónica GERAL de Espanna de 1344* (edic. crítica del texto español por D. Catalán y M.S. de Andrés, Madrid, 1976), cap. XXX (Córdoba) a LXIII (Écija); sólo suprime lo relativo a Valencia (cap. XXXV), y añade Burgos, que quita la primacía a Córdoba *madre de todas las çibdades de España*. También toma de esta obra (cap. XXIX) la diferenciación de dos Españas, una al Levante y otra al Poniente. Por último, la geografía diocesana está copiada, también con numerosos errores en los nombres de diócesis, de los textos que estudia detalladamente L. Vázquez de Parga, *La División de Wamba*, Madrid, 1943.

mapamundi sino, en cierto modo, otra semejante a la que ya había inspirado mapas esquemáticos mucho más antiguos⁵.

Para responder a la pregunta planteada en el párrafo anterior, se ofrecen dos respuestas. O bien Arredondo sólo apreciaba y divulgaba una erudición libresca basada en el respeto a los *auctores*, cuanto más antiguos más ciertos, y hacía alarde de ello, o bien – ésta es la respuesta benévola – lo que pretendía, aunque no lo diga, era reflejar las concepciones geo-históricas vigentes quinientos años atrás, cuando vivía Fernán González. En cualquier caso, nos hallamos ante una curiosa manifestación de arcaísmo intelectual y copia de antiguos textos, expresada incluso en el uso de la expresión *españones* para denominar a los habitantes del país (capítulo sexto): es cierto que, en los tiempos medievales, la tradición primaba sobre la novedad, y que vincular las realidades del presente a las del pasado remoto y, a menudo, fabuloso, era un uso común entre cronistas y genealogistas, que aumentó en el siglo XV por el gusto con que algunos autores incluyeron en sus obras antiguas tradiciones orales, pero, aun así, algunos lectores de Arredondo tendrían la impresión de que se les estaba describiendo un país que, en muchos aspectos, poco tenía que ver con las realidades de su tiempo.

Texto

(f^o 2 r^o)

[Fray Gonzalo de Arredondo y Alvarado]

Coronica breuemente sacada de los excelentissimos fechos del vienaventurado caballero de gloriosa memoria conde Fernan Gonçales, conquistador de la seta de Mahomad y muy famoso ensalçador de la santa fe catholica, por quien el condado de Castilla, que era subjeto por estonce del reygn de Leon y muy perseguido del y asi veresimile de los circuniacentes sus vezinos, fue vuelto en muy excelente reygn caveça y prymado de las Españas.

(Real Academia de la Historia, Madrid, 9/2047)

(f^o 4 r^o)

Libro primero.

Capitulo primero. De la creacion de todas las cosas que Dios crió

In principio Dios conpuso
Diez cielos e mundo,
Adornando lo de yuso
Poniendo signos suso
Con cara gesto jocundo.
Con la tierra y sus simientes,
Elementos y planetas,
Angeles muy plazientes,
Sol e luna reluzientes,
Con estrellas y cometas.

⁵ Por ejemplo, el primer “mapa” conocido de la Península Ibérica, del siglo XI, procedente del monasterio catalán de Ripoll (Archivo de la Corona de Aragón, Manuscritos de Ripoll, 106, f^o 82 v^o).



La Tierra rodeada por los diez cielos del Universo.
 En los márgenes, relato de la creación en seis días, según Génesis

La presente rueda contiene diez cielos, los quales crió Dios in principio, e el mas alto círculo es el cielo inpireo, donde reynaba el sumo bien *. E los debaxo luego son cristalino e sideratibo. En los otros siete cielos estan VII planetas que enfluyen V colores e dos metales que adornan en los mundanos su nobleza o la deminuyen, según son o trahen origen y en las insignias entran o cognosçen. Ansi que Saturno influye negro, Jupiter verde, Mars colorado, Sol oro, que es metal, Venus azul, Mercurio morado, la Luna plata, que es metal. De guisa que nin colores nin metales non entran otros en armería. Cada planeta esta en su cielo, según en su letra se cognosçe. Los otros círculos restantes son los quatro elementos .s. fuego, ayre, agua, tierra. La redondez de medio es el mundo, ca el medio es mar, la segunda parte es habitable e la tercera inhabitable. Los signos del cielo son doze .s.: Aries, Taurus, Gemini, Cançer, Leo, Virgo, Libra, Escorpio, Sagitario, Capricornio, Aquario. E los polos principales del cielo son dos fixos e firmes estantes sin jamas se mover .s.: artico, antartico. A de notar que la virtud e nobleza siempre debe estar fixa e firme en bien.

[* leyenda en dicho círculo: hic deitas trina regnat super omnia. Digna astat regina hic mater vergina. His asistunt angeli, virtutes atque arcangeli his].

(f^o 4 v^o)**Capítulo segundo. De la grand preheminencia de los padres del Viejo Testamento, e de sus fechos en general.**(f^o 5 r^o)**Capítulo tercero. De las líneas principales en el Viejo Testamento.***Dibujos de los escudos de armas de las doce tribus, rodeando al arca de la alianza*(f^o 5 v^o)**Capítulo cuarto. De la division y poblacion de Huropa e de quienes fue poblada sus provincias e partidas. E que líneas dellos procedieron, e quales nonbres ovieron y a donde regieron y governaron.**

Según asi las dibinas scrituras como humanas, ocho fueron las animas que del dilubio escaparon, conviene a saber: Noe y su muger Taia, y Sem y su muger Norba, y Cham y su muger Ause, Jafeth y su muger Ruth. Destos fue poblada toda la tierra habitable e setenta y dos generaciones descien den. Et por estos, según los sabios antiguos, despues de la edificacion y confusion de la babilonica torre, fue partida toda la tierra en tres partes no yguales, ca Sem tubo Asia, que es la media parte de la tierra habitable, et Cam Africa, que es otra parte, et Jafet a Europa, que es otra parte.

Asi que Jafet obo siete hijos que poblaron toda Europa: primero, Gomer. Segundo, Magoth. Tercero, Maday. Quarto, Ybam. Quinto, Tubal. Sesto, Mosoc. Setimo, Tyras.

Gomer obo tres hijos: Asonec, Trogorina, Siphath.

El linaje de Asonec poblaron el Andalusia y cobraron Calabria y poblaron Apula, a que nonbraron Lacia, do se intitularon latinos, y de este venieron los Palfigones, de quien fue nonbrada la tierra Palfigonia, do descendieron los Liguris Milius.

El linaje de Trogorina poblaron a Frigia, do se nonbraron frigianos, que troyanos dezimos.

De Siphath o Refat, los palasgones.

De Magot venieron los anchas y godos y ubandulos y suebos y alanos. Este tubo a Panfilia.

De Maday, los potentisimos medos. Estos poseeyeron a Parcia y Media.

De Yaban, los griegos, donde nonbrada fue Grecia. Obo quatro hijos, silicet: Helisa, Tarsis, Cethin, Dodadin. Descendieron: de Elisa, los celices, de Tarsis, los de tarso, de Cetin, los cipros, de Dodadin, los rodanos.

Y aun de Yaban vienen los yliones, donde Priamo y Antonio, hermanos, salieron, y en Venecia a Lombardia ciudad hedificaron. E muerto Antonio, su hermano Priamo por fuerça gano una tierra y por su hermano le puso nonbre Germania, que se dize agora Tentonia [*sic, por Teutonia*], que otros Alemania, por memoria ay aver morado en tiendas, dizen.

De Mosoc venieron los capado ces, que son en tierra de Lebante, do a su çiudad posieron nonbre Masyca.

De Tyras venieron los tiracionos, cuya tierra sincopada o cisa es dicha Tracia.

(fº 6 rº)

Capítulo quinto. De donde comienza Europa e que rreynos y provincias contiene

Europa comienza de los montes Rifeos Meotidos que son al oriente descendientes al poniente, por las riberas setentrionales del Mar Oceano fasta la Galia Belgica e el rio Rin o Reno, que es al Oceano, e dede al rio Dinubio o Istro, que es al mediodia.

Europa contiene muchos reynos, regiones, provincias y naciones. E son, según Orosio, cincuenta y quatro regiones:

So la nacion germanica se cuentan los reynos de Ungria, de Polonia, de Boemia, de Escocia, de Inglaterra, de Dacia, de Suecia, de Nuruega. Las probincias de Sicia, Alania, Mesia, Saxonia, Miçina, Franconia, Lotingia, Austria. De Sueuia, Brabante, Holanda, Frisia, Ybernia, Yslanda, Zelanda.

So la nacion de Grecia se cuentan: reynos: Dalmacia, Croacia, Tracia, Constantinopla, Chipre. Provincias: Maguesia, Acaya, Atica, Boecia, Lacedemonia, Grecia.

So la nacion de Ytalia se cuentan: reynos: Roma, Napol. Provincias: Toscana, Lonbardia.

So la nacion de Francia se cuentan: Bretaña, Normandia, Borgoña, Guiana, Saboya, Picardia, Pitauia.



Dibujo alusivo a Europa y sus límites

(f^o 6 v^o)

Capítulo sexto. De cómo fue poblada Espanna de Tubal, fijo quinto de Jafeth, e quales fueron sus primeras habitaciones

De Tubal, quinto fijo de Jafeth, vienen y proceden los yberos, que españones nonbramos. El qual linage diversas tierras andudo y ninguna le agrado como España. E la primera poblacion Montes de Oca fue, ellos siendo nonbrados centubales, quasi de Tubal. E asegurados del dilubio y poblando ribera de Ebro fueron intitulados conpañas de Ebro e a la tierra nonbrando Speria por el lucero Esperus. E tanto fue el agrandamiento de Ebro que hedificaron y poblaron su ribera llamando a la probinçia Celtiberia, e despues Carpetana. E en esta poblaron quatro villas, conviene a saber: Montes de Oca, Taraçona, Calahorra, Agripa o Vinpa, la qual despues por Cesar ganada Cesaria o Cesaragusta de su nonbre la intitulo, a que agora Çaragoça llaman.

E estas asi pobladas, estendieronse por la tierra, poblandola y de sus nonbres la titulando: Una gente dicha alanos poblaron Alana o Alaua. Los galacios a Galicia. Los silinos junto con un rio dicho Sil. Los francos galeses a Portugal. Los ubandulos de Suevia en Alemaña, a Andaluzia. *[roto dos líneas en su parte izquierda]* ... de la diuisi... nnas y de sus... *[rota una línea]*.

[Las dos Españas]

Las Españas son dos. La una a Lebante, la otra a Poniente. La de Lebante *[sic, por contra Oriente]* comienza en la Syerro Callada que naçe contra setentrion yendo para Cantabria y sobiendo por el termino de Astorga e ayuntando con la tierra de Viscaya e de si descendiendo por Orique, que es a par de Toledo, y viene por el Algarbe que es a par del mar Terreno que viene por Cartagena y va a par de la villa de Lorca. E en esta España viene la lubia con el viento solano. La otra España comienza en sierra de Roces Valles e descende por el rio de Ebro asi como parte de Cantabria. E a en ella muchos rios, principalmente nuebe: Ebro, Duero, Miño, Mondego, Tajo, Lyma, Gudiana, Guadalquivir, Segura. E sin estos otros muchos, así como Sexien, Malon, Guadalete.

España es çercada de todas partes. De la una parte le çerca el gran mar Oceano e de la otra el mar Terreno, e de la otra los montes Pereneos, do España comienza, e acabase en una villa dicha Colibre.

[Alabanza de España]

Por ninguna lengua se podrían contar los vienes que tiene España: muchos panes, muchas carnes, muchos pescados, muchos vinos, muchas frutas, muchas especias, rica de metales: plomo, estaño, cobre, argen vivo, fierro, oro, plata; caballos, mulas, venados. Todas cosas buenas y necesarias son halladas en España y de (f^o VII r^o) ella sola quasi todo el orbe se probee, ca asi por salubredad e tierra e fertilidad como por avundancia de los vienes spirituales como tenporales lleba a todos la ventaja, ansi en religion, fe, creencia y amistad como en lindeza, humanidad y verdad y todas las otras virtudes. En ella la calura es tenprada y moderada a respeto de otras tierras. La envernada non muy fria mas tenprada. La lubia suabe y graciosa. La serenidad muy conveniente según los tienpos. La gente, fuerte, liberal, graciosa, amorosa, deletosa y muy placentera, constantes y firmes en las cosas començadas, amiga de amigos y cruel a sus contrarios, fermosa y devota, liberal y humana, dulce en el trato e graciosa en conversacion, llena de debocion, perfecta en amistad. De España escriben cosas mucho notables los escritores de las maravillas del mundo, e con mucha rason, ca en ella están sepultados muchos santos martires y confesores y virgines y catholicos doctores, ademas el apostol Santiago. E los reyes de ella por la mayor parte siempre an sido christianisimos y defensores de la sancta fee.



Dibujo alusivo a la población de España

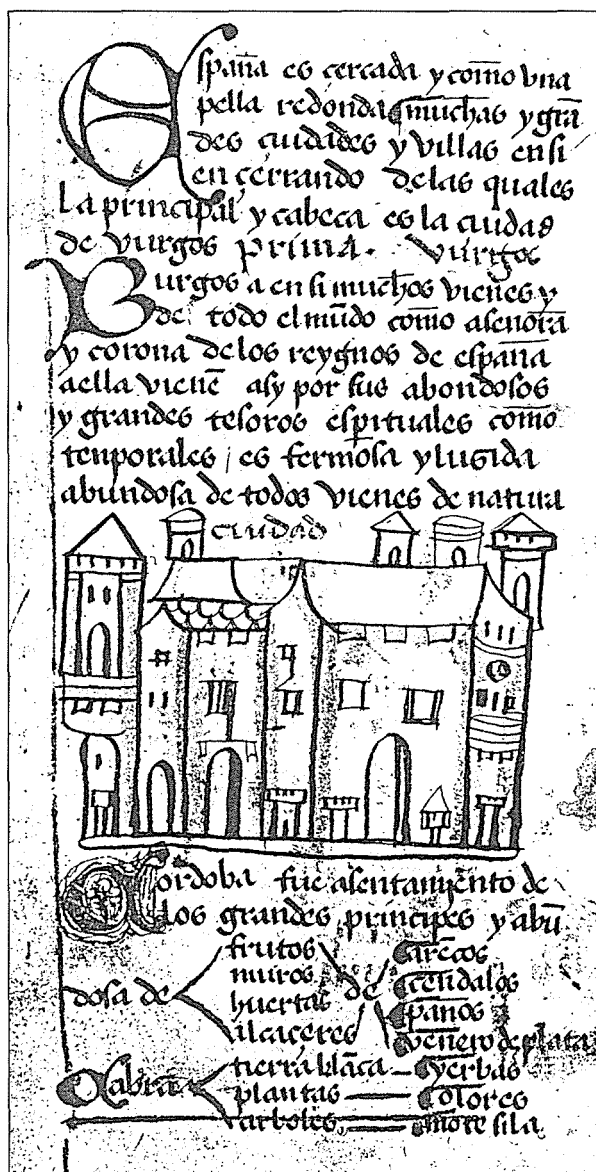
[No hay capítulo séptimo, ni faltan hojas en el original]

(f^o VII v^o)

Capítulo octavo. De las nobles y grandes çibdades y muchas que son debaxo de la poblacion de Espanna, e de sus provuincias y diuisiones

[Burgos, primera de las ciudades de España]

España es cercada y como una pella redonda muchas y grandes ciudades y villas en si encerrando, de las quales la principal y cabeça es la ciudad de Vurgos. Prima, Vurgos. Burgos a en si muchos vienes, y de todo el mundo como a señora y corona de los reynos de España a ella vienen, asy por sus abundosos y grandes tesoros espirituales como tenporales. Es fermosa y luzida, abundosa de todos bienes de natura.



Dibujo alusivo a la ciudad

[Otras ciudades]

Cordoba fue asentamiento de los grandes principes, y abundosa de frutos, muros, huer-
 tas, alcaçeres, arecos, cendalos, paños, venero de plata.

Cabra, tierra blanca, plantas, arboles, yerbas, olores, montesila.

Olbera parte termino con Cabra. Avundosa: aguas, rios, avellanos, granados, naranjos,
 cañas de açucar. Venero de oro, plata, plomo, latin, aluzente.

Debaxo del señorio de España ay villas y ciudades muchas .s.: Iahen, Tasuyr, Valencia,
 Tortosa, Tarragona, Çaragoça, Merida, Bretaña, Huesca, Tudela, Calatayud, Nobela, Luaniai,
 Baruxa, Molina, Medinaceli, Rotupel, Corica, Guadalajara, Toledo, Veris, Ferris, Bejar, Santeren,
 Lisbona, Exuban, Niebla, Sevilla, Carmona, Moron, Xerez, Algesira, Raya, Ecija. Todas estas una
 con otra parten termino u quasi son las mas antiguas, donde abundan muchos bienes.

[Provincias y reinos de la nación de España]

So la nacion de España se cuentan seys provincias, silicet: Tarragona, Denia, Cartajena, Lusitania, Betica (que es Estremadura, Andalucia), Galizia.

So la nacion de España se cuentan: Francia gotica, Narbona, Tolosa, con su probincia. Reygnos: Castilla, Leon, Aragon, Navarra, Granada, Portugal.

(f^o VIII r^o)

Capitulo nobeno. De alguanas [sic] nobles cibdades y villas y de sus grandes vienes en que habunda.

Cordoba. Segundo. Fue fundada por el fundamento de las estrellas de los padres antiguos. Es abundante en arboles, huertas y panes y en ayres y en azeñas que son ante la puerta del alcaçoua, y fazen ay doblas de payo y arencos de plata y muchos çendalos e paños de peso y otras obras sotiles, y ay venero de fina plata. E de la sierra contra setentrion trahen el agua al alcaçoua del rey por caños y dende la lieban a la villa.

Cabra. Tercero. De la villa de Cabra a Cordoba a XXX millas. Es la tierra blanca y llena de arboles que raro se podreçen, y las aguas confortatibas, y es en ella el Monte Silla, muy alto çerca las nubes, do son muchas buenas flores y de vuenos odores.

Olbera [sic, por Elvira] Quarto. Es tierra avundosa en aguas y rios y arboles y nogales y avellanos y granados y naranjos y cañas de açucar. Y ay veneros de oro y plata y plomo y laton y fierro y de coçia, que es aluziente. E el Monte Xalir siempre ay en el niebe y abunda en flores y yerbas medizinables, y fuentes y espeçias. Y en su termino es la muy noble y abundante villa Cazela y la antigua villa de Judios, que asi se dize porque los judios la poblaron. El rio Vasalan passa por ende, do se cogen limaduras de fino oro. E es otro el castillo de Loxa que yaze sobre el rio Xenil, y otro el castillo de Pliego, que abunda en sementeras y buenas aguas. Y el castillo de Vejena y el de Almaria o Almeria, que yaze sobre el mar y es llave de vien e abunda en maestros sotiles y en galeas. Y el castillo de Veria y de Silibes y Salonba, que yaze a par del mar y abunda en azebos y en cañas de açucar y en cominos. Y el castillo de Malaga, al qual corrio Audenamen, el fijo de Moavia, quando entro en España en el año del señor seycientos y XXXII. Es tanvien el termino de Elbira muy bueno. De Cordoba a Elbira a X millas, e de Cordoba a Biniia a cinco millas, e de Cordoba a Pliego a I millas.

Jaen. Quinto. El termino de Jaen semeja al de Algezira, et ay en el muchos arboles y regadios y fuentes, y tiene castillos .s.: Adihaa, que agora se dize Oriba, e villas a Montixa, que es muy fuerte y antigua, y a Enbida, que de los alarabes era dicha Obdete, y Baeça, çudad muy noble en el Andaluzia do se fazen tapetes. E en el logar Lecho Seco ay mucha madera. E la ciudad Reymon y tiene [sic] ay muchos logares fuertes y castillos como Taystar y Margaridam e la ciudad Tex, que es muy antigua. De la çudad de Jaen a Cordoba a L millas (f^o VIII v^o).

Tasuyr [sic, por Tusmyr]. VI^o. Contiene Tasuyr muy grandes terminos e la gente es dada a mucha virtud. E Valencia yaze sobre el rio de Sequir y es cerca el castillo de Terra e el castillo Xatiba, que es sobre el mar y es muy antiguo, vien como el castillo Monviedro donde es un palacio sobre el mar fecho e non es quien pueda dezir como es fecho. E Murriana es tierra mucho avondada y llena de açefran.

Tortosa. VII. El castillo de Tortosa yaze sobre el rio de Ebro cerca de la mar, e Tortosa es muy buen puerto do acuden muchos mercaderes y son y muchos voxes y pinos. De Valencia a Tortosa a CL millas, e si van por el camino de Matrama fijos darag es mas luengo, e parte termino con el de Tarragona.

Tarragona. VIII^o. Es ciudad muy antigua, poblada despues del dilubio. Va por apar de ella el rio Galic que entra en Ebro y es entre Tortosa y Varçelona. E aunque Tarique, fijo de Nocayr, destruyo mucho en ella quando entro en España, enpero no totalmente la pudo destruyr, tanto fue firme fundada de los antiguos. De Tarragona a Çaragoça a CL millas.

Lerida. IX. Lerida yase sobre el rio de Segura y entra en Brabir y asimesmo este rio entra vien como los otros en el rio Saboyas. E a castillos .s.: Carabinas, que es sobre el rio Vocoaro, y el castillo Velcayre yase sobre el rio de Segura, y el castillo Faragas es en el rio Olibac, y tanvien Transiche, y el castillo que a nonbre Pedro, y otro dicho Daloy Aolmotaxan. E Lerida a fundamentos antiguos e en su termino son los castillos Blebiana y Voribas y Lafegi, e los christianos de estos castillos que eran en tiempo de la destrucion fezieron su pletesia con los moros y quedaron en sus castillos e despues siempre ovieron entre los unos y los otros contiendas.

Bretaña. X. A en si muchas villas y castillos muy fuertes .s.: Bubescor, que es sobre el reio de Ebro, e el de Maquenonas y el de Maquilia y el de Jumar. E los moros que ganaron a España mil vezes la dexaran si no fuera por Vretaña. E de Bretaña a Lerida a LXXX millas.

Huesca. XI. Huesca es muy buena çiudad y mucho antigua e es çerca de ella el rio Verça que tiene delgada agua, e en su termino tiene villas muy vien encastelladas y tiene los castillos Pedrocle y Ayraçe y Açeuit y Aribas y a Tolia, que yaze en la sierra de Aragon, do son dos castillos, Çeui y Men. E esta sierra es tan grande que ninguno la podra passar a cavallo en tres dias, y la sierra de Ganera es muy fuerte y entra en mar. E de Çaragoça a Huesca a .L. millas.

Tudela. XII. Tudela abunda mucho en muy buenos panes y arboles y frutos y buenas aguas, y entra en el rio de Oro y çercala el rio de Cadiz, e fue fecha de Alaquin e el nonbrado que fue fijo de Çene y Çene fue fijo de Almoxarife de Çaragoça e Taragona. Fue grand tiempo camara de los almoxarifes y ay se acogian los almoga (*f^o IX r^o*) bares, e para si la escogia Avrtalla fijo de Osme, el que llamaban Abuismen, ca el gano toda la tierra por espada, e Narbona e Varçelona fueron sujetas a Tudela. Y contiene muchas villas y castillos, de que es la una Ariute, que es muy antigua, y otra es Calahorra y otra Najara e otra es Viscaya que es un castillo muy fuerte entre dos sierras que le cubren. E de Tudela a Caragoça a .L. millas, e de Calatayud a Tudela a XXV millas, e de Najara a Tudela ay L millas, e de Varcara a Tudela a XXX millas, e de Adarite a Çaragoá a LXXX millas e a Tudela XII millas.

Caragoça. XIII^o. Çaragoá tiene grandes llanos y la gente es muy sutil y faze paños muy preçiados y ay venero de sal gema muy blanca. Tiene castillos y villas muchas como el castillo de Rota, que es muy fuerte y yaze sobre el rio Jalon, e el castillo de Orosa, y yaze sobre la montaña. E passa el rio de Ebro por ende y por Tudela y Galizia y Vizcaya.

Calatayud. XIII^o. Es a par de una çiudad muy antigua que a nonbre Nonbela en que ay muchas señales antiguas como vobedas etc. E son ende los castillos Muluba y Daroca y Samite. E a de Daroca a Caragoça XXV millas y de Samite a Calatayud a XXIII millas.

Baniça [*sic, por Bajuçca*] XV. Yaze çerca de Santa Marta. Contiene muchos llanos y castillos muy fuertes .s.: Pedro, yaze sobre agua corriente que no fallan suelo, y el de Molina, do ovo una çiudad muy antigua que llamaban Barçuça – E de Molina a Çaragoça a cien millas.

Medinadeli. XVI. Es çiudad muy fuerte y fermosa y muy antigua e es una de las çiudades que destruyo Cario hijo de Notajet, e del un moro al otro estan labores muy maravillosas, e çerca es Santavaria que abunda en panes y buenos llanos y plantas y pasturas y nogales y avellanares.

Rotupel [*sic, por Rocupel*] XVII. Es entre Santa Bayra y Corica [*sic, por Çorita*], e ficola Iubiles para su fijo Carupel e es muy buena y frutifera tierra abundante en espeçias etc.

Alfocar [*sic, por Alfar*] XVIII. Es llamada agora Guadalajara, yaze sobre el río Aguadalajara, e tiene muchos arboles y villas y castillos en que son Mongerit y Castilio y Montixa que es muy fuerte y deste fazian los moros mucho mal a los christianos.

Toledo. XIX^o. Toledo fue camara de todos los reys godos y fue una de las quatro çiuudades que el Çesar tobo por camaras. Es sobre el Tajo. Ovo muy rica puente, fue fecha quando reynaba Mahomad de Clunen, que es en la era de los moros de .CC. años. Es çiuudad muy fuerte y abundante en panes y vinos y frutas y açefranes finos. Son muchas villas y castillos so su se (*f^o IX v^o*) ñorio, es es una Talabera, que fue fecha de los antiguos, la qual tiene muy fuertes muros e el Miramamolín fijo de Mahomad fizo en Talavera el alcaçoba en que morasen los almozarifes. E otra es la çiuudad de Calatrava, que es sobre el rio Guadiana y es tierra muy avundante y tenprada. E el castillo que dizen Oriz y otro es Carasal.

El termino del llano de las bellotas de Oriz. XX. E ay en Oriz venero de azogue y ende es el vermellon muy fino. E todos quasi los arboles son enzinas que traen muy dulçes vellotas e por tanto se dize el llano de las vellotas.

Geriz [*sic, por Feriz*] XXI. Es otra monte dicha Constantina, contiene muchos panes y arboles y castaños y çerezos y avellanos, y marmoles blancos, y fuentes y azeñas y veneras de fierros.

Merida. XXII. E Merida es una de las camaras que escogieron los cesares con los reyes christianos, e fundola Julio Cesar e fue mucho ennoblezida de los reyes que despues la enseñorearon. E fueron falladas piedras escritas en Merida que dezian en una como los de Merida avían mandado hedificar los muros de la çiuudad de Merida de XV codos, e fallaron una tabla de laton escrita que dezia que muchas gentes por miedo de los de Merida avian hedificado muy presto la çiuudad de Ylim, por miedo de los de Merida. E Moavia, fijo que fue de Aderamen, supo de un hermitaño muy antiguo de CXX años como en la yglesia de Merida en derecho de un crucifixo oviera estado una piedra que reluzia de noche como una candela, e que los alarabes quando entraron en Merida la llebaron e con esto avian llebado un cantaro que era de aljofar, e que le avian puesto en la mezquita de Damasco. E fue este cantaro tomado en la Casa Santa de Jerusalem. E la çiuudad de Merida yaze sobre el rio de Guadiana, bien como Vadajoz, e en su termino yaze Lusdonia e Coria.

Bejar [*sic, por Beja*] XXIII. Bejar es muy antigua çiuudad ca fue fecha de Julio Çessar e avia nonbre Jez, e es abundante en panes y arboles y flores y muchas colmenas, y son las aguas buenas. E son en su termino muchas villas y castillos .s.: Mercola, que es sobre Guadiana, que es muy antiguo, y otro Aroche y otro Crexque y otro Concanque. E en su termino es una villa que los antiguos llamaban Ebris que agora se dize Eborá. E de Vejar a Cordoba a trezientas millas.

Santarem. XXIII. Es sobre el rio de Tajo. Es muy abundante en panes y vinos, etc. El castillo de Santarem ya en un monte muy alto y muy fuerte que non se puede combatir sino a muy grand peligro.

Lisbona (*f^o X r^o*). XXV. Lisbona yaze sobre el rio de Tajo. Son ende muchos vienes como frutas y açores, los quales toman de çafra, y ay mucha miel, y villas como Almandana y Osumo, e Almandana ha un braço de mar que entra en Tajo. De Santarem a Lisbona a XXIII millas.

Exuban [*sic, por Yxugan*] XXVI. Es muy buena tierra e de muchos arboles y sementera y montañas y aguas y caças y riberas y insulas y huertos y pinos y alanbre. E son su señorío villas y castillos como el de Silba, que yaze sobre el braço de la mar.

Niebla. XXVII. Es tierra abundante de crianças y arboles y olibares y viñas y ayaraçor (*sic*), e en solo su termino semata el pez alfarida nonbrado. E Niebla es muy antigua e yaze sobre el rio Laxer o Tinto, e contiene villas como Querquena, muy antigua, vien como Gibraleon que es sobre el rio Alcamatil. De Gibraleon a Cordoba a CL millas e otro tanto de ay a Vexar e otro tanto a Exuba y otro tanto a Vadajoz.

Sevilla. XXVIII. Fue una de las camaras que los reyes christianos escogieron para sí. Yaze sobre el rio de Guadalquivir, es muy abundante en olibas y azeytes y miel y figos y algodón y panes y crianças y arboles y prados y ganados y leches y cañas de açucar. E Hercules lanço en Sevilla dos padrones muy altos so tierra e sobre tierra e quanto sean sacados luego sera Sibilla destruyda e salira fuego de piedra sufre que quemara lo mas de ella. E de Sevilla a Cordoba a LX millas.

Carmona. XXIX. Fue fundada de los tienpos antiguos y era muy fuerte e siempre fue muy vien defendida fasta que se alço en ella el abbad Johan e entonce vino el Miramamolín e la destruyo por fuego. Es tierra avundosa y llena de castillos y villas como Marchena y Vardir y Tabulera y Canelas.

Moron. XXX. Es muy abundante y de muchas olibas y frutas y montes y llanos e castillos muy fuertes como el del Carpio.

Xerez. XXXI. Es muy avundosa tierra en todas cosas. E quando andaba la era de los moros en CXXV crecio en mucha cantidad el rio Barbate e quando crecio avia VI años que no avia llovido e tovieronlo por muy grand miraglo. E en la duna son rastros que son caminos que fesieron los antiguos y dellos van a la çidad de Cadiz do fizo Hercules un çihon. Y ay son olibas y figueras y el monte Montibre do ay fuentes y molinos y almagres, e en Yudula es la villa Saca do aportaron muchos erejes que fecieron mucho daño en España enpero a la fin ay morieron todos.

Algezira. XXXII. Es pequeña villa pero de grand valor. Su muro pende sobre la mar. Es açercano puerto para passar allende el mar. Paresçe de alli Çepta. Es ende el rio Barmate. Ende es muy alto monte do se defendieron muchas gentes (*f^o X v^o*).

Baya [*sic, por Raya*] XXXIII. Es su termino avundante y de fuentes y de rios, e es fecha de los antiguos y es humida. Ha muchas villas y castillos .s.: Xaduna y Malaga que es antigua y es sobre el mar. Y Cartema y Tonula y Almeria y Bubuster que es castillo muy fuerte vien como el de San Pedro y el de Monte Mayor y el de Atalaya que mira a todos los que vienen por la mar.

Eçija. XXXIII. Es muy antigua y yaze sobre el rio de Exaril que es a par del monte de la Elada, y es muy conplida de muchos vienes y ay muchas villas y castillos, de los quales uno es Orda y otro Locastre.

(*f^o X v^o*)

Capitulo nobeno. De cómo algunas ciudades mudaron los nonbres que avian de primero

La çidad de Ispalis fue nonbrada asy por el grande y famoso Hercules, esta es Sevilla. Asidonia, esta es Çidona. Elbori, esta es Granada. Aguibunto, esta es Cabra. Paçe, esta es Badajoz. Agauirtan, esta es Luçena. Forroçolla, esta es Toledo, Tucas, esta es Xerez. Calibra, esta es Montanches. Trete, esta es Calatraba. Montisa, esta es Jaen. Urgo, esta es Almatea. Auti, esta

es Guadix. Hilite, esta es Vejar. Setanos, esta es Xatiba. Conpluto, esta es Guadalfajara. Elbora, esta es Talabera. Ycaria, esta es Madrid. Numançia, esta es Çamora. Moriana, esta es Castro. Cacaron, esta es Toro. Etol, esta es Leon. Ojança, esta es Valençia. Malagra, esta es Venabente. Duuarin, esta es Salvatierra. Ran, esta es Astorga. Donos Santos, esta es Sahagun. Caçedonia, esta es Tuy. Conpostela, esta es Santiago. Mantua, esta es Panplona. Truejo, esta es Najara.

(f^o. X v^o)

Capitulo X. De los arçobispados e obispados de España

El arçobispado de Toledo era primado de todos los arçobispados de España, e eran sujetos a el los obispados siguientes: El obispado de Treto [*sic, por Oreto*], el de Baeça, el de Basta, el de Almaria, el de Bastagen, el de Satalis, el de Segobia, el de Palencia, el de Tua, el de Valeria, el de Setobrica, el de Conpluto, el de Ciguença, el de Osma.

Estos son los aquellos obispados que eran sujetos al arçobispado de Braga: el obispado del Puerto, el de Tui, el de Orenguiuia, el de Yria, el de Lugo, el de Bretaña, el de Astorga.

Estos son los obispados sujetos al arçobispado de Sebilla (f^o XI r^o): el de Ytalica, el de Elos, el de Asidona, el de Malaga, el de Elbori, el de Astigui, el de Cordoba, el de Agabro, el de Toeci.

Estos siguientes son los obispados sujetos al arçobispado de Merida: el de Parce, el de Avila, el de Tiora, el de Lisbona, el de Çixena.

Estos siguientes son los obispados sujetos al arçobispado de Tarragona: el de Oca, el de Barçelona, el de Xara, el de Girona, el de Ausona, el de Urgelo, el de Lerida, el de Estosa, el de Tortosa, el de Bosta, el de Çaragoça, el de Panplona, el de Calahorra.

Estos siguientes son los obispados sujetos al arçobispado de Narbona: el de Betres, el de Agata, el de Magalona, el de Busan, el de Dianan, el de Minçipio, el de Frangos, [el de Adaña, el de Coinbra, el de Viseo, el de Lamego, el de Calabria, el de Numancia.]⁶

El obispado de Leon. El obispado de Leon fue dado por libre por el papa en el consejo o conçilio Vebertano, presente Cacon rey de los alanos.

El obispado de Obiedo, El obispado de Obiedo fue dado por libre en el conçilio (f^o 11 v^o) de Leon, la qual poblara Gutamundo rey de los Ubandulos e el asi lo confirmó.

Son los obispados de las dos Españas LXXXII e eran todos so el señorío de los godos, non contando la probincia de Tinturgenta nin el obispado de Leon nin el obispado de Oviedo.

Los arçobispados y obispados fueron mudados de una parte en otra, como primeramente el arçobispado de Merida en Santiago, e el obispado de Luçena en Oviedo, e el obispado de Vraona en Mondendo, e el obispado de Oca en Burgos, e el obispado de Montanchez en Palencia [*sic, por Plasencia*], e el obispado de Ydanes en La Guardia, e el obispado de Montisa en Jaen, e el obispado de Cadiz en Xerez, e el obispado de Calatraba en Albarrazin, e otros obispados ay muchos que son mudados de unos logares en otros que non posimos aquí como el de Cabra y el de Silve y el de Ciudad Rodrigo, etc.

El obispado de Burgos. E dizese por cosa muy çierta y firme el obispado agora de Burgos non ser sujeto a ningun arçobispado o obispado mas libre y en todas cosas libertado y esentado mas que ninguno otro de España.

⁶ Los obispados entre corchetes eran en realidad de la provincia eclesiástica de Mérida; además, el autor escribe erróneamente Adaña, por Idanha; Numancia, por Zamora.

[*Monasterios del obispado de Burgos*]

Estos son los monesterios que fueron dados al obispado de Burgos por el enperador don Alonso: el monasterio de Berlanga, el de San Quirze, el de Cardaña, el de Caraludera, el de Santandrea, el de Santisteban, el de Castro, el de Burçena, el de Alios, el de Maçoferario, el de San Christobal, el de Sancta Cruz, el de San Pedro, el de Sancta Maria, el de Santorcaz, el de Latas, el de Canpo, el de Moral, el de Vala, el de Sanfagun de Egun, el de Treviño. Y asimesmo contratacion con el monasterio de Oña e de San Pedro de Cardaña y Santo Domingo de Silos y abbadia de Cuebasrruyas, etc. (f^o 12 r^o).

[*Extensión de Castilla. Nombre de España. Sus "provincias"*]

De los quales y principales reyngnos es Castilla ansy por sitio de tierra y gente como quasi teniendo en si quatro principales provincias, .s.: Cartago, Estremadu (*sic*), Andaluzia y Galizia. Contiene en si en longura XXX dietas començando de Lorca, çerca de Almeria, fasta el fin de Galizia, e en anchura de Tarifa oposita al monte Atlántico fasta la villa Fuenterapida en Lepuzca, XXV dietas.

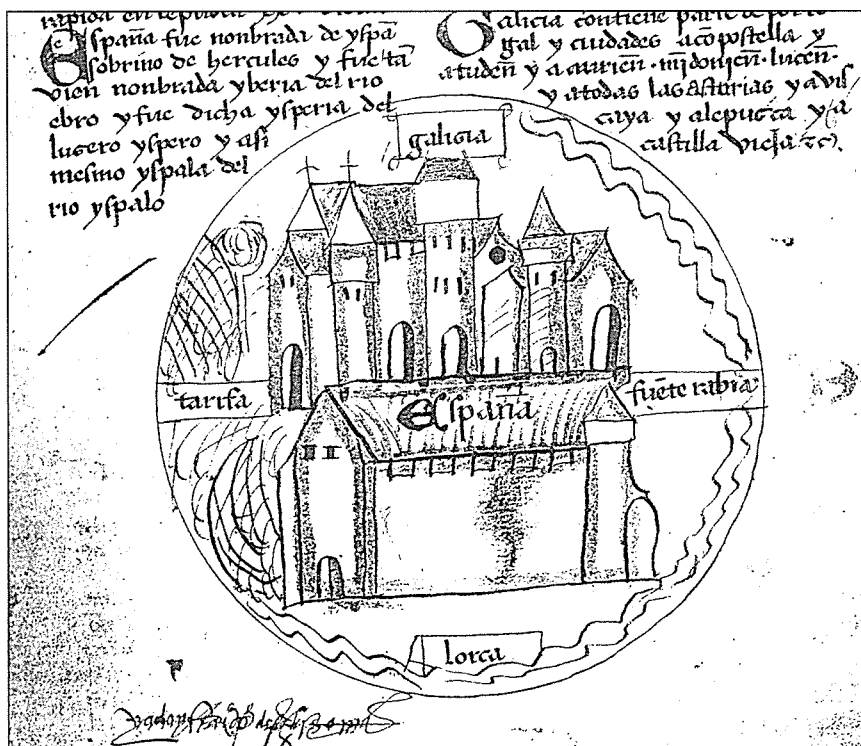
España fue nonbrada de Yspan, sobrino de Hercules, y fue tanvien nonbrada Yberia, del rio Ebro, y fue dicha Ysperia, del luzero Yspero, y asimesmo Yspala, del rio Yspalo.

La probincia de Tarragona contiene en si ciudades a Catalueña y parte del reyngo de Aragon y a Valencia, Murcia y a Cartago y a Saguntum, Conchen e Oxomen y otras muchas ciudades.

La probincia del Andaluzia contiene çudades a Astigia y a Sevilla y a Cordoba y a Xericium y a Vandalia y a Toledo.

La Estremadura contiene parte del reyngo de Portogal y muchas ciudades ansi como Pacense, Placentinense, Cauriense, Ciuitatense, etc.

Galicia contiene parte de Portogal y ciudades a Conpostella y a Tudense y a Auriense, Mindoniense, Lucense y a todas las Asturias y a Viscaya y a Lepuzca y a Castilla Vieja, etc.



Dibujo relativo a España y sus extremos

Participación de las oligarquías locales en la fiscalidad regia. El ejemplo de algunas villas del norte de la Corona de Castilla durante el reinado de los Reyes Católicos, 1474 – 1504

Miguel Ángel Solinís Estallo

Introducción

1. De entre la amplia diversidad de figuras impositivas que caracterizaron la Hacienda de la segunda mitad del siglo XV, y específicamente durante el reinado de los Reyes Católicos (1474-1504), la alcabala representa su figura más importante. En este impuesto quedaron incorporados tercias y, en nuestro caso, salines, constituyendo la principal aportación a la Hacienda del Rey en cualquiera de sus variantes asociativas: *alcabalas y tercias*, *alcabalas y salín* o *alcabalas*¹.

La aproximación a su estudio puede efectuarse a partir de tres planos analíticos: el **espacio sobre el que el impuesto actúa**, los **mecanismos de recaudación** desarrollados a tal fin y los criterios para la **distribución del gasto**, que se superponen en la política fiscal de este período.

En el primer caso, y a efectos de la recaudación de las rentas reales, la Corona de Castilla se hallaba dividida en el siglo XV en una compleja red de demarcaciones fiscales. Y así, las rentas reales quedaron adscritas a *ciudades / villas*, *adelantamientos*, *merindades*, *arcedianatos*, *principados*, etc.; denominaciones sobre las que se impuso el término *partido*, formulación que se generalizará a partir de 1495.

En este trabajo hemos centrado nuestro ámbito de estudio en el *partido de las Cuatro Villas*: Santander, San Vicente de la Barquera, Castro Urdiales y Laredo (actual Comunidad Autónoma de Cantabria), espacio integrado en la *Castilla de las Merindades*, región que actuó como zona tributaria específica dentro de la Corona de Castilla.

Con respecto a los mecanismos de recaudación es un hecho conocido que la insuficiente red de recaudadores reales impidió a lo largo del período analizado el cobro directo de las contribuciones. Es por este motivo por lo que su labor quedará incorporada a la figura del

¹ La alcabala, impuesto *ad valorem* sobre las ventas, podía llegar a gravar con un 10% los bienes que se enajenasen o permutasen; mientras, las tercias, permitían la reversión a la Corona de las dos novenas partes del diezmo eclesiástico. Habitualmente actuaron como una única figura impositiva al incorporarse las tercias a las alcabalas por su mayor capacidad recaudatoria. La reconstrucción de su contenido tributario, procedimiento de recaudación, geografía fiscal, etc. puede seguirse con mayor detalle en J.I. Fortea Pérez *Fiscalidad en Córdoba. Fisco, economía y sociedad: Alcabalas y encabezamientos en tierras de Córdoba (1513 – 1619)*, Córdoba, 1986; J. E. Gelabert *La Bolsa del Rey. Rey, reino y fisco en Castilla (1598 – 1648)*, Barcelona, 1997; Ladero Quesada, M. A. *La Hacienda Real de Castilla en el siglo XV*, La Laguna, 1973. También mi tesis doctoral *La alcabala en la Castilla de las Merindades, 1474 – 1504. El Partido de las Cuatro Villas y las Merindades de Campoo y Campos con Palencia*, leída en la Universidad de Cantabria el 28 de junio de 2001, inédita. Lo salines o alfolíes, lugares de importación de sal por vía marítima y distribución en régimen de monopolio, actuaban, a efectos de tributación como una renta real. También, para un mayor detalle, los Cuadernos de Alcabala, corpus donde se articulaba el complicado entramado sobre la recaudación de este impuesto, resultan de gran utilidad. Véase *C.A. de 1462, 1484 y 1491*. Para el cuaderno de 1491 me he servido del texto incorporado a la *Nueva Recopilación* (en adelante N.R.). Recientemente Ladero Quesada ha incluido su transcripción en *Legislación Hacendística de la Corona de Castilla en la Baja Edad Media. Selección y transcripción*, Real Academia de la Historia, Madrid, 1999. El cuaderno de 1484 se halla en el Archivo General de Simancas (en adelante AGS) Sección Diversos de Castilla, leg. 4, Fº 114, existiendo una segunda copia en la Escribanía Mayor de Rentas (en adelante EMR), leg. 38, doc. 11. Para el cuaderno de 1462 utilizo la copia realizada por Moxó como anexo documental a su trabajo “Los cuadernos de alcabalas. Orígenes de la legislación tributaria castellana” en *Anuario de Historia del Derecho Español*, 1969, pp 315-450. En adelante se citarán como arriba se expresa.

arrendador. Mediante el arrendamiento de la alcabala la responsabilidad tributaria se cedía desde la *Contaduría Mayor*, titular en nombre de los reyes del uso de la renta, al *arrendador mayor*. Sin embargo, una peculiaridad del sistema es la capacidad para fracturarse; y así, al arrendamiento le sucedía el subarrendamiento o arrendamientos *por menor*, transmitiéndose el uso de la renta del *arrendador mayor* a los *arrendadores menores*. De esta forma a la *alcabala* incorporada a los grandes distritos, le sucedía *las alcabalas*, que lo hacían sobre lugares o sobre los distintos productos o actividades que configuraban su estructura económica. La alcabala, en definitiva, se *desmembraba* en distintos *miembros de renta*.

TABLA I ²: Desmembramiento de las Alcabalas en el Partido de las Cuatro Villas

VILLAS	Pescado	Vino	Pan	Carne	Sal	Fruta	Quatopeas	Paños	Hierro	Zapatería	Madera	Pajería	Mercería	La Trapina	Cestos	Queros	Aver de Peso	Heredades	Ampuero	ALFOLÍ	TERCIAS
SAN VICENTE DE LA B.	X	X	X	X		X		X	X		X						X	X		X	
SANTANDER	X	X	X	X	X	X		X	X	X							X	X		X	
CASTRO URDIALES	X	X	X	X	X ¹		X	X	X ¹	X	X	X						X			X
LAREDO	X	X	X	X	X ¹			X ¹	X ¹	X	X		X	X	X	X		X	X		X

Será, sin embargo, la orientación del gasto quien nos permita interpretar la alcabala desde una perspectiva política. En este sentido los Reyes Católicos se expresaron con magnificencia a través de *juros de heredad* y *mercedes de por vida*, gratificaciones económicas endosadas (*situadas*) sobre el rendimiento de algunas rentas. Las *hojas de cargo*, hojas contables donde se registraban los ingresos y gastos afectos a cada distrito fiscal, testimonian tal liberalidad.

Es importante observar, por último, como, con respecto a las oligarquías locales, la alcabala podía generar beneficios por dos vías: a través de su participación en su arrendamiento y mediante la liberalidad regia. El objetivo del presente trabajo es determinar hasta qué punto coincidió en este grupo de poder local este doble circuito, circunstancia que, de producirse, sería en menoscabo del predominio político de la monarquía católica al limitar su capacidad fiscal.

2. QUIÉNES LAS COMPONÍAN: *correspondencia entre la participación en el arrendamiento de rentas y el control de los órganos de gobierno.*

En líneas generales hemos accedido al reconocimiento de las estructuras oligárquicas de las Cuatro Villas a partir de las listas de oficiales de los cargos concejiles, relativamente completas en los casos de Santander y Castro Urdiales, y excesivamente puntuales para las villas de San Vicente y Laredo³. Datos que hemos cruzado con las listas de arrendadores de alcabalas y

² Fuente: elaboración propia. Mediante la clave numérica señalo aquellas rentas que se arrendaban de forma conjunta. Alfolies y tercias, aunque se arrendasen junto con las alcabalas, no formaban parte del cuerpo de rentas albalatorio. Por claridad expositiva se incluyen en la tabla.

³ Para Santander Solórzano Telechea incluye el cómputo total de participaciones de las familias en el control de los órganos de poder durante los períodos 1461-1480 y 1481-1504 en *Santander en la Edad Media. Patrimonio, Parentesco y Poder*, tesis doctoral inédita, pp. 531 y ss. También *Colección diplomática del Archivo Municipal de Santander (1295 – 1504)*, Serie. Documentación Medieval de Cantabria, Santander, 1995. En Castro Urdiales disponemos a través del *Libro del Concejo (1494-1522)* de una relación bastante completa de la composición del concejo durante el período comprendido entre 1494 y 1504 y referencias puntuales para los años 1482 y 1483; E. Blanco Campos y E. Álvarez Llopis *Libro del Concejo (1494-1522)* y *Documentos Medievales del Archivo Municipal de Castro Urdiales*, Serie. Documentación Medieval de Cantabria, Santander, 1996. También de Laredo disponemos de las

tercias; amplias en San Vicente o Castro Urdiales, aunque insuficientes en Santander⁴. Con respecto a Laredo no disponemos de referencia alguna de quiénes arrendaron tales rentas reales en la villa; en este caso utilizaremos el listado de arrendadores de las rentas concejiles y sisas que se aplicaron entre 1500 y 1503⁵.

El solapamiento que entre ambas listas se produce es evidente, circunstancia de la que se colige una relación directa entre la participación en los órganos de poder de la villa o ciudad y el uso de los distintos miembros de renta. Como característica común, y como seguidamente demostramos, las familias que controlaron los órganos de poder local participaron en algún momento en el arrendamiento y administración de rentas reales y concejiles.

Santander

En Santander la coincidencia es mayoritaria. ARCE, BARCENILLA, CALDERÓN, ESCALANTE, PÁMANES y PENAGOS, familias que disfrutaron de un control casi absoluto de los órganos de gobierno de la villa⁶, extendieron en un porcentaje similar esta presencia en el concejo santederino sobre el cuerpo de rentas de la villa. Si el 59% de los oficiales nombrados durante el período comprendido entre 1481 / 1504 procedía de estos linajes locales, 33 de los 56 conocidos, en parecida proporción, 7 de los catorce miembros alcabalatorios fueron arrendados por miembros de esta oligarquía. Es más, abundando en la idea expuesta, si atendemos al precio de las rentas observaremos como el volumen de las alcabalas gestionadas por este grupo rebasaban el 90% del monto total, circunstancia de la que se derivaba una situación de práctica exclusividad en su recaudación⁷.

A la lista hay que incorporar a Diego de ESCOBEDO, miembro de una relevante familia enriquecida durante la Guerra de Granada⁸, quien arrendó el salín durante los años 1478 a 1480⁹, y Pedro de PENAGOS, arrendador mayor de las alcabalas de la villa los años 1478 y 1479¹⁰. Salvo la ausencia de los CALLEJA¹¹, los arrendamientos reproducen miméticamente las estructuras oligárquicas derivadas de las listas de oficiales del concejo.

listas de oficiales a través del libro de cuentas de la villa, aunque en este caso sólo de los años 1500 a 1503, Archivo Histórico Provincial de Cantabria (en adelante AHPC) Sección Laredo I, leg. 5, docs. 1 y 2. En cambio, para San Vicente, tan sólo tenemos noticias de los años 1500, a través del *Pleito y sentencias con la casa Estrada*, publicado por Valentín Sainz Díaz en *Notas históricas sobre la villa de San Vicente de la Barquera*, Santander, 1973, p. 183, y 1502, gracias a las subastas que en diciembre de este año se efectuaron de las alcabalas y salín de la villa, AGS EMR leg. 696 (sin foliar).

⁴ San Vicente de la Barquera, período 1496-1502, AGS EMR leg. 696, y arrendamientos al por mayor de 1490-1495 en los que participaron vecinos de la villa, leg. 48, docs. 51 y 53; leg. 49, fols. 54, 56, 66-72; leg. 50, docs. 15-16 y 396; leg. 51, docs. 1-3; leg. 57, doc. 166 y 168; leg. 58, fols. 69-74; leg. 59, fols. 234 y 248. Castro Urdiales, período 1497-1504 en *El libro del Concejo... Op. Cit.* En Santander tan sólo disponemos de la lista de los arrendamientos de 1480, AGS, sección Expedientes de Hacienda (en adelante Ex. Hac.), leg. 5 (sin foliar).

⁵ AHPC Sección Laredo I, leg. 5, docs. 1 y 2.

⁶ Concejo que constituían un alcalde y seis regidores.

⁷ El precio de los distintos miembros de rentas alcanzó en 1480 411.500 maravedís (en adelante mrs.); el precio de las alcabalas y salín arrendados por la oligarquía santederina sumó 383.700, el 93,2% del total.

⁸ J. A. Solórzano Telechea *Santander en la Edad Media, Op. Cit.* p. 456.

⁹ Por 30.000 mrs. en 1478 y 1479, 37.000 en 1480. AGS EMR leg. 25, doc. 9.

¹⁰ Por 45.000 mrs. AGS EMR leg. 24, doc. 142.

¹¹ Quienes constituyeron un bando linaje. J. A. Solórzano Telechea, *Santander en la Edad Media, Op. Cit.* p. 452, siete de cuyos miembros fueron nombrados oficiales del concejo entre 1481 y 1504.

TABLA II ¹²: Participación de la oligarquía santanderina en el arrendamiento de las alcabalas y salín de la villa y en sus órganos de gobierno

FAMILIA	MIEMBROS DE RENTAS ARRENDADOS, 1480	Participación en el control de los órganos concejiles, (nº de oficiales) 1481 / 1504	
1 – ARCE	Vino	7	
2 – BARCENILLA	Paños	5	
3 – CALDERÓN	Pan	5	
4 – ESCALANTE	Carne	9	
5 – PÁMANES	Aver de Peso	5	
6 – PENAGOS	Heredades y Pescado	2	
7 – ESCOBEDO	Alfolí	-	
% sobre el total (14)		57,1	% sobre el total conocido (56)
			8,9

Castro Urdiales

En Castro Urdiales, como en Santander, las listas de arrendadores y oficiales del concejo¹³ reproducen, con escasas modificaciones, los mismos nombres. La coincidencia cronológica de las series y su continuidad en el tiempo nos permite determinar, además, no sólo las familias que detentaron tanto el poder local como el control sobre la gestión alcabalatoria, sino nominar a aquellos miembros que asumieron tales responsabilidades a partir de 1494. Es importante sin embargo observar como, mientras todas las familias que coparon los órganos concejiles: RETURBIO, CASTILLO, OTAÑES, ORTIZ de la REA, ORTIZ de MARTIATO, LLENDELAGUA, PÉREZ de MENA y PÉREZ del CAMPO (54 de 104 oficiales), participaron en algún momento como receptores, arrendadores o fiadores en la recaudación del cuerpo de rentas de la villa, la nómina de arrendadores dilata la oligarquía de la villa. CIZERO, BARRERA y MANUEL, a pesar de no incluir a ninguno de sus miembros entre los 104 oficiales conocidos, adquirieron a través de Sancho de CIZERO, Lope de la BARRERA, Martín MANUEL y Ochoa MANUEL, la mitad de los arrendamientos acordados entre 1499 y 1504, hecho del que se desprende una privilegiada situación económica, rasgo identificativo de este grupo.

¹² Fuente. Elaboración propia a partir de la documentación incluida en las notas 3 y 4.

¹³ El concejo lo constituían un alcalde, cuatro regidores, dos fieles, un procurador “*de los mareantes de la comunidad de la villa*”, y en 1503 tenemos constancia de cinco procuradores “*de las aldeas de la ribera*”.

TABLA III ¹⁴: Participación de la oligarquía de Castro Urdiales en el arrendamiento de las alcabalas y tercias de la villa y en sus órganos de gobierno

FAMILIA	MIEMBROS DE RENTAS ARRENDADOS (número)						Participación en el control de los órganos concejiles (nº de oficiales) 1482-83, 1494-1504	
	1499	1500	1501	1502	1503	1504		
1 – RETURBIO	recp.						4	
2 – CASTILLO			2				6	
3 – OTAÑES		1	1, (1)	1	(1)	(1)	5	
4 – ORTIZ DE LA REA		(1)	1			1	6	
5 – ORTIZ DE MARTIATO				2, (1)	(1)	(1)	3	
6 – MARROQUÍN	recp.	recp.				1	9	
7 – LLENDELAGUA		(1)				1	6	
8 – PÉREZ DEL CAMPO		1	recp.	recp.	1	(1)	5	
9 – PÉREZ DE MENA		2	1	2	2, (1)	2	6	
10 – CIZERO	12	1	3, (1)		1, (1)	1, (2)	-	
11 – BARRERA		1	1, (3)	(2)	2	2	-	
12 – MANUEL		2	2	4	3	2	-	
% sobre el total (12)	100	66,6	83,3	75	75	83,3	% total (104)	50

SAN VICENTE DE LA BARQUERA.

BARREDA y OREÑA, según este criterio, pasarían por ser las dos familias que disfrutaron de mayor reputación. En 1490 Juan BARREDA, en mancomunidad con Juan Bravo de Herrera, arrendaba por mayor las alcabalas de la villa en 509.825 mrs¹⁵. En 1491, y por un período de cuatro años, lo hará de nuevo; esta vez por 603.860¹⁶. Durante este período, además, acompañó tal responsabilidad recaudatoria con la de fiador de Alfonso Pérez Cisneros, vecino de Saldaña y arrendador mayor del salín¹⁷. En 1495 tomará el relevo Bartolomé de BARREDA, incrementando su precio 100.000 mrs.¹⁸ El arrendamiento se prolongará hasta 1501, concertándose “*in solidum*”(en mancomunidad), esta vez con Juan de OREÑA, e incorporándose al mismo el salín de la villa¹⁹.

El procedimiento de subrogación se producía pese al acuerdo de encabezamiento²⁰; intermediación entre la Contaduría y uso de la renta que se tradujo en un incremento de la recaudación. Sin embargo, desde el punto de vista político, lo verdaderamente destacable del procedimiento es la supeditación que se producía entre el resto de la oligarquía local y la cúspide,

¹⁴ Fuente. Elaboración propia a partir de la documentación incluida en las notas 3 y 4. Abreviaturas: recp. receptor. Recaudador que, una vez que se generalicen a partir de 1495 los encabezamientos de las alcabalas (conciertos o acuerdos sobre su precio), asumieron la titularidad del uso de la renta sin perjuicio de su posterior arrendamiento. En los porcentajes referidos sobre el total de las rentas arrendadas excluyo aquellos casos en que se actuó como fiador. Se destaca este hecho mediante el empleo de paréntesis.

¹⁵ AGS EMR leg. 48, doc. 51 y leg. 49, fols. 54, 66-70

¹⁶ AGS EMR leg. 50, docs. 15 y 396 y leg. 51, docs. 1 y 2.

¹⁷ AGS EMR leg. 48, doc. 53 y leg. 49, fols. 56, 69, 71-72.

¹⁸ AGS EMR leg. 57, doc. 166 y leg. 58, fols. 71-74 y leg. 59, fols. 236-239.

¹⁹ AGS EMR leg. 696 (sin foliar).

²⁰ Carta de receptoría, AGS EMR leg. 60, fol. 196 y leg. 61, fol. 126

constituida por estas dos familias de mercaderes²¹. Relación vertical que nace del sometimiento contractual entre el usufructuario inicial de la renta y los subarrendadores, estadio en el que se encontraría Fernando GÓMEZ, Bernardino y Alonso Gómez HERRERO, Juan PÉREZ y Juan Bravo de HERRERA²².

Relación entre superior e inferior que podía alternarse con cierto grado de horizontalidad gracias a las *compañías* que se formalizaban entre arrendadores y fiadores durante las almonedas: vínculo contractual “*de mancomun e ambos dos de uno e cada uno por el todo*” mediante el cual los fiadores respaldaban el cargo a través de los *abonos* (fianzas). En esta categoría incluiríamos a Ruy y Pedro GÓMEZ, fiadores de Juan de BARREDA entre 1490 / 1494, Juan González del CORRO, Gonzalo Gómez de Cosío y García González de Cosío, de Bartolomé de BARREDA, en 1495; e incluso Juan Bravo de HERRERA, subarrendador de las alcabalas de las heredades entre 1496 / 1498, pero coarrendador de las alcabalas de la villa en 1490 junto con Juan de BARREDA.

Será precisamente uno de los informes elaborados al objeto de conocer el “*abonamiento*” de los fiadores, quien nos revele los umbrales de riqueza que definieron a la oligarquía de San Vicente. En el interrogatorio que se realizó tras el remate de la subasta de 1495, Juan de Santamaría, uno de los tres testigos a los que se tomó declaración, señalaba con respecto a García González de Cosío que poseía en San Vicente y sus términos “*casas e viñas e montes e otros bienes rayzes que valen dosyentas e noventa mill maravedies e que tiene otros bienes rayzes e casas en Ranosa <sic>, logar del marques de Aguilar, que valen sesenta mill maravedies*”. Propiedades que superaban a las “*casas e viñas e tierras e mimbreras e dos molinos*” de Juan del CORRO, a las que estimaba un valor de 230.000 mrs., y, desde luego, a las de Gonzalo Gómez de COSÍO, tasadas en 161.000²³.

Finalmente, el nombramiento de fieles el 30 de diciembre de 1502²⁴ nos permite ensanchar la estructura oligárquica de la villa al incluir a un CAVIEDES, Juan Gutiérrez, y un TORADA, Alonso González. A pesar de esta esporádica participación en la recaudación de las rentas de la villa, la relación de oficiales de 1502 acredita su participación en el grupo²⁵.

²¹ Concretamente la relación de fieles de 1502 se refiere como tales a Francisco de Barreda y Gonzalo de Oreña. AGS EMR leg. 696 (sin foliar).

²² Recojo esta proyección organizativa de Monsalvo Antón. Según este autor estas relaciones se hallan definidas por vinculaciones interclasistas frente a las organizaciones horizontales, en donde se acogen a miembros del mismo grupo social. Añade además que, según el tipo de vínculo de cohesión principal, podemos distinguir aquellas en que predominan los vínculos naturales (consanguinidad y parentesco) y las artificiales (adscripción social y política). *El sistema político concejil. El ejemplo del señorío medieval de Alba de Tormes y su concejo de villa y tierra*, Salamanca, 1988, p. 165. Este tipo de vínculos que nacen de la subrogación del impuesto responden, según este modelo, a una relación vertical artificial.

²³ AGS EMR leg. 53, fol. 374

²⁴ Este año, y mientras se negociaba la renovación del encabezamiento de la villa, se resolvía de manera interina la recaudación de sus alcabalas y salín mediante el procedimiento de fiadad por un precio fijado por el teniente corregidor Francisco Melendes. AGS. EMR. leg. 696 (sin foliar). Procedimiento descrito en el C.A. de 1491, ley 44 (en N.R. L.IX, T. XIV, ley I). Véase también mi trabajo *La alcabala en la Castilla, Op. Cit.* pp. 154 a 153.

²⁵ El concejo lo formaban un alcalde, cuatro regidores, un procurador y un mayordomo.

TABLA IV ²⁶: Participación de la oligarquía de San Vicente de la Barquera en el arrendamiento de las alcabalas y salín de la villa y en sus órganos de gobierno

FAMILIA	MIEMBROS DE RENTA ARRENDADOS			ARRENDAMIENTOS POR MAYOR				Participación en el control de los órganos concejiles, 1500 y 02	
	1496-98	1499-01	1502	1490	1491-94	1495	1496-01		
1 – GÓMEZ	3		1 ⁽¹⁾	al.	al.				
2 – HERRERO	4								
3 – OREÑA	1	1	1-1 ⁽²⁾ -1 ⁽³⁾				al. sal.		1
4 – BARREDA		4	1 ⁽²⁾	al. sal.	al. sal.	al. sal.	al. sal.		1
5 – CAVIEDES			1						1
6 – CORRO						al. sal.			1
7 – COSÍO			1 ⁽¹⁾			al. sal.			
8 – TORADA			1 ⁽⁴⁾						1
9 – PÉREZ		2	1 ⁽³⁾						2
10 – HERRERA	1		1 ⁽⁴⁾	al.					1
%, total (11)	81,8	63,6	54,5					% sobre el total (14)	57,1

LAREDO

Ni la documentación que hallamos en la EMR y AHPC ni la publicada²⁷, incluyen nómina alguna que recoja relación de los arrendadores de las alcabalas y tercias de la villa durante el período estudiado. Por tal motivo, y a diferencia del resto del partido, utilizaremos como marco de referencia en la detección de la oligarquía local el *Libro de las cuentas del concejo* de los años 1500 a 1503²⁸; concretamente los pliegos del cargo en donde se anotaron las rentas que nutrieron de recursos a la hacienda municipal y cuya gestión se realizó habitualmente en régimen de arrendamiento²⁹. Once conceptos a los que incorporamos el arrendamiento de las sisas que, al objeto de financiar la construcción de un cay o muelle de piedra, se concertaron en 1502³⁰.

Los pliegos se acompañan de la composición del concejo³¹ durante los cuatro años, información que, como en casos anteriores, nos permite validar los datos obtenidos de las listas de arrendamientos. Su cotejo nos permite, además, disponer de ciertos datos reveladores sobre la relación de fuerzas entre las principales familias de la villa, pues si bien la participación en la gestión de la hacienda municipal parece producirse sin menoscabo de ninguno, el nombramiento de oficiales derivó en una clara concentración en beneficio de tan sólo dos familias. HOYOS y CACHOPÍN, en los que recayeron 16 de los 26 oficiales de quienes el *Libro del concejo*

²⁶ Fuente. Elaboración propia a partir de la documentación incluida en las notas 3 y 4. Abreviaturas: al. alcabalas; sal., salín. Claves: en cursiva cuando la intervención en su recaudación se produjo en calidad de fiadores. En 1502 técnicamente la subrogación se produjo en régimen de fiabilidad al no presentarse licitadores a las subastas (*Vid* nota 24). No obstante, al objeto de aligerar la lectura de la tabla, las incluyo en la columna de miembros de renta arrendados. Las rentas se cedieron mayoritariamente a dos fieles, hecho que hago constar mediante la correspondiente anotación entre paréntesis cuando se produzca coincidencia de dos familias sobre la misma renta.

²⁷ Virginia Cuñat Ciscar *Documentación medieval de la villa de Laredo*, Santander 1998.

²⁸ AHPC Sección Ladero I, leg. 5, docs. 1 y 2.

²⁹ Alfolí y botica, Torre de la taleta, Escribanía de los diezmos, Cabañas de Oriñón, Medidas del vino, Renta de la carnicería, Entrada del vino y sidra, Taberna del vino, Renta del peaje, Sisa del pan y Salín.

³⁰ Sisas sobre el pescado y sardina, pan, tabla y rasina, vino, sal, carne, sebo y cera y hierro.

³¹ Un alcalde y cuatro regidores.

establece su titularidad, formarían, como ocurría en San Vicente, aunque por medios distintos, la cúspide de la oligarquía local, por debajo de la cual la cuota de poder restante, repartida entre ESCALANTE, SALAZAR, PORTUGAL, OCHOA, GAVILÁN y AJO, resultaba inapreciable.

TABLA V ³²: Participación de la oligarquía de Laredo en el arrendamiento de las rentas concejiles y en sus órganos de gobierno

FAMILIA	RENTAS CONCEJILES ARRENDADAS					Participación en el control de los órganos concejiles, 1500 – 1503	
	1500	1501	1502	1503	CAY,1502		
1 – HOYO	2	2	1			10	
2 – CACHOPÍN			3			6	
3 – ESCALANTE	1		1	2			
4 – SALAZAR	1					1	
5 – PORTUGAL		1	1	1	3		
6 – OCHOA	1	1	1	1			
7 – GAVILÁN		1			1	1	
8 – AJO	1	1				1	
% total (11-8, Cay-)	54,5	54,5	63,6	36,3	50	%, total (24)	79,1

3. Beneficios concedidos a las oligarquías locales desde la Hacienda Real.

Como rasgo general las nóminas de situados apenas reproducen el esquema de poder local que relaciones de oficiales y arrendadores expresan; imagen que se enfatiza si tenemos en cuenta que, en muchos casos, la adscripción se realiza a través de la familia, como célula detentadora de poder político y económico, y utilizando como criterio de filiación el apellido, lo que no garantiza necesariamente la existencia de vínculo alguno entre el beneficiario de *juro de heredad* o *merced de por vida* y la supuesta familia de origen. La monarquía, en este sentido, dotó con escasa generosidad a las oligarquías ciudadanas. Ejemplo elocuente de este hecho lo encontramos en San Vicente en donde ninguna de las familias que compusieron este grupo a finales del siglo XV fueron gratificadas por dicha munificencia. Tan sólo Santander parece escapar de esta conclusión inicial ya que siete miembros de su oligarquía se incluyen en la relación de situados de la villa: Diego de ESCOBEDO, Juan Fernández de PENAGOS y Juan de ESCALANTE. A la lista incorporamos a Juan Jimeno o Simón, perteneciente a una familia de hereros, a quien ni las listas de oficiales del concejo ni los arrendamientos de 1480 atribuyen inicialmente su pertenencia a este grupo, lo que, en sentido distinto, confirmará la fuerza de los hechos. Lombardero mayor, fue dotado con generosidad por los reyes con una casa en la calle Somorrostro y la tenencia del Castillo³³, además de sendas mercedes de por vida.

Sin embargo, a excepción de ESCOBEDO, PENAGOS y ESCALANTE, la liberalidad regia no llegó a impregnar a la totalidad de la oligarquía santanderina. Los situados no alcanzaron a los ARCE, BARCENILLA, CALDERÓN, CALLEJA o PÁMANES, sino que se filtra hacia su base, beneficiando a familias cuya participación en los órganos de poder de la villa fue irrelevante: SETIÉN, COLINDRES y HERRERA³⁴.

³² Fuente. Elaboración propia a partir de los datos obtenidos en AHPC Sección Ladero I, leg. 5, docs. 1 y 2.

³³ J.A. Solórzano Telechea *Santander en la Edad Media*, Op. Cit. p. 456.

³⁴ En la tabla elaborada en relación a la participación de las familias en el control de los órganos de poder, Solórzano Telechea atribuye para los Setién una participación en el período 1481-1504, entre los Herrera dos en el período 1461-1480 y una durante 1481-1504, *Santander en la Edad Media*, Op. Cit. pp. 531 y ss. Con respecto a los Colindres, en *Conflictos jurisdiccionales entre la villa de Santander y el marquesado de Santillana en el siglo XV*, Serie.

En Laredo y Castro Urdiales este hecho se percibe aún con mayor claridad. En Laredo, además, la presencia de miembros de la oligarquía en la relación de situados resulta algo forzada pues en dos de los tres casos reconocidos los beneficiarios no aparecen como titulares iniciales del beneficio, sino que lo perciben después de traspaso por renuncia, venta o donación: Pedro CACHOPÍN y Juan González ESCALANTE. Tan sólo García González ESCALANTE aparece como titular originario.

El esquema se reproduce en Castro Urdiales en donde tan sólo los OTAÑES, a través de Lope García de OTAÑES, primero, y García Sánchez de OTAÑES, después, percibieron parte de los beneficios alcabalatorios; en este caso 23 cargas de pan que se transmitieron de padre a hijo en concepto de juro de heredad. Al igual que en Santander la munificencia traspasó la cúspide alcanzando la base de la oligarquía local representada por Gonzalo de SOLÓRZANO, procurador de la Ribera en 1483 y regidor en 1494³⁵.

TABLA VI ³⁶: Maravedíes situados a favor de miembros de las distintas oligarquías locales

BENEFICIARIOS	MARAVEDÍES SITUADOS					
	1481	1483	1487	1489	1491	1504
SANTANDER						
Diego de Escobedo	8.000	8.000	10.000	10.000	10.000	10.000
Juan Fernández de Penagos	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	0
Juan de Setién	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	0
Juan Jimeno / Simón	12.200	12.500	22.200	22.500	20.000	0
Gonzalo de Colindres	0	0	0	0	0	3.000
Juan de Escalante	0	0	0	0	0	2.000
Francisco de Herrera	0	0	0	0	0	5.000
CASTRO URDIALES						
Lope García de Otañes	14.720	14.831	0	0	0	0
García Sánchez de Otañes	0	0	14.831	11.868	16.560	9.120
Gonzalo de Solórzano	2.666	2.666	2.666	2.666	2.666	2.666
LAREDO						
Pedro Cachopín	0	2.666	2.666	2.666	2.666	0
Juan González de Escalante	0	0	0	4.000	4.000	4.000
García González de Escalante	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000

En definitiva, los reyes exhibieron cierta renuencia a expresar su liberalidad hacia este grupo a través de juros de heredad y mercedes de por vida, pero no al control que ejercieron sobre la recaudación desde el arrendamiento de los miembros que componían los distintos cuerpos de renta. Como la tabla VII demuestra fueron muy pocos los componentes de las oligarquías locales dotados en las hojas de cargo, número que se reduce significativamente si nos detenemos sobre aquellas gratificaciones que afectaron exclusivamente a la cúspide oligárquica. Relación que se reconstruye cuando atendemos a la gestión recaudatoria, aspecto en el que su participación fue mayoritaria. Los reyes impidieron de esta forma que alcabalas, tercias y salines, revertieran en este grupo mediante el doble circuito que se derivaba de su arrendamiento

Documentación Medieval de Cantabria, Santander, 1996, p. 255 se asigna una regiduría en 1493 a Pedro de Colindres, y en *Colección diplomática*, *Op. Cit.* doc. 208 una segunda a Gonzalo de Colindres.

³⁵ *Libro del concejo (1494-1522)*, *Op. Cit.* doc. 12, p. 48 (procurador de la Ribera) y p. 112 (regidor de la villa).

³⁶ Fuente: AGS EMR leg. 30, docs. 58 y 267 (1481); doc. 74 (1483); leg. 44, doc. 126 (1487); leg. 49, docs. 62, 63, 64 y 65 (1489); leg. 50, docs. 16 y 173 y leg. 51, docs. 1, 2 y 3 (1491); leg. 97, fols. 207-211 (1504).

y de la concesión de juro y mercedes; circunstancia que enfatiza el hecho de que, salvo Diego de ESCOBEDO, ninguno de los beneficiarios restantes aparezca en las listas de arrendadores.

TABLA VII ³⁷: Participación de las oligarquías locales en los beneficios alcabalatorios

VILLA	A	B	C	D
SANTANDER	9	7	4	7
CASTRO URDIALES	12	3	2	12
LAREDO	8	3	3	8
SAN VICENTE DE LA BARQUERA	10	0	0	10

<p>A- Número de familias que componían la oligarquía. B- Número de miembros de las mismas beneficiarios en las relaciones de situados. C- Número de beneficiarios que formaban parte de la cúspide de la oligarquía. D- Número de familias cuyos miembros participaron en la gestión de alcabalas, tercias y salines (rentas concejiles en el caso de Laredo).</p>

³⁷ Fuente: elaboración propia a partir de las tablas II a VI.

O conto dos besteiros de 1421 – da teoria à prática. Um exemplo do termo de Lisboa

Miguel Gomes Martins

Apesar de alguns estudiosos identificarem a lista de povoações compreendidas entre Coimbra e Abrantes¹, com o respectivo número de besteiros – não datada, mas atribuível ao reinado de D. Dinis –, como o mais antigo cômputo de besteiros do conto², o primeiro documento que podemos com total segurança identificar como um rol de besteiros do conto remonta aos primeiros anos do reinado de D. João I (1384-1388). Abrange, igualmente, um conjunto limitado de localidades (54) situadas, porém, no Alentejo e no Algarve³. Assim, só no final do primeiro quartel do século XV surge aquele que é, até agora, o mais completo documento do género: o Rol de Besteiros do Conto de 1421⁴. Além da originalidade de abarcar praticamente todo o território nacional, este cômputo apresenta uma outra grande diferença relativamente ao de 1384-1388: encontra-se acompanhado de instruções minuciosas relativas à sua implementação, o que nos permite compreender com bastante pormenor a forma como a Coroa pretendia que se efectuasse o apuramento e o recrutamento dos membros da milícia⁵. Contudo, durante vários anos, faltaram dados respeitantes à aplicação concreta dessas mesmas instruções, pelo que o documento que nos serviu de base para este estudo se reveste de particular importância

* Mestre em História da Idade Média pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Arquivo Municipal de Lisboa.

¹ As localidades abrangidas são: Abrantes, Tomar, Pombal, Soure, Torres Novas, Ourém, Porto de Mós, Leiria, Penela, Miranda, Lousã (Arouce), Coimbra, Montemor-o-Velho, Alcanede e Santarém (IAN-TT, Gaveta 9, M 10, doc. 27, fl. 2v, s.d., pub. por Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Tomo V, Lisboa, Sá da Costa, s.d., 2ª Edição).

² A. H. de Oliveira Marques, “A população portuguesa nos fins do século XIII”, in *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Vega, 1980, p. 55 e ss. Gouveia Monteiro, apesar de não o considerar um rol de besteiros do conto, aponta-o como tratando-se de uma lista relativa a esta milícia (João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Notícias, 1998, pp. 58-59). Porém, nada no documento refere tratar-se de besteiros do conto, mas simplesmente dos *beesteyros que devem hyr a serviço d’el rey*. Assim, as mais recuadas referências documentais aos besteiros do conto remontam a 1299 e reportam-se aos contingentes de Serpa (Miguel Gomes Martins, “Os besteiros do conto em Lisboa: de 1325 aos inícios do século XV”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, pp. 94-95 e Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 35).

³ IAN-TT, Chancelaria de D. João I, Livro 1, fl. 112v-113, de 1384-1388. Sobre este documento e a sua datação, cf. João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, p. 61.

⁴ São conhecidas, pelo menos, três versões deste rol. Elas encontram-se nas Ordenações de D. Duarte (*Ordenações del-Rei Dom Duarte*, Edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 651-663), nas Ordenações Afonsinas (*Ordenações Afonsinas*, Livro 1, Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes, Lisboa, 1984, pp. 438-447) e no Livro dos Pregos, códice do Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH, Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, doc. 313, s.d.). Apesar de uma matriz comum, estas versões apresentam, conforme foi já assinalado por Gouveia Monteiro relativamente às duas primeiras, algumas diferenças (João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, p. 61).

⁵ A análise destas instruções foi já levada a cabo por João Gouveia Monteiro, que, com base nelas, desenhou um quadro bastante detalhado da forma como eram apurados e recrutados os besteiros do conto (João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, pp. 62-64). O estudo de alguns documentos dispersos relativos a Lisboa e a comparação com a imagem elaborada por Gouveia Monteiro permitiu-nos, num outro trabalho, descortinar alguns aspectos desse processo no tocante ao universo dos besteiros do conto de Lisboa (Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, *op. cit.*, pp. 39-41).

pelo conjunto inovador de informações que fornece sobre a forma como era posto em prática – ou procurava ser – o conto de 1421.

Apesar de o rol fornecer no “prólogo”, algumas directrizes sobre a forma como localmente deveria ser implementado o conto⁶, era com base nas instruções enviadas por D. João I a Vasco Fernandes de Távora⁷ e a Armand Boutin⁸ em Fevereiro de 1421 – e que, provavelmente, acompanhariam aquele mesmo rol⁹ – que o anadel-mor e o escrivão da anadelaria-mor procediam ao apuramento e recrutamento dos besteiros do conto¹⁰.

Além de sabermos que o apuramento dos besteiros de Lisboa teve lugar em finais de Janeiro de 1422 – isto é, cerca de um ano depois da elaboração das instruções relativas à implementação do conto de 1421 –, não possuímos qualquer registo documental que nos descreva a forma como se processou. Contudo, o conhecimento das normas acima referidas, por um lado, e da estrutura e composição do conto lisboeta, por outro, permitem-nos reconstituir o que se terá passado.

Assim, segundo as instruções de Fevereiro de 1421 e em estreita articulação com as directivas de 1410¹¹, Vasco Fernandes de Távora e Armand Boutin devem ter procedido da seguinte forma: chegados a Lisboa, terão entrado de imediato em contacto com o anadel dos besteiros do conto da cidade para se informarem “*em que ponto tem sua Anadaria; e se a tem comprida dos beesteiros, que deve aver em ella e se alguus falecem*”¹². Só no dia seguinte se terão apresentado formalmente perante o corregedor, os alvazis e o procurador do concelho e dado conhecimento da missão de que estavam encarregues. Na posse dos elementos fornecidos na véspera pelo anadel de Lisboa, comunicaram-lhes, então, as falhas no conto da cidade, de modo a que o corregedor e o concelho indicassem homens que pudessem substituir tanto os besteiros em falta, como os que, por motivo justificado, necessitassem de ser aposentados. Para tal, o anadel-mor deveria convocar um alardo. Esta mostra servia ainda para verificar o estado das bestas, dos cintos e das polés dos besteiros do conto, sendo constrangidos à sua substituição – num prazo de seis semanas – todos aqueles cujas armas e equipamento não preenchessem os

⁶ O “prólogo” do rol de 1421 dirige-se essencialmente às autoridades locais. Porém, diz-nos muito pouco sobre os procedimentos tendentes à aplicação do conto, pelo que o prólogo se apresenta, essencialmente, como uma ordem para que essas autoridades prestem a colaboração necessária ao anadel-mor dos besteiros do conto e ao escrivão da anadelaria-mor. Era a elas que competia – como veremos – a apresentação, ao anadel-mor e ao escrivão da anadelaria-mor, de besteiros do conto em número suficiente para o cumprimento do conto atribuído à localidade em questão.

⁷ Vasco Fernandes de Távora, segundo Gouveia Monteiro, ocupava interinamente o lugar de anadel-mor, em substituição de seu tio, Afonso Furtado (João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, p. 61). Este, por sua vez, substituíra Estêvão Vasques Filipe aquando da morte deste em 1394-1395 (Miguel Gomes Martins, “Estêvão Vasques Filipe: O percurso de um guerreiro em finais de Trezentos”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 5, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 10-47). Contudo, o cargo de anadel-mor não era uma novidade para Afonso Furtado, que já o havia ocupado em finais do reinado de D. Fernando (IAN-TT, Convento de Chelas, Maço 33, doc. 649, de 1381/Junho/7 e Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* (edição crítica de Giuliano Macchi), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, cap. CXLII, p. 499).

⁸ Segundo Oliveira Marques, Armand Boutin era um mercador oriundo do norte da Alemanha, encontrando-se registado em Portugal a partir de 1395. Ocupou o cargo de escrivão da anadelaria-mor entre 1417 e 1433, de onde ascendeu a contador da fazenda (1433-1437) e a contador dos contos de Lisboa entre 1437 e 1444 (A. H. de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 2ª edição, 1993, p. 102).

⁹ Apesar de, tanto na versão das Ordenações Afonsinas como na do Livro dos Pregos, estas instruções se seguirem ao rol, não é líquido que originalmente acompanhassem esse mesmo rol de 1421, situação que pode ser atestada pelo facto de este documento não se encontrar na versão das Ordenações de D. Duarte.

¹⁰ Num estudo pioneiro, Baquero Moreno chamava a atenção, em 1977, para o facto de o recrutamento dos besteiros do conto constituir uma “preocupação constante da coroa”. E acrescentava que “para que o sistema funcionasse tornava-se indispensável aos anadéis das localidades o seu rigoroso apuramento em função do número superiormente estabelecido” (Humberto Baquero Moreno, “Privilégios concedidos pelo Infante D. Pedro aos besteiros do conto (1440-1446)”, in *Bracara Augusta*, Vol. XXXI, nº 71-72 (83-84), Braga, 1977, p. 62).

¹¹ *Ordenações Afonsinas*, Livro 1, *op. cit.*, Título LXVIII, p. 422 e ss.

¹² *Ordenações Afonsinas*, Livro 1, *op. cit.*, Título LXVIII, p. 448.

requisitos de qualidade exigidos. Por forma a evitar dúvidas futuras, todos os resultados da inspecção eram registados num livro.

Contabilizadas as faltas verificadas no conto, o anadel-mor daria um prazo de três dias ao concelho para que, com o corregedor¹³, procedesse à nomeação de novos besteiros. Estes deveriam, então, ser convocados à presença do anadel-mor que verificaria se preenchiam os requisitos relativos à origem sócio-profissional, estado civil, etc ... Confirmados, então, pelo anadel-mor, o escrivão da anadelaria-mor registaria no livro acima referido, os nomes, as alcunhas e outros elementos que ajudassem à identificação desses indivíduos. O escrivão tomava também nota de alguns dados tais como se haviam já servido em Ceuta, se eram acostados a algum “grande”, etc ...¹⁴.

Mas o caso de Lisboa apresentava – muito provavelmente à semelhança de outros grandes núcleos urbanos como Santarém, Porto ou Coimbra – uma particularidade: a integração no conto da cidade de indivíduos provenientes de localidades do termo¹⁵. Desconhecemos em pormenor a forma encontrada para apurar estes indivíduos, porém, uma coisa parece certa: em 1422 Vasco Fernandes de Távora não se deslocou a todas as povoações que enviavam contingentes para perfazer os 300 homens atribuídos a Lisboa. A comprová-lo está o rol com os nomes dos besteiros do conto de Alhandra, Bucelas, Calhandriz, Sapataria, Torre da Negra e Vila de Rei, elaborado, precisamente, em Lisboa, no dia 26 de Janeiro. Do mesmo modo, não nos parece provável que esses besteiros se tenham deslocado à capital a fim de serem apurados, como se verifica pelas reacções de surpresa de alguns deles quando, cerca de duas semanas depois, lhes foi comunicada a sua inclusão no conto de Lisboa¹⁶. Acreditamos, sim, que a vereação lisboeta, munida de listas de nomes de potenciais candidatos fornecidas pelas autoridades das vilas, aldeias e lugares do termo, faria a selecção dos indivíduos mesmo sem os conhecer pessoalmente, o que daria azo, naturalmente, a casos de injustiça e a imprecisões na elaboração das listas finais.

Escolhidos que estavam tanto os besteiros de Lisboa propriamente ditos quanto os das localidades do termo que integravam o conto da cidade, o passo seguinte era transmitir a estes últimos a notícia da sua integração na milícia e providenciar no sentido de adquirirem as armas e o equipamento que, a partir daí, se encontravam obrigados a possuir.

Assim, no dia 8 de Fevereiro de 1422¹⁷, pelas primeiras horas da manhã¹⁸, o anadel Vasco Vicente, sapateiro de profissão, partiu de Bucelas, onde residia, com destino à aldeia de Calhandriz, situada a pouco mais de cinco quilómetros de distância. Fazia-se acompanhar pelo tabelião Estêvão Gonçalves e por uma pequena escolta constituída pelos besteiros do conto Pedro Eanes, Vasco Eanes e João Afonso, também oriundos de Bucelas. O principal objectivo da sua missão era tornar público o rol com os nomes dos besteiros das localidades de Calhandriz, de Bucelas, de Vila de Rei, de Alhandra e de Sapataria, que tinha sob o seu comando e que, à semelhança dos contingentes de outras povoações do termo, integravam os 300 que Lisboa se encontrava obrigada a fornecer.

Através da análise desse mesmo rol ficamos a saber que Vasco Vicente era responsável

¹³ Sobre a importância da presença dos membros do concelho durante o apuramento dos besteiros do conto de Lisboa, cf. Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, op. cit., p. 39.

¹⁴ *Ordenações Afonsinas*, Livro 1, op. cit., Título LXVIII, p. 456.

¹⁵ Conforme se verifica através do Rol de 1421, são muito poucas as localidades do termo de Lisboa a contribuir autonomamente para o conto. Nessa situação encontramos apenas as vilas de Sintra, de Colares, de Cheleiros, de Torres Vedras, da Lourinhã e da Atouguia. As restantes deveriam contribuir sim, mas para o conto de Lisboa.

¹⁶ Esta questão será abordada mais à frente neste estudo.

¹⁷ Os factos ocorridos no dia 8 de Fevereiro de 1422 e que seguidamente são referidos encontram-se registados em AML-AH, Colecção por organizar, Livro I de Sentenças, doc. 23, de 8/Fevereiro/1422, pelo que evitaremos a repetição da citação.

¹⁸ Nada nos é dito no documento acerca da hora. Todavia, o facto de no mesmo dia irem a Calhandriz e a Alhandra, leva-nos a crer que terão partido de Bucelas bem cedo, pela manhã.

por 18 homens, sendo dois oriundos de Calhandriz (João Afonso e Gil Vasques), sete de Alhandra (Martim Gonçalves, Estêvão Domingues, Pedro Vicente, Pedro Afonso, Fernão Esteves, Pedro Esteves e Martim Domingues do Paço), três de Bucelas (Gonçalo Eanes, Afonso Gonçalves e Pedro Eanes), dois de Vila de Rei (Martim Gil e João Formoso) e quatro de Sapataria (João Vicente Cochino, Estêvão Picão, Lopo Afonso e Rodrigo Eanes). Esta três últimas povoações contribuíam pela primeira vez para o conto, o que se afigura como o resultado de uma tentativa bem sucedida por parte do concelho de Lisboa – naturalmente pressionado pelos besteiros residentes na cidade –, de fazer recair o ónus do serviço no conto, cada vez mais, sobre as localidades do termo, num claro benefício da capital e dos seus milicianos.

Vasco Vicente tinha ainda que convocar aqueles homens para comparecerem no alardo aprazado para o dia 8 de Março, onde iria verificar se tinham, conforme era sua obrigação, “*senhas beestas boas e rezebondas e farees que se nom arrmem nem posam arrmar ao ciinto salvo com follga e com pollee ... e lhos façom todaviia teer pera serviço d’ell reii com tres duziias de viiratões empenados*”¹⁹. As armas e os equipamentos em falta ou que não reunissem os requisitos de qualidade exigidos, deveriam, logo que possível, ser substituídos. Caso não o fizessem voluntariamente, os besteiros deviam ser penhorados nos seus bens para que anadel e o seu porteiro procedessem à aquisição, sob pena de, não o fazendo, serem eles próprios a pagá-las. A sua negligência era ainda punida com a exoneração dos cargos de comando que ocupavam²⁰.

Chegados à povoação de Calhandriz, Vasco Vicente terá dado instruções ao tabelião Estêvão Gonçalves para que publicasse tanto as instruções do anadel-mor como o rol dos besteiros do conto que tinha à sua responsabilidade. Efectuada a leitura pública do documento verificou-se que, entre os que se juntaram para assistir à sua publicação, estavam presentes dois dos 19 besteiros incluídos no rol – Afonso Gonçalves e Gil Vasques –, convocados de imediato para se apresentarem em alardo, dentro de um mês, em Bucelas, local de residência do anadel.

Contudo, desses dois, apenas Gil Vasques pertencia ao conto de Calhandriz. Afonso Gonçalves, pelo contrário, fazia parte do conto de Bucelas. Mas isto, tudo indica, nada tinha de problemático. Os problemas surgiram, sim, quando ambos declararam que não podiam ser recrutados como besteiros. Segundo os próprios, eram galiotes, tendo já integrado, nessa qualidade, duas armadas. Acrescentavam ainda, para reforçar a argumentação, que haviam mesmo recebido o soldo relativo ao ano de 1422 e seguintes, pelo que a possibilidade de mudança do seu estatuto militar estava afastada. Confrontado com esta situação – provavelmente inesperada – o anadel solicitou-lhes a apresentação de um atestado comprovativo da sua condição de galiotes²¹. Só assim poderiam ser retirados do conto. Decididamente, o dia não começava da melhor forma para Vasco Vicente.

Terminada – embora sem que se atingissem os objectivos inicialmente propostos – a tarefa agendada para Calhandriz, o anadel, o tabelião e os três besteiros que constituíam a escolta,

¹⁹ AML-AH, Coleção por organizar, Livro I de Sentenças, doc. 23, de 8/Fevereiro/1422. Assinale-se o facto de tanto as instruções de 1410 quanto as de 1421 nada referirem quanto a um número fixo de virotões a apresentar pelos besteiros apurados para os contos. Registe-se ainda que, por esta altura, a Coroa procurava dissuadir o uso das “bestas de armar ao cinto”. Porém, acabou por desistir da sua pretensão. Sobre esta questão, cf. Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, op. cit., pp. 45-46.

²⁰ Segundo as instruções dadas por Vasco Fernandes de Távora, Vasco Vicente deveria também zelar para que os besteiros do conto servissem durante iguais períodos de tempo, de maneira a não se verificarem situações de injustiça e de desigualdade. Além disso, deveria providenciar de forma a substituir aqueles que, por um motivo ou por outro estivessem impossibilitados de cumprir as missões que lhes eram atribuídas. Era ainda responsável pela comparação dos besteiros nos exercícios de tiro semanais e deveria ser o primeiro a cumprir e a fazer cumprir os privilégios concedidos aos besteiros do conto. Por fim, registe-se que tinha por obrigação garantir que se procedia ao pagamento da lutuosa dos besteiros mortos, a qual consistia no envio da besta para o anadel-mor do reino.

²¹ O documento não especifica qualquer prazo para a apresentação de um comprovativo do estatuto de galiotes, porém, devê-lo-iam fazer – supomos – no prazo de um mês, isto é, até ao alardo aprazado para o dia 8 de Março.

percorreram a meia dúzia de quilómetros que os separava de Alhandra, couto do arcebispo de Lisboa²². Chegados a essa localidade, dirigiram-se de imediato à igreja de S. João, onde decorria a missa e na qual seria suposto encontrarem-se alguns besteiros.

Efectivamente, no templo, Vasco Vicente reconheceu alguns deles, porém foi necessário recorrer à autoridade do juiz de Alhandra – João Carrasco –, não só porque alguns dos membros da milícia se furtavam à convocatória feita pelo anadel e pelo tabelião que o acompanhava, mas, também, porque nem todos se encontravam na igreja.

Todavia, a situação acabou por tomar um rumo completamente inesperado. Em resposta à solicitação de Vasco Vicente e de Estêvão Gonçalves, o juiz, apoiado por muitos homens-bons e por alguns dos besteiros do conto que se encontravam no adro da igreja, recusou-se a convocar ou a mandar convocar os outros besteiros. De acordo com o magistrado, aquela localidade era couto do arcebispo de Lisboa e, como tal, sujeita à sua jurisdição, pelo que o anadel teria que ter uma autorização expressa de D. Diogo²³. Contra-argumentando, Vasco Vicente afirmou que nada o obrigava a possuir essa autorização, pois “*como quer que o dicto couto fosse do arçebispo que a terra era do senhor reii onde el dicto juiiz e os dictos beesteiros asii eram moradores*”²⁴. A discussão entre ambas as partes assumiu, então, contornos de alguma violência verbal²⁵ com o juiz e a esmagadora maioria dos que se encontravam no adro de S. João a ameaçar o anadel e o tabelião e a gritar que os enviariam presos onde quer que o arcebispo se encontrasse²⁶. Impossibilitados de cumprir a missão e para não correrem riscos desnecessários, abandonaram o adro da igreja de S. João, imaginamos, sob os insultos e apupos dos populares.

Mas o anadel estava absolutamente seguro da sua autoridade, conferida não só pelo posto que ocupava, mas, também, pelas ordens régias transmitidas pelo anadel-mor. Como tal, não iria abandonar Alhandra sem cumprir a sua missão, mesmo que apenas em parte. Confrontado com a recusa de colaboração por parte de João Carrasco, decide recorrer a Martim Barroso, juiz na freguesia de Alhandra. O facto de ser criado de D. João I apresentava – em teoria – algumas garantias de cumprimento das directivas do monarca sem que se voltasse a repetir a atitude insurreccional de João Carrasco. Vasco Vicente solicitou-lhe, então, que convocasse à sua presença o besteiro João Afonso, morador na freguesia de Morouços²⁷, para lhe comunicar que,

²² Também Vila de Rei e Torre da Negra se localizavam no couto do arcebispo de Lisboa (AML-AH, Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, doc. 337, de 18/Abril/1422).

²³ Trata-se de D. Diogo Álvares de Brito, que veio a falecer ainda durante esse ano ou no ano seguinte. Ocupava o lugar desde 1416, altura em que deixou a diocese eborense. Sobre D. Diogo, cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder: A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1999, pp. 99-100. Os acontecimentos ocorridos com o anadel Vasco Vicente, que seguramente os terá comunicado ao rei ou ao infante D. Duarte, terão despoletado uma contenda entre o arcebispo e o concelho de Lisboa relativamente à jurisdição sobre as localidades de Alhandra e de Torre da Negra. Essa disputa chegou mesmo a atingir contornos de alguma gravidade com ameaças de confrontações armadas: “*nos fizerom entender [ao infante D. Duarte] que dom Diego arçebispo de Lixboa tem tençom de per força d’armas defender ao concelho e homeens boons da dicta cidade a Alhandra e a Torre da Negra que sempre foy tbermo da dicta cidade e de sua jurdiçom e de lhe nom consentir que conthnuem a posse que dos dictos lugares sempre teverom e os moradores dos dictos lugares quer isentar e livrar de quaaesquer costringimentos que lhe sejam fectos per os do dicto concelho de Lixboa*” (AML-AH, Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, doc. 337, de 18/Abril/1422).

²⁴ AML-AH, Colecção por organizar, Livro I de Sentenças, doc. 23, de 8/Fevereiro/1422.

²⁵ É igualmente provável que tenham havido algumas ameaças de agressão física.

²⁶ Três dias depois o tabelião recebia uma convocatória para se apresentar, outros três dias depois, junto do arcebispo que o criticou por, caindo em sacrilégio, lhe ter ido contra os seus privilégios. Paralelamente, o anadel enviava ao rei, ou ao infante D. Duarte, um relatório dos acontecimentos ocorridos em Alhandra. É possível que Vasco Vicente também tenha comunicado o ocorrido ao anadel-mor do reino e ao anadel de Lisboa tal como o fez ao concelho da cidade, situação que se confirma pelo facto de este “relatório” se encontrar no acervo do Arquivo Municipal de Lisboa.

²⁷ Mais uma vez os factos não correspondem ao que se encontrava escrito no rol: João Afonso, morador em Alhandra, encontra-se registado como besteiro do conto de Calhandriz. Desconhecemos se este indivíduo era, ou não, um dos que se encontrava na igreja de S. João.

no prazo de oito dias – isto é, até dia 15 de Fevereiro – deveria comparecer perante o anadel com o seu armamento e com as munições que estava obrigado a possuir²⁸.

Porém, Vasco Vicente estava destinado a não ter grandes resultados práticos na missão desse dia 8 de Fevereiro de 1422. O porteiro Estêvão Eanes Durdio, obedecendo à ordem de Martim Barroso, dirigiu-se, então, a casa de João Afonso. Aí chegado, verificou que o besteiro em questão se escondera no interior do domicílio. Insistindo em cumprir o que lhe havia sido determinado, o porteiro perguntou à mulher daquele se o marido se encontrava em casa, ao que esta terá respondido negativamente, isto apesar de o porteiro – segundo afirmou perante o juiz, o anadel e o tabelião – o ter ouvido no interior da habitação. Impossibilitado de convocar pessoalmente o besteiro em questão, o porteiro terá procurado duas testemunhas e, na presença de ambas, limitou-se a transmitir a convocatória à mulher de João Afonso.

Definitivamente, aquele não era um dia de sorte para o anadel, para o tabelião e para os três besteiros que os escoltavam. Sem que tivessem conseguido atingir os seus objectivos, teriam que voltar a Calhandriz e a Alhandra, prolongando durante mais tempo uma tarefa que poderia ter sido encurtada se os acontecimentos não tivessem corrido de forma totalmente adversa, se não houvesse uma manifesta falta de vontade de servir por parte dos besteiros do conto registados no rol, se não houvesse informações deficientes nesse mesmo rol, se ...

Desconhecemos de que forma decorreram os alardos nas localidades de Bucelas, de Sapataria, de Torre da Negra e de Vila de Rei, embora seja provável que nestas duas últimas localidades, por serem, tal como Alhandra, coutos do arcebispo de Lisboa, Vasco Vicente tenha também sentido dificuldades em cumprir a sua missão. A falta de registos documentais impedem-nos igualmente de descortinar a conclusão dos problemas surgidos em Calhandriz e em Alhandra e, por consequência, de que forma decorreram os alardos convocados para os dias 15 de Fevereiro e 8 de Março.

Muito naturalmente os episódios acima descritos não foram casos isolados. Como tal, é possível que noutras localidades do termo de Lisboa, pelos mesmos motivos, tenham ocorrido situações análogas. Assim, não terão sido poucos os anadéis que depararam com dificuldades que os impediam de cumprir cabalmente as instruções recebidas de Vasco Fernandes de Távora e de Armand Boutin relativamente à aplicação do Conto de 1421.

E se os problemas surgiam com tarefas aparentemente simples como a publicação das listas dos besteiros do conto, é fácil imaginar que se avolumariam em questões mais complexas como a realização dos alardos ou a organização dos exercícios de tiro semanais. Certamente que todas as dificuldades seriam ultrapassadas se os indivíduos recrutados não manifestassem uma clara má-vontade relativamente ao serviço como besteiro do conto, reacção que se devia em boa parte ao cada vez mais reduzido leque de privilégios atribuídos à milícia e ao crescente número de obrigações a que estavam sujeitos²⁹. Porém, no caso em análise, há que ter em linha de conta outros factores como a tentativa de Lisboa se eximir gradualmente da obrigação de apresentar besteiros do conto, em detrimento das localidades do termo, o que também pode, de alguma forma, ter contribuído para as manifestações de desagrado que o documento nos dá conta³⁰.

²⁸ Desconhecem-se os motivos porque João Afonso foi convocado para se apresentar ao anadel Vasco Vicente no prazo de uma semana, ao contrário dos restantes, aprazados para o dia 8 de Março. Contudo, é possível que João Afonso fosse um dos novos besteiros do conto nomeados pelo corregedor e concelho de Lisboa, pelo que talvez fosse necessário sujeitá-lo a uma inspecção prévia, de modo a que tivesse tempo para adquirir novo armamento caso o que possuísse não preenchesse os requisitos mínimos estipulados.

²⁹ Sobre os privilégios e deveres dos besteiros do conto, cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, pp. 69-76, João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, pp. 65-69 e Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, *op. cit.*, pp. 44-46.

³⁰ A atestar a tentativa de Lisboa apresentar cada vez menos besteiros do conto, veja-se o facto de, em 1436, D. Duarte ter acedido ao pedido do concelho de Lisboa para diminuir de 300 para 250 o número de besteiros apresentados pela cidade (Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, *op. cit.*, p. 36).

Porém, a autoridade do anadel, que devia – em princípio – ser suficiente para ultrapassar esses obstáculos, não chegava para fazer inverter as situações desfavoráveis que se lhe deparavam. Apesar da presença de um tabelião e de uma escolta armada, dificilmente a conseguiam impor, o que lhes trazia sérios problemas na execução das tarefas inerentes às suas competências. Para tal contribuía de sobremaneira a fraqueza que lhes advinha, em primeiro lugar, da rotatividade anual do cargo³¹ e, em segundo, de uma origem sócio-económica equivalente à dos seus subordinados, pois, importa não esquecer, os anadéis eram escolhidos para períodos de apenas um ano, de entre os besteiros e por estes. Esta situação, se, por um lado, impedia atitudes de abuso e de prepotência por parte dos anadéis, reduzia-lhes de sobremaneira a margem de manobra necessária para lidar com problemas de maior vulto como os ocorridos em Alhandra. Além disso – no caso em análise –, o facto de ser um outro anadel, o de Lisboa, quem na realidade comandava esses besteiros³², retirava a Vasco Vicente qualquer réstea de autoridade sobre os seus subordinados.

Mas os factores destabilizadores não se ficavam por aqui. Outros havia que aumentavam ainda mais os problemas com que os anadéis se defrontavam e que, apesar de não tão graves na aparência, podiam ter na sua raiz situações de clara injustiça. Era o caso da discrepância entre a realidade e as informações contidas nos róis relativas ao estatuto militar dos indivíduos apurados. Desconhecemos quais os motivos para estes desfasamentos, embora nos pareça que, no caso em apreço, deviam resultar de informações deficientes transmitidas ao anadel-mor pelo corregedor e pelo concelho de Lisboa, que, por sua vez, os podem ter sido propositadamente induzidos em erro de modo a beneficiar uns em detrimento de outros. Do mesmo modo, os erros nos locais de morada dos indivíduos apurados não eram propriamente argumentos que alicerçassem a já de si débil autoridade dos anadéis. Muito pelo contrário, descredibilizavam-nos e retiravam-lhes, perante os seus subordinados, a pouca força que tinham, dificultando ainda mais a implementação das ordens régias que visavam a reestruturação da milícia dos besteiros do conto, um dos mais importantes alicerces dos exércitos portugueses nas centúrias de Trezentos e de Quatrocentos.

³¹ Isto apesar de a rotatividade anual nem sempre ser cumprida como se encontra atestado pelos capítulos gerais das cortes de Santarém de 1418. Talvez fosse, justamente, a necessidade de conferir uma maior força e autoridade ao anadel que levou a Coroa a nada fazer relativamente a muitos destes casos e, em alguns deles, incentivá-los (Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, op. cit., p. 42).

³² Salvaguardadas as devidas distâncias e o anacronismo, é possível comparar o contingente dos 300 besteiros de Lisboa com uma companhia e os grupos de 20 ou de 30 besteiros – como o que Vasco Vicente comandava – com pelotões (Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, p. 42, n. 219).

Harmonia civitatis (Itália central. Siglos XIV-XV)

Nilda Guglielmi *

Hemos denominado estas páginas *Harmonia civitatis* porque nos interesa estudiar en qué forma armónica pudo darse la vida en un ámbito ciudadano que – en este caso – es el de las ciudades-Estado italianas. Otras formas políticas están presupuestas en las relaciones y acontecimientos – formas que permitirán o quebrarán esta armonía -pero nuestro interés, en alusión constante, será la *civitas*.

Cada uno de los autores que se ocupen de la vida ciudadana hablará de hechos datados y localizados. Precisiones correspondientes a un ámbito y a una época determinados, aquéllos en que está inmerso el escritor. Pero -más allá de los detalles puntuales- aparece ante nosotros una estructura política análoga que atraviesa por problemas similares. Una estructura que necesita de dos componentes esenciales: comunidad e individuo. Para algunos escritores, la excelencia de cada uno de ellos se logra en oposición, para otros, en colaboración.

Las reflexiones y preocupaciones por la estructura de la comuna van unidas al pensamiento de lo que corresponde cumplir moralmente o sea en formas éticas. La destrucción de dicha estructura fundada en la voluntad colectiva que se encuentra amenazada, en peligro de ser suplantada por la voluntad omnímoda de un solo personaje se atribuye, no tanto a la composición del ente político, como al mal desempeño de los funcionarios o a la desobediencia de las leyes de los ciudadanos, actitudes todas quebrantadoras del orden. Aun cuando, en ocasiones, el individuo parezca castigado en bien de la comunidad, en verdad al recibir condena se lo salva ya que su salvación depende de la existencia de la forma colectiva.

Los testimonios de los siglos XIV y XV reflejan la crisis política de la *civitas* italiana, testimonios de diverso carácter: crónicas, literatura, tratados... Es decir, modos de expresar la crisis según la realidad, la ficción, la reflexión.

Para analizar el tema en profundidad, habríamos de extendernos más de lo que consienten estas pocas páginas. Tendríamos que comprobar si hay coincidencias en esas diversas expresiones en momentos determinados, cuál es el lenguaje empleado, cuál la carga semántica con que aparece el vocabulario que da cuenta de la ruptura de la armonía y de su recomposición. Y con lo dicho, entendemos que corresponde averiguar si existe un diagnóstico del problema y si se ofrecen medidas de corrección. Es decir, si más allá de comprobar la inarmonía – comprobación que se expresará en diversos tonos (neutro, acusatorio, doliente, de consejo...)- existe conciencia, intención y presunta posibilidad de remedio.

Pero este breve espacio sólo nos permite hacer algunas calas que trataremos de afirmar luego, en más extenso estudio. Los testimonios se enmarcarán en la ejemplificación de los motivos de la crisis y en la deseada superación de la misma. En las reflexiones de los escritores que citaremos aparecerá el necesario ejercicio de la virtud como medio “intrínseco”, preparación del hombre interior que se reflejará en la conducta colectiva y en el imperio de la ley como medio “extrínseco”. Ambos medios, en el pensamiento de santo Tomás¹, llevaban a la *felicitas*, fin del Estado según la propuesta aristotélica: “El objeto del Estado es la felicidad de

* UBA – CONICET. Argentina.

¹ Véase Italo Sciuto, “Virtù e felicità nel pensiero di Tommaso d’Aquino” en A.A.V.V., *Etica e politica: le teorie dei frati mendicanti nel Due e Trecento*, Spoleto, Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo, 1999, pp. 91-118.

la existencia; todas las instituciones tienen por objeto la felicidad”. Agrega el Filósofo: “Para algunos, la vida feliz consiste en vivir en la virtud; por lo tanto habrá que admitir que el objeto de la sociedad política no es la vida común únicamente, sino producir y fomentar las acciones honestas y virtuosas”². En suma, la vida política no significa solamente reunión sino armonía que se expresará exteriormente merced a la que interiormente han logrado los miembros de esa comunidad. Decimos que debe primar la voluntad y coherencia colectivas, la comunidad debe ser la soberana. Ilustramos este pensamiento. Las ciudades de Módena y Reggio se rebelan en 1305 contra el marqués Azzo d’Este que, por largo tiempo, las había dominado (“l’avea tenue e signoreggiate tirannescamente”). Logrado su objetivo, volvieron a vivir comunalmente: “ressonsi a comune, e in loro libertade”³. La frase es sumamente expresiva, el gobierno de todos, la participación colectiva fundamentaba la libertad. Bien que se pierde cuando se abandonan las virtudes; en general, cronistas y pensadores lloran sobre los vicios que imperan en la ciudad, la dividen y perturban. Giovanni Villani expresa la desgracia que significó la separación de los güelfos en blancos y negros. Recuerda cómo, hacia 1300, la ciudad de Florencia se encontraba, cuando se produjo la división mencionada, “nel maggiore stato e più felice” que jamás hubiera vivido. Interesa entender cuáles fueron los motivos, según la óptica del cronista. Fue debido a “il peccato della ingratitude, col sussidio del nimico dell umana generazione”. El bienestar, la riqueza de que gozaba la ciudad “fece partorire superbia e corruzione”, las sectas que aparecieron destruyeron la alegría y el clima festivo que imperaba en la ciudad. Considera que la envidia determinó la separación de los ciudadanos (“Avvenne che per le invidie si cominciarono tra’ cittadini le sette”). Una parte actuó incitada por la envidia, la otra “per salvatica ingratitude”⁴.

El cronista considera, pues, que la inarmonía interior determinó el enfrentamiento: envidia y soberbia imperaban. Inútil fue la legación del cardenal de Prato enviado para pacificar a los enemigos. Lo que interesa es la visión del cronista acerca del origen de los pecados. Cuando — presente el cardenal en Florencia— cayó el puente alla Carraia en 1304, que arrastró a mucha gente que se anegó en el río, el escritor consigna el hecho diciendo “e fu questo segno del futuro danno, che in corto tempo dovea venire alla nostra cittade per lo soperchio delle peccata de’ cittadini...”⁵ Relata luego Villani el incendio provocado por Neri Abati quien, enemistado con sus consortes, puso fuego a la casa de los mismos en Orto San Michele, fuego que luego se extendió por la ciudad destruyendo lugares, posesiones y mercancías. El cronista reflexiona que, tal vez, Dios permitió semejante desgracia “per pulire i peccati de’ Fiorentini”⁶.

Pecado y punición. El cardenal de Prato, al retornar ante el Papa — que se encontraba en Perugia — se dolió de los regidores de Florencia “mostrandoli peccatori uomini e nimici di Dio e di santa Chiesa”⁷. En 1305, los florentinos y los luqueses asediaron y tomaron la ciudad de Pistoia. “E per questo modo fu abbattuta la superbia e grandezza de’ loro peccati...”⁸

Hemos seleccionado una serie de ejemplos en que el autor atribuye la ruina de la ciudad a pecados, no a faltas contra el orden laico de la ciudad -aunque sean causa de su perturbación- sino a pecados contra los mandatos de la religión, faltas que surgen por instigación del diablo y que son sancionados por voluntad divina. Sin duda, el autor adhiere a una tradición teónoma. La vida cívica es reflejo de la observación de las virtudes cristianas, ejercidas como lo pide etimológicamente la palabra, es decir hábitos correctos llevados a su plenitud.

² Aristóteles, *La Política*, Obras maestras, Barcelona, 1986, p.97.

³ Giovanni Villani, *Cronaca di*, Florencia, Sansone Coen, 1845, t. 2, l. VIII, cap. LXXXIII, p. 116.

⁴ *Ib.*, cap. XXXIX, p. 42.

⁵ *Ib.*, cap. LXX, pp. 88-89.

⁶ *Ib.*, cap. LXXI, p. 89 y ss.

⁷ *Ib.*, cap. LXXII, p. 91 y ss.

⁸ *Ib.*, cap. LXXXII, p. 113 y ss.

En cambio, a medida que la laicización se acrecienta, aparece la decisión de adherir a postulados éticos racionalmente elegidos que no necesariamente conllevan una determinación cristiana.

Sin duda, la vida en comunidad supone el ejercicio de virtudes éticas. No en vano mediante el tratado didáctico que constituyen *I libri della famiglia* se pretende formar a los jóvenes *civilissimi* y virtuosísimos⁹. De tal manera, podemos considerar que la formación necesaria para el príncipe en los regímenes monárquicos, en otras formas políticas debe ser proporcionada a todos los miembros que las constituyen. Una de las mayores virtudes que se exigen al gobernante es la prudencia y esa condición que expresa el equilibrio o justo medio aristotélico, ha de ser ejercido por todos los miembros de una comunidad pues, siendo una sociedad de iguales, todos se verán llamados a ejercer el poder alternativamente. Por tanto, civilidad y virtud necesariamente unidos para el logro de la coherencia y pacífico estado.

Si nos referimos al sentido de armonía corresponde recordar las palabras de la *Etica a Nicómaco*¹⁰: “La concordia de los ciudadanos no carece de semejanza con la amistad y la concordia es la que las leyes quieren establecer ante todo, así como ante todo quieren desterrar la discordia, que es la más fatal enemiga de la sociedad. Cuando los hombres se aman unos a otros, no es necesaria la justicia”. Advirtamos que, en este caso, el Filósofo entiende que no es necesario el ejercicio de la justicia punitiva, sí la existencia lógica de la justicia por medio del respeto de las leyes, leyes que habrán surgido del consenso y de la voluntad común de individuos virtuosos. En los ejemplos siguientes veremos que, el origen de tales normas, las convertía en lícitas o transgresoras.

Hemos dicho que los siglos XIV y XV se preocuparon por lograr esa concordia en la ciudad. Leon Battista Alberti fue uno de los humanistas preocupados por la crisis y – en consecuencia – por el camino necesario a seguir para superarla. De las muchas obras en que esta preocupación se manifiesta, hemos escogido algunos de los apólogos en que el escritor alude a la difícil realidad de Florencia, indica los motivos e insinúa la solución que hubiera impedido la caída de la ciudad, la posibilidad de encontrarse libre – en su coherencia – de gobiernos omnímodos. Decimos que expresa el momento político-social pero, al hacerlo, y al señalar los caminos rectos o desviados, alude también a la naturaleza humana, en ese momento en una encrucijada decisiva para la vida individual y social.

En la imagen de lirio decaído ante la fuerza de las aguas, anegado y destruido, pinta la situación de su ciudad: “La flor del lirio, perturbado y pálido, cuando el agua de un vecino hontanar, desbordando, se acercó a él, dejó de lado su antiguo orgullo para saludar las oleadas cada vez mayores que llegaban a él, hasta que cayó ante el peso de las ondas. Habría ciertamente conservado la vida si no hubiese renunciado a su dignidad”¹¹. En este caso, el orgullo de que habla el escritor no es negativo sino saludable e identificable con la dignidad. Actitud alejada del orgullo de la soberbia de la que habla en otro apólogo, llamado a la unidad, dejada de lado el ansia de separarse de sus iguales en razón de una supuesta superioridad. Sentido de unidad y participación, cohesión de grupo, peligros del individualismo aparecen, en efecto, en otro de los apólogos: “La estrella soberbia que quería hacerse admirar fuera de su constelación, se extinguió a mitad de su camino cuando cayó más bajo que las otras”¹².

Alberti desarrolla, en varios apólogos, la relación intrínseca-extrínseca que se expresará en una comunidad armoniosa. Vale decir, la relación entre la virtud y la concordia lograda por el respeto a lo establecido en común.

⁹ Citamos un solo ejemplo de los tantos que, al respecto, se pueden espigar en la obra “Però in questo sarà la prima cura e pensiero de’ maggiori, come dianzi diceva Lorenzo, in provvedere che la gioventù sia quanto si può sia ornatissima di virtù e costume” Leon Battista Alberti, *I libri della famiglia*, Turín, Einaudi, 1969, p. 52.

¹⁰ Aristóteles, *Etica a Nicómaco*, Madrid, Espasa-Calpe, 1983, p. 257.

¹¹ Leon Battista Alberti, *Apologhi ed elogi*, Génova, Costa e Nolan, 1984, p.49, II.

¹² *Ib.*, p. 49, IV.

Una de esas composiciones habla de la coherencia y de los peligros de falsear los medios para, supuestamente, lograrla. Las aves de todo tipo se concentraron en el monte Olimpo para tomar “comunes decisiones sobre los asuntos públicos”¹³. Tomó la palabra el buho por ser considerado “filósofo”. El ave, antes de entrar en el asunto plenamente, dio gracias por la oportunidad que se le brindaba de exponer, ante tamaña multitud, lo que él “durante toda la vida, en tantas vigili- as, había buscado para la común utilidad”¹⁴. Daría a entender cómo podría conser- varse perpetua amistad entre las diversas aves y “una honrosísima paz”. Pero, para ello, consi- deraba que era necesario contar con una ley “mediante la cual se castigaría a los malvados y a los obstinados y ofrecería a los buenos un modelo de vida honesta”. Fundamentó la importan- cia y necesidad de la ley ya que afirmaba que, según su criterio, “no existe ninguna actividad pública y privada que pueda durar largamente sin leyes. Por tanto, afirmaba que la ley es abso- lutamente necesaria”¹⁵.

Descubrió luego el contenido de su propuesta: “Las aves que tienen garras curvas y ros- tro adunco, al punto que no pueden escarbar en la tierra y tomar alimento, deberán ser nutri- dos por los demás pájaros”¹⁶. Argumentó ampliamente sobre las ventajas que – consideraba – podría obtenerse de la aceptación de esta ley. Al tener que aprobarla, las aves se dividieron en grupos, por un lado, los que aceptaban, por otro, quienes se oponían. El pavo real, los patos, las perdices y otras similares “se empeñaron en sabotear la ley”. Consideraban que tales leyes “dejaban de lado las reglas de los óptimos y prudentes antepasados”. Suponían en los promo- tores de la ley, deseo de introducir nuevas y no usuales trampas, alejándose de los usos patrios. Consideraban que se abrían nuevas maneras de acción a los agitadores y sediciosos para pro- mover ruinosas iniciativas. Esta ley podría hacer peligrar la libertad, “la cosa más dulce y más amada que ninguna otra en la naturaleza”. Afirmaron que los pueblos libres sólo pueden apro- bar la ley “que conserve a cada uno lo suyo e impida las ofensas de los violentos”. Puesto que un Estado bien organizado sólo puede mantenerse merced a la labor de todos, alejando a los ociosos, pues el ocio engendra malvados y péfidos. El largo discurso y las muchas observa- ciones del grupo dieron como resultado la negativa de las aves a aprobar la ley. Pero la nega- tiva no se realizó sin graves consecuencias; las aves rapaces – al ver que su propuesta había sido negada – determinaron ponerse en estado de guerra desde el momento que no podían quedar en paz y bajo la ley.

Alberti, como resumen de su fábula, dice que con esto quiere hacer entender la analogía con los sistemas políticos pues – señala – “existen algunos a quienes es mejor mantener con la condescendencia que con el peligro de la vida”¹⁷.

Pero, en general, digamos que las aves que se oponían a dar demasiados privilegios a las rapaces temían con razón, puesto que éstas no habrían de dar paz y sí someter a servil obe- diencia a las demás. En suma, se estructuraría un Estado en que habría predominio de unos sobre otros y no equilibrio igualitario. El apólogo ejemplifica que – a pesar de las declara- ciones del “filósofo” buho – las leyes son positivas cuando nacen del consenso y del interés de toda la comunidad sin favorecer a unos en perjuicio de los otros.

En *El lago*, otra de las fábulas que nos ofrece Alberti, aparece esta conclusión: “Me sien- to feliz si con esta fábula he procurado placer al lector; seguramente, si no me equivoco, he presentado muchos elementos para gobernar el Estado”¹⁸. El tema de la narración trata de un lago en que habitaban muchos peces y también tantísimas ranas; todos vivían juntos “con gran

¹³ Ib., p.87

¹⁴ Ib., p. 87.

¹⁵ Ib., p. 87. y p. 113

¹⁶ Ib., p. 87.

¹⁷ Ib., p. 93.

¹⁸ Ib., p. 127.

deleite". El autor dice que la armonía se lograba pues se observaba la costumbre de sus antepasados de poner todo en común.

Además, esta decisión hacía que el deleite fuera constante, los "pececillos se agrupaban danzando, las ranas cantaban melodías mientras saltaban"¹⁹. Todo lo agradable estaba fundamentado en la alegría, ausentes las discordias intestinas, ausentes las sospechas de los ciudadanos, ausentes las envidias y los altercados de vecinos y extranjeros. "Era increíble – agregar el acuerdo de las almas y de las voluntades en las cosas públicas y privadas". Esta armonía se rompió cuando algunos pececillos "deseosos de fama y de aparecer como promotores de importantes iniciativas públicas", proclamaron una ley por la cual determinaban sitios precisos para la habitación de las ranas y de los peces, "para las ranas la playa, para los peces, las partes inferiores". Al principio, esto agradó a algunos y molestó a otros, especialmente a los ancianos más prudentes. Pero luego de algunos días de observar estas disposiciones, la ley comenzó a ser transgredida. "La ley comenzó de más en más a ser refutada"²⁰. Como reflexiona Alberti: "Ninguna disposición, aunque sea sagrada, es introducida en la administración del Estado sin que sea cancelada por nuevas leyes y casi con desprecio, ignorada por la masa insolente y ansiosa de novedades". Quienes habían promovido la ley se mostraron descontentos que se la ignorara y se dedicaron a demostrar, por medio de discursos, las ventajas de la misma. "Los oradores proclamaban que se traicionaba la república y se cometía un grave delito, sosteniendo que tal resistencia a las leyes habría provocado la ruina del Estado"²¹. Las ranas, a su vez, argüían que, a causa de dichas leyes, habían sido introducidos los tiranos. De uno y otro lado se oían argumentos dispares y contrarios. Las posiciones opuestas llevaron a un enfrentamiento que sólo podía resolverse por las armas pero los peces -conscientes de su debilidad- pensaron que podrían vencer por medio del engaño. El primer paso para imponerse fue convencer a una gran serpiente que habitaba en las cercanías, en una esclusa cenagosa, para que se convirtiera en su señor. Pensaban que, de tal manera, se sobrepondrían a las ranas a quienes veían desalentarse por temor del tirano²². Las ranas decidieron responder de la misma manera. Y buscaron una nutria como señor. Unos y otros pensaban, de tal manera, superar a los enemigos; sólo los viejos consideraban que era de ciudadanos locos "preferir rivalizar en el odio antes que en el amor y en el deber y que no era justo, puesto que detestaban la crueldad, cometer actos que los habrían hecho parecer tan salvajes. Largamente hablaban a los ciudadanos acerca de los negativos efectos del odio, preanunciaban las desgracias nacidas de ese odio que acarrearía la ruina de la patria y la catástrofe total²³. Se impusieron en sus sedes los animales-reyes y comenzaron a actuar de manera violenta, arbitraria e inhumana: excelentes ciudadanos eran sacrificados sin motivo, nadie estaba seguro de sus bienes. Todos estaban afligidos por innumerables males, lloraban ya sus desgracias, ya las de los conciudadanos rivales²⁴. "Y cada día los tiranos se ensoberbecían en mayor medida y eran cada vez más crueles"²⁵.

La impiedad de los señores que habían elegido llevó a unos y otros a intentar una concordia. Y consideraron que quienes podían procurar la solución eran los ancianos con sus prudentes consejos. Estos decidieron que "la concordia de los ciudadanos era el medio más conveniente para expulsar y abatir toda tiranía", palabras en que resuenan las expresadas en la *Ética nicomaquea*²⁶. Se pensó entonces en la posibilidad de salvar la patria de los tiranos, dejados

¹⁹ Ib., p. 109.

²⁰ Ib., p. 111.

²¹ Ib., p. 111.

²² Ib., p.113.

²³ Ib., p. 113.

²⁴ Ib., p. 115.

²⁵ Ib., p. 115.

²⁶ Ib., pp. 115-116.

de lado los odios “trataron de alejar de su vida, con la inteligencia y la razón, a tan crueles tiranos”²⁷. Se procuró un enfrentamiento de ambos señores. Los peces se presentaron ante la nutria y la alabaron trazando su figura como la del óptimo príncipe que gobernara una comunidad perfecta. Ésta había de estar constituida por un pueblo que viva “en la quietud y en la paz en una ciudad apacible y famosa por el gran número de habitantes”²⁸. Decimos que esbozaron la figura de la nutria como la de un príncipe “pío y amante de la paz, de la tranquilidad” al decirle: “no hay ninguna cualidad útil que constituya un gran gobernante que no te sea reconocida”²⁹. Sólo disminuía esa perfección el consentir la presencia de una serpiente “loca y desapiadada, que no tiene en cuenta plegarias y lágrimas y que no respeta el derecho y los dioses, que se encarniza en tu daño, en contraste con tu virtud y con tu prudencia en el gobierno”³⁰. Al mismo tiempo, las ranas se presentaron ante la serpiente denunciando tanto a algunas de ellas como a ciertos peces que incumplían con las leyes dictadas. También en este caso, los quejosos se preocuparon por insinuar las medidas que el príncipe habría de tomar para castigar a los desobedientes, actitudes que proveerían no sólo a la salvación sino también a la dignidad, a la fama, a la grandeza del Estado”³¹. No habría de permitir la irresponsabilidad de la multitud, pues ese estado de cosas había inducido a los ociosos “a creer que el poder se encuentra en la ostentación, en la jactancia, en las vestimentas bizarras y en vagar por la ciudad, en no temer las leyes, en despreciar las órdenes de los príncipes”³². Las incitaciones que recibieron uno y otro señor hizo que, encolerizados, se lanzaran a la lucha. Ambos combatientes murieron por lo que peces y ranas se vieron libres y continuaron viviendo “cantando en sus versos que la libertad sin demasiadas reglas y, según el uso hereditario de los padres, es más útil que una ornadísima servidumbre”.

Tanto en uno como en otro apólogo – *El buho* y *El lago* – aparece una crítica a las leyes que no es genérica sino derivada del origen, de la voluntad de quien la ha decretado. Crítica hacia las disposiciones negativas, hacia las decisiones tomadas por quienes ejercen el poder sin derecho o sin prudencia o aceptadas por la comunidad merced a las incitaciones de líderes de tal talante.

No corresponde ahora hablar de la identificación de la normativa: teonomía, fisionomía o antroponomía. Sólo hemos querido asomarnos a un problema – a desarrollar más extensamente- que señala los elementos que equilibran una comunidad y permiten la *harmonia civitatis* la relación entre civilidad y virtud.

²⁷ *Ib.*, p. 115.

²⁸ *Ib.*, p. 121.

²⁹ *Ib.*, p. 123.

³⁰ *Ib.*, p. 123.

³¹ *Ib.*, p. 125.

³² *Ib.*, p. 125.

Lacunas da história da conquista de Lisboa

N. Valdez dos Santos

Há perto de novecentos anos que Lisboa foi conquistada aos mouros mas, sobre este importante acontecimento, embora Alexandre Herculano tenha indicado¹ a existência de quinze fontes documentais coevas, praticamente só são conhecidas – e seguidas em estudos históricos – as chamadas “Cartas dos Cruzados Arnulfo e Osberno”², tenham estes sido os seus autores ou os destinatários.

São, no dizer de Alexandre Herculano, “fontes legítimas” sendo a Carta de Osberno “a mais circunstanciada e importante narrativa do sucesso”.

Na Carta de Arnulfo, escreveu este que “muitas cousas nos aconteceram, prósperas ou adversas, conforme as vicissitudes da guerra: mas para não sermos prolixos, passámo-las em silêncio e reservámo-las para os que queiram explicá-las pormenorizadamente, e alguns há que o queiram fazer”.

Foi pena que tivesse procedido assim pois, ao longo dos séculos, poucos foram os historiadores que procuraram “explicar” – pormenorizadamente ou em simples estudo – essas passagens que ficaram em silêncio e que hoje ainda são “lacunas” da história da conquista de Lisboa.

Independentemente desses “silêncios” há, nas cartas de Arnulfo e de Osberno, passagens de nítida fantasia, além de distorsão e omissão de factos relevantes que devem ser apontados para que possam ser devidamente estudados.

A título de curiosidade não podemos deixar de referir que na carta de Osberno – considerado o “cronista dos cruzados” – constam fantasiosas alusões “às sereias de voz horripilante, primeiro como pranto, depois de riso e gargalhadas” ou ao “palácio de maravilhosa arquitectura” erguido numa das ilhotas das Berlengas ou, ainda à fantástica batalha das “grandes nuvens brancas, com as grandes nuvens negras”, além de ter escrito que se acreditava que, no sereno rio Tejo, “dois terços da corrente são de água e o outro é de peixes”.

Na Carta de Arnulfo também se regista, como fantasia, o extraordinário caso dos “mudos de nascimento a quem a divina clemência fez falar para testemunharem a paz eterna” daqueles que morreram pela conquista de Lisboa.

Mas, mau grado estas fantasias, as cartas de Arnulfo e Osberno são os melhores testemunhos coevos do que se passou, há quase novecentos anos, na conquista de Lisboa.

As passagens que o correr da história mostrou que foram distorcidas, nas cartas em causa, são, de uma maneira geral, todas aquelas que se referem à actuação das forças portuguesas que, no dizer de Alexandre Herculano, os dois cruzados buscam sempre “atribuir aos seus a glória principal daquele feito”.

Dos factos que foram “passados em silêncio” só imaginamos alguns, que procuraremos apontar, embora em breves palavras.

Para isso começamos por recordar que o cruzado Arnulfo escreveu que, por inspiração divina, de todas as partes da Terra veio reunir-se no porto inglês de Tredemus (Dartmouth) uma armada que ficaria conhecida pelo nome de “Armada de Deus” (Navales Dei Exercitus),

¹ *História de Portugal*, tomo III, notas a p.307.

² Neste texto seguiu-se a reprodução das cartas dos Cruzados constantes nas obras citadas de Alfredo Pimenta e de Ruy de Azevedo.

composta por duzentos navios, mas nada refere quanto às suas características principais, possibilidades marinheiras, qual a sua tripulação média por unidade e a carga que transportavam.

O cruzado Osberno também nada refere sobre esses navios mas dá a perceber que só navegariam à vela pois durante dois dias “detidos pela serenidade tranquila dos ventos, pouco ou nada avançámos”. No entanto, com ventos de feição, deviam ser muito velozes pois, em dois dias e tendo pernoitado em Peniche, fizeram a viagem do Porto a Lisboa.

Assim, não sabemos, ao certo, como seriam os barcos dos cruzados mas, pelas tempestades que arrostaram, tudo leva a crer que eram bastante robustos e com boas condições marinheiras, porém com pouca capacidade de carga, esta seria, totalmente, aproveitada para o transporte de algumas dezenas de passageiros³ – que seriam, também, remadores quando necessário – com as suas armas, poucos haveres, alguns víveres e a indispensável aguada.

A não descrição dos barcos utilizados pelos cruzados e o seu navegar foi, a nosso ver, uma das “passagens silenciosas” de Arnulfo e Osberno e cujo estudo hoje se impõe para uma melhor interpretação da História da conquista de Lisboa.

Embora os cruzados não esperassem ser “perturbados nem pela agitação das tempestades nem pela fúria dos ventos” a verdade é que foram açoitados por violentíssimos temporais que destroçaram os seus navios, arrastando-os para a costa da Galiza.

Recompostos e depois de terem visitado o “sepulcro de Sant'Iago” rumaram para a foz do Douro e foram fundear junto à cidade do Porto onde, por ordem de D. Afonso Henriques – que se encontrava “lutando contra os mouros”, como escreveu Osberno – esperava-os o Bispo do Porto, para lhes propor que auxiliassem os portugueses na conquista de Lisboa.

Logo que obtida a anuência dos cruzados determinava o Rei D. Afonso Henriques que o Bispo do Porto “e quantos o quizessem fazer” deviam seguir para Lisboa na “companhia dos cruzados”.

Nesta passagem levantam-se dois pontos que os cruzados deixaram em silêncio: onde estava o Rei de Portugal quando chegaram ao Porto e como teria sido a viagem do Porto para Lisboa, a bordo da armada, na companhia dos prelados e cavaleiros portugueses.

Para alguns autores dos nossos dias D. Afonso Henriques estava a cercar Lisboa, mesmo antes de saber que podia contar com o auxílio dos cruzados⁴ mas, para outros, estaria nos arredores do Porto, ou nos de Coimbra ou, então, em Santarém. Fosse qual fosse a sua localização, estava ausente do Porto, “lutando contra os mouros”, como escreveu Osberno.

O outro ponto que levanta dúvidas é a ordem do Rei ao Bispo do Porto e a “quantos o quizessem fazer” para seguirem, na companhia dos cruzados, para Lisboa.

De novo a opinião dos historiadores está dividida: para uns o Bispo do Porto e o Arcebispo de Braga teriam sido companheiros de Osberno na viagem para Lisboa; para outros, estes dois prelados juntamente com os Bispos de Lamego e Viseu “assim como muitos cavaleiros portugueses” teriam viajado na Armada dos cruzados, o que é refutado por alguns estudiosos pois os seus navios deviam navegar tão ajouçados que seria impossível transportar altos dignatários eclesiásticos, certamente com grande número de acompanhantes e criadagem, e, ainda, muitos cavaleiros portugueses.

Reforça esta suposição o facto de, quase no final do cerco de Lisboa, a 21 de Outubro, ter morrido em combate o “rector da galeata regis”, ou seja, o comandante das galés do Rei, prova evidente que navios de guerra portugueses estavam no Tejo.

Como escreveu⁵ em nossos dias Augusto de Oliveira, D. Afonso Henriques e “parte do seu exército (pequena ou grande, não o sei dizer) viria em galés fechar o cerco pelo Tejo”. Assim, é muito provável que os prelados e cavaleiros portugueses tivessem embarcado nos nossos navios, razão pela qual os cruzados os não referem como companheiros de viagem.

³ A. Herculano, *op. cit.*, nota (1) p.11, indica que cada barco transportava de 60 a 70 homens.

⁴ Consulte-se A. Oliveira, *op.cit.*, na Bibliografia.

⁵ Idem.

Segundo Arnulfo só no “dia um de Julho fixámos em volta dela (Lisboa) as nossas tendas e, ajudados da fortaleza divina, tomámos o seu arrabalde” mas, autores de renome da nossa História, embora tivessem seguido, muito de perto, as citadas cartas dos cruzados, atribuem datas diversas para o começo do cerco de Lisboa.

Assim, para Augusto de Oliveira “em princípios de Junho D. Afonso Henriques iniciava contra Lisboa uma acção guerreira ... por conseguinte sem contar com o auxílio dos Cruzados”.

Para outros, como Cristóvão Aires⁶, só no dia vinte e nove de Junho chegou D. Afonso Henriques a Lisboa, contando previamente com a “armada sua auxiliar e aliada”. Alexandre Herculano não é muito preciso indicando, apenas, que antes do dia de S. Pedro “tinha já chegado com o seu exército o rei de Portugal”.

É, pois, mais uma das “passagens” que teria sido silenciada pelos cruzados: a data precisa em que começou o cerco de Lisboa.

Mas há muitos outros aspectos fulcrais da conquista de Lisboa que os cruzados nada indicaram, quando poderiam ter dito muito. Gostaríamos de os apontar mas, a limitação imposta a este texto e o facto que não passa de um simples alinhar de ideias, não nos permite fazê-lo. Contudo não vamos terminar sem focar dois aspectos que foram pouco desenvolvidos nas cartas de Arnulfo e Osberno, não obstante a sua relevância.

Trata-se do enorme emprego de “minas” e trabalhos de sapa, de artilharia neurobalística e de engenhos de guerra.

No dizer de Cristóvão Aires⁷ as minas “tiveram um papel principalíssimo na tomada de Lisboa”. Alexandre Herculano indica que uma delas “era singular pela sua grandeza ... espécie de caverna a que davam acesso cinco entradas diversas e que levou um mez a abrir”.

Teria sido necessária muita ferramenta para escavar o duro terreno lisboeta e muitas toneladas de mato e de lenha que, incendiados, provocaram o ruir das muralhas numa extensão que um dos cruzados diz ser de trinta côvados e o outro de duzentos pés. Infelizmente nenhum deles é prolixo quanto à execução dos trabalhos de sapa e do “minar o chão”, e ambos são omissos quanto à proveniência das ferramentas e materiais combustíveis.

Quanto ao elevado número de ferramenta – picaretas, pás, alavancas e outros apetrechos – que, forçosamente, teve de ser utilizada naqueles trabalhos de escavação, não o podemos calcular nem imaginar a sua proveniência. Quanto à lenha podemos admitir proveniente das muitas árvores – figueiras, oliveiras, limoeiros e matos secos – que rodeavam a Lisboa mourisca, trazida até junto das muralhas, quer a rojo quer a baste, pela “rédua de cavalgadas”, isto é, pelos solípedes e muares indispensáveis a um acampamento medieval.

Assim julgamos que este ponto é mais uma lacuna a desvendar na História da conquista de Lisboa.

Os dois cruzados, cujas cartas estamos a seguir, bem como algumas das fontes documentais, cronistas e historiadores, todos são unânimes em apontar o grande emprego de artilharia neurobalística, máquinas e engenhos de guerra no cerco de Lisboa.

Com efeito há referências a pesados engenhos servidos por cem homens, capazes de atirar cinco mil pedras em cada dez horas; a altaneiras torres móveis com noventa e cinco e oitenta e três pés de altura, de “admirável solidez”; a uma “engenhosa máquina” que, como um braço gigante lançava uma forte ponte de traves; a uma “gata romanisca”; além de várias catapultas, ouriços e balistas.

Todos os autores são concordes que estas máquinas de guerra e artilharia neurobalística foram construídas nos locais de combate pelos cruzados “... com uma pequena ajuda portuguesa”.

Porém não há nenhum autor, quer de outras eras quer dos nossos tempos, – mesmo os melhores historiadores – que aluda à maneira como os materiais necessários à construção de

⁶ *Op. cit.*, na Bibliografia, vol. IV, p.103 e 105.

⁷ *Idem*, p.117.

tão portentosas máquinas poliocérticas e engenhos de guerra chegaram ao campo de acção do cerco de Lisboa.

Podemos afirmar – sem receio de errar – que esses materiais não vieram nos navios dos cruzados, assaz pequenos, abarrotados de carga e que, na sua navegação, desde Inglaterra, foram assolados por violentas tempestades que, certamente, os obrigariam a alijar toda a carga que, porventura, transportassem.

Também podemos afirmar que, de maneira nenhuma, teriam sido transportados pelas forças de D. Afonso Henriques pois, os portugueses não utilizavam qualquer tipo de artilharia neorobalística e engenhos de guerra.

Os cruzados silenciaram a origem desses materiais e, nenhum dos nossos historiadores procurou colmatar esse silêncio. Porém, a História, através de pequenas pontuadas nas fontes documentais permite esclarecer que todos os materiais e madeiramentos necessários à construção desses gigantescos engenhos e máquinas de guerra foram retirados dos navios e seus cascos. Assim, dos mastros, das vergas, dos remos, das vigas e mais impedimenta, faziam os esqueletos das altaneiras e fortes torres que, depois, eram “fornadas de couros de boi”, dos muitos mortos para a alimentação das tropas, tudo coberto por uma “forte bastida de vimes tecidos”, obtidos nas ribeiras que desaguavam no Tejo.

Findas as hostilidades, pacientemente, reconstruíram os seus navios, o que nem sempre era possível. A comprovar esta prática de obtenção de materiais há uma carta papal, datada de 26 de Janeiro de 1217⁸ – embora respeitante ao auxílio dos cruzados na conquista de Alcácer do Sal – em que o Sumo Pontífice dirige-se aos Bispos de Lisboa, de Évora e ao Prior de Palmela para que “dispensem do voto de seguir para a Terra Santa os cruzados pobres e os dos oito barcos que foram desfeitos para a construção de máquinas com que tomaram o Castelo de Alcácer”.

Outras passagens das cartas dos cruzados Arnulfo e Osberno poderiam ser apontadas mas, pensando como há centenas de anos escreveu Arnulfo, “reservámo-las para os que queiram explicá-las pormenorizadamente” e, oxalá, que historiadores e estudiosos de hoje, o façam num amanhã muito próximo.

Bibliografia

Livros

AMARAL, Diogo Freitas do – *D. Afonso Henriques. Biografia*. Lisboa, Livraria Bertrand, 2000, p.130-144.

AYRES, Cristóvão – *História do Exército Português*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, vol. IV, p.98-145.

BRANDÃO, Frei António – *Crónica de D. Afonso Henriques*. Porto, Livraria Civilização, 1943, p.111-125.

HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*. Lisboa, Livraria Bertrand, (9ª.edição), tomo III, p.7-25.

PIMENTA, Alfredo – *Fontes Medievais da História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1982 (2ª.edição), vol. I, p.107-123 e 133-140.

⁸ Transcrita, parcialmente, pelo Dr. J. Vasconcelos e Menezes em “Armadas Portuguesas. Os Marinheiros e o Almirantado”, Lisboa, Academia de Marinha, 1989, p.19.

SANTOS, N. V. – *A Artilharia Neurobalística e os Navios das Cruzadas na Conquista de Lisboa*. Lisboa, Academia da Marinha, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Verbo, vol. I, p.96-99.

Artigos

AZEVEDO, Ruy de – A Carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberno de Bawdrey sobre a conquista de Lisboa em 1147. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, tomo VII, vol. II (1957), p.343-370.

OLIVEIRA, José Augusto de – A Conquista de Lisboa. In *Lisboa, Oito Séculos de História*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p.120-141.

– D. Afonso Henriques empreendeu a conquista de Lisboa sem contar com o auxílio dos cruzados. In *Congresso do Mundo Português*. Lisboa, 1940, vol.II, p.108-128.

A cidade do Porto e o couto de Leça: enfrentamento de dois poderes medievais

Paula Maria de Carvalho Pinto Costa *

“... este mosteiro de Leça tem a jurisdição do civil inteiramente e tem couto neste mosteiro ... [e] ... esta jurisdição estava perdida em poder da cidade no tempo do comendador Telez ...”¹. São estas as eloquentes palavras escritas no livro da “arrecadação dos foros sabudos do mosteiro de Nosa Senhora Samta Maria de Leça” mandado fazer pelo grão-chanceler e comendador de Leça, Fr. Cristovão de Cernache Pereira, no ano de 1566, a propósito da jurisdição de Leça. Longa história que valerá a pena tentar reconstituir, pelo menos através de alguns episódios que assinalam momentos mais acesos do relacionamento entre o couto de Leça e a cidade do Porto, durante a Idade Média.

As divergências em torno desta questão são antigas e adivinham-se nos mais variados momentos, tanto mais que os hospitalários estão presentes na história do Porto, quer na convivência com as autoridades diocesanas, quer no relacionamento com a cidade. Assim, a história da presença dos hospitalários no Porto pode remontar à época em que a diocese foi restaurada, tendo como protagonista o bispo D. Hugo. Talvez esta figura e as suas redes de relacionamento possam ser uma das chaves interpretativas da chegada dos freires de S. João a estas paragens ocidentais, dado que D. Hugo era um homem francês que mantinha grandes afinidades com o bispo de Santiago de Compostela, Diogo Gelmires. Neste contexto, parece-nos pertinente colocar a hipótese de estes dois eclesiásticos terem sido uns dos patrocinadores da implantação dos hospitalários no Condado Portucalense. Fortes motivações o poderiam justificar. O próprio carácter dos hospitalários, bem definido no seu programa sócio-caritativo ligado ao apoio dos peregrinos e, também, a aspiração que o compostelano alimenta de elevar a cidade e diocese de Santiago ao nível das cidades santas de Jerusalém e Roma, com a presença do sepulcro do Apóstolo e as peregrinações que suscita, validando, assim, este projecto religioso ligado a um novo monacato, cujo é apadrinhado pela Santa Sé².

Como se estruturou o couto de Leça e os conflitos que esgrimiou com a cidade do Porto é o objectivo deste estudo, convindo, desde logo, esclarecer que este couto não coincide com a totalidade da comenda conhecida com o mesmo nome³. O “couto esta sabydo e notorio por antigos marquos e divisois amtre a cidade do Porto e outros termos que os antigos e vedranhos da terra sabem e provarão por onde este couto deste mosteiro tem seus termos e da sua jurisdição”⁴. Com efeito, em meados do séc. XVI, foi necessário demarcar os *passais*, assinalando-os

* Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ A.D.P., *Bailiagem de Leça*, nº 3593, fls. 2-2v. Fr. Henrique Teles está documentado como comendador de Leça entre 1543 e 1558.

² José Marques – “Las diócesis portuguesas hasta 1150”, *El Papado, la Iglesia Leonesa y la Basílica de Santiago a finales del siglo XI. El traslado de la Sede Episcopal de Iria a Compostela em 1095*, ed. Fernando López Alsina, Consorcio de Santiago, 1999, pp. 177-214, sobretudo p. 210.

A propósito da instalação dos Hospitalários em Portugal, veja-se Paula M. C. Pinto Costa – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade*, “*Militarium Ordinum Analecta*”, 3/4, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1999/2000, p. 93 e p. 179. Esta hipótese adquire alguma consistência, atendendo a que está documentado, em 1140, D. Aires prior de Portugal e da Galiza (I.A.N./T.T., *Gav. VI*, m. ún., nº 29).

³ Paula M. C. Pinto Costa – *A Ordem do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade*, p. 323.

⁴ A.D.P., *Bailiagem de Leça*, nº 3593, fl. 2.

com a colocação de pedras na Ponte da Pedra da Ranha, Boca da Ranha (entre a ribeira e o campo de Queirãos), Mormoural (ao caminho que vai ter a Recarei de Baixo), S. Sebastião (estrada que vai para Matosinhos), Cavadinhas (onde deixa o caminho de Matosinhos e corta pela devesa do mosteiro), Agra de S. João, Mogo, Estonsada, Cabo dos Pombais (junto ao rio Leça) e Ponte da Pedra (seguindo o percurso do rio)⁵. Já na centúria anterior, aquando da finta lançada pelo Porto (1438-1440), com o objectivo de angariar fundos para o pagamento da rua Nova, a área do couto de Leça tinha uma configuração que englobava locais pertencentes às freguesias de Leça, Bairos, Gueifães, S. Mamede, Santiago de Custóias e aldeia de Gatões⁶, o que constitui mais uma informação preciosa para conhecermos a amplitude territorial do couto.

Dentro deste espaço coutado, desde 30 de Março de 1140, os bens da ordem e os dos seus dependentes estavam protegidos, ficando os homens aqui moradores isentos de coimas, negócio serviçal, tributos, portagem e penhora, pertencendo ao rei a jurisdição nos casos de homicídio, furto e violação de mulheres⁷. Articulado, assim, este poder, os anos seguintes pautam-se por uma aparente normalidade, quando analisados à luz dos fragmentos que nos chegaram deste passado. Pelo contrário, as centúrias de Trezentos e de Quatrocentos coincidem com momentos de feroz enfrentamento entre Leça e o Porto, ao que não serão alheios os processos expansionistas que as duas entidades sofrem nesta altura, tanto do ponto de vista territorial, como da complexidade de poderes correspondente. De facto, o séc. XIV é um período marcante para Leça e para a cidade por motivos diferentes, mas que acusa algumas convergências, marcadas por uma tendência de crescimento: na cidade edifica-se a alfândega e a muralha e o termo conhece a sua extensão máxima, na década de 80, graças à larga colaboração régia⁸. Por sua vez, a Ordem reconstrói o mosteiro de Leça. Este crescimento encerra uma aparente contradição, dado que este século é visto como um tempo de depressão, ao qual quer a cidade, quer a Ordem sobrevivem, mantendo uma disponibilidade financeira e de recursos humanos que lhes permite avançar para estes novos projectos construtivos, bem simbólicos de uma postura mais consolidada por parte de ambas. De resto, a edificação da torre junto à igreja de Leça, apresenta-se como uma das peças de um programa simbólico, ligado ao poder e não à defesa⁹.

Ainda a propósito da muralha da cidade, é de realçar que as suas características revelam o empenho de pessoas conhecedoras de técnicas de construção militar¹⁰. Algo de paralelo se terá verificado na construção da torre de Leça, que confere ao complexo arquitectónico um aspecto militar. Edificada durante o priorado de Estêvão Vasques Pimentel (1306-1336), este baluarte reveste-se de um aparato defensivo¹¹, de acordo com um saber acumulado de décadas anteriores, marcadas por contactos com a Terra Santa, palco de algumas fortalezas notáveis, como o célebre Crac dos Cavaleiros.

⁵ A.D.P., *Bailiagem de Leça*, nº 3593, fls. 3-4.

⁶ Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte – “Os homens que pagaram a rua Nova (fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto Quatrocentista)”, separata de “Revista de História”, Centro de História da Universidade do Porto, vol. VI, Porto, 1985, p. 22. Veja-se, também, Fabiano Ferramosca e Luís Miguel Duarte – *Livro da abertura da Rua Nova*, Cascais, Patrimonia Historica, 2001, p. 67.

⁷ I.A.N./T.T., *Gav.* VI, m. ún., nº 29. VD. Paula M. C. Pinto Costa – “Algumas achegas para o estudo dos privilégios da Ordem do Hospital na Idade Média”, *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 1997, pp. 311-317.

⁸ Francisco Ribeiro da Silva – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*, vol. I, Documentos e memórias para a história do Porto, XLVI, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1988, pp. 49-50.

⁹ Lúcia Rosas e Paula M. C. Pinto Costa – *Leça do Balio no tempo dos Cavaleiros do Hospital*, Coleção Portucal, Lisboa, Inapa, 2001, p. 82.

A construção de torres no paço episcopal do Porto é, igualmente, emblemática do poder que este senhor acalenta. Em relação a este aspecto, agradecemos os esclarecimentos que nos prestou o Prof. Doutor Mário Barroca.

¹⁰ Armindo de Sousa – *História do Porto*, coord. L. A. de Oliveira Ramos, 3ª edição, Porto Editora, 2000, p. 140.

¹¹ Lúcia Rosas e Paula M. C. Pinto Costa – *Leça do Balio no tempo dos Cavaleiros do Hospital*, p. 78 e p. 82, onde é sublinhado o papel crucial que as Ordens Militares desempenharam no desenvolvimento da planimetria e da construção de castelos, a partir do séc. XIII.

É de todos conhecida a motivação para a nova muralha de Trezentos que envolve a urbe. Assim, na sequência da morte de Inês de Castro, a cidade toma posição pelo rei e, com o empenho militar do prior hospitalário Álvaro Gonçalves Pereira e dos burgueses, consegue resistir às tropas de D. Pedro e dos seus aliados, D. Fernando e D. Álvaro de Castro, ambos irmãos de D. Inês. Com efeito, e seguindo as palavras de Armindo de Sousa, foi necessário fazer um esforço, que se queria colectivo, bem patente na exigência de adua de servidores e pagantes, atribuição de dinheiros especiais e outorga de regime jurídico e financeiro extraordinário ao concelho do Porto¹². Apesar do esclarecimento da postura da Ordem frente a estes acontecimentos políticos ligados à família real ser importante, não será agora a altura oportuna de o fazermos, uma vez que nos desviaríamos do eixo central deste trabalho. Fruto deste contexto, em 9 de Julho de 1356, é passada uma provisão para que os caseiros da ordem, que morarem no julgado da Maia, sirvam nos muros do Porto por cinco anos, sem prejuízo dos privilégios da instituição¹³, decisão, aliás, confirmada por D. Pedro no ano seguinte¹⁴, não tardando a reacção de protesto por parte da ordem¹⁵.

Não obstante esta obrigação, são várias as confirmações de privilégios de alcance geral, onde se inclui a isenção de os moradores nas terras da ordem pagarem fintas e talhas¹⁶. De incidência específica é a carta régia de 7 de Junho de 1363, pela qual D. Pedro ordena aos juizes da cidade do Porto que não constriam os caseiros, serviçais e lavradores ao pagamento de fintas e talhas e ao serviço de anúduvas e estes sejam isentos dos encargos dos concelhos onde são moradores¹⁷. Dois anos depois, numa carta de âmbito geral, D. Pedro renova estes propósitos, atendendo ao projecto de hospitalidade e ao serviço a Deus, prestado pela Ordem, e ao facto de as herdades ficarem por lavrar e se despovoarem, comprometendo-se o serviço a Deus, caso este regime de isenção não fosse aplicado¹⁸.

É indiscutível a presença da Ordem no espaço intramuros do Porto, pelo que os freires, o comendador e os seus homens circulavam no espaço citadino. A comenda de Leça tem bens urbanos na cidade do Porto, na segunda metade do séc. XVI, como, por exemplo, umas casas de um sobrado na rua das Congostas, onde trabalhavam dois sapateiros, outras casas de um sobrado, junto à ponte de S. Domingos e outros prédios nas ruas Chã, das Congostas e dos Mercadores. Numa das pousadas da rua da Reboleira, que desconhecemos se pertence à Ordem, Fr. Henrique Teles emprazou algumas propriedades pertencentes à comenda de Leça, o que evidencia, mais uma vez, a presença do comendador no espaço amuralhado.

A questão da proibição de os fidalgos permanecerem na área da cidade é de todos conhecida e, no caso concreto dos hospitalários, pode ter assumido contornos complicados quando o prior da Ordem foi nomeado meirinho de Entre-Douro-e-Minho, acumulando as duas titulações.

¹² Armindo de Sousa – *História do Porto*, p. 137.

¹³ A.H.P., *Livro grande*, fl. 35 e *Corpus Codicum*, I, p. 99 e sum. João Pedro Ribeiro – *Índice cronológico ...*, p. 44.

¹⁴ A.H.P., *Livro grande*, fls. 35v-36 e *Corpus Codicum*, I, p. 99 e sum. João Pedro Ribeiro – *Índice cronológico ...*, pp. 46-47. Este documento de D. Pedro está inserto em outro, datado de 20 de Fevereiro de 1358 (A.H.P., *Livro A*, fls. 148v-149v).

¹⁵ Armindo de Sousa – *História do Porto*, p. 138.

¹⁶ Assim ocorreu nos reinados de D. Afonso IV (I.A.N./T.T., *L.N., Guadiana*, l. 1, fls. 124v-125 e publ. *Livro dos forais ...*, vol. 3, doc. 292, p. 31), D. Pedro I (I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Pedro I*, l. 1, fls. 56-57v e *Gav. VI*, m. ún., nº 76 e publ. *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*, doc. 545, pp. 230-234), D. Fernando (I.A.N./T.T., *Gav. VI*, m. ún., nº 81 e *Chancelaria de D. Fernando*, l. 1, fl. 160v) e de D. João I (I.A.N./T.T., *Gav. VI*, m. ún., nº 157 e publ. *Livro dos forais ...*, vol. 3, doc. 295, pp. 44-45 e vol. 3, doc. 315, pp. 141-144, confirmado em 8 de Abril de 1596). É de salientar que a esta listagem não presidiu um critério de exaustividade na enumeração dos documentos, sendo apenas apresentados alguns exemplos.

¹⁷ I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Pedro I*, l. 1, fls. 84v-85 e *Gav. VI*, m. ún., nº 77 e publ. *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*, doc. 817, p. 367.

¹⁸ I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Pedro I*, l. 1, fl. 108v e *Gav. VI*, m. ún., nº 78 e publ. *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*, doc. 1000, pp. 468-469.

Na primeira metade do séc. XV, foram vários os momentos centrados em torno desta problemática, talvez no encalce da remodelação e construção de estalagens, ocorrida na década de 90 da centúria anterior. Assim, D. João I informa o prior Fr. Álvaro Gonçalves Camelo que, nas cortes de Évora, fora acordado com os procuradores do Porto que nesta cidade se fizessem estalagens, construindo-se nelas boas casas, câmaras, alpendres e currais, lançando-se fintas e talhas para o efeito¹⁹. Relacionada ou não com esta situação, há uma série de documentos, da primeira metade do séc. XV, a propósito da proibição de permanência de fidalgos na cidade, onde se inclui algumas disposições relativas aos hospitalários. Assim, em 1403, o prior fica proibido de tomar roupas e pousadas sem autorização do juiz da edilidade, sempre que se deslocar ao Porto²⁰. Logo no ano seguinte, o prior recebe ordem de demolição das casas que havia feito na cidade²¹, arrastando-se esta polémica durante algum tempo, e cujos ecos se fazem sentir em 1412²² e em 1436, sendo mesmo matéria de deliberação em cortes²³. Porém, na cidade moram algumas pessoas directamente relacionadas com o prior hospitalário, como é o caso de Lopo Dias e de João Álvares, ambos seus escudeiros²⁴.

Já sintomático da rede de poderes no espaço em análise e do clima de oposição entre o couto de Leça e outras entidades, como por exemplo, o cabido do Porto, é o escambo feito entre ambos, que visava uma leiras dos cônegos em Calquim e umas leiras dos freires em Santa Maria de Avioso, já que só assim se “escusam arroydos” e outros males entre eles e se promove um melhor aproveitamento das referidas propriedades²⁵. Se bem que este caso não esclareça directamente o enfrentamento entre Leça e a cidade, é importante ser aqui anotado, dada a expressividade com que denuncia um ambiente marcado por dissensões ligadas à definição de diferentes poderes que têm que conviver em espaços paralelos.

Eram agitados estes tempos. Os casos que de seguida vamos mencionar levam-nos a afirmar que, sempre que a Ordem se tentava eximir de certas contribuições ao concelho, estava em causa a consolidação de poderes e não a fuga ao fisco por dificuldades financeiras. Neste contexto, em 1405 foi outorgada uma sentença, obrigando os moradores do couto de Leça a participar financeiramente numas obras feitas em parte do muro da cidade²⁶. No mesmo sentido, pode ser evocado o despacho régio, pelo qual se determina que os da Ordem deveriam contribuir para a construção de uma casa régia na Rua Nova, mandada construir em 1460²⁷.

No ano de 1454, o rei, mais uma vez, sentencia contrariamente aos interesses hospitalários. João de Basto e João Rodrigues, na qualidade de procuradores de Fr. Paio Correia, comendador de Leça, alegam que a correição do couto pertence ao comendador e que esta circunscrição goza de isenção de entrada de corregedores. João Vaz, outro procurador de Fr. Paio e seu escudeiro, posiciona-se do lado da instituição que acolhia o seu senhor, dizendo “algumas malditas e pouquo honestas palavras” contra o juiz da edilidade João Carneiro, cujo argumentava que a jurisdição crime e a almotaçaria pertenciam à cidade. Face à situação, o rei determina

¹⁹ A.H.P., *Livro da vereação da era de 1428 e seguintes*, fls. 29-32.

²⁰ A.H.P., *Pergaminhos*, l. 3, nº 56 e A.H.P., *Livro A*, fls. 34-34v.

²¹ A.H.P., *Livro A*, fls. 127v-128v.

²² A.H.P., *Pergaminhos*, l. 3, nº 73.

²³ I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, l. 1, fl. 182v e A.H.P., *Livro B*, fls. 250-253 e *Livro Grande*, fls. 54-55. Publ. *Chancelarias reais ...*, doc. IV, pp. 5-10 e *Monumenta Henricina*, vol. 5, doc. 107, pp. 212-218.

²⁴ I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, l. 14, fl. 12v e l. 22, fl. 127v, respectivamente.

²⁵ A.D.P., *Originais do cabido*, nº 1675, perg. 18 e *Cabido*, nº 803, fls. 89-94 (em traslado).

²⁶ A.H.P., *Livro B*, fls. 71v-73v.

²⁷ A.H.P., *Pergaminhos*, l. 4, nº 74 e A.H.P., *Livro de vereação de 1460*, fl. 9.

José Marques – “Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do séc. XV”, in *Actas do Colóquio O Porto na Época Moderna*, “Revista de História”, Centro de História da Universidade do Porto, vol. III, Porto, 1980, pp. 15-16, onde o autor afirma que na Rua Nova, a coroa tem 74 casas, cujas representam 63,79% do total dos seus haveres na cidade e termo.

que os juizes do couto e da cidade devem juntamente fazer correição aos moradores, especialmente, carneiros, padeiros, moleiros, tecelões e tecedeiras, enquanto que o oficial da cidade terá correição no couto de Leça ao nível do crime e dos pesos e medidas da almotacaria²⁸. Dez anos mais tarde, os delegados da urbe apresentaram esta sentença, para que a ela se desse execução, uma vez que nela estava reproduzida a jurisdição do Porto sobre o couto do mosteiro de Leça, o que denuncia que a situação não estava encerrada²⁹.

A polémica mantém-se em aberto na década seguinte e, em 1470, depois de Fr. Paio Correia se ter queixado ao rei sobre as muitas opressões que os juizes e oficiais da cidade faziam aos moradores da comenda, incluindo a prisão dos juizes do couto, por exercerem os direitos inerentes a esta terra, o monarca quer saber a razão de tal procedimento³⁰. No ano seguinte, o comendador volta a insistir junto da corte, no sentido de o monarca obrigar o concelho a não lhe dar “mais trabalho” e a guardar-lhe os privilégios³¹, ao passo que a 8 de Março de 1471, o príncipe D. João escreve à cidade para resolver o pedido de Fr. Paio³². Muito embora, os efeitos práticos daqui decorrentes não sejam do nosso total conhecimento, não podemos deixar de acrescentar que, em 1473, na câmara do Porto é referido que Fr. Paio moveu demanda à cidade, a propósito da jurisdição do couto de Leça, o que nos autoriza a colocar a hipótese de a questão não ter sido resolvida³³. No ano de 1480, numa reunião camarária, este assunto era novamente incluído na ordem de trabalhos, sendo sublinhado que Fr. Paio não poderia vencer este caso, porque isto teria implicações em “outros coutos de mosteiros e honrras”, o que, acrescentamos, teria repercussões dramáticas no exercício do quadro jurisdicional da cidade³⁴.

Esta *violência* parece ser pontualmente interrompida, por imposição do rei, como indica o facto de, na sequência da batalha de Toro, D. Afonso V mandar exarar um alvará, obrigando a cidade do Porto a colaborar com D. Vasco de Ataíde, prior hospitalário, na preparação de naus, navios e mantimentos para a armada em que o rei seguiria para França³⁵. De facto, são os interesses do monarca que ditam esta *aproximação* entre dois poderes que se hostilizavam desde longa data.

Os problemas que dividem a cidade do Porto e o couto de Leça arrastam-se e acompanham a marcha do tempo. Com efeito, no início do séc. XVI, uma sentença de D. Manuel procura mais uma vez dirimir as discórdias que opunham estes dois poderes nortenhos. Como resultado de um longo processo, o Venturoso determinou que os moradores do couto tinham que contribuir financeiramente para as fontes e calçadas, sem embargo dos seus privilégios. Esta atitude surge na sequência de alguns episódios referidos neste diploma, que merecem a nossa atenção³⁶. Mais uma vez, a iniciativa de procurar justiça parte da Ordem, que se sente lesada no exercício dos seus direitos jurisdicionais. A face visível da instituição é, à época, Fr. João Coelho, que para além de ser comendador de Leça, é chanceler-mor de Rodes, alto cargo na hierarquia supranacional da ordem, e membro do conselho régio. No campo diametralmente oposto, encontra-se o concelho, pronto a esgrimir uma luta cerrada, de forma a fazer vencer as prerrogativas que tanto almejava. O comendador argumenta que o mosteiro e a comenda têm o seu couto bem povoado de casais, lavradores e aldeias e que, mesmo fora da área do couto,

²⁸ A.H.P., *Livro B*, fls. 7v-10 e *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I do Arquivo Municipal do Porto*, prefácio e notas de Artur de Magalhães de Basto, Colecção Documentos e Memórias para a História do Porto, Câmara Municipal do Porto, s/d, pp. 205-208.

²⁹ *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*, pp. 208-209.

³⁰ *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*, pp. 111-112 e p. 209 e sum. João Pedro Ribeiro – *Índice cronológico ...*, p. 183.

³¹ *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*, p. 209.

³² *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*, pp. 29-30 e p. 210.

³³ *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*, p. 210.

³⁴ A.H.P., *Livro das vereações de 1479 e segs.*, fl. 19.

³⁵ *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*, pp. 238-239.

³⁶ *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*, pp. 210-217.

este mosteiro e comenda tinham muitas propriedades e lavradores dentro dos limites do termo do Porto. São, então, trazidos à colação os privilégios papais e reais que isentavam a Ordem e os seus dependentes tanto de todas as serventias, fintas, talhas e encargos dos concelhos, cidades e vilas, bem como da contribuição em calçadas, fontes e pontes e de todo o tributo e imposição. A cidade não respeita estes privilégios de isenção e tornava estes indivíduos objecto de penhora e prisão, caso não cumprissem as imposições estipuladas pela urbe. Face à gravidade e complexidade do assunto, Fr. João Coelho documenta-se com a carta de couto outorgada por D. Afonso Henriques e com as posteriores confirmações deste diploma por parte de vários monarcas portugueses. Neste processo, a edilidade refere que as calçadas, caminhos, fontes, pontes e outras coisas do bem comum são também uma obrigação dos caseiros da Ordem, pelo simples facto de estes morarem no termo da cidade e, inclusive, muito perto dela e por o corregimento feito a propósito das calçadas assim o prever. Em todo este vai-vem documental, foi ainda anexada uma carta, na qual a cidade, perante a danificação das calçadas, mostrava vontade que se calcetasse de novo todas as ruas e, dadas as suas escassas disponibilidades financeiras, os lavradores, pessoas do termo, demais comarcãos e vizinhos trouxeram a pedra para esta obra, à excepção dos moradores do lugar de Leça e Rio Tinto. Porém, no entender da cidade, estes últimos eram os que mais contribuíam para a degradação do piso, sendo de acrescentar que, de facto, esta rede viária urbana prolongava-se por eixos que rompiam a muralha e procuravam outros destinos, passando por Leça. Desagradas, as autoridades urbanas solicitam ao rei a proibição de os de Leça e Rio Tinto virem com carros ao espaço urbano, já que por direito ninguém estava isento de contribuir para as fontes, pontes e calçadas. O rei mostra-se sensível a este argumento, decidindo a favor destas pretensões, ordenando que os moradores do termo de Leça sirvam com os seus bois e carros estas obras públicas, porque a sua concretização seria proveitosa para todos. Apesar de tudo, foi dada uma aparente oportunidade ao bailio de provar o seu ponto de vista, muito embora os artigos correspondentes não terem sido aceites, “por não serem de matéria para receber”. Depois de algumas diligências administrativas, foram concluídos estes procedimentos, dando-se lugar à sentença régia, que se saldou numa decisão favorável à edilidade. D. Manuel exerce coacção sobre a Ordem e sobre os seus caseiros, lembrando que se não participassem nas obras, não poderiam aproveitar as suas fazendas e novidades, especificando os casos do vinho e da madeira, produtos de assinalável importância em termos comerciais. O rei atende ainda a um acordo feito na vereação, que previa que, sem embargo dos privilégios que os lavradores de Leça tivessem da Ordem, contribuíssem, sem excepção, para as obras das calçadas e caminhos. Absolvida a cidade, D. Manuel encerra este longo caso, revelando alguma incomodidade pela decisão que havia tomado, como deixam adivinhar as suas palavras escritas no final da sentença: “Este processo seja sem custas, visto como em alguma maneira tiveram algum fundamento de letigar”³⁷. De facto, nas Ordenações Manuelinas é apresentada uma lista de pessoas dispensadas do pagamento de fintas, sendo, no entanto, regulamentado que, no caso desta contribuição ser para a defesa, construção ou obras em muros, pontes, fontes e calçadas, ninguém seria isento, salvo se apresentasse privilégio em contrário³⁸.

No foral manuelino são mencionadas, de uma maneira geral, as queixas dos moradores do couto contra os abusos da Ordem, situação esta que mais uma vez nos faz acreditar na conturbada convivência de diferentes poderes em espaços sobreponíveis. Efectivamente, esta circunscrição tem mordomo, se bem que o juiz, representante da jurisdição hospitalária nesta região, esteja omissa no documento em causa³⁹.

³⁷ A.H.P., *Livro B*, fls. 10-14 e *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*, pp. 211-217.

³⁸ *Ordenações Manuelinas*, livro I, título XLVII, pp. 334-336.

³⁹ I.A.N./T.T., *Gav. VI*, m. ún., nº 220 e *L.N., Livro dos Forais Novos de Entre-Douro-e-Minho*, fl. 12 e publ. *Livro dos forais ...*, vol. 3, doc. 326, pp. 165-167 e Luís F. Carvalho Dias – *Forais manuelinos do reino de Portugal e do Algarve, Entre-Douro-e-Minho*, vol. IV, Beja, L.F.C.D., 1969, pp. 15-16.

Este magistrado irá manter-se até cerca de 1630, altura em que o juiz e meirinho deste couto passaram a ser nomeados pelo senado portuense, no início de cada ano, o que significou um recuo do domínio do respectivo bailio⁴⁰.

Como informação complementar desta arquitectura de poderes, num livro de foros da segunda metade do séc. XVI, a que já nos reportámos no início do texto, é dito que o comendador ou o seu ouvidor, com uma periodicidade trienal, confirmava os juízes, meirinhos e demais oficiais, fazia a pauta dos juízes e dos pelouros e exercia a jurisdição cível, cujos privilégios correspondentes estavam num “saquo no cartorio deste dito mosteiro”⁴¹. Pelos livros de prazos do séc. XVI, ficamos a saber que os homens do comendador e porteiros exercem o direito de penhora e venda dos bens respectivos. Os caseiros prestam obediência à Ordem, recorrem à sua justiça através da figura do juiz, dão aposentadoria ao comendador e aos homens deste e pagam o quinto, caso vendam as propriedades, depois de obtida a licença da ordem. A comenda beneficia, ainda, de outros ingressos, como a lutuosa, révora, entrada e passagem, que para além do pendor financeiro da matéria, são o reflexo do peso do poder destes homens⁴². Se bem que estes rendimentos em nada afectem o concelho do Porto, porque só dizem respeito aos caseiros do mosteiro, mostram mais uma das facetas da estrutura do poder de Leça, que é isto que nos interessa destacar, e são símbolos de autoridade, feitos sentir não só no couto, mas em todas as propriedades da comenda, apresentando-se como peças fundamentais da articulação de poderes dentro deste núcleo administrativo.

Todas estas reivindicações, que colocam frente a frente o couto e a cidade, são a imagem da definição do mapa dos poderes e não o resultado de dificuldades económicas que impedissem o pagamento de certas contribuições. Esta tónica volta a sobressair nas centúrias posteriores, altura em que se verifica o prolongamento destas discórdias⁴³. Estes acontecimentos vividos no seio do couto de Leça levam-nos de encontro a uma realidade mais abrangente. De facto, em termos globais da ordem, estamos em condições de afirmar que, a partir do reinado de D. Dinis, esta instituição religioso-militar teve que saber defender os seus direitos, de acordo com a matriz geral que vem da consolidação da autoridade régia e, conseqüentemente, da subtracção de prerrogativas até então exercidas no âmbito senhorial, no qual a ordem está integrada. Com efeito, os conflitos que descrevemos não se podem circunscrever à dualidade couto / cidade, mas devem ser integrados em círculos de interpretação mais alargados e que questionam o relacionamento entre a ordem e o poder real.

⁴⁰ Francisco Ribeiro da Silva – *O Porto e o seu termo (1580-1640) ...*, vol. I, p. 75. O autor sublinha que este facto traduz a afirmação do poder real, mediatizada pelos interesses concelhios. A este nível, dá um importante contributo sobre o processo de autonomia municipal e centralização do poder (vol. II, pp. 957-966), destacando que, no tempo dos Filipes, a autonomia municipal não saiu reforçada, ao contrário dos poderes intermédios entre a coroa e o município, onde se integra a actuação do corregedor (vol. II, pp. 967-1023).

⁴¹ A.D.P., *Bailiagem de Leça*, nº 3593, fl. 2v.

⁴² A.D.P., *Bailiagem de Leça*, nº 3541 e n.º 3542.

⁴³ Francisco Ribeiro da Silva – *O Porto e o seu termo (1580-1640) ...*, vol. I, pp. 70-75, aborda os conflitos de jurisdição entre a cidade e o couto de Leça na época filipina.

A marginalidade do lado cristão: o breve exemplo dos moçárabes de Lisboa

Paulo Almeida Fernandes *

1. Ao longo da construção historiográfica da Lisboa muçulmana, a existência de uma importante comunidade moçárabe, “bastante islamizada, mas de culto cristão”¹, tem sido colocada em relevo, dando assim pleno sentido à afirmação do príncipe Sigurd, que em 1109 caracterizava a cidade como meia pagã, meia cristã². Contudo, o melhor conhecimento desta comunidade olissiponense só muito recentemente tem vindo a ser conseguido, à medida que o complexo conjunto de vestígios materiais altomedievais remascentes na cidade tem sido objecto de uma radical reavaliação.

Na caracterização social dos moçárabes tem sido constante a alusão a uma marginalidade forçada, determinada pelos poderes muçulmanos. O quadro tradicional traçado – aquele que decorre das informações das fontes escritas – acentua o estatuto secundário e inferior destes grupos autóctones, sujeitos a um pacto de rendição muitas vezes desastroso até para a sua própria continuidade. A partir da aceitação desse pacto os moçárabes passavam a ser considerados *dhimmis*, condição jurídica que lhes conferia protecção desde que cumprissem um extenso número de obrigações fiscais, patrimoniais, familiares, sociais, religiosas... – numa frase, protegidos desde que submetidos³ –.

Este modelo de caracterização, aplicado de forma generalizada à totalidade temporal e espacial do domínio muçulmano na península, gerou uma série de teorias historiográficas algo extremistas. No campo estrito da História da Arte, por exemplo, uma das ideias com maior sucesso ao longo do século XX sustenta a proibição dos moçárabes em construir novos templos ou sequer em modificá-los⁴.

As conclusões mais recentes, longe desse silêncio histórico, têm acentuado os numerosos indicadores de continuidade organizada dessas comunidades cristãs. Não cabe aqui aprofundar esta matéria, pelo evidente desvio que tal tarefa significa em relação ao que pretendemos

* Bolseiro de investigação científica (Programa Praxis XXI), pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Cláudio Torres, “O Gharb al-Andaluz”, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p.392.

² Cfr. Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editora, 1975, p.20. O autor não identificado responsável pelo texto dedicado à cidade nos *Itinerarios culturales de Almorávides y Almobades*, 1999, p.238, estima a comunidade moçárabe à data da Reconquista em cerca de 5000 habitantes. Curiosamente, este cálculo de 5000 pessoas foi avançado por Luís Adão da Fonseca, “Lisboa medieval e o seu termo”, *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1994, p.86, para idêntico período mas para a totalidade da população de Lisboa. Cláudio Torres, “Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território”, *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1994, p.83, refere que a cidade devia contar por esta altura cerca de 20 a 25 000 habitantes.

³ São muitas e de várias ordens as limitações a que os *dhimmis* estão sujeitos. Como Felipe Maíllo Salgado, *Vocabulario de historia árabe e islámica*, Madrid, Akal, 1996, pp.63-64, sintetizou, “están sometidos a un imposto particular y a restricciones de libertad individual (vestidos distintivos, prohibición de monturas nobles), familiar (estatuto personal), económica (restricciones sobre los oficios), cultural (procesiones y manifestaciones religiosas) y cívica (prohibición de asumir cargos administrativos, políticos y militares)”. Sobre a condição social dos moçárabes veja-se, entre muitos autores que se debruçaram sobre o assunto, P. Chalmeta, “Mozárabe”, *Encyclopédie de l'Islam*, nova edição, t. VII, Leiden, E. J. Brill, 1993, pp.248-251.

⁴ Veja-se, entre outros, Isidro Bango Torviso, *El arte mozarabe*, Madrid, Historia 16, 1991, pp.12-13.

tratar neste texto⁵. Mas é absolutamente necessário ter em conta que os limites da conquista muçulmana foram determinantes para a sobrevivência das comunidades moçárabes. Limites espaciais, dado que o poder muçulmano não se estendeu de forma uniforme por todo o território. E limites temporais, variando o grau de autoridade do Estado, de cumplicidade e de repressão, de hispanidade, de arabização e de islamização, consoante as fases civilizacionais dessa longa presença.

Vem esta reflexão a propósito da situação de Lisboa no contexto peninsular entre os séculos VIII e XII. Durante este período, a cidade segue uma trajectória de claro crescimento, impondo-se definitivamente como “a maior cidade do extremo ocidente” no século XI. No entanto, de um ponto de vista político, Lisboa nunca desempenhou qualquer papel de especial relevância no contexto do al-Andaluz⁶. Em 1034, integrada na taifa de Badajoz e numa altura de apogeu comercial, as forças da cidade revoltam-se e passam a gozar de total autonomia⁷. E António Borges Coelho refere-se-lhe como uma verdadeira cidade-estado altomedieval⁸.

Perante estes dados, foi possível florescer aqui uma importante comunidade moçárabe, cujo grau de importância é hoje difícil de averiguar, mas que vai sendo paulatinamente conhecida, graças ao contributo de arqueólogos e de historiadores da arte. Os vestígios materiais identificados na cidade assumem-se, hoje, como única via de conhecimento da comunidade moçárabe e, por conseguinte, da importância do seu grupo social. Por outras palavras, as linhas de investigação enunciadas por Humberto Baquero Moreno sobre a marginalidade medieval⁹ encontram no estudo da cultura material moçárabe um campo inteiramente operativo e um recurso fiável perante a necessidade de ir mais além do que nos dizem as fontes escritas.

2. Nos vários estudos sobre a arte da Alta Idade Média em Portugal que temos efectuado, tem sido constante o nosso reconhecimento pelo trabalho de Manuel Luís Real, de Cláudio Torres e de Luis Caballero Zoreda, no que respeita à visibilidade histórica das comunidades moçárabes sob domínio islâmico. Aqui voltamos a fazer a devida homenagem a estes autores, a quem devemos a recusa do modelo visigotista aplicado às peças altomedievais de Lisboa – estabelecido por Vergílio Correia, ampliado por Fernando de Almeida e continuado, nas suas linhas essenciais, por Carlos Alberto Ferreira de Almeida¹⁰ –, e sua

⁵ São múltiplos os indícios de resistência (permanência) dos moçárabes. Para o território hoje português, veja-se José Mattoso, “Os moçárabes”, *Revista Lusitana*, nova série, nº6, 1985, pp.5-24, republ. *Fragments de uma composição medieval*, 2ªed., Lisboa, Estampa, 1990, pp.25-29, Manuel Luís Real, “Os Moçárabes do Gharb português”, *Portugal Islâmico*, Catálogo de Exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp.35-38, Joaquim Chorão Lavajo, “Islão e Cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, *História religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo), vol. I (coord. Ana Maria Jorge e Ana Maria Rodrigues), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp.96-99.

⁶ Esta incongruência é justamente colocada em relevo por Cláudio Torres, “Lisboa – a maior cidade do extremo ocidente”, *Memória de Portugal. O milénio português*, coord. Roberto Carneiro, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p.29.

⁷ José Mattoso, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol.I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p.562.

⁸ António Borges Coelho, *O Tempo e os Homens – Questionar a História III*, Lisboa, Caminho, 1996 p.276.

⁹ As ideias fundamentais do autor encontram-se nas duas colectâneas de textos: *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: estudos de História*, Lisboa, Presença, 1985 e *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval: estudos de História*, Lisboa: Presença, 1990. Sobre a continuidade muçulmana no reino de Portugal, que se liga indirectamente ao assunto aqui tratado, veja-se do autor *Os mudéjares no Portugal medieval*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994.

¹⁰ Vergílio Correia, “Arte visigótica”, *História de Portugal*, dir. Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, p.387; Fernando de Almeida, “Pedras visigóticas de Lisboa”, *Revista de Guimarães*, vol. LXVIII, Guimarães, 1958, pp.8-13; Idem, *Arte visigótica em Portugal*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962, pp.229-231; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Arte da Alta Idade Média”, *História da Arte em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Alfa, 1986, pp.55-60.

substituição por um outro, moçarabista¹¹, ou o que preferimos designar como “segunda arte moçárabe”¹².

Nos últimos anos, os contributos dados pela Arqueologia e pela História da Arte têm-se revelado decisivos para o melhor conhecimento da história dos moçárabes de Lisboa. Através destes dois métodos de abordagem histórica foi possível estabelecer, com alguma segurança, as principais zonas de povoamento moçárabe na malha urbana da cidade entre os séculos IX e XII; por outro lado, as múltiplas analogias estilísticas e iconográficas que as peças deste núcleo apresentam em relação ao mundo mediterrânico, permite-nos caracterizar o grau de eruditismo e de qualidade artística a que chegaram algumas construções desta comunidade.

Sobre a localização das almoçaravias, podemos considerar a existência de cinco núcleos fundamentais. O principal situava-se a ocidente do castelo, concentrado em torno da igreja de Santa Maria de Alcami (antiga sede diocesana moçárabe e actual igreja de São Cristóvão), e abrangendo ainda as igrejas de Santas Justa e Rufina e de São Mamede¹³. Este bairro situava-se fora das muralhas e terá mesmo sido incendiado pelos cruzados aquando da conquista da cidade em 1147¹⁴. Um segundo núcleo, mais antigo e de onde a comunidade cristã autóctone terá eventualmente sido desalojada em consequência da construção da mesquita maior, pelos inícios ou meados do século X, ou ainda mais tarde segundo as conclusões de José Luís de Matos, situava-se em torno da Sé-Catedral, onde foram identificadas várias peças datáveis de contexto moçárabe, entre as quais a célebre *Placa do Paraíso*¹⁵. A Norte do Castelo situava-se um terceiro núcleo, concentrado em redor da igreja de Santa Cruz do Castelo¹⁶ e estendendo-se em colina pelo arrabalde, até perto do local onde D. Afonso Henriques estabeleceu o seu acampamento¹⁷. Os dois restantes pólos constituíam arrabaldes periféricos da cidade, junto dos Mosteiros de Santos e de Chelas, respectivamente a ocidente e a oriente.

É precisamente do antigo Mosteiro de São Félix e de Santo Adrião de Chelas que procede o principal conjunto artístico moçárabe da região, actualmente exposto no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa. Compõe-se de três peças fragmentadas – dois pilares e um friso –, provavelmente procedentes da antiga cabeceira do templo, e que ostentam uma decoração enigmática, relacionável com o mundo islâmico, pelas características escultóricas, mas simultaneamente afastando-se do Islão, pelo conteúdo simbólico da sua iconografia. Nas faces dos pilares, inseridos em medalhões de folhagem, representam-se *Simorghs* (pássaro divino sassânida

¹¹ São vários os trabalhos destes autores que poderíamos citar. Os principais artigos dos dois investigadores portugueses encontram-se citados ao longo do texto. Da abundante produção científica de Caballero Zoreda citamos o título fundamental para a afirmação das peças lisboetas em contexto moçárabe: “Sobre Santa Comba de Bande (Ourense) y las placas de Saamasas (Lugo). Algunos problemas de historiografía, análisis estructural y estilístico y atribución cronológico-cultural”, *Galicia no Tempo*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, Consellería de Cultura e Xuventude, Arcebispo de Galicia, 1991, pp.77-110.

¹² Explicamos a adopção deste termo no nosso artigo “O ajimez moçárabe reaproveitado no castelo de Soure”, *Simpósio internacional sobre Castelos*, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2001, pp. 795-796.

¹³ José Luís de Matos, *Lisboa islâmica*, Lisboa, Instituto Camões, 1999, pp.32-33.

¹⁴ Gérard Pradalié, *Op. Cit.*, p.17.

¹⁵ Uma das peças fundamentais para a existência de uma arte estritamente moçárabe, definida em primeiro lugar para o território hoje português por Manuel Luís Real, “Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade tardia no ocidente peninsular”, *IV Reunião de Arqueologia cristã hispânica*, (Lisboa, 1992), Barcelona, Institut d’Estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp.58-59. Recentemente, José Luís de Matos, *Op. Cit.*, p.11, identifica a mesquita no claustro da Sé, proposta que ainda encaramos com algumas reservas.

¹⁶ De acordo com as recentes investigações de Manuel Luís Real, apresentadas ao Colóquio *Lisboa: encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos* (inédito), a Igreja de Santa Cruz do Castelo terá sido a primeira Matriz da cidade (Cfr. Maria João Violante Branco, “Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, t. X, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 1998, p.57).

¹⁷ José Luís de Matos, *Op. Cit.*, pp.33-34.

que vive no topo da *árvore da vida*, fisicamente com aspecto de pavão, mas com garras de leão e cabeça canina ou, por vezes, humana). No friso, dois leões protegem a *árvore da vida* no Paraíso.

Com a *Placa do Paraíso* da Sé de Lisboa, estas peças constituem um núcleo artístico moçárabe relativamente homogêneo e sem paralelo no contexto da arte ocidental altimedieval. Perante os enormes silêncios da documentação, a simples existência destes testemunhos materiais, e a sua definitiva atribuição criativa aos moçárabes de Lisboa, basta para provar a evidente vitalidade desta comunidade durante os últimos anos do século IX e a primeira metade do século X.

Mas o que este fragmentadíssimo espólio vem ainda confirmar é a excepcionalidade destas realizações em relação às fórmulas artísticas que então se verificaram no espaço peninsular e mesmo em relação às correntes artísticas mediterrânicas contemporâneas. Tendo como denominador iconológico comum o Paraíso, estas quatro peças são o fruto da erudição temática dos seus promotores e da qualidade técnica escultórica dos seus artífices. Na *Placa do Paraíso* da Sé o elemento decorativista omíada, decorrente da técnica miniatral que caracteriza os marfins cordoveses, prevalece sobre a tendência iconográfica cristã, esta radicada numa linha de continuidade paleocristã¹⁸. Já os fragmentos de pilares e o friso do Mosteiro de Chelas apresentam enormes novidades, especialmente pela proximidade estilística com os tecidos bizantinos, produtos que chegaram a este extremo ocidental do mundo conhecido através da ampla rede de contactos comerciais proporcionados pelo Mediterrâneo islamizado¹⁹.

O programa artístico da igreja moçárabe de Chelas mais não reflecte que a crescente orientalização a que a sociedade peninsular foi exposta a partir da instituição do Califado omeia. Não será demais lembrar as fortes ligações artísticas de Abd al-Rahmann III com a arte iraniana, herdeira das tradições sassânidas²⁰. E não será igualmente demais evidenciar que o corte religioso entre as igrejas peninsulares, provocado pela querela do Adopcionismo, certamente fomentou uma maior aproximação dos moçárabes à igreja bizantina, realidade religiosa com a qual a tradição hispânica tinha fortes relações desde a época visigótica²¹ e na qual baseava grande parte da sua liturgia específica.

Desconhece-se ainda largamente como os moçárabes reagiram a esta nova situação. Uma linha de interpretação tradicional, que recua a Simonet, sustenta que a população moçárabe mais intransigente reagiu de forma drástica, encerrando-se em torno das suas próprias orientações e dando início ao violento fenómeno de martírios voluntários de finais do século IX. Este quadro geral de reacção contra a introdução de fórmulas civilizacionais orientais encontra uma flagrante incongruência no programa artístico da nossa igreja de Chelas, na medida em que é precisamente neste período de martírios que a comunidade moçárabe aí residente escolhe um programa baseado em concepções estilísticas nitidamente orientais.

Sem pretender questionar aqui o quadro geral de revolta moçárabe contra a crescente orientalização – até que novos dados venham esclarecer melhor a conturbada conjuntura social e artística deste período, tomamos o caso da campanha moçárabe da igreja de Chelas como

¹⁸ Manuel Luís Real, “286. Baixo-relevo ornamental”, *Lisboa subterrânea*, 1994, p.233. A linha de continuidade iconográfica paleocristã foi por nós realçada em “O sítio da Sé antes da Reconquista”, *Cadernos de História da Arte*, nova série, nº1, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, no prelo.

¹⁹ Sobre as ligações deste núcleo a peças bizantinas, veja-se o nosso trabalho, “Visigótico ou moçárabe? O núcleo de arte da alta Idade Média da cidade de Lisboa no Museu Arqueológico do Carmo”, *Museu Arqueológico do Carmo – Catálogo de exposição permanente*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2002, no prelo.

²⁰ Veja-se, entre outros que poderíamos citar, Richard Ettinghausen e Oleg Grabar, *Arte y arquitectura del Islam. 650-1250*, Madrid, Cátedra, 1996, pp.29-30 e 429-430, nota 28.

²¹ De entre os aspectos que provam essa proximidade, salientamos a adopção do ritual bizantino pela corte visigótica (Cfr. José Orlandis, *Historia de España – época visigoda (409-711)*, Madrid, Gredos, 1987, p.184. Também Maria Cruz Villalón, *Mérida visigoda – la escultura arquitectónica y litúrgica*, Badajoz, Diputación Provincial de Badajoz, 1985, p.31).

uma notável exceção²² –, pensamos que existe uma razão muito forte para que este programa fosse escolhido: a permanência da liturgia hispânica.

O espaço religioso compartimentado das igrejas pré-românicas hispânicas – por oposição ao espaço românico aberto, fomentado pela nova ordem romano-cluniacense – funciona como um verdadeiro microcosmos. A hierarquia social é evidente e a existência de uma ou várias *eikonostasis*, verdadeiras barreiras ópticas em determinados passos das cerimónias, acentua o carácter místico e misterioso de toda a celebração. A capela-mor, ocupada unicamente por membros do clero, inundada de luz vinda de nascente e muitas vezes oculta, é o equivalente ao Paraíso, cuja permissão de acesso se circunscreve à permissão visual.

Tendo em conta estes dados, não restam dúvidas sobre a complexidade dos programas decorativos das campanhas moçárabes de Chelas e da Sé-Catedral. Trata-se de uma iconografia para uma liturgia, muito provavelmente enraizada nas observações coincidentes de Santo Agostinho e de Santo Isidoro sobre a corporalidade do Paraíso terrestre, e nas conclusões deste último sobre a existência das Ilhas Afortunadas a ocidente da península.

Esta iconografia para uma liturgia pode ser encarada como uma iconografia de permanência das dominantes simbólicas de época visigótica, onde a liturgia hispânica radica a sua origem. Disto mesmo parece dar conta a banda representando hastes de uma videira que ocupa a parte inferior do *friso do Paraíso*, um elemento eucarístico da máxima importância em contexto visigótico mas que, paradoxalmente, não foi muito representado em peças moçárabes.

Falamos de uma iconografia de permanência e não de resistência. Na Lisboa muçulmana, encontramos indícios para uma certa marginalidade social por parte dos moçárabes – bastaria terem o estatuto de *dhimmis* para que essa marginalidade existisse –. Mas o que temos dito até agora acerca das especificidades da cidade, da dimensão da sua comunidade e da qualidade das peças artísticas que chegaram até nós, prova a evidente liberdade religiosa de que gozavam. Infelizmente, não temos qualquer notícia das condições estabelecidas pelos poderes islâmicos aquando da conquista da cidade, mas pensamos que aos moçárabes foi possível manter um elevado grau de liberdade, situação que se terá prolongado até à Reconquista sem grandes alterações.

3. E chegamos ao insólito assassinato do bispo moçárabe de Lisboa. “Insólito”, à luz de uma linearidade historiográfica cristianocêntrica, que inevitavelmente maniqueiza os lados opostos da contenda civilizacional no espaço peninsular medieval a que se convencionou chamar “Reconquista”.

Alguns autores defenderam que o assassinato não teria sido cometido por portugueses, mas sim pelos cruzados do Norte europeu, que no afã conquistador, e na perspectiva da pilhagem próxima, mataram indiscriminadamente quem quer que lhes aparecesse pela frente²³.

Uma corrente historiográfica mais recente, ainda não completamente aceite pelas longas resistências de uma historiografia firmada na ideia de uma sociedade medieval peninsular tripartida (um grupo cristão dominante e duas minorias significativas, judeus e muçulmanos), atribuiu já o assassinato do bispo moçárabe à contenda litúrgica que opôs os partidários da nova ordem romano-cluniacense aos adeptos da velha liturgia hispânica²⁴.

Esta versão dos factos, ainda que longe de totalmente esclarecida, é fundamental para que

²² Talvez atribuída àquele grande grupo de moçárabes «instalados», “cristãos dos diversos estratos culturais e religiosos, e até uma boa parte dos bispos (...), que não queriam perder os dividendos económicos e sociais que advinham dos pactos celebrados”, de que nos fala Joaquim Chorão Lavajo, *Cristianismo e islamismo na Península Ibérica*, 3 vols., Évora, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora, 1988, vol. I, p.104, e que certamente existiam também em Lisboa.

²³ É esta a versão do cronista R.: “Contra o direito e o lícito [os coloneses e os flamengos] matam até o bispo da cidade, já muito idoso, cortando-lhe o pescoço”.

²⁴ Manuel Luís Real, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.*, 1995, pp.19-20, a que se seguiram outros autores.

possamos identificar a verdadeira posição da comunidade moçárabe face aos acontecimentos de 1147. O texto cronístico não autoriza esta leitura, mas a base romano-cluniacense em que assentou a organização da cidade reconquistada, assim como alguns outros acontecimentos anteriores em solo peninsular (designadamente em Toledo e em Coimbra) levam-nos a subscrever, por inteiro, esta posição.

Em Toledo, o “problema moçárabe” colocou-se de forma clara entre D. Afonso VI, senhor de um reino onde a liturgia hispânica (aliada ao ideal neovisigotista reconquistador) constituía um pilar fundamental da sua sobrevivência enquanto estrutura autónoma de poder e da sua afirmação no espaço peninsular, e o bispo francês Bernard, homem próximo de São Hugo e que teve como primeira missão a reforma cluniacense do grande mosteiro de Sahágun.

Nesta cidade, onde a comunidade moçárabe não seria muito numerosa e possuía, ao que tudo indica, níveis sociais e económicos modestos²⁵, mas na qual estava focalizado o ideal neovisigótico que tanto alimentou a monarquia asturiano-leonesa, a história guardou a promessa do rei aos moçárabes e aos muçulmanos relativamente às antigas liberdades religiosas e respectivos lugares de culto. Entregue a cidade a Bernard, aos seus partidários e à rainha, D. Constança de Borgonha, depressa a mesquita passou a catedral e as antigas liberdades suprimidas²⁶.

Em Coimbra o caso foi ainda mais dramático. Aqui residia uma comunidade moçárabe mais activa que em Toledo²⁷, facto que está na origem da recusa do rito litúrgico romano por parte do seu governador, D. Sesnando, e do próprio bispo, D. Paterno. Só após a morte do primeiro, em 1092 – doze anos depois do concílio de Burgos – é que a liturgia romano-cluniacense chega à cidade e o bispo eleito pelas autoridades leonesas, D. Crescónio de Tui, se instala na catedral.

A história desta resistência litúrgica, contudo, não termina com a entrada de Crescónio no episcopado de Coimbra. Em artigo recente, Maria de Lurdes Rosa caracteriza, com algum detalhe, esta conjuntura, pelo que remetemos o leitor interessado para essas páginas²⁸. Importa acentuar, todavia, que quando o clero moçárabe foi confrontado com a decisiva investida de impôr o rito romano, reagiu de forma violenta e até 1115, data em que o bispo consegue do Papa uma bula exortando o povo de Coimbra a obedecer ao seu legítimo bispo e a “corrigir os seus costumes”, os moçárabes não cessaram de causar problemas.

Lisboa constitui o terceiro capítulo desta história de resistência moçárabe. Entre 1115 ou 1116 e a conquista de Lisboa vão cerca de trinta anos. Nesta data, o “problema moçárabe” de Coimbra estava já certamente resolvido, mas com certeza presente na memória da classe dirigente do reino. E nas zonas rurais, menos tocadas pela revolução cultural que a substituição do

²⁵ Jean Pierre Molénat, “Os Moçárabes: um exemplo de integração”, *Toledo – séculos XII-XIII. Muçulmanos, Cristãos e Judeus: o saber e a tolerância* (1991), Lisboa, Terramar, 1996, p.90.

²⁶ Maria de Lurdes Rosa, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, *História religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p.436, retomando ideias de Menéndez Pidal: após 1085, o governo de Toledo foi entregue a D. Sesnando. Ora o facto de o seu nome não aparecer em 1086-87, faz pensar que tenha renunciado ao cargo, provavelmente na sequência das decisões de Bernard e de D. Constança.

²⁷ Manuel Gómez Moreno, *Iglesias mozárabes. Arte español de los siglos IX a XI*, (1919), reed. facsimilada Granada, Univesidad de Granada, 1998, p. 98; Manuel Luís Real, *A arte românica de Coimbra*, Porto, Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto 1974, p.13 (policopiada); Saúl António Gomes, “6. Grupos étnico-religiosos e estrangeiros”; *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III (coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), Lisboa, Presença, 1996, p.342, consideram-na o maior foco de cultura moçárabe no ocidente peninsular, na sequência do fenómeno de arabização patrocinado por Almançor após a conquista de 987. O número de igrejas recenseadas no século XI, muitas delas com oragos directamente relacionados com a religiosidade moçárabe – casos de Santa Cristina, São Cucufate, São Vicente, Santa Justa – revela igualmente a importância da comunidade.

²⁸ Maria de Lurdes Rosa, “A religião no século...”, *Op. Cit.*, pp.433-440.

rito significava, a permanência terá sido ainda maior e durante muitos anos incontrolada pelo novo poder religioso²⁹.

A cidade foi definitivamente entregue às forças cristãs do Norte a 25 de Outubro, que então solenemente entraram pelas suas portas. Uma semana depois sagrou-se a mesquita como Sé-Catedral, da invocação de Santa Maria Maior, por oposição à outra Santa Maria moçárabe ou de Alcami. Tão curto espaço de tempo, se bem que possa ficar a dever-se à vontade real de constituir uma autoridade religiosa forte e centralizada em torno do bispo inglês Gilberto de Hastings, não pode deixar de lado a questão dos moçárabes e a sua liturgia específica. Em Toledo, a sagração da Catedral de Santa Maria demorou mais de um ano³⁰.

Estas atitudes antagónicas do novo poder cristão, em duas cidades emblemáticas no contexto reconquistador, e numa questão da máxima importância para a afirmação das determinações romano-cluniacenses, como é efectivamente a sagração da Catedral, parece-nos sintomático para a condição de verdadeira marginalidade a que os moçárabes de Lisboa foram sujeitos após a conquista de 1147.

É ainda mais. Se durante o período de teórico domínio muçulmano temos razões para acreditar numa ampla liberdade por parte dos moçárabes, com os novos senhores vindos do Norte eles são sujeitos a uma real marginalidade: a comunidade deixou de ter as suas autoridades (o bispo morto e o conde certamente suprimido na nova ordem jurídica da cidade); substituíram-se os oragos dos seus principais templos, por outros ligados ao tipo de religiosidade patrocinada por Cluny; atenuaram-se ou até foram suprimidos os limites físicos dos seus bairros específicos (na documentação deixa de haver menção a aglomerados populacionais estritamente moçárabes); finalmente, proibiu-se a sua liturgia, em torno da qual se uniram durante tanto tempo, e extinguiu-se o seu clero (os templos moçárabes foram todos sujeitos a uma nova campanha românica: assim aconteceu em Santos e em Chelas – de que restam notícias e testemunhos materiais dessas campanhas).

Todos estes factos atestam o verdadeiro grau de marginalidade a que os moçárabes foram sujeitos após 1147. Tratou-se de um processo sem paralelo durante o domínio islâmico, salvo pequenos períodos de maior intolerância. E se é um facto que durante cinco séculos a igreja moçárabe permaneceu organizada em muitos pontos da península, não conseguiu resistir à reforma romano-cluniacense.

Os moçárabes de Lisboa terão permanecido como grupo individualizado ainda durante algum tempo. Em finais do século XII “a [sua] identidade etnocultural (...) era suficientemente personalizada”, como o prova o texto da *Traslatio et miracula Sancti Vicentii*, de Mestre Estêvão³¹. E mesmo fundado o Mosteiro de São Vicente de Fora, numa atitude de grande simbolismo anti-moçárabe que congregou numa mesma iniciativa a vontade real, os monges crúzios de Santa Cruz de Coimbra e os agentes de Cluny e de Roma, as primeiras relíquias do mártir que aportaram a Lisboa foram depositadas na igreja de Santas Justa e Rufina, um dos antigos templos moçárabes. Mas esta é já uma referência tardia, muito possivelmente com outras relações que não as exclusivamente ligadas ao “problema moçárabe”. Como será também tardia e ligeiramente descontextualizada deste problema o episódio do “bispo negro de Coimbra”. A morte do prelado lisboeta em 1147, a que se seguiu certamente o desmantelamento da organização eclesiástica autóctone, foi um golpe do qual a comunidade moçárabe parece não mais ter-se recomposto.

²⁹ Como já defendeu Armando Martins, *Santa Cruz de Coimbra nos séculos XII e XIII. Aspectos de cultura e formas de mentalidade a partir dos seus manuscritos*, Lisboa, Provas de aptidão científica e pedagógica em História Medieval de Portugal apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1989, p.115.

³⁰ Veja-se a este respeito Francisco J. Hernández, “A catedral, instrumento de assimilação”, *Toledo – séculos XII-XIII. Muçulmanos, Cristãos e Judeus: o saber e a tolerância* (1991), Lisboa, Terramar, 1996, p.75.

³¹ Cfr. Saúl António Gomes, “6. Grupos étnico-religiosos...”, *Op. Cit*, p.341.

Inglêses no Portugal de D. Afonso V

Paulo Drumond Braga *

1. São conhecidos os contactos estabelecidos desde cedo entre a Inglaterra e Portugal, desde a colaboração dos cruzados ingleses na conquista de Lisboa por Afonso Henriques (1147), a que se seguiu a fixação de alguns deles, por exemplo, o primeiro bispo de Lisboa, Gilberto de Hastings, às relações comerciais, que começaram também na mesma centúria, sendo de salientar os passos dados durante o tempo de D. Dinis. Portugal adquiria à Inglaterra têxteis e trigo e vendia sal, vinho, fruta, peixe fumado e salgado. Se, já em finais do século XII, João Sem Terra terá pretendido a mão de uma infanta portuguesa, cerca de século e meio depois, no reinado de Afonso IV, colocaram-se várias hipóteses, também nunca concretizadas, de enlacedes matrimoniais entre as duas Coroas. Os últimos decénios do século XIV trouxeram uma aproximação ainda maior, devido aos interesses ingleses na Península Ibérica, no quadro da Guerra dos Cem Anos. São de salientar os tratados de 1372 e de 1386 e o casamento de D. João I com Filipa, filha do duque de Lancaster (1386). Por essas razões, foi também em Trezentos que a comunidade inglesa em Portugal se tornou mais numerosa, sendo da centúria seguinte o surgimento de um procurador e de uma irmandade de invocação a São Jorge, na igreja de São Domingos, em Lisboa¹.

Este artigo incide sobre os Ingêses que, de uma forma ou outra, foram localizados em Portugal no reinado de D. Afonso V, concretamente, no período pós-Alfarrobeira.

2. Apesar dos tratados de paz e de comércio e das facilidades concedidas de parte a parte e das constantes intervenções dos monarcas, Ingêses e Portugueses envolveram-se frequentemente, pelo menos desde o século XIV, em casos de corso, pirataria, tomadas ordenadas por autoridades diversas e represálias². Quando se chega ao reinado de Afonso V, o receio dos mercadores ingleses face ao comércio com Portugal parece ter sido enorme, daí a solicitação constante de cartas de segurança ao monarca luso.

Nalgumas delas estão especificados esses receios: “Guilhelme Canis Ingres mercador morador em a uilla de Bristoll Nos emuiu dizer como elle tem huua naao chamada per nome

* Escola Superior de Educação de Almeida Garrett (Lisboa).

¹ Vejam-se as sínteses de António Álvaro Dória, “Inglaterra (Relações de Portugal com a)”, in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, [2.ª edição], vol. III, Porto, Figueirinhas, 1981, pp. 320-322; A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV), Lisboa, Presença, 1987, pp. 42-43 e 150-180; id., “A circulação e a troca de produtos”, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III), Lisboa, Presença, 1996, pp. 512-520; Saul António Gomes, “Grupos étnico-religiosos e estrangeiros”, in *Portugal em Definição de Fronteiras* [...], pp. 371-381; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (Séculos XVI-XVII)*, Lisboa, Hugin, 2002.

² Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas Potencias do Mundo*, tomo XIV, Paris, Aillaud, 1853, pp. 19-192; V. M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal*, Londres, Routledge, [1907], pp. 98-100; Ruy de Albuquerque, *As Represálias. Estudo de História do Direito Português (Sécs. XV e XVI)*, vol. I, Lisboa, [s.n.], 1972, pp. 153-155; Humberto Baquero Moreno, “Duas cartas de segurança marítima concedidas a súbditos estrangeiros por D. Afonso V”, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, [Lisboa], Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1990, pp. 612-616.

Maria Canis que ora está carreguada de suas mercadorias e d outros alguus mercadores que em ella veem amte o porto de Restello da par da nosa cidade de Lixboa e que por quamto se temia lhe seer em a dita naao e mercadorias feita alguua tomada ou represaria por causa dalguus roubos ou tomadas que per alguus naturaes do Regno de Ingraterra fosem factas aos nossos sobditos e naturaes por a quall Razom nom auemdo nosa segurança lhe poderia ser posto sobrello alguu embargo [...]”³.

D. Afonso V concedeu numerosas cartas de segurança, segundo as quais os mercadores em questão ficavam autorizados a entrar e sair livremente de Portugal, com as suas embarcações, comerciando e pagando os direitos reais⁴. Há o caso curioso de três documentos, datados de 1471, na sequência da conquista de Arzila e da ocupação de Tânger, que não esquece que as mercadorias defesas estavam excluídas do rol das transaccionáveis⁵. Tais cartas de segurança beneficiaram vários mercadores ingleses, quer colectiva quer individualmente. Em relação ao primeiro aspecto, verifica-se que, em 1455, Afonso V concedeu segurança, por espaço de um ano, aos moradores de Londres, Bristol e várias outras localidades inglesas, para poderem entrar e sair livremente de Portugal, vendendo e comprando mercadorias, não sendo presos nem demandados por querelas, dívidas, roubos e tomadias feitas por Ingleses a Portugueses⁶.

Privilégios individuais foram recebidos por Guilherme Canis (1450⁷ e 1454)⁸, Richard Lancaster e Fiin James, escudeiros de Ahull (1450)⁹, Gabriel de Miraforda (1450)¹⁰, João Pris (1450)¹¹, João Bretão (1450)¹², Guilherme Hoel (1450)¹³, Patrique Gualve (1454)¹⁴, Guilherme Dam, Guilherme Pany, Guilherme Hoadim (todos em 1456, numa mesma carta régia)¹⁵, João Gregorio (1459)¹⁶, Richard Alforde (1462)¹⁷, João Jay, o Moço e João Anques (1463)¹⁸, João Domyne, Linje, Tomás Fans e Patrick (1465)¹⁹, João Garfim (1468)²⁰, Filipe Estagam

³ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português no meado do sec. XV”, *Boletim da Segunda Classe*, vol. VIII, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1913-1914, p. 56. Segue-se a grafia dos documentos quatrocentistas, já que é extremamente difícil tentar identificar os nomes correctos ingleses.

⁴ Era comum a concessão, pelos monarcas, de cartas de segurança a mercadores estrangeiros. Cfr. V. M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* [...], p. 98; Virgínia Rau, “Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)”, in id., *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, introdução e organização de José Manuel Garcia, Lisboa, Presença, 1984, p. 204; Ruy de Albuquerque, *As Represálias* [...], vol. I, pp. 153-155; Humberto Baquero Moreno, “Duas cartas de segurança marítima concedidas a súbditos estrangeiros por D. Afonso V” [...], pp. 609-619; Luís Miguel Duarte, “Súbditos da Coroa de Aragão em Portugal no Séc. XV. Comércio e segurança. Algumas notas”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. VII, Porto, Universidade do Porto, 1990, pp. 71-83.

⁵ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, ff. 20v, 108-108v e 108v. Sobre as mercadorias defesas e o seu comércio, cfr. Paulo Drumond Braga, “A expansão no Norte de África”, in *A Expansão Quatrocentista*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques (= *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II), Lisboa, Estampa, 1998, pp. 310-311; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Inquisição portuguesa e o comércio de mercadorias defesas em meados do século XVI”, in *Homenaje al Profesor Carlos Posac Mon*, tomo II, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998 [aliás, 2000], pp. 159-173; id., *Um Espaço, duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no Tempo de Carlos V)*, Lisboa, Hugin, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2001, pp. 347-365.

⁶ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, f. 100.

⁷ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 56-57.

⁸ Ruy de Albuquerque, *As Represálias* [...], vol. II, tomo I, pp. 1258-1259.

⁹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, ff. 105-105v.

¹⁰ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 58-59.

¹¹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, f. 134v.

¹² Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, f. 123v.

¹³ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 59-61.

¹⁴ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, f. 119v.

¹⁵ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, f. 64.

¹⁶ Humberto Baquero Moreno, “Duas cartas de segurança marítima [...]”, pp. 618-619.

¹⁷ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, f. 104.

¹⁸ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 9, f. 149.

¹⁹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 14, f. 33.

²⁰ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 28, f. 94v.

(1470)²¹, Miles Gualgue (1471)²², Tomás Soeres (1471)²³, Guilherme Bretão e Guilherme Arrugel, seu criado (1471)²⁴, João Bechem (1471)²⁵ e João Achelem (1471)²⁶.

A partir de Março de 1471, notou-se uma grande tensão no relacionamento luso-inglês. Tudo isto porque, nesse mesmo mês, um corsário inglês, sobrinho do conde de Warwick, que governava a Inglaterra, apreendeu, no Canal da Mancha, 12 naus Portuguesas que vinham carregadas de mercadorias oriundas da Flandres. D. Afonso V chegou a pensar em enviar contra os Ingleses a armada que preparara para uma nova campanha no Norte de África. Fracassada a via diplomática, o rei de Portugal autorizou os seus súbditos a exercerem represálias contra os Ingleses²⁷. Nessa conjuntura, em 5 de Dezembro de 1471, D. Afonso V revogou todas as cartas de segurança concedidas a Ingleses. Esta determinação foi mesmo publicada na capela dos Ingleses do mosteiro de São Domingos de Lisboa²⁸. Entretanto, dera-se uma reviravolta política em Inglaterra, o que acabou por favorecer a resolução do problema: em Abril, o conde de Warwick morreu na batalha de Barnet, contra os York, que recuperaram o trono, voltando Eduardo IV a reinar. Assim, em Agosto de 1472, D. Afonso V confirmou o tratado de paz assinado um século antes entre D. João I e Ricardo II e, no mesmo mês, enviou ao novo monarca inglês uma embaixada a reclamar a restituição dos roubos efectuados no ano anterior. As conversões diplomáticas arrastaram-se por largos meses, mas acabaram por correr conforme os desejos de D. Afonso V²⁹.

Data de 1472 uma outra carta de segurança, mas que se reveste de características completamente diferentes: os membros da Ordem da Santíssima Trindade da Inglaterra propuseram a D. Afonso V, através de um mercador inglês estante em Lisboa, João Porter, contribuir com uma quantia anual para a actividade que era a fundamental daquela congregação religiosa, o resgate dos cativos. Portugal era, de facto, campo privilegiado para tal obra de misericórdia. Assim, propuseram a vinda desse dinheiro convertido em mercadorias, “pera aca crescer e multiplicar pera mor proveito dos dictos cativos”. Por cada 100 dobras de mercadorias transportadas para ajuda dos resgates, viriam 1500 dobras de outras, para comerciar. O monarca concordou e deu carta de segurança, válida apenas para esses bens³⁰.

3. Era habitual os mercadores estrangeiros que traziam panos para Portugal pagarem à Coroa um quarto da sisa³¹. D. João I isentara desse pagamento os Ingleses estantes em Lisboa

²¹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 16, f. 4v.

²² Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 20v.

²³ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 21, f. 77v.

²⁴ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, ff. 79v-80.

²⁵ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, ff. 108-108v.

²⁶ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 108v.

²⁷ Rui de Pina, “Chronica do senhor Rey D. Affonso V”, in id., *Crônicas*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977, pp. 818-819; Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1977, pp. 60-62.

²⁸ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 21, f. 87v. Sobre a capela em causa, cfr. Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, vol. I, Lello, Porto, 1977, pp. 361-362.

²⁹ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar* [...], tomo XIV, pp. 216-225; V. M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* [...], pp. 99-101; Ruy de Albuquerque, *As Represálias* [...], vol. I, pp. 154-55.

³⁰ *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, vol. III (1461-1500), Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, pp. 113-114; Luís Miguel Duarte, “Aspectos menos conhecidos das relações entre Portugal e a Inglaterra na segunda metade do século XV”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. III (*Economia e Comércio Marítimo*), Porto, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, pp. 560-561. Enquadre-se tudo isto em Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Entre a Cristandade e o Islão (Séculos XV-XVII). Cativos e Renegados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.

³¹ Sobre este imposto cfr. Iria Gonçalves, “Sisa”, in *Dicionário de História de Portugal* [...], vol. VI, pp. 1-2.

mas, devido aos repetidos actos de corso e pirataria praticados pelos Ingleses, o infante D. Pedro, duque de Coimbra, suspendeu esse privilégio quando regente do reino, mandando aplicar o que rendia o quarto da sisa à indemnização dos Portugueses vítimas de tomadias de Ingleses³².

Assim sendo, a documentação regista vários recebedores ou requeredores e escrivães do quarto da sisa dos Ingleses de Lisboa. Em 1450, João Afonso foi nomeado requeredor³³. No ano seguinte, Diogo Rebelo, escudeiro da casa real, tornou-se escrivão. No documento, D. Afonso V especificou que passava a haver dois escrivães, ficando-se a saber que já existia um, João da Barca³⁴. Ainda em 1451, Álvaro Pires, procurador dos feitos de el rei, era encarregue de averiguar “os dapnificados que ham de seer satisfectos per a nossa sisa do quarto que os Ingresses pagam em esta cidade de Lixboa por os rroubos e malles que lhe per os dictos Ingresses ssom factos”³⁵. Em 1454, desempenhava as funções de recebedor o escudeiro da casa real Fernão Babilão³⁶. Em 1466, foi nomeado requeredor um pazeiro do duque de Bragança, Pedro Eanes, sucedendo a Fernando Eanes, que morrera³⁷. Em 1471, foi indigitado para escrivão Cristóvão Rebelo, moço da câmara do príncipe D. João, que deveria suceder ao pai, Diogo Rebelo, quando este falecesse³⁸. No ano seguinte, surge um outro escrivão, Gonçalo Monteiro, escudeiro do rei³⁹. Em 1475, o recebedor era Gonçalo Vasques de Azevedo. Nessa data, a cobrança da sisa achava-se arrendada⁴⁰.

Entretanto, em 1454, os mercadores ingleses solicitaram a D. Afonso V a reposição do privilégio concedido por D. João I, o que não foi aceite pelo monarca. A situação só se alterou em 1488, já no reinado de D. João II e, no ano seguinte, foi finalmente abolida a sisa referente a todos os panos entrados em Portugal, trazidos quer por nacionais quer por estrangeiros⁴¹.

Também em 1454, os súbditos ingleses residentes em Portugal solicitaram que o procurador que tinham, ou um outro que viesse a ser nomeado pelo monarca, investigasse o envolvimento dos súbditos ingleses nos roubos e tomadias efectuadas a Portugueses no passado, o que foi aceite por Afonso V, desde que eles próprios pagassem o procurador⁴².

4. Outras temas surgem na documentação referente a Ingleses estantes em Portugal no reinado de D. Afonso V. Em 1450, o monarca nomeou um procurador dos mesmos na alfândega de Lisboa, Pedro Sanches, escolar de Direito e já procurador do número nessa cidade. Cabia-lhe representar todos os Ingleses “que em esa çidade esteuerem asy daquelles que hi forem estantes como doutros quaaesquer que hy vierem em quaaesquer feytos e demandas que os dictos Jngreses ou cada hum delles ouuerem com quaaesquer pesoas ou pesoa ou esas pesoas ou pesoa com elles ouuerem”⁴³.

Conhecem-se ainda alguns privilégios concedidos por D. Afonso V a súbditos ingleses. Em 1450, João Collim recebeu licença para poder “trazer ssuas armas de noyte e de dia per

³² Henrique da Gama Barros, *Historia da Administração Publica em Portugal nos Seculos XII a XV*, 2.^a edição, dirigida por Torquato de Sousa Soares, tomo X, Lisboa, Sá da Costa, s.d., pp. 252-255; V. M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* [...], p. 113. O infante D. Pedro tomou essa medida em Janeiro ou Fevereiro de 1444, com efeitos a partir de 1 de Janeiro. Cfr. Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, f. 20v.

³³ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, f. 156.

³⁴ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 61-62.

³⁵ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, p. 66.

³⁶ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, f. 52v.

³⁷ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 14, f. 31.

³⁸ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 5.

³⁹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 29, f. 98.

⁴⁰ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 30, f. 175.

⁴¹ Gama Barros, *Historia da Administração Publica* [...], tomo X, pp. 252-255.

⁴² Gama Barros, *Historia da Administração Publica* [...], tomo X, pp. 254-255; V. M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* [...], p. 113.

⁴³ *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, vol. V (1446-1455), Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1972, p. 173.

todos nossos Regnos”⁴⁴. Idêntico privilégio recebeu, no ano seguinte, João Estoquer⁴⁵. Também em 1451, o rei privilegiou Estêvão Milles, autorizando-a a deslocar-se em besta muar de sela e freio e a trazer armas⁴⁶.

Em 1450, D. Afonso V perdoou um escudeiro do infante D. Henrique, Diogo Afonso Bocarro, morador em Messejana, por ter sido responsável pela fuga de três Ingleses. A histórica é interessante e rica em pormenores: por volta de 1444 ou 1445, em Lagos, foram capturados 16 Ingleses, acusados de corso, concretamente, de terem tomado uma nau de Fernão de Seixas. Os juizes de Lagos enviaram-nos para Lisboa, sob prisão. Chegados a Messejana, “presos em cordas e aquelles que os traziam os meterom em huua casa em que nom mora ningem, vjindo os dictos jngresses casy nuus e todos descalços; e que ell [Diogo Afonso Bocarro], mouendosse de piadade por asy os viier nuus e descalços e porque, ao dicto tempo, ffazia grande ffrio, sse ffora aaquelles que os traziam e lhes disera que, pois que os asy traziam ssem cadea e ssoltos, que os leixassem agasalhar a ssas geentes, dos quaees elle leuara dous ssoltos pera cassa de ssua madre e que despois sse ffora pera casa da dicta ssua madre, pera aquelles dous, huu dos outros jngresses que fficauam; e que ell e a dicta ssua madre os agasalharom, por amor de Deus, e lhes mandara ffazer huua cama, em huua camara apartada, na quall os mandara lançar, e que ell sse lançara na casa dyanteira, por nom ffogirem; e que os dictos jngresses fforaram de noyte a parede da casa em que jaziam e fogiram todos tres”. Nunca os encontrou, apesar dos seus esforços, e veio a saber que haviam sido apanhados em Lisboa. Aqui, junto com os restantes Ingleses, acabou por se provar a inocência de todos⁴⁷.

Em 1464, o rei concedeu uma carta de perdão a um inglês, desta feita, John Guilbert, cavaleiro da casa real, que raptara um compatriota, Thomas Carlisle, exilado em Lisboa após a derrota dos Lancaster, no quadro da famosa Guerra das Duas Rosas. O objectivo era levá-lo para Inglaterra, a fim de ser justicado pelo novo rei, Eduardo IV, da casa de York⁴⁸.

Em 1468, João Coque, mercador, morador em Lisboa, que o documento refere ser vassalo do rei, obteve carta de aposentado, por ter atingido 70 anos de idade. Ficava isento de vários serviços régios e concelhios, como era habitual nessas situações⁴⁹. Dias depois, o mesmo inglês viu confirmada a perfilhação que fizera, juntamente com Catarina Afonso, sua mulher, de um tal Gomes⁵⁰.

⁴⁴ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, p. 61.

⁴⁵ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 65-66.

⁴⁶ *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, publicados por Pedro de Azevedo, vol. II (1450-1456), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1934, p. 48. Sobre estes privilégios, cfr. João Silva de Sousa, “Das autorizações de porte de armas e de deslocação em besta muar, em meados do século XV. Algumas notas para o seu estudo”, in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I (*Séculos X-XV*), Lisboa, Estampa, 1982, pp. 290-308.

⁴⁷ *Monumenta Henricina*, direcção, organização e anotação crítica de António Joaquim Dias Dinis, tomo X (1449-1451), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1969, pp. 326-328. Sobre a prática do perdão régio no tempo de Afonso V, cfr. Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciências e Tecnologia, 1999. O encargo de transportar presos era dos mais gravosos da época. Cfr. João Silva de Sousa, “Das isenções do pagamento de impostos e da prestação de serviços régios e concelhios (1449-1451)”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 5, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1991-1992, pp. 47-48.

⁴⁸ Luís Miguel Duarte, “Aspectos menos conhecidos das relações entre Portugal e a Inglaterra [...]”, pp. 558-559.

⁴⁹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 28, f. 76. Sobre os privilégios dos vassallos pousados, cfr. João Silva de Sousa, “Equiparação e manutenção de privilégios em meados do século XV”, *Arquipélago*, série *Ciências Humanas*, vol. IV, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Janeiro de 1982, pp. 245-288.

⁵⁰ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 28, f. 78. Sobre a perfilhação, cfr. Guilherme Braga da Cruz, “Algumas considerações sobre a ‘perfiliação’”, *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XIV, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1937-1938, pp. 407-478; Paulo Merêa, “Perfilhação (achegas para um dicionário histórico de língua portuguesa)”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VII, tomos I e II, Coimbra, 1956, pp. 119-126; id., “Da minha gaveta (silva histórico-jurídica). III. Sinopse histórica da adopção (‘perfilhamento’)”, *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XXXII, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1956, pp. 182-194; Humberto Baquero Moreno, “Subsídios para o estudo da adopção em Portugal na Idade Média (D. Afonso IV a D. Duarte)”, *Revista dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique*, série V, vol. III, Lourenço Marques, 1966, pp. 67-84.

5. Sabemos de onde eram oriundos e onde moravam alguns dos Ingleses que surgem nesta amostragem documental. João Collim⁵¹, João Coque⁵² e João Porter⁵³ residiam em Lisboa. De Londres eram João Bechem⁵⁴ e João Achelem⁵⁵. Por seu lado, João Pris morava em “Line”, ou seja, Lyme Regis⁵⁶. Mas a maioria era oriunda de Bristol⁵⁷. Assim eram os casos de Estêvão Milles⁵⁸, Guilherme Canis⁵⁹, Guilherme Dam, Guilherme Pany, Guilherme Hoadim⁶⁰, Guilherme Hoel⁶¹, João Bretão⁶², João Jay, o Moço, João Anques⁶³, Filipe Estagam⁶⁴, Guilherme Bretão⁶⁵ e João Gregório⁶⁶.

Da Irlanda, provinham Milles Gualgue, de “Gataforda”⁶⁷, Patrick Gualve, de “Guimçella”⁶⁸, Richard Alforde, de “Agodella”⁶⁹ e Tomas Soares, de “Galmy”⁷⁰. Estas localidades são de difícil identificação mas, ainda assim, são admissíveis hipóteses: “Gataforda” é, provavelmente, Waterford e “Galmy” refere-se, quase certamente, a Galway, precisamente a cidade irlandesa que mais contactos comerciais mantinha com Portugal e que em gaélico se designa Gaillimh⁷¹.

Refira-se, a finalizar, que alguns destes Ingleses receberam mercês de D. Afonso V em virtude da colaboração prestada em campanhas militares no Norte de África. Estêvão Milles, de Bristol, privilegiado em 1451, participara, com a sua nau, na empresa de Tânger, de 1437⁷². John Guilbert, perdoado por D. Afonso V em 1464, acompanhou-o na viagem que o monarca efectuou ao Norte de África nesse mesmo ano⁷³. Milles Gualgue⁷⁴, João Bechem⁷⁵ e João Achelem⁷⁶, que receberam cartas de segurança em 1471, prestaram serviços a Afonso V na conquista de Arzila e ocupação de Tânger⁷⁷.

⁵¹ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, p. 61.

⁵² Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 28, ff. 76 e 78.

⁵³ *Descobrimientos Portugueses* [...], vol. III, pp. 113-114; Luís Miguel Duarte, “Aspectos menos conhecidos das relações entre Portugal e a Inglaterra [...]”, p. 561.

⁵⁴ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, ff. 108-108v.

⁵⁵ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 108v.

⁵⁶ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, f. 134v.

⁵⁷ Sobre o peso desta cidade nas relações comerciais luso inglesas, cfr. V. M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* [...], pp. 105-107, *passim*.

⁵⁸ *Documentos das Chancelarias Reais [...] relativos a Marrocos* [...], vol. II, p. 48.

⁵⁹ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 56-57; Ruy de Albuquerque, *As Represálias* [...], vol. II, tomo I, pp. 1258-1259.

⁶⁰ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, f. 64.

⁶¹ Pedro de Azevedo, “Comércio anglo-português [...]”, pp. 59-61.

⁶² Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, f. 123v.

⁶³ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 9, f. 149.

⁶⁴ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 16, f. 4v.

⁶⁵ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, ff. 79v-80.

⁶⁶ Humberto Baquero Moreno, “Duas cartas de segurança marítima [...]”, p. 618.

⁶⁷ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 20v.

⁶⁸ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, f. 119v.

⁶⁹ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, f. 104.

⁷⁰ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 21, f. 77v.

⁷¹ Matthew J. Culligan e Peter Chericí, *The Wandering Irish in Europe. Their Influence from the Dark Ages to Modern Times*, Londres, Constable, 2000, pp. 177-181.

⁷² *Documentos das Chancelarias Reais [...] relativos a Marrocos* [...], vol. II, p. 48. Sobre o desastre de Tânger, cfr. Paulo Drumond Braga, “A expansão no Norte de África” [...], pp. 256-268.

⁷³ Luís Miguel Duarte, “Aspectos menos conhecidos das relações entre Portugal e a Inglaterra [...]”, p. 558. Essa viagem régia tinha como objectivo a conquista de Tânger, mas acabou por se saldar num fracasso militar. Cfr. Paulo Drumond Braga, “A expansão no Norte de África” [...], pp. 275-278.

⁷⁴ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 20v.

⁷⁵ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, ff. 108-108v.

⁷⁶ Lisboa, A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 108v.

⁷⁷ Sobre a empresa militar em causa, cfr. Paulo Drumond Braga, “A expansão no Norte de África” [...], pp. 278-286.

El *partido portugués* en Castilla. Siglo XV

Paz Romero Portilla *

En un trabajo anterior¹ recordaba el exilio lusitano que dio origen al *partido portugués* en Castilla durante el siglo XV. Conocemos la presencia de linajes portugueses en la nueva nobleza castellana a finales de la Edad Media. Algunos de estos exiliados portugueses, pero en mayor medida sus sucesores, fundaron importantes señoríos y colaboraron activamente en la política interior y exterior de Castilla durante este periodo. Recibieron bienes y títulos nobiliarios de manos de los monarcas y algunos llegaron a ocupar importantes cargos en la Corte. Incluso durante la difícil situación castellana del siglo XV; el enfrentamiento entre la nobleza y la monarquía², fueron varios de estos exiliados portugueses y sus descendientes los que manejaron o intervinieron activamente en la política del momento.

Lo he llamado el *partido portugués* porque frecuentemente actuaron en cuestiones referentes a su país de origen, el de su padre o abuelo. No es extraño encontrarlos como embajadores en Portugal, participando en las negociaciones de paz con dicho reino, auspiciando desde el interior de Castilla una política pro-lusitana, o incluso apoyando a Portugal en la guerra de sucesión castellana de finales del siglo XV.

En este sentido destacamos la presencia de tres linajes portugueses: Pimentel, Pacheco y Acuña. Surgen de una nobleza de segundo orden pero en estos años alcanzan gran importancia y peso político: entroncarán con grandes linajes llegando a pertenecer a la alta nobleza, su actuación en la política castellana del momento será decisiva así como su relación con el reino de procedencia de su linaje, Portugal.

En este estudio, por razones de espacio, nos detendremos de manera particular en los linajes Pimentel y Pacheco, y simplemente recogeremos del linaje Acuña algunos datos relevantes.

Desde su exilio de Portugal a finales del siglo XIV, la casa de los Pimentel se vio engrandecida en Castilla con numerosas donaciones y compensaciones de diverso tipo por sus antiguas posesiones portuguesas. Su presencia activa en la política castellana la encontramos con el primer conde de Benavente, Juan Alfonso Pimentel que participó en la reanudación de las treguas entre Portugal y Castilla como miembro del consejo de Juan II. Era ya un caballero de importancia en la sociedad del momento.

Su hijo, Rodrigo Alfonso Pimentel, casado con Leonor Enríquez³, fue un personaje clave en el proceso de ascenso al poder de Álvaro de Luna hasta la expulsión de los infantes de Aragón. Según Suárez Fernández el Condestable de Castilla encontró en el conde de Benavente su primer aliado⁴.

* Universidade da Coruña (España)

¹ “Exiliados en Castilla en la segunda mitad del siglo XIV. Origen del *partido portugués*”, en *Poder y Sociedad en la Baja Edad Media Hispánica*, Estudios en homenaje al profesor Luis Vicente Díaz Martín. Univ. Valladolid, 2002, tomo 1, pp. 519-539.

² El trabajo de Luis Suárez Fernández, *Nobleza y Monarquía: Puntos de vista sobre la Historia política castellana del siglo XV*, Valladolid, 1975, será sin duda un buen referente. (= SUÁREZ, *Nobleza y Monarquía*). Su libro *Enrique IV de Castilla. La difamación como arma política*, Ariel, Barcelona, 2001, muestra cincuenta años de la política castellana del momento. Confrontar también el análisis de Julio Valdeón Baroque sobre los reinados de Juan II y Enrique IV en *Los Trastamaras. El triunfo de una dinastía bastarda*, Madrid, 2001.

³ Hija del Almirante de Castilla, Alfonso Enríquez.

⁴ SUÁREZ, *Nobleza y Monarquía*, p. 122.

A finales de 1420 aparece Rodrigo Alfonso Pimentel entre los nobles que se unieron al rey tras ser “rescatado” del bando del infante Enrique. Poco tiempo después firmó un pacto secreto con Álvaro de Luna para utilizar, si fuera preciso, sus tropas en defensa del rey castellano contra el poder de los infantes de Aragón. En 1422 el conde de Benavente formó parte del grupo de nobles que gobernaba el reino tras la caída del partido del infante Enrique. Se trata de miembros de la nobleza e importantes personajes del reino como el infante Juan, el conde de Trastámara, Fadrique Enríquez, el justicia mayor, Pedro de Stúñiga, el adelantado mayor de Castilla, Diego Gómez de Sandoval, Álvaro de Luna, el contador mayor, Fernán Alfonso de Robles, el arzobispo de Toledo, Sancho de Rojas y Rodrigo Alfonso Pimentel, conde de Benavente que en el reparto de las posesiones de los vencidos, recibió Arenas de San Pedro.

El enfrentamiento continuó ya que el partido aragonés se reagrupó gracias al impulso de Alfonso V, cabeza del linaje, que consiguió liberar al infante Enrique y separar de la amistad de don Álvaro al infante Juan. Esta reconciliación de los hermanos buscaba restaurar la hegemonía de los infantes de Aragón, para lo cual se debía, en primer lugar, constituir una liga de nobles contra el Condestable de Castilla.

En el año 1427, uno de los pocos nobles que se mantenía al lado del Condestable fue el conde de Benavente, que junto con el almirante Fadrique, le propuso formar otra liga semejante a la de los infantes de Aragón, pero don Álvaro prefirió negociar. En este año tuvo lugar el primer destierro del Condestable.

La rápida vuelta de Álvaro de Luna al gobierno, comienzos de 1428, fue debida a la falta de programa político de los infantes de Aragón. Se enfrentó a los infantes con una oligarquía de nobles entre los que se encontraba como una de sus dirigentes al conde de Benavente, quien se encargó de ocupar militarmente el maestrazgo de Santiago. De este momento es el documento que recoge el acuerdo que hicieron Álvaro de Luna, el conde de Haro, el almirante de Castilla, Diego Gómez de Sandoval, el conde de Castro y Rodrigo Alfonso Pimentel para ayudarse mutuamente contra todas las personas del mundo, excepto contra el rey⁵.

El ascenso político y social del linaje Pimentel lo vemos confirmado con el matrimonio del Condestable, en segundas nupcias, con Juana Pimentel, hija del conde de Benavente en enero de 1431*. Gracias a este matrimonio recibió don Álvaro el apoyo de otras familias nobiliarias que le ayudaron a sostener su poder, ya que por su madre Juana Pimentel era sobrina del Adelantado Mayor Pedro Manrique y del Almirante don Fadrique. Se formó un gobierno oligárquico presidido por Álvaro de Luna y del cual participaban, como figuras representativas, el Adelantado Mayor, el Almirante y el conde de Benavente.

En el reparto de títulos y bienes para la nobleza que tuvo lugar en este tiempo, Rodrigo Alfonso Pimentel recibió Mayorga. Fueron muchas las donaciones que se hicieron tratando de reforzar el estamento nobiliario, pero como reflejó Suárez Fernández se originó entonces una gran nobleza que ya no estaba unida por lazos de sangre con la dinastía Trastámara⁶.

Durante los siguientes diez años el Condestable se enfrentará a la nobleza debido a su intento de reforzar el gobierno monárquico. Sus acciones y poder personal provocaron resistencias y algunos de sus antiguos colaboradores, como Rodrigo Alfonso Pimentel, comenzaron a sentirse defraudados. La ruptura total tuvo lugar en 1437 cuando Álvaro de Luna quiso poner fin al sector de disidentes que formaban el Almirante, el Adelantado y Pedro de Stúñiga, conde de Ledesma. Fue un hijo del conde de Benavente, cuñado del Condestable quien avisó al Almirante del peligro.

⁵ A.H.N. Sección Nobleza. Frias, caja 1/29

* *Crónicas de los Reyes de Castilla*, tomo II, *Juan Segundo*, año 1431, cap. II, BAC (Madrid) 1953. (= *Crónica de Juan II*).

⁶ SUÁREZ, *Nobleza y Monarquía*, p. 142.

En un documento de 1438 el rey Juan II autorizó a los grandes del reino a poner solución a los sucesos que estaban ocurriendo en Castilla. En este documento aparece nuevamente Rodrigo Alfonso Pimentel junto a don Álvaro, los condes de Haro, el conde de Castro, Juan I de Navarra y el infante de Aragón⁷.

Por entonces cuando el Condestable luchaba ya abiertamente para establecer su dominio personal, que confundía con la autoridad real. La rebelión se extendió por el reino, los nobles le irán abandonando incluido su suegro, Rodrigo Alfonso Pimentel. Los principales nobles de Castilla formaron una nueva liga y en 1439 tuvo lugar el segundo destierro del Condestable. La liga trataba de eliminar definitivamente a don Álvaro, restablecer la hegemonía aragonesa sobre toda la Península y garantizar un gobierno equilibrado.

En estos años tuvieron lugar las bodas de Beatriz Pimentel, hermana del tercer conde de Benavente, Alfonso Pimentel, con el Infante Enrique⁸, y la del infante Juan, rey de Navarra con la hija del Almirante, Juana Enríquez. Estos matrimonios trataban de fortalecer la unión de los infantes de Aragón con la liga de nobles castellanos.

Tras el golpe de estado de Rámaga de julio de 1443, algunos miembros de la nobleza no aceptaron la prisión del rey por parte de los infantes de Aragón y buscaron su liberación.

Apareció entonces en el escenario político un personaje que fue el protagonista principal de los sucesos del reino castellano hasta su muerte en 1474, se trata de Juan Pacheco.

El linaje de los Pacheco, señores de Ferreira, había llegado a Castilla tras la muerte de Alfonso IV de Portugal cuando Diego López Pacheco, consejero del rey portugués se exilió por temor a las represalias del nuevo rey, Pedro, por su participación en la muerte de Inés de Castro. En Castilla, tras el triunfo de Enrique II, ejerció importantes funciones y recibió el señorío de Bejar. Su hijo fue señor de Belmonte y su nieta, María Pacheco se casó con Alfonso Téllez-Girón, emparentando así con una importante familia castellana, emigrada a Portugal.

La aparición de este linaje en la escena política castellana fue a través de dos hijos de este matrimonio: Juan Pacheco y Pedro Girón. De los dos fue sin duda Juan Pacheco el que más influyó en la política castellana durante el reinado de Enrique IV. Los dos hermanos entraron al servicio del príncipe Enrique, muy pronto consiguieron puestos destacados en la corte.

Juan Pacheco estaba casado con María de Portocarrero, por lo tanto vinculado al Condestable de Castilla por su primera esposa, Elvira de Portocarrero. Los cronistas lo describen como ambicioso, turbio en su conducta y atento a su engrandecimiento. Desde 1440 aparece junto al príncipe Enrique y ya en sus primeras actuaciones se aprecia la ambición personal y la búsqueda del poder oligárquico frente al poder real.

En el enfrentamiento que tuvo lugar el año 1444, Álvaro de Luna volvió a ponerse al frente del movimiento que trataba de restaurar el poder real, encontramos en este bando a Juan Pacheco pero por un motivo bien diferente, su engrandecimiento personal. Frente a ellos encontramos al conde de Benavente que sigue junto con otros nobles castellanos apoyando a los infantes de Aragón. El desenlace final tuvo lugar en mayo de 1445 en Olmedo de donde salió victorioso Álvaro de Luna.

Nuevos problemas aparecen de manos de Juan Pacheco que arrastra al príncipe Enrique a rebelarse y a defender a la nobleza: se perdonó a los nobles que habían colaborado con la liga, entre ellos Alfonso Pimentel, cuñado de Álvaro de Luna, y se otorgaron títulos y bienes a los colaboradores del rey. De entonces es la entrega del marquesado de Villena a Juan Pacheco, además de una serie de donaciones como Medellín, Villanueva de Barcarrota y Salvatierra, castillos en la frontera con Portugal*. Su hermano Pedro Girón, nombrado maestre

⁷ A.H.N. Sección Nobleza. Frias, caja 5/12. Es solamente una pequeña muestra, ya que existe abundante documentación sobre la actividad de Rodrigo Alfonso Pimentel en la política castellana del momento.

⁸ 1443.09.01.

* *Crónica de Juan II*, año 1445, cap. XX, cap. XXII.

de Calatrava, recibió las poblaciones de Urueña, Tiedra y Pobladura, posteriormente consiguió Peñafiel y San Felices de los Gallegos. El marqués de Villena se colocaba en un puesto muy destacado del estamento nobiliario, detrás de Álvaro de Luna. De este modo incrementó su poder y fuerza política en el reino, manteniendo una actitud rebelde y destructiva para conseguir nuevas donaciones.

En 1447 Castilla está nuevamente en guerra, la nobleza se encuentra otra vez dividida con diferencias entre los Enríquez, Pimentel y Manrique. El conde de Benavente como miembro de la aristocracia castellana era partidario de los infantes de Aragón, de los que era también pariente. Álvaro de Luna le hizo prisionero junto a otros miembros de la nobleza, como el conde de Alba, Enrique Enríquez, hermano del almirante, y los principales representantes del linaje de los Quiñones, Pedro y Suero, tras el golpe de Záfraga de 1448. Este hecho dio paso a la *tiranía* del Condestable, el príncipe y Juan Pacheco huyeron de Záfraga y se desvincularon de la actuación de Álvaro de Luna. Prácticamente todos los miembros de la nobleza se dieron cuenta de que Castilla estaba sometida al gobierno del Condestable. Nuevamente el rey de Navarra, Juan, reconstruyó la liga nobiliaria buscando abiertamente la caída de don Álvaro.

En diciembre de 1448 Alfonso Pimentel huyó de su prisión en Portillo y se marchó a su fortaleza de Benavente desde donde luchó contra las tropas del rey y emprendió campañas de ayuda a otros perseguidos⁹. Con todo, la esperada ayuda aragonesa no llegó y Juan II de Castilla se apoderó de Benavente en abril de 1449.

En julio nuevamente se reorganiza la liga de nobles y entre sus miembros encontramos al rey de Navarra, Juan, al príncipe de Asturias, Enrique, a los condes de Benavente, Haro y Plasencia, casado éste último con una sobrina de Alfonso Pimentel, Leonor Pimentel. Pero Juan Pacheco maniobró hábilmente para evitar la victoria de los enemigos de Álvaro de Luna¹⁰.

Alfonso Pimentel se marchó a Portugal en 1449 debido a los problemas políticos del reino castellano, allí pidió carta de seguro al rey lusitano¹¹. La cédula de Alfonso V mandando dar acogida en su reino al conde de Benavente y a los que con él vinieran es de agosto de 1449¹². Durante un año las actividades de Alfonso Pimentel estuvieron en los dos reinos. Pero las acciones emprendidas por el conde contra Castilla obligaron a Alfonso V a expulsarlo de su reino para no comprometer la paz con el reino castellano. De 1450 es la carta de Alfonso V en que le manda salir de su reino¹³, si bien esta carta quedó sin efecto al mediar el rey de Navarra¹⁴. Se reiteró el favor real portugués al conde de Benavente debido al interés del monarca de Navarra y del infante Fernando de Portugal¹⁵. La presencia de Alfonso Pimentel en la corte lusitana sirvió para proponer una alianza con Castilla y para actuar como mediador en los contactos entre el príncipe Enrique y Alfonso V para el matrimonio del heredero castellano con Juana, hermana del rey portugués. El segundo matrimonio del futuro Enrique IV con la infanta Juana fue negociado por el conde de Benavente¹⁶. El enero de 1451 Pedro de Quiñones, en nombre del príncipe Enrique, propuso al conde de Benavente negociar con Alfonso V el matrimonio con su hermana Juana. Alfonso Pimentel en marzo de 1451 remitió un mensajero, Martín de

⁹ Como los señores de Alba de Aliste. *Crónica de Juan II*, año 1448, cap. IV.

¹⁰ “Nunca quiso don Juan Pacheco derribar a don Álvaro, pensando seguramente que su agonía sin fin le permitía a él prolongar el juego de las concesiones acrecentando la plataforma de su futuro poder, mientras que la caída sólo habría de reportarle la aparición de enemigos más fuertes”, Suárez, *Nobleza y Monarquía*, p. 173.

¹¹ 1449.02.28. A.H.N. Sección Nobleza. Osuna, leg. 3909, nº 15.

¹² 1449.08.07. A.H.N. Sección Nobleza. Osuna, carp. 8, nº 21.

¹³ 1450.02.19. A.H.N. Sección Nobleza. Osuna, leg. 3909, nº 7.

¹⁴ Carta de Alfonso V al tercer conde de Benavente del 22 de julio de 1450, en la que hace mención de una carta de su tío, el rey de Navarra, recomendando al conde. A.H.N. Sección Nobleza. Osuna, leg. 3909, nº 20.

¹⁵ 1450.07.22. A.H.N. Sección Nobleza. Osuna, leg. 3909, nº 20. 1450.07.20. A.H.N. Osuna, leg. 3909, nº 19.

¹⁶ 1453.03.27. A.H.N. Sección Nobleza. Osuna leg. 3909, nº 25.

Salinas, al monarca portugués. Por el momento Alfonso V no se quiso comprometer en su favor ya que le había expulsado de su territorio¹⁷. Indicó al conde de Benavente que, aunque se lo pidiese el monarca Juan II, no dejaría de prestar asilo a los enemigos de Álvaro de Luna¹⁸. Con todo, esta alianza reafirmó la posición del conde de Benavente en Castilla y Portugal. Se le devolvieron sus bienes en Castilla por un acuerdo de junio de 1451 en el que participó directamente el príncipe Enrique¹⁹. En junio de 1451 fue nombrado miembro del consejo real de Portugal²⁰.

Por su parte, Juan Pacheco consiguió en noviembre de 1449 que el príncipe Enrique entregara el alcázar de Toledo a su hermano Pedro Girón. Un año después, el heredero de Castilla trató de sacudirse de la tutela del marqués de Villena y curiosamente fue un sobrino del marqués, Rodrigo Portocarrero* quien recibió su confianza. Juan Pacheco se encargó de separar a su sobrino del príncipe, concertándole un matrimonio con una hija bastarda suya y consiguiendo para ellos el condado de Medellín.

En 1452 tuvo lugar la unión de los principales linajes, Stúñiga, Mendoza, Velasco y Pimentel frente al poder *tiránico* de Álvaro de Luna. El marqués de Villena hizo que el príncipe Enrique se mantuviera neutral, siguiendo su ya conocida política de sacar el mayor beneficio de tales situaciones de ambigüedad. En julio de 1453 fue degollado el Condestable. Su viuda Juana Pimentel y su hijo Juan, conde de Alburquerque resistieron algún tiempo con las armas.

Un año después fallecía Juan II de Castilla, tras su muerte Juan Pacheco trató de aumentar sus dominios y mantener al nuevo rey, Enrique IV, bajo su tutela, siempre de acuerdo con los nobles. En definitiva, trataba de debilitar el poder real. En su actuación de estos años destaca la búsqueda de la concesión del maestrazgo de Santiago.

De este momento, cabe destacar la presencia de algunos miembros de otra de las familias de origen portugués, los Acuña. En el proceso de nulidad del matrimonio del príncipe Enrique con Blanca de Navarra encontramos como administrador apostólico a Luis de Acuña. Durante el reinado de Enrique IV otro miembro del linaje, Lope Vázquez de Acuña fue camarero mayor de las armas, oficio recibido de Juan II en 1453. El rey le donó la villa de Huete, de donde fue alcalde de su fortaleza y guarda mayor de la ciudad. Pedro de Acuña, primer conde de Buendía, también fue guarda mayor con Enrique IV.

En el año 1457 comienza lo que podemos denominar el gobierno del marqués de Villena; una política personal, más coincidente con los nobles que tratan de debilitar el poder del monarca. Su programa político podría resumirse en un gran interés por crecer a fuerza de concesiones, deseo de incrementar sus bienes y una clara inclinación a la nobleza, pero tratando de evitar cualquier liga que no estuviese liderada por él. Por tanto, su gobierno no se puede comparar con el de Álvaro de Luna, cuyo programa político podría resumirse en el refuerzo de la autoridad real.

Para asegurarse en el poder Juan Pacheco hizo que Enrique IV firmara pactos con los nobles más comprometidos, como con el conde de Benavente²¹. Estos pactos dejaban la figura real a nivel de los jefes de partido, con ello el marqués de Villena quitó a la monarquía su carácter arbitral y el respeto a la persona del soberano²². El marqués de Villena consiguió hacerse con la voluntad del rey quitando de en medio a cualquier competidor que surgiera.

Juan Pacheco y su hermano Pedro Girón se entrevistaron con los más importantes miembros de la nobleza: su tío el arzobispo Carrillo, el Almirante, el marqués de Santillana, el primogénito

¹⁷ Carta del 19 de marzo de 1451. *Memorias de Enrique IV*, II, pp. 38-39.

¹⁸ Carta del 16 de abril de 1451, dada en Santarem. *Memorias de Enrique IV*, II, p. 39.

¹⁹ 1451.06.28. A.H.N. Osuna, leg. 416, nº 34.

²⁰ 1451.06.23. A.H.N. Osuna, carp. 8, nº 22.

* Hijo bastardo de Pedro Portocarrero, hermano de la mujer de Juan Pacheco, María Portocarrero.

²¹ Con fecha 29 de mayo de 1457.

²² SUÁREZ, *Nobleza y Monarquía*, p. 191.

del conde de Haro, Pedro, Rodrigo e Íñigo Manrique y Pedro Gónzalez de Mendoza, obispo de Calahorra, en esta entrevista no se encuentra presente el conde de Benavente. Enrique IV firmó en agosto de 1461 una reconciliación con la liga nobiliaria donde prácticamente les entregó el poder. Comenzaba así la decadencia de la autoridad real.

La vinculación del linaje Pimentel con Portugal continuó con Rodrigo Alfonso Pimentel, casado con María Pacheco, hija de Juan Pacheco, que al acceder a la titularidad de conde de Benavente heredó el oficio de consejero del rey como lo había tenido su padre²³.

Entre la serie de linajes que se consideraron como grupo destacado del reino castellano encontramos a los de procedencia portuguesa, Pimentel y Pacheco, junto a los Mendoza, Osorio, Velasco, Enríquez, Ponce de León, Cerda, Guzmán y Manrique.

Asistimos en este tiempo a la formación de la Casa de Osuna en los hijos bastardos legitimados de Pedro Girón: Alfonso Téllez-Girón, primer conde de Ureña sucedió a su padre en los oficios concedidos y su hermano Juan fue camarero mayor de la cámara de paños durante el resto del reinado de Enrique IV.

Las maniobras políticas del marqués de Villena desde 1461 estaban encaminadas a debilitar el poder real. Juan Pacheco y el arzobispo de Toledo tenían fuerza gracias al respaldo de la liga nobiliaria. Solamente el linaje de los Mendoza podía enfrentarse a este poder creado por los parientes Pacheco, Girón y el arzobispo Carrillo, en defensa de la autoridad real.

En marzo de 1462 el marqués de Villena estuvo presente en el nacimiento de la hija de Enrique IV. Fueron madrinas de Juana, la hermana del rey, Isabel y la marquesa de Villena, y padrinos el marqués de Villena y el embajador de Francia, el conde de Armañac.

En la entrevista que tuvieron Enrique IV con el rey de Francia en mayo de 1463 fueron acompañantes del rey castellano, al marqués de Villena y el obispo de Burgos, Luis de Acuña.

Un año después, en mayo de 1464, los parientes Alfonso Carrillo de Acuña, Juan Pacheco y Pedro Girón organizaron una nueva liga para desestabilizar el poder real. Fueron muchos los nobles que se adhirieron a ésta, incluido el infante Juan, ahora rey de Aragón. En el enfrentamiento con el monarca, el marqués de Villena y su hermano llegaron a levantar armas frente al rey. En septiembre de 1464 Juan Pacheco convocó una junta de nobles en Burgos, en ella se encontraban los principales linajes como los Girón y Pimentel. La decisión de la junta fue enviada a las ciudades del reino y en ella se acusó gravemente a Enrique IV. El rey decidió negociar con los nobles lo que supuso según afirma Suárez Fernández el primer paso hacia la capitulación total de la monarquía²⁴. En la negociación dirigida por el marqués de Villena consiguió que se le entregase en custodia al infante Alfonso, que sería nombrado heredero, la administración del maestrazgo de Santiago y la participación en el consejo real.

Siguiendo con su doble actitud Juan Pacheco comenzó con nuevas negociaciones con el arzobispo Carrillo para reconstruir la liga de nobles. En ésta se decidió deponer a Enrique IV y proclamar rey a su hermano Alfonso, lo que tuvo lugar en junio de 1465 en Ávila. Los nobles allí reunidos comenzaron un juicio contra el monarca representado en un muñeco vestido de rey: Alfonso Carrillo de Acuña, Diego López de Stúñiga y Rodrigo Alfonso Pimentel le fueron quitando, entre golpes y ofensas, los signos de la realeza. Cuando la institución monárquica en Castilla tocaba fondo, los miembros de los linajes portugueses exiliados fueron protagonistas activos de tan desdichado suceso político. Pertenecieron al bando que apoyó la oligarquía nobiliaria frente a la autoridad real durante el reinado de Enrique IV.

Las maniobras del marqués de Villena le llevaban a cambiar de bando cuando fuera oportuno para su beneficio personal; apoyando al monarca o por el contrario organizando la liga nobiliaria frente al poder real. En la primavera de 1466 llegó a negociar el matrimonio de la hermana de Enrique IV, Isabel, con su hermano, Pedro Girón. Este enlace hubiera ascendido aún

²³ 1461.04.06. A.H.N. Osuna, carp. 8, nº 23.

²⁴ SUÁREZ, *Nobleza y Monarquía*, p. 208.

más a la familia del marqués de Villena en el reino castellano pero, para alivio de la futura Reina Católica, el maestre de Calatrava murió el dos de mayo en Villarrubia de los Ojos, durante el camino que le llevaba a cumplir con su ambicioso propósito.

Resulta curioso advertir como también se llegó a negociar un matrimonio entre el futuro rey Fernando el Católico con un miembro del linaje Pacheco, una hija del marqués de Villena. El rey de Aragón, Juan II, entró nuevamente en la escena política castellana tratando de imponer una vez más la hegemonía aragonesa: Reorganizó la liga de nobles junto con el arzobispo Alfonso Carrillo y, conociendo el peso político en Castilla del marqués de Villena, buscó atraérselo con las negociaciones para el matrimonio de su hija Beatriz Pacheco con su heredero Fernando.

En 1467 el marqués de Villena se adueñó de Segovia, ocasionándole a Enrique IV un fuerte golpe debido al valor que tenía para él dicha ciudad. La infanta Isabel quedó en poder de Juan Pacheco. En Segovia el marqués de Villena se hizo investir maestre de Santiago. Como afirma Suárez Fernández los tres últimos meses del año 1467 fueron los más tristes de la historia medieval castellana²⁵.

Con todo, el tiempo jugó a favor del legítimo monarca que contaba, además de con la adhesión popular, con el apoyo de linajes como los Pimentel y los Stúñiga que volvieron a su obediencia. Las malintencionadas maniobras del marqués de Villena provocan abandonos en sus filas debido, en gran parte, a su ambición de poder y encumbramiento social. Le abandonaron el obispo Fonseca* y los condes de Benavente, Plasencia y Miranda. Con lo cual nuevamente encontramos a los linajes portugueses militando en bando contrario.

Cuando en julio de 1468 murió el infante Alfonso, el marqués de Villena se quedó sin su mejor arma política. Juan Pacheco trató de reconciliarse con el monarca mediante el reconocimiento de su hermana Isabel como heredera. Tuvo lugar entonces los pactos de Guisando. Consiguió así el marqués de Villena tener en su poder a la legítima heredera al trono de Castilla, convirtiéndose nuevamente en árbitro de la situación política del reino.

A finales de 1468 se formó un equipo de gobierno integrado por el marqués de Villena, el obispo Fonseca y los condes de Benavente y Plasencia. El monarca aragonés apoyó el matrimonio de su hijo Fernando con la princesa castellana, Isabel. También trató de buscar la amistad del marqués de Villena con el matrimonio de su hija Beatriz Pacheco ahora con el hijo del infante Enrique.

En 1469 Enrique IV entregó a algunos nobles, entre los que se encontraba Rodrigo Alfonso Pimentel poderes para la sumisión de rebeldes. Tanto Juan Pacheco como el conde de Benavente apoyaron al rey en el enfrentamiento con su hermana Isabel, sin embargo Alfonso Carrillo de Acuña, tío de Juan Pacheco apoyó entonces el matrimonio de Isabel y Fernando. En 1470 Rodrigo Alfonso Pimentel se apoderó de Valladolid. Con todo el tiempo favorecía la causa de los príncipes y comenzaron a recibir adhesiones de ciudades y nobles. Ante el derrumbamiento de la liga nobiliaria, Juan Pacheco formó un nuevo bando con el conde de Benavente, los Stúñiga y los Ponce de León, todas ellas familias que controlaban la frontera de Portugal.

En 1472 Juan Pacheco, que no daba un paso que no fuera movido por el interés, queriendo emparentar con la casa de Mendoza decide casarse con una hija del conde de Haro²⁶.

En septiembre de 1473 el conde de Benavente recibió de Enrique IV el título de duque. Un año después la liga de nobles seguía representada por Juan Pacheco, Rodrigo Alfonso Pimentel y los Stúñiga. A ésta se unió Alfonso Carrillo que abandonaba a los príncipes.

En octubre de 1474 murió Juan Pacheco protagonista principal de la política castellana en los últimos treinta años²⁷. Su hijo Diego López Pacheco, prisionero por Rodrigo Manrique que

²⁵ SUÁREZ, *Nobleza y Monarquía*, p. 221.

* Curiosamente Alonso de Fonseca y Ulloa era nieto de otro exiliado portugués.

²⁶ Mencía la condesa de Haro, era hermana de los Mendoza.

²⁷ El cronista del rey escribió a su muerte: *“¡Oh, Maestre de Santiago, que tanta gargantería é hambre tuviste en este mundo, para abarcar señoríos! ¡tantas congoxas, fatigas y astucias por regir é mandar en Castilla! ¡tantos rodeos disolutos y deshonestas formas para subir a ser Maestre! Dime agora, enemigo de tu alma, dissipador de su fama,*

quería el maestrazgo de Santiago, fue liberado por Enrique IV con la ayuda del conde de Benavente y de Alfonso Carrillo. El rey le confirmó en todas las propiedades de su padre y le nombró maestre de Santiago. A otro de sus hijos, Pedro Portocarrero dejó Juan Pacheco el gobierno de Sevilla, la villa de Moguer y otras tierras en la frontera portuguesa²⁸.

En diciembre de 1474 murió Enrique IV, los albaceas testamentarios fueron el cardenal Pedro González de Mendoza, el duque de Arévalo, el marqués de Santillana, el marqués de Villena y el conde de Benavente.

A finales de año los Mendoza decidieron constituir una alianza para apoyar a los nuevos reyes y encontramos entre los nobles que la forman al conde de Benavente. Por el contrario, Diego López Pacheco se encargó de la custodia de la princesa Juana. De nuevo los linajes “portugueses” en bandos contrarios.

En 1475 el marqués de Villena entró en contactos con Alfonso V de Portugal para su intervención en Castilla, prometiéndole el apoyo de gran parte de la nobleza. Pero únicamente le apoyaron un número reducido de nobles, vinculados en su mayoría por lazos de parentesco, tal es el caso de Alfonso Carrillo de Acuña, Diego López Pacheco, su hermano Pedro de Portocarrero, sus primos Juan Téllez-Girón, conde de Ureña y Rodrigo Téllez-Girón, maestre de Calatrava, y los Stúñiga. Cuando el monarca portugués comprobó la falta de apoyo en Castilla se replegó hasta Toro.

Enfrente se encontraba un ejército reunido por el rey Fernando y entre los nobles que le seguían encontramos al conde de Benavente y a parte de los Acuña. En septiembre de 1475 Rodrigo Alfonso Pimentel realizó una heroica acción y fue hecho prisionero. Su esposa María Pacheco puso todas sus posesiones en manos de los reyes como garantía de fidelidad. Al ser rescatado se le tributó un homenaje. Fueron numerosas las actuaciones del conde de Benavente en apoyo de los nuevos reyes. En dos documentos del año 1476 aparece Rodrigo Alfonso Pimentel como merino de Valladolid y miembro del consejo real²⁹, y además sabemos que se le hizo entrega de la escribanía de Uclés³⁰. Incluso en 1478 fue uno de los padrinos del príncipe Juan, hijo de los Reyes Católicos.

Pedro de Acuña en 1475 era miembro del consejo real y en este año recibió la licencia y facultad para constituir mayorazgo a favor de su hijo³¹. En 1476 obtuvo tierras perdidas por su dueño por haber ayudado al marqués de Villena³².

Poco a poco tuvo lugar la reconciliación de los nobles con los nuevos reyes, que trataron de destruir e impedir la formación de nuevas ligas nobiliarias. En los contactos de los Reyes Católicos con los nobles rebeldes el conde de Benavente estuvo presente para garantizar los contratos. En mayo de 1476 tuvieron lugar los acuerdos con el linaje de los Pacheco, Girón y Carrillo. Primero fueron los hermanos Girón: Rodrigo, maestre de Calatrava y Juan, conde de Ureña. Ellos intervinieron en la reconciliación de su primo Diego López Pacheco y de su tío Alfonso Carrillo de Acuña, los miembros más destacados de la rebelión.

En lo que respecta al linaje de los Acuña, documentos del año 1477 nos muestran los oficios desempeñados por dos de sus miembros: Rodrigo de Acuña fue regidor de Antequera³³, y Pedro de Acuña, conde de Buendía, fue guarda mayor, miembro del consejo real³⁴ y alcalde

perseguidor del Reyno en que naciste é fuieste criado, la pujanza de tu poder, la grandeza de tu estado, las muchas fortalezas é villas que usurpaste, los títulos de nobleza que adquiriste, ¿qué te aprovecharon (...) Pues ¿qué memoria será la tuya? ¿qué renombre dexas a tus hijos? ¿qué fama sonará de ti entre las gentes del mundo, sino que perdiste la vista, usurpando lo ageno? Bastete, pues saber de cierto que dexas feo apellido de tu nombre y mayor infamia de tus obras”.

²⁸ ALONSO DE PALENCIA, *Crónica de Enrique IV*, tomo II, libro X, cap. I, Madrid, 1975.

²⁹ 1476. A.G. S., R.G.S., f. 832.

³⁰ 1476.03. A.G. S., R.G.S., f. 116.

³¹ 1475.02. A.G.S. R.G.S., f. 211.

³² 1476.05. A.G.S. R.G.S., f. 319.

³³ 1477.03. A.G.S. R.G.S., f. 153.

³⁴ 1477.10. A.G.S. R.G.S., f. 44.

mayor de las cañadas de la Mesta³⁵. En un documento de 1478 Lope Vázquez de Acuña aparece como miembro del consejo real³⁶. Y en agosto de 1480 los Reyes Católicos encargaron el gobierno de Galicia a Fernando de Acuña, hijo del conde de Buendía.

Sobre el linaje de los Pacheco, en el año 1480 conocemos dos documentos reales a favor de Diego López Pacheco: un perdón de los Reyes Católicos para él y para “*sus hermanos, e parientes, e criados, e vasallos, e valedores que los han seguido en las guerras e movimientos pasados*”³⁷ y un documento de la reina Isabel en que le confirma su oficio de mayordomo mayor que poseía por merced de Enrique IV³⁸. Otro hijo de Juan Pacheco, Pedro Portocarrero, fue señor de Moguer y Villanueva del Fresno³⁹.

Concluimos afirmando que la presencia de estos linajes portugueses en Castilla en el siglo XV no sólo contribuyó en la formación de su nobleza sino que algunos miembros de estas familias ocuparon un papel decisivo en la política castellana del momento y en particular en su relación con Portugal. Compartiendo la procedencia y los intereses, no resulta extraño – como hemos podido constatar –, encontrarnos una estrecha vinculación entre estas familias y no sólo por vía matrimonial. Estos linajes se convirtieron en algunas de las familias de mayor abolengo de Castilla gracias a las donaciones recibidas, los mayorazgos que se refundieron en ellas, a los títulos que recibieron y a los cargos que llegaron a desempeñar algunos de sus miembros. De manera general estas familias defendieron una política oligárquica frente al poder real. A la presencia de estos linajes y a su actividad política en el reino castellano lo hemos querido llamar el *partido portugués* en Castilla.

³⁵ 1477.03. A.G.S. R.G.S., f. 210.

³⁶ 1478.06. A.G.S. R.G.S., f. 64 y f. 76.

³⁷ 1480.02.22. Toledo. A.G.S. R.G.S., f. 43.

³⁸ 1480.03.02. Toledo. A.G.S. R.G.S., f. 28.

³⁹ 1478.05.27. Sevilla. A.G.S. R.G.S., f. 20.

Los fueros medievales, Ángel Ganivet y el individualismo hispano

Pedro Andrés Porras Arboledas *

En el ambiente finisecular de la España decimonónica pleno de pesimismo provocado por la pérdida de las últimas colonias ultramarinas, los intelectuales españoles se lanzaron a la búsqueda de las claves de la decadencia del país; si se consultan los manuales escolares de Historia utilizados años después – manuales que acabarían creando estados de opinión al respecto –, se aprecia el resultado de las elucubraciones de estos pensadores, que pretendían en especial fundamentar dicho desastre en una suerte de forma de ser de los españoles del pasado o, dicho de otro modo, intentaban explicar el proceso histórico a partir de una especie de psicología colectiva hispana.

Para unos autores habría que remontarse, para explicar ese carácter invertebrado de la sociedad española de que hablaba Ortega y Gasset, al individualismo de las sociedades hispanas prerromanas, que tantos quebraderos de cabeza habían procurado a las tropas de Roma a la hora de la conquista; para otros el antecedente remoto de este individualismo habría que referirlo a las tribus árabes y bereberes asentadas en la España musulmana, que con sus luchas internas dificultaron la cohesión del nuevo Estado hispánico. En fin, cada cual intentó encontrar un hilo conductor que diera solución al problema planteado.

Una de las explicaciones más curiosas en esta peculiar introspección histórica sería la ofrecida por el intelectual granadino Ángel Ganivet. Para este autor la causa de todos los males, de toda la obsesiva afirmación del yo hispánico, ajeno a los intereses de la comunidad, debería buscarse en los fueros medievales. Veamos cuál es la argumentación utilizada.

El párrafo incluido en el *Idearium español* es el siguiente¹:

«El espíritu jurídico de un país se descubre observando en qué punto de la evolución de la idea de justicia se ha concentrado principalmente se atención. Porque los códigos poco valen; tienen sólo un valor objetivo; han de ser interpretados por el hombre. No basta decir que España se rigió por leyes romanas, y luego por leyes romanas y germánicas, y luego por una amalgama de éstas y de los principios jurídicos que el progreso fue introduciendo en las antiguas legislaciones; porque si se miran las cosas de cerca, ha existido y existe, por encima de todo ese fárrago de leyes reales, una ley ideal superior, la ley constante de interpretación jurídica, que en España ha sido más bien de disolución jurídica.

»España no ha tenido nunca leyes propias: le han sido impuestas por dominaciones extrañas, han sido hechos de fuerza. Así, cuando durante la Reconquista se relajaron los vínculos jurídicos, desapareció la unidad legislativa y casi pudiera

* Profesor Titular de Historia del Derecho / Universidad Complutense de Madrid.

¹ Existen infinidad de ediciones sobre esta obra de Ganivet; he manejado las siguientes *Idearium español. El porvenir de España*, Madrid, 1970, 8ª edición, no anotada y sin introducción (la cita en pp. 54-55); *Idearium español. El porvenir de España*, Madrid, 1996, introducción de José Luis Abellán (cita en pp. 74-75); sin embargo, la edición más útil a este respecto ha sido la del hispanista norteamericano Nelson Orringer, *Idearium español y el Porvenir de España*, Salamanca, 1999, anotada detalladamente por dicho autor, con una extensa introducción (cita en pp. 162-163).

decirse que hasta la ley, puesto que los fueros con que se las pretendía sustituir sistemáticamente llevaban en sí la negación de la ley. El fuero se funda en el deseo de diversificar la ley para adaptarla a pequeños núcleos sociales; pero si esta diversidad es excesiva, como lo fue en muchos casos, se puede llegar a tan exagerado atomismo legislativo, que cada familia quiera tener una ley para uso particular. En la Edad Media nuestras regiones querían reyes propios, no para estar mejor gobernadas, sino para destruir el poder real; las ciudades querían fueros que las eximieran de la autoridad de esos reyes ya achicados, y todas las clases sociales querían fueros y privilegios a montones; entonces estuvo nuestra patria a dos pasos de realizar su ideal jurídico: que todos los españoles llevaran en el bolsillo una carta foral con un solo artículo, redactado en estos términos breves, claros y contundentes: “Este español está autorizado para hacer lo que le dé la gana”.

Desde luego, tan peregrina interpretación de nuestro derecho medieval no hubiera pasado de ser una visión más de no ser por haber llamado la atención de distintos hispanistas, que, de un modo o de otro, le han otorgado cierta credibilidad, elevándola a una categoría tal vez excesiva para sus merecimientos. Así, por ejemplo, el historiador Hugh Thomas, al apostillar el título del primer libro de su trabajo *La guerra civil española*, ha elegido el final de dicha cita para ilustrar los orígenes de la citada contienda².

De una forma un tanto más explícita se manifiesta Ian Gibson³; dice el autor hispano-irlandés:

«Sobre el “carácter español”, considerado por Ganivet como radicalmente anárquico, hacía éste un comentario que me llamó mucho la atención entonces y que me ha seguido divirtiéndome a lo largo de los años. Según Ganivet, tal índole anárquica del español es consecuencia del relajamiento de los vínculos jurídicos acaecido durante los largos siglos de la llamada Reconquista. Dichos vínculos fueron sustituidos por los fueros, los cuales, en su opinión, no eran, en realidad, sino la “negación de la ley”. Ganivet razona que este proceso condujo a tan exagerado atomismo legislativo que cada familia castellana quería una ley para ella sola [*transcribe a continuación el final del párrafo mencionado*].

«¡Qué teoría más genial para explicar, si no justificar, la tendencia anárquica de sus compatriotas, la arraigada necesidad de saltarse las leyes impuestas por los demás y afirmar la soberanía del yo! A lo largo de los años tendría miles de ocasiones para comprobar la perspicacia de aquella observación».

Como se puede apreciar, ambos autores aceptan un tanto acriticamente las afirmaciones del abogado granadino, aunque sin darle más importancia que la de la anécdota curiosa.

Sin embargo, Ganivet no era un indocumentado cualquiera; si hemos de confiar en lo que nos dice Orringer, el de Granada había realizado estudios superiores por partida doble a finales del siglo XIX en la Universidad de su ciudad natal. ¿Qué clase de fuentes de información podrían haberle llevado a dicha conclusión? No parece que los estudios de Historia cursados dentro de la licenciatura de Filosofía y Letras incluyeran un estudio detallado de una especialidad en medievalismo ni, mucho menos, una aproximación a las fuentes del derecho local castellano de la Edad Media. Por aquella época tan sólo se contaba con la *Colección de Fueros*

² Se trata de la página 23 de la última edición (Madrid, 2001, tomo I); la primera edición, tanto inglesa como española, procede de 1976.

³ Aunque se trata de unas memorias deliberadamente presentadas como ficticias, no cabe duda de que transmiten las impresiones personales del autor (*Viento del Sur. Memorias apócrifas de un inglés salvado por España*, Barcelona, 2001, p. 100).

municipales y cartas pueblas de los Reinos de Castilla..., elaborada por Tomás Muñoz y Romero y publicada en 1847⁴. Así mismo, también podían consultarse algunos de los trabajos de don Eduardo de Hinojosa sobre instituciones medievales, pero es dudoso que en una Universidad que había creado la primera cátedra de Historia del Derecho, dentro de la Facultad de Derecho, en 1886, Ángel Ganivet pudiera alcanzar a recibir una formación de carácter positivista en estas materias. Todo lo más que cabe pensar que recibiera por la vía de la docencia serían generalidades sobre la historia de la España medieval.

Tampoco parece que su traslado a Madrid en 1888 para doctorarse en Filosofía y terminar su licenciatura en Derecho le permitiera profundizar en los estudios propiamente histórico-jurídicos, máxime si tenemos en cuenta el escaso interés que el Derecho despertó en él y su poco aprecio por la Edad Media, a tenor de su adhesión a la conocida frase programática de Joaquín Costa «Despensa, escuela y siete llaves al sepulcro del Cid»⁵.

En términos generales, el alineamiento de Ganivet con las corrientes idealistas de la interpretación de la Historia y sus particulares visiones de nuestro pasado dieron lugar, ya desde la misma época en que sus escritos vieron la luz, a una constante crítica, como bien recoge Orringer⁶. Un pasaje del mismo autor nos permite conocer con detalle las fuentes de las que bebió Ganivet⁷:

«El Ganivet del *Idearium español* funda su idea del espíritu territorial en la historiografía jurídica romana del investigador alemán Rudolf von Jhering. Además, une la historia política británica (Macaulay, Buckle) con la filosofía positivista francesa (Taine) y la psiquiatría entonces corriente en el país vecino (Pierre Janet y, en menor grado, Théodule Ribot)».

Más adelante, comentando las fuentes de inspiración del diplomático granadino, Orringer concreta las influencias recibidas de las obras de Thomas Babington Macaulay (*The History of England from the accession of James the Second*, London-New York, 1898, 10 vols.) y Henry Thomas Buckle (*History of Civilization in England*, New York, 1890, 2ª ed.), en especial de éste último; es más, a propósito del párrafo de que traen causa estas líneas, la fuente citada por el editor a pie de página procede de la página 107, volumen II, de dicha obra. En otro momento de su introducción, Orringer habla de la dependencia de Ganivet de la obra de Buckle, pero sin caer en el servilismo⁸.

Sea como fuere, lo cierto es que Ganivet, a partir de un substrato aprendido en la Universidad y de las lecturas constatables en su biblioteca personal, elaboró una hipótesis ciertamente peculiar de los fueros medievales y del individualismo hispano en dicha época. Probablemente, con sus condicionantes ideológicos, opuestos a toda consideración materialista, y con el tipo de información histórico-jurídica con que contaba, no resulta nada extraño que llegase a semejante elucubración. Pero, desde nuestro enfoque actual, resulta una conclusión digna de no ser tenida en mayor consideración, a pesar del carácter efectista que pueda tener para algunos.

Desde el punto de vista de un historiador del derecho actual, las premisas en que basa sus asertos resultan más que discutibles. Cualquier derecho recibido adecuadamente en un país,

⁴ Existe una reimpresión reciente, editada también en Madrid, en 1972.

⁵ Sobre las cuestiones biográficas de nuestro personaje, véase la mencionada introducción de Orringer, pp. 31, 41 y siguientes. La obra más completa al respecto es la de Melchor Fernández Almagro, *Vida y obra de Ángel Ganivet*, Madrid, 1952, que no he podido consultar.

⁶ Véanse las páginas 23 a 30 de la mencionada obra.

⁷ Página 18 de la introducción.

⁸ Página 68 de la introducción.

por más que sea de orígenes foráneos, no deja de ser útil y aceptable, tal como ocurrió con el Derecho Romano, primero, en épocas republicana e imperial y, más tarde, durante la Edad Media. La bondad de un sistema jurídico no reside tanto en su carácter nacional como en su utilidad como vehículo para solucionar conflictos o establecer derechos y obligaciones.

Por otro lado, la aparición de los fueros en la Edad Media no obedece a un deseo malsano de individualismo omnipresente, sino a unas condiciones materiales de la existencia, como hoy resulta bien sabido. La dificultad de articular en aquellos momentos un poder regio centralizado llevó a la proliferación de fueros, no tanto personales como locales, pero el proceso histórico no recorrió la vía de una progresiva diferenciación de los estatutos municipales, sino a partir del siglo XII la contraria; un buen ejemplo de ello serían las tradiciones forales de Cuenca o de Toledo.

Además, el poder real discurrió por un camino paralelo, por cuanto se encaminó a una mayor centralización durante la Baja Edad Media, coadyuvando a una pérdida de trascendencia de los fueros y finalmente a su ninguneo por obra de la legislación real. Todo ello sin olvidar el crucial papel desempeñado por la monarquía a la hora de la concesión o confirmación de los textos forales.

Difícilmente se puede sustentar el carácter individualista de los españoles en la tradición foral medieval, por cuanto los fueros no sobrevivieron a la Edad Media al menos en Castilla; en la época siguiente estos textos ocupan un papel muy secundario en el conjunto de las fuentes aplicables, de modo que las diferencias legales entre los distintos pueblos se fueron difuminando progresivamente. Así mismo, desde el punto de vista de los estatutos personales debe tenerse en cuenta que no pocos fueros establecían como uno de sus postulados básicos la igualdad personal entre los distintos vecinos de cada localidad, independientemente de su origen, cuna u otras consideraciones.

Que en la España de finales del siglo XIX existía una fuerte tendencia al individualismo es algo difícil de ignorar, pero atribuirlo a la persistencia de un «espíritu» traído de los fueros medievales no deja de ser una frivolidad o el producto de una profunda falta de información. A mi modo de ver, hubiera sido más fácil recurrir a las causas cercanas – en términos históricos – al fenómeno, esto es, una comunidad que durante siglos se había visto galvanizada con un proyecto exterior (la conquista y explotación de unas colonias ultramarinas), no podía dejar de resentirse en su coherencia interna en el momento en que ese leitmotiv estaba a punto de desaparecer por completo. Restos de dicho individualismo pueden encontrarse en la mayoría de los Estados que han perdido su Imperio; los españoles del siglo XIX o los británicos de nuestros días – y, presumiblemente, el día de mañana los norteamericanos –, serían buenos ejemplos al respecto. Sólo la sustitución de ese elemento galvanizador por otro del mismo calibre podría evitar una disgregación que alcanza a los grupos sociales y a las subentidades nacionales.

Por decirlo de otro modo, no existe tal psicología colectiva inmutable, denominada «espíritu popular» por los idealistas, sino más bien comportamientos sociales fundados en el devenir cotidiano e histórico de los pueblos.

Las *Cantigas de Santa María*: los proyectos musicales de Alfonso X y su valor como fuente histórica

Pedro López Elum *

Desde el siglo V hasta el XIV, la devoción o culto a la Virgen fue en aumento, y así se constata en el canto litúrgico y en la lírica monódica escrita en latín y romance.

Su origen se debe buscar en la proclamación dogmática de María como Madre de Dios en el concilio de Éfeso del año 431. Su culto, que se impone definitivamente con el papa Sergio I (687-701), tendrá su expresión en las procesiones que se realizaban en las cuatro fiestas principales de la Virgen. En Francia comienza su desarrollo en los siglos V-VI. Y en España tal vez por las mismas fechas. Según H. Anglés, “en la historia de la música mariana litúrgica de antiguos tiempos se puede observar un contraste muy singular entre el canto dedicado al servicio de la Eucaristía y el dedicado a Santa María.... Santa María, por el contrario, empezó a ser cantada en las procesiones y en el oficio en tiempos muy antiguos, y más tarde en la lírica latina; en la *Misa*, en cambio, a juzgar por la música conservada, el canto mariano, entró más tardíamente”¹. Si nos fijamos en las fiestas de Adviento, notamos que no es en la *Misa*, sino en el *Oficio*, donde más se entona el recuerdo de la Virgen. La práctica de celebrar la *Misa votiva Beata* en los sábados – siglos VIII-IX – contribuyó a que se consagrara este día a la Virgen. Como resumen pueden servirnos las palabras de K. Amon cuando dice que la devoción a María se manifestó no sólo en las cuatro fiestas – Purificación, Anunciación, Dormición y Natividad –, sino que confirió una impronta mariana al sábado y, además, dio origen al *Oficio parvo* en el marco de la liturgia².

De las dos partes de la liturgia — el *Oficio* y la *Misa* –, el pueblo se verá alejado de la segunda, y el culto a la Virgen quedará casi restringido al primero. La participación popular y la devoción mariana tenían un espacio y contenido muy limitado dentro del marco de la Iglesia y de su liturgia. Todo ese potencial se canalizará a través de la devoción popular.

El ambiente creado por Cluny, y la difusión de los milagros marianos, gracias a Gautier de Compiegne, quien a mediados del XII escribió una de las primeras colecciones del género, ahondaron la devoción a la Virgen. Las nuevas órdenes religiosas de los siglos XII y XIII la acrecentaron. Muchas iglesias, monasterios y catedrales tomaron su nombre y fueron fecundos centros donde se redactaban sus milagros. De ellos irradiarán colecciones que serán conocidas en muchos lugares de la Cristiandad y tendrán amplia difusión y demanda. Recuérdese que en el testamento de Alfonso X, no sólo se aludía a las *Cantigas*, sino a imágenes con “ystorias de fechos de Santa María”³. La Iglesia, institucionalmente, parece quedar al margen de este amplio movimiento mariano.

Todo ello coincidía con el momento en que la lírica musical latina ya había dado paso al canto religioso en lengua vulgar. De esta forma se explica el amplio número de *Cantigas* que se escribieron en el reinado de Alfonso X y la facilidad que existía para encontrar el material – milagros – que se necesitaba. Su temática puede dividirse en dos grupos: las líricas y las narrativas⁴.

* Universidad de València.

¹ Anglés, H., *La música de las Cantigas de Santa María del rey Alfonso el Sabio*, Barcelona 1958, 461.

² Amon, K., “Culto divino, pastoral y vida de piedad”, *Historia de la Iglesia Católica*, dirigida por Lenzenwegwe, Stockmeier, Amon y Zinnhobler, Barcelona 1989, 395.

³ González Jiménez, M., *Diplomatario andaluz de Alfonso X*, Sevilla 1991, 559.

⁴ Filgueira Valverde, J., “El texto”, *El códice “rico” de las Cantigas de Alfonso X el Sabio*, edic. facsímil, Madrid 1982, 42.

Las líricas tienen su antecedente en la himnodia, secuencias, conductus o tropos. Dentro de este género se redactan 66 *Cantigas*. Las narrativas son más extensas y su movimiento parte de un refrán de corte lírico, aunque otros son más prosaicos. La difusión de amplios y extensos repertorios de milagros ponía de manifiesto la facilidad de la intervención mariana. De ahí que, cuando entre 1256-1263 se escriban Las Partidas y todavía no se había terminado el primer *corpus* mariano de Alfonso X, el texto jurídico delimita y define muy bien lo que es un milagro y qué condiciones debía reunir: “Miraçlo tanto quiere decir como obra de Dios maravillosa, que es sobre la natura usada de cada día, e por ende acaeçe pocas veces, e para ser tenido por verdadero es menester que haya en él quatro cosas: La primera, que venga por el poder de Dios e non por arte. La segunda, que el miraglo sea contra natura, ca de otra guisa non se maravillarian los omes dél. La terçera, que venga por merescimiento de sanctidad e de bondad que aya en sí aquel por quien Dios faze. La quarta, que aquel miraglo acaesca sobre cosa que sea sobre confirmación de la fe” (I, IV, 67-68)⁵.

Pero las *Cantigas*, como cualquier otro *corpus* mariológico, olvidará o no tendrá en cuenta ninguna definición, e incorporará, junto a hechos portentosos, otros de menos relevancia e intrascendentes. La redacción de 423 textos literarios que se recogen en la obra de Alfonso X presupone una labor importante de recopilación. Aunque en el siglo XIII, como ya hemos dicho, existían compendios de milagros en todos los centros marianos, el alto número de *Cantigas* y su posterior selección debió ser una tarea no fácil.

La obra cultural de Alfonso X es un fenómeno insólito en la Europa cristiana del siglo XIII. En Toledo o en Sevilla se tradujeron del árabe, o de las lenguas clásicas, obras importantes, y se redactaron manuscritos que atestiguan los avances científicos del momento. Algunas de tales obras fueron ilustradas con multitud de miniaturas. Deberán transcurrir dos siglos para hallar labor comparable a la que desempeñó Alfonso X. Hasta llegar a Alfonso V de Aragón – siglo XV – no encontraremos otro rey peninsular que se le asemeje o iguale. Con este monarca se aprecia una trayectoria más o menos equiparable, aunque las circunstancias eran muy diferentes. La gestión que desarrolla el Magnánimo la lleva a cabo en Nápoles y no es sólo fruto de la actitud personal del monarca, sino también producto del medio geográfico e intelectual en el que está inmerso: una Italia donde el Renacimiento servía de acicate. Pero esos factores tan favorables no concurren en la Castilla del siglo XIII. De ahí el mayor mérito de la tarea de Alfonso X. Sus obras las conocemos a veces con detalle, gracias a la información que nos proporcionan los propios manuscritos. Si era una traducción, se especifica quién la tradujo, y si era una obra inédita quién la elaboró, y el año o años que duró su ejecución. En ocasiones se añadía también el lugar en que se llevó a efecto.

Códices

Actualmente se conocen cuatro códices de las *Cantigas*. El primero de ellos se encontraba en la catedral de Toledo y en el año 1869 fue trasladado a la Biblioteca Nacional de Madrid. Otros dos estaban en la catedral de Sevilla y Felipe II ordenó que los llevaran a la biblioteca de El Escorial. El último está depositado en la Biblioteca Nacional de Florencia.

1. Códice de la Biblioteca Nacional (To).

Debido a que hasta 1869 estuvo depositado en Toledo, se le conoce como códice de Toledo (To). A diferencia de los otros dos, éste presenta unas dimensiones más reducidas y, por lo tanto, resulta más manejable para desplazarse con él mientras se desarrollaba el canto. Igualmente presenta otras diferencias, no sólo de formato, sino de expresión de su contenido,

⁵ Visto en Filgueira Valverde, J., “El texto...”, 42.

ya que parte de su notación no es mensural y no es una obra de lujo. No posee miniaturas; sólo iniciales adornadas y con colores.

2. Códice de El Escorial (j.b.2) (E-1).

Al ser el manuscrito que contiene un mayor número de *Cantigas*, Valmar lo consideró como el “códice príncipe, como más completo y correcto que los otros”⁶. Contiene 416 *Cantigas*, de las que nueve están repetidas y cuatro se presentan sin notación musical.

3. Códice de El Escorial (T. j. I) (E-2)

Es el más lujoso y contiene 1.264 miniaturas. Los colores más utilizados en ellas son el azul, verde, colorado y naranja. La idea originaria de este códice era presentar con música el texto íntegro del milagro, seguido de un comentario en castellano en la parte inferior. Para concluir, se añadían las miniaturas que aluden al argumento expuesto en la *Cantiga*. El códice no llegó a terminarse, como prueba el hecho de que el texto en castellano sólo aparezca en las primeras veinticinco *Cantigas*; algunas miniaturas no se llegaron a completar, y hay espacios que quedaron sin ocupar; la *Cantiga* 113 no presenta música, etc.

Contiene 193 melodías, faltando algunas hojas⁷.

4. Códice de Florencia (Biblioteca Nazionale, Ms. B.R. (a. Sign., II, i, 213).

Consta de 131 folios de pergamino, escrito y miniado con las mismas características de E-2. Es el códice más incompleto ya que está sin concluir en algunas partes. Se trazaron parte de sus pentagramas, pero quedaron todos sin notación musical. Presenta únicamente el texto de 109 *Cantigas*.

El primer *corpus* mariano.

El primer *corpus* mariano se perdió. Actualmente lo conocemos a través del denominado códice de Toledo. Este manuscrito es fruto de una copia realizada hacia finales del reinado de Alfonso X, que reproduce, con cambios que afectan al texto literario⁸ y a la representación de sus signos musicales – *brevis-semibrevis* por *longa brevis* –, el original perdido del primer *corpus* o libro que llevaba el monarca, ya que como tal aparece en la *Cantiga* 209. La composición de la primera parte de este *corpus* debió concluir hacia 1269. El monarca lo dedicó a la Virgen, por lo que Alfonso X redactó un “documento no convencional de donación”⁹. Sus reducidas medidas de 31,5x21,7 cm. y número de folios de 169 frente al segundo repertorio de 361 hojas y con medidas superiores: 40,4x27,5 cm. permite que pueda ser usado cómodamente en procesiones, cosa que no ocurre con el formato más amplio de los manuscritos de lujo.

El segundo repertorio de las *Cantigas*: un nuevo proyecto de recopilación.

La intención del monarca era seguir ampliándolo sucesivamente, y así hará hasta reunir ciento veintiocho *Cantigas*. Pero, llegado este momento, cierra el primer repertorio e inicia una

⁶ Valmar, Marqués de, *Cantigas de Santa María*. Academia Española, 1889, I, 36.

⁷ Para obtener más información véase Anglés, H., *La música...*, (1943) 26-29.

⁸ Mettmann, W., “Algunas observaciones sobre la génesis de la colección de las Cantigas de Santa María y sobre el problema del autor”, *Studies on the Cantigas Santa Maria: Art, Music and Poetry*, Madison 1987, 357.

⁹ Por ello no hay que considerar este texto como una *Cantiga* más a la que le falta la música, aunque se construya como una composición poética. Véase: Montoya Martínez, J., “Sevilla en la lírica gallego-portuguesa del siglo XIII”, *Sevilla 1248*, Sevilla 1998, 599.

nueva colección, que se redactará con valores mensurales. Al primitivo *corpus* no se le añadirían más *Cantigas*, pues se iniciaba uno nuevo. En éste se vertía casi todo el material anterior – 117 *Cantigas* de las 128 que contenía – y se ejecutaba con la nueva escritura mensural. A la vez se incluían nuevos e inéditos milagros. De ahí que hacia 1283 registre más de 400 *Cantigas*.

El manuscrito que recoge el primer *corpus* era sobrio en su plasmación y realización material. A partir de ahora, cada proyecto o nuevo códice que surja verá incrementada su labor de composición, buscando una mayor perfección en el trazado de sus letras, caracteres musicales o representación pictórica. Mientras en el primer cancionero no se especifica dónde y cómo se interpretarían esas melodías, a partir del segundo se define el escenario. El monarca preside la audición en palacio dentro de una sala con arcos ojivales donde no hay ningún objeto de culto. Las personas que ejecutan los instrumentos y los cantores se colocan a su derecha o izquierda. Estos elementos no podían concurrir dentro de un recinto sagrado. El giro o la definición del monarca es muy claro en cuanto a la finalidad de su obra y su música, lo que confirma nuevamente la escasa relación que hubo entre el monarca y la Iglesia en el desarrollo de este género mariológico.

Entre ambos repertorios hay otra diferencia muy importante relacionada con la temática de las propias *Cantigas*. Los autores señalan que en el primero existe una preponderancia de los asuntos generales (Solalinde) y universales (Filgueira), y que tienen su expresión en el conjunto de milagros que se recogen, pues están presentes en otras colecciones (Mussafia). Por el contrario en el segundo destacan los temas internos: luchas contra los musulmanes, conquista de territorios, cuestiones familiares, etc. Se pasa, pues, de una cierta indefinición en el primero a un marcado acento histórico.

La redacción final del códice E-1 se hizo en la ciudad de Sevilla, coincidiendo con los últimos años de vida del monarca y con otras obras de relieve, como “El Libro del Ajedrez”. En todas ellas se va a cuidar el contenido. La presencia de manuscritos con miniaturas es una de las características de estas obras. El códice E-1 recogerá cuatrocientas quince *Cantigas*, en nueve de las cuales la música y la letra se repetirán y en otras cuatro faltará la primera. De sus 402 *Cantigas* completas e inéditas, 117 procedían del primitivo *corpus*, por lo que se tuvieron que añadir 285. Las antiguas lo habían hecho con notación mensural, al igual que las que entonces se incorporaban.

¿Cuándo se copian las últimas *Cantigas*? La *Cantiga* número 280, en referencia a una expedición de Alfonso X a la vega de Granada, dice que a su vuelta el rey convocó cortes en Sevilla. M. González Jiménez alude al “saqueo de la vega de Granada”¹⁰ y Ballesteros añade que “no se conoce ninguna convocatoria de Cortes en Sevilla a raíz del regreso de una campaña victoriosa en la Vega granadina, fuera de la fecha para las cortes de 1281”¹¹. La redacción de esta *Cantiga* hubo de ser, pues, posterior a estos acontecimientos.

Paralelismos con códices extrapeninsulares

La escritura musical mensural en la que se redactan las nuevas *Cantigas* refleja los rasgos que presentan los códices musicales de otros países europeos de la segunda mitad del siglo XIII. Nos referimos a los que se conservan en la Biblioteca Nacional de París. (*Fr.*, nº 846, fol. 35 y 41; *Fr.*, 1050, fol., 29 y *Lat.* 1107, fol. 19 v.)

El tipo de letra es gótico textual, de buena ejecución y con trazados bien acabados. Su escritura se asemeja, en parte, a la de los fascículos que se recogen entre los folios 80-150 del Códice de Montpellier y en el códice de Bamberg, (*Ed. IV*, 6 fol. 11). Besseler dice de este último

¹⁰ González Jiménez, M., *Diplomatario...*, CIV-CVI.

¹¹ Ballesteros Beretta, M., *Alfonso X el Sabio*, Barcelona 1963, 951.

manuscrito – códice de Bamberg – que debió “pertenecer a un círculo musical conservador que se atuvo a los principios de notación expuestos por Lamberto (Pseudo Aristóteles)”¹². La influencia de Lamberto se refleja también en otros códices musicales. Baltzer¹³ la admite igualmente para el códice de Bamberg y para el de Montpellier. Nosotros, basándonos en la transcripción que estamos realizando de las *Cantigas*, creemos que la influencia de Lamberto llegó también al repertorio musical alfonsí¹⁴.

Un nuevo proyecto: los manuscritos con miniaturas.

El monarca quiso disponer de un cancionero mariano que explicara sus milagros por medio de miniaturas. La labor era compleja, ya que exigía más especialistas, más tiempo y trabajo. La confección de estos manuscritos debía contar con dos primeras fases iguales a las realizadas en E-1: fijar el texto literario, y luego la música. La tercera parte de representación necesitaba que letra y música ocuparan mayor espacio para así armonizar entre ambos el dedicado a la parte pictórica. Sabido es que los anteriores repertorios copiaban generalmente una sola vez la música en la letra de la primera estrofa y estribillo. Ahora se hará en un número mayor de estrofas y estribillos, lo cual necesitó de un equipo de personas, cada una de las cuales realizaba una tarea más o menos importante en la representación de las figuras principales y secundarias, paisaje, fondo, etc.

Cuando el monarca decide comenzar el primero de los códices con miniaturas se tenían ya recopiladas casi 400 *Cantigas*. De ahí que se proyecte hacer un primer *corpus* miniado de 200 *Cantigas* y poco después otro que recogiera el resto. Sus resultados se muestran en dos códices. El primero se depositó en El Escorial y, por pérdida de hojas, recoge 193 *Cantigas* con letra y música, y 1246 miniaturas. El segundo está en Florencia y se encuentra inacabado en todos sus campos, especialmente el musical, ya que no se anotó ningún signo.

Contenido de las *Cantigas*: de los temas generales a los particulares.

Se suele afirmar que las *Cantigas* se agruparon correlativamente sin que existiera, salvo excepciones, ningún tipo de planificación, clasificación temática o de contenido. Ahora bien, si el primer repertorio de las *Cantigas* la tuvo, ¿por qué se alteró ese orden cuando esas melodías pasaron al segundo?

Mussafia advierte que, en el códice más antiguo, la “preponderancia en el primer centenar de aquellas *cantigas* cuyo asunto se halla en otras colecciones anteriores de milagros, es signo de un criterio de formación del primer manuscrito, que no se pudo mantener en los siguientes”¹⁵. Así se recogen sesenta y cuatro milagros, de los más difundidos en el mundo cristiano, en las cien primeras *cantigas*, mientras que su número descenderá en el resto de la obra. Véase: diecisiete en las cien *cantigas* siguientes, once entre las *cantigas* doscientas y trescientas y cuatro entre las trescientas y cuatrocientas.

Lo dicho se puede resumir con la expresión de Solalinde al afirmar que “los asuntos generales abundan principalmente en la primera edición de la obra”¹⁶. En ésta – 128 *Cantigas* –, los

¹² Besseler, H., *Dos épocas de la historia de la música: Ars Antiqua – Ars Nova*, Barcelona 1960, 15.

¹³ Baltzer, R. A., “Lambertus”, *Grove*, X, 400: Códice de Bamberg (*Ed. IV. 6*) y códice de Montpellier (H 196).

¹⁴ López Elum, Pedro, *El Corpus inicial de las Cantigas de Santa María escritas en la Corte de Alfonso X*. (Transcritas según las normas musicales de aquel periodo del siglo XIII, y recopiladas por Lamberto en su tratado teórico-musical: *Tractatus de Musica*) (en prensa).

¹⁵ Visto en García Solalinde, A., “El códice florentino de las “Cantigas” y su relación con los demás manuscritos”, *Revista de Filología Española*, V, 1918, 175.

¹⁶ García Solalinde, A., “El códice florentino...”, 176.

milagros procedentes de colecciones extrapeninsulares suponen un 20 %, mientras que los repertorios peninsulares solo aportan un 2,5 %. Los términos variarán en el segundo código E-1. Filgueira Valverde¹⁷ se hace también eco de esta singularidad del primer código de las *Cantigas* diciendo que los temas universales se centran preferentemente en el primer centenar.

Finalmente, habría que destacar que esta primera colección de milagros evita intencionalmente las citas de carácter personal o de contemporaneidad histórica. Esto dificulta o hace difícil –no imposible–, datar la cronología de su elaboración. Cuando se realice el segundo repertorio, el número de *Cantigas* superará las cuatrocientas, y otros criterios moverán a sus redactores. Aparecerán entonces temas de acciones milagrosas que habían ocurrido recientemente, como enfermedades de Alfonso X, acontecimientos de intervenciones marianas que se encuadran temporalmente en los momentos de las luchas contra los musulmanes granadinos, entre los años 1260-1280, etc. Este aspecto es tan importante que se puede decir que las contiendas de los últimos años de la vida de Alfonso X están a veces reflejadas fielmente en las *Cantigas*. De ello, los historiadores se han dado cuenta y las han tomado como fuente en sus investigaciones.

Las *Cantigas* y su utilización como fuente histórica.

A diferencia del primer *corpus*, el segundo, con más de cuatrocientas *Cantigas*, recoge en su narración los problemas o acontecimientos históricos que reflejan las luchas entre cristianos y musulmanes u otros de tipo personal del monarca. Las *Cantigas* como fuente histórica han sido utilizados ya desde hace tiempo. En el siglo XVI lo hizo Argote de Molina en 1588, Ortiz de Zúñiga en 1667, Daniel Papetrochio en 1684, Ballesteros-Beretta en 1918 y 1963, López Aydillo en 1923-25, etc.¹⁸

Dada la meticulosidad con que el cancionero mariano describe ciertos acontecimientos en determinados lugares de la geografía peninsular, es lógico deducir que los historiadores también hayan acudido a esta fuente. Jesús Montoya defiende con argumentos la fidelidad de la fuente afirmando que “hay testimonios que son tan objetivos que difícilmente podrían ser tergiversados. Y aún los que pudieran tener visos de parcialidad dejarían de ser parciales cuando los mismos hechos tuvieran su confirmación en otros documentos”¹⁹. Las *Cantigas* describen ciertos acontecimientos de la lucha contra los musulmanes de forma más fiable y correcta que la propia Crónica de Alfonso X (aspecto que ya puso de manifiesto Ballesteros)²⁰. De ahí que J. Montoya estudie el pacto de Salé a través de la *Cantiga* 328 defendiendo la “veracidad y escrupulosidad de los datos ofrecidos por las *Cantigas*”²¹ o de Jerez de la Frontera tomando como base la información de la *Cantiga* 345, afirmando, después de contrastar su contenido con la *Crónica* del monarca, que es más “verosímil la interpretación que se deduce del análisis del texto de la *Cantiga*”²². Finalmente, la *Cantiga* 328 sirve a este autor para ahondar en la fundación del Puerto de Santa María.

¹⁷ Filgueira Valverde, J., “El texto...”, 43.

¹⁸ Las noticias de este apartado son de: Monoya, J., “Las Cantigas de Santa María, fuente para la historia gaditana”, *Cádiz en el siglo XIII*, Cádiz 1983, 174.

¹⁹ Montoya, J., “Las Cantigas..”, 175.

²⁰ Ballesteros Beretta, M., *Alfonso X el Sabio*, Barcelona 1963, 369.

²¹ Monyoya, J., “Las Cantigas...”, 180.

²² Montoya, J., “Las Cantigas..”, 185.

Enfermedades de Alfonso X y la intervención mariana. Su reflejo en las *Cantigas*.

Las *Cantigas* aluden a cuatro enfermedades que padeció el monarca entre 1275 y 1276, cuando estuvo a punto de perder la vida. Las relata la *Cantiga* 235 refiriéndose a una primera dolencia en Requena de la que temieron muriese, pero que la Virgen lo salvó. Esto sucedió antes de que fuera a Beaucaire en 1275 con la finalidad de ver al papa y renunciar a sus aspiraciones imperiales. Más tarde fue a Montpellier, donde igualmente se resintió su salud y, como los famosos médicos de aquella ciudad no podían curarlo, de nuevo actuó milagrosamente la Virgen. Visita posteriormente algunas ciudades castellanas y de nuevo la dolencia que padeció en Montpellier se reprodujo en Valladolid – marzo 1276 –, con una fiebre que le abrasaba el cuerpo²³. Otra vez sanará por intervención de la Virgen.

Pero la enfermedad más grave le vendría cuando estaba en Vitoria. Dice en la *Cantiga* 209 que tuvo que permanecer un año y un mes en aquel lugar debido a la grave dolencia que le asaltó, y que todos esperaban que falleciera. Ballesteros dice que el monarca exagera su estancia en Vitoria, ya que allí sólo estaría desde agosto de 1276 a marzo de 1277. La fecha se puede fijar más claramente, ya que menciona al rey francés y su marcha contra él. Esto sucedía a finales de 1276.

La primera mención conocida sobre la existencia de un libro o manuscrito que recogía los milagros de la Virgen aparece en la *Cantiga* 209. Como consecuencia del fatal desenlace de la cuestión del Imperio, Alfonso X sufre en el bienio 1275-1276 una serie de graves enfermedades, como acabamos de relatar. De todas ellas, y de sus curaciones milagrosas, la más importante es la de Vitoria. Su larga estancia en esa ciudad, su gravedad y la forma mediante la cual sana, debieron tener, al menos para el monarca, tal importancia que el episodio fue objeto de atención en una sola *Cantiga*. Así, la 209 alude a que estaba tan enfermo que todos esperaban un fatal desenlace. Es entonces cuando, viendo que nada se podía hacer por su salud, ordenó que le trajeran el libro de las *Cantigas*:

“mas mandei o Livro dela aduzer; e poseron-mio, e logo jov´en paz y así inmediatamente sanó”.

Este libro era el que llevaba el monarca, y para esas fechas – año 1276 – recogería el *corpus* de la primera colección mariana de Alfonso X, que correspondería, más o menos, con el que actualmente conocemos como código de Toledo.

²³ Ballesteros Beretta, M., *Alfonso X...*, 788.

Pecado, confesión y sociedad bajo dominio calatravo al final del Medievo

Raquel Torres Jiménez *

Durante los últimos decenios han proliferado las investigaciones sobre la religiosidad medieval del pueblo cristiano, como contribución al conocimiento global de la sociedad occidental en la Edad Media, y como parte irrenunciable de la Historia de la Iglesia tal como hoy se entiende¹. Y por otro lado, es notoria la eclosión de estudios sobre las Órdenes Militares en la misma época, en particular las de la Península, desde múltiples enfoques². Sus fondos documentales permiten conocerlas institucionalmente y, además, estudiar los señoríos que organizaron, bajo distintos puntos de vista; también el religioso. En este caso, nos aproximaremos al territorio, partido o provincia de *Campo de Calatrava*, señorío de la Orden de Calatrava (geográficamente enclavado entre los Montes de Toledo y Sierra Morena³), y en concreto a la *vida religiosa* de sus villas y lugares encauzada por las parroquias⁴ (cerca de 40 hacia el final del siglo XV), en el terreno de la *confesión sacramental* y otros aspectos relacionados con el *pecado*. Recuérdese que la Orden ejerce aquí una jurisdicción que pretende abarcar la religiosidad de los feligreses de unas iglesias de patronato calatravo, exentas o en competencia con la jurisdicción del arzobispado de Toledo⁵.

Una buena vía para conocer la vida religiosa de las tierras calatravas son las *Visitaciones* realizadas por visitadores generales de la Orden a las iglesias, cofradías, ermitas, concejos, etc⁶. El contenido religioso de otras fuentes normativas (*Definiciones*, *Capítulos Generales*) atañe más bien a los propios miembros de la Orden. De los *Libros de Visitaciones* destaca su seriación y su riqueza de datos y referentes mentales; pero también adolecen de formulismos, y la óptica

* Facultad de Letras de Ciudad Real. Universidad de Castilla-La Mancha.

¹ Citamos sólo tres de los más recientes balances historiográficos y reflexiones metodológicas: Iluminado SANZ SANCHO: "Para el estudio de la Iglesia medieval castellana", *Estudios eclesiásticos. Revista teológica de investigación e información*, 73 (1998), pp. 61-77. Miguel Ángel LADERO QUESADA: "Historia de la Iglesia de España medieval", *La Historia de la Iglesia en España y el mundo hispano*, ed.: Univ. Católica de San Antonio de Murcia. Murcia, 2001, pp. 121-190 Y J.L. MARTÍN: "Iglesia y vida religiosa", *La Historia medieval en España. Un balance historiográfico (1968-1998)*. Pamplona, 1999, pp. 431-456.

² Vid. bibliografía en *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica, vol. I: Edad Media* (Congreso Int., coords. R. IZQUIERDO BENITO y F. RUIZ GÓMEZ). Cuenca, Univ. Castilla-La Mancha, 2000, Parte I: "Fuentes y metodología". Y Ph. JOSSERAND: "Les Ordres Militaires dans les Royaumes de Castille et de Léon. Bilan et perspectives de la recherche en histoire médiévale", *Atalaya*, 9 (1998), pp. 5-44.

³ Ocupaba unos 11.470 Km², buena parte de la actual provincia de Ciudad Real. El señorío ha sido objeto de muchos estudios. Como síntesis más relevantes, consúltese en las referencias de la nota anterior las obras de M. CORCHADO SORIANO y, sobre todo, de E. SOLANO y de E. RODRÍGUEZ-PICAVEA.

⁴ Vid. R. TORRES JIMÉNEZ: *Religiosidad popular en el Campo de Calatrava. Cofradías y hospitales al final de la Edad Media*. Ciudad Real, 1989; ID.: "Liturgia y espiritualidad en las parroquias calatravas (siglos XV-XVI)", *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica, I*, pp. 1087-1116.

⁵ En realidad, ambas instancias, la Orden de Calatrava y la archidiócesis, comparten esa jurisdicción y a menudo la duplican. Los conflictos de jurisdicción fueron tratados por J. O'CALLAGHAN: "The Order of Calatrava and the archbishops of Toledo, 1147-1245", en *Studies in Medieval Cistercian History presented to Jeremiah F. O'Sullivan*. Massachussets, 1971, pp. 63-87. Hemos revisado las fuentes en R. TORRES JIMÉNEZ: "Modalidades de jurisdicción eclesiástica en los dominios calatravos castellanos" (ss. XII-XIII), *Alarcos 1195. Actas del Congreso Internacional Conmemorativo del VIII Centenario de la batalla de Alarcos* (coords.: R. IZQUIERDO BENITO y F. RUIZ GÓMEZ). Cuenca, 1996, pp. 433-458.

⁶ Archivo Histórico Nacional, Órdenes Militares, Consejo de Órdenes: A.H.N., OO.MM., Cjo.

calatrava tamiza la realidad. Cronológicamente, su información religiosa sobre los señoríos es tardía, sólo interesante desde el último cuarto del siglo XV (y aún desde 1491 en especial). Aún así, puede prolongarse su empleo: la dinámica histórica de los fenómenos religiosos, y las mismas fuentes, nos llevan a suscribir la propuesta de periodización, muy difundida entre los historiadores de la Iglesia, que entiende como una época unitaria la que va desde mediados del siglo XV hasta mediados del XVI⁷.

La confesión sacramental es el eje de nuestra aproximación a la religiosidad laica; una parcialidad temática forzosa, pero inserta en un enfoque más amplio, la valoración de la actividad supervisora y pastoral de la Orden. Tampoco olvidamos que el tema del pecado es muy sugerente por su conexión no sólo con la historia de la Iglesia y su propuesta moral, sino también con la psicológica y de las mentalidades y con la historia social⁸, el arte y la literatura. Y en esa línea integradora, pensamos que la renovación de la Historia de la Iglesia, tan notable para la “religiosidad popular”⁹, ha de alcanzar la vida litúrgica y sacramental y su encuentro con la vitalidad religiosa del pueblo. Así ocurre en las iglesias parroquiales del mundo rural, un fecundo marco para estudios sobre clero, cultos populares y vida litúrgica¹⁰. En este sentido, la confesión (exponente de nociones sobre pecado, culpa y expiación, y vivida en la parroquia) no es un tema restringido: conduce a comprender la religión *vivida y sentida* por los fieles, y sus parámetros cívico-religiosos.

1. La obligación de la confesión anual y la preocupación calatrava por su cumplimiento.

Carecemos de datos cuantitativos sobre la práctica sacramental de los laicos. Los estudios generales o de diócesis e iglesias locales señalan su escasez¹¹ y cómo se limitaría a la prescripción del IV Concilio de Letrán, 21 (1215), de confesar y comulgar por Pascua, una vez al año (por más que los Confesionales y tratados sobre los sacramentos insistieran en hacerlo más a menudo¹²):

“Omnis utriusque sexus fidelis postquam ad annos discretionis pervenerit omnia sua solus peccata confiteatur fideliter saltem semel in anno proprio sacerdoti et iniunctam sibi poenitentiam studeat pro viribus adimplere suscipiens reverenter ad minus in pascha eucharistiae sacramentum nisi forte de consilio proprii sacerdotis ob aliquam rationabilem causam ad tempus ab eius perceptione duxerit abstinendum”¹³.

⁷ I. SANZ SANCHO: “Para el estudio de la Iglesia medieval castellana”, pp. 76-79.

⁸ J.L. MARTÍN: “Pecado y dominación feudal”, en J. JIMÉNEZ LOZANO y otros: *Pecado, poder y sociedad en la Historia*. Univ. Valladolid, 1992. J. DELUMEAU: *Le péché et la peur. La culpabilisation en Occident (XIII-XVIII ss.)*. París, 1983.

⁹ Han sido muy abundantes los congresos y jornadas sobre el tema. Sólo en los años 2000 y 2001 contamos con “*Religiosidad popular y Archivos de la Iglesia*”, XVI Congreso de la Asociación de Archiveros de la Iglesia en España (Zaragoza-Tarazona, sept. 2000); sus Actas (1ª parte), publicadas en la revista *Memoria Ecclesiae*, XX (Oviedo, 2001). Y las Jornadas *Iglesia y Religiosidad en España. Historia y Archivos* (Guadalajara, mayo 2001), con sus Actas en prensa.

¹⁰ Vid. Pierre BONNASSIE (ed.): *Le Clergé rural dans l'Europe médiévale et moderne* (Actes des XIIIèmes Journées Internationales d'Histoire de l'Abbaye de Flaran, 6-8 sept. 1991). Toulouse, 1995.

¹¹ J. SÁNCHEZ HERRERO: *Concilios provinciales y sínodos toledanos de los siglos XIV y XV. La religiosidad cristiana del clero y pueblo*. Sevilla, 1976; ID: *Las diócesis del Reino de León, s.XIV y XV*. León, 1978; ID: “La religiosidad popular en la baja Edad Media andaluza”, *Homenaje a Alfonso Trujillo*, II. Sta Cruz de Tenerife, 1982. I. SANZ SANCHO: *La Iglesia y el obispado de Córdoba en la Baja Edad Media (1236-1246)*, 1989, 2 v.; ID: *Los sínodos diocesanos medievales cordobeses y la religiosidad del clero y del pueblo* (1991); ID: *La religiosidad del clero y del pueblo según los sínodos murcianos del siglo XIV* (1989). J. MATÍAS Y VICENTE: *Los laicos en los sínodos salmantinos*. Salamanca, 1990.

¹² Por ejemplo, Fray Hernando de Talavera: *Breve forma de confesar reduciendo todos los pecados mortales y veniales a los diez mandamientos*, en M. MENÉNDEZ Y PELAYO (dir.): *Nueva Biblioteca de Autores Españoles*, XVI (*Escritores Místicos Españoles*, 1). Madrid, 1911. Vid. otras noticias sobre Sumas de sacramentos en L. RESINES: *La catequesis en España. Historia y textos*. Madrid, 1997.

¹³ CLCLT – 3. *Christian Latin Texts, Cetedoc, Louanii Noui*. – Concilia oecumenica et generalia Ecclesiae catholicae (medii aevi). – Concilium Lateranense IU a. 1215, constitutio 21, p. 245.

Desde luego, también entre los propios miembros de la Orden de Calatrava parecía extendido el incumplimiento de su deber ir a confesar y comulgar a los Conventos de la Orden en las tres Pascuas de Navidad, Resurrección y Cinquesma (Pentecostés). Reflejan ya ese abstencionismo de los comendadores las Definiciones dadas a la Orden en 1304 por el abad de Morimond Guillermo I¹⁴; lo siguen tratando las Definiciones de 1468, endureciendo las penas¹⁵, y lo confirman Capítulos de la Orden a principios del siglo XVI:

“... e no vienen las Pascuas a los conventos della como son obligados a se confesar e resçebir los sanctos sacramentos ni a los Capítulos Generales que se çelebran aunque son llamados para ellos. Suplicamos a su alteza (...) se guarde con ellos lo que se ordenó en el Capitulo de Seuilla”¹⁶.

Al contrario que ocurre con sus propios miembros, la preocupación de la Orden por la vida sacramental de los fieles del señorío es más tardía, y más aún su concreción por los visitadores, disponiendo medidas y castigos. El Capítulo de Medina (1504¹⁷) denunciaba el pecado de los laicos que dejaban de confesar y comulgar en el tiempo mandado por la Iglesia, y preveía penas pecuniarias; pero esto sólo se plasmó de lleno en las Visitas en la década de 1530 (aparte de las alusiones de 1502). Desde luego, la labor calatrava adoleció de un talante legalista, centrado en lo punitivo, sin medidas pastorales ni admoniciones didácticas sobre la conveniencia de la norma, y el tipo de castigo y sus agentes confundían lo religioso con lo civil. Esto contrastaba con la legislación coetánea de sínodos y concilios, y si en la diócesis de Toledo los arciprestes supervisaban la vida sacramental, y la pena por incumplir el precepto era canónica –excomunió–, en el caso del Campo de Calatrava la pena era monetaria y de cárcel y los encargados de los castigos eran los comendadores, los gobernadores de la provincia y los oficiales concejiles (sólo se requería el concurso del cura para elaborar listados o padrones de los confesados). Al menos, quede constancia de que la Orden –con sus carencias pastorales– se preocupó por el cumplimiento sacramental de los vasallos:

“Otro si los dichos difinidores ovieron ynformaçion que en las villas y lugares de la tierra de la dicha horden los moradores dellas no guardavan las fiestas como devian *ni se confesavan*. Para remedio dello, mandaron que se diese provision ...”¹⁸.

Más tarde, los visitadores ordenan a los curas amonestar a los feligreses en Cuaresma a venir a confesar, y sacar memoria de los transgresores (el gobernador les impondrá una pena

¹⁴ 1304, diciembre 31, Calatrava, Definiciones del abad Guillermo I de Morimond dadas a Calatrava, 1 y 2. Publ. J. F. O’Callaghan: “The earliest ‘Difiniciones’ of the Order of Calatrava, 1304-1383”, *The Spanish Military Order of Calatrava and its Affiliates*. Londres, 1975, Documents, I, p. 262. Y en *Traditio*, XVII, Univ. Fordham, New York, 1961. También en el capítulo 1 de las Definiciones dadas en 1336 por el abad Renaud de Morimond en Alcañiz.- Publ. J. O’Callaghan: *Ibid.*, Documents, IV, p. 274.

¹⁵ Por ejemplo, los infractores ya no sólo han de permanecer sin comer carne durante cierto tiempo, sino que ayunarán totalmente hasta que confiesen y comulguen: “... habebunt se abstinere a vino et pitantia quousque premissa adimpleverint”. – Capít. 5 “Quomodo et a quibus dentur sacramenta”. – 1462, abril 2, Almagro. – Publ. J. F. O’Callaghan: “‘Difiniciones’ of the Order of Calatrava enacted by abbot William II of Morimond, april 2, 1468”, *The Spanish Military Order of Calatrava and its Affiliates*, p.241. Y en *Traditio*, XIV, Univ. Fordham, New York, 1958.

¹⁶ 1523, septiembre 8, Burgos. Capítulo Gral. de Burgos (Auto Capitular: 1525, marzo 25, Madrid). A.H.N., OO.MM., Libros. Manuscritos O. Ctva., Cód. 828 B, fol. 219v. Alude al Cap. Gral. Sevilla 1511.

¹⁷ Francisco de RADES Y ANDRADA: *Chronica de las tres ordenes y Cavallerias de Santiago, Calatrava y Alcantara: en la qual se trata de su origen y mas notables hechos en armas de los Maestres y Cavalleros dellas*. Madrid, 1572, capít. XXXIX, fol. 83r. Carecemos del texto del Capítulo de Medina del Campo, pero el de Sevilla de 1511 se remite a él al tratar este punto.

¹⁸ Capít. General 1511, marzo 8, Sevilla. A.H.N., OO.MM., Ls. Mss. Ctva., Cód. 813 B, fol. 51r.

que disfrutarán los comendadores). Pero las exhortaciones pastorales se limitan a invocar el precepto de la Iglesia, ponderar el daño para el alma que el pecado supone y alentar a los clérigos a ser diligentes:

“Ansymismo fuy ynformado que munchas personas desta villa, hombres e mugeres, no se confiesan e comulgan como son obligados por preçebto de la santa madre Yglesia, aunque son amonestados para ello, lo qual es *en muncho danno e peligro de sus animas e conçiencias*. Por tanto, por lo evitar e porque es justo que los tales sean apremiados con la pena para lo conplir como son obligados, de parte de su magestad e horden *mando al cura* de la yglesya desta villa que de aqui adelante, en cada un anno *amoneste e llame a sus feligreses e perrochanos por la quaresma que se vengan a confesar e comulgar en el tienpo que son obligados*, e a los que vinieren les administre los santos sacramentos con toda diligencia e cuydado, teniendo en la yglesia buen recaudo de confesores ...”¹⁹.

2. Algunas noticias positivas sobre la práctica de la confesión sacramental.

Carecemos de datos sobre la frecuencia de la recepción del sacramento de la confesión (en “matrículas” o padrones). Como queda dicho, su práctica se vería muy limitada, y lo testimonio la denuncia calatrava en las visitas sobre los fieles que se abstendían de cumplir el precepto pascual.

Ahora bien: esa denuncia (como la de los pecados públicos, y otras) se recoge estereotipada en las inspecciones, lo que no garantiza su fiabilidad total; aquéllas, lógicamente, se centran en lo negativo, dada su naturaleza correctora. Frente a ello, recogemos otras noticias, dispersas y referidas a otras cuestiones (necesidades de los templos, inventarios de sus libros, testamentos, provisión de clérigos...), que matizan lo anterior, pues resultan ser indicios positivos de la práctica de la confesión en las iglesias parroquiales. Se refieran sólo a las anuales o no, permiten vislumbrar la realidad de una dinámica parroquial donde las transgresiones pasan a primer plano cuando –en sínodos y concilios, o en visitas– se trataba de corregir la infracción de la norma eclesiástica²⁰.

– **La figura de los confesores particulares.** Cierta testimonio de 1401, el testamento de Pedro Ruiz, vecino de Almagro (la villa más importante del Campo de Calatrava, sede de residencia de los maestros desde mediados del siglo XIII), muestra que entre los cristianos laicos medios²¹ la práctica de confesar podía ser frecuente. Tanto como para tener *su confesor*, considerarlo así y confiarle encargos *pro anima*. La figura del confesor queda bien diferenciada del cura de la iglesia parroquial de San Bartolomé, de la que el testador es feligrés:

“Primeramente mando mi anima a Dios verdadero que la crió e el mi cuerpo a la tierra, e mando al cura dos maravedis e a Iohan Garçia, mi confesor, tres maravedis,

¹⁹ 1537, noviembre 24, Ballesteros. Mandamiento al concejo. Ibid., Cjo., Ctva., Leg. 6.079, n. 1, fols. 163r-163v. Vid. visitas a Aldea del Rey, Moral, Malagón, Alcolea, Miguelturra, Bolaños, Villarrubia, Valenzuela, Torralba, etc. (Ibid., Legs. 6.079 y 6.080).

²⁰ Véanse las reflexiones de A. GARCÍA Y GARCÍA sobre las “Claves interpretativas” necesarias al historiador de la religiosidad para abordar la información de los textos sinodales: “Religiosidad popular y festividades en el Occidente peninsular”, en *Fiestas y liturgia, Fêtes et liturgie* (Actas del Coloquio de la Casa de Velázquez, 12/14-XII-1985). Madrid, 1988, pp. 45-51 en especial.

²¹ El testador es un seglar cuya condición profesional ignoramos –no parece desempeñar cargos concejiles ni poseer una condición jurídica especial–, aunque de posición económica desahogada; está casado, sin hijos pero con relaciones familiares intensas; es piadoso y se preocupa por la salvación de su alma y la de sus parientes, pero no parece pertenecer a ninguna de las muchas cofradías existentes en Almagro.

e al sancristan çinco dineros que mando a la iglesia de Sant Bartolome (...) E mando que diga el cura veynte misas, e el dicho Iohan Garçia dies e ocho misas”²².

El tratamiento dado al confesor no es privilegiado; el testamento diversifica las mandas y los encargos de oficios a múltiples centros de culto, como era costumbre²³. Pero Juan García, bien singularizado por su nombre²⁴ (al contrario que los otros clérigos, identificados sólo en función de sus ministerios), ha sido el confesor habitual de un cristiano de a pie y entre ambos se ha creado un lazo afectivo. Sin aventurar que existiera “dirección espiritual”, el dato indica que entre los seglares la confesión podía ser una práctica *no* postergada hasta la hora de morir o limitada al cumplimiento anual ritualizado, sino más frecuente y con alguna carga de interiorización personal.

– **Infraestructuras en los templos: mobiliario para las confesiones.** Que se administraba el sacramento de la penitencia, de modo privado y auricular, lo demuestra la existencia de muebles y asientos *ad hoc*. Los últimos (que no usarían los penitentes, seguramente arrodillados, sino los confesores, revestidos con alba y larga estola) son registrados como “*quatro syllas para confesar*”, o “una sylla de madera para confesar”²⁵. Si escasean las menciones, es seguramente por la irrelevancia de los objetos en sí. Sólo los citan inventarios minuciosos, que por añadidura indican su uso. Tal exhaustividad es infrecuente y tardía, más propia de la década de 1530 que del final del XV.

Igualmente, sólo hay una referencia a *confesonarios*, y es que obedece a cierta circunstancia ocurrida en la iglesia de Santa María la Mayor de Daimiel que llevó al visitador a ordenar su instalación. Seguramente, se conocería el confesonario como recinto aislado donde el sacerdote escucha las confesiones, pero al parecer era más propio de los monasterios:

“Y porque me paresçio que convenia al serviçio de Nuestro Sennor, e bien de la animas de los christianos que se van a confesar en la yglesia desta villa, e sosyego e reposo de los confesores, que oviese en ella *quatro o seys confisyonarios* de madera como / estan en los monesterios de los religiosos, porque mas sin enpacho e peligro puedan estar los penitentes manifestando a los saçerdotes sus culpas e pecados. De parte de su magestad e horden mando que hagays hazer los dichos confesyonarios çerrados, e que el saçerdote este de una parte e el penitente de otra, aviendo una ventanilla pequenna de red por donde el clerigo pueda oyr lo que el penitente dixere, e se pongan e asyenten los dichos confesyonarios en los lugares que mejor paresca que estaran en la dicha yglesia, lo qual haga el mayordomo della dentro de un mes, so pena de mill maravedis para los hazer a su costa”²⁶.

– **Situaciones colectivas creadas en los templos en los tiempos de las confesiones.** Precisamente el texto recién transcrito, con la denuncia implícita de ciertos sucesos, sugiere que las

²² 1401, mayo 5, Almagro. Inserto en un traslado de 1401, octubre 21, Almagro (compraventa de ciertas casas).- A.H.N., OO.MM., Cтва., Secc. Diplomática, Carp. 466 P, núm. 283.

²³ El testamento señala una buena serie de beneficiarios de mandas piadosas, entre los que reparte las 70 misas que manda (sólo 18 encarga al confesor): su parroquia de San Bartolomé y cuatro ermitas en Almagro, el Convento de Calatrava, la catedral de Toledo, la “Cruzada del rey”, el priorato de Zuqueca, Santa Eulalia de Barcelona, la iglesia de Santiago en el cercano núcleo de realengo de Villa Real y, también aquí, conventos de Órdenes Mendicantes (el de San Francisco) ausentes en el señorío calatravo.

²⁴ Ignoramos la razón de que fuera él y no el rector parroquial quien actuara como confesor del testador. Parece un presbítero secular o “clérigo de San Pedro”, probablemente un capellán adscrito a la iglesia parroquial (con licencia para oír confesiones), y no un fraile regular ni tampoco un clérigo calatravo.

²⁵ En 1539, iglesias de Villarubia y de Torralba. A.H.N., OO.MM., Cjo., Cтва., Leg. 6.079, respectivamente núm. 26, fol. 473r; y núm. 23, fol. 131r.

²⁶ 1539, febrero 6, Daimiel. Ibid., Leg. 6.079, núm. 26, fols. 424r-424v.

confesiones eran vividas de forma *colectiva*, probablemente en Cuaresma, con actitudes y situaciones que explican las cautelas del visitador. El mandato pretende garantizar la tranquilidad de las confesiones y evitar inconvenientes y obstáculos (“enpacho e peligro”) que quizás tenían que ver con la salvaguarda del secreto e incluso de la honestidad. Si los confesores carecían de “sosyego e reposo”, ello evoca escenas de algazaras, desórdenes y, tal vez, aglomeraciones para escuchar a los que se confesaban o alboroto entre quienes esperaban. Los “quatro o seys confisyonarios” aluden a la *celebración simultánea* de varias confesiones, lo que concuerda con recomendaciones sinodales de recabar más confesores en Cuaresma y Pascua²⁷ y también con el encargo de los visitadores calatravos de “tener buen recabdo de confesores” para entonces en las iglesias²⁸.

Se deduce que tenían cierto éxito las amonestaciones de los curas a sus feligreses sobre su deber de acudir a confesar por Cuaresma para después comulgar. Y creemos que es notable este testimonio sobre las escenas que podían producirse entonces en los templos²⁹. El carácter bullicioso que terminarían adquiriendo las confesiones no ha sido documentado en otros estudios; pero el considerar la obligación de confesar como acto colectivo está en plena sintonía con las concepciones existentes en la época sobre la vida sacramental y los *deberes* hacia Dios, que recaen al menos tanto –si no más– en la comunidad cívica como en el individuo.

– **Algunas penitencias impuestas en las confesiones y su cumplimiento.** La *culpa* del pecado se perdona con la absolución, pero la *pena* exige una reparación o *penitencia*. Los confesionales recomendaban el ejercitarse en la virtud contraria al pecado cometido³⁰, y esta expiación espiritual no deja huella documental. En cambio, sabemos de otras penitencias impuestas (clásicas en la ascética cristiana, limosna y oración); la limosna en el contexto de las “obras de misericordia” tan valoradas como reverso de los vicios, y la oración litúrgica por excelencia, la misa:

“... e mando que digan dies misas que tengo en cargo de penitencia (...) e mando que den de comer a dies pobres pan e vino e carne que tengo en cargo de penitencia”³¹

El dato testamentario remite a la práctica de las confesiones y a los tipos de penitencias impuestas. Pero también a la costumbre de postergar su cumplimiento, aún hasta después de morir. (En las actitudes ante la muerte, de “larga duración”³², el uso perdura siglos después³³.) Los fieles eran negligentes para con ese último requisito de la confesión, aunque próximos a morir sí valoraban las penitencias pendientes, como una deuda por satisfacer. Deducimos que la convicción sobre la necesidad de la expiación era débil; si en la tradición doctrinal el perdón del pecado requiere contrición, confesión y satisfacción, algunos no vinculaban las primeras con última.

²⁷ Sínodo diocesano de Alcalá 1480, 16.- Publ. J. SÁNCHEZ HERRERO: *Concilios Provinciales y Sínodos Toledanos de los siglos XIV y XV*, Apénd. documental, p. 313.

²⁸ 1537, noviembre 24, Ballesteros. Ibid., Leg. 6.079, núm. 1, fol. 163r.

²⁹ El visitador (6 de febrero) no fue testigo de estos sucesos en Cuaresma, pues en 1539 el Domingo de Pascua fue el 6 de abril (S. A. GARCÍA LARRAGUETA: *Cronología Edad Media*. Pamplona, 1976, Tablas de sincronismos, p. 100 ss.), así que la Cuaresma comenzó el 19 de febrero, Miércoles de Ceniza. En todo caso, aún siendo preventivo, el mandato reflejaría una experiencia, o un estado de cosas común.

³⁰ Insiste en ello el obispo segoviano Pedro de Cuéllar, que incluye en su *Catecismo* un tratado de confesores: restituir lo robado, “e si el saçerdote, si omne pecó por sobervia póngale en penitencia humildat; e esso mismo en otros pecados, siempre lo contrario”.- Publ. J.-L. MARTÍN y A. LINAGE CONDE: *Religión y sociedad medieval. El Catecismo de Pedro de Cuéllar (1325)*. Salamanca, 1987, p. 203.

³¹ 1401, mayo 5, Almagro. Testamento de Pedro Ruiz, vecino de Almagro.- A.H.N., OO.MM., Ctva., Secc. Diplomática, Carp. 466 P, núm. 283.

³² E. MITRE: *La muerte vencida: imágenes e historia en el Occidente medieval (1200-1348)*. Madrid, 1988, p. 139.

³³ “...mando se me digan por mi alma, intencion y *penitencias mal cumplidas* ciento diez misas rezadas de la limosna de quatro reales”, dirá una mujer mucho después. 1801, enero 5, Ciudad Real. Testamento de Irene Merino. Archivo Histórico Provincial de Ciudad Real, Protocolos Notariales, Leg. 326 bis, fol. 5v.

– **La tarea de confesar, valorada y vinculada con la exigencia de rectitud moral y doctrinal para con los clérigos.** En la mentalidad calatrava, los confesores, por ejercer como tales, están obligados a dar testimonio de vida y doctrina. Parece que el oír las confesiones se tenía como una parte importante de la cura de almas. Bastantes visitas del final del siglo XV incluyen mandatos calatravos a los oficiales concejiles sobre los requisitos legales que deben reunir los clérigos para ser admitidos al servicio de las iglesias (ciertos “título e provision”). Pues bien, aluden también a la necesaria calidad ética y doctrinal de tales curas y capellanes –que se pretende vigile el concejo–, y lo interesante es que la exigencia la fundamentan en su tarea de confesar (“castigar”):

“Asy mismo mandamos a los dichos cura e capellanes que agora son o serán de aqui adelante, que asy proveidos residan e syrvan la dicha yglesia onesta e linpiamente (...), viviendo con la honestidad y dotrina que deven, *pues que aquellos que han de castigar* convyene que sean syn culpa para que no ayan de ser reprehendidos”³⁴.

Igualmente, a los propios curas y a los capellanes los visitantes les recordaban su deber (entre otros) de vivir honestamente, dando *buen ejemplo* al pueblo en vida y enseñanza, “porque los que a otros han de castigar conviene que sean syn culpa e reprehension en su vida e dotrina”³⁵.

– **La disponibilidad de Confesionales.** Cabe preguntarse por la preparación de los sacerdotes para administrar el sacramento. Pues bien: consideramos de gran interés la constatación de que estas iglesias de villas rurales o semirurales contaban con *manuales de confesores* enormemente difundidos dentro y fuera de la Península Ibérica desde las primeras décadas del siglo XV. En efecto, bastantes inventarios del final de ese siglo y comienzos del XVI incluyen dos tratados de carácter teológico, pastoral y catequético, que con la doctrina del sacramento incluían guías para interrogar al penitente, consejos para discernir los pecados y su gravedad, exhortaciones al pecador... El primero es el llamado en nuestros inventarios “Sacramental de Valderas”: era el muy consultado *Sacramental* (1423) *de Clemente Sánchez de Vercial* (1370-1426 ó 1434), canónigo de la catedral de León y arcediano de Valderas. La fama del “Catecismo” (más canonístico y clerical que otros, según Linage) trascendió a Portugal: el cardenal-infante Don Enrique, arzobispo de Braga, lo convirtió en catecismo obligado para su diócesis tras mandarlo imprimir en 1539³⁶. El segundo es la *Suma Defecerunt* de *San Antonio de Florencia*; un confesional del inicio del siglo XV para ayudar a los sacerdotes con su doctrina canónica y teológica y con una amplia casuística³⁷.

3. Nociones sobre la confesión y el pecado, el perdón y la expiación.

Se ha de matizar la predisposición a adjudicar un bajo nivel de práctica sacramental a los laicos (y una escasa formación al clero parroquial *rural*) en iglesias como las del Campo de Calatrava. A pesar de la Orden, que empeñaba su lucha mucho más contra los pecados *públicos* de amancebamiento, blasfemia, juego, etc., por su dimensión social- delictiva, en contraste con el legalismo exhibido para corregir la abstención de confesar y comulgar. Había seglares con confesor propio (¿de confesión frecuente?), que podrían sintonizar con el carácter *religioso*

³⁴ 1493, marzo 6, Valdepeñas. A.H.N., OO.MM., Cjo., Ctva., Ibid., Leg. 6.075, núm. 17, fol. 238v.

³⁵ 1491, febrero 16, Valdepeñas. Ibid., Leg. 6.075, núm. 3, fol. 40v.

³⁶ N. RIBA: “Sánchez de Vercial, Clemente”, en *Diccionario de Historia Eclesiástica de España*, 4. Madrid, 1975, p. 2.172. Luis RESINES: *La catequesis en España. Historia y textos*, p. 159, n.8. J.L. MARTÍN y A. LINAGE CONDE: *Religión y sociedad medieval. El Catecismo de Pedro de Cuéllar (1325)*, pp. 103-104; 105; n. 405.

³⁷ Fue dominico y arzobispo de Florencia. El tratado fue muy conocido. Entre otras referencias: F. RAPP: *La Iglesia y la vida religiosa en Occidente a fines de la Edad Media*. Madrid, 1973, p. 93.

del sacramento, vivido como *oportunidad* y no sólo como *deber*. En contraste, es posible que las confesiones anuales semejaran una bulliciosa aglomeración de gentes esperando su turno. No con meditada solemnidad, sino como un rito colectivo necesario; y entonces, sería dudosa la interiorización del sentido del sacramento, del perdón y su gratuidad, de la mediación de Cristo. Con todo, parece que daban fruto las exhortaciones clericales para que los fieles acudieran a la confesión previa a la preceptiva comunión pascual. Sin embargo, las demoras en cumplir las penitencias, incluso hasta después de morir, muestran que no se vinculaba claramente la reparación personal con el perdón. Incluso aparece vista la penitencia como algo que impersonalmente tiene que *quedar hecho*, a modo de compensación objetiva. Del lado de los clérigos parroquiales, hay indicios de que exhortaban a los fieles a cumplir la obligación anual, y la administración de este sacramento era muy valorada (al menos, por la jerarquía calatrava), tanto como para exigirles *ejemplaridad* en vida y en saber.

En un contexto más amplio, la poca práctica de la confesión (aunque seguramente mayor de lo prejuzgado) no supone carecer del sentido del pecado y la Redención. Pero estas creencias se expresaban también en otras prácticas más proyectadas colectiva y externamente: cofradías y culto a imágenes, encargos de misas y mandas piadosas, bulas de perdones... Reflejan la convicción sobre el premio o castigo en la otra vida, y la conciencia del pecado y de la responsabilidad personal. (Cuestión diferente es el amplio margen de tolerancia social hacia los pecados públicos.) Pero al final del siglo XV y en las primeras décadas del XVI, la confesión privada —que podría promover la introspección espiritual y formar las conciencias— no parece verse entre los seglares como el modo privilegiado de obtener el perdón, y en nuestra zona la acción eclesial jerárquica de la Orden de Calatrava tampoco lo favoreció.

Normas sobre lutos y entierros en Toledo en los siglos bajomedievales

Ricardo Izquierdo Benito *

Desde hace ya unos cuantos años, al socaire de la difusión que tuvieron las corrientes historiográficas conectadas con la Historia de las Mentalidades, se vienen publicando diversos trabajos sobre el tema de la muerte en la Edad Media. Es innegable la importancia que la muerte, y todo lo relacionado con ella, ha tenido en todas las sociedades y en todos los tiempos, y los siglos medievales no fueron una excepción. Ello ha supuesto que en torno a este irremediable fenómeno universal se generase entonces una abundante literatura, de muy diverso contenido pero de evidente corte religioso por la trascendencia que para el cristianismo tenía la muerte como un paso hacia otra vida futura. Algunos historiadores que se han aproximado al conocimiento de este tema, lo han podido plantear bajo distintas perspectivas y con denominaciones cuando menos llamativas y sugerentes: “la muerte vivida”, “la muerte vencida”, etc.

Todo lo relacionado con el ritual funerario, tanto a nivel eclesiástico – exequias, misas, entierros, etc – como a nivel de tradiciones y costumbres – duelos, llantos, lutos, etc. – ha quedado recogido en una heterogénea pero valiosa documentación. A no olvidar tampoco la plasmación material de la muerte – cementerios, enterramientos, etc. – que también puede proporcionar un complementario campo de investigación. En definitiva, los historiadores interesados por este tema pueden contar con una información diversificada para intentar reconstruir los más variados aspectos relacionados con la muerte y todo lo que en torno a ella se generaba.

La Iglesia, en principio, tendió a no prestar una excesiva atención al hecho de la muerte, considerándolo como algo natural, algo que tenía que ocurrir, un simple tránsito entre este mundo y el del más allá, tras la resurrección. Esta se presentaba así como una de las claves fundamentales del cristianismo, el definitivo triunfo de la vida sobre la muerte. Por ello, no tenía por qué tener mayor trascendencia y no tenía que estar asociada a ningún ritual, cuando menos excesivo. Sin embargo, a nivel popular, se desarrollaron toda una serie de costumbres, algunas de ellas muy posiblemente con un origen precristiano, que la Iglesia adaptó y consintió, pero siempre procurando controlarlas para que todo lo relacionado con la muerte no quedase excesivamente magnificado¹. En ocasiones, para ejercer ese control recurrió a los poderes públicos para que éstos tomaran las correspondientes medidas, tendentes a procurar limitar algunos comportamientos que se consideraban abusivos. Sin embargo, el impacto de la muerte en todos los sectores sociales era evidente, y todo el ritual que en torno a ella se había generado y consolidado, estaba tan arraigado que era muy difícil poder erradicarlo por muchas medidas que se quisiesen tomar. Con ese ritual, en definitiva, los vivos pretendían mostrar externamente su dolor por los difuntos de su familia – luto –, pero también procuraban garantizarles – misas – una plaza en la vida futura, aspecto éste en el que la Iglesia asumía un evidente protagonismo como intermediaria para conseguir tal fin.

En este breve trabajo queremos presentar, a través del análisis de dos documentos conservados en el Archivo Municipal de Toledo, algunos aspectos relacionados con el comportamiento

* Universidad de Castilla-La Mancha.

¹ Para algunos de estos temas vid. los trabajos de Ana Arranz Guzmán: “La reflexión sobre la muerte en el medio hispánico: ¿continuidad o ruptura?”, en *En la España Medieval, V, Estudios en memoria del profesor D. Claudio Sánchez Albornoz*, vol. I., 1986, p. 109-124 y de Emilio Mitre Fernández: “Las actitudes del hombre ante la muerte”, en *La Otra Historia: Sociedad, Cultura y Mentalidades (Ed. De César González Mínguez)*, Bilbao, 1993, p. 25-36.

de la población toledana ante la muerte, en los siglos XIV y XV. Algunos de los comportamientos se consideraron excesivos, por lo que el Ayuntamiento tuvo que tomar una serie de medidas, pregonadas por la ciudad, para evitarlos o, cuando menos, limitarlos. Aunque se trate de prohibiciones – tendentes a establecer una normativa – a través de ellas se pueden entrever algunas de las costumbres que en Toledo se manifestaban en el entorno familiar de una persona que fallecía. Por lo cual, consideramos que la información que se extrae de estos documentos puede suponer un aporte significativo para todos los estudiosos de este tema. Por ello, como complemento ilustrativo, presentamos su transcripción al final, a modo de apéndice documental.

El primer documento corresponde al año 1357 (doc. 1 del apéndice documental). En él se nos narra cómo, el 19 de junio de aquel año, el Ayuntamiento de Toledo, reunido en la iglesia de El Salvador, elaboró un ordenamiento, que se mandó pregonar por la ciudad, “sobre la onrra de los enterramientos de los omes e sobre que non fizieren llanto nin vistiesen duelo por los finados”. Se trataba de regular todo lo relacionado con el duelo, el luto y demás costumbres asociadas a todo el ritual fúnebre que, de una manera más o menos espontánea, se desarrollaba cada vez que se producía una muerte en una familia. Las medidas se tomaron “por sentencia” del arzobispo, es decir, a requerimiento suyo, posiblemente porque se considerase que aquellas manifestaciones excedían el campo estrictamente eclesiástico, pasando al ámbito de las costumbres populares que, aunque arraigadas, era conveniente controlar por el poder público.

En aquel ordenamiento se recogían las siguientes disposiciones:

– Quedaba prohibido que, en adelante, se hiciese “llanto” por cualquier hombre o mujer que falleciese en Toledo o en su término². Posteriormente se vuelve a reincidir que nadie podría hacer “llanto” por nadie, como hasta entonces se hacía.

– Si se hiciese llanto por algún difunto o difunta, nadie podría ir a honrarles, es decir, asistir a sus exequias. Y los que estuviesen presentes en la casa se tendrían que marchar, pues de lo contrario ellos, y los que el llanto hiciesen, caerían cada uno en pena de cincuenta maravedís.

– Nadie podría vestir por los difuntos paños de duelo, ni las mujeres se “rascarían”, es decir, se arañarían la faz en un acto de extremo dolor, como a veces solía ocurrir. Sin embargo, más adelante se permite que solamente se podrían “rascar las fazes”, la mujer por el marido, las hijas por el padre y la madre, y las hermanas por sus hermanos.

– Si quisiese, la mujer también se podría “destocar e mesar” por su marido, es decir, que se podría quitar la toca que cubría su cabeza y mesarse los cabellos, que era otra forma de manifestar externamente el dolor por parte de las mujeres.

– A la “onrra” (funerales) del difunto, los que quisiesen llevarían “capas prietas” (de color oscuro), como era costumbre.

– Solamente podrían vestir “pannos de duelo”, el marido por la mujer, la mujer por el marido, los hijos y las hijas por el padre y la madre, los hermanos y hermanas por sus hermanas y hermanas.

– No obstante, también se permitía que los que habían vivido con el difunto o la difunta podrían vestir paños de duelo “por aquellos con quien visquieren”. Y también los cautivos y cautivas, así como los siervos y las siervas, los podrían vestir por su señor o señora, a no ser que éstos lo hubiesen prohibido, pero no podrían vestir “marhagas”³. Los vasallos y vasallas no podrían ir a hacer llanto por sus señores o señoras.

² Como ha señalado Fernando Martínez Gil, la Iglesia era contraria al duelo inmoderado y al llanto (llanto con gemidos), considerándolos como reminiscencias de una práctica pagana sin sentido trascendente, por lo que tendió a prohibirlos, aunque no lo consiguió (Martínez Gil, Fernando: *La muerte vivida. Muerte y sociedad en Castilla durante la Baja Edad Media*, Toledo, 1996, p 104-112).

³ Posiblemente se trataría de prendas confeccionadas con un tipo de tela de jerga basta. La *marfaga* es el nombre que se da a este tipo de tela.

– Nadie podría poner paños de seda, “con oro nin syn oro”, en el ataúd ni encima del mismo, ni en el lecho ni en la cama en la que estuviere el cadáver, ni en las andas ni sobre ellas, en las que le llevasen a enterrar o le trajesen de fuera.

– Tampoco se podría amortajar ningún cadáver con “pannos de oro, nin de seda, nin de escarlata, nin de suria”, es decir, con tejidos de gran calidad.

– El que fuese contra estas normas, cada vez pagaría una multa de trescientos maravedís y no sería “oydo en juyzio por un anno conplido”, ni le responderían “a demanda que faga”.

El segundo documento es del año 1493 (doc. 2 del apéndice documental) y en él se nos cuenta cómo, los miembros del Ayuntamiento habían hablado mucho “çerca de los grandes e contynos lutos que en esta çibdad e en su tierra se traen, de lo qual se syguen muchos danos”. Eran tres los inconvenientes que se consideraban como más destacados:

– el olor que desprendían los paños, por la mala calidad de la tinta que se utilizaba cuando se teñían, que era “muy dannosa, en espeçial en tienpo de la pestilençia”. Posiblemente se pensaría que, al no resultar aquella ropa muy higiénica, podría dar lugar a la propagación de enfermedades contagiosas.

– como había tanta gente llevando luto, se generaba un ambiente de tristeza, sobre todo para los que lo veían, lo cual no era procedente y había que evitarlo, máxime en aquellos momentos en que, por intervención divina, los Reyes (Católicos) habían alcanzado la victoria “en la santa conquista contra los moros e en aver cobrado lo que estava ocupado de sus reynos e sennoríos”, es decir, la conquista del reino de Granada que había tenido lugar el año anterior. Se consideraba que ello era motivo suficiente para que todos los súbditos “andoviesen vestidos de colorado e otros colores en sennal de alegría”.

– y en tercer lugar, lo que se consideraba como “más prinçipal danno”, era que se había llegado a tal extremo que se destruían las haciendas de los difuntos por los gastos excesivos que se hacían en los lutos y en la adquisición de cera. Por lo cual no se podía cumplir “lo que pertenesçe faser por las ánimas”. Y todo ello, además, simplemente “por satisfazer a la honra del mundo”, desatendiendo así lo más conveniente para el ánima.

Todo lo cual se consideraba que cargaba sobre las conciencias de los que lo hacían, pero no menos también sobre las de los que estaban al frente del gobierno de la ciudad. Por lo que, para remediar y evitar todos aquellos males, el 25 de octubre de aquel año, el Ayuntamiento acordó y mandó pregonar por Toledo, para conocimiento público, una serie de medidas restrictivas. Unas estaban relacionadas con el tema del luto y otras con el gasto de la cera que se consumía en determinados momentos.

Por lo que respecta al luto, se acordó que todos los que viviesen en Toledo y en su término, sin excepción, “de qual quier ley, estado o calidad” que fuesen, solamente podrían vestir “panno negro de luto” en las siguientes circunstancias:

- el marido por la mujer y la mujer por el marido
- el padre y la madre por los hijos y los hijos por los padres
- los hermanos por los hermanos

Como puede deducirse, el poder llevar ropa de luto quedaba circunscrito al estricto marco familiar del matrimonio y los hijos. Fuera del mismo, dar prendas de luto a parientes, criados, criadas, amos y otras personas – y que éstos las vistiesen- quedaba totalmente prohibido. El que no lo cumpliese incurriría en pena “de otro tanto quanto costare el luto que dyeren a otras personas” y las que lo aceptasen, cada una pagaría de multa mil maravedís. El monto de las penas se repartiría de la siguiente manera: una cuarta parte para el acusador, otra para el reparo de la muralla de la ciudad y las dos cuartas partes restantes serían distribuidas en limosnas “en logares piadosos” que las necesitasen.

Se mandó, dando un plazo hasta el día siguiente, sábado, que todos los que llevaban luto en Toledo quitasen “las lobs que asy traen en las faldas por manera que queden redondas e

no fagan polvo”⁴. Es decir, se mandaba que se recortase la parte baja, dejándola redondeada, para evitar que se arrastrase y levantase el polvo del suelo al andar⁵. El infractor sería castigado con seiscientos maravedís de multa, que se repartiría de igual manera.

Cuando alguien de Toledo y de su término fuese a comprar paños de luto a un trapero o a un mercader, éstos tendrían la obligación de informarle de quienes eran los que podían llevar luto según el acuerdo tomado. Si no lo hiciesen, perderían la cantidad, doblada, que les hubiesen dado por el paño indebidamente vendido, la cual se repartiría de la misma forma ya señalada.

Nadie, que no debiese, podía alquilar prendas de luto y los que se dedicaban a alquilarlas solamente lo podrían hacer a las personas que, reglamentariamente, las podían llevar. Cada vez que lo incumpliesen pagarían de multa seiscientos maravedís que se repartirían de igual forma.

Por lo que respecta al consumo de cera que se originaba en los entierros y funerales, “ques otro segundo e grand costa e danno muy superfluo”, también se tomaron algunas medidas para limitarlo, teniendo en cuenta la condición social del difunto:

– por ningún señor o señora, “por generosos ni grandes” que fuesen, no se podían llevar a sus entierros ni poner en sus exequias, más de veinte hachas de cinco libras cada una, y para alrededor de la caja, otras cuatro de ocho libras cada una.

– por ningún ciudadano o ciudadana, “por muy honrrados e ricos” que fuesen, no se podrían consumir más de diez antorchas de cuatro libras o veinte cirios “de los comunes”.

– por las otras personas, “oficiales o comunes”, el gasto máximo sería de ocho cirios comunes.

Aparte de toda esta cera, no se establecía límite para aquella que llevasen las cofradías a las que pudiese pertenecer el finado. Para los infractores de estas normas, también se establecían penas pecuniarias. Así, el caballero o dueña que no lo cumpliese pagaría dos mil maravedís; el ciudadano o ciudadana, mil maravedís y los otros oficiales y personas comunes, seiscientos.

El cerero, es decir, el que fabricaba y vendía cirios, tendría la obligación de informar de todas estas medidas a todos aquellos que fuesen a comprarle cera para entierros, para que luego no pudiesen alegar ignorancia.

También se mandó que, el día de Todos los Santos, nadie, fuese cual fuese su condición social, pusiese sobre las sepulturas hachas y antorchas, bajo pena de dos mil quinientos maravedís y de pérdida de la cera que sería para la iglesia donde estuviese la tumba en la que se cometía la infracción. Los cereros tendrían la obligación de hacer jurar a los compradores que no adquirirían las hachas para colocarlas sobre las sepulturas el día de Todos los Santos. El que no lo hiciese pagaría una multa de dos mil maravedís que se destinaría para el reparo de la muralla de la ciudad.

Estas disposiciones, para general conocimiento, se mandaron pregonar públicamente por las plazas y mercados de Toledo. El 25 de octubre fueron pregonadas en la plaza de las Cuatro Calles, cerca de los Cambios, por el pregonero Alfonso de Medina, ante mucha gente que estaba presente, actuando tres cereros como testigos.

Tras el análisis de estos dos documentos, que son dos ordenamientos sobre un asunto similar, lo primero que salta a la vista es que, las medidas que se tomaron en 1357, poca efectividad

⁴ La loba era un traje de encima talar y despegado del cuerpo. Se usaba sobre todo por los hombres para vestir de duelo, pues reunía todas las condiciones que se exigían en los trajes de luto: largos, cerrados, vueludos, para encubrir lo más posible a las personas que los llevaban (Bernis, Carmen: *Trajés y modas en la España de los Reyes Católicos. II. Los hombres*, Madrid, 1979, p. 100-102).

⁵ En aquella época las calles de Toledo eran de tierra, no habiéndose todavía procedido a su pavimentación. El polvo, que en determinadas circunstancias inevitablemente se levantaba, siempre se consideraba un inconveniente, por lo que, como en este caso, se procuraba evitar (Izquierdo Benito, Ricardo: *Un espacio desordenado: Toledo a fines de la Edad Media*, Toledo, 1996, p. 76-79).

debieron de tener, pues, prácticamente siglo y medio después, en 1493, se vuelve a reincidir sobre las mismas y en unos términos muy similares⁶. Lo cual parece indicar que las costumbres relacionadas con las prácticas funerarias debían de estar entonces tan arraigadas en Toledo, que era muy difícil erradicarlas por muchos métodos coercitivos que se quisiesen aplicar. Ya hemos indicado anteriormente cómo la Iglesia procuraba moderar, cuando no minimizar, muchas de aquellas costumbres, y ello se refleja en el primer documento ya que las medidas que en él se recogen fueron promulgadas por el Ayuntamiento de Toledo a instancias del arzobispo de la ciudad.

Aunque el contenido de los dos documentos es muy similar, se pueden apreciar algunas diferencias, aunque no excesivamente significativas. El segundo, como más extenso, también es más completo que el primero, pues en él, aparte de las comunes disposiciones relacionadas con el luto, se recogen otras muy interesantes relativas al límite establecido en el consumo de cera, costumbre de la cual no se dice nada en el primero, aunque es de suponer que entonces también existiría. En éste se hace referencia a los llantos, de los que no se indica nada en el segundo, lo cual tampoco quiere decir que entonces ya no se practicase esta costumbre. Las normas establecidas sobre quiénes podrían llevar luto, son prácticamente idénticas en los dos casos: los familiares más directos del entorno familiar del difunto. Aunque, sin embargo, en ninguno de los documentos se especifica la duración que podía tener el luto, aspecto que también solía estar regulado. Para otros parientes y personas vinculadas a la familia – cautivos, siervos, criados, amos, etc. – por el primer ordenamiento se les permitía poder llevar también prendas de luto, mientras que por el segundo se les prohibía⁷.

En 1357 parece que con la limitación del luto también se quería evitar una ostentación innecesaria en el empleo de paños preciosos, tanto en la mortaja del difunto como en los que cubriesen su ataúd. En 1493 no se hace alusión a este tema, lo cual no significa que aquella costumbre ya se hubiese erradicado. Entonces, se quiso limitar la ostentación en otra manifestación externa como era el excesivo consumo de cera – cirios, antorchas, hachas – y su consiguiente gasto, que se producía en entierros y exequias. La limitación de un luto que también se consideraba excesivo y hasta abusivo – tanto por el número de personas que lo llevaban como por los gastos que ocasionaba – y que generaba un deprimente ambiente de tristeza en la ciudad, tenía, entre otras motivaciones, el alegrar el ambiente de la misma, vistiendo la gente prendas de colores. Es curiosa la referencia que se hace a la mala calidad de la tinta con la que se teñían los paños para luto, lo que ocasionaba que oliesen mal y la posibilidad – y el temor – de que pudiesen producir enfermedades.

En ambos ordenamientos la infracción de las disposiciones estaba penalizada con multas en dinero, de cuantía más elevada en el segundo, no tanto por una mayor severidad punitiva, sino por una lógica adecuación monetaria al momento, dado el tiempo transcurrido y las reformas monetarias que a lo largo de aquellos años se habían producido en Castilla. También en este segundo ordenamiento se tomaron otras medidas tendentes a que su aplicación fuese más efectiva, evitando que nadie pudiese alegar ignorancia del mismo. Así, se obligaba -también bajo penas- a vendedores de paños, alquiladores de prendas de luto y cereros, a advertir a sus clientes de cual era la normativa que tenían que cumplir.

En los dos documentos, las disposiciones relativas a quienes podían llevar luto, eran de aplicación para todos los habitantes de Toledo, fuese cual fuese su condición social. Sin embargo, en el consumo de cera, sí se establecían diferencias, regulando la cantidad máxima permitida

⁶ En las Cortes de Soria celebradas en 1380, también se aprobó un ordenamiento sobre lutos para el reino castellano, lo cual indica que fue necesario tomar medidas de carácter general, lo que también parece reflejar, como en el caso toledano, que en la práctica no se cumplían (*Cortes de León y de Castilla*, publicadas por la Real Academia de la Historia, tomo segundo, Madrid, 1863, p. 312).

⁷ Es curioso cómo en el documento de 1357 se hace alusión a cautivos y siervos, mientras que en el de 1493 ya no se utilizan estos términos, empleando el de criados.

según la condición social del difunto. El día de Todos los Santos nadie podría colocar cirios sobre las sepulturas, costumbre que debía de estar muy arraigada y que, sin embargo, parece que con esta medida se quería erradicar. Cabe pensar que la Iglesia estaría detrás de la misma intentando minimizar el sentido de la festividad, tal vez por las connotaciones paganas que podía mantener.

El contenido de estos ordenamientos nos deja entrever algunas de las costumbres relacionadas con las prácticas funerarias en Toledo durante los siglos XIV y XV, que serían prácticamente idénticas a las de otras ciudades castellanas en aquella época. Aunque es evidente que el panorama se podría completar con la consulta de otra documentación complementaria (testamentos, por ejemplo), consideramos que los datos aquí aportados pueden resultar de interés para todos los estudiosos del tema.

Apêndice Documental

1

1357, 19 junio

Ordenamiento aprobado por el Ayuntamiento de Toledo para regular todo lo relacionado con los duelos y lutos que se ocasionaban en la ciudad con motivo de los fallecimientos.

Archivo Municipal de Toledo, Alacena 2ª, legajo 6º, nº 4 (fol. CXIII)

“ “ “ “ “ “ “ “ nº 5 (fol. LXXXv)

Ordenamiento que fizio Toledo sobre rrazón de los enterramientos de los finados

Jueves diez e nueve días de junio era de mill e trezientos e noventa e çinco annos. Estando los alcalles e el alguazil e los cavalleros e los omes buenos de Toledo ayuntados en la iglesia de Sant Salvador, fizieron ordenamiento sobre la onrra de los enterramientos de los omes e sobre que non fizieren llanto nin vistiesen duelo por los finados. Lo qual vino por sentençia del arçobispo e mandaron lo pregonar pública mente por Toledo. El qual ordenamiento es este que se sygue:

Pregonad que sepan todos que Toledo fizio ordenamiento que non fagan llanto de aquí adelante por ningunt ome nin muger que fine que fuere de Toledo o de su término, moradores o vezinos o naturales, nin vistan pannos de duelo por ellos, nin se rrasquen las mugeres. E que a la onrra del finado o de la finada que lleven capas prietas los que las quisieren levar como solían. E el marido por la muger e la muger por el marido e los fijos e las fijas por el padre e por la madre, e los hermanos o hermanas por sus hermanos e hermanas que puedan vestir pannos de duelo. E que se puedan rrascar las fazes la muger por el marido e las fijas por el padre e por la madre, las hermanas por sus hermanos. E la muger por su marido que se pueda destocar e mesar sy quisyere. E que estos nin otros non fagan llanto unos por otros llanteando segunt fasta aquí lo fazían. E los que visquieren con el finado o con la finada que puedan vestir pannos de duelo por aquellos con quien visquieren. E los cativos e cativas e syervos e syervas que lo puedan vestir por su sennor o por su sennora, e que non vistan marhagas. E esto que lo fagan salvo sy lo defendiese el finado o finada. E que ningunos non pongan pannos de seda con oro nin syn oro en el ataybute nin ençima del ataybute, nin en el lecho nin en la cama en que tovieren al finado, nin en las andas nin sobre ellas en que lo levaren a enterrar o troxieren de fuera. Nin amortajar a ningunt finado nin finada con pannos de oro nin de seda nin de escarlata nin de suria. E el que contra esto fiziere pechar por cada vez trezientos maravedís e non será oydo en juyzio por un anno conplido nin le rresponderán a demanda que faga. E sy llanto fizieren por algunt finado o finada que non vayan ningunos a le onrrar. E los que y fueren o estudieren que se vayan luego dende, e sy non ellos e los quel tal llanto fizieren, cada uno caerá en pena de çinquenta maravedís por cada vez. E que los vasallos e vasallas que non vengán a fazer llanto por sus sennores o sennoras.

2

1493, 25 octubre

Pregón por el que se difunde por la ciudad el ordenamiento aprobado por el Ayuntamiento de Toledo para regular todo lo relacionado con el luto y el consumo de cera que se producía con motivo de los fallecimientos.

Archivo Municipal de Toledo, Alacena 2ª, legajo 6º, nº 2, fol. 118.

Los muy honorables sennores corregidor e Toledo fazen saber a todas las personas vesinos e moradores en esta çibdad, que ellos an platycado mucho en su ayuntamiento çerca de los grandes e contynos lutos que en esta çibdad e en su tierra se traen de lo qual se syguen muchos dannos. El primero quel olor de aquella tynta mala es muy dannosa en espeçial en tienpo de la pestilençia y lo segundo, que en andar tantas gentes como andan con el dicho luto, acarrea e pone tristeza a los que lo veen, lo qual es justa rasón de se evitar. Espeçial mente, pues a plazido a Nuestro Sennor de dar vitoria al rey e la reyna nuestros sennores en la santa conquista contra los moros e en aver cobrado lo que estava ocupado de sus reynos e sennorios. Por lo qual es rasón que todos sus naturales andoviesen vestidos de colorado e otros colores en sennal de alegría. Y lo terçero y más prinçipal danno es que este traer de lutos es venido en tal estremidad, que destruyen las faziendas de los defuntos, por lo qual, por gastar en ello lo que se gasta, no pueden asy cunplir lo que pertenesçe faser por las ánimas, porque se fazen tran grandes gastos asy en los dichos lutos como en çera. Lo qual es solamente por satisfazer a la honra del mundo, y en lo que más conviene al ánima çesa en grand cantydad de se cunplir, lo qual es muy cargoso a las conçiencias de los que azen e no menos es syn cargo de los que tyenen governaçión e regimiento desta çibdad en permitillo. Por tanto, queriendo proveer e remediar a los tales dannos, mandan e ordenan lo que se sigue:

Primera mente, desde oy en adelante ningund vesino ni vezina ni morador ni moradora desta dicha çibdad ni de los lugares de su tierra e término e juridiçión, de qual quier ley, estado o calidad que sean o ser puedan, no puedan traer ni vestir por ningund difunto panno negro de luto, ni fijo por padre ni madre, ni padre ni madre por fijo ni fija, ni hermanos por hermanos, ni de otra manera ninguna de debdo ni de amistad, ni criados ni criadas por sennores ni sennoras por ninguna vía ni manera. Salvo solamente el marido por la muger e la muger por el marido, e padre e madre por fijos, e los fijos por padre o madre, e los hermanos por hermano. E que otros ningunos parientes, ni criados ni criadas, ni amos ni otras ningunas personas, ni tomen ni les sea dado luto de ninguna manera que sea, so pena que los que lo dyeren yncurran en pena de otro tanto quanto costare el luto que dyeren a otras personas demás de las que dichas son. E los que lo tomaren cada uno yncurra en pena de mill maravedís e que esta pena se reparta en esta manera: el quarto para el acusador e el otro quarto para el reparo de los muros desta çibdad e los otros dos quartos que sean dados por la dicha çibdad en limosnas en logares piadosos donde los sennores corregidor e Toledo vieren que más cunple para el serviçio de Dios. E que ningund mercader ni trapero no pueda vender el tal luto a ningund vezino ni morador desta dicha çibdad ni desta tierra demás de para los que suso dize, antes que sea obligado el tal trapero de lo notyficar al que viniere a sacar el dicho luto de como no lo a de dar, salvo a las sobre dichas personas, so pena que aya perdido lo que le dyeren por el tal panno de luto con el doblo, lo qual se separta en la manera suso dicha.

Otrosy que ninguna persona no pueda alquilar luto salvo como dicho es a las dichas personas de suso contenidas, ni los que lo acostunbran alquilar lo alquilen para traer por otras personas, so pena de cada seysçientos maravedís por cada vez, lo qual se reparta en la manera sobre dicha.

Otrosy que en quanto toca a la çera ques otro segundo e grand costa e danno muy superfluo, mandan y ordenan que por ningund sennor ni sennora por generosos ni grandes que sean,

no se puedan levar a sus enterramientos ni poner en sus obsequias más de veynte fachas de a çinco libras cada una y otras quatro para en torno de la canxa a cada ocho libras. E porque ningund çibdadano ni çibdadana por muy honrrados e ricos que sean no se puedan llevar a sus enterramientos ni poner en sus obsequias más de diez antorchas de a quatro libras o veynte çirios de los comunes, e que por las otras personas ofyçiales o comunes no se puedan llevar ni lleven a sus enterramientos ni poner en sus obsequias más de ocho çirios comunes, esto allende de los çirios que llevaren las cofradías que toviere el tal defunto. Todo esto e cada una cosa dello so pena quel cavallero o duenna que contra esto fueren pechen en pena dos mill maravedís, e el çibdadano o çibdadana que lo no guardare pechen en pena de mill maravedís, e los otros ofyçiales e personas comunes que pechen en pena seysçientos maravedís, las quales penas paguen los suso dichos que contra lo que dicho es fueren o vinieren.

E quel çerero quando vinieren por la çera sea obligado de declarar esta ley a los que vinieren por ella, porque cada uno, segund quien fuere, asy llieve la çera contenida en esta ordenança, las quales penas se repartan en la manera sobre dicha.

Otrosy los dichos sennores mandan que todas las personas que agora traen luto en esta çibdad por quales quier defuntos, que de oy fasta mannana sábadó en todo el dya, quiten a todas las lobs que asy traen las faldas por manera que quedan redondas e no fagan polvo, so pena de seysçientos maravedís a cada uno, los quales se repartan en la manera sobre dicha.

Otrosy mandan e ordenan que ninguna persona de qual quier ley, estado que sea, no sea osado de poner ni pongan sobre las sepolturas el dya de Todos Santos, fachas ni antorchas, so pena de dos mill maravedís a cada uno, e la çera dellas para la yglesia donde las pusyeren. E so la dicha pena mandan a los çereros que no sean osados de vender ningunas fachas para lo sobre dicho, syn que primera mente reçiban juramento de los que las conpraren que no las quieren para poner en las sepolturas del dicho dya de Todos Santos, so pena de cada dos mill maravedís para el reparo de los muros de la dicha çibdad.

E porque esto venga a notyçia de todos los dichos sennores lo mandaron asy pregonar públicamente por las plaças e mercados desta dicha çibdad.

En veynte e çinco días de otubre de noventa e tres annos fueron pregonadas estas ordenanças e pregón en la plaça de las Quatro Calles a los cambios ante mucha gente que ende estava presente por Alfonso de Medina pregonero. Testigos: Alvar Garçía e Juan de Toledo e Juan Días, çereros, e otras muchas personas.

De “Canto” a “Chandos”: revisitando o mito fundacional de uma linhagem (1350?-1621?)¹

Rute Dias Gregório

Os Canto das ilhas tiveram, como fundador da casa, Pero Anes do Canto. Nascido em Guimarães cerca de 1473², e depois de uma infância, juventude e parte da vida adulta pouco conhecidas, encontrava-se na ilha Terceira a 11 de Dezembro de 1505, data na qual adquiria uma terra no lado norte da ilha, mais propriamente nos Biscoitos³. A sua chegada ao arquipélago prender-se-ia com o exercício do cargo de escrivão da Ordem de Cristo, sendo no âmbito da Visitadoria de Vasco Afonso que fontes coevas o dão pela primeira vez em solo ilhéu⁴.

Fixado na ilha de Jesus Cristo, onde é dado como possuidor de casas de morada em 1510⁵, enceta um esforço considerável na projecção e promoção da sua carreira e estatuto social. É assim que o vemos, em 1509/1510 e 1513, activamente empenhado nas acções bélicas do norte de África, mais concretamente em Arzila e Azamor⁶, acções das quais retirou o proveito, entre outros, de uma promoção que de “escudeiro cryado do senhor vigario de thomar”⁷ o elevou a cavaleiro fidalgo e cortesão da casa régia⁸. Durante este período, e mau-grado o periódico afastamento das ilhas e os custos implicados, foi investindo sistemática e paulatinamente os recursos possíveis na aquisição de património imobiliário⁹.

Entretanto casado com Joana de Abarca, prima-direita do então capitão de Angra e S. Jorge, Vasco Anes Corte Real, cedo procurara granjear uma presença entre os “grandes” das ilhas¹⁰, presença essa que não concretizou sem os incontornáveis antagonismos com aqueles que foram, ou se sentiram, ameaçados pela sua presença e crescente afirmação sócio-económica¹¹.

Em 1527, e quiçá fruto do melhor desempenho no serviço régio, parece já encontrar-se no exercício do recém-criado cargo de provedor das armadas régias¹². A sua acção, neste contexto, encontra-se razoavelmente documentada na correspondência constante do Tombo 1º da Provedoria¹³.

¹ A primeira e inicial abordagem ao tema integra-se no 1º capítulo das nossas Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, orientadas pelo homenagem desta publicação e defendidas na Universidade dos Açores, em 1998, sob o título: *Pero Anes do Canto: um homem e um património (1473-1556)*, P. Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001.

² Cf. Jorge Pamplona Forjaz, “O Solar de Nossa Senhora dos Remédios -Canto e Castro- (História e Genealogia)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XXXVI, Angra do Heroísmo, 1978, p. 154, nota 2b.

³ Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada [BPARPD], Fundo Ernesto do Canto [FEC], *Tombo das Escrituras e das Cartas de Sesmaria de Pero Anes do Canto* [TECSPAC], doc. 3, fº 4vº-5vº.

⁴ Rute Dias Gregório, *ob. cit.*, p. 26.

⁵ BPARPD, FEC, TECSPAC, doc. 33, fº 45.

⁶ Rute Dias Gregório, *Ob. Cit.*, pp. 44-45 e 47.

⁷ D. Diogo Pinheiro. Cf. Rute Dias Gregório, *Ob. Cit.*, p. 41

⁸ BPARPD, FEC, TECSPAC, doc. 33 e BPARPD, FEC, *Manuscritos da Casa de Miguel do Canto e Castro* [MCMCC], vol. II, nº 45.

⁹ Rute Dias Gregório, *Ob. Cit.*, pp. 137-167, particularmente à p. 161.

¹⁰ *Ibidem*, p. 65.

¹¹ *Ibidem*, pp. 66 e 299-273.

¹² Artur Teodoro de Matos, “A Provedoria das Armadas da Ilha Terceira e a Carreira da Índia no século XVI”, in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa -Actas*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, pp. 65-66.

¹³ BPARPD, FEC, *Tombo 1º da Correspondência Oficial Dirigida aos Provedores das Armadas na Ilha Terceira de 1531 a 1556* [cota 78].

Por ela verificamos como Pero Anes do Canto constituiu elo importante entre o rei e as ilhas, na medida em que as missivas dele emanadas davam constantemente conta do estado do arquipélago em múltiplos aspectos¹⁴. Aliás, esse mesmo espistolário constitui uma fonte quase única na apreciação das tensões dos poderes, mas, e muito principalmente, dos estados económico e defensivo ilhéus.

Fruto de todo esse labor, recebeu inúmeras benesses régias¹⁵ que contribuíram para (mas também confirmaram) o seu processo de afirmação social no arquipélago. Em 1556, ano da sua morte, tinha já constituído um vasto património que, instituído em três vínculos, lhe garantia a perpetuação do nome e da linhagem¹⁶.

Mas busquemos exactamente as origens dessa linhagem. Quem era Pero Anes do Canto e quais as suas origens sociais?

Por traslado tabelionário de 12 de Abril de 1793¹⁷, invoca-se e transcreve-se, sobre a origem dos Canto e juntamente com outra documentação, aquilo que se define como “hum papel [...] escripto por capitulos mas nam [...] sobescrito por escriuam [...]”. Tratar-se-ia, este, de uma espécie de descrição breve da vida e feitos dos Canto, descrição essa originária de uma época bastante anterior e a cujo documento, de 1621 e sem sinal tabelionário, também tivemos acesso para respectiva confrontação¹⁸.

Pela narrativa em presença, identificamos aquele que é tomado como o fundador da linhagem e que teria sido um “Mossen”¹⁹ João do Canto, de origem inglesa, vassalo e condestável do Príncipe de Gales²⁰. A presença desta figura, na Península Ibérica, enquadrava-se no âmbito das lutas entre D. Pedro I e Henrique de Trastâmara pelo trono de Castela e, num plano mais amplo, também no da Guerra (ou Guerras) dos Cem Anos. Como se sabe, Eduardo III de Inglaterra apoiou o partido de D. Pedro até pouco depois da batalha de Nájera (03.IV.1367) e a França o de Henrique de Trastâmara²¹. O apoio do rei inglês a D. Pedro I de Castela traduziu-se na presença do seu primogénito, Eduardo, O Príncipe Negro, e do seu 4º filho, João de Gante ou de Gaunt²², nas hostes deste rei castelhano²³. Ora, será no grupo de seguidores do Príncipe Negro, o “Príncipe de Gales” referido no atestado dos Canto, que “Mossen” João Anes do Canto vem à Península Ibérica.

O contexto é perfeitamente verificável nas crónicas da época e a própria personagem figura nas mesmas. Em *Las muertes del Rey Don Pedro*, de Pedro López de Ayala, evoca-se “Mosén John Chandós, Condestable de Guayana (Aquitânia), que era muy buen Caballero y privado del Príncipe”²⁴. E tal personagem e perfil são também confirmados por *The Chronicles of*

¹⁴ Cf. Humberto Baquero Moreno, “Notícias Históricas sobre Pedro Anes do Canto, povoador e provedor das armadas na Ilha Terceira”, in *Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVIII)*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1984, pp. 313-321.

¹⁵ Rute Dias Gregório, *Ob. Cit.*, pp. 48-50.

¹⁶ *Ibidem*, pp. 67-71, 286-288 e 293.

¹⁷ BPARPD, FEC, MCMCC, vol. X, nº 275, 5º doc., 8 fºs.

¹⁸ BPARPD, FEC, MCMCC, vol. X, nº 289, 21 fºs.

¹⁹ “Moisen” no doc. de 1621 (vide nota supra).

²⁰ BPARPD, FEC, MCMCC, vol. X, nº 275, 5º doc., fº2.

²¹ Hans H. Hofstätter; Hannes Pixa, *História Universal Comparada*, Lisboa, Resomnia Editores, 1987, vol. VI, pp. 94-95.

²² Pai de D. Filipa de Lencastre, mulher de D. João I de Portugal. Herdou o título de Duque de Lencastre por morte do seu sogro em 1361.

²³ Sobre o papel da Inglaterra e sua intervenção, neste período, em Espanha mas também em Portugal, destaque-se o trabalho de Peter E. Russel, *The English Intervention in Spain & Portugal in the time of Edward III & Richard II*, Oxford, Clarendon Press, 1955.

²⁴ Pedro López de Ayala (Canciller), *Las muertes del Rey Don Pedro*, organización de los textos, correcciones, notas y prólogo de Dionisio Ridruejo, Madrid, Alianza Editorial, 1971, p. 178.

England, France and Spain, de John Froissart²⁵, nas quais a figura atinge os mais altos níveis da excelência guerreira, a julgar pela forma como o lamentaram seus companheiros na hora da morte: “Sir John Chandos, flower of Knighthood [...]”²⁶.

Estamos certos de ser, esta, a figura evocada na narrativa do espólio Canto. E isto por razões várias: pela aproximação onomástica (Canto/Chandos), pela função de Condestável “de guania”, como refere o documento dos Canto²⁷ e, sobretudo, por um episódio relatado, tanto na narrativa familiar como nas crónicas já citadas, envolvendo a sua bandeira com o respectivo brasão de armas²⁸: aquela “was blazoned with a sharp stake gules on a field argent”²⁹. A descrição no documento dos Canto regista: “a deuisa della hera hum escudo vermelho com um canto de prata”³⁰. As similaridades são, também aqui e com alguns limites, evidentes.

Mas este “Canto” não se teria fixado nunca em território nacional. O condestável “Mossem” João do Canto (ou “Mosén John Chandós”³¹) terá falecido numa batalha contra os franceses “em tregrana e frança”³². Segundo Froissart, foi ele mortalmente ferido a caminho de Poitiers, aos primeiros dias do ano de 1370, e aí pereceu um dia após o ferimento³³. Mas se não coube a ele a fixação da família em território português, e segundo o registo dos Canto, tal papel vai ser então atribuído a uma sua filha, de nome Maria Anes do Canto³⁴.

Esta, dama acompanhante de D. Filipa de Lencastre, em Portugal se casaria, por iniciativa régia, com Lopo Gomes de Lira, meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho³⁵. Tentando seguir no encaixe da referida personagem, podemos dizer que as referências às damas de companhia de D. Filipa de Lencastre, apuradas em Froissart e em Fernão Lopes, não a identificam³⁶. Mesmo o seu enlace com Lopo Gomes de Lira não é confirmado pelo texto do cronista português, visto que, neste, a relação e o episódio associados à dita Maria Anes, pela documentação da família Canto, são protagonizados pela verdadeira esposa de Lopo Gomes de Lira, Teresa Gomes³⁷.

De qualquer modo, Maria Anes do Canto também não é dada como a raiz dos Canto portugueses pelo seu casamento (não confirmado) com o Lira. Por se ter este aliado com Castela contra D. João I, acabou por ser expulso para a Galiza com a família³⁸, onde mais tarde veio a falecer. Seria então daí, e a partir do segundo casamento de Maria Anes do Canto com João Fernandes de Sotomaior, morgado da mesma casa, que proviriam os Canto. Mais concretamente, de um filho

²⁵ Quando põe na boca de Eduardo, o Príncipe Negro, as seguintes palavras: “[...] Sir John, Sir William, who are my principal counsellors, and in Whom I have the greatest confidence [...]”. Cf. John Froissart (Sir), *The Chronicles of England, France and Spain*, condensação de H.P. Dunster, tradução de Thomas Jones, introdução de Charles W. Dunn, New York, E.P. Dutton & Co., Inc, 1961, p. 93.

²⁶ John Froissart, *Ob. Cit.*, p. 128.

²⁷ BPARPD, FEC; MCMCC, vol. X, nº 275, 5º doc., fº 1.

²⁸ Apesar do episódio não ser totalmente corroborado nos termos descritos pelo documento em análise, a crónica de Froissart relata uma situação a ele idêntica, no essencial, à p. 107.

²⁹ John Froissart, *Ob. Cit.*, p. 107.

³⁰ BPARPD, FEC; MCMCC, vol. X, nº 275, 5º doc. fº 2.

³¹ Como o designa especificamente López de Ayala, já que John Froissart o refere sempre como “Sir John Chandos”. Pedro López de Ayala, *Ob. Cit.*, p. 178 e John Froissart, *Ob. Cit.*, pp. 79, 86-89, 92-93, 96-97, 102-103, 105-109, 113, 115-116, 119-129.

³² BPARPD, FEC; MCMCC, vol. X, nº 275, 5º doc. fº 1vº.

³³ John Froissart, *Ob. Cit.*, p. 127-129.

³⁴ BPARPD, FEC; MCMCC, vol. X, nº 275, 5º doc. fº 2vº.

³⁵ BPARPD, FEC; MCMCC, vol. X, nº 275, 5º doc. fº 2vº.

³⁶ John Froissart, *Ob. Cit.*, p. 372; Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1977, parte segunda, pp. 205-210 e 283.

³⁷ Filha de Vasco Gomes de Abreu, de quem D. João se terá condoído, pelo seu estado de gravidez e por suas crianças, não os condenando à morte pelo fogo na torre onde ela, seus filhos, marido e acompanhantes se terão refugiado aquando do cerco a Ponte de Lima. Cf. Fernão Lopes, *Ob. Cit.*, pp. 36-37.

³⁸ A este propósito, a crónica de Fernão Lopes apenas nos confirma que foi levado para o Porto. Cf. Fernão Lopes, *Ob. Cit.*, p. 37.

segundo deste casamento que, por não ser herdeiro do morgado dos Sotomaior, ostentaria o nome materno. Terá então sido ele, Vasco Afonso do Canto de seu nome, “que por ficar pobre se lançou em Portugal [...] e morreo em Guimaraes onde [...] fes sua vevenda”³⁹. Deste modo, pela dita certidão de origem da família Canto, ficava definida a linha dos nossos Canto com esta singular figura, avô daquele que abriu esta exposição⁴⁰.

De facto, e cruzando as fontes, uma Anes do Canto – Mécia e não Maria – segundo o *Armorial Lusitano*, ter-se-á casado com um Lira, não Lopo Gomes de Lira como indica o documento dos Canto, mas mais concretamente com o pai do mesmo, Afonso Gomes de Lira. Consta, inclusive, que teriam tido descendência⁴¹. Mas sobre esta última ligação nada mais conseguimos confirmar. Não obstante, e a tê-la em consideração, desmanchar-se-á todo o enredo à volta das razões que terão levado Maria Anes do Canto à Galiza e ao seu segundo casamento, este sim, relevante.

Quanto à ligação com o representante dos Sotomaior, nada consta da genealogia dos mesmos⁴². Aliás, para finais do século XIV, inícios do século XV, e no terceiro ramo da dita família, só nos aparece um Juan de Sotomayor, filho de Fernando de Sotomayor – daí o possível João Fernandes de Sotomaior pela associação do nome ao patronímico – que morreu sem sucessão, passando a linha a seu sobrinho Gutierre de Sotomayor⁴³.

Ora, todos os elementos até agora expostos mais não fazem do que levantar problemas no tocante à memória genealógica dos Canto, relativa aos seus ancestrais mais remotos. Por isso mesmo, põem em causa a narrativa de 1621 e o “atestado” de ascendência de 1793, bebido no primeiro.

Mas mesmo a ser vera tal construção linhagística, o que não supomos, é de salientar também os termos da mesma quanto à condição económica de Vasco Afonso do Canto, já referida, e ainda mais a de seu filho João Anes do Canto “que viueo [...] mais rico que seo Pay”⁴⁴. Esta riqueza, acrescida na segunda geração, não seria mesmo de grande monta a julgar não só pelo, ao que tudo indica, “desaparecimento” de vestígios materiais significativos da família em Guimarães, como pela própria aventura insular de Pero Anes do Canto, segundo alguns, o filho mais velho. A própria concessão, por parte deste, da legítima a seu irmão, atestada pelo respectivo testamento, não é elemento suficiente para confirmar o relativamente pequeno significado do referido património? E quanto às origens do dito património, de seus progenitores, são explícitas as palavras de Pero Anes do Canto: “hera seu e o ganharam”⁴⁵.

Ou seja, os Canto de Guimarães, sob os auspícios do documento em questão, mas também a partir dos livros de genealogia consultados, e dos quais constam, são definitivamente, no século XV, gente com uma fazenda pouco significativa. Face ao condestável “seu antecessor” e ao morgado de Sotomaior seriam, a sê-lo, uma linha economicamente muito despromovida.

³⁹ BPARPD, FEC, MCMCC, vol. X, nº 275, 5º doc., fº 3vº.

⁴⁰ Sobre este Vasco Afonso do Canto, temos ainda uma referência de que se trataria dum criado do Infante D. Pedro, filho de D. João I [BPARPD, FEC, MCMCC, vol. XIII, nº 355 (Árvore genealógica dos Canto)], da qual não obtivemos qualquer outra reprodução, não constando tal personagem no seio dos principais apoiantes do Infante em Alfarrobeira, coligidos por Baquero Moreno (Cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*. Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973, pp. 401-512, 581-660, 995-1085). Já no estudo genealógico de Felgueiras Gayo, esta figura é-nos também associada a um D. Pedro como seu criado, mas este último é identificado como o Duque de Coimbra, filho de D. Pedro I (Cf., do autor citado, *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Reprodução em fac-símile da 1ª edição, 3ª edição, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992, vol. III, p. 124.)

⁴¹ Afonso E. M. de (dir. e coord.), *Armorial Lusitano: Genealogia e Heráldica*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1987, p. 309.

⁴² Alberto y Arturo Garcia Carrafa, *Diccionario Heraldico y Genealogico de Apellidos Españoles y Americanos*, Madrid, Hausser y Menet, 1961, t. 83, pp.197-207.

⁴³ *Ibidem*, p. 203.

⁴⁴ BPARPD, FEC, MCMCC, vol. X, nº 275, 5º doc., fº 3vº.

⁴⁵ BPARPD, FEC, CPPAC, nº 9, fº 18.

Para além disso, e em síntese, parece-nos termos coligido um número suficiente de elementos que contradizem e põem em causa toda construção linhagística: a ligação entre Mossen João do Canto e Maria Anes do Canto não é conferida por fontes da época; entre esta e Lopo Gomes de Lira não há laços visíveis, sendo que o episódio relatado pela documentação dos Canto e por Fernão Lopes diverge claramente nas personagens -Maria Anes do Canto e Teresa Gomes, respectivamente-; o casamento de Maria Anes com um Sotomaio, do qual viria a linhagem, não consta da genealogia da dita família; a condição e estatuto económicos dos Canto vimaranenses levantam algumas reservas, mesmo não sendo impossível, na época, tal despromoção relativamente a ramos secundogénitos⁴⁶; a que acresce, por fim, o facto da família Canto apenas nos surgir, nos livros de genealogia, do fim do século XVII em diante⁴⁷.

No entanto, ficavam, mesmo assim e para sempre, construídos uma origem familiar e um nome. Um nome que se tornou símbolo de identidade da linhagem e da casa, mas um nome que vemos apenas surgir, associado ao primeiro Canto das ilhas, a partir de 1510. Até aí ele é Pero Anes “scudeiro”⁴⁸. Depois desta data, “do Canto” marcará sempre presença e é apelido de adopção obrigatória para seus descendentes e herdeiros⁴⁹.

Não obstante, a posição tradicional quanto ao nascimento da dita onomástica não a faz derivar de “Chandos” ou “Chandós” (versão castelhana). Antes tomam-na como proveniente, e segundo os genealogistas de maior renome, de Kent e particularmente de certo John of Kent⁵⁰. Se bem que este último seja identificado como condestável do “Príncipe de Gales”, não conseguimos prescrutar inteiramente a origem do apelido (apesar de nos ocorrerem algumas hipóteses).

Por contraste, remetamos para a bem mais antiga, mas igualmente bem mais prosaica e esclarecedora, explicação de Cristóvão Alão de Morais acerca do referido nome: “se chamou do Canto [João Anes, pai de Pero Anes] porque morava no canto da Rua nova do Muro da villa de Guimarães defronte da porta da torre velha por diferença de outro que havia na dita villa”⁵¹.

Tão-só! O apelido da família teria nascido de uma alcunha⁵², alcunha esta derivada da necessidade de afirmar a individualidade face à situação ilustrada de homonímia e, até certo

⁴⁶ Se bem que esta realidade, como fenómeno generalizado e na época em questão, mereça algumas reservas por parte de K. B. McFarlane relativamente à nobreza inglesa: “It is often said that de law of primogeniture made the development of a noblesse impossible in England because it drove younger sons into the ranks of the inferiority gentry, into the professions, and even into trade [...] in the later middle ages it was scarcely so [...] ‘our primogenitary law ‘ [...] only happened towards the end of our period [...]”. Cf. *The Nobility of Later Medieval England: the ford lectures for 1553 and related studies*, reprinted, Oxford, Clarendon Press, 1980, pp. 276-278.

⁴⁷ Como a construção linhagística nasce numa figura que chegou à Península Ibérica no contexto das guerras castelhanas (década de 60 de trezentos), seria muito tardia e, também, socialmente irrelevante, para constar do *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro*, segundo Mattoso do 3º quartel do século XIV (Cf. José Mattoso, “A Nobreza de Entre Douro e Minho na História Medieval de Portugal”, in *A Nobreza Medieval Portuguesa: A Família e o Poder*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 293). Contudo, o mesmo poderia eventualmente não acontecer quanto ao *Livro de Linbagens do século XVI*, mas a verdade é que não consta aqui qualquer família Canto. Esta aparece, sim, apenas no quadro dos livros genealógicos do século XVII, por exemplo, no de Cristóvão Alão de Morais (1699). Ora, e apesar da excepção relativa a este último autor, registre-se, a partir dos séculos XVII e XVIII, o caminho de “completo descrédito” por que a genealogia enveredeou (cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linbagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1274-1325)*, Porto, Universidade Moderna/Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 1999, vol. I, pp. 141-143).

⁴⁸ Remete-se para o que mais adiante registaremos a propósito da documentação que assim o designa.

⁴⁹ Rute Dias Gregório, *Ob. Cit.*, p. 291.

⁵⁰ Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Ob. Cit.*, vol. III, p. 124; Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares, *Nobiliário da Ilha Terceira*, 2ª edição, Porto, Livraria Armando Machado, vol. I, p. 230.

⁵¹ Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana: Nobiliário de Famílias de Portugal*, edição de A. P. de Miranda Vasconcelos e outros, Porto, Livraria Fernando Machado, [s.d.], vol. I, tomo II, p. 479.

⁵² Situação por demais evidenciada nos actuais estudos sobre a nobreza medieval portuguesa. Entre outros, cf. Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos, Linhagem Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999, p. 45; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis, percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, [s.n.], Imprensa Nacional/Casa da Moeda [s.d.] [imp. 2000], p. 277.

ponto, de uma certa “toponímia” residencial. E esta última asserção será tanto mais de aceitar, quando consideramos as palavras de A. L. de Carvalho: “o seu onomático ‘Canto’ assinalou um lugar suburbano à Vila [Guimarães]”⁵³. Com tantas e possíveis origens, com que ficar?

Se no que toca à origem do apelido nada mais podemos adiantar, já no respeitante aos fortes indícios de “construção” de origens nobiliárquicas pudemos ir ainda mais além. E o caminho encontrámo-lo inocentemente, sem plano, nem aviso, nem intenção. E tudo se concentrava na figura de João Anes, pai de Pero Anes. De facto, surgia-nos um único elemento, fora de tratados e certidões genealógicos. No traslado de uma escritura de compra e venda de terra e casa, feita em Guimarães, Pero Anes do Canto faz-se representar pelo progenitor que é dado por “mercador morador na villa de Gymaraes”⁵⁴. E como se tal não bastasse para definitivamente nos tirar todas as dúvidas, ainda surgia um irmão -absolutamente desconhecido-, Fernão Anes, também seu representante em acto de compra em Guimarães, igualmente referido como “mercador morador na dita villa”⁵⁵.

Poderão ainda os mais cépticos colocar algumas reticências, visto a documentação de suporte tratar-se de meros traslados⁵⁶. Contudo, não se tratam de quaisquer cópias, tratam-se de documentos tombados pelo próprio Pero Anes do Canto⁵⁷. Se de meras fantasias se tratassem, e porque deturpadoras de uma condição superior, não seriam nesses termos copiadas pela referida figura. Se há muitos “cavaleiro-mercadores” na nossa história expansionista, a verdade é que poucos, ou mesmo nenhuns, permitiriam a omissão do respectivo “título” -passe o termo.

Não nos restarão, pois, dúvidas. Estamos aqui perante uma situação evidente de “criação” de ascendentes nobilitantes, em que a ficção, mas também um interessante e por nós pouco esclarecido acesso a certa cultura histórico/novelesca (não sabemos bem como defini-la), assumem papel relevante do que se poderá designar como “construção de um prestigiante antepassado longínquo”. Estamos face ao que se designará como o “mito fundacional” da família. E não deixa de ser significativo, neste âmbito, que o ancestral em presença seja estrangeiro e, mais propriamente, inglês. Afinal, apenas se confirmava “o papel da Inglaterra enquanto espaço de reforço e suporte ao prestígio linhagístico”⁵⁸.

Apesar de os termos da carta de brasão de Pero Anes do Canto, e “porquanto ele tem armas de nobreza de sua geração dos do Camto [...] lhe dou nouas armas de nobreza”⁵⁹, parecerem confirmar uma verdadeira origem nobiliárquica, a verificação da mesma encontra não só obstáculos de monta, como indícios inquestionáveis de adulteração e construção imaginária de dados. E, de facto, é bem certo que o ascendente directo do nosso biografado se encontrava, em 1511, num patamar social fora da esfera nobiliárquica. No máximo poder-se-ia situar, para parafrasear Vitorino Magalhães Godinho, naquela passagem ambígua entre as ordens privilegiadas e o braço popular⁶⁰. O mercador, diz-nos mesmo Romero Magalhães, “parece ser um estado transitório entre mecânico e fidalgo”⁶¹, mas nenhuma referência nobiliárquica aparece

⁵³ Ap. Pedro Barroso da Fonte, “Pedro Anes do Canto, vimaranense (séc. XV) que desbravou a ilha Terceira”, *Gil Vicente*, nº 29, 1994, p. 67.

⁵⁴ BPARPD, FEC, TECSPAC, doc. 21, fº 31.

⁵⁵ BPARPD, FEC, TECSPAC, doc. 23, fº 32vº.

⁵⁶ Isto, apesar do mesmo argumento servir contra quem segue o atestado da ascendência dos Canto, de 1621, o mais antigo de todos, como já tivemos oportunidade de referir.

⁵⁷ Sobre o respectivo tomo remetemos para o estudo anexo à sua transcrição, publicados pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira [no prelo].

⁵⁸ Esta temática, entre outras, é abordada por Carlos Guilherme Riley, “Da Origem Inglesa dos Almadás: Genealogia de uma Ficção linhagística”, *Arquipélago - História*, vol. XI, Ponta Delgada, 1989, pp. 153-169.

⁵⁹ Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João III*, fº 27, fº 4-4vº. Publicado no *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1981, vol IV, pp. 131-133.

⁶⁰ Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, Editora Arcádia, 1977, p. 102.

⁶¹ Joaquim Romero Magalhães, “A Sociedade”, in José Mattoso (dir.) e Joaquim Romero de Magalhães (coord.), *História de Portugal: no alvorecer da Modernidade*, Lisboa, Editorial Estampa, [s.d.], vol. III, p. 507. Salientar ainda,

mas associada a João Anes do Canto, para o podermos colocar nesta última categoria. O documento, por nós referido, dá-o apenas como “mercador” e por isso mercador seria, mesmo tendo em consideração a ambiguidade desse estatuto e a possível proximidade em relação ao degrau superior.

Decorrente do acabado de expor, não espantará a conclusão: Pero Anes do Canto entrou para a esfera da nobreza portuguesa – como o atesta a sua carta de brasão e os designativos que acompanham o seu nome –, ao que tudo indica por mérito e acção próprios⁶². Sobretudo, esta figura apresenta-se-nos como fruto de um processo de promoção social, característico dos finais da Idade Média e do século XVI europeus⁶³ e, mais especificamente, comum no âmbito do processo expansionista português⁶⁴.

Agora, a quem coube o protagonismo na acção criadora de antepassados nobilitantes? Quem possuía o grau de conhecimento das “crónicas” suficiente para criar o “enredo” do documento dos Canto, em parte esquecido no tempo e que os próprios genealogistas o deixaram apagar em algumas das suas “verdades”?

Esta é uma questão para a qual não possuímos resposta definitiva. Quase nos apetecia imaginar um homem de idade avançada, em dada altura bastante avançada mesmo (e para a época) já que faleceu Pero Anes do Canto com oitenta e três anos, a contar a filhos e netos a lenda das suas origens, sabe-se lá com que premissas. Depois veríamos alguém registá-lo mais tarde (1621), eventualmente com bases noutros registos anteriores, para que nada ficasse esquecido. Em 1793, a mesma história tinha já sinal de reconhecimento tabelionário e conjugava-se com uma plêiade de filhamentos de fidalgo e outras mercês régias, todas legítimas, obtidas pelos diversos membros da linhagem. Entretanto, a família passava a constar dos livros de genealogia... Mas tudo isto não seria mais do que o enunciado de uma outra “criação”, muito pouco histórica...

Um último dado. Curioso, mas principalmente significativo. O célebre *Tombo de Pero Anes do Canto*⁶⁵, o primeiro registo das propriedades e dos litígios da família, feito em 1515 pelo punho do mesmo, entre outros apresenta seis documentos, envolvendo o primeiro Canto, anteriores ao ano de 1510. Em todos eles surge um Pero Anes **do Canto**. Assim mesmo. Letra irregular, traço grosso e suspeito. Por baixo dela, em alguns a olho nu, noutros sob as luzes ultra-violeta, um tímido e adulterado “scudeiro”⁶⁶. Alguém transformou “Pero Anes escudeiro”

que esta é também a posição defendida em Humberto Baquero Moreno, “As Oligarquias Urbanas e as Primeiras Burguesias em Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. XI, Porto, 1994, p. 111.

⁶² Se bem que essa mesma entrada andasse, e numa primeiríssima instância, associada à sua própria “criação” na corte do vigário de Tomar, D. Diogo Pinheiro. Sobre o papel deste último na vida de percurso de Pero Anes do Canto, cf. Rute Dias Gregório, *Ob. Cit.*, pp. 40-43, 273-274.

⁶³ Vários estudos, sem tentarmos uma referência exaustiva, corroboram esta apreciação. Em relação à França destaquemos o estudo de Jean-Marie Constant onde, reafirmando o facto da sociedade francesa ter sido sempre “relativement ouvert aux hommes nouveaux”, se defende que neste âmbito “le XVIIe siècle semble avoir battu tous les records” (Cf. Jean-Marie Constant, “Le Mystère de l’Anoblissement”, in *La Vie Quotidienne de la Noblesse Française aux XVIe-XVIIe siècles*, [s.l.], Hachette, 1985, cap. IV, p. 105.) Quanto à Inglaterra, os trabalhos de K. B. MacFarlane demonstram para o século XV, não só uma tremenda renovação do grupo nobiliárquico, como ainda a criação duma série de barreiras “against too easy social mobility”. Esta criação de barreiras, materializada numa maior estratificação do topo da sociedade inglesa -que até então não existira em tal perfil-, só surgiu “when the privileged feel themselves in danger of being swamped by the mass of invaders, [...] their fear of too much social mobility must be backdated to at least the reign of Edward III, after which it is increasingly betrayed” (Cf. K. B. MacFarlane, *Ob. Cit.*, p. 122.) Para a nossa vizinha Castela, atente-se nas considerações de Marie Claude Gerbert, “El reino de Castilla constituía, en la Europa del siglo XV, una región [...] donde la nobleza era, en buena parte, de origen reciente” (Cf. Marie Claude Gerbert, *La Nobleza en la Corona de Castilla: sus Estructuras Sociales en Extremadura (1454-1516)*, Cáceres, Institución Cultural “El Brocense”/Disputación Provincial, 1989, p. 43).

⁶⁴ Cf. Joaquim Romero Magalhães, *Ob. Cit.*, p. 503.

⁶⁵ Existente na BPARPD, FEC, cota 20, já referido em notas anteriores, em vias de publicação / edição pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira.

⁶⁶ Já tivemos oportunidade de referir a ocorrência em outros dos nossos trabalhos. Entre eles salientamos “Documentos do Fundo Ernesto do Canto: O Tombo de Pero Anes do Canto”, in *Colóquio Ernesto do Canto: retratos*

em “Pero Anes do Canto”. Quem foi o autor? Com que intenções? Em 1515, ano da escritura do referido tombo, o autor, o próprio Pero Anes, não se dera ao trabalho de adulterar a verdade, neste concernente, dos documentos que copiava (e felizmente, pois que os originais se perderam há muito). Quem o perpetrara então?

Desconhecemos. Apenas encontramos os “ecos” de um morgado que em 1599 se torna o mais rico das ilhas (Manuel do Canto de Castro, bisneto do fundador da casa)⁶⁷ e que entre 1599 e 1625 constrói o solar da família, o conhecido Solar de Nossa Senhora dos Remédios (Angra)⁶⁸. Também fica documentado como o seu herdeiro, e homónimo, quezilava com sua mãe a posse “de has cazas nobres em que vivesse”, já que o dito solar não integrava os bens do vínculo⁶⁹. É também deste período que data a primeira documentação conhecida, não oficial, “atestadora da fidalguia dos Canto” (relembremos, de 1621) e é, para terminar, neste século XVII, e como referimos, que a família passa a constar dos livros de genealogia. Terão sido os bisneto e trisneto do fundador, no afã de comprovar a sua linhagem fidalga?

O tempo, e provavelmente a dissimulação, apagou a verdade. Quanto às criações (ou recriações) dos genealogistas, em termos da origem da família, não pareceram perturbar os seus representantes. Teriam ouvido falar, uns e outros, de “sir John Chandos” e de “Mosén John Chandós”? No meio do afã de reconhecimento social, o pseudo-fundador da linhagem foi ficando cada vez mais distante, mais mítico e cada vez mais indelével e obscuro. Não fôra o desejo de tudo esclarecermos sobre o fundador da casa Canto das ilhas e talvez ainda hoje desconhecêssemos que, em tempos, os Canto se viram como descendentes do condestável de “guiana”, do condestável do “Príncipe Negro” (Eduardo de Gales), de seu verdadeiro nome, John Chandos⁷⁰.

do homem e do tempo – Actas, Ponta Delgada, Outubro de 2000 [no prelo]. Cf., também, BPARPD, FEC; TECSPAC, doc. 1 (1505.XII.11), doc. 3 (1506.V.03), doc. 9 (1507.II.19), doc. 17 (1508.V.08), doc. 18 (1508.V.09) e doc. 21 (1507.III.17).

⁶⁷ E torna-se no mais rico, porque com a morte sem herdeiros de sua prima, Violante do Canto, une o 2º morgadio instituído por Pero Anes do Canto aos bens vinculados de que era administrador. Assim sendo, dois dos três vínculos instituídos pelo fundador da casa passam a estar, agora, nas mãos de um só herdeiro. Cf. Jorge Pamplona Forjaz, *Ob. Cit.*, p. 15.

⁶⁸ Cf. Jorge Pamplona Forjaz, *Ob. Cit.*, p. 15.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Para eventuais interessados, conhecemos-lhe uma representação iconográfica moderna em Andrea Hopkins, *Knights*, [s.l.], Barnes and Noble, 2000.

Testemunhos de formulários régios medievais portugueses

Saul António Gomes *

1 – As chancelarias régias medievais portuguesas têm vindo a merecer a atenção de um bom número de historiadores. Conhecemos, neste momento, relativamente bem os contextos institucionais e sociais do funcionamento das chancelarias reais¹ e assistimos mesmo ao aparecimento regular de edições integrais dos registos das chancelarias dos séculos XIV e XV² como, também, de índices das mesmas³.

De um ponto de vista diplomático, contudo, o panorama mostra-se menos ambicioso. Para além do clássico e antigo João Pedro Ribeiro, sobressaem os estudos de Rui de Azevedo dedicados às chancelarias dos Condes Portucalenses, de D. Afonso Henriques e de D. Afonso II⁴, os quais são, ainda hoje, peças clássicas numa historiografia em que se continua a considerar a Diplomática como uma ciência instrumental e auxiliar do “grande discurso” historicista.

Também Avelino de Jesus da Costa se interessaria pelo tema, em estudo de síntese editado em 1975, retornando, mais tarde, a este assunto, a fim de abordar a questão dos registos da chancelaria real medieval portuguesa⁵. Mais recentemente, Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem editariam um estudo sobre a questão das origens e evolução

* Do Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras de Coimbra; membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra; colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

¹ Entre outros, pelos estudos desenvolvidos por Leontina Ventura, para a corte de D. Afonso III, e, num plano bastante mais amplo de um ponto de vista cronológico, por Armando Luís de Carvalho Homem e seus Discípulos para os reinados de D. Pedro I até D. João II. Seja-nos permitido remeter para os balanços, em que este assunto é abordado, de Maria Helena da Cruz Coelho, “A Diplomática em Portugal. Caminhos mais antigos e mais recentes”, *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, 2001, pp. 13-40: 32-33; Armando Carvalho Homem, “O Medievismo em Liberdade (Anos 70 / Anos 90)”, *Um Século de Ensino da História* (Coord. Maria Cândido Proença), Lisboa, Colibri – Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 183-213: 192-193.

² Debaixo da direcção de A. H. de Oliveira Marques e de João José Alves Dias. Estão publicados os volumes: *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, INIC – CEH – UNL, 1984; *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV. Vol. I (1325-1336)*, vol. II (1336-1340) e vol. III (1340-1344), Lisboa, INIC – CEH – UNL, 1990-1992; *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte, Vol. I / T. 1 (1433-1435)*, vol. I / T. 2 (1435-1438) e Vol. II, *Livro da Casa dos Contos*, Lisboa, CEH – UNL, 1998-1999. Volumes a que acrescem os das Cortes Portuguesas, encontrando-se publicadas as Cortes de D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando. Recentemente, aliás, acrescidas pela edição de *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, Lisboa, CEH – UNL, 2001.

³ Cf. Manuela Mendonça, *Chancelaria de D. João II. Índices*, 2 vols., Lisboa, AN/TT, 1994.

⁴ Interessando substancialmente a “introdução” publicada nos *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Vol. I. Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1005-1185*, Tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, pp. XVII-CXXVII. Todo o tomo II (Lisboa, 1962) encerra amplas notas de crítica diplomática. De um modo geral, estas páginas actualizam tudo o que este Autor até então publicara sobre as chancelarias em causa. Para D. Afonso II, contudo, o estudo fundamental será “O livro de registo da chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221)”, *Anuario de Estudios Medievales*, 4, 1967, pp. 35-74.

⁵ “La chancellerie royale portugaise jusqu’au milieu du XIII^e siècle”, *Revista Portuguesa de História*, Vol. 15, Coimbra, 1975, pp. 143-169; “A chancelaria real portuguesa e os seus registos de 1217 a 1438”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, Vol. XIII, Porto, 1996, pp. 71-101.

dos registos da chancelaria real⁶. Estes mesmos Autores com José Marques e Isaías da Rosa Pereira publicariam, ainda, um aprofundado ensaio sobre a chancelaria do rei D. Afonso IV⁷. A chancelaria de D. Afonso II, por seu turno, mereceria uma muito recente e aprofundada (re)visitação por parte de Maria José Azevedo Santos, em 1998, vindo a ser publicada em 2000⁸.

Permanecem por realizar, contudo, estudos de carácter estritamente diplomático e paleográfico sobre a documentação real portuguesa dos tempos medievos. Por outro lado, à excepção dos reis D. Afonso Henriques e D. Sancho I, continuamos a aguardar pelo estabelecimento sistemático dos *corpora* das chancelarias soberanas posteriores a 1211, em que se conjuguem originais, registos e cópias dos diplomas régios desses tempos.

Neste domínio, um dos aspectos menos conhecido respeita à questão da génese documental. Conhece-se, basicamente, o funcionamento do processo de solicitação e de assentimento ou promulgação dos actos pelo rei e pelos seus oficiais autorizados. Mas o conhecimento de que dispomos sobre tal processo, especialmente na sua dimensão burocrática, é ainda muito reduzido. Torna-se, por isso, relevante, seriar o tipo de formulários usados nas chancelarias reais portuguesas de antanho.

Os formulários consagravam os modelos estereotipados de redacção textual tidos por mais convenientes e pertencentes aos actos emanados de uma qualquer autoridade pública ou privada enquanto entidade legislativa, executiva e judicial. Chanceleres e escribas de reis e senhores, papas e bispos, abades e clérigos notários contavam com o auxílio precioso desses cadernos em pergaminho ou em papel onde se compilavam fórmulas e modelos estilísticos que inventariavam as modalidades de escrita segundo a consideração das escalas sociais e dos objectivos institucionais a que se destinavam tais documentos⁹.

A uniformização dos modelos de redacção de textos vocacionados para a garantia do exercício do poder e autoridade dos grandes senhores e do estabelecimento de relações diplomáticas de carácter internacional, impôs a circulação, durante muito tempo, de exemplares de formulários carregados de traslados de documentos correntemente escritos em latim. A uniformidade do escrito permitia, naturalmente, aos cristãos e letrados dos séculos medievos, uma ampla compreensão da mensagem criada e difundida entre chancelarias distintas e/ou distantes¹⁰.

Na Europa dos séculos XII e seguintes, o próprio fortalecimento do poder régio, como, na devida escala, dos demais poderes senhoriais laicos e clericais, passava por um amplo incentivo ao surgimento de populações letradas, universitárias, de cuja especialização, particularmente em Leis e Cânones, se esperariam amplos frutos ao serviço das cúrias, das audiências forenses e das escrituranhas notariais instaladas por cidades e vilas¹¹.

⁶ *Origines et évolution du registre de la Chancellerie royale portugaise (XIII^e – XV^e siècle)*, Porto, 1995.

⁷ “Diplomatique Royale Portugaise: Alphonse IV (1325-1357)”, *Actes du Colloque Technique de la CID, Porto-Braga-Coimbra, septembre 1991*, Porto, 1996, pp. 133-161.

⁸ “A Chancelaria de D. Afonso II (1211-1223). Teorias e Práticas”, *Ler e Compreender a Escrita na Idade Média*, Lisboa, Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, 2000, pp. 11-58.

⁹ Vd. Guido Van Dievoet, *Les Coutumiers, les Styles, les Formulaires et les “Artes Notariae”*, Turnhout, Brepols, 1986, pp. 75-82.

¹⁰ O território português não ficou imune a este fenómeno. Sobre formulários de chancelaria em Portugal, vd. Maria Cristina de Almeida Cunha, “Fórmulas e formulários: os documentos da Colegiada de Guimarães (1128-1211)”, *Actas do 2^o Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. IV, Guimarães, 1997, pp. 173-182; Saul Gomes, “Um Formulário Monástico Português Medieval: O Manuscrito Alcobacense 47 da BNL”, *Humanitas*, Vol. LI, Coimbra, 1999, pp. 141-184 (republicado em *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, 2001, pp. 191-232; Idem, “Observações sobre dois formulários eclesíasticos medievais portugueses”, *Humanitas*, Vol. LIII, Coimbra, 2001, pp. 249-274.

¹¹ Cf. Michael Clanchy, “Literacy, law and the power of the state”, *Culture et Idéologie dans la genèse de l'État Moderne. Actes de la table ronde organisée par le Centre national de la recherche scientifique et l'École française de Rome. Rome, 15-17 octobre 1984*, Roma, École Française de Rome, 1985, pp. 25-34.

2 – Não estranha, assim sendo, que os governos de reis e senhores mais conectados com conjunturas políticas reformistas e de reforço do poder e da autoridade da Coroa / Estado que gerem, sejam momentos especialmente fecundos para a generalização de políticas administrativas uniformizadoras quer das práticas de gestão da *res publica*, quer, sobretudo, dos métodos que as garantiam, registavam e permitiam controlar adequadamente¹².

Tem vindo a ser sublinhada, pelos historiadores, a conjuntura processualista da administração régia portuguesa nos primeiros lustros de Trezentos. A legislação da época preocupa-se em normativizar, com relativa minúcia, as custas de processos, a acção forense e de procuradoria, os mecanismos de apelação e agravo e o direito contratual público e privado¹³. No decurso de afirmação do poder monárquico, bem como da consolidação da sua autoridade, dilui-se a construção do Estado tardo-medieval e a sua inegável procura de modelos regulamentadores dos discursos burocráticos, em ordem a uma uniformidade de métodos e de meios, que sustentassem o inter-relacionamento dos súbditos com o seu suserano, garantia da justiça e da paz¹⁴.

Neste domínio, os celebrados regimentos portugueses dos tabeliães, promulgados em 1305 e em 1340, são um bom testemunho do desenvolvimento da engrenagem burocrática pública que se revelava fundamental à afirmação da capacidade de (co)mando do Monarca sobre o *regnum*. A forma extremamente minuciosa como se regulamenta, nesses textos, a acção dos notários, descendo ao pormenor de definir preços por cada linha escrita, o tempo máximo de execução da cópia dos actos ou o número mínimo de testemunhas a avocar por cada promulgação, são exemplos da forma rigorosa com que se procurou regulamentar e controlar o exercício desses profissionais da escrita por excelência¹⁵.

A conjuntura política do reinado de D. Dinis (1279-1325) revelou-se, por outro lado, muito favorável ao estabelecimento de reformas no domínio do ensino, como seja, a mais significativa de todas, o estabelecimento da primeira universidade¹⁶, a que se deve associar uma inegável viragem nas práticas da escrita corrente que, quebrando o predomínio do Latim, passam a ater-se maioritariamente a redacções documentais na língua vernacular¹⁷. Tais princípios não podem deixar de ser interpretados como claros indicadores da alta relevância social que a escrita e o “saber das letras” adquiriram, então, em solo português.

¹² D. J. Guth, “Introduction: Formulary and literacy as keys to unlocking late-medieval law”, *Écrit et Pouvoir dans les Chancelleries Médiévales: Espace Français, Espace Anglais*, Louvain-la-Neuve, Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales, 1997, pp. 1-12.

¹³ Armando Luís de Carvalho Homem, “*Dionísus et Alfonsus, Dei gratia reges et communis utilitatis gratia legiferi*”, *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. XI, Porto, 1994, pp. 11-1110: 23.

¹⁴ Jean Hilaire, “La procedure civile et l’influence de l’État. Autour de l’appel”, *Droits savants et pratiques françaises du pouvoir (XI^e – XV^e siècles)*, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, 1982, pp. 151-160. Cf. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 635-659.

¹⁵ *Livro das Leis e Posturas* (Ed. Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues), Lisboa, Faculdade de Direito, 1971, pp. 63-70, 203-205; *Ordenações del-Rei D. Duarte* (ed. Martim de Albuquerque e E. Borges Nunes), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 191-193, 202-204; Isaías, “O Tabelionato em Portugal”, *Notariado público y documento privado: de los origenes al siglo XIV. Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática. Valencia. 1986*, Valencia, Generalitat de Valencia, s. d., pp. 615-690: 669-676, 679-688; A. L. de Carvalho Homem, “Dionísus et Alfonsus...”, p. 23.

¹⁶ Vd. António Resende de Oliveira, “As Instituições de Ensino”, *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV* (Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem), Vol. III de *Nova História de Portugal* (Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão), Lisboa, Presença, 1996, pp. 604-63: 612-613.

¹⁷ Fenómeno não apenas português. Vd. Serge Lusignan, “Quelques remarques sur les langues écrites à la chancellerie royale de France”, *Écrit et Pouvoir...*, pp. 99-108; Maria José Azevedo Santos, “A Evolução da Língua e da Escrita”, *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV* (Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem), Vol. III de *Nova História de Portugal* (Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão), Lisboa, Presença, 1996, pp. 604-63: 612-613.

3 – É neste contexto que nos chegam testemunhos de formulários em uso na chancelaria de D. Dinis. Ultrapassado o tempo em que se confundiam, nas práticas das chancelarias régias, os modelos de produção documental derivados de chancelarias outras, públicas ou privadas, eclesiásticas ou nobiliárquicas¹⁸, a chancelaria real portuguesa desenvolverá, na senda da acção protagonizada por D. Afonso II, mas mais especialmente após 1250, normas e tradições próprias de escrita e redacção diplomáticas¹⁹. Entre essas normas, naturalmente, encontrar-se-iam os mencionados formulários.

Não há dúvida quanto ao facto de eles terem existido na chancelaria real portuguesa, quer nos seus pólos centrais, quer nos pólos da administração pública estabelecidos em cidades e vilas provinciais. Os modelos de *dictamina* usados e a estrutura externa formal dos actos régios provam a imanência de módulos redaccionais e de expedição uniformizados nessas chancelarias²⁰. Faltavam, contudo, provas mais apodícticas desta realidade tão característica do normal funcionamento das grandes chancelarias medievais.

Apresentamos, aqui, alguns testemunhos concretos que ilustram a efectiva e obrigatória recorrência, pelos oficiais régios, a formulários padronizados em que se inventariava o discurso lícito e autorizado em matérias eminentemente de contencioso forense.

Efectivamente, aparece no celebrado *Livro das Leis e Posturas* um conjunto de onze cartas que correspondem ao que correntemente se entende por exemplos de formulários de chancelaria. Os formulários nem sempre assumem, como se sabe, uma unidade mecânica codicológica. Podem aparecer inscritos em fólhos marginais de códices, circunstancialmente, sem grande preocupação de organização e sistematização. A sua inscrição em códices ou pergaminhos não pensados, primitivamente, para tal efeito, nada tem de estranho. O carácter eminentemente prático de tal tipo de informação, explica o seu lançamento em fólhos inesperados e, até, o sentido invariavelmente muito breve e episódico de tais cópias²¹.

Na mencionada compilação de *Leis e Posturas*, surgem, na verdade, modelos estereotipados do seguinte tipo de cartas: 1) carta de “razões e do juízo”; 2) carta de “agravo e do juízo”; 3) cartas de agravo (cinco exemplos); 4) cartas de sentenças interlocutórias (dois exemplos); 5) carta de procuração feita por tabelião; 6) carta de legitimação²².

Trata-se, no caso presente, de formulários documentais correntes na chancelaria régia portuguesa dionisina, integrando, justamente, aquilo a que poderíamos chamar como um *ordo iudiciarii* ou costumeiro próprio do tribunal régio dessa época²³. Os seus objectivos práticos são eminentemente processuais, uniformizando modelos de impetração de justiça forense e disciplinando o próprio oficialato instalado ao serviço da Justiça.

De uma Justiça bastante mais interpelada do que interpelante, como se depreende da maior variedade e disponibilidade de modelos de cartas de agravo, mas também de uma prática judicial alongada pela permeabilidade a actos de apelação (daí, aliás, o sentido das sentenças

¹⁸ Assim, por exemplo, nas chancelarias de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I, especialmente na daquele, detectam-se diferentes tradições de *dictamina*, uma boa parte das quais devida ao facto da documentação “real” ter sido redigida, naturalmente, em chancelarias eclesiásticas de instituições impetrantes do favor e da graça reais. O caso de Santa Cruz de Coimbra, deste ponto de vista, mereceu a nossa atenção na dissertação *In Limine Conscriptiois. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 2000, pp. 861-897.

¹⁹ O que se pode inferir, não só pelo aumento geométrico da documentação régia guardada nos arquivos nacionais e estrangeiros a partir dessa data, como pela multiplicação dos livros de registo e pela implementação de dinâmicas políticas arquivísticas por parte dos Monarcas. Mas, naturalmente, este problema espera os necessários e devidos estudos...

²⁰ Vd. Avelino de Jesus da Costa, “La chancellerie royale portugaise...”, pp. 143-169.

²¹ Vd. Saul Gomes, “Observações sobre dois formulários...”, p. 253.

²² Vd. Apêndice documental, no qual se fornecem as devidas abonações bibliográficas.

²³ Vd. Linda Fowler-Magerl, *Ordines Iudicarii and Libelli de Ordine Iudiciorum (From the Middle of the Twelfth to the end of the Fifteenth Century)*, Turnhout, Brepols, 1994.

interlocutórias) e pela estrita dependência da representação, por advogados ou por procuradores, das partes impetrante e citada. Aliás, é a este nível, remetido a cartas de procuração feitas por tabelião, que se reserva o único módulo de redacção em Latim, quando, para todos os demais, se usou o português. Fora deste círculo, sobressai o problema jurídico e social das legitimações “dos filhos dalgo e das donas dordiis”, suficientemente importante, ao tempo, para suscitar o estabelecimento de formulário de chancelaria específico.

4 – As cartas dionisinas aqui referidas, não são, contudo, os únicos instrumentos de prova documental da utilização de formulários por parte das chancelarias reais portuguesas medievais. Mesmo e sobretudo ao nível dos assuntos da “pureza” real, os escrivães áulicos serviam-se de modelos de redacção. Isso foi particularmente evidente no seio das primeiras gerações da Dinastia de Avis.

Os Infantes, filhos del-rei D. João I, nas cartas que enviavam ao Duque de Bragança, tinham estilo próprio, expresso muito especialmente nos sobrescritos, no protocolo de *adressio* e no escatocolo documentais²⁴. O rei D. Duarte, no seu celebrado *Livro dos Conselhos*, compila uma longa lista de fórmulas de cartas a dirigir às mais altas autoridades internacionais, desde o papado aos reis, rainhas e príncipes da Cristandade, aos mestres das Ordens Militares, aos prelados portugueses, a duques e condes, a condestáveis e a algumas das mais importantes cidades europeias da época²⁵. São também conhecidas as fórmulas seguidas na epistolografia carteadada entre D. João II, quer enquanto príncipe, quer já depois de rei, e os reis de Castela²⁶.

Entramos aqui, naturalmente, no domínio da epistolografia (quase) privada, mas à qual permanecia subjacente uma atitude formal de carácter ético que se representava no discurso artificioso, cortesão, em que as palavras se conotam de modo particularmente feliz com as hierarquias sociais. Não deixa, contudo, de ser extremamente significativo que também ao nível das relações privadas, se acentue uma formalidade discursiva que necessitava do auxílio codificador de formulários de lisonja e de cortesia extremamente apurados²⁷.

Os formulários, correspondendo por excelência a uma mentalidade burocrática avessa a rupturas e a novidades, multiplicar-se-ão nos séculos finais da Idade Média. Eles absorveriam, como vimos, a própria esfera da vida privada dos grandes. Mas o seu espaço mais fértil continuaria a ser ao serviço da burocracia real, em todos os seus actos e oportunidades de multiplicação de documentos²⁸.

²⁴ Modelos publicados por António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado), Tomo IV, Coimbra, Atlântida, 1950, pp. 282-283.

²⁵ *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte. (Livro da Cartuxa). Edição Diplomática* (Ed. João José Alves Dias), Lisboa, Estampa, 1982, pp. 181-200.

²⁶ Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina da B.N.L.* (Introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado), Lisboa, IN-CM, 1983, pp. 151-152.

²⁷ Cf. Giles Constable, *Letters and Letter-Collections*, Turnhout, Brepols, 1976, pp. 39 e seguintes.

²⁸ Não estranha, assim sendo, que nos cheguem também testemunhos do estabelecimento de formulários para convocação de Cortes. Todas as Cortes, desde a convocação à sua celebração, pressupunham, obviamente, serviços de secretariado funcionais e bem industriados. Ainda que, que saibamos, se conheçam apenas os formulários usados para as Cortes de Lisboa de 1502, já na alvorada dos tempos modernos. Entre eles mencionam-se as fórmulas diplomáticas com as convocatórias para os grandes e fidalgos senhores de terra, para os alcaides, para as sedes de comarca e para os concelhos sem assento em Cortes. Vd. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 19-34.

Apêndice Documental.

[1279-1325] — Formulários de cartas de “razão”, de agravo, de sentença interlocutória, de procuração e de legitimação seguidos na Cúria de D. Dinis .

Livro de Leis e Posturas (Edição por Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Rodrigues), Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1973, pp. 40-46, 126-129.

[1. A]

Carta das Razões e do Jujzo.

Sabede que eu uj huã uossa carta das Razões e do Jujzo e do agravo que de uos filhou foão. ssobre contenda que era perdante uos antre el da huã parte e foão da outra ssobre tal cousa. e uos destes hi tal Jujzo do qual Jujzo o dicto foão agrauou. E eu uistas as Razões e o Jujzo e o agravo e auudo consselho ssobre eles achey que uos Julgastes mal. e que ele sse agrauou bem E porem Reuoguey uosso Jujzo e Reuogo. e confirmey o agravo e confirmo E coRego o Jujzo e mando que nunca lhende Responda ect.

[1. B]

Carta do agravo e do Jujzo.

Sabede que eu uj uossa carta de Razões e de Jujzo e de agravo que de uos filhou ffoão. ssobre contenda que era perdante uos antre ele duã parte e foão da outra ssobre tal cousa. e uos destes hi tal Jujzo do qual o dicto foão agrauou E eu uistas as Razões e o agravo e o Jujzo e auudo consselho sobre eles achey que uos Julgastes mal e que el agrauou bem E porem Reuoguey o uosso Jujzo e Reuogo e confirmey o agravo e confirmo E assy daqui adeante deue este preyto a sseer troussado perdante mjm. Vnde uos eu mando que uista a carta enprazedes foão. e que des aquel dia que a el for mostrada esta mha carta a dous noue dias uenham perdante mjm. E ouuirey as partes e darej a cada huu seu deryto E uos enujade me dizer o dia que perdante mjm deuem de parecer. Vnde al nom façades ect.

[1. C]

Carta dagrauo. [I]

Sabede que foão ueõ perdante nos per sy ou per outrem. e mostrou nos huum stromento fecto per tal tabelliom en que era contheudo que sobre demanda que ele fazia perdante uos a foão ssobre tal cousa que ouujdas as partes destes hi tal Jujzo do qual Jujzo o dicto foão agrauou. E que uos destes a el as Razões e o Jujzo e o agravo en scripto. e posestes dia aas partes em no qual perdante mjm parecessem E o dia ssegundo como he contheudo no dicto stromento he tal. E o dicto foão por que foy dada a sentença ueõ a esse dia per ssy ou per outrem e esteue depois per .iij. dias ssegundo a postura da mha corte E foão que apelou nom ueõ. nem enujou por ssy e eu Julguey el por Reuel E assy fica o Jujzo que uos destes por firme. Vnde uos eu mando que uista esta carta que uos façades teer e aguardar uosso Jujzo. e façades uijr as partes perdante uos e ouujdos e uaam per seu preyto adeante. e dade a cada huum seu deryto E uendede tantos dos beens mouijs desse foão que apelou e nom sseguro a apelaçom. ata que pague as custas de .xxx. dias ao dicto foão por que foy dada a sentença assy como he posto na mha corte. Vnde al nom façades ect.

[1. D]

Carta dagrauo [II]

Sabede que foão ueõ ou mandou perdante mjm e mostrou huum stromento fecto por foão tabelljom en que he contheudo que ssobre demanda que ele fazia perdante uos. a ffoão de tal

cousa que uos destes hi tal Jujzo do qual Jujzo o dicto foão agrauou. E que uos destes as Razões e o Jujzo e o agrauo en scripto en que posestes dia aas partes em no qual perante mjm parecessem E o dia ssegundo como he contheudo en este stromento foy tal E o dicto foão por que foy dada a sentença ueõ per ssy ou per sseu procurador e esteue per .iij. dias depois ssegundo a postura da mha corte. E foão que apelou nom ueõ nem enujou por ssy. e assy fica o Jujzo que uos destes firme vnde uos eu mando que uista a carta que façades teer e aguardar o nosso (?) Jujzo e que uendades ao dicto foão tantos dos beens muuijs ata que pague as custas dos .xxx. dias a este por que foy dada a sentença assy como he psoto em mha corte ¶ E sse nom auondar o muujl costrendede ele pela Raiz ata que lhi pague as custas dos xxx. Dias assy como de ssusodicto he Vnde al nom façades.

[1. E]

Carta dagrauo [III]

Sabede que foão ueõ perdante mjm per ssy ou per seu precurador e mostrou me hum stromento fecto per tabelliom en que he contheudo que ssobre demanda que lhi perdante uos fazia foão ssobre tal cousa e que ouujdas as partes e as Razões da huã e da outra parte e auudo consselho sobre elas que uos destes hi tal Jujzo do qual Jujzo o dicto foão agrauou E que uos destes a elas Razões e o Jujzo e o agrauo en scripto. e que posestes dia aas partes en que perdante mjm parecessem E o dia que perdante mjm ouuerom de parecer foy tal E este dia o dicto foão por que foy dada a sentença ueõ perdante mjm per sy ou per seu precurador e esteue depoy per .iij. dias segundo a postura de mha corte. E foão que apelou nom ueõ nem enujou por ssy. e eu Julguy el por Reuel E assy fica o Jujzo que uos destes por firme Vnde uos eu mando que uista esta carta que façades teer e aguardar o uosso Jujzo. E mando que o dicto foão por que foy dada a sentença que nom seia theudo a Responder ata que pague aa outra parte as custas de xxx. dias. assy como som taussadas em mha corte. E des que lhi pagar as custas fazede perdante uos uijr as partes e ouujde as e uaam per seu preyto adeante. e dade a cada hum seu dereyto vnde al nom façades ect.

[1. F]

Carta dagrauo [IV]

Sabede que foão ueõ perdante mjm per sy ou per seu precurador e mostrou me hum stromento fecto per tal tabelliom en que era contheudo que sobre demanda que lhi foão fazia perdante uos sobre tal cousa que ouuistes as razões da huã parte e da outra e auudo consselho sobre elas que estes hi tal Jujzo do qual o dicto foão agrauou E que uos destes a el as Razões e o Jujzo e o agrauo en scripto. E que posestes di aas partes no qual perante mjm parecessem E o dia que perante mjm ouuerom de parecer foy tal Vnde uos eu mando que uista esta carta que facades (sic) teer e aguardar uosso Jujzo e que uendades ao dicto foão que apelou e nom se gujo a apelaçom tantos dos beens muuijs ata que pague as custas de .xxx. dias ao dicto foão por que foy dado o Jujzo segundo o costume da mha corte E se nom auondar o muujl uendede lhi a Rajz ata que lhi pague as custas de .xxx. dias assy como dicto he. Vnde al nom façades ect.

[1. G]

[Carta de agravo: V]

Sabede que foão ueõ perdante mjm per sy ou per seu precurador a tal dia. E disse me que sobre demanda que el fazera perdante uos a foão sobre tal cousa E uos destes hi tal Jujzo do qual Jujzo o dicto foão agrauou E que uos destes a el as Razões e o Jujzo e o agrauo en scripto e que posestes dia aas partes e que perdante mjm parecessem E o dia assy como a mjm he dicto foy tal. E o dicto foão por que foy dada a sentença ueõ a esse dia per sy ou per seu

precurador e esteue depois per .iij. dias e mais segundo a ley da mha corte. E a outra parte nom ueõ nem enujou por ssy. e assy fica o uosso Jujzo firme Vnde uos eu mando que uista esta carta façades perdante uos uijr as partes e ouujde as. e sse achardes que tal Jujzo foy dado e que o dicto foão apelou e que o dia de ssusodicto foy tal em no qual as partes ouuerom de parecer perdante mjm que façades teer e aguardar uosso Jujzo E façades as partes hir per seu preyto adeante e dade a cada huum seu deryto. E uendede ao dicto foão que apelou e nom segujo a apelaçom tantos dos beens muuijs ata que pague as custas de .xxx. dias ao dicto foão por que foy dada a sentença. segundo a postura da mha corte. E sse nom auondar o muujl costrengede o pela Rajz ata que lhi pague as custas como dicto he Vnde al nom façades eçt.

[1. H]

Carta da sentença Jnterlacutoria.

Sabede que foão ueõ perdante mjm e disse me que sobre demanda que lhi foão fazia perdante uos ssobre tal cousa E que uos destes tal Jujzo do qual o dicto foão agrauou e que uos destes a elas Razões e o Jujzo e o agrauo em scripto. e que posestes dia aas partes a que parecessem perdante mjm E o dia segundo a mjm foy dicto foy tal E o dicto foão que diz que foy dado por el o Jujzo ueõ a este dia perdante mjm per sy ou per seu precurador e esteue depois per .iij. dias e mais segundo a postura da mha corte E o dicto foão que apelou nom ueõ nem enujou por sj a esse dia. Vnde uos eu mando que uista esta carta façades as partes perdante uos uijr e ouujde as e sse achardes que tal Jujzo hi foy dado e que a outra parte agrauou. e que o dia de susodicto foy tal en que aquelas partes perdante mjm ouuerom de parecer que façades teer e aguardar o uosso Jujzo e nom costrengades foão por que foy dada a sentença de Responder aa outra parte ata que lhi pague as custas de .xxx. dias asy como he psoto em mha corte. Vnde al nom façades eçt.

[1. I]

Outra carta idem

Sabede que ueõ perdante mjm foão ou enujou e dise me que sobre demanda que lhi foão fazia perdante uos sobre tal cousa. e que uos destes hi tal Jujzo do qual o dicto foão agrauou. e que uos destes a el as Razões e o agrauo e o Jujzo en scripto e que posestes dia aas partes a que parecessem perdante mjm. E o dia segundo a mim he dicto foy tal E o dicto foão por que foy dada a sentença ueõ perdante mjm per sy ou per seu precurador E esteue per .iij. dias depois ssegundo he a ley da corte E o dicto foão que apelou nom ueõ nem enujou por sy a esse dia. Vnde uos eu mando que uista esta carta. Façades as partes perdante uos uijr e ouujde os E sse achardes que tal Jujzo hi foy dado e que o dicto foão agrauou. e que o dia de ssusodicto foy tal no qual perdante mjm ouuerom de parecer que façades teer e aguardar hi o uosso Jujzo. E uendades ao dicto foão tantos dos beens mouijs ata que pague as custas de .xxx. dias a este porque foy dada a sentença. E sse nom poder seer pagado pelo muujl costrendede o pela Rajz. Vnde al nom façades eçt.

[1. J]

[Carta de procuração feita por tabelião]

Nouerint unyuersy quod in presencia mey tabellionis. ta (?). et testium subscriptorum ad hoc specialiter notatorum et Rogatorum. Talis constituit fecit ac eciam ordinauit p[r]ocuratorem suum uerum et legitimum talem uel tales utrumque eorum in solidum presentes uel licet absentes itaquod non sit melior condicia ocupantis et quod unus inceperit alter ualeat difinire et impe-trandum et contradicendum jn Romana curia literas tam simpliçes quas legendas iusticiam seu gratiam continentes et ponendam locam Judicem seu Judices eligendum eciam recusandum et

ad prestandum animam suam cuiuslibet generis sacramentum procuratorem alium uel alios loco suy substituendum et Reuocandum et post reuocationem procuracionis officium in se resu-
mendum quandocumque. et quocienscumque ipsiseu eorum alter uiderint uel uiderit expedi-
re. et ad omnia alia et singula faciendum que uery et legitimy procuratores posunt et debent
façere seu que uerus et legitimus potest et debet façere procurator et que circa promyssa fue-
rint oportuna E[t] promisit se ratum habiturum et firmam quicquid perdictos procuratores uel
eorum alterum aut per substitutum uel substitutos ab eis uel eorum altero actum fuerit in
premyssis et quolibet eorumdem. presentibus ect. Ego uero tabellio memoratus ad instantiam
dicti tabellionis presentem procuracionem conscripsi³⁰.

[I. K]

[Carta de legitimação]

Da ligitimaçom dos filhos dalgo e das donas dordiis.

Don denys ect. a quantos esta carta uirem faço saber que como tal monia ou tal dona
uehesse a mjm e me dissesse huum filho de tal que assy nome Essa dona me pediu por merçe
e por graça que eu que lhe legetimasse o dicto filho que pela mha legitimaçom podesse seer
herdeyro nos seus bees dela e de seus parentes quando mester fosse. e que possa auer honr-
ras de dignydades de filhos dalgo assy como se fosse feyto e nado lijdemamente Eu sobre estas
cousas e sobre esta ligitimaçom que me esta dona pediu detiuy por ben de lhe fazer esta merçe
e esta graça por seruiço de deus e Reçebo essa petiçon E legitimo e faço o dicto seu filho lij-
dimo de meu poder e de mha graça special. E daquy adeante mando e outorgo que o dicto seu
filho aia e seia herdeyro en bees da dicta dona sa madre e de seus parentes quando lhe acae-
çer assy como se fosse nado lijdimo. E mando e outorgo que aia honrras e dignydades en toda-
las outras cousas que deue a auer filho lijdimo E sse alguua ley ou dereyto ou custume hy a
que contra esta mha legitimaçom seia mando que lhe nom enpeesca nem aquela ley do Codice
que falla no Titolo dos testamentos que nom son ben feytos que se começa conqueritur E o
outentico que sse começa Nouissima ect. entensso. etc.

³⁰ No texto publicado: "presentem procuratorem conscripti."

Protagonismo político de un linaje portugués en la Castilla de Juan II: Rodrigo Alfonso Pimentel *

Vicente Ángel Álvarez Palenzuela **

Las circunstancias que rodean el acceso de Juan I al trono de Portugal, y las complejas relaciones con Castilla, en esos años, producen el paso de varios linajes de aquél a este reino, en el que reciben importantes donaciones¹; uno de esos linajes es el de los Pimentel, una familia de larga trayectoria al servicio de la monarquía portuguesa², que cuenta también con históricas relaciones con la monarquía castellana, que se remontan a época de Alfonso XI³.

En el momento de su trasplante a Castilla⁴, es cabeza de este linaje Juan Alfonso Pimentel, señor de Bragança y Vinhais, a las que acabará renunciando⁵, no sin haberse asegurado antes, en una prolija negociación⁶, la cesión de Benavente, con título condal, por Enrique III⁷.

El primogénito de Juan Alfonso es Rodrigo Alfonso Pimentel, II conde de Benavente, uno de los mencionados en la negociación para contraer un matrimonio conveniente que le sitúe entre los principales miembros de la nobleza castellana: así sucederá, efectivamente. Su protagonismo

* Este trabajo forma parte del Proyecto de Investigación "La época de Juan II: poder y sociedad en Castilla en la primera mitad del siglo XV", PB1998-0057, financiado por la DGICYT.

** Universidad Autónoma de Madrid.

¹ El análisis de la política de Enrique III en relación con los exiliados portugueses ha sido realizado por E. MITRE FERNÁNDEZ, *Evolución de la nobleza en Castilla bajo Enrique III. (1396-1406)*. Valladolid 1968.

² Un reciente trabajo de Bernardo VASCELOS E SOUSA, *Os Pimentéis percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa 2000, permite hoy el conocimiento de ese linaje, hasta ahora casi ignorado en su fase portuguesa.

³ El 8 de agosto de 1344, Alfonso XI comunica a Pedro Vázquez Pimentel la muerte de su hijo Pedro Pimentel en el cerco de Algeciras; es una sentida nota en la que relata pormenorizadamente la acción heroica del fallecido, que dió muerte a un hermano del rey de Fez y a un crecido número de enemigos, antes de ser abatido, y su honroso enterramiento; le indica que ha pedido al rey de Portugal que le confiera cuantas mercedes sean posibles.

Menos de un mes después, el 1 de septiembre, desde Lisboa, responde Pedro Vázquez, por medio de Martín Gómez de Alarcón. Le comunica el dolor propio y de su esposa por el fallecimiento de su hijo, y agradece al Rey los honores tributados; lamenta no poder prestar ayuda personal al monarca castellano, ya que sus años se lo impiden, pero le ofrece los servicios de sus hijos Alfonso y Diego, que todavía no han combatido con los moros, pero de cuyo valor está seguro. A.H.N. Nobleza. Osuna, leg. 415, 1.

Creo que estos documentos hubieron de constituir una excelente carta de presentación de los Pimentel ante Enrique III.

⁴ A este asunto se refiere I. BECEIRO PITA, *El condado de Benavente en el siglo XV*. Salamanca 1998, págs. 35-41.

⁵ El proceso, que ahora no interesa para los fines de este estudio, habrá de ser objeto de otro por nuestra parte, sobre documentos del fondo Osuna, que venimos mencionando.

⁶ El 28 de enero de 1398, Enrique III otorga poderes a Diego López de Estúñiga para negociar con Juan Alfonso Pimentel. A.H.N. Nobleza. Osuna, leg. 415-5,1. Signatura actual, Carp. 56-7, y leg. 415-5,2a.

Los acuerdos se alcanzan el 4 de marzo de ese año; en su virtud tendrá Juan Alfonso la villa de Benavente, tal como la tiene ahora la reina Catalina, además de Bragança y Vinhais si don Dionís, o el propio Enrique III, obtuviesen el trono de Portugal. Además, 80 lanzas, y se prevén matrimonios de importancia para los hijos del conde. A.H.N. Nobleza. Osuna, leg. 415-12.

⁷ El 17 de mayo de 1398, hacía efectiva el Rey la donación a Juan Alfonso Pimentel de la villa de Benavente, salvo alcabalas y monedas, con título de conde. A.H.N. Nobleza. Osuna, leg. 415-5. En esa misma fecha, ordena a sus oficiales que pongan a Juan Alfonso en posesión de la villa, y a sus habitantes que le obedezcan y entreguen sus sellos. A.H.N. Nobleza. Osuna. leg. 415-5, 2b.

La donación es reiterada en Alcalá de Henares, el 13 de diciembre de 1398. A.H.N. Nobleza. Osuna. leg. 415-5, 5. También en traslado de 19 de octubre de 1407, Benavente. A.H.N. Nobleza. Osuna, carp. 206-14.

en los más importantes y decisivos acontecimientos del reinado de Juan II nos permitirá analizar la actuación nobiliaria en la situación política y la forma en que uno de sus miembros más conspicuos lucha por mantener y acrecentar el poder de su linaje.

No tenemos ninguna otra noticia de Rodrigo Alfonso Pimentel hasta que, en 1410, quizá en marzo⁸, contrae matrimonio con Leonor Enríquez, hija del almirante, Alfonso Enríquez; con este motivo, el Almirante vende a su yerno el lugar de Milmanda y el castillo de Santa Cruz, cuyo importe se entrega a la novia en calidad de dote⁹.

Su posición como futura cabeza del linaje se ve consolidada por un proceso de concentración de bienes¹⁰ que incluye la cesión, por su padre, del juro sobre las alcabalas de Zamora¹¹; la renuncia de su hermano Alfonso Téllez a sus derechos hereditarios¹², y, asimismo, la renuncia por parte de su hermana Teresa a los mencionados derechos¹³. Juan Alfonso pone gran diligencia también en lograr del gobierno de la regencia de Juan II la confirmación de las 40 lanzas que le diera Enrique III, y la libre disposición de las mismas¹⁴.

Parece muy probable que, desde finales de 1419 se halla Rodrigo al frente de los intereses familiares, seguramente por enfermedad de su padre¹⁵. Nada sabemos de él sino que actúa como embajador castellano en Francia, junto a Diego de Anaya, arzobispo de Sevilla. Castilla ha abandonado su posición neutral en el conflicto anglofrancés, se ha aliado a la Francia armagnac, desde 28 de junio de 1419, y ha obtenido un importante éxito naval frente a La Rochela (30 de diciembre); la misión diplomática debía tener por objeto el replanteamiento de las relaciones entre los dos reinos¹⁶. Durante esa embajada se produce el fallecimiento de Juan Alfonso Pimentel.

Los embajadores llegan a Tordesillas precisamente el día 14 de julio de 1420, en que el infante don Enrique se ha hecho con el poder, mediante el denominado *golpe de estado de Tordesillas*; al parecer, no se detuvieron en la villa, por falta de alojamiento, y prosiguieron su

⁸ Las capitulaciones matrimoniales se fechan el 6 de marzo de 1410. R.A.H. Col. Salazar, M-50, 63r-75r.

⁹ 1410, marzo, 5. Villabrágima. R.A.H. Col. Salazar. O-I, 137-139. Vid. BECEIRO PITA, I. *El condado...*49-50.

¹⁰ BECEIRO PITA, I. *El condado...*50.

¹¹ 1410, marzo, 8, sábado. Villabrágima. Se trata de 60.000 maravedís que le había situado Enrique III en compensación por la pérdida de Bragança y Vinhais; valen menos del tercio de mejora, pero es la cantidad que su padre quiere atribuirle por ese concepto. Documento inserto en un procedimiento para obtención de un traslado del mismo, en Ocaña, a 20 de julio de 1422, ante el alcalde de corte Alfonso Fernández de Cascales, que, al día siguiente, ordena la ejecución de dicho traslado al escribano García Fernández de Valladolid. A.H.N. Nobleza. Osuna. leg. 415-12, 1, ahora. carp. 56-13.

¹² 1414, septiembre, 21, viernes. Benavente. Documento inserto en un proceso similar al anterior, de la misma fecha. A.H.N. Nobleza. Osuna. leg. 415-6,2. Cuadernillo de cuatro folios.

¹³ 1415, noviembre, 16. Benavente. Teresa de Meneses renuncia a ello en razón de los 4.000 florines de oro que su padre le entregó con ocasión de su boda. A.H.N. Nobleza. Osuna, leg. 415-6,5. Las capitulaciones para el matrimonio entre Teresa y Pedro de Bazán habían previsto que Juan Alfonso entregase a su hija una dote de 4.000 florines de oro, y 20.000 maravedís anuales de merced. La dote preveía, sin duda, una renuncia a los derechos hereditarios. A.H.N. Nobleza. Osuna, leg. 415-6,4.

¹⁴ 1416, julio, 22. Juan II, con anuencia de su madre, confirma la donación, a pesar de no haberse hallado el albalá original, que el conde entregó a los contadores para su asiento en los libros, y no pudo recuperarlo, aunque, tras oportuna pesquisa se ha comprobado su otorgamiento. A.H.N. Nobleza. Osuna, leg. 415-12, original, e Ibid. leg. 415-7,2, copia. Es una confirmación de 1431 que recoge otras confirmaciones anteriores: sus fechas, sobre las que volveremos más adelante, resultan bastante esclarecedoras sobre la posición política de Rodrigo.

¹⁵ El 25 de julio de 1419 y, nuevamente, el 2 de enero de 1420, a petición de Rodrigo, le eran confirmadas por Juan II las 40 lanzas que Enrique III concediera a Juan Alfonso. A.H.N. Nobleza. Osuna, leg. 415-12; copia, ibid. 415-7,2. Esa insistencia, que veremos repetirse, puede indicar ahora el momento transmisión de poderes de un conde a su sucesor.

¹⁶ SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. *El Atlántico y el Mediterráneo en los objetivos políticos de la Casa de Trastámara*. Revista Portuguesa de Historia, V, 1951, 5-25. La nueva actitud castellana en págs. 24-25. IDEM. *Los Trastámara de Castilla y Aragón en el siglo XV*, en *Historia de España*, dirig. Menéndez Pidal, vol. XV. Madrid 1970, 70-71.

viaje a Valladolid, militando en la obediencia a don Enrique¹⁷. A pesar del lacónico relato de la Crónica, parece que el nuevo conde de Benavente desempeñó un protagonismo mucho mayor: de hecho este acontecimiento constituye el comienzo de la intensa actividad política de Rodrigo Alfonso Pimentel.

La Crónica de don Alvaro de Luna señala que, en el momento en que comienzan a difundirse por Tordesillas los rumores del golpe y se producen los primeros movimientos armados, entró en Tordesillas el conde de Benavente, como había dispuesto don Enrique, para garantizar el orden¹⁸: este hecho habría requerido el regreso de Rodrigo, al menos, unos días antes para preparar su intervención. Sabemos también que uno de los detenidos importantes en la acción, Mendoza, señor de Almazán, sobrino de Juan Hurtado de Mendoza, fue entregado a Rodrigo, que enviará a su prisionero a la fortaleza de La Perdiz cuando la Corte abandone Tordesillas¹⁹.

Muy poco duró la militancia de don Rodrigo en el bando de don Enrique; las divisiones comenzaron en Talavera, a partir del momento en que el Infante contrae matrimonio con Catalina, es decir, cuando éste se siente más firme, motivadas, al parecer, por el protagonismo que algunos quieren para el infante don Juan, al que otros se oponen²⁰. Cabezas del movimiento contra don Enrique son Álvaro de Luna, Fadrique Enríquez y Rodrigo: ellos son los que preparan la fuga del rey, el 29 de noviembre de 1420²¹.

Es esencial su protagonismo en los acontecimientos. Cabalga don Rodrigo con don Alvaro y con el Rey en su furtiva salida de Talavera; llegan a la barca del Alberche, punto crítico que está cubierto por 50 jinetes del conde de Benavente, emboscados en un soto²². Prosigue el rey su camino hacia el castillo de Villalva, donde comerá, y donde, poco después, se le sumarán Fadrique Enríquez, Rodrigo y su grupo de jinetes con los que había cubierto la fuga real.

Tomada la decisión de buscar refugio en el castillo de Montalbán, la comitiva se dirige a Malpica, por cuya barca atraviesan el Tajo, peligrosamente crecido: Rodrigo es una de las siete personas que hacen la travesía con el Rey. Es también uno de los que hace frente a seis jinetes²³ de Diego de Ribera, partidario de don Enrique, que intentan interceptarles al desembarcar, cuatro de los cuales son capturados²⁴. Permanecerá don Rodrigo con el rey durante las jornadas de sitio en el castillo de Montalbán, será uno de los señalados como enemigos por don Enrique²⁵, y compartirá las dificultades de aprovisionamiento que les forzaron a comer la carne de sus propios caballos²⁶.

Estos servicios tienen, naturalmente, su recompensa, aunque, por el momento, se trata solamente de ratificación de concesiones ya hechas. Ya en el mes de agosto, el Rey confirma a Rodrigo las 40 lanzas que Enrique III diera a su padre²⁷; lo reitera de nuevo en diciembre, unos días antes de abandonar el castillo de Montalbán²⁸, y, unos meses después, una orden del rey requerirá a los diezmeros de Benavente y su tierra que se paguen al conde los diezmos que le corresponden²⁹.

¹⁷ PÉREZ DE GUZMÁN, F. *Crónica de Juan II*. Biblioteca de Autores Españoles, 68, 277-695. Tal es únicamente la intervención del conde de Benavente en los acontecimientos, según esta crónica, 382,1.

¹⁸ (CHACON, G). *Crónica de don Alvaro de Luna*, ed. CARRIAZO, J. de M. Madrid 1940, pág. 37.

¹⁹ LOPE BARRIENTOS, *Refundición de la Crónica del Halconero*, ed. CARRIAZO, J. de M. Madrid 1946, págs. 34-35.

²⁰ BECEIRO, I. *El condado...*, 51, apunta la idea de disconformidad con el reparto de mercedes que don Enrique hace entre sus partidarios.

²¹ *Crónica*, 390-1; *Refundición*, 38.

²² *Refundición*, 38; *Halconero*, 2.

²³ La *Crónica de don Alvaro*, 42, eleva a 20 el número de jinetes contrarios.

²⁴ El relato de estos acontecimientos en *Crónica*, 390,1-391,2. *Refundición*, 38-41; *Halconero*, 2.

²⁵ *Refundición*, 43. Además de Rodrigo, es señalado también Fadrique Enríquez, pero no Alvaro de Luna.

²⁶ *Crónica*, 394,2.

²⁷ 1420, agosto, 16. A.H.N. Nobleza. Osuna, leg. 416-1.

²⁸ 1420, diciembre, 15. A.H.N. Nobleza. Osuna, leg. 415-12, y 415-5,3.

²⁹ 1421, agosto, 8. Se ordena dicho pago, incluyendo los diezmos no pagados a Juan Alfonso Pimentel, alegando que el Papa los había reservado para sí: esta orden se da a tenor de la cesión de diezmos y tercias que Martín V ha hecho en favor de Juan II. A.H.N. Nobleza. Osuna, leg. 415-7,1. Copia de noviembre de 1794.

El 23 de diciembre salen finalmente del castillo de Montalbán, con un importante séquito; pasada la barca del Tajo tiene lugar el encuentro con los infantes don Juan y don Pedro, y comienzan los primeros movimientos. Don Juan pide a don Alvaro, que todavía pasa por ser del partido *aragonés*, que maniobre cerca del Rey para que él pueda permanecer en la Corte.

Pero los pasados movimientos no se habían realizado para cambiar simplemente de dueño: don Alvaro intentó, sin éxito inicial, convencer a don Juan de que sus deseos eran contrarios a la capitulación de Montalbán con don Enrique; al no lograr resultados, pidió apoyo a Fernando Alonso de Robles y, ambos, a Rodrigo para que, si fuese preciso por las armas, les ayudase para forzar al Infante a abandonar la Corte, caso de que insistiese en permanecer en ella³⁰. No fue precisa ninguna acción de fuerza.

Pasada la Navidad, un Consejo del que forma parte Rodrigo decide dar orden a don Enrique de que licencie sus tropas y permanezca en Ocaña a la espera de nuevas decisiones. En el curso de las negociaciones entre el Rey y su primo Enrique, señala éste cuales son sus enemigos en la corte, en dos relaciones sucesivas: en la segunda de ellas se incluye el nombre del conde de Benavente³¹.

Era una observación lógica: Rodrigo está presente en la fría recepción que el Rey dispensa a Enrique, en Madrid, el sábado 13 de junio de 1422, participa en el consejo que, al día siguiente, decide la prisión del Infante y de Garci Fernández Manrique³², y es uno de los personajes que recibe, en secuestro, la décima parte de la plata que Ruy López Dávalos tenía en su castillo de Jódar³³, además de requerirse su consentimiento si el Rey quisiera poner en libertad a los detenidos o permitir el retorno de los huídos: forma parte del reducido equipo de gobierno.

El conde de Benavente está presente en las Cortes de Toledo de enero de 1423 y ocupa un lugar a la izquierda del monarca en la ceremonia de juramento de la princesa Catalina; le vemos también en Valladolid, el viernes 17 de junio de 1423, cuando Juan II dicta setencia en el irregular proceso seguido contra el condestable Ruy López Dávalos³⁴, de cuyo despojo va a verse también beneficiado, en concreto, con la villa de Arenas³⁵. También se beneficia del destierro del Adelantado Mayor, Pedro Manrique, cuyo cargo tuvo en secuestro entre 1423 y 1425, en que éste regresa a la corte castellana³⁶.

Rodrigo participa activamente en las negociaciones con Alfonso V cuando éste declara, en junio de 1425, su intención de entrar por las armas en Castilla para obtener la liberación de su hermano Enrique. Su nombre figura entre los firmantes del pacto de Torre de Arciel en el que se acuerda la liberación de don Enrique³⁷; es también, junto con Fernando Alonso de Robles, quien negocia con Pedro de Estúñiga, el procedimiento concreto para la liberación del infante³⁸.

Tras el acuerdo, el infante don Juan se reincorpora a la Corte castellana en Roa: el ambiente es de absoluta desconfianza, tal que se acuerda el reparto de las 1.000 lanzas que acompañan

³⁰ *Crónica*, 398,2. De hecho, el conde de Benavente comienza a llamar discretamente a su gente. *Crónica de don Alvaro*, 47-48.

³¹ *Crónica*, 414-1.

³² *Crónica*, 415,2-416,2.

³³ Los otros caballeros que recibieron parte de esta plata fueron: don Juan, Sancho de Rojas, Alfonso Enríquez, Pedro de Estúñiga, Diego Gómez de Sandoval, Alvaro de Luna, Pedro de la Cerda y Fernando Alonso de Robles. *Crónica*, 420,1.

³⁴ Sobre este proceso vid. GUERRERO NAVARRETE, Y. *Proceso y sentencia contra Ruy López Dávalos, condestable de Castilla*. Jaén 1982.

³⁵ *Crónica*, 425, 1.

³⁶ BECEIRO, I. *El condado...* 54.

³⁷ 1425, septiembre, 3. Convenio entre Alfonso V, de una parte, y don Juan, de otra, apoyado por Fadrique Enríquez, Alvaro de Luna, Alfonso Enríquez, Diego Gómez de Sandoval, Pedro de Estúñiga, Fernando Alonso de Robles y el propio Rodrigo. B.N. ms. 18635, 41.

R.A.H. Col. Salazar, B-I, 25, pág. 455. Índice, vol. I.

³⁸ En concreto, se baraja la idea de que sea entregado a su custodia, en Burgos, para que sea liberado diez días después de que Alfonso V despidiese a sus tropas. *Crónica...* 432, 2.

al Rey; el conde de Benavente es uno de los designados para el mando de una parte de éstas³⁹. En el año y medio que sigue, de profundas y sordas maniobras para el control del Consejo, el conde de Benavente figura siempre junto al Rey⁴⁰, entre los más próximos a don Alvaro, a quien recomienda medidas de fuerza hasta el momento en que se dicta su primer destierro de la Corte.

Una vez que la comisión arbitral, el 4 de septiembre de 1427, decide el destierro de don Alvaro, gracias a la traición de Fernando Alfonso de Robles, largamente preparada, Rodrigo será uno de los miembros del Consejo que acuerda por unanimidad, a propuesta precisamente de don Juan, la prisión del contador mayor.

También a propuesta de don Juan, convencido de la imposibilidad de un gobierno sin don Alvaro, volvía éste a la corte, en Turégano, el 6 febrero de 1428: Rodrigo es uno de los que sale a recibir al Condestable⁴¹. Pero también es uno de los grandes que, pocos días después, abandona la Corte⁴², no por el regreso de don Alvaro, sino porque le resulta inaceptable la situación creada, demasiado controlada por los Infantes.

En los meses siguientes, don Alvaro procede a desmontar el poder de los Infantes forzándoles incluso al abandono del reino, hecho que acaba provocando el regreso de Alfonso V, que en la primavera de 1429 prepara la invasión de Castilla. Ante esa emergencia, Juan II reclama de sus nobles juramento de adhesión frente a aquella agresión; el documento se firma en Palencia, el 30 de mayo⁴³: entre los firmantes se halla el conde de Benavente, siempre situado en las posiciones de mayor hostilidad a los Infantes.

La invasión aragonesa en Castilla, fallida iniciativa de la que Alfonso V sale indemne gracias a la intervención de su esposa y del legado apostólico Pedro de Foix⁴⁴, deriva hacia una guerra de posiciones. Rodrigo será encargado de secuestrar los bienes patrimoniales de don Enrique y las villas de su maestrazgo; parte el conde de Alcalá de Henares al mando de 400 lanzas propias y otras 200 del Rey⁴⁵ hacia Ocaña, donde se ha hecho fuerte el Infante con unas trescientas lanzas; se instala en Yepes, a dos leguas de su rival.

Siguen una serie de requerimientos y negociaciones sin que Rodrigo intente una acción armada; Enrique decidió abandonar Ocaña y se trasladó, sin ser hostilizado, hacia posiciones más fuertes: Segura y, sobre todo, Trujillo; esta indecisión fue duramente criticada en la Corte, y de ella se defendió el conde de Benavente argumentando que su misión era secuestrar bienes, no combatir con Enrique⁴⁶. Rodrigo se apoderó de Ocaña, donde puso autoridades de confianza, y siguió después al Infante hacia Extremadura: dejó cercada Segura y siguió hacia Trujillo, dispuesto resistir las acciones del rival, al que se había sumado su hermano Pedro.

Las fuerzas de los Infantes superan a las del conde que reclama refuerzos; los llevará, en persona, Alvaro de Luna, pagados a sus expensas, junto con ballesteros de la Hermandad y gentes de Toledo y Talavera⁴⁷. Don Alvaro se apodera de Trujillo, mediante una hábil estratagema⁴⁸, deja algunas tropas en Montánchez, para su control, y prosigue con el grueso de sus fuerzas hasta Mérida, donde se reúne con el conde de Benavente.

En el consejo que allí tiene lugar sobre las acciones a desarrollar, don Alvaro se muestra

³⁹ Los otros son: don Juan, Alfonso Enríquez, Fadrique Enríquez, Alvaro de Luna y Diego Gómez de Sandoval. *Crónica*, 435,2.

⁴⁰ *Crónica*, 440,2.

⁴¹ *Halconero*, 18.

⁴² *Crónica*, 446,1.

⁴³ *Crónica*, 454,1-455,1.

⁴⁴ ALVAREZ PALENZUELA, V.A. *Extinción del Cisma de Occidente. La legación del Cardenal Pedro de Foix en Aragón (1425-1430)*. Madrid 1977, 115-125.

⁴⁵ *Crónica*, 459,1. *Halconero*, 39. *Crónica de don Alvaro*, 85-86.

⁴⁶ *Crónica*, 465,1.

⁴⁷ *Crónica*, 466,2-67,1.

⁴⁸ *Crónica*, 470,2-471,1. *Crónica de don Alvaro*, 105-108.

partidario de una acción decisiva, mientras los demás, el propio Rodrigo, parecen mas cautelosos. Al fin se decide la acción contra su refugio de Alburquerque ante cuyos muros muestra el condestable su impaciencia por la lucha; entre las respuestas que le envían los Infantes se halla el reto a combate singular entre Enrique y Pedro por una parte, y don Alvaro y Rodrigo, respectivamente, por la otra. La propuesta halla plenamente dispuesto al primero y, como exige la conducta caballeresca, también al segundo, si bien de modo mucho más matizado⁴⁹. El combate no tuvo lugar, sin embargo, por las dilaciones y excusas puestas por los Infantes a todas las iniciativas del Condestable, que desoyó todas las opiniones de los suyos contrarias al proyecto⁵⁰.

Para salir del punto muerto al que se ha llegado, don Alvaro y Rodrigo reclaman la presencia del Rey, seguros de que los resistentes se rendirán: Juan II sale de Medina del Campo, el 10 de diciembre⁵¹ y llega a Montánchez donde le recibe Rodrigo. El castillo se entrega al rey el 14 de diciembre⁵², pero la fortaleza de Alburquerque resiste, incluyendo el empleo de balistas y artillería contra el Rey y sus acompañantes, entre ellos un grupo de hijos de los grandes, uno de los cuales es el primogénito de Rodrigo⁵³.

No se hicieron nuevos intentos sobre Alburquerque, pero, ante sus muros, fue pregonada sentencia de traición contra los Infantes⁵⁴, lo que permitió proceder contra ellos: el Consejo, en su sesión de 17 de febrero de 1430, decidió el despojo de los Infantes, que servía para crear una comunidad de intereses contra ellos: a Rodrigo le corresponde la villa de Mayorga, que fuera de don Juan⁵⁵.

También desempeña Rodrigo un papel destacado como diplomático en las tensas negociaciones con representantes aragoneses y navarros, en Burgo de Osma, en junio de 1430, que conducen a las treguas de Majano. En el fragor de las negociaciones, uno de los representantes navarros, Pedro de Beraytz, titulado arzobispo de Tiro, llegó a afirmar que, si hubiera querido, Fernando de Antequera habría podido ser rey de Castilla. La respuesta corrió a cargo del conde de Benavente, contundente en sus argumentos, aunque deseoso de salvar la memoria de aquél, afirmó que nunca, dada su caballería, habría querido ser rey de Castilla, pero, si lo hubiese pretendido, se lo habría impedido la caballería castellana. Por el contrario, concluye, Fernando había debido el reino de Aragón a su sobrino que se lo había cedido, siendo superiores sus derechos⁵⁶.

Liquidado el poder de los Infantes, se adueña del gobierno una reducida oligarquía de nobles⁵⁷; su poder y su unidad tienen todo un símbolo en la boda de don Alvaro con Juana Pimentel, hija de Rodrigo, en Calabazanos, cerca de Palencia, el 27 de enero de 1431: sus relaciones familiares, y las que el enlace aporta, hacen que todos los miembros de esa oligarquía estén próximamente emparentados⁵⁸. En los años que siguen, el conde de Benavente aparece en todos los acontecimientos importantes.

En 1431 desempeña Rodrigo una nueva misión diplomática, esta vez en negociaciones con Portugal⁵⁹. Hacía tiempo que Juan I venía intentando alcanzar una verdadera paz con

⁴⁹ "... por cierto señor lo que a vos pluguiere hacer aquello porné yo luego en obra", es la respuesta de Rodrigo Alfonso Pimentel. *Crónica*, 473,1. La *Crónica de don Alvaro...* 114, afirma que "...bien paresçio en el conde que entraba en aquella demanda contra su voluntad; mas no pudo ál facer...".

⁵⁰ El relato de las operaciones en *Crónica*, 472,2-473,2; . *Crónica de don Alvaro...* 109-116.

⁵¹ *Halconero*, 45.

⁵² *Halconero*, 47.

⁵³ *Crónica*, 476,1-479,1.

⁵⁴ SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. *Los Trastámara...* 114.

⁵⁵ *Crónica*, 479,1. *Halconero*, 52. *Refundición*, 89.

⁵⁶ *Crónica*, 484,2-485,1.

⁵⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. *Los Trastámara...* 123; IDEM, *Nobleza y Monarquía. Puntos de vista sobre la historia política castellana del siglo XV*. Madrid 1975, pág. 141.

⁵⁸ No hubo fiestas, por el fallecimiento, en vísperas de la boda, de doña Juana de Mendoza, abuela de la novia, con quien ésta se había criado, que era, en expresión del *Halconero*, 74, "... la mas enparentada dueña que abía en Castilla...". *Crónica*, 490,2-491,1. *Refundición*, 104-105. *Halconero*, 75-77. *Crónica de don Alvaro*, 120.

⁵⁹ Es uno de los magnates castellanos que, el 30 de octubre de 1431, en Medina del Campo, jura cumplir el tratado

Castilla, no simples treguas; ahora era buena ocasión porque don Alvaro deseaba el acuerdo con Portugal y se había adelantado a enviar una embajada. El momento, no sólo por la situación de los Infantes, era propicio⁶⁰. Rodrigo Pimentel fue encargado de dirigir estas negociaciones, ayudado por dos técnicos⁶¹; unas negociaciones que, en octubre de ese año, permitían sellar una paz largamente anhelada

También se halla presente en la expedición contra Granada, en la que integra la batalla del Rey, acompañado de su hijo Juan, y de importantes miembros de su casa⁶²; toma parte en otras negociaciones con embajadores extranjeros⁶³, en celebraciones y fiestas cortesanas⁶⁴, y en la adopción de importantes medidas de gobierno⁶⁵; incluso en las manifestaciones de fuerza de don Alvaro⁶⁶, y en el acuerdo final con los Infantes, que constituye el acuerdo de Toledo⁶⁷. No deja de recibir favores por su gestión y de aprovechar las ocasiones que se le presentan para incrementar su patrimonio⁶⁸.

Nada parece perturbar la perfecta sintonía entre don Alvaro y su suegro, aunque es muy probable que, poco a poco, los colaboradores del Condestable en 1429 fuesen cayendo en la

de paz entre Castilla y Portugal. A.N.T.T. Livro das Demarcações e Pazes, fols. 142 y sigs. *Monumenta Henricina*. Coimbra 1960-1974. IV, 50.

⁶⁰ Acababa de morir Beatriz, segunda esposa de Juan I de Castilla, hija de Fernando I de Portugal, con evidentes derechos a aquél trono; su propia existencia debía haber constituido un obstáculo insalvable para la paz, además de los recuerdos de Aljubarrota. Es una interesante idea de OLIVERA SERRANO, C. *Beatriz, infanta de Portugal, reina de Castilla*. Ponencia, todavía inédita, en el Coloquio hispano-portugués "As rainhas na historia medieval da Península Ibérica". Porto, noviembre de 2001.

⁶¹ Son los doctores Pedro Yáñez y Diego Rodríguez. Por parte portuguesa negocian la paz Pedro Gómez Malfai y el Dr. Ruy Fernández. *Crónica*, 491,1-2.

⁶² *Crónica*, 497,1-499,2. *Refundición*, 115-116 y 119. *Halconero*, 101. *Crónica de don Alvaro*, 137.

⁶³ Está presente en la brillante recepción a la embajada francesa en el Alcázar de Madrid, el 6 de diciembre de 1434, con la que se renovó la tradicional amistad franco-castellana. *Crónica*, 518,1-2. *Refundición*, 168. La fastuosidad de la recepción es muestra de la importancia que se otorgaba a la ratificación de la amistad francocastellana en el marco del equilibrio atlántico y para el conveniente aislamiento de Aragón. SUÁREZ FERNANDEZ, L. *Los Trastámara...* 127-128.

⁶⁴ El 3 de agosto de 1435 llegaba a Segovia una lucida comitiva de caballeros alemanes; ocho días después se celebra una brillante liza en la que Rodrigo acompaña al señor de Valse, jefe de la comitiva alemana, contra quien combate precisamente Juan Pimentel. *Crónica*, 525,1. *Refundición*, 190-191. Las fiestas caballerescas encubren muy probablemente negociaciones con la Hansa para regular las relaciones comerciales; se inscriben en el conjunto de la política internacional llevada en ese momento en relación con Inglaterra y Francia.

Está presente también en el importante acontecimiento que constituye la boda de Gómez Carrillo, hechura de don Alvaro, con María, nieta de Pedro I, y "criada" de la Reina. *Halconero*, 164.

⁶⁵ Rodrigo es uno de los miembros de la comisión designada por Juan II, a petición de las Cortes, reunidas en Medina del Campo, en octubre de 1431, para la fiscalización del gasto. *Refundición*, 126-127. *Halconero*, 118.

Toma parte también en las importantes disposiciones de Guadalajara, de 15 de diciembre de 1436, por las que se reorganiza la administración central. *Refundición*, 206-213.

⁶⁶ El 10 de marzo de 1431, Juan II dispone que Alfonso Pimentel, hijo de Rodrigo, tenga en secuestro el castillo de Santibáñez, una de las posesiones del duque don Fadrique; da orden a García Díaz de Cadórniga, teniente del castillo que lo entregue a aquél. A.H.N. Nobleza. Osuna. leg. 415-14,3.

En Zamora, el jueves 7 de febrero de 1432, el Consejo, del que forma para Rodrigo, decide la prisión de Fernán Alvarez, señor de Valdecorneja; de Gutierre de Toledo, obispo de Palencia, tío del anterior, y la de Pedro de Velasco, conde de Haro. Huyeron éstos dos últimos pero, por orden del rey, fueron perseguidos por Juan Pimentel, Pedro de Acuña y Gomez Carrillo, que los alcanzaron a dos leguas de la ciudad. Fernán Alvarez, el único cuya prisión se alarga unos meses, fue confiado a la vigilancia del joven Pimentel: ello muestra la implicación del linaje en este acto del Condestable destinado a laminar cualquier incipiente resistencia; poco importa la inmediata liberación de casi todos los detenidos, se busca hacer ostentación de fuerza en caso necesario. *Refundición...* 129-130. *Halconero...* 122-124.

⁶⁷ Rodrigo acompaña a Juan II en su estancia en Soria, en noviembre de 1435, durante las vistas del monarca con su hermana María, la reina de Aragón, que solicita treguas, unas semanas después de la derrota de Ponza. *Refundición...* 197-198.

Rodrigo es, junto al Maestre de Calatrava y el arzobispo de Toledo, uno de los negociadores que alcanza, después de casi medio año de contactos, el acuerdo que se firma en Toledo en septiembre de 1436; con sus colegas jura su contenido y designa, por parte de Castilla, contra quiénes no va este acuerdo: los reyes de Francia y Portugal. *Crónica...* 535,1-546,2.

⁶⁸ En mayo de 1432 llegan a Valladolid embajadores de Túnez; ofrecen apoyo a don Fadrique de Luna para la

cuenta de que la eliminación de los Infantes, que debería dar paso a un gobierno de la oligarquía, se estaba convirtiendo en poder personal de don Alvaro, que no estaban dispuestos a tolerar⁶⁹; el proceso es lento, porque es difícil la elaboración de un programa de acción: durante varios años, don Alvaro ejerce el poder, y los nobles, entre ellos Rodrigo, parecen compartir ese poder y beneficiarse de ello.

El ambiente cambia decisivamente en 1437; un año difícil para el conde de Benavente, cuyo primogénito, Juan, fallecía en su villa condal cuando se preparaba para acudir a los desposorios del príncipe don Enrique con Blanca de Navarra. La noticia llegó a la Corte, en Ayllón, causando gran conmoción⁷⁰. En los meses siguientes, el conde de Benavente acompaña habitualmente a la Corte: desde marzo en Roa, a Burgo de Osma, en compañía del Príncipe; en Aranda, donde éste, ya desposado, se reincorpora a la Corte, y luego a Valladolid y Medina, donde tienen lugar acontecimientos que muestran ese cambio decisivo en la situación y también el enrarecimiento del ambiente político.

Don Alvaro había dispuesto un golpe de mano, en respuesta a la creciente resistencia nobiliaria que se había hecho pública a través de la advertencia que hicieron al Rey, sobre los excesos del Condestable, Pedro Manrique, Fadrique Enríquez y Pedro de Estúñiga. El plan consistía en reducir a prisión, el día 13 de agosto, al Adelantado y a su medio hermano, el Almirante, aprovechando que ambos alternaban su presencia en la Corte, para evitar un eventual apresamiento, y que ese día, precisamente, partía el primero y se incorporaba el segundo.

El Consejo, en el que se halla Rodrigo, ordena la prisión de Pedro Manrique en manos del Condestable; pero la maniobra resulta parcialmente fallida porque Alfonso Pimentel, ahora heredero del condado de Benavente, cabalgó rápidamente hasta Rueda, donde se hallaba el Almirante, dispuesto a incorporarse esa tarde a la Corte, para darle cuenta de la prisión del Adelantado⁷¹. El protagonismo de Alfonso Pimentel prueba la implicación de Rodrigo en la resistencia nobiliaria y su distanciamiento personal respecto a la actuación de su yerno.

Durante unos meses, significativamente, la figura de Rodrigo Pimentel desaparece de las Crónicas, salvo su fugaz mención en los funerales por don Juan de Luna, embajador de Aragón, fallecido en Roa, que se celebraron en esa villa el 25 de mayo de 1438⁷². Cuando reaparece, en el mes de abril de 1439, está en Valladolid, junto a los nobles rebelados contra la "tiranía" de don Alvaro, que han hecho de esta ciudad el centro de su resistencia⁷³. En ella concentrará sus tropas, como los demás nobles, en las próximas semanas.

El Condestable intenta bloquear la protesta nobiliaria mediante el arriesgado recurso de llamar en su ayuda a los Infantes; los nobles intentan atraer a los Infantes a su postura, cuyo objetivo de gobierno oligárquico exige la caída de don Alvaro; los Infantes, convertidos nuevamente en árbitros de la política castellana, deseaban una solución intermedia que confirme su nuevo y viejo protagonismo, y suman calculadamente su apoyo a los dos partidos enfrentados.

conquista de Sicilia, el reino de su padre Martín, *el joven*. Necesitado de fondos para esa empresa, don Fadrique vende Villalón a Rodrigo Alfonso Pimentel, por 20.000 florines y 40.000 maravedís de juro. *Halconero...* 128. *Refundición...* 132. Poco después, Rodrigo cedía Mayorga a su hijo Juan, y, por directa intervención de don Alvaro, recibía el título de conde de dicha villa. *Halconero...* 179. *Refundición...*167.

El 9 de mayo de 1432, Juan II otorga al conde de Benavente la libre disposición de sus bienes en favor de la persona de su elección, a pesar de lo dispuesto sobre la legítima de los hijos y otras disposiciones legales. A.H.N. Nobleza. Osuna. leg. 415-14, 4a; 415-14, 4b; y carp. 56-16.

⁶⁹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. *Nobleza y Monarquía. Puntos de vista sobre la Historia política castellana del siglo XV*. Valladolid 1975, 145.

⁷⁰ *Refundición*, 214. *Crónica*, 532,2-533,1. Juan Pimentel había proyectado una empresa caballeresca fuera del reino, tras los desposorios principescos, para la que había obtenido permiso.

⁷¹ *Crónica...* 534, 1-2. *Refundición...* 216-217. *Halconero...* 249.

⁷² *Refundición...* 220-221.

⁷³ Los acontecimientos que siguen han sido analizados por L. SUÁREZ FERNÁNDEZ, *Los Trastámara...* 152-159. IDEM, *Nobleza y Monarquía...* 148-151.

Es el juego que se debate en las sucesivas conferencias que tienen lugar entre los meses de abril y junio de 1439.

En todas ellas desempeña Rodrigo Alfonso Pimentel un papel de primera magnitud, siempre más próximo a la persona de don Enrique: es como un retorno a la situación anterior a julio de 1420. En Tudela de Duero, el 23 de abril, expone a los Infantes, en nombre de los nobles, su programa político⁷⁴; nuevamente vuelve a exponer aquél programa nobiliario en la segunda conferencia, en Renedo, en el mes de mayo. Fracasado un tercer encuentro en Tordesillas, Rodrigo vuelve a estar presente en la cuarta conferencia, esta vez en Valdestillas, donde el acuerdo se frustró casi en el último momento⁷⁵. Finalmente, Rodrigo es uno de los negociadores de las conversaciones que se desarrollan en Tordesillas, entre el 15 y 20 de junio; allí respresenta, junto con el Almirante y el Adelantado, el punto de vista más contundente de la nobleza⁷⁶.

Rotas las negociaciones y conjurado en el último instante un importante choque armado, se abre paso nuevamente la negociación que lleva a la denominada concordia de Castronuño; desde Alaejos, donde está con don Enrique, participa Rodrigo en esas negociaciones que llevan al destierro de don Alvaro⁷⁷.

Es también una de las más importantes figuras de la oligarquía ahora gobernante que no consigue, sin embargo, la confianza del Rey. Rodrigo aparece junto a los Infantes, en Madrigal⁷⁸, mientras el Rey, como un fugitivo, deambula por tierras de Salamanca y el condado de Alba, y después también con los Infantes en Avila; él es, junto al conde de Haro, quien, a petición del Rey, negocia los acuerdos de Bonilla⁷⁹, que permiten la celebración de Cortes en Valladolid, ciudad en la que Juan II entra acompañado del conde de Benavente⁸⁰.

Los meses siguientes de la vida de Rodrigo trascurren en Valladolid. Le vemos implicado en la fuga del Príncipe del Palacio para refugiarse en casa del Almirante, el 30 de junio de 1440, hecho que constituye una maniobra para eliminar a los últimos partidarios de don Alvaro en la Corte⁸¹. Está presente en la boda del futuro Enrique IV y las fiestas que la acompañan, lo que testimonia también su importancia como parte de la oligarquía. Por encima del aspecto cortesano, la boda mostraba el triunfo de los Infantes, en particular don Juan: no era casualidad que, tras los acuerdos de Bonilla, la reina María, absolutamente alineada con sus hermanos, insistiera en la realización de dicho enlace.

Rodrigo acompaña al Príncipe en sus visitas a Blanca de Navarra en Dueñas y Santovenia⁸²; está en el cortejo que recibe a la Reina de Navarra y a su hija en Valladolid⁸³, y en el que acompaña a la novia en su primera salida a misa, el 7 de octubre⁸⁴. También asistió a los banquetes que se celebraron ese día y los que ofrecieron la Reina María, el día 9, y don Juan, el día 13; sin embargo, no pudo hacerlo ya al ofrecido por Blanca de Navarra una semana después.

⁷⁴ *Crónica...* 552,2-553,1. Con él se hallan Pedro Manrique y Enrique Enríquez. *Halconero...* 282.

⁷⁵ Debido a la intervención de Alfonso Pérez de Vivero. *Halconero...* 288-289.

⁷⁶ *Crónica...* 555, 1-2.

⁷⁷ *Crónica...* 556, 2-557, 1.

⁷⁸ *Crónica...* 559, 1-2.

⁷⁹ *Crónica...* 562, 2.

⁸⁰ *Crónica...* 564, 1.

⁸¹ Para regresar, el Príncipe requiere el despido de la Corte de Pedro Yáñez, Alonso Pérez de Vivero y Nicolás Fernández de Villamizar. *Crónica...* 564, 2-565, 1. Rodrigo interviene en la solución del incidente en una conversación que tiene lugar, al día siguiente, con el Rey, el Príncipe y el Almirante, en un corredor de la residencia real. *Halconero...* 342.

⁸² *Halconero...* 343-344.

⁸³ *Halconero...* 345-346. Alfonso Pimentel acompaña en esta ocasión a su padre.

⁸⁴ La ceremonia se había aplazado por el fallecimiento de Pedro Manrique. *Crónica...* 569, 1. *Halconero...* 349-350.

Su muerte se produce con bastante rapidez. Otorga testamento el 23 de octubre⁸⁵ y fallece el día 26⁸⁶. A modo de epitafio, Pedro Carrillo de Huete dice de él que “era muy cuerdo e muy tratante”⁸⁷; parece que los rasgos de su biografía aquí apuntados concuerdan con las observaciones del Halconero del Rey.

⁸⁵ A.H.N. Nobleza. Osuna. Leg. 416, 4-2. BECEIRO PITA, I. *El condado...* 61.

⁸⁶ *Halconero...* 354-355. Da como fecha el lunes 26; en realidad ese día fue miércoles. Por su parte, esta misma crónica dice que la Reina de Navarra organizó un banquete el jueves 22 de octubre, que, en realidad fue sábado, y la *Crónica...* 569, 1, sin precisar fecha, indica que a la fiesta de la Reina de Navarra no acudieron varios nobles por la muerte, aquél mismo día, del conde de Benavente. La fecha precisa ofrece, por tanto, algunas dudas: es muy probable que, efectivamente, falleciera el 26 y que su gravedad, no su muerte, fuera la causa de su ausencia en la sala de la Reina de Navarra.

⁸⁷ *Halconero...* 355.

Los judíos de Teruel en la Edad Media: censo prosopográfico y actividades básicas

Vidal Muñoz Garrido *

El tejido social medieval turolense, esencialmente cristiano, se completó con la existencia de dos comunidades autónomas recogidas en sus aljamas, (**judía** y **mora**), con una marginación jurídica e institucional, pero que no trascendió a una estricta separación física y territorial. El deterioro de la relación no fue constante y no se basó, siempre, en la diferenciación étnica. Más bien, fue la lucha de los pobres contra los ricos. El sentimiento antijudío del “*pueblo menudo*” arruinado por las crisis, fue mucho más hondo que el antimudéjar¹.

Las referencias a esas dos minorías religiosas en Teruel no comienzan a surgir en la documentación concejil y religiosa hasta la segunda mitad del siglo XIII, así como la enumeración de nombres concretos. Centrándonos en el caso de los judíos turolenses se ofrece un **Censo prosopográfico** – con fuentes y abreviaturas- de Judíos y Judaizantes² en el **Apéndice** final, cuyo tracto temporal se extiende desde el año 1270 a 1492.

Sus obligaciones y actividades básicas.

Las dos fechas límite de ese **Censo** están marcadas por absoluciones a judíos. En 1270, el 28 de junio, Jaime I “*concede su perdón*”³ al primer judío de Teruel documentado, Jucef de Faro, por haber asesinado en legítima defensa al sarraceno Abdalá. Se cierra el **Censo** en 1492 con la referencia de la absolución, por parte de la Inquisición, de la horca y posterior cremación de los judaizantes, hermanos, Antón y Alfonsina Roiz.

Las alusiones a sus obligaciones fiscales se remontan a 1240, cuando Jaime I “*ordena a la curia turolense que los estatutos y ordinaciones sobre judíos y usuras se atengan al Fuero*”⁴. Por prestigio en las finanzas y protagonismo económico cotizan en numerosos subsidios extraordinarios, ya que “*son siervos del Rey y siempre cuentan en el fisco real*”, manifiesta el **Fuero**⁵. La aljama judía de Teruel en 1274 ya está organizada, pues el rey cuenta⁶ con la contribución de 968 sueldos jaqueses para sufragar su viaje al II Concilio de Lyon, convocado por Gregorio X.

Los judíos arriendan y trabajan tierras de los señoríos turolenses, laicos y eclesiásticos, por lo que desde Gerona, el 14 de Septiembre de 1295, Pedro III, por medio de una provisión real manda que los judíos paguen los diezmos y primicias de las tierras que tienen a rento de los cristianos⁷.

No satisfacen las pechas y cargas fiscales ordinarias del Concejo, pero sí colaboran en las cantidades extraordinarias anuales para reparar puentes, muros y torres de la ciudad. En ese sentido es de señalar la confirmación de esta obligación y ordenamiento a perpetuidad por parte del rey Pedro IV, el 20 de Abril de 1350, debiendo abonar la aljama

* Teruel. – Universidad de Zaragoza.

¹ Vid. GARCIA DE CORTAZAR, J. A. *La época medieval*, (Madrid, 1978), pp. 424-425.

² Para una mayor agilidad y no ser reiterativo al citar los judíos o judaizantes, cuando sea posible no se enumerarán las citas documentales, ya que aparecen todas en el **Censo Prosopográfico** del **Apéndice** final

³ Vid. Doc. ACA, reg. 16, fol. 196v^a.

⁴ Vid. Jaime CARUANA, “Las adiciones al Fuero de Teruel” en *Anuario de Historia del Derecho Español*, t. XXV; n^o 87, (Madrid, 1955), p. 9

⁵ Vid. CARUANA, J, *El fuero latino de Teruel*, (Teruel, 1974), párrafos, 6047-6048, p. 345.

⁶ Vid. Docs. ACA, reg. 18, fols .64, 64v^a, 81 y 82v^a

⁷ Vid. Doc. 13 ACT.

judía ciento cuarenta sueldos jaqueses para el comienzo de la Cuaresma (*carnestolendas*) en la fiesta de San Martín⁸.

Desde la primera mitad del siglo XIV trabajan a censo tierras, huertos y viñas de señoríos eclesiásticos, tanto del *Capítulo General Eclesiástico de Racioneros*⁹, como de la iglesias de *Santa María*¹⁰, *San Pedro*¹¹ y el *Salvador*¹². La buena disposición por parte del señorío eclesiástico y la relativa facilidad de contactos con los judíos se constata por el pago de la décima de una pieza en la **Rambla de San Lázaro** que el judío Najarí reconoce y otorga, el año 1439, a tres parroquias durante tres años consecutivos¹³.

No obstante esta fluidez económica, los judíos se quejan al Rey de que los campesinos lindeiros de sus tierras, en Teruel, se han vuelto arrogantes y han comenzado a ultrajarlos¹⁴. Los años económicamente depresivos, tras la Peste Negra de 1348, que vive Occidente y en Teruel agudizada por la Guerra de los Pedros (1356-1363), condiciona, en gran manera, el descargar todo tipo de culpas sobre los judíos y así tratar de evadir el pago de las deudas con los prestamistas de la Judería.

El mismo judío, arriba citado, de la familia de los Najaríes cobra al año siguiente, el 17 de Noviembre de 1440, diez florines de Francisco Sánchez Muñoz, por los trabajos de la defensa en un litigio con el Concejo de Cella¹⁵.

Las relaciones y contactos con el linaje de los Sánchez Muñoz fue constante en los finales del siglo XIV y parte del XV. El 24 de Marzo de 1404, en unas cartas matrimoniales, la madre de Muñoz Sánchez Muñoz, hija de Abdón Sánchez Muñoz, firma la capitulación por 300 florines de oro, tomados de los 9000 sueldos jaqueses que la aljama de los judíos deben al señorío “desde 1383 a los abuelos de la contrayente”¹⁶.

Los préstamos a gentes cristianas, a pesar de las tirantezas raciales, se siguen realizando. La judería ata al mundo cristiano y se convierte en la banca de la ciudad, a cuyos fondos acuden cristianos, clérigos y caballeros a solucionar sus problemas dinerarios, entregándose a la agudeza mercantil hebraica.

Yanto Najarí¹⁷ cobra el 25 de Julio de 1440, 166 sueldos y 8 dineros jaqueses de un préstamo realizado en 1436, a Jaime Montañés, vecino de El Pobo. El mismo día cobra a varios vecinos de Camarillas 360 sueldos jaqueses, que debe descontar de 1250 sueldos jaqueses que les prestó el año 1438. No se habla del interés, porque debía ir implícito en la cantidad cobrada. Sí se observa que, en el segundo préstamo, la cifra pagada de 360 no cuadra con cifra de 250 sueldos jaqueses por año, en cinco años. Los 110 sueldos jaqueses de pico son el interés: se acerca al 9%. Los 1250 sueldos jaqueses, se convertirán, en cinco años, en 1800 sueldos jaqueses, con lo que la fama de la usura judía está justificada plenamente, ya que el capital inicial del préstamo se aumenta en un 44%.

Escapan a la jurisdicción concejil, siendo juzgados y administrados por el albedino judío y sus normas legales propias, aunque bajo la directa jurisdicción del *Bayle*. Como representante del Rey entiende en conflictos, pleitos y contiendas entre cristianos con moros o judíos o también entre los semitas e islámicos¹⁸. En el último cuarto del siglo XIII, a su llegada Teruel,

⁸ Vid. Doc. 40 AMT.

⁹ Vid. Docs. CGR, fols 138, 156, 174 y 239. Publica Vidal MUÑOZ GARRIDO, *La ciudad de Teruel de 1347 a 1597*, (Teruel, 2000), pp. 287, 295, 303, y 323.

¹⁰ Vid. Docs. 197 ASI y 342ASI.

¹¹ Vid. Docs 160 CGE. y 178 CGE.

¹² Vid Doc. 196 ASI.

¹³ Vid. Doc.PN, fol, 23. Vidal MUÑOZ GARRIDO, *La ciudad de Teruel...*, opus cit. p. 385.

¹⁴ Vid. BAER, Yitzhah, *Historia de los judíos en la España Cristiana*, (Madrid, 1981), p.400.

¹⁵ Vid. Doc. PN, fol. 148v^a. Vidal MUÑOZ GARRIDO, *La ciudad de Terue1...*opus cit, p.455

¹⁶ Vid. Doc. 219 C.G.E.

¹⁷ Vid. Docs. PN, fols. 6 y 136v^a. Vidal MUÑOZ GARRIDO, *La ciudad de Terue1...*opus cit, p. 451.

¹⁸ Vid. Doc. 92 ACT.

el cargo de Baile General de los judíos recae en judíos destacados como Jucef Ravaya, (1280-1285). En el siglo XV el cargo de Bayle, prácticamente todo el tiempo, lo presiden miembros de la familia Marcilla. Desde 1440 a 1447 se documenta a Garci Garcés de Marcilla, y en los años ochenta es Pedro Garcés de Marcilla¹⁹.

Judíos y Judaizantes

Los primeros datos de judíos en Teruel del siglo XIII son, únicamente, referencias en el ordenamiento foral. A partir de 1270, Jucef de Faro encabeza una lista documentada de 36 nombres que, hasta comienzos del siglo XIV, se encuadran básicamente en torno a siete grupos familiares: Faro, Sartre, Avenrodrich, Quatorce, Abinafia, Toledano y Sortor. Algunos como los Abinafia y los Avenrodrich se citan toda la Edad Media. FLORIANO²⁰ afirma que, a principios del siglo XIII, llegan a Teruel, procedentes de Albarracín, los Najaríes a los que seguirían otras familias. La realidad es que esa familia no aparece en la documentación hasta 1360. De esos años hasta 1460 se poseen más de 25 referencias documentales de 13 judíos de esa familia, que desarrollaron una actividad sensiblemente destacada.

Para el periodo comprendido entre 1337-1400 se han documentado 36 judíos. Si tenemos en cuenta que hasta el año 1356 se citan seis, para el resto del periodo quedan 27 judíos, hombres como cabezas de familia, y tres judías. Esta cifra, siguiendo la *taccanā*²¹ del año 1340, enumerando ocho comunidades judías en Aragón entre 30 y 50 cabezas de familia, estaría muy cercana a la realidad turolense de esos años.

En la documentación consultada de tipo censal y de arrendamiento de tierras desde el año 1391 hasta 1397, no aparecen datos de judíos. La explicación viene dada porque en esos años no se realizan actos económicos relacionados con los cristianos, ya que los desórdenes y el desgobierno de los últimos años del reinado de Juan I y la llegada de Martín II conllevan un severo “**progroom**” antisemítico.

En los primeros años del siglo XV hasta 1424, se documentan 6 judíos, de los que se cita un *argentero* y un *jubonero*. Este escaso número se debe a las conversiones obligadas por la persecuciones de fines del siglo XIV y las posteriores consiguientes, tras la predicación de San Vicente Ferrer, (1412-1413). Hierve un espíritu proselitista cristiano que no es favorable para la aljama judía²².

Lo demuestra la circunstancia de que la calle de San Pedro, que sube a la Judería, se documenta desde esos días como la “**carrera de los nuevos cristianos venidos a la fe católica**”. Nuevos conversos como el linaje de los Roiz, los Sánchez de las Vacas²³, los Santángel, o los Lázaro Sánchez²⁴, cuyos orígenes servirá para ser acusados de judaizantes en los años 1484-1487, siguiendo la Inquisición duros procesos contra ellos, que han sido estudiados por Antonio FLORIANO²⁵ y Manuel SANCHEZ MOYA²⁶.

¹⁹ Vid. Doc.190 ACT

²⁰ *La aljama de judíos de Teruel y el ballazgo de su necrópolis*, (Teruel, 1926), p.8

²¹ Vid- BAER Yitzhah, *Historia de los Judíos...*, opus cit, p. 157.

²² Vid. PILES ROS, Leopoldo, en “Situación económica de las aljamas aragonesas a comienzos del siglo XV”, en *Sefarad*, (Valencia, 1950), p.73.

²³ Vid. Docs. CGR, fol. 244; PN, fols.34, 50, 117, 131v^o,143v^o y 144. Vidal MUÑOZ GARRIDO, *La ciudad de Teruel...*opus cit.pp., 325, 394, 406, 438, 447 y 453.

²⁴ Vid. Doc. PN fol. 100. Ibidem, p.432.

²⁵ Vid. *El Santo Oficio en Aragón*, (Madrid, 1925), pp. 76-152.

²⁶ Vid. “Los Marcilla en la inquisición turolense”, en *Teruel*, 27, (Teruel, 1962) pp. 107-128. También “La inquisición de Teruel y sus judaizantes en el siglo XV”, en *Teruel*, 20. (Teruel, 1958), pp. 145-200. También “Los Marcilla y la Inquisición turolense” en *Teruel*, 3, (Teruel, 1965), pp.181-199.

No obstante, de 1424 a 1450 se documentan 23, que arriendan tierras del *Capítulo General de Racioneros*²⁷ en diez ocasiones.

En los últimos años de estancia en Teruel desciende la documentación. De diez documentados, sólo se constatan dos citas nuevas en relación con los cristianos, aunque hasta 1480 siguen trabajando tierras del *Capítulo General de Racioneros*²⁸ y del *Monasterio de Piedra*²⁹.

El cultivo de la tierra estaba siendo considerado en el mundo judío y las relaciones siguen siendo fáciles, pues en 1480 se documenta al poderoso albardero y prestamista judío *Jato Bitón*, alias cara de Rollo, que cobra al racionero de San Pedro, Cosme Trullons, 50 sueldos que había prestado a los clérigos de esa iglesia, obligándose éstos a un tributo o interés anual de 4 sueldos y 2 dineros, poniendo como garantía unas casas que tenía en la Judería el señorío de San Pedro.

La Inquisición, persiguiendo a los judaizantes – hasta 75 se han documentado en los procesos de 1486 – y a los turolenses unidos por matrimonio con conversos³⁰, como Juan Garcés de Marcilla con Brianda de Santángel, García Garcés de Marcilla con Leonor de Santángel, Pedro Martínez de Marcilla con Violante Roiz, María del Río con Gonzalvo Roiz y otros, junto con el decreto de expulsión firmado en Granada por los Reyes Católicos, el 31 de Marzo de 1492, empobrece la vida económica turolense. Supone un mazazo demográfico, aunque se cense en los primeros momentos algún converso (los Rajadel, sastres³¹). Pronto cesarán los bautismos y parten de la ciudad, siguiendo al *Rabí Selomó*, anciano y rabino de Albarracín que acudió a Teruel a predicar para evitar las conversiones³².

Apéndice Documental

Fuentes documentales y abreviaturas

- ABRC = Documentos del libro *Barrador del Cabreo del Capítulo General de Racionero. Archivo Diocesano de Teruel. Publica Vidal MUÑOZ GARRIDO, La ciudad de Teruel de 1347 a 1597, Vol .II, (Teruel, 2000)***
- ACA = Documentos del Archivo de la Corona de Aragón. Barcelona**
- ACT = Documentos del Archivo de la Catedral de Teruel**
- AHN = Archivo Histórico Nacional: Legajos de la Inquisición de Valencia**
- AMT = Documentos del Archivo Municipal de Teruel**
- ASI = Documentos del Archivo de la Iglesia de Santa María. Teruel**
- CGE = Documentos del Archivo del Capítulo General de Racioneros. Teruel**
- CGR = *Libro Cabreo del Capítulo General de Racioneros. Teruel. Publica Vidal MUÑOZ GARRIDO, La ciudad de Teruel de 1347 a 1597, Vol.II, (Teruel, 2000)***
- PN = Protocolo del notario Pedro Navarro (1438-1440). Archivo Diocesano. Teruel. Publica Vidal MUÑOZ GARRIDO, *La ciudad de Teruel de 1347 a 1597, vol. II, (Teruel, 2000)***
- RJT = “Relación Inédita Jueces de Teruel”. Publica Jaime CARUANA GOMEZ, en *Cuadernos Historia Jerónimo Zurita*, nº14.15, (Zaragoza, 1963), pp. 227-280.**

²⁷ Vid. Docs. 93 AMT; CGR fols. 245, 290 y 291; PN, fols. 6, 22, 25, 39, 39vº, 40, 44 y 47. Vidal MUÑOZ GARRIDO, *La ciudad de Teruel*. opus cit, pp. 325, 345, 346, 374, 384, 387, 397, 401 y 403.

²⁸ Vid. Docs. CGR, fols.144, 149 y 192. Ibidem, pp. 291, 293, 310.

²⁹ Vid. Doc. 492 ASI

³⁰ Vid. Legajos 543, 544,546, de la Inquisición de Valencia en el A.H.N, cuyos procesos publica SANCHEZ MOYA, Manuel, “Los Marcilla y la Inquisición turolense”, opus cit. pp. 194-199.

³¹ Vid. Documento 215 A.C.T.

³² Vid. BAER, YITZHAH, en *Historia de los Judíos en la España Cristiana.*, opus cit, p. 648.

Censo prosopográfico*Judíos*

- Jucef de Faro (1270-1281).** Perdonado por Jaime I al haber matado a un moro en legítima defensa. Doc. ACA, reg. 16, fol. 196v^o; reg. 50, fol. 176 v^o
- Açach de Melma (1271).** Yerno de Zalema Sartre. Doc. ACA, reg. 16, fol. 260
- Zalema Sartre (1271).** Judía habitante en Teruel. Suegra de Açach de Melma. Doc. ACA, reg.16, fol. 260
- Aarón Alvalo (1276).** Doc. ACA, reg. 38, fol. 109.
- Jacob Avenrodrich(1273-84).** Doc. ACA, reg. 19, fols. 15 y 47; reg. 43, fol. 6v^o; reg. 51, fols. 31 y 38.
- Jucef de Quatorce (1278).** Asesinado en Teruel, presuntamente, por Pascual de Castralvo. Doc. ACA, reg. 40, fol.138v^o; reg. 42, fol. 205v^o.
- Sansón de Quatorce (1280).** Hermano de Jucef. Doc. ACA, reg. 42, fol. 205v^o
- Jucef Ravaya (1280-1285).** Baile General de los judíos en Teruel. Doc. ACA. reg. 44, fol. 234v^o; reg. 44, fol. 234; reg. 43, fol. 93 v^o; reg. 43, fol.50v^o
- Samuel Avenrodrich (1281).** Hijo de Jacob, asesinado por los hijos de Jucef de Faro. Doc. ACA, reg. 50, fol. 176v^o
- Moisés Avenrodrich (1281).** Hijo de Jacob. Doc. ACA- reg. 50, fol. 176 v^o
- Abrahím Avenrodrich (1273-76).** Hermano de Jacob. Doc. ACA, reg.19, fol. 47
- Aarón Abinafia (1275-1284).** Doc. ACA, reg.38, fol. 14v^o; reg. 40, fol. 68; reg.41, fol.74; reg.44, fol.234 v^o
- Samuel de Faro (1281).** Hijo de Jucef de Faro, acusado de matar a Samuel Avenrodrich. Doc. ACA, reg. 50, 176v^o
- Moisés de Faro(1281).** Hijo de Jucef de Faro, acusado de matar a Samuel Avenrodrich. Doc. ACA, reg.50, 176v^o
- David Rabí (1282).** Hijo del judío de Calatayud Abraham Rabí. David, judío de Teruel, extraditado por el concejo de Moya (Cuenca), a petición de Pedro III. Doc. ACA, reg. 44. fol. 217v^o
- Abraham Rodeller (1283).** Doc. ACA, reg. 61, fol. 124.
- Jucef Arrepal (1283).** Doc. ACA, reg. 61, fol. 124.
- Alatazar (1283).** Pañero. Doc. ACA, reg. 62, fol. 22v^o
- Abraham Toledano (1283-85).** Procurador de la aljama de Teruel. Doc. ACA, reg. 61, fol. 165; reg. 43, fols. 8, 101v^o, y 117; reg. 56, fol. 128
- Ismael Toledano (1283-85).** Doc. ACA, reg. 43, fol. 8; reg.56, fol. 128.
- Jahuda Abinafia(1283).** Hijo de Aarón Abinafia. Doc. ACA, reg.61, fol.128.
- Mosisés Abinafia (1284).** Hijo de Aarón Abinafia. Doc. ACA, reg.43, fol. 90v^o
- Astruga (1284-1285).** Viuda de Jucef Ravaya. Doc. ACA, reg. 44, fol. 234v^o; reg.44, fol. 234: reg. 43, fol. 93 v^o
- Jucef Abinafia (1273-1285).** Hijo de Jahuda Abenafia. Doc. ACA, reg.38, fol. 109
- Janto Avinçalema (1284).** Doc. ACA, reg. 51, fol. 37v^o
- Ismael Avingenut (1284).** Doc. ACA, perg. de Pedro III, nº. 421.
- Isaac Sartre (1284).** Doc. ACA, perg. de Pedro III, nº. 421.
- Acab Axibili (1284).** Doc. ACA, reg. 46, fol. 212
- Simah (1284).** Esposa de Acab Axibili. Doc. ACA, reg. 46, fol. 212
- Jahuda Sortor (1284).** Doc. ACA, reg. 46, fol. 212
- Acab Sortor (1284).** Doc. ACA, reg. 46, fol. 212
- Salomón Sortor (1284).** Doc. ACA, reg. 46, fol. 212
- Mira (1284).** Viuda de Jahuda Sortor Doc. ACA, reg. 46, fol. 212
- Isaac el Calvo (1284).** Judío de Teruel, apaleado por los judíos de Albarracín, Isaac Avenlahu, Jucef Avenlahu y su hijo Moisés. Doc. ACA, reg. 46, fol. 206.

- Açach de Vidalón (1284-85).** Doc. ACA, reg. 46, fol.200v; reg. 56, fol. 128
- Salomón Bafiel (1285).** Cobrador del herbaje y carnaje por encargo real. Doc. ACA, reg. 57, fol. 176v^o
- Acaz Barba, (1337-1356).** Doc. CGR, fol.170
- Jaimil Abán, (1340).** Doc. 108CGE
- Zahadias de Palencia, (1340).** Doc. 108CGE
- Rabies, (1350-1356).** Doc. ABRC fol. 17v^o; CGR, fol.156
- Atanahel, (1350-1356).** Doc. ABRC fol. 17v^o; CGR, fol. 156
- Cahadias, (1350-1356).** Doc. ABRC fol. 17v^o; CGR, fol. 156
- Xenigo Baylo, (1358).** Doc. 0767CG
- Yanto Najari, (1361).** Doc. 185ASI
- Hoicalintillo, (1364).** Doc. 193ASI
- Gurnuel Navarro, el mayor, (1365),** carnicero. Doc. 197ASI
- David Abenyanil, (1365).** Doc. 197ASI
- Jacob Abenyanil, (1365).** Doc. 197ASI
- Astruch Abenyanil, (1365).** Doc. 197ASI.
- Salomón Aben Forna, (1369).** Doc. 214ASI.
- Yanto Ayeuil, (1370).** Doc. 160CGE
- Yucef Cablemale, (1370).** Doc. 160CGE
- Azacharde, (1370).** Doc. 160CGE
- Yucef de Palencia, (1370).** Doc. 160CGE
- Famen Darcos, (1374).** Doc. 394CGE
- Abraham Darcos, (1374).** Doc. 0394CG
- Xamilla, judía, (1374).** Doc. 0681CG.
- Samuel Abenrodric, (1377).** Doc. 174CGE
- Salomón Abinafia, (1380).** Doc. 178CGE
- Bernabé Xustán, (1384).** Doc. CGR, fol. 291
- Daçab Barba, (1384).** Doc. CGR, fol. 291
- Yuzat el Calvo, (1389).** Doc. 307ASI
- Acach Arrepol, (1391).** Doc. 315ASI
- Sacon Najari, (1397).** Doc. 82AMT.
- Yanto Najari, (1397-1410).** Doc. 82AMT, 93AMT
- Salomón Bitllán, (1398-1399).** Doc. CGR fol. 291; 342ASI
- Blanca, mujer de Salomón Bitllán, (1398).** Doc. 342 ASI
- Masse Billán, (1398).** Doc. CGR, fol.291
- Blanca, (1398).** Judía, mujer de Masse Billán. Doc. CGR, fol. 291
- Samuel Cameja, (1398).** Doc. 92ACT.
- Braham Bitllán, (1399).** Doc. 342ASI
- Ismael de Catorce, (1399).** Doc. 341ASI
- Sacón Najari, (1403).** Hijo de Yanto Najari.Doc. 218CGE, 82AMT
- Ardit Sazón (1403).** Doc. 356 ASI
- Rabí Yucef Mesías, (1410).** Doc. 93AMT.
- Samuel Najarin, (1403-1412).** Hijo de Yanto Najari. Construyó una sinagoga en Teruel. Doc. 93AMT, 376 ASI, 215 CGE, 216CGE
- Azach Najarin, (1403).** Hijo de de Samuel Najari. Doc. 215CGE, 216CGE
- Masse Xure, argentero, (1424).** Doc. CGR, fol. 290
- Yanto Najari, (1438-1440).** Doc. PN, fol. 6 y 136v^o.
- Najari Rodrigo, (1439).** Doc. CGR, fol. 244; PN, fols. 22 y 25.
- Acach Najari, jubonero, (1403-1439).** Doc. PN, fols. 40, 40v^o y 41
- Acach Almarozí, (1439).** Doc. PN, fols. 39, 39v^o y 40
- Abraham Altexifi, alias Corriz, (1439)..** Doc. PN, fols. 39, 39v^o y 40;CGR, fol. 149

- Mossen Najarí, (1439).** Hijo de Acach Najarí Doc PN, fols. 39, 39vº, 40 y 148vº
- Mossen Najarí, (1439).** Hijo del judaizante Gonzalo Roiz. Doc. PN, fol. 43 vº
- Haym Nardut, (1439).** Doc. PN, fol. 39
- Yuce Billany, (1439).** Doc. PN, fols. 39 y 47
- Acah Avenrodrich, (1439).** Doc. PN, fols. 40, 40vº y 41
- Haym Abnardat, (1439).** Doc. PN, fol. 43vº.
- Pastor Xavache, (1439).** Doc. CGR fol. 291; PN, fols. 39 y 47
- Yafuda Scapa, (1439).** Hijo de Leonor, viuda de Ferrant García. Doc. PN, fol. 47 y 51 vº..
- Saçon de Xini, (1439).** Doc. PN, fol. 51vº
- Façon Najarí, (1439).** Doc. PN, fol. 53
- Yuce Ardit, (1440).** Doc. PN, fol. 109
- Acach Alafar, (1440).** Doc. PN, fol.136vº.
- Mossen Calahi, (1440).** Judío primero de la ciudad. Doc. PN, fol. 136vº
- Huda Najarí, (1440).** Doc. AHN, Leg. 546, 7, Inq. Val.
- Brahim Lahtos, (1440).** Doc. PN, fol. 148vº
- Cahadias (1454).** Doc. 486ASI
- Yafuda Macot, (1440-1467).** Doc. 184AMT.
- Pastoret, (1454).** Hijo de Cahadias. Doc. 486ASI
- Saçon Ardit, (1460).** Doc. 492ASI
- Salomón Bensorna, (1460).** Doc. 492ASI
- Levi Fozahi, (1460-65).** Doc. CGR, fol. 174
- Nacot, (1462).** Doc. 493CGE
- Viuda de Acatti Ardit, (1451-1463).** Doc. CGR, fol. 149
- Fuda Macot, (1467).** Doc. 184AMT.
- Samuel Najarí, (1460-1470).** Hijo de Huda Najari, converso más tarde con el nombre de Leonardo. Doc. AHN, Leg. 546, 7, Inq. Val.
- Jato Bitón, alias Cara de Rollo, (1480-1485).** Albardero. Doc. 529ASI, 334CGE
- Mira, (1480-85).** Mujer de Jato Bitón. Doc. 334CGE
- Alazaz Antón (1480-92).** Nieto del judaizante Antón Roiz, el viejo. Doc. AHN, Leg.546, pr. 2, Inq. Val.

Judaizantes

- Luis de Santángel (1439-1486)** Doc. PN, fol. 53
- Brianda Besant, (1439-1486).** Esposa de Luis de Santángel.Doc. PN, fol .53
- Lázaro Sánchez, (1439).** Converso. Doc. PN, fol. 100
- Berenguer Ram, (1436-1486).** Doc. RJT, p. 272
- Ferrando Ram, (1450-1486).** Hijo de Berenguer.Doc.. AHN, Leg. 544, 8, Inq. Val.
- Gracia Jiménez, alias Ram (1486).** Viuda. Doc. AHN, Leg. 546, 8 Inq. Val.
- Manuel de Puigmijá, el viejo, (1486).** Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Gil de Gonzalvo Roiz, (1473-1486).** Doc. 176ACT
- Gonzalvo Roiz del Río, (1436-1486).** Doc. PN, fol. 53vº; AHN, Leg. 544, 8, Inq. Val.
- Gracia Ruiz, (1473-1486).** Esposa de Gil de Gonzalvo Roiz. Doc. AHN, Leg. 546, 6, Inq. Val.
- Gil Roiz, (1473-1486).** Hijo de Gonzalvo. Doc. RJT, p. 272; CGR, fol.249.
- Violante Ruiz, (1477-1486).** Hermana de Gil Roiz, esposa de Pedro Martínez de Marcilla. Doc. AHN, Leg. 546, 7, Inq. Val.
- Juan Roiz, (1470-1480).** Padre de Pedro Roiz. Doc. AHN Leg. 543, 9 de Inq. Val.
- Donosa Besante, (1477-1486).** Suegra de Beatriz Martínez de Marcilla. Doc. AHN, Leg. 543, 9, Inq. Val.
- Beatriz Martínez de Marcilla, (1477-1486).** Hija de Violante y Pedro Martínez. Doc. AHN, Leg. 542, 10, Inq. Val.
- Pedro Roiz, (1477-1486).** Esposo de Beatriz Martínez de Marcilla. Doc. AHN, Leg. 543, 9, Inq. Val.

- Jaime Martínez de Sant Angel, (1413-1486), mayor de días o el viejo.** Convertido con las predicaciones de San Vicente Ferrer. Doc. PN, fols.1 06 y 141; AHN, Leg. 544, pr. 22, Inq. Val.
- Rita Besante (1420-1486).** Esposa de J. Martínez de Sant Angel, el viejo. Doc. AHN, Leg. 544, pr. 22, Inq. Val.
- Rica Brianda de Sant Angel, (1486).** Hija de Jaime Martínez de Sant Angel. Casada con Juan Garcés de Maecilla. Doc. AHN, Leg. 544, pr. 22, Inq. Val.
- Alba de Sant Angel, (1486).** Hermana de Rica Brianda e hija de Jaime. Doc. AHN, Leg. 544, pr.22, Inq. Val.
- Jaime Martínez de Santángel, el joven, (1460-1486).** Doc. AHN, Leg. 1848, Sección Clero; PN, fol. 7 vº.
- Gracia Roiz, (1486).** Hija de Antón Roiz, esposa de Jaime Martínez, el joven. Doc. AHN, Leg. 544, pr. 22 Inq.Val.
- Viuda de Juan Roiz, (1473-1486).** Doc. RJT, p. 272
- Gil de Gil Roiz, el dentado (1473-1480).** Doc. RJT, p. 272
- Gracia Ximénez, alias Ram (1484).** Viuda de Fernando Ram. Suegra de Miguel Garcés de Marcilla. Doc. Leg.546, pr.8, Inq. Val.
- Galván Roiz (1436-1486).** Hijo de Gil de Gonzalvo Roiz. Doc. AHN, Leg. 544, 8, Inq. Val.
- Violante de Sant Angel, (1477-1486).** Hija de Jaime Martínez de Santángel, el joven, mujer de Gonzalo Roiz. Doc. RJT, p. 272; AHN, Leg. 543, 9 y Leg. 544, pr. 22 Inq. Val.
- María del Río (1477-1486).** Tía de Beatriz Marcilla.Doc. AHN, Leg. 543, 9 Inq. Val.
- Guillermo Pérez, (1477-1486).** Doc. AHN, Leg. 543, 9, Inq. Val.
- Esperanza, (1477-1486).** Esposa de Guillermo Pérez. Doc. AHN, Leg. 543, 9, Inq.Val.
- Diego de Toledo, (1473-1486).** Doc. AHN, Leg. 546, 7, Inq. Val.
- Juan Toledo, (1473-1487).** Doc.198ACT
- Leonor de Sant Angel, (1477-1486).** Esposa de García Garcés de Marcilla, hija de Jaime Martínez de Santángel y de Gracia Ruiz. Doc. AHN, Leg. 546, 10 y Leg. 544, pr. 22, Inq. Val.
- Martín Roiz, (1477-86).** Casado con una Sant Angel. Leg. Doc. AHN, 546, 7, Inq. Val.
- Antón Roiz, el viejo, (1470-1486).** Jurista. Doc. AHN, Leg. 546, 7 y Leg. 544, pr. 5, Inq. Val.
- Luis Gracián, (1470.1482).** Difunto antes del proceso de 1486.Doc. AHN, Leg. 543, 7 Inq. Val.
- Beatriz, (1470-1486).** Mujer del notario Juan Gracián, difunta antes del proceso de 1486.Doc, AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Juan Gracián, (1470-1482).** Notario, difunto antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Tolosana, (1470-1482).** Madre de Juan Sánchez el Royo, difunta antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7 Inq. Val.
- Juan Sánchez el Royo, (1470-1482).** Difunto antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Violante de Exarque, (1470-1482).** Esposa de Francisco Belluga, difunta antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Francisco Belluga, (1470-1482).** Difunto antes del proceso de 1486. Doc, AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Francisco Martínez Tristán de Rueda, el viejo (1439-1482).** Difunto antes del proceso de 1486. Doc., AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.; PN, fols. 39, 39v, 40, 40º y 41.
- Francisca Beltrán, (1470-1486).** Difunta antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Gracia Besant, (1470-86).** Difunta antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Acho, (1470-86).** Difunto antes del proceso de 1486.Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Clara, (1470-86).** Mujer de Acho, difunta antes del proceso de 1486. Doc, AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Tolosana Besant, (1470-86).** Mujer de Juan Gracián, jurista, difunta antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.

- Francés Besant, (1470-82).** Difunto antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Gonzalvo Besant, (1470-82).** Difunto antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7 Inq. Val.
- Gencora, (1470-82).** Esposa de Pau Besant, mercader, difunta antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Pau Besant, (1470-82).** Difunto antes del proceso de 1846. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Francisca Rossel, (1470-82).** Mujer de Francés de Puigmiya, difunta antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7 Inq. Val.
- Francés de Puigmiyá, (1470-82).** Difunto antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Sendija, (1470-82).** Madre de Belenguer Ram, difunta antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Joan Celi, (1470-82).** Asesor de la judería, difunto antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7 Inq. Val.
- Enjoan Puigmiyá, (1470-82).** Difunto antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Bienvenida, (1470-82).** Mujer de Enjoan Puigmiya, difunto antes del proceso de 1486. Doc. AHN, Leg. 543, 7, Inq. Val.
- Juan Ram, (1486).** Canónigo, declarado hereje y confiscados sus bienes. Doc. AHN, Leg. 544, pr. 10, Inq. Val.
- Egidio Roiz, (1486).** Clérigo, procedente de la iglesia de la Santa Cruz de Zaragoza. Ausente, es declarado hereje y apóstata. Se confiscan sus bienes. Doc. AHN, Leg.544, pr. 10, Inq. Val.
- Juan Gracián, (1490).** Jurista. Doc. 221ACT.
- Antón Roiz, (1492-98).** Hijo de Antón Roiz el viejo. Absuelto por la Inquisición. Doc. AHN, Leg. 543, pr, 7 Inq. Val.
- Alfonsina Roiz, (1492-98).** Hija de Antón Roiz, el viejo. Absuelta por la Inquisición. Doc. ANH, Leg. 543, pr.7, Inq. Val.

Por terras nunca antes visitadas: os Franciscanos no Sudeste Asiático antes de 1500

Vitor Gomes Teixeira *

Ao longo da Baixa Idade Média, os Mongóis constituíram sempre uma séria ameaça à Europa e à Cristandade. Perseguindo formas de entendimento propiciadoras de um clima de paz comercialmente proveitoso, para além de se tentar introduzir missionários na Ásia Central, a Europa cristã procurou com regularidade firmar contactos políticos com os poderes Mongóis. Inúteis, no entanto, excepto quando se dirigiam para o grande Khan em pessoa. Representado pelo mundo europeu medieval como um grande e temível imperador de um povo «belicoso», o domínio político mongol estendia-se a toda a Sibéria e ao Altai, à Mongólia e ao deserto de Gobi, incluindo mesmo quase toda a China, tocando já no mar Cáspio e, nos períodos de maior expansão, nos Urais, a Ocidente. Cerca de 1230, o império Mongol abrangia um território situado entre a Coreia e a Pérsia (Irão), preparando a conquista da China meridional. Por isso, a Europa medieval «tremia e rezava», como se escrevia em muitas crónicas, textos religiosos e declarações políticas. O império do grande mongol foi-se estruturando com firmeza, erguendo a sua nova capital em Khanbaliq (actual Pequim, na República Popular da China) e centralizando os poderes na figura imperial, cuja frequência obrigava a quem o quisesse entrevistar a deslocar-se até àquelas longínquas terras, do lado de onde o Sol nascia. Diplomacia difícil e morosa para as realezas europeias medievais, mergulhadas num clima de medos e incertezas sempre que a fronteira ocidental do Grande Khan tendia para Ocidente.

Aos frágeis contactos políticos e diplomáticos europeus, fragmentários e ocasionais, devem somar-se algumas tentativas de, sob a capa da fé, se fundarem outras aproximações ao Grande Khan da Mongólia. Esta comunicação de carácter religioso ou, mais rigorosamente, tentada por alguns religiosos, convoca antigas crenças e tradições difundidas em alguns espaços da cristandade medieval recordando, entre ficções hagiográficas e mitos «evangélicos», a existência de um reino cristão algures nas profundezas da Ásia, um reino resistindo aos estados muçulmanos ou pagãos asiáticos. As derrotas dos “mouros” da Ásia às mãos dos «povos do Cataio» que formavam esse perdido reino cristão eram, por vezes, difundidas em textos e lendas religiosos que circulavam na Europa medieval. Alimentavam a ideia de que esses povos cristãos – ou não-muçulmanos, pelo menos – podiam mesmo ajudar nos esforços da Europa para libertar a Terra Santa do jugo islâmico. Há um fundo de verdade nestas lendas entre ideários de cruzada e aventuras religiosas: existiam cristãos na Ásia Central, como na Índia ou na China, desde os alvares do Cristianismo: apresentados como “nestorianos” no primeiro caso, ditos de S. Tomé” no segundo, mas maioritariamente de ritos siríio-orientais¹. Daí a existência de alguns pontos de referência espiritual e de apoio a viagens de religiosos em diversas regiões da Ásia, existindo também alguns destacados membros da hierarquia mongol que eram cristãos,

* Universidade Católica Portuguesa.

¹ A principal Igreja cristã que se expande no mundo asiático até à China é a Igreja síria oriental, por vezes incorrectamente designada por «nestoriana», expandindo-se pela Ásia sobretudo através da Pérsia. Por volta de 635, esta Igreja chega a Chang'an, a capital da dinastia Tang. Depois de um demorado período de «declínio», acantonada a espaços limitados no Sul da China, esta Igreja haveria de ser novamente tolerada e frequentada durante o reinado da dinastia Yuan, sob domínio mongol, ao longo do século XIII (UHALLEY JR., Stephen e WU, Xiaoxin (eds.), *China and Christianity*, New York, 2001, pp. 11-15).

o que facilitava os contactos com os Khans. Por outro lado, os Mongóis, depois de todo um conjunto de conquistas a partir do século XI, criaram uma unidade geopolítica entre o mar Cáspio e o oceano Pacífico, todo um território sob uma única autoridade e, por isso, mais “fácil” de “visitar”. Neste âmbito, criou-se também como que uma *pax mongolica* a partir dessa uniformidade política e militar na Ásia, firmando segurança, tolerância e abertura comercial. Trata-se do período que explica as visitas mercantis, como a efectuada por Marco Polo, ou religiosas, como as dos franciscanos Giovanni da Pian del Carpine, na década de quarenta do século XIII, Willelm Rübriick, poucos anos depois, e Giovanni da Montecorvino, na última década de Duzentos². Não se deverá esquecer também o esforço missionário anónimo dos franciscanos na Arménia, Pérsia e região do Cáspio logo no século XIII, instalando comunidades religiosas que apoiariam viagens posteriores à Ásia Central ou, ainda mais longe, em direcção à Índia e Insulíndia.

A partir de 1368, data em que chegam os Ming à China e se encerra o domínio mongol nesse território, as visitas de ocidentais com fins religiosos, comerciais e políticos tornam-se mais difíceis e raras. Os Ming dissolveram praticamente tudo o que os Mongóis fizeram ou protegeram em matéria religiosa, incluindo as dioceses e comunidades cristãs organizadas. Desapareceu o bispado de Khanbaliq, por exemplo, e o projecto do patriarcado do Oriente. Os franciscanos que circundavam a corte do Grande Khan tiveram de fugir, acompanhando os Mongóis na sua retirada em 1368. O Cataio passava a ser definitivamente uma lenda, uma terra perdida ou oculta com comunidades cristãs e riquezas por explorar, cuja memória haveria de ser restaurada alguns séculos depois com a expansão portuguesa e, principalmente, a missão quincentista dos Jesuítas.

Foi a partir do cenário político dos séculos XII e XIII que se empreenderam, na Baixa Idade Média, algumas outras viagens de Franciscanos ao Extremo Oriente, desta vez para latitudes mais meridionais e evitando o coração da dinastia Ming da China. A Ásia Meridional, com destaque para a sua região Sudeste, passou a ter um protagonismo que nunca antes tivera, ainda que não se possam estabelecer comparações com a anterior ligação dos Franciscanos à Rota da Seda na Ásia Central e respectivas comunidades cristãs por eles animadas, mesmo junto do centro nevrálgico dos Mongóis. As principais vias de acesso à Ásia a partir da Europa eram duas: uma terrestre, outra marítima. A terrestre partia da Crimeia, contornava a margem norte do mar Cáspio, a Tartária, seguindo depois para o Pamir, alcançava a China através do passo de Karakorum (actual Afeganistão Oriental) e seguia depois para Khanbaliq. Era uma via caravaneira, utilizada já por Carpine, Rübriick e Marco Polo. Montecorvino sobre ela assim escreveu: “... é a via mais segura e mais rápida, podendo ser feita em cinco ou seis meses. Não é, todavia, sempre aconselhável, devido às guerras contínuas”. A via do mar era relativamente mais fácil e menos onerosa: partia da Pérsia para a Índia, Ceilão, onde chegavam por vezes juncos chineses e se faziam trocas com comerciantes do Extremo Oriente. Mas não era uma rota livre de perigos: desprovidos de bússolas e recorrendo apenas à cabotagem, os navios enfrentavam não só ciclones e outros perigos naturais, como também piratas ou ataques de populações locais junto à costa. Por exemplo, a família Polo partiu de Zaitun, em frente à ilha de Taiwan, então a porta marítima da China meridional, com catorze grandes navios de quatro mastros e doze velas, dos quais chegaram a Ormuz apenas 10³.

Com Montecorvino (n. 1247 – †1329) – o “primeiro missionário católico na China”, como diz Juan Gil⁴ – começou-se gradualmente a privilegiar as rotas marítimas em lugar das terrestres.

² O melhor trabalho actual de publicação e estudo destes textos de viagem medieval na Ásia encontra-se no trabalho referencial de Juan GIL, *La India y el Catay. Textos de la Antigüedad Clásica y del Medievo occidental*, Madrid: Alianza Universidad, 1995. Uma boa edição mais antiga das cartas de Montecorvino encontra-se em WIJNGAERT, Anastasius van den, OFM – *Sinica Franciscana*, vol. I, Quaracchi, 1929.

³ Sobre estas dificuldades de viajar na Ásia por terra ou por mar, cf. GIL, Juan – *op. cit.*, pp. 109-113 e 117-122.

⁴ GIL – *op. cit.*, p. 385.

Montecorvino partiu de Ormuz, na Pérsia, em 1291, tocou depois na Índia (pregou em Kowloon e residiu algum tempo em Meliapore⁵), onde se deteve treze meses, assegurando depois a passagem para o seu destino a bordo de um navio – tinha como companhia Fr. Nicolau, OFM, e um mercador de nome Pedro de Lucalongo – que o levou até Takkola (ou Takuapa), no istmo de Kra, na península Malaia (ou atravessando directamente o golfo de Bengala ou contornando a costa pela Birmânia e Tailândia ocidental). Depois de o atravessar, tomou outro barco, com que contornou o delta do rio Mekong, em Funan (sul do actual Vietname), seguindo ao largo de Champa (ao largo de Da Nang), Hainan até entrar no rio das Pérolas e aportar em Cantão, contornando de seguida a costa chinesa até ao porto de Zaitun, por onde terá depois para o interior da China, chegando a Pequim talvez em 1294, já depois da morte de Kublai Khan.

Ter-se-á cruzado com Marco Polo, que regressava então de Zaitun, local para onde se dirigia o franciscano? Como se afere desta breve descrição do itinerário de Montecorvino, a Insulíndia não fazia então parte das rotas marítimas frequentadas no século XIV para quem vinha da Índia ou da Pérsia. Permanecia ainda uma região quase desconhecida dos europeus, ainda que alguns cristãos (Arménios, Jacobitas, Persas ...) a tivessem visitado até 1500⁶. Todavia, é provável que Montecorvino pudesse ter visitado alguma ilha da Indonésia, nomeadamente Sumatra ou Java, as que se apresentam geograficamente mais próximas da rota do Sudeste Asiático em direcção à China. Na sua estadia de treze meses na Índia, procurou seguramente tomar conhecimento das culturas, povos e regiões não só da China como também da parte oriental do oceano Índico, terras que os indianos e os mercadores muçulmanos contactavam assiduamente e das quais não faltariam notícias. O navio em que viajou para a China era ao que tudo indica mercante, e não seria de todo estranho que não tivesse aportado e talvez descarregado – ou carregado produtos e mantimentos – em algum porto do actual arquipélago da Indonésia. Pode também Montecorvino ter trocado de navio em qualquer um desses portos⁷, como sucedia nestas viagens de longo curso em que se utilizavam navios mercantes como transporte. Não deveremos esquecer o facto de Montecorvino se ter tornado ulteriormente – esteve no Oriente mais de 35 anos... – arcebispo de Khanbaliq (Pequim) e Patriarca do Oriente (nomeação em 1307, de Clemente V, embora só tenha recebido as letras papais em 1310, das mãos de três franciscanos enviados pelo papa, de um grupo de sete⁸, que seriam os seus bispos sufragâneos). Este Patriarcado abrangia todo o Oriente, incluindo o arquipélago indonésio⁹. Relativamente à viagem daqueles frades-bispos e às suas desventuras em demanda do Extremo Oriente nada se sabe, apenas que lá chegaram aqueles três com a bula papal. Por onde viajaram, que rotas marítimas ou terrestres perseguiram, não se sabe.

Entretanto, antes do fim do domínio mongol da China em 1368, outros frades demandaram aquele país em missão, por terra e por mar¹⁰. Por mar alguns houve que se aventuraram para além das rotas tradicionais e terão tocado em regiões ainda quase desconhecidas dos europeus. Entre essas terras conta-se a parte meridional da península malaia e toda a Insulíndia, de

⁵ Ibidem. Em Meliapore faleceu o seu confrade, Fr. Nicolau.

⁶ Sobre a presença de cristãos na Ásia até à chegada dos portugueses, é sugestiva a obra de GILLMAN, Ian e KLIMKEIT, Hans-Joachim – *Christians in Asia before 1500*, Richmond: Curzon Press, 1999.

⁷ MEERSMAN, Achilles, OFM – *The Franciscans in the Indonesian Archipelago*, Lovaina: Nauwelaerts, 1967.

⁸ LOMBARDI, Teodosio, OFM – *Storia del Francescanesimo*, Pádua: Ed. Messagero, 1980, p. 157. Clemente V assim se referiu acerca de Montecorvino na sua bula: “ele, Giovanni, Frade Menor, dotado de ciência, de religiosa piedade, de pureza de vida, de santos costumes e de todas as outras virtudes”.

⁹ MEERSMAN, Achilles, OFM – *The Origin of the Latin Hierarchy in India*, in “The Clergy Monthly” (Kurseong, Índia), Suplemento, 1960, pp. 67-78.

¹⁰ Conhecem-se, por exemplo, os padres franciscanos Gerardo, André e Pelegrino (italianos), que estiveram em Khanbaliq entre 1309 e 1313, bispos que consagraram Fr. João de Montecorvino arcebispo de Pequim e Patriarca do Oriente. Depois desses frades, não mais outros franciscanos deixaram de demandar o Extremo Oriente em missão. Cf. GIL, Juan – *op. cit.*, p. 386.

Sumatra à Nova Guiné e às Filipinas, de Bornéu a Timor. Todavia apenas se conhecem dois fra- des que terão tocado em terras da Insulíndia que nos legaram escritos os seus relatos e impres- sões das viagens.

O primeiro viajante franciscano a visitar seguramente ilhas da actual Indonésia (Sumatra, Java), foi o Beato Odorico de Pordenone (n. c. 1286 - † 1331¹¹), entre 1321 e 1324. Odorico de Pordenone aportou em ilhas da actual Indonésia quando seguia para a China: segundo o seu relatório¹², terá visitado três ilhas, Sumatra, Java e Bornéu¹³. Acidentalmente, e tanto quanto se sabe, terá sido¹⁴ o primeiro europeu a visitar Bornéu¹⁵. O seu périplo indonésio terá ocorrido entre 1323 e 1324¹⁶, quando vinha de Thana (onde chegou talvez em 1321-22), aí recolhendo as relíquias de de franciscanos mortos nesta cidade indiana), junto a Bombaim. Seguiu então para Cananor, Cranganor, Kowloon, Ceilão, Madrastra e depois Meliapore, alcançando depois Sumatra. Neste itinerário desviou-se das rotas tradicionais dos europeus para a China (por Takkola, em Kra, atravessando a pé até Pak Phanang) e terá seguido a dos mercadores persas e muçulmanos que demandavam a Insulíndia a partir de Ceilão ou do sub-continente indiano. De facto, em vez de contornar toda a costa do golfo de Bengala até ao istmo de Kra atravessou directamente de Ceilão ou de Meliapore até às ilhas de Nicobar e de Andaman, flectindo depois para Takkola (no referido istmo), tendo chegado àquelas ilhas, Pordenone seguiu para sudeste ao longo do Estreito de Malaca, entre Sumatra e a Malásia, visitando aquelas três grandes ilhas indonésias antes de tomar o rumo do mar da China Meridional até Cantão e depois para Zaitun e daí para o interior.

Foi ele o primeiro autor europeu a usar também o nome de “Sumatra” para designar aque- la ilha indonésia, apesar de se ter a ela referido como “Sumoltra”, ainda que este designativo não tivesse sido aplicado a toda a ilha mas apenas a um reino no seu Noroeste. Sumatra foi, de facto, a primeira ilha indonésia que avistou. Segundo as suas próprias palavras, o navio em que seguia terá entrado na baía de Lamori, localidade que muitos identificam com a actual Banda Atjeh ou Aceh (ou *Achim*). Posteriormente, depois de seguir pela costa oriental de Sumatra, em frente à península Malaia, foi o frade aportar no litoral setentrional da ilha de Java. Descreveu o que viu naquela ilha¹⁷ de forma concreta e sóbria, referindo ser aquela região a mais fértil e próspera que tinha visto desde a Índia. Provavelmente, o frade terá feito algumas incursões nesta ilha, contactando com a realidade agrícola e com as capacidades produtivas das populações, o que o levou a fazer tal comentário. No capítulo XIV do seu *Relato*, Odorico chega mesmo a referir-se à existência de um rei supremo em Java, suserano de outros sete reinos vassallos (não há aqui simbologia numérica bíblica ou apocalíptica, não teria este frade uma formação joa- quimita?). Descreveu ainda os principais produtos da ilha e a fonte da sua riqueza e prosperi- dade. A relação¹⁸ deixada por Odorico da Pordenone acerca das suas viagens e as suas impressões constituem, a par de outros viajantes, a principal fonte das mais antigas e seguras informações

¹¹ Beatificado em 2 de Julho de 1755 por Bento XIV.

¹² GOLUBOVITCH, Girolamo – *Biblioteca Bio-Bibliographica della Terra Santa e dell’Oriente Franciscano*, vol. III, Quaracchi, 1919, p. 390. Este relato foi traduzido para castelhano publicado em GIL, Juan – *op. cit.*, pp. 433 – 509, com introdução e notas críticas e de apoio à leitura.

¹³ Tem-se dito muitas vezes também que terá mesmo visitado as Molucas, mas ainda não se apurou se tal terá sucedido. Cf. GIL, Juan, *op. cit.*, p. 433, referindo-se a T. Domenichelli, *Sopra la vita e i viaggi del B. Odorico Pordenone*, Prato, 1881, onde se alude a essa possibilidade. Juan Gil, em nota de rodapé, adianta que “tudo depen- de da identificação que se faça da ilha de *Patén*.”

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ MEERSMAN – *The Franciscans in the Indonesian Archipelago*, p. 17.

¹⁶ De acordo com estudo de STOKMAN, Sigfridus, OFM – *De eerste Missionarissen van Borneo*, “Historisch Tijdschrift”, 7 (1928), Tilburg, 1921, p. 347.

¹⁷ Sobre a relação da viagem de Odorico, cf. também uma edição crítica do seu *Itinerarium* em WIJNGAERT, Anastasius van den, OFM – *Sinica Franciscana*, vol. I, p. 381 e ss.. Para esta nota, cf. p. 446.

¹⁸ WIJNGAERT – *Op. cit.*, p. 445.

sobre o Extremo Oriente durante a Idade Média. Odorico refere mesmo, e objectivamente, o quanto poderia interessar o seu relato tanto a religiosos como a seculares, principalmente aos segundos, pois as notícias maravilhosas eram em maior número que as de carácter pio. Fala assim do comércio, das riquezas do Extremo Oriente, nunca se referindo a si próprio ou nunca se preocupando em dar fama ao seu nome. O seu latim é simples, sem ornatos, empolamentos ou formas hipérbolicas, o que garante sinceridade e segurança na informação.

Parece que terá acompanhado Odorico um tal de James of Ireland, sacerdote, por confirmar, que o poderá ter acompanhado na ida para o Oriente e visitado também inúmeras ilhas da Indonésia. Dois outros frades vão também na viagem do Beato Odorico da Pordenone ao Oriente, embora não se saiba com segurança se estiveram na Indonésia: Fr. Michele da Venezia e Fr. Bernardo. Não se sabe mesmo se terão estado na viagem de ida ou de volta de Odorico ao Oriente (o regresso foi por terra). Para ambos, não se sabe se o seguiram entre a Pérsia e a China por mar e, eventualmente, o acompanharam na Indonésia, ou se estiveram com ele até à Pérsia ou depois daqui para a Europa.

A outra figura franciscana que andou pela Indonésia naquele século XIII foi o bispo Giovanni da Marignolli, legado papal, que terá estado em Sumatra, ao que tudo indica depois de Julho de 1347¹⁹. A sua estada em vários portos do actual arquipélago da Indonésia terá ocorrido na viagem de regresso da China, para onde se terá dirigido por via terrestre. Relata Marignolli que esteve uma ou duas vezes com uma rainha da ilha, de seu nome Tribhuwana, que reinou entre 1329 e 1350. Marignolli chama ao reino de *Sabá*, que muitos têm identificado com o de Majapahit, este de existência histórica concreta. Curiosamente Marignolli menciona ter encontrado alguns cristãos na região, que tudo indica serem “Nestorianos”, pelas tradições a eles ligadas e propaladas pelo bispo franciscano no seu relato²⁰.

Esta(s) visita(s) continua(m) envolta(s) em controvérsia entre os estudiosos de Marignolli e seus périplos asiáticos. Enquanto que a maior parte dos historiadores refere uma só visita, outros, como Golubovitch, tradicionalmente uma figura avisada e segura, falam em duas visitas a Sumatra²¹. Não restam dúvidas sim de que terá visitado a grande ilha. Na sua *Relatio* de viagem ao Oriente lembra também que a tal rainha – que terá visto várias vezes na(s) sua(s) estadas em Sumatra, generosamente lhe terá ofertado vários presentes. Aludiu também ao facto de existirem poucos cristãos (... *sunt enim ibi pauci Christiani*)²² nas terras de Sumatra por onde andou, mas considerava-se capaz de fazer algum bem às almas da terra²³. Estes cristãos seriam oriundos provavelmente da Índia, dos chamados “cristãos de S. Tomé”, o Apóstolo que pretensamente terá pregado os Evangelhos no sub-contidente indiano. Presumem alguns autores também que podiam ter sido convertidos pelo Beato Odorico da Pordenone²⁴. A *Crónica dos 24 Gerais*, escrita quase toda antes de 1369, alude também a essa possibilidade de que muitos desses cristãos teriam sido convertidos por Odorico. Estes missionários franciscanos que demandaram a China nos séculos XIII e XIV nunca deixaram de pregar ou baptizar nas terras por onde passavam e aportavam nas suas viagens marítimas, como relata por exemplo Montecorvino por várias vezes. Relativamente a companheiros de jornada nesta viagem pela Indonésia as informações não são tão seguras ou não existem mesmo.

Depois de Marignolli e da sua crónica de viagem, não mais se encontram vestígios de franciscanos a tocar em terras da Indonésia ou da península Malaia na Baixa Idade Média, mas

¹⁹ Cf. WIJNGAERT - *Op. cit.*, I, p. 517, nota (4). A *Relatio* da viagem de Marignolli está também publicada na *Simica Franciscana*, t. I, pp. 514 – 560. Alguns autores apontam a data de 1338, como GILLMAN e KLIMKEIT – *Op. cit.*, p. 312.

²⁰ GILLMAN e KLIMKEIT – *Op. cit.*, p. 312.

²¹ WIJNGAERT - *Op. cit.*, I, p. 517; GOLUBOVITCH - *Op. cit.*, III, 293.

²² Cf. WIJNGAERT - I, 531; GOLUBOVITCH - IV, 274.

²³ *Ibidem*.

²⁴ MEERSMAN – *The Franciscans in the Indonesian Archipelago*, p. 20.

provavelmente terão andado mais filhos de S. Francisco por aquelas paragens²⁵. Não deixaram foi relatos das suas viagens ou dos seus itinerários. No entanto, as viagens de todos estes missionários na Baixa Idade Média, e de acordo com os seus relatos de viagem, ajuda-nos a delinear uma rota marítima relativamente definida e que já seria usada por Persas e comerciantes muçulmanos desde antes do ano 1000. Os mais destemidos e aventureiros atravessariam directamente por mar de Ceilão até Takkola, os outros fariam uma navegação à vista da costa, contornando o golfo de Bengala por Mergui e Pegu na Birmânia, depois, se não atravessassem o istmo de Kra de Takkola para Pak Phanang, na Tailândia meridional, seguiriam por Kalang, Kedah e Kuala Terengannu, na costa oeste da Malásia, ou, se seguissem por Sumatra, Lambri, Samudra, Peurelak, Malaca (na Malásia), Jambi, Telangaipa e Palembang. Depois chegariam a Java, onde era frequente visitarem Jakarta, Tubon, Surabaya e a ilha de Madura; daqui, se não fossem por Bornéu (ou para os que não iam a Java), seguiam pela costa leste da Tailândia até à sua antiga capital, Ayutthaya, de onde rumavam a Tonquim (actual Vietname), pelo delta do Mekong, depois para a ilha de Hainan e a seguir, por Cantão ou Zaitun, para o coração da China, fosse para Khanbaliq, fosse para Loyang ou Chang´an. Em todos estes locais provavelmente terão encontrado Árabes, Persas ou Indianos, e entre estes dois últimos povos, alguns cristãos, isoladamente ou em pequenas comunidades²⁶. Também se encontravam Arménios, estes todos cristãos, Monofisitas (crença em uma só natureza em Cristo, a divina, e não a humana). Entre os Persas, achar-se-iam Nestorianos (naturezas separadas de Cristo), e entre os Árabes alguns cristãos de rito Siríaco (e entre estes Jacobitas, que estariam em número razoável no Sudeste Asiático ao longo da Idade Média), como em Malabar entre os Indianos, ainda que o número de fiéis não fosse grande ou até constante, com um carácter de itinerância relativamente acentuado²⁷. Esses teriam servido de apoio ou facilitado a presença dos missionários cristãos dos séculos XIII e XIV, que os teriam procurado, eventualmente.

A presença destes comerciantes teria um fundamento religioso, principalmente para os Persas, que gozavam de grande reputação no comércio de pérolas e gemas, recordando a parábola de Mateus 13,45-46²⁸. O grande preço das pérolas estimado por Jesus na parábola suscitava entre os cristãos de rito Siríaco um interesse e uma demanda tão grandes como a do *Graal* no Ocidente. Se este foi usado como cálice na Última Ceia, a Pérola teria sido um bocado de miolo do pão usado naquela refeição. Assim acreditavam aqueles mercadores, que procuravam as pérolas e pedras preciosas do Sudeste Asiático²⁹. Por exemplo, a reforçar a presença destes comerciantes Persas, Siríacos e Arménios no Sudeste Asiático surge a descrição de Tomé Pires das nações que encontrou em Malaca aquando da sua primeira visita à cidade, em que incluiu “gentes” de Ormuz, *Parsees* (Pérsia) e cristãos Arménios³⁰. Ao contrário aliás do que fizera c. 1510 Ludovico de Vartema, italiano, aquando da sua visita a Malaca, em que não refere a existência de estrangeiros cristãos na cidade³¹. Todavia, Tomé Pires desconfiava do cristianismo dos Persas e dos mercadores de Ormuz, não em termos de religião e espiritualidade mas sim se o professavam.

²⁵ MEERSMAN – *Op. cit.*, p. 21.

²⁶ GILLMAN, Ian; KLIMKEIT, Hans-Joachim – *Christians in Asia before 1500*, p. 308.

²⁷ GILLMAN e KLIMKEIT – *Op. cit.*, pp. 308-310.

²⁸ *O tesouro e a pérola*: “O Reino de Deus é também semelhante a um negociante que busca boas pérolas. Tendo encontrado uma pérola de grande valor, vende tudo quanto possui e compra a pérola”.

²⁹ Esta demanda de pérolas pelos Persas é muitas vezes repetida na literatura Chinesa do período T´ang. GILLMAN, KLIMKEIT – *op. cit.*, p. 352, nota (5) do cap. XI.

³⁰ Cf. CORTESÃO, A. (trad. & ed.) – *The Suma Oriental of Tomé Pires. An Account of the East, from the Red Sea to Japan [...], and the book of Francisco Rodrigues [...]*, 2 vols., Londres, 1944, vol. 2, p. 268.

³¹ Vartema conhecia a má reputação dos guias cristãos dos barcos que demandavam a Insulíndia, pelo que poderá ter evitado mencioná-los no seu relato de viagem. BRACCIOLINI, P. e VARTEMA, L. de – *Travellers in Disguise. Narration of Eastern Travel*. Trad. inglesa de J. W. Jones, revista, com introd. de L. D. Hammond, Cambridge (Mass., EUA), 1963, p. 184.

As sucessivas visitas dos Franciscanos que acompanhámos comprova a existência de contactos entre a Europa medieval e o Sudeste Asiático, frágeis e sem continuidade, ao sabor de ousadias e aventuras, em viagens de regresso da China por mar e, acima de tudo, com base nas referências e eventuais auxílios que constituíam as comunidades ou actividades isoladas de mercadores cristãos da Ásia ocidental e da Índia na região. Sem estes, aqueles Franciscanos e todos os outros frades que anonimamente deambularam pela Insulíndia e pelo Índico Oriental, não teriam conseguido concretizar os seus périplos ou conhecer minimamente as regiões por onde andaram. Os seus relatos esclarecem a existência de mercadores cristãos que viajavam e comerciavam por todo o Sudeste Asiático, da Índia à Birmânia, pela Tailândia, Malásia, Sumatra e Molucas, fossem Nestorianos ou fossem Jacobitas, Malabares, Persas ou Arménios, como eram os que cruzavam o mar da China Meridional entre Cantão, Formosa ou Hainan e Java ou Birmânia³². Antes de 1500 quantos seriam, quantas comunidades organizaram, onde estariam estabelecidos e qual o seu raio de acção? Estas e outras questões merecem investigação mais demorada, como a que já se consegue encontrar para idênticas interrogações em relação a regiões como Malaca ou Pegu, Majapahit, Ayutthayah ou Barus em Sumatra. Depois, segue-se essa história muito mais conhecida e exornada com a conquista de Malaca em 1511 pelos Portugueses e a sua chegada às Molucas em 1512. Como é que eles conheceram as riquezas e potencialidades dessas regiões, como é que lá chegaram com tanta segurança e rapidez? Não só os relatos medievais, de Franciscanos como de seculares, mas também as lendas e os mitos, como de forma mais concreta a existência de pilotos cristãos no Índico concorreram, de certo, para levar novos aventureiros europeus a esses lugares orientais em que permaneciam alguns cristãos tão pouco conhecidos como pior estudados.

³² GILLMAN e KLIMKEIT – *Op. cit.*, p. 313.

Outros Estudos

Alguns gravadores activos na edição de música (1765-1830)

Agostinho Araújo

Introdução

O gosto pela Música no nosso país, dominado pelo italianismo que D. João V e D. José prodigamente alimentaram, traduziu-se também no plano editorial, quer de originais quer de traduções, convocando o trabalho de prestigiadas tipografias generalistas (como, no Porto, a Officina Episcopal do Capitão Manoel Pedroso Coimbra, a de Francisco Mendes Lima e, sobretudo, a de Antonio Alvarez Ribeiro Guimaraens; em Coimbra, a Off. de Antonio Simoens Ferreyra “Impressor da Universidade”, a de Luiz Secco Ferreyra, a Typographia do Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus e a Real Imprensa da Universidade; em Lisboa, as Off. de Miguel Manescal “Impressor da Serenissima Casa de Bragança & do Santo Officio” e Antonio Manescal “Impressor do Santo Officio & Livreiro de Sua Magestade”, as de Ignacio Rodrigues e Paschoal da Sylva, a Off. Regia Sylviana e da Academia Real, a Typographia Augustiniana, a Typ. do Real Mosteiro de São Vicente, a Off. de Antonio Vicente da Silva, a de Joseph da Costa Coimbra, a Off. Patriarchal de Francisco Luiz Ameno, a de Miguel Manescal da Costa “Impressor do Santo Officio”, a de Joseph da Sylva da Natividade, a de Antonio de Souza da Sylva, a de Ignacio Nogueira Xisto, a de Francisco da Silva, a de Manoel Coelho Amado, a de Pedro Ferreira, a Regia Off. Typographica, a Off. Luisiana, a de Francisco Borges de Sousa, a Off. Lusitana, a de Simão Thaddeo Ferreira, a Off. Patriarchal de João Procopio Correa da Silva) e de outras, também operantes ao longo do séc. XVIII, cujo pendor mais especializado teve mesmo reflexo onomástico: Officina da Musica, Off. Joaquianna da Musica, Off. Pinheirense de Musica e da Sagrada Religião de Malta, Dominicana Off. de Musica, Patriarcal Off. de Musica¹.

Em 1747, e no âmbito das muito diversificadas despesas com a música, ainda a Patriarcal concentrava num único funcionário todas as tarefas de “Escriptor, Miniator e Estampador”, retribuindo-lhe com o vencimento de 600\$000². Mas o desenvolvimento da arte da gravura em chapa de cobre, promovido pela chegada de artistas estrangeiros necessários à actividade da Academia de História e estruturado com a criação da Aula Régia da disciplina em 1768, veio a substituir progressivamente o desenho e fundição de caracteres, favorecendo a resposta à expansão do mercado, como parece ter sido o caso da apetência por um género de grande implantação nos dois últimos reinados de Antigo Regime, em volta do qual conseguimos registar o trabalho de vários abridores.

¹ Vd., entre outros: Joaquim de Vasconcelos, *Os Musicos Portuguezes. Biographia - Bibliographia*, 2 vols., Porto, Imprensa Portugueza, 1870; Ernesto Vieira, *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes. Historia e Bibliographia da Musica em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1900; [António Augusto Ferreira da Cruz e Carlos Ferreira Pimentel], *Inventário dos inéditos e impressos musicais (Subsídios para um Catálogo)*. Prefaciado por Santiago Kastner. Coimbra, Publicações da Biblioteca da Universidade, 1937; *Flores de Música da Biblioteca da Ajuda. Exposição de raridades musicais manuscritas e impressas dos séculos XI a XX*, Lisboa, Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, 1973; e A. A. Gonçalves Rodrigues, *A Tradução em Portugal. Tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa excluindo o Brasil de 1495 a 1950*, vol. I (1495-1834), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.

² J. Vasconcelos, *Ob. cit.*, vol. II, s/p, *in fine*.

Francisco Domingos Milcent

A Junta do Comércio foi criada por Pombal em 1755, passando em 1788 a denominar-se Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, com latas responsabilidades ao mesmo tempo administrativas e judiciais e orientando e coordenando, na prática, grande parte da actividade económica. Os seus encargos que tiveram reflexos em áreas como as da disciplina artística que aqui tratamos estão sumariados na evocação de um dos membros deste poderoso organismo: “consultar o Soberano sobre os requerimentos das partes que pertendem privilegios exclusivos em materia de fabricas, ou de novos inventos, assim como tambem sobre a isenção de direitos de entrada, e de sahida relativamente ás suas materias, e manufacturas” e “passar provisoens a favor das fabricas privilegiadas para a livre entrada, ou sahida sem pagar direitos”³.

Os créditos com que F. D. Milcent se apresenta à Junta do Comércio, após ter sido convidado pelo nosso embaixador, em 1765, a trocar Madrid por Lisboa, parecem ter origem e fundamento familiares. Com efeito, sabe-se que “Quatre Vues de Paris”, de fins do séc. XVIII, foram vendidas em 1907, não estando ainda então dicionarizado o “Milcent” desenhador e gravador de especialidade topográfica que as subscreve⁴; mas viria depois a ser registado um “Philippe Nicolas Milcent”, desenhador de arquitecturas e gravador a buril setecentista⁵.

Até 1788, quando obtém o alvará para a sua própria “fabrica de impressão”, Milcent terá por vezes recorrido, como os melhores gravadores de então, à estamperia de Francisco Manuel Pires, “ao fim da rua do Panceio”⁶. Note-se que foi nesta oficina que em 1762 João Silvério Carpinetti reproduziu os primeiros mapas regionais portugueses, que Grandpré gravara em 1729, empreendimento que alcançou êxito comercial, com larga inclusão em livros e uma nova edição não posterior a 1779. Carpinetti revestiu o seu trabalho de elementos de acessibilidade didáctica inéditos entre nós⁷, o que, pensamos, poderá ter influenciado as opções que Milcent iria tomar na sua principal realização conhecida nesta matéria.

Antes, porém, já em 1782 grava o “Plano da ilha e porto de S.^{ta} Catarina na America” e o “Plano do rio da Prata”, ambos riscados por Jacinto José Paganino, no âmbito de uma colecção de levantamentos cartográficos do Brasil coordenada por este autor⁸.

Um dos trabalhos mais importantes subscritos em cobre por “Fran.^{co} D. Milcent” foi, na verdade, o “Plano geral da Cidade de Lisboa em 1785” (possível cópia da planta anónima do 3.^o quartel do séc. XVIII)⁹, de que o Museu da Cidade e o Palácio de Queluz conservam exemplares¹⁰,

³ Jacome Ratton, *Recordações de (...) sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2.^a ed. revista cuidadosamente por J. M. Teixeira de Carvalho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 198. Para o estudo desta matéria vd. Nuno Luís Madureira, *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, *maxime* pp. 131-148 (sub-capítulo “Políticas da invenção”).

⁴ Lucien Monod, *Le Prix des Estampes Anciennes et Modernes. Prix atteints dans les ventes. Suites et États. Biographies et Bibliographies*, tome V, Paris, Éditions Albert Morancé, 1924, p. 48.

⁵ E. Bénézit (sous la direction des héritiers de), *Dictionnaire critique et documentaire des Peintres, Sculpteurs, Dessinateurs et Graveurs de tous les temps et de tous les pays par un groupe d'écrivains spécialistes français et étrangers*, nouvelle édition entièrement refondue, revue et corrigée, tome 7. ^{ème}, Paris, Librairie Gründ, 1976, p. 414, col. a).

⁶ Sobre a grande actividade desta oficina vd. Ernesto Soares, *Inventário da Colecção de Registos de Santos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1955, pp. 478-479.

⁷ Suzanne Daveau, “O novo conhecimento geográfico do Mundo”, *Gravura e Conhecimento do Mundo. O Livro impresso ilustrado nas colecções da BN*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998, p. 133.

⁸ João Carlos Garcia e André Ferrand de Almeida, “A América Portuguesa nos Manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto”, *A Terra de Vera Cruz: viagens, descrições e mapas do século XVIII*. Exposição integrada nas comemorações do V Centenário da Descoberta do Brasil. Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000, p. 43.

⁹ Esteve, não há muito, exposta - cf. AA.VV., *D. João VI e o seu tempo*. Exposição. Palácio Nacional da Ajuda (Galeria de Pintura do Rei D. Luís), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Maio-Julho 1999, p. 258 (n.^o 96).

¹⁰ Buril e água forte; 294 x 410 mm; Lisboa, Museu da Cidade, MC. GRA. 489; Sintra, Palácio Nacional de Queluz, PNQ. 2087. Pensamos que a planta de Lisboa publicada em Paris, na famosa casa dos gravadores e editores Tardieu, em 1785 (cf. Marquis de Bombelles, *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*. Publié avec l'

já valorizado pela bibliografia mais competentemente especializada¹¹ e muito divulgado pela presença em exposições históricas, bem como pela reprodução a título documental e/ou ilustrativo e mesmo, até hoje, em edições facsimiladas. A fortuna desta estampa foi, porém, imediata, não só como folha solta destinada a roteiro da urbe (com as suas 60 rubricas remissivas explicadas pela legenda), reimpressa sem actualizações até meados de Oitocentos e também com cópias e variantes no estrangeiro, como ainda pela inserção em livros de referência, dentro (como o “Almanach para o anno de 1796”, da Academia Real das Ciências) e fora do país (atlas e guias de viajantes).

Ofuscada pela relevância do “Jornal de Modinhas” (Julho de 1792-Novembro de 1796?) para o estudo do gosto musical e da sociabilidade da época, bem como pela associação do seu nome à notoriedade de Mr. e Madame Maréchal¹², a figura do abridor Milcent foi, naturalmente, secundarizada pelos musicólogos (e em absoluto esquecida pelos investigadores da História da Gravura), embora, quanto a nós, tanto as condições económicas da sua chamada e radicação, quanto a qualidade artística das suas especializações bem merecesse um olhar atento. Acreditamos, aliás, que só a muito ingrata situação em que todo o sector cultural e artístico lutou por sobreviver, longamente após 1807, fez involuir para dimensões mais amadorísticas o caminho por ele aberto, entre 1765 e 1797.

A produção e comercialização de cartografia foi uma daquelas especializações, cujo significado científico e cultural nos parece largamente ignorado.

No Verão de 1793 anunciava ele: “Na Real Fabrica e Impressão de Musica (...) Quem quizer mandar abrir ou estampar Musica, Mappas de Geografia, Cartas maritimas, ou outras quaesquer Estampas, póde fallar com o Mestre da dita Fabrica”¹³; em Outubro do mesmo ano: “Na mesma Fabrica se achão tambem Cartas maritimas, Mappas geograficos, e todas as demais qualidades de Estampas, abertas por *Francisco Domingos Milcent*, Mestre da dita Fabrica”¹⁴; em Março de 1794: “Achão-se na Real Fabrica e Impressão de Musica (...), e alli se abrem Mappas Geograficos, Cartas Maritimas, e toda a qualidade de Estampas, para cujo fim se póde fallar na dita Fabrica com Francisco Domingos Milcent, que he o Mestre e Proprietario della por Alvará Régio”¹⁵; e em Junho ainda de 1794: “Francisco Domingos Milcent, Mestre e Proprietario da Real Fabrica de Impressão de Musica; Mappas Geograficos, Cartas Maritimas, e de todas as mais qualidades de estampas, em virtude de hum Alvará que S. M. foi servida conceder-lhe (...) na mesma

autorisation du comte Georg Clam-Martinic. Édition établie, annotée et précédée d' une Introduction par Roger Kann. Préface de Raymond Cantel, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian - Publications du Centre Culturel Portugais / Presses Universitaires de France, 1979, *in fine*) reproduz o trabalho de Milcent, devendo acrescentar-se ao elenco formado pelo ilustre Eng.^o Vieira da Silva.

¹¹ Augusto Vieira da Silva, “Notícia historica sobre o levantamento da Planta Topographica de Lisboa”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, tómo XLIV, n.ºs 523-524, Lisboa, Julho-Agosto de 1913, pp. 247-249 (n.ºs 29-36); Idem, *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, pp. 22 e 23 (n.ºs 56-64); e Ana Cristina Leite, “Lisboa 1670-1911. A Cidade na Cartografia”, *Cartografia de Lisboa. Sécs. XVII a XX*, Exposição. Catálogo. Lisboa (Museu da Cidade, 9 de Julho a 9 de Agosto, no âmbito do XVII Congresso Internacional de História da Cartografia), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, pp. 33 e 47 (n.º 31). Note-se que nestes estudos não se encontra qualquer identificação de Milcent ou da sua oficina.

¹² Note-se, por exemplo, a intervenção que tiveram no programa festivo promovido por Diogo Inácio de Pina Manique na sua Real Casa Pia do Castelo de S. Jorge, o qual mereceu “o primeiro lugar pela grandeza, pela variedade, e pela magnificencia” entre as funções públicas celebratórias do nascimento da infanta Dona Maria Teresa: “No intervallo da Cantata tocou o célebre Marchal huma sonata no Pianoforte, acompanhando-o sua mulher na Harpa com muito gosto” – cf. *Descrição da Continuação das Festas, e do Grande Fogo de Artificio pelo Feliz Nascimento da Serenissima Princeza da Beira*, Lisboa, Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1793, pp. 5-6 e 13.

¹³ *Gazeta de Lisboa. 2.º Suplemento*, n.º 35, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 31 de Agosto de 1793.

¹⁴ *Gazeta de Lisboa. 2.º Suplemento*, n.º 42, Lisboa, 19 de Outubro de 1793.

¹⁵ *Correio Mercantil, e Economico de Portugal, que contém toda a qualidade d' annuncios*, n.º 12, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 25 de Março de 1794 e *Gazeta de Lisboa. 2.º Suplemento*, n.º 12, Lisboa, 29 de Março de 1794.

LISTA DOS SENHORES ASSIGNANTES		
<p>A</p> <p>O Ex.^{mo} S.^r D. Antonio de Noronha. O S.^r Domingos Rib.^{to} d' Assumpção. O S.^r Leandro Joze Lobo de Avilla. O S.^r D.^o Fran.^{co} Antunes. M.^r Richardo Amés. 3. Liv.^o</p> <p>B</p> <p>AS.^{as} D.^{as} Anna Felis de Felous Moniz e Brito. M.^r Catharine Bunce. M.^r William Burn. 4. Liv.^o O S.^r Rafael da Silva Braga. M.^r Ernest Biester. O S.^r Fran.^{co} Joze Marçal de Brito. O S.^r Carlos de Brito M.^r John Bell.</p> <p>C</p> <p>O Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Biscondel novadaterceira O Ex.^{mo} S.^r João da Camara. O Ex.^{mo} S.^r D. Fran.^{co} de Castro. AS.^{as} D.^{as} Maria Clementina. M.^r Thomas Cappendale. O S.^r Manoel Eleutr.^o de Castro. M.^r Luis le Comte. O S.^r Fran.^{co} An.^{to} da Costa. O S.^r Mauricio Joze de Campos. M.^r Edeuard Clarke.</p>	<p>M.^r Je.^s Connell.</p> <p>F</p> <p>AS.^{as} D. Maria de Penha de Franca. M.^r Samuel Fouske. O S.^r Fran.^{co} Joze de Figueiroa. O S.^r João Rodrigues Fragozo.</p> <p>G</p> <p>M.^r Henry Gallwey. O S.^r João d' Almeida Grugel.</p> <p>H</p> <p>M.^r James Houston. M.^r Pedro João Hempel M.^r Cristiano Henriques.</p> <p>I</p> <p>M.^r Joaquim Jeunot.</p> <p>L</p> <p>O Ex.^{mo} S.^r D. Fernando de Lima. M.^r Joze Laborde. O S.^r Fran.^{co} Xavier de Lima.</p> <p>M</p> <p>M.^r Edeuard Mayne. O S.^r Balthezar Pinto de Miranda. O S.^r Luis Pereira de Mello. O S.^r Ricardo Joze Mendes</p> <p>N</p>	<p>O Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Marques de Viza. O S.^r Manoel de Almeida Netto.</p> <p>O</p> <p>O Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Conde d' Oudev.</p> <p>P</p> <p>O Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Marques de Penaboa. M.^r John Elias Percehon. M.^r Ambrose Pollet M.^r Gaspar Beltrão Pilaer</p> <p>Q</p> <p>O S.^r Starvo Joze Quaresma O S.^r Joaquim Pedro Quintella.</p> <p>S</p> <p>M.^r P.L. Stephens. M.^r Ricard Sealy. O S.^r Felis An.^{to} de Souza. O S.^r Joze Carneiro da Silva. 2 Liv.^o O S.^r Ignacio Joze de Souza. O S.^r Raymundo Joze de Souza. O S.^r Capp.^{mo} Manoel Caetano da Souza O S.^r Jacinto An.^{to} Saldanha.</p> <p>T</p> <p>O Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Conde de Torouca. M.^r John Turner.</p> <p>W</p> <p>M.^r George Warden.</p>

Fig. 1 – F. D. Milcent, “Lista dos Senhores Assignantes”
(de F. X. Baptista, *Dodeci Sonate*, Lisboa, ca. 1770)

Real Fabrica ao largo de Jesus, aonde se abre e estampa geralmente toda a qualidade de obras pelo preço mais commodo”¹⁶.

Na área musical, e de 1765-66, para dois violinos e baixo, gravou Milcent o “Minuetto, con due cento variazioni diffrenti”, de Andrea Marra¹⁷.

Da autoria de Francisco Xavier Baptista (m. 1797)¹⁸, cravista e primeiro organista da Sé de Lisboa¹⁹, é a publicação, cerca de 1770, das “Dodoci Sonate, Variazione, Minuetti per Cembalo Stampati a spese degli Sig.^{te} assinanti Composti da Francesco Sav.^o Battista Maestro e Compositore di Musica. Opera I – Sculp.^{te} da Francesco D. Milcent – Stampati da Francesco M.^{el} – Lisbona”, que se vendia na “Loge do d.^{to} Estampador no fim da Rua do Paccio”²⁰; note-se que sessenta e um subscritores – e alguns com mais de um exemplar – pagaram a edição,

¹⁶ *Gazeta de Lisboa*. 2.^o Supplemento, n.º 24, Lisboa, 21 de Junho de 1794 e *Correio Mercantil, e Economico de Portugal, que contém toda a qualidade d' annuncios*, n.º 25, Lisboa, 24 de Junho de 1794.

¹⁷ *Flores de Música da Biblioteca da Ajuda...*, p. 23.

¹⁸ Mário de Sampayo Ribeiro, “De Musica. Silva de notas biográficas”, *Ocidente*, vol. XVIII, n.º 54, Lisboa, Outubro de 1942, p. 224.

¹⁹ José Mazza, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*. Com Prefácio e Notas do P.^e José Augusto Alegria, Lisboa, s/n, 1945 (sep. de “Ocidente”), p. 79.

²⁰ E. Vieira, *Ob. cit.*, vol. I, pp. 90-91 e *Flores de Música da Biblioteca da Ajuda...*, p. 111. Há uma ed. moderna: *12 Sonatas para cravo*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1981 (colec. “Portugaliae Musica”, XXXVI).

sendo superior a um terço a presença de membros das comunidades estrangeiras, aliás, quase exclusivamente britânicos²¹.

E de 1787 data “La Primavera, composizione poetica del celebre abbate Pietro Matastasio (...)”, do tenor e compositor Policarpo José António da Silva²².

Em 1 de Julho de 1792 iniciava-se a publicação do “Jornal de Modinhas”²³, com gravuras a talhe-doce, que foi o primeiro periódico musical dado à estampa no nosso país: “Na Real Fabrica e Armazem de Musica de Mr. *Marechal Milcent* e Companhia, no largo de *Jesus*, se poderá assignar para o Jornal de Modinhas, abertas, e estampadas, pelo preço de 2880 reis cada anno. No I.º e a 15 de cada mez sahirá huma Modinha nova; e o dito Jornal tem principio no I.º do corrente mez. No mesmo lugar se acha toda a qualidade de Musica”²⁴.

Mas já antes (o que nem sempre se tem notado), saíra dos prelos da Real Officina da Universidade, em 1789, ilustrada com estampas, a “Nova Arte de Viola; Que ensina a tocalla com fundamento sem mestre, dividida em duas partes, huma especulativa, e outra practica; Com Estampas das posturas, ou pontos naturaes, e accidentaes; e com alguns Minuettes e Modinhas, por musica e por Cifra”, de Manoel da Paixão Ribeiro²⁵.

Um dos nomes grandes que não desdenhava cultivar o género no periódico de Maréchal e Milcent²⁶ foi Marcos Portugal (1762-1830)²⁷, surgindo assim, natural e frequentemente, a par de outros também conhecidos – como o seu cunhado António Leal Moreira (1758-1819), primeiro compositor que ousou apresentar óperas com libretos em português²⁸ – a colaborar numa iniciativa destinada ao êxito junto do público²⁹. Outros foram: João de Sousa Carvalho (1745-1798),

²¹ Sobre a sua vida mundana e cultural, com actividades musicais repercutindo em exigências arquitectónicas, vd. Agostinho Araújo, *A “Assembleia Britânica” em Lisboa e a sua sede (1771-1819)*. Comunicação ao “Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor” (Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 15 a 18 de Outubro de 1986), Porto, Instituto de Estudos Ingleses da F. L. U. P., 1988 (sep. das Actas do Colóquio *supra* cit.) – a) reed. in *Lisboa – Revista Municipal*, ano 43.º, 2.ª série, n.º 20, Lisboa, Repartição de Acção Cultural da Direcção dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 2.º trimestre de 1987, pp. 29-44 – b) tradução (por Margaret Kelting): *The “British Assembly” in Lisbon 1771-1819*, Lisbon, The British Historical Society of Portugal, December 1988 (“Christmas Book” – 1988).

²² *Flores de Música da Biblioteca da Ajuda...*, p. 23.

²³ “Jornal / DE / MODINHAS / Com acompanhamento de Cravo / PELOS MILHORES AUTORES / DEDICADO / A Sua Alteza Real / Princeza do Brazil / Por P. A. Marchal Milcent. / No primeiro dia e no Quinze de cada Mez, Sahirá / huma Modinha nova. / Preço 200. R.º / LISBOA / Na Real Fabrica e Armazem de Muzica no Largo de Jezus / onde se podera Abonar para a Coleção de cada anno pella quantia de 2880 / na mesma Real Fabrica se acha toda qualidade de Muzica”. Existe uma ed. moderna, limitada aos números de 1 de Julho de 1792 até 15 de Junho de 1793, com importantes subsídios para o estudo da actividade de Francisco Domingos Milcent e seu filho Joaquim Inácio, bem como de Pedro Anselmo Maréchal – cf. Maria João Durães Albuquerque, “Introdução”, *Jornal de Modinhas. Ano I. Edição Facsimilada*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1996.

²⁴ *Gazeta de Lisboa. 2.º Supplemento*, n.º 28, Lisboa, 14 de Julho de 1792.

²⁵ J. Vasconcelos, *Ob. cit.*, vol. II, p. 271.

²⁶ O periódico inseria também modas italianas e lunduns - cf. M. J. D. Albuquerque, *Ob. cit.*, p. IX.

²⁷ Jean-Paul Sarraute, *La renommée de Marcos Portugal à Paris*, Coimbra, 1972 (sep. das Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros), p. 13. Vd. também *Gazeta de Lisboa. 2.º Supplemento*, n.º 35, Lisboa, 31 de Agosto de 1793: “Na Real Fabrica e Impressão de Musica no largo de *Jesus* se continúa a assignatura para o Jornal de Modinhas; e sahirão á luz os Numeros 1. 2. 3. e 4.: o Numero 2 se intitula a *Doce união de Amor*; e o Numero 4, *Perdoar com condições*, ambas com acompanhamento separado de dous mandolinos, compostas por *Marcos Antonio*”; *Correio Mercantil, e Economico de Portugal, que contém toda a qualidade d’ annuncios*, n.º 12, Lisboa, 25 de Março de 1794 e *Gazeta de Lisboa. 2.º Supplemento*, n.º 12, Lisboa, 29 de Março de 1794: “N. 12. Moda a solo de *Marcos Antonio*”; e ainda *Gazeta de Lisboa. 2.º Supplemento*, n.º 28, Lisboa, 18 de Julho de 1795: “N. I.º a solo, do *Saboeiro, Venturoso quem ainda não teve, nem conhece as cadeias de amor*, por *Marcos Antonio*”.

²⁸ Sobre este músico vd. Henrique de Campos Ferreira Lima, *O músico Leal Moreira no Arquivo Histórico Militar*, Lisboa, 1935 (sep. de “História”, vol. II) e Luís Filipe Marques da Gama, *O Compositor António Leal Moreira*, Braga, Instituto Português de Heráldica, 1975 (sep. de “Armas e Troféus”, n.º 3).

²⁹ L. F. M. Gama, *Subsídios para o estudo da família do compositor Marcos Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1977 (sep. de “Armas e Troféus”, vol. VI, n.º 3, Setembro-Dezembro), p. 13.

34

2
 Em praia arenosa
 Se estendem formados,
 Esquadroens cerrados,
 Que assombrao o Mar:
 Estr.º Co bum do &c.º

3
 Mil plumas variadas
 Nas frentes guerreiras
 Das lindas fileiras
 Se vem ondejar
 Estr.º Co bum do &c.º

4
 As Setas doiradas
 Nos arcos convexos
 Do Sol cós reflexos
 Estaõ a cegar
 Estr.º Co bum do &c.º

As letras indicaõ qual deve ser a Muzica. ellas
 reprezentãõ a formatura de hum Exercito prompto a marchar:

Esta Modinha tem mais huma terceira Voz separada, que se
 acha na Real Fabrica de Muzica

5
 As soltas Bandeiras
 Nas Lanças Erguidas
 Do Vento batidas
 Tremolaõ no Ar
 Estr.º Co bum do. &c.º

6
 Fluns Olhos formozos.
 Olhos Vencedores.
 Cruets matadores.
 Os vaõ Comendar
 Estr.º Co bum do. &c.º

7
 Quem ha que rezista
 Aos lindos Amores?
 Tu soãõ Tambores
 Fagotes. Trombetas
 Bues. Clarinetas
 Estr.º Co bum do. &c.º

“Mestre de Música de S. Mag.^{de} e Altezas, e Real Seminário de Lisboa”³⁰; António José do Rego (ca. 1765-ca. 1845), cantor da Real Capela de N.^a Sr.^a da Ajuda, que fez carreira nas duas primeiras décadas de Oitocentos como “Mestre Compozitor de Música” dos teatros (do Salitre, da Rua dos Condes, de São Carlos, do Bairro Alto) e em 1821 se identificava como “professor de música assaz acreditado nas três faculdades de cantar, tocar cravo e compor”³¹; António Gallassi, que até 1792 foi mestre da capela da Sé Primaz de Braga e também regente da música de câmara no paço de D. Gaspar de Bragança³²; António da Silva Leite (1759-1833), mestre da capela da Sé do Porto³³; José Maurício (1752-1815), que em 18 de Março de 1802 seria nomeado professor da Universidade de Coimbra, quando o Príncipe Regente ali reformou a Aula de Música³⁴; e ainda o guitarrista Manuel José Vidigal, o violinista espanhol, membro da Capela Real, José Palomino e José de Mesquita³⁵, Francisco Xavier Baptista³⁶, José Caetano Cabral de Mendonça³⁷, António José da Silva, António Puzzi.

³⁰ Humberto d' Ávila, *Ob. cit.*, p. 15. “No I.^o de Setembro se publicou o N. 5. do Jornal de Modinhas, Dueto novo com acompanhamento d' huma Rabeca: a 15 o N. 6., Dueto novo composto por João de Sousa de Carvalho, Mestre de S. M. e AA. (...)” - cf. *Gazeta de Lisboa. 2.^o Supplemento*, n.^o 42, Lisboa, 19 de Outubro de 1793.

³¹ Humberto d' Ávila, *António José do Rego, uma figura esquecida da música portuguesa e a instituição de uma Ópera Nacional*, Lisboa, s/n, 1962.

³² Cf. *Correio Mercantil, e Economico de Portugal, que contém toda a qualidade d' annuncios*, n.^o 12, Lisboa, 25 de Março de 1794, *Gazeta de Lisboa. 2.^o Supplemento*, n.^o 12, Lisboa, 29 de Março de 1794 e *Gazeta de Lisboa. 2.^o Supplemento*, n.^o 28, Lisboa, 18 de Julho de 1795. Sobre este compositor vd. Alberto Feio, “A orquestra sinfónica e a tradição musical bracarense”, *Grande Almanaque de Portugal para 1927* (org. Silva Couto e Alice Couto), Lisboa, 1926, p. 167. Sobre a vitalidade da arte da música na cidade primaz setecentista vd. Aurélio de Oliveira, “Indústrias em Braga. A Fábrica Bracarense de Instrumentos Musicais”, *Estudos de história Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao Professor Victor de Sá*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 109-134.

³³ “N. 18. Moda a solo, com acompanhamento de guitarra, de Antonio da Silva Leite. N. 19. Moda do mesmo a solo com acompanhamento de duas Guitarras, Viola, e Baixo” – cf. *Correio Mercantil, e Economico de Portugal, que contém toda a qualidade d' annuncios*, n.^o 12, Lisboa, 25 de Março de 1794 e *Gazeta de Lisboa. 2.^o Supplemento*, n.^o 12, Lisboa, 29 de Março de 1794; “N. 21. Desprezas do mundo a gloria, de Antonio da Silva Leite, (...)”, N. 24. *Quem me ouvir com meus suspiros*, de Antonio Leite – cf. *Gazeta de Lisboa. 2.^o Supplemento*, n.^o 28, Lisboa, 18 de Julho de 1795. Sobre este compositor vd. Gonçalo Sampaio, *Subsídios para a História dos Músicos Portugueses*, Braga, 1934 (sep. do “Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga”), pp. 34-35 e Maria Luísa M. Delerue, “O Ensino Musical no Porto na Época Moderna (Algumas notas)”, *Actas do Colóquio O Porto na Época Moderna*, vol. II, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1980, pp. 153-154. Fez imprimir, pelo menos, dois dos seus trabalhos, ambos já com estampas gravadas em cobre, em 1787 e 1795, na importante casa de António Álvares Ribeiro Guimarães, do Porto – cf. J. Vasconcelos, *Ob. cit.*, vol. I, pp. 193-194 e vol. II, pp. 261-262. Do segundo, “Estudo de Guitarra (...) Offerecido á Illustrissima, e Excellentissima Senhora D. Antonia Magdalena de Quadros e Sousa, Senhora de Tavarède”, há edição moderna, facsimilada, com Prefácio de Macario Santiago Kastner, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1983. Álvares Ribeiro imprimiu também, em 1785, o “Manuale Ecclesiasticum ad usum clericorum”, de Constantino Luís da Costa – cf. *Flores de Música da Biblioteca da Ajuda...*, p. 19. Ainda daquela oficina portuense saiu, em 1806, igualmente com estampas gravadas em cobre, o “Compendio de Musica, theorica, e pratica (...)”, do beneditino Fr. Domingos de São José Varela (1762-1834) – cf. J. Vasconcelos, vol. II, pp. 277-278. Sobre este importante organista (e também organheiro) vd. Sousa Viterbo, *Curiosidades Musicaes (1909-1911)*, Lisboa, 1911 (sep. de “Arte Musical”), s/p. (n.^{os} VIII e XXXII); Gonçalo Sampaio, *Ob. cit.*, pp. 30-32; e Bertino Daciano R. S. Guimarães, *A propósito dum vimaranense illustre. Fr. Domingos de S. José Varela*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1944 (sep. da “Revista de Guimarães”, vol. LIV).

³⁴ Sobre este organista, compositor e professor vd. Armando Carneiro da Silva, “Uma carta do Lente de Música José Maurício”, *Actas do Colóquio A Universidade e a Arte. 1290-1990*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, pp. 169-176.

³⁵ “(...) se publicou (...) do Jornal de Modinhas (...) no I.^o d' Outubro o N. 7.^o, Moda nova de José de Mesquita - cf. *Gazeta de Lisboa. 2.^o Supplemento*, n.^o 42, Lisboa, 19 de Outubro de 1793; e “N. 13. Dueto, por modo de Landum, de José de Mesquita” – cf. *Correio Mercantil, e Economico de Portugal, que contém toda a qualidade d' annuncios*, n.^o 12, Lisboa, 25 de Março de 1794.

³⁶ *Correio Mercantil, e Economico de Portugal, que contém toda a qualidade d' annuncios*, n.^o 12, Lisboa, 25 de Março de 1794 e *Gazeta de Lisboa. 2.^o Supplemento*, n.^o 12, Lisboa, 29 de Março de 1794.

³⁷ *Correio Mercantil, e Economico de Portugal, que contém toda a qualidade d' annuncios*, n.^o 12, Lisboa, 25 de Março de 1794 e *Gazeta de Lisboa. 2.^o Supplemento*, n.^o 12, Lisboa, 29 de Março de 1794.

2.

Entre montes, e rochedos
 Só de feras produção,
 Eu suspiro, choro, e gemo
 Sem achar consolação.

3.

Sem-me posto o Deos Cupido
 Numa tal consternação,
 Que viver aqui não posso
 Sem achar consolação.

Estrivilho
 Ausente Franzina
 Desta Solidão.
 He o que atormenta
 O meu Coração.

Fig. 3 – P. A. Maréchal e F. D. Milcent, “Moda nova feita a Serra do Gerêz”, excerto (de A. Gallassi, in *Jornal de Modinbas*, Lisboa, 1792)

A publicidade, detalhando autores e peças sucessivamente editados, fazia-se na “Gazeta de Lisboa” (e, na Primavera de 1794, já separados os sócios, também no “Correio Mercantil e Economico de Portugal, que contém toda a qualidade d’annuncios”, correspondendo à forte aposta de Milcent no seu negócio), espalhando pelo Reino notícia da fidelidade com que os grandes compositores regularmente satisfaziam a atracção da aristocracia e dos burgueses por estas canções sentimentais lançadas em moda, cerca de 1770, pelo brasileiro mulato, poeta e tangedor de viola de cordas de arame, Domingos Caldas Barbosa (1738-1800)³⁸. Um dos anúncios dá-nos igualmente, por outro lado, importantes indicações sobre os aspectos práticos do relacionamento entre o editor e os potenciais consumidores: “Francisco Domingos Milcent, Mestre e Proprietario da Real Fabrica de Impressão de Musica (...) dá parte ao Público, que finalizou a 15 do presente mez o segundo anno do Jornal das Modinhas, e que principiará o terceiro no I.º de Julho de 1794. O preço da subscrição para o dito anno he de 2400 reis, obrigando-se o referido Mestre a fazer cada mez a entrega de duas Modinhas com acompanhamento de Cravo e diversos instrumentos, huma no I.º, e a outra no dia 15 sem falta alguma, como se tem experimentado até agora. Quem quizer subscrever para o dito Jornal, poderá fazer lançar o seu nome no livro que se acha na mesma Real Fabrica ao largo de Jesus (...)”³⁹. No Porto podiam ser adquiridos os números do jornal e fazer-se a assinatura “em casa de Trauske e Companhia, Negociantes Alemães na rua das Flores”⁴⁰. Ou então, confirmando mais uma vez o interesse da publicidade na imprensa, as Modinhas chegariam mais tardiamente ao leitor ansioso e remoto... mas chegariam, como se vê num texto já posterior à dissolução da sociedade: “Alli se continúa a assignatura do Jornal de Modinhas, cuja terceira subscrição acabou a 15 de Junho, e sahirão ultimamente á luz as seguintes (...) Do quarto Jornal sahio á luz o N. I.º (...) Quem quizer subscrever para o dito Jornal, na mesma Fabrica o poderá fazer pelo preço de 2400 reis por anno, recebendo duas modinhas com acompanhamento de Cravo, ou separadas, a 160 reis cada huma, huma no I.º de cada mez, e a outra a 15, sem falta, como se tem experimentado até o presente: tambem se remettem pelo Correio”⁴¹.

Também se anunciavam outras destacáveis edições, como, em Março de 1792, a “Stabat Mater a tres Voces, Dois Supranos, Baxo, com duas Violetas e Violoncelo”, de José Joaquim dos Santos (1747-1801)⁴², que foi Mestre do Real Seminário da Sé Patriarcal, o grande estabelecimento de educação musical que D. João V fundara em 1713.

Mas em Setembro de 1793 a sociedade desfaz-se e pelo começo do Verão de 1795 ambos anunciam novas instalações: Francisco Domingos Milcent, por Alvará Régio, Mestre e Proprietário da “Real Fabrica e Impressão de Musica”, mudava-se para a “rua direita de S. Paulo, defronte da Casa da Moeda”; enquanto Pedro Anselmo Marechal e a sua “Real Impressão de Musica” se podiam achar “agora na rua do Chiado junto á dos Ourives do Ouro”⁴³. Aparentemente, a casa comercial do primeiro terá mantido, sem prejuízo da especialidade principal, o carácter de oficina e loja aberta a outros produtos da arte de gravar que a firma comum apresentara no Largo de Jesus: *Na dita Real Fabrica se acha toda a qualidade de Musica, e se abre e estampa toda a casta de obras*⁴⁴.

³⁸ José Ramos Tinhorão, *As Origens da Canção Urbana*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997, pp. 113-158.

³⁹ *Gazeta de Lisboa*. 2.º Supplemento, n.º 24, Lisboa, 21 de Junho de 1794 e *Correio Mercantil, e Economico de Portugal, que contém toda a qualidade d’annuncios*, n.º 25, Lisboa, 24 de Junho de 1794.

⁴⁰ *Gazeta de Lisboa*. 2.º Supplemento, n.º 42, Lisboa, 19 de Outubro de 1793.

⁴¹ *Gazeta de Lisboa*. 2.º Supplemento, n.º 28, Lisboa, 18 de Julho de 1795.

⁴² João Pedro d’Alvarenga, “Música Sacra no tempo de D. Maria I: obras de João de Sousa Carvalho e José Joaquim dos Santos”, *Do Barroco aos Pós-Barrocos. Percursos da Música Setecentista*, XVIII.ª Jornadas Gulbenkian de Música Antiga, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1997, p. 52.

⁴³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 28, Lisboa, 14 de Julho de 1795 e *Gazeta de Lisboa*. 2.º Supplemento, n.º 28, Lisboa, 18 de Julho de 1795.

⁴⁴ *Ibidem*.



F. 4 – F. D. Milcent, *Jornal de Modinhas*, rosto
(Lisboa, 1795 – 1796)

Pedro Anselmo Maréchal

Este cravista, compositor e professor francês, bem como sua mulher Marie-Thérèse, executante de harpa, viveram em Portugal entre os finais de 1789 e o início do segundo semestre de 1796⁴⁵. Sabe-se dos concertos que realizaram mas é o recurso à arte da gravura como necessária aos seus próprios projectos editoriais que nos convém salientar.

Ainda na vigência da sociedade, editou, pelo fim do inverno de 1793, segundo anunciava: “Na Real Fabrica e Impressão de Musica no largo de Jesus se estampou novamente huma Peça nova para Cravo, intitulada as *Azeitonas novas*, com variações, composta sobre o pregão d’huma vendedeira de Lisboa, por *Pedro Anselmo Marchal*”⁴⁶.

As edições de Pedro Anselmo Maréchal (m. 1814) foram apresentadas em português, italiano (língua franca da cultura musical) ou francês (sua língua pátria), como esta: “Sonate Favorite arrangée pour le clavecin ou Piano Forte, avec accompagnement de violon, par P. A. Marchal, Oeuvre 12, Prix 530. Lisbonne, em Caza de P. A. Marchal. Editeur & M.^d de Musique privilegié de S. M.”⁴⁷. Além das suas próprias produções (“Avisa de que imprime um jornal de

⁴⁵ M. J. D. Albuquerque, *Ob. cit.*, pp. XII-XIII.

⁴⁶ *Gazeta de Lisboa. Supplemento*, n.º 9, Lisboa, 1 de Março de 1793.

⁴⁷ João Jardim de Vilhena, “Calcografia musical”, *Feira da Ladra*, vol. I, Lisboa, Gusmão Navarro, 1929, p. 206. Esta edição é seguramente posterior a 13 de Novembro 1794, data do registo, no Livro das Mercês, do alvará concedido por resolução régia de 2 de Agosto (IAN / TT, *Livro 1 de Registos e Alvarás*, Lisboa, Junta do Comércio, Livro 76, fls. 44v.-45): “Eu A Rainha Faço saber aos que este Alvara virem: Que sendo-me presente em Consulta da Real

24 preludios ou caprichos para cravo de forças graduadas, todos da sua composição”⁴⁸, o músico procurou oferecer serviços mais diversificados, gravando e estampando mas, aparentemente, se considerarmos que em breve passaria a Espanha, sem grande sucesso comercial: “Dueto Concertante para Piano-forte e Rebeca, composto por P. A. Marchal. Acha-se na Real Impressão de Musica do Author ao Chiado: tambem se acha alli huma collecção de Modinhas, e Musica para toda a qualidade de Instrumentos, como igualmente letras de cambio, e conhecimentos em todas as linguas, bilhetes de boas festas, e cartas de enterro. Na mesma Fabrica se imprime toda a qualidade de Estampas”⁴⁹.

Como outros destacados executantes que exploraram também o comércio (os alemães Waltmann e Weltin, por exemplo), entende-se que Maréchal procurasse tirar o máximo partido comercial do seu nome artístico (ainda antes de iniciada a sociedade com Milcent já era livreiro)⁵⁰, num país onde toda a gente amava “passionnément la musique; c’est celui des beaux-arts qu’ils cultivent le plus. Il forme un des principaux amusemens de toutes les classes de la nation”⁵¹. Adiante veremos algo da possível sugestão que o seu caso (ou de sua mulher..., o que não era tão raro quanto se possa imaginar) terá posteriormente dado, partindo de um domínio particular do desenho da notação que hoje lhe reconhecemos, como, na época (28 de Julho de 1794), o próprio parecer da Junta do Comércio: “Pertendem Pedro Anselmo Marchal Professor de Muzica e sua Mulher Maria Thereza por se terem aplicado a abrirem Chapas para imprimir muzica, que V. Mag.^{de} lhe conceda a necessaria licença para estabelecerem huma Fabrica de impreção de muzica, com a clauzula de que nenhuma Pessoa possa contrafazer ou mandar imprimir as obras, que da dita sua Fabrica sahirem. Pela informação a que a Real Junta mandou proceder a vista das amostras, assim de chapas abertas como das folhas impreças, consta que o Supplicante he perito na sua arte, e tem dado melhoramento a tipografia da muzica; nestas circunstancias e nos de reduzir a clauzula com que elle pede a ditta licença, ao que lhe compete de Justiça em consequencia dos effeitos do Dominio. Parece ao mesmo Tribunal que o Supplicante Pedro Anselmo Marchal se faz digno de que V. Mag.^{de} lhe conceda faculdade para o pertendido estabelecimento com a clauzula de que ninguem possa sem consentimento seu negociar em Portugal nas muzicas por elle impressas, e que forem originariamente suas, ou porque as comprou aos Auctores, ou houve delles a propriedade pelos meyoys com que ella legitimamente se transfere (...)”⁵².

Junta do Commercio, que Pedro Anselmo Marchal tem dado melhoramento á Tipografia de Muzica com chapas por elle abertas, pelo que se fazia digno da Minha Real Contemplação: Conformandome com o Parecer do dito Tribunal: Hey por bem de conceder Licenças ao mesmo Pedro Anselmo Marchal para que estabeleça huma Fabrica ou Officina de Impressão de Muzica, com o Privilegio exclusivo de que só elle imprima, e estampe a Muzica que for de sua propria composição. Pelo que: Mando (...). Este documento é referido, mas não transcrito, em M. J. D. Albuquerque, *Ob. cit.*, p. XIX; parece-nos, porém, imprescindível a sua divulgação, já que da leitura ressaltam dois pontos importantes: a efectiva autoria de trabalho de abridor por parte de Maréchal; e a limitação dos exclusivos editoriais pretendidos, apertando o governo o critério da Junta do Comércio (o que o impedia de concorrer em pleno com o ex-sócio Milcent), que abaixo encontraremos – aliás, só o facto de se tratar de uma publicação póstuma explica que Sousa Viterbo, a quem devemos valiosos contributos tanto para a História da Gravura quanto para a da Música, não tenha feito os comentários exigidos pelo interesse desta documentação relativa aos dois artistas franceses.

⁴⁸ *Gazeta de Lisboa. 2.º Suplemento*, n.º 46, Lisboa, 20 de Novembro de 1795.

⁴⁹ *Gazeta de Lisboa. 2.º Suplemento*, n.º 42, Lisboa, 24 de Outubro de 1795.

⁵⁰ Menos de dois anos após a sua chegada – cf. M. J. D. Albuquerque, *Ob. cit.*, pp. XII-XIII.

⁵¹ Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d’ Algarve, Comparé aux autres États de l’ Europe, et suivi d’ un coup d’ oeil sur l’ état actuel des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts parmi les Portugais des deux hémisphères*, tome 2.nd, Paris, Rey et Gravier, 1822, p. CCIV.

⁵² Sousa Viterbo, *Subsidios para a Historia da Musica em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 361.

Joaquim Milcent

Após a morte do seu pai, em 11 de Novembro de 1797⁵³, Joaquim Inácio Milcent⁵⁴ assumiu a direcção da “Real Fabrica e Impressão de Musica” em 1798, parecendo assim ter dado alguma continuidade à actividade editorial, de que se conhecem várias obras datáveis deste período entre os dois séculos.

A última referência conhecida data de Março de 1806, quando pede uma pública forma do alvará que lhe fora concedido em 1798 a fim de isentar de direitos alfandegários uma carga de papel vinda de Amesterdão e indispensável à sua laboração. É possível⁵⁵ que a animosidade contra os Franceses, bastante aguda depois da saída de Junot em 1808, o tenha obrigado a abandonar o país que era, afinal, o seu. Mas deve-se também considerar o tremendo efeito da ida da Corte para o Rio de Janeiro no plano económico e em toda a vida de sociedade e cultura, além de certa abertura à concorrência. Se o seu pai tinha sido atraído pela concessão pom-balina, em 1761, de privilégios exclusivos de fabricação por períodos de dez anos renováveis, em breve, a 28 de Abril de 1809, era estabelecido um período único de catorze anos, findo o qual os inventores se obrigavam a passar os seus inventos para o domínio público⁵⁶.

Manuel Luiz Rodrigues Viana

Várias outras pequenas lojas lisboetas se especializaram então na venda de música. Uma delas fazia em Abril de 1797 o seguinte reclamo: “João Baptista Waltmann faz saber a todos os professores e curiosos de musica que acaba de receber as obras novas dos authores seguintes: huma missa nova completa a quatro vozes do celebre Jacomo Tritto, de Napoles; arias novas, serias e jocosas, de Paisello, Cimarosa, Sarti, Guiglielmi, Bianchi, Marinelli, Palma, Nicolini, Andreozzi, Marcos Antonio, Portuguez, compositor em Napoles”⁵⁷.

O mais interessante é que esta casa do músico alemão, membro da orquestra do teatro da Rua dos Condes, parece ter tido também actividade editorial (Haydn e Pleyel, por exemplo⁵⁸ e em 1802 o “Novo Jornal de Arias Italianas”)⁵⁹. E assim veio a explorar igualmente o filão da extraordinária popularidade das Modinhas, dando para isso emprego ao gravador Manuel Luiz Rodrigues Viana (1770- ?) – oriundo do magistério de João de Figueiredo na Aula do Arsenal e um dos artistas que se empregaram na Casa Literária do Arco do Cego⁶⁰. Com efeito, foi lançado no 1.º de Janeiro de 1801 o “Jornal de Modinhas Novas Dedicadas às Senhoras. Lx.^a, em casa de J. B. Waltmann, na rua direita de S. Paulo defronte da fábrica de Vidros ao pé do Arco do Marquês”. Menos informação possuímos sobre outra publicação congénere, saída em concorrência no mesmo momento, o “Divertimento muzical ou Collecção de modinhas”, de que terá sido editor Luiz José de Carvalho⁶¹, o qual tinha loja de livreiro aos Paulistas⁶².

⁵³ M. J. D. Albuquerque, *Ob. cit.*, p. X.

⁵⁴ Pela qualidade da sua formação e singularidade do seu percuso este artista merece uma abordagem própria que não cabe aqui fazer, limitando-nos pois aos aspectos relacionados com a edição musical.

⁵⁵ M. J. D. Albuquerque, *Ob. cit.*, p. XII.

⁵⁶ José Accurcio das Neves, *Variedades sobre objectos relativos às Artes, Commercio e Manufacturas, consideradas segundo os principios da Economia Politica*, vol. I, Lisboa, Impressão Régia, 1814, pp. 22-23.

⁵⁷ *Correio Mercantil e Economico de Portugal, que contém toda a qualidade d’ annuncios*, Lisboa, 11 de Abril de 1797 e *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 18 de Abril de 1797.

⁵⁸ *Flores de Música da Biblioteca da Ajuda...*, p. 23.

⁵⁹ Humberto d’ Ávila, *Ob. cit.*, p. 8.

⁶⁰ Sobre este gravador vd. Agostinho Araújo, “O Infante D. Henrique visto pela época romântica”, *O Rosto do Infante*. Exposição. Catálogo. Convento de Cristo – Tomar / Pavilhão das Indústrias – Viseu, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 55; e Ana Paula Tudela, “Gravadores”, *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) - Bicentenário: “sem livros não há instrução”*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda / Biblioteca Nacional, 1999, pp. 263 e 266.

⁶¹ M. J. D. Albuquerque, *Ob. cit.*, p. X.

⁶² Ernesto Soares, *Inventário da Collecção de Registos...*, p. 477.

José Acuña, Paulo Zancla e a edição até ao 1.º terço do séc. XIX

Nos começos do séc. XIX estabeleceu-se em Lisboa o compositor e professor de piano José Francisco Acuña. Apesar do nível medíocre⁶³ das suas pequenas peças (hinos sobre acontecimentos históricos, sonatas, variações, valsas), este músico espanhol gozou de larga clientela durante cerca de duas décadas, tendo falecido em Abril de 1828. Muita da difusão das suas criações era ainda feita sob forma manuscrita mas entre alguns trabalhos impressos importa destacar um que revela a continuidade da exploração de um género firmemente credor das simpatias do público: “A Lira Portuguesa. Collecção de Modinhas novas com acompanhamento de piano forte. Compostas e dedicadas ás senhoras por (...)”. Esta edição, para a qual Acuña mandara abrir doze chapas em 1817, estava à venda na loja n.º 176 da Rua Áurea, custando cada fascículo 240 réis⁶⁴.

Em 30 de Janeiro de 1823 D. João VI concedeu a Paulo Zancla, com loja aberta na Travessa de Santa Justa, o privilégio exclusivo, por nove anos, de estabelecer uma “calcografia de musica”. A concessão acabaria por ser revogada, dando razão ao embargo interposto por Acuña, que provou a falsa novidade do processo e da sua prática em Portugal. Mas convém reparar nas condições impostas no parecer em que a Junta do Comércio havia dado a sua anuência, onde vemos o proprietário italiano ser obrigado a ensinar a “nova” arte a aprendizes portugueses, assim como nacionais deveriam também ser as chapas, o papel e as ferramentas da sua oficina⁶⁵.

Zancla editou várias publicações, entre as quais o “Periodico mensal”, iniciado em 1824.

Três anos depois, o reclame de uma vinda ao Porto informa-nos da sua actividade comercial: “He chegado a esta Cidade *Paulo Zancla* proprietario d’hum Armazem de Musica, Pianos, e outros instrumentos, estabelecido ha annos em Lisboa, e com os maiores creditos. Elle traz hum sortimento de Musica da melhor escolha, grande quantidade de Cordas para Viola, Rebeca etc. Tem tambem excellentes Flautas e Flautins, e dous grandes Fortes Piannos, hum Vertical, outro Horizontal, e hum Pianno Forte, tudo da primeira qualidade. O mencionado Negociante tambem se incumbe de qualquer encommenda de Musica, ou Instrumentos. Quem pois precisar de qualquer dos objectos indicados, pôde dirigir-se á casa da Hospedaria na Rua nova de S. Antonio N.º 90, ou fallar na casa dos Leilões, estabelecida na mesma Rua N.º 29 E, e 29 F, que tambem ahi obterá as necessarias instrucções”⁶⁶.

O prestígio e o exemplo das edições de Maréchal parecem, de facto, ter exercido alguma influência sobre certos compositores das décadas imediatas. Trata-se de um movimento de pequena iniciativa individual, frequentemente com publicações periódicas, em que a arte de gravar se reveste, em geral, de um cariz incipiente, dada a escassez de meios económicos que impede outra qualidade da edição e a imperiosidade de aproveitamento da procura existente no mercado.

José do Espírito Santo e Oliveira, organista da Patriarcal e depois “Compositor e Primeiro Organista de S. Mag.^{de} no Palacio de Queluz”⁶⁷, apresentou em 1808 um “Almanach de muzica vocal, e instrumental offerecido aos amantes de muzica o qual sahirá alternativamente todos os mezes, composto por (...)” e que se encontrava à venda “em casa do autor na Calçada nova de S. Francisco, n.º 6, 1.º andar; e na Calçada do Marquez de Tancos, n.º 1, 3.º andar”⁶⁸.

Também em Lisboa, conhece-se, de 1822, uma “Cavatina offerecida á muito illustre e Filantropica Sociedade Promotora da Industria Nacional, por V. P. da Gama, como primeiro resultado das suas tentativas sobre a gravura e impressão de musica”⁶⁹. Bem significativa parece

⁶³ Segundo E. Vieira, *Ob. cit.*, vol. I, p. 2.

⁶⁴ João Jardim de Vilhena, *Art. cit.*, pp. 206-207.

⁶⁵ J. J. Vilhena, *Art. cit.*, pp. 205-207.

⁶⁶ *Borboleta Constitucional*, n.º 22, Porto, 15 de Fevereiro de 1827.

⁶⁷ Humberto d’ Ávila, *Ob. cit.*, p. 15.

⁶⁸ J. J. Vilhena, *Art. cit.*, p. 206.

⁶⁹ Idem, *Ibidem*.

do crescimento do mercado esta incursão de Vicente Pires da Gama, um dos “lavrantes” que Sequeira convocara para a vasta equipa de execução da sua notabilíssima baixela⁷⁰.

Pelo contrário, e embora tivessem por essa mesma data grande êxito no País⁷¹, parecem não ter sido publicadas as Modinhas dos compositores portuenses António Joaquim Nunes e Alexandre José Pires⁷².

Na cidade do Porto podemos referir o nome do músico-gravador José Francisco Edolo⁷³.

Em 1811 o gravador Carvalho, na “officina da Rua das Parreiras, junto ao Convento de Jesus, N. 19”, foi o ilustrador de uma obra do compositor António José do Rego, uma das muitas produções exaltadoras dos acontecimentos históricos do momento: “Batalha do Bussaco. Peça Militar, e Historica para Forte-Piano Dedicada ao Vallor, e Gloria do Exercito Anglo-Luzo, e do seu Chefe o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Lord Visconde Wellington. Conde do Vimeiro, Cavalleiro da Ordem do Banho, Gram Cruz da Ordem da Torre, e Espada”⁷⁴. Uma carta do músico esclarece-nos o teor do seu trabalho, bem como o próprio estatuto de editor em que se sacrificou: “(...) no anno de 1810, quando os Franceses vieram às linhas que Lord Visconde Wellington General em chefe do Exército Anglo-Luzo deu a Batalha do Bussaco, em 27 de Setembro do dito anno, o suppli.^e não poupou fadigas nem despezas, e fez a dita batalha pelo detalhe do officio do dito general e depois de a ter composto em Música a fez imprimir á sua custa e a offereceu ao dito General e á Regência do Reino, de cuja offerta nem o mais pequeno agradecim.^{to} teve, q.^{do} outros por mais pequenas couzas logo tem habito de Cristo e outros despachos mais”⁷⁵.

Tudo indica que esta oficina ocupava as instalações que até Setembro de 1793, data da separação dos dois franceses, haviam sido as da sociedade Maréchal & Milcent e onde este último continuou a laborar até Julho de 1795⁷⁶. E a assinatura “Carv.^o” foi a que sempre usou o muito modesto burilista Teotónio José de Carvalho, que, como tantos outros, terá sobrevivido recorrendo à farta (e muitas vezes pouco exigente) procura dos registos de santos⁷⁷.

Também encontramos trabalhos executados para o Governo. Na esfera militar, ao tempo em que foi Secretário de Estado D. Miguel Pereira Forjaz e para um “Regulamento do Marechal Beresford”, colaborou Gregório Francisco de Assis e Queiroz⁷⁸, sendo seguro, dado um ofício daquele governante ao Conde de Sampaio do ano de 1816, que ficou encarregado de abrir as estampas da música dos toques das cornetas e dos clarins o também destacado artista António José Quinto⁷⁹.

⁷⁰ [Luís de Bivar Guerra], *Baixela Victória - Arquivo do Tribunal de Contas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969 (“Documentos para a História da Arte em Portugal”, vol. I), p. 6; e Leonor d’ Orey, “A Baixela desenhada por Domingos António de Sequeira”, *Actas do I Colóquio Português de Ourivesaria*, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 1999, p. 43.

⁷¹ Adrien Balbi, *Ob. cit.*, t. II, pp. CCVIII e CCXIII.

⁷² Joaquim de Vasconcelos, *Ob. cit.*, vol. II, pp. 10-11 e 42-43.

⁷³ A. de Magalhães Basto, “Falam Velhos Manuscritos”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 13 de Março de 1953.

⁷⁴ H. C. F. Lima, “A Secção Musical do Arquivo Histórico Militar”, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. XIII, Vila Nova de Famalicão, 1943, p. 214.

⁷⁵ Humberto d’ Ávila, *Ob. cit.*, pp. 15-16 e 17.

⁷⁶ M. J. D. Albuquerque, *Ob. cit.*, p. XV.

⁷⁷ Ernesto Soares, *História da Gravura Artística em Portugal. Os Artistas e as suas Obras*, nova edição, vol. I, Lisboa, Livraria Samcarlos, 1971, pp. 164-167; Idem, *Inventário da Colecção de Registos...*, p. 468; e Idem, *Inventário da Colecção de Estampas. Série Preta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1975, p. 158.

⁷⁸ Sobre esta figura, cujo estudo é fundamental para compreender o estado da arte da gravura nesta época, vd. Ernesto Soares, “Subsídios para a história da Gravura Artística em Portugal. Dados biográficos do gravador Gregório Francisco de Assis e Queiroz”, *Arqueologia e História*, vol. VI, Lisboa, 1928, pp. 34-60 e Idem, *História da Gravura Artística...*, vol. II, pp. 439-490.

⁷⁹ H. C. F. Lima, “A Secção Musical do Arquivo Histórico Militar”, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. XIII, Vila Nova de Famalicão, 1943, pp. 207 e 213. Cremos tratar-se dos toques que constam do “Systema de instrução e disciplina para os movimentos e deveres dos Caçadores”, do Marechal G. C. Beresford, Lisboa, Imprensa Regia, 1811 - cf. *Flores de Música da Biblioteca da Ajuda...*, p. 56.

Ou para as grandes instituições culturais, em geral por razões didáticas que já vimos também serem exploradas por alguns mestres particulares. Data de 1806, feito em Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, o curso do Professor José Maurício, “Methodo de Musica, escripto e offerecido a Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Destinado para as lições da aula da dita cadeira”, com cinco estampas gravadas em cobre⁸⁰. E de 1820-24 são, executados na Typographia da Academia das Sciencias e com quinze estampas em cobre, os dois volumes dos “Principios de Musica ou Exposição methodica das doutrinas da sua composição e execução”, de Rodrigo Ferreira da Costa⁸¹, obra cuja rara actualização teórica foi já sublinhada⁸².

Conclusão

A voga das modinhas esteve no centro de uma interessante activação do movimento editorial dedicado à arte da música, como, há muito, foi pressentido: “(...) forma vocal predilecta do nosso século XVIII (...), é uma canção estrófica, de estilo ornamental e muito singularmente acompanhada pela viola ou pelo cravo. Obrigatória em todas as reuniões e festas da sociedade das classes média e alta, onde a sua expressão facilmente sentimental ia ao encontro do gosto da época, popularizou-a o teatro, e de tal modo fazia parte da vida portuguesa do tempo que a edição de modinhas e «jornais de modinhas» se tornou um importante ramo do comércio musical”⁸³.

Apêndice

1789, Julho, 13. Lisboa. Consulta

Consulta

Senhora

Reprezenta a V.^a Magestade Francisco Domingos Milcent natural do Reino de França, que havendo estabellescido nesta Cidade huma Fâbrica de abrir chapas, e imprimir solfas, cartas maritimas, e geograficas, e todas as mais qualidades de Estampas, debaixo da Aprovação, e Licença, que obteve da extinta Junta das Fâbricas do Reino, se lhe fazem indispensavelmente necessarias para o consummo, e Laboração da mesma Fâbrica alguns generos dos Paizes Estrangeiros; e por que os seus pequenos fundos não podem sofrer o desembolço dos competentes Direitos, que pagão os ditos generos, e as solfas que vem de fóra do Reino gozão da izenção dos mesmos Direitos por Entrada; pedia por tanto a V.^a Magestade, que houvesse por bem de lhe conceder a referida graça em attenção ao que alega, e a exemplo do que V.^a Magestade tem mandado observar com outras diversas Fâbricas do Reino, que gozão de semelhante Izenção para todos os Materiaes, que são necessarios ao seu fornecimento.

Os Generos de que o Recorrente carece para consummo da sua Fâbrica, são os seguintes – Estampas de Figuras; Collecçoens de Mâpas Geograficos; Cartas Maritimas; Estanho em barra, e chapas do mesmo metal; chapas de cobre já preparadas para abrir os Mapas, Cartas,

⁸⁰ J. Vasconcelos, *Ob. cit.*, vol. II, p. 265.

⁸¹ Idem, *Ibidem*, p. 251 e *Flores de Música da Biblioteca da Ajuda...*, p. 56.

⁸² Fernando Lopes-Graça, *A Música Portuguesa e os seus Problemas - I*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1989, pp. 77-78.

⁸³ Luís de Freitas Branco, *A Música em Portugal*, Lisboa, Escola Tipográfica da Imprensa Nacional de Lisboa, 1929, (colec. “Exposição Portuguesa em Sevilha”), p. 19.

Tábua das ilustrações: Figs. 1 - Gravura (reprod. de Francisco Xavier Baptista, *12 Sonatas para Cravo...*, p. XVIII); 2 e 3 - Gravuras (reprod. de *Jornal de Modinhas. Ano I...*, pp. 34 e 41); 4 - Gravura (reprod. de Maria Laura Bettencourt Pires, *William Beckford e Portugal. Uma visão diferente do Homem e do Escritor*, Lisboa, Edições 70, 1987, entre pp. 208-209).

Estampas, e Papel de todas as qualidades; Óleo de Nozes, de Linhaça, preto de Italia, de Alemanha, e de Marfim; Vermilhão, Senopla, Verdete, e Jardolino.

Reconhecendo a Real Junta, que este Estabelecimento he de utilidade pública, e que o Recorrente se faz digno da Real consideração de V.^a Magestade por ser o primeiro, e unico que se tem proposto a fazer semelhantes manufacturas.

Parece ao mesmo Tribunal que Vossa Magestade seja servida de conceder á Fábrica do Recorrente a Graça de izenção de Direitos por Entrada para todos os generos assima declarados, e sendo qualificados primeiramente por este Tribunal, não só os mencionados generos, mas as porçoens, e quantidades, que annualmente lhe serão necessarias, combinando-se o seu consummo com a sua Laboração para se evitar qualquer descaminho, que pôssa haver em contra-venção das Reaes Ordens de V.^a Magestade assim, e da mesma forma, que se ácha estabellescido para as mais Fábricas do Reino.

V.^a Magestade comtudo mandará o q. for servido.

Real Junta do Commercio a 13 de Julbo de 1789.

IAN/TT, Lisboa, Junta do Comércio, Livro 126 (23), fls. 95v.-96v.

A função pública no Porto dos inícios do século XVIII

António Barros Cardoso

O conjunto de funcionários que sustentaram o poder régio e municipal no Porto da Época Moderna é bem conhecido através do labor de Francisco Ribeiro da Silva¹ que trouxe à luz do dia preciosos informes para o período de 1580 a 1640. No que se refere aos inícios do século XVIII, o documento que agora tornamos público oferece uma panorâmica geral do funcionalismo portuense e possibilita visualizar a sua arrumação nas várias estruturas administrativas da cidade. Permite também uma aproximação aos níveis de rendimento que auferiram e através deste indicador comparar hierarquias, competências e graus diferenciados de responsabilidade da mesma categoria de funcionários colocados em diferentes unidades administrativas como a Casa da Relação, Câmara, Fazenda, Alfândega, Junta de Comércio e Ribeira do Ouro.

O documento que transcrevemos no final deste artigo, é oriundo do *livro da décima e manei*o relativo ao ano de 1706. A *Imposição da décima dos prédios, maneios e ordenados*, era o principal dos impostos territoriais em Portugal. Chegou a designar-se *Subsídio Militar* já que a sua instituição foi justificada pela necessidade de ser aplicado às despesas da guerra. Estabelecido em 1654, foi nessa altura elaborado um regimento para a sua cobrança e determinado que a sua vigência não deveria prolongar-se para além da Guerra². Importava então em 4,5%. Em 1762 (Lei de 26 de Setembro) tornou-se permanente e foi alargado para 10%. Consistia assim na décima parte das rendas dos prédios urbanos e rústicos mas, na contribuição dos primeiros era feito um abatimento de 10% destinado a compensar despesas em concertos necessários. Já nos segundos cobrava-se diferentemente das pessoas que cultivavam as terras e das que as traziam arrendadas. No primeiro caso fazia-se a avaliação do rendimento, considerando que metade da produção era necessária para gastos. No segundo fazia-se incidir a décima sobre os contratos.

De todos os outros rendimentos como foros ou pensões também se pagava a décima. O directo senhorio pagava pela porção que recebia e o enfiteuta também não ficava isento, pagando sobre o rendimento que dela tirava. Mesmo os capitais postos a juro e os lucros do comércio eram taxados pela décima parte, avaliando-se os ganhos ou lucros por estimativa anual. Chamava-se a isto *manei*o – que era aplicado a todas as classes de pessoas: artífices, jornaleros e até criados de servir³.

Como se constata todos estavam abrangidos e claro está os titulares de cargos e ofícios públicos não escapavam a tão importante tributo sobre os seus rendimentos de trabalho. Porém, devemos advertir o leitor que o documento que adiante nos propomos analisar denuncia algumas excepções que hoje poderíamos classificar como “benefícios fiscais”. A título de exemplo citamos os casos de Thomaz de Souza Machado, *escrivão da correição* do Cível da Relação do Porto, a quem foram descontados para o cálculo da décima 50\$000 réis *que pagava*

¹ Sobretudo a sua tese de doutoramento fornece inúmeros dados sobre essa estrutura, bem como sobre os rendimentos dos seus titulares que profusamente utilizaremos ao longo deste artigo. SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580-1640) – Os Homens as Instituições e o Poder*, 2 vol. Porto, 1988.

² Guerra da Restauração (1640-1668).

³ British Library – Add – 20.964 (*Administração das rendas de Portugal*). Informação gentilmente cedida pelo Professor Francisco Ribeiro da Silva.

de alimentos a sua mãe, o do proprietário do ofício de *Escrivão da Coroa e Comissões* do mesmo Juízo a quem não se lançou qualquer imposto *por se encontrar a pagar juros de 30.000 cruzados* ou o caso de João Vaz Freyre, Meirinho da Relação, que também viu reduzida a sua décima, tendo em conta *o dinheiro que tomara a juro para compra da vara*. Não podemos afixar que estes benefícios estavam regulamentados e eram geralmente aplicados mas, pelo menos, fica a notícia das exceções.

Importa ainda referir que os rendimentos da maioria dos funcionários e oficiais das várias instituições devem ser entendidos como referentes apenas ao ano de 1706, não se podendo em todos os casos generalizar como rendimentos anuais certos e permanentes uma vez que, compunham o rendimento sujeito a décima, uma parte fixa, designada geralmente por propinas ou ordenados e uma parte variável, constituída por participações emolumentares. Contudo, os valores referenciados servem como indicador seguro da relação dos níveis remuneratórios.

1 A Relação e Casa do Porto

Uma das principais instituições visadas no documento é o *Tribunal Superior da Relação do Porto*. Fundado por Filipe II, em 1582, na sequência das petições avançadas nas Cortes de Tomar⁴, este tribunal encontra-se em pleno funcionamento no ano seguinte, já dotado de um quadro relativamente numeroso de desembargadores, corregedores e advogados⁵. Também denominado *Casa do Cível* ou *Relação da Casa do Porto*, exercia jurisdição nas comarcas e ouvidorias de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira (exceptuando Castelo Branco) bem como nas de Esgueira e Coimbra⁶. A Casa da Suplicação e o Tribunal de Justiça da Corte podiam conhecer agravos da Relação do Porto em feitos cíveis que excedessem os 100.000 réis em bens móveis ou 80.000 réis em bens de raíz⁷.

Na Casa da Relação do Porto, tanto quanto os rendimentos dos titulares dos respectivos cargos deixam perceber, arrumava-se a seguinte hierarquia: O titular de maiores rendimentos era o *Governador das Justiças da Casa da Relação*. Pelas propinas que auferia, pagava 22\$000 réis de décima, o que significa que a sua propina anual era de 220\$000 réis. Seguiu-se-lhe em ordem de importância o *Chanceler* que, para além das propinas recebia emolumentos pelo seu desempenho o que o obrigou ao pagamento de 14\$000 réis de imposto, pelo valor de 140\$000 réis de rendimento. No mesmo plano, encontramos o *Guarda-Mor* da Relação que suportava igual carga fiscal sobre os seus rendimentos de trabalho.

Um pouco mais distanciado, pagando 13\$000 réis de décima situava-se o *Juiz Distribuidor* deste tribunal que ganhou 130\$000 réis de propinas e emolumentos. Já ao *Juiz Corregedor do Cível* foram apenas exigidos 10\$000 réis de décima, ainda assim mais do que foi cobrado aos *Juízes Corregedores do Crime* que pagaram 7\$000 réis, correspondentes ao rendimento de 70\$000 réis também de propinas e emolumentos. Ao *Tesoureiro das Despesas* e ao *Guarda-menor* da Relação, coube uma décima de 8\$000 réis⁸ e os *Juízes Desembargadores* e

⁴ SUBTIL, José, *A Arquitectura dos Poderes – Os Poderes do Centro*, in “História de Portugal” dir. MATTOSO, José, Círculo de Leitores, 1993, IV Vol. p. 169.

⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da, *Tempos Modernos*, in “História do Porto”, dir. RAMOS, Luís A. de Oliveira, Porto, 2000, p. 319.

⁶ *Alvará de Filipe II em que se determina que a diligência a fazer nos lugares pertencentes à Casa do Porto sejam feitos por Desembargadores da mesma Casa*. Biblioteca da Ajuda, 44-XIII-52, fls. 125-125 v. in “Filipe II de Espanha rei de Portugal” (Colectânea de Documentos Filipinos guardados em Arquivos Portugueses), Coord. de SILVA, Francisco Ribeiro da, Zamora, 2000, doc. N.º 59, p. 84.

⁷ *Alçada que foi triplicada pela Lei de 26 de Junho de 1698 e alterada pelo Alvará de 13 de Maio de 1813*. Idem, *Ibidem*.

⁸ Nem todos os Guardas menores da Relação atingiam remunerações tão elevadas como Manoel Coelho, ao ponto de pagarem 8\$000 réis de décima. Por exemplo, Gonçalo de Oliveira, apenas pagava 1\$000 réis e Joseph

Desembargadores Extravagantes pagaram em regra, ainda pelas propinas e emolumentos que receberam, respectivamente 6\$000 e 4\$000 réis. Um pouco menos foi exigido aos Juízes Desembargadores das nações Inglesa e Holandesa que tiveram ganhos inferiores e por isso pagaram respectivamente 4\$800 e 5\$000 réis de décima, correspondentes a rendimentos de 48\$000 e 50\$000 réis.

a) Os escrivães

A análise da tabela de pagamento da décima mostra-nos que os escrivães constituíam, entre os diversos funcionários da Casa da Relação do Porto, o corpo de funcionários mais bem remunerado. Por exemplo, o *Escrivão da Apelação do Cível* pagou 20\$000 réis de décima, ou seja, fruiu de uma remuneração de 200\$000 réis e estes valores subiram para respectivamente 22\$000 e 220\$000 réis no caso do *Escrivão do Crime*, cujos rendimentos estavam, como se constata, ao nível dos auferidos pelo próprio Governador da Relação. Ao *Escrivão dos Agravos* coube pagar ao erário público também 20\$000 réis de décima, neste caso, 16\$500 pelo proprietário do ofício e 4\$000 réis pelos lucros que obtinha o seu ocupante.

Embora abaixo dos seus pares, o *Escrivão da Correição do Crime* pagou 16\$000 réis de décima, o que significa que auferia rendimentos de trabalho acima dos percebidos pelo *Chanceler*, *Guarda-Mor*, *Juíz Distribuidor* e dos *Juízes Desembargadores*. Seguia-se-lhe o *Escrivão da Apelação* que pagou 11\$000 réis de décima e o *Escrivão da Provedoria* que foi, de entre os oficiais da Correição da Comarca, o que recebeu remuneração mais elevada, pagou 10\$000 réis de décima. Havia no entanto outros escrivães que recebiam menores rendimentos:

Escrivães da Relação do Porto com menor remuneração	Importâncias pagas de décima expressas em réis	Estimativa dos ren- dimentos anuais expressos em réis
<i>Escrivão dos degradados e Solicitador das Justiças</i>	4\$000	40\$000
<i>Escrivão de Refojos</i>	4\$000	40\$000
<i>Escrivão da Chancelaria</i>	5\$000	50\$000
<i>Escrivão da Vara</i>	5\$500	55\$000
<i>Escrivão da Conservatória da Moeda</i>	6\$000	60\$000
<i>Escrivão da Coroa e Comissões</i>	6\$500	65\$000
<i>Escrivães do Juízo Geral</i>	8\$000	80\$000
<i>Escrivães dos Órfãos</i>	8\$600	86\$000

Abaixo destes só estavam os *Escrivães das nações inglesa e holandesa*. Pagaram de décima respectivamente 1\$200 e \$800 réis. De resto, este último, foi um dos cargos mais mal pagos na Relação do Porto⁹ por certo devido ao peso menos significativo da parte emolumentar da sua

Rodrigues 4\$800 réis. No caso de Sebastião da Cunha, o valor da décima foi fixado em 2\$000 réis pelas propinas e emolumentos. Desconhecemos que factores faziam variar os rendimentos de trabalho de oficiais que desempenhavam as mesmas funções. Pode adiantar-se a diferença de emolumentos que não podiam ser previamente fixados, antes dependiam da actividade desenvolvida ao longo do ano. Contudo o documento analisado não o esclarece.

⁹ Abaixo dos Escrivães das nações inglesa e holandesa, apenas se situavam o de Procurador dos Rezíduos e Captivos, na Correição da Comarca, que auferia rendimentos para pagar apenas \$600 réis de décima e o de Distribuidor dos tabeliães no Juízo Geral que ganhava apenas para pagar de décima \$400 réis. Esta diferença para

remuneração, uma vez que eram em menor número os casos que envolviam estrangeiros do que aqueles que tinham como opositores cidadãos nacionais.

A importância dos escrivães na estrutura da Casa da Relação do Porto mostra a sua actividade como fulcral no funcionamento do principal organismo Judiciário descentralizado do norte do país. De facto, se pensarmos que ao escrivão competia todo o trabalho burocrático preparatório das decisões judiciais, obedecendo a normas previamente estabelecidas, percebe-se que se remunerava uma actividade de grande responsabilidade para o funcionamento do Tribunal e Casa da Relação já que, em última análise, dele dependia o normal funcionamento de todos os outros elementos que compunham a estrutura. De resto, a avaliar pelos níveis de remuneração conferidos os Tabeliães do Juízo Geral que pagavam 8\$000 réis de décima, isto é percebiam rendimentos de trabalho de 80\$000 réis por ano, portanto acima dos próprios Juizes da Relação, percebe-se a importância dos burocratas na Casa da Relação do Porto, aos quais é conferido um estatuto remuneratório superior ao dos titulares do poder executivo judicial.

Muito abaixo estavam os *enqueredores da Relação* que pagaram décima entre 1\$000 e 4\$000 réis anuais. Os oficiais de justiça designados como *meirinhos* pagaram entre 2\$000 e 5\$600 réis e mesmo o *alcayde da cidade*, cujas funções de vigilância e guarda da urbe, de guardar as audiências e trazer os presos de fora da cidade para serem julgados, proteger os Almotacés e os açougues, efectuar prisões, entre outras, que se confundem com as funções dos meirinhos¹⁰, não ultrapassaram os 4\$800 réis de décima, correspondentes a uma remuneração anual de 48\$000 réis.

No *Juízo dos Orphãos* mantêm-se em destaque os vencimentos dos escrivães que pagaram 8\$000 réis de décima, contra o *Doutor Juiz* que auferia rendimentos que só o obrigavam ao pagamento de menos de metade daquele valor de imposto, ou seja 4\$000 réis, tanto como o *escrivão de Refojos* que figura, como vimos, entre os escrivães que recebiam menores remunerações, ou mesmo que o *repartidor* e *enqueredor* do mesmo juízo dos órfãos.

2 – A Câmara

a) O Correio-Mor

Se tivéssemos de medir a hierarquia da Câmara do Porto através da remuneração das diversas entidades que nela exerciam, teríamos de colocar o *Correio-Mor* no topo dessa hierarquia já que, no documento que estamos a analisar, foi quem mais pagou de décima: 10\$000 réis anuais. A função deste *Correio-Mor* é ainda mal conhecida, ao que tudo parece indicar exercia o ofício na dependência do *Correio-Mor do Reino*¹¹ e a sua missão era a de fazer circular a informação escrita entre a cidade e os vários pontos do país. Recebia mais do que qualquer um dos quatro *Vereadores* que não pagavam mais do que 4\$000 réis de décima, ou seja o mesmo que o *Procurador da Cidade* e o *Síndico* ou ainda o *Feytor dos lovos* (sic), que recebiam cada um 40\$000 réis por ano.

Ao que o documento que seguimos indica, os escrivães da Câmara não tinham a mesma importância que os seus congéneres da Relação e Casa do Porto, eram, entre os funcionários

menos nos rendimentos dos escrivães das nações estrangeiras, pode ficar-se a dever à circunstância de serem remunerados em função do número de casos em que tivessem de exercer, certamente muito inferior aos casos que envolviam cidadãos nacionais.

¹⁰ A este propósito ver SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o Seu Termo – Os Homens, as Instituições e o Poder – (1580-1640)*, Vol. II, Porto, 1988, p. 669.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 685. Ver também SERRÃO, Joel, *Correios e Postas*, in “Dicionário de História de Portugal”, Vol. II, p. 192-193.

da edilidade, os mais mal pagos. O *Escrivão da Câmara*, cargo exercido à época por José Pitta Calheiros, não pagava mais do que 1\$500 réis de décima, ou seja recebia 15\$000 réis por ano. Um pouco mais expressiva era a remuneração do *Escrevente da Câmara* já que pagava 2\$500 réis de imposto, muito próximo do *Escrivão da Almotaçaria* que apesar da importância da sua actividade pagava de décima 2\$000 réis, o mesmo que o *Thezoureiro da Cidade* que recebia menos que o Porteiro da Câmara que funcionava como zelador e oficial de diligências da edilidade, devendo comparecer a todas as sessões da vereação, permanecendo do lado de fora da sala, a fim de anunciar a entrada das pessoas que eram recebidas em audiência, cumprindo-lhe também tornar públicas as normas e decisões autárquicas¹². Ao Porteiro cabiam 22\$000 réis anuais de rendimento pelo que pagava de décima 2\$200 réis.

O *juiz do cofre*, cargo então exercido pelo Desembargador Gaspar Macedo, pela responsabilidade que envolvia, ganhava 35\$000 réis por ano, pelo que pagava 3\$500 réis de décima, situando-se o seu nível de remuneração logo abaixo do atribuído aos *Vereadores*.

b) Os homens da saúde

Ao que tudo indica as funções ligadas à saúde eram as que menores proventos proporcionavam, pelo menos, aos que as exerciam na Câmara do Porto. Vejamos o caso dos *Guardas-Mores* da saúde. Estes oficiais eram eleitos anualmente em número de dois ou de quatro conforme a intensidade das tarefas a desempenhar. A sua função era a de superintenderem contra eventuais agressores à saúde pública, doenças, contágios pestíferos etc. e o seu recrutamento fazia-se entre cidadãos nobres da cidade¹³. Organizar a vigilância das portas da urbe e as visitas aos navios que entravam a barra do Douro, verificando a *boa disposição* dos seus tripulantes e, constatando o contrário, declarar a quarentena aos barcos, representavam algumas das suas tarefas permanentes de maior importância. Embora fosse ofício cobiçado, já no século XVI (1566) não proporcionava senão honraria. Por essa altura, apenas lhes era atribuída a quantia de \$200 réis, menos do que auferia o cidadão encarregue da bandeira da cidade¹⁴. Nos inícios do século XVIII, esse valor rondaria os 10\$000 réis anuais, já que cada um dos *Guardas-Mores da Saúde* pagava pelos emolumentos e ordenados 1\$000 réis de décima. O *Guarda-Menor* recebia um pouco menos já que apenas pagava de imposto \$600 réis. O *Chyirurgião da Saúde* e o *Médico* pagavam somente \$400 e \$200 réis de décima, respectivamente, o que significa que a Câmara lhes pagava respectivamente 4\$000 e 2\$000 réis por ano.

c) Aferidor dos pesos e contraste da prata

Os oficiais da saúde auferiam pois vencimentos ou propinas de valor inferior aos do próprio *aferidor dos pesos e contraste da prata* que pagava 1\$500 réis e do que os *ensaidores* e *contrastadores* do mesmo metal cujos rendimentos não os obrigavam ao pagamento de mais do que 1\$200 e 3\$000 réis de décima, respectivamente. De notar que a importância da função de *contrastador* obrigava a que este fosse bem remunerado no contexto geral dos oficiais da edilidade, recebendo anualmente 30\$000 réis.

¹² SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o Seu Termo – Os Homens, as Instituições e o Poder – (1580-1640)*, Vol. II, Porto, 1988, p. 620-622.

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 644.

¹⁴ Idem, p. 646.

d) Os Procuradores do Povo

Não se trata de funcionários da edilidade mas de representantes dos 24 dos mesteres cuja presença nas reuniões da vereação portuense remonta pelo menos ao reinado de D. Manuel (1518) altura em que foi reorganizada a *casa dos vintequatro* e foram definidas as competências dos seus representantes no que se refere às eleições dos oficiais e vereadores da governança da cidade, com a prerrogativa de poderem requerer o que lhes conviesse a bem das *cousas do povo*¹⁵ e de, em conformidade com o regulamento a que se refere a carta régia de 7 de Maio de 1519, participarem mesmo, de viva voz, nas sessões da Câmara¹⁶. No século XVIII, apesar da sua importante missão, aos Procuradores do Povo não cabiam remunerações que os obrigassem a pagar mais do que 1\$200 réis de décima, ficando a dúvida que o documento não esclarece, se este montante se refere aos dois representantes do povo, ou se aquele valor é individual. Aceitando esta última hipótese, cada um ganhava 12\$000 réis por ano. Em todo o caso, muito mais do que consta das despesas certas que fazia a Câmara do Porto em 1597. Nessa altura cabia aos Procuradores do Povo apenas a importância de 2\$000 réis em cada ano, *de propina pello muito tempo que perdem nas suas tendas em acodirem as cousas do bem comum e assistirem nas Camaras*¹⁷.

e) O síndico

Este oficial era graduado pela Universidade em direito canónico ou civil, embora segundo as Ordenações Filipinas alguns indivíduos não diplomados também pudessem advogar após exame prévio realizado no Desembargo do Paço¹⁸. No Porto, o Síndico era eleito pelos Vereadores mas, na primeira metade do século XVII, o poder central, na tentativa de controlar as principais magistraturas do governo municipal da cidade como de outros Concelhos do Reino, também se intrometeu no processo de escolha deste funcionário¹⁹. Os mandatos eram de apenas um ano, embora por vezes a mesma pessoa fosse reconduzida no cargo por vários anos²⁰. No século XVII, o Síndico da Câmara portuense não exercia funções em regime de exclusividade para a autarquia já que era simbólico o ordenado que recebia²¹ o seu salário nessa altura era de 20\$000 réis²² pelo que a grande recompensa pelo exercício estava na honraria que o cargo proporcionava, até porque lhe competia, por regra, ocupar o cargo de Juiz dos Órfãos, sempre que o lugar se encontrava vago e até que fosse preenchido²³. Nos alvares

¹⁵ CRUZ, António, *Os Mesteres do Porto — Subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos*, Vol. I, Porto, 1943, p. XXXIII e XXXIV.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. XXXV.

¹⁷ *Despesas certas da Câmara do Porto*. A.H.M.P., *Livro de Próprias*, n.º3, fls. 125-125 v. in *Filipe II de Espanha rei de Portugal (Colectânea de Documentos Filipinos guardados em Arquivos Portugueses)*, Coord. de SILVA, Francisco Ribeiro da, Zamora, 2000, doc. N.º 311, p. 487.

¹⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o Seu Termo – Os Homens, as Instituições e o Poder – (1580-1640)*, Vol. II, Porto, 1988, p. 600.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p.598 e 599.

²⁰ Idem, p. 600. Esta importância consta também das *Despesas certas da Câmara do Porto*. A.H.M.P., *Livro de Próprias*, n.º 3, fls. 125-125 v. in *Filipe II de Espanha rei de Portugal (Colectânea de Documentos Filipinos guardados em Arquivos Portugueses)*, Coord. de SILVA, Francisco Ribeiro da, Zamora, 2000, doc. N.º 311, p. 486. No ponto 24 pode ler-se: *Paga ao Síndico da mesa dez mil réis cada anno por assistir nella todas as Camaras e despachar os feitos da obrigação da Cidade e procurar as demandas della que são muitas e em cousas da Camara gasta a mayor parte do tempo e se lhe dão mais dez mil réis de propina que he a metade do que costumam levar o Corregedor Juiz Vereadores Procurador e Escrivão da Camara – 20\$000*. Sublinhe-se que a frase: *em cousas da Camara gasta a mayor parte do tempo*, parece confirmar que não se dedicava em regime de exclusividade à prestação de serviços à edilidade.

²¹ Idem, p. 604.

²² Idem, p 608.

²³ Idem.

do Século XVIII, o Síndico portuense auferia de propinas e emolumentos 40\$000 réis anuais, pelo que entregava de décima 4\$000 réis, ou seja, estava equiparado em termos de remuneração aos vereadores.

e) Os homens da fazenda municipal

Podemos dizer que no contexto funcional da Câmara, a Fazenda constituía um sector à parte. Dotado de funcionários próprios cujo grau de responsabilidade implicava remunerações distintas, entre eles destacava-se o *Escrivão das contas* função importante que era remunerada com proventos anuais de 100\$000 réis, só iguados pelos do Correio-Mor. O seu titular pagou por isso, em 1706, 10\$000 réis de décima e a importância recebida resultou de emolumentos. O *contador da Fazenda*, cuja responsabilidade maior era dividida com o Escrivão, recebeu de *emolumentos de sisas e de conservatória das contas* 60\$000 réis, pelo que pagou 6\$000 réis de décima. Eram estes os dois oficiais da fazenda municipal com remunerações mais elevadas. Seguiu-se-lhe o *Escrivão de ver o pezo dos sincos* que recebia anualmente 45\$000 réis e pagava 4\$500 réis de décima, o *Thezoureiro da Imposição dos Vinhos* e o *Escrivão* da mesma Imposição que recebiam anualmente 36\$000 réis e por isso pagavam 3\$600 réis de décima, a demonstrar a importância do ramo dos vinhos na vida económica da urbe. Os restantes oficiais da fazenda municipal, recebiam rendimentos que se situavam entre os 10\$000 e os 10\$800 réis anuais, destacando-se entre eles o *Juiz das Cizas* que apenas recebia anualmente 4\$800 réis por ano, pelo que pagava de décima somente \$480 réis.

3 – A Alfândega

O organigrama da Alfândega do Porto que o documento em apreço apresenta difere substancialmente daquele que Francisco Ribeiro da Silva encontrou para finais do século XVIII (1788-1789)²⁴. De facto, em 1706, a estrutura funcional da Alfândega portuense apresentava-se bastante mais simplificada do que oitenta anos mais tarde, a começar no número de funcionários que cresceu de 25 para 44, se não contarmos com os trabalhadores braçais que não aparecem referenciados no documento de 1706 e que, em 1788-89, eram em número de 70, distribuídos pela *casa do selo* pelo *despacho, cais* e *Casa dos Despachos*²⁵. Este crescimento é sinal claro do franco desenvolvimento económico da cidade no decurso do século XVIII.

Como sucedia com a estrutura da Casa da Relação, também a Alfândega do Porto mantinha elevados índices de remuneração aos seus escrivães. De emolumentos o *Escrivão da Descarga* recebeu 160\$000 réis e o mesmo sucedeu com o *Porteyro da Alfândega e Escrivão da Auditoria*, pelo que ambos pagaram de décima 16\$000 réis. De resto, eram de entre os oficiais da Alfândega, os mais bem pagos. Ao seu nível apenas se encontrava o *Pezador e Medidor da Alfândega*.

O *Sellador da Alfândega*, recebeu também pelos emolumentos 120\$000 réis, pelo que pagou de décima 12\$000 réis. A sua função de autenticação dos documentos alfandegários implicava o grau de responsabilidade e uma participação emolumentar que o colocava em segundo lugar entre os oficiais da Alfândega portuense que receberam remuneração mais expressiva. No patamar seguinte, estavam o *Escrivão da Receyta da dizima da Alfândega e Almixarifado*, o *Escrivão da Receyta da Falha da Alfândega*, o *Escrivão do Consulado* e o *Feytor e Procurador dos portos secos* que receberam 80\$000 réis cada um, pelo que pagaram 8\$000 réis de décima. Contudo, entre os escrivães da Alfândega também havia quem recebesse

²⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da, *A Geografia do Comércio Portuense nos finais do Século XVIII* in “O Tripeiro”, 7ª Série, Ano XIV – N.º 3, Março de 1995, p.71.

²⁵ Idem, *Ibidem*.

modesta remuneração como o *Escrivão dos Feitos do Mar* que apenas recebeu 10\$000 réis e o *Escrivão da Imposição do sal* que não conseguiu mais do que 6\$000 réis, pelo que pagou apenas \$600 réis de décima.

O *Tesoureiro* e o *Meirinho* da Alfândega recebiam idêntica remuneração anual: 30\$000 réis e os três *guardas do Consulado* apenas 10\$000 réis por ano, pelo que pagavam, respectivamente, 3\$000 e 1\$000 réis de décima.

O *Juiz da Alfândega* recebeu apenas 20\$000 réis de emolumentos pelo que a sua décima se ficou pelos 2\$000 réis. Embora a entidade máxima na hierarquia do organismo fosse o Juiz, a avaliar pela remuneração emolumentar, ao cargo parece apenas corresponder um estatuto honorífico²⁶. Terá sido de facto assim? Estamos em crer que não. De facto o regimento da Alfândega aprovado em 1703²⁷ nada diz sobre remunerações dos funcionários. Mais tarde, o Alvará pombalino de 20 de Julho de 1767 procurou abolir *abusos introduzidos na mesma Alfândega com vexação do Commercio, de que resultou ficarem todos os Officiaes sem ordenados, e emolumentos competentes para a sua decente sustentação*²⁸. Ora, para que daí em diante pudessem *servir os seus Offícios com o desinteresse indispensavelmente necessario*, o mesmo é dizer não fossem vulneráveis à corrupção, foram fixados os emolumentos, ordenados e mais salários dos Oficiais da Alfândega portuense pelo Alvará de 10 de Outubro de 1768. Nessa altura ao Juiz da Alfândega do Porto passa a caber um ordenado de 240\$000 réis anuais e os emolumentos constantes da seguinte tabela:

PARTICIPAÇÃO EMOLUMENTAR DO JUÍZ DA ALFÂNDEGA DO PORTO EM 1768 (expressa em réis)	
Por cada iate que despachasse para os portos do reino com carga, pela sua assinatura nos termos de entrada e saída e despacho geral	\$100
Por cada certidão de despacho de fazenda que se carregasse nos mesmos iates	\$40
Por cada certidão passada a cada iate que se despachasse sem carga	\$20
Das certidões passadas às lanchas que não tinham cobertas, pela entrada e saída	\$60
De cada navio nacional ou estrangeiro que levasse carga para qualquer parte, pelo termo de entrada, desobriga, termo para receber carga e certidão do despacho geral	\$100
De cada navio que despachasse lastro	\$100
Por cada lancha que carregasse para os portos de Espanha	\$50
Por cada despacho de fazenda nas lanchas para Espanha	\$60
Se as lanchas para Espanha fossem com lastro	\$80
De cada Guia com selo para Vila Nova ou Lisboa	\$20
De cada guia das fazendas que viessem ao Porto por mar ou por terra	\$20

29

²⁶ Ao Juiz, Almoxarife e Escrivães da Alfândega portuense, por carta de D. Manuel, de 3 de Agosto de 1518, foram concedidos os privilégios e liberdades de que gozavam os Cidadãos do Porto. ANA/TT – *Livro do Registo del Rei nosso senhor, das cartas e alvaras*, fl. 213-213 v. in “A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro” (Catálogo da exposição organizada pelo Arquivo Histórico Municipal do Porto), Porto 1990, p.89.

²⁷ Regimento *da Alfândega da Cidade do Porto*, Coimbra, 1754, p. 64-65, in “A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro” (Catálogo da exposição organizada pelo Arquivo Histórico Municipal do Porto), Porto 1990, p. 93.

²⁸ SILVA, António Salgado da – *Collecção de Legislação Portuguesa...*, (1763-1774), p. 365-368. in “A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro” (Catálogo da exposição organizada pelo Arquivo Histórico Municipal do Porto), Porto 1990, p.94.

²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 94 e 95.

Assim, tudo parece indicar que, anteriormente a 1768, e aliado à honraria, coubesse um elevado estatuto remuneratório à função de Juiz da Alfândega do Porto, do qual o documento de 1706 não dá notícia.

a) *A Junta do Comércio*

Dotada de um corpo administrativo próprio existia no Porto a *Junta do Comércio*. Embora esta designação sirva para identificar sobretudo o organismo criado por D. José I, por Decreto de 30 de Setembro de 1755, cujos estatutos datam de 12 de Dezembro do ano seguinte – *Junta de Comércio destes Reinos e Seus Domínios* – a qual tinha por objecto disciplinar o comércio nacional³⁰, a verdade é que no Porto de inícios do Século XVIII existiu já um organismo, senão com as mesmas atribuições, pelo menos com a mesma designação. A sua estrutura funcional, ao contrário do organismo pombalino, não envolvia deputados que eram recrutados entre os principais homens de negócio credenciados nas praças de Lisboa ou do Porto. Para os inícios do Século XVIII, percebe-se uma estrutura mais simples da qual se salienta o Administrador que auferiu 200\$000 réis anuais de emolumentos, cargo bem remunerado já que muito próximo dos proventos que receberam o Governador da Relação e os mais bem pagos escrivães da Casa do Porto. O Escrivão da *Receyta da Junta do Comércio*, de emolumentos, recebeu 50\$000 réis anuais, pelo que ficou obrigado ao pagamento de 5\$000 réis de décima. O *Meyrinho* da mesma Junta e o respectivo escrivão percebiam rendimentos emolumentares mais modestos de 12\$000 e 10\$000 réis.

b) *A Ribeira do Ouro*

Na zona ribeirinha da freguesia de Massarelos ainda hoje são visíveis em actividade alguns barcos em reparação e outros mesmo em fase de construção. São resquícios do funcionamento de um dos vários estaleiros de construção naval que foram prósperos no Porto de outras épocas³¹. Em 1656 ali trabalhavam 147 calafates e carpinteiros³². Mais para finais do século XVII, os estaleiros do Ouro mantinham-se em franca actividade, com a encomenda de várias fragatas para os comboios das frotas do Brasil e a procura continuou e até se terá intensificado no decurso da Guerra da Sucessão de Espanha³³. Seguindo o nosso documento, à frente dos estaleiros do Ouro, em 1706, estava um *Superintendente*, coadjuvado por um *Feitor* e um *Tesoureiro*, sobre cujos proventos não foi lançada décima, já que a descontavam directamente na folha de pagamentos da Alfândega portuense relativa aos seus ordenados. O mesmo sucedia com os *oficiais da barca* e com os *oficiais Seculares do Eclesiástico* que, por ordem régia, estavam isentos da contribuição. Apenas conseguimos saber que o *Escrivão do Armazém*, recebeu de emolumentos 50\$000 réis.

A terminar

No conjunto do funcionalismo público do Porto dos alvares do Século XVIII a estrutura mais pesada era sem dúvida a Casa da Relação que comportava 100 funcionários. O seu quadro

³⁰ MACEDO, Jorge Borges de, *Junta do Comércio* in “Dicionário de História de Portugal” dir. SERRÃO joel, Vol. II, Porto, 1985, p. 107.

³¹ Desde o século XIV que é conhecida a indústria de construção naval na Ribeira da cidade, e esta actividade envolve no século XV, calafates e carpinteiros moradores na urbe e no Termo. CRUZ, António, *O Porto nas navegações e na expansão*, Lisboa, 1983, p. 149-150.

³² Idem, *Ibidem*, p. 158-159.

³³ SILVA, Francisco Ribeiro da, *Tempos Modernos*, in “História do Porto” Dir. RAMOS, Luís A. de Oliveira, (3ª edição), Porto, 2000, p. 300.

remuneratório indica claramente que os escrivães, salvo algumas exceções, eram os funcionários mais bem pagos pela *Casa do Porto*. A importância da função burocrática, a avaliar pela forma como era remunerada, estava neste caso claramente acima da função executiva dos juizes. Contudo, na Relação do Porto ninguém ganhava mais do que o *Governador*³⁴.

A Câmara comportava um corpo de 39 funcionários se excluirmos desse número os quatro vereadores e os dois procuradores do povo. Pelo estatuto remuneratório destacavam-se como vimos o *Correio-Mor* e o *Escrivão das contas da Fazenda*. Bem distanciados ficavam o *Procurador da Cidade*, o *Síndico* e o *Feytor dos Lovos* (sic). Os escrivães da Câmara, com excepção do *Escrivão das Contas da Fazenda* e do *Ver o pezo*, eram remunerados muito abaixo dos seus congêneres da Relação.

A Alfândega portuense totalizava um número 25 funcionários, excluindo os oficiais serventuários. Ficam-nos dúvidas se ao Juiz caberiam apenas 20\$000 réis por ano como consta do documento, face ao ordenado e emolumentos que lhe são fixados em 1768. O *Pezador e medidor* eram dos funcionários alfandegários que mais proventos obtinham pelo exercício da sua função a par dos que desempenhavam as tarefas burocráticas. Os escrivães da *Descarga*, da *Auditoria*, da *Receita da dízima*, da *Folba* e do *Consulado*, bem como o *Sellador* contam-se entre os funcionários mais bem pagos, embora também estivessem num plano inferior ao dos seus congêneres da Casa da Relação.

O Superintendente, *oficiais da barca* e os oficiais dos *Seculares do Eclesiástico* da Ribeira do Ouro, cujo número não é especificado no documento, eram remunerados através da folha da Alfândega e aí descontada a sua décima, pelo que ignoramos os seus ordenados e participações emolumentares.

Importa referir por último que, das várias estruturas administrativas a que se refere o documento, aquela que melhores remunerações proporcionava era sem dúvida a Casa da Relação, ou seja o sector judicial. As finanças públicas representadas pela Alfândega do Porto situavam-se num segundo patamar já que, por regra, funcionários da mesma área funcional ganhavam menos que os seus congêneres do sector judicial. Em terceiro lugar, o poder local emprega um conjunto de funcionários cujo estatuto remuneratório se situava abaixo dos restantes servidores da causa pública no Porto dos alvares do Século XVIII.

DOCUMENTO

Instituições constantes do Livro da Décima e Maneio relativo ao ano de 1706³⁵

	Montantes da décima em réis Casa da Relação
Quem exercitar o cargo de Governador das justiças pelas propinas que se lhe pagão na Relação vinte e dous mil reis	22\$000
O Doutor Chancellor pelas propinas, emolumentos catorze mil reis	14\$000
O Doutor Juiz da Coroa de propinas e emolumentos sete mil reis	7\$000
O Doutor Corregedor do Crime Francisco Puga Pinto e Antor de propinas e emolumentos sete mil reis	7\$000
O Doutor Corregedor do Crime Manoel Gomes da Costa e quem depoes de sua morte servio a dita vara, de propinas e emolumentos sete mil reis	7\$000

³⁴ Ainda assim igualado pelo Escrivão do Crime Manoel Alves Beça que auferiu 220\$000 réis de rendimento, ou seja 180\$000 réis que lhe cabiam como proprietário do cargo e 40\$000 réis pelo seu aluguer.

³⁵ AHMP, L. 1420, *Décima e Maneio*, fls. 351 a 359.

O Doutor Corregedor do Cível Manoel Ferreira, de propinas e emolumentos dez mil reis	10\$000
O Doutor Gaspar de Macedo, Ouvidor do Crime de propinas e emolumentos cinco mil reis	5\$000
O Doutor Miguel da Roza Pimentel, Ouvidor do Crime de propinas e emolumentos cinco mil reis	5\$000
O Doutor Francisco de Brito Homem, Ouvidor do Crime de propinas e emolumentos cinco mil reis	5\$000
O Doutor Francisco Saldanha Pissarro, Procurador da Coroa de propinas e emolumentos coatro mil reis	4\$000
Gaspar Cardozo de Carvalho, Dezembargador dos aggravos de emolumentos e propinas seis mil reis	6\$000
Manoel Pinto Monteiro, Dezembargador dos aggravos de propinas e emolumentos seis mil reis	6\$000
António Lopes de Carvalho, Dezembargador dos aggravos de propinas e emolumentos seis mil reis	6\$000
Manoel Chianho Sanchez, Dezembargador dos aggravos de propinas e emolumentos seis mil reis	6\$000
Alexandre Ferreira, Dezembargador dos aggravos de propinas e emolumentos seis mil reis	6\$000
João Correia Homem, Dezembargador dos aggravos de propinas e emolumentos seis mil reis	6\$000
Henrique Carneiro Girão, Dezembargador dos aggravos de propinas e emolumentos seis mil reis	6\$000
Francisco Ribeiro Lima, Dezembargador extravagante de propinas e emolumentos seis mil reis	4\$000
Francisco Cordeiro da Silva, Dezembargador extravagante de propinas e emolumentos seis mil reis	4\$000
João Coronel, Dezembargador extravagante de propinas e emolumentos seis mil reis	4\$000
Jacinto de Siqueira, Dezembargador extravagante de propinas e emolumentos seis mil reis	4\$000
Manoel de Figueiredo Loureiro, Dezembargador extravagante de propinas e emolumentos seis mil reis	4\$000
Francisco Soares Galhardo, Dezembargador extravagante de propinas e emolumentos seis mil reis	4\$000
Francisco de Brito Homem, Dezembargador extravagante de propinas e emolumentos seis mil reis	4\$000
Mais hum Dezembargador extravagante de propinas e emolumentos seis mil reis	4\$000
O Doutor Hyeronimo da Cunha Pimentel allem da addição assima por Conservador dos Inglezes cinco mil reis	5\$000
O Guarda Mor da Rellação de propinas e emolumentos, catorze mil reis	14\$000
Manoel Coelho Guarda Menor, de propinas e emolumentos oito mil reis	8\$000
Gonçallo de Oliveira, Guarda Menor, de propinas e emolumentos mil reis	1\$000
Joseph Rodrigues, Guarda Menor, de propinas e emolumentos coatro mil e oitocentos reis	4\$800
Sebastião da Cunha, Guarda Menor, de propinas e emolumentos dous mil reis	2\$000
O Thezoureiro das Despezas, de propinas e emolumentos oito mil reis	8\$000
O Thezoureiro dos Depósitos Geraes, de propinas e emolumentos dous mil reis	2\$000
O Escrivão das Despezas, de propinas e emolumentos oito mil reis	8\$000
O Distribuidor da Rellação, de propinas e emolumentos treze mil reis	13\$000
O Porteiro da Chancellaria, de propinas e emolumentos mil e duzentos reis	1\$200

O Escrivão dos agravos, Francisco da Motta pelo proprietario dezasseis mil reis e pelo que lucra quatro mil reis	20\$000
--	---------

Escrivães das Apelações Cíveis

Luiz Vaz de Sequeira Gonçalo, proprietario dezasseis mil reis	16\$000
E pelo que lucra quatro mil reis	4\$000
	20\$000

Domingos de Seixas Vahia digo (sic) Manoel Leite Peixoto pelo proprietario dezasseis mil reis	16\$000
E pelo que lucra quatro mil reis	4\$000
	20\$000

Veríssimo Nunez, pelo proprietario dezasseis mil reis	16\$000
E pelo que lucra quatro mil reis	4\$000
	20\$000

Bento Gomes Delgado, Escrivão do Crime e Chancellaria, pelo proprietario e pelo que lucra vinte e seis mil reis	26\$000
---	---------

Manoel Alves Beça, Escrivão do Crime, pelo proprietario dezoito mil reis	18\$000
E pelo que lucra quatro mil reis	4\$000
	22\$000

Escrivães da Vara

Miguel Ruiz de Oliveira, pelo proprietario, quatro mil e quinhentos reis	4\$500
E pelo que lucra, mil reis	1\$000
	5\$500
O Outro Escrivão da Vara, pelo proprietario, quatro mil e quinhentos reis	4\$500
E pelo que lucra, mil reis	1\$000
	5\$500

Enqueredores da Rellação

António Pereira da Sylva, proprietario, quatro mil reis	4\$000
---	--------

Bento Pacheco, pelo proprietario, trez mil reis	3\$000
E pelo que lucra, mil reis	1\$000
	4\$000

Manoel António Lobato, pelo proprietario, trez mil reis	3\$000
E pelo que lucra, mil reis	1\$000
	4\$000

O Escrivão dos degredados e Solicitador das Justiças, quatro mil reis	4\$000
---	--------

Escrivães da Correyção do Cível

Manuel Vieira Pedrozo, pelo officio que serve, dezasseis mil reis	16\$000
Luís da Fonseca, proprietario, dezasseis mil reis	16\$000
Thomas de Souza Machado, proprietario, abatidos os 50\$000 réis que paga de alimentos a sua may, doze mil reis	12\$000

O contador da Relação, dezasseis mil reis	16\$000
O Escrivão da Coroa e Comissões António Teixeira da Costa pelo que lucra, seis mil e quinhentos reis	6\$500
E se não lança o proprietário por estar pagando juros de mais de 30.000 cruzados	
O Escrivão da nação Inglesa, mil e duzentos reis	1\$200
O Escrivão da nação Olandesa, oitocentos reis	\$800

Escrivães das apelações

Luíz da Silva Barboza, proprietário, onze mil reis	11\$000
João Vieira de Carvalho pelo pelo proprietário dez mil réis e pelo que lucra dous mil reis	12\$000
O Escrivão da Chancelaria, cinco mil reis	5\$000

Meyrinhos da Rellação

João Vaz Freyre havendo respeito ao dinheiro que tomara a juro para a compra da vara, dous mil reis	2\$000
Giraldo Pinheiro pelo proprietário quatro mil reis e pelo que lucra mil e seiscentos reis	5\$600

Lansamento dos officiaes da Correyção da Comarca

O Doutor Corregedor e Procurador desta Comarca, de propinas e emolumentos, quatro mil reis	4\$000
O Escrivão da Correyção e Chancelaria, quatro mil reis	4\$000
O Escrivão da Correyção e Chanceler pelo proprietário tres mil reis attendendo a não ter emolumentos	3\$000
O Escrivão da Correyção pelo proprietário, dous mil e quinhentos reis	2\$500
O Escrivão da Provedoria pelo proprietário, dez mil reis	10\$000
O Escrivão da Conservatória da Moeda, seis mil reis	6\$000
O Meyrinho da Correyção, seis mil reis	6\$000
O Contador Distribuidor e Enqueredor pelo proprietário quatro mil reis e pelo que lucra mil	5\$000
O Porteiro do juízo, mil reis	1\$000
O Procurador dos Rezíduos e Captivos, seiscentos reis	\$600

Juizo Geral

O Doutor Juiz de Fora do Geral, quatro mil reis	4\$000
Os nove Escrivães do mesmo juizo pagarão cada hum pelos proprietários oito mil reis que importarão setenta e dous mil reis e não se lança aos lucros dos serventuários pelos não terem no tempo presente	72\$000
Os quatro tabelliães das nottas pagarão cada hum de emolumentos oito mil reis de que os serventuarios pagarão a quarta parte e os proprietários as trez partes que tudo faz soma de trinta e dous mil reis	32\$000
O Serventuário Domingos Ventura de que he proprietario Francisco da Silva Malafaya pelo proprietário pagara trez mil reis e havendo respeito a pagar alimentos a sua may e pelo que lucra dous mil reis que faz tudo cinco mil reis	5\$000
O Destribuidor Contador e Enqueredor deste juizo pelo proprietario dous mil reis e pelo que lucra mil reis	3\$000
Os sinco Enqueredores e Contadores deste juizo pagarão cada hum pelos	

proprietarios mil reis, que tudo soma sinco mil reis de que os serventuarios pagarão a quarta parte	5\$000
O Destribuidor dos tabelliães pelo que lucra quatrocentos reis	\$400
O Alcayde da Cidade pelo que lucra quatro mil e oito centos reis	4\$800
O Escrivão da Vara do Alcayde mil e quinhentos reis de que o proprietário pagará duas partes	1\$500

Juizo dos Orphãos

O Doutor Juiz dos Orfãos de emolumentos, quatro mil reis	4\$000
Os trez Escrivães dos Orphãos cada hum oito mil e seiscentos reis, de que os serventuários pagarão a quarta parte, que tudo faz vinte cinco mil e oitocentos reis	25\$800
O Escrivão do Concelho de Refoyos quatro mil reis de que o serventuário pagará a quarta parte	4\$000
O Licenciado André de Souza e Mello Contador, Repartidor e Enqueredor, quatro mil reis	4\$000
O outro partidor dos Orphãos, dous mil e quinhentos reis	2\$500

Officiaes da Camara

Os quatro Vereadores cada hum quatro mil reis de propinas e emolumentos, dezasseis mil reis	16\$000
O Procurador da Cidade quatro mil reis	4\$000
O Escrivão da Camara Joseph Pitta Calheiros pello tempo que servio mil e quinhentos reis	1\$500
Diogo Leyte Pereira pelo tempo que serve que he de trez de Abril the o fim do anno trez mil reis	3\$000
O Síndico da Camera pelas propinas e emolumentos quatro mil reis	4\$000
O Thezoureiro da Cidade dous mil reis	2\$000
O Porteiro da Camera dous mil e duzentos reis	2\$200
O Escrevente da Camera dous mil e quinhentos reis	2\$500
O Agente da Camera mil e duzentos reis	1\$200
Os Procuradores do Povo mil e duzentos reis	1\$200
O Escrivão da Almotaçaria dous mil reis	2\$000
O Repezador do Assougue mil e duzentos reis	1\$200
O Meyrinho do Senado trez mil reis. Não se lança ao Serventuario por constar não ter lucro ao tempo presente	3\$000
O Varejador digo (sic) o Pareador da cidade se lhe não lençou conta este anno decima por constar a elle Doutor Prezidente não ter este anno rendimento algum	
O Contrastador e Ensayador do Ouro trez mil reis	3\$000
O Correyo mor dez mil reis	10\$000
O Medico da Saude duzentos reis	\$200
O Chyurgião da Saude quatrocentos reis	\$400
O Escrivão dos Captivos mil e duzentos reis	1\$200
O Ensayador da prata per sy e proprietario mil e duzentos reis	1\$200
O Dezembargador Gaspar Macedo Juiz do Cofre trez mil e quinhentos reis	3\$500
O Contador do Cofre mil reis	1\$000
Os dous Guardas mores da Saude de emolumentos e ordenados dous mil reis	2\$000
Joseph Branco Ferreira, Feytor dos Lovos pelos emolumentos quatro mil reis	4\$000
O Guarda Menor da Saúde siescentos reis	\$600

O Aferidor dos pesos e contrastes da prata mil e quinhentos reis 1\$500

Officiaes da Fazenda

O contador da Fazenda pelos emolumentos de cizas e conservatória das contas seis mil réis 6\$000
 O Escrivão das Contas de emolumentos dez mil reis 10\$000
 O Porteiro da Conta \$900
 Manoel da Costa Marques Escrivão das Cizas da Cidade e Concelho de Gaya mil e trezentos reis 1\$300
 O Juiz das Cizas quatrocentos e oitenta reis \$480
 O Escrivão da Ciza dos Vinhos mil e outocentos reis 1\$800
 O Thezoureiro da Impozição dos Vinhos trez mil e seiscentos reis 3\$600
 O Escrivão da Impozição dos Vinhos trez mil e seiscentos reis 3\$600
 O Varejador dos Vinhos mil e duzentos reis 1\$200
 O Executor do Almojarifado dos doze mil reis da aposentadoria mil e duzentos reis 1\$200
 O Escrivão do Real d'agua mil e oito centos reis 1\$800
 O Escrivão dos novos direytos mil reis 1\$000
 O Escrivão do ver o pezo dos sincos quatro mil e quinhentos reis 4\$500
 O Escrivão do verde e ortalice oitocentos mil reis \$800
 O Meyrinho das Cartas mil reis 1\$000
 O Escrivão da Conservatória das cartas mil e outocentos reis 1\$800

Officiaes da Alfandega

Juiz da Alfândega de emolumentos dous mil reis 2\$000
 O Escrivão da Receyta da dizima da Alfandega e Almojarifado oito mil reis 8\$000
 O Escrivão da Receyta da Falha da Alfandega oito mil reis 8\$000
 O Escrivão da Descarga de emolumentos dezasseis mil reis 16\$000
 O Porteyro da Alfandega e Escrivão da Auditoria de emolumentos dezasseis mil reis 16\$000
 O Escrivão do Consulado de emolumentos oito mil reis 8\$000
 O Thezoureiro do Consulado de emolumentos tres mil reis 3\$000
 O Escrivão dos Feitos do Mar mil reis de que he proprietário o escrivão da descarga 1\$000
 O Escrivão dos Feitos do Mar mil e duzentos reis 1\$200
 O Pezador e Medidor da Alfandega dezasseis mil reis 16\$000
 O Destribuidor, Enqueredor e Contador de emolumentos mil e quinhentos reis 1\$500
 Os quatro Guardas da Alfandega cada hum quatro mil reis 4\$000
 O Escrivão das Marcas e Sellos digo (sic) das Marcas 3\$000
 O Meyrinho da Alfandega de emolumentos trez mil reis 3\$000
 O Sellador da Alfandega pellos emolumentos doze mil reis 12\$000
 O Feytor e Procurador dos portos secos pelo ordenado dos Contratadores oito mil reis 8\$000
 Os Trez guardas do Consulado seis mil reis 6\$000
 O Guarda mor da Alfandega pelos emolumentos dous mil e quinhentos reis 2\$500
 O Escrivão da Impozição do sal pelos emolumentos seiscentos reis \$600
 O Thezoureiro dos Donativos e os dous feitores da Alfandega se não lança por não terem emolumentos, e pagarem dos ordenados na folha

Todos estes officios que tiverem serventuários pagarão estes a quarta parte

Não se faz lansamento aos officiaes da Alfandega do Tabaco porque muitos destes officiaes se extinguirão, e os que há sem somente o ordenado na folha da mesma Alfandega aonde pagão.

Officiaes da Junta do Comercio

O Administrador dos emolumentos vinte mil reis	20\$000
O Escrivão da Receyta da Junta de emolumentos cinco mil reis	5\$000
O Meyrinho da Junta de emolumentos mil e duzentos reis	1\$200
O Escrivão do dito Meyrinho mil reis	1\$000

Ribeyra do Ouro

Aos Superintendente, Feytor, e Thezoureiro, e Feytor da Ribeyra se lhes não lansa porque pagão na folha da Alfandega de seus ordenados

O Escrivão do Armazem de emolumentos cinco mil reis	5\$000
---	--------

Não se lansa aos officiaes da barca porque pagão na folha da Alfandega pellos seus ordenados

Não se lansa aos officiaes Seculares do Ecleziastico, por Sua Majestade que Deus guarde assim o determinar.

Diogo Leite Pereira o fiz escrever com a acistencia do Doutor Maonel de Monte Lança do Dezembargo de Sua Majestade e seu Dezembargador e Provedor nesta Comarca do Porto prezidente deste lansamento aos vinte e coatro dias do mês de Dezembro de mil sete centos e seis annos o qual elle assignou e eu sobredito o escrevy

Manoel de Monte Lança

Soma este caderno	1.007\$880
-------------------	------------

Estratégias para o património museológico da Universidade do Porto *

Armando Coelho Ferreira da Silva **

A Universidade do Porto reuniu ao longo da sua história um valioso património museológico constituído por expressivas colecções de naturezas e contextos diversificados, em número e qualidade, que testemunham o cumprimento da sua missão institucional através de uma intensa actividade de investigação, ensino e cultura ao serviço do desenvolvimento social e comunitário.

Grande parte dos materiais foram objecto de recolhas levadas a cabo durante quase dois séculos de existência, desde os tempos primordiais da Academia Real da Marinha e do Comércio, para fins pedagógicos, específicos dos diversos ramos científicos, assim se formando colecções, que ainda hoje cumprem a sua função didáctica.

Outros, porém, face à evolução natural da ciência, foram perdendo a sua utilidade inicial. Mas ficaram guardados, como quem está à espera de se ver um dia retirado do esquecimento, para adquirir uma nova função.

Entrados num museu, o que está em causa já não é a sua função utilitária.

Ao remeter-nos para um passado desaparecido, apontam para qualquer coisa que já não está lá, referindo-se a uma realidade invisível.

Ao observá-los, como visitante, ou ao expô-los, como museólogo ou conservador, assimilam-se conhecimentos sobre os antigos instrumentos, aprendem-se as técnicas passadas, apercebemo-nos de outras condições de investigação, exprimem-se sentimentos e convicções.

A sua nova função é, agora, uma função significante, formando, no seu conjunto, um sistema de objectos com capacidade de transmitir, como em caleidoscópio, uma diversidade de representações.

Muitos outros, desde a sua origem, foram portadores desta função significante.

Produzidos, não somente para terem um valor de uso, mas também para estarem expostos aos mais diversos olhares, ou para remeter para algo de etéreo, estes objectos, ao longo da sua história, nunca mudaram de categoria, funcionando desde a sua criação como quem subiu ao *firmamento dos corpos fixos*, na expressão poética de Keats.

Só que, musealizados, mudam de finalidade e de significação, assumindo, no quadro geral da função semiológica, uma finalidade particular, suscitando interrogações e reacções diferentes das que provocavam quando cumpriam a sua função original.

No primeiro grupo, a que podemos chamar *sistema de coisas*, segundo Krysztof Pomian¹, poderão caber diversas colecções de mineralogia, zoologia e botânica do actual Museu de História Natural ou de Engenharia de Minas, entre outros fundos.

A sua integração num discurso museológico de maior amplitude, não diminuirá, antes acrescentará uma mais valia à sua função pedagógica.

Ao segundo grupo, que aparentemente compõe um mero conjunto de *restos*, pertencerão as variedades do notável equipamento científico ou didáctico essencialmente proveniente

* Conferência, Dia da Universidade, 22 de Março de 1999.

** Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Krysztof Pomian, Musée et patrimoine, in H. P. Jeudy (dir.), *Patrimoine en folie*, Éd. Maison des sciences de l'homme, Paris, 1990, p. 177-198.

dos Departamentos de Física e Química, ou já dos seus antecessores Gabinete de Physica e Laboratorio Chimico, do Instituto Geofísico, do Laboratório Astronómico, do núcleo da Faculdade de Engenharia, e ainda as colecções do Museu da História da Medicina e do núcleo de Farmácia, com referência aos seus antecedentes, a Escola Médico-Cirúrgica e a Escola de Farmácia anexa, fundada por Passos Manuel em 1836.

Telas, esculturas, desenhos, estampas e outras criações das Belas-Artes e da Arquitectura, assim como os notáveis complexos tecno-económicos e as expressões simbólicas que resultaram de conhecidos trabalhos arqueológicos e recolhas etnológicas compoem o último grupo.

Este afluxo secular de objectos, de natureza muito variável e de proveniências espaço-temporais muito diversificadas, obriga a uma arquitectura adaptada ao seu conteúdo, para a qual se propõe, em consideração à sua história e à organização das colecções, uma estrutura polinuclearizada.

Parece consensual que a disponibilização das instalações, onde hoje decorre esta celebração universitária, *abre perspectivas de uso dos seus actuais espaços a funções de interesse de toda a Universidade no edifício que melhor a simboliza*, segundo as palavras de Alexandre Alves Costa.

Nele poderão sediar-se os serviços centrais do Museu da Universidade e congregar os núcleos mais próximos das Ciências Naturais e Exactas, *lato sensu*.

As colecções de Arqueologia e de Antropologia Cultural, algumas delas com referência à antiga Faculdade de Letras, poderão constituir pólos activos deste Museu, cuja instalação poderá simultaneamente servir a valorização de edifícios classificados do Centro Histórico e a lógica da construção de um novo corredor cultural que, na linha da muralha fernandina, signifique o alargamento do reforço cultural da cidade do Porto.

Como sabemos, o edifício da Academia Real da Marinha e Comércio, onde nos encontramos, é dos mais representativos do neoclassicismo portuense, iniciado na primeira parte do século XIX, com primeiro projecto de José da Costa e Silva e com modificações de Carlos Amarante.

Por sua vez, a casa de S. João Novo, obra do arquitecto António Pereira, executada a partir de 1725 para Pedro da Costa e Silva, é pela sua qualidade de fachada o exemplar mais expressivo da arquitectura civil do Porto da primeira metade do século XVIII, que só tinha paralelo na demolida casa Monteiro Pereira, situada no Campo das Hortas, na actual Praça da Liberdade.

Em colaboração inter-institucional, poderá renovar-se, senão refundar-se, em conteúdo e objectivos, segundo julgamos saber ser intenção da entidade da tutela, o Museu Etnológico do Porto, que aí funciona, abrindo mais uma porta da cidade à região e ao mundo.

Entre os dois, após a Cadeia da Relação e o Arquivo Distrital, às Taipas, haverá lugar para outro núcleo museológico, quando disponibilizadas as instalações do Departamento de Cálculo Matemático, que poderá vir a formar um notável conjunto arquitectónico com a casa Leite Pereira, antiga casa do correio-mor de Coimbra, Francisco Zuzarte Maldonado, e adquirida por volta de 1734 por D. Maria Leite Pereira de Melo, a exigir, como a anterior, urgente recuperação.

E entre as possibilidades para patrimónios tão singulares, como os das Belas Artes e da Arquitectura, fica apenas a sugestão do seu relacionamento com os programas da Casa-Museu Abel Salazar e do Instituto Marques da Silva, cujos legados são obrigação da Universidade do Porto valorizar.

A sua instalação em monumentos classificados implicará intervenções arquitectónicas adequadas à sua funcionalidade, conforme procuram ser, antes de tudo, os novos museus.

Ora, ser funcional é tornar mais fácil e agradável o acesso do público aos objectos expostos, garantindo-lhes seguro contra incêndios, de tão má memória para as Faculdades de Ciências e de Farmácia, e assegurando-lhes protecção contra a influência dos factores físico-químicos e outros elementos, que muitas vezes invadem como pestes as nossas colecções, e protecção contra o roubo e mais desmandos.

Depois, é necessário criar condições para adaptação dos objectos conforme a sua natureza, ordenando-os segundo a sua proveniência e a sua história, a sua tipologia e as suas afinidades formais ou sobre outros critérios de que se possa justificar a sua validade.

Através das suas colecções e programas, os museus contribuem para o enriquecimento da experiência humana, estimulando a curiosidade, divertindo e enriquecendo o saber.

Lugares privilegiados para descobrir a nossa criatividade e a nossa memória colectiva, eles são verdadeiras *janelas para o mundo natural e físico que nos rodeia*.

Os museus de hoje podem ser lugares vivos, cheios de exposições imaginativas, apresentar peças de teatro, *workshops*, concertos, conferências e tantas outras actividades, que podem ajudar a melhor compreender as colecções em exposição.

Nos *bastidores*, fica a engrenagem extremamente complexa, que permite que os museus estudem, preservem e exponham o património cultural de um mundo que também não pára!

As colecções museológicas, na sua totalidade representam toda a diversidade do nosso património científico, natural e cultural. Salvaguardadas e cuidadas por museus são um dos maiores bens do mundo. Reconhecer este significado específico das colecções museológicas é realçar o serviço essencial que o museu presta à comunidade.

As diferentes formas de expor os objectos variam com o tempo, com o espaço e com as pessoas, mas as colecções permanecem e é, por isso, que os museus são particularmente responsáveis pela salvaguarda e interpretação desta herança.

Com efeito, os museus, como instituições dinâmicas, obrigam-se não só ao desenvolvimento das colecções, mas também a responder activamente a novas audiências e desafios, assumindo urgentemente as suas responsabilidades de investigação, conservação e comunicação, tornando este património actuante junto da sociedade onde se integra.

Implementar um projecto museológico global e integrado será uma tarefa forçosamente interdisciplinar, com recurso às diversas especialidades em colaboração com os saberes da museologia, que se obrigam a um desempenho profissional. A sua execução contribuirá certamente de forma decisiva para o enriquecimento do panorama cultural da cidade, podendo porventura vir a ocupar um lugar insubstituível na rede nacional de museus.

Na sequência de intervenções anteriores sobre o papel dos museus universitários, desde o primeiro estudo de 1943 da autoria do Professor J. R. Santos Júnior sobre os museus da Faculdade de Ciências às acções comemorativas do septuagésimo quinto aniversário da Universidade e centésimo quinquagésimo aniversário da Academia Politécnica do Porto e com mais realce para o projecto Alma Mater, esta iniciativa pretende fomentar a reflexão e o debate para o delinear de estratégias de valorização do património museológico da Universidade para que, nesta circunstância, ousamos lançar alguns tópicos.

A musealização do universo patrimonial da Universidade, de que a exposição ora promovida sob a epígrafe *imagens do saber* representa uma reduzida selecção, deverá assentar na sua capacidade de transmitir e receber significações que se reportem, em especial, à sua história e aos seus contextos, com realce para as especificidades da sua mensagem.

Após um momento inicial marcado por uma preocupação, quase exclusiva, de coleccionar, a Universidade assume agora as suas responsabilidades éticas e legais de salvaguarda e exploração destas colecções.

Salvaguardar e explorar envolve as actividades necessárias à sua preservação, ao controlo intelectual, recolhendo e registando informação, à segurança e, ainda, todas as actividades que permitam tornar acessíveis, a investigadores, e ao público em geral, estes valiosos recursos.

Tempo, programação, investimento humano e financeiro e, até por vezes, o adiar de outros projectos mais gratificantes, são requisitos fundamentais. Só assim deixaremos de ser meros repositórios de objectos.

Nestas circunstâncias, o Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras manifesta o seu empenho em contribuir para a concretização daquilo que interpreta como imperativo da inteligência e da consciência patrimonial da Universidade. Que em breve se torne em bem de prestígio, dom e troca entre a comunidade universitária e a sua cidade, no quadro da sua capitalidade cultural.

Barcos com rodas em procissões e cortejos e batalhas com fortalezas. Tradições Medievais que perduraram no Brasil

Carlos Francisco Moura

Câmara Cascudo, comentando a tradição de uma barca empavesada, puxada pelos fiéis, com a imagem ou o mastro votivo, na festa de S. Benedito, no estado do Espírito Santo, comenta “essa barca de rodas, levada triunfalmente pelos devotos, é uma reminiscência típica de cultos desaparecidos de origem asiática”. E cita como exemplos, o carro em forma de nave, de Isis Pelagia ou Fária, no Egito, e o carro panatenáico, com mastro e verga com o *peplum* da deusa Atenas, nas procissões das grandes Panatenéias, em Atenas¹.

Cirlot no *Dicionário de Símbolos*, diz que o barco era objeto de culto na Mesopotâmia, Egito, Creta e Escandinávia, e sugere uma curiosa etimologia para a palavra *carnaval*: *carrus navalis*. Na *Gesta abbatum Trudonensium*, acrescenta, se relata que, em 1133, um lavrador de Indem fez construir em barco com rodas, e com ele percorreu várias regiões, sendo recebido com festas nos locais por onde passava².

As origens evidentes dessas tradições do Brasil remontam à Idade Média Portuguesa.

Em Portugal

A procissão de *Corpus Christi*, instituída pelo papa Urbano IV em 1264, tornou-se o mais grandioso préstito português. Segundo alguns autores, começou a ser realizada no país nos últimos anos do reinado de D. Afonso III, que faleceu em 1279. A partir do reinado de D. João I (1385-1438) passou a contar com representações das corporações dos oficiais mecânicos, cada uma com participantes vestidos a caráter personificando figuras bíblicas, mitológicas ou alegóricas, com bandeiras, símbolos e emblemas. E embarcações eram conduzidas pelas corporações ligadas à construção naval e às fainas marítimas.

O *Livro dos Pregos*, da Câmara Municipal de Lisboa, informa que os carpinteiros da ribeira e os calafates conduziam “a nau e a galé”. Várias outras corporações conduziam “castelos”: os correeiros, 12, os curtidores, 14, os tosadores, 12. Os alfaiates iam “com a torre e a serpe”, e os tanoeiros com outra torre³.

O *Acordo e Regimento* para a procissão na cidade do Porto, aprovado por alvará de 15/07/1620, prescreve: “Irá a Nao de São Pedro, com bandeira da Confraria, que acompanharão os Mestres Pilotos, Marianes de Miragaya, com suas tochas”, e acrescenta: “a Nao se pintará, e reformará cada anno”⁴.

Naus e mareantes entraram para a cena quando o teatro português ainda engatinhava.

Nos grandiosos festejos promovidos por D. João II em Évora para solenizar o casamento do herdeiro D. Afonso com a Infanta Isabel, filha dos Reis Católicos, foram encenados *momos* e *entremezes*, nos quais figuraram batéis, naus e mareantes. Garcia de Resende na *Chronica dos Valerosos e Insignes Feitos del Rei Dom Ioam II, de Gloriosa Memoria* descreve-os em pormenor.

¹ Luís de Câmara Cascudo, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, pp. 144/5.

² Jean-Eduardo Cirlot, *Dicionário de Símbolos*, p. 106

³ J. Ribeiro Guimarães, *Sumário de Vária História*, v. IV, pp. 40/41.

⁴ *Idem, ibidem*, p.14.

No primeiro dia das oitavas do Natal de 1490 foram ultimados os preparativos. No dia seguinte começaram as representações, e, com uma cenografia que representava o mar, entraram em cena nove batéis grandes, e depois “uma nau à vela, coisa espantosa, com muitos homens dentro, e muitas bombardas, sem ninguém ver o artifício como andava, que era cousa maravilhosa”.

“Antre os quaes el Rey entrou primeiro para desafiar a justa, que auia de manter com inuenção, e nome de caualleiro do Cirne, e veio com tanta riqueza, e galantaria, quanta no mundo podia ser. Entrou pollas portas da sala com noue bateis grandes, em cada hum seu manteedor, e os bateis metidos em ondas do mar feytas de pano de linho, e pintadas de maneira que parecia agoa. Com grande estrondo de artelharia que tiraua, e trombetas, atabales, e menistres altos que tangião, e com muytos gritos, e alvoroços de mestres, contramestres, e marinheiros, vestidos de brocados, e sedas com trajos dalemães, e os bateis cheyos de tochas, e muytas velas douradas acesas, com toldos de brocado, e muytas e ricas bandeyras. E, assi vinha hua nao á vella, cousa espantosa, com muytos homens dentro, e muytas bombardas, sem ninguem ver o arteficio como andaua, que era cousa marauilhosa”⁵.

Uma fortaleza foi construída para os festejos: “El Rei com oito mantedores manteve a Tea em uma fortaleza de madeira singularmente feita, onde todos estavam de dia e de noite”⁶.

Na *Miscelânea*, Garcia de Resende volta a referir-se aos batéis e à nau que entraram em cena.

“E que sala da madeyra
que ficara por memoria,
real em tanta maneira,
de perfeições tam inteira,
de tanta mundana gloria?
touroz inteiros assados,
nao, batés apendoados
por ingenho nella entrauão,
entremeses que espantauão,
huns ydos, outros entrados.”⁷

Rui de Pina na *Cronica de El Rei D. João II*, descrevendo as mesmas festas, menciona “uma grande frota de grandes naus”.

“E aa terça feira logo seguinte, ouve na salla da madeira, excellentes, e mui ricos momos, antre os quaes ElRey pera desafiar a Justa, que avia de manteer, veeo o primeiro momo, envencionado Cavaleiro do Cirne com muita riqueza, graça, e gentileza, porque entrou pelas portas da salla com hua grande frota de grandes naos, metidas en panos pintados de bravas, e naturaes ondas do mar, com grande estrondo d’artelharias que jogavam, e trombetas, e ataballes, e manistrees que tangiam, com desvairadas gritas, e alvoroços d’apitos, de fengidos Mestres, Pillotos e Mareantes vestidos de brocados, e sedas, e verdadeiros, e ricos trajos d’Alemães. Os toldos das naaos eram de brocado, e as vellas de tafeta branco, e roxo, e a cordalha d’ouro, e seda, povoado, e cheo tudo de vellas, e candeas douradas acesas. As bandeiras quadradas de baixo, e os Estandartes das Gaveas eram das Armas

⁵ Garcia de Rezende, *Chronica dos Valerosos e Insignes Feitos del Rei Dom Ioam II, de Gloriosa Memória*, p.178.

⁶ o.c.

⁷ Garcia de Resende, *Miscellanea*, p.340.

d'ElRey, e da Princesa; vynha diante da frota sobre agoa hu grande, e fermoso Cirne com as penas brancas, e douradas, e apos elle na proa da primeira naao vynha o seu Cavaleiro guiado delle (...).”⁸

Nas representações e *momos* dos festejos de Natal de 1500 na corte do rei D. Manuel figurou um “bergantim artificialmente feito”, como se lê na carta datada de 25 de dezembro enviada aos Reis Católicos pelo embaixador Ochoa Ysasaga.

“Depois disso vieram oito romeiros que iam a Santiago, com seus bordões e conchas, num bergantim artificialmente feito, e, chegando à porta da sala, desembarcaram e um, em nome de todos, entregou a el rei um escrito (...).”⁹

Na *Tragicomédia da Nau d'Amores*, de Gil Vicente, representada em Lisboa em 1527, mareantes e uma nau entram em cena.

“Foi posta no serão, onde se esta obra representou, u'a Nau da grandura de um batel, aparelhada de todo o necessário pera navegar, e os Fidalgos do Príncipe tiraram suas capas e ficaram em calções e gibões de brocado, como carafates; os quais começam a carefetar a Nau com escoparos e maçanetas douradas, que para isso levavam, ao som desta cantiga:”¹⁰

Uma galera aparelhada como um galeão da Índia entrou em cena na *Real Tragicomédia del Descubrimiento y Conquista del Oriente*, grandiosa peça do pe. Antônio de Sousa representada pelos alunos dos jesuítas perante Filipe III, em agosto de 1619, em Lisboa.

“(...) uma galera de mais de trinta palmos de popa a proa, com toda a cordoalha e enxárcias, que soe levar um galeão da Índia, perfeita e acabada, que até a sineta levava; assim levava dez peças de bronze, quatro por banda, e duas na proa, que no palco se dispararam, fazendo salva a sua Majestade e Alteza”¹¹.

Na procissão cívica realizada em 10 de junho de 1880 em Lisboa em comemoração ao centenário de Camões, desfilou um galeão português do século XVI puxado por cavalos; houve também carros do Comércio e Indústria, das Colônias, da Arte, Militar, dos Estudantes, da Infantaria e Cavalaria, e da Imprensa¹².

No Brasil

O costume de meter naus em procissões, cortejos, autos populares e peças teatrais, documentado em Portugal desde o século XV, também migrou para o Brasil.

Em 1584, no dia 21 de outubro, em comemoração às Onze Mil Virgens, informa Fernão Cardim, houve grande festa no Colégio da Bahia.

⁸ Rui de Pina, *Crônica de El Rei D. João II*, p.129.

⁹ Luiz Francisco Rebello, *O primitivo teatro português*, p.99.

¹⁰ Gil Vicente, *Copilaçam de todas as Obras de Gil Vicente*, v.II, p.121.

¹¹ Teófilo Braga, *História do Teatro Português – Teatro Clássico nos Séculos XVI e XVII*, p.168.

¹² Albino Forjaz de Sampaio, *História Ilustrada da Literatura Portuguesa*, v. 2, p. 351.

“E ela acabada, se ordenou a procissão dos estudantes, aonde levámos debaixo do pátio três cabeças das Onze mil virgens (...). Saiu na procissão uma nau à vela por terra, mui formosa, toda embandeirada, cheia de estudantes, e dentro nela iam as Onze mil virgens ricamente vestidas, celebrando seu triunfo.”¹³

Além da representação do triunfo das virgens dentro da nau, outros atores, de fora, personificando a cidade do Salvador, o Colégio dos Jesuítas e anjos, participaram do espetáculo. “De algumas janelas falaram a cidade, colégio, e uns anjos todos mui ricamente vestidos.”¹⁴
Houve os tiros de praxe, fogos de artifício, danças e outras representações.

“Da nau se dispararam alguns tiros d’arcabuzes, e o dia d’antes houve muitas invenções de fogo, na procissão houve danças, e outras invenções devotas e curiosas.”¹⁵

Prosseguiu, depois, a representação a bordo da nau, concluindo o verdadeiro auto com grande efeito cenográfico.

“À tarde se celebrou o martírio dentro na mesma nau, desceu uma núvem dos Céus, e os mesmos anjos lhe fizeram um devoto enterramento; a obra foi devota e alegre, concorreu toda a cidade por haver jubileu e pregação.”¹⁶

A *Carta Anua* de 1584 informa que a nau tinha oito rodas de madeira ocultas¹⁷.

Dos festejos realizados em 1763 no Rio de Janeiro, em comemoração ao nascimento de D. José, primogênito de D. Maria I, constaram corrida de touros, escaramuças, argolinhas, alcanzias e canas, danças de ciganos, dos *cajadinhos* com gaitas de fole e dos Cavaleiros Teutônicos. Houve ainda índios caçando, pardos e congos, desfile dos carros dos alfaiates, carpinteiros, pedreiros, marceneiros e sapateiros. E terminaram os festejos “com um castelo e navio de fogo que arderam”¹⁸.

Luís Edmundo, no livro *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis (1763-1808)*, descreve as festas do Espírito Santo na cidade, que terminavam com números de “pirotécnica simbólica e divertida”, e o combate entre a fortaleza e barcos, que ora chama de fragatas, ora de naus.

“Como último número dessa fantasiosa luminária, após saraivada vistósíssima de rojões, vinha sempre o combate da fortaleza com as fragatas. Ao meio ficava o forte, tendo uma nau de guerra de cada lado. O número, apesar de velho, interessava sempre. Fazia-se mister que a fortaleza ganhasse e as fragatas perdessem a incruentíssima batalha, que se travava. Rompia o inominável bombardeio entre *évohés* e palmas. Em dado momento, as naus, menos por falta de intrepidez que de pólvora, cessavam o fogo. Era a derrota confessada. Dominando o campo da luta, a fortaleza, no delírio da vitória, então salvava em direção ao povo, que recebia os chamuscos e aplaudia satisfeito”¹⁹.

¹³ Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, p.297.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p.297.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p.297.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p.297.

¹⁷ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. II, p. 609.

¹⁸ Vieira Fazenda, *Antiquálias e Memórias do Rio de Janeiro*, v.1, p.127.

¹⁹ Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis (1763 — 1808)*, p. 219.

Por fim, mediante um dispositivo, “o quadro que representava o forte, caía, deixando ver, em vez de um reduto de guerra, a imagem suavíssima de uma pomba, a do Divino Espírito Santo, de asa queda, de bico aberto, fulgindo entre luzes de várias cores”¹⁹.

Mais de três séculos depois das representações de Évora, na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Mato Grosso, em pleno coração da América do Sul, a mais de 3.600 quilômetros do mar pela rota das monções, vamos encontrar um navio participando de festejos e representações.

Em 1794, para as comemorações do nascimento da Princesa da Beira, os comerciantes da vila se ofereceram para mandar fabricar dois navios de madeira e representar duas óperas, como atesta o cronista Sequeira no seu *Compendio Historico Chronologico das Noticias do Cuyabá*.

“Apresentaram-se em câmara os comerciantes desta vila no dia 3 de novembro, oferecendo-se a um festejo público em demonstração do seu contentamento pelo mesmo motivo do nascimento da Senhora princesa da Beira, e aí unicamente concordaram que mandariam fabricar dois navios de madeira pintados e bem armados, dentro dos quais se fariam conduzir algumas danças, e fariam mais representar duas óperas no teatro que o senado mandava erigir.”²⁰

Não tendo sido possível aprontar os dois navios prometidos, eles fizeram apenas um, e, em substituição ao outro, uma fortaleza.

“Como os comerciantes destas Minas, pela falta de artífices, não puderam prontificar os dois navios que tinham oferecido para os aplausos da Sereníssima Senhora princesa da Beira, tomaram a resolução de fazer preparar um, e suprir a falta do outro com uma fortaleza, que fizeram erigir na praça desta vila, com quem (sic) houvesse de contender.”²¹

Os festejos foram realizados no início do ano seguinte de 1795.

“(…) e na tarde do dia 6, estando o povo junto na dita praça, pelas quatro horas entrou por ela aquela esperada embarcação armada em guerra com todos os preparativos próprios, cuja entrada lhe foi disputada pela fortaleza, disparando-lhe muitos tiros de peça, a que não correspondeu, procurando dar fundo defronte da fortaleza, o que fez muito airosamente; depois do que voltando um bordo lhe fez fortíssimo fogo, e logo passando ao outro desbaratou bastantemente a fortaleza, que se viu obrigada a investigar a causa daquele movimento, e sendo-lhe comunicada a gostosa e plausível ação que ali a levava, se deu a fortaleza por vencida, acompanhando os plausíveis festejos não só com bandeira de paz que logo levantou, como mesmo com vinte e um tiros que disparou em obséquio da Sereníssima Senhora princesa da Beira, fazendo o navio o mesmo.”²²

Depois do combate da nau com a fortaleza entra em cena mais uma representação de tema náutico: uma dança de rapazes que chegaram no bojo de uma baleia.

“Finda esta ação, apareceu sobre os mares em que estava a embarcação uma baleia, que abrindo a boca vomitou doze rapazes ricamente adereçados, que formando

²⁰ Joaquim da Costa Sequeira, *Compendio Historico Chronologico das Notícias do Cuyabá, Repartição da Capitania de Mato-Grosso*, p.27.

²¹ *Idem, ibidem*, p.28.

²² *Idem, ibidem*, p.29.

em terra uma bem ordenada dança, em que muito brilharam, deram aos espectadores excessivo gosto e satisfação; e finda a dança com despedidas ao povo, abrindo outra vez a boca a baleia, por ela se introduziram, e mergulhando esta se findou com a tarde a festa.”²³

Provavelmente os rapazes entraram em cena “vestidos à maruja”, como na mesma vila fizeram os participantes das festas de agosto de 1790:

“Apresentaram-se eles neste domingo, à tarde, em número de 12 figuras; os galãs vestidos à maruja, mas tudo de chita, maquedum e calças, com gravatas vermelhas, barretes também vermelhos guarnecidos ou estufados de branco, todos com cintas largas, vermelhas, de seda guarnecida de espiguilhas.”²⁴

Livro recente de memórias das Festas do Divino Espírito Santo, especialmente dos anos de 1923 e 1930 prova que o combate do navio com a fortaleza, em Cuiabá, chegou ao século XX, e era o ápice das comemorações.

“O ponto culminante da festa era a queima de fogos, entre os quais se destacava o combate de um navio de guerra com uma fortaleza. O navio, o Aquidabã, era provido de pistolões apontados para a fortaleza; e esta, feita de papel, também possuía o seu armamento visando o navio. A luta cerrada de numerosos pistolões a troca de tiros por tantas bocas de fogo era realmente empolgante. A fortaleza levava a pior, se incendiava. A multidão batia palmas e se divertia”²⁵.

Rubens de Mendonça, referindo-se às cavalhadas, que ainda nas primeiras décadas do século XX eram “o remate das festas profanas que seguiam às religiosas do Espírito Santo”, descreve a batalha da fortaleza com os cavaleiros, em vez de com a nau.

“Tinha início o torneio pelo assalto a um castelo, de bambu e alvo morim, armado a um canto da praça; de lá era retirada uma menina e o castelo incendiado: era o rapto de Helena, a lenda tão magistralmente descrita pelo cantor da *Ilíada*. Do rapto de Helena, por um salto que só o teatro pode dar, passava-se a uma luta entre mouros e cristãos que assim se dividiam, a pista circular iam os cavaleiros, um a um, dois a dois, terçar golpes de lanças, espadas e disparos de pistolas que tornavam-se sobre quatro cabeças de massa espetadas em estacas simetricamente plantadas”²⁶.

Sílvio Romero no século XIX registrou, entre as manifestações folclóricas brasileiras, a *Chegança dos Mouros* e a *Chegança dos Marujos*. Esta última, de temática náutica, é também chamada pelos autores populares de – Fandango, Marujada, Marujos, Nau Catarineta ou Barca ²⁷.

²³ *Idem, ibidem*, p.29.

²⁴ *Crítica das Festas, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, v.IV, p.238. V. também Carlos Francisco Moura, *O Teatro em Mato Grosso no Século XVIII*, p.63.

²⁵ Texto de Clóvis Corrêa da Costa, transcrito por Maria de Lourdes da Silva Ramos, *Relembrando os festejos do Senhor Divino*, p. 20.

²⁶ Rubens de Mendonça, *Roteiro Histórico & Sentimental da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá*, p. 94.

²⁷ Beatriz G. Dantas, *Cheganças*, p. 3. *Cheganças de Mouros* ou simplesmente *Cheganças*, que muitas vezes incluem temática marítima são comuns nos estados do Nordeste: Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará (Beatriz G. Dantas, o.c. p.5). Levantamento feito em 1975 no estado de Sergipe revelou a existência de grupos de chegança nos seguintes municípios: Amparo do S. Francisco, Aquidabã, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Carmópolis, Divina Pastora, Ilha das Flores, Itabaiana, Japarutuba, Lagarto, Laranjeiras, Neópolis, Riachuelo, Itabi, Maroim e Pacatuba (Beatriz G. Dantas, o.c., p. 29).

“O bailado dramático de inspiração marítima, conhecido genericamente como “Chegança dos Marujos”, recebe na Paraíba o nome de *Barca* ou *Nau Catarineta*, e apresenta particularidades que o distinguem do *Fandango*, da *Chegança*, da *Marujada* ou dos *Marujos* encontrados em outros pontos do país”²⁸.

Em 1910 um grupo de festeiros de Santa Rita levou a barca para Cabedelo. “A barca que o grupo trouxe no carro da Great Western tinha uns três metros de comprimento – tipo de uma barca mesmo: com mastro, velas e tal. Tinha rodas”²⁹.

Em 1912 e 1913 a barca usada na festa era maior, e percorreu várias ruas. Dentro dela iam o Capitão, a Saloia e o Piloto. Os outros oficiais e os marinheiros seguiam por terra, empurrando a barca³⁰.

Há descrições de outras barcas, com destaque para a de 1932. Foi construída por um estivador, João da Tonha – “ficou tão bem feita, tão completa – era feita de pano com o convés forrado de madeira; desenhada, as ondas quebrando no costado; as rodas mais possantes, com pneus”. Com todos os panos içados, e a oficialidade no convés, “o vento soprou e a barca andou (...) mais de um quilômetro”. “Foi um delírio! Um verdadeiro delírio!”³¹.

Os festeiros chegavam onde estava armada a *Fortaleza de Diu*, com um tablado onde o comandante subia ao aproximar-se a barca.

Grita o Gajeiro: a fortaleza está içando o sinal de guerra.

E o Capitão: “É a fortaleza de Diu. E é aí que deve estar presa a linda e loira Saloia da nau Boa Esperança”.

Manda uma embaixada intimando o Governador a render-se e a entregar a Saloia.

Não é atendido e trava-se a batalha, até que a fortaleza içe a bandeira branca, e o comandante é aprisionado³².

Beatriz G. Dantas, discorrendo sobre a Chegança no Nordeste do Brasil, diz que “é, às vezes, representada numa armação de madeira que figura um barco”³².

Mas, além de cenografia representando barcas, de barcas construídas para a festa, eram às vezes utilizadas barcas verdadeiras em lugares onde havia rios. Em Laranjeiras, Sergipe, a Chegança se inicia com os figurantes entrando a cantar numa barca que percorre pequeno trecho do rio, desembarcam e prosseguem com a representação³³.

Em Laranjeiras os festeiros vão à igreja fazer a louvação de N. Senhora do Rosário e de S. Benedito. Em Lagarto, no mesmo estado, os cantos de louvação aos santos e ao nascimento de Jesus são entoados diante da igreja. Em algumas cidades ribeirinhas do mesmo estado a Chegança se incorpora à festa do Bom Jesus dos Navegantes.

Nesta virada de milênio, quando o mundo começa a se preocupar com a preservação do patrimônio intangível, é da maior oportunidade a realização de um levantamento geral, em todo o Brasil, das tradições medievais portuguesas que perduram.

²⁸ Altimar de Alencar Pimentel, *Barca da Paraíba*, p.3.

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 4.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 5.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 5.

³² *Idem, ibidem*, p. 5.

³³ Beatriz G. Dantas, o.c., p. 6.

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 11.

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 29, n.3.

³⁶ *Idem, ibidem*, pp. 5/6.

Bibliografia

- BRAGA, Teófilo. *História do Teatro Português*, Imprensa Portuguesa-Editora, Porto, 1870.
- BRAGA, Teófilo. *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, v.II, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1986.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 2ª ed. Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1939.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*, 4ª edição, revista e aumentada, Edições Melhoramentos, INL, S. Paulo, 1979.
- CIRLOT, Jean-Eduardo. *Dicionário de Símbolos*, Editorial Labor S.A., Barcelona, 1969.
- FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, v.1, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1921.
- DANTAS, Beatriz G. *Chegança*, Cadernos de Folclore, 14, MEC, FUNARTE, Companhia de Defesa do Folclore, Rio de Janeiro, 1976.
- FELGUEIRAS, Guilherme. *Teatro in A Arte Popular em Portugal*, direção de Fernando de Castro Pires de Lima, Editorial Verbo, 2ª v., s/d.
- GUIMARÃES, J. Ribeiro, *Sumário de Vária História*, v. IV, Lisboa, 1874.
- LEITE, Serafim, S.J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v.II, Livraria Portugália, Lisboa, 1938.
- MENDONÇA, Rubens de. *Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*, Cuiabá, 1975.
- PIMENTEL, Altimar de Alencar. *Barca da Paraíba*, Cadernos de Folclore, 25, MEC, FUNARTE, Companhia de Defesa do Folclore, Rio de Janeiro, 1976.
- MOURA, Carlos Francisco. *A Festa do Imperador do Espírito Santo a Bordo das Naus Portuguesas no Século XVI, na Índia e no Brasil* (no prelo).
- MOURA, Carlos Francisco. *A Festa do Imperador do Espírito Santo, Comemorada a Bordo, Teria Chegado à América Espanhola?* (no prelo).
- MOURA, Carlos Francisco. *O Teatro em Goiás no Século XVIII*, separata da Revista da Universidade de Coimbra, v.XXXVII, Coimbra, 1992.
- MOURA, Carlos Francisco. *O Teatro em Mato Grosso no Século XVIII*, UFMT e SUDAM, Belém, 1976.
- MOURA, Carlos Francisco. *As Preciosas Redicolas Entremez Representado a Bordo da Nau Santa Ana – Carmo – S. Jorge em 1771*, Instituto Luso-Brasileiro de História, Liceu Literário Português, Liga dos Amigos do Museu Naval, Rio de Janeiro, 2001. (Caixa Postal 3064, CEP – 20001-970).
- MOURA, Carlos Francisco. *Teatro a Bordo de Naus Portuguesas nos Séculos XV, XVI, XVII e XVIII*, Instituto Luso-Brasileiro de História-Liceu Literário Português, Rio de Janeiro, 2000. (Caixa Postal 3064, CEP – 20001-970).
- PINA, Ruy de. *Chronica delrei Dom João II*, Lisboa, 1792.
- RAMOS, Maria de Lourdes da Silva. *Relembrando os Festejos do Senhor Divino*, Editora Árvore da Terra Ltda, S. Paulo, 2000.
- REBELLO, Luiz Francisco. *Dicionário do Teatro Português*, Prelo Editora, Lisboa, s.d.
- REBELLO, Luis Francisco. *História do Teatro Português*, 2ª edição, s.l., 1968.
- REBELLO, Luiz Francisco. *O Primitivo Teatro Português*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, MEIC, Lisboa, 1977.
- RESENDE, Garcia de. *Chronica dos Valeosos, e Insignes Feitos del Rei Dom Ioam II de Gloriosa Memoria*, Real Officina da Universidade, (Coimbra), MDCCLXXXVIII.
- RESENDE, Garcia de. *Miscellanea. Variedade de Historias, Costumes, Casos, e Cousas que em seu tempo aconteceram*. Prefácio e notas de Mendes dos Remédios, França Amado Editor, Coimbra, 1917.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de. *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, v.2ª, Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1930.

- SEQUEIRA, Joaquim da Costa. *Compendio Historico Chronologico das Noticias do Cuyabá, Repartição da Capitania de Mato-Grosso*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2^a série, t.VI, Rio de Janeiro, 1850.
- SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Chronicas do Cuyabá*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, v.IV, 1898-99.
- VICENTE, Gil. *Copilaçam de Todas as Obras de Gil Vicente*, Introdução e normatização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu, v.I e v.II, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1984.

Um texto inédito, em Portugal, do Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno sobre tema da História do Brasil

Dário Moreira de Castro Alves *

Tendo recebido honroso convite da Comissão Organizadora, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de uma Colectânea de Estudos em Homenagem ao Professor Dr. Humberto Carlos Baquero Moreno, professor catedrático daquela instituição de ensino superior, sem dúvida grande luminar no estudo da História, matéria em que é versado, especialmente no domínio da História Medieval Peninsular, apressei-me, prazerosamente, em aceitá-lo. Como brasileiro, residente permanente em Portugal há quase doze anos, procurei orientar-me, no cumprimento de meu compromisso, na linha de comentar e ver publicado, com a gentil aquiescência do Professor Baquero Moreno, um texto de sua autoria, inédito em Portugal, em que abordou directamente temática da Historiografia brasileira. Intitula-se esse texto, que foi publicado no Brasil em recente número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, com sede no Rio de Janeiro, *Uma Carta da Duquesa de Mantua ao Cabido da Sé de Miranda sobre os Negócios do Brasil*.

Assim concentro-me neste tema, deixando à parte os temas que constam dos trabalhos do professor Baquero Moreno, cujo número se situa na ordem dos duzentos e quarenta textos, da mais variada natureza, sejam livros, comunicações académicas, discursos, apresentações, artigos e outros. Estou certo de que a Comissão Organizadora concordará com a presente orientação de apresentar minha contribuição fora dos parâmetros da História Medieval.

A colonização do Brasil teve, obviamente, início pelo litoral. No princípio mesmo dos relatos históricos sobre o Brasil, os colonizadores portugueses foram comparados a caranguejos, porque se localizavam e actuavam de preferência junto ao mar no período de 1500 a 1530, antes do estabelecimento, por D. João III, das Capitánias Hereditárias. Naquele período apenas tinham surgido algumas feitorias espalhadas ao longo do litoral da nova terra. Depois do facto de grande importância, que foi a expedição de Martin Afonso de Sousa, no começo da década dos 30, do século XVI, no alvorecer do que veio a ser o Brasil, começaram a surgir no litoral as vilas, das quais a primeiríssima foi São Vicente, na faixa litorânea do que é hoje o Estado de São Paulo. Em cada uma das Capitánias fundou-se uma vila principal, pelo menos. Em 1549 foi instituído, ainda por D. João III, o Governo Geral do Brasil, quando surgiram as primeiras cidades: Salvador, Rio de Janeiro, Filipéia de Nossa Senhora das Neves (hoje João Pessoa). E assim começava no Brasil, sob a condução política da Corôa Portuguesa, a colonização portuguesa propriamente dita.

A nova terra brasileira despertava cobiça e ambição por parte de outros reinos da Europa, sendo o francês o povo europeu que primeiro entrou em disputa, no Brasil, contra Portugal. Por todo o litoral brasileiro, assim se poderia dizer, se encontravam expedições em navios franceses, comerciando directamente com os silvícolas. Depois, já no século XVII, no período filipino, um outro povo passou a manifestar forte cobiça pela terra brasileira, ameaçando directamente o predomínio português, que era o povo da Holanda, um dos domínios pertencentes à Casa d'Áustria, ao tempo de Filipe II, Filipe I de Portugal. O desafio do povo holandês, de espírito prático e mercantil, materializou-se na instituição da *Companhia das Índias*

* Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História.

Ocidentais, a qual tinha por objectivo a conquista do México, do Peru e do Brasil, em cujas terras já se produzia o açúcar. O chamado período das invasões holandesas no Brasil compreendeu duas fases: a primeira, na Bahia, de 1624 a 1625; a segunda, no Nordeste brasileiro, cujo centro foi o Recife, durou de 1630 a 1654, um período razoavelmente longo, de um quarto de século.

Assinala o Professor Baquero Moreno que a história do Brasil holandês se encontra ligada à figura de Maurício de Nassau, embora as opiniões sobre a sua importância envolvam divergências. Para Charles Boxer, Nassau foi um grande governador e deu maior coesão e prestígio ao governo do Recife; Mário Neme, porém, acha que o nobre holandês não passou de um mero cumpridor da política da *Companhia das Índias Ocidentais* numa época em que aquela instituição já recuava e se encontrava em acentuado declínio. Em 14 de Janeiro de 1637, chegara Nassau ao Recife, munido de amplos poderes de governador, de capitão e almirante-general, e começou a administrar a parte do Império no Nordeste brasileiro decorrente da experiência na Bahia, de 1624 a 1625.

As invasões holandesas ficaram conhecidas como a guerra do açúcar. Já em Portugal reinava, dentro ainda do período da união das coroas de Espanha e Portugal, Filipe IV, cujo valido, o conde-duque de Olivares, se encontrava a braços com gravíssimos problemas. A perda de Olinda, em Fevereiro de 1630, causara forte emoção por todo o reino lusitano. Era a Capitania mais rica do Brasil, centro do maior número de colonos portugueses na terra brasileira. Considerável e importante era na época a produção açucareira de Pernambuco.

Foi apresentado o pedido de que o reino tivesse um governador da Casa Real. Filipe IV, fundamentado nesse pedido, designou sua prima D. Margarida infanta de Sabóia e Duquesa de Mantua para aquele cargo em Portugal. Numa carta que escreveu Filipe IV à Câmara de Lisboa, em 12 de Novembro de 1634, dizia que contava com que a princesa, de seu sangue, governasse Portugal na qualidade de vice rei e capitão general. Manifestava a certeza de que essa cidade cumprisse com a sua obrigação e antiga lealdade de modo que a princesa *se pudesse haver no governo do dito reino como espero e como convém ao bem comum dos naturaes e vassallos dele*. Em nota ao pé de página, o Professor Baquero Moreno, que dá como fonte o Arquivo Municipal de Lisboa, livro de registo das cartas que se escrevem a el-Rei, fol. 109, segundo consta em *Elementos para a História do Município de Lisboa*, primeira parte, tomo IV, Lisboa, 1888, de Eduardo Freire de Oliveira. A Câmara deu resposta positiva, afirmando que a vinda da princesa era esperado com “grande alvoroço”.

Também nas cortes se havia manifestado que a formação de uma esquadra nacional para expulsar os invasores holandeses constituía num imperativo nacional, segundo o afirmara Joaquim Veríssimo Serrão na sua obra *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. A aquiescência da Câmara de Lisboa foi manifestada com satisfação e grande apoio e contentamento. O monarca em nova carta dava conta de seu contentamento pela boa recepção da princesa, que chegaria a Lisboa pelo Forte da Victória (no Terreiro do Paço) e, á noite, se deveriam realizar festas populares e expressões de júbilo. Em 17 de Junho de 1635, um decreto real impunha às Câmaras um subsídio para o socorro ao Brasil, a que se juntavam outras medidas.

É – diz Baquero Moreno – no âmbito destes dispositivos que se deve inserir a carta da duquesa de Mantua, que a seguir se transcreve na íntegra, a qual foi enviada ao cabido da Sé de Miranda, com um pedido de contribuírem pecuniariamente na constituição duma esquadra que partisse em auxílio do Brasil pernambucano ocupado pelos holandeses.

Íntegra da carta da duquesa de Mantua que consta do trabalho de autoria do Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno.

Por El Rej

Ao deão dignidades conegos e mais cabido da See de Miranda

Deão, dignidade, conegos e mais cabidos da See de Miranda. ElRey uos enuia muito saudar.

As cousas do estado do Brasil tem chegado a termos que com pouco que se dilate acudirilhe na forma que he neçessario se deue temer com todo fundamento que os Inimigos e senhores de tudo segundo o poder com que se acha pois tendo ocupado Pernambuco com tantas fortificações, a capitania de Itamaracá, a do Rio Grande e tendo posto em tanto aperto o cabo da santo Augusto tomou de nouo a Paraiba cometendoa com hua armada de quarenta naos, sincoenta e tantas lanchas e barcasas e com mais de sinco mil homens.

E sendo este successo tanto pera sentir como se deixa uer pella qualidade da perda, o fica sendo muito mais pera mim por o grande perigo e risco em que está de perder ou corromper a religião christam esta fee naquellas partes plantada nellas à custa de tanto sangue dos vassallos desta coroa e com tanta gloria do nome portugues faltando agora a mesma fee os Indios e alguns dos moradores daquelle estado, que se diz estão ja metidos com os Inimigos dando occasião a que outros os imitem e todos fiquem expostos, a que opprimidos e induzidos dos Inimigos e leuados de respeitos e interesses particulares deixem (o que Deus não permitta) a Santa Fee e se apartem da pureza da religião christã.

E he esta consideração pera mim de tanta força que só por ella não deixara de intentar todos os meynos possiveis em chegar ao ultimo esforço pera recuperação daquelle estado, o quall em nenhuu modo deixarey perder.

E por a mesma razão confio que os vassallos desta coroa acudirão com grande zello e cuidado com as suas [pessoas] vidas e fazendas a negocio de tanta importancia e tão apertada e precisa necessidade de uendo sse ter muita confiança que Deus concorrerá com seu diuino [...] legado os uassallos estiuessesem tão cegos que não quizessem uer este[s] incomparaueis danos, euidentes perigos e total ruina e perdição se conquistase do mesmo reino e se não quizessem dispor a acudir com [pessoas] vidas e fazendas a recuperar o perdido e atalhar a se nam acabar de perder tudo me haveria eu por obrigado a uzar de todos os meynos e das pessoas e fazendas das vassallos da maneira que posso e deuo em tão apertada neçessidade. Como demais de ser couza notoria o tem resolutos theologos e outras pessoas doutas a que o mandey uer.

E tambem se rezolueo por pessoas do conselho de estado deste reyno e por os ministros do conselho de Portugal que rezidem nesta minha corte de Madrid e por pessoas do meu conselho de estado de ambas as coroas em hua junta, que por meu mandado se fez nesta dita minha corte, a qual recuperação não pode intentar sem hua grossa e poderosa armada que tenho mando aprestar par o poder partir ato o mez de outubro seguinte.

E ainda que minha real fazenda está de todo consumida, não só desta coroa de Portugal, mas tambem da coroa de Castella. E as cousas desta monarchia estam por todas as uias tam apertadas e neçessitadas de remedios grandes efficazes a resistir aos Inimigos que por todas as partes acometem.

Contudo por a grande estimação que faço e fiz sempre dos vassallos desta coroa e deste reino e suas conquistas e por a defensão e conseruação desta fee nellas, tenho resolutos que toda a fazenda real que ouuer nesta coroa se applique ao apresto desta armada e allem disso tenho. Mando que por esta coroa de Castella se faça hum grande esforço como agora mandey que por a mesma coroa de Castella se concorresse com parte da armada menor que uay diante e está aprestada para partir logo, tendosse por a mesma coroa de Castella despendido grandes sumas de dinheiro na recuperação da Bahia e em socorros que se enuiarão ao Brazil.

Mas tudo isto não basta nem com tanta parte pera se ajuntar a armada grande e poderosa e he precisamente neçessario que concorrão e ajudem os vassallos esforçandosse a darem o mais que puder ser. E porque tenho mando que se uze dos meynos mais [...] e entre eles o que em primeiro lugar se offereçe he fiar do amor e fidelidade com que os mesmos vassallos tem acudido em todas as occasiões de meu seruiço e do bem publico do reyno.

E nesta prezente mayor e mais apertada que tem auido se dispor a ordenarem hu seruiço uoluntario tão quantioso que se ueja bem que mereçem a confiança que delles faço e as merçes que terey cuidado de lhe fazer no que ouuer lugar.

Pello que uos encomendo que uos disponhais a concorrer nesta occasião com hum seruiço uoluntario tão quantioso quanto he neçessario que seja sendo ella tão apertada e pera

hua armada tão grossa e poderosa. Assim das rendas [...] em comum como da dos particulares na forma que de todos [...] esperando quanto mais particular fica sendo esta obrigação [...] ecclesiástica tratandosse da honra de Deus e da conseruação [...] desta fee catholica e da pureza da religião christã naquell [...] pera dardes nisto o exemplo que conuem as mais pessoas ecclesiasticas e Igreja [...] de tratar deste mesmo seruiço como mais particularmente entenderéis do bispo desse bispado.

E fico tendo por certo de uos que em tudo correspondereis ao que nesta ocasião pede meu seruiço e obrigaçam perto della de que terey sempre toda a lembrança. Escrita em Lixboa a 27 de Junho de 1635.

Margarida (assinatura autógrafa)

[Duquesa de Mantua]

(Documento pertencente a colecção particular)

A rivalidade luso-espanhola no sul do continente americano

Eugénio dos Santos

A delimitação de fronteiras entre os domínios portugueses e espanhóis da América revestiu-se sempre de uma grande tensão, a qual obrigou as diplomacias de ambos os países a duras batalhas jurídico-políticas. Manifestou-se constantemente uma rivalidade muito clara entre as duas monarquias ibéricas a propósito da demarcação das suas zonas de influência em solo americano, o que se traduziu frequentemente em situação de ruptura total de pontos de vista dos governantes, recorrendo-se, por isso, à guerra aberta, como forma última de impor soluções no terreno. E, se múltiplos foram os focos de tensão, durante mais de dois séculos, para impor aquilo a que poderemos designar como as fronteiras naturais apontadas, sobretudo pelos cursos regulares de água do interior sul americano, nenhuma região se transformou em espinho tão penoso, para diplomatas e militares, como a região platina. De facto, Portugal ambicionava, desde muito cedo, alargar a sua zona de influência nesse território sul-americano até à imensa bacia hidrográfica constituída pelo estuário da Prata, considerada um limite natural e, portanto, uma fronteira segura. Com efeito, temos notícia de várias viagens de navegação feitas ao longo da costa brasileira em direcção ao sul, iniciadas logo em 1501, na primeira das quais teria participado o famoso Américo Vespúcio, procurando por aí uma passagem para as Molucas. Certa foi a presença de uma expedição portuguesa ao Prata, em 1512, comandada por Estêvão Flores e João de Lisboa, este um hábil e competente piloto¹.

Outras se lhe seguiram tanto de portugueses como de espanhóis, como as de João Diaz de Solis, que aí perdeu a vida, de Cristovão Jacques, de Sebastião Caboto em 1527, de Diogo Garcia, em 1528 e de outros.

Contudo, a expedição que mais importa reter foi a comandada por Martim Afonso de Sousa, entre 1530 e 1532. Dela fazia parte seu irmão Pero Lopes de Sousa, piloto da expedição. Ora esta viagem foi preparada oficialmente por ordem de D. João III e, após passagem pelo Rio de Janeiro, seguiu rumo ao sul. O naufrágio da nau capitânea ao largo da costa do actual Rio Grande, ou pouco mais a sul, impediu o nobre Martim Afonso de chegar ao Prata. Mas lá esteve seu irmão Pero (ou Pedro), o qual fez observações no enorme estuário, as quais deixou documentadas, com notícias interessantes sobre aborígenes encontrados e sobre a fauna e flora da região. Regressando este do estuário e voltando em direcção ao norte, os dois irmãos Sousa reencontraram-se nos últimos dias de 1531 ou nos primeiros do ano seguinte, rumando a S. Vicente, onde Martim Afonso fundaria a 1ª vila em solo sul brasileiro. Ora esta viagem perseguia dois objectivos essenciais: o primeiro visava encontrar metais preciosos de cuja existência no interior se falava insistentemente e o segundo consistia em observar as terras lusitanas do sul nas quais foram deixados por Pero Lopes dois padrões com armas reais portuguesas (em terra próxima aos Carandins, hoje solo argentino). Pode discutir-se se Martim Afonso desejava já estabelecer como limite meridional da soberania lusitana o estuário da Prata, como sugeriu o com. Eugénio de Castro², ou se, conhecendo os limites do território português impostos pelo meridiano de Tordesilhas de 1494, não mais reclamou a posse do grande rio para Portugal.

¹ Cf. Anibal Barrios Pinto, "Poblamiento y Aspectos Economicos de la Banda Septentrional del Rio de la Plata". *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Rio de Janeiro, 1979, 1º vol. P.189.

² *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, Rio de Janeiro, 1927, p.59.

Desde então e até ao 3º quartel do séc. XVII a disputa das fronteiras luso-castelhanas no sul do continente esbateu-se, por razões sobejamente conhecidas. Dentre estas deveremos não olvidar a vertente africana da política externa portuguesa, as rivalidades europeias no Oriente, a crise dinástica nacional com o acesso dos Filipes de Espanha ao trono lusitano, o longo período de enormes dificuldades económicas e político-diplomáticas durante o domínio filipino (1580-1640) e, finalmente, a mobilização geral do país para guerra da independência, concluída apenas em 1668, acrescida, por último, da crise dinástica entre D. Afonso e D. Pedro, resolvida a favor deste último. Porém, o esbatimento das rivalidades das monarquias ibéricas na região platina não era sinónimo da sua inexistência. Com efeito, em 1534, Carlos V concedeu a um aristocrata castelhano, Pedro de Mendoza, a terra vaga entre os paralelos 25 e 36 e daí até ao Pacífico, com a condição de que deveria adiantar-se aos portugueses na ocupação efectiva da região, na qual pontificavam os índios querandis. Organizou-se uma poderosa expedição (16 barcos e uns 1.600 homens), financiada especialmente por flamengos, a qual partiu em direcção ao Rio da Prata, em 1535. Aí chegou em Fevereiro de 1536, estabelecendo o seu acampamento num local seleccionado, chamado Puerto de N^a S^a Santa Maria del Buen Aire, núcleo donde surgiria a grande capital sul americana da nação Argentina, a Buenos Aires de hoje. Mas, a partir de então e até a 2ª metade de 1600 poucas foram as tentativas de fixação dos povos ibéricos nessa enorme região (exceptuando-se a fundação de Assunção, em 1537). Por isso mesmo, um autor contemporâneo julgou poder afirmar: “Nos séculos XVI e XVII os territórios do Rio da Prata...estavam entre os menos desenvolvidos do grande império americano de Espanha”³. Isso não significava, contudo, que fossem menos importantes no contexto dos impérios ibéricos, tanto do lado português, quanto do castelhano. É que a imensa bacia hidrográfica onde desaguavam os rios Uruguai e o Paraguai constituía uma óptima e permanente via de acesso ao interior sul americano, designadamente ao Peru, rico em metais preciosos. Alice Canabrava demonstrou que entre 1580 e 1640 a região platina foi uma área de intenso comércio e também do contrabando, onde eram trocados os metais preciosos do interior (ouro e prata) pelos artigos carregados para essa região pelos europeus (escravos, tecidos, ferro, sal, especiarias, géneros alimentares)⁴. Nesse tráfico mercantil participavam os portugueses e também ingleses e franceses, que abasteciam os espanhóis, com a conivência dos lusitanos, a que muitas vezes estavam associados. Durante a união dinástica (1580-1640) esse tráfico tornou-se legítimo e foi incentivado.

Assim, desde 1595 o português Pedro Gomes de Reinel possuía um “asiento” para introduzir escravos negros no estuário da Prata, tornando-se os lusitanos hegemónicos nesse tráfico durante a primeira metade de 600, como ensina a referida especialista Alice Canabrava⁵. No ano seguinte (1596) um comerciante português escrevia do Rio de Janeiro uma carta a seu irmão, em Lisboa, na qual lhe comunicava os fabulosos preços que alcançavam as mercadorias comercializadas no Prata. Referia concretamente a grande procura de chapéus no Peru e no Reino de Granada e afirmava que os barcos entravam no estuário e subiam os rios com açúcar, arroz, tafetás e muitos outros géneros. E continuava esse comerciante de nome Francisco Soares: “Se os negociantes de Espanha e Portugal tivessem conhecimento deste comércio não mandaríamos nem arriscaríamos tantas mercadorias por Cartagena, como fazem, porquanto este rio é um grande ponto de comércio, o mais próximo e mais fácil caminho para ir ao Peru”⁶. A restauração da independência nacional, em 1640, dificultou esse comércio na região, uma vez que Portugal e Espanha se encontravam em guerra aberta. Mas essa antiga fonte de receitas não podia abandonar-se.

³ David Rock, *Argentina, 1516-1987. Desde la colonización española hasta Raul Alfonsín*. Buenos Aires, 1989, p.30.

⁴ Alice P. Canabrava, *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte (Itatiaia) 1984.

⁵ *Ibidem*, p.59.

⁶ Cf. Corcino Medeiros dos Santos, *Economia e Sociedade no Rio Grande do Sul. Século XVIII*. S. Paulo, 1984, p.147.

Eis por que o novo rei português D. João IV determinou ao governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá que tomasse as providências adequadas para reactivar as relações comerciais nessa área geográfica. A resposta dada pelo governador é bem significativa: “No estado presente acho dificultoso pela falta de negros com a perda de Angola, porque esta era a mercadoria de que os castelhanos mais necessitam; porém vencida esta dificuldade, se pode do Rio de Janeiro e de São Vicente, em navios mercantes e que demandem pouca água, embarcar 500 até 600 homens com índios”⁷. Salvador Correia de Sá foi mais longe nas suas observações. Aconselhava a fundação de um estabelecimento lusitano (talvez uma fortaleza) perto de Buenos Aires, mas tendo o cuidado de não molestar as gentes dessa cidade. Os paulistas avançariam por terra em direcção ao sul e a oeste, alcançando o rio Paraguai, onde seria facilitado o comércio, o abastecimento de carne e couros, ficando ainda aberta uma estrada até Potosí. E concluía o governante: Isto “sei por experiência por haver andado este caminho e notado tudo o que aponto”⁸. Desde há muito se havia estabelecido, portanto, uma forte corrente comercial através de Buenos Aires, onde moravam muitos portugueses⁹, ligando o Peru e Tucuman ao Brasil, a Portugal e à África, especialmente à portuguesa. O contrabando rendoso compensava os riscos que era necessário correr. Os portugueses não estavam dispostos a abdicar dele. Ora no 3º quartel de Seiscentos o comércio luso-brasileiro entrou em crise evidente.

Eram necessárias novas fontes de receitas. A fundação da colónia do Sacramento, em 1680, frente a Buenos Aires, mas na margem esquerda do estuário, não resultou, pois, numa surpresa, uma vez que ela se transformou, a curto prazo, num ponto privilegiado de contrabando, sobretudo de prata e couros¹⁰. Mas ela viria a constituir também a razão imediata e mais profunda do diferendo luso-castelhano no sul do continente, durante quase um século. Tornar-se-ia num símbolo da soberania lusitana, que pretendia alargar-se até aos limites naturais. E nenhum era tão significativo como o estuário da Prata. A sua história é sobejamente conhecida e não pretendemos rememorar-la aqui¹¹.

Retenhamos apenas alguns aspectos decisivos. Portugal havia superado uma gravíssima crise política interna, ocorrida entre 1666 e 1668. O seu termo implicou a queda do poderoso ministro conde de Castelo Melhor e a entrega do poder ao infante D. Pedro e ao seu grupo de apoio. D. Afonso VI deixava o governo a seu irmão. A paz era restabelecida com a Espanha, pois falecera Filipe IV em 1665, que a ela se opunha e também por pressão simultânea da França e da Inglaterra. Assim, no início de 1668, Portugal e Espanha assinaram o tratado de paz, que em 13 artigos, garantia a cessação das hostilidades, tanto nos reinos, como nos senhorios de ambas as nações.

Ora foi logo após este acontecimento que o regente D. Pedro resolveu solicitar à Espanha a devolução das Ilhas Filipinas ou, em contrapartida, o pagamento de 350.000 ducados de ouro, previstos na convenção de Saragoza, em 1529. Portugal passava por um período de grandes dificuldades financeiras, originadas pela longa guerra da restauração e julgava ter direito a uma satisfatória indemnização de guerra, como havia proclamado Castelo Melhor.

⁷ Citado por Corcino M. Dos Santos, *idem*, p.148.

⁸ *Idem*.

⁹ Luís Ferrand de Almeida faz-se eco deste facto ao transcrever uma carta do governador de Buenos Aires D. José de Garro, de Fevereiro de 1680, na qual este dizia ao vice rei do Peru: “esta ciudad, Señor, por la mayor parte se compone de Portugueses, sus hijos y descendientes...”. Cf. *A Colónia do sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra, 1973, p.57.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ As obras essenciais sobre a matéria são: Simão Pereira de Sá, *História topográfica e bellica da Nova Colónia do Sacramento do Rio da Prata*. Edição fac-similada, executado pelo Banco Real (Brasil). Porto Alegre, 1992. Jonathas da Costa Rego Monteiro. *A Colónia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre, 1937, 2 volumes, sendo o 1º de texto e o 2º contendo os documentos essenciais. Jaime Cortesão, *Tratado de Madrid. Antecedentes – Colónia do Sacramento*. Rio, 1954.

Havia descontentes com a paz de 1668, porque esta, sendo desejadíssima, não sanava as feridas abertas no tecido nacional. Era justo pedir compensações. Por isso D. Pedro as solicitou. Uma e outra das duas hipóteses aventadas recebeu resposta negativa. A Espanha não abria mão do controle das Filipinas e também não estava disposta a desembolsar tanto dinheiro. D. Pedro cogitou maduramente na vingança compensatória. Soube prepará-la e esperar o momento. E ele surgiu em 1680, quando, sob o comando de Manuel Lobo, mandou que fosse erigida a fortaleza e colônia de Sacramento, na embocadura do estuário da Prata. As razões últimas do governante português nunca foram tornadas públicas, mas parece óbvio que, se os espanhóis consideravam as Filipinas dentro da sua esfera de influência, mercê da divisão feita em Tordesilhas, então os portugueses tinham direito a avançar para oeste, em solo brasileiro, bem para além do meridiano de 1494. Além disso, não haviam as autoridades espanholas manifestando qualquer intenção clara de estabelecerem povoados seus na margem esquerda do estuário platino.

O príncipe não agia, contudo, de ânimo leve. A sua diplomacia havia conseguido anos antes, através da bula *Romani Pontificis*, de 16 de Novembro de 1676, a criação da diocese do Rio de Janeiro, com uma jurisdição enorme, alargando-se do Espírito Santo a todo o centro oeste e sul. Mas o documento pontifício era muito explícito: o poder do bispo da nova catedral de S. Sebastião do Morro do Castelo¹² alongava-se até ao Prata. Tudo parecia propício ao avanço dos portugueses para sul, em direcção às terras vagas. Alguém, contudo, se inquietava com tal política povoadora. Eram “os jesuítas das *Missiones del Uruguay* e os muitos índios das suas aldeias.

Nunca faltaram a estes últimos motivos para que se lembrassem da existência dos portugueses de São Paulo, especialmente dos que iam ao Guairá em busca de mão-de-obra para as minas da Capitania¹³. Foram eles quem alertou o governador de Buenos Aires para o que estava a suceder e para os riscos que isso (a fundação da Colónia) implicaria para as terras de Espanha. A reacção, como sabemos, foi imediata. É que a Colónia foi estabelecida, sobretudo por militares (cerca de uns 300, entre oficiais e soldados), o que constituía um perigo para a soberania espanhola¹⁴. Os súbditos de Portugal iam para ficar, sem dúvida, pois, além desses militares, desembarcavam índios, escravos negros, alguns mestiços livres, sacerdotes, várias mulheres brancas, médico e almoxerife. Aliás, o regimento dado ao chefe da expedição falava de duas fortalezas, uma a construir em terra firme (Colónia) e outra na ilha de S. Gabriel, além da formação das “povoações que poderem ser”, habitadas por vassalos da coroa lusitana, fossem eles índios ou outros súbditos deslocados das terras mais a norte¹⁵. Quem projectou a fortaleza foi o capitão engenheiro António Correia Pinto, que superintendeu a construção, de forma quadrada, com baluartes nos ângulos. Mas ela ainda não estava concluída, quando, entre 6 e 7 de Agosto de 1680, um exército espanhol, composto sobretudo por índios guaranis, a atacou e destruiu completamente. Durara, portanto, pouco mais de meio ano esse emblema incómodo da presença lusitana no Prata. D. Manuel Lobo foi preso e conduzido a Buenos Aires, onde morreu.

Logo a partir de 1681, ao tomar conhecimento do sucedido, Portugal protestou junto de Espanha, exigindo reparação da ofensa. Na realidade, o governador buenairense D. José de Garro foi punido e enviado para Tucumán, pelo seu procedimento violento. As duas coroas assinaram, após conversações, um tratado provisional, em Maio de 1681, no qual se estipulava que Portugal podia reconstruir a Colónia do Sacramento. Nada se dizia, contudo, acerca do território anexo. Desse modo Portugal entendia que lhe era reconhecido o direito à ocupação da margem esquerda do Prata. Não era idêntico o entendimento da corte espanhola. Por isso se reuniram duas comissões de ambas as partes para discutirem o assunto, em Badajoz, nesse ano de 1681.

¹² Arlindo Rubert, *A Igreja no Brasil. Expansão Missionária e Hierárquica. (Século XVII)*. Santa Maria, s.d., vol.II. p.152.

¹³ Marcos Carneiro de Mendonça, *Rios Guaporé e Paraguai, Primeiras Fronteiras Definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro, 1985, (Xerox), p.4.

¹⁴ Luis Ferrand de Almeida, cit., p.51.

¹⁵ *Regimento* dado a D. Manuel lobo, em 18 XI 1678.

Não chegaram a acordo, nem o arbítrio do Papa, entretanto solicitado, resolvia o diferendo. Portugal decidiu agir no terreno: reconstruir a fortaleza e subordinar o seu governo à comandância militar do Rio de Janeiro. Em 1683, Duarte Teixeira Chaves, novo governador do Rio, tomava posse do território da Colônia e iniciava as obras. Pareciam sanados os problemas mútuos. Na realidade, porém, não estavam. Inquietos continuavam o Cabildo de Buenos Aires e o P. Altamirano, superior das missões jesuíticas, o primeiro porque temia a concorrência comercial, estratégica e o contrabando dos portugueses e seus aliados no estuário; o segundo, porque receava que os temíveis paulistas voltassem à campanha ganadeira do sul, para prear índios, gado e “limpar” essa zona da influência jesuítica. Porém, Teixeira Chaves procurara fornecer ao forte condições de sobrevivência antes do seu regresso ao Rio de Janeiro. Deixara como governador o tenente mestre de Campo Cristóvão de Ornelas Abreu.

A vida da Colônia tornou-se, daí em diante, um misto de heroísmo e lealdade aos planos políticos traçados por Portugal, um lugar de escândalos e deserções múltiplas (sobretudo para Buenos Aires), um ponto de refúgio de contrabandistas e perseguidos de um e outro lado. A partir de 1686, a falta de gente tornava-se alarmante, como clamava o seu governador, mesmo após os reforços enviados do Rio de Janeiro. A sua manutenção, a verificar-se, até poderia considerar-se milagrosa, pois, como referia uma *Informação do Estado do Brasil* dessa época, não havia mulheres na fortaleza e sem elas não era possível perpetuar uma população.

Ora, como bem acentuou Luís Ferrand de Almeida, o governo de D. Pedro II compreendeu perfeitamente o problema e procurou encontrar as soluções adequadas¹⁶. O abastecimento da fortaleza passou a ser efectuado com regularidade, organizaram-se forças navais para patrulharem a costa do Brasil sul até ao estuário, fomentou-se a deslocação de voluntários para a praça, sobretudo de casais mais jovens. O novo governador Francisco Naper de Lencastre, que dirigia interinamente o governo carioca, para lá fez deslocar tudo o que lhe parecia adequado: homens, mulheres solteiras, casais de índios, dinheiro, mantimentos, carros, ferramentas, recorrendo a incentivos variados.

O autor citado escreveu por isso: “Entre as consequências desta política avulta o crescimento demográfico, que é um dos aspectos fundamentais da vida social da Colônia na última década do século XVII”¹⁷. Com efeito, a população aí foi crescendo e, para satisfazer suas necessidades alimentares, parte dela, mesmo soldados, tornava-se também agricultora, ou caçadora de gado na campanha próxima. Os problemas de assistência religiosa e sanitária foram também encarados e, na medida das disponibilidades, solucionados. Com vida própria e sempre acarinhada pela coroa portuguesa, a Colônia do Sacramento tornou-se uma preocupação constante para Espanha. A sua vida foi decorrendo sem grandes incidentes, até à intervenção portuguesa na guerra da sucessão espanhola.

Mercê desta, como sabemos, ela foi cercada e violentamente atacada por um exército hispano-guarani, caindo na sua posse no início de 1705. Foi necessário esperar 10 anos pela sua devolução (Tratado de Utrecht, de 1715). Aí reivindicaram os portugueses a restituição da Colônia e de todas as terras até ao Rio da Prata, no que os espanhóis não queriam consentir. As suas razões eram as mesmas de sempre: ficaria em perigo a cidade de Buenos Aires, seria afectadíssimo o comércio no estuário, especialmente o da prata de Potosí, corria perigo o monopólio espanhol das índias ocidentais, seria inevitável o contrabando por terra e por água, sobretudo dos apetecidos couros uruguaios. Mas..., por fim, o ponto de vista lusitano parecia ter triunfado, pois Filipe V teve que devolver o “Território e Colônia do Sacramento”, como referia o documento assinado.

Pois bem, o sentido da letra desse documento tornou-se de interpretação altamente conflituosa e mais um ponto nevrálgico de longo diferendo luso castelhano no sul da América.

¹⁶ *Op. cit.*, pp.60 e seguintes.

¹⁷ *Idem*, p.62.

Com efeito, o que era o território da Colónia? Apenas aquele que era compreendido pela terra circunscrita na distância atingida por um tiro de canhão disparado da fortaleza, como dizia o governador de Buenos Aires D. Baltasar García Ros a Filipe V? Ou, como pretendiam os portugueses, a infindável campanha espreada para norte da fortaleza, onde viviam os índios minuanos com os quais os portugueses mantinham boas relações? Este problema jamais foi satisfatoriamente ultrapassado por ambas as diplomacias.

Entretanto, sentindo o perigo de ma ocupação portuguesa na vastíssima região norte platina, os espanhóis avançaram com a fundação de Montevidéu, em 1724, após uma tentativa falhada dos lusitanos no mesmo lugar, no final do ano anterior. Essa fundação viria a determinar politicamente o futuro da região, favorável a Espanha. Mas Portugal não se resignava ao isolamento da Colónia. O ouro aparecido em Minas Gerais, em quantidade notável e a correspondente mineração provocaram um afluxo e um crescimento demográfico rápido nas zonas interioranas. Os paulistas necessitavam de gado bovino, cavalos e ovelhas. Estes existiam abundantemente nos campos do sul, já percorridos e conhecidos, sobretudo por lagunistas e por outros tropeiros famosos, como Cristóvão Pereira de Abreu, desde finais do século XVIII¹⁸. Era preciso abrir para lá caminhos e manter essas terras no domínio da coroa portuguesa.

Conhecidos esses desígnios, exasperaram-se os espanhóis, sobretudo os de Buenos Aires, cujo Cabildo protestava junto do governador e do monarca, no início da década de 30. Aproximavam-se os anos decisivos. Gomes Freire de Andrade fora nomeado capitão e governador geral do Rio de Janeiro, em 1733. Ora para ele a defesa e povoamento do sul eram uma prioridade indiscutível. Após madura ponderação e consultas, decidira-se o reforço da defesa da Colónia e a recuperação efectiva dos campos gaúchos, cuidando-se da sua defesa regular.

Em 1734, o novo governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo, chegado ao Prata, sujeitou a Colónia a uma enorme pressão. Era patente um clima de guerra aberta, mas nem D. João V, nem os seus representantes no Rio, estavam dispostos a ceder. Em 1736 saía de Lisboa uma esquadra, comanda por Luís de Abreu Prego, à qual se reuniram mais forças no Rio de Janeiro para actuarem no estuário platino. Não eram modestos os seus objectivos, que consistiam em expulsar os castelhanos de Montevidéu, romper o bloqueio imposto à Colónia e fundar uma praça de guerra (ou presídio) no Rio Grande de S. Pedro. Dos seus desígnios explícitos, o segundo foi parcialmente atingido e apenas o último foi completamente alcançado. Em 1737, foi fundada a futura cidade de Rio Grande, núcleo do povoamento dos campos sulinos, para onde seriam enviados muitos casais, tanto das ilhas como do continente.

É a partir de então que o diferendo luso castelhano no sul do continente americano se tornará mais vivo, exigindo soluções diplomáticas muito delicadas e controversas. Do lado português sobressai o enorme labor levado a cabo por Alexandre de Gusmão, na longa e difícil preparação do tratado que seria assinado em Madrid, em 1750. Não está aqui em causa julgá-lo nem analisá-lo o que fizeram magistralmente Jaime Cortesão e, mais recentemente, o nosso colega e amigo Luís Ferrand de Almeida¹⁹. Conhecido como Tratado de Limites ele deu origem ao início da demarcação das fronteiras luso-espanholas, executada quase sempre sob enorme tensão de ambos os lados. Aliás, o novo governo de Portugal, empossado justamente em 1750, não concordava com as cláusulas desse convénio, embora as não pudesse também contestar abertamente. As cartas secretíssimas que Pombal escreveria sobre isso a Gomes Freire são uma prova eloquente dessa postura política. Por ironia, quase poderíamos afirmar que o ponto principal do acordo luso-castelhano expresso no tratado de 1750 foi o

¹⁸ Cf. Do autor, “*Os Açorianos no Povoamento e Defesa do extremo Meridional do Brasil: o caso do Rio Grande do sul*”. Actas do Colóquio do Faial, de 1993, em publicação.

¹⁹ *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro, 1951, 1953, 1956. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. Coimbra, 1990.

esmagamento da resistência guarani e dos jesuítas a esta ligados. Quase tudo o mais foi conseguido sob forte pressão²⁰.

Em todo o caso, entre 1750 e 1777 foram dados passos decisivos para a concretização das fronteiras ibéricas na América. Mas, para que tal viesse a viabilizar-se, Portugal haveria que suportar uma guerra duríssima nesse martirizado sul do continente, a qual pôs frente a frente o patriotismo, a capacidade de resistência e a argúcia de uns e outros. Os lusitanos teimavam em chegar ao Prata, fazendo testa de ponte no forte de Santa Teresa, mas sem conseguirem avançar. Os espanhóis, após a anulação das cláusulas do tratado de Madrid, decidiram conquistar pela força toda a bacia platina da margem norte. Entre 1763 e 1777 estarão nessa região americana os povos ibéricos e seus aliados a ferro e fogo. O arrogante D. Pedro de Ceballos não conseguirá nunca conquistar para Espanha todo o território a partir de Laguna, em Santa Catarina, com que sonhara. O tratado de Santo Ildefonso, de 1777, negociado nos finais do governo josefino, garantirá ao Brasil uma enorme extensão para o sul, se não a desejada, pelo menos a possível. Eis a razão pela qual um autor brasileiro, que reuniu um enorme espólio documental sobre esta matéria, decidiu escrever: “Com a expulsão dos castelhanos do sul fica completo o perfil do Brasil, e coincide esse facto culminante com o período da morte de D. José I e o afastamento de Pombal do poder. Seus serviços prestados ao Brasil estavam já definidos e suas fronteiras fortificadas em sua maior extensão. Com a definição primeira do curso do Guaporé..., com o magistral trabalho de Francisco Xavier de Mendonça Furtado nas fronteiras de Amazônia e com a reconquista do Continente de S. Pedro do Rio Grande estava pronto o Brasil para o que se tornaria, em pouco tempo, sua configuração definitiva”²¹.

O diferendo luso-espanhol no sul do continente foi muito agudo e custou um preço muito alto a ambos os lados. Portugal só conseguiu resistir através de audácia, heroísmo, sacrifícios inauditos dos soldados e da inteligente e oportuníssima política da transferência de casais europeus para esses espaços vagos do sul²².

A ocupação progressiva do solo, a distribuição de terras e a sua rentabilização económica tornaram irreversível a presença portuguesa na região platina. A Colónia só voltaria definitivamente à soberania espanhola mercê das cláusulas do tratado de Santo Ildefonso, de 1777, mas servindo de barganha forte nas negociações fronteiriças. Acabava, assim, a utopia de os portugueses alargarem os seus domínios até ao Prata, ao menos por ora. Na realidade, mercê das guerras napoleónicas na Europa e, depois, por causa da política posta em prática pelo governo de D. João VI, no sul do Brasil, este alargou nessa época os seus domínios até ao rio da Prata. Embora efêmero esse alargamento não deixou de ser emblemático: estava vingada a entrega da Colónia em 1777...

²⁰ Sobre esta vastíssima temática consulte: *El Tratado de Tordesillas y Su Epoca*. Congresso Internacional de História, 1995, s.l., Vol. III, pp. 1593 e ss

²¹ Marcos Carneiro de Mendonça, *Século XVIII, Século Pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro, 1989, (xerox), p.23.

²² João Borges Fortes, *Casais*, 1935, s.1.

Estatutos da “Congregação de Santo Inácio de Loiola” do colégio de Santo Antão em Lisboa

Fausto Sanches Martins

A génese das Congregações – nome utilizado na Companhia de Jesus para designar as Confrarias – remonta aos tempos do Fundador, Inácio de Loiola, que se mostrou favorável à fundação de associações piás, dotadas de objectivos espirituais e apostólicos.

À cabeça de todas elas impõe-se citar a «Congregação de Nossa Senhora da Anunciação», considerada como a *Prima Primaria Congregatio omnium Congregationum in toto orbe diffusa Mater et Caput*. A primeira notícia da Congregação Mariana, fornecida pelo P.e Polanco, data de 30 de Junho de 1563, ao informar que alguns alunos do Curso de Retórica, após o fim das aulas, permaneciam no local, durante algum tempo, recolhidos em oração, diante de um altar. Nos domingos e festas cantavam as Vésperas ¹.

Posteriormente, coube ao jesuíta belga, P.e João Leunis (1532-1584) o papel de coordenador da primeira Congregação Mariana. Instituída no Colégio Romano, através da Bula *Omnipotentis Ecclesiae*, de 5 de Dezembro de 1584, do Papa Gregório XII, que a enriqueceu de privilégios e indulgências, depressa se alastrou a outras Províncias, implantando-se nos diversos Colégios e Casas Professas. Gozando do estatuto de *Prima Primaria*, impôs-se não só como modelo, mas, sobretudo, como garantia dos benefícios e indulgências, aplicadas às Congregações afectas à Congregação Mariana do Colégio Romano.

A Congregação de Santo Inácio de Loiola do Colégio de Santo Antão, em Lisboa, fundada em 1622, pelo P.e António Mascarenhas, não fugiu à regra. No preâmbulo das «Obrigações», que regiam a vida espiritual dos confrades, assinala-se, de forma clara, a primazia da devoção mariana: *Ainda que a Virgem Senhora nossa hé a Protectora, e Padroeira de todas as Congregações que são administradas polla nossa Companhia, como o hé tambem desta novamente instituida, e portanto os Irmãos della se devão esmerar em servir, e honrar com especial devoção a esta Senhora* ².

Ainda que o objectivo principal deste artigo vise a divulgação dos Estatutos da Congregação de Santo Inácio, existente no Colégio de Santo Antão, tendo em vista o estudo isolado ou comparado com as normas de outras Congregações ou Confrarias, impõe-se, contudo, uma apresentação sumária do articulado.

Padroeiro da Congregação

No «Liber Congregationum Aggregatarum – 1587-1829», compilado, em 1958, pelo P.e Rufo Mendizábal, S. I., que se conserva no «Arquivo Romano da Companhia de Jesus», apresenta-se um quadro das *Congregationes, quae Primae Primariae Congregationi Romanae aggregatae*

* Com este artigo, pretendemos homenagear o Mestre, Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno, enquanto professor de História Medieval e o Homem da Cultura. A transcrição destes Estatutos, agora divulgados, coincidiu com o período em que exercia as funções de Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹ VILLOSLADA, Riccardo G., *Storia del Collegio Romano. Dal suo inizio (1551) alla soppressione della Compagnia di Gesù (1773)*, Romae, Apud Aedes Universitatis Gregorianae, 1954, p. 128.

² Preâmbulo dos Estatutos da Congregação de Santo Inácio do Colégio de Santo Antão, em Lisboa.

sunt em que se assinala o tempo, o título, o lugar e o número de Confrades de cada Congregação. Conferindo os dados relativos às Congregações de Santo Inácio nos colégios da Assistência da Lusitânia, conseguimos apurar os seguintes elementos ³:

TEMPUS	TITULUS	LOCUS	LOCI INTERPRETATIO	NUMER.
1624	S. Ignatii Loyolae	Ulyssiponis	LUS. Lisboa	800
1629	S. Ignatii	Insul. S. Michaelis	LUS. P. Delgada	992
1669	S. Ignatii Loyolae	Eborensis	LUS. Évora	1577
1719	S. Ignatii	Elvensis	LUS. Elvas	2068

Para além dos elementos colhidos no quadro de Mendizábal, possuímos bases documentais que confirmam a existência da Congregação de Santo Inácio nos Colégios de Coimbra (1655) ⁴ e de Braga (1660) ⁵.

No preâmbulo dos Estatutos da Congregação de Lisboa, realça-se a figura do padroeiro principal, o *Glorioso Sancto Ignacio fundador da nossa Companhia pera que favorecida, e ajudada com a protecção de tão ilustre Patriarcha creça sempre, e se augmente em virtudes sanctas, e dezejos da propria salvação e perfeição*. Seguidamente convidam-se todos os seus membros a imitarem os exemplos do Padroeiro e caminharem sob a bandeira do «insigne Capitão». Uma linguagem que se enquadra no contexto da espiritualidade jesuíta, sob o signo militar das «duas bandeiras».

Processo de admissão

O processo de admissão de qualquer membro iniciava-se através de um contacto pessoal do interessado com o Padre encarregado e o Presidente, em que o candidato manifestava as motivações de ingresso no grupo espiritual.

Antes de ser apresentado, formalmente, à Mesa, iniciava-se um período de informações secretas sobre a idoneidade de costumes e limpeza de sangue do interessado. À partida, os Estatutos apontavam três situações que impediam o ingresso por razões de geração: oriundos da «raça de mouro, mulato ou judeu» (Est. 16) ⁶. Relativamente à idade, ninguém poderia ter menos de vinte anos e mais de quarenta (Est. 16). Uma vez que formava parte do Grupo de Congregações clericais, vedava-se a entrada de candidatos «totalmente seculares» (Est. 16).

Concluído o período das informações, dirigidas, de forma secreta, por um dos membros da Mesa e verificada a idoneidade do candidato, era admitido, com os votos da Mesa, por um período experimental de três meses que se iniciavam com a apresentação das regras e estatutos (Est. 29), a entrega de um livro espiritual, disciplina e cilício (Est. 17) e uma Confissão geral perante o Padre encarregado ou outro Sacerdote da Companhia.

Acabados os três meses de provação, o Padre encarregado examinava o candidato em matéria de oração (Est. 18) e a Mesa reunia para a votação final.

A cerimónia de ingresso, realizada na presença dos irmãos, incluía a Comunhão distribuída pelo Padre e o acolhimento dos restantes Confrades, testemunhado através de um abraço fraterno. O acto encerrava com o assento do nome, ano e dia, no livro da Congregação (Est. 29).

³ ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU, *Liber Congregationum Aggregatarum (1587-1829)*, Romae.

⁴ MARTINS, Fausto Sanches, *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal. 1542-1759 – Cronologia. Artistas. Espaços* (Dissertação de Doutoramento), Porto, 1994, pp. 133-134.

⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 549.

⁶ Para melhor compreensão do texto, a partir de agora, citaremos o Estatuto correspondente.

Práticas de Piedade

Quem optava por esta via de santificação conhecia as normas estatutárias que regiam as práticas de piedade, distribuídas ao longo do dia, da semana e das festas litúrgicas.

O dia do Confrade começava com meia hora de oração mental, feita em casa ao levantar-se, completada com outra meia hora, na igreja ou no Coro do Colégio, ao fim da tarde (Est. 2).

Constituíam, igualmente, exercícios diários de piedade o exame de consciência, à noite (Est. 3); a leitura de livros espirituais, antes de começar a oração da tarde (Est. 4); a recitação da Coroa de Nossa Senhora ou o terço do Rosário com as Ladainhas e a assistência comunitária à Missa na igreja do Colégio (Est. 6).

Aos sábados e vésperas das festas de Nossa Senhora, rezavam as Ladainhas em coro, juntamente com a oração comemorativa do Padroeiro, Santo Inácio (Est. 6).

Cada quinze dias, nas festas de Nossa Senhora, dos Apóstolos, de Santo Inácio e sua oitava, abeiravam-se do sacramento da Comunhão, seguida de um quarto de hora de acção de graças (Est. 9).

As confissões deviam ser feitas, exclusivamente, perante um sacerdote da Companhia e, de preferência, perante o Padre encarregado (Est. 13).

Paralelamente à vida de piedade, os confrades impunham-se algumas penitências fixas: duas vezes por semana, às quartas e sextas, segundas-feiras de Advento e Quaresma flagelavam o corpo com a disciplina durante a recitação do salmo *Miserere mei, Deus* (Est. 7). Nos dias de Comunhão, traziam o cilício até à hora do jantar e, aos sábados, jejuavam, em louvor de Nossa Senhora (Est. 8).

No momento da morte de um Congregado, cada um dos membros aplicava-lhe o merecimento de três horas de oração mental, três disciplinas, três horas de cilício, três jejuns, três comunhões, três coroas de Nossa Senhora ou um rosário e os sacerdotes aplicavam uma missa (Est. 25).

“Docta Pietas”

Dado que os membros desta Congregação pertenciam a um nível cultural bastante elevado, a vida de piedade deveria ser acompanhada por acções de formação religiosa.

Por isso estipulava-se que os seus membros deviam assistir, cada quinze dias, a uma Conferência espiritual (Est. 10). «E porque as nossas Congregações de estudantes não somente são pera o bem das almas, mas tambem pera o augmento das letras procurarão os desta Irmandade aventejarse na diligencia, e mostras de saber aos demais» (Est. 24).

Aplicação de castigos aos delinquentes

Seguindo a norma evangélica, os faltosos na observância dos Estatutos começavam por ser avisados, com caridade, pelo Padre encarregado. Os mais negligentes eram corrigidos em público, impondo-lhes uma penitência de orações ou outra forma penitencial que suscitasse a emenda e servisse de exemplo para os outros confrades (Est. 33).

Os casos de faltas de «obrigações substanciais» e recusa de emenda eram levados à apreciação da Mesa que, em conformidade com a gravidade da culpa, podia decretar a expulsão (Est. 33). Esta atitude abrangia outras situações graves: faltas escandalosas que atingissem o bom nome da Irmandade (Est. 34); casos de desobediência contumaz (Est. 35); de provocação de discórdia e perturbação geral (Est. 36); de vida escandalosa (Est. 37).

Em situações de extrema gravidade, consultar-se-ia o Reitor, autoridade máxima do Colégio, que julgava se o delincente deveria ser ou não «riscado» e, posteriormente, despedido.

Nestas circunstâncias, deveria manter-se a conveniente discrição, informando a Irmandade sobre a decisão, mas silenciando as causas. Um membro expulso não poderia ser recebido na Congregação sem licença expressa do Reitor (Est. 40).

Eleição dos Responsáveis e Oficiais

Todos os Estatutos de qualquer Confraria incluem um item relativo ao processo eleitoral dos Corpos gerentes e oficiais. As eleições da Congregação de Santo Inácio tinham lugar, anualmente, «pella Cruz de Mayo». Entre os trinta irmãos mais antigos, escolhiam-se o Presidente e o Secretário (Est. 30). Numa fase posterior, os dois membros eleitos, com o Padre encarregado, elegiam outros oficiais da Mesa: dois consultores, um zelador, um informador (Est. 30), um encarregado de recolher as esmolas (Est. 31) e outro responsável pelo contacto com os enfermos (Est. 32).

Concluimos a apresentação sumária dos Estatutos da Congregação de Santo Inácio que nos propusemos divulgar em primeira mão ⁷. Em nossa opinião, constituem um bom instrumento de trabalho pois revelam alguns pontos essenciais da espiritualidade jesuíta: as duas vias fundamentais da ascética, a activa e contemplativa; a aplicação do axioma humanista: *Religio cum litteris copulare*; os dois grandes pólos da vida religiosa concentrados na Confissão e Comunhão. Contudo, a base do sucesso residia na orientação, acompanhamento e direcção exercidos, de forma exclusiva, pelos Padres da Companhia.

Texto dos Estatutos

OBRIGACÕES Q̃
 TEM OS IRMÃOS
 DAS CONGREGA=
 CÃO DE SANCTO
 IGNACIO DO COL=
 LEGIO DE SANTO
 ANTÃO DA COM=
 PANHIA DE
 JESUS È
 LISBO=
 A

*Esta Congregação de Santo Ignacio
 foi instituida em o anno de 1622 pello Pa-
 dre Antonio Mascarenhas da Comp.^a de
 Jesus.*

Ainda que a Virgem Senhora nossa hé a Protectora, e Padroeira de todas as Congregaçõis que são administradas polla nossa Companhia, como o hé tambem desta novamente instituida, e portanto os Irmãos della se devão esmerar em servir, e honrar com especial devoção a esta Senhora,

⁷ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Caixa 16, Maço 95, n.º 6, Lisboa.

com tudo tomou também esta nova Congregação por particular Padroeiro seu ao Glorioso Sancto Ignacio fundador da nossa Companhia pera que favorecida, e ajudada com a proteção de tão Ilustre Patriarcha creça sempre, e se augmente em virtudes sanctas, e dezejos da propria salvação, e perfeição e pera que pondo os Irmãos della diante dos olhos as heroicas virtudes de Sancto Ignacio, e os primores que guardou na milicia de Christo renunciando a do mundo, se animem com o exemplo de tão insigne Capitão seu a seguir semelhante empreza, cortando com valor por todas as difficuldades que nesta conquista do Ceo se offerecerem; trabalhando com todas as forças por adornar suas almas com perfeitas virtudes, sendo exemplo a todos de vida sancta, e virtuosa, qual hé a que nesta Congregação se professa. Pera o que ajudará muito a pontual observancia destes estatutos, e Regras que todos devem guardar com muita diligencia. E pera melhor conseguir o fim dezejado se encomenda muito a todos os Irmãos desta Congregação que tenham muita elleição nas conversações, fugindo do trato, e comunicação daquelles, que de algum modo os podem desviar do caminho do Ceo, e de toda a occazião de offensa de Deos Nosso Senhor. E finalmente de tudo o que pode prejudicar, e por nodoa no bom nome, e credito desta sancta Irmandade; procurando ainda na composição, e modestia exterior, gravidade e madureza de todas suas acções averse de maneira, que quem os vir diga que são dignos de viverem, e militarem debaixo da bandeira de tão excellente Capitão.

Todos logo em sendo admittidos as experiencias, nos primeiros quinze dias farão huma confissão geral de toda a vida com o Padre que tiver cuidado da Congregação, ou com outro da nossa Companhia em forma que lhe conte que a tem feita, e antes de a fazer nenhum seja recebido por Irmão.

2

Logo em se levantando pella menham terão em suas cazas mea hora de oração mental; e todos os dias assi lectivos como não lectivos terão outra mea hora de oração mental na Igreja do Collegio, ou seu coro, que nos dias de estudo será ordinariamente acabadas as classes da tarde, mas sempre estarão fora da Portaria quando derem as Ave Marias pera que se possam recolher com tempo a suas cazas.

3

Farão exame da consciência todos os dias a noite na forma que lhes ordenar o Padre que tiver cuidado da Congregação.

4

Procurarão todos os dias ler alguma couza por livros espirituais, que ajudem a Oração, e sera quanto for possível antes de começar a Oração da tarde.

5

Rezarão todos cada dia a Coroa de Nossa Senhora, ou o terço do Rosario, e rezarão em communiidade as suas ladainhas todos os sabbados e vespervas de suas festas, e nos dias em que tiverem ajuntamento geral na sua Capella, e no cabo della, depois da oração da Senhora se fará commemoração de Sancto Ignacio e nos mais dias rezará cada hum esta mesma ladainha em particular.

6

Ouvirão cada dia missa, e quanto puder ser a oução juntos e na Igreja deste Collegio, pera que vendose huns aos outros, se animem, e creção na devoção.

7

Tomarão cada semana duas vezes disciplina em communiidade, huma a quarta feira, outra a sexta por espaço de hum Miserere rezado: e sem ordem do Padre que delle se tiver cuidado

não se tomarão mais disciplinas em communidade, tirando na Quaresma, e Advento nos quais se lhes concede também as segundas feiras, e na Quaresma seja a sua disciplina primeiro que a commua que se costuma tomar no Collegio.

8

No dia da communhão trarão cilicio ate o jantar; e a os sabbados jejuarão a Virgem Nossa Senhora.

9

Comungarão cada quinze dias, e nas festas de Nossa Senhora e Apostolos, e dia de Sancto Ignacio, e no de sua oitava, e outros que o Collegio celebrar; e se tiverem devoção a mais, será com o parecer e licença do Padre que tiver cuidado; e depois da communhão estarão recolhidos em oração, e accção de graças por espaço de hum quarto de hora.

10

Assistirão todos de quinze em quinze dias a huma pratica de mea hora, ou conferencias espirituais, que se lhe farão em dia sancto ou sueto na sua capella.

11

Guardarão silencio da portaria do Collegio pera dentro não só com os estranhos, mas também huns com os outros, e avendo de falar será de couzas necessarias, ou quando parecer ao Padre, e isso em vox baixa.

12

Nenhum fará mortificação pública, nem irá aos hospitais sem particular licença do Padre.

13

As confissões se farão com algum Padre da nossa Companhia, e quanto puder ser, ordinariamente seja com o Padre que tiver cuidado da Congregação.

14

Não só os que começam mas também os outros falarão algumas vezes com o Padre da Congregação, e mais em particular os que se confessarem com outros confessores. E todos hão de ser contentes que o mesmo Padre os advirta, e avise das faltas que cometerem nos exercicios espirituais, e outras couzas que delles se disserem, e não dizem com o credito, e reputação dos Irmãos desta Congregação, especialmente se entre alguns delles ouvesse dezavencas, a que o Padre acudirá logo com toda a vigilancia, e charidade não consentindo quebra alguma no amor, e concordia que entre todos os Irmãos deve aver.

15

Nenhuma couza se poderá ordenar sem o Padre assistir e pello mesmo caso que não assista, ficará nullo o que se ordenar.

16

Ninguem entrara nesta Irmandade com raça de Mouro, mulato, ou judeu, nem menos de vinte annos de idade, nem mais de quarenta; e nenhum que seja totalmente secular.

17

Todos em sendo admittidos as experiencias tenham de seu algum livro espiritual, disciplinas, e cilicio, e conste ao Padre como tem estas couzas.

18

No cabo dos tres mezes o Padre examinara ao que quer ser Irmão na materia de Oração pera ver se está bem instruido. E pera este fim em hum sendo admittido as experiencias se lhe devia assinar hum Irmão dos mais provecos, e antigos pera o ajudar na instrução de suas obrigações.

19

Os que andão em experienciaes em quanto as não acabarem não poderão ser da meza.

20

Os Irmãos que se forem pera fora da cidade, o farão primeiro a saber ao Padre pera que se saiba a cauza porque faltão.

21

Todos aceitarão com muita vontade os officios que lhe forem dados, obedecendo com muita pontualidade ao Padre, e ao Prizidente em tudo aquilo, que pera serviço da Irmandade lhes for encarregado.

22

O Padre que tem cuidado da Congregação de tres em tres mezes na forma, e modo que melhor lhe parecer tirará informação geral de todos os Irmãos pera saber como procedem, e conforme as culpas os admostar.

23

Todos procurem dar muito exemplo de virtude em todo o lugar, procurando em suas cazas com as obras, e com as palavras edificar, e ganhar pera Deos todos os de sua caza, metendolhe praticas pias e devotas, porque estas são mostras do que passa no interior das almas. O mesmo farão nas classes com os outros estudantes, e em toda a boa occasião. Finalmente suas palavras, modestia, pelas suas, conversação, e trato com a gente seja tal, que em toda a parte se differencem, se sejam conhecidos por Irmãos e filhos verdadeiros de Sancto Ignacio.

24

E porque as nossas Congregações de estudantes não somente são pera o bem das almas, mas tambem pera o augmento das letras procurarão os desta Irmandade aventejarse na diligencia, e mostras de saber aos demais; gastando bem o tempo com muita applicação cada hum a sua faculdade, pera que se veja que os exercicios de virtude, e piedade não impedem o progresso nas sciencias e nas letras, antes ajudão grandemente a crescer nellas; tendo por fim, e intento de sua vida servirem a Deos em o que elle ordenar, com seus engenhos, e talentos.

25

Falecendo algum Irmão, cada hum dos outros lhe applicará por sua alma o merecimento de tres horas de Oração mental, e o de tres disciplinas, tres horas de cilicio, tres jejuns, tres comunhois, e lhe rezará tres coroas de Nossa Senhora, ou hum Rozario, e os que forem sacerdotes dirão huma missa por obrigação, e se lhes pede que podendo com facilidade lhe applicuem outras por sua devoção e fraterna charidade.

26

A festa desta Congregação se fará no dia da Oitava de Sancto Ignacio no qual se ganha a Indulgencia do Orago, e invocação desta Irmandade sem gastos, nem apparatus.

27

Estas Regras se lerão de dous em dous mezes a todos os irmãos.

*Ordem, que se hade guardar
no recibimentos dos Irmãos*

28

Quando alguém quizer entrar nesta Congregação virá falar com o Padre que tem cuidado della, e com o Prizidente; os quais procurarão tomar alguma noticia secreta da pessoa do pretendente se he de receber, e sem impedimento, e isto antes de ser apresentado em meza, e com seu parecer se apresentará, e manifestará seus dezejões em mesa, e logo nella se lhe declarará como he obrigação tiraremlhe as informações de costumes, e de geração pera constar como não tem raça de mouro, mulato, ou judeu; e feito isto tomandolhe o nome, e o de seus pais etc. o mandarão; e não entrará nos trez mezes de experiencias antes das informações tiradas com muita exacção asi de costumes como de geração.

29

As informações se tirarão por pessoa pera isto eleita da meza, o qual por escrito dará conta do que achar. E alem disto poderá o Padre parecendolhe necessario, informarse secretamente, e do que julgar pera bem da Congregação, avizar em meza das qualidades da pessoa, de que se trata; en não se achando inconvenientes se admitirá aos mais votos dos da meza as experiencias que durarão por espaço de trez mezes, em que experimentarão seus dezejões. e pera que comece de saber suas obrigações o Secretario lhe lerá logo estas regras e estatutos. Acabados os tres mezes de provação tornarão a votar os Irmãos da meza por via de ser recebido, ou não o pertendente, e saindo por elle mais votos lhe assinarão o dia em que hade entrar por Irmão, em o qual commungará da mão do Padre, estando presentes todos os irmãos; acabada a qual comunhão o Padre com os Irmãos congregados o abraçarão em sinal da charidade como a Irmão que dali em diante fica sendo, e assentarão seu nome no livro em que estão escritos os nomes de todos assentandolhe o anno, e dia em que entrou.

Forma da eleição dos officiais que se hão de eleger todos os annos

30

A eleição do Prizidente desta Congregação, Secretario, e mais officiais de meza (que por hora em quanto o numero não for mayor, bastará serem seis) se fará todos os annos pella Cruz de Mayo na forma seguinte. Dandose primeiro avizo a todos os Irmãos pera que se ajuntem no Collegio; o Padre que prezide a Congregação com os da meza do anno precedente meterão a sortes os nomes de até trinta Irmãos os mais antigos se tantos ouver, e não mais, ainda que mais sejão, posto que poderão ser menos, offerecendose rezois pera isso, e destes trinta tirará hum minimo a sortes, sete, os quais com o Padre cujo voto terá qualidade, farão logo sem mais communicarem, ou consultarem huns com outros, cada hum seu escrito secreto, em que escreverão cada hum dous nomes de quaisquer dos da Congregação, ainda auzentes; apontando delles o primeiro pera Prizidente, e o segundo pera Secretario, cujos votos logo o Padre com o Prizidente do anno precedente conferirão, e nomearão os dous que tiverem mais votos por Prizidente, e por Secretario do anno seguinte; os quais ficarão logo sôs com o Padre no mesmo lugar da eleição, saindose os mais; e os dous sôs com o Padre elegerão os outros officiais da meza, convem a saber dous consultores primeiro, e segundo, hum zelador, e hum enformador, que hão de ser da nova meza, e que não entrará de ordinario algum da velha.

31

E posto que não convem aver nesta Congregação esmolos de obrigação, com tudo avendo alguns Irmãos que voluntariamente as queirão dar pera alguns gastos precisamente necesarios, se lhe aceitarão; e os Irmãos da meza a mais votos, ou o Padre somente com os dous

elegerá hum della, cujo officio será receber as ditas esmolas, as quais terá prestes, pera quando pello Padre, e os da meza lhe forem pedidas.

32

Averá também eleito em meza, outro Irmão dos mesmos della o qual terá cuidado de saber quando algum dos Congregados está enfermo pera logo o vizitar, e fazer a saber de sua doença ao Padre da Congregação, pera que tambem o vizite, e faça tomar os sacramentos, e dispor pera bem morrer, se a enfermidade a isso obrigar.

Do castigo dos dilinquentes

33

Os que faltarem na observancia destas Regras serão avizados com charidade pello Padre; e se algum for notado de muito negligente na guarda dellas, o avizará em publico, e dará a penitencia de orações, ou outra semelhante, que lhe parecer accomodada pera sua emmenda, e exemplo dos mais Irmãos. E tanto pode ser seu descuido na guarda das obrigações substanciais da Irmandade, e tão pouco sua emenda com os avizos, e admoestações do Padre, que se deva tratar se serve pera esta Congregação. E julgando o Padre com o Prizidente que se deve por em votos dos da meza se convem retello nella ou não o communicará em meza, e julgándose que convem despedillo o farão aos mais votos.

34

O mesmo se fará quando algum commeter alguma culpa tão escandalozza que se julgue não convem ao credito desta Irmandade contenuar nella o tal culpado.

35

O mesmo se fará a quem for dezobidiente, e contumaz ao que lhe for mandado pello Padre pera bem seu espirital, e governo da Congregação.

36

O mesmo se guardará com os que sameão discordias, perturbão, e inquietão os Irmãos, e com os que se sentir estão em inimizade com outros, não se querendo reconciliar.

37

Do mesmo modo se procederá com os que viverem escandalozamente, ou forem jugadores, ou soltos em jurar, ou tiverem outras faltas escandalozas, e de tal qualidade, que com ellas sejam impedimento aos outros da virtude que nesta Congregação se professa, se depois de admoestados, e penitenciados se não emendarem.

38

O crime, se for publico, e de tal qualidade que se possa passar por elle com admostação, e penitencia, se lhe dara em meza chamandoo a ella ou estando a Irmandade junta se a falta asi o pedir, pera emmenda sua, e cautella dos outros.

39

Se a culpa for secreta, ou não tão publica, que o Padre julgue, que não convem communicalla em meza por respeito do credito do dilinquentes, o amoestara em particular, e lhe dará alguma saudavel penitencia, com amor, e charidade Paternal.

40

E se a culpa for tal que julgue o Padre não convir que se retenha o delinquente na Irmandade por razão do credito, ou bem espiritual della, e que outro si não convem tratar a dita culpa em meza pella não devulgar mais, a tratará com o Padre Reytor do Collegio em segredo, e se ambos julgarem que importa que o tal culpado seja despedido, será riscado, e se dirá aos Irmãos que o Padre Reytor o mandou riscar, o qual pode despedir, e riscar os que julgar que convem pera o bem da Irmandade, sem o communicar com os irmãos da meza se asi lhe parecer conveniente. E quando algum for despedido se fará a saber a Irmandade, não publicando as cauzas porque foi riscado. E sendo algum huma vez riscado não será outra vez recebido sem licença expressa do Padre Reytor do Collegio que a não dará sem muito conselho, e por urgentes cauzas, e a petição da Irmandade, informandose primeiro das cauzas porque foi riscado.

41

O official da meza que não guardar segredo nas couzas que nella se tratarem, principalmente quando se encomendar, e a materia o pedir, será castigado conforme sua culpa, e qualidade da materia até ser deposto da meza.

Em vizita Antonio Mascarenhas

42

Aos quinze dias de Outubro de 1628 estando juntos em meza o Padre Nuno da Cunha que tem cuidado desta Congregação com o Padre Prizidente e mais Irmãos da meza juntos por ordem do Padre Reitor Simão Alveres. Pello Padre Nuno da Cunha foi dito que o Padre Reitor mandava que em meza se tratasse de remedear com effeito os danos, e inconvenientes que se seguíão de nesta Congregação serem Irmãos que tivesse obrigação de acudir a outras Irmandades, Confrarias, Congregações, ou outros quaisquer ajuntamentos que fora do ditto Collegio em qualquer parte, ou convento desta cidade se fizesse ainda que fosse em caza da mesma Companhia, por quanto se não podia comprir em ambas as partes visto serem as obrigações desta nossa Congregação de Sancto Ignacio quotidianas, e requererem hum homem todo, nem ser possivel falando moralmente o que tem estudo, e outras obrigações continuar muito tempo com as tres disciplinas, e mais obrigações de oração, e penitencia, e outros exercicios espirituais que nella há juntas com o grande thezouro de indulgencias que lhe são concedidas pellos Summos Pontifices, e communicadas pello summos Pontifices, e communicadas pello Padre Geral da mesma Companhia, o que tudo visto, e bem considerado de huma parte, e como a fraqueza humana não abrangia a tanto, e que ser Irmão em muitas partes podia ser traça do demonio pera sob capa de bem se não accodisse pontualmente a obrigações diversas, nem quem tem cuidado em huma e outra parte poder obrigar os tais a continuarem em huma perfeitamente como he bem, e poder nacer daqui que procurando cada hum de que na sua se continue aja devizão nos animos e vontades dos que por amor, e charidade devem estar unidos em Christo Nosso Senhor como membros seus, fazendo o pay da mentira, e sameador da zizania seu officio, o que tudo seria em perjuizo das almas proprias, e da nossa Congregação, e ainda das Religiões em que santamente estão fundadas outras Confrarias, Irmandades, e Congregações com tanto fruto das almas, se assentou, que os que ate fora são Irmãos de huma ou muitas fiquem como dantes estavam declarandolhes que se primeiro entrarão nesta nossa, nella principalmente são obrigados a continuar, tirando aquelles dias em que nas outras ouver no mes a pratica, e comunhão principal, e que os que de novo entrarem na nossa Congregação não serão pessoas que em outra parte sejam Irmãos, nem os que já são nossos Irmãos possam entrar noutra Irmandade sob pena de serem riscados; o que se assentou por votos de todos os Irmãos conformemente, e propondose ao Padre Reitor mandou assim se guardasse, e fizesse termo disto que elle assinasse, e a quem por virtude do poder que lhe dão as Bulas Apostolicas dava como de feito deu força e vigor de estatuto em que a meza nem Irmandade não poderá dispensar ainda que o Padre da Congregação nisso consinta.

Simam Alvarez

ACORDÃO QUE SE TOMOU
EM MEZA PERA BOM
REGIMEN DESTA CONGREGAÇÃO

Aos trinta, e hum dias do mes de Janeiro de mil sete centos, e vinte, estando em Meza nesta Confraria do Nosso Patriarcha Santo Ignacio, o M. R. P. Mestre Simão Estevens Nosso Protector, com os Irmãos da Meza, que neste Anno servem, e os mais antigos abaixo assignados se acordou por uniforme parecer que a festa principal da Converção do nosso Santo Patriarcha, que no Cap. 26 deste Compromisso se manda fazer no dia 8.º do dito Santo (o que ha muitos annos senão faz, e quando esta se fazia na dita Confraria, era so por Commemoração) daqui em diante se celebrese em o mez de Fevereyro por ser este o tempo, em que os nossos Irmãos confrades frequentão mais as classes, e os Santos exercicios espirituais; e naquelle terse acabado a frequencia, asim da continuação do estudo, como a do espirito nesta Santa Confraria, por serem já principio de ferias). E como no ditto mez esta sempre na Igreja de Santo Antão deste Collegio o Sanctissimo exposto em Laus Perene, era conviniente que nenhum dos diaz deste Triduo, se celebrasse a dita festa para mayor authoridade desta Solenidade.

Item que os gastos, que por costume antigo, se fazem no Officio geral, que sempre se fez em o mez de Novembro, pellas almas de nossos Irmãos defuntos, e os da ditta festividade da Converção; como tambem os da Commemoração da Invenção da Cruz de Christo, no dia em que se faz a nossa eleição se repartirem pellos Irmãos da Meza primeira que nesta forma fiquem mais aliviados os que nella servirem do onus, que athe agora, era imposto sô a dous; repartindose os que nas dittas funções se fizerem, (moderada mente) em tres partes, das mais cabera hum a ao P.^e Presidente e as duas igualmente pellos mais da Meza. E quando nesta socceda haver algum tão falto de possibilidade como tambem os nossos Irmãos estudantes que estão de bayxo do patrio poder, os quais sempre servem os cargos de Sancristão, e Zeladores, ou outras quais quer occupações na Meza os excluirmos, eizentamos de concorrerem para o ditto gasto pella referida cauza e asim sô pellos que poderem se fara a dita repartição das duas partes pro rata.

Item que não sendo proibido por estes nossos estatutos, a que os Irmãos dem, voluntariamente, suas esmollas, se concedeu que aquelles que tiverem esta devoção as entregarão ao nosso P.^e Mestre dos Noviços, e este os cobrara, e tera em seu poder para se distribuirem naquelles gastos precizos, que a Meza lhe parecer, o qual será obrigado a ter as chaves de toda a fabrica que houver nesta nossa Confraria, para que asim, ande em boa arecadação, e se conservar melhor.

Item he conviniente que se mande fazer hum livro que nelle lance nosso Irmão Secretario toda a receita, e despeza que cobrar e fizer o P.^e Mestre dos Noviços, como tambem as despesas que nas funções declaradas se fizerem pondo com distincção o que coube, e deu cada Irmão da Meza ou fora della.

E se no fim do Anno que será sempre a trez de Mayo por dispozição deste Compromiço, houverem remanentes de qualquer esmolla, se entregaram ao novo Mestre dos Noviços que se eleger; como tambem as chaves e fabrica que houve, como no parrafo asima se dispoem, cuja entrega se fara com brevidade, athe quinze do ditto mez; e desta fará termo o novo Secretario que elle assignara com o Mestre dos Noviços, e Sancristãos, novamente eleitos, que estes, assignarão, estando presentes os mesmos Irmãos que os dittos cargos servirão, em o anno precedente, para que pello ditto termo se obriguem a dar conta da fabrica que a seu cargo tiverem.

E para que este acórdão em tudo o que elle contem, tenha as mesmas forças, e rigor de Capitulo deste Compromisso, se obrigação inviolavelmente, a cumprirem, e guardarem e querem que seja lançado e sobrescrito pello Nosso irmão Secretario nestes nossos estatutos, assignado por toda, a Meza e Irmãos que têm servido na Meza, em fé de que assim se sogeitão ao observarem como ley assignarão comigo secretario dia e era ut supra. E eu o P.^e Paschoal da Costa Secretario da Meza o sobrescrevi e asinei.

Simão Esteves – Paschoal da Costa

(Seguem-se as assinaturas)

Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?

Fernanda Ribeiro *

1. A visão que tem sido dada...

A confirmação documental da existência de um arquivo fixo, no qual se guardavam os documentos da Coroa, situado numa das torres do Castelo de São Jorge, em Lisboa, data de 1378¹, não obstante alguns autores fazerem remontar a fixação do arquivo a épocas anteriores, designadamente ao início do reinado de D. Fernando ou mesmo ao de D. Dinis, e indicarem como provável a instalação do arquivo régio na Torre da Escrivãzinha, antes da sua transferência para o Castelo de São Jorge².

O estabelecimento do arquivo da Coroa num local próprio para o efeito – que mais tarde veio a ser conhecido por Torre do Tombo, por aí se encontrar guardado o mais antigo livro de *Recabedo Regni*, ou Tombos da Coroa – não significa que se conheça, desde o momento da sua instalação, o acervo que o mesmo albergava, nem como foi crescendo e se foi estruturando à medida que a administração da Coroa e do Estado se tornaram mais complexas. A estrutura original do arquivo permanece, até hoje, bastante imprecisa, ou mesmo ignorada, e um conhecimento rigoroso da mesma carece de estudos de investigação aprofundados, com recurso a fontes até agora por divulgar ou desprezadas nas análises levadas a cabo com vista à elaboração de instrumentos de pesquisa relativos ao que tem sido designado por “núcleo antigo” ou “fundo primitivo” do arquivo.

Durante cerca de quatro séculos esteve o arquivo sediado no Castelo de São Jorge, ou seja, desde o 3º quartel do século XIV até 1755, quando por ocasião do célebre terramoto de Lisboa ruiu a torre em que estava instalado. A reorganização do arquivo após o sismo e a sua transferência para a ala sul do Mosteiro de São Bento estiveram a cargo do engenheiro Manuel da Maia, guarda-mor do arquivo desde 17 de Fevereiro de 1745³. Em pleno século das luzes, as concepções iluministas tiveram influência nos critérios adoptados para a reestruturação do arquivo. A primitiva ordem dos documentos e das séries arquivísticas perdeu-se com o desmoronamento e no meio dos escombros a documentação ficou numa completa balbúrdia. Grande parte dos livros sofreram danos nas encadernações, que se desfizeram, levando à separação de

* Professora Auxiliar da Secção de Ciências Documentais, do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Ver: RIBEIRO, João Pedro – *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1819. p. 13.

² Sobre a questão da primitiva instalação do arquivo da Coroa, data e local da sua fixação em Lisboa, ver por exemplo: AZEVEDO, Pedro de; BAIÃO, António – *O Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*. Ed. fac-similada. Lisboa : Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Livros Horizonte, 1989. p. 13; BARBOSA, J. Vilhena de – *Creação dos arquivos na Europa: Archivo da Torre do Tombo em Lisboa*. In *Estudos históricos e archeologicos*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1874, p. 5; COSTA, José Pereira da – *Torre do Tombo*. In *Dicionário da História de Lisboa*. Dir. de Francisco Santana e Eduardo Sucena. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. ISBN 972-96030-0-6. p. 925-929; REBELO, José Pedro Miranda de – *Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo offerecido á augustissima rainha e senhora D. Maria I*. Lisboa: Bibliotheca Nacional, 1904. p. 6-7.

³ Ver: BAIÃO, António – *Manual da Maia como guarda-mór da Torre do Tombo*. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. 2ª série. 16 (1942) 80-86.

cadernos e folhas, e os documentos avulsos ficaram desprovidos da ordenação que tinham. A sua reconstituição não procurou recuperar a ordem original, antes se pautou por métodos “em moda” na época, ou seja as classificações metódicas, de base intelectual e não orgânica. Assim nasceram séries factícias de documentos (por vezes designadas por colecções), ordenadas cronologicamente, segundo uma perspectiva que privilegiava já, em grande medida, o valor histórico dos mesmos⁴. Exemplo paradigmático desta reorganização é o *Corpo Cronológico*, formado por 525 maços que agrupam 82.902 documentos, criado de forma “artificial” com base, sobretudo, nos “papéis” do funcionário régio, Pêro de Alcáçova Carneiro, incorporados na Torre do Tombo em 1569⁵.

A organização imposta ao arquivo após o terramoto adulterou, portanto, a sua primitiva lógica interna, resultante de uma natural acumulação de documentos, produzidos no contexto da administração régia, numa fase inicial, e da administração do Estado moderno, a partir do século XVI. Repositório da informação gerada no seio das instituições administrantes do país, o arquivo da Torre do Tombo espelhava certamente a estrutura orgânica e funcional das respectivas entidades produtoras, mesmo que tal estrutura não se encontrasse reflectida e expressa formalmente numa notação classificativa. Os agrupamentos de livros e documentos, a sua ordenação e local de arrumação, as características físicas dos suportes de informação, se tivessem chegado até nós, seriam, certamente, elementos preciosos para se conhecer e compreender a estrutura orgânica e a funcionalidade do mais importante arquivo português. Mas, não menos importantes para o conhecimento de qualquer arquivo são os instrumentos de controlo e acesso à informação, que hoje assumem o pós-moderno nome de *metadata* (informação sobre a informação), bem conforme ao contexto social e tecnológico em que vivemos e que correntemente apelidamos de Sociedade da Informação. Ora, se a organização material se esfumou na lonjura do tempo, os instrumentos de trabalho do arquivo, destinados a controlar e a localizar a informação, esses nem todos se perderam e constituem hoje os mais seguros indicadores para se fundamentar o conhecimento do arquivo na sua fase original e genuína, isto é, sem intervenções eivadas de ideologias e preconceitos de qualquer ordem.

Os estudos que se conhecem relativos ao acervo e organização da Torre do Tombo mais não são, na sua esmagadora maioria, do que roteiros, inventários ou descrições enumerativas dos documentos que integravam o arquivo da Coroa ainda antes de o mesmo sofrer uma alteração radical na sua função e no seu perfil, isto é, antes de se ter convertido, com a revolução liberal, por razões políticas e ideológicas e por imposição legal, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁶, destinado a incorporar os documentos de instituições extintas que interessavam para a história da Nação. Esses instrumentos de pesquisa têm a particularidade de se reportarem, quase todos, ao inventário geral do arquivo, elaborado em 1776, no tempo do guarda-mor João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e intitulado *Inventario dos livros, maços e documentos que se guardam no Real Archivo da Torre do Tombo*⁷, como sendo o instrumento de acesso à informação mais antigo e elucidativo sobre a organização do arquivo. Porém, o inventário de 1776 já é um produto pós-terramoto de 1755 e, por isso mesmo, já não espelha a estrutura originária do arquivo, mas sim a remodelação iluminista que o mesmo sofreu aquando da

⁴ Não convém esquecer que, em 8 de Dezembro de 1720, havia sido criada a Academia Real da História Portuguesa que, de imediato, se começou a interessar grandemente pelos arquivos, com vista ao desenvolvimento dos seus estudos.

⁵ Ver: BAIÃO, António – O Guarda-mór Damião de Góis e alguns serviços da Torre do Tombo no seu tempo. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. 2ª série. 9 (1931) 16.

⁶ Em 1823 foi publicado o *Regulamento provisional para o regimen e direcção do Archivo Nacional da Torre do Tombo* (ver – *Diario do Governo*. Lisboa. 112 (12 Maio 1823) 911-912).

⁷ IAN/TT – manuscrito com a cota 299-A. Deste inventário fez José Pedro de Miranda Rebelo, ainda em finais do século XVIII, um extracto, o qual foi publicado em: REBELO, José Pedro de Miranda – *Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo offerecido á augustissima rainha e senhora D. Maria I*. Lisboa: Bibliotheca Nacional, 1904.

mudança para São Bento. Apesar de ter a pretensão de inventariar o acervo global do arquivo, o referido inventário é bastante limitado nas informações que fornece e chegou mesmo a ser considerado por José Feliciano de Castilho – incumbido, por Portaria de 5 de Janeiro de 1843, de elaborar um relatório sobre a situação do arquivo e de propor medidas tendentes a melhorar a sua organização e funcionamento –, “generico e superficial” e de “mui fraco auxilio”⁸.

Posteriormente, encontramos diversos guias e inventários, com carácter de globalidade, relativos ao “fundo antigo” ou “núcleo antigo”, mas de cada vez que um deles surge é mencionado o facto de não existir um inventário completo e de ser uma necessidade a sua elaboração. Assim:

– em 1819, João Pedro Ribeiro dá à estampa as *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo*⁹ e aí inclui um capítulo intitulado *Estado actual do archivo*, assim justificado: “Na falta de hum Inventario completo, e circunstanciado do mesmo Archivo, que poderia servir de guia neste objecto, darei sómente huma descrição geral do contheudo do mesmo Archivo”¹⁰;

– em 1905, Pedro de Azevedo e António Baião publicam uma obra intitulada *O Archivo da Torre do Tombo: sua historia, corpos que o compõem e organização*¹¹, a qual inclui informações históricas sobre o funcionamento e organização do arquivo e descrições pormenorizadas sobre os vários núcleos que constituem o acervo;

– em 1922, Mesquita de Figueiredo publica um *Roteiro prático*¹², que elaborou na sequência de notas coligidas durante mais de quatro anos em que frequentou o arquivo como investigador; este roteiro inclui a enumeração dos “Inventários e catálogos existentes no Arquivo”, a “Descrição sumária do conteúdo de algumas das principais salas da Torre do Tombo” e “Notícia de alguns dos mais importantes corpos”;

– em 1929, António Baião apresenta à Exposição Portuguesa em Sevilha um trabalho em que descreve os principais fundos do arquivo¹³;

– em 1935, Silva Marques edita o *Index indicum*¹⁴ (primeira parte de uma obra de maior fôlego que nunca chegou a ser publicada), em que são referenciados os instrumentos de acesso à informação dos vários arquivos e documentos conservados pela Torre do Tombo;

– em 1984, sob a coordenação de Joel Serrão, é publicado um novo roteiro do Arquivo, em dois volumes¹⁵;

– em 1996, as arquivistas Maria do Carmo Farinha e Maria de Fátima Ramos elaboram o inventário do *Núcleo Antigo*¹⁶.

⁸ Cf.: CASTILHO, José Feliciano de – [Relatório de 21 de Janeiro de 1843]. *Diário do Governo*. Lisboa. 28 (2 Fev. 1843) 166.

⁹ RIBEIRO, João Pedro – *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1819.

¹⁰ RIBEIRO, João Pedro – *Op. cit.* p. 166.

¹¹ Esta obra foi posteriormente reeditada em fac-símile, com anotações: AZEVEDO, Pedro de; BAIÃO, António – *O Archivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*. Nota prévia e adenda de Maria do Carmo Jasmims Dias Farinha [et al.]. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Livros Horizonte, 1989.

¹² FIGUEIREDO, António Mesquita de – *Arquivo Nacional da Torre do Tombo: roteiro prático*. Lisboa : Livraria Universal, 1922.

¹³ BAIÃO, António – O Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In *Portugal: Exposição Portuguesa em Sevilha*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1929.

¹⁴ MARQUES, João Martins da Silva – *Arquivo Nacional da Torre do Tombo : ensaio de um manual de heurística e arquivologia. I – Index indicum*. Lisboa : [s. n.], 1935. (Sep. de: *Ethnos*. Lisboa. 1).

¹⁵ *Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea: arquivos de Lisboa*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Coord. de Joel Serrão; dir. de Maria José da Silva Leal, Miriam Halpern Pereira. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984. 2 vol.

¹⁶ ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO. Direcção de Serviços de Arquivística e Inventário – *Núcleo antigo: inventário*. Lisboa : A.N./T.T., 1996. ISBN 972-8107-20-X.

– em 1998, é editado o primeiro volume do *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo*¹⁷, que dedica 106 páginas à descrição do Arquivo da Casa da Coroa.

Os instrumentos de acesso à informação que acabámos de mencionar têm como preocupação essencial a descrição das espécies documentais, com vista a proporcionarem aos investigadores (leia-se historiadores) o acesso às mesmas. Ao longo do século XX, particularmente até à década de 80, a perspectiva dominante na Arquivística insere-se num paradigma histórico-tecnista, custodial e patrimonialista que, por um lado, enfatiza o documento como fonte de informação histórica e os arquivos como serviços vocacionados para a conservação do património documental e, por outro, supervaloriza a técnica descritiva como meio de elaborar instrumentos passíveis de proporcionar o acesso aos documentos de que o utilizador necessita para os seus estudos de investigação histórica¹⁸. Nesta perspectiva, não é de estranhar que os instrumentos de acesso à informação acima referidos sejam o que são: sucessões de descrições de fundos /séries/ documentos em que a organicidade dos diversos sistemas de informação arquivo custodiados pelo Arquivo da Torre do Tombo deixa de ser o factor primordial para a estruturação daqueles instrumentos e, em muitos casos, se dilui completamente. É certo que a maioria deles foi elaborada por historiadores, preocupados em identificar as “suas” fontes e pouco esclarecidos quanto aos princípios e às técnicas arquivísticas mas, mesmo os que foram produzidos por especialistas revelam pouca precisão e rigor ao referenciarem o contexto orgânico de produção das unidades arquivísticas descritas. A confusão entre secções, séries e colecções é uma constante, não se percebendo afinal a estrutura orgânico-funcional do Arquivo. Só a título de exemplo, refira-se o caso da *Leitura Nova*, imprópria e recorrentemente apelidada de “colecção”¹⁹, apesar de se saber já há muito tempo que resultou de cópias de documentos, feitas no próprio arquivo, a mandado de D. Manuel I e que teve por finalidade preservar a informação cujo suporte estava danificado ou cuja leitura já se tornava difícil. Trata-se, portanto, de uma produção de documentos, feita em série (em contínuo), tecnicamente designada por *série arquivística*²⁰ e, de modo algum, de uma colecção, no sentido que normalmente lhe é dado de reunião aleatória de documentos²¹. Ainda a ilustrar as imprecisões que referimos, atente-se em diversos casos de conjuntos documentais referenciados como “fundos” – com este termo pretende-se referir um conjunto orgânico de documentos de uma mesma proveniência – mas que, bem vistas as coisas, não são produção documental de um único organismo ou entidade, causando, pois, no mínimo, alguma estranheza essa designação; contam-se, nesta situação, entre outros, os *Feitos da Coroa* ou as *Gavetas*, apelidados de “fundos”, mas logo seguidos de

¹⁷ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO. Direcção de Serviços de Arquivística – *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo. Primeira parte – Instituições do Antigo Regime. Vol. I – Administração central (1)*. Coord. José Mattoso [et. al.]. Lisboa : IAN/TT, 1998. ISBN 972-8107-42-0.

¹⁸ Sobre esta problemática, ver o artigo que, recentemente, tivemos oportunidade de publicar: RIBEIRO, Fernanda – Archival Science and changes in the paradigm. *Archival Science : international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. ISSN 1389-0166. 1:3 (2001) 295-310.

¹⁹ No mais recente instrumento de pesquisa editado pelo IAN/TT, é dito o seguinte: “Entre as medidas tomadas para a organização do Arquivo Real, conta-se a elaboração das cópias de documentos, considerados então mais importantes, numa colecção intitulada *Leitura Nova*, ordenada por D. Manuel I, e que teve início em 1504, com o fim de preservar os documentos cujo suporte estava danificado, ou cuja leitura já então não era acessível” (cf.: INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO... – *Op. cit.* p. 90). De notar que, em outros instrumentos de acesso à informação, também a *Leitura Nova* é designada como “colecção”.

²⁰ Aliás, no caso das cópias dos documentos das *Gavetas*, designadas por *Reforma das Gavetas*, entenderam os autores do mesmo instrumento de pesquisa que se tratava de uma série arquivística (cf.: INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO... – *Op. cit.* p. 65), vá lá saber-se porquê!

²¹ Empregamos aqui o termo “colecção” na acepção mais corrente entre arquivistas, porque não cabe aqui uma discussão sobre o assunto. No entanto, para uma introdução mais elaborada ao conceito de “colecção”, ver: POMIAN, Krzysztof – Colecção. In *Enciclopédia Einaudi. 1- Memória – História*. Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 51-94.

um texto explicativo da respectiva “história administrativa” em que se contradiz o tão apregoado princípio da proveniência²².

Os exemplos mencionados, a que se poderiam juntar inúmeros outros ilustrativos da confusão conceptual subjacente à elaboração dos instrumentos de pesquisa²³, mostram como é desviante a representação que se tem dado do Arquivo da Torre do Tombo e da sua estrutura orgânico-funcional primitiva.

Além disso, a individualização do “núcleo antigo”²⁴, feita em alguns daqueles instrumentos, baseada em critérios meramente cronológicos (documentos anteriores ao liberalismo) é completamente descabida, pois, como é por demais sabido, grande parte da documentação do Antigo Regime deu entrada na Torre do Tombo depois de instaurado o regime liberal, por força da extinção de muitos organismos do Estado e das nacionalizações do património da Igreja.

2. Uma nova perspectiva

Não cabe neste artigo, por limitações de espaço, discutir e explanar os contornos do novo paradigma da Arquivística, no quadro da Ciência da Informação, pelo que remetemos tal problemática para alguns trabalhos onde essa abordagem está feita de forma desenvolvida²⁵. Contudo, não podemos deixar de apresentar a definição de *arquivo* de que partimos, no quadro da aplicação da teoria sistémica, para melhor serem percebidas as afirmações críticas antes expendidas e as considerações que a seguir se expõem. Assim, **Arquivo é um sistema (semi) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associam um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores**²⁶.

²² Estes exemplos colhemo-los no já citado *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo...* Nesta obra, na história administrativa do Fundo dos Feitos da Coroa, diz-se o seguinte: “Embora não tivesse existido uma instituição com o nome de “Feitos da Coroa”, reuniram-se, com esse título, as diversas séries documentais existentes no Arquivo da Casa da Coroa relativas às funções exercidas pelo designado, na documentação em apreço, juiz dos feitos da Coroa ou por juiz dos feitos dos forais e dos direitos reais”(cf.: INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO... – *Op. cit.* p. 51); a propósito do Fundo “Gavetas” refere-se: “O nome de *Gavetas* corresponde à arrumação dos diplomas no antigo Arquivo Real. Em cada Gaveta eram guardados os documentos relativos a um determinado assunto, pelo qual eram designados: forais, testamentos, tratados, sentenças, morgados, entre outros. (...) Algumas das primitivas gavetas passaram a constituir séries autónomas como, por exemplo, a dos Forais e a dos Morgados (...)” (cf.: INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO... – *Op. cit.* p. 64) – primeiro chama-se impropriamente fundo a este conjunto documental e depois confunde-se série com um critério sistemático de organização!

²³ A autora teve ensejo de abordar com profundidade esta problemática na sua dissertação de doutoramento, onde demonstrou como a falta de rigor e o empirismo na produção de instrumentos de acesso à informação, devidos em grande parte à frágil fundamentação teórica da Arquivística, no quadro do paradigma ainda dominante, conduzem a representações desviantes da realidade arquivística (ver: RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Porto, 1998. 2 vol. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, defendida em 5 de Fev. de 1999).

²⁴ A designação de “núcleo antigo” deve-se a João Martins da Silva Marques, director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo entre 1950 e 1960. Neste conjunto documental incluiu a documentação referenciada no inventário de 1776, elaborado no tempo do guarda-mor João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, bem como “livros e documentos que pertenciam a outros núcleos do Arquivo e, ainda, alguns dos que foram adquiridos em épocas recentes. Assim, no chamado “Núcleo Antigo”, encontram-se livros e documentos provenientes de várias instituições em diversas épocas” (cf.: ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO. Direcção de Serviços de Arquivística e Inventário – *Op. cit.* p. VI).

²⁵ Uma primeira abordagem teórica e epistemológica pode ser vista no trabalho colectivo de SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 1.ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999; posteriores aprofundamentos podem ler-se em: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *A Avaliação em Arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica*. *Páginas a&b*. Lisboa. ISSN 0873-56705 (2000) 57-113.

²⁶ Definição incluída em: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Op. cit.* p. 214.

Precisamente porque a componente orgânica é um dos elementos estruturais do sistema de informação arquivo, ela tem de ser devidamente valorizada e evidenciada em qualquer estudo arquivístico, uma vez que é determinante no contexto de produção da informação. Esta é um “produto” social e uma das suas propriedades é ser estruturável pela acção (humana e social), o que confere à organicidade um papel absolutamente vital.

A função serviço/uso, que é uma outra componente do arquivo, condiciona também grandemente a organização da informação, pelo que a sua ordenação material e os respectivos instrumentos de controlo e acesso são meios particularmente elucidativos do modo como é usada.

Partindo destes pressupostos, facilmente se entende porque consideramos fundamental, para se chegar ao conhecimento da estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa, partir da análise de todos os elementos disponíveis, anteriores a 1755, ou seja, os que espelham a organização do arquivo antes das reorganizações iluministas. De forma breve e apenas com a finalidade de mostrar que existem fontes informativas susceptíveis de fornecer dados para um estudo da referida estrutura, vamos enumerar somente as mais importantes.

O mais antigo testemunho até hoje divulgado, relativo ao “recheio” da Torre do Tombo, data de 2 de Março de 1526 e é uma carta de Tomé Lopes (escrivão servindo de guarda-mor) a D. João III, que constitui uma espécie de descrição do estado do arquivo²⁷. Pelo conteúdo dessa carta podemos perceber quais os documentos que até à época se guardavam na Torre do Tombo. Tomé Lopes refere-se à existência de “149 volumes de livros”, que se depreende serem de registo da chancelaria, bem como a “37 volumes de livros de 300 folhas cada hum, com suas tavoadas feitas em quatro titulos cada huma”, os quais diz estarem “de todo acabados” e a mais 10 outros começados, que facilmente se identificam como sendo os livros de *Leitura Nova*, mandados fazer no reinado de D. Manuel I. Num outro passo desta carta são referidos os documentos que por costume eram conservados na Torre do Tombo: “... nesta caza, como de teouro dos reys e do regno, se recolhião, e punhão todalas ditas escrituras em qualquer tempo que se fazião, a saber: todalas de suas pessoas e cousas que pertencião à Coroa, e a seus direitos, como das cidades, villas e lugares, e pessoas particulares, igreijas e moesteiros, e outros, que se agora na Chancellaria recolhem por trelado no livro dos registos, se recolhião então na dita Torre; e escrituras e cartas soltas, huma de duas que se fazião, ambas de hum teor, partidas por A, b, c, e a outra levava a parte (...); e este costume e uso durou ate el Rei D. Afonso 4º, em cujo tempo se mudou de cada cousa se fazer huma só carta, e que esta ao passar da Chancellaria se recolhesse por treslado, escrita no livro dos registos que se de cada hum Rey nella cada ano fazem...”. E mais adiante: “E assi se recolhião e punhão na dita Torre em vivendo e regnando os ditos Reys, todolos feitos e sentenças por que lhe algumas terras, rendas, direitos, jurdições, bens e heranças, assy da Coroa como patrimoniaes, erão julgados...”²⁸.

Também do punho de Tomé Lopes, conhecem-se mais dois documentos, datados de 8 de Fevereiro de 1529 e de 28 de Agosto de 1532, pelos quais o escrivão entrega o arquivo ao guarda-mor Fernão de Pina, em cumprimento de uma determinação régia²⁹. Este auto de entrega (começado no primeiro documento e concluído no segundo) – que o próprio escrivão designa por “emvemtayro” – discrimina toda a documentação que se conservava no arquivo, sendo referidos pormenorizadamente os diferentes livros, bem como cartas soltas, rolos e cadernos de pergaminho e papel, quer originais, quer treslados selados e sem selos.

²⁷ Esta carta de Tomé Lopes foi publicada por José Pessanha, tendo sido utilizada como base da transcrição uma cópia do século XVII, existente num códice da livraria de Alcobaça (códice 454, f. 59v.-69), actualmente na Biblioteca Nacional (ver: PESSANHA, José – Uma Reabilitação histórica : inventarios da Torre do Tombo no século XVI. *Archivo Historico Portuguez*. Lisboa. 3 (1905) 287-303).

²⁸ Cf.: PESSANHA, José – Uma Reabilitação histórica... (*op. cit.*) p. 290-291.

²⁹ Estes documentos encontram-se igualmente publicados em: PESSANHA, José – Uma Reabilitação histórica... (*op. cit.*) p. 292-303.

Há notícias, ainda relativamente ao século XVI, de ter sido elaborado um inventário, no tempo em que Damião de Góis foi guarda-mor do arquivo. Tal facto, refere-o Jorge da Cunha no relatório que redigiu em 1631 sobre a Torre do Tombo, nestes termos: “E assy faltão Vinte e tantos cofres laurados, e caixas encoiradas, que estauão cheos de papeis, consta de hum pedaço de inuentario feito e assinado por Damião de goes goarda-mor, que foi deste Archivo, que se achou em huma gaueta da casa da coroa, o maes do Inuentario todo falta, que tambem se deuia de leuar”³⁰.

Também o relatório de Cristóvão Benavente, datado de 1583, tem sido considerado como inventário do acervo documental do arquivo³¹. Neste documento, tal como nos do punho de Tomé Lopes, acima mencionados, encontra-se uma descrição bastante minuciosa dos vários livros e documentos avulsos existentes na Torre do Tombo, embora a intenção com que tal enumeração foi feita não fosse a de elaborar um instrumento de acesso à informação, mas sim informar sobre a situação do arquivo.

A preocupação em inventariar a documentação voltou a fazer-se sentir no tempo de Manuel Jácome Bravo, nomeado guarda-mor da Torre do Tombo em 1632. João Pedro Ribeiro menciona a cópia de uma carta sua, datada de 4 de Março de 1634, na qual afirma que “já onze annos antes, no tempo do Guarda Mór Diogo de Castilho, tinha feito por Ordem de ElRei o Inventario daquelle Archivo”³². Pedro de Azevedo e António Baião também aludem a este assunto dizendo que “em 1622 parece ter feito o depois guarda-mor Bravo um inventario”³³ e num estudo sobre Damião de Góis também António Baião refere, a propósito do *Livro de Linhagens* da autoria do cronista, que o códice havia sido descrito “no inventário feito pelo desembargador Jacome Bravo, em 1625”³⁴, acrescentando a descrição constante do mesmo inventário. Apesar destas referências ao inventário feito por Manuel Jácome Bravo, não nos foi possível localizá-lo na actual Torre do Tombo e também não o encontramos mencionado em instrumentos de pesquisa modernos que descrevem a documentação do “núcleo primitivo” do arquivo.

Ao longo da segunda metade do século XVII continuou a ser levada a cabo a chamada “reforma do arquivo”, em que os instrumentos de acesso à informação eram, sem dúvida, uma das prioridades. O alvará de nomeação de D. António Alves da Cunha, datado de 30 de Maio de 1675, além de lhe conceder jurisdição “em ordem a obrar tudo o que julgar mais conveniente” também o incumbe de “fazer inventario dos Livros encadernados, papeis soltos, novos Indices, e procurar restituir o que faltar...”³⁵.

Merece também realce um outro importante instrumento de acesso à informação, que até agora se manteve inédito e que temos o gosto de incluir como **apêndice** a este trabalho, contribuindo assim para lançar alguma luz sobre a matéria que aqui nos ocupa. Trata-se de um manuscrito, que se conserva na Biblioteca da Ajuda, intitulado *Livros e papeis que estaõ nos almarios da caza da Coroa*³⁶ e que, apesar de não ter data, se reporta ao século XVII, pois referencia os livros da chancelaria de D. João IV até ao fim do seu reinado (1656). É um inventário topográfico que identifica o acervo documental dos 15 armários onde estava acondicionado

³⁰ RAU, Virgínia – *A Tõrre do Tombo em 1631*. Lisboa : [s. n.], 1945. p. 25.

³¹ O relatório de Cristóvão Benavente, que se conserva na Biblioteca Nacional de Madrid, foi publicado por António Joaquim Dias Dinis, no estudo que fez sobre o mesmo (ver: DINIS, António Joaquim Dias – Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Anais – Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 2ª série. 17 (1968) 152-158).

³² RIBEIRO, João Pedro – *Memorias authenticas...* (op. cit.) p. 37.

³³ AZEVEDO, Pedro de; BAIÃO, António – *Op. cit.* p. 43.

³⁴ BAIÃO, António – O Guarda-mór Damião de Góis... (op. cit.) p. 17.

³⁵ O texto deste alvará está publicado em: RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa : Academia Real das Sciencias, 1871. tomo 1, p. 335-336.

³⁶ Ver apêndice.

o arquivo régio, nas instalações da torre do Castelo de São Jorge, incluído num manuscrito mandado copiar em 1741, que contem “memorias da Caza de Bargaça tiradas de seus Archivos”. A sua elaboração deve-se, provavelmente, a João Duarte Lisboa, “official da reformação do Real Archivo da Torre do Tombo”, que sabemos ter aí trabalhado em 1702 ³⁷.

Por fim, queremos ainda assinalar um índice, em dois volumes, com o título *Alfabeto mistico*, feito por António Dantas Barbosa, nos anos de 1729-1730³⁸, época em que era guarda-mor João Couceiro de Abreu e Castro. Reportando-se, genericamente, a diversa documentação, tem, no entanto, a particularidade de incluir, no início do volume dois, um inventário topográfico do Arquivo da Casa da Coroa, à época composto por vinte armários. A partir dele ficamos a conhecer o modo como estava organizado o arquivo, vinte e cinco anos antes do terramoto.

A todos estes preciosos elementos deverão ainda juntar-se outros dados que podem ser colhidos em bibliografia disponível sobre a própria Torre do Tombo³⁹ e sobre os organismos produtores da documentação guardada no Arquivo da Coroa, bem como, informações existentes no acervo do arquivo, em particular no que actualmente se encontra referenciado como “fundo” e designado por “Arquivo do arquivo”⁴⁰.

Um primeiro esboço da estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa, feito com base nas cartas de Tomé Lopes, no relatório de Cristóvão Benavente e em correspondência de Damião de Góis com o rei, foi já delineado pelos autores do livro *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* ⁴¹, mas esse esforço constitui apenas um ponto de partida para um trabalho de maior fôlego que deverá ter em conta as fontes referenciadas neste artigo. Um trabalho, sem dúvida, complexo mas deveras aliciante, que os arquivistas da Torre do Tombo – pelo facto de se encontrarem na posição privilegiada de terem ao seu alcance todo o material imprescindível para o efeito – podem concretizar melhor do que ninguém. Assim achem por bem aceitar esse desafio!

³⁷ Presumimos que terá sido João Duarte Lisboa quem elaborou o inventário, porque no volume onde este se acha há outros documentos com indicação expressa da sua autoria e também relativos ao Arquivo da Torre do Tombo.

³⁸ Aquando da preparação da sua dissertação de doutoramento (1997) a autora conseguiu autorização especial para consultar e reproduzir este índice, pelo que expressa ao então Sub-director do IAN/TT, Prof. Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa, os seus agradecimentos. Por essa altura, o índice não tinha cota, podendo apenas ser referenciado pelos nºs 58 e 59, correspondentes à cota em vigor quando Silva Marques elaborou o *Index indicum* (1935). A transcrição do inventário topográfico encontra-se na dissertação de doutoramento da autora: RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos* (*op. cit.*). vol. 1, apêndice 3, p. 765-787.

³⁹ Ver referências bibliográficas em: RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos* (*op. cit.*). vol. 2, p. 158-169.

⁴⁰ Cf.: INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO... – *Op. cit.* p. 69.

⁴¹ Ver: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Op. cit.* p. 86.

Apêndice

Livros e papeis que estão nos almarios da caza da Coroa. In *Varias doações, honras, devações, foros e brazões que derão os Reys de Portugal, com o rol dos livros e papeis que estão nos almarios da Caza da Coroa, e Rellação dos fidalgos que captivarão em Affrica, no anno de 1578 a 4 de Agosto por ordem de alfabeto. E outras memorias da Caza de Bargaça tiradas de seus Archivoz*. Mandado copiar por João de Souza Coutinho em o anno de 1741 f. 207-217.

Inventário topográfico do Arquivo da Torre do Tombo, que se reporta ao final do reinado de D. João IV (1656).

(Biblioteca da Ajuda – manuscrito com a cota 49-XII-23)

[P. 207]

Livros e papeis que estão nos almarios da caza da Coroa

Almario 1º a entrada da porta a mão esquerda

Livro 1º de El Rey D. Dinis que consta de doações.
 Livro 2 do mesmo rey de merces e doações.
 Livro 3 do mesmo rey de foraes e doações.
 Livro 4 do mesmo rey.
 Livro 1 de inquerições do mesmo rey.
 Livro 2 de inquerições.
 Livro 3 de inquerições.
 Livro 4 das inquerições.
 Livro 5 de algumas contas das Lizirias.
 Livro 6 das inquerições.
 Livro 7 das inquirições.
 Livro 8 das inquerições honras e davasos d'antre Douro e Minho.
 Livros dos reguengos do termo de Guimaraes.
 Tresllado do livro 5º das inquerições de El Rey D. Dinis.
 Livro 1º de doações, foraes, e merces de El Rey D. Affonço 3º.
 Livro de direitos e transacções entre El Rey D. Affonço 3º e o Bispo e Cabido de Evora.
 Livros dos concertos e havenças a Cidade seo Cabbido do Porto com El Rey D. Affonço 3º

Almario 2º

[P. 208]

Livros de emmentas da chancelaria que comessam do Senhor Rey D. João 3º no anno de 1526 athe a morte do Senhor Rey D. João 4º no anno de 1656

Almario 3º

Livro de foraes velhos.
 Foral de Torres Novas.
 Foral de Garvão.
 Foral da villa de Penella.
 Foral dado ao cazal de Alvo.
 Foral da villa do Vimioza [sic].
 Foral do concelho de Coimbra.

Foral da terra e lugar de Recardães.
Foral da villa de Pampilhoza.
Livro dos proprios da villa de Santarem.
Livro do tombo do Estado da India.
Foral antigo da villa de Santarem.

Esta no Almario 9º

Livro sobre as dividas de entre Moura e das villas de Arouche e Anzinasola.
Livro do tombo das demarcações dos lugares das comarçaz de Tras-dos-Montes e entre Douro e Minho.
Livro das demarcações da Beira.
Regimento do termo de Lixboa.

[P. 209]

Foral da portagem de Lixboa.
Foral da villa de Abrantes.
Livro que conthem as pessoas que têm tenças de El Rey do anno 1523.
Livro das demarcações entre Portugal e Castella pella comarca da Beyra desde Villa Velha de Roda athe Castel Rodrigo de Riba Beira (?).
Foral antigo de Alfayates.
Livro do rezisto das heranças e padroados que a rainha D. Leonor, mulher de El Rey D. João 2º teve, e depois de outras raynhas com alguns foraes de suas villas.
Livro de propios dos reys e raynhas de Portugal com foraes.
Foral e devizes de Aguiar de Pena.
Foral de Castel Melhor e Almendra em tempo de El Rey o Sancho 1º.
Foral de Santarem que foi dado a Villa Nova.

Passou ao Almario 9º

Foral antigo de Castello Bom.
Foral antigo da cidade da Guarda e leis antigas do Reino.
Foral da terra de Sancta Maria.
Foral velho de Faro.
Foral antigo de Beja.
Almoxarifados de Ponte de Lima, Vianna e Caminha no tempo de El Rey D. Affonço 3º e D. Dinis.
Fores velhos com algumas cartas e doações, foral da villa de Penella ao Infante D. Pedro, Duque de Coimbra.

[P. 210]

Almario 4º

Tombo da villa do Torrão e Ferreira.
Tombo de Amorella e outros lugares de qual hê devasario o Conde de Basto.
Tombo da freguesia de Borba da Montanha donatario o mesmo.
Tombo do concelho de Monte Longo donatario o mesmo.
Tombo da freguesia de Morales donatario o mesmo.
Tombo da freguesia de Val de Bouro e de Ribasgarços donatario o mesmo e de...
Tombo da freguesia da Eufrecta [sic] donatario o mesmo.
Tombo do concelho de Penaguião donatario o mesmo.
Tombo da freguesia do Carvalho donatario o mesmo.
Tombo do concelho de Fontes donatario o Conde de Penaguião.
Sentença da Marqueza de Castel Melhor sobre a Caza da Calheta.
Tombo da freguesia de São Miguel de Gemeos donatario o Conde do Pavo [sic].

Tombo da freguezia de Ourixe donatario o mesmo.
 Tombo da freiguezia de Britello o mesmo.
 Freiguezia de Arnoya etc. Chello e Moreira Cacarelle o mesmo.
 Tombo de Montelo Agedo o mesmo.

Almario 5º

Tombo de Villa Pouca de Aguiar donatario o Marquês de

[P. 211]

Castel Rodrigo.
 Tombo de Pena donatario o mesmo.
 Tombo de Cabeceiras de Basto Orens limites donatario o mesmo.
 Tombo otro de Villa Pouca de Aguiar donatario o mesmo.
 Hum caderno com a demarcação de Lazarim.

Almario 6º

Dous tomos que são os tombos das capellas de El Rey D. Affonço 4º.
 Tombo dos direitos de Coimbra.
 Tombo da cidade de Evora.
 Huns cadernos do concelho de Celorico do Basto para emcadernar.
 Tombo dos bens e propriedades, das capellas, hospitaes, etc. da villa de Guimaraes e seus termos.
 Tombo das fazendas que pertencem a El Rey em Cerolico de Basto.

Almario 7º

Tombo da villa do Sabugal e seu termo donatario o dito Conde.
 Tombo da villa de Sinsaes e seu termo do mesmo.
 Tombo da villa de São Luis de Rima [sic] Tamega donatario o mesmo.
 Tombo da villa de Lanhozo donatario o mesmo.
 Tombo da villa de Azere donatario o mesmo.
 Tombo da villa de Toide donatario o mesmo.
 Tombo das villas e lugares de Prestimo e Serem donatario Diogo

[P. 212]

Soares.
 Tombo do concelho de Pena donatario o val [sic] de Castel Rodrigo.
 Tombo da villa de Aguiar donatario o mesmo.
 Tombo do concelho de Pena donatario o mesmo.
 Tombo do concelho de Cabeceiras de Basto donatario o mesmo.
 Foros e direitos da villa de Basto de que hera Alcaide Francisco Cordovil.
 Tombo do Mosteiro de São Pedro de Pedrozo.
 Tombo dos bens do Hospital de Vianna.

Almario 8º

Dous tomos em que estão tres herdades muitos breves que os Summos Pontifeces concederão aos reys de Portugal.
 Livro dos privilegios e breves de Sancta Crux de Coimbra.
 Sentenças que houverão os reys contra algumas pessoas.

Tombo geral das capellas que ha na cidade de Evora.
 Tombo das capellas, hospitaes e alegaria [sic] de Santarem.
 Livro da portagem de Lixboa dado por El Rey D. Fernando.
 Sentença por que El Rey senhor absoluto da demanda que trazia com o Prior do Crato sobre
 lhe mandar derrubar humas ameias na villa de Belver.
 Regimento que levou D. Francisco de Almeida 1º Vice Rei da India rendimento chegando Estado
 da India.
 Livro das villas e lugares da Renuncia digo da Provincia da Estremadura e o que rendia cada
 huma.
 Livro da demacção entre este Reino e o de Castella e

[P. 213]

contrato de paces.

Livro das leis extravagantes

Estes dous ultimos livros se tirarão para as estantes

Almario 9º

Tres tomos das inqueriçoes de El Rey D. Affonço 2º.
 Seis tomos das inqueriçoes de El Rey D. Affonço 3º.
 Dous tomos das inqueriçoes de El Rey D. Affonço 4º.
 Dous tomos das ordenaçoes antigas athe o livro 3º.
 Tres livros das ordenaçoes d'el Rey D. Affonço 5º.
 Livro 6º das inqueriçoes de El Rey D. Affonço 3º.
 Livro dos foros de El Rey D. Affonço 4º.
 Leis de Affonço 2º e D. Dinis no livro que tem por titulo foral velho de Santarem.

Almario 10

Instetuição e tomo do morgado do Licenciado Domingos Cardozo da Fonseca.
 Instetuição da capella da Victoria por Fernão Alvarez da Cunha.
 Instetuição do morgado de Villar (?) Doutor Dias Preto.
 Instetuição do morgado de Manoel da Sylveira frade.

[P. 214]

Instetuição do morgado de D. Julianes da Costa.

Instetuição do morgado de Ruy Carvalho em sua sobrinha⁴² D. Francisca de Noronha mulher
 de D. Manoel Lobo.

Instetuição do morgado de Nuno Mascarenhas.

Instetuição do morgado do Doutor Diogo Gomes Leitão.

Instetuição do morgado e capella de Catharina de Saã em seu irmão Jeronimo Rangel Homem.

Instetuição da capella de São Francisco desta cidade instetuidor D. Antonio de Ataide.

Instetuição do morgado de Diogo Vas morador em Torres Novas.

Testamento de D. Felipa da Silva e instetuição dos morgados dos Eças e Corte Reas.

Instetuição do morgado de Diogo Marmeleiro e sua mulher Catharina de Lemos.

Tombo e instetuição de Thomaz Barros sita na Igreja de São⁴³ da Ameixoeira termo desta cidade.

⁴² Desdobrámos a abreviatura “sª” por “sobrinha”, dado que não parece poder ser “senhora”, pois logo a seguir é dito que D. Francisca de Noronha era mulher de Manuel Lobo.

⁴³ Falta, por certo, uma palavra correspondente ao nome do orago.

Registo de carta, bens e heranças que teve D. João de Portel.
 Instetuição do morgado de Jorge Lopes Gavilho e de sua mulher Maria Nunes em seu filho
 Antonio Lopes Gavecho.

Daqui por diante se não copiou tudo senão sô o que
 me pode servir para della se tirar.

Resenha da gente que havia na provincia de Alemtejo no anno 1527 em tempo de El Rey D.
 Manoel.

[P. 215]

Almario 11

Luzes de Thomar anno de 1580.

Contas [*i. e. cortes*] de El Rey D. Affonço 5º do anno 1451 the o de 1477.

Juramento do Princepe D. Fellipe.

Autos dos juramentos do Estado da India a El Rey D. Fellipe e ao Princepe D. Diogo seu filho.

Dous livros de cartas [*i. e. cortes*] de El Rey D. João o 3º anno de 1535 e leis que se fizerão
 sobre ellas.

Cartas [*i. e. cortes*] de El Rey D. Manoel anno 1498.

Cartas [*i. e. cortes*] de El Rey D. João 2 anno 1481.

Cartas [*i. e. cortes*] de El Rey D. Affonço 5º originaes.

Juramento do Archiduque Alberto para o governo deste Reino.

Autos do juramento e levantamento do senhor Rey D. João 4º no anno 1641.

Original das cartas [*i. e. cortes*] de El Rey D. Manoel no anno 1491.

Procurações dos procuradores de Cortes anno 642.

Procuraçam para o juramento do Princepe D. Fellipe anno 1583.

Procuraçam etc. contas [*i. e. cortes*] de 1646.

Procurações etc. cartas [*i. e. cortes*] de Thomar de El Rey Fellipe.

Declaração e juramento do Infante D. Affonço, filho do Princepe D. João e neto de El Rey
 D. Affonço 5º e o tresllado da comição por onde o dito Princepe ficou governando este
 Reino quando seu pay passou a Castella e a comição por onde ficou governando a
 Princeza D. Leonor quando o dito Princepe passou a Castella aonde seu pay estava.

[P. 216]

Graças e pervilegios que El Rey Fellipe concedeu a este Reino quando entrou nelle no anno
 1582 e cartas [*i. e. cortes*] do mesmo anno.

Hum livro em que estão os contratos dos cazamentos da Senhora D. Maria com o Princepe de
 Parma e da Senhora D. Catharina com o Duque de Bargaça D. João.

Livro da declaração dos pezos e moedas da India.

Almario 12

Estatutos de Florença.

Esta[*tu*]tos de Veneza.

Estatutos do Hospital de Sancto Antonio do[s] Portuguezes em Roma.

Geografia de Bertholomeu e as obras de Marcos Toletano.

Almario 13

Regimento dos alcaides mores do Reino feito por El Rey D. Affonço 5º

Regimento do anadel mor dos espingardeiros.

Almario 14

Sumario que trouce Gonçalo de Siqueira da India sobre duvidas do Governo de Affonço de Albuquerque.

Estatutos do Colegio de São Thomas de Sevilha fundado por D. Diogo d'Eça.

[P. 217]

Livro dos tributos que pagavão os Mouros de Affrica no tempo do Governador Ruy Fernandez de Atayde..

Leis antigas.

Estatutos da Ordem de Cister.

Almario 15 ultimo

Chronica de El Rey D. Affonço Henriques ... outra do mesmo Rey.

Chronica de El Rey D. Sancho.

Chronica de El Rey D. Affonço 3º.

Chronica de El Rey D. Dinis.

Chronica de El Rey D. Affonço 4º.

Chronica de El Rey D. Fernando.

Chronica da tomada de Ceuta por Gomes Eannes de Azurara.

Chronica de El Rey D. João o 1º.

3ª parte da Chronica de El Rey D. João 1º contem a tomada de Ceuta.

Chronica de El Rey D. Duarte.

Chronica de El Rey D. Affonço 5º.

Chronica de El Rey D. João 2º.

Chronica de El Rey D. Sancho Capello.

Chronica de El Rey D. Affonço 2º.

Chronica de El Rey D. Pedro.

Chronica de El Rey D. Manoel com 1ª 2ª 3ª 4ª parte.

Estas chronicas estão nos almarios da caza
antes da Coroa.

A assistência em Portugal na época Moderna. Algumas notas e subsídios

Francisco Ribeiro da Silva

Introdução

Hoje em dia, falar de assistência é falar do direito amplo de segurança social que é reconhecido a todas as pessoas e que compete ao Estado garantir. As matérias com ela conectadas são tão importantes que não há nenhum governo que não lhes consagre um ou mais Ministérios.

Mas para se chegar à fixação dos princípios básicos na lei fundamental de cada país foram necessários vários séculos em que as práticas de assistência assentaram em voluntarismos piedosos e humanitários e foram entendidas mais como actividades generosas de pessoas individuais e de instituições privadas impelidas pelo preceito cristão da caridade, do que como um encargo do Estado.

Por isso, propomo-nos desenvolver o tema acima enunciado seguindo três pistas sugeridas pelo contacto com a documentação histórica:

- a) Que tipo de problemas e carências existiram no Portugal moderno (séculos XVI-XVIII)?
- b) Que consciência social da necessidade de se lhes dar resposta e por quem?
- c) Que tipo de resposta e que soluções?

A) Inventariação de Problemas

O primeiro foi, sem dúvida, o da fome e da falta de subsistências. População subnutrida ou faminta equivalia a gente debilitada e vítima fácil dos agentes veiculadores de doença.

A doença, em quadro de morbilidade normal ou em situações extremas de peste e de epidemias, constituía um mal social grave ao qual sempre se procurou dar resposta, ainda que os meios por vezes se mostrassem desesperadamente ineficazes.

A invalidez, a deficiência física, os mutilados de guerra constituíam problemas e encargos a que a caridade não podia ficar indiferente. Do mesmo modo, a orfandade e a viuvez eram frequentes nas sociedades antigas, com substancial incidência em Portugal devido às circunstâncias específicas do país: desaparecimento de pais e maridos em naufrágios nas frequentes viagens para o Brasil e para a Índia ou por falta de resistência aos climas adversos e pesadas baixas nas levas de soldados e marinheiros.

A pobreza invencível de muitas populações não lhes permitia uma habitação com um mínimo de condições, embora a inventariação de uma parte das casas da segunda cidade de Portugal no século XVII, que era a cidade do Porto, nos deixe a impressão de que os «pardiéis» e até as casas térreas eram pouco numerosas em relação às habitações de sobrado. Mas não tenhamos ilusões quanto a condições de higiene e de conforto. Não sendo conceitos ignorados, era difícil concretizá-los.

Orfandade, pobreza, ociosidade atiravam jovens e adultos para a marginalidade e para a mendicidade urbana que os governos se julgavam, aliás, na obrigação de filtrar e punir.

A mendicidade selectiva foi largamente adoptada em períodos de carências, a expulsão dos indesejáveis foi um recurso de excepção a que as governanças municipais lançaram mão. A prostituição tolerada e até organizada¹ completava este quadro de carência moral e social.

Os enjeitados ou expostos, que se contavam por dezenas nas principais cidades e vilas constituíam outro problema social que as governanças municipais não podiam ignorar ou menosprezar. Os cativos de mouros e os presos nas cadeias, por razões diferentes, preocuparam e ocuparam muitas pessoas voluntárias ou investidas em autoridade.

Não esqueceremos ainda os numerosos peregrinos, que, sujos, rotos e famintos, calcorreavam os caminhos da Europa por motivos penitenciais ou por «turismo» corajoso e aventureiro. Vinham até ao extremo ocidental da Península desde países longínquos do Leste. Encontramos abundantes testemunhos da sua passagem pela cidade do Porto durante todo o século XVII quer nos livros de entrada de doentes no Hospital da Misericórdia quer nas contas da Câmara pelas esmolas que recebiam.

Nesta listagem hesitámos em incluir a velhice, as pessoas da chamada terceira idade. A razão é a seguinte: os velhos existem nas sociedades modernas como grupo social. Mas não apenas como grupo social carecido. Aparecem-nos também na qualidade de grupo detentor de experiência acumulada e, por conseguinte, como grupo prestigiado. Nas Câmaras municipais, os Senados não se recusam a aceitar gente nova, de vinte e cinco anos para cima, mas a média de idades dos Vereadores do Porto e Évora no século XVII, por exemplo, andava à volta dos 51 anos.

Mas seria irrealista pensar-se que a maior parte dos velhos da chamada época moderna chegava ao fim dos seus dias sem necessitar da solidariedade pública. O que pretendemos insinuar é que entravam na lista das pessoas a socorrer às vezes expressamente na qualidade de velhos, mas muito mais na de doentes, inválidos, pobres e mendigos...

B) Consciência social e política dos problemas

Existiria consciência de que o rol das situações apontadas constituía um verdadeiro problema social e moral? Sem dúvida. Tal consciência manifesta-se bem viva nos testamentos e doações de reis, rainhas, nobres, eclesiásticos, pessoas particulares e membros das governanças locais. Mas sentiram-na mais como um desafio a que a piedade devia dar resposta do que como um imperativo de justiça social. Mais que o impulso da reparação de injustiças parece-nos ser o espírito de misericórdia cristã que inspirava as respostas de solidariedade social.

Por outro lado, o que motivava nobres e eclesiásticos, príncipes e senhoras fidalgas a deixarem em testamento ou em doarem em vida somas avultadas para a fundação de instituições de assistência era a necessidade, um tanto ou quanto egoísta, de garantir a salvação da própria alma e de ganhar ou aumentar a boa reputação.

Quanto ao mais, quem precisava estendia a mão. Roubar era sempre uma solução extrema mas as leis e o costume eram muito severos nestas matérias. Reivindicar com violência não se usava, ainda que se conheçam os medos das classes dominantes em situações-limite de fome e não se devam ignorar as utopias da igualdade na distribuição dos bens que surgiram na Inglaterra dos primórdios da época moderna, cujos ecos ténues chegavam à Península Ibérica. A invocação e reivindicação de direitos sociais é uma estratégia que vai ter de esperar os finais de Setecentos e os inícios de Oitocentos para colher eco na opinião pública.

Quanto à Coroa, só mui lentamente é que se foi estabelecendo que era obrigação sua a organização de serviços de assistência. Não que os Monarcas não se mostrassem generosos.

¹ Pelo alvará de 20 de Agosto de 1585, Filipe II prescreveu algumas regras para o exercício desta actividade na cidade do Porto.

Tinham todo o interesse em evitar tumultos sociais que as carências sempre provocavam e gostavam de ser reconhecidos como generosos. Algumas fundações de obras de benemerência social ficaram-se devendo a essa vontade.

A partir dos fins do século XV é já bem visível em Portugal a intervenção régia em matérias de organização da Assistência. Tal movimento adquire motivação política pois não é mais do que do que a aplicação a esse campo específico do objectivo da centralização do poder, prosseguido pelas monarquias absolutas. O rei, reconhecendo-se como «Pai dos Súbditos», (Declaração do Prólogo das Ordenações Manuelinas) não pode alhear-se dos desprotegidos não apenas como cristão mas precisamente como Rei. Por sua vez, as Câmaras municipais despertam para a necessidade de inventar respostas para as carências locais.

C) Instituições de solidariedade social

Que instituições se desenvolveram?

Em primeiro lugar, revitalizaram-se instituições que a Idade Média havia inventado: albergarias para dar pousada e apoio aos peregrinos ou viajantes, hospitais para tratamento de doentes, gafarias para a profilaxia de leprosos, mercearias para recolhimento e auxílio a velhos, inválidos e donzelas pobres, erigidas por gente de posses contra a obrigação de os protegidos oferecerem sufrágios pela alma dos fundadores.

Os problemas dos órfãos foram minorados com o aparecimento de instituições destinadas a recolhê-los. O mais antigo Colégio para Órfãos é o de Lisboa (século XIII), mas outros surgiram mais tarde: o do Porto foi fundado em 1651 pelo Padre Baltasar Guedes a que a Câmara deu o seu apoio. Ainda hoje existe apoiado pela Câmara do Porto, não porém com o mesmo tipo de alunos. Outros Colégios de Órfãos foram fundados em Braga (1790) e em Coimbra (1804) por iniciativa de eclesiásticos². A protecção a meninas desamparadas e órfãs foi garantida pelos Recolhimentos de que o do Anjo na cidade do Porto foi um exemplo acarinhado pela população. Abrigos para protecção de viúvas e reformatórios para recuperação de mulheres foram surgindo aqui e além em várias cidades e vilas³.

Essas instituições e outras semelhantes, voltadas para a protecção aos jovens e mesmo aos recém-nascidos abandonados e enjeitados, marcaram a assistência em Portugal nos tempos modernos. Mas outras provavelmente de maior vulto, de iniciativa ou, ao menos, de protecção régia, assumiram o cuidado dos desprotegidos das idades adultas. Nesse aspecto, os séculos XV e XVI, ainda que na esteira dos tempos medievais, mostram-se muito fecundos. Pela primeira vez, Portugal conheceu, por exemplo, a construção de grandes hospitais em que o compromisso da Monarquia (embora não do Estado como tal) é já evidente.

O primeiro é o Hospital de Todos os Santos iniciado por D. João II (15 de Maio de 1492) em Lisboa, no Rossio, para substituir 43 pequenos hospitais. Apesar do seu entusiasmo, D. João II morreu sem ter visto a sua obra concluída. Mas, no testamento, recomendou ao seu sucessor que a continuasse. Segundo informa Damião de Gois, o Hospital acabado por D. Manuel foi no seu tempo um dos melhores da Europa. Construído à imagem dos hospitais italianos de Florença e de Sena, dispunha de 5 enfermarias que podiam acolher comodamente 130 a 150 doentes. Ao que parece, nos meados do século XVI, eram aí tratados anualmente 2.500 a 3.000 indivíduos.

Para além do Hospital propriamente dito, o instituto prolongava-se por uma Albergaria destinada a peregrinos, com possibilidades de alojamento para 20 homens e outras tantas mulheres.

² OLIVEIRA, P. Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, União Gráfica, 1958, p.356.

³ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, II vol., Porto, Livraria Civilização, 1968, pp.494-495.

Infelizmente, dele nada hoje resta. Um incêndio em 1750 e depois o terramoto de 1755 desmantelaram completamente o majestoso edifício.

Não foi apenas a capital que conheceu a reforma hospitalar de D. João II. O Príncipe Perfeito decidira igualmente a construção de um grande Hospital em Évora, em substituição das pequenas unidades dispersas e de parcos recursos. A execução desse plano acabou também por pertencer ao sucessor, que obteve do Papa autorização para reunir em um só os pequenos hospitais de Évora, Coimbra e Santarém.

Quanto ao Porto, o Rei Venturoso manifestou interesse em construir um novo Hospital, mas infelizmente o mais que conseguiu foi anexar à Misericórdia, em 1521, os três principais existentes, a saber Rocamador, Santa Clara e Cimo de Vila que, ao tempo, funcionavam mais como recolhimento de velhos ou inválidos do que como hospitais em sentido moderno.

A anexação trouxe vantagens na perspectiva da Assistência, pois a partir daquela data o Hospital de Rocamador foi destinado exclusivamente ao tratamento de doentes visto que na cidade nenhum até então tivera essa exclusiva finalidade. Este Hospital prestou assinaláveis serviços mas a sua capacidade era modesta. Em 1597, início de um tempo difícil para a saúde pública, nele foram assistidas mais de 680 pessoas, portuenses e forasteiros, sendo de 56 a média mensal de tratamentos. Em Junho desse ano, ocupadas todas as camas foi necessário porem-se leitos no chão. Até o palheiro da Misericórdia foi utilizado para nele instalar enfermos.

Mas se abstrairmos das situações críticas que significavam sempre os tempos de rebates de peste, o Hospital ia respondendo às necessidades, sobretudo depois da generosa doação de D. Lopo de Almeida em 1584. E assim passou todo o século XVII.

Mas o crescimento demográfico de Setecentos trouxe novas necessidades e mostrou a insuficiência do velho Hospital da Rua dos Caldeireiros. A fundação dos Hospitais das Ordens Terceiras do Porto atenuou as carências mas não as resolveu. A grande melhoria na assistência a doentes apenas foi sentida após a fundação do Hospital de Santo António, nos fins do século XVIII.

Falando da assistência hospitalar em Portugal, não se pode esquecer a fundação do Hospital das Caldas por D.^a Leonor de Lencastre, mulher de D. João II. A construção iniciou-se em 1485 e o estabelecimento é apresentado como o primeiro Hospital termal do Mundo. Dado o seu excelente apetrechamento em recursos humanos e materiais (dispunha de cerca de 100 camas) desde cedo foi muito procurado por doentes de reumatismo.

A Rainha Dona Leonor deixou o seu nome ligado a outra instituição de que falámos acima que surge na sequência das antigas confrarias medievais e que haveria de se mostrar de uma fecundidade espantosa – que ainda hoje subsiste e presta serviços: as Misericórdias. A Irmandade da Misericórdia de Lisboa, a primeira, foi fundada em 15 de Agosto de 1498, data que evoca a potencial prosperidade do Reino que se esperava a partir da descoberta do caminho marítimo para a Índia.

Os estatutos originais (a que sugestivamente se chamou *compromisso*) obrigavam os seus membros à prática das Obras de Misericórdia, as sete espirituais e as sete corporais.

Importa afirmar aqui que as Misericórdias, à imagem da de Lisboa, conheceram uma rápida e contagiante divulgação: no mesmo ano de 1498 mais 9 cidades e vilas de Portugal e das Ilhas açoreanas fizeram seu o compromisso da da capital. Até 1525, ano da morte da fundadora, haviam sido instaladas 61 Casas da Misericórdia em Portugal e nas Ilhas. E dessa data até finais do século, mais 51, três das quais na Índia, se haviam fundado⁴. Também no Brasil a instituição haveria de ganhar raízes fortes.

Apoiadas pelos Monarcas que as cumularam de privilégios e as declararam de protecção real⁵, as Irmandades da Misericórdia cuidaram dos doentes, novos e mais idosos, a quem visitavam

⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Verbo, 1978, p. 353.

⁵ Alvará de 6 de Dezembro de 1603.

e forneciam remédios e alimentos adequados ou internavam nos hospitais privativos; pobres conhecidos e envergonhados eram socorridos por irmãos especialmente encarregados de lhes levar esmolas; aos peregrinos prestavam ajuda de acordo com as suas necessidades; aos encarcerados ofereciam comida⁶.

Algumas das instituições portuenses de assistência a doentes e pobres, anexadas pela Misericórdia, ainda hoje subsistem noutra local e com outro nome: é o caso dos Hospitais Menores da Misericórdia, hoje asilos para a terceira idade desamparada e que no século XVIII acolhiam doentes acamados. No Porto existia ainda no século XVIII, na antiga Rua dos Mercadores, um hospital administrado pela Misericórdia que sugestivamente se chamava «Hospital das Velhas»⁷.

Mas depois das Misericórdias, as instituições de solidariedade e de confraternidade que mais sobressaíram foram as Ordens Terceiras a que acima aludimos. Não estão inventariadas nem muito menos estudadas as que foram fundadas em Portugal. A cidade do Porto conheceu várias, uma de fundação medieval outras do século de setecentos. Ordem Terceira de S. Francisco, Ordem Terceira de S. Domingos continuada pela da Santíssima Trindade, Ordem Terceira do Carmo. As Irmandades do Terço e Caridade e de Nossa Senhora da Lapa, não sendo Ordens Terceiras, enveredaram no mesmo sentido. Os hospitais que ergueram em favor dos respectivos irmãos, ainda hoje prestam assinaláveis serviços, embora tenham perdido algo do seu espírito original visto que os doentes que aí são tratados não precisam de ser irmãos e não são muitos os pobres que aí buscam remédio para seus males.

É de justiça recordar, no entanto, que originalmente os irmãos tinham preferência senão a exclusividade e que, por exemplo, o Hospital de S. Francisco tratava continuamente nos finais do século XVIII 26 irmãos entrevados⁸.

Cabe aqui uma referência às instituições clericais criadas para apoio e descanso do clero envelhecido ou doente como era, por exemplo, o caso do Hospício de Santo António da Cordoaria do Porto pertencente aos Capuchos⁹ ou a Irmandade dos Clérigos.

Instituições das Corporações

A assistência aos desprotegidos em geral era, pois, assegurada por instituições e pessoas eclesíásticas ou leigos organizados em associações cuja palavra de ordem era o cumprimento do preceito cristão da caridade. Pensámos, entretanto, que a Igreja institucional não tinha o exclusivo dessas tarefas. As Corporações de Ofícios desempenharam a sua quota parte nas acções de solidariedade. Embora banhadas pelo espírito religioso, eram essencialmente organizações profissionais. Ora algumas delas tiveram em atenção a velhice e a invalidez visto que fundaram hospícios e casas de acolhimento para os respectivos profissionais já retirados: assim, no Porto, o Hospital do Espírito Santo de Miragaia recolhia mestres de navios e mareantes bem como as suas viúvas em situação de desamparo. O mesmo objectivo tinham os hospitais dos Palmeiros (S. Crispim e S. Crispiniano) dos Sapateiros, o de Nossa Senhora da Silva, dos Ferreiros, e outros. Tratando-se de instituições pequenas, era sempre modesto o número de pessoas socorridas simultaneamente.

⁶ BASTO, A. de Magalhães, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, I Vol., 2ª ed., Porto, Santa Casa da Misericórdia, 1997, pp.368-369.

⁷ COSTA, P.e Agostinho Rebelo da, *Descrição Topográfica e Histórica da cidade do Porto*, 3ª ed., Lisboa, Frenesi, p. 114.

⁸ COSTA, P.e Agostinho Rebelo da, *Descrição Topográfica ...*, p. 142

⁹ COSTA, P.e Agostinho Rebelo da, *Descrição Topográfica...*, p. 102.

Mas há outro aspecto da acção das Corporações de Ofícios que, em rigor, não tendo a ver com a assistência, mostrava contudo algum espírito humanitário e de prevenção das necessidades. Refiro-me à situação das viúvas de mestres de ofício e donos de oficinas. Os regimentos dos Ofícios, regra geral, previam que as viúvas pudessem suceder a seus maridos: assim, os estatutos dos Barbeiros do Porto de 1816, declaram ser «justo atender ao estado e conservação das viuvas». Por isso, as que não tivessem filhos ficariam com suas lojas abertas e com os oficiais que lhe forem precisos. Mas não teriam a prerrogativa de ensinar aprendizes. As que tivessem algum filho que trabalhasse, este não seria molestado enquanto permanecesse com ela.

Tal género de disposições nestes termos ou noutros semelhantes aparece em compromissos de diferentes profissões.

Por conseguinte, órfãos e viúvas mereciam atenção e carinho por parte das dirigentes corporativos¹⁰.

Mas não eram só as Corporações que a pouco e pouco inseriam nos seus regulamentos disposições estatutárias em favor das viúvas. O próprio Estado vai despertando para os novos tempos. Um alvará de 1757 (16 de Dezembro) estipulava que as viúvas de mercadores de retalho, ficando pobres, seriam socorridas pela Junta do Comércio bem como suas filhas. Junta do Comércio, ou seja, um organismo criado pelo poder central. Posteriormente, uma lei de 1761 (17 de Agosto) reconhecia que o estado de viúva era digno de favor e compaixão. Entendemos esta declaração como um passo claro para a adopção de medidas legislativas consequentes por parte do Estado.

Essas medidas aparecerão mais palpáveis a partir do século XVIII. D. João V, em 1721, contemplou com subsídios vitalícios as viúvas dos moradores da Praça de Mazagão (alvará de 30 de Junho de 1721). Por alturas da guerra do Rossilhão, em 1794 (decreto de 20 de Janeiro) estipulou-se que as viúvas e filhas solteiras de todos os militares do exército do Rossilhão que de qualquer modo faleceram naquela guerra, ficavam vencendo o mesmo soldo, pão, fardas e fardetas que venciam seus maridos e pais. Mas as viúvas dos oficiais de primeira plana, de secretário do exercito e dos regimentos de além Tejo e Minho gozariam apenas de meio soldo – que não perderiam se casassem de novo com oficiais de patente. (decreto de 20 de Janeiro de 1794).

As Reformas por tempo de serviço

No decorrer da nossa já longa investigação sobre os séculos abrangidos pela História moderna apareceram-nos notícias dispersas sobre aposentações e reformas por incapacidade de continuar o trabalho ou por conveniência de alguma das partes, com direito a alguma remuneração. Não me refiro a tenças régias que provavelmente nalguns casos foram concedidas para garantir tranquilidade na velhice a servidores régios qualificados ou a suas viúvas.

Refiro-me a disposições legais que configuram situações semelhantes às actuais aposentações ou reformas. As que conhecemos situam-se no âmbito do exército e do ensino. Admitimos que situações semelhantes se verificassem noutros sectores, nomeadamente no dos Tribunais Régios.

Assim, quanto ao exército, o alvará de 16 de Dezembro de 1790 determinava o seguinte:

Aos oficiais que tivessem servido por 35 até 40 anos seria concedida a reforma com o soldo da última patente. (§ 21) Aos que serviram 30 a 35 anos igualmente se concede a reforma com acesso gradual do posto e com o soldo da última patente.(§ 22)

Aos que serviram de 25 até 30 anos com o soldo da sua patente – (§ 23)

¹⁰ CRUZ, António, *Os mesteres do Porto*, vol. I, Porto, Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, 1943, p. 27.

Os que não contavam mais de 20 a 25 anos são reformados na mesma patente com meio soldo. (§ 24)

Não tendo servido 20 anos não teriam reforma, salvo provando-se desastre ou grave moléstia adquirida em serviço com impossibilidade de servir. Neste caso seriam reformados com 1/3 do soldo.

Os oficiais inferiores e soldados não podiam requerer reforma senão dentro de um ano da baixa (no reino) que se alargaria para dois no Ultramar. (Decreto de 21 Julho de 1791).

Um alvará posterior determinava que a reforma dos oficiais milicianos do Ultramar só se concederia por idade ou moléstias incuráveis. (Alvará de 17 de Dezembro de 1802, § 23).

Quanto ao ensino, averiguámos dados para os níveis primário e universitário.

Quanto ao ensino primário, parece ter sido apenas no início deste século XX que os professores, tendo atingido 60 anos de idade e contando 30 anos de serviço, ganharam o direito de reforma, tal como os outros funcionários públicos. A pensão que recebiam era equivalente à média do salário auferido durante os últimos cinco anos, inferior ao que recebiam os carteiros. Antes disso, e a par disso, os professores primários podiam usufruir de um esquema incipiente de segurança social (cuidados de saúde, acidentes de trabalho, doenças profissionais) através de associações mutualistas. Uma Associação de Socorros Mútuos foi fundada em 1897, durou pouco tempo, sendo substituída pelo Montepio dos professores primários¹¹. Por conseguinte, situações reportadas não à época moderna mas à contemporânea.

Quanto ao ensino universitário, os Estatutos da Universidade de Coimbra (1559) contemplavam duas modalidades de reforma: uma a aposentação, outra a jubilação. A aposentação era concedida quando o lente se achava de tal modo abatido e fragilizado na sua saúde e capacidades que se tornara incapaz não só para o magistério como para outra qualquer actividade ligada às Escolas. A concessão da aposentação não era, por conseguinte, ligada ao tempo de serviço. Conhecem-se casos de aposentação na Universidade de Coimbra a lentes que tinham exercido respectivamente por 8 e 16 anos¹².

A jubilação era concedida aos docentes que durante 20 anos tivessem ensinado; a cadeira em que eram jubilados seria aquela que estivessem a reger na altura de completar os 20 anos, desde que a tivessem regido durante «cinco anos completos». As exigências e minudências da contagem do tempo de serviço, faziam com que não fossem muitos os lentes que, no decorrer do século XVIII, se achassem em condições de serem jubilados.

Se as condições económicas da jubilação não eram atraentes (recebiam apenas 2/3 do salário), as condições puramente académicas eram aliciantes: de facto, a jubilação era uma promoção, visto que o lente não perdia regalias, antes as reforçava visto que não só não era obrigado a cessar a actividade lectiva (e, nesse caso, nada lhe era descontado no salário) como ganhava precedência face aos demais lentes. Acrescentaremos apenas que, no decorrer do século XVIII, foi elevada a percentagem de lentes jubilados que foram reconduzidos nas suas cadeiras¹³.

Conclusão

A Constituição Portuguesa de 1822, cujo 180º aniversário acabamos de celebrar, estabelece no seu artigo 19 o princípio da obrigatoriedade da contribuição para as despesas do Estado. E no artigo 3º, em matéria de direitos e garantias individuais, o compromisso do Estado limita-se

¹¹ NÓVOA, António, *Le temps des Professeurs*, vol. II, Lisboa, Inic, 1987, pp. 638-639.

¹² FONSECA, Fernando Taveira da, *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo Social e Económico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1995, p. 472.

¹³ FONSECA, Fernando Taveira da, *A Universidade ...* p. 471.

à declaração de princípios de que o Governo deve dar protecção a todos para conservarem os direitos pessoais.

Mas nenhum artigo toca ou desenvolve as obrigações do Estado em matérias de segurança social. Não se vai mais longe do que a declaração envergonhada no último artigo de que «as Cortes e o Governo terão particular cuidado da fundação, conservação e augmento de casas de misericórdia, de hospitaes civis e militares, especialmente daquelles que são destinados para os soldados e marinheiros invalidos; e bem assim de todos os expostos, montes pios, civilização dos Indios e de quaesquer outros estabelecimentos de caridade».

Quer dizer, no aspecto da assistência e da segurança social, o início da contemporaneidade em Portugal parece continuar atavicamente preso ao passado, confiando-se mais, ao menos aparentemente, no poder da caridade que na obrigação da justiça.

Economia e finanças municipais nos Tempos Modernos (séculos XV a XVIII).

Nota sobre o seu estudo

José Viriato Capela

Esta é uma área de estudos ainda sem autonomia na historiografia portuguesa mas que vem ganhando corpo em muitas obras de História Municipal. Ele é, com efeito, um tema de estudo que emerge na historiografia mais recente em relação com o regime de financiamento dos Municípios Portugueses saído da Revolução de 1974 que como em nenhum tempo de sua História (pelo menos na Época Moderna) recebeu do Estado, e em conjunto, tão largas receitas (por transferência do Orçamento Geral do Estado) e tão larga autonomia para gerir esta receita.

1. Historiografia do tema

O tratamento deste tema na historiografia portuguesa mais antiga deve procurar-se essencialmente na bibliografia que trata a História municipal ou concelhia, em particular aquela que presta uma especial atenção às questões administrativas e económicas da instituição municipal. A História económica e financeira geral não se lhe refere.

Ainda que seja possível rastrear alguns elementos sobre a matéria nas memórias, arbítrios, história e historiografia coeva dos séculos XVI a XVIII, será sobretudo na etapa da crise e vésperas de transformação do Município Antigo (fins do Antigo Regime, pós 1790) e em especial em alguma produção da recém-criada Academia das Ciências de Lisboa que esta temática emergirá com algum desenvolvimento. Há aí nas *Memórias Económicas* (5 vols. de 1789 a 1815) e noutras importantes descrições territoriais e de carácter institucional, importantes contributos para o conhecimento da economia e finanças municipais e algumas delas debruçam-se mesmo sobre pontos da Receita, Despesa e Conta Municipal, seu impacto na administração municipal, na sociedade e economia dos povos. Então muitos memorialistas (sobretudo os economistas ou magistrados) são particularmente críticos dos abusos do governo económico das câmaras, do peso e bloqueio dos seus impostos e serviços municipais na agricultura, no comércio, na indústria, na formação do mercado supra municipal, enfim, no desenvolvimento social e económico das terras e regiões, propondo alguns fixar-lhes o campo e os limites do poder e governo económico pretendendo separá-las, das contaminações e excessos da jurisdição e poder político e judicial.

Há aí por vezes importantes desenvolvimentos sobre a natureza e a estrutura da receita, despesa e conta municipal. É isto quer no que diz respeito à administração das rendas próprias dos municípios, quer no que diz respeito às sisas (encabeçadas) cuja natureza e administração os memorialistas distinguem bem da renda camarária. Relativamente a estas eles salientam ou fornecem elementos que permitem salientar o papel que elas têm na estruturação do poder real nos concelhos e no papel que as câmaras desempenham na sua administração, o que nem sempre se verificará para o futuro.

Ao extinguir as sisas encabeçadas, ao criar a administração distrital, o Liberalismo do século XIX alterou definitivamente o quadro da autonomia até aí detido pelas câmaras concelhias no governo e administração das receitas e contas municipais, como lhe reduziu drasticamente as fontes de receita, já de si débeis. Apesar disso, ou certamente por isso, o século XIX, dito municipalista, não deixou grandes estudos dirigidos a esta matéria. Com a excepção singular, a do discípulo e continuador de Herculano, o grandê investigador do município nos

Tempos Modernos que foi J. H. Félix Nogueira que com o revigoreamento e fortalecimento económico da instituição municipal quer aprofundar o liberalismo e fundar a sociedade socialista e republicana.

Com efeito, F. Nogueira quer fundar um município maior, mais rico e mais independente e para tal dotá-lo de importante parcela do poder público e meios financeiros. O seu *Município Novo* merece realmente uma atenção particular, pela importância que tem na historiografia municipal portuguesa, mas também nas correntes políticas municipalistas ou que apostam na descentralização administrativa (e também concelhia). Ele volver-se-á com efeito o principal inspirador das reformas concelhias e descentralizadoras, em especial a de Rodrigues Sampaio, autor do Código descentralizador de 1878 e da correspondente reforma administrativa que tão largo impacto terá na nossa administração, no município e no desenvolvimento social e regional português do último quartel do século XIX. A sua influência no alargamento dos horizontes da historiografia municipal, certamente por causa do domínio e império da doutrinação e tópicos de Herculano, será menor.

No passado, diz F. Nogueira, o Absolutismo e a tutela administrativa corroera a instituição municipal; no seu tempo (escreve em 1856, sob o impacto do Código centralizador de 1842) refere-se às chagas que continuam a pender sobre o município e lhe limitam o papel e debilitam a acção: opressão do Governo, escassez de território, penúria de rendas, falta de um arquétipo. Mas apesar de Félix Nogueira, continua a ser muito genérica a investigação do século XIX sobre a História Municipal portuguesa, designadamente sobre a Época Moderna e também sobre a organização e os meios económicos e financeiros das câmaras daquele tempo, para que chamará a atenção e trouxera o campo de estudo e reflexão.

Da República pouco mais ficou do que a largueza da reflexão e os projectos e programas de reforma e revalorização da instituição municipal e do quadro de vida social do concelho, expressos designadamente na realização dos Congressos Municipalistas.

É preciso esperar pelo Estado Novo, pelo Corporativismo e Estatuto Nacional do Trabalho de 1936, para assistirmos a um renovado interesse pelos estudos históricos dos concelhos, agora essencialmente virados para o uso histórico e aplicação das corporações, os mesteres, que não para uma vontade efectiva de reforço do poder municipal.

Através deles, em particular a História política, a institucional, a organização do trabalho no quadro do concelho e das instituições municipais e a própria organização municipal foi mais estudada. Mas quem beneficiou mais deste estudo foi sobretudo o município no seu período medieval. Nele a História económica e financeira dos municípios mal foi tratada. Mas tal revigoreamento de estudos não se traduzia nem no revigoreamento do papel político do município como pedia Lino Neto na sua proposta de *O Município no Estado Social Corporativo* (1936), nem no seu reforço económico, vencendo o programa do Código de 1936, sempre centralizador.

Mas publicaram-se neste contexto importantes obras com fontes para a História municipal da Época Moderna que poderiam lançar as bases (e algumas vezes assim aconteceu) da História económica e financeira dos municípios.

Cito de passagem obras maiores deste renovo e orientação: *História da Administração Pública em Portugal*, de Gama Barros de 1945-1954, os estudos de Marcello Caetano sobre o município de Lisboa, dirigidos à Idade Média e para a Idade Moderna e para a História dos mesteres, em especial, *As Corporações dos ofícios mecânicos (...)* de F. Paul Langhans (com estudo introdutório de Marcello Caetano) que publica muitos Regimentos de ofícios e das corporações de Lisboa. Na sua esteira proceder-se-ia a idênticas publicações para os outros maiores centros urbanos e mesterais portugueses dos Tempos Modernos: Porto, Coimbra, Évora, Guimarães, Viseu, acompanhados por vezes de importantes monografias e estudo sobre instituições locais e municipais portuguesas (confrarias, misericórdias...).

E assistiu-se também a publicações sistemáticas de livros de vereações e registos de livros das administrações municipais existentes nos Arquivos históricos das câmaras, onde os aspectos económicos e da sua administração financeira e contabilística emergem nas rubricas e assentos

relativos às receitas, às despesas, às tomadas de contas das câmaras e magistrados régios e são objecto aqui e acolá de interessantes considerações. Nalgumas delas desde logo a exigir mais meios económicos para as terras e municípios, maior enquadramento político para o quadro local e regional que o desenvolvimento provincial e local que então se vive, reivindica.

Foi muito importante a publicação destas fontes, não só pelo suporte a futuras investigações, mas também pelas suas próprias reflexões sobre a História do Município Moderno (com uma forte articulação aos problemas do seu tempo).

Com especial impacto nas orientações da mais recente investigação sobre a História económica e financeira municipal, devem referir-se dois autores maiores da nossa historiografia contemporânea, a saber, A. Silbert em *Le Portugal Méditerranéen (...)* (de 1966) e António de Oliveira em *A vida económica e social de Coimbra (1537-1640)* (de 1972). Elas fizeram, com efeito, convergir a investigação histórica portuguesa dos Tempos Modernos para uma nova fase de aproximação à História Económica e Social regional e local portuguesa e por elas à História Municipal. Na obra de António de Oliveira o enquadramento e a história económica municipal, da sua fazenda e finanças, ganham um relevo significativo no estudo e compreensão da história local e regional.

A História Municipal portuguesa ganhou, como é sabido, grande desenvolvimento na historiografia mais recente pós 1974. Duas condições essenciais estão na origem da abertura deste novo ciclo onde a componente económica teve um particular tratamento: o ciclo de desenvolvimento local de que o revigoramento da actuação municipal é ao mesmo tempo efeito e causa; a ultrapassagem dos paradigmas correntes da História política e institucional, com a revisão dos conceitos de Absolutismo e Estadualismo aplicados às sociedades e instituições do Antigo Regime e recolhidos da historiografia do século XIX.

A primeira condição vai associada à dotação de meios económicos e financeiros e autonomia municipal que permitiu gerir e aplicar esta receita em prol deste desenvolvimento; a segunda condição, à criação de uma alternativa e nova visão corporativa e pluralista da sociedade e instituições de Antigo Regime, que permite olhar a uma nova luz a instituição municipal. Ela está na origem da revisão dos estudos de História municipal, o seu enfoque debaixo de novas perspectivas e traduziu-se mesmo na eleição do município como instituição por excelência do suporte desta sociedade de pluralidades de poderes, que o Absolutismo e o Estadualismo, centralistas, pretensamente anulara. Houve efectivamente uma autêntica explosão de estudos de História Municipal, expressão do revigoramento da nova História Institucional, mas também da valorização da História local e regional.

Embora o século XVII continue a recolher os estudos fundamentais e até os mais amplos e ricos nas abordagens teóricas e enquadramento da História Institucional e Social - com António Manuel Hespanha, Romero de Magalhães e Ribeiro da Silva - os estudos monográficos de História municipal beneficiariam sobretudo os séculos XVIII e XIX, em especial o fim do Antigo Regime e a 1ª institucionalização do município liberal (até cerca de 1850), mas em particular a etapa pombalina e a mariana. Nela são de relevar em especial as múltiplas teses de doutoramento e mais ainda de mestrado dirigidas ao estudo da História da Instituição Municipal que praticamente abrangem os mais importantes municípios portugueses dos Tempos Modernos: Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém, Évora, Viseu, Braga, Viana do Castelo, Esposende, Vila do Conde, Vila Nova de Cerveira, Chaves, Montemor-o-Novo, Alter do Chão, Caldas da Rainha, Mértola, Peniche e Atouguia da Baleia, Vila Nova de Portimão. E a generalidade dos municípios insulares da Madeira e Açores e também São Tomé e Príncipe.

A história institucional do Município na sua conformação e configuração política, social e económica, têm sido os aspectos mais tratados. Mas o papel do Município na administração do território ao serviço do concelho e também do "Estado" tem sido também muito tratado.

Nestas monografias os temas da economia e finanças municipais são agora quase sempre abordados. Com efeito, no essencial, estes trabalhos têm um capítulo dedicado à receita, à despesa e saldo da conta municipal, recolhendo os dados ou dos livros da receita ou despesa, também

chamados do tesoureiro, por vezes da Terça, porque são muitas vezes os livros da feitura e separação da Terça régia, isto é, da tomada de conta das câmaras ao tesoureiro ou do magistrado régio (Provedor ou Corregedor) à câmara para fiscalizar e separar a parte que deve ser enviada ao Erário Régio. Outras vezes tal análise é feita a partir de livros de apoio da contabilidade municipal, de outros registos ou até das actas das reuniões da câmara e suas vereações. Nós próprios orientamos um conjunto de trabalhos no âmbito de mestrados dirigidos tão só ao tema da economia e finanças dos Municípios minhotos, nos fins do Antigo Regime, utilizando em especial aqueles livros de registo da Terça e conta municipal.

O tratamento das finanças e conta municipal aborda, em regra, os seguintes tópicos: a) A identificação e caracterização das diversas fontes de receitas, sua evolução e contribuição relativa das diversas rendas e impostos para o total da receita camarária; b) A caracterização dos diversos tipos de despesa, com observações sobre o significado político, económico, social e institucional das diferentes rubricas e distribuição da despesa; c) A análise dos saldos, da maior ou menor disponibilidade financeira dos municípios e também sobre o volume e significado dos déficits e endividamento municipal; d) Algumas vezes, também, a fiscalização e tomada das contas às câmaras e tesoueiros.

2. Considerações sobre a receita municipal

Nem sempre se distinguem, porém, nestes trabalhos os diversos tipos e natureza de receitas municipais. Mas que é importante distinguir porque lhes correspondem diferente configuração institucional, resultante de diferentes origens, natureza e incidência fiscal, formas de utilização e aplicação, autonomia e liberdade de utilizações. São efectivamente coisas diferentes:

- a) As rendas próprias;
- b) As rendas consignadas;
- c) Os sobejos das sisas.

As primeiras é que são propriamente camarárias. Por isso só elas pagam a Terça de contribuição ao Erário. As demais são receitas de autorização real; são concessões temporárias e têm destinos próprios. A escrituração, fiscalização e guarda destas últimas tem muitas vezes livros próprios e cofres próprios e estão mais directamente sujeitas à fiscalização dos magistrados régios.

Verdadeiramente, a soma destes 3 ingressos é que constitui a totalidade das disponibilidades camarárias. Mas a dispersão dos seus registos e contabilidades, a perda dos livros e registos, pode muitas vezes não permitir ter esta visão de conjunto, nem conhecer e atingir o cúmulo das receitas municipais e levam muitas vezes o investigador a tratar uma parte pelo todo.

Depois há ainda algumas cobranças que podem não entrar na contabilidade municipal e vir à sua escrituração que prejudica também a visão do conjunto, senão da renda pelo menos da fiscalidade municipal que pode, com efeito, não ir no mesmo sentido. Não vem com efeito em regra à conta e registo municipal: a 1/3 das coimas que os oficiais das freguesias podem reter e a própria 1/3 das condenações da almotaçaria como parte e expressão de uma administração «interessada». Há ainda casos em que a conta e escrituração das coimas da almotaçaria anda separada, escriturada e fiscalizada à parte, porque são tidas como consignadas a obras públicas e caminhos, como a lei define e que não pagam Terça Régia, nem vêm à tomada de contas. Como há ainda em alguns concelhos encabeçamentos sectoriais ou descentralização de cobrança das receitas camarárias por unidades territoriais como em Santarém nos chamados «concelhinhos» e em Barcelos nos Julgados concelhios. São objecto como no caso de Barcelos de uma contabilidade própria que é necessário agregar; ou a sua cobrança e montantes contratados, como em Santarém, podendo ser a parte efectivamente cobrada superior ao contratado com as autoridades municipais o que muitas vezes, senão a maior parte das vezes, se deve verificar.

Isto é, a renda e os ingressos totais contabilizados e conduzidos aos cofres municipais podem estar longe de cobrir o total lançado e cobrado sobre os povos. Uma coisa é certa, sempre renda e fiscalidade municipal estão longe de serem valores equivalentes.

E compreende-se neste âmbito como são bem mais largos e dispersos os interesses na renda municipal, como a análise da fixação da receita e despesa tem que percorrer outros caminhos e não pode limitar-se aos livros da Terça, da conta municipal ou outros registos centrais municipais.

É muito variável de concelho para concelho não só a dimensão mas também a composição das receitas camarárias. As maiores “fazendas” municipais estão em regra em relação com a dimensão demográfica e institucional dos seus concelhos e são maiores nos municípios assentes em importantes vilas e cidades. Em geral a natureza e dimensão das finanças municipais são condicionadas: a) Pela maior ou menor compleição urbana e mercantil do município; b) Pelos fluxos mercantis canalizados pelas suas alfândegas, com especial importância quando há alfândegas marítimas; c) Pelo desenvolvimento do seu património fundiário e foreiro ou constituição de certos direitos (passagens, barcos); d) Pela vastidão e compleição rural do termo e concelho; e) Pelos privilégios sociais, fiscais e territoriais assentes e usufruídos por diversos sectores da população concelhia, nobre, fidalga, letrada, militar e popular.

É importante fazer estas distinções e caracterizações das realidades concelhias porque elas condicionam fortemente a constituição de diferentes tipos de receitas que configuram uma dimensão económica e uma organização (administrativa) municipal diferenciada e estabelecem também relações de fiscalidade e de prestação de serviços muito variada dos municípios com a sua população. E estas relações fiscais (com as judiciais que são o seu suporte) constituem ao lado das militares e de recrutamento as relações sociais por excelência deste Municipalismo antigo com os seus povos.

No conjunto contribuem para conferir diferentes tonalidades ao nosso Municipalismo antigo, com clara expressão na sua dimensão e organização institucional, expresso no maior ou menor desenvolvimento de administração directa ou do sistema de arrendamentos ou aforamentos; na distribuição da fiscalidade sobre o mundo rural ou o mundo urbano e dentro deste das contribuições directas sobre as indirectas (e do consumo) e daquele das coimas sobre os foros que por sua vez configuram fiscalidades também muito desiguais.

Em relação com estes diferentes sistemas de organização e compleição da instituição municipal e suas fiscalidades, ora se agravam e se queixam os comerciantes e população urbana pelo excesso do peso de impostos sobre o comércio e o consumo; ora se queixam e agravam os lavradores contra a utilização e apropriação indevida das herdades e baldios; ora se queixa e agrava a população devassa dos termos dos concelhos porque é sobre eles que recai o maior volume de penas e condenações (por ausências às reuniões e festividades, fugas aos serviços, contra-ordenações às posturas e regulamentos rurais e camarários, etc.) de que a população privilegiada e política está isenta.

Ora estas queixas não são o resultado de uma carga fiscal camarária pesada, porque na generalidade ela não o é. Queixam-se, com efeito, contra a sua má distribuição, os abusos dos rendeiros municipais e o uso privado destas receitas e fiscalidade pelas governanças municipais. Muitas vezes e em especial na conjuntura reformista e pré-liberal esta fiscalidade camarária é responsabilizada pelo bloqueio ao desenvolvimento agrário, comercial e social dos concelhos.

No Antigo Regime a relação das câmaras com os concelhos e os povos não é com efeito, de harmonia; é de conflitualidade, oposição e resistência, porque o município comporta-se como um Senhorio, ao serviço dos seus senhores e das suas elites governantes e por estas cada vez mais da Monarquia e Finanças Régias. No essencial, no Antigo Regime é como senhorio que as câmaras devem ser tratadas e portanto também a constituição e gestão da sua renda, ainda que num processo de crescente cerco de ordenamentos jurídicos e poder da autoridade e ordem régia.

Em qualquer circunstância o facto que tem sido em geral por todas as investigações relevado, é o baixíssimo nível de receitas próprias dos municípios portugueses. Com excepção de Lisboa – cujas receitas entre 1750 e 1834 puderam oscilar entre 100 e 400 contos – em regra,

os grandes municípios urbanos não ultrapassaram os de mais elevados rendimentos, 5 contos, o equivalente a uma média dizimária paroquial. A grande maioria das câmaras dos concelhos tem rendimentos insignificantes. O valor global das Terças na Conta Geral do Estado é por isso invisível ou irrelevante.

As razões deste tão baixo nível de desenvolvimento das receitas financeiras próprias dos municípios portugueses no passado, tem que naturalmente ser articulado com as tarefas e funções específicas que lhe cabem e lhe são entregues na antiga organização social e política da Monarquia portuguesa. Desde Félix Nogueira que se tem tirado as conclusões essenciais desta situação, para os municípios portugueses, a saber: a) Na diminuta capacidade de intervenção; b) Na dependência relativamente ao rei ou aos donatários.

No essencial é, de facto, de concordar com F. Nogueira.

Se bem que ao longo da Época Moderna a Monarquia portuguesa pretenda alargar o papel social e político dos municípios e por eles estender e aprofundar o seu poder sobre o território e as populações dela fazendo os testas de ferro para conter e limitar o poder e a ordem senhorial no território, o que obrigava a dotá-las de maiores meios, entre eles os financeiros, o certo é que não melhorou substancialmente o nível dos rendimentos próprios dos municípios portugueses ao longo da Época Moderna (a não ser no século XVIII, a partir de Pombal para alguns com a entrega dos foros dos baldios). O que se passa é que a Coroa não poderia efectivamente correr o risco da concorrência da fiscalidade municipal à sua própria fiscalidade. Quando muito aperta a fiscalização sobre a conta municipal para melhor cobrança de receitas camarárias com que ela própria beneficia por via do crescimento da respectiva Terça e permite a concorrência da fiscalidade municipal nos domínios da fiscalidade senhorial que pretende diminuir. Mas por outro lado a Coroa precisa de concelhos com algumas posses e rendimentos para estruturar a sua administração local e por ela a sua capacidade de intervenção e afirmação territorial. São estes efectivamente os limites entre os quais pode variar a actuação régia relativamente ao dimensionamento político-financeiro das câmaras dos concelhos.

Os equilíbrios à conta camarária são estabelecidos pela autorização régia das rendas consignadas e pela entrega dos sobejos das sisas. Tratam-se de concessões régias, ocasionais e temporárias, cuja utilização fica obrigada a objectivos certos, em regra ao pagamento de dívidas ou obras ou serviços “públicos” régios irrecusáveis. A sua fiscalização é directamente feita pelos magistrados régios e o seu registo e contabilidade apartada para que se não confunda com a renda própria municipal. O recurso às rendas consignadas – em regra imposições sobre o consumo – e aos sobejos das sisas, torna-se na generalidade das grandes câmaras pelos finais do Antigo Regime uma necessidade absoluta sem o qual as fazendas e contabilidades municipais, entram em falência absoluta. Por elas detem a Coroa um controlo definitivo sobre as câmaras. Por isso o peso destes ingressos na conta municipal deve ser bem fixado até porque em alguns municípios eles são maioritários – como a sua análise deve ser feita sob uma perspectiva bem diferenciada da restante receita municipal.

3. A Despesa

O estudo da economia e finanças municipais deve preferencialmente e em primeiro lugar ser observado pelo prisma e pelo andamento da despesa e sua estrutura porque é ela que fixa e comanda os montantes da receita a realizar dirigida em primeiro lugar a pagar e suportar as governanças e a “classe” política municipal que depois configurará a distribuição social desta fiscalidade.

É entre uma lógica de interesses privados (elites governantes, interesses senhoriais) e uma outra de interesses régios «públicos» que deve ser abordada a constituição e gestão da despesa municipal, ainda que seja cada vez maior o cerco que a administração régia faz a esta administração e conta municipal, em particular nos municípios maiores e estrategicamente mais importante e posicionados no território para a realização dos seus objectivos.

Por isso o modo como se gasta e aplica a receita municipal, como se distribui a despesa, obriga necessariamente a uma atenção mais rigorosa no modo como o Estado Moderno se articula e se coloca nas câmaras. E atentar nas duas características maiores da estrutura e aplicação da receita camarária resultante desta articulação:

- a) O crescente provisionamento régio nas receitas municipais que leva a que o município gira cada vez com menos autonomia a receita municipal, que vai fixada por provisões régias;
- b) Os frequentes (nalguns períodos constantes) saldos anuais negativos das contas municipais e por eles o endividamento, que é uma situação quasi estrutural aos grandes municípios e que crescentemente são o resultado de novos serviços e encargos régios fixados na conta municipal.

O provisionamento da conta municipal e o endividamento enquanto resultado da crescente participação da administração régia nas receitas municipais, parecem-nos pois aqui o equivalente à venda e patrimonialização dos ofícios públicos que é comum nos municípios castelhanos e franceses. Em Portugal, a contrapartida à venda dos ofícios para realizar receita para pagar serviços, tenças e ordenados, foi o assentamento dessas mesmas tenças, salários e serviços nas câmaras, sem vender ofícios nem abdicar da tutela das instituições. Antes pelo contrário, pelo provisionamento e pelos socorros dos sobejos das sisas e rendas consignadas aos desequilíbrios da conta municipal, aumenta a sua posição junto das câmaras. Tal está patente numa rápida observação às contas municipais: grande parte das despesas são provisionadas e estão portanto cativas; essas despesas dirigem-se sobretudo a pagar encargos com o “funcionalismo” e serviços régios nos concelhos.

A conta municipal é, de facto, por esta via um indicador essencial da integração do município na ordem monárquica e também do seu papel como principal suporte territorial do “Estado”. Em alguns concelhos, os mais pequenos, a receita vai mesmo toda nessa direcção e nalguns é a necessidade de pagar aos magistrados régios que vêm à terra em correição ou tomar a terça à câmara que obriga a realizar receitas.

4. As sisas encabeçadas: suporte da baixa renda própria municipal

O estudo do financiamento municipal tem também que ser estudado em relação com as sisas encabeçadas porque nelas assenta a Coroa um conjunto de despesas públicas necessárias que não pode assentar nas rendas próprias das câmaras porque as não têm ou não são suficientes. Por elas inviabilizou a Coroa o aumento do crescimento da fiscalidade própria camarária – que não poderia concorrer com as sisas – e dotou as câmaras dos concelhos de maiores meios para o desenvolvimento local dos programas régios e entre eles o pagamento dos seus magistrados e cobrança dos seus impostos. Mas também pelo encabeçamento de sisas a Coroa intervém e superintende mais activamente na administração financeira municipal.

O encabeçamento das sisas que está praticamente fixado com D. Manuel I e será definitivamente contratado com D. Sebastião, foi um contrato que interessou como é sabido à Coroa e aos concelhos.

À Coroa:

- 1) Porque garante uma renda fixa sem custos de cobrança (o Património) com possibilidades de actualização;
- 2) Porque garante à autoridade régia a fixação e autorização das receitas e despesas, continuando a superintender na administração económico-financeira das sisas com o acordo e a submissão das câmaras.

Aos concelhos:

- 1) Porque ficam senhores da repartição do imposto, fazendo-o com alguma liberdade, carregando ou descarregando quem bem entendem;

2) Porque ficam com a garantia da realização dos recursos necessários, mediante as autorizações régias do lançamento de “cabeções” populares e utilização dos sobejos das sisas.

Ora foi na receita das sisas que a Coroa foi assentando progressivamente os encargos e os salários necessários à instalação da máquina judicial, administrativa e fiscal para a construção do Estado Moderno e o seu alargamento ao território e aos concelhos. As rendas das sisas, no seu conjunto e sobretudo a partir dos cabeções que era em regra necessário lançar e repartir pelos povos, é que efectivamente cresceram substancialmente ao longo da Época Moderna porque foi a partir delas que se respondeu às principais necessidades régias e também camarárias. E tal explica porque é que a renda própria das câmaras se manteve tão baixa e pouco progrediu quando não regrediu como se verifica nos mais pequenos concelhos.

Em conclusão: foi a partir do crescimento da receita das sisas encabeçadas que a Coroa alargou os meios e os suportes da extensão da sua estrutura administrativa aos concelhos e ao território. Por elas e pelos seus sobejos e pelas rendas consignadas equilibrou ou suportou os endividamentos das contas camarárias, cuja situação ela própria havia criado, pelo progressivo aprovisionamento de obrigações salariais e serviços régios. Por isso só um estudo conjugado da renda própria das câmaras, rendas consignadas, sisas encabeçadas e seus sobejos é que é possível atingir o conjunto das disponibilidades concelhias, o papel e a responsabilidade da actuação régia, municipal e até senhorial no conjunto das receitas postas à disposição dos concelhos.

Escrituração. Contabilidade. Fiscalização

Estes são domínios ainda pouco estudados na administração municipal do Antigo Regime (e não só). Referem-se em geral os estudos monográficos às etapas e processos de constituição dos seus patrimónios e rendas feitos a partir dos livros ou registos de atombamento das propriedades e rendas, na constituição de uma escrituração mais ou menos cuidadosa das suas contabilidades. Para a 2ª metade do século XVIII, tem sido dado particular ênfase à criação do Erário e reforma do Conselho da Fazenda de 1762 e suas implicações na evolução do registo, contabilidade, contas e fazenda municipais. E em particular à lei de 1766 que transpõe a escrituração do Erário para o ordenamento municipal. Sendo esta referida como a lei dos aforamentos, ela é efectivamente uma lei dirigida à escrituração e ordenamento da contabilidade municipal, através da qual se pretende fixar o recurso à digrafia ou contabilidade de partidas dobradas.

Que grau de aplicação teve esta lei e esta nova escrituração na melhoria do registo e contabilidade da conta camarária?

De imediato, conforme se pode verificar para algumas câmaras, a escrituração da conta municipal adaptou-se ao figurino legal que se manteve de um modo geral ao longo da etapa pombalina. Durante esse mesmo período os magistrados régios, os provedores e também os corregedores foram de um modo geral zelosos e prontos na tomada da conta às câmaras e separação das Terças. Então a tomada das contas pelos magistrados régios transformou-se num momento importante da fiscalização e tutela da câmara e os seus provimentos são instrumentos fundamentais da fixação da ordem contabilística, financeira e económica à câmara, mas sobretudo do seu ordenamento social e político adentro da ordem régia. O fim da administração pombalina e com ela a restauração da ordem senhorial e «privada» na governação e gestão municipal, tudo reperia na ordem anterior. De novo a lei de 1790, da abolição dos donatários, por algum tempo recuperaria o programa pombalino. Mas pouco tempo depois tudo voltaria neste domínio às velhas rotinas e «ilegalidades» camarárias.

A escrituração e contabilidade das sisas encabeçadas recorria ao modelo fixado pelo Regimento das sisas. As Superintendências procedem a autos de lançamentos das sisas anualmente com uma rigorosa orçamentação das despesas autorizadas e provisionadas e das receitas previstas (muitas delas a partir dos valores dos arrendamentos ou dos montantes do ano anterior), pelo confronto dos quais se fixa o valor do cabeção que é necessário lançar aos povos.

A execução anual deve seguir o aprovado no Auto de Lançamento das sisas. A orçamentação com o que significa de previsão e disciplina na autorização da receita e despesa está aqui já fixado como se não praticou em nenhum outro ponto de contabilidade de Fazenda régia no Antigo Regime.

O encabeçamento não significou, pois, em troca do Património, abandonar as sisas à total disposição dos concelhos. As Superintendências a que preside um magistrado régio em obediência ao Regimento introduziram na gestão desta importante receita (em crescimento para a Coroa, ainda que os patrimónios se mantenham mais ou menos estáveis ao longo de vastos períodos) uma importante disciplina, em benefício da crescente implantação do ordenamento legal e serviços régios nos concelhos.

Apesar da disciplina que nos seus provimentos os provedores e corregedores deixaram para se seguir na ordenação de escrituração, fundamentação legal da autorização e provisão das despesas, prioridades nos gastos (despesas) que de algum modo previsionassem e disciplinassem a conta camarária, tal nunca atingiu o plano das realizações do Auto de lançamento e execução das sisas. Mas esse é o modelo a seguir, que só passará porém à Conta Municipal Liberal.

O ensino universitário da História nas décadas de 50 e de 60: as reformas curriculares

Judite A. Gonçalves de Freitas

Resumo

O objectivo proposto na elaboração deste artigo é o de proceder a um estudo crítico do currículo universitário da *História* nas décadas de 50 e 60 através da análise das suas fontes privilegiadas, nomeadamente do Decreto-lei nº 41341 de 1957.X.30, da responsabilidade do ministro Francisco de Paula Leite Pinto, e do Decreto-lei nº 48627 de 1968.X.12, da autoria de José Hermano Saraiva. Os cursos de Filologia (Clássica, Românica e Germânica), de Filosofia, de História e de Geografia são organizados na sequência da reforma da Lei Orgânica das Faculdades de Letras¹. O percurso efectuado na análise do objecto de estudo tem essencialmente em vista salientar as principais medidas reformistas que, a seu modo, corporizam diferentes perspectivas culturais, científicas e político-ideológicas do ensino da *História* nas Universidades. No fundo, trata-se de apresentar o modelo ou modelos de *memória* que se pretende(m) veicular.

“A estruturação dos estudos humanísticos, que consta da Lei Orgânica das Faculdades de Letras em vigor [até 1957], permanece na essência a mesma desde 1911² (...) as reformas de 1918 e de 1930 pouco acrescentaram no que toca ao plano de estudos, ao elenco de disciplinas e ao regime docente. Entretanto, o âmbito das ciências do espírito alargou-se (...) precisaram-se os seus métodos, a sua ramificação crescente criou exigências novas de especialização e de recursos bibliográficos e instrumentais”³.

O texto com que abrimos em epígrafe é extraído do preâmbulo da reforma das Faculdades de Letras de 1957, produzida por Francisco de Paula Leite Pinto (1902-2000), matemático de formação e à data ministro da Educação Nacional, e reflecte uma ideia ao tempo tida da necessidade de proceder a uma alteração sensível no currículo dos Cursos Superiores de Letras que haviam conhecido desde inícios da segunda década do século XX até à referida data pelo menos seis reformas curriculares, traduzidas em oito instrumentos legislativos⁴.

Considerando que na origem as Faculdades de Letras, criadas em 1911 durante o governo

¹ Pensamos vir a efectuar um estudo dos conteúdos programáticos das diferentes disciplinas recorrendo para tal aos livros dos sumários conservados nos arquivos das Faculdades de Lisboa, Coimbra e Porto.

² Pelo decreto de 19 de Agosto de 1911 António José de Almeida regulamenta as Faculdades de Coimbra e Lisboa. São na altura organizados os cursos de Filologia, de Filosofia e de Ciências Históricas e Geográficas (Luís Reis TORGAL, “Do Curso de Ciências Históricas e Geográficas ao Curso de História”, in *História da História em Portugal (XIX-XX)* (dir. Luís Reis TORGAL), Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 483).

³ Decreto-lei nº 41341, DG, 30 de Outubro de 1957, p. 1029.

⁴ Por ordem cronológica: Decreto de 9 de Maio de 1911; Decreto de 19 de Agosto de 1911; Decreto-lei nº 639, de 20 de Novembro de 1916; Decreto-lei nº 4 651, de 14 de Julho de 1918; Decreto-lei nº 4 945, de 7 de Novembro de 1918; Decreto-lei nº 12 677, de 17 de Novembro de 1926; Decreto-lei nº 17 063, de 3 de Julho de 1929 e Decreto-lei nº 18 003, de 25 de Fevereiro de 1930.

provisório da I República, pugnavam pela defesa de uma cultura humanista⁵ (e por essa via apresentavam um mais alto grau de convergência científico-cultural), se comparadas com as propostas legislativas subsequentes plasmadas nas reformas de 1926, de 1929 e de 1930; podemos, no entanto, dizer que desde esta última data a evolução veio a centrar-se na maior especialização e autonomização dos diferentes grupos disciplinares (Filologia Clássica, Românica e Germânica, História, Filosofia e Geografia) e conseqüentemente no reforço do número de disciplinas que constituem a «espinha dorsal» das diferentes licenciaturas dos Cursos Superiores de Letras.

Na verdade, de um ponto de vista estritamente científico, só a reforma sidonista de 1918⁶ teve aspectos positivos ao nível do conjunto curricular dos diferentes cursos superiores de letras, designadamente pelo aumento do peso das disciplinas auxiliares da história na ainda Licenciatura de «Ciências Históricas e Geográficas»⁷. No tocante à história esta resumiu-se ao acrescento de uma cadeira de «Propedêutica Histórica» (seria uma espécie de Introdução geral à História, semestral), ao desdobramento da História de Portugal em dois anos (História de Portugal I e História de Portugal II) e à criação de uma disciplina de «História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa», bem ao «gosto» da época⁸. Os dois instrumentos legislativos posteriores (de 1926 e de 1929) introduziram, o primeiro a geminação da formação em história em «Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas» e em «Licenciatura em Ciências Históricas e Geográficas», e o segundo veio a imprimir a mais duradoura ligação da história à filosofia na «Licenciatura de Ciências Históricas e Filosóficas». Por esta reforma, a geografia alcançava-se a um espaço de ensino mais autónomo. Por conseguinte, a reforma de 1930, é sobretudo formal, já que repousa numa ideia defendida vinte anos antes por Fidelino Figueiredo (1910) que apontava no sentido do desenvolvimento daquela geminação consubstanciada na criação do curso de Ciências Históricas e Filosóficas⁹. Quanto ao conteúdo curricular proposto nesta reforma, são de salientar fundamentalmente a preocupação em retirar a cadeira de «Propedêutica Histórica», o consignar da História de Portugal a um ano apenas e o reintroduzir da cadeira de «História Geral da Civilização». Ao fazer sobressair a filosofia, retira à geografia a «passada importância» no plano curricular, quando mantém apenas a cadeira de «Geografia Humana», no primeiro ano do curso¹⁰. Relembro que a reforma de 1930, no quadro das disciplinas do 4º e 5º grupos, passou a constituir a licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas.

Apesar de tudo, é a reforma de 1930 que reitera a necessidade de defender uma dissertação para obter o grau de licenciado¹¹ e paralelamente exige a execução de um exame de «repetição» em cinco cadeiras, de entre elas a História de Portugal¹². Deste modo, ficaria assegurado o papel do estudo da História de Portugal na formação de uma memória sólida sobre o passado português nos futuros licenciados. Convém dizer, que no plano das reformas do ensino

⁵ Conforme refere A. H. de Oliveira MARQUES, «O plano de estudos do Curso Superior de Letras (...) transmitiu sobretudo uma cultura geral de tipo humanista (...)» (A. H. de Oliveira MARQUES (coord.), «Portugal da Monarquia para a República», in *Nova História de Portugal*, dir. de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, vol. XI, Lisboa: Ed. Presença, 1991, p. 563.

⁶ Cf. por todos, a Reforma curricular das Faculdades de Letras pelo Ministro Alfredo Magalhães (Decreto nº 4 651, DG, I série, 14 de Julho de 1918, pp. 1323-1325).

⁷ Quinze das 30 disciplinas desta licenciatura eram asseguradas pelo grupo de História.

⁸ Sobre a reforma sidonista ver por todos António H. de Oliveira MARQUES, *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, Lisboa: Palas Editores, 1988.

⁹ A duração dos cursos Superiores de Letras era de quatro anos, e na referida licenciatura a história compreendia 20 disciplinas.

¹⁰ Como súpula das reformas curriculares de 1911 a 1930 ver por todos João Paulo Avelãs NUNES, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico, 1911-1974*, Coimbra, Instituto de Inovação Educacional, 1995, pp. 69-91.

¹¹ Esta exigência já se encontrava na reforma de 1918-sidonista.

¹² Era obrigatória a prestação de provas nas disciplinas de História Moderna e Contemporânea, História de Portugal, Psicologia Experimental, História da Filosofia Moderna e Contemporânea e Metodologia.

liceal, os decretos de 1931¹³ e de 1932¹⁴ tudo fazem para apagar as marcas (digo, as reformas do ensino da história pátria) deixadas pelo republicanismo. É também notória a intenção do Estado Novo tirar partido da História como legitimadora dos valores defendidos no presente quando refere: “o Estado sem se arrogar a posse exclusiva duma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional – quer dizer, a verdade que convém à Nação (...) ao Estado compete fixar as normas a que deve obedecer o ensino da História (...)”¹⁵.

A reforma de 1957¹⁶ procede à primeira grande modificação dos cursos superiores das Faculdades de Letras em Portugal ao criar seis licenciaturas, todas especializadas numa área do saber, traduzindo-se estes instrumentos legislativos no que à história diz respeito, na separação em dois troncos disciplinares distintos (História e Filosofia). A licenciatura em história passou a compreender vinte e sete disciplinas, vinte e três das quais originárias do núcleo estruturante da história¹⁷, mais uma de cariz eminentemente filosófico (Introdução à Filosofia); por conseguinte restavam três disciplinas opcionais a serem seleccionadas pelos discentes num conjunto alargado de vinte, asseguradas pelos diferentes cursos ou áreas disciplinares das Faculdades de Letras (Filologias Clássica, Românica e Germânica, Filosofia, História e Geografia).

A diferenciação em relação à filosofia, ou seja a compartimentação da história e da filosofia em dois grupos disciplinares distintos justifica-se, já que “(...) a formação do especialista, e especialmente do letrado, linguista, filósofo ou historiador, deve assentar numa vasta e sólida cultura geral, entendeu-se que um curso superior nunca poderá ser um curso de generalidades (...) na medida em que vagamente visam todo o saber”¹⁸, conforme diz o decreto lei supra-citado.

As verdadeiras causas desta alteração prendem-se com a necessidade de aumentar o número de cadeiras em cada um dos grupos disciplinares e a melhoria da especialização e preparação respectivas, exigidas pelo mais recente desenvolvimento político, económico e social do país¹⁹. Todos os cursos superiores de letras “passam a comportar 5 anos (em lugar dos 4 tradicionais)”²⁰. Daí que a produção de alterações científico-pedagógicas, pelo decreto do ministro Leite Pinto, sejam múltiplas e de relevo:

1ª) A exclusão da Geografia Humana, o único sinal deixado na reforma de 1930 da anterior ligação tida da História com a Geografia. Do mesmo modo, apenas sobrevive da mais recente relação da história e da filosofia a disciplina de “Introdução à Filosofia”, no 1º ano.

2ª) Inova-se ao inaugurar o sistema de cadeiras de opção, dando ao aluno a oportunidade de se inscrever nos dois últimos anos em pelo menos três cadeiras à sua escolha dentro do quadro geral de disciplinas das Faculdades de Letras, em regime livre (sem que excedam as seis cadeiras anuais).

3ª) Surge um novo elenco de disciplinas, especificamente de História da Cultura, por se

¹³ Decreto nº 19 605, DG, 15 de Abril de 1931.

¹⁴ Decreto nº 7 323, DG, 13 de Abril de 1932.

¹⁵ Decreto nº 21 103, DG, 15 de Abril de 1932, p. 625.

¹⁶ Sobre o assunto ver sobretudo Armando Luís de Carvalho HOMEM, “A Idade Média nas Universidades Portuguesas (1911-1987)”, in *Revista da Faculdade de Letras, História*, II série, vol. X, Porto, 1993, p. 353.

¹⁷ Teoria da História (anual); Pré-História (anual); História da Antiguidade Oriental (semestral); História da Civilização Grega (semestral); História da Civilização Romana (semestral); História da Idade Média (anual); História Moderna e Contemporânea (anual); História de Portugal (bienal); História da Expansão Portuguesa (anual); História do Brasil (semestral); Paleografia e Diplomática (anual); História da Cultura Clássica (anual); Arqueologia (anual); História da Arte (anual); Epigrafia (semestral); Numismática (semestral); História da Arte Portuguesa e Ultramarina (anual); História do Cristianismo (anual); História da Cultura Portuguesa (anual); História da Cultura Medieval (anual); História da Cultura Moderna (anual); Seminário (opcional).

¹⁸ Decreto-lei nº 41341, DG, I série, 30 de Outubro de 1957, p. 1031.

¹⁹ Sobre a política de estabilização económica e social do pós segunda guerra ver por todos o recente estudo de Fernando ROSAS, *Salazarismo e fomento económico (1928-1948)*, Lisboa: Editorial Notícias, 2000, pp. 123-150.

²⁰ Armando Luís de Carvalho HOMEM, *ob. cit.*, p. 353.

reconhecer ser “*de âmbito simultaneamente filosófico e historiográfico*”²¹ (5º ano no curso de história e 3º no de filosofia).

4ª) É excluída a História da Cultura Contemporânea, embora se mantenha a História da Cultura Clássica, Medieval e Moderna. Aqui o propósito parece-nos claro, o de não introduzir os «espíritos» nas modernas correntes de pensamento, nomeadamente marxistas, que se revelavam caminhos demasiado perigosos e arriscados, num contexto de guerra-fria.

5º) No âmbito da História de Portugal surgem algumas novidades que nos parecem intencionais e com forte pendor político-cultural e ideológico. A preocupação em substituir a terminologia ‘colonial’ por ‘ultramarina’, (no que respeita à disciplina de “História da Arte Portuguesa e Ultramarina”), assim como a alteração da nomenclatura da cadeira de “História dos Descobrimientos e Colonização Portuguesa” para uma noção mais vaga e, por conseguinte, menos comprometedor, de “História da Expansão Portuguesa”. Em complemento, surge também pela primeira vez a disciplina de História do Brasil.

6º) Diferentemente se coloca a questão da substituição da “História das Religiões”, proveniente do modelo liberal-republicano, por “História do Cristianismo” (5º ano), considerada ao tempo como a religião da Pátria. A cadeira de Teoria da História (anual) é reintroduzida equivocadamente no 1º ano, já que devia apresentar-se como o corolário do plano de estudos.

7º) São definitivamente extintas as disciplinas de História Geral da Civilização e História das Religiões, já citada, a primeira tendo-se assumido durante a I República como uma disciplina de formação generalista ou enciclopédica, a segunda espelha uma concepção mais tolerante e abrangente do ponto de vista pedagógico e cultural, bem ao jeito do liberal republicanismo.

8ª) Surge pela primeira vez uma disciplina de estudos pré-históricos (Pré-História, anual) o que pode querer indiciar uma tendência para a maior abertura às modernas teorias da evolução humana ou o suplantar de alguns preconceitos pedagógicos relativamente ao estudo da origem do homem.

10º) A História da Arte e a Arqueologia surgem reforçadas no número de disciplinas específicas ou obrigatórias e de opção.

11º) Finalmente, o curso passa para cinco anos, sendo o último constituído por um Seminário de onde arrancava a dissertação de licenciatura, dando algum dinamismo à investigação científica nas universidades portuguesas, e mais duas disciplinas – História da Cultura Portuguesa e História do Cristianismo – esta última, naturalmente, pretendia proceder, pela via ensino, à apologia do cristianismo e do catolicismo ocidental. O reforço da componente pátria e a exaltação dos valores nacionais no ensino da História parecem estar aqui ainda bem patentes.

Com efeito, a reforma de 1957 teve o mérito de criar pela primeira vez um curso de história em Portugal e de produzir um conjunto de alterações pedagógicas e científicas de relevo. Muito embora procedendo ao ajustamento de designações de determinadas cadeiras, mais consentâneo com as realidades socioculturais e políticas da época, o novo plano curricular parece ver significativamente acrescido o peso das cadeiras específicas do ramo do conhecimento historiográfico. O aumento do número de anos é justificado pela introdução de novas cadeiras e pelo aprofundamento da actividade científica (através do seminário, no 5º ano), para além da necessidade de alargar o leque de disciplinas da especialidade.

A última reforma operada nos curricula dos cursos superiores de letras durante o Estado Novo ocorreu em 1968 e foi obra do então Ministro da Educação José Hermano Saraiva (n. 1919), licenciado em Direito e Histórico-filosóficas, advogado e professor liceal, e efemeramente, assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa. No plano das modificações do sistema de formação científico-pedagógica dos futuros diplomados, a reforma de 1968, revela-se manifestamente incipiente, quedando-se pela manutenção

²¹ Decreto nº 41341, DG, I série, 30 de Outubro de 1957, p. 1032.

em linhas gerais do mesmo modelo político-cultural subjacente ao elenco de disciplinas da anterior remodelação curricular.

O decreto de 1968 ficará marcado pelo desdobramento dos cursos superiores da Faculdade de Letras em dois ciclos de estudos, viabilizando assim a integração mais precoce e rápida dos diplomados no exercício profissional, com habilitação correspondente ao bacharelato (3 anos). O modelo da reforma de José Hermano Saraiva, ao permitir a profissionalização, findos os três primeiros anos, conduziu a um esvaziamento dos 4^{os} e dos 5^{os} anos e, simultaneamente, reduziu de forma significativa o número dos diplomados com o grau de licenciado.

Esta reforma procede à alteração pragmática da ordem das disciplinas por forma a que o penúltimo ano corresponda às chamadas disciplinas auxiliares da história (Arqueologia, Paleografia e Diplomática, Epigrafia, Numismática e Teoria da História, esta última bem posicionada, já que aparece como o corolário do plano de estudos históricos²²). O 5^o e último ano mantém uma estrutura semelhante ao decreto reformador de 1957: História do Cristianismo, Seminário de investigação e opção.

Deste modo, podemos dizer que o elenco geral de disciplinas permanece em quase tudo semelhante ao plano precedente, não se verificando qualquer tentativa de renovar ou reorganizar científica e culturalmente o anterior plano curricular do ministro Leite Pinto.

Daqui que um dos principais, senão o único, objectivo da reforma de 1968 seja o de criar um ensino superior mais célere e curto, pela introdução dos bacharelatos que habilitavam suficientemente os diplomados que assim ingressavam no ensino preparatório e secundário mais rapidamente, colmatando a “*premente urgência*”²³ de “*formação de pessoal para os quadros das várias actividades nacionais*”²⁴, de entre as quais o ensino.

O decreto da responsabilidade do ministro da Educação Nacional José Hermano Saraiva, manteve-se em vigor até 1974, levando-nos a concluir que a mais importante mexida no currículo do ensino universitário durante o Estado Novo foi a de 1957, essencialmente devido ao facto de, esta última, preconizar um sistema de preparação de professores que a partir daí foi evoluindo lentamente até ao 25 de Abril.

No que respeita ao período pós-revolucionário, aproveitamos a oportunidade para lembrar as grandes alterações produzidas no sistema de ensino da história e na memória veiculada. Todas as tentativas reformistas com sucesso obedeceram ao plano de impor uma nova ideologia político-científica de acordo com os valores revolucionários.

A Universidade de Coimbra, em 1974, foi palco de uma auto-reforma, onde os elencos curriculares tendem a consubstanciar o modelo marxista apesar das manifestações dos opositores se pugnarem pela defesa intransigente da contra-ideologia.

De facto, somente no início da consolidação da democracia se vê ultrapassada esta conturbada fase nas universidades portuguesas. Por alturas de 1978, Sotto Mayor Cardia, reunindo uma reputada equipa de investigadores²⁵, procede à primeira grande reforma curricular após a revolução das flores, ao “*melhor currículo de sempre*” do ensino universitário da história, segundo as palavras de Armando Luís de Carvalho HOMEM²⁶ e de José MATTOSO²⁷. O curso é pensado para quatro anos tendo em conta uma moderna filosofia científico-pedagógica,

²² Cf. por todos o plano curricular (Decreto-lei nº 41 341, DG, I série, 30 de Outubro de 1957, p. 1035).

²³ Decreto-lei nº 48 627, DG, I série, 12 de Outubro de 1968, p. 1553.

²⁴ Idem, *ibidem*.

²⁵ Fizeram parte da equipa: Vitorino Magalhães Godinho, António H. de Oliveira Marques, José Augusto França, Luís de Matos, Luís de Albuquerque e José António Ferreira de Almeida.

²⁶ Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Os historiadores, esses desconhecidos”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXIX, 1994, p. 45.

²⁷ José MATTOSO, “A história que se ensina aos futuros professores de História”, in *A Reforma Educativa e o Ensino da História, O Estudo da História*, Boletim nº 12-13-14-15 (II série), Lisboa: Associação de Professores de História, 1990-1993, vol. I, 1994, 303.

centrada na autonomização de cadeiras específicas²⁸, especialmente do 2º ao 4º anos. Regressam, de igual modo, ao primeiro ano as disciplinas propedêuticas. Esta estrutura curricular terá subsistido sem alterações até 1986, altura em que, por força da integração nas Faculdades de Letras da formação pedagógico-didáctica e do estágio de professores, a mais sensível e ponderada reforma do pós 25 de Abril, veio a sofrer as primeiras modificações. A compartimentação num ramo via ensino e noutro científico-investigativo, fez-se sobretudo à custa da exclusão e/ou fusão de algumas disciplinas consideradas nucleares pela reforma de 1978, por conseguinte prejudicando a formação cultural e científica dos futuros diplomados.

Para concluir podemos dizer que a reforma de 1957, é a que produz as mais significativas mudanças no currículo universitário da história durante o Estado Novo, ao criar a formação específica na história (e *mutatis mutandis* do ofício de historiador), ao proceder a um novo e mais específico elenco de cadeiras, ao actualizar o plano de estudos e, finalmente, ao manter «viva» a dinâmica de produção científica universitária pela exigência da apresentação de uma dissertação final de licenciatura. A reforma de 1968 corporiza, por outro lado, uma alteração formal do ensino universitário da história, com intuitos mais pragmáticos que conceptuais, ao encurtar de um modo geral todos os cursos de letras, habilita suficientemente os diplomados pela introdução do grau de bacharel. A estrutura curricular do curso (sintomaticamente) não se vê alterada, quer do ponto de vista científico-pedagógico quer ideológico-cultural, sendo apenas ajustada às necessidades imediatas de produzir, no tempo curto, um aumento do número de quadros com formação universitária.

²⁸ Ver por todos Armando Luís de Carvalho HOMEM, “A história que nos fez e a história que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto”, in *Revista de História* do Centro de História da Universidade do Porto, vol. XI, pp. 227-240.

O fascínio da cultura medieval na obra de Afonso Lopes Vieira

Justino Mendes de Almeida

Em louvor de um Medievalista – de um grande Medievalista! –, Humberto Baquero Moreno, que contribuição pode dar um pobre filólogo que não quer estar ausente de tão justa homenagem como é a publicação deste volume?

Começo por contar uma pequena história, que me foi muito útil e ainda hoje pode ser útil a alguém. Era eu estudante de Filologia Clássica na Faculdade de Letras de Coimbra, quando um dia, estimulado pelo brilho das exposições do Prof. Rebelo Gonçalves, nessas inesquecíveis aulas de Língua e Literatura Latina, com o atrevimento que a verdura dos anos justificava, perguntei ao Mestre, numa daquelas caminhadas, para mim tão produtivas, da Faculdade para a Avenida de Dias da Silva, sua residência, o que poderia eu fazer para melhorar o meu português oral e escrito. Resposta imediata: «Leia muito Afonso Lopes Vieira, em prosa e em verso.»

Salutar conselho, de que muito aproveitei, e aproveito. Não foi apenas a beleza da forma e a pureza do estilo que admirei: foi também a temática das obras de Lopes Vieira, e hoje reconheço que fiquei a dever-lhe o culto que ainda mantenho a Gil Vicente e a Camões. E porque não dizê-lo? Essa leitura fez revivescer e crescer em mim o amor a Portugal, à sua história, à sua cultura.

Recorro, uma vez mais, a Afonso Lopes Vieira, desta vez para homenagear Humberto Baquero Moreno, nesta hora em que o busto do Poeta, que a devoção municipalista de outro grande Português, Américo Cortez Pinto, fizera colocar no Largo da Rosa, em frente da que foi morada do Poeta e do palácio sede da Academia Portuguesa da História, é deslocado não se sabe para onde. *Sic transit gloria mundi*.

Da admiração existente e do respeito mútuo entre Rebelo Gonçalves e Lopes Vieira há testemunhos irrefragáveis e, de entre estes, o célebre soneto que o Poeta dedicou ao Humanista e que é um dos mais vigorosos, se não o mais vigoroso, louvor da Língua Portuguesa:

Ó Portuguesa Língua, quando um dia
Floresceste nos rústicos cantares,
Quem te diria que, por sobre os mares,
Com tua alma o teu génio cresceria!

Soou na Terra a tua melodia
E pelo orbe criou nações e lares;
Com teu ritmo de impulsos e vagares
Foste laço de povos e harmonia.

Mas, ó Língua sagrada e Mãe gentil,
Tua glória maior de peregrina
E missionária donde o génio flui,

Tu a criaste em terra do Brasil,
Depois que o padre António Vieira ensina
O seu aluno mais preclaro – Rui!

Pertence a Alfredo Gândara, um estudioso da cultura alemã em Portugal, um pormenorizado trabalho sobre *As Raízes da Obra de Afonso Lopes Vieira*, no qual, pensamos nós, se põe em relevo o gosto de Lopes Vieira pela Idade Média, já nos tempos de estudante em Coimbra, através da reprodução de um episódio, contado por Alberto Costa – o infeliz *Pad-Zé!* –, companheiro de Vieira numa certa estúrdia na cidade do Mondego:

«E, como os do seu cenáculo (*Alberto Costa, Emérico de Alpoim, D. Tomás de Noronha, Alberto Pinheiro Torres, Vicente Pindela, Sebastião Nisa e José Perestrelo*) divertia-se infantilmente, poeticamente, com brincadeiras que punham em alvoroço a Alta – como a desses cavaleiros da Idade Média, «que deliciava o Afonso», segundo as palavras do *Pad-Zé*. É de Alberto Costa a descrição:

«Costumávamos percorrer a cidade, graves e silenciosos, em passo de conspiradores, de espadagão em punho, à *Idade Média*. Além do espadagão, todo o vestuário medieval se resumia às calças erguidas até aos joelhos, a batina pelo avesso, uma toalha branca envolvendo a cabeça e um lençol pendido sobre as costas, arrastando-o solenemente como um manto régio. Do nosso grupo de amigos, os mais amantes do medieval eram o Afonso, o Sebastião Nisa, o José Perestrelo e eu. Atacava-se o viandante, a quem no final se perdoava o sacrilégio de não ajoelhar à passagem da *Idade Média*; os futricas da Alta ameaçados de morte, faziam o acto de contrição, e mulher que vagueasse até tarde era raptada e eleita Deusa dos nossos sonhos! Uma noite de espectáculo da Lucinda Simões, a corte medieval, que resolvera honrar a função com a sua presença, entrou num camarote, arrastando as espadas, e pigarreando em urros de fera. Dado o geral e ruidoso espanto dos civilizados, o comissário da Polícia breve nos batia à porta, a cujo chamamento respondemos de dentro:

Nós não somos do século!
 Estamos fora das suas leis!
 Não reconhecemos a sua autoridade!

Os direitos do século prevaleceram, porém, e a *Idade Média* foi coagida a retirar-se, impertérrita, às barbacãs do castelo.»

Alongámos um tanto a descrição, para observar melhor quanto no espírito de Afonso Lopes Vieira, estudante em Coimbra, fervilhava o culto pela Idade Média, mais tarde desabrochado em frutos literários opimos. Falemos, de forma breve, de quatro dessas pérolas medievais.

Seja a primeira *O poema do Cid*, «versão em prosa da gesta castelhana do século XII», com «prólogo» de D. Ramón Menéndez Pidal, exaustivo investigador do mais antigo monumento da literatura espanhola, redigido por volta de 1140 – estava Portugal para nascer, diria Lopes Vieira –, que, com a publicação do «cantar» em 1898-1900, inaugura uma nova era dos estudos cidianos.

Mas, antes de entrar na apreciação da adaptação ao português do poema épico em três cantos, anónimo, sobre os feitos heróicos de Rodrigo Díaz de Vivar, «el Cid Campeador», parece-nos bem transcrever a dedicatória de Lopes Vieira, pelo que representa de respeito pela Mestra insigne, directora desse monumento de erudição cultural portuguesa que é a revista LVSITANIA, de que Lopes Vieira foi um dos redactores-fundadores, e onde foi publicada na íntegra a versão e adaptação em prosa do CID:

À memória
de D. Carolina
Michaëlis de Vasconcellos,
espírito sapientíssimo
e
gentilíssima alma,
cujo labor forte e formoso
segurou, dilatou
o património lusíada:
em penhor de gratidão
indelével,
por lembrança de afecto
e saudade,
o CID PORTUGUÊS
é consagrado.

O *Poema de Mio Cid* é contemporâneo da lírica galaico-portuguesa e, assim, como acentua Menéndez Pidal, Castela com a épica do *Cid*, Portugal nascente com os cantares trovadorescos, contribuíam, par a par, para a grandeza cultural da Hispânia. Esta é uma razão fundamental para que Lopes Vieira, enamorado da Idade Média, desse a conhecer aos seus contemporâneos um texto muito importante que tem a primazia nas literaturas peninsulares. Tanto mais que o herói, celebrado no Poema, recebeu as armas na Sé de Coimbra e, como lembra Menéndez Pidal, mestre de filólogos portugueses e espanhóis, «Hubo en tiempos del héroe un magnate portugués, Martín Muñoz, conde de Coimbra, gobernador de Montemayor y Arouca, que siendo desposeído de su condado en beneficio del yerno del rey Alfonso de León, marchó a Valencia para guerrear en la hueste del Cid. Y conforme con esta realidad histórica, “Martín Muñoz, el que mandó a Montemayor”, es nombrado por el poema al lado del héroe, tanto en las batallas, como en los viajes y en las cortes.»

E porque, ao lado do Cid, combateram cavaleiros de Aragão e Portugal, o Poema não é tão-só castelhano, mas antes hispânico, a solicitar uma versão portuguesa quando já existiam traduções francesas, italianas, alemãs, suecas. Mas, quem enfrentaria em Portugal tal dificuldade? Alguém que «después de haber esmaltado la lengua portuguesa con tantos temas viejos traídos a la sensibilidad moderna, emprendió la difícil tarea de traducir el *Poema del Cid*.» Esse Alguém foi Afonso Lopes Vieira, e fê-lo com tal felicidade, elegância e fluidez que ultrapassou em tudo – salvo algumas pequenas liberdades que teve de usar – a grande dificuldade de pôr em português uma gesta medieval. Trabalho que entusiasmou de tal forma o exigentíssimo D. Ramón Menéndez Pidal, que, ao terminar o seu «prólogo» à versão de Vieira, se serviu de uma exclamação famosa e exuberante do desterrado Rodrigo Díaz de Vivar: «Albricias, Alvar Fáñez, ca echados somos de tierra.»

Um parágrafo apenas para apreciarmos a pureza da versão de Vieira, de acordo com o texto fixado por Alfonso Reyes:

E priso el Çid en esta batalla al conde don Garçía Ordóñez e mesóle una pieça de la barba... e a otros cavalleros muchos, e tanta de la otra gente que non avie cuenta; e tóvolos el Çid presos tres días, desí quitólos a todos. Quando él los ovo presos, mandó a los suyos coger los averes e las riquezas que fincavam en el campo, desí tornósse el Çid con toda su compañía e con todas sus riquezas para Almutamiz rey de Sevilla, e dió a él e a todos sus moros quanto quisieron tomar. E de allí adelante llamaron moros e cristianos a este Ruy Díaz de Bivar el Çid Campeador, que quiere dezir batallador.

Versão de Lopes Vieira:

Prendeu Rui Dias ao conde D. Garcia Ordóñez e arrancou-lhe um punhado das barbas, assim como prendeu a muitos cavaleiros e a tanta outra gente que não tinha conto; e depois

que os houve presos três dias, a todos mandou soltar. Enquanto àqueles guardava cativos, ordenou aos seus que recolhessem quantos haveres e riquezas haviam ficado no campo, e de aí tornou-se com a hoste e o despojo para Almutaniz (*sic*), rei de Sevilha, a quem deu, assim como a esses mouros, quanto reconheceram de seu deles, e ainda do mais que quiseram tomar.

De ali em diante chamaram mouros e cristãos a este Rui Dias de Bivar – o *Cid Campeador*.

Outro exemplo do idealismo medievo de Afonso Lopes de Vieira é *O Romance de Amadis*, reconstituição do Amadis de Gaula dos Lobeiras (séc. XIII-XIV), este prefaciado por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos que, depois de dissertar com a maior proficiência acerca de um texto, sem dúvida de um autor português na primeira redacção – ainda que o texto mais antigo que se conhece seja uma versão castelhana – , concluiu o estudo prefacial com estas palavras de ouro:

«Bem haja pelo serviço que prestou às Letras pátrias.

Oxalá a Nação e o estrangeiro lho agradeçam como merece.»

Uma referência ao *Amadis* de Vieira, dedicado pelo Poeta a seu Pai: «Do pouco que tenho feito, creio que é isto o melhor: eis porque o ofereço a quem, por sua ternura, de longe preparou as possibilidades de eu o fazer», faz lembrar as palavras com que Menéndez y Pelayo qualificou o texto medieval: «O autor do *Amadis* fez alguma coisa mais que um livro de cavalaria à imitação dos poemas do ciclo bretão: escreveu a primeira novela idealista moderna e a epopeia da fidelidade amorosa, o código da honra e da cortesia, que disciplinou muitas gerações.»

Ouçamos Lopes Vieira nas primeiras palavras do seu romance, novela, história, livro ou conto (mais tarde reduzido a *O Conto de Amadis de Portugal para os rapazes portugueses*, que bem poderia ser de leitura obrigatória nas primeiras idades escolares):

«Senhores, ouvide o Romance de Amadis, o *Namorado*. Escreveu-o um velho trovador português, mas depois um castelhano, trocando-lhe a língua e o jeito, da terra lusa o levou. Porém as mais nobres mentes de Espanha já por nosso o dão.

Em Portugal tem a segunda pátria o espírito heróico e amoroso da Távola Redonda.

E o conto é de amor fino e fiel, de português amor, rendido como ele é só.

Ao começar o Romance, invoco a memória do cavaleiro-poeta que o compôs para que me alumie. Invoco a alma de Portugal que aprendeu com Amadis a ser gentil e forte e a prezar a flor da Honra.

E vós que amais com amor heróico e fiel, que amais o amor, ouvide a história como eu a senti.»

Creio que as páginas que deixo seriam suficientes para justificar o título que dei a este meu trabalho. Mas, não podendo ocupar-me, como era meu desejo, de toda a obra de Lopes Vieira de temática medieval, penso, contudo, que há dois livros que não dispensam uma referência especial: *A Paixão de Pedro o Cru* e *A Diana de Jorge de Montemor*.

Do argumento do primeiro, logo nos esclarecem as primeiras páginas:

«Senhores, quero contar como o requer tal tragédia (sei que é vão o desejo) a Paixão de um homem que muito sofreu porque muito amou e, sobretudo, porque muito errou.

Mas conheceu o tamanho dos seus erros porque o cargo de Rei abriu-lhe os olhos.

Por fim devia ter afirmado:

Tinha razão meu pai!

É a história de Dom Pedro de Portugal, que foi tão amado Rei nosso, e que, por má fortuna, veio a conhecer, quando era infante, aquela mulher bem-amada que serviu de formoso e danado instrumento de traição.

Tais erros do infante o mesmo Rei os pagou duramente a vida inteira.

Por isso buscou com tanta ânsia resgatá-los, jogando heroicamente a própria alma ao jurar falso a Deus, erguendo depois tão soberbo e piedoso monumento à mentira – tudo para que o Reino não viesse a ficar ao desamparo até cair nas garras de Castela!

Na mais misteriosa edícula da Rosácea falante do seu túmulo a figura de um monstro dilacera-o e, debaixo do monstro dilacerante, Dom Pedro e *Ela* jazem prostrados em agonia.

Foi desse quadro de pedra que este livro nasceu.

É a dor, o remorso e a morte do amoroso – a Paixão de Pedro o Cru.»

Não se poderia dizer melhor, e tudo, em tão breves palavras. Ao longo do livro decorre toda a história, nas mais íntimas minudências, da vida do infante D. Pedro, desde o dia em que, como corria nas bocas das mulheres, o infante começou a olhar de mais para Dona Inês Peres de Castro, dama de singular formosura, donzela de companhia da infanta Dona Constança Manuel. *Colo de Garça* lhe chamavam por alcunha, e logo por aí se imaginava quão esbelta seria. Com a sua presença na Corte tudo mudara, e o infante D. Pedro, com os seus vinte e cinco anos, sentia bem quanta razão assistiu a seu Avô neste cantar de amor:

... o mui namorado
Tristão sei bem que não amou Iseu
Quanto eu vos amo...

Mas tudo conduz, primeiro ao desterro, depois à morte de Inês. «Senhor, se Inês Peres vive, Portugal morre!», palavras postas na boca de Pêro Coelho, no Conselho reunido em Montemor, e, por fim, as palavras fatais do Monarca: «Dona Inês será degolada pelo carrasco das minhas justiças.»

Não é caso para pensar se Lopes Vieira curou de apurar toda a verdade deste processo histórico; é, sim, de reconhecer, que a tragédia de Inês de Castro deu lugar a um livro que, tal como o drama que o motivou, «que do sepulcro os homens desenterra», emocionou Portugal inteiro.

Como cólofon d' *A Paixão de Pedro o Cru* oferece-nos um artístico e fiel desenho da famigerada inscrição do túmulo de D. Pedro, em Alcobaça, que depois de ser correctamente lida e interpretada pelo Doutor António de Vasconcelos, em 1928, na sua excelente monografia *Inês de Castro*: «Aqui espero a fim do mundo» – sem que cause qualquer embaraço o género feminino do substantivo *fim* –, continua ainda hoje a ser lida e interpretada por muitos com erros flagrantes: «Ate a fim do mundo». Não se torna necessário repetir aqui, porque já o dissemos em outra oportunidade, as razões de ordem epigráfica, artística e linguística que levam a rejeitar a leitura errada que circula.

Diremos, por último, uma palavra acerca d' *A Diana de Jorge de Montemor*, em português por Afonso Lopes Vieira. Logo a «dedicatória» é admirável: «Aos campos do Mondego sagrados de poesia, berço da pastoral, nos quais se abriu o génio de Camões e onde nasceu Jorge de Montemor, é consagrada a ressurreição da *Diana*.»

Poderá, à primeira vista, estranhar-se que estas páginas, dedicadas a um medievalista, se ocupem também de um autor e de um texto quinhentistas. A razão é esta: a *Diana* é uma sequência do *Amadis* com o qual constitui um díptico, e a matéria, sendo outra, o espírito é o mesmo. Sireno na *Diana* é o Amadis dos pastores. Os elementos líricos, nativos, viventes desde os Cancioneiros, percorrem a Hispânia medieva, desabrochando em frutos de raro sabor. Talvez devesse optar por outros livros de Vieira: *Santo António*. *Jornada do Centenário*, folhas de viagem enviadas ao *Diário de Notícias* e redigidas com base na *Legenda prima*, «o documento essencial da Vida de Santo António»; ou então, *Inês de Castro na Poesia e na Lenda*, que é o desenvolvimento de uma conferência pronunciada no claustro do Mosteiro de Alcobaça, seguido do fascinante soneto dos túmulos, dito ali pelo actor Augusto Rosa, como glosa da rubrica ATÉ AO FIM DO MUNDO (leitura errada da inscrição do túmulo de D. Pedro, como já dissemos, mas que nem por isso retira beleza poética ao soneto que bem podia designar-se «da Saudade»).

Tal o *Amadis* foi a *Diana* um de aqueles brevíários que tocaram e moveram o coração dos europeus, diria Lopes Vieira. O grande Cervantes considerava-os «dois magos livros», um na Cavalaria, outro na Pastoral, ambos produto do génio português na Hispânia. Lope de Vega, por sua vez, deixou este díptico imortal:

*Monte Mayor con su Diana
Ennoblecíó la lengua castellana.*

Sobre a fortuna europeia da *Diana*, e muito mais, como o lusismo nunca desmentido de Jorge de Montemor, percorra o leitor o substancioso «prefácio» que Lopes Vieira faz preceder à transposição espiritual do texto castelhano, «condensando-lhe a alma muito mais que vertendo as palavras em que ela se exprimia». Objectivo plenamente conseguido, uma coluna mais, sustentáculo desse templo admirável onde se conservam para sempre as obras-primas dos autores portugueses dignos deste nome.

Quanto mais deveria eu mencionar? Mas o tempo e o espaço impõem limites implacáveis. Pesa-me não ter falado das «Demandas do Graal» ou da «Vida de Santo António» ou dos poemas de índole medieval, às dezenas na sua vasta obra em verso. Resta-me a consolação de ter evocado um arauto da cultura medieval portuguesa, em louvor de um Mestre do Medievalismo português: Humberto Baquero Moreno.

Termino, com a esperança de que Afonso Lopes Vieira, «preceptor seguro da sensibilidade portuguesa», diria António Sardinha, seja mais lido por quem deseje desenvolver em si o gosto da pureza da Língua. Vamos mais longe: por todos aqueles para quem «Portuguesismo ou arte de amar Portugal» não são palavras vãs; antes signifiquem devoção aos valores essenciais da história, da literatura, da arte, dos «barões assinalados», da alma do povo, enfim, de tudo quanto eleva o espírito da Pátria.

Triunfos e agruras de um medievalista **(A propósito do Bispo-Conde D. Fr. Francisco de S. Luís Saraiva)**

Luís A. de Oliveira Ramos *

No século XIX, Frei Francisco de S. Luís (1766-1845), monge da Congregação de S. Bento de Portugal, foi considerado um dos intelectuais e políticos mais brilhantes da sua época, versando temas de história medieval muitos dos seus escritos. Ao findar o século XX, Lisboa dedicou-lhe um dos seus arruamentos sob o consulado municipal do Dr. Jorge Sampaio, na presença do Presidente da República Mário Soares.

Formado segundo os princípios empíricos e antiaristotélicos da universidade pombalina, leitor da *Enciclopédia* e dos filósofos franceses antes dos trinta anos (segundo uma lista onde não faltam Voltaire e Montesquieu) como compras pessoais, o Doutor Frei Francisco deixou lembrança pelos variados postos desempenhados na sua Congregação de organista a Secretário, de Companheiro do Geral a Visitador, e Abade do colégio de Coimbra. Evidenciou-se ainda por dar a conhecer eventos principais da Revolução Francesa em expansão aos religiosos do seu convento, no respectivo Dietário, em 1797. O futuro professor de Teologia e de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes em Coimbra (1817-1820), além de ser cronista-mor dos monges de S. Bento, avulta, depois, na resistência contra o imperialismo napoleónico em 1808, não obstante a sua cultura afrancesada. Mais tarde, segundo um contemporâneo fiável, ajuda a trazer à causa dos revolucionários do Sinédrio, fautores da Revolução de 1820, um dos chefes militares do Minho e, bem antes da Guerra Peninsular, tivera uma episódica passagem pela maçonaria, na loja «Amor da Razão», onde o arrolam entre os irmãos com cota em atraso, informa um processo inquisitorial do início de oitocentos. Tido como um dos homens mais capazes da Universidade desde a juventude, e no contexto vital antes apontado, não admira que, depois da Revolução Liberal de 1820, seja chamado a representar a Universidade de Coimbra na Junta do Governo Supremo do Reino, nesse Verão, por escolha dos chefes revolucionários.

Os documentos mais significativos que concebeu, de acordo com os seus colegas do Governo Revolucionário, consubstanciam-se já na hábil Carta a D. João VI a explicar as razões da Revolução de 1820 e a necessidade de se elaborar uma constituição, já no Manifesto aos Povos e Nações da Europa, peça de história e de arte política, na qual se conta o arranque do vintismo e os seus fitos monárquicos, constitucionais e religiosos.

Eleito regente pela Constituinte de 1820-1822, surge como o mais votado entre as personalidades que formarão a chamada Junta de Regência. Nesta qualidade, da sua pena saem as bases de uma Constituição (nunca utilizada), onde entre os direitos fundamentais, introduz, a igualdade, a par da liberdade, igualdade que só na lei fundamental de 1976 aparece numa Constituição de Portugal. Do mesmo passo, está atento às relações internacionais, a fim de evitar ingerências hegemónicas estrangeiras, em particular da Espanha. Na mesma época, enquanto cidadão usa o seu direito de intervenção na coisa pública, remetendo às Cortes Constituintes uma Memória sobre a Agricultura, fruto da sua experiência de profundo conhecedor do grande potentado agrícola que era a Congregação de S. Bento, das funções de gestão por ele aí sucessivamente assumidas e das reflexões antes publicadas sobre a matéria. A este propósito,

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

lembro o meu estudo “Frei Francisco de S. Luís e a Agricultura”, publicado nos *Arquivos do Alto Minho* (1972). Quer dizer, mesmo sem ser constituinte, participa activamente na política parlamentar, nomeadamente pelas reflexões sobre o teor da Constituição.

Nomeado Reitor da Universidade e coadjutor da diocese de Coimbra em 1821, desejou que na Faculdade Jurídica se ensinasse o direito constitucional, ou seja, o direito em vigor na monarquia portuguesa e, mais do que isso, empenhou-se em que os alunos estudassem e os professores cumprissem as suas obrigações de “mestres e inventores”, conforme já os Estatutos pombalinos de 1772 exigiam. Bispo de Coimbra, entre 1822 e meados de 1823, exerceu de facto o seu munus pouco mais de seis meses. Procurou, tal qual fizera na Universidade, saber do património e rendas da diocese, regular a administração do bispado, vigiar pelo bom exercício das obrigações do clero, inclusivé, em relação ao novo regime, convicto de que não havia contradição entre a liberdade e os princípios do catolicismo. Por alguma boa razão o teórico maior do liberalismo, Alexandre Herculano, chamará à liberdade «filha primogénita do Evangelho».

Não foi, como alguém estampou, num excelente dicionário de história (Lisboa 2000), um bispo desleixado.

Na verdade, quanto a iniciativas de largo alcance, duas, fundamentalmente, individualizam o governo de Saraiva. Uma, tomou-a a requerimento dos Poderes Constituídos, outra, resultou de imperativos do magistério episcopal.

Assim e em primeiro lugar, D. Fr. Francisco encarregou o promotor e o provisor da diocese de averiguarem os rendimentos e os encargos legítimos da mitra, do cabido e dos membros e componentes em exercício deste, bem como os proventos da fábrica da catedral. Independentemente da informação a enviar para Lisboa, tal inquérito ia ajudar o prelado num ponto em que ele estava pessoalmente interessado, qual era avaliar, em concreto, a situação financeira do bispado, a fim de, no futuro, proceder à exacta arrecadação dos respectivos réditos e vencer o depauperamento que em tal domínio se verificava por rebeldia dos povos e outras dificuldades.

Eis porque, quando, após a «Vilafrancada», o taxaram de avarento e perdulário, ele há-de explicar que as rendas do bispado estavam reduzidas a um terço, prontificando-se, outrossim, a «dar contas específicas e individuais» da sua administração. Os gastos que fizera tinham sido legítimos, avultando entre estes cinco mil cruzados de esmolas, o sustento da sua casa e família, bem como o alimento de 4 estudantes universitários pobres, três dos quais viviam no Paço e um em casa particular.

Em segundo lugar, verificando a impossibilidade de iniciar imediatamente uma visita geral ao bispado, pois a próxima reunião das Cortes chamava-o a Lisboa, nomeou para o efeito visitantes gerais. Na verdade, desejava informar-se sobre as necessidades da diocese e, designadamente, conhecer o «caracter, indole, costumes e doutrina» tanto dos sacerdotes como dos fiéis que a compunham, a fim de melhor exercitar o magistério episcopal.

Para assegurar o êxito de tal missão, elaborou circunstanciadas instruções em que fixa aos visitantes incumbências especiais no plano espiritual e temporal. Além do mais, neles explicita defeitos a combater, como ainda o teor das obrigações exigíveis aos párocos, demais eclesiásticos diocesanos e também os problemas específicos dos seculares assistentes na diocese. Defendia que era fundamental preparar padres à altura do respectivo munus, tal a importância dos párocos junto dos fiéis.

Enquanto ministros duma religião de paz e de caridade, tocava-lhes, fundamentalmente, o encargo de instruírem os fregueses com doutrina e exemplo, proporcionando-lhes, no dia a dia, os benefícios, não só do seu magistério, mas também da sua caridade e benevolência. Na biografia escrita sobre um pároco regular, louva-o por ser «adorado dos seus Freguezes, a quem com grande desvelo, e não menos discrição administrava o pasto espiritual da Doutrina, e Sacramentos, acudindo-lhes ao mesmo tempo com exemplar caridade em suas necessidades temporaes, e fazendo para com elles os Officios de Pai, Mestre e Amigo. O seu trato e comunicação familiar era cheio de suavidade, alegria, e brandura, mas temperado com tal prudencia, que no exercicio publico de seus Ministerios era sempre de todos respeitado, e obedecido».

Assim, ao definir o apostolado dos párocos conimbricenses, D. Fr. Francisco manda, em primeiro lugar, que eles inculquem, com austera simplicidade, «nos animos doces e singelos dos seus ouvintes» a mensagem do Senhor, ou seja, o *pasto espiritual da doutrina*, que refere na biografia do pároco de Tibães, Fr. António do Rosário.

Constituíam corpo dessa mensagem, a transmitir e explicitar pelos sacerdotes, *as verdades santas, os misterios da religião e os preceitos de moral cristã*, sem os quais os homens não podiam «alcançar a verdadeira felicidade nesta vida e muito menos na eterna».

Da instrução ministrada, primeiro na catequese e depois nas práticas, esperava-se a germinação entre o povo de uma fé «viva e razoável» nos dogmas, um «conhecimento claro e bem fundado» da santidade das normas da doutrina de Cristo e a consciência «da necessidade de as praticar», como ainda, uma «confiança firme» nas promessas de Deus.

Em contrapartida, para garantir a seriedade das ideias adquiridas a respeito do dogma, dos costumes e das cerimónias sacras, impunha-se extirpar as práticas supersticiosas, as falsas devoções e as falsas crenças que maculavam a piedade popular comum.

Era uma medida tendente a despaganizar o Cristianismo, de resto, semelhante às propagandas por outros sacerdotes europeus no período das «luzes».

Simultaneamente, o bispo Saraiva recomendava e exigia que os párocos esclarecessem os fiéis acerca do significado e graças dos Sacramentos (afinal, sobre a natureza e valor do *pasto espiritual dos sacramentos*) por forma a que o povo, recebendo-os, alcançasse melhor e com mais conhecimento, os benefícios espirituais próprios de cada um deles.

E se urgia levar a efeito empenhada elucidação sobre os Sacramentos em geral, principalmente urgia esclarecer os crentes no concernente à natureza e graças da Extrema Unção. Em regra, o povo temia esse sacramento que associava à ideia do fim iminente. Ora, a Extrema Unção, quando administrada em tempo próprio, estando o paciente lúcido, provocava, sim, santas reflexões e sentimentos e preparava o moribundo para o fim, em união com Deus.

Por saber que havia sacerdotes que davam os Sacramentos apressadamente, sem a unção requerida pela sua santidade, queria o prelado que os párocos fossem prontos e precisos na execução de tais actos que tinham de correr nos termos cerimoniais e rituais estabelecidos pela Igreja.

De visita aos exangues, os curas tinham ainda obrigação de os consolarem e, do mesmo modo, pertencia-lhes levar os benefícios da sua caridade aos aflitos, fossem eles doentes, miseráveis ou atribulados, para lhes significar que, como filhos «dilectos da Religião de Jesu Christo», nas suas verdades e promessas encontrariam uma fonte de paciência e alívio.

Exercitando a pastoral – é D. Fr. Francisco que o afirma com uma sabedoria feita de experiência – ficavam os párocos atreitos a tentações de notória gravidade. Eram elas a tentação, mesmo o abandono à cobiça e à avareza, exercitadas em detrimento dos necessitados. O bispo de nenhum modo podia tolerar semelhante comportamento e, muito menos, que se exigisse ou aceitasse fosse o que fosse pelo baptismo e enterro de meninos expostos, ou pelas certidões que se passavam às amas por força do seu ofício.

Nos seus párocos, servidores atentos da comunidade, sacerdotes de honorabilidade e zelo verdadeiramente apostólico, queria D. Fr. Francisco de S. Luís ver arautos da caridade, da paz e da benevolência geral.

Ora, para assegurar a paz interior, ao lado da paz social, havia que estabelecer o bom entendimento entre os homens desavindos, inclusivé por motivos políticos. Neste particular, fundamental era que as pessoas cumprissem as suas obrigações, respeitassem as leis e os poderes públicos. Em época particularmente conturbada e confusa, quando instituições velhas de séculos, na aparência permanentes, mudavam, o prelado conimbricense chegou a pedir aos párocos para elucidarem os fiéis sobre a natureza e benefícios do liberalismo recém estabelecido, mostrando a concórdia entre as suas máximas e os ditames do Cristianismo.

Aos padres tocava acatar as leis estaduais, fugir aos negócios profanos, a fim de se cingirem aos imperativos do seu cargo, um dos quais era contribuir para o sossego e harmonia dos espíritos, mostrando, nomeadamente, «a harmonia das Instituições Civis com as Religiosas», e de

nenhum modo tratar, com intenções reservadas, de questões especiosas, de difíceis ou obscuros dissídios teológicos, de controvérsias políticas.

Quanto a aspectos materiais, o bispo manda inquirir da dignidade, asseio e apetrechamento dos templos e sítios de culto, inculca a recta aplicação dos seus dinheiros e esmolos.

D. Frei Francisco termina as instruções explicando aos visitantes o processo de elaboração de mapas expressivos, já da situação do bispado em geral, já de cada paróquia, os quais, mais tarde, facultariam ao bispo um panorama correcto do estado da sua diocese.

No dizer de Saraiva, o acervo dos trabalhos que promoveu no bispado, ficou muito aquém das necessidades e aquém dos projectos que realizaria se se mantivesse em Coimbra, pois apenas exerceu o cargo uns seis meses. «Por infelicidade sua, confessa ao monarca, não pode o Bispo alegar no desempenho dêste Êmprego serviços iguais aos que fez no Govêrno da Universidade».

A sua obra no sector episcopal, não é, efectivamente, vultuosa, mas estudámo-la com o cuidado possível no volume intitulado *O Cardeal Saraiva* (Porto 1972), de que respigamos os tópicos deste texto. Como o próprio confessa, «não deixou nenhum negócio eclesiástico por resolver», fez ainda algumas notas pastorais e, em escassos meses, definiu as iniciativas de que carecia para, de futuro, buscar solução para os problemas da diocese de Coimbra, tanto no plano económico, como no plano eclesiástico. As instruções minuciosas que deixou aos visitantes, na sua tridentina função, «mostram o zelo que tinha pelas coisas de religião e a boa ordem em que mantinha a administração episcopal».

Eleito deputado às Cortes de 1822, apesar de continuar à frente da Universidade, também não vê no exercício do cargo algo que desprestige a prelatura escolar ou o sôlio episcopal. Utiliza a ressonância da posição política para, no Parlamento, defender, com serena eficácia, a Universidade que rege de arroubos políticos fora de propósito.

A este respeito, sem nos alargarmos em pormenores, recorde-se que o Reitor Deputado, em intervenções inéditas, pautou o exercício do munus pela concisão, pela oportunidade e pela clareza, sobretudo em aspectos do foro da Universidade e do ensino em geral, nomeadamente quando havia polémica. Também focou temas de ordem assistencial, ultramarina e eclesiástica, pronunciando-se, com lucidez, sobre a política interna e externa da Nação na óptica da sua independência e liberdade.

Por ser liberal, depois da Vilafrancada (1823), demitiu-se da reitoria e foi obrigado a resignar do bispado entre uma saraivada de calúnias facciosas, despidas de fundamento.

Exilam-no durante anos no mosteiro da Batalha, está de residência fixa em Ponte de Lima, sua terra natal, quando em 1826 fazem desaparecer D. João VI. Na Batalha escreve uma “Memória Histórica” sobre o grande cenóbio medieval, fundado nas fontes do arquivo do referido monumento, que oferece à Academia Real das Ciências, onde entrara ainda no século XVIII. Durante a sua curta realeza, D. Pedro IV outorga a Carta, fá-lo conselheiro de Estado, o país legal, em eleição directa, fá-lo deputado, o parlamento entrega-lhe, por sufrágio, a presidência da Câmara dos Deputados, que já ocupara em 1822.

Trata-se agora de um homem empenhado na política, onde torna claras antigas opções moldadas pela experiência inglesa. Com o regresso do rei absoluto, em 1828, segue prisioneiro para o então isolado convento da Serra de Ossa, onde fica em condições penosas. Semana a semana, o ministro de D. Miguel, Conde de Bastos, informa-se possivelmente do rigor da detenção, em correspondência regular com o superior do convento. E se o fazem penar no cativo, em pequena cela e exíguo recreio, com graves limitações dos deveres sacerdotais e impossível convivência com os frades locais, deixam-no consultar a parca biblioteca do cenóbio. Aí inicia a recolha de elementos para uma História de Portugal, aí traduz Séneca, o filósofo estoico. Resultados dessa labuta, estão desde o século passado publicados nos 10 volumes das suas obras, onde campeia o medievalista.

Em 1834, livra-o da prisão o duque da Terceira, em rota militar vitoriosa, após seis anos de aleivosa detenção, controlada ministerialmente desde a Corte.

É então um monárquico cartista convicto, fiel, como sempre, aos Braganças da linha de D. Pedro. Em 1834, ocupa o Ministério do Reino, depois da morte do duque imperador, e nomeia os prefeitos, como então eram designados os chefes das províncias, criados pela aplicação da legislação de Mousinho da Silveira. Estas e outras medidas suas causam polémicas, que melindram e debilitam moral e fisicamente quem saía de um longo cativeiro.

Deixa o ministério do duque de Palmela, torna-se par do Reino, continua a exercer as funções de guarda-mor da Torre do Tombo, onde o antigo paleógrafo, cartorário e cronista maior dos beneditinos renasce para acolher, nos arquivos nacionais, os fundos das extintas ordens religiosas, para incentivar a catalogação dos documentos do pretérito de Portugal, conforme o objectivo básico dos seus estudos históricos sobre a Idade Média, sobre a época dos Descobrimentos, sobre a abertura à Europa das «luzes» no século XVIII. Com o Setembrismo, este moderado retira-se da vida pública, consagra-se tão só à investigação, mesmo se tem de recorrer aos amigos para sobreviver. Vale-lhe o lente da Politécnica do Porto, Francisco Joaquim Maia, que lhe empresta dinheiro para as despesas do dia-a-dia. Nas eleições resultantes da Constituição de 1838, volta a ser eleito deputado, mas resigna por motivos de saúde.

Sem embargo, vêmo-lo assessor, não só oficial como privado, da pasta dos Negócios Estrangeiros para as relações com Roma. Defende o que entende serem os direitos missionários dos portugueses a ponto de lhe chamarem jansenista, mesmo se, em simultâneo, minuta correspondência tendente a uma retoma oficial e digna, das relações com a Santa Sé, a seu ver indispensável à paz e serenidade das dioceses e dos povos, aquém e além-mar.

Quando, enfim, se julga livre, livre para os trabalhos do espírito e da história, morre o patriarca de Lisboa e a Rainha elege-o para esse cargo singular, compelindo-o a entrar, de imediato, em funções. Dura tarefa esta, tantos e tão prementes se revelavam os desafios políticos e eclesiásticos que se punham ao Patriarca, estando ele com 75 anos.

Uma vez no sólio patriarcal, trabalha a um ritmo que lembra o da sua operosa mocidade nos claustros da Congregação de S. Bento. Enfrenta, como noutra ocasião expliquei, reptos de amigos ávidos e inimigos inclementes, de absolutistas e liberais abrasados, de frades e seculares despeitados.

Sobe ao cardinalato (1843) e morre, em 1845, carregado de desgostos pelas injustiças e vilanias de que é alvo e às quais se sobrepõe a obra efectivamente realizada em prol da reorganização da diocese e das actividades pastorais e necessidade das almas, à luz da caridade e da justiça, valores da sua especial afeição.

Respeitado pela família reinante, por alguns indefectíveis, a quem a sua trajectória singular jamais causara inveja, um «mal português», segundo o mesmo Frei Francisco de S. Luís.

O indifarsável gosto pela política, vincado nos últimos decénios, cede sem desaparecer, no Patriarcado à intensa actividade pastoral do antigo monge, cidadão que abraçara a coisa pública com 54 anos, em 1820.

El profesor Baquero Moreno y sus investigaciones históricas galaico-portuguesas

Manuel Fraga Iribarne

Invitado a participar en el libro-homenaje al Profesor Baquero Moreno, con motivo de su jubilación en la ilustre Facultad de Letras de la Universidad de Porto, me ha parecido oportuno y justo el hacerlo glosando algunos aspectos de su quehacer histórico galaico-portugués.

Destacaré, en este aspecto, que además de sus muchas intervenciones como docente o conferenciante realizadas en diversas instituciones científicas gallegas, así como las continuas referencias, en su vasta biografía, a cuestiones atinentes al devenir histórico de Galicia y Portugal, el Dr. Baquero ha reforzado durante los últimos veinte años, su ya estrecho vínculo con Galicia participando en singulares iniciativas que, a tal efecto, se han puesto en marcha durante dicho periodo. No podía esperarse otra cosa de una persona oriunda de la frontera minhota con Galicia.

Demostración palmaria de la actitud antecedente es su pertenencia, entre otros, a dos organismos surgidos en el tiempo de referencia: el “Instituto Cultural Galaico-Minhoto” y el “Comité de Expertos Jacobeos”, de la Xunta de Galicia.

Por lo que hace al “Instituto Cultural Galaico-Minhoto”, creado en 1981 en Ponte de Lima con el ánimo de promover e institucionalizar el encuentro periódico de intelectuales, de uno y otro lado del Minho, cultores de las ciencias humanísticas, diré que el Prof. Baquero Moreno fue uno de sus veinticuatro miembros numerarios fundadores, 12 portugueses y 12 gallegos participando desde entonces en la mayoría de las importantes actividades emprendidas por el Instituto, entre las que cabe destacar la ya prestigiosa serie de seis “Coloquios Galaico-Minhotos, efectuados entre 1981 y 1996.

Al primero de los mismos (Ponte de Lima, 1981), Baquero aportó la comunicación titulada: **Un fidalgo minhoto de ascendência galega: Leonel de Lima**; al segundo (Santiago de Compostela, 1984) la que lleva por título: **Áreas de conflicto na fronteira galaico-minhota nos fins da Idade Média**; al cuarto (Lugo, 1990): **Relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XV e XVI**; al quinto (Braga-Barcelos – Famalição, 1994): **Os Sampaios, fidalgos transmontanos de ascendência galega** y al sexto (Ourense, 1996): **Conflictos fronteiriços hispano-portugueses nos finais da Idade Média**. Las referidas comunicaciones fueron, incluidas en las “Actas” o “Libro-resumen de Comunicaciones” publicadas para cada Coloquio.

El otro aspecto que deseamos comentar se refiere a la participación de nuestro homenajeado como miembro del “Comité de Expertos Jacobeos” establecido por la Xunta de Galicia en ocasión del “Año Santo Compostelano”, o “Jacobeo”, de 1993, Comité que se mantuvo hasta la actualidad y sigue operativo.

Lo integran intelectuales de reconocido prestigio de distintos países europeos, pues, aunque universal, la convocatoria del Jubileo Compostelano tiene raíces exclusivamente europeas hasta el siglo XV. El Prof. Baquero fue incluido en representación de Portugal tanto por su ascendencia minhota como por su probado interés por los aspectos históricos del mencionado tema.

Importa advertir, sin embargo, que otros investigadores lusitanos se habían ocupado ya de cultivar la referida temática. Tal es el caso de los también ilustres profesores Verissimo Serrao, Cadafaz de Matos y José Marques que aportaron, al mismo, muchas y buenas publicaciones, así como su magisterio a nuevas generaciones de investigadores.

En análoga tarea Baquero prestó su concurso, desde el “Comité”, a todas las iniciativas que le fueron requeridas, asesorándolas, aportando a ellas sus propias realizaciones y estimulando, como aquellos, a que jóvenes investigadores bajo su “férula” hicieran lo propio.

Demostración de lo referido es, entre otras, su participación en el “I Congreso Internacional dos Caminhos Portugueseses de Santiago de Compostela”, celebrado en Porto en 1992, al que aportó la comunicación titulada: **As peregrinações a Santiago e as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza**; lo mismo en las “1as Xornadas Galaico-Portuguesas de Historia e sobre o Camiño Portugués das Peregrinacións a Santiago”, que tuvo lugar en Compostela el mismo año, y donde presentó su trabajo: **A rede viaria do Caminho Portugués a Santiago**; hizo otro tanto en el “Congreso de Estudios Jacobeos” realizado en Santiago en 1993, donde presentó, en colaboración con Alcina Manuela de Oliveira Martins, **Os votos de Santiago na comarca da Feira na Idade Moderna**, asunto que poco después vería la luz en una obra monográfica suscrita por esa autora, publicada por el Comisariado Xacobeo de Galicia bajo los auspicios de la Universidade Portucalense.

Esta última circunstancia revela la influencia de Baquero Moreno sobre algunos de sus discípulos en la referida Universidad, atrayéndolos hacia la historia jacobea, influencia que ha producido ya otros frutos.

Todavía en marzo pasado se efectuó la más reciente actividad en dicho campo, exaltador de la cultura general suscitada por el culto europeo-universal al Apóstol Santiago, cuya tumba se venera en Compostela: la organización de un lucido Congreso bajo el título genérico de: “Portugal na memória dos peregrinos” el cual, facilitado por Baquero Moreno en su condición de Vice-Rector de la Universidad Portucalense y organizado por la Consellería de Cultura de la Xunta de Galicia, se celebró en la nueva sede de la misma con notable éxito. Al citado Congreso el propio Profesor aportó un interesante trabajo sobre **Santa Isabel, rainha de Portugal, peregrina a Santiago**.

Por tan fecunda actividad al servicio de la historia general galaico-portuguesa y la especial referente al culto jacobeo y su principal expresión, que es la de una concurrencia peregrinatoria mantenida en el tiempo desde hace casi 1.200 años, le decimos al Profesor Baquero Moreno en este momento de su vida: “ad multos annos”.

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Pré-História do Norte de Portugal: notas para a história da investigação dos últimos vinte e cinco anos

Susana Oliveira Jorge *

Introdução

1. Palavras prévias

Quando, após Abril de 74, se criaram diversas disciplinas de Pré-História na licenciatura de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, aquela área temática encontrava-se marginalizada no âmbito da investigação arqueológica do Norte de Portugal. Nessa época, a arqueologia estava polarizada pela chamada “cultura castreja”, ou seja, por uma problemática articulável com a Proto-História/Romanização do norte do país.

Ao longo do séc. XX, eruditos e alguns arqueólogos (portugueses e estrangeiros) haviam efabulado (com maior ou menor intuição) sobre o passado pré-histórico do Norte, sem nunca terem recorrido a testemunhos arqueológicos fiáveis, resultantes duma análise arqueográfica adequada. Devido a essa debilidade, não havia sido montado um discurso minimamente coerente, mesmo que elementar, sobre o passado anterior à Idade do Ferro. Há vinte e sete anos, a Pré-História do Norte de Portugal, enquanto saber e área de investigação, praticamente não existia.

Foi assim, num contexto de absoluto vazio de informação arqueográfica moderna (prospecções e escavações realizadas em moldes científicos) e dum aparente desinteresse pelo tema que, na segunda metade da década de 70, se deram os primeiros passos na constituição duma equipa apostada em “recuperar” a Pré-História do Norte de Portugal.

Nesta construção, a Faculdade de Letras da universidade do Porto, através dos seus docentes/investigadores e alunos, teve um papel decisivo. Formou não só pessoas, como ensinou metodologias e abordagens teóricas de ponta, que ainda hoje são referência na arqueologia pré-histórica peninsular.

Este texto pretende fornecer algumas pistas para a história da constituição dum “campo de conhecimento” que nasceu no seio da Universidade, mesmo que o seu aprofundamento tenha ocorrido em cenários que extravasaram necessariamente as suas fronteiras.

2. O ensino da Pré-História na Faculdade de Letras do Porto (1975 – 2002) ¹

• Após um interregno de cerca de dois anos, durante o qual se interrompeu e alterou o programa de estudos do curso de História existente à data de Abril de 1974 ², surge, em 1976/77, na FLUP, uma reforma curricular no âmbito daquela licenciatura.

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
E-mail: vojsoj@mail.telepac.pt.

¹ Agradecemos à Dr^a. Margarida Santos, responsável pelo Arquivo Central da FLUP e à Dr^a. Eugénia Matos Fernandes que lidera o Arquivo Central da Reitoria da U.P., todas as informações prestadas sobre o ensino da Pré-História nas licenciaturas da Faculdade de Letras, particularmente entre os anos lectivos de 1974/75 e 1980/81.

² Durante o ano lectivo de 1974/75 o 1^o ano do curso de História não funcionou. No entanto, foi ministrada a disciplina de *Pré-História* para alunos de outros anos que ainda a não tinham concretizado. Em 1975/76, no quadro

Tal reforma tem um funcionamento exclusivamente interno e vigora durante os anos lectivos de 1976/77 e 1977/78. É então montada uma licenciatura de cinco anos (correspondendo três anos ao bacharelato e outros dois a pré-especializações). No que respeita à Pré-História, esta área temática vê a sua dimensão crescer em 1976/77: no 1º ano, com a disciplina de *Pré-História Geral* e no 4º e 5º anos com *Economia e Sociedade Pré-históricas*, *Pré-História Peninsular I e II*, *Arqueologia Pré-Histórica* e *Seminário de Pré-História*. Em 1977/78, ainda no contexto do mesmo figurino curricular, o 4º e 5º anos sofrem uma redução de disciplinas relacionadas com a Pré-História: são apenas ministradas *Pré-História Peninsular I e II* e o *Seminário de Pré-História I e II*.

- Em 1978 dá-se uma reestruturação, a nível nacional, dos cursos das Faculdades de Letras. Nesse âmbito, nasce a Variante de História de Arte e Arqueologia da licenciatura de História. Esta variante e o curso de História passam a ter, cada um, a duração de quatro anos.

Em História surge, no 1º ano, a disciplina de *Pré-História*, que ainda actualmente consta do plano de estudos desta licenciatura. Na Variante de História de Arte e Arqueologia (que apenas sobreviverá dois anos, entre 1978 e 1980) também só ocorre, no 1º ano, a disciplina de *Pré-História (Geral e Peninsular)*. Assim, com a autonomização da História de Arte e Arqueologia em relação à História, e paradoxalmente, volta-se, no que se refere à Pré-História, ao plano de estudos do curso de História vigente em Abril de 1974.

- Em 1980/81 cria-se a Variante de Arqueologia do curso de História, a qual, com alguns acidentes de percurso, permanecerá intacta até à constituição da licenciatura de Arqueologia em 1999/2000.

A Variante de Arqueologia (tal como a Variante de História de Arte, criada ao mesmo tempo) terá a duração de quatro anos, instituindo, no 1º ano, as disciplinas de *Origens do Homem e da Civilização* (com um conteúdo mais abrangente do que Pré-História) e *Pré-História Peninsular*. Simultaneamente, na Variante de História de Arte, também no 1º ano, surge *Arte da Pré-História*.

Em 1984/85, no âmbito das opções da Variante de Arqueologia, aparece a disciplina de *Arte da Pré-História e da Proto-História*.

Em 1987/88, no quadro da reestruturação curricular que cria os ramos científico e pedagógico da Variante de Arqueologia, dá-se uma “arrumação” diferente às disciplinas da Pré-História: no 1º ano passa apenas a existir *Pré-História* (restringe-se novamente o âmbito cronológico) e no 2º ano surge *Pré-História Peninsular*.

- Em 1999/2000 é criada uma licenciatura generalista em *Arqueologia*, também com a duração de quatro anos. Esta licenciatura prevê, no 1º ano, as disciplinas semestrais de *Origens do Homem e da Civilização (I e II)* e *Arqueologia Pré-Histórica Peninsular (I e II)*, e, no 4º ano, um *Seminário de Projecto* (anual, optativo).

A partir de 1999/2000 a Pré-História estará também presente na licenciatura de História de Arte numa disciplina do 1º ano: *Arte da Pré-História*.

- Em conclusão: de 1975 a 2002, no contexto das licenciaturas de História, Variante de História de Arte e Arqueologia, Variante de Arqueologia, Variante de História de Arte, Arqueologia e História de Arte (à excepção dos anos de 76 a 78, no curso de História), a área temática da Pré-História raramente conseguiu ultrapassar a divisão tradicional entre uma Pré-História Geral (de âmbito cronológico/cultural mais ou menos alargado) e uma Pré-História Peninsular, com incursões na Arte da Pré-História.

- A par da Variante de Arqueologia, surgiu, em 1989/90, o primeiro mestrado de *Arqueologia* da FLUP, que seria também o primeiro, deste teor, a nível nacional.

da licenciatura em História, que durava então cinco anos, foram criadas as disciplinas de *Pré-História Geral I*, *Pré-História Peninsular I*, *Arqueologia Pré-Histórica* e *Seminário de Pré-História*. Este ano lectivo de 1975/76 correspondeu a uma fase de transição que antecedeu a reforma curricular do curso de História de 1976/77.

Será no contexto dos mestrados de Arqueologia e ainda no do *mestrado de Arqueologia Pré-Histórica* (criado em 1996), que a Pré-História consolidará, na FLUP, a sua vertente curricular.

O quadro, em anexo, extremamente simplificado, regista o título e outras características das disciplinas específicas de Pré-História inseridas nos mestrados de Arqueologia, de 89 até à actualidade.

89/90	Mestrado de Arqueologia	<ul style="list-style-type: none"> - Megalitismo em Portugal (1º ano-anual) - Pré-História recente em Portugal: o IIIº milénio (1º ano-anual) - Tipologia das cerâmicas da Pré-História recente do Norte de Portugal (2º ano-anual, optativa) - Modelos Sociológicos da Pré-História recente da Europa Ocidental (2º ano-anual, optativa)
91/92	Mestrado de Arqueologia	<ul style="list-style-type: none"> - Megalitismo em Portugal I e II (1º ano-anual) - Pré-História recente em Portugal I e II (1º e 2º ano-anual) - Pré-História recente da Península – variabilidade regional (1º ano-anual, optativa) - Modelos Sociológicos em Arqueologia Pré-Histórica (1º ano-anual, optativa)
93/94	Mestrado de Arqueologia	<ul style="list-style-type: none"> - Pré-História de Portugal I e II (1º ano – 1º e 2º sem.) - Seminário para redacção de tese I e II (2º ano – 1º e 2º sem.)
96/97	Mestrado de Arqueologia Pré-Histórica	<ul style="list-style-type: none"> - Arte rupestre em Portugal (1º ano – 1º sem.) - Comunidades e paisagens: relações entre populações e meio-ambiente na Pré-História de Portugal (1º ano – 1º sem) - Arquitecturas e construção simbólica da paisagem na Pré-História de Portugal (1º ano – 2º sem.) - Contributo das Ciências Naturais e Exactas à Arqueologia Pré-Histórica (1º ano – anual). - Seminário para redacção de tese I e II (2º ano – 1º e 2º sem.)
98/99	Mestrado de Arqueologia	<ul style="list-style-type: none"> - Arquitecturas e territórios na Pré-História recente da Península Ibérica I e II (1º ano – 1º e 2º sem.)
2000/2001	Mestrado de Arqueologia	<ul style="list-style-type: none"> - Arquitecturas e territórios na Pré-História recente da Península Ibérica I e II (1º ano – 1º e 2º sem.)

Se exceptuarmos o mestrado de Arqueologia Pré-Histórica, verifica-se que esta área não tem vindo a ganhar espaço nos mestrados de Arqueologia geral. Tal deve-se a duas razões principais:

- a primeira prende-se com a duração dos próprios mestrados. Enquanto que em 89/90 e 91/92 os mestrados tinham dois anos curriculares, a partir de 93/94 todos passaram a fornecer um só ano curricular (seguido dum ano para apresentação de tese). Esta facto determinou, pela própria lógica de funcionamento, uma retracção do número de disciplinas relacionadas com Pré-História;

- a segunda razão tem a ver com a implementação, nos últimos anos, de mestrados de Arqueologia cada vez mais generalistas: a especialização temática e/ou cronológica tende a ocorrer apenas ao nível da investigação com vista à apresentação de teses.

- Em conclusão: se omitirmos os anos de 76 a 78, durante os quais a licenciatura de História promoveu uma pré-especialização em Arqueologia pré-histórica, ou os anos de 89 a 97 (com excepção de 93 a 95), em que os mestrados de Arqueologia e Arqueologia pré-histórica ofereceram um leque mais variado de disciplinas adentro desta área, não se pode afirmar, em termos absolutos, que a FLUP, após Abril de 74, tenha sido um local particularmente vocacionado para o ensino da Pré-História em Portugal.

Apesar deste facto, a FLUP pode orgulhar-se de ter não só criado uma “escola” ligada ao ensino e investigação da Pré-História, como também ter contribuído de forma decisiva para a elaboração duma Pré-História recente do Norte de Portugal.

Tal sucesso deve ser imputado, em primeira instância, aos docentes/investigadores de Pré-História da Faculdade de Letras, que, ao longo de mais de vinte e cinco anos, no âmbito da sua acção pedagógica, e no quadro de projectos de investigação que orientaram, souberam promover qualidades e acalentar “talentos” entre os estudantes e todos quantos quiseram participar na aventura de se criar, de raiz, um campo novo de saber e de investigação.

3. Teses de Pré-História produzidas na Faculdade de Letras do Porto

- Entre 1994 e 2001 foram apresentadas na FLUP *vinte e duas teses de Pré-História* realizadas no âmbito dos *mestrados de Arqueologia e Arqueologia pré-histórica* (o primeiro, a funcionar desde 1989).

Dessas vinte e duas teses, onze versaram temas relativos à Pré-História do Norte de Portugal.

Actualmente encontram-se em preparação onze teses de mestrado em Pré-História, sendo seis sobre o Norte de Portugal.

Registe-se, assim, o elevado número de teses de mestrado nesta área temática (apresentadas e em preparação). Por outro lado, é de relevar que se cerca de metade das teses incidiu sobre questões da Pré-História do norte do país, a outra metade abrangeu ou abrange problemáticas relativas a outras regiões, tanto do centro como do sul, o que representa uma interessante implantação da FLUP em zonas exteriores à área geográfica de influência directa da Universidade do Porto.

- Independentemente das *teses de doutoramento de Pré-História* apresentadas na FLUP pelos actuais docentes/investigadores (uma delas orientadas por outro elemento da área), é de registar uma co-orientação, por parte dum elemento da equipa de Pré-História da Faculdade de Letras, numa tese de doutoramento de Pré-História apresentada, em 2000, na Universidade do Minho.

Encontram-se actualmente em preparação, sob a orientação de professores da FLUP, seis teses de doutoramento em Pré-História, sendo quatro sobre temáticas que abrangem o Norte de Portugal ³.

4. O enquadramento científico e institucional da Pré-História na Faculdade de Letras do Porto.

- A área da Pré-História dispõe actualmente de quatro docentes/investigadores, cujo percurso, no interior da Faculdade de Letras, se resume aqui de forma muito sucinta:

- Vítor Oliveira Jorge: entrou na FLUP, no ano lectivo de 74/75, como assistente eventual do curso de História. É actualmente professor catedrático de nomeação definitiva do Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP).

- Susana Oliveira Jorge: entrou como monitora do curso de História, na FLUP, no ano lectivo de 74/75; passou a assistente eventual, do mesmo curso, em 76/77. É actualmente profesora associada com agregação de nomeação definitiva do DCTP.

³ Como é óbvio, não se mencionam aqui os inúmeros júris, realizados na FLUP e em outras Universidades portuguesas, em que participaram (como arguentes ou simples vogais) os professores/investigadores de Pré-História da Faculdade de Letras da U. P.

– Maria de Jesus Sanches: entrou como assistente estagiária da Variante de Arqueologia da FLUP no ano lectivo de 84/85. É actualmente professora auxiliar de nomeação definitiva do DCTP.

– Sérgio Monteiro-Rodrigues: entrou como assistente convidado da Variante de Arqueologia da FLUP no final do ano lectivo de 95/96. É actualmente assistente (preparando uma tese de doutoramento) do DCTP.

Entre 1982/83 e 1987/88 exerceu na FLUP as funções de assistente estagiário, da Variante de Arqueologia, João Pedro Paiva Cunha-Ribeiro, o qual passou a assistente em 1987. Nessa qualidade, transitou para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1996.

- O enquadramento científico dos docentes/investigadores de Pré-História da FLUP deve muito ao contacto directo com alguns investigadores franceses que orientaram (ou orientam) as respectivas teses de doutoramento.

Referimo-nos, em primeiro lugar, e com especial destaque, ao *Doutor Jean Roche*, Maitre de Recherches do C.N.R.S. (Paris), o qual orientou as teses de doutoramento de Vítor Oliveira Jorge (1982) e Susana Oliveira Jorge (1986). Este investigador esteve ainda na origem duma escola concebida na FLUP, que fomentou estudos de Pré-História Antiga no norte e centro do país. Tal escola irradiou em diversas direcções ao longo das décadas de 70 e 80. Acrescente-se que a ligação de Jean Roche à Faculdade de Letras e, particularmente, ao sector da Pré-História, após Abril de 74, se deve muito ao empenho do Professor de Arqueologia Carlos Alberto Ferreira de Almeida.

No quadro do desenvolvimento das relações luso-francesas, não podemos deixar de mencionar o *Doutor Jean-Pierre Texier*, Directeur de Recherches do C.N.R.S. (Paris), o qual, na sequência de esforços desenvolvidos por Jean Roche, veio trabalhar para Portugal e foi co-orientador da tese de doutoramento de João Pedro Paiva Cunha-Ribeiro, gerada também no âmbito do sector de Pré-História da FLUP.

Àquele investigador também se devem contributos fundamentais no quadro dos estudos do quaternário do litoral minhoto, realizados pela Universidade do Minho.

Actualmente, o *Doutor Jean Guilaine*, Directeur de Recherches do C.N.R.S. e Professor no Collège de France (Paris) é co-orientador (juntamente com Susana Oliveira Jorge) da tese de doutoramento, em preparação, de Sérgio Monteiro-Rodrigues.

No âmbito de provas académicas realizadas pelos docentes/investigadores de Pré-História da FLUP colaboraram, ao longo dos anos, os seguintes professores, provenientes de outras Universidades: Prof. Doutor Jorge de Alarcão (Professor catedrático da Universidade de Coimbra); Prof. Doutor Martín Almagro-Gorbea (Professor catedrático da Universidade Complutense de Madrid, Espanha); Prof. Doutor Germán Delibes de Castro (Professor catedrático da Universidade de Valladolid, Espanha).

- A Pré-História, enquanto campo disciplinar e área de investigação, exerceu-se no âmbito da *Secção de História* entre 1975 e 1997, ano em que passou a desenvolver-se no interior da *Secção de Arqueologia* do *Departamento de Ciências e Técnicas do Património*. Paralelamente, funcionou no quadro do *Instituto de Arqueologia*, o qual se constituiu na FLUP em 1974, foi formalmente reconhecido pelo Conselho Científico em 1979, e dado internamente como extinto em 1998.

Contributos para uma sequência cronológico-cultural da Pré-História do Norte de Portugal

- Não se pode dizer que o contributo directo da Faculdade de Letras para a investigação da *Pré-História Antiga* do Norte de Portugal tenha sido importante. Tal contributo traduz-se primeiro, nos inícios dos anos 80, pela identificação paleolítica das gravuras de Mazouco, no Alto Douro (Jorge, S. O. *et al*, 1981; Jorge, V. O. *et al*, 1981-82). Ela abre uma porta inesperada para

um domínio completamente novo: o do estudo da arte rupestre ao ar livre do Paleolítico Superior. Quando mais tarde, na primeira metade da década de 90, se vem a descobrir a magnífica arte do Côa, tal descoberta confirma a correcta apreciação científica de Mazouco, realizada por um conjunto de docentes/investigadores da FLUP, ainda nos começos da década de 80.

Posteriormente, por várias razões conjunturais, o estudo das indústrias paleolíticas do Norte de Portugal foi sobretudo desenvolvido por um colega da Universidade do Minho (Meireles, J., 1992), o qual haveria de publicar uma tese de doutoramento sobre a ocupação pleistocénica e dos inícios do Holoceno nas praias elevadas do litoral minhoto⁴.

Entretanto, nos inícios da década de 90 publicou-se uma das poucas intervenções arqueológicas, no âmbito do Paleolítico, realizada por um então docente da FLUP e por alguém que, mais tarde, o viria a ser (Monteiro-Rodrigues, S. e Cunha-Ribeiro, J. P., 1991). Tal intervenção reportava-se à estação do Cerro (Madalena, Vila Nova de Gaia), onde, num depósito do Mindel-Riss, foram descobertas indústrias acheulenses.

A investigação de testemunhos paleolíticos no norte de país só voltaria a verificar-se sistematicamente após 1996, numa região completamente nova (o Alto Douro), no âmbito dos trabalhos de prospecção e escavação do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Aubry, T., Carvalho, A. M., 1998). Tais estudos levaram à descoberta de estações acheulenses, do Paleolítico Médio e Superior, cuja investigação se encontra ainda em curso.

No domínio dum projecto de doutoramento, sobretudo orientado para a identificação das primeiras ocupações holocénicas da região de Freixo de Numão (Alto Douro), encontra-se actualmente em fase de análise uma provável ocupação do Paleolítico superior na estação do Prazo (informação pessoal de S. Monteiro-Rodrigues, que agradecemos).

A partir de 2000 foram realizadas duas breves sínteses, oriundas da FLUP, que reflectem o estado da investigação da Pré-História Antiga na região do Porto e do Vale do Douro (Monteiro-Rodrigues, S., 2000 b; *idem*, no prelo).

Contudo, e apesar do que foi referido, a inexistência, na FLUP, dum trabalho de fundo dirigido para a realização de teses de mestrado ou de doutoramento, por parte do docentes/investigadores da “casa”, contribuiu para diminuir a importância dada ao Paleolítico do Norte de Portugal, não só como área autónoma de investigação, mas também como espaço formativo ligado à docência⁵.

• A Faculdade de Letras do Porto contribuiu, de forma determinante, na elaboração duma *Pré-História Recente* do Norte de Portugal.

Por uma questão de comodidade de exposição passaremos em revista os vários contributos provenientes da FLUP, seguindo uma sequência cronológica convencional da Pré-História (usando datas calibradas): IX – meados do V milénio a. C. (Epipaleolítico – Mesolítico – Neolítico antigo); meados do V a finais do IV milénio a. C. (Neolítico médio-final); finais do IV a meados do III milénio a. C. (Calcolítico); meados/finais do III a finais do II milénio a. C. (Bronze antigo e médio); finais do II ao séc. VIII a. C. (Bronze Final). Ressalvemos o carácter necessariamente esquemático (e até relativamente arbitrário) destes segmentos do tempo, que, por vezes, se revêem mal na região que nos importa retratar.

– Já na década de 80 tínhamos sido confrontados com a possibilidade de existirem indústrias líticas macrolíticas, no litoral minhoto, de cronologia holocénica (Meireles, J., 1992).

⁴ Na Faculdade de Letras do Porto, João Pedro Cunha-Ribeiro, durante vários anos, docente e investigador da Pré-História Antiga, dedicou-se a estudos sobre o Paleolítico no Centro de Portugal, concluindo uma tese de doutoramento sobre este mesmo tema na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde é actualmente professor. Foi durante a década de 80 directo colaborador do Projecto de estudo arqueológico da Serra da Aboboreira.

⁵ Ressalve-se, naturalmente, trabalhos pontuais realizados por docentes da FLUP e, sobretudo, o enquadramento dado a alunos de licenciatura e de mestrado, sempre que estes manifestaram interesse pelo tema da Pré-História Antiga.

Entretanto, investigações no litoral galego, durante as décadas de 80/90, alertavam-nos para a existência de ocupações epipaleolíticas datadas do VIII/VII milénios a. C. (Fábregas Válcara, R. *et al*, 1997).

É na segunda metade da década de 90 que, quase ao mesmo tempo, se retomam as investigações do *Epipaleolítico-Mesolítico* do Norte de Portugal.

Por um lado, abre-se uma frente de estudo em abrigos da Serra da Cabreira (Alto Minho), destinada a complementar os estudos realizados, anos antes, nas praias elevadas do Minho (informação pessoal de J. Meireles, da Universidade do Minho, que agradecemos). Tal investigação prossegue actualmente com resultados muito positivos, no sentido de se comprovar a existência de ocupações holocénicas, pré-cerâmicas, associadas a materiais líticos de tipologia muito específica.

Por outro lado, em pleno Alto Douro, na área de Freixo de Numão, e no âmbito dum projecto de doutoramento a desenvolver-se na FLUP, já anteriormente referido, descobre-se, na estação do Prazo, previamente mencionada, uma extraordinária sequência estratigráfica abrangendo níveis do Paleolítico Superior (para os quais ainda não se possuem datações), do Epipaleolítico-Mesolítico e do Neolítico antigo (Monteiro-Rodrigues, S., 2000 a). Os níveis conectáveis com o Epipaleolítico – Mesolítico apresentam um excelente conjunto de datas de radiocarbono, entre o IX e os VII/VI milénios a. C. Nesses níveis ocorrem vestígios de estruturas habitacionais associadas a uma indústria lítica em quartzo e quartzito, muito atípica (informação pessoal de S. Monteiro-Rodrigues, que agradecemos). Dada a proximidade espacial com o Rio Côa e, inclusivamente, com gravuras descobertas naquela região, de “estilo epipaleolítico”, aguardamos com expectativa o desenrolar dos estudos nesta estação e área envolvente para o período em questão.

– Quando, em meados dos anos 80, colocávamos vagamente a hipótese duma “ocupação neolítica” (não megalítica), em Trás-os-Montes Ocidental, filiada na “cultura das grutas andaluzas” (Jorge, S. O., 1986), ou, em 1990, insistíamos numa “neolitização das regiões interiores” da Península Ibérica (Jorge, S. O. 1990), tais intuições baseavam-se na valorização de alguns indícios regionais, no quadro da chamada “neolitização” peninsular.

Ao longo da década de 80 tinham-se acumulado vestígios de ocupações anteriores ao fenómeno sepulcral megalítico do V milénio a. C. Na *Serra da Aboboreira* (Douro Litoral), onde desde 1978 se havia iniciado um ambicioso projecto de arqueologia espacial, tinham-se exumado materiais cerâmicos e/ou líticos de difícil classificação (para a época), em solos enterrados sob os túmulos, e/ou nas terras das mamoadas (por ex., Furnas 2, Chã de Santinhos 1 e 2 ou Mina do Simão) (Jorge, V. O., 1984; *idem*, 1985 *idem*, *et al*, 1987). Também em sítios abertos, ainda na Serra da Aboboreira, próximos de linhas de água, haviam sido descobertos materiais cerâmicos e líticos (por ex., alguns micrólitos), cuja tipologia sugeria uma cronologia pré-megalítica: Tapado da Caldeira (Jorge, S. O., 1980 a) e Lavra I (Sanches, M. J., 1988).

Em 1988, escavações no abrigo de *Fraga d’Aia*, em S. João da Pesqueira (margem esquerda do Douro), haveriam de revelar vestígios arqueológicos (posteriormente datados pelo radiocarbono) que apontavam para várias ocupações efémeras, uma delas muito antiga, provavelmente do VI/V milénio a. C. (Jorge, V. O. *et al*, 1988 b). Esta ocupação contava com a presença de cerâmicas lisas e decoradas, objectos líticos microlíticos, artefactos de pedra polida, elementos de moinhos manuais e ainda vestígios de ovicaprídeos. Tal descoberta, nos finais da década de 80, abria um novo campo de investigação no Norte de Portugal: a caracterização dum Neolítico antigo, com semelhanças, pelo menos formais, em outros contextos peninsulares.

É na primeira metade dos anos 90 que se escava e publica (no quadro duma tese de doutoramento) o nível IV do abrigo do *Buraco da Pala* (Mirandela) (Sanches, M. J., 1997). Tal publicação, para além de dar a conhecer, em toda a sua extensão, uma ocupação neolítica dos finais do VI/inícios do V milénio a. C. (na qual está presente trigo e cevada, o que é excepcional a nível peninsular), realiza, pela primeira vez, o enquadramento regional da problemática do Neolítico antigo.

A segunda metade dos anos 90 é fértil em descobertas e estudos subsequentes relativamente a esta nova frente de investigação. Por um lado, descobrem-se níveis cerâmicos nos abrigos da Serra da Cabreira (Alto Minho), na sequência dos trabalhos ali conduzidos por J. Meireles, anteriormente mencionados. Por outro lado, no contexto dos trabalhos de prospecção e escavação do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Aubry, T. e Carvalho A. M., 1998; Carvalho, A. F., 1999), surgem estações integráveis nesta ambiência cultural.

Contudo, é na estação do Prazo (Freixo de Numão), no Alto Douro, que se tem vindo a realizar o trabalho mais sistemático (ainda em curso), também no âmbito duma tese de doutoramento gerada na FLUP (Monteiro-Rodrigues, S., 2000 a). A estação do Prazo é importante a vários títulos: – revela uma sequência estratigráfica notável, entre o Paleolítico superior e o Neolítico antigo, sem aparentes descontinuidades de ocupação entre o VIII e o V milénios a. C.; – apresenta um conjunto apreciável de datas de C 14 para os níveis holocénios, “fixando” o início do Neolítico antigo entre o VI e o V milénios a. C.; – encerra vestígios habitacionais mesolíticos, reutilizados no Neolítico antigo; – integra, entre os materiais líticos neolíticos, uma grande variedade de utensílios microlíticos (alguns em sílex), que estão a ser alvo duma análise técnico-morfológica aprofundada; – permite sustentar uma hipótese de modelo de ocupação do espaço (pelo menos entre o VIII e o V milénio a. C.) que sugere uma continuidade cultural na micro-região em que a estação se insere.

No estado actual dos nossos conhecimentos, *o vale do Douro e seus afluentes* surge como uma região de grande potencial para o conhecimento da natureza económica e social dos caçadores-recolectores do VI/V milénio a. C., que, manuseando elementos do sistema produtor, se mantêm fortemente ligados a uma economia de amplo espectro.

– A caracterização do *Neolítico médio-final* deve muito ao desenvolvimento, a partir de finais de 70/inícios de 80, de *projectos de investigação centrados na Serra da Aboboreira* (Douro Litoral) e *na Região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar* (Trás-os-Montes Ocidental) e, a partir de meados de 80, *no Planalto Mirandês* (Trás-os-Montes oriental/Alto Douro). No primeiro caso tratou-se dum projecto inicialmente concebido e liderado por V. O. Jorge, no âmbito da preparação duma tese de doutoramento. A este projecto agregaram-se outros investigadores da FLUP e da Universidade do Porto. Destaque-se a colaboração de A. A. H. B. Gonçalves, investigador da Faculdade de Ciências da U. P. que, durante mais duma década, participou no Projecto de estudo arqueológico da Serra da Aboboreira e que, actualmente continua a colaborar com a Secção de Arqueologia do DCTP. Tal projecto transformou-se, com o decorrer do tempo, num programa de arqueologia espacial, abarcando praticamente toda a Pré-História Recente. Ao aprofundamento deste programa de investigação, durante mais de vinte anos, se devem algumas das descobertas mais marcantes da Pré-História Recente do Norte de Portugal. No segundo caso, também realizado no quadro da preparação de uma tese de doutoramento, tal projecto destinou-se ao estudo duma vertente do povoamento duma determinada região, tendo sido conduzido por S. O. Jorge. No âmbito deste trabalho foram identificados os primeiros povoados sedentários de Neolítico final no norte do país. No terceiro caso, efectuado no contexto da preparação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, foram reconhecidos os primeiros sepulcros e povoados sedentários desta época, no Alto Douro. Estes estudos foram orientados por M. J. Sanches.

Ao Neolítico médio-final (meados do V/finais do IV milénio a. C.) atribuem-se actualmente diversos testemunhos arqueológicos, sendo importante destacar (quer pela monumentalidade, quer pelo número) *os sepulcros sob “tumulus”* (ou mamoaas).

Estudos quer na necrópole da Serra da Aboboreira (por ex., Jorge, V. O., 1982, 1989, 1991; Jorge, V. O. e Bettencourt, A., 1988 a), quer na necrópole de Sabrosa (Trás-os-Montes Ocidental) (Gonçalves, A. H. B. e Cruz, D. J., 1994), quer em Trás-os-Montes (Sanches, M. J., 1992, 1994, 1997), quer na necrópole de Castro Laboreiro (Alto Minho) (Jorge, V. O. *et al*, 1997), para já não falar nos trabalhos executados em sepulcros dispersos pelo Minho e pelo Douro Litoral, sempre brevemente referenciados (Silva, E. J. L., 1994), ajudaram a revelar os redutoramente chamados “monumentos megalíticos” deste período.

Tais “monumentos” sepulcrais ocorrem sobretudo no Minho/Douro Litoral e na parte ocidental de Trás-os-Montes, rareando a leste.

Os estudos citados, entre muitos outros, apontam para várias evidências: – as *arquitecturas tumulares* são não só tipologicamente *heterogêneas*, como indiciam *rituais sepulcrais muito variados*; – sob os “*tumuli*” podem incluir-se quer arquitecturas megalíticas (dólmenes simples ou dólmenes de corredor), quer fossas, ou outro tipo de estruturas muito frágeis (casos confirmados quer na necrópole da Serra da Aboboreira, quer no Planalto Mirandês); – em certas necrópoles melhor investigadas foi possível constatar uma *diacronia longa*, entre o Neolítico médio e, pelo menos, o Bronze inicial. Existem suspeitas de que tal utilização possa, em certos casos, atingir o Bronze final. As necrópoles crescem, entre o Neolítico médio e o Bronze inicial (segundo o modelo testado na Serra da Aboboreira), através dum *processo de adição*: vão-se construindo novos monumentos em torno de outros mais antigos; – em certos monumentos megalíticos abertos (câmaras simples ou câmaras com corredor) houve um processo de reutilização do espaço funerário que, no entanto, não deve ter sido muito prolongado; – nestes *monumentos abertos*, e sobretudo, nos dólmenes de corredor, ocorre, por vezes, uma “*arte*” esquemática, acentuadamente específica destes sepulcros, que se relaciona com o forte papel polarizador destes “túmulos-templos” do Neolítico final. Sobre a dita “arte megalítica” publicou-se um artigo fundamental nos finais da década de 90 (Jorge, V. O., 1998); – sobre a *datação* destes sepulcros possui-se hoje uma cronologia absoluta extremamente fiável, graças a vários contributos. Sem dúvida, o principal resultou do investimento realizado na Serra da Aboboreira (Alonso Matthias, F. e Bello Dieguez, J. M^a., 1997). Aos poucos colegas que publicamente ainda duvidam da coerência da cronologia absoluta da necrópole da Serra da Aboboreira, só podemos desejar que tenham a paciência de rever a publicação de todos os contextos datados. A obtenção de tal cronologia decorre dum esforço colectivo ímpar na história da arqueologia peninsular, no campo das arquitecturas funerárias pré-históricas, só possível pela persistência, no terreno, ao longo de duas décadas, de uma vasta equipa de arqueólogos, coadjuvada por especialistas dos mais diversos ramos.

Acrescentemos ainda que, para além dos trabalhos referidos sobre a diacronia dos sepulcros sob “*tumulus*”, devemos ter em conta as reflexões vindas dum colega da Universidade de Coimbra (antigo colaborador do Projecto da Serra da Aboboreira), que muito ajudaram a enriquecer a problemática em causa (Cruz, D. J., 1992, 1995).

Para além dos sepulcros sob “*tumulus*”, foram identificados outros contextos arqueológicos para o período em questão: em primeiro lugar, povoados abertos, sedentários, como Vinha da Soutilha (Chaves) ou Castelo de Aguiar I (V^a. P^a. de Aguiar) em Trás-os-Montes ocidental (Jorge, S. O., 1986), ou ainda Barrocal Alto (Planalto Mirandês) em Trás-os-Montes oriental (Sanches, M. J., 1992); em segundo lugar, ocupações mais ou menos efémeras, como no abrigo do Buraco da Pala III/II (Mirandela), em Trás-os-Montes (Sanches, M. J., 1997). Nestes contextos domésticos (nomeadamente na área de Chaves/Vila Pouca de Aguiar) descobre-se uma cerâmica com decoração exuberante, com origem provável nos finais do IV milénio a. C., que integra organizações metopadas tradicionalmente incluídas no Bronze final (Almeida, C. A. F., 1974). Também aqui a investigação provoca um volte-face: cerâmicas que eram anteriormente atribuídas ao Bronze final, estabelecendo uma hipotética transição para a chamada “cultura castreja”, são agora inseridas num período global que abarca o Neolítico final – Calcolítico. Sobre a história das pesquisas desta temática leia-se um trabalho de 86 (Jorge, S. O., 1986, I – A, pp. 17 – 27).

É já na década de 90 que se desenvolvem análises viradas para a “arte esquemática” holocénica e se aborda a natureza das estelas/estátuas-menires antropomórficas de Trás-os-Montes e Alto Douro, tradicionalmente vinculadas exclusivamente ao Calcolítico/Bronze inicial.

Na verdade, na sequência de um estudo colectivo anterior (Jorge, V. O., *et al*, 1988 b) sobre o abrigo de Fraga d’Aia, na margem esquerda do Douro, e duma síntese sobre a arte rupestre portuguesa (Jorge, V. O. e Jorge, S. O., 1995), publicam-se, em 1997, as pinturas dos abrigos da Serra de Passos (Mirandela), no quadro problemático da chamada “arte esquemática”

de Trás-os-Montes e Alto Douro (Sanches, M. J., 1997). Em 1999, e após algumas referências publicadas de forma sucinta (Sanches, M. J., 1996, 1997), realiza-se um estudo específico sobre a eventual cronologia, a tipologia e a filiação das estelas do santuário do Cabeço da Mina (Vila Flor), no âmbito mais alargado da proto-estatuária contemporânea da Península Ibérica (Jorge, S. O., 1999 b). De acentuar que o santuário do Cabeço da Mina é o único contexto preservado conhecido na Península Ibérica. A sua importância óbvia deveria requerer um projecto de investigação levado a cabo por uma equipa de pré-historiadores e outros especialistas, congregados no estudo e na valorização pública dum património de estatuto excepcional.

Finalmente, diga-se que todas as manifestações simbólicas referidas (santuários de arte rupestre ou de estelas/estátuas-menires) são de difícil datação. A “arte esquemática” pode ter uma origem muito antiga, representando, nesta fase de afirmação das primeiras sociedades agrárias, um papel decisivo na aglutinação comunitária. Quanto às estelas/estátuas-menires de tipo Cabeço da Mina, podem ter-se visibilizado ainda no IV milénio a. C., ou seja, em pleno Neolítico final. Contudo, dada a iconografia da maior parte das peças conhecidas, é de crer que tenham permanecido em funções ao longo do III milénio a. C., já durante o Calcolítico.

No geral, o Neolítico médio-final caracteriza-se pela afirmação dum fenómeno sepulcral de tipo monumental que certamente polarizou as identidades das primeiras comunidades agro-pastoris. Mas a investigação também mostra que, durante este período, emergiram outros cenários demonstrativos da “fixação” dos grupos a vastos territórios. Sobre estes operaram-se transformações decisivas no longo processo de domesticação (em todos os sentidos possíveis) da terra do Norte de Portugal.

– A investigação do *Calcolítico* do Norte de Portugal foi desenvolvida não só no âmbito da preparação de provas académicas, de que resultaram livros publicados (Jorge, S. O., 1986; Sanches, M. J., 1992, 1997), mas também no quadro de projectos concebidos e realizados posteriormente. Referimo-nos a estudos de povoamento, actualmente em curso, na região de Murça (Trás-os-Montes) (dirigidos por M. J. Sanches) e na região de Freixo de Numão – Horta do Douro (Alto Douro) (orientados, respectivamente, por S. O. Jorge e V. O. Jorge). De facto, foi no âmbito destes novos projectos que, já na segunda metade da década de 90, se deu um salto qualitativo na caracterização das complexas comunidades dos finais do IV^o/III^o milénio A. C.

O que sabíamos nós até meados de 90?

Sabíamos que as sociedades calcolíticas se tinham adaptado a ecologias muito diferenciadas, explorando territórios muito heterogêneos na sua potencialidade agro-pastoril. Sabíamos também que dominavam de forma desvolta a agricultura e o pastoreio e que aproveitavam habilmente recursos provenientes de ecossistemas complementares. Povoados como Vinha da Soutilha, Pastoria, S. Lourenço, Castelo de Aguiar II (Trás-os-Montes ocidental) ou Barrocal Alto II e Cunho (Trás-os-Montes oriental/Alto Douro) eram apenas a ponta dum “iceberg” que indicava um domínio geral da domesticação da terra extremamente diversificado e maleável. A produção doméstica observada nestes povoados sintonizava com populações implantadas em territórios provavelmente mais restritos, mas também mais continuamente ocupados. Alguns esboços de cartas de prospecção forneciam tendências de “redes de povoamento” mais densas do que as identificadas para o V/IV milénio a. C. Por outro lado, entre os materiais domésticos sobressaíam vasos cerâmicos profusamente decorados. Em áreas como Chaves – Vila Pouca de Aguiar, a percentagem de vasos decorados atingia, em certas estações, 80 % da amostragem total. A provável relação entre a estilística decorativa dos vasos domésticos e as relações sociais dos grupos calcolíticos não tinha passado despercebida (Jorge, S. O., 1986; Sanches, M. J., 1997). Para a região de Chaves colocava-se a hipótese, em meados de 80, duma correlação entre a intensificação económica/competição comunitária e a complexidade da estilística da cerâmica doméstica (Jorge, S. O., 1986). Os famosos vasos de “tipo Penha”, adstritos nos inícios da década de 70 ao Bronze final (Almeida, C. A. F., 1974), não só se inseriam, na década de 80, no Calcolítico, como eram considerados comutadores importantes nas relações de interacção/conflito das sociedades do III milénio a. C. na região de Chaves.

Para além destes dados resultantes de escavações em povoados, o que sabíamos nós sobre a forma dos grupos calcolíticos tratarem os seus mortos? Por sinal, sabíamos bem pouco. Todas as necrópoles neolíticas anteriormente referidas, apresentavam (aparentemente) um hiato entre o Neolítico final e o Calcolítico final, período em que, em muitos sepulcros, surgia uma “intrusão campaniforme”. De facto, a cerâmica campaniforme (raramente acompanhada de artefactos metálicos) aparecia tardiamente, normalmente “revolvendo” os contextos sepulcrais neolíticos. Num caso, na Serra da Aboboreira (Douro Litoral), estávamos, em Chã do Carvalhal 1, perante um túmulo (de tradição megalítica) construído em época campaniforme (Cruz, D. J., 1992). A regra, no entanto, contemplava “violações campaniformes” em sepulcros neolíticos. Onde estavam os túmulos calcolíticos, de finais do IV a meados do III milénio a. C.? Se aceitássemos a diacronia proposta para a necrópole da Serra da Aboboreira (Jorge, V. O., 1991; Cruz, D. J., 1992), como interpretar a aparente descontinuidade entre finais do III e a primeira metade do II milénio a. C., ou seja, entre, por ex., Chã do Carvalhal 1 e Outeiro de Gregos 1?

Por falar em cerâmica campaniforme, ela intersectava múltiplos contextos: sepulcros neolíticos, da mais diferente tipologia, e povoados tão diversos como Pastoria (Chaves) ou Tapado da Caldeira (Baião) (Jorge, S. O., 1986; Cruz, D. J., 1991, 1992). Esta cerâmica ocorria tanto no litoral como no interior. Alguns contextos domésticos haviam reelaborado o padrão campaniforme clássico em vasos comuns, criando novas decorações à base do que se convencionou chamar “impressões penteadas” (Jorge, S. O., 1986). Mas estava por fazer uma reinterpretação da natureza da circulação dos “*items*” campaniformes.

O que mudou a partir de meados de 90?

Mudou sobretudo a maneira de “olhar”. Não é por acaso que apareceram “novos sítios” em diferentes regiões transmontanas e alto durienses. Que sítios são esses?

– Os *recintos murados*, localizados no alto de colinas ou morros, aproveitando ou não fragas bem destacadas na paisagem, são rodeados por taludes e plataformas monumentais. Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge, S. O., 1993, 1994, 1998 a, b, 1999 c), Castanheiro do Vento (Jorge, V. O. *et al.*, 2002) (Alto Douro) ou Crasto de Palheiros (Trás-os-Montes) (Sanches, M. J., 1997, no prelo a, b) são exemplos destes *espaços monumentais* no Norte de Portugal. Estes sítios destinam-se certamente a ser vistos de longe, mas igualmente a marcar simbolicamente “fronteiras” identitárias. O que ocorria no seu interior suscita ainda discussão. Mas a concepção planeada destes imponentes dispositivos arquitectónicos, destinados a manter-se activos durante muitas centenas de anos, fala-nos numa outra maneira de domesticar a paisagem e de a representar simbolicamente.

Pela primeira vez as sociedades constroem “monumentos” resultantes duma intervenção grandiosa na paisagem natural. O morro ou “fraga” são esculpido e, dessa forma, transformados em “arquitecturas” com uma intenção de perenidade nunca observada anteriormente. Estes “monumentos” eram feitos para a eternidade⁶.

– O *celeiro* do Buraco da Pala (Mirandela) (Sanches, M. J., 1997) é um outro tipo de sítio: um abrigo no alto da Serra de Passos, cuja entrada se vê de grande distância. No final da ocupação do abrigo, ele foi utilizado para armazenar grande quantidade de produtos alimentares. A certa altura o “celeiro” foi incendiado e, dessa forma, o material armazenado chegou carbonizado até nós.

O Buraco da Pala pode ter sido um sítio de entesouramento de bens alimentares com carácter simbólico que, num determinado momento, se quis “condenar” deitando-lhe fogo. Fala-nos numa forma de armazenar/ostentar/condenar riqueza, numa sociedade que manipulava socialmente excedentes.

⁶ A noção de “recinto murado”, “recinto monumental” ou ainda “lugar monumentalizado” surge na sequência duma discussão sobre a operacionalidade do conceito de “povoado fortificado” no Calcolítico peninsular.

Tal discussão teve pela primeira vez lugar no âmbito de uma lição, em provas de agregação, realizada em Março de 94 na FLUP (Jorge, S. O., 1994).

– O *santuário* do Cabeço da Mina (Vila Flor), já anteriormente referido, é também um sítio novo. Podendo ter sido edificado nos finais do IV milénio a. C., ele ergue-se num vale extremamente fértil, sobre um morro que se destaca na paisagem (Sanches, M. J., 1996, 1997; Jorge, S. O., 1998 b; *idem*, 1999 b). No topo deve ter existido um recinto com pequenas este-las e estátuas-menires em granito e em xisto. Trata-se de pequenos monólitos. Em alguns foram feitas gravações de motivos anatómicos (olhos, nariz, boca e, eventualmente, pernas e/ou sexo) e de motivos complementares (cintos, insígnias (?), colares, etc.). Predomina nestes monólitos um grande esquematismo e estão ausentes as armas.

Cabeço da Mina é um sítio paradigmático, único na Península Ibérica, com filiações estilísticas na ambiência calcolítica mediterrânica ocidental. Que relação haverá entre este tipo de recinto e outros como Castelo Velho de Freixo de Numão? Que relação poderá haver entre estes “lugares religiosos” e a relativa dispersão no espaço de santuários rupestres com pinturas e gravuras?

– Recentemente foi descoberta e estudada uma *pequena estrutura com ossos humanos* no sítio de Castelo Velho (Jorge, S. O., 1998; Jorge, S. O. *et al*, 1998/99). Nela tinham sido ritualmente depositados ossos de vários indivíduos (uma criança, vários adolescentes e jovens adultos) em associação com pesos de tear, fragmentos de vasos cerâmicos e fauna. Trata-se dum contexto funerário completamente novo, alheio ao padrão de tumulação do Neolítico médio-final: encontrava-se no interior dum recinto monumental multifuncional; era constituído por uma estrutura pétreia dissimulada com pequenas pedras; integrava uma provável inumação primária mutilada e várias inumações secundárias em estreita interacção ritual⁷.

Com a descoberta desta forma de enterramento abre-se a porta para uma nova frente de investigação, em colaboração com antropólogos (físicos e culturais) e historiadores: o estudo dos rituais de manipulação dos mortos na Pré-História Recente do Norte de Portugal.

Junto ao rio Douro, num seu terraço, muito próximo do sítio de Castelo Velho, em Vale da Cerva, são conhecidas *cistas sem “tumulus”*, contendo inumações primárias individuais, associadas a um espólio escasso. Recentes datações absolutas propõem uma genérica contemporaneidade destas cistas com a estrutura ritual de Castelo Velho (Cruz, D. J., 1998; Cruz, D. J. *et al*, 1998).

Enfim, parece que o padrão tumular calcolítico se revê numa certa “invisibilidade arquitectónica”, mas sugere uma gama diversificada e complexa de situações rituais.

– Finalmente, voltemos à *problemática campaniforme*. A recente descoberta, em Crasto de Palheiros (Murça) (Sanches, M. J., no prelo a, b) duma grande quantidade de vasos campaniformes no topo do recinto monumental, e em Castelo Velho (V^a. N^a. de Foz Côa) dum fragmento de vaso campaniforme cordado (Jorge, S. O., no prelo b) induz-nos à revisitação do fenómeno campaniforme no Norte de Portugal.

Em primeiro lugar, estas duas últimas descobertas não ocorrem em sepulcros ou povoados mas num outro tipo de sítios, os agora chamados “recintos monumentais”. Aliás, fragmentos campaniformes também apareceram recentemente no recinto similar de Castanheiro do Vento (Jorge, S. O., no prelo b; Jorge, V. O., *et al.*, 2002).

Assim, a presença de cerâmicas de excepção neste tipo de lugares, é mais uma pista no sentido de, no seu interior, se terem realizado actividades cerimoniais, eventualmente conduzidas pelas elites da época. Também na Beira Alta, no recinto de Fraga da Pena (Fornos de Algodres) (Valera, a. C., 2000) constatamos a presença de cerâmica campaniforme num lugar monumentalizado.

Em segundo lugar, a ocorrência singular dum AOC em Castelo Velho vem desencadear uma série de questões: – como “chegou” tão ao interior (a mais de 100 Km em linha recta da

⁷ O registo, levantamento e primeira interpretação das características das inumações ocorreu em campo, com a colaboração da antropóloga Célia Lopes da equipa de Eugénia Cunha da Universidade de Coimbra. O estudo osteológico total foi realizado posteriormente (Antunes, M. T. e Cunha, S., 1998). Encontra-se em preparação um *estudo interdisciplinar* visando reconstruir cenários possíveis relacionados com a manipulação dos mortos antes e durante a deposição ritual nesta estrutura pétreia.

costa) um vaso cordado clássico, sendo certo que este tipo de vaso cerâmico surge normalmente em estações litorais ou peri-litorais?; – como explicar esta presença excepcional, quer a nível local, quer peninsular: um único vaso em Castelo Velho, num universo de milhares de fragmentos cerâmicos e de algumas centenas de vasos fabricados localmente, segundo padrões regionais; muito poucos vasos, a nível peninsular, dispersos apenas por uma dezena de estações?

A cerâmica campaniforme, em geral, atravessa contextos e regiões. Para além da necessidade de conhecermos as motivações contextuais que levaram diversos grupos a fabricar e utilizar o mesmo *item* de prestígio supra-regional, torna-se incontornável investigar os mecanismos de difusão e circulação duma determinada “imagem de marca” das elites do III milénio a. C.

– A abordagem da *Idade do Bronze antigo e médio* foi realizada pela primeira vez no âmbito do já citado Projecto da Serra da Aboboreira. Em primeiro lugar, identificaram-se monumentos baixos (“cairns”), construídos ao lado de sepulcros neolíticos (por ex., Outeiro de Gregos 1 e Meninas do Crasto 4) (Jorge, V. O., 1980, 1982, 1995; Cruz, D. J., 1992, 1995). Para além da descoberta destas novas arquitecturas, foi inovador compreender que as sociedades de finais do III/primeira metade do II milénio a. C. edificaram os túmulos dos seus mortos nos mesmos espaços cénicos valorizados pelos antepassados neolíticos. Havia, assim, um propósito de continuidade, ao sacralizarem-se as antigas necrópoles do V/IV milénios a. C., em plena Idade do Bronze.

Mas também no quadro do Projecto da Serra da Aboboreira, e numa área periférica do núcleo da necrópole neolítica, foram descobertos sepulcros completamente novos, sem paralelo na própria área de estudo: as “fossas” de inumações individual de Tapado da Caldeira (Jorge, S. O., 1980 b). Estas sepulturas do Bronze médio, situadas nas proximidades dum povoado contemporâneo (Bouça do Frade) (Jorge, S. O., 1988), estabeleciam uma ruptura com a tradição tumular do Bronze antigo na mesma micro-região: eram sepulturas sub-rectangular sem “*tumulus*”, abertas no granito de base; eram sepulturas de inumação individual, contendo, cada uma, apenas um vaso, como oferenda funerária; eram sepulturas contíguas a um povoado contemporâneo sedentário, revelando complexidade económica e social; os vasos funerários indicavam relações supra-regionais, nomeadamente com a Meseta Norte.

Finalmente, ainda no âmbito do Projecto da Serra da Aboboreira, foram descobertos e estudados os primeiros povoados sedentários com origem no Bronze antigo e/ou médio: por ex., Bouça do Frade (Jorge, S. O., 1988). Nestes locais reavaliaram-se, pela primeira vez, a nível peninsular, as chamadas “fossas abertas no saibro”. Estas “fossas” eram tradicionalmente enquadradas no contexto doméstico (“fundos de cabanas”) ou tumular.

A análise do povoado da Bouça do Frade (Jorge, S. O., 1988) veio acentuar a multiplicidade de funções destas estruturas, privilegiando a função doméstica e, adentro dela, a de “silos” (utilização primária) e a de “fossas-detriticas” (utilização secundária). A presença de grandes “silos”, para conter certamente grandes quantidades de excedentes, colocava em questão o sistema de desenvolvimento da exploração do território e do nível de subsistência de sociedades já plenamente integradas na “engrenagem” agro-pastoril.

Seria posteriormente uma colega da Universidade do Minho que iria desenvolver, na bacia do Cávado, a pesquisa de, pelo menos, duas questões levantadas na Serra da Aboboreira (Bettencourt, A. M., 2000): certas comunidades da primeira metade do II milénio a. C. encontravam-se fixadas em territórios que exploravam de forma muito diversificada e eficaz; existia neste período uma grande variedade de localização e de arquitecturas sepulcrais associadas a rituais funerários muito complexos, de difícil interpretação. Tal quadro coincide, no geral, com o que é proposto por outro antigo colaborador do Projecto da Aboboreira, para a Beira Alta e o Noroeste (Cruz, D. J., 1995, 1998). Apesar da maior “invisibilidade” arqueológica dos contextos tumulares deste período, eles devem ter-se constituído como importantes arenas de consolidação de poder de novas elites em ascensão.

Estas elites que, por ex., se encontram representadas em “estelas” armadas, como a de Longroiva (Meda) (Jorge, S. O., 1999 a), ou em santuários de arte rupestre, como o do Monte

da Laje (Valença) (Cunha, A. M. L. e Silva, E. J. L., 1995), também reutilizavam recintos monumentalizados, de origem calcolítica, como o de Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge, S. O., 1998 a) ou Castanheiro do Vento (Jorge, V. O. *et al.*, 2002). E nestes “locais especiais” manipulavam vasos cerâmicos que indiciavam contactos com a Meseta Norte (cerâmica de “tipo Cogeces”), tal como já ocorria na Serra da Aboboreira.

Estes grupos, que acusavam forte fixação à terra, cujas elites demonstravam maior capacidade de intercâmbio com outras regiões peninsulares (incrementavam nomeadamente a metalurgia do cobre, do ouro e da prata), estes mesmos grupos deixaram menores vestígios de arquitecturas monumentais do que os seus antecessores calcolíticos. Sobre a natureza desta “invisibilidade” produziram-se alguns trabalhos (Jorge, S. O., 1996, 1999 c; Jorge, S. O. e Jorge, V. O., no prelo).

– A primeira caracterização assinalável do *Bronze final* realizou-se através de escavações no âmbito do Projecto da Serra da Aboboreira. Dessas intervenções emergiram algumas linhas-de-força sobre esta região concreta: – progressiva invisibilização dos contextos sepulcrais; – contactos a distância que envolviam, por vezes, regiões muito diversas da Península Ibérica.

Na verdade, quanto ao primeiro aspecto, não se observou, até hoje, qualquer reutilização no Bronze final da necrópole da Serra da Aboboreira. No entanto, na Beira Alta registaram-se reutilizações de vários tipos (Cruz, D. J., 1997, 1998), o que deixa em aberto a hipótese de tal vir a ser descoberto futuramente no Norte de Portugal. Contudo, na área da necrópole do Tapado da Caldeira (Bronze médio) foi detectada uma fossa aberta em terra, que continha um único vaso. Não sabemos se seria uma deposição votiva ou se estaria relacionada com uma incineração. De qualquer modo, nas imediações existia uma lareira que foi datada do século XIV ao século IX A. C. O referido vaso é semelhante aos da necrópole de Paranho, na Beira Alta (Tondela) (Jorge, S. O., 1980, 1985; Cruz, D. J., 1997). No litoral minhoto conhecemos desde há muito as cistas de S. Paio de Antas (Esposende), recentemente reanalisadas (Cruz, D. J. e Gonçalves, A. A. H. B., 1998/99). Eram 12 cistas enterradas no solo, que continham inumações individuais de adultos e crianças. Em cada sepultura havia um ou mais vasos de “largo bordo horizontal”, um tipo cerâmico específico do Noroeste. No povoado da Santinha (Braga), A. Bettencourt encontrou, em contextos domésticos, uma hipotética deposição cultural ou funerária, datada dos séculos X a IX a. C. (Bettencourt, A. M., 2000).

Assim, apesar da escassez da informação, encontramos no Norte de Portugal vestígios quer de inumação, quer de cremação em estruturas que tanto podiam conter restos mortais, como tão só depósitos culturais, relacionados ou não, com o âmbito funerário (Jorge, S. O. e Jorge, V. O., no prelo).

Relativamente ao mundo dos povoados do Bronze final, detectou-se na Serra da Aboboreira (e áreas contíguas) uma apreciável diversidade de sítios: povoados abertos, próximo de linhas de água, sem condições naturais de defesa, como Bouça do Frade, Lavra, Monte Calvo, etc, e povoados de altura, dominantes, como Alto da Caldeira ou Castelo de Matos (Jorge, S. O., 1988). Alguns destes povoados, como Bouça do Frade, tinham origem no Bronze antigo/médio, outros, como Castelo de Matos, eram lugares erigidos já no Bronze final. Havia sítios que continham “fossas-silos”, aliás todas existentes em povoados abertos, sem condições naturais de defesa. Em vários povoados de encosta ou de altura ocorriam cerâmicas brunidas de “tipo Baiões”. Na Bouça do Frade, nos níveis do final da ocupação do local (sec. IX a. C.), surgiam, em simultâneo, cerâmicas de “tipo Baiões”, cerâmicas de “tipo Cogotas” e ainda vasos de “largo bordo horizontal”, o que revelava uma notável interacção com outras regiões peninsulares: a Meseta Norte, o Noroeste, o Sul da Península.

Apesar do estudo destes povoados da Serra da Aboboreira ter sido suspenso nos finais da década de 80, ele deixou em aberto a hipótese duma hierarquia de povoamento muito acentuada a partir do Bronze final.

Simultaneamente, uma colega da Universidade do Minho, desenvolvia então uma investigação centrada na bacia do Cávado (Martins, M. M., 1990), na qual haveria de explorar o respectivo povoamento desde o Bronze final até à Romanização. Uma das ideias-chave dessa

investigação (que haveria de conduzir a uma tese de doutoramento) era também a da existência duma hierarquia de povoamento desde o Bronze final. Na sequência deste trabalho – que revolucionou o panorama da Proto-História/Romanização do Noroeste peninsular – e durante a segunda metade da década de 90, outra colega da Universidade do Minho voltou a tomar a bacia do Cávado como base de investigação para o estudo do povoamento do II/I milénios a. C. (do Bronze antigo à Romanização) (Bettencourt, A. M., 2000).

A. Bettencourt distingue, em 2000, vários tipos de povoados na bacia do Cávado. Os maiores são sítios de ocupação permanente, de longa duração, transitando para a Idade do Ferro. Estão situados no rebordo de grandes vales, entre estes e as montanhas, em zonas de portela. Outros, mais pequenos, de curta ou média duração (não se prolongam na Idade do Ferro), estão situados em outeiros de vale, ou em colinas ou esporões muito próximos das zonas baixas. Todos estes sítios são, segundo A. Bettencourt, complementares entre si. É nos locais mais próximos dos vales que ocorrem “fossas-silos” para armazenagem. Ao contrário, os povoados maiores, ditos “fixos”, funcionariam como marcos territoriais e, possivelmente, como centros de poder.

A maior diferença, resultante das investigações na Serra da Aboboreira e na bacia do Cávado, reside na aparente continuidade de alguns povoados do Cávado, entre o Bronze final e a Idade do Ferro, facto que não foi testemunhado, até à data, na Aboboreira. Aliás, prospecções recentes na área entre o Távora e o Côa (Coixão, A. S., 1999) demonstram a existência dum hiato de conhecimento entre o Bronze pleno e a Romanização, que também poderá apontar para estratégias específicas de povoamento ainda não detectadas (no período entre os finais do II/primeira metade do I milénio a. C.) na região do Alto Douro.

Um contributo específico da investigação realizada na Faculdade de Letras do Porto para a caracterização do Bronze final diz respeito à análise das estátuas-menires de Faiões e Chaves (Chaves) e da Bouça (Mirandela) (Almeida, C. A. F. e Jorge, V. O., 1979; Jorge, V. O. e Almeida, C. A. F., 1980; Sanches, M. J. e Jorge, V. O., 1987). Nos começos da década de 90 surgiria uma síntese sobre o tema (Jorge, V. O. e Jorge, S. O., 1990). Estas estátuas-menires, de aspecto antropomórfico, apesar de tipologia diferenciada (podendo ou não estar armadas), marcariam fronteiras, lugares de circulação, territórios definidos por qualquer característica espacial? Anunciariam um território dum determinado grupo social? Marcariam o poder de certas figuras ancestrais, mais ou menos míticas? Teriam algo que ver com os espaços onde jaziam os mortos? Falta-nos o estudo sistemático de regiões inteiras que possa dar sentido e enquadrar estes achados (Jorge, S. O., 1999 a; Jorge, S. O. e Jorge, V. O., no prelo).

O Bronze final parece marcar uma ruptura importante com os períodos anteriores. A complexidade das redes de povoamento, a aparente invisibilidade dos contextos funerários, a abertura a alianças supra-regionais de dimensão nunca antes observada, a intensa circulação de produtos de prestígio de proveniência muito diversa, a emergência de novos cenários de negociação do poder, tudo contribui para fazer deste período um “nascer de ciclo”. O Bronze final preconiza um “mundo novo”, o que implica, particularmente na sua abordagem, uma focagem com forte componente antropológica, sem a qual não é possível ir mais além do que constatar regularidades e diferenças nas materialidades ou, se quisermos, sem a qual ficaremos acantonados à percepção de meras “entidades” arqueológicas (Martins, M. M. e Jorge, S. O., 1992).

Abordagens e problemáticas da investigação

Ao longo de vinte e cinco anos os docentes/investigadores de Pré-História da FLUP abriram frentes de pesquisa e, em certos momentos, alteraram paradigmas vigentes. Não o fizeram sozinhos. Contaram, certamente, com a ajuda de muitos outros cientistas de vários ramos de conhecimento. Mas coube-lhes a responsabilidade de subscreverem “pontos de viragem”. A análise do percurso dos vários programas de investigação merecia, por ventura, um estudo mais

aprofundado que não cabe nos objectivos deste texto. Mesmo assim, ousamos avançar com alguns tópicos, meros apontamentos, para um futuro trabalho sobre a cartografia dos “campos” abertos pela investigação da Pré-História produzida na Faculdade de Letras do Porto.

O “megalitismo” e a sua implosão

Em 1982 surge uma tese de doutoramento que ainda aborda o fenómeno megalítico como uma área autónoma de saber, mesmo que descentralizado da Península Ibérica, e inserido na problemática do espaço europeu (Jorge, V. O., 1982)

Desde finais de 70 que se havia criado o Projecto do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, o qual aglutinaria, ao longo de mais duma dezena de anos, inúmeros investigadores. Uma das frentes desses Projecto centrava-se no estudo da “necrópole megalítica”.

A estratégia de abordagem da referida necrópole era, nos finais de 70/inícios de 80, inovadora a nível peninsular. De acordo com o que na época se designava por “Arqueologia da paisagem”, investiu-se no estudo integral de cada monumento (análise das arquitecturas pétreas e das “mamoas”) e ainda na escavação (total ou parcial) de todos os sepulcros da necrópole. Desta operação exaustiva, que poderíamos chamar um levantamento documental aprofundado (durou mais de dez anos ainda que os estudos na necrópole da Serra da Aboboreira prossigam actualmente com novos colaboradores), resultaram algumas evidências. Seleccionamos aqui apenas três:

1 – A necrópole teve o seu início em meados de V milénio a. C. (Neolítico médio) e o seu fim na primeira metade do II milénio a. C. (Bronze antigo), revelando uma diacronia relativamente longa;

2 – A utilização da necrópole (quer em termos de construção de novos sepulcros, quer através da reutilização dos antigos) não parece ter sido contínua, embora aqui entremos num terreno que ainda levanta interrogações;

3 – Os primeiros monumentos (Neolítico médio-final) eram mais destacados na paisagem (graças a “mamoas” de alguma envergadura) do que os sepulcros baixos do II milénio a. C., que surgiam “disfarçados” entre os monumentos mais antigos e blocos graníticos.

Contudo, independentemente destas evidências mais ou menos consensuais, o estudo da necrópole da Aboboreira viria a gerar interpretações de natureza social que modificariam o entendimento do próprio conceito de “megalitismo”.

Ao longo da década de 80, V. O. Jorge insiste em dois aspectos que, no limite, vão contribuir para o esvaziamento do conceito tradicional, unitário, de “megalitismo”. Um desses aspectos diz respeito à forma como foi construída a necrópole da Aboboreira. Segundo o autor observou-se aqui um processo de “adição”: cada monumento era concebido tendo em conta a pré-existência do anterior, o qual condicionava a específica localização, nas proximidades, do seguinte. Este processo, também designado de “*necropolização*” (Jorge, V. O., 1986 b), distanciava-se da fórmula de crescimento de algumas necrópoles europeias contemporâneas. Por ex., na Bretanha francesa, o engrandecimento de certas necrópoles operava-se através do “encobrimento” dos sepulcros individuais por grandes massas de pedra ou “*cairns*” (como em Barnenez), processo designado de “monumentalização”.

A fórmula específica da “necropolização” traz como consequência uma aposição na paisagem de pequenos “módulos” (as “mamoas”) que não alteram estruturalmente o sentido orgânico do “design” natural. Assim, a “necropolização” não introduz rupturas significativas na paisagem. Mais tarde, esta ideia voltará a ser recuperada por V. O. Jorge, numa outra óptica, que ultrapassa a discussão sobre a temática do “megalitismo”. Contudo, ainda na esfera da reflexão sobre a autonomia deste “campo”, a ideia de “necropolização” admite muitas variantes: se na Aboboreira, no final do crescimento da necrópole, existem núcleos de monumentos, separados entre si apenas alguns metros, em muitas outras necrópoles do Sul de Portugal, os sepulcros distanciam-se uns dos outros muitas centenas de metros. Assim, a “malha” de distribuição no espaço destes monumentos ditos

“megalíticos”, pode variar em densidade, consoante as regiões em que as necrópoles estão implantadas. Entre a “necropolização” da Aboboreira e a de certas necrópoles megalíticas do Alto Alentejo (para só referir o território português) e a “monumentalização” mencionada da Bretanha francesa emergem soluções de representação simbólica no espaço dificilmente comparáveis entre si.

Um segundo aspecto levantado por V. O. Jorge respeita ao chamado “polimorfismo” dos sepulcros sob “*tumulus*” da Serra da Aboboreira (Jorge, V. O. 1986 c). Segundo o autor, em cada fase de utilização da necrópole poderiam ter-se edificado, lado a lado, monumentos com dimensão, concepção arquitectónica e finalidade ritual diversas. A par de sepulcros clássicos poderiam ocorrer, por ex., fossas (de natureza cultural?) sob “*tumulus*”, contemporâneas dos primeiros e apenas a alguns metros destes. O “polimorfismo” testado na Serra da Aboboreira não contrariava, obviamente, a diacronia global da necrópole, mas tornava pouco razoável uma perspectiva excessivamente evolucionista que se quisesse ter dela (Jorge, V. O., 1989, 1991). Em cada fase poderiam ter funcionado “monumentos megalíticos” e “não megalíticos” (numa perspectiva restritiva desta designação), associados a práticas funerárias/cultuais complementares. Deste ponto de vista, a análise da necrópole da Serra da Aboboreira advertia para a complexidade de utilização destes espaços sagrados, certamente pólos aglutinadores identitários de grupos ainda socialmente muito fluídos (Jorge, V. O., 1989).

A variabilidade interna das necrópoles neolíticas conduziu a uma mudança de nomenclatura em muitos trabalhos de investigação corrente de vários investigadores actuais. Em regra, estes cemitérios passaram a ser designados como necrópoles de monumentos sob “*tumulus*”. Esta mudança reflecte, para alguns autores, mais do que uma classificação estratégica, que pretendesse evitar a incomodidade do termo “megalítico”.

No percurso específico de V. O. Jorge que, em 1982, apresentou uma tese sobre o Megalitismo do Norte de Portugal, tal mudança significou um progressivo afastamento relativamente a um “campo” de conhecimento que ele próprio alimentara⁸. Isto não significa que para muitos outros investigadores o “megalitismo” não continue a ser ainda hoje um conceito vivo e operativo, como há vinte anos. Do ponto de vista de V. O. Jorge, no entanto, o “megalitismo” deixou de ser um campo autónomo “óbvio” e, como tal, urgente em abordar nos moldes tradicionais. O esgotamento do interesse por este tema, foi paralelo, nos finais da década de 90 e, sobretudo, nos inícios de 2000 (Jorge, V. O. e Jorge, S. O., 2000), da emergência duma nova forma de perspectivar os monumentos da Pré-História Recente do Norte de Portugal, postura que comentaremos adiante.

Do “povoado fortificado” ao “monumento”

Quando em 1989 se abordou pela primeira vez o estudo do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão, assumia-se implicitamente uma perspectiva dicotómica que colocava, dum lado, “povoados” e, do outro, “necrópoles” e vários “espaços rituais” (recintos de menires/estelas e santuários de arte rupestre) (Jorge, S. O., 1986, 1990). Seria no seio desta visão algo redutora que tentámos fazer o primeiro enquadramento dum sítio que não tinha nada a ver com o que havíamos analisado, até àquela data, no Norte de Portugal: tratava-se dum *recinto delimitado por um murete* no alto dum esporão.

A primeira interpretação foi no sentido de lhe atribuir uma funcionalidade clássica: a de “povoado fortificado”. Por sinal, o primeiro “povoado fortificado” calcolítico do Norte de Portugal e um dos poucos do Norte de Península (Jorge, S. O., 1993).

⁸ Na primeira metade da década de 90, V. O. Jorge trabalhou em equipa na “necrópole megalítica” de Castro Laboreiro (Jorge, V. O. *et al*, 1997). Como a mudança de paradigma surge normalmente da interacção entre teoria e prática, é provável que já por essa altura a confluência das duas estivesse em acção no sentido que aqui referimos de forma sumária. A necrópole de Castro Laboreiro, apenas pontualmente estudada, apontava, aliás, para a confirmação de muitas das características testadas ou intuídas na necrópole da Serra da Aboboreira.

Quando procurámos investigar as características de sítios similares existentes na Península Ibérica (Jorge, S. O., 1994) defrontámo-nos com um universo carente de homogeneidade: a maioria dos “sítios fortificados” não apresentava nítidos sistemas defensivos; no seu interior ocorriam vestígios de actividades diversas, dificilmente enquadráveis em acções de natureza exclusivamente “quotidiana”, “ritual” e/ou “sepulcral”; os ditos “povoados fortificados” faziam parte de sistemas económicos e sociais extremamente heterogéneos; enfim, a interpretação da natureza de cada um destes lugares implicava (implica) a sua revisitação no âmbito de estudos regionais despidos de preconceitos conceptuais.

Tínhamos ido à procura de uma maneira que nos fizesse entender melhor Castelo Velho e voltávamos com o desconforto de ter surpreendido a inconsistência dum dos mais poderosos paradigmas da Pré-História peninsular. Paradigma tão possante que havia atravessado todas as escolas do pensamento arqueológico do séc. XX: no interior das correntes histórico-culturais, estes locais eram “colónias” construídas por estrangeiros (em busca do cobre) para se defenderem dos indígenas; no seio das correntes processuais e marxistas, eram fortificações indígenas destinadas a proteger um grupo restrito de pessoas e bens, no âmbito dum estado latente de conflito inter-comunitário, para obtenção de riqueza e/ou direitos territoriais durante o III milénio a. C.

Ao retirar Castelo Velho (e outros sítios similares do Norte de Portugal, como Castanheiro do Vento ou Crasto de Palheiros) do universo dos “povoados fortificados”, não só estávamos a contribuir para abalar um paradigma que afectava sítios “clássicos” como Zambujal (Estremadura) ou Los Millares (Almeria, Espanha), como nos arriscávamos a ficar reduzidos às “características singulares” dum lugar. Ou seja, só nos restava voltar a olhar para o sítio e reflectir nas propriedades distintivas do mesmo: no que era radicalmente diferente relativamente aos lugares do passado imediatamente anterior (Jorge, S. O., 1994, 1998 a, 1999 c).

Evoquemos aqui algumas dessas características:

– O lugar instalava-se no topo dum esporão dominante. A sua implantação destinava-se a ser vista de muito longe. Dele observava-se também, dum determinado ângulo, uma paisagem vasta polarizada pelo Monte de S. Gabriel. Bastava que sobre o esporão se instalasse um qualquer dispositivo arquitectónico durável, para que o lugar se tornasse uma referência visual incontornável na paisagem.

Nunca, no IV milénio a. C., a localização das necrópoles neolíticas e muito menos a dos recintos de menires/estelas ou dos santuários de arte rupestre causara tal impacto na paisagem como um todo.

– No topo do esporão, debruçado para sul/sudeste, erguia-se, de facto, o que restava dum *dispositivo arquitectónico monumental*, basicamente composto por um *recinto* rodeado, a sul e oeste, por uma plataforma intermédia e por uma “*rampa*” ou “*talude*” de certo porte. A construção, no topo do morro, deste dispositivo, não impedia que ocorressem outras estruturas de tipo perecível na sua vertente sul.

Aliás, pode-se imaginar que a edificação de estruturas monumentais no cume do morro o tenha tornado significativo na sua totalidade. O dispositivo arquitectónico monumental sofreu várias remodelações, mas esteve operacional durante mais de 1000 anos, entre c. 3000 a. C. e c. 1300 a. C. Durante todo esse tempo o projecto inicial não foi estruturalmente alterado. Ou seja, nos inícios do III milénio a. C. foi *planeado* um projecto arquitectónico de grande envergadura que implicou: a “escultura” ou afeição dum morro, de forma a alterar-lhe o volume inicial; a construção dum dispositivo soerguido, no alto dum monte, o que passava também pela criação de *barreiras físicas* a condicionar os acessos e a movimentação geral em torno do “monumento”; um sistema coeso e permanente de *manutenção do dispositivo durante muitas centenas de anos*. Castelo Velho assumia-se como um grande dispositivo comunicacional a distância, só possível num contexto de grande *transformação da lógica de intervenção na paisagem*.

Na verdade, nunca anteriormente se tinha “interferido” tanto na paisagem. O comportamento das necrópoles neolíticas operava-se através da adição no espaço de pequenos montículos

de terra (que, aliás, imitavam colinas artificiais), sem que nesse processo estivesse implícito um planeamento de conjunto. Por outro lado, na construção desses pequenos monumentos, que não obedecia a uma programação prévia, não havia qualquer intenção de abarcar e muito menos mutilar grandes troços da paisagem. Enfim, aparentemente não existiam barreiras físicas em torno dos monumentos. A existirem restrições de acesso, elas não se expressavam ao nível de muretes ou outras “fronteiras” resistentes, detectáveis no registo arqueológico.

– No interior do recinto superior poderia reunir-se um número indeterminado de pessoas em certos momentos do ano. Não sabemos exactamente o que fariam, nem quem as liderava. Mas podemos observar algumas evidências: o espaço do recinto não poderia albergar muito mais do que umas 50 pessoas em simultâneo; o recinto dispunha dum *número significativo de “entradas”* (sobretudo na sua fase inicial). Tais “entradas” permitiam certamente um jogo complexo de trajectos diversificados, no âmbito das possibilidades e proibições de acesso ao recinto, tanto no tempo como no espaço; quer no interior do recinto, quer nas áreas imediatamente adjacentes, entre este e a “rampa” ou “talude”, ocorreriam certamente múltiplas actividades difíceis de qualificar. A antiga dicotomia entre doméstico/funerário ou ritual/funcional não nos presta grande ajuda na interpretação dum “sítio excepcional” que deve ter servido diversos propósitos sociais. Contudo, não podemos ignorar a existência de estruturas que desempenharam certamente um papel importante na significação emblemática deste dispositivo monumental. Uma dessas estruturas albergou ossos humanos (de 8 a 10 indivíduos), provavelmente transformados, em parte, em “reliquias”, num contexto que não se encontra confinado exclusivamente ao que habitualmente se designa por “ritual funerário” (Jorge, S. O., 1998 a; Jorge, S. O. *et al*, 1998/99). Uma outra estrutura encerrou milhares de sementes de cereais associadas a vasos cerâmicos intencionalmente fragmentados. Em ambos os casos, as deposições encontravam-se organizadas de forma a sugerir acções acentuadamente padronizadas. Fora do quadro das estruturas referidas também poderíamos mencionar um espaço aberto, mas bem delimitado, onde foram encontrados (como que “pousados”) vinte e cinco pesos de tear. Todos estes contextos, a uma micro-escala, parecem representar metáforas de aspectos cruciais de actividades das populações: a “armazenagem” de bens alimentares, a transformação de produtos secundários operada pela tecelagem; a manipulação social dos mortos, encarados como “produtos culturais”.

Pela primeira vez, visualizamos um espaço construído, duradouro, bem destacado na paisagem, que parece assumir-se como uma metáfora da vida das populações do III/II milénio a. C.

– A nova abordagem de Castelo Velho (de 1994 até à actualidade) faz surgir progressivamente a noção de “monumento” ligada a este tipo de sítios. Tal perspectiva desloca o eixo interpretativo destes lugares, das “acções concretas” que os mesmos albergaram, para a *função simbólica da sua representação no espaço*. Tal deslocação faz inserir estes “sítios especiais” no âmbito da *“arqueologia dos monumentos”*, ao mesmo título das mamoadas e dos recintos de menires ou estelas, ou seja, dos *lugares construídos, perduráveis e com destaque físico na paisagem*. Desenvolvendo esta perspectiva, traçámos, pela primeira vez, em 1998, o percurso dos “monumentos” do Norte de Portugal, do Neolítico médio ao Bronze médio (Jorge, S. O., 1998 b), salientando dois grandes momentos: a fase do Neolítico médio-final, na qual emergem com destaque os sepulcros sob *“tumulus”* (abertos ou fechados), pontuando de forma ainda pouca impressiva vastos territórios; e a fase do Calcolítico/Bronze antigo e médio, onde surgem novos “monumentos” que se inscrevem em territórios mais circunscritos, e indiciam novas percepções do tempo e do espaço. Entre esses novos “monumentos” contam-se os “recintos murados”: quer no topo de esporões (como Castelo Velho ou Castanheiro do Vento), quer no alto de “fragas” ou formações rochosas preexistentes, com grande impacto na paisagem (como Crasto de Palheiros). Em ambas as fases, os respectivos “monumentos” parecem assumir o papel de marcadores identitários, polarizando à sua volta, as diferentes sociedades agro-pastoris do V ao II milénio a. C.

Em 1999 ousámos reflectir a Pré-História Recente de todo o território português na linha que vinhamos desenvolvendo para o norte e centro de Portugal (Jorge, S. O., 1999 c).

É com alguma expectativa que assistimos actualmente ao aprofundamento desta problemática quer na Beira Alta (Valera, A. C., 1999) quer, sobretudo, no Norte de Portugal. Aqui desenvolve-se um projecto de estudo dum outro recinto monumental (Castanheiro do Vento) (Jorge, V. O. *et al.*, 2002), que se integra amplamente na perspectiva duma “arqueologia dos monumentos”. Aliás, V. O. Jorge é autor dum artigo recente que traça, de forma rigorosa e extremamente apelativa, as modulações que esta temática comporta (Jorge, V. O., no prelo).

Associações vegetais da Pré-História Recente do Norte de Portugal

- Desde os finais dos anos 70 que foi sentida a necessidade de se identificar os ecossistemas holocénicos que haviam parcialmente condicionado a implantação dos sítios pré-históricos do Norte de Portugal. Deles fazia parte a flora espontânea (e cultivada) existente nos territórios envolventes das estações arqueológicas. Da reconstituição dessa flora espontânea dependia, em parte, a visualização do “*cenário natural*” que presidira às opções de deambulação e/ou fixação das sociedades pré-históricas. Dependia também a compreensão do *espectro de recursos florestais disponíveis* para actividades de carácter económico e social. Finalmente, do estudo dos contextos arqueológicos, era suposto poder-se atingir o *comportamento selectivo* dos diferentes grupos face às possibilidades oferecidas pelo meio.

- Na primeira metade da década de 80, estabeleceram-se contactos com o Prof. J. L. Vernet da Universidade de Ciências e Técnicas do Languedoque, Montpellier (França), com o intuito de se proceder à análise antracológica de amostras provenientes de sítios em curso de escavação, na Serra da Aboboreira e em Chaves – Vila Pouca de Aguiar (Vernet, J. – L., 1986; Vernet, J. – L. e Figueiral, I., 1993). Mais tarde, uma colaboradora do Projecto de estudo arqueológico da Serra da Aboboreira, licenciada na Variante de História de Arte e Arqueologia da FLUP (Isabel Figueiral), haveria de se doutorar em França em paleo-botânica, sob a orientação do Prof. J. – L. Vernet (Figueiral, I., 1990). Desta relação operada com um centro de investigação francês de paleo-botânica, haveria de resultar não só uma estreita colaboração, a partir dos inícios de 90, entre I. Figueiral e todos os investigadores de Pré-História da FLUP, como entre aquela especialista e muitos outros arqueólogos portugueses, a trabalhar em diversos períodos cronológicos e áreas do país. Pode-se afirmar que a gestação do processo que levou uma licenciada com formação arqueológica a especializar-se em paleo-botânica, não só teve origem no sector de Pré-História da FLUP, como se revelou crucial para o desenvolvimento das pesquisas nesta área. É evidente que os méritos decorrentes desta interacção se devem fundamentalmente à competência e entusiasmo pessoais de I. Figueiral desenvolvidos ao longo da última década (Figueiral, I., 1990; *idem*, 1992-93; *idem*, 1993; *idem*, 1998; *idem*, 1999; Vernet, J. – L. e Figueiral, I., 1993; Figueiral, I. e Sanches, M. J., 1998/99).

No seio do sector de Pré-História da FLUP é justo destacar também uma especial apetência de M. J. Sanches por abordagens que visem a reconstituição das paisagens pré-históricas transmontanas e alto-durienses. Tal apetência revelou-se de forma particular na sua tese de doutoramento (Sanches, M. J., 1997), e continuou posteriormente num trabalho de colaboração sobre as paleo-paisagens da Pré-História Recente no Planalto Mirandês e na Bacia de Mirandela (Figueiral, I. e Sanches, M. J., 1998/99). Cremos que se trata duma frente de abordagem não só essencial, como passível de contribuir, a prazo, para se dar um salto qualitativo na interpretação dos contextos pré-históricos do Norte de Portugal.

- Vejamos, de forma muito sucinta, o que a antracologia nos trouxe para a reconstituição das paisagens pré-históricas do Norte de Portugal. Viajaremos, meteoricamente, pela *Serra da Aboboreira* (do Neolítico médio ao Bronze final), pela região de *Chaves/Vila Pouca de Aguiar* (Neolítico final/Calcolítico/Bronze inicial), pelas áreas da *Bacia de Mirandela e Planalto Mirandês* (do Neolítico antigo ao Calcolítico) e pelo sítio de *Castelo Velho* (no Alto Douro) (Calcolítico/Bronze antigo e médio).

– Na *Serra da Aboboreira* (Douro Litoral) foram estudados dois contextos: os das *mamoas* da “necrópole megalítica” (do V ao II milénio a. C.) e os dos *povoados* do Bronze final (dos inícios do I milénio a. C.) (dois na Serra da Aboboreira e um outro numa zona contígua). No primeiro caso retiraram-se amostras de “solos enterrados” sob as *mamoas* (correspondendo, na grande maioria, a amostras relativas a momentos imediatamente anteriores à construção dos sepulcros) e também do interior das câmaras/corredores e *mamoas*. De referir que não se utilizou um método de peneiração ou flutuação sistemática, pelo que as amostras foram arbitrariamente seleccionadas no acto da recolha, em função da concentração e/ou dimensão dos carvões. Tal ausência de método de recolha sistemática também se verificou nos *povoados* do Bronze final. Tendo em conta estes constrangimentos metodológicos podemos chegar às seguintes hipóteses (Vernet, J. – L. e Figueiral, I., 1993; Figueiral, I., 1993): – antes da construção dos sepulcros neolíticos, o alto da Serra da Aboboreira acusava a presença de carvalhos de folha caduca (alvarinho e negral) associados a espaços abertos onde proliferavam leguminosas (*giestas*); – durante a construção e utilização dos sepulcros (do Neolítico médio ao Bronze inicial) tal vegetação teve de ser pontualmente removida, mantendo-se, no entanto, nas proximidades, bosques esparsos de carvalho negral e carvalho alvarinho, ocasionalmente associados ao sobreiro. As *clareiras* ou espaços abertos eram abundantes no final da utilização da necrópole, contendo várias espécies de leguminosas. Foram registadas espécies de borda de água (como, por ex., o salgueiro e o amieiro). Relativamente à actualidade, a paisagem pré-histórica referida sofreu um importante processo de erosão, certamente devido à prática do pastoreio e a outros impactos de origem antrópica; – nos inícios do I milénio a. C., nas imediações dos *povoados* do Bronze final, existiam bosques mistos predominando o carvalho negral e o carvalho alvarinho, mas onde também ocorria o sobreiro e possivelmente a azinheira. As *clareiras* encontravam-se bem dissimuladas, florescendo nelas as *estevas*, as *giestas* e as *urzes*, eventualmente o medronheiro. Era recorrente vegetação de borda de água, como o salgueiro, o freixo ou o amieiro. Tal como a paisagem do alto da serra, a paisagem actual denota um acentuado processo de erosão e de destruição, face ao plantio de espécies exteriores à região. Como I. Figueiral afirma, para o Bronze final (Figueiral, I., 1993), as *clareiras* eram ainda limitadas e a reconquista florestal poderia efectuar-se facilmente.

– Na região de *Chaves/Vila Pouca de Aguiar* (Trás-os-Montes Ocidental) foram estudadas algumas amostras de carvões provenientes de *povoados* do Neolítico final/Calcolítico. Também aqui não foi utilizado qualquer método de recolha sistemática. Em 1986 foram publicados os dados relativos a três *povoados* (Vernet, J. – L., 1986) e recentemente foi-nos enviado por I. Figueiral um relatório inédito, relativamente a um quarto *povoado* de Chaves, cuja informação também utilizaremos.

Estamos, ao contrário da região de transição que era a Aboboreira, numa paisagem mediterrânica com influências atlânticas (em conjunções diversas). Em torno dos *povoados* ocorriam bosques mistos constituídos por pinheiros (desde o pinheiro silvestre de montanha, passando pelo pinheiro bravo até ao pinheiro manso), carvalhos de folha caduca (carvalho negral e carvalho alvarinho) e carvalhos de folha persistente (sobreiro, eventualmente a azinheira). Nas *clareiras* floresciam *giestas*, *estevas* e *urzes*. Para além destas espécies, podiam ocorrer o medronheiro e o pilriteiro ou espécies de borda de água como o freixo ou o salgueiro. A informação é muito desigual consoante os *povoados*, pelo que não se pode ir mais longe do que acentuar a presença, em dois dos quatro *povoados*, de alguma intensidade de vegetação arbustiva indicadora da degradação do bosque e de intervenção humana. Actualmente a paisagem onde se inserem estes *povoados* encontra-se invadida por cultivos e plantios de espécies, por vezes, estranhas à região. São excepcionais as áreas conservadas com vegetação espontânea.

– Nas regiões do *Planalto Mirandês e Bacia de Mirandela* (Trás-os-Montes e Alto Douro) foram analisadas amostras provenientes de *povoados*, sepulcros sob “*tumulus*” e um abrigo-sob-rocha, o qual foi alvo de várias utilizações. Estas estações arqueológicas sofreram ocupações do V ao III milénio a. C. Ao contrário dos casos anteriores, a partir de 1986 foi realizada uma recolha de carvões por meio de flutuação sistemática. Contudo, devido à diferença de dimensão das

áreas abertas nas diferentes estações, existe uma grande disparidade de informação entre o abrigo (Buraco da Pala) e os restantes povoados e mamoaos. Enquanto que o primeiro forneceu c. 2800 fragmentos de carvões, as restantes estações oscilaram entre 36 e 351 fragmentos. Esta disparidade distorce, do ponto de vista geográfico e temporal, o quadro obtido mesmo só para a área onde aquele abrigo se insere (a Bacia de Mirandela) (Figueiral, I. e Sanches, M. J., 1998/99).

Segundo as autoras deste estudo comparativo, as paisagens pré-históricas respeitavam a diferenciação actual entre “terra fria” (Planalto Mirandês) e “terra quente” (Bacia de Mirandela), ou seja, respectivamente, áreas de vales e zonas baixas, e áreas de montanha/planalto. Estamos nestas várias regiões face a coberturas arbóreas extensas constituídas (em conjugações diversas) por pinheiros (pinheiro bravo, manso e silvestre), carvalhos de folha persistente (sobreiros/azinheiras/carrascos) e carvalhos de folha caduca. Os sobreiros/azinheiras foram identificados em todas as estações. Por outro lado, foram detectadas espécies de “monte” ou de “clareiras” como estevas, giestas e urzes, a par de zimbros, medronheiros, freixos, zambujeiros, etc. De registar que as leguminosas (giestas) e as urzes (claro indicador de degradação da vegetação arbórea) foram identificadas em todas as estações. As urzes apresentavam uma percentagem muito elevada também em todos os sítios arqueológicos. As autoras estipulam que as várias estações se integravam, na Pré-história recente, numa paisagem mediterrânica ligeiramente mais húmida do que na actualidade. Presentemente, apesar dos cultivos e plantios, surgem ainda paisagens total ou parcialmente conservadas do ponto de vista da sua vegetação espontânea.

– *Castelo Velho de Freixo de Numão* (Alto Douro), um recinto monumental do Calcolítico/Bronze antigo e médio, foi alvo de recolhas sistemáticas apenas a partir de 92. A estratigrafia identificada no topo do monumento revelou três camadas pré-históricas que correspondem globalmente a três grandes fases de ocupação do sítio. Dessas camadas recolheram-se amostras que foram analisadas (Figueiral, I., 1998; *idem*, 1999). Até à actualidade foram contabilizados c. 2000 fragmentos de carvão e de frutos/sementes.

1ª fase (camada 4) – c. 3000 a. C. – A paisagem pré-histórica seria de ambiência mediterrânica ligeiramente mais húmida do que na actualidade. Predominaria um bosque de azinheiras/sobreiros/carrascos, associados a carvalho de folha caduca, medronheiros, freixos, giestas e pilriteiros.

2ª fase (camada 3) – c. 2900/1900 a. C.(?) – Mantêm-se as mesmas características da camada 4. No entanto, as frequências de carvalhos de folha persistente e das rosáceas diminuem a favor do medronheiro. De assinalar igualmente a identificação do trovisco, das estevas, do zimbro e do pinheiro bravo.

3ª fase (camada 2) – c. 1900-1800 a. C./1300 a. C. (?) – Dá-se uma alteração profunda do padrão adentro da mesma associação vegetal mediterrânica. Surge em grande quantidade, e em concentrações, o medronheiro associado a giestas. Está presente, mas em muito menor quantidade, a azinheira, o sobreiro, o carvalho de folha caduca e o salgueiro. As urzes são identificadas pela primeira vez. No que diz respeito a vestígios de plantas comestíveis assinala-se a presença de medronheiro, ervilha, chícharo, lentilha e cevada. I. Figueiral, face a esta modificação tão profunda entre a camada 3 e a 2, coloca duas hipóteses explicativas: uma degradação muito acentuada do bosque; uma selecção de medronheiro e das giestas em função de actividades específicas desenvolvidas na estação.

É de referir o ênfase que aquela especialista coloca na hipótese da selecção, neste caso particular, o que corresponde a uma postura inovadora, quer relativamente a esta estação, quer a outras anteriormente referidas. O tema da “selecção” dar-nos-á o mote para alguns comentários finais ⁹.

⁹ Agradecemos a I. Figueiral as informações recentes que nos prestou sobre a vegetação pré-histórica das regiões anteriormente mencionadas.

Adiante-se que na zona circundante de Castelo Velho observam-se actualmente áreas com vegetação espontânea preservada.

- Antes de abordarmos algumas questões que estas análises antracológicas nos sugerem, gostaríamos de destacar o trabalho de M. J. Sanches sobre estações da Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (Sanches, M. J., 1997). A autora, utilizando o conhecimento das condições actuais de clima, de tipo de solos e vegetação contemporâneos, e ainda de algumas análises antracológicas (que tendem a reconstituir, de forma muito genérica, a vegetação pré-histórica) extrapolou para a distinção de *sítios arqueológicos inseridos em territórios com maior ou menor capacidade de renovação florística*. Entre as estações localizadas em territórios com “maior capacidade de renovação florística” contam-se os sítios de Crasto de Palheiros, Barrocal Alto e Buraco da Pala. Segundo a autora, os grupos que aqui habitariam, desenvolviam uma economia agro-pastoril pujante sem recurso a tecnologias complexas. Estes sítios espelhariam um padrão de grande estabilidade residencial e de exploração intensiva do território. As estações situadas em territórios com “menor capacidade de renovação florística”, como o Cunho, desenvolveriam uma economia predominantemente pastoril, com uma agricultura cerealífera incipiente. Os grupos articulados com estes territórios ocupa-los-iam de forma menos duradoura (a não ser que possuíssem uma tecnologia agrícola sofisticada). cremos que se trata duma abordagem que necessita de confirmação arqueológica, mas que encerra em si mesma virtualidades prospectivas inegáveis.

- Finalmente, permita-se-nos formular alguns comentários breves sobre duas questões eminentemente articuladas: a reconstituição das paisagens da Pré-História Recente e a selecção humana das espécies vegetais nesse mesmo período.

– Sobre o primeiro ponto parece-nos óbvio acentuar os seguintes aspectos:

1 – A reconstituição da flora pré-histórica a partir da antracologia requer uma acção concertada em duas frentes: *o estudo exaustivo da cada sítio* (tendo em atenção as suas particularidades), para se obter uma amostragem (sincrónica e diacrónica) ilustrativa do todo da estação; *o “varrimento” do maior número de sítios*, existentes num determinado ecossistema, contemporâneos e/ou sucessivos ao longo dum período de tempo.

Só através de análises aprofundadas, a nível local e regional, poderemos com alguma segurança usar as amostragens parciais para nos aproximarmos das paisagens pré-históricas totais, em toda a sua *variabilidade espacial e temporal*.

2 – Ainda sobre a reconstituição das paisagens pré-históricas: entre alguns especialistas existem dúvidas sobre a possibilidade de se poder extrapolar duma amostragem parcial (mesmo relativamente diversificada e ampla) de espécies vegetais, para a heterogeneidade do sistema paleo-botânico total. Isto porque alguns defendem que a variabilidade local é sempre tão extensa, que a partir duma amostragem parcial seleccionada, é muito difícil alcançar o ecossistema total que lhe deu origem.

A paisagem vegetal pré-histórica, na sua variabilidade e complexidade locais, seria assim inatingível, a partir dos dados exclusivamente obtidos no interior dos sítios arqueológicos. Mesmo assim, entendemos que os pré-historiadores devem manter um diálogo estreito com todos os especialistas ligados à reconstituição dos paleo-ambientes, no sentido de se alcançarem patamares de entendimento mútuo sobre esta questão tão crucial.

– Quanto à problemática da selecção humana das espécies vegetais operada em sítios ocupados durante a Pré-História:

1 – nas estações arqueológicas as espécies vegetais encontradas são, em regra, produto duma selecção consciente, tendo em vista actividades específicas desenvolvidas no seu interior¹⁰; são objectivos de natureza económica e social que comandam, em geral, a procura de certas

¹⁰ As espécies vegetais que chegaram até nós, sofreram também, eventualmente, selecções não premeditadas, resultantes de processos pós-deposicionais e outras truncagens aleatórias do “registo arqueológico”.

espécies e não de outras, para a construção de cabanas, a utilização de lareiras, o consumo alimentar ou medicinal, etc, etc.;

2 – desta forma, a antracologia não só disponibiliza dados para a reconstituição das paisagens envolventes dos sítios pré-históricos (o que também permite extrapolar sobre “o quadro dos possíveis” colocado à disposição dos grupos humanos), como se encontra em posição privilegiada para detectar o *comportamento selectivo* que presidiu à manipulação de certas espécies em determinados contextos. Contudo, para atingir este desiderato, a antracologia não deve restringir a sua análise à identificação de espécies por camadas estratigráficas. Há que desenvolver, em estreita articulação com o arqueólogo, um *estudo contextual*, que possibilite a correlação entre espécies e micro-contextos (lareiras, fossas, cabanas, buracos de poste, estruturas de enterramento, etc.). No limite, seria desejável atingir o padrão de utilização/rejeição (no tempo e no espaço) das várias espécies vegetais no âmbito das múltiplas actividades sociais realizadas num determinado contexto humanizado.

Se quisermos, entraríamos aqui no campo da “etno-antracologia”, pela qual tentaríamos recuperar as *fórmulas sociais de manipulação das plantas pré-históricas*.

Como é óbvio, um programa deste tipo exige muito mais do que a colaboração individual (e pontual) entre o paleo-botânico e o arqueólogo. Exige a criação dum programa de investigação orientado para a pesquisa dos paleo-ambientes e da *utilização social das espécies vegetais*. Tal programa de investigação implicaria, no mínimo, um forte enquadramento institucional.

A Pré-História é uma ciência social, mas para o ser plenamente, precisa também de utilizar metodologias e aparatos técnicos similares aos das “ciências exactas”. Se a Pré-História, como terreno de investigação, não puder aceder às condições elementares do seu progresso como ciência, corre o risco de se tornar numa “ficção”, mais ou menos arqueologicamente legitimada, cujo poder (simbólico) residirá na maior ou menor capacidade de saber competir com as artes (por vezes admiráveis) da efabulação. Trata-se dum perigo real que deve ser enunciado, nomeadamente no seio da Universidade, cenário natural de gestação e amadurecimento da própria ciência.

Bibliografia

- Almeida, C. A. F. (1974), Cerâmica castreja, *Revista de Guimarães*, vol. LXXIV, pp. 171 – 197.
- Almeida, C. A. F. e Jorge, V. O. (1979), *A Estátua – menir de Faiões (Chaves)*, Porto, GEAP, “Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto”, 2.
- Alonso Matthías, F. e Bello Dieguez, J. M^a (1997), Cronología y periodización del fenómeno megalítico en Galicia a la luz de las dataciones por carbono 14, *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo* (ed. A. Rodríguez Casal), Univ. Santiago de Compostela, pp. 507 – 520.
- Antunes, M. T. e Cunha, A. S. (1998), Restos humanos do Calcolítico – Idade do Bronze de Castelo Velho, Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa – nota preliminar, *Côavisão, Cultura e Ciência*, nº 0, pp. 35 – 42.
- Aubry, T. e Carvalho, A. M. F. (1998), O povoamento pré-histórico no Vale do Côa – Síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997), *Côavisão. Cultura e Ciência*, nº 0, pp. 23 – 34.
- Baptista, A. M. (1986), Arte Rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção, *História da Arte em Portugal*, vol. I, Lisboa, Ed. Alfa, pp. 31 – 55.

- Bettencourt, A. (2000), *A paisagem e o Homem no Bacia do Cávado durante o IIº e o Iº milénios a. C.*, Braga, Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (dissertação de doutoramento, policopiada).
- Bettencourt, A. M. e Sanches, M. J. (1998), Algumas questões sobre a Idade do Bronze do Norte de Portugal, *A Idade do Bronze en Galicia: Novas Perspectivas* (ed. R. Fábregas Valcarce), “Cadernos do Seminário de Sargadelos”, 77, pp. 13 – 45.
- Carvalho, A. F. (1999), Os sítios de Quebradas e Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico antigo do Baixo Côa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2, nº 1, pp. 39 – 70.
- Coixão, A. S. (1999), *A ocupação Humana na Pré-História Recente na Região de Entre Côa e Távora*, A. C. D. R. de Freixo de Numão.
- Cruz, D. J. (1991), *A mamoa 1 de Chã de Carvalhal no contexto arqueológico da Serra da Aboboreira e da Pré-História Recente do Norte de Portugal*. Coimbra, trabalho apresentado em provas públicas de aptidão pedagógica e capacidade científica da FLUC (policopiado).
- Cruz, D. J., (1992), *A mamoa 1 de Chã de Carvalhal no contexto arqueológico da Serra da Aboboreira*, Coimbra, I. A./U. C.
- Cruz, D. J., (1995), Cronologia dos monumentos com “*tumulus*” do Noroeste peninsular e da Beira Alta, *Estudos Pré-Históricos*, vol. III, pp. 81 – 119.
- Cruz, D. J. (1997), A necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela, Viseu), *Estudos Pré-Históricos*, vol. V, pp. 85 – 109.
- Cruz, D. J. (1998), Expressões funerárias e culturais no Norte da Beira Alta (Vº – IIº milénios A. C.), *Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, pp. 149 – 166.
- Cruz, D. J., Gomes L. F. C. e Carvalho, P. M. S. (1998), Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação, *Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, pp. 375 – 395.
- Cruz, D. J. e Gonçalves A. A. H. B. (1998-99), A necrópole d’Agra de Antas (S. Paio de Antas, Esposende, Braga), *Portugalia, Nova Série*, vol. XIX – XX, pp. 5 – 27.
- Cunha, A. M. L., Silva, E. J. L. (1995), As gravuras rupestres do Monte da Laje (Valença), *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Lisboa, SEC/IPM/MNA, p. 96.
- Cunha-Ribeiro, J. P. (1990), Os primeiros habitantes, *Nova História de Portugal*, vol. I – *Das origens à Romanização* (coord. J. de Alarcão), Lisboa, Ed. Presença, pp. 15 – 74.
- Fábregas Valcarce, R. (1997), La adopción de la economía productora en el Noroeste Ibérico, *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo* (ed. A. Rodríguez Casal), Univ. de Santiago de Compostela, pp. 463 – 484.
- Figueiral, I. (1990), *Le nord-ouest du Portugal et les modifications de l’ecosystème du Bronze final à l’époque romaine, d’après l’anthracanalyse de sites archéologiques*, 2 vols., tese USTL, Montpellier II.
- Figueiral, I. (1992-93), Antracologia e megalitismo: problemas e perspectivas. O caso do núcleo de Chã de Parada (Serra da Aboboreira), *Portugalia, Nova Série*, vol. XIII – XIV, pp. 149 – 157.
- Figueiral, I. (1993), Charcoal analysis and the vegetational evolution of North – West Portugal, *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 12, pp. 209 – 222.
- Figueiral, I. (1998), Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). Os restos vegetais carbonizados, *Côavisão, Cultura e Ciência*, nº 0, pp. 43 – 48.
- Figueiral, I. (1999), Castelo Velho (Freixo de Numão, Portugal). The charcoaled plant remains and their significance, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 1, pp. 259 – 267.

- Figueiral, I. e Sanches, M. J. (1998/1999), A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-História Recente, *Portugalia, Nova Série*, vol. XIX – XX, pp. 71 – 101.
- Gonçalves, A. A. H. B. e Cruz, D. J. (1994) Resultados dos trabalhos de escavação da mamoa 1 das Madorras (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vila Real), *Estudos Pré-Históricos*, vol. II, pp. 171 – 232.
- Jorge, S. O. (1980 a), A estação arqueológica do Tapado da Caldeira. Baião, *Portugalia, Nova Série*, vol. I, pp. 29 – 50.
- Jorge, S. O. (1980 b), A necrópole do Tapado da Caldeira – Baião, *Arqueologia*, 2, pp. 36 – 44.
- Jorge, S. O. (1985), Datas de Carbono 14 para a Pré-História Recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas, *Arqueologia*, 12, pp. 154 – 183.
- Jorge, S. O. (1986), *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP.
- Jorge, S. O. (1988), *O povoado da Bouça do Frade (Baião), no quadro o Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.
- Jorge, S. O. (1990), caps. II a V de *Nova História de Portugal*. Vol. I – *Das Origens à Romanização* (coord. J. de Alarcão), Lisboa, Ed. Presença, pp. 75 – 251.
- Jorge, S. O. (1993), O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história Recente do Norte de Portugal, *Iº Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. I, Porto, SPAE, pp. 179 – 216.
- Jorge, S. O. (1994), Colónias, fortificações, lugares monumentalizados, Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, Porto, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, vol. XI, pp. 447 – 546.
- Jorge, S. O. (1996), Regional diversity in the Iberian Bronze Age – on the visibility and opacity of the archeological record, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 36, pp. 193 – 214.
- Jorge, S. O. (1997), O Bronze final no Norte de Portugal: uma história em discussão, *O Iº Milénio a. C. no Noroeste Peninsular. A fachada atlântica e o interior*, Bragança, Parque Natural de Montezinho, pp. 13 – 22.
- Jorge, S. O. (1998 a), Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação, *Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, pp. 279 – 293.
- Jorge, S. O. (1998 b), Later prehistoric monuments of Northern Portugal: some remarks, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, pp. 105 – 113.
- Jorge, S. O. (1999 a), Bronze Age stelai and menhirs of the Iberian Peninsula: discourses of power, *Gods and Heroes of the Bronze Age, Europe at the Time of Ulysses*, Londres, Thames and Hudson, pp. 114 – 122.
- Jorge, S. O. (1999 b), Cabeço da Mina (Vila Flor, Portugal). A late prehistoric sanctuary with “stelai” of the Iberian Peninsula, *Gods and Heroes of the Bronze age, Europe at the Time of Ulysses*, Londres, Thames and Hudson, pp. 137 – 141.
- Jorge, S. O. (1999 c), *Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva Publ.
- Jorge, S. O. (2001), Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Portugal), et la problématique des “habitats fortifiés” de la Péninsule Ibérique, *Communautés Villageoises du Proche-Orient à l’Atlantique* (dir. Jean Guilaine), Paris, Ed. Errance, pp. 241 – 252.

- Jorge, S. O. (no prelo a), Etapas de estudo e valorização do sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Portugal, *Actas do Simpósio “Conservação e intervenção em sítios arqueológicos e monumentos históricos”*, Porto – Paredes de Coura, Univ. Portucalense Infante D. Henrique – Câmara Municipal de Paredes de Coura, Abril de 2001.
- Jorge, S. O. (no prelo b), Um vaso campaniforme cordado no Norte de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (V^a N^a de Foz Côa). Breve notícia. Porto, *Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património*, vol. 1.
- Jorge, S. O., Jorge, V. O., Sanches, M. J., Almeida, C. A. F. e Soeiro, M. T. (1981), Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta), *Arqueologia*, 3, pp. 3 – 12.
- Jorge, S. O., Oliveira, M. L., Nunes, S. A. e Gomes, S. (1998/1999), Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), *Portugalia, Nova Série*, vol. XIX, XX, pp. 29 – 70.
- Jorge, S. O. e Jorge, V. O. (no prelo), Agricultores e pastores fixados no território. Sociedades hierarquizadas, sociedades estratificadas?, *História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro* (coord. GEHVID), Porto.
- Jorge, V. O. (1980), Escavações da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira, Baião), *Portugalia, Nova Série*, vol. I, pp. 9 – 28.
- Jorge, V. O. (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, Porto, Fac. de Letras do Porto (dissertação de doutoramento, policopiada).
- Jorge, V. O. (1984), Escavação da mamoa da Mina do Simão (Serra da Aboboreira – Amarante), *Arqueologia*, 9, pp. 3 – 21.
- Jorge, V. O. (1985), Les tumulus de Chã de Santinhos, *Arqueologia*, 12, pp. 96 – 128.
- Jorge, V. O. (1986 a), Arte Rupestre em Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXVI, fasc. 1 – 4, pp. 27 – 50.
- Jorge, V. O. (1986 b), “Monumentalização” e “necropolização” no megalitismo europeu, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXVI, fasc. 1- 4, pp. 233 – 237.
- Jorge, V. O. (1986 c), Polymorphisme des tumulus préhistoriques du Nord du Portugal: le cas d’ Aboboreira, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, t. 83, n. 6, pp. 177 – 182.
- Jorge, V. O. (1987), *Projectar o Passado*, Lisboa, Ed. Presença.
- Jorge, V. O. (1989), Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, Porto, *Revista da Faculdade de Letras*, 2^a série, vol. VI, pp. 365 – 443.
- Jorge, V. O. (1990), *Arqueologia em Construção*, Lisboa, Ed. Presença.
- Jorge, V. O. (1991), Necrópole pré-histórica da Aboboreira (distrito do Porto). Uma hipótese de diacronia, *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, Lisboa, II CT, pp. 205 – 213.
- Jorge, V. O. (1995), Late prehistoric funerary mounds in Northern Portugal as indicators of social complexity, *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia* (ed. K. Lillios), Ann Arbor, International Monographs in Prehistory, pp. 140 – 152.
- Jorge, V. O. (1998), Interpreting the “megalithic art” of Western Iberia: some preliminary remarks, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, pp. 69 – 83.
- Jorge, V. O. (2000), *Arqueologia, Património e Cultura*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Jorge, V. O. (no prelo), Arqueologia dos monumentos da Pré-História Recente – algumas sugestões interpretativas, Porto, *Revista de Ciências e Técnicas do Património*, vol. 1.

- Jorge, V. O. e Almeida, C. A. F. (1980), *A Estátua-menir fálica de Chaves*, Porto, GEAP, “Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto”, nº 6.
- Jorge, V. O., Jorge, S. O., Sanches, M. J., Cunha-Ribeiro, J. P. (1981-82), Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta) – nótula arqueológica, *Portugalia, Nova Série*, vol. II/III, pp. 143 – 148.
- Jorge, V. O. e Jorge, S. O. (1983), Nótula preliminar sobre uma nova estátua-menir do Norte de Portugal, *Arqueologia*, 7, pp. 44 – 47.
- Jorge, V. O., Jorge, S. O., Costa, S. F. e Cleto, J. (1987), As mamoaas de Furnas (Serra da Aboboreira), *Arqueologia*, 16, pp. 19 – 39.
- Jorge, V. O. e Bettencourt, A. M. S. (1988 a), Sondagens arqueológicas na mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987), *Arqueologia*, 17, pp. 73-118.
- Jorge, V. O., Jorge, S. O., Baptista, A. M., Sanches, M. J., Silva, E. J. L., Cunha, A. L. (1988 b), O abrigo com pinturas rupestres de Fraga d’ Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) – notícia preliminar, *Arqueologia*, 18, pp. 109 – 130.
- Jorge, V. O. e Jorge, S. O. (1990), Statues-menhirs et stèles du Nord du Portugal, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, vol. VII, pp. 299 – 333.
- Jorge, V. O. e Jorge, S. O. (1995), Portuguese rock art: a general view, *Iº Congr. Arqueologia Peninsular*, vol. VIII, Porto, SPAE, pp. 323 – 347.
- Jorge, V. O., Baptista, A. M., Silva, E. J. L. e Jorge, S. O. (1997), *As Mamoaas do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço). Trabalhos de 1992 a 1994*, Porto, SPAE.
- Jorge, V. O. e Jorge, S. O. (2000), A “monumentalização” das paisagens durante a Pré-história: alguns contributos para um debate, *Era, Arqueologia*, 1, pp. 100 – 111.
- Jorge, V. O., Cardoso, J. M., Coixão, A. S. e Pereira, L. S. 2002, Castanheiro do Vento, and the significance of monumental, Copper and Bronze Age sites in northern of Portugal, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe* (C. Scarre ed.), Londres, Routledge pp. 36-50.
- Martins, M. M. (1990), *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Martins, M. e Jorge, S. O. (1992), Substrato e área geográfica das etnias pré-romanas do Norte de Portugal, *Paleoetnologia de la Península Ibérica* (dir. M. Almagro Gorbea et al), Madrid, Univ. Complutense, “Complutum”, nº 2, pp. 347 – 372.
- Meireles, J. (1992), *As indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto. Contexto cronoestratigráfico e paleoambiental*, Braga, “Cadernos de Arqueologia”, Monografias.
- Monteiro-Rodrigues, S. (2000 a), A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão – Norte de Portugal) no contexto do Neolítico antigo do Noroeste peninsular. Algumas considerações preliminares, *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. III, Porto, ADECAP, pp. 149 – 180.
- Monteiro-Rodrigues, S. (2000 b), A Pré-História Antiga da Região do Porto, *Al-Madan*, 2ª série, nº 9, pp. 74 – 78.
- Monteiro-Rodrigues, S. (no prelo), Os primeiros recolectores e caçadores (Paleolítico), *História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro* (coord. GEHVID), Porto.
- Monteiro-Rodrigues, S. e Cunha-Ribeiro, J. P. (1991), A estação paleolítica do Cerro – Madalena, Vila Nova de Gaia, Porto, *Revista da Faculdade de Letras, História*, 2ª série, vol. III, pp. 411 – 428.

- Sanches, M. J. (1988), O povoado da Lavra (Marco de Canaveses), *Arqueologia*, 17, pp. 125 – 134.
- Sanches, M. J. (1992), *Pré-história Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto, GEAP, “Monografias Arqueológicas”, 3.
- Sanches, M. J. (1994), Megalitismo na Bacia de Mirandela, *Estudos Pré-Históricos*, vol. II, pp. 249 – 284.
- Sanches, M. J. (1995), O Povoado de Lavra, Serra da Aboboreira, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Lisboa, SEC/IPM/MNA, p. 116.
- Sanches, M. J. (1996), *Ocupação pré-histórica do Nordeste de Portugal*, Zamora, Fundação Rei Afonso Henriques.
- Sanches, M. J. (1997), *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 2 vols., SPAE, “Textos”, vol.1.
- Sanches, M. J. (2000 a), Reflexões sobre o povoamento do Neolítico inicial do Norte de Portugal (VI^o- IV^o mil. A. C.), *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, Actas do 3^o Congr. de Arqueologia Peninsular, vol. III, Porto, ADECAP, pp. 181 – 200.
- Sanches, M. J. (2000 b), As gerações, a memória e a territorialização em Trás-os-Montes (V^o - II^a mil. A. C.). Uma primeira aproximação ao problema, *Pré-História Recente da Península Ibérica*, Actas do 3^o Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. IV, Porto, ADECAP, pp. 123 – 145.
- Sanches, M. J. (no prelo a), O Crasto de Palheiros, Murça (do Calcolítico à Idade do Ferro), *Portugalia, Nova Série*, vol. XXI – XXII (2000 – 2001).
- Sanches, M. J. (no prelo b), O Crasto de Palheiros (Murça – Trás-os-Montes). Interpretação dum sítio fundado nos alvares da metalurgia calcolítica e exposição dum novo programa de estudo e musealização, *Actas da Reunión Minería y Metalurgia de la Edad del Bronce. Una Revisión desde el valle del Duero*, Zamora, 1 y 2 de Junio 2001, Instituto Rei Afonso Henriques.
- Sanches, M. J. (no prelo c), Dos caçadores-recolectores aos mais antigos agricultores (Mesolítico e Neolítico inicial), *História da Vinha e do Vinho do Vale do Douro*, (coord. GEHVID), Porto.
- Sanches, M. J. (no prelo d), Sobre a ocupação do neolítico inicial no Norte de Portugal, *Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo*, Actas do 2^o Colóquio Internacional sobre Megalitismo (ed. V. S. Gonçalves), Lisboa, IPA.
- Sanches, M. J. e Jorge, V. O. (1987), A “estátua-menir da Bouça” (Mirandela), *Arqueologia*, 16, pp. 78 – 82.
- Sanches, M. J., Soares, A. M. e Alonso Matthías, F. (1993), Buraco da Pala (Mirandela): datas de Carbono 14 calibradas e seu poder de resolução. Algumas reflexões, *I^o Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. I, Porto, SPAE, pp. 223 – 243.
- Silva, E. J. L. (1994), Megalitismo do Norte de Portugal: o litoral minhoto, *Estudos Pré-Históricos*, vol. II, pp. 157 – 169.
- Silva, E. J. L. (1997), O Recinto megalítico de S. Cristovão (Resende) – primeira notícia, *II^o Congr. Arqueologia Peninsular*, t. II, Zamora, Fundación Rey Afonso Henriques, pp. 217 – 220.
- Valera, A. C. (1999), The re-creation of territorialities and identities in the III millennium BC: research problems in Central Portugal, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 1, pp. 109 – 115.
- Valera, A. C. (2000), O fenómeno campaniforme no interior centro de Portugal: o contexto de Fraga da Pena, *Pré-História Recente da Península Ibérica*, Actas do 3^o Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. IV, Porto, ADECAP, pp. 269 – 290.

- Vernet, J. – L. (1986), Analyses anthracologiques des stations préhistoriques de Vinha da Soutilha (Mairos), Pastoria (Chaves) et Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar) in Jorge, S. O., 1986, *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar*, vol. I – B, Apêndice 4, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, pp. 1127 – 1131.
- Vernet, J. - L. e Figueiral, I. (1993), The highlands of Aboboreira (North-West Portugal): ecological conditions from middle/late Neolithic to early Bronze age. Evidence from charcoal analysis, *Oxford Journal of Archaeology*, 12 (1), pp. 19 – 28.

Medieval tardio, pré-moderno ou moderno?

Teotónio R. de Souza *

Não conheço pessoalmente o historiador Humberto Baquero Moreno, mas os seus escritos revelaram-me neles uma paixão pela humanidade, ou por aquela secção da humanidade que mais precisa dela. Estou a referir-me ao seu interesse pelos exilados, marginais e contestatários, esses “maus da fita”, que também contribuíram, e substancialmente, para a história de Portugal e a sua presença no mundo que “descobriu”. Fernão Mendes Pinto já nos deixou o seu testemunho contemporâneo e sofreu na pele por tê-lo feito. Mais recentemente, a historiadora portuguesa, Maria Augusta Lima Cruz¹ e Timothy Coates² têm-se dedicado a revelar a importância dessa secção da humanidade portuguesa no Oriente e no império português em geral, mas há muito mais por fazer, para lhes fazer justiça, mesmo que seja tarde³. Senti que eu tinha encontrado nesse historiador hoje homenageado uma alma gémea e é o que me leva a testemunhar isso nestas breves reflexões no livro de homenagem que lhe vai ser dedicado.

Quando fui convidado pelos Jesuítas de Goa para instalar o “Centro Xavier de Investigações Históricas” em 1978, a minha grande preocupação foi a de justificar essa actividade. Achei que os Jesuítas deviam muitas explicações históricas ao povo goês que se tinha “libertado” do regime colonial português. A história de Goa tinha que ser refeita, mas sem se limitar aos testemunhos históricos oficiais, tanto estatais como religiosos. Era importante ouvir os “silenciados” da história. Foi assim que percorri os arquivos das paróquias de Goa, bem como os arquivos do Paço Patriarcal da Arquidiocese de Goa, para descobrir esses “calados” da história. Por ocasião do primeiro seminário internacional de história indo-portuguesa realizado em Goa em 27-29 de Novembro de 1978, realizou-se também o lançamento da pedra de alicerce do novo Centro Xavier de Investigações Históricas. Apresentei nesse seminário uma comunicação intitulada “The Voiceless in Goan Historiography: a case for the source-value of the Church Records in Goa”⁴. Seria uma declaração de intenções acerca do rumo que orientaria as actividades do novo Instituto. Era uma chamada de atenção para a necessidade de reinterpretar o passado colonial e de dar voz aos goeses “silenciados”. Goa não podia continuar

* Director, Curso de Licenciatura em História e de Mestrado em História Política e Social, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Sócio Correspondente da Academia Portuguesa de História e Sócio Efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa. Bibliografia actualizada na Internet:

http://www.geocities.com/Athens/Forum/1503/teo_publ.html

¹ Maria Augusta Lima Cruz, “Os marginais na Índia Portuguesa”, *Vasco da Gama e a Índia*, II, eds. Teotónio R. de Souza & José Manuel Garcia, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, pp.165-170.

² Timothy J. Coates, *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*, Lisboa, CNCDP, 1998.

³ Sanjay Subrahmanyam, *O império asiático português, 1500-1700: Uma história política e económica*, Lisboa, Ed. Difel, 1995, p. 379: “É irónico, mas talvez não seja uma completa surpresa, que sejam os conquistadores do século XVI, e não estes mercadores, padeiros e outros que ‘viviam honestamente’ a ser lembrados, para o melhor e para o pior, quando se fala dos Portugueses na Idade Moderna Asiática. Mas o nacionalismo, quer ele seja em Portugal, Ásia ou África, precisa de heróis e de vilões, de que são feitos os seus mitos”.

⁴ John Correia-Afonso (org.), *Indo-Portuguese History: Sources & Problems*, Bombay, Oxford University Press, 1981, pp. 114-131.

a ser alimentada com o mito de “Goa dourada”, um mito que a historiografia colonial portuguesa sustentava, e não somente como integrada na política do seu Estado Novo.

Por ocasião da inauguração das actividades académicas do Centro Xavier de Investigações Históricas, em 4 de Novembro 1979, que tive o privilégio de fundar e dirigir durante uma dezena e meia de anos, foi feito o lançamento da minha tese de doutoramento, intitulada *Medieval Goa: A socio-economic study*⁵ em que eu investigava o passado de Goa durante o século XVII. Quando decidi recuperar a minha cidadania portuguesa e vir estabelecer-me em Portugal em 1994, saiu uma versão portuguesa dessa obra, com o título *Goa Medieval: A cidade e o interior no século XVII*.⁶

Logo após o lançamento da edição em Goa, o diário local **O Herald**⁷, que se publicava ainda em português na altura, o médico-historiador goês e redactor desse jornal levantava a questão sobre a datação de “medieval” no título e sobre o período a que a minha obra se referia. Escrevia Carmo Azevedo: “A Idade Média, como se sabe, é o longo período que se estende do sec. V, com a queda do Império Romano do Ocidente, ao sec. XV, com o fim do Império do Oriente, ou, mais precisamente, do ano 476, em que foi deposto o imperador Rómulo Augustulo e sentou-se no trono o bárbaro Odoacro, até o ano 1453, em que Constantinopla foi tomada pelos Turcos. Poderá Teotónio de Souza argumentar que esta divisão da história da Europa se não aplica à da Índia, mas a verdade é que, se divergem as opiniões sobre o começo do que se poderia chamar a Idade Média na Índia, não há duas opiniões quanto ao seu fim, que corresponde ao início da dominação mogol (1526, ano da derrota de Ibrahim Lodi por Babar e a subida deste ao trono como sultão de Delhi) se não ao advento do europeus, a começar pelos portugueses (1498, ano da chegada de Vasco da Gama a Calecute, na sua viagem de descobrimento de um caminho marítimo da Europa à Índia). Assim, uma Goa do século XVII não pode, de modo algum, apelidar-se de Goa Medieval. Outro erro cronológico, mas este de somenos importância, é atribuir ao regime colonial português *nearly four and half centuries* quando a duração foi realmente de quatrocentos e cinquenta e um anos”.

Não é de surpreender que o médico-jornalista goês, formado na tradição escolar portuguesa, não tenha consciência nem conhecimento mais que superficial dos cânones da historiografia indiana, incluindo os marcos cronológicos e a periodização histórica, reconhecidos pelos historiadores internacionalmente. E reclamar que *nearly four hundred and fifty years* foram ultrapassados por mais um ano, parece uma grotesca leviandade, se não se explica unicamente como um fraco conhecimento da língua inglesa.

Todavia, a crítica e as reclamações do médico-jornalista-historiador (não sei se as competências correspondem à mesma ordem) deram-me nessa altura uma oportunidade para explicar ao público leitor em português que nem o início cronológico do império mogol em Delhi, nem a chegada de Vasco da Gama à Índia alteraram a organização da economia e sociedade no subcontinente indiano de qualquer forma decisiva para justificar a sua transição para o que se poderia chamar “idade moderna”. Isso aconteceu nos finais do século XVIII, como resultado da cessão de *divani* de Bengala à Companhia da Índia Oriental (*East India Company*) dos ingleses, e segundo outros historiadores, somente após a derrota dos Maratas em Kirkee, em 1818, retirando-os definitivamente do cenário como uma resistência séria à implantação do poder dos ingleses.

A derrota do *nawab* de Bengala (onde os ingleses tinham a sua sede antes de a transferirem para Bombaim) em 1757 às mãos de Robert Clive em Plassey, foi somente um feito militar, mas seguiu-lhe a cessão do direito de cobrar as rendas do Estado. Foi este facto que permitiu aos ingleses a partir dessa data financiar as suas operações comerciais na Índia à custa da

⁵ Teotónio R. de Souza, *Medieval Goa: A socio-economic study*, New Delhi, Concept Publishing Company, 1979.

⁶ Teotónio R. de Souza, *Goa Medieval: A cidade e o interior no século XVII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

⁷ *O Herald*, Pangim, Domingo, 17 de Agosto de 1980: Carmo Azevedo “Goa Medieval?”.

própria Índia⁸. Isso não acontecia desde que os ingleses se estabeleceram em Bengala em 1650. Foi o que permitiu os ingleses derrotar e excluir da Índia os rivais franceses. A revolução industrial inglesa tinha assim o monopólio do grande mercado indiano para os seus têxteis e outras exportações. Iniciava-se desta forma o império britânico que transformaria o subcontinente. Eis o que escreveu Jawaharlal Nehru, um dos arquitectos políticos da Índia independente e o seu primeiro Primeiro-Ministro, na sua obra de reflexões históricas *Glimpses of World History*: “Toda esta confusão e os transtornos, as voltas e as revira-voltas, eram somente uma expressão externa de uma revolução que fervia debaixo da superfície. A velha ordem económica estava a desfazer-se, o feudalismo estava em pleno colapso. Já não podia resistir às novas condições no país... As condições na Índia no século XVIII são comparáveis até certo ponto ao período da Guerra de Trinta Anos na Alemanha. Mas não podemos estender muito a comparação. Em ambos países notava-se o colapso económico e a classe feudal perdia terreno. Embora o feudalismo estivesse a enfraquecer-se na Índia, ele perdurou muito mais tempo. Quando desapareceu, manteve-se nas suas expressões externas. Mas na verdade, ainda hoje se vêem relíquias do feudalismo na Índia e também em algumas partes da Europa”⁹. Eu não teria por isso pesar nenhum em repetir “Goa Medieval” como título de qualquer nova obra que tratasse dessa ex-colónia portuguesa até à data da sua integração na União Indiana em 1961. Foi somente a partir dessa data que Goa começou a sentir uma verdadeira revolução económica e social, uma transição de “feudalismo” para uma “modernidade” comparável ao que acontecera no resto da Índia nos finais do século XVIII e inícios do século XIX. Mas isso não é obviamente de agrado aos sentimentos dos cidadãos do país que se gloria e vangloria com o feito dos “Descobrimientos” e pioneirismo da modernidade. Não é de estranhar que quando vim estabelecer-me em Portugal em 1994, e pedi o reconhecimento do meu doutoramento, foi reconhecido como pertencendo ao “período moderno”. Talvez seria mais correcto distinguir entre medieval tardio, pré-moderno ou “early modern”? Em qualquer dos casos, seria um historiador dos marginais ou da humanidade em transição. É o que me faz sentir em boa companhia e realizado como historiador que tem uma missão para cumprir numa era “civilizacional” em que os marginais constituem o grosso normal da humanidade.

Há bem poucos anos fui convidado para ser co-coordenador de um volume de homenagem ao Prof. Doutor P.M. Joshi, que foi director dos arquivos de Bombaim e um célebre historiador que dirigiu da parte da União Indiana no tribunal internacional de Haia a investigação sobre o caso de “Direito de Passagem” contra Portugal. O volume foi publicado como “Medieval Deccan History” e enquadra-se dentro de limites cronológicos medievais indianos!¹⁰ Se o Sol não nasce e não se põe ao mesmo tempo em todas as partes do globo terrestre, essa já devia ser uma razão suficiente para rejeitarmos a imposição “orientalista” da periodização histórica¹¹

O Professor Humberto Baquero Moreno é tardo-medievalista, mas podia ser especialista de qualquer outro período. São as suas qualidades humanas que o norteiam nas suas investigações históricas que fazem dele um historiador que tem algo para contribuir para o bem-estar da humanidade, ao contrário de muita investigação estéril sobre coroa e nobreza, que neste país e noutros, nutre talvez e somente, os interesses do próprio investigador, sempre à custa dos dinheiros públicos, incluindo os poucos recursos dos marginais.

⁸ Percival Spear (ed.), *The Oxford History of India*, Clarendon Press, 1967, p. 471.

⁹ Jawaharlal Nehru, *Glimpses of World History*, Delhi, Oxford University Press, 1997 (12th edition), pp. 317-318.

¹⁰ A.R. Kulkarni, M.A. Nayeem & Teotonio R. de Souza (eds.), *Mediaeval Deccan History*, Bombay, Popular Prakashan, 1996.

¹¹ Teotónio R. de Souza, “*Orientalismo, ocidentose e outras viroses: A sabedoria oriental e outros valores*”, *Cadernos de Ciência das Religiões*, N^o5, Lisboa, Centro de Estudos em Teologia / Ciência das Religiões, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2001, pp. 44; “*Orientalism, Occidentosis and Other Viral Strains: Historical Objectivity and Social Responsibilities*” *The Portuguese, Indian Ocean and European Bridgeheads [Festschrift in Honour of Prof. K.S. Mathew]*, Eds. Pius Malekandathil & T. Jamal Mohammed, Institute for Research in Social Sciences and Humanities of MESHAR & Fundação Oriente, Tellicherry (Kerala, India), 2001, pp. 452-479.

Os sítios arqueológicos como heterotopias

Vítor Oliveira Jorge *

Ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno, recordando o momento em que fomos ambos encarregados da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, na FLUP, no ano lectivo de 1974-75, e em que nos encontrávamos no Café Ceuta para combinar as aulas, numa atmosfera de amizade e de respeito mútuo que nunca mais esqueci.

“Há desde logo as heterotopias do tempo que se acumulam de forma infinita, por exemplo nos museus, nas bibliotecas; museus e bibliotecas são heterotopias em que o tempo está permanentemente a amontoar-se e a sobrepor-se a si mesmo, ao passo que no séc. XVII, e ainda até aos finais dele, os museus e bibliotecas exprimiam escolhas individuais. Em contrapartida, a ideia de acumular tudo, de constituir uma espécie de arquivo geral, a vontade de guardar num lugar todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a ideia de constituir um lugar de todos os tempos que esteja, ele próprio, fora do tempo, e inacessível à sua mordidela, o projecto de organizar assim uma espécie de acumulação perpétua e indefinida do tempo num lugar imóvel, pois bem, tudo isso pertence à nossa modernidade. O museu e a biblioteca são heterotopias próprias da cultura ocidental do séc. XIX.”

M. FOUCAULT, “Dits et Écrits”, vol. IV, Paris, Gallimard, 1994, p. 759.

O homem moderno tem vontade de estender a sua ordem a todo o espaço terrestre; é essa a tarefa do ordenamento e planeamento do território, e uma das suas protagonistas a geografia.

“Espaço” é aqui entendido como uma realidade provida de extensão, e susceptível de ser mensurada, dividida, olhada (fotografias aéreas, imagens de satélite), cartografada. Sobre ela se debruçam os vários poderes, com vista a sub-dividi-la e a administrá-la segundo critérios que se sobrepõem: o económico, o político, o jurídico, o religioso, o militar, etc. É uma realidade não qualificada, de certo modo abstracta, independente da experiência humana nela vivida, capaz de ser vendida e comprada como qualquer outro produto – é um “recurso”.

“Lugar” seria o contrário disso. Seria uma área, maior ou menor, repleta de nomes (topónimos), experiências, narrativas, isto é, densa de história e de sentidos, de explicações e de lendas, um palimpsesto legível de muitas maneiras – uma cartografia emocional, com pessoas concretas e com uma “memória”, com tudo o que isso tem de ficcional e de permanentemente negociado (uma identidade plural e fluida).

“Sítio” designa aqui um local que se encontra, de algum modo, entre “espaço” (extensão sem qualidades, abstracta) e “lugar” (área intensamente vivida, com espessura antropológica) – e que, se associado à palavra “arqueológico”, corresponde a uma invenção

* DCTP – FLUP. E-mail:vojsoj@mail.telepac.pt

Este texto constitui um dos capítulos da obra do autor “Olhar o Mundo como Arqueólogo”, Coimbra, Quarteto Ed., 2003.

da modernidade. Trata-se de uma compensação para a abstratização, para a irrealização, do espaço, para a sua coisificação como mercadoria, a qual é, em si mesma, vivencialmente insuportável, e sobretudo monótona. É preciso agarrar “vivências”, “narrativas”, “passados”, ao espaço abstracto, para o tornar num produto fruível, por uma multidão circulante, ou seja, pelo visitante, pelo turista, que vem à procura do único, do “típico”, nem que esse “único” e esse “típico” sejam uma construção de certo modo recente e até certo ponto asséptica – ganha-se em segurança o que se perde em aventura. Ou seja, é preciso arranjar um circuito e contar uma história – colando um texto a cada passo desse circuito, a cada coisa interessante de ver, na qual o visitante vai parar e ouvir o guia, o intermediário mediático entre o que ali se passou e a visita (o intermediário “científico-técnico” é o arqueólogo).

O sítio arqueológico, área que se incrusta na própria terra, é como um grande corpo exposto, dentro do qual se pode circular, e onde junto de cada “órgão” (sub-área) se pode dizer para que servia e quando e como funcionava. As pessoas fazem então comparação com a realidade de hoje, com os seus pais e avós, e o que ainda puderam conhecer do modo de vida dos “antigos”, etc. – contam umas às outras histórias, numa atitude que significa que estão a compreender e a incorporar na sua experiência a nova realidade com que estão a contactar. Perante a pretensa “evidência” da “realidade”, da sua materialidade presente, os visitantes tendem a ser acríticos e a aceitar facilmente, como tendo-se realmente passado ali, o que lhes contaram, ou seja, a narrativa do intérprete-guia (aliás corroborada pelos panfletos e outros suportes de informação).

O sítio arqueológico deve ter algo do que tem o espaço de uma grande feira internacional, de um parque natural, ou de um mega-centro comercial – a suficiente diversidade para distrair, a necessária estranheza para nos sentirmos numa cápsula de tempo retirada do nosso quotidiano comum, os ingredientes necessários à sensação de vivermos (sermos envolvidos por) uma experiência diferente, a possibilidade de podermos levar para casa alguma parte (simbólica) dessa experiência (fotografias, recordações, etc.) – a loja. Deve associar um certo esforço de caminhar ao ar livre, ter de vencer alguns obstáculos, permitir a sensação de relaxe, fazer aceder a algum conhecimento novo, e disponibilizar os elementos de conforto que qualquer infra-estrutura apresenta: restauração, sanitários, parques automóveis, etc. O passado quer-se compreensível, limpo, racionalizado, acessível ao sair do veículo, reproduzido em estampas/desdobráveis/livros/objectos caseiros para levar, domesticado, consumível. O público alvo é muito diversificado (desde as escolas à terceira idade), e portanto o produto tem de estar preparado para satisfazer vários tipos de procura – nunca poderá ser um pacote “monolítico” e igual para todos, o que seria um erro de “marketing” absolutamente básico e a evitar. Por ex., as pessoas não têm muito tempo, e rapidamente se fatigam em filas de espera; por isso, se há maior afluência, ou se os anteriores visitantes se retardam, é uma estratégia fundamental dispor de um vídeo, ou DVD, ou qualquer outro programa visionável num auditório, que introduza os visitantes no sítio, permitindo-lhes ver o que não poderão encontrar depois no percurso específico que irão fazer, mas que sobreporão a essa sua experiência, complementando-a. E sobretudo ficando alertados para o interesse de, um dia, voltarem, quanto mais não seja para verem o local e a paisagem envolvente noutras épocas do ano. É fundamental é que o “produto” não apareça como uma realidade finita, plasmada num único plano, e que se esgota numa só visita... pelo menos para as pessoas com maior grau de escolaridade, com maior capacidade de recriar as narrativas que lhes são apresentadas.

Os sítios arqueológicos, bem como os monumentos históricos, os museus, as bibliotecas/auditórios, as áreas de paisagem dita protegida (com frequência, repositórios de sítios arqueológicos também), e outros locais de lazer (estádios e outros equipamentos desportivos ou para espectáculos de massas, como mega-concertos ao ar livre), têm hoje a função de criar novas centralidades, reorganizando a rede de percursos do visitante moderno, e estabelecendo-lhe toda uma inovadora cartografia do espaço indiferenciado, seja ele urbano ou rural (este último organiza-se pelo padrão do primeiro, sendo patética a “defesa” ingénua de uma “cultura popular” que tem tudo de produto turístico também, por vezes com “tradições” inventadas

para o efeito). Está em curso uma imensa “patrimonialização” do mundo, fora da qual o espaço neutro não tem existência, porque o sistema tem “horror ao vácuo”. O que não está em uso, hoje, das duas uma – ou é lixo, detrito, e tem de ser reciclado ou eliminado, ou é património, e tem de ser visibilizado e integrado na paisagem “pós-moderna”, feita de referências sobrepostas a tempos e tipos de vida diferentes.

Trata-se da emergência de um novo poder, o poder cultural, para o qual o Estado central cria ministérios (que imediatamente geram a polémica sobre para que é que servem, e quem deve levar a maior “fatia” de um sempre magríssimo orçamento, se o património, se a “cultura viva”, dicotomia obviamente pouco inteligente), e para o qual os autarcas se afadigam a criar dispositivos cénicos locais (teatros, bibliotecas, museus, centros de acolhimento, percursos, parques temáticos, etc.). Esta indústria, que está já a gerar imenso emprego em arqueologia, por exemplo, é uma das mais promissoras do futuro (próximo, porque agora, no mar do futuro, navega-se à vista), adentro da generalizada tendência para a ampliação do turismo a toda a população. “Mente sã em corpo são” – ora, se do corpo basicamente já se tratou (actividades e infra-estruturas desportivas; mais deficitárias serão as redes de assistência médica), há que ir agora às mentes, até porque a cultura distingue, identifica, nobilita, de forma mais perdurável do que outros meios, porventura mais ostentatórios, de distinção.

Porque é de facto disso que se trata – de distinção, de estatuto. Distinção de um local ou região pelo património que contém, e que simultaneamente lhe confere o seu carácter único (marca de autenticidade, isto é, de existência), e, ao mesmo tempo, a distingue comparativamente com outras, num “ranking” de qualidades (mais antigo que, mais raro em relação a, ou mesmo único, etc., etc.). Por que se dá, subitamente, a “corrida” a estes novos valores, a que dantes só uma “elite culta” prestava atenção e interesse, queixando-se do abandono a que o património estava votado (numa retórica que se sabia vazia de quaisquer consequências práticas)? Porque é todo um novo conjunto de classes e categorias sociais que pretende aceder a esse capital simbólico, o que é um dos sintomas da modernização do país, com a criação de processos de constituição de elites mais sofisticados ou diversificados (novos tipos de distinção), em simultâneo com a generalização do turismo, do lazer e da “cultura”, tendencialmente, à totalidade dos cidadãos. Cada vez que um “produto” se generaliza, perdendo valor na economia da distinção, criam-se outros produtos e outras formas mais sofisticadas de produção de estatuto – mas esse seria o tema para um trabalho diferente, mais da competência dos sociólogos.

Terra que não tenha os seus festivais, os seus monumentos, os seus locais patrimoniais, as suas tradições, os seus momentos comemorativos, é um deserto, não existe, ninguém lá vai, nada lá acontece – é um não lugar. Não tem uma imagem que se lhe associe, não tem um ruído que corte o silêncio, só tem paisagem. Silêncio e paisagem são valores normalmente insuportáveis para os habitantes locais (mas curiosamente vendidos aos visitantes, sobretudo de origem urbana, como mais-valias, associadas a outras atracções). O acontecimento público, principalmente se juntar muita gente, é pelo que mais anseia o habitante das pequenas localidades, sobretudo do interior; de modo que muitas colectividades se constituíram no afã, que imita o stress das grandes cidades, de funcionarem permanentemente como “máquinas de acontecimentos”. Para colocarem a localidade no mapa, no calendário de eventos, para existirem e mostrarem que “não são portugueses de segunda”. Os ritmos que tradicionalmente pautavam o trabalho dos campos e as respectivas deslocações regulares das pessoas, o Portugal rural de outora, estão profundamente transformados – a emigração e a televisão alteraram todos os valores. Estar isolado é não ter acesso a um conjunto de bens, de serviços, e de comodidades hoje considerados indispensáveis a todos. As “tradições locais”, os bens patrimoniais públicos, são uma compensação simbólica (e o reverso da medalha) para este profundo desejo de uniformização.

O que há de mais paradoxal nesta avidez de patrimonialização é que, tendencialmente, ela é voraz, tende a abarcar tudo, do ambiente aos edifícios construídos (do “natural” ao “cultural”), mas também do material (água, solo, ar, alimentos, monumentos, instrumentos, quaisquer artefactos) ao imaterial, ao incorpóreo, como sejam as próprias pessoas, as suas vidas, as

suas crenças, as suas histórias, os seus “costumes”, tradicionalmente vistos como exemplos de formas de “equilíbrio” (palavra-chave, mito por excelência) estável em vias de extinção (o patrimônio está sempre em vias de extinção ou em vias de destruição, é tipicamente perseguido pelos espectros da perda). De um lado afadigam-se os gestores desta nova realidade, de outro lado os cultores de uma espécie de nova religião; e gestores e fiéis são as duas faces de uma mesma moeda, porque curadores (no sentido inglês de “curators”) de um determinado tipo de valor fundamental, precioso.

Veja-se, por exemplo, o conceito de eco-museu, em articulação com a ideia de parque natural. Ao contrário do museu tradicional, que é uma casa de “antiguidades” – se possível, como acontece com os museus de ciência ou da técnica, mantendo operacionais os instrumentos e as máquinas – aqui trata-se de musealizar a realidade inteira: uma parcela de realidade, bem entendido. Um território passa a ser uma área de paisagem protegida (a palavra paisagem, oriunda da pintura, diz tudo sobre o modo distanciado de olhar, que é o do cidadão, não o do habitante local; este, obviamente não vê a sua terra como “paisagem”), devidamente delimitada, com determinadas regras, com os seus eco-sistemas, as suas plantas e animais, a sua população humana residente, o seu passado, os seus monumentos, os seus sítios arqueológicos...

Se esta musealização da realidade nos pode parecer absurda, verdadeiramente utópica – tentar parar o tempo em certos espaços privilegiados, o que é sempre uma forma de compensação para uma vivência sofredora do tempo em todo o restante espaço – será talvez mais compreensível se encararmos a outra face da sociedade, claramente dominante. A sociedade dos engenheiros, dos arquitectos, das imobiliárias e empreiteiros, das indústrias da construção, e de tudo quanto gira em torno disso, tudo quanto ganha com esse movimento imparável, que tenderá a transformar o território, zona a zona, nicho a nicho (primeiro a faixa litoral, e depois a área restante, como zona de refúgio, temporário – tempos livres – ou definitivo, pós vida activa) num imenso parque de betão.

Perante esta vaga avassaladora, a utopia da musealização, a utopia da arqueologia socializada (e já não apanágio, apenas, de meia dúzia de iniciados, mais ou menos esotéricos) apresenta-se como um pequeno dique de contenção, débil, mas o único que temos para não nos encontrarmos, mais cedo ou mais tarde, num autêntico inferno. Uma espécie de jardim zoológico insuportável, de periferia de uma metrópole gigantesca, sem centro, e onde todos deambulamos numa pressa incessante, pressa decorrente da desqualificação, do esvaziamento absoluto de cada tempo/lugar, que leva à mitificação da deslocação, à fuga em frente, à aceleração da experiência como compensação para o radical desencantamento da mesma. Nada nos prende, nada nos ancora, ninguém nos retém, nada é absolutamente importante – só o que ainda se não tem. Consumismo compulsivo, substituição do modelo pela série, que leva à implosão das relações sociais e afectivas tais como fomos educados a cultivá-las (valores da amizade, do amor, da fidelidade, da solidariedade e respeito para com o outro – semelhante ou dissemelhante –, do trabalho associativo e desinteressado, do voluntariado, etc.).

Pensar isto, conceptualizar isto, é resistir a isto. Fazer arqueologia não pode, hoje, ser uma pura prática museológica, ou universitária, ou patrimonial, ou empresarial, ou de investigação, ou de docência, ou de gestão, ou de intervenção de emergência. Deve ser isso tudo, mas também, quando, onde, e sempre que possível, uma meta-atitude de raciocínio reflexivo sobre o que andamos a fazer.

Progredir, por vezes, é tão só parar, e desenvolver um pensamento crítico – fazer um longo silêncio, criar uma lenta espera. Mas essa atitude, por ir ao arrepio da mais comum, não nasce do nada, resulta da leitura e do debate, e de um ambiente que o não desvalorize (como “perda de tempo”, atitude pretenciosa ou simplesmente descabida), mas que o encoraje, e que o inclua como um movimento fundamental de reacção à tecnocratização da vida, em geral, e da prática arqueológica em particular. É uma atitude de resistência contra a tendência para a mediocridade, para a banalização, e para a superficialidade. É uma postura de defesa da verdadeira universidade (aquela em que acreditei, aquela que me fez querer ser universitário), não

de um ponto de vista elitista, aristocrático, mas de uma perspectiva dialogante e democrática, a que acredita que, no longo prazo, é possível generalizar valores e bens que, num dado momento, são apenas apanágio de uma minoria.

Os filósofos assustam por vezes aqueles que não tiveram preparação nessas matérias (que dantes se ensinavam na licenciatura de Ciências Histórico-Filosóficas, e, mesmo no curso de História que tirei, ainda se mantinham residualmente numa disciplina obrigatória do 1º ano, a “Introdução à Filosofia”), o que é pena. Tal como, por exemplo, na apreciação da chamada “música clássica”, o “caminho faz-se caminhando”, isto é, persistindo, sem curar de perceber ou incorporar logo tudo. Ser universitário, pensar em geral, é habituarmo-nos às resistências, às dificuldades da compreensão; é ser infinitamente paciente e trabalhador, ao contrário da corrente actual para o facilitismo e o êxito rápido (mas quem consegue algo sem um profundo esforço? e, mesmo que isso seja verdade, que real prazer tira disso?...). Os filósofos têm o grande mérito de serem ambiciosos arquitectos conceptuais; manejando os grandes problemas, são um antídoto excelente para as evidências banais.

Se bem que nunca possa ser facilmente catalogado como filósofo, ou historiador (e muito menos historiador “das ideias” ou “das mentalidades”) Michel Foucault – que eu invocava com frequência na cadeira de Introdução aos Estudos Históricos de 1974/75 – deu contributos fundamentais para se compreender como nasceram as ciências humanas, e para se entender a história do pensamento ocidental nos últimos séculos. E, portanto, para se perceber a própria emergência da arqueologia (não obviamente no sentido foucaultiano, mas corrente) como ciência.

Entre os seus conceitos básicos, está o de *épistémè*, mais tarde substituído pelo de *dispositivo*. Enquanto aquela – escreve Maria Manuela Carvalho em livro recente (“O Poder e o Saber. Um Olhar sobre Michel Foucault”, Porto, Campo das Letras, 2001, p.34) “(...) diz apenas respeito aos discursos (...)”, o *dispositivo* “encerra em si o discursivo e o não discursivo, o “que é dito” e o “que não é dito”. O *dispositivo* é a rede que se pode estabelecer entre elementos heterogêneos como são as instituições, as formas arquitectónicas, os regulamentos, as leis, as medidas administrativas, os discursos científicos, morais, filosóficos, etc.”.

O arqueólogo que eu sou seria levado a incluir, nesse sistema (de inspiração claramente estruturalista), aquilo que habitualmente se chama a cultura material – o conjunto de materialidades, ou artefactos, que uma sociedade produz. Na verdade, só pensando que tal faceta da actividade social mantém uma relação de profunda articulação com os outros elementos do sistema – do *dispositivo*, para falar como Foucault – a arqueologia é possível, ou mesmo verosímil, como uma prática que, incidindo sobre objectos, não é uma actividade de “naturalista”, mas visa compreender ideias ou intenções, como todas as outras ciências humanas.

Só que, atenção, o arqueólogo não se debruça propriamente sobre a chamada “cultura material”, como às vezes se lê (essa seria a actividade de um certo tipo de etnólogo...), pressupondo a observação directa de uma sociedade em movimento, mas sobre os restos de *toda* a acção humana, o que é simultaneamente *menos* (são só restos, resíduos, as pessoas não estão lá) e *mais* (é toda a acção humana que está em causa, e não apenas a actividade tecnológica) do que aquele primeiro objecto.

Michel Foucault (1926-1984) foi, de facto, um dos pensadores mais marcantes do séc. XX. A sua obra, postumamente (a partir de 1994), passou a incluir uma grande colectânea de textos dispersos, em quatro volumes, publicada em Paris pela Gallimard (“Dits et Écrits”). No quarto destes espessos volumes, o autor trata, em duas breves intervenções (310, uma entrevista de 1982, e 360, uma conferência de 1967, mas publicada em 1984), de questões relacionadas com o espaço e a arquitectura, que são temáticas vitais para tentarmos compreender a modernidade tardia em que hoje nos encontramos, e a arqueologia em particular. E é ainda extremamente pertinente o que nesses textos nos diz, mesmo para o arqueólogo “tout court” (não, mais uma vez, no sentido muito pessoal que deu Foucault à palavra “arqueologia”, o que, diga-se de passagem, parece ter autorizado um uso muito díspar, para não dizer leviano, da mesma palavra, pelas pessoas mais diversas, nos contextos mais heterogêneos).

No segundo daqueles textos, o autor diz-nos que enquanto a história, o tempo, obcecou o séc. XIX, o “grande tema” do séc. XX é o do espaço. E, curiosamente, aponta (já em 1984) para o facto, tão actual, da nossa vida, hoje, se desenvolver “em rede”, pretendendo explicar a essa luz o estruturalismo. Menciona depois, brevemente, as formas como o espaço foi sendo representado, ao longo da história ocidental, desde a Idade Média. Nesta, estamos perante um “espaço de localização”, quer dizer, um conjunto hierarquizado de lugares, tanto ao nível terrestre como cósmico. Galileu abre, a partir do séc. XVII, um outro espaço, o “espaço da extensão”, ou seja, da abertura infinita. Tudo passou a estar “irrequieto” (essa a verdadeira “revolução” operada por ele, e que verdadeiramente indispôs contra si as forças da tradição), no sentido de que o movimento se sobrepôs ao repouso, à estabilidade, como princípio explicativo.

Hoje, por sua vez, a “situação” (*emplacement*) substituiu a extensão, no sentido de que alguma coisa só se apreende como elemento de uma série, de uma “árvore”, de uma rede, isto é, por referência a “relações de vizinhança” com pontos ou elementos da dita rede, pois que só ela, e não cada elemento isolado, pode “fazer sentido”. Assim, são questões de armazenamento, de circulação, de monitorização, de classificação, que estão em causa quando se trata de compreender uma determinada realidade. O espaço aparece-nos como um conjunto de relações de situações, de relações de localizações ou de pontos de uma rede. Por outras palavras, estamos perante um espaço heterogéneo, constituído por situações (*emplacements*) diferentes entre si, que normalmente são fáceis de classificar, pelas redes de relações que definem cada um: espaços de passagem, espaços de paragem ou de repouso, etc. Mas são precisamente certos espaços que contradizem essa regra, as *utopias* e sobretudo as *heterotopias*, aqueles que atraem a atenção do autor: porque representam resistências à des-sacralização do espaço, processo que o séc. XX não teria conseguido operar completamente (ao contrário do tempo, des-sacralizado, segundo Foucault, no séc. XIX).

Deste modo, um dos conceitos importantes que Foucault acabou por nos legar – embora não o tenha desenvolvido muito, pois que ele próprio considera que abordou a arquitectura de forma muito vaga (op. cit., p. 283) – é o de *heterotopia*, que pretende designar um sítio real, com localização própria (contrariamente a *utopia*), mas no qual os outros sítios de uma comunidade são simultaneamente “representados, contestados e invertidos”; é uma espécie de “sítio fora de todos os outros sítios” (op. cit., p. 755), um espaço social cujas funções “são diferentes das dos outros, e mesmo até claramente opostas.” (op. cit., p. 282). As heterotopias – que, sugere Foucault, poderiam ser objecto de um tipo de estudo, ou descrição, que seria a *heterotopologia* – teriam seis grandes características:

1 – *universalidade* – ocorrem em todas as culturas, embora sob formas muito heterogéneas;
 2 – *funcionamento diversificado no tempo* – a mesma heterotopia pode ser “posta a funcionar” de modo muito diverso no decurso de uma mesma cultura (por ex., um cemitério, sua localização, seus modos de utilização e cultos a que está ligado);

3 – *justaposição de vários espaços, incompatíveis entre si, num só local*, que no entanto é real, existe – por exemplo, um jardim, verdadeiro microcosmo onde se acumula toda uma carga de referências e de alusões. É um sítio bem definido e delimitado, e no entanto contém em si uma certa totalidade;

4 – *conotação com tempos desconectados do tempo quotidiano (heterocronias*, na sugestão do autor), seja num certo sentido de acumulação, de paragem (eternidade), como poderá ser o museu, a biblioteca, o sítio arqueológico, seja no sentido de precaridade (efemeridade), que é o lado da festa, ou do aldeamento turístico. Porém, se esse aldeamento estiver ligado a uma experiência de deslocação no espaço/tempo, assinala Foucault, poderemos estar perante a junção das duas faces temporais da heterotopia, no sentido em que a experiência de estacionar durante um certo tempo numa aldeia turística supostamente “primitiva” promove precisamente a sensação da eliminação do tempo e do retorno aos seus inícios, pelo menos do ponto de vista da experiência humana;

5 – *forma de acesso ou de saída que simultaneamente os isola* (prisões, casernas militares, onde em geral se entra contrafeito ou por obrigação) *ou lhes faculta a entrada*, embora

esta última se faça segundo certas condições, regras, ritos ou costumes, ou em determinadas circunstâncias (termas orientais, saunas nórdicos, quartos de acolhimento temporário de viajantes, pobres ou peregrinos, os modernos motéis à beira das auto-estradas);

6 – *função de criar um espaço, ou de ilusão* (vincando quão ilusória é a compartimentação do espaço a que se sujeita a vida real das pessoas) (casas de prostituição, por exemplo) *ou de compensação*, materializando na realidade, a nível da perfeição, tudo quanto a nossa sociedade tem de imperfeito (por exemplo, colónias ultramarinas com uma forma de organização rigorosamente estabelecida e cumprida).

E Foucault termina o seu raciocínio com a imagem do barco como a heterotopia por excelência, no sentido de ser um espaço fechado sobre si próprio e, ao mesmo tempo, o lugar do contacto com a diversidade e com a infinitude do mar.

Que interesse poderá ter o conceito de heterotopia (curiosamente enunciado numa conferência cujo título é “Des espaces autres”...) para pensar o espaço arqueológico, hoje? Serão, de facto, os “sítios arqueológicos”, devidamente preparados para a fruição dos visitantes, como se descreveu de início, espaços heterotópicos, susceptíveis de apresentar características como aquelas que foram listadas de 2 a 6 (a 1, recordo, é universal), e esboçadas por Foucault? Ou seja, no fundo, locais onde uma certa sacralização do espaço resiste, é estimulada, encenada, e, mesmo, mercantilizada? Penso que sim.

Um sítio arqueológico é um lugar de passagem, é um sítio de iniciação; se a sua visita é “interessante” (das mil maneiras em que para mil pessoas diferentes algo pode ser tal) , não se sai de lá do mesmo modo que se entrou, embora nem sempre se tenha consciência imediata disso. É um local submetido a regras, a ritos, onde há os momentos para ouvir, para fazer perguntas, para meditar, para comentar, para tirar fotografias ou filmar, para tirar apontamentos, para assumir uma atitude mais distanciada, distraída ou desportiva, ou mais vincadamente empenhada em focar a atenção, mais intelectual – é um local como outro sítio público, propício à encenação do “estilo próprio”. É um nó de sobreposição de discursos muito diferentes: dos arqueólogos e historiadores, dos cientistas, dos restauradores e conservadores, dos estetas, dos ambientalistas, das crianças das escolas, das excursões da terceira idade, das pessoas que dizem que “aqui não há nada, são só pedras”, até às pessoas que só vêem pedras e continuam a repetir: “é fascinante, é fantástico, é incrível”. Todos, em geral, vêem um pouco do que foram à espera de ver, trata-se mais de uma con-firmação do que de uma verdadeira descoberta; na economia das coisas, a descoberta é, por princípio, algo raro.

Um sítio arqueológico é um acumulador de valores: tem a ver com a memória; com o colectivo; com o transporte para outros tempos; com a observação directa do que resistiu à erosão e portanto deixa entrever a eternidade; com a melancolia da perda, e a religiosa “lição” de que mesmo os grandes, os que viveram de forma opulenta, terminam em pó e os seus palácios em ruínas; de que afinal as ervas e os bichos tomam conta de tudo, se não se cuida das ruínas todos os dias, assim como se esvaziam os contentores de lixo, ou se limpam os sanitários.

Em suma, o sítio arqueológico é um local religioso, e como todos os sítios de peregrinação tem onde reconfortar o espírito, sem esquecer o corpo. É uma máquina sofisticada (porque precisamente não se apresenta como máquina, como uma realidade artificial, produzida, e produtora de efeitos, mas antes como algo que se inscreve na natureza, e em todas as suas figuras do repouso, do comprazimento, do equilíbrio, da serenidade, da diluição de conflitos) de domesticação do tempo. Os arqueólogos, os guias, os agentes turísticos, os vigilantes e empregados de limpeza estão todos ali, a diferentes horas do dia ou do ano, a lidar com aquela realidade, para a manter direita, limpa, inteligível, visitável, útil. Todos vão depois para casa com o sentimento do dever cumprido, funcionários e visitantes.

E a noite põe-se sobre o sítio, os portões fecham, os alarmes acendem, e os mortos descansam, que amanhã virão mais visitantes, e tudo tem de estar a postos para novas experiências. O arquivo está lá para que todos possamos dormir com o nosso passado, bem tratado, devidamente arrumado, bem compreendido, convenientemente explicado, em paz. A consciência da conservação e a consciência conservadora dão-se bem.

De Portugal e da Europa Medieval para o Brasil-Meridional

Walter F. Piazza *

Dedicatória

Nesta homenagem ao Prof. Dr. Humberto Carlos Baquero Moreno, que tive o prazer da convivência em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, quando, ali, realizava investigações sobre o povoamento açórico-madeirense no Brasil-Meridional e, assim, nada mais justo, pois, que me alie a este tributo, com esta modesta contribuição.

Introdução

Tratar de medievalidade portuguesa não é tarefa fácil.

A leitura dos diversos autores, salientados e analisados por MERÊA¹ nos mais diversos aspectos que o problema apresenta e define as opiniões a respeito, muitas vezes contraditórias.

Numa outra leitura AGOSTINHO DA SILVA² registra a permanência da medievalidade portuguesa até os tempos presentes.

Os traços da medievalidade despontam, em vários momentos, na cultura brasileira, quer na organização social, política e económica, devidamente formalizada em regimentos, alvarás e outras manifestações, quer ainda na tradição popular, expressa em diversas formas³.

O “paraíso terreal” e a terra de “la cucagna”

O descobrimento do Brasil, tal como o da América, está ligado à afirmação de que, aquém-Atlântico localiza-se o “paraíso terreal”, como o vislumbraram aqueles que primeiro aportaram à região, fossem viajantes, militares, evangelizadores e que disseminaram as ideias de riquezas materiais (ouro, prata), além da exuberância da flora e da fauna, com os seus rios caudalosos e piscosos, com variedade imensa de produtos comestíveis, e cujos habitantes (os indígenas da floresta tropical) viviam em condições paradisíacas⁴.

Deve-se assinalar, desde logo, que aos indígenas somou-se o contributo africano (notadamente bantu e excepcionalmente ioruba) e portugueses, quer continentais, quer insulanos.

Açorianos e madeirenses formaram o grande substrato português no Brasil-Meridional, no século XVIII, face a migração maciça de mais de seis mil açorianos e de meia centena de madeirenses, que se fixaram, inicialmente no litoral sul-brasileiro e depois foram adentrando às matas e campos da região, trazendo consigo aspectos culturais próprios de comunidades que viveram isoladas em suas ilhas e que, por dois séculos, também aqui ficaram imunes à outras influências⁵.

Tal facto deve ser, em parte, atribuído à legislação portuguesa impeditiva de ingressos de

* Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina, aposentado. Doutor, Livre Docente em História (História do Brasil).

membros de outras nacionalidades no território brasileiro, notadamente se não fossem católicos e de nações aliadas.

Com a transmigração da Família Real Portuguesa (1808) a política imigratória brasileira tornou-se mais receptiva e, já, a partir de 1816, tem-se ingresso de suíços, seguidos de falantes da língua germânica da Europa Central, e de 1836 – uma tímida experiência com falantes da língua italiana-, que engrossa de forma expressiva e avassaladora, a partir de 1875⁶, todos procurando melhores condições, de sobrevivência e em busca da abundância e da liberdade⁷.

Assim, tem-se um processo aculturativo intenso que, de certo modo, pode ser avaliado timidamente através dos estudos de cultura popular⁸.

Com os falantes de língua italiana se desenvolve o ideal de “la cucagna”, atrelado à necessidade de “fare l’América”, porquanto era a busca da terra da abundância para os famélicos europeus do último quartel do século XIX ou, ainda, a terra da juventude e, também, da liberdade e da ociosidade.

2. O caldeamento da cultura popular portuguesa com outras culturas mediterrâneas no Brasil

Além de algumas aplicações legais que demonstram a relação da medievalidade com a modernização capitalista no sistema português qual seja o sistema das capitânias hereditárias, com os donatários, aos quais se subordinam todos os habitantes da capitania respectiva⁹.

Estudando a formação da sociedade luso-brasileira tem-se a ocupação sistemática do litoral atlântico e, progressivamente, o avanço para as terras interiores, utilizando os rios navegáveis, até onde pudessem penetrar e, em alguns casos era efectuada com a reutilização dos caminhos indígenas, os chamados “peabirus”¹⁰, que foram sendo alargados com o uso continuado por animais, por veículos de carga ou de transporte de pessoas¹¹.

A persistência da cultura medieval: o messianismo

Entretanto, o traço mais marcante da cultura medieval que deixou seu emblema no território brasileiro foram as acções messiânicas, quer em Canudos¹², quer no “Contestado”¹³.

Em ambos estão presentes as características do “sebastianismo” / “messianismo”¹⁴, incorporados em várias facetas da cultura popular brasileira, como as “cavalhadas” (lutas entre mouros e cristãos)¹⁵.

No tocante ao “Contestado”, amplamente analisado quanto às suas mais diferentes faces, ressalta-se, desde logo, a utilização – em 1912 – da “História de Carlos Magno e os doze pares de França”, como orientação não só na organização militar dos rebelados caboclos dos sertões do actual Estado de Santa Catarina, como a sua influência na vida familiar.

Neste sentido é deveras importante verificar-se, na região do conflito, o aparecimento de nomes como Olivério, Ricarte e Rolando (este grafado com Roldão).

A leitura fica, assim, condicionada aos dados disponíveis, que, com vagar e “engenho e arte” poderão ser ampliados.

4. Conclusão

Fica, pois, em aberta, a discussão dos termos que expressam a continuidade da “medievalidade” no Brasil-Meridional.

Notas Bibliográficas

1. MERÊA, M. Paulo. *Introdução ao problema do feudalismo em Portugal*. Coimbra, 1912.
2. SILVA, (George) Agostinho (Baptista) da. *Aulas de Cultura Ibérica*, Florianópolis, Faculdade Catarinense de Filosofia, policopiado, 1956/1957, e *Reflexão à margem da literatura portuguesa*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Cadernos da Cultura, nº 103, 1957.
3. BLOCH, Marc. *La société féodale. La formation des liens de dépendance*. Paris, Ed. Albin Michel, 1949; e *La société féodale. Les classes et le gouvernement des hommes*. Paris, Ed. Albin Michel, 1949.
4. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 5ª ed., 1992. 365 p.
5. PIAZZA, Walter F. *A epopéia açórico-madeirense (1748-1756)*. Florianópolis, co-ed. Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina — Ed. Lunardelli, 1992, 488 p. e 2ª ed. revista, Funchal, ed. Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Governo da Região Autónoma da Madeira, 1999. 393 p. Disponível em World Wide Web: <http://www.nesos.net> ou <http://www.ceha.madeira.net>.

Sobre a expansão para o Rio Grande Sul e Uruguai, ver:

BORGES-FORTES, João. Gal. *Casais*. Porto Alegre, Ed. do Centenário Farroupilha, 1932.

_____ *Rio Grande de São Pedro*. Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca Militar, v.37, 1941.

CÊSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul — Período Colonial*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1970.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*, Ed. Escola Superior de Teologia, - Instituto Cultural Português, 1979.

SILVEIRA, Gustavo Py Gomes da. *O fundador de Tupanciretã*. Porto Alegre, Ed. Livrosul, 1994.

DOMINGUES, Moacyr. *A Colônia do Sacramento e o sul do Brasil*. Porto Alegre, co-ed. Ed. Sulina – Instituto Estadual do Livro, 1973.

ASSUNÇÃO, Fernando O. *Da conquista da Colônia por D. Pedro Cevallos*

Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 160, nº404, jul. - set. 1999, pp 569 – 600, especialmente p. 572: “Muy poca gente en el Rio de la Plata sospecha hasta qué punto es portuguesa”, repetindo Virginia Carreño. 1968.

NEIS, Ruben. *Guarda Velha do Viamão*. Porto Alegre, Ed. Escola Superior de Teologia, 1975.

FLORES, Moacyr. *Influência açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Revista da Academia Rio-Grandense de Letras, nº11, 1991. p. 62 – 69.

6. PIAZZA, Walter F. *Colonização de Santa Catarina*. Porto Alegre, Ed. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) 1982, 311 p.; 2ªed., Florianópolis, Ed. Lunardelli, revista e ampliada, 1988, 372 p.; 3ª ed., Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1994, 372 p.

_____ *A colonização italiana em Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976. 89 p.

_____ *Italianos em Santa Catarina* (organizador) (com doze colaboradores). Florianópolis, Ed. Lunardelli, 2001, 2v., 1144 p.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

_____ *Ocupação humana e definição territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Conselho Federal de Cultura, 1971.

7. FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Cocanha, a história de um país imaginário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. *A terra prometida. Emigração italiana: mito e realidade*. Itajaí, SC, Ed. Universidade do Vale do Itajaí, 1998.

BALDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade (História da Imigração Italiana no Brasil: os vênetsos em Santa Catarina)*. Florianópolis, co-ed. Ed. UFSC – Ed. Insular, 1999.

GROSSELLI, Renzo M. *Gabelle, militarismo ed altro. Alla radice del mito americano nel Trentino Austriaco*. In “Emigrazione: memorie e realtà. Trento, 1990. p. 217 – 237.

8. COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE, Rio de Janeiro. *Documentos*, 1997. 87 p. Resumo de 580 documentos, a partir de 1948, “não apenas para o conhecimento da evolução das idéias nessa área de estudos, como também para melhor conhecimento das manifestações de cultura popular específicas das diversas regiões brasileiras. Deve-se esclarecer que a Comissão Nacional de Folclore funciona como organismo do Instituto Brasileiro para Educação, Ciência e Cultura, sendo, portanto, braço da Unesco na Nação Brasileira.
9. BOXER, C. R. *O Império Colonial Português*. Lisboa, Edições 70, 1969. p. 110.
10. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro, Ed. Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1965, 2 Tomos. Em especial: Tomo 1, Parte I, cap.2: Fundamentos pré-históricos: o aborígene nas suas relações com a terra, pp. 21 – 43.

EDELWEISS, Frederico. *Tupis e Guaranis: estudos de etnonímia e lingüística*. Salvador, Ed. Museu da Bahia, nº 7, 1947.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. Salvador, Ed. Câmara Municipal, 4ª ed., 1955.

11. GOULART, José Alípio. *Meios e instrumentos de transporte no interior do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Ministério da Educação e Cultura – Serviço de Documentação, 1959.

12. CALAZANS, José. *No tempo de Antonio Conselheiro*. Salvador, Universidade da Bahia, 1959 (com extensa bibliografia).

13. A bibliografia sobre o “Contestado” é ampla e variada. São fundamentais para a relação com a “medievalidade”:

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *La Guerre Sainte au Brésil. Le Mouvement messianique du Contestado*. São Paulo, Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1957.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. *Messianismo e conflito social, a guerra sertaneja do Contestado, 1912 – 1916*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.

OLIVEIRA, Fernando Oswaldo de. *O jagunço num episódio da Guerra do Contestado*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1978.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo, Ed. Duas Cidades, 1974.

LUZ, Aujor Ávila da. *Os fanáticos. Crime e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. Florianópolis, Ed. do autor, 1952; 2ªed., Florianópolis, Ed. da UFSC, 1999 (com pós-facio de Walter F. Piazza).

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria, interpretação da campanha do Contestado*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, col. “Brasiliana”, v.310, 1960.

PIAZZA, Walter F. *Contestado: uma reflexão*. in *Contestado. Obra coletiva: “Contestado”*. Rio de Janeiro, Ed. Index, 1987, p. 69 – 104.

14. HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado, a construção do sebastianismo em Portugal: séculos XVI e XVII*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1998.

15. Sobre “cavalhadas”:

CASCUDO, Luís da Câmara. *A vaquejada nordestina e sua origem*. Natal, Ed. Fundação José Augusto, 1976.

BRANDÃO, Theo. *Cavalhadas de Alagoas*. Rio de Janeiro, Ed. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, “Cadernos de Folclore” nº24, 1978.

FREITAS E CASTRO, Enio de. *As Cavalhadas de Vacaria*. Porto Alegre, Comissão Estadual de Folclore do Rio Grande do Sul, 1954.

Tábua Gratulatória

Amadeu Carvalho Homem
Amândio S. Tavares
Amélia Aguiar Andrade
Amélia Maria Polónia
Américo da Costa Ramalho
Ángel Marcos de Dios
Aníbal de Castro
Anísio Miguel de Sousa Saraiva
António Augusto Tavares
António Braz Teixeira
António Coimbra Martins
António Custódio Gonçalves
António de Oliveira
António Dias Farinha
António Ferreira de Brito
António Gomes da Costa
António H. de Oliveira Marques
António Montes Moreira
António Pedro Vicente
António Teixeira Fernandes
António Valdemar
Armando Lúcio Vidal
Arminda Martins Fernandes
Arnaldo Saraiva
Arno Wehling
Artur Teodoro de Matos
Avelino de Freitas de Meneses
Bernardo Vasconcelos e Sousa
Carlos Antero Ferreira
Carlos Bessa
Carlos Moreira Azevedo
Carmen Batlle
Celina Silva
Centro de História da Sociedade e da Cultura
(F.L.U.C.)
Dieter Kremer
Eduardo Abranches de Soveral
Eduardo Romano de Arantes e Oliveira
Elisa Maria Domingues Costa Carvalho
Elizabeth Évora Nunes
Ermila de Veracochea
Esther Peña Bocos
Eugénia Aguiar-Branco Figueiredo
Eurico Brandão de Ataíde de Malafaia
Eurico Dias Nogueira
Fernando Carvalho Rodrigues
Fernando Castelo Branco
Fernando O. Assunção
Filipe Themudo Barata
Francesco C. Casula
Francisco de Simas Alves de Azevedo
Francisco José Velozo
François Guichard †
Fundação Eng. António de Almeida
Guillermo Moron
Helena Osswald
Ilídio Melo Peres do Amaral
Inocêncio Galvão Telles
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Instituto Historico y Geografico del Uruguay
Jacobó Sanz Hermida
Javier Zabalo Zabalegui
João Luís Serrão da Cunha Cardoso
João Marinho dos Santos
João Pedro Machado
Joaquim Cerqueira Gonçalves
Joaquim Ferreira Gomes
Joaquim Veríssimo Serrão
John Greenfield
Jorge A. Anselmi
Jorge Alves Osório
Jorge de Alarcão
Jorge Fernandes Alves
Jorge Manuel Martins Ribeiro
José Amado Mendes
José António de Jesus Martins
José Antunes
José Augusto de Sotto Mayor Pizarro
José Custódio Vieira da Silva
José L. Martín Martín
José Manuel Azevedo e Silva
José Manuel Garcia
José Manuel Perez-Prendes Muñoz-Arraco
José Francisco Meirinhos

José Miguel Andrade Cernadas	Maria Inês Amorim
José Nunes Carreira	Maria Isabel Falcón Pérez
Josefina Mutgé	Maria Isabel Rebelo Gonçalves
Juan Velarde Fuertes	Maria Isabel Toro Pascua
Julieta Araújo	Maria João Violante Branco
Julio Valdeón Baruque	Maria José Ferro Tavares
Klaus Reinhardt	Maria José Moutinho Santos
Luís Alberto Marques Alves	Maria José Pinto Cantista da Fonseca
Luís Araújo	Maria Margarida de Sá Nogueira Lalandia
Luis de Mora-Figueroa	Maria Martinez Martinez
Luís Ferrand de Almeida	Maria Rosário Bastos
Luís Filipe F. R. Thomaz	Mário Varela Gomes
Luisa D'Arienzo	Mário Vilela
Luiz Francisco Rebello	Martim de Albuquerque
Manuel Freire Themudo Barata	Mateo Martinic B.
Manuel García Fernández	Matilde Pessoa Figueiredo de Sousa Franco
Manuel Gomes da Torre	Max Justo Guedes
Manuel Ramos	Mercedes Durany Castrillo
Manuel Riu Riu	Nestor Raimundo Oliveira Fatia Vital
Margarita Cantera Montenegro	Pedro Dias
Maria Alegria F. Marques	Pedro Vilas Boas Tavares
Maria Antonieta Cruz	Raul Miguel Rosado Fernandes
Maria Carmen Rodriguez-González	Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro – Brasil)
Maria Celeste Lopes Natário	Rogério S. G. D'Oliveira
Maria Cristina Gonçalves Guardado	Rosa Fernanda Moreira da Silva
Maria da Conceição Meireles Pereira	Rosa Varela Gomes
Maria de Fátima Marinho	Rui Manuel Sobral Centeno
Maria do Nascimento Oliveira	Salvador Magalhães Mota
Maria do Rosário Themudo Barata	Valentin Vásquez de Prada
Maria Emília Madeira Santos	Zília Osório de Castro
Maria Idalina Azeredo Rodrigues	

Índice Geral

Índice do 1.º Volume

Palavras de Apresentação

Luís Adão da Fonseca 7

Humberto Carlos Baquero Moreno: Síntese Biográfica

Maria Fernandes Mendes Ferreira Santos 13

Humberto Baquero Moreno: obra histórica

José Marques 17

Bibliografia

Luís Carlos Amaral 31

Estudos de História Medieval e do Renascimento

“Como el-Rey emuiou noteficar ho boom aqueecimento” da conquista de Ceuta

Abel dos Santos Cruz 55

Martín Alonso Pinçón y La Carta de Toscanelli a Fernam Martins

Ádám Szászdi 65

As actas camarárias portuguesas da Idade Média: questões em aberto

Adelaide Millán Costa 81

La Alcabala de 1353 y La Villa de Ágreda (Soria)

Agustín Rubio Semper 87

As campanhas góticas da Sé de Viana do Castelo

Alberto A. Abreu 91

A Mulher entre a Norma e a Prática na Idade Média Portuguesa

Alcina Manuela de Oliveira Martins 99

Los dominios de los Velasco en tierras de La Rioja. El condado de Nieva (siglos XV al XVI)

Alfonso Franco Silva 103

Subsídios para uma Protogramática do Galego-Português

Amadeu Torres 115

O Porto: privilegiados e “devassos”	
Amândio Jorge Morais Barros	121
Los Obispos de Sigüenza en Tiempos de Pedro I	
Ana Arranz Guzmán	135
Os cônegos à escala da Cristandade: o caso português	
Ana Maria S. A. Rodrigues, Hermínia Vasconcelos Vilar	141
Frei Antoninho do Porto. Breves notas sobre o percurso de uma família de Viseu (1280-1348)	
Ana Paula Figueira Santos	153
La Pez, un complemento a la economia de Tenerife hasta mediados del siglo XVI	
Ana Viña Brito	163
A aposentação no reinado de D. Afonso V: uma análise quantitativa e estatística	
Ândrea Paula Reis, António Pestana de Vasconcelos	171
Los Moriscos Granadinos y la Justicia Penal: un testimonio de 1511	
Ángel Galán Sánchez, Rafael G. Peinado Santaella	185
1522: La muerte por hambre en la Sevilla de la opulencia	
Antonio Collantes de Terán Sánchez	199
O Livro de Alveitaria do mestre Giraldo numa perspectiva da Linguística de Texto de Especialidade	
António Franco	209
El “Libro de las confesiones” de Martín Pérez en Portugal	
Antonio García y García	219
O tombo dos capões e das galinhas da Colegiada de Guimarães (séc. XV)	
António José de Oliveira	225
La villa fronteriza de Huéscar en época nazarí	
Antonio Malpica Cuello	245
Entre Braga e Santiago de Compostela: a “Villa Corneliana” (freguesia de Correlhã, concelho de Ponte de Lima) na primeira metade do século XIII	
António Matos Reis	255
A recuperação de direitos e bens do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no tempo do prior D. Gonçalo [1415-1437] e quando o Infante D. Pedro era duque de Coimbra [1415-1449]	
Armando Martins	265
Mulher, trabalho e família: a dimensão económica do agregado familiar. Porto, 1340-1450	
Arnaldo Sousa Melo	273

Um tratado de armaria antigo em português	
Augusto Ferreira do Amaral	289
La villa de Laredo: Las rentas de sus términos jurisdiccionales en la E. Media	
Beatriz Arízaga Bolumburu	297
Actividade episcopal de D. Pedro da Costa em Portugal e em Espanha (1507-1563)	
Cândido dos Santos	305
La orden militar de Alcalá de la Selva. Naturaleza y características	
Carlos de Ayala Martínez	315
Una interpretación social del regadío en el área periurbana de la Granada Islámica: la acequia de Aynadamar	
Carmen Trillo San José	323
La diócesis de Astorga, entre el reino de León y la sede de Braga	
César Álvarez Álvarez, Gregoria Cavero Domínguez	337
La reina Constanza de Portugal y la minoría de Alfonso XI	
César González Mínguez	345
“Ca sse o foro he feyto como convẽ” : Actos do discurso justificativos em textos da legislação de Afonso X	
Clara Barros	351
Presencia y expansión de los mercaderes italianos en la península ibérica (siglos XII-XIV)	
Coral Cuadrada	363
El título de “REX-IMPERATOR” atribuido a Ramiro II de León (931-951)	
Dolores Mariño Veiras	371
Presença dos Sermões Satíricos e das pregações teatrais dos goliardos em Gil Vicente	
Duarte Ivo Cruz	377
Más judíos reinsertos en el reino de Castilla	
Eloy Benito Ruano	387
Os antecedentes do Santo Ofício	
Elvira Azevedo Mea	389
Notas acerca de la expulsión de los Judíos de Almazán (Soria) en 1492	
Enrique Cantera Montenegro	399
Las vías de comunicación en Extremadura (siglos XII-XV): estado de la cuestión	
Feliciano Novoa Portela, F. Javier Villalba Ruiz de Toledo	407
La economía ganadera y los dominios de las órdenes militares en la Mancha en el siglo XII	
Francisco Ruiz Gómez	415

Presença de Judeus no Porto: Da Idade Média à Modernidade	
Geraldo J. A. Coelho Dias	425
Algunos datos en torno al Señorío Eclesiástico de Jaraicejo	
Gloria Lora Serrano	441
Reis suevos e a igreja de São Martinho na formação de Portugal	
Harold V. Livermore	449
O “Pai da Pátria”	
Henrique Barrilaro Ruas	463
Santo António de Lisboa. O 29.º Doutor da Igreja	
Henrique Pinto Rema	467
Sobre a rede viária em torno de Castelo Branco nos finais da Idade Média	
Iria Gonçalves	473
Notas sobre la influencia de “Las Siete Partidas” en el reino Portugués	
Isabel Beceiro Pita	487
Caminhos que cruzam os portos secos no início do século XVI	
Isabel Freitas	493

Índice do 2.º Volume

A Ordem de Cristo ao tempo de Alfarrobeira	
Isabel L. Morgado de S. e Silva	511
Para o Estudo da Bigamia em Portugal no século XV	
Isabel M. R. Mendes Drumond Braga	519
As dinâmicas familiares e comunitárias no couto de S. João da Foz (1449-1497)	
Isabel Maria Madureira Franco	529
Un episodio más de las relaciones político-familiares hispano-portuguesas durante la Edad Media: el matrimonio de la infanta Isabel de Castilla, primogénita de los Reyes Católicos, y el príncipe don Alfonso, heredero de Portugal (1490)	
Isabel Montes Romero-Camacho	539
Vidas paralelas – ícones abraçados (Acheegas filológicas para o estudo do “milagre das rosas” de Santa Isabel da Hungria e da Rainha Santa Isabel)	
István Rákóczi	551
Reflexiones sobre la persecución de los gitanos por la justicia de los Reyes Católicos y del Emperador	
István Szászdi Léon- Borja	561

A Expansão Otomana e a reacção portuguesa no reinado de D. Afonso V (1453-1481)	
Ivo Carneiro de Sousa	567
As cartas do humanista Nicolau Clenardo sobre Portugal	
Jeroen Dewulf	581
Los castillos de Órdenes militares como agentes de feudalización	
Jesús Molero García	591
A pregação medieval portuguesa	
João Francisco Marques	599
Um projecto museológico e de animação cultural para S. Jorge – Campo Militar de Aljubarrota	
João Gouveia Monteiro	623
Senhores Laicos e Senhorios na Comarca da Beira no século XV. Nomeações Régias	
João Silva de Sousa	631
Narrativa, Mito e História – Referências Medievais	
Joaquim Cerqueira Gonçalves	643
Um documento – doação de 875	
Joaquim Mendes de Castro	647
D. Joana Teles de Meneses – a comendadeira que deixou o Mosteiro para casar com D. João Afonso Pimentel	
Joel Silva Ferreira Mata	653
¿Transición o transiciones? de la Antigüedad al Feudalismo en el norte de la Península Ibérica	
José Ángel García de Cortázar	659
Exiliados Portugueses en Malaga a fines de la Edad Media	
José Enrique López de Coca Castañer	667
Uma floresta de enganos. A primeira tentativa de povoamento da ilha Terceira	
José Guilherme Reis Leite	671
Propiedad y nivel de riqueza de los judíos valencianos	
José Hinojosa Montalvo	677
Las excelencias del número Cuatro. Alabanza excesiva del arzobispo Rodrigo Jiménez de Rada o erudición de Diego García de Campos	
José-Luis Martín	687
La reconquista y la formación de la comunidad histórica española	
José Manuel Cuenca Toribio	695

Un indulto singular: El perdón general de los Reyes Católicos a los colaboradores castellanos de Alfonso V de Portugal	
José Manuel Nieto Soria	703
El Sacramental de Clemente Sánchez en el <i>Índice de libros Prohibidos</i>	
José María Soto Rábanos	709
La Cofradía de Santa Cruz de Lagoaça	
José Sánchez Herrero, Silvia María Pérez González	721
El embarcadero de Tarfía a fines de la Edad Media	
Juan Abellán Pérez	729
Una aproximación a los estudios sobre las relaciones entre Canarias y Portugal a finales de la Edad Media	
Juan Manuel Bello León	737
La ganadería porcina de Jarandilla de la Vera a mediados del siglo XV	
Julián Clemente Ramos	743
Der lange Weg in den “Großen Krieg” : die Schlacht bei Tannenberg (1410) und ihre Ursachen	
Jürgen Pohle	751
Os Briteiros (Séculos XII-XIV). 4. Produção trovadoresca	
Leontina Ventura, António Resende Oliveira	763
El linaje witizano de Artaba(s)do	
Luis A. García Moreno	779
A revolta de Vila Mou	
Luís Miguel Duarte	789
A fundação do mosteiro de Almoester: revisão de um problema cronológico	
Luís Miguel Rêpas	795
Para una historia de las relaciones entre La Mancha y Portugal en la Baja Edad Media	
Luis Rafael Villegas Díaz	805
Portugal y España: vivencias comunes	
Luis Suárez Fernández	815
Vigencia de libertades medievales “A Fuero de Baylio”	
Magdalena Rodríguez Gil	821
D. Pedro Tenório (1371-1378) segundo o <i>Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra</i>	
Manuel Augusto Rodrigues	827
¿Historia o leyendas? sobre Portugal en el siglo XII	
Manuel Espinar Moreno	835

Documentos inéditos sobre la guerra entre Portugal y Castilla (1385-1387)	
Manuel González Jiménez	843
A génese remota do património da Casa de Bragança . Dos escambos de D. Dinis às grandes doações	
Manuel Inácio Pestana	851
Sobre la documentación real del período Astur-Leonés en Galicia	
Manuel Recuero Astray	861
Labrando Fortalezas. Planteamientos sobre el Castillo como Núcleo de Estrategias en el Escenario Bélico Anglo-Francés [c. 1066 – c. 1216]	
Manuel Rojas	867
Notas sobre a produção do azeite em finais da Idade Média. Instalações, engenhos, alfaias e operações produtivas	
Manuel Sílvio Alves Conde	881
Para o estudo da reforma económica no tempo de D. João II	
Manuela Mendonça	891
O Reinado de D. Dinis e a criação de municípios: a concessão de um foral a Vila Nova de Foz Côa em 21 de Maio de 1299	
Manuela Santos Silva	899
La Campaña Portuguesa de Fernando I y el Mitologema Castellano	
Marciano Sánchez Rodríguez	907
O Morgadio da Quinta da Torre, freguesia do Monte da Caparica, termo de Almada	
Marcus de Noronha da Costa (Subserra)	915
Os oficiais da colegiada de Santo André de Mafra : uma primeira abordagem de cargos e funções	
Margarida Garcez Ventura	925
O foral do senhor D. Sancho Fernandes dado a Freixiel em 1195	
Maria Alcina Ribeiro Correia Afonso dos Santos	935
Espaços de sociabilidade nas cidades medievais portuguesas	
Maria Ângela Beirante	939
El poder regio y las ciudades castellanas a mediados del siglo XV. Pragmáticas, ordenamientos y reuniones de Cortes en el reinado de Juan II	
María Asenjo González	947
La reina Urraca y el obispo Gelmírez. Nabot contra Jezabel	
María Carmen Pallares, Ermelindo Portela	957
La producción y venta de cal en la baja Edad Media Catalana: Su utilización en la muralla de Barcelona	
María Carmen Riu Martín	963

Vertebración del poder y lógica señorial: La justicia en los estados nobiliarios de la baja Edad Media Castellana	
María Concepción Quintanilla Raso	971
“Recadar <i>pera</i> vulgar” : breves observações sobre a extradição em Portugal no século XIII	
Maria Cristina Almeida e Cunha	983
As Ordens de Avis e de Santiago no século XV: o <i>antes</i> e o <i>depois</i> de Alfarrobeira. Breve abordagem	
Maria Cristina Gomes Pimenta	987
O Castelo de Guimarães: duas vilas e dois concelhos, até finais do século XIV	
Maria da Conceição Falcão Ferreira	995

Índice do 3.º Volume

Achegas para o Estudo das Aposentadorias na Vila de Santarém e das suas Formas de Financiamento, nos finais do século XV	
Maria da Luz de Oliveira Barbosa Ferreira de Barros.	1019
Algumas considerações sobre conflitos e práticas de cidadania, em Silves Medieval	
Maria de Fátima Botão	1027
Imágenes matrinoniales en las obras juanmanuelinas	
María del Carmen García Herrero	1035
Los orígenes del señorío de Santo Tomé (Jaén) en la Baja Edad Media	
María del Mar García Guzmán	1043
La figura del maestro en la Edad Media	
María Desamparados Martínez San Pedro	1053
Ecos do passado: marcas da oralidade em documentos medievais portugueses	
Maria do Rosário Barbosa Morujão	1061
Il monastero di S. Isabella del Portogallo in Sassari. Origini e fondazione	
Maria Eugenia Cadeddu, Massimo Pitti	1067
Les actes judiciaires de Pierre Ier du Portugal (1357-1366)	
Maria Helena da Cruz Coelho, Armando Luís de Carvalho Homem	1073
¿Por qué estudiar hoy el problema del agua en la Edad Media?	
María Isabel del Val Valdivieso	1083
Bolseiros e bolsas de estudo no tempo de D. Afonso V	
Maria João Oliveira e Silva	1091

As chancelarias das rainhas de Portugal na Idade Média (Breves notas de investigação)	
Maria José Azevedo Santos	1105
El arcedianato de Celanova a fines del siglo XV	
María Luz Ríos Rodríguez	1111
El comercio de importación portugués en Valencia, 1487-1488	
María Rosa Muñoz Pomer, Germán Navarro Espinach, David Igual Luis	1121
A Pintura Mural no Tema da “Anunciação”	
Maria Teresa Cabrita	1133
Rodrigo Díez, caballero y corsario. Capturas en los mares portugueses (1395-1396)	
María Teresa Ferrer Mallol	1141
Los portugueses en el poblamiento inicial de Málaga (1487-1497)	
María Teresa López Beltrán, Raúl González Arévalo	1147
D. Afonso III e a propriedade do Montádigo	
Mário Alberto Nunes Costa	1153
A Peste Negra na Epigrafia Medieval Portuguesa	
Mário Jorge Barroca	1159
Notícia de um Português em terras catalãs no início do século XV	
Marisa Costa	1167
El Cosmos, Europa y España en los “<i>Fechos del vienaventurado caballero ... conde Fernán González</i>”, de fray Gonzalo de Arredondo	
Miguel-Ángel Ladero Quesada	1177
Participación de las oligarquías locales en la fiscalidad regia. El ejemplo de algunas villas del norte de la Corona de Castilla durante el reinado de los Reyes Católicos, 1474 – 1504	
Miguel Ángel Solinís Estallo	1193
O conto dos besteiros de 1421 – da teoria à prática. Um exemplo do termo de Lisboa	
Miguel Gomes Martins	1203
Harmonia civitatis (Itália central. Siglos XIV-XV)	
Nilda Guglielmi	1211
Lacunas da história da conquista de Lisboa	
N. Valdez dos Santos	1217
A cidade do Porto e o couto de Leça: enfrentamento de dois poderes medievais	
Paula Maria de Carvalho Pinto Costa	1223
A marginalidade do lado cristão: o breve exemplo dos moçárabes de Lisboa	
Paulo Almeida Fernandes	1231

Ingleses no Portugal de D. Afonso V	
Paulo Drumond Braga	1239
El partido portugués en Castilla. Siglo XV	
Paz Romero Portilla	1245
Los fueros medievales, Ángel Ganivet y el individualismo hispano	
Pedro Andrés Porras Arboledas	1255
Las Cantigas de Santa María: los proyectos musicales de Alfonso X y su valor como fuente histórica	
Pedro López Elum	1259
Pecado, confesión y sociedad bajo dominio calatravo al final del Medievo	
Raquel Torres Jiménez	1267
Normas sobre lutos y entierros en Toledo en los siglos bajomedievales	
Ricardo Izquierdo Benito	1275
De “Canto” a “Chandos”: revisitando o mito fundacional de uma linhagem (1350?-1621?)	
Rute Dias Gregório	1283
Testemunhos de formulários régios medievais portugueses	
Saul António Gomes	1291
Protagonismo político de un linaje portugués en la Castilla de Juan II: Rodrigo Alfonso Pimentel	
Vicente Ángel Álvarez Palenzuela	1301
Los judíos de Teruel en la Edad Media: censo prosopográfico y actividades básicas	
Vidal Muñoz Garrido	1311
Por terras nunca antes visitadas: os Franciscanos no Sudeste Asiático antes de 1500	
Vitor Gomes Teixeira	1321

Outros Estudos

Alguns gravadores activos na edição de música (1765-1830)	
Agostinho Araújo	1331
A função pública no Porto dos inícios do século XVIII	
António Barros Cardoso	1347
Estratégias para o património museológico da Universidade do Porto	
Armando Coelho Ferreira da Silva	1363

Barcos com rodas em procissões e cortejos e batalhas com fortalezas. Tradições Medievais que perduraram no Brasil	
Carlos Francisco Moura	1367
Um texto inédito, em Portugal, do Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno sobre tema da História do Brasil	
Dário Moreira de Castro Alves	1377
A rivalidade luso-espanhola no sul do continente americano	
Eugénio dos Santos	1381
Estatutos da “Congregação de Santo Inácio de Loiola” do colégio de Santo Antão em Lisboa	
Fausto Sanches Martins	1389
Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?	
Fernanda Ribeiro	1401
A assistência em Portugal na época Moderna. Algumas notas e subsídios	
Francisco Ribeiro da Silva	1415
Economia e finanças municipais nos Tempos Modernos (séculos XV a XVIII). Nota sobre o seu estudo	
José Viriato Capela	1423
O ensino universitário da História nas décadas de 50 e de 60: as reformas curriculares	
Judite A. Gonçalves de Freitas	1433
O fascínio da cultura medieval na obra de Afonso Lopes Vieira	
Justino Mendes de Almeida	1439
Triunfos e agruras de um medievalista (A propósito do Bispo-Conde D. Fr. Francisco de S. Luís Saraiva)	
Luís A. de Oliveira Ramos	1445
El profesor Baquero Moreno y sus investigaciones históricas galaico-portuguesas	
Manuel Fraga Iribarne	1451
A Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Pré-História do Norte de Portugal: notas para a história da investigação dos últimos vinte e cinco anos	
Susana Oliveira Jorge	1453
Medieval tardio, pré-moderno ou moderno?	
Teotónio R. de Souza	1483
Os sítios arqueológicos como heterotopias	
Vitor Oliveira Jorge	1487
De Portugal e da Europa Medieval para o Brasil-Meridional	
Walter F. Piazza	1495
Tábua Gratulatória	1501

Iniciada em 1944, e publicada pela Livraria Civilização Editora sob a direcção do Visconde de Lagoa, a colecção **Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil** representou, durante muitos anos, uma posição de referência na edição historiográfica portuguesa.

Embora tenha inserido algumas monografias no seu catálogo, a grande especificidade da colecção residiu na publicação de fontes, nomeadamente crónicas. Dividida em várias séries, merecem, no entanto, especial menção as séries **Régia** e **Ultramarina**, onde se incluíram textos fundamentais, conhecidos e compulsados por todos quantos se dedicam ao estudo da História de Portugal.

Desejosa de relançar a **Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil**, a Livraria Civilização Editora, em colaboração com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, decidiu retomar a sua publicação.

Associando novos estudos e publicações de fontes ao vasto leque de títulos já editados, e reunindo, dentro do espírito que sempre a caracterizou, o labor da investigação mais recente, pretende-se, em suma, situar de novo a **Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil** no lugar destacado que desde o seu início a colecção ocupa.



AMÉRICO FRAGA LAMARES & C.^a L.^{da}
LIVRARIA CIVILIZAÇÃO EDITORA
Rua Alberto Aires de Gouveia, 27 4050-023 Porto

ISBN 972-26-2136-X



9 789722 621366